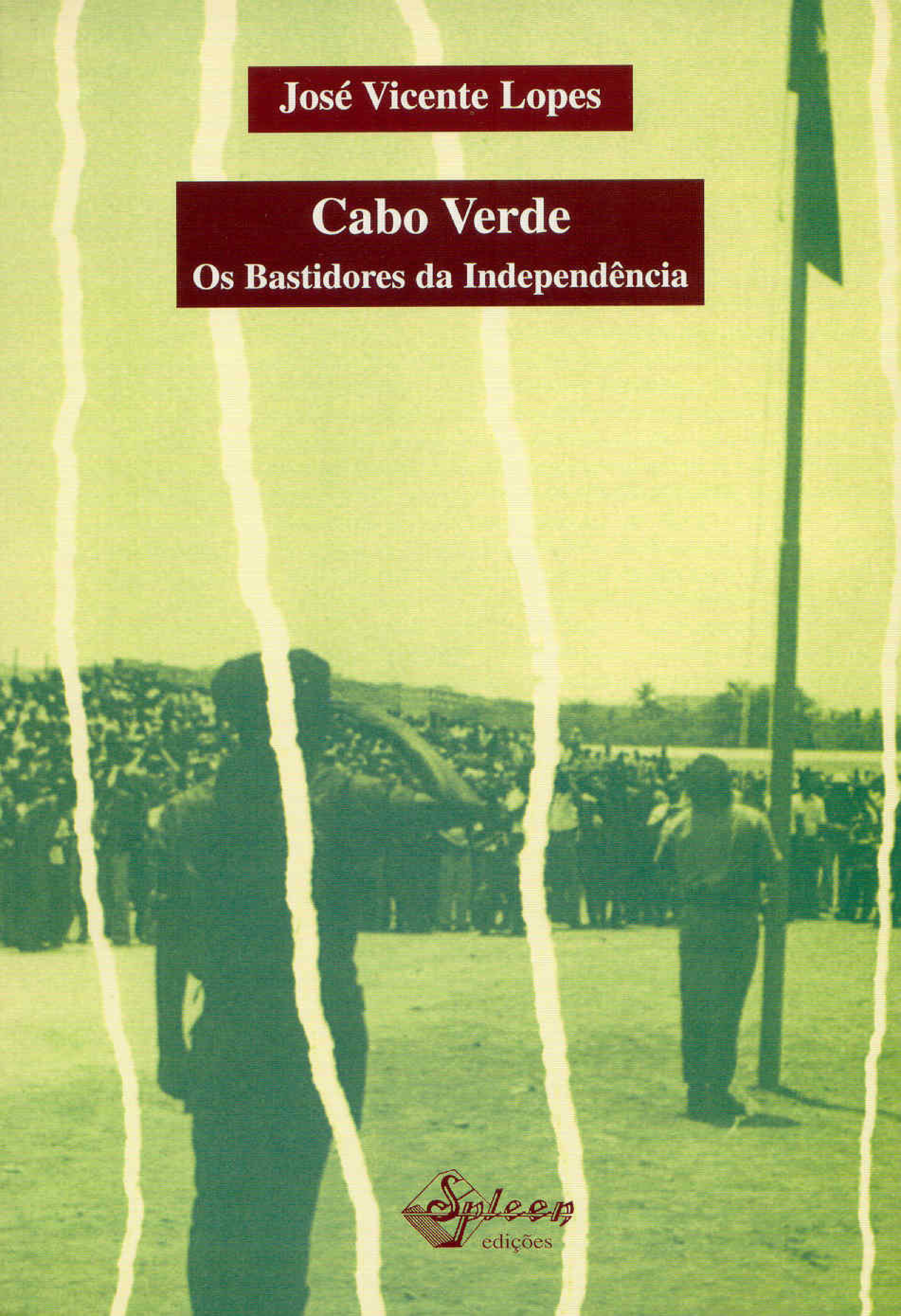
José Vicente Lopes

Cabo Verde

Os Bastidores da Independência



Spleen edições

José Vicente Lopes nasceu na Cidade do Mindelo, Cabo Verde, em Outubro de 1959. Profissional de imprensa, licenciou-se em jornalismo pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Brasil, em Dezembro de 1986. Entre outras funções desempenhadas, foi editor de Cultura e de Economia no "Voz di Povo", de 1987 a 1992, altura em que o mesmo jornal foi extinto. Antigo colunista do jornal "Terra Nova", é actualmente membro da equipa redactorial de "A Semana" e correspondente em Cabo Verde da BBC e do jornal "Público". Em 1994 foi-lhe atribuído o Prémio Jornalista do Ano pelas crónicas em "A Semana", no ano anterior.
Foi o primeiro presidente da Associação dos Jornalistas de Cabo Verde (AJOC), de 1990 a 1994. É também autor de ensaios culturais e políticos publicados na imprensa cabo-verdiana ("Ponto & Vírgula", "Fragmentos", "Pré-Textos", "Anais" etc.) e estrangeira (Portugal, França, Dinamarca, Áustria), bem como de comunicações sobre jornalismo e política apresentadas em conferências e encontros realizados em Cabo Verde, S. Tomé e Príncipe, Guiné-Bissau, Macau e Brasil.
Lançado em 1997, **Cabo Verde, Os Bastidores da Independência** é o primeiro livro de José Vicente Lopes, no qual o autor investiga e narra o processo da independência e, em seguida, da construção do Estado naquele país africano de língua oficial portuguesa. A obra em apreço é construída a partir de entrevistas com mais de 100 personalidades cabo-verdianas, guineenses e portuguesas, através de um confrontar de percursos e depoimentos, entremeados com fontes documentais e bibliográficas. A presente edição surge revista e melhorada, isto é, com novos dados e peças documentais que em muito enriquecem a anterior.

I'm green
>30% Biobased
Verified by ASTM D6866
Colibrì
COVER SYSTEM ®
Made in Italy

CABO VERDE
OS BASTIDORES DA INDEPENDÊNCIA

Spleen
edições

CABO VERDE
OS BASTIDORES DA INDEPENDÊNCIA

Errata

Apesar do esforço, não foi possível evitar algumas gralhas. Assim, além de certas palavras mal hifenizadas, facilmente identificáveis, favor corrigir:

Onde se lê:	Deve ler-se:
Na pág. 16... pois ao progresso...	depois ao progresso
" " 25... aos melhores elogios......	dos melhores elogios
" " 27... 20 de Janeiro de 1999... ...	Janeiro de 1973
" " 81 ... sentindo-se acusado	sentindo-se acuado
" " 151 ... prosseguiram	prosseguem
" " 151 ... haveriam de	haverão de
" " 157 ... as envia para	as reencaminha para
" " 159 ... Não falta	Não faltam
" " 223 ... cedo de coloca	cedo se coloca
" " 228 ... 20 de Aygosto	20 de Agosto
" " 271 ... anfitriões põe-lhe	anfitriões põem-lhe
" " 420... estaão reservados...	estão reservados
" " 514... chegou a ponto...	chegou ao ponto
" " 577... (legenda) Liberville	Libreville
" " 622... lacunas e indefinções... ...	lacunas e indefinições
" " 675 ... (legenda) 1991...	1981

Spleen edições

Cidade da Praia - 2002

CABO VERDE, OS BASTIDORES DA INDEPENDÊNCIA
Autor: José Vicente Lopes
© José Vicente Lopes, 1996
Paginação: Burótica de S. Vicente, Lda
Capa: Mário Lúcio Sousa
Pré-Impressão e Produção Gráfica: APprint
Impressão e Acabamento: Nova Lello
Patrocínio: Fundo Autónomo para Iniciativas Culturais
2ª edição
Cidade da Praia, 2002

«E de novo, ao contemplá-los, estamos fora do tempo.»
Fernand Braudel, **O Mediterrâneo, o espaço e a história**

ÍNDICE

NOTA À SEGUNDA EDIÇÃO 15
HISTÓRIA, HISTÓRIA... 17
1. A AURORA DO NOVO TEMPO 21
A ousadia e a incerteza 21
O fim de uma aventura 24
A cerimónia 25
Nós, povo das ilhas... 26
Mudança de bandeira 27
2. AS RAÍZES DA INDEPENDÊNCIA 31
Conferência de Berlim 32
Pacificar a Guiné 33
Arquipélago inquieto 34
A voz de Cabo Verde 36
Marinha de Campos 37
Os protonacionalistas 38
Da verdadeira fundação do PAIGC 40
Para apaziguar Senghor 41
Abílio Duarte, menino e moço 41
A chegada de Amílcar Cabral a Bissau 44
Convívios, bailes e outros passatempos 47
Abílio Duarte em Paris em busca de luzes 50
A conquista sindical 52
3. CABO VERDE, O DESPERTAR 55
Silvino Silvério Marques em acção 55
Abílio Duarte em S. Vicente 57
4. A LONGA MARCHA DE LEITÃO DA GRAÇA 61
Rito de passagem 61
5. CABO-VERDIANOS E GUINEENSES JUNTOS EM DAKAR 67
"Le Cabo Verde aussi est africain" 69
Uma "rêverie" para animar a malta 70
A missão do padre Nogueira 71
6. A CONJUNTURA INTERNACIONAL 75
Kennedy e a África 75
Salazar e o mundo 76
Amílcar Cabral em Londres 77
1961, o ano em que a guerra começou 80
CONCP 82
7. A FUGA DE ABÍLIO DUARTE 85
"Débrouille toi!" 87
Os irmãos Alcântara 88
Abílio Duarte em Dakar 89
Os papéis de Silvério Marques 89
Silva Rendall e a sua gente 91
Cabo-Verdiano, acima de tudo 93
Henry Labery, Luís Cabral e Abílio Duarte 95
8. ALVES ROÇADAS E O RESSURGIMENTO DE CABO VERDE 97
Um espírito elevado 98
9. O LONGO ADEUS 103
Abílio e Dulce 105

10. CABO VERDE: OS PRIMEIROS PASSOS 109
Os onze "terroristas" 111
Amaro com a "criança" nas mãos 112
A fuga de estudantes africanos 113
Mondlane em acção 116
Honório Chantre e Silvino da Luz 117
Olívio Pires 119
11. O DILEMA DE LEITÃO DA GRAÇA 121
Leitão da Graça no Gana 122
Leitão da Graça e Cabral: o último encontro 123
12. APROFUNDAR A LUTA 125
As armas para a guerra 125
Espalhar as peças 127
Pedro Pires em Dakar 128
13. ADRIANO MOREIRA E A ADJACÊNCIA DE CABO VERDE 131
Antecedentes históricos 132
Com fervor e simpatia 133
As forças vivas do Mindelo 133
A adjacência segundo Silvério Marques 136
A acção de Humberto Duarte Fonseca 137
14. A LUTA NA GUINÉ 141
A "batalha" de Conakry 141
O início da guerra na Guiné 142
Contra o militarismo no PAIGC 144
15. CABO VERDE, DEPOIS DE ABÍLIO 147
Ou ia para o Tarrafal, ou viajava num caixão... 147
Onésimo Silveira 149
A prisão de Luís Fonseca 150
A Pide atrás de caça grossa 151
Em Santiago 154
16. MORTE DE SALAZAR, ASCENSÃO DE CAETANO... 157
A crise académica 159
Guiné: o factor Spínola 162
PAIGC na defensiva 165
Guiné: o factor cabo-verdiano 169
Invasão a Conakry 170
Os esforços de Senghor para a paz 174
A última chance de Spínola 176
Das boas intenções de Senghor 177
PAIGC: Comité Coordenador em Portugal 179
17. CABO VERDE: A SITUAÇÃO (CONTINUA) CONTROLADA 187
Sentir e viver os problemas de Cabo Verde 187
18. AMÍLCAR CABRAL, UM HOMEM ENTRE VÁRIOS FOGOS 193
O grande mistério 195
O olhar de Aquino de Bragança 197
Na mira da Pide 199
O ambiente "podre" de Conakry 203
Avisar Pedro Pires: "portugueses em Cacine" 203
A estranha morte de Awa Cassamá 205
A noite em que iriam matar os "burmedjos" 207
Irmãos desavindos 209

O "envolvimento" de Sékou Touré 211
Batcha, na boca do inferno 215
As revelações de Ansumane Mané 216
O grande vazio 217
19. A TOMADA DE GUILEGE 219
20. PAIGC: O "PROBLEMA" DE CABO VERDE 223
A luta armada em Cabo Verde 225
Amílcar e Abílio: o degelo 230
21. CONGRESSO DE MADINA DO BOÉ 235
Osvaldo Lopes da Silva 236
Abílio salva Oswaldo Vieira 238
Ajuste de contas 240
PAIGC: Comissão Nacional de Cabo Verde 242
A ascensão de Pedro Pires 244
O milagre soviético 244
22. A INDEPENDÊNCIA DA GUINÉ-BISSAU 249
A diplomacia 252
A conquista dos emigrantes, o caso americano 253
23. CABO VERDE NAS VÉSPERAS DO 25 DE ABRIL 257
A acção directa em Cabo Verde 261
24. A REVOLUÇÃO DOS CRAVOS 267
Marcello Caetano e o futuro 268
A terceira onda 270
Nas hostes do PAIGC 271
Emigrantes informam Leitão da Graça 272
Em Cabo Verde, Santiago 274
Frente Ampla Anti-Colonial 275
Em S. Vicente 276
Tarrafal, Chão Bom 278
Na foz do Cunene 282
Em Luanda 284
Antero Barros: Nova York, Lisboa, Luanda... 285
Na linha do Equador 290
Casa Amílcar Cabral 291
O assalto à Casa de Cabo Verde 294
Guiné: testar os portugueses 295
Os ciúmes de Sekou Touré 296
As colónias e o futuro 298
25. DAR AS CARTAS EM LONDRES 301
Olhos nos olhos 303
O que estava em jogo 306
Não perder a guerra na mesa das conversações 307
Travar a guerra na Guiné 309
26. CABO VERDE TERRITÓRIO DA GUINÉ? 313
A casualidade e o conhecimento 313
O caso de Cabo Verde 315
27. BORDA FORA 321
Quem tramou Jorge Querido? 321
Solte o Querido! 325
Manuel Rodrigues sai de cena 327
28. CABO VERDE: CORPO A CORPO 331

Duas gerações 334
PAIGC dá a cara 337
Conquistar Cabo Verde 338
O regresso de Leitão de Graça 340
29. CABO VERDE E O OCIDENTE 343
Aeroporto do Sal 344
Trasfega de petróleo 345
Hospital de S. Vicente 346
Cabo Verde, segundo Franco Nogueira 348
Conter o avanço do PAIGC 349
Evitar a sovietização de Cabo Verde 350
30. O PROTOCOLO DE ARGEL 353
Não ao referendo 354
A consolidação do PAIGC 356
Cabo Verde 359
A Lei Constitucional 7/74 360
Portugal reconhece Guiné-Bissau 361
Escrúpulos democráticos 363
A vingança de Spínola 365
O caso dos três majores 366
A queda de Spínola 369
31. O MFA E CABO VERDE 371
Miguel Judas, o senhor das ilhas 372
MFA e o PAIGC 374
Spínola e Mobutu no Sal 377
Almeida Santos na Praia 378
Sérgio Duarte Fonseca e os nefelibatas 380
32. A CONSAGRAÇÃO DO PAIGC 387
O adeus de Sérgio Duarte Fonseca 388
"A UPICV vencerá. O PAIGC já venceu" 390
Dezembro quente de 1974 391
Tarrafal reabre as portas 394
Um golpe de Estado sui-generis 399
Acordos de Lisboa 402
33. PERÍODO DE TRANSIÇÃO 409
Com os armazéns vazios 409
Saneamento 413
Divisão de poderes 416
Aristides Pereira, Luís Cabral e Pedro Pires 419
República de Cabo Verde, simplesmente 423
Ninguém dormia 425
A fúria das multidões 426
Eleições 428
34. PODERIA TER SIDO DIFERENTE? 435
A magia do PAIGC 435
Contexto internacional 439
Os cogumelos dourados do Atlântico 441
35. O PAIGC E OS INTELECTUAIS 443
O partido de Baltasar Lopes 443
Onésimo, o agitador de águas 453
Teixeira de Sousa e os cristãos novos 459

36. A CONSTRUÇÃO DO ESTADO 465
O dia seguinte em chão minado de contradições 467
Governo de salvação nacional 469
Sobreviver entre os dois blocos 473
O dossier África do Sul 477
Economia controlada 480
O contencioso colonial 482
Fazer administração financeira com boa vontade 483
Reconverter e modernizar a agricultura 484
Saúde 486
Democratizar o ensino 488
A defesa e a (in)segurança interna do Estado 490
Um "Estado de Direito" esquisito 491
Estado versus Partido 494
Praia, um caso de centralização 495
O partido bombeiro 496
Assembleia Nacional Popular 499
António Mascarenhas Monteiro 499
Os três embaixadores 502
37. DOS "DESCONTENTES" À UCID 513
O regresso de Ângelo Lima 513
Como quem tem um tigre às costas 514
Levantamentos em Santo Antão 517
Aviso aos adversários do regime 520
As prisões de 1977 521
O procurador Germano Almeida 524
Beitz, o polícia pintor 526
Meter a mão na merda 527
António Gumercindo Chantre 530
John Wahnon 531
Antero Barros 535
Ucid no terreno 536
Baltasar Lopes e a Ucid 538
Lídio e Alírio 538
38. A FORÇA DAS CONTRADIÇÕES 541
Amaro aprende a ser menos solidário 541
Centeio vítima dos clãs 542
João Pereira Silva e a reforma agrária 543
Maoístas, trotskistas e outros mais 544
Salvos por Pedro Pires 547
A acção da Colidic 550
A liderança em Cabo Verde 553
O III Congresso do PAIGC 557
Pedro Pires enceta fuga em frente 563
Trotsky, uma grande confusão 564
Quem traiu quem? 566
O desfecho 569
Uma luta de gerações? 572
Torcato Sepúlveda 573
Pedro Pires defende-se 574
Engavetar a ideologia 575

A normalização 576
Aristides Pereira decifra-se 579
39. REGRESSO ÀS FONTES 581
Resistência Cultural 582
A dignidade da cultura 586
O drama da cultura cabo-verdiana 587
A afirmação do crioulo 589
Cultura condicionada 591
Nada contra a revolução... 593
"Resistência" ou como conseguir "uma grande faísca" 601
Acordar "Kaoberdi" pelo teatro 603
Filhos do funaná 606
40. A CONSTITUIÇÃO ADIADA 615
Felisberto Vieira Lopes 615
António Caldeira Marques 616
Jorge Carlos Fonseca 619
Os embaraços da Lope 619
Os antecedentes da Constituição 621
O debate possível 627
António Fidalgo Barros 627
Estado de democracia nacional revolucionária 629
41. O FIM DO SONHO OU DO PESADELO 633
O fim do sonho 633
Praia e Bissau "trocam" emissários 635
Nacionalismo e populismo 638
Amílcar Cabral e a unidade 643
O complot de Moscovo 645
A unidade adiada 646
As diferenças entre Cabo Verde e Guiné 649
Consequências do golpe 655
O fim do pesadelo 658
Muita confusão 660
Luís Cabral, um hóspede incómodo 662
Bobo Keita, do futebol para a política 664
A reconciliação 667
42. O PROCESSO HISTÓRICO 671
Do Gris aos CCPD 671
Liga dos Direitos Humanos... 674
Ucid contra a violência 674
Scunina e os seus amigos 677
Continuar Cabral 679
José Brito 684
Adão Rocha 686
O paradoxo de Zamora 691
A abertura 695
ANEXOS – DOCUMENTOS 697
ENTREVISTAS 707
BIBLIOGRAFIA 711
ÍNDICE ONOMÁSTICO 715

REACÇÕES

à 1ª edição de "CABO VERDE OS BASTIDORES DA INDEPENDÊNCIA"

Cabo Verde, Os bastidores da independência é *«uma obra singular em Cabo Verde, que poderá vir a ser um ponto de partida para outros trabalhos do autor e de outros interessados em descobrir a história do país. (...) "Os bastidores da independência" é construído de forma inteligente, enredada, sinuosa, mas também apelativa: as épocas entrecruzam-se, os agentes multiplicam-se, os dados surgem, no geral, claros, afirmativos, transitivos. O que tem a vantagem de prender o leitor, remetê-lo sempre para um momento posterior de leitura na procura de respostas. Respostas que nem sempre se poderia dar, mas ficando o leitor com os elementos que lhe permitirão ajuizar, forjar esboços de finais das histórias da História que Vicente quis contar.»*

Luís Mesquita, *Correio 15*, Praia, 24-01-97

«um bom livro»

António de Almeida Santos, Lusa, Lisboa, 08-03-97

«É o melhor trabalho sobre a independência de um dos cinco países da África lusófona. O ritmo da escrita, a variedade dos ângulos de abordagem e diversidade das fontes quase fazem esquecer as mais de 700 páginas. O seu autor é o mais acreditado jornalista de Cabo Verde, José Vicente Lopes.»

José Pedro Castanheira, *Expresso*, Lisboa, 12-04-97

«Este livro, sendo um contributo decisivo para confrontar a memória dos adversários políticos, é uma enorme reportagem sobre um país fascinante. Mas, acima de tudo, José Vicente Lopes vem fazer uma radiografia sã do período pós-independência. (...) ***Cabo Verde, Os bastidores da independência*** *é uma verdadeira pedrada no charco. Pelos dados que nos dá, pela informação que quer partilhar.*

Fernando Sobral, *Diário de Notícias*, Lisboa, 12-04-97

*«Sobre o tema propriamente dito, que é o processo da descolonização de Cabo Verde e a história conexa com a Guiné-Bissau, é possível que num livro de mais de seiscentas páginas os mais especializados possam encontrar alguns erros de pormenor ou de matéria de opinião. Mas quem quer que leia o livro [****Cabo Verde, Os bastidores da independência****], atraído até pelo estilo claro mas envolvente do autor, não pode deixar de constatar que, ultrapassando mesmo o âmbito da questão cabo-verdiana, o livro de José Vicente Lopes é também um importante contributo para o estudo da descolonização dos países de língua portuguesa. (...) Cabo-verdiano, ele dá um exemplo que supera o de muitos portugueses ou brasileiros ou africanos, no estudo da política contemporânea na cultura comum; jornalista, o seu livro supera em competência e utilidade o pouco que os académicos profissionais têm produzido sobre a imensidade de temas que resultaram do encontro ou desencontro cultural entre Portugal e os povos doutros distantes países do mundo. Com este livro de José Vicente Lopes é também Cabo Verde que mais uma vez está de parabéns pelo contributo que um dos seus filhos presta à cultura de língua portuguesa.»*

António Figueiredo, BBC, Londres, 11-05-97

«Trata-se na verdade duma obra de muito fôlego, profusamente documentada e esclarecedora do evento histórico a que se reporta. Depois de António Carreira

[**Cabo Verde, Os bastidores da independência**] *é a primeira obra histórica de largueza e profundidade que se publica, da autoria de um só autor.»*
Henrique Teixeira de Sousa, Oeiras, 26-05-97

«...obra densa, oportuna e estimulante do escritor e jornalista José Vicente Lopes. Mas creio não exagerar adiantando que é um trabalho de investigação feito com seriedade, objectividade e abrangência, tendo em conta o acesso actual possível às fontes.»
José Leitão da Graça, *Novo Jornal Cabo Verde,* Praia, 07-06-97

«Além de ser um trabalho monumental de história e historiografia, lê-se como se fosse um romance pós-moderno.»
David Brookshaw, Bristol, 29-07-97

«excelente trabalho»
Francisco Lopes da Silva, *A Semana*, Praia, 22-08-97

«José Vicente Lopes acabou por demonstrar que a luta pela independência não foi feita só de contradição. A bravura, a juventude, o ponto de honra, o entusiasmo, o ideal, a convicção, a excitação e, sobretudo, as intermitências da esperança, cumulativamente, foram descritas pelo autor com singular mestria».
Leopoldo Amado, Bissau, Agosto de 1997.

«uma obra de referência preciosa»
Henri Lopes, Unesco, Paris, 01-09-97.

«É excelente a obra produzida, pelo conteúdo, pela forma e pela oportunidade»
Adriano Moreira, Lisboa, 18-11-97.

«Tenho por mim que esse belíssimo livro conta-nos uma epopeia. Sobretudo porque nem o seu autor nem as pessoas nele envolvidas quiseram que ele se transformasse numa epopeia. (...) Assim, esse livro de José Vicente Lopes veio lembrar-nos que há muita gente nesta terra de que nos devemos orgulhar. Que se é verdade que devemos venerar Amílcar Cabral como cérebro que concebeu e conduziu a luta pela nossa independência, também é verdade que ao lado dele, na frente e na retaguarda, estiveram muitos outros homens que se sacrificaram para que ela fosse possível.»
Germano Almeida, *A Semana,* Praia, 27-02-98

«Poderoso. Poderoso de informação, muito bem escrito e muito bem organizado. O saudoso João da Costa [*veterano da independência da Guiné*] *tinha razão: "quem não ler o livro do José Vicente Lopes nunca saberá nada dos bastidores da independência de Cabo Verde e da Guiné".»*
Eduardo Costa Dias, Lisboa, 09-02-99

«...o conteúdo de **Cabo Verde: os Bastidores da Independência** *esmaga tudo o que foi publicado sobre a política em Cabo Verde, completando, em muitos casos, o material existente sobre o mesmo assunto, que se restringe à Guiné. (...) Sem falsos pudores, Lopes diz com desassombro o que lhe agrada e desagrada na política do PAIGC/PAICV.»*
René Péllissier, *Análise Social,* Lisboa, Verão de 2000

NOTA À SEGUNDA EDIÇÃO

Esta segunda edição de **Cabo Verde, Os bastidores da independência** surge revista e melhorada em relação à anterior. E, por conseguinte, vem acrescida de novos dados que chegaram ao meu conhecimento posteriormente ao lançamento da primeira edição, cujo sucesso, como já tive oportunidade de dizer algures, surpreendeu todos aqueles que estiveram directamente ligados à produção desta obra. De facto, trazido à estampa em Janeiro de 1997, o livro esgotou-se praticamente em um ano e meio.

Infelizmente, apesar disso, não foi possível, então, fazer uma nova impressão do livro para satisfazer a procura que dele se continuava a fazer. As razões de tal impossibilidade ultrapassaram-me de todo. A reedição só agora se torna possível graças ao Fundo Autónomo para Iniciativas Culturais, financiado pela Cooperação Suíça. Para o efeito, submeti o projecto desta edição ao julgamento do referido Fundo, cujo júri o apreciou e aprovou, no meio de várias outras propostas de natureza cultural. E, por essa escolha, manifesto o meu público reconhecimento ao FAIC, na pessoa do coordenador da sua comissão de gestão, Tomé Varela da Silva.

Também aproveito para agradecer publicamente a todos aqueles que, de uma forma ou de outra, após a publicação de **Os bastidores da independência**, entraram em contacto comigo, fornecendo-me dados suplementares, novos documentos, fotografias e elementos de valor, chamando-me também a atenção para algumas imprecisões, o que, somado, deu um valor acrescido a este trabalho. Entre os capítulos melhorados, chamo, já agora, a atenção para o processo negocial entre o PAIGC e as autoridades portuguesas no interior da Guiné (capítulo 30) e a questão constitucional cabo-verdiana (capítulo 40).

E, muito sinceramente, hoje mais do que nunca, considero as fontes e os protagonistas de **Os bastidores da independência** os verdadeiros autores desta obra. E digo-o sem qualquer demagogia ou pieguice. Pois, tal como afirmei na nota à primeira edição, ao mergulhar na escrita desta obra não pretendi escrever a história oficial de ninguém, nem tão-pouco fazer hagiografia de quem quer que fosse. O meu propósito fundamental foi proporcionar aos cabo-verdianos e aos demais interessados nos nossos assuntos, através de um confrontar de percursos e de depoimentos, entremeados com fontes documentais, o conhecimento de

uma parte importante do nosso passado recente. A recepção pública e crítica que este trabalho mereceu foi, quanto a mim, o reconhecimento de tal esforço.

Outrossim, apesar dos acréscimos e melhorias que esta edição possa ter merecido, continuo convencido de que esta é uma história sem fim, que se completa com cada novo dado que porventura surgir mesmo depois desta reedição. Não se trata, por isso mesmo, **Os bastidores da independência** de uma obra perfeita ou total, mas apenas de um contributo modesto para o que pode ser considerado história geral de Cabo Verde, mais precisamente de uma pequena parte da caminhada do povo cabo-verdiano, primeiro, em direcção à sua independência nacional e pois ao progresso e da sua afirmação colectiva.

Por último, resta-me dirigir uma palavra de especial apreço e agradecimento a Anastácio Filinto Correia e Silva e a Dulce Almada Duarte pela prestimosa revisão dos originais, bem como aos meus colegas da Spleen Edições, que prontamente acederam associar o nome da editora a esta reedição de **Os bastidores da independência**.

Cidade da Praia, Janeiro de 2001.

HISTÓRIA, HISTÓRIA...

«Chegámos à maturidade, e um dos traços de uma nação madura é o de reconhecer seus antecedentes sem ressentimentos nem rubor.»
Ernesto Sábato, **O escritor e seus fantasmas**

Decidi escrever esta reportagem nas primeiras semanas de 1995, ao me lembrar de que, em pouco tempo, Cabo Verde iria completar, em Julho, 20 anos da sua independência. Ingenuamente julgava poder em um ou dois meses entrevistar os principais intervenientes deste processo, pesquisar alguns documentos e, hélas, *em mais um ou dois meses, escrever uma grande reportagem sobre o assunto. Enganei-me redondamente, pois, à medida que fui conversando com as minhas fontes, com cada uma delas a remeter-me para outra, com as informações e os documentos que fui acumulando, dei-me conta de que me tinha metido num grande sarilho, o que, em primeiro lugar, me obrigou a reformular por completo o projecto inicial, que era escrever algo sobre a* Construção do Estado em Cabo Verde, *para ser, no fim, uma viagem ao longo de 70 anos da vida cabo-verdiana, com especial incidência no período que vai de 1950 a 1980.*

A minha aventura chega um ano depois ao fim, com a sensação de que muito mais poderia ter sido pesquisado ou escrito. Apesar disso, resta-me o consolo ou a auto-satisfação de ter dado um pontapé de saída na abordagem deste tipo de tema, numa perspectiva jornalística. Na posse dos dados, o meu papel foi mais de um metteur en scène *do que propriamente de um interveniente activo neste processo. Tratando-se do primeiro trabalho do género em Cabo Verde, procurei tirar o máximo proveito das fontes, principalmente as orais, o que, de certo modo, contribuiu para tornar extensa esta reportagem, que é, ao fim e ao cabo, uma mistura de investigação jornalística e memória individual dos actores directos desta grande gesta que foi a independência deste arquipélago.*

Ao procurar narrar os factos aqui referidos, preferi o rigor em detrimento da lenda, do maniqueísmo e da especulação. E não sendo esta uma história oficial, com este livro muitos mais dados acabarão por vir à luz do dia, contribuindo deste modo para a formação de uma ideia mais abrangente ou correcta do que tem sido a caminhada de Cabo Verde, primeiro, para a sua independência e dignidade, e, mais tarde, para a sua democratização... Não exagero se disser que, apesar de este ser um país pequeno e pobre, ele possui uma história rica, complexa e aliciante, de que espero ter dado conta nesta investigação. Para a concretização deste projecto, procurei ouvir aqueles que tiveram um papel mais destacado neste processo, recorrendo algumas vezes ao depoimento de outros que,

embora não tenham estado na linha da frente dos factos narrados, protagonizaram ou testemunharam, de algum modo, tais acontecimentos. E não tendo sido de todo uma questão pacífica a independência e o que se seguiu a ela, aqui se procurou também dar conta das várias sensibilidades existentes à volta dos temas abordados, deixando todavia ao leitor a responsabilidade de fazer o seu próprio julgamento.

Da minha parte, ao lançar-me nesta tarefa, estabeleci como meta ir até 1980, mais concretamente, até ao golpe que o comandante João Bernardo Vieira desferiu a Luís Cabral e, por tabela, aos seus "irmãos" cabo-verdianos na noite de 14 de Novembro de 1980, em Bissau, e que pôs termo ao sonho de Amílcar Cabral de unir os dois países e povos, o que, para muitos, dos seus continuadores, se tornou numa herança difícil de gerir. Isso para não falar daqueles que, não estando na esfera do PAIGC, viam esse projecto como um pesadelo, por mais que Cabral entendesse que só por ignorância alguém poderia ser contra a unidade Guiné-Cabo Verde.

Esta reportagem começa com a proclamação da República em Portugal em 1910 e termina com a fundação do PAICV, em Janeiro de 1981, uma das consequências, portanto, do movimento reajustador de Bissau, como gostam os guineenses de chamar ao seu putsch. *O leitor poderá perguntar porquê os cinco primeiros anos da independência (1975-80) e não os 10, os 15 ou, até mesmo, os primeiros 20. Para responder a essa questão bastar-me-iam dois ou três argumentos que passo a apresentar:*

1) os cinco primeiros anos costumam ser os mais marcantes da vida de qualquer país. No caso cabo-verdiano, foi durante esse período que se criaram as estruturas do edifício que ainda hoje é Cabo Verde; 2) infelizmente, decorridos 20 anos, nem todos os protagonistas aceitam ainda abordar de forma aberta certos factos, por em geral recearam ofender "susceptibilidades", já que, segundo um deles (Aristides Pereira), «houve homens que tiveram uma acção tão elevada que é injusto levantar as pequenas fraquezas que possam ter tido e que, se reveladas, podem ofuscar a imagem desses homens»; *ou ainda Pedro Pires, que lembra que muitos deles continuam vivos; 3) outro motivo de peso é a dificuldade que qualquer investigador enfrenta para ter acesso aos documentos relativos a este tipo de assunto. Se o problema não se coloca em relação a Cabo Verde, onde praticamente nada existe em termos legislativos e onde, aliás, ninguém ou quase ninguém sabe onde param os "papéis", o mesmo não se pode dizer em relação a outros países, geralmente muito ciosos na gerência dos seus arquivos, sendo este o caso de Portugal.*

Além disso, e já agora como uma possível quarta grande razão, por questão de método, pareceu-me mais seguro — e, porque não, mais cómodo —, abordar os cinco primeiros anos da independência, o que, no entanto, não me impediu de trazer à cena acontecimentos ocorridos depois de 5 de Julho de 1980, opção feita, neste caso, de modo a englobar o já referido golpe de Estado na Guiné e as suas consequências mais directas e imediatas.

E assim procedo por esse facto constituir o fim de um importante ciclo da história cabo-verdiana e, como tal, uma importante baliza cronológica.

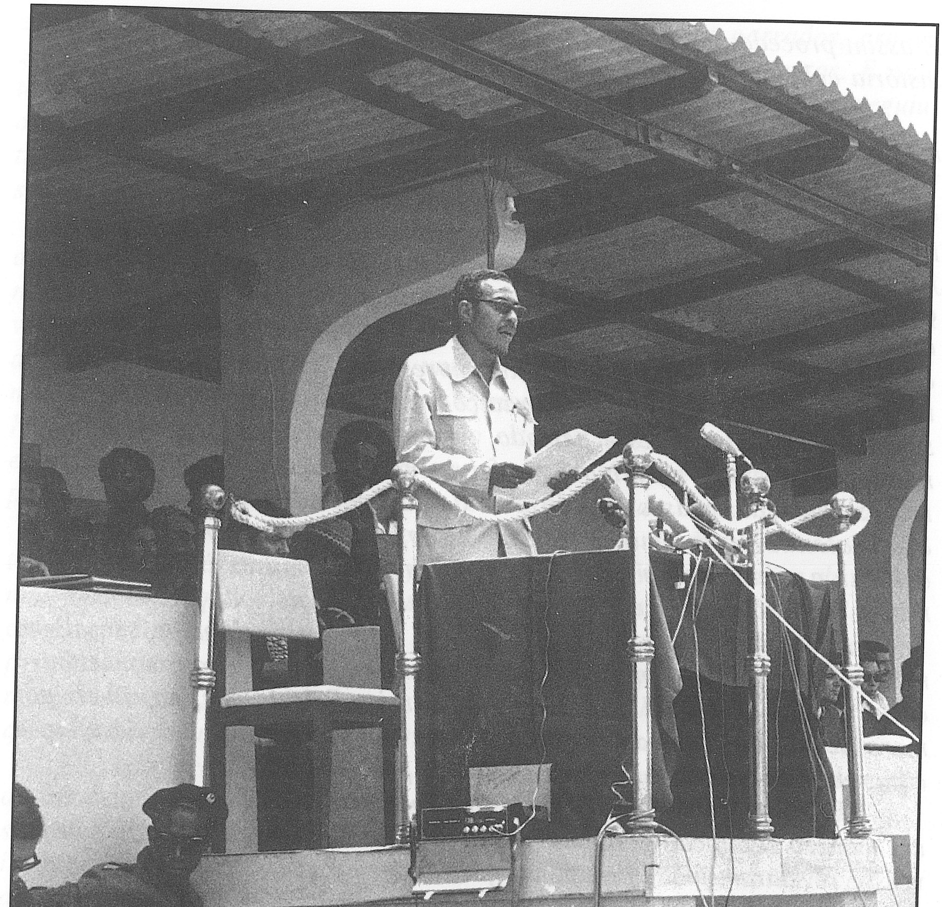
Enfim, da fundação do PAICV, em Janeiro de 1981, à abertura política em Fevereiro de 1990, Cabo Verde irá conhecer, naturalmente, vários outros importantes momentos políticos e sociais da sua história contemporânea. Virados para si próprios e para a realidade interna do país, os dirigentes cabo-verdianos serão, a partir de certa altura, confrontados com novas contradições e também com os sinais de contestação vindos do interior da sociedade de que pretendiam ser a vanguarda ou a força política dirigente. E, sem cair em contradição com o atrás exposto, entendi, no último capítulo, apresentar de forma panorâmica os traços gerais dos desafios e contradições com que a nomenklatura *crioula se verá confrontada nesse período, acabando tudo isso por desembocar num processo mais universal, que foi a onda de democratização que varreu os chamados países socialistas e de partido único nos finais dos anos 80. Tratando-se de uma espécie de epílogo, o leitor atento não irá encontrar a minúcia dos capítulos anteriores. Mesmo assim, creio que a minha decisão de proceder desta forma não será de todo em vão.*

Agora que chego ao fim, devo dizer que, se este trabalho tem algum mérito, isso se deve em grande parte a João Nuno Alçada, conselheiro cultural da Embaixada de Portugal na Praia. Foi ele que, ao saber, por mero acaso, da ideia do projecto que eu tinha em mente, me desafiou a concretizá-lo, com a promessa de que o publicaria.

Este livro é também o que é devido à disponibilidade e incentivo de um número significativo de pessoas e entidades cujos depoimentos e arquivos se revelaram fundamentais ou que, de uma forma ou de outra, me ajudaram a contornar certas barreiras que um trabalho deste tipo sempre contém. Correndo o risco de cometer algumas injustiças, já que a lista é extensa, quero manifestar o meu reconhecimento à Presidência da República de Cabo Verde, na pessoa do seu titular António Mascarenhas Monteiro; ao Arquivo Histórico-Diplomático do Ministério dos Negócios Estrangeiros de Portugal; ao Arquivo Nacional da Torre do Tombo; à Fundação Amílcar Cabral e à sua vice-presidente Ana Maria Cabral; ao Arquivo Histórico Nacional e ao seu director, José Maria Almeida; a"A Semana" e à sua directora Filomena Silva; e ainda às seguintes individualidades: Aristides Pereira, Pedro Pires, Amélia Araújo, Silvino da Luz, Olívio Pires, Germano Almeida, Adriano Brito, Jorge Carlos Fonseca, Luís Leite, John Wahnon, José Pedro Castanheira, Nuno Pacheco, André Moura, António Leão Correia e Silva e José Helder A. Barbosa Mendes. Um agradecimento muito especial a Ana Cordeiro, Margarida Godinho Mira e Marilene Pereira.

E, quanto ao resto, como se dizia antigamente nas noites em que nos sentávamos para contar e ouvir histórias, "quem souber mais, conte melhor..."

Cidade da Praia, Maio de 1996



Abílio Duarte na proclamação da independência

1
A AURORA DO NOVO TEMPO

Quinze anos depois de ter fugido de Cabo Verde, escapando por uma unha negra de ser preso pela Pide, ali está ele, Abílio Duarte, na improvisada tribuna de honra no Estádio da Várzea, para, na sua qualidade de primeiro presidente da Assembleia Nacional Popular, proceder à proclamação solene da República de Cabo Verde. Tem 44 anos, mais de metade dos quais dedicados à causa da independência. Com Amílcar Cabral, Aristides Pereira, Luís Cabral, entre outros companheiros, esse sonho haveria de ganhar corpo através da fundação, em Bissau, nos anos 50, do PAIGC. Hoje, 5 de Julho de 1975, Cabo Verde junta-se aos países que se foram tornando independentes ao longo das últimas duas décadas. E, para assinalar este acontecimento, há uma semana que as ilhas se encontram em festa.

Luís de Sttau Monteiro, escritor e homem de imprensa, é um dos jornalistas enviados à Praia para "cobrir" esse acontecimento. Numa das suas crónicas, escrita na véspera, ele fala da sua dificuldade em se manter indiferente ao *«entusiasmo que invadiu a cidade»*: *«São dez horas da manhã e as ruas estão cheias de gente que ri, que brinca, que conversa. Um jornalista estrangeiro pergunta-me se, para lá das aparências, não haverá distinção de cor; olho para ele com espanto: cor? Que é isso? O Silvino da Luz acena-me do lado de lá da rua. Um bêbado tenta, em vão, explicar aos presentes que é impossível saber quanta água é que há no mar, porque os rios e os regatos estão sempre a "deitar água nele". Um velho pede-me uma esmola, um velho que não tem pão nem trabalho.*

«Metade da gente da Praia está à janela enfeitando as fachadas das casas para a grande festa. Passam grupos de estudantes que distribuem panfletos.Há dois bêbados agora, na esplanada, o da água do mar e um que canta o hino nacional. O tempo passa num instante. São onze horas e a praça está cheia. De cada dez pessoas, nove envergam camisas com retrato de Amílcar Cabral. O Luís Romano, rodeado de ouvintes atentos, explica que Cabo Verde foi descoberto pelos fenícios».[1]

A ousadia e a incerteza

Desde zero hora de 5 de Julho de 1975 que os cabo-verdianos passaram a respirar os ares de um novo tempo. Depois de cerca de 500 anos de dominação portuguesa, por volta das 12h 40 seria oficialmente

proclamada a independência da sua terra. Para o efeito, o Estádio Municipal da Várzea — o local escolhido para o cerimonial da transferência da soberania portuguesa para as autoridades do novo país — cedo abriu os seus portões e logo as suas bancadas se mostraram insuficientes para a quantidade de gente, vinda dos mais diversos lugares do arquipélago e do estrangeiro, para assistir àquele acto histórico. Abílio Duarte (Cabo Verde) e Vasco Gonçalves (Portugal) rubricariam na ocasião o *«Instrumento solene da declaração de independência do Estado de Cabo Verde»* no qual se transferem para o parlamento cabo-verdiano *«todos os poderes de soberania e administração até hoje detidos pelo Estado Português sobre o território de Cabo Verde».* Cumpre-se, assim, a cláusula 11.ª do acordo entre o governo português e o PAIGC, assinado em Lisboa a 19 de Dezembro de 1974.

Para além da expectativa que uma ocasião deste tipo suscita na mente das pessoas, pairava no ar um misto de euforia e apreensão, já que, ao contrário das outras antigas colónias que se haviam tornado independentes, Cabo Verde era (e continua a ser) um arquipélago marcado por dificuldades várias, que começam numa quase total ausência de recursos naturais. Aos olhos de muitos observadores, inclusive cabo-verdianos, a independência era uma aventura temerária, para não dizer um acto tresloucado. Pensando no dia seguinte, Pedro Pires, que já tinha sido escolhido entre os seus pares para chefiar o governo, experimentava uma sensação de grande vazio à sua volta. *«Sentia-me como um coxo a quem tivessem tirado a muleta e que agora teria de caminhar sozinho, com os seus próprios meios.»*[2]

Mas havia também a certeza de que se iria construir a partir daquele dia uma realidade que se pretendia menos cruel nas ilhas, cuja existência foi sempre marcada pela seca e pela fome que ao longo dos séculos ceifaram a vida a milhares de indivíduos. Era portanto sob o signo da ousadia e da incerteza que nascia, oficialmente, no início da tarde de 5 de Julho de 1975, a República de Cabo Verde. Em Bissau, Dakar, Luanda, Maputo, Boston, Buenos Aires, Lisboa, Paris, Roterdão, em suma, onde quer que houvesse algum cabo-verdiano, a data não passou despercebida.

Destoando do clima geral, um grupo de cabo-verdianos descontentes com o rumo dos acontecimentos nas ilhas, ligado ao Congresso dos Juristas Cabo-Verdianos na Emigração, criado nos EUA e liderado pelos advogados Aguinaldo Veiga e Ray Teixeira, proclamara em Março, no hotel Sheraton de Boston, a sua "independência" de Cabo Verde. Na rua, à volta do referido hotel, activistas do PAIGC manifestavam-se contra aquela cerimónia, no seu entender, despropositada. Carlos Santos Silva, embaixador cabo-verdiano anos depois em Washington, foi, com Ray Almeida, Benjamin Santos, Benjamin Monteiro, entre outros, um dos promotores dessa manifestação: *«Acabámos por ter mais audiência do que eles»,* garante, com orgulho.

Em Cabo Verde, nada mais natural que, na noite de 4 para 5 de Julho, de sexta-feira para sábado, ninguém tivesse dormido, dada a roda-viva em que todos se encontravam envolvidos. Vivia-se, no dizer de Aristides Pereira, *«a aurora de um novo tempo»*[3] e havia que vivê-lo da forma mais intensa. E, num ajuste de contas com a história, foram, também nessa noite, apeados dos respectivos pedestais os bustos e as estátuas de representantes do colonialismo português, entre os quais a estátua do descobridor Diogo Gomes, que, por ironia, haveriam de retornar 15 anos depois aos antigos lugares, agora num outro ciclo histórico.

Corsino Tolentino, que há um ano se encontrava a combater na Guiné, passou a noite de 4 para 5 de Julho num dos bancos da praça central da Praia. Ligado ao serviço de logística das festividades da independência, e confrontado com uma emergência, acabou por ceder o quarto que tinha na Rua Madragoa a um convidado estrangeiro, que não tinha onde se hospedar. Praia daquele tempo estava longe da cidade que é hoje. Não havia hotéis, mas apenas uma pousada (onde hoje se situa o Hotel Praia-Mar), a residencial Solmar e a pensão Paraíso, insuficientes para a quantidade de forasteiros ou cabo-verdianos vindos dos mais diversos lugares para assistir à festa da independência.

Silvino da Luz, então com 36 anos, não se lembra de como foi a sua noite de 4 para 5 de Julho. Lembra-se, sim, de, logo depois de ter lido, durante a cerimónia da independência na Várzea, uma moção em nome das Farp, ter ido imediatamente para a cama, com uma febre altíssima, que o "apagou" por completo, deixando com isso os seus camaradas preocupados. *«E acordo no dia 6 completamente curado. Os médicos, na altura, explicaram-me que a febre fosse talvez resultado do* stress *a que vinha estando submetido naqueles dias».*[4] Figura de destaque daquela época, uma das suas tarefas nos últimos meses era mobilizar jovens para as Forças Armadas, após uma rápida preparação no Tarrafal, *«para no dia 5 de Julho termos as primeiras unidades cabo-verdianas das Farp».*

Foram aproveitados como oficiais os ex-sargentos milicianos Ederlindo Ribeiro e Renato Lopes da Cruz e os furriéis Amílcar Monteiro Baptista, José Gomes da Veiga, Armando Costa Almeida, para além dos recrutas incorporados pouco antes do 25 de Abril e que, na sequência de distúrbios entre a população de S. Vicente e elementos da tropa colonial, em Setembro de 1974, recusaram jurar a bandeira portuguesa, um gesto que marcou aquele período de intensa efervescência política. Outros tantos jovens — Abailardo Amado, António Oliveira Santiago, António Lopes da Silva, José Filomeno Monteiro, Roberto Fernandes... — foram igualmente recrutados nessa altura.

Na noite de 4 para 5 de Julho, Aristides Pereira, conhecido pela sua maneira recatada, sentia-se realizado e inebriado: *«Eu achava que o maior bem que me podia acontecer era aquele: a independência do meu país. Se*

morresse naquele dia, morria sem pena. A minha euforia era tal que eu parecia um fulano que toma uma boa gata *e fica tonto...»*[5]

Alveno Figueiredo e Silva tinha apenas oito anos de idade, mas, apesar disso, lembra-se com precisão do "seu" 5 de Julho. Vivia no Sal quando, na véspera, o cunhado Abel Belo, português, pára-quedista da Força Aérea Portuguesa (FAP), o meteu com o irmão num *Nordatlas* e os trouxe à capital para assistirem à cerimónia da independência do seu país. Natural da Praia, Alveno aproveitou a viagem para conhecer a cidade que o viu nascer. *«No dia 5, vestimos roupa nova, feita na véspera; às 8 horas, a minha avó levou-nos ao Estádio da Várzea. Como era muito parecida com a mãe de Amílcar Cabral, às vezes, as pessoas confundiam-na com ela e eu ficava vaidoso. A cerimónia foi para mim uma tristeza misturada com alegria. Tristeza, porque nunca mais iria ver o meu cunhado, de quem eu gostava muito; nós, no Sal, não tínhamos problemas com os portugueses, dávamo-nos bem. E alegria, porque o PAIGC nos tinha convencido de que a independência era uma coisa boa: Cabo Verde tornava-se independente e livre.»*[6]

O fim de uma aventura

Com a independência, Cabo Verde deixava de ser uma das praças-fortes do último império colonial europeu que se desmoronava, em 1975, aos olhos do mundo. Ao contrário da Inglaterra, França ou Bélgica, Portugal tinha-se negado a encontrar qualquer solução negocial com os movimentos de libertação que tinham surgido em Angola, Moçambique e Guiné, ainda nos anos 50. Pelo contrário, ao primeiro sinal de que tinha chegado a hora de maior radicalização, o então presidente do Conselho de Ministros de Portugal, António de Oliveira Salazar, ordena aos portugueses uma ida em força para África. Estava-se em 1961 e eram os angolanos, desta vez, a dar sinais de insubmissão: a 16 de Janeiro tem lugar em Cassange (Malange) o massacre de milhares de agricultores que se haviam negado a continuar a vender o seu algodão aos preços então praticados; a 4 e 5 de Fevereiro, em Luanda, grupos locais atacam as cadeias para libertar os presos políticos; a 15 de Março, na região dos Dembos, verificam-se violentos ataques contra os colonos portugueses e não só, perpetrados pela União dos Povos de Angola (UPA), dirigida por Holden Roberto.[7]

Mesmo Cabo Verde, tradicionalmente mais pacífico, não está imune a este tipo de fenómeno: sintomaticamente, a Polícia Internacional de Defesa do Estado (Pide) instala-se no território,[8] prende 11 cidadãos que são posteriormente julgados em tribunal militar, acusados de pretenderem *«separar»* Cabo Verde da *«Mãe-Pátria»*.[9] Doze anos depois, em Madina do Boé, o PAIGC proclamaria, unilateralmente, a independência da Guiné-Bissau. Nem António de Oliveira Salazar nem

Amílcar Cabral haveriam de assistir a esse acontecimento. Dois anos mais tarde seria a vez de Moçambique (25 Junho), Cabo Verde (5 de Julho), S. Tomé e Príncipe (12 de Julho) e Angola (11 de Novembro). E termina assim a aventura colonial portuguesa em África.

A cerimónia

À cidade da Praia afluem dezenas de delegações ou individualidades estrangeiras, que, com os cabo-verdianos, participam nas festividades da independência. Portugal é quem se faz representar pela delegação mais numerosa, encabeçada pelo seu primeiro-ministro, Vasco Gonçalves. A "república irmã" da Guiné-Bissau faz-se representar pelo seu comissário-principal, Francisco Mendes (Chico Té), e ainda pelo comissário das Forças Armadas, João Bernardo Vieira (Nino). Há também gente vinda de Angola (MPLA), S. Tomé e Príncipe, Guiné-Conakry, Senegal, Costa do Marfim, Argélia, União Soviética, China, Cuba... A Organização da Unidade Africana é representada pelo somaliano Omeh Chalib, ministro dos Negócios Estrangeiros do seu país, detentor da presidência da OUA; e a ONU pelo paquistanês Abu Farah, representante do secretário-geral, o austríaco Kurt Waldheim, e ainda pelo tanzaniano Salim Ahmed Salim, do Comité dos 24, organismo encarregado do processo de descolonização.

Às onze horas chegam ao local o secretário-geral do PAIGC, Aristides Pereira, e Vasco Gonçalves, vivamente saudados pelo público presente. Apresentado pelo seu anfitrião como *«um camarada de combate — do combate que ganhámos juntos...»,*[10] cabe ao representante do chefe de Estado português, general Francisco da Costa Gomes, tal como fizera com Moçambique 10 dias antes, o desígnio de rubricar, com o presidente do parlamento cabo-verdiano, Abílio Duarte, o documento que marca a independência de Cabo Verde. Ao saudar os convidados presentes, Pereira não poupa Gonçalves aos melhores elogios pela *«contribuição decisiva que pessoalmente deu para que o processo de descolonização em Cabo Verde se realizasse neste clima de Paz e Amizade, pela maneira enérgica com que soube intervir em todos os momentos em que os inimigos comuns das nossas duas Revoluções quiseram comprometer a correcção desse processo, agindo contra os interesses do nosso Povo e do Povo Português».*[11]

A cerimónia oficial da independência prolongar-se-á por mais de quatro horas e incluirá desfiles da tropa portuguesa e do contingente das Farp, treinado pelos seus colegas lusos no âmbito do governo de transição. Passam igualmente pela Várzea as Milícias Populares e os representantes dos vários sectores sociais, profissionais e culturais. No ar, uma esquadrilha da FAP, em formação de quatro, sobrevoa *«os céus, inundando-os de pequenos papéis multicolores».*[12] E finalmente, às 12h 40,

Abílio Duarte lê para os seus compatriotas e para o mundo o texto da proclamação da independência da República de Cabo Verde.

Nós, povo das ilhas...

«Diz a História que as reiteradas tentativas de emancipação social das nossas ilhas, embora tenham deixado mártires e gerado heróis anónimos, foram sempre estranguladas pela opressão colonial».[13] Assim começa o referido texto, elaborado por aquele dirigente conjuntamente com o irmão Manuel Duarte e submetido, primeiro, à apreciação da direcção do PAIGC e, depois, dos deputados, durante a primeira sessão da ANP, realizada na Praia, na véspera, não tendo merecido desta qualquer reparo.[14] A "proclamação" é um historial breve da luta que conduziu Cabo Verde à independência. O espírito da época é dado através de referências à Conferência dos Não Alinhados, em Bandung (Indonésia), à África e à luta do PAIGC e ao seu falecido líder, Amílcar Cabral... *«Assim, nós, Povo das Ilhas»*, anuncia Duarte, com emoção: *«quebramos as cadeias da subjugação e escolhemos livremente o nosso destino africano»*. E conclui: *«Hoje, 5 de Julho de 1975, em teu nome, a Assembleia Nacional de Cabo Verde proclama solenemente a República de Cabo Verde como Nação Independente e Soberana».*[15]

O país que nasce pela voz daquele combatente define-se na sua "proclamação" como um *«Estado de vocação democrática e opção anti-imperialista, onde o poder soberano é exercido no sagrado interesse das massas populares, impondo-se-lhe como objectivo primeiro o prosseguimento da luta pela libertação total do Povo e a consequente edificação duma sociedade isenta de exploração do homem pelo homem»*. E, nessa sociedade, o PAIGC assume-se como *«a força, a luz e o guia»* do povo cabo-verdiano. *«Como na República irmã da Guiné-Bissau, o Partido de Cabral, o P.A.I.G.C., expressão suprema da vontade soberana do nosso povo na Guiné e em Cabo Verde, continuará a ser a força política dirigente da nossa Sociedade hoje totalmente livre».*[16]

Por sua vez, não menos empolgado, ao discursar em seguida na mesma cerimónia, Vasco Gonçalves considera *«uma só»* a luta do povo português e a *«do Povo da Guiné e Cabo Verde»*, para concluir: *«A luta do PAIGC contribuiu poderosamente para que os portugueses se libertassem da ditadura fascista. Por isso, em nome do Presidente da República Portuguesa, do Conselho da Revolução, do Governo Provisório e, sobretudo, em nome do Povo Português, eu grito do fundo da nossa alma de português: Viva a Independência de Cabo Verde».*[17]

Vinte anos depois, em Lisboa, a recuperar de uma crise renal, que haveria de o levar à morte em Agosto de 1996, Abílio Duarte considera que o acto da proclamação da independência foi a recompensa moral pelos seus esforços com vista à emancipação de Cabo Verde. Obviamente que neste processo nem tudo foi fácil, tendo ele próprio experi-

mentado vários dissabores, sem esquecer os velhos companheiros que foram ficando pelo caminho. Uns, porque morreram; outros, porque, assolados por dúvidas e constrangimentos diversos, preferiram dar outro rumo ao sonho de libertar Cabo Verde da dominação colonial.

Mudança de bandeira

No meio de grande emoção, às 13h 15, dois oficiais das Farp — Roberto Fernandes e Júlio César Sousa Monteiro — hasteiam a bandeira cabo-verdiana, marcando assim o nascimento de um novo país no mundo. O pavilhão tricolor — vermelho, amarelo e verde — tinha sido parcialmente concebido 15 ou 20 dias antes por Érico Veríssimo Ramos, que, como dezenas de outros estudantes, deixara os estudos em Portugal para se envolver de forma activa na fase final do processo da independência do arquipélago. Com Élvio Fernandes, Érico Veríssimo estivera, clandestinamente, em Janeiro de 1973, em Cuba, para formação militar, tendo os dois viajado com títulos de viagem da Guiné-Conakry. Élvio, com o pseudónimo de Alfred Bangoura[18] e Érico Veríssimo, com o de Muxila N'Guima. Viajaram separadamente de Lisboa até Roterdão e aqui foram recebidos por João Silva (Djunga de Biluca), que os despachou para Argel, onde já se encontrava Olívio Pires. Élvio Fernandes conta que por pouco teria conhecido Amílcar Cabral: *«Nós estávamos na cidade, quando Cabral passou pelo aeroporto; e foi Joseph Turpin, o representante do partido em Argel, quem o foi receber.»*[19]

Da capital argelina, os três — Élvio, Érico e Olívio — seguiram dias depois para Havana, via Rabat. *«O objectivo»*, conta o segundo, *«era arrancar com qualquer coisa em Cabo Verde, o que incluiria acções de sabotagem ou de guerrilha clássica»*.[20]

A estagnação da luta nas ilhas era algo que incomodava o interior do PAIGC. Depois de desistir da ideia de um desembarque no arquipélago, a direcção do partido procurava uma forma de acalmar alguns sectores da sua ala cabo-verdiana, que a acusavam de dar pouca atenção à luta em Cabo Verde. A preparação dos três nacionalistas visava despoletar um conjunto de acções susceptíveis de inserir as ilhas no centro das atenções a nível da opinião pública mundial. *«Tinha-se a consciência de que uma guerra como a da Guiné-Bissau era impensável»*, acrescenta Érico Veríssimo, na altura estudante do quarto ano de Arquitectura na Escola Superior de Belas Artes, em Lisboa. *«O nosso plano era, através de acções esporádicas, mas com impacto, mostrar a Portugal que o PAIGC, tal como na Guiné, também estava presente em Cabo Verde.»*

Essa preparação teve, todavia, de ser interrompida quando, a 20 de Janeiro de 1993, Amílcar Cabral é assassinado em Conakry por militantes guineenses do PAIGC, também eles descontentes com os rumos

da luta. No seu entender, a Guiné só não se tinha tornado independente ou autónoma devido à persistência da direcção do partido — dominada, segundo eles, pela sua ala cabo-verdiana — em não deixar "cair" Cabo Verde, de que Portugal teimava em não abrir mão. Através de uma persistente e eficiente propaganda, acompanhada de outras acções psicossociais, o então governador da Guiné, general António de Spínola, vinha procurando, através da sua política *Por uma Guiné melhor*, desmobilizar os guineenses, não se coibindo de utilizá-los contra os cabo-verdianos e estes contra os guineenses.

Também por essa altura um outro evento aguardava Érico Veríssimo e Olívio Pires, já que o terceiro elemento do grupo — Élvio Fernandes — havia deixado Havana, dias antes. Conta o primeiro: *«Inexplicavelmente, dois ou três dias depois da morte de Amílcar, as autoridades cubanas dão-nos 24 horas para abandonar Cuba, facto que até hoje não consegui entender. Tivemos de sair à pressa, sem terminar a nossa preparação. A minha impressão é que os cubanos também ficaram preocupados, não sabiam o que se estava a passar no interior do PAIGC e, possivelmente, não se queriam comprometer»*. Sobre este mesmo assunto Olívio tem outro entendimento: *«Fomos para Cuba numa curta missão e, quando ela terminou, fomos embora. Não houve nada de especial da parte das autoridades cubanas.»* [21]

Chegados a Argel, para Érico Veríssimo, a solução foi regressar a Portugal via Roterdão, enquanto Olívio Pires e Pedro Lopes (que se encontrava na capital argelina) seguiam para Conakry, onde iriam procurar inteirar-se do que se passara com a morte de Amílcar Cabral. O terceiro elemento do grupo, Élvio Fernandes, como atrás se disse, havia já deixado Havana, alegadamente por razões pessoais. *«Eu sempre pus o problema de que não podia me ausentar de Lisboa por muito tempo, para não chamar a atenção da Pide. Não tinha sequer informado a minha família ou as pessoas à minha volta da viagem. Como estávamos em férias, havia as greves na universidade, em Dezembro, eu estava disponível»*, conta Fernandes, que na altura tinha 24 anos e cursava o segundo ano de economia, em Lisboa.

Mas, por azar, no momento do seu embarque em Havana, Fernandes deixou-se fotografar ao lado da activista afro-americana Angela Davis. *«Na sala de embarque pude aperceber-me de que havia um movimento de jornalistas e fotógrafos e procurei evitá-los. Por azar, já na pista, quando vou embarcar, cruzo com uma pessoa vestida de maneira simples e longe de mim pensar que fosse a Angela Davis. De qualquer forma, embarco com a sensação de que tinha sido fotografado. Sentei-me ao lado de um cubano que me perguntou se tinha visto a Angela Davis. Fiz toda a viagem preocupado com a possibilidade de a minha imagem aparecer nalgum jornal. Quando chego a Rabat e sou recebido pelo embaixador cubano, imediatamente pedi-lhe que informasse os meus companheiros desse risco»*.

Se chegasse ao conhecimento das autoridades portuguesas a razão

que tinha levado os três cabo-verdianos a Cuba, isso não só poria em causa a operação em curso como também a segurança dos demais militantes em Portugal. Aliás, quer Élvio Fernandes, quer Érico Veríssimo Ramos, bem como os demais elementos do PAIGC naquele país, foram praticamente salvos pelo MFA, que, a 25 de Abril de 1974, derrubou o governo de Marcello Caetano. De acordo com Érico Veríssimo, quando os capitães tomam de assalto o poder, a Pide estava em vias de lançar uma vasta e rápida operação para desmantelar o que restava das células do PAIGC em Portugal, tendo detido, em Fevereiro, o hoje jornalista Manuel Delgado, quando este se encontrava já em Espanha a caminho de França. Desertor do exército português, há três meses que ele estava na clandestinidade.

Antes disso, a polícia política portuguesa tinha praticamente neutralizado as acções do PAIGC em Cabo Verde com sucessivas prisões dos seus activistas. Em 1972, Alexandre Ramos de Pina e vários outros haviam sido desterrados para Angola, onde já estavam outros militantes. Presos em Janeiro de 1974, chegariam também Eurico Correia Monteiro e Homero Vieira Lopes. De igual modo, os principais responsáveis do PAIGC em Cabo Verde nessa altura — José Luís Fernandes, Sérgio Centeio e José Tomás Veiga — , estavam identificados e localizados, aguardando apenas a sua hora. Nas vésperas do 25 de Abril, e na sequência da prisão de outros militantes do PAIGC, Jorge Querido — velho conhecido da Pide devido às sucessivas prisões de que fora alvo ainda nos anos 60 — tinha sido, mais uma vez, detido e conduzido a Lisboa em condições consideradas estranhas pelos seus colegas. Porém, em vez da acção arrasadora da Pide, veio a Revolução dos Cravos. Érico Veríssimo Ramos, que já se encontrava de novo em Portugal, recebe, via José Luís Fernandes, ordens de Conakry para descer imediatamente a Cabo Verde e aqui participar no aceleramento da luta pela independência. Chega à Praia a 16 de Maio e logo se torna um destacado activista, temido pelo tom incendiário e debochado dos seus discursos, facto que lembra com humor, característica que ainda hoje faz dele uma figura popular e estimada na Praia natal. À sua disposição teria sobretudo a rádio, onde anima o programa "Grito do Povo".

Ainda a propósito da primeira bandeira de Cabo Verde, razão pela qual o seu nome foi inicialmente evocado nesta reportagem, Érico Veríssimo Ramos lembra-se de ter sido contactado poucos dias antes da independência por João Pereira Silva para conceber as armas do país, que depois seriam inseridas no pavilhão do PAIGC. *«Deram-me as divisas* Unidade, Trabalho e Progresso *e as orientações que deveriam ser levadas em conta na concepção das armas. Para além da concha que significava a vocação marítima do homem cabo-verdiano, constavam as espigas de milho — a base alimentar de Cabo Verde; a estrela negra — a África; a roda dentada e o*

livro, que simbolizavam a ideia do desenvolvimento e estudo. Na parte superior havia ainda uma picareta que depois foi retirada».

Elaborado o projecto, Érico Veríssimo foi a Bissau para os acertos finais com Luís Cabral e, a partir daí, saiu a versão definitiva da bandeira, solenemente, hasteada no Estádio da Várzea, a 5 de Julho de 1975. Ainda hoje entende ter sido *«absolutamente legítimo»* que a primeira bandeira da República de Cabo Verde tivesse sido concebida em cima da do PAIGC, já que naquela altura, além de não existir, pelo menos legalmente, nenhuma outra força política, foi aquele partido que conduziu a luta pela independência. E face à mudança da bandeira, ocorrida em 1993, na sequência da vitória eleitoral do Movimento para a Democracia (MpD), ele profetiza: *«Estou convencido de que, mais tempo ou menos tempo, a nova bandeira cai. Basta, por exemplo, que o PAICV tenha também uma maioria absoluta para isso acontecer».*

Notas

[1] Luís Sttau Monteiro, "O último dia duma colónia", **Diário de Lisboa**, Lisboa, 05-07-75.

[2] Entrevista: Pedro Pires, Praia, 16-06-95.

[3] Aristides Pereira, **Discursos I** (1973-1980), Gabinete da Presidência da República, Praia.

[4] Entrevista: Silvino da Luz, Praia, 07-02-95.

[5] Entrevista: Aristides Pereira, Praia, 11-05-95.

[6] Entrevista: Alveno Figueiredo e Silva, Praia, 20-06-95.

[7] A UPA é uma evolução da UPNA (União dos Povos do Norte de Angola), como o seu nome indica, organização de forte pendor tribalista, criada em 1954, em Leopoldville, Congo Belga. Por sugestão de Frantz Fanon, Holden Roberto acabou por dar-lhe outro cariz e anos mais tarde volta a mudar a denominação do seu movimento para Frente Nacional de Libertação de Angola (FNLA).

[8] Até então Cabo Verde estava dependente da Pide da Guiné, limitando-se esta a visitas regulares ao arquipélago.

[9] São eles: Aires Leitão da Graça, Alcides Barros, Anastácio Filinto Correia e Silva, Arménio Vieira, Daniel Monteiro, Francisco Correia, Joaquim Francisco Silva, Lucílio Braga Tavares, Manuel Chantre, Osvaldo Aranda Azevedo e Teófilo Leitão da Graça.

[10] Aristides Pereira, op. cit., pp. 64 e 65.

[11] Idem, ibidem, p. 64.

[12] **Boletim Informativo do PAIGC em Portugal**, n. º 4, 25 de Julho de 1975, Lisboa.

[13] "Proclamação da Independência de Cabo Verde", **Boletim Oficial**, 05-06-75, Praia.

[14] Assembleia Nacional Popular, Acta das Sessões, I Legislatura, I sessão, Praia, 1975.

[15] Idem, ibidem.

[16] Idem, ibidem.

[17] "Cabo Verde independente", **Boletim Informativo do PAIGC em Portugal**, ibidem.

[18] N.A.: Alfred Bangoura foi também o nome de guerra adoptado por Aristides Pereira no início da luta, à semelhança de Abel Djassi adoptado por Amílcar Cabral.

[19] Entrevista: Élvio Fernandes, Praia, 08-05-95.

[20] Entrevista: Érico Veríssimo Ramos, Praia, 27-02-1995.

[21] Entrevista: Olívio Pires, Praia, 11-02-95.

2

AS RAÍZES DA INDEPENDÊNCIA

A luta que conduziu à independência da Guiné e de Cabo Verde está irremediavelmente ligada ao surgimento do PAIGC. De acordo com a sua história oficial,[1] esse partido político foi fundado em Bissau, a 19 de Setembro de 1956, por Amílcar Cabral, Abílio Duarte, Aristides Pereira, Luís Cabral, entre outros. A fundação do PAIGC, segundo a mesma versão, *«marca o começo duma nova situação histórica na vida do povo da Guiné e Cabo Verde»*.[2] Sobretudo no Senegal, várias outras organizações aparecem, nos anos 50 e 60, a reivindicar a independência da Guiné e, em menor grau, a de Cabo Verde. Porém, na maioria das vezes, tais formações não passaram de simples siglas, sem significado prático.

Pelo contrário, dirigido por Amílcar Cabral, o PAIGC aparece como uma força organizada, cujos objectivos se repartem por um programa mínimo de sete pontos e outro maior de nove. No primeiro preconiza a *«União orgânica de todas as forças nacionalistas e patrióticas»* com vista à independência da Guiné e de Cabo Verde; e no segundo defende: *«1. Independência imediata e total; 2. Unidade da nação na Guiné e em Cabo Verde; 3. Unidade dos povos da Guiné e de Cabo Verde; 4. Unidade africana; 5. Regime democrático anti-colonialista e anti-imperialista; 6. Independência económica, estruturação da economia e desenvolvimento da produção; 7. Justiça e progresso para todos; 8. Defesa nacional eficaz e ligada ao povo. 9. Política internacional própria, no interesse da Nação, da África, da paz e do progresso da humanidade.»*[3]

O PAIGC vai encontrar no bloco socialista e nos países africanos "progressistas" — Guiné e Argélia, sobretudo — os seus principais aliados, que o financiam e armam. No *memorandum* que endereça, em 15 de Novembro de 1960, ao governo português, o PAIGC propõe um conjunto de medidas com vista à *«liquidação pacífica da dominação colonial»* na Guiné e em Cabo Verde, mas que são ignoradas por Lisboa. Entre as tais medidas constavam o direito dos *«povos guineense e cabo-verdiano»* à auto-determinação, a retirada das forças militares e repressivas dos dois territórios, a libertação dos presos políticos, a realização de eleições livres supervisionadas pela ONU para a escolha de uma câmara de representantes de cada um dos dois povos e, finalmente, a sua eventual constituição unitária num só parlamento, precedida de consul-

ta popular. *«Todos os assuntos da vida dos povos guineense e cabo-verdiano deverão ser resolvidos e controlados por esses povos, através dos seus legítimos representantes. Esta condição é a base indispensável para os povos da Guiné e Cabo Verde poderem, em qualquer momento e em plena liberdade, determinar o seu próprio destino»*, conclui o *memorandum*, que conta com o *«completo acordo»* do Movimento de Libertação da Guiné e Cabo Verde (MLGC), com sede em Conakry.[4]

Conferência de Berlim

Constituído por guineenses e cabo-verdianos, o PAIGC retoma, na verdade, os "impulsos" anteriores com vista a uma certa emancipação político-administrativa na Guiné e em Cabo Verde. Tal como em Angola ou em Moçambique, Portugal vai procurar estabelecer na plenitude a sua soberania na Guiné somente depois da Conferência de Berlim (1884-1885), a custo de sangrentas campanhas de *pacificação*. Além de terem retalhado entre si o continente africano, as potências europeias, na capital alemã, estabelecem o princípio de que os países que possuíssem colónias deveriam provar, no terreno, que a sua presença era um facto real. Portugal, mais fraco, acaba por ser a principal vítima dessa repartição, tendo-lhe cabido o que é hoje Angola, Moçambique, Guiné-Bissau, Cabo Verde, S. Tomé e Príncipe e, ainda, o enclave de S. João Baptista de Ajudá (Daomé, actual Benin). A parte de leão vai, obviamente, para a Inglaterra e a França.

E é igualmente por essa altura, finais do século XIX e início do XX, que Silva Porto, Teixeira Pinto, Roberto Ivens, Hermegildo Capelo, Mouzinho de Albuquerque, entre outros, acrescentam os seus nomes à galeria de heróis lusíadas. São eles que vão tentar provar que o seu país dominava os territórios que dizia possuir em África. Alguns desses exploradores — misto de cientistas e militares, aventureiros e românticos — conseguem a proeza de atravessar o continente, partindo de Angola (costa ocidental) até chegar a Moçambique (costa oriental). E, num sinal de que não se tinha conformado com a sua sorte em Berlim, Portugal reivindica para si um vasto território que hoje englobaria, para além desses países, partes do Congo-Kinshasa, da Zâmbia e do Zimbabwe. Era o chamado mapa cor de rosa, o que, evidentemente, bulia com os interesses ingleses nessa zona do mundo.

Por isso, em Novembro de 1889, Londres faz saber que não admitia tal pretensão, na medida em que os portugueses não se mostravam capazes de *«exercerem direitos ordinários de soberania»*[5] em tão extenso espaço territorial. Em 11 de Junho de 1890, ao tomar conhecimento de que Portugal pretendia enviar tropas para a região, Londres apresenta-lhe um ultimato em que ordena que o seu velho aliado se retire, nesse

mesmo dia, dos territórios em causa. Lisboa não teve outra saída senão capitular, perante a consternação dos seus cidadãos, que enchem a baixa lisboeta para expressar a sua dor. Sobre isso, observa Eduardo Lourenço: «*Chorámos na praça pública, não por riquezas perdidas que eram literalmente fictícias, mas por nos darmos conta sem remissão que não pesávamos nada na balança da* Europa civilizada e imperialista».[6]

Por ironia, 19 anos antes do ultimato inglês, Eça de Queiroz, a propósito dos brios que a questão colonial suscitava entre os seus compatriotas, afirmava, sarcástico: «*Para que temos colónias? E ai de nós que as não teremos por muito tempo! Bem cedo pensará que imensos territórios, pelo facto lamentável de pertencerem a Portugal, não devem ficar perpetuamente sequestradas do movimento da civilização; e que tirar as colónias à nossa inércia nacional, é conquistá-las para o progresso universal. Nós temo-las aferrolhadas no nosso cárcere privado de miséria. Não tardará que na Europa se pense em as libertar.*» E arrematava logo a seguir: «*Para evitar esse dia de humilhação sejamos vilmente agiotas, como compete a uma nação do século XIX — e vendamos as colónias*».[7]

A venda das colónias foi defendida também por Carlos Rates, primeiro líder do Partido Comunista Português (fundado em 1921), «*a fim de, com o produto da almoeda, se promover o fomento da agricultura e comércio de Portugal*».[8] Apenas com Álvaro Cunhal, o PCP haveria, no seu III Congresso, em 1943, de mudar a sua posição: «*Nós, comunistas, reconhecemos aos povos coloniais o direito de constituírem-se em estados independentes, embora os povos das colónias portuguesas, pouco desenvolvidos sob todos os aspectos, não possam, por si, nas circunstâncias presentes, assegurar a sua independência*».[9] Os comunistas irão evoluir no seu V Congresso, em 1957, para uma posição menos paternalsita ao considerarem que «*estão (...) criadas as condições para que os povos das colónias de África, dominadas por Portugal, conquistem a sua liberdade e independência, independentemente das modificações que possam operar na situação política em Portugal*».[10]

Pacificar a Guiné

Tal como em Angola e em Moçambique, a soberania portuguesa na Guiné circunscrevia-se ao litoral: à medida que se avançava para o interior, maior era a hostilidade dos "indígenas" aos portugueses. Serão necessárias várias campanhas de pacificação para que Lisboa consiga — e mesmo assim por um período de menos de 30 anos — impôr a sua autoridade às tribos que habitam o que é hoje a Guiné-Bissau. Ou seja, entre 1884 e 1936, registam-se «*81 campanhas, expedições ou simples operações que envolveram um mínimo de 8444 soldados regulares e 42 500 guerreiros e auxiliares do lado português...*»[11]

Ao longo destes 90 anos, dois homens sobressaem entre tantos

outros: o governador Honório (Pereira) Barreto, filho de pai cabo-verdiano e mãe guineense, que veio a falecer em 26 de Abril de 1859; e o capitão português João Teixeira Pinto, chefe do Estado Maior da Guiné, entre 1913 e 15. Enquanto Barreto se impõe pela forma como acabava por ludibriar ou negociar a paz com as diversas etnias guineenses, Teixeira Pinto sobressai pelos métodos drásticos com que geralmente abafava os levantamentos das mesmas tribos. Vítima de intrigas em Lisboa e em Bissau, esse militar acaba por ser transferido quase sob prisão para Moçambique, tendo, no entanto, mais tarde, sido recuperado e erigido como herói da pacificação da Guiné.

Uma vez pacificada, a Guiné ficará entregue mais à gerência da Casa Gouveia (absorvida depois pela Companhia da União Fabril, CUF), e do Banco Nacional Ultramarino (BNU), do que propriamente à administração central de Lisboa.[12] O aparecimento, em 1911, em Bissau, de uma organização dos assimilados urbanos, denominada Liga Guineense, *«pode ser citada como uma das anunciadoras do movimento de libertação nacional. Acusada como responsável da revolta de 1915, ela foi dissolvida».*[13]

Arquipélago inquieto

No caso de Cabo Verde, a primeira tentativa de desligar o arquipélago de Portugal data da segunda década do século XIX. Note-se que não se tratava ainda de uma independência nacional, mas sim da sua ligação ao Brasil, para onde fora transferida a Corte Portuguesa, acabando essa colónia latino-americana por proclamar a sua independência a 7 de Setembro de 1822. O movimento "cabo-verdiano" pró-Brasil surge na ilha de Santiago na sequência da Revolução Liberal portuguesa de 24 de Agosto de 1820, na qual é adoptada a primeira Constituição desse país, cujas ressonâncias democráticas e humanistas não deixam, por seu turno, de ter eco junto da população cabo-verdiana, que recebe com euforia a notícia. Com duração de um ano e meio, eclode em Dezembro de 1821, em Santiago, o levantamento dos rendeiros da Ribeira de Engenhos contra o morgado Domingos Ramos, de Mosquitos, mergulhando a mais importante ilha da colónia na instabilidade.

Segundo Daniel A. Pereira, a influência do liberalismo português e a presença de alguns "inconfidentes" brasileiros em Cabo Verde, deportados após o desmantelamento da Inconfidência Mineira, terão influenciado o movimento pró-Brasil. *«A situação interna de Cabo Verde era, efectivamente, muito difícil»*, acentua aquele historiador, que transcreve, a propósito, afirmações do governador João da Mata Chapuzet, enviado de Portugal, em Fevereiro de 1823, para, no arquipélago, acalmar os ânimos: *«a Tropa se apresentava inteiramente insubordinada; os povos da Ribeira do Engenho existiam armados e desobedientes; os rendeiros não queriam pagar aos*

proprietários, tendo arrogado a si o errôneo princípio de que era propriedade sua o terreno em que eles trabalhavam; os escravos julgavam-se livres pela Constituição, e esperando pela minha chegada para terem a sua carta de alforria; os degredados tentavam dar um saque geral e fugir depois; e os bons e honrados habitantes, temendo pelo desenvolvimento que podia haver em toda esta cena, armavam-se e tratavam de defender suas habitações a todo o custo...»[14]

Referindo-se ao movimento de desanexação de Santiago de Portugal e sua anexação ao Brasil, o mesmo governador, em carta de 16 de Maio de 1823, avançava: *«Quando cheguei a esta ilha de Santiago, fui informado de que algumas pessoas alucinadas tinham tentado seduzir os povos desta mesma ilha para fazerem uma revolução depondo a Junta Governativa da Província, nomeando outra em seu lugar, declarando-se a favor do Brasil, não recebendo do Governo de Portugal, nem as tropas Europeas mandadas para esta Província, impedindo pelo meio da força o seu desembarque, e enviando uma Deputação ao Rio de Janeiro, para pedirem socorro e protecção.»*[15]

Neste processo, foram apontados como responsáveis o major João Sanches Pereira, tido por Mata Chapuzet como *«nada afecto aos europeus»*, e o capitão-mor José Pereira de Carvalho, *«neto de um potentado desta Ilha, que morreu enforcado, por ter sido o principal móvel da morte do Ouvidor, e cuja cabeça foi para aqui mandada(...)»*. Concluindo, para Daniel A. Pereira, a junção de Santiago ao Brasil só não terá avançado *«por insuficiente maturação das forças produtivas e por inexistência de uma burguesia local suficientemente forte e consciente e intelectuais capazes de assimilar e fazer circular as ideias novas como sementes de futuro.»*[16]

Enfim, abafado tal movimento político, o que se pode chamar de raízes da independência de Cabo Verde são de novo detectadas no final do século XIX e início do XX, surgindo ainda, note-se, apenas como hipótese remota e académica. Em 1835, mais uma vez em Santiago, há notícia de duas grandes revoltas, uma de militares oriundos dos Açores, que se rebelam contra os seus oficiais, e outra de escravos de Monte-Agarro, localidade perto da Cidade da Praia, que pretendem tomar de assalto a cidade e, talvez, a ilha, assassinar os brancos e pilhar as casas. Denunciados, presos e julgados, os cabecilhas do grupo — Gervásio, Domingos e Narciso, todos escravos — serão fuzilados por ordem do governador Joaquim Pereira Marinho. E, em Setembro de 1918, eclode, novamente na Praia, um confronto aberto entre os naturais da ilha e as tropas portuguesas nela estacionadas, atrito esse a que se deu exageradamente o nome de "sedição", pois, para o jornal **A Voz de Cabo Verde**, tudo não passou de uma *«vulgaríssima desordem»*,[17] resultante certamente da animosidade entre os autóctones e os "vindo de fora".

As crises internas, decorrentes de sucessivos maus anos agrícolas, associadas ao colapso do sistema escravocrata e aos ecos de mudanças sociais e políticas vindos do exterior, nomeadamente de Portugal, estão

entre as causas das revoltas que vão tendo lugar em Cabo Verde nos finais do século XIX e inícios do XX. Sendo a maior ilha do arquipélago, concentrando-se nela o grosso da população, era também em Santiago que as contradições do regime escravocrata se revelavam mais agudas.

Outro polo importante é a ilha de S. Vicente, cujo porto natural é descoberto em 1850 pelas companhias carvoeiras inglesas, que nela se instalam. Isso dá início a uma importante industrialização do arquipélago e um claro período de prosperidade, com as consequências sociais e políticas advenientes de um processo do género, enquanto *«o resto do arquipélago, profundamente agrário, continuava sob os efeitos das ondas de choque provocados pelo fim da escravatura e por períodos intensos de seca, com as suas conhecidas consequências».*[18] *«Jornais, sindicatos, associações e grémios recreativos e desportivos, greves e outras manifestações cívicas e políticas com mobilização proletária começam a fazer parte do quotidiano mindelense, ora para festejar, ora para reivindicar os seus direitos laborais.»*[19]

A voz de Cabo Verde

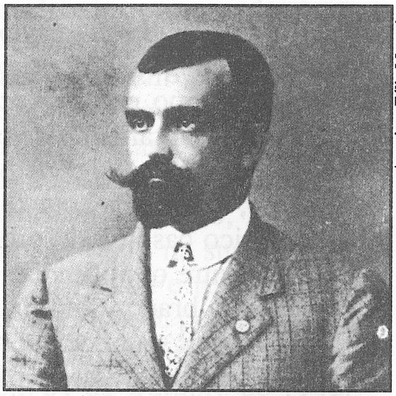
Os jornais da época, sobretudo **A Voz de Cabo Verde**,[20] estão recheados de artigos em que os notáveis locais discutem com paixão o futuro da colónia. A reivindicação de uma autonomia administrativa e a valorização das gentes do arquipélago acabarão por dar lugar, com o tempo, ao que se convencionou chamar de *nativismo* e depois de *regionalismo*. Todavia, para evitar mal-entendidos, um desses homens, Eugénio Tavares, escandalizado, apressa-se a esclarecer quanto à ideia da independência em si: *«Para Cabo Verde? Para estas pobres e abandonadas rochas atiradas ao mar — independência? Isso fará sentido? Deus tenha piedade dos insensatos!»* [21]

Outra grande figura desse tempo é Pedro Monteiro Cardoso. É o primeiro intelectual cabo-verdiano a defender um retorno à África, propósito que assume ao adoptar "Afro" como pseudónimo, para além de vários outros gestos políticos e culturais. O seu livro **Folclore caboverdeano**, publicado em 1933, é, também, a primeira tentativa de compreensão e análise da identidade cabo-verdiana, embora seja patente o amadorismo ou as limitações técnicas e científicas do seu autor.[22]

Pedro Cardoso e Eugénio Tavares formavam uma dupla perfeita. Poetas e prosadores, ambos são ainda hoje paradigma de uma elite formada a partir do Seminário de S. Nicolau ou instruída noutros estabelecimentos escolares pertencentes em geral à Igreja Católica. Tal elite era constituída na sua maioria por homens que, apesar de manterem uma forte ligação espiritual e umbilical com Portugal, pouco a pouco começam a sentir-se defraudados. Dão-se conta, por assim dizer, de que esse amor à distância não é correspondido na dimensão que gostariam. Cabo

Arquivo: Olavo Cardoso

José Lopes e Pedro Cardoso



Arquivo: Félix Monteiro

Eugénio Tavares

Arquivo: Ilione Macedo

Abílio Monteiro de Macedo

Verde — o amor primeiro dessa gente — continua entregue ao abandono, às estiagens, às fomes e às mortes.

Mas a decepção maior virá, sobretudo, com o advento da República em 5 de Outubro de 1910, cuja mensagem de democracia e igualdade cria inúmeras expectativas no arquipélago. Face aos ventos de mudança em Portugal, as figuras mais expressivas da intelectualidade cabo-verdiana dessa época — de que constam Tavares e Cardoso, para além de Abílio Monteiro de Macedo, Luiz Loff de Vasconcellos, José Lopes, entre outros — transplantam para as ilhas as lutas entre monárquicos e republicanos, repetindo mais tarde as disputas intestinas entre as diversas facções que constituem o último grupo. Maçónicos e republicanos, quase todos assumida e ostensivamente anticlericais, será, pois, grande o seu desapontamento com o rumo dos acontecimentos em Portugal. A República dos seus sonhos era, afinal, outra.

Marinha de Campos

Entretanto, a situação social derivada do caos político em que se

encontrava a metrópole não deixa de ter os seus efeitos em Cabo Verde. Em 1910 chega à Praia o governador Arthur Marinha de Campos, que não tem tempo para aquecer a cadeira. A sua chegada coincide com mais um levantamento de camponeses em Santa Catarina, que fica conhecido por Revolta de Ribeirão Manuel, mas que, segundo José Maria Semedo, é discutível que tenha chegado a tanto, assemelhando-se antes a um típico caso de desordem pública.[23] Por trás do mesmo estava um conflito entre o latifundiário Aníbal dos Reis Borges e os seus rendeiros, estes a braços com mais um mau ano agrícola e com dificuldades para saldar os seus compromissos. Informado da contenda, precisamente no dia da sua posse, a 14 de Novembro, Marinha de Campos decide deslocar-se de imediato ao local, com a intenção de mediar o conflito. Acaba por tomar partido dos "revoltosos", o que cria neles e nos demais desvalidos de Santiago a sensação de que tinha chegado a sua hora. Note-se ainda que "revoltas" semelhantes *«tiveram lugar em 1822, com a implantação do Regime Liberal, quando os rendeiros dos Engenhos recusaram pagar rendas alegando abolição do regime de propriedade em vigor. Ainda em 1841 os rendeiros e parceiros da Achada Falcão recusaram pagar as rendas ao proprietário Nicolau dos Reis Borges».*[24]

Ainda sobre Marinha de Campos, há notícias dele como um agitador popular, libertário, muito dado a comícios. Durante a sua gestão, que um seu detractor classifica de *«administração ultramarina a pontapés»,* a cidade da Praia vive em clima de autêntica comuna. Vendo o estado miserável em que se encontrava a colónia, o governador terá deixado escapar este desabafo: *«A minha pena é não ser filho de Cabo Verde, entre vós falta um homem, sim, não vejo entre vós, um homem que fosse qual outro Aguinaldo que vos levasse à revolta para tornar as ilhas independentes ou autónomas, como aquele tornou as Filipinas».*[25]

Caído entretanto em desgraça, Marinha de Campos regressa a Portugal, preso, em 3 de Abril de 1911, a bordo do navio *Luanda, «tomado por Toussaint Louverture»* e acusado de pretender *«fazer de Cabo Verde uma ilha de S. Domingos»,* conforme escreve, em sua defesa, Eugénio Tavares.[26] A sua estada no arquipélago não dura mais do que quatro meses e meio. Ainda assim, tenta fazer-se eleger pouco depois representante de Cabo Verde à Assembleia Nacional, mas sem sucesso.

Os protonacionalistas

É, para todos os efeitos, o PAIGC quem vai retomar os anseios de emancipação e conduzir Cabo Verde à independência, uma vez que o golpe de Estado de 28 de Outubro de 1926 cortara pela raiz as veleidades autonomistas da elite crioula, cujos elementos, entretanto, morreram ou envelheceram, perderam a combatividade ou se deram conta de

que eram nulas as possibilidades de verem realizados os seus ideais no ambiente em que Portugal passou a viver com a ditadura do Estado Novo. **A Voz de Cabo Verde** encerrara as suas portas em 1919 e as demais publicações do género (**Manduco**, por exemplo) deixaram também de existir e as que eram permitidas estavam longe de assumir a frontalidade que outrora caracterizava os paladinos da causa cabo-verdiana.[27]

Depois de uma vida atribulada que o levou ao exílio, Eugénio Tavares morreu, aos 63 anos, em 1 de Junho de 1930, na sua querida Brava natal, ilibado do "alcance" de que fora acusado e reconciliado com a igreja católica. É ainda hoje lembrado, sobretudo, por causa das mornas que escreveu em louvor ao amor ou lamentos do destino crioulo. De igual modo, Pedro Cardoso morreu em 31 de Outubro de 1942, aos 52 anos, na Praia, desgostoso e afectado por várias tragédias domésticas. Natural do Fogo, Abílio Monteiro de Macedo, comerciante e proprietário de **A Voz de Cabo Verde**, foi, por seu turno, presidente da Câmara Municipal da Praia entre 1923 e 28. Foi durante a sua administração que esta cidade conhece várias obras estruturais que perduram até hoje: arruamentos, a praça central, o mercado municipal, o cine-teatro, a central eléctrica etc. Ele e Tavares desentendem-se, em 1916, por causa da nova linha editorial introduzida, entretanto, por Monteiro de Macedo no seu jornal, seguindo cada um o seu caminho. Abílio Monteiro de Macedo morre aos 79 anos, em 1965, na Praia, tendo experimentado, em 1942, o cárcere no Presídio do Tarrafal, por ter denunciado a existência da fome no arquipélago.

Ao analisar o fenómeno protonacionalista na África lusófona, Mário Pinto de Andrade aconselha a que não seja ignorada *«a influência do ideário dos proto-nacionalistas nas novas gerações através da socialização familiar, o peso ideológico noutros destinos individuais»*.[28] Adolescente ainda, José Leitão da Graça lembra-se de Pedro Cardoso como um dos frequentadores da tipografia Minerva — propriedade de Álvaro Leitão da Graça, seu pai — e de ter participado num recital organizado pelo autor de **Algas e corais**: *«Teve grandes problemas financeiros. Em Cabo Verde, por mais importância que um fulano possa ter tido, na desgraça, as pessoas afastam-se. Como homem do Fogo que era, a senilidade, a pobreza, para além de outros problemas, devem tê-lo afectado bastante, inclusive na produtividade.»*[29]

Onésimo Silveira dedica o seu célebre ensaio **Consciencialização na literatura caboverdiana** a Pedro Cardoso, *«pelo exemplo de caboverdianidade»*.[30] Leitão da Graça também não regateia ao autor de **Algas e corais** e aos pares deste o seu tributo. *«A ampla autonomia defendida por essa geração para Cabo Verde era uma ideia progressista e avançada para a época, mas que se tornou anacrónica com o Estado Novo»*. Silvino da Luz idem: *«Diz-se que as coisas começaram com* **Claridade**. *Para mim, não é verdade: vamos encontrar já em Pedro Cardoso e Eugénio Tavares qualquer coisa em*

prol da libertação de Cabo Verde. Eles foram exemplo de que o intelectual deve ter uma visão actuante da realidade em que vive...»[31]

Da verdadeira fundação do PAIGC

De acordo com a sua história oficial, o PAIGC nasceu a 19 de Setembro de 1956, em Bissau. A organização chamava-se inicialmente Partido Africano da Independência e União dos Povos da Guiné e Cabo Verde, tendo adoptado como sigla P.A.I., e como divisa "Unidade e Luta". Segundo Luís Cabral, além do irmão, participam no que é considerado o encontro constitutivo do PAIGC os cabo-verdianos Aristides Pereira, Fernando Fortes e Júlio Almeida e os guineenses Elysée Turpin e ele, Luís, sendo este filho de um cabo-verdiano e de uma portuguesa. Apesar de ligado ao projecto desde o início, Abílio Duarte não participou no encontro, facto não ignorado por Luís Cabral nas suas memórias: *«Abílio Duarte, companheiro do Amílcar desde os primeiros contactos feitos por ele em Bissau, era o grande ausente e nunca deixou por isso de ter o seu lugar entre os pioneiros do movimento nacionalista da Guiné e Cabo Verde».*[32]

Precisamente por isso, Abílio Duarte questiona o estatuto histórico atribuído à tal reunião. Esclarece, contudo, que não põe em causa a realização da mesma, tanto mais que Luís, no seu citado livro, descreve como tudo se passou, sem deixar de pormenorizar os assuntos nela tratados, nomeadamente a distribuição de tarefas feita por Amílcar aos seus *compagnons de route*. Ainda assim, Duarte diz que sempre estranhou que, estando em Bissau, e estando, como o próprio Luís e os demais companheiros reconhecem, desde o início, envolvido na génese do PAIGC, não tenha sido convocado para o encontro. *«Pode ter havido a reunião, mas não pode ser considerada a fundação do partido»,* defende. *«A grande verdade é que Amílcar Cabral esteve em 1957 em Paris, onde se encontrou com Mário de Andrade e Marcelino dos Santos, e não falou da fundação do PAIGC com ninguém».*[33]

Para Duarte, o PAIGC *«foi um longo processo»,* que remonta a 1952, com a chegada de Amílcar Cabral de Portugal. Entre os *«fundadores»* estão, além dos habitualmente citados, Joaquim Carrington da Costa, João Rosa e Victor Robalo, guineenses. Os dois primeiros morreram nas mãos da Pide e ao terceiro, chegada a hora, faltou-lhe ânimo para ir para Conakry ou Dakar. *«Perdeu o comboio, mas nem por isso se pode deixar de considerá-lo pioneiro da independência da Guiné e de Cabo Verde. Todos estes indivíduos militaram connosco desde o início e trabalharam directamente com Cabral.»* Acrescenta Duarte que só agora revela este segredo por entender que, se o tivesse feito antes, seria mais um problema dentro do PAIGC. *«Para todos os efeitos, os nossos países são hoje independentes; no nosso caso, já nem sequer estamos no poder, pelo que já é chegado o tempo de se começar a saber certas coisas.»*

Para apaziguar Senghor

Questionado, Aristides Pereira reage a estas "revelações" com descontracção e um sorriso tranquilo: *«Depois de estarmos instalados em Conakry, demo-nos conta do diferendo entre Senghor e Sékou Touré. O partido até então chamava-se apenas P.A.I., o que coincidia com um partido no Senegal, que também tinha esse nome, de modo que Senghor achava que nós éramos um ramo guineense-cabo-verdiano do P.A.I. senegalês, que foi criado em 1957... Então, para acalmarmos o Senghor, adoptámos a sigla P.A.I.G.C.. Mesmo assim ele não se convenceu. Cabral passou a argumentar que o nosso P.A.I. era anterior ao P.A.I. senegalês. Foi numa reunião nessa altura que se decidiu escolher 19 de Setembro de 1956 como a data da fundação do PAIGC, que é um dia em que Cabral tinha estado em Bissau, a caminho de Portugal, para ver a mãe, e se reuniu connosco, na minha casa. Mas não foi apenas o Abílio que não esteve nessa reunião. O Elysée Turpin, o Júlio Almeida, o Victor Robalo também não estiveram presentes. Fomos apenas quatro os presentes: o Amílcar, o Fortes, o Luís e eu. Lembro-me que a reunião foi feita num domingo e que nessa tarde houve futebol, de modo que nos pudemos reunir quase à vontade, sem problemas.»* [34]

Aristides Pereira admite, ainda, o envolvimento de Joaquim Carrington da Costa e Victor Robalo, indivíduos que pertenciam à elite guineense de Bissau e que se sentiam discriminados pelos portugueses. *«Cabral, desde a primeira hora, deu muita importância a esse tipo de gente. No caso de Carrington e Robalo, contactados, eles responderam logo à primeira. Nesse processo de mobilização houve histórias incríveis. Lembro-me, por exemplo, de um conterrâneo nosso chamado Agnelo Macedo, natural do Fogo, amigo meu e do Abílio. Sabia de tudo o quanto pensávamos e dizia sempre*: "Eu não posso meter-me nisto porque tenho mulher e filhos". *No entanto, consentia que nos reuníssemos na casa dele, o que acontecia regularmente porque a mulher cozinhava bem, e lá acabávamos por falar de política. Ele desesperava-se, fechava as janelas, e dizia*: "Vocês são doidos!..." *O Agnelo era chefe de posto e quando recebeu ordens para agir violentamente contra os nativos, simplesmente, se negou a cumprir essas ordens. Mandaram-no para Moçambique, e também lá se negou a agir de forma violenta contra os moçambicanos. Ele morreu em Moçambique, tinha problemas de insuficiência renal, sofria muito, coitado.*[35] *Quando um fulano é honesto, dificilmente consegue escapar a esse tipo de engrenagem... Se calhar, se ele tivesse aderido à luta talvez tivesse tido melhor sorte; poderíamos, através dos nossos amigos, fazer qualquer coisa por ele.»*

Abílio Duarte, menino e moço

Natural da Praia, Abílio Duarte é o mais novo dos nove filhos do padre Francisco Vieira Duarte, *«um ser humano integral»*, no dizer do seu filho Pedro.[36] Pároco da freguesia de Nossa Senhora da Graça (Praia),

Vieira Duarte já tinha quatro filhos quando "pôs" Felícia Maria Monteiro em casa, com quem haveria de ter mais cinco filhos. Apesar de o Vaticano não ver com bons olhos esta prática, naquela altura era de certo modo normal, em Cabo Verde, os padres constituírem família e deixarem descendentes, tendo alguns deles, como o padre Nicolau, da Cidade Velha, levado ao extremo o mandamento divino *«crescei e multiplicai-vos»,* contribuindo com 54 filhos para o povoamento das ilhas, que, como nota António Carreira, *«não eram, de certeza, de uma mesma mulher».*[37] Tal como Abílio Duarte, Aristides Pereira é filho de um padre e Dulce Almada Duarte neta de um cónego, do mesmo modo que Amílcar Cabral era também neto de um sacerdote.

Em 1949, aos 17 anos, Abílio Duarte recebe a emancipação do pai a fim de poder emigrar para a Guiné, onde irá trabalhar na sucursal de Bissau do BNU. A situação social e económica de Cabo Verde, mais concretamente as privações originadas pelas fomes, o racismo etc., e, mais tarde, a exploração e a opressão fascista-colonial na Guiné vão sedimentar nele um forte sentimento anticolonial. *«Havia em mim uma revolta latente, uma consciência difusa de que havia qualquer coisa que estava errada»,* explica.

Outro factor importante foi a educação que ele e os irmãos tiveram e que contrastava com a das famílias mais ou menos abonadas da Praia. *«Havia entre nós uma atitude democrática com as pessoas que vinham, por exemplo, do campo. O meu pai punha os seus camponeses a comer connosco à mesa quando iam à Praia. Houve sempre uma preocupação grande da parte dele em transmitir-nos certos pensamentos. Ele tinha estado em missão na Guiné e, por causa disso, inculcou sempre em nós um respeito em relação aos guineenses. Na hora de partir para a Guiné, ele disse-me:* "Tu vais para a Guiné, respeita os teus chefes, sê amigo dos teus amigos e tem uma grande consideração pelo povo da Guiné". *Chego à Guiné e vejo que há uma profunda afinidade entre os cabo-verdianos e os guineenses».*

Note-se que os quadros cabo-verdianos geralmente emigravam para a Guiné em posição de relativo destaque. Tal como em Cabo Verde, a máquina administrativa naquela colónia, sobretudo a nível das chefias de posto, era praticamente assegurada por eles. Os cabo-verdianos vão ser a *manu-militari* portuguesa naquele território, tendo desempenhado um papel relevante durante a *pacificação.* Eram eles quem cobrava os impostos ou impunha a justiça... *«Isso tudo está na base dos tradicionais ressentimentos dos guineenses em relação aos cabo-verdianos»,* explica Abílio Duarte.

Mas a ida dos cabo-verdianos para a Guiné tem também outros efeitos. *«Os guineenses deram-se conta de que havia outros africanos que, dentro do esquema colonial português, estavam bem posicionados. Por exemplo, o intendente do BNU na Guiné era um cabo-verdiano, de apelido Lima. Ao*

mesmo tempo, essa comunidade de quadros contrastava com a vaga de emigrantes que iam para a Guiné em posição mais humilde. E é essa gente que, ao se misturar ou ao se integrar no meio local, vai provocar uma osmose profunda na sociedade guineense. Basta dizer que a pequena burguesia guineense era de origem cabo-verdiana. Na prática, essa gente dissolve-se e passa a ter um comportamento guineense. Há uma confraternização e um esbater das fronteiras sociais e étnicas, ao mesmo tempo que esses patrícios foram subindo na sociedade guineense.»

O fenómeno também não passa despercebido aos portugueses. *«Por um lado»*, explica Duarte, *«quando estavam com os cabo-verdianos, diziam*: "Vocês nada têm a ver com os guineenses; sois educados como nós"; *por outro, quando estavam com os guineenses, diziam*: "Esses cabo-verdianos ficam por aí a armar-se em portugueses de segunda mas são iguais a vocês". *Se há alguém que entendeu a importância estratégica da unidade foram os portugueses. Tiveram uma atitude permanente de dividir os cabo-verdianos e os guineenses. A reserva surda que já existia em relação aos cabo-verdianos tornou-se explícita e consciente quando um grupo de cabo-verdianos e guineenses se uniu para fazer a luta da independência da Guiné e Cabo Verde.»*

Abílio Duarte chega a Bissau a 1 de Dezembro de 1949. Lembra-se de ter viajado no mesmo barco com Aristides Pereira, que já lá vivia e estivera em tratamento médico em Cabo Verde. Não houve entre os dois nada de especial, a não ser um ou outro diálogo circunstancial, ditado pelo facto de as respectivas famílias terem um certo conhecimento entre si, já que os pais pertenciam à mesma ordem religiosa. Havia, no entanto, entre os dois a barreira da idade. Abílio era um adolescente de 17 anos, inexperiente, no início da vida; Aristides, com 25 anos, era já rodado na vida guineense. Uma vez na Guiné, este segue para Bolama, Abílio fica em Bissau. *«Estivemos muito tempo sem nos vermos»*, diz Aristides Pereira, que depois será transferido para a capital, onde vem a ser chefe dos CTT (Correios, Telefones e Telégrafos).

Por assim dizer, o crescimento físico e mental do imberbe Abílio Duarte ocorre, segundo ele próprio, dentro do BNU em Bissau. *«Menino e moço, eu levava comigo uma vontade difusa e profunda de contactar as minhas origens. Qualquer coisa que não vinha sendo dita na sociedade cabo-verdiana, coisas que estavam abafadas.»*

O impacto da realidade guineense sobre o jovem Abílio foi um despertar para o caminho que era preciso trilhar para que os povos da Guiné e de Cabo Verde pudessem libertar-se do colonialismo e da escravidão. *«Naquela altura, em pleno século XX, havia uma sirene que, quando tocava às nove horas da noite, significava que todos os guineenses tinham de sair da zona da cidade, e o fulano que fosse encontrado nas ruas de Bissau era metido numa esquadra até ao dia seguinte. Havia os* boys, *que trabalhavam para nós em casa. Para que eles não fossem presos na hora em que regres-*

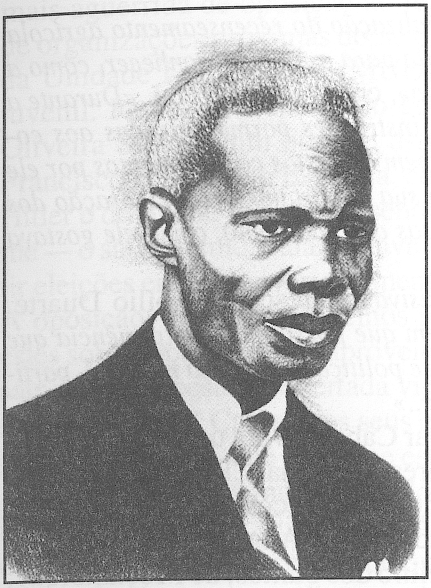
savam às suas casas, tínhamos que escrever um bilhete a dizer que o portador trabalhava para sicrano... Isso era uma coisa que me chocava profundamente. Fomos vendo também o tratamento que a polícia ou os colonos davam aos guineenses. Quiseram fazer a mesma coisa com os cabo-verdianos, mas levaram tantas bofetadas que tiveram de mudar de ideias. A mulher do governador, na altura Raimundo Serrão, dizia que os piores inimigos dos portugueses na Guiné eram os mosquitos e os cabo-verdianos».

Ao viajar pela Guiné, Abílio Duarte foi-se dando igualmente conta de que o tratamento dispensado pelos portugueses aos naturais dessa colónia no interior era ainda bem mais cruel do que em Bissau. *«Havia as jangadas, não havia pontes nem jangadas motorizadas... Eram os guineenses, recrutados à força, que movimentavam as jangadas, que tinham que se meter nos rios, a qualquer hora do dia ou da noite, para fazer passar as pessoas de um lado para o outro. Os chefes de posto tinham o poder para espancar, linchar ou fazer o que bem entendessem sobre quem quisessem. Os guineenses eram apanhados na sua aldeia, torturados; obrigavam-nos a pagar impostos duas ou três vezes por ano. Todos estes factos mostravam a necessidade da luta».*

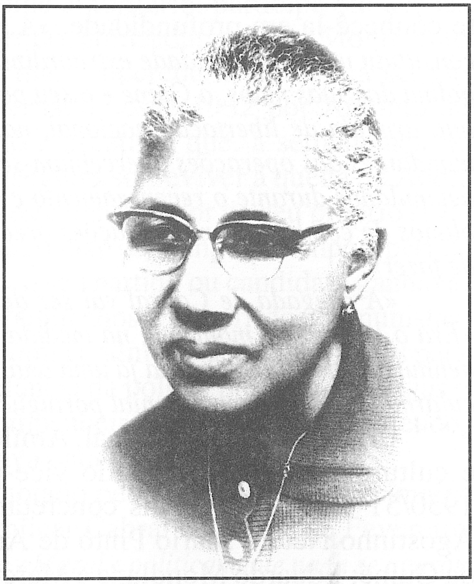
A chegada de Amílcar Cabral a Bissau

Em Setembro de 1952 chega a Bissau Amílcar Cabral, recém formado em engenharia agrária e florestal, acompanhado da primeira mulher, a portuguesa Maria Helena Vilhena Rodrigues, engenheira silvicultora, descendente de uma prestigiada família de militares. *«Durante a sua permanência na Província, o comportamento do casal foi de molde a levantar suspeitas de desenvolverem actividades contra a presença de Portugal em África»*, pode ler-se numa nota biográfica do primeiro, feita pela Pide.[38]

Nascido em Bafatá, em 22 de Setembro de 1924, Amílcar Lopes Cabral é filho de cabo-verdianos: o pai, Juvenal Cabral, era descendente por via indirecta de uma família abastada de Santa Catarina, de onde era também natural, tendo, anos mais tarde, herdado de uma tia algumas extensões de terra naquele concelho.[39] Antigo seminarista em Viseu (Portugal) e S. Nicolau (Cabo Verde), Juvenal, que era filho do padre António Lopes da Costa (assassinado bastante novo na estrada do Tarrafal), recusou o destino eclesial que a família lhe havia traçado e emigrou para a Guiné como professor primário. Anos depois, ao regressar a Cabo Verde, fez-se um dos homens respeitados do seu tempo: chegou a colaborar regularmente na imprensa cabo-verdiana (o **Boletim Cabo Verde** e o Rádio Clube da Praia, por exemplo), para além do **Almanaque de Lembranças Luso-Brasileiro**. Viveu mais de 30 anos na Guiné, onde lhe nasceram boa parte das três dezenas de filhos, entre eles Amílcar e Luís.[39] Morre aos 62 anos na Praia, em Março de 1951, tendo publicado as suas **Memórias e reflexões**, considerado pelo filho Luís, *«um hino de*



Juvenal Cabral



Iva Évora

amor aos povos irmãos da Guiné e de Cabo Verde».[40]

De origem humilde, a mãe de Amílcar, Iva Pinhel Évora, era natural da ilha da Boa Vista. Mãe de quatro filhos, é graças ao que ganha como costureira que financia os estudos de Amílcar em S. Vicente. Este foi-lhe, como é óbvio, eternamente grato por isso; através do advogado Arlindo Vicente Silva, fazia chegar até ela uma mesada para o seu sustento. A independência de Cabo Verde encontra-a ainda viva, tendo falecido três anos depois. Mãe e filho viram-se, pela última vez, em 1959. *«Ele nunca me disse claramente que ia entrar na vida política. Não ousava dizer-me isso»,* conta Iva Évora, num tom marcado pelos sofrimentos da vida. *«Se eu soubesse que ia dar em político, não lhe dava estudos. Mas adivinhar é proibido. Cansei-me demais na máquina, na tina e no ferro; a trabalhar dia e noite porque não tinha auxílio do pai.»*[41]

Amílcar Cabral fez a instrução primária em Santiago e o liceu em S. Vicente. Foi um dos dois nomes propostos por Baltasar Lopes da Silva, ao tempo reitor do Liceu Gil Eanes, para bolseiro em Portugal.[42] (O outro aluno era Alfredo Veiga, que acaba preterido pelo irmão Aguinaldo, então presidente da Casa dos Estudantes do Império, entidade que haveria de assumir a outra parte das despesas inerentes ao curso). Regressa à Guiné como funcionário do Ministério do Ultramar e assume interinamente a direcção da Granja Experimental de Pessubé, perto de Bissau. Aqui tinha sob a sua orientação permanente cerca de 100 trabalhadores, podendo o número elevar-se a 400 em determinado período do ano.[43] Mais tarde, em 22 de Setembro de 1953, é-lhe atribuída a mis-são de dirigir o recenseamento agrícola da colónia, o que lhe permi-

te conhecê-la em profundidade. *«A realização do recenseamento agrícola constituiu uma oportunidade extraordinária para o Amílcar conhecer, como a palma das suas mãos, a Guiné e o seu povo»*, conta Luís Cabral. *«Durante a luta armada de libertação nacional, nas instruções pormenorizadas aos comandantes das operações apercebiam-se bem os vastos conhecimentos por ele acumulados durante o recenseamento e a sua importância na elaboração dos planos de combate, com indicações precisas de cada ponto, como ele gostava de fazer».*[44]

«A chegada de Cabral vai ser decisiva», acrescenta Abílio Duarte. *«Era o homem do momento, na medida em que possuía uma experiência que nenhum de nós tinha. Trazia já uma análise política do sistema mundial, particularmente do sistema colonial português...»*

Com efeito, em Portugal, Amílcar Cabral tivera uma vida política e cultural intensa, tendo sido vice-presidente da CEI (anos lectivos 1950/51 e 1951/52), mais concretamente da secção de Cabo Verde. Agostinho Neto e Mário Pinto de Andrade, de Angola; Vasco Cabral, da Guiné; Eduardo Mondlane e Marcelino dos Santos, de Moçambique; Miguel Trovoada e Alda Espírito Santo, de S.Tomé e Príncipe; Aquino de Bragança, de Goa, foram alguns dos seus condiscípulos.

Fundada em Outubro de 1944 e encerrada em Setembro de 1965, a CEI tinha como finalidade *«caldear numa só fé os diversos sentimentos e as crenças várias dos vários universitários portugueses ultramarinos»*, conta João Martins, seu antigo membro, pela secção de Macau, descontente com o rumo que a casa acabou por ter.[45] *«Quanto a mim»*, explica Martins, *«a maior virtude da instituição consiste no facto de ela ter sido, de algum modo, um centro de formação cívica e de preparação de chefes. Um dos seus principais defeitos decorre dos seus estatutos, que imprimem à direcção uma feição marcadamente parlamentarista. As direcções estão sujeitas à assembleia geral, onde sempre imperam políticas de grupo, e as decisões são votadas em ambiente comiceiro.»* E conclui: *«Tal como as coisas estão, a C.E.I. não só falha na sua missão, como chega a tornar-se um factor de desagregação — em vez de fortalecer a unidade, brinca aos "nacionalismos" despropositados».*[46]

No fundo, é neste ambiente que os futuros "chefes" africanos se vão moldando, política e mentalmente. Convém ter igualmente em conta que todos esses antigos universitários atingem a maturidade por altura do fim da Segunda Guerra Mundial, em 1945. Vencidos o nazismo e o fascismo, nada mais natural que os cidadãos de um país como Portugal, sobretudo os naturais das colónias, se fossem dando conta da realidade em que se encontravam mergulhados os seus próprios povos ou terra de origem.

Mas mais do que isso, em Lisboa, Amílcar Cabral tivera a oportunidade não só de conhecer de perto o sistema político português, como também de participar em acções que visavam a sua reforma. Embora nunca tenha aderido formalmente ao PCP, que era, na altura, a força

mais aguerrida de oposição ao regime autoritário, participa em acções de organizações próximas desse partido, nomeadamente no Movimento da Unidade Democrática (MUD), mais concretamente na sua secção juvenil. Portugal vinha sendo governado desde 1932 por António de Oliveira Salazar, um homem astuto e ascético, que, à semelhança de Francisco Franco, em Espanha, conseguira sobreviver à queda de Adolf Hitler e de Benito Mussolini, sendo este o inspirador do seu próprio regime — o salazarismo. Salazar dava-se ao luxo de, tempos a tempos, permitir eleições em que, invariavelmente, o seu partido ou candidato ganhava. A oposição, dividida em velhos republicanos e aguerridos comunistas, estes sob a capa do MUD, aproveitavam geralmente estes momentos para sair da toca, apesar da apertada vigilância da polícia política. Idealistas e revolucionários, Cabral e os seus companheiros da CEI iam aprendendo, por própria conta, que o regime estava para lavar e durar.

Apesar de há muito ter sido notado pelas autoridades, a primeira referência oficial da Pide sobre Amílcar Cabral data de 2 de Fevereiro de 1952, tendo então concluído que *«Moral e politicamente nada se apurou em seu desabono»,* o que lhe permitiu viajar para a Guiné, como funcionário público.[47] Para isso contara, na verdade, com a ajuda de um conhecido cabo-verdiano, Lívio Reis Borges, que intercede a seu favor, junto do chefe da Pide, antes de entrar definitivamente para a lista negra. Essa polícia começa a interessar-se por Cabral quando, em Julho de 1952, o *«referenciado»* subscreve uma exposição dirigida ao presidente da República, Higino Craveiro Lopes, transcrita no n.º 166 do **Avante**, jornal do PCP, publicada em Junho, na qual os seus subscritores protestavam contra a inclusão de Portugal no Pacto do Atlântico (Nato). Mas só em Janeiro de 1959 Cabral é referenciado como *«desafecto das instituições vigentes».*[48] E, doravante, a Pide torna-se uma constante na sua vida, facto que pode ser comprovado pelo volumoso "dossier Amílcar Cabral", que essa polícia foi fazendo, com milhares de folhas, fotografias, recortes de jornais e revistas das mais variadas proveniências, contendo referências à sua pessoa, para além da fotocópia do seu passaporte marroquino (235-AS), depositados no arquivo da Torre do Tombo, em Lisboa.

Convívios, bailes e outros passatempos

«Cabral», afirma Abílio Duarte, *«tinha a consciência de que tudo que tinha sonhado com Neto, Andrade e outros era uma coisa romântica. Essa malta falava de África mas não conhecia a África. Quando ele chega à Guiné, começa por ter um comportamento aberto com os guineenses e os cabo-verdianos, na perspectiva de fazer alguma coisa para o futuro».* E, com vista a esse objectivo, a sua estratégia foi atrair gente dos mais diversos extrac-

tos sociais para os convívios na granja de Pessubé, onde tinha igualmente a sua residência. *«Na sombra, o que ele estava a fazer era apalpar, saber com quem poderia marchar para uma longa luta. Estive presente desde o início.»*

E isso porque, apesar da diferença de idade (Cabral levava a Duarte sete anos), ambos já se conheciam da Praia, tendo sido *«muito amigos»*, já que as respectivas famílias moravam na rua tenente Valadim, na Madragoa. Abílio: *«Juvenal e o meu pai eram amigos; nós, o Amílcar e o Luís éramos também amigos; e já naquela altura tínhamos pelo Amílcar grande admiração. Sempre que ele vinha de férias de Portugal ia dar notícias do meu irmão Manecas, estudante em Coimbra. De modo que, quando Cabral chega à Guiné, retomámos o nosso relacionamento e começámos a falar da luta de libertação»*.

A primeira táctica de Amílcar Cabral foi procurar reunir à sua volta um conjunto de indivíduos que, como ele, estavam dispostos a encetar a luta contra o colonialismo. Através dos convívios da granja, cada um dos seus amigos foi trazendo outros amigos para o grupo inicial. *«Eu é que mobilizei o Aristides e o Fernando Fortes, que eram funcionários dos Correios»*, revela Abílio Duarte. *«Nessa altura o Aristides estava em Bissau e o Fortes em Bafatá. Mais tarde passaram a morar juntos em Bissau»*.

Aristides Pereira, que viria a casar-se com Carlina Fortes, irmã do amigo Fernando, lembra-se que, de início, não estava para *«aquilo»*. A sua maneira de ser, retraída e pacata, leva-o a encarar com desconfiança o alarido à volta do seu futuro companheiro e líder: *«É bem possível que tenha sido o Abílio a apresentar-nos... Mas por causa do meu feitio retraído, no início, eu não entendia bem a festa daquela gente. Eu não ia. Aquelas festas eram célebres em Bissau. Na verdade, o que a maior parte daquela gente queria era divertir-se, de modo que, quando o Amílcar começa a querer passar à fase seguinte, houve uma debandada...»*

Com os que ficaram, Amílcar Cabral constitui o primeiro núcleo do seu futuro partido. E é nesta fase que surge a ideia de uma associação recreativa, denominada Associação Desportiva e Cultural, cuja área de acção são os vários clubes desportivos de Bissau, em torno dos quais gravitava a vida social da cidade. Conta Abílio Duarte: *«O Cabral destinou-me ao Sporting, que era o clube mais anti-cabo-verdiano naquela altura. Entretanto, as coisas foram andando... Do meu lado, quebrei a vidraça da cachupa: acabei por estabelecer um relacionamento profundo com os guineenses, sem romper contudo os meus laços com os cabo-verdianos. Havia um casulo em que os cabo-verdianos viviam. Formavam um mundo à parte, só seu.»*

Com a evolução dos acontecimentos, grande parte dos seus amigos guineenses dessa época foram, entretanto, parar à masmorra da Pide e assassinados. João Rosa e Joaquim Carrington da Costa são dois deles. Dos sobreviventes desse período, Abílio Duarte cita Victor Robalo e, entre outros, os elementos da família Ramos (Domingos e Pedro), que serão destacados comandantes do PAIGC durante a luta armada. Ainda da fase

Convívio na Guiné. Sofia Pomba Guerra (quarta pessoa, de pé, da esquerda para a direita) e o marido Platão Guerra (canto direito), ao lado de Abílio Duarte e Abel Magalhães

inicial, tanto Aristides Pereira como Abílio Duarte e Luís Cabral não esquecem o contributo da farmacêutica portuguesa Sofia Pomba Guerra, casada com o médico Platão Sousa Guerra e antifascista ligada ao PCP, com residência fixa em Bissau *«Ela teve um papel importante»*, afirma Duarte. *«Era chefe do Oswaldo Vieira na farmácia e foi ela quem o foi doutrinando»*.

Aristides Pereira lembra-se de que, quando Pomba Guerra aparece, ela procura juntar pessoas à sua volta. *«Ela sabia fazer o que os franceses chamam de* rapprochement. *Foi ela que nos forneceu muito material de leitura, nos esclareceu bastante. Quando o Amílcar chega é ela que lhe indica as pessoas em quem ele poderia ter alguma confiança. A partir da Sofia, o Amílcar procura chamar-me e, quando a coisa se tornou mais séria, já faço parte do grupo. O Fernando também, porque era um indivíduo que estava sempre a refilar com as coisas dos portugueses, embora não tivesse uma visão clara do que era o colonialismo. Aliás, a princípio, pensámos que podíamos mudar a situação como democratas portugueses que éramos.»*

O próprio Amílcar Cabral é pressionado pelos seus companheiros para concorrer à Assembleia Nacional nas eleições de 1958, como representante da Guiné. *«Ele disse que aceitava se esse fosse o nosso desejo, mas que isso não iria levar a nada. Pelo contrário, iria prejudicar a luta clandestina, uma vez que o iria queimar. Ele reage da mesma maneira quando, anos depois, resolvemos conquistar o Sindicato que havia em Bissau»*, revela Luís Cabral.[49]

«Essa fase foi importante», afirma Abílio Duarte. *«Cabral conseguiu mobilizar uma série de cabo-verdianos e guineenses pensando numa frente africana contra o colonialismo. A ideia da unidade Guiné-Cabo Verde nasce*

aí. Com a independência dos nossos países, a unidade naqueles moldes deixou de ter razão, mas essa plataforma foi decisiva para a libertação nacional. A palavra de ordem do PAIGC era Unidade e Luta. *Esta não foi uma palavra de ordem vã, mas decisiva. Unidade dos guineenses, unidade dos cabo-verdianos, e, finalmente, unidade dos guineenses e dos cabo-verdianos. Por outro lado, Cabral teve a consciência de que por mais que os guineenses tivessem uma luta entre tribos, havia também uma luta dessas tribos contra os portugueses. Essa percepção foi a pedra angular da luta do PAIGC. Cabral fez-nos compreender que, por mais reservas e ressentimentos que houvesse entre nós, guineenses e cabo-verdianos, era importante ultrapassá-los, porque havia uma origem comum, bem concreta, para tais reservas ou ressentimentos. Por exemplo, ele sabia que era absolutamente indispensável ultrapassar essas reservas ou ressentimentos por parte dos guineenses, provocados pelo papel desempenhado pelos cabo-verdianos no aparelho colonial».*

Entretanto, nesse meio tempo, alguém acaba por denunciar às autoridades as verdadeiras intenções de Amílcar Cabral e dos seus companheiros. As suspeitas do grupo, segundo Abílio Duarte, recaem sobre João Vaz, alfaiate da Amura, fortaleza militar em Bissau.[50] O governador Melo e Alvim manda chamar o líder do grupo e acaba por lhe dizer num tom contemporizador: *«Sr. engenheiro, seja homem do seu tempo, mas não me lixe!»*

De acordo com Luís Cabral, o irmão ainda tentou prosseguir com as suas actividades políticas até estar sujeito à residência vigiada e obrigado, mais tarde, a fixar-se em Portugal, seguindo depois para Angola, em 1954. *«Aqui ganha muito dinheiro e prestígio, e ajuda a fundar o Movimento Popular de Libertação de Angola»,* diz Abílio Duarte.[51] Entretanto, no vaivém entre Lisboa e Luanda, é-lhe permitido passar regularmente por Bissau para visitar a família, nomeadamente a mãe. Na medida do possível, procura inteirar-se de como andam as coisas, ao mesmo tempo que vai deixando instruções dos passos que devem ser dados com vista ao aprofundamento da luta anticolonial.

Abílio Duarte em Paris em busca de luzes

Em 1955, Abílio Duarte parte de Bissau para Lisboa em gozo de licença disciplinar, com a intenção de contactar Amílcar Cabral. Para além deste, irá procurar encontrar-se também com José Araújo, José Leitão da Graça e, em Coimbra, com o irmão Manecas. Aqui conhece outros nacionalistas africanos, entre eles os irmãos Américo e Diógenes Boavida, de Angola.[52] Posto isto, resolve ir a Paris, onde espera ver Mário Pinto de Andrade, Marcelino dos Santos e Aquino de Bragança, já exilados. Ir a Paris não era, todavia, fácil. Depois de ter percorrido Seca e Meca, em busca do afiançamento do passaporte, acaba por en-

contrar-se casualmente com John Wahnon Morais, cabo-verdiano e estudante universitário no Porto, que se dispõe a resolver-lhe o problema. *«No dia seguinte ele apareceu-me com o passaporte afiançado por dois comerciantes. Arranco para Paris... Mas antes contacto o Cabral que me dá uma carta para entregar ao Mário de Andrade, na* **Présence Africaine**.

«Vou, pergunto pelo Mário, ele não aparece. Primeiro, aparece uma secretária mestiça, depois, uma negra, depois uma branca... Depois de tanto observar, ele aparece e digo-lhe: "Trago-lhe uma carta do Amílcar". *Ele continua desconfiado. Dá-me um bilhetezinho para ir à Maison du Maroc, no Boulevard Jourdan, onde se situa a Cidade Universitária. Lá é que estavam o Marcelino, o Aquino... Aqui o processo repete-se: primeiro aparece o Aquino, depois o Marcelino...»* Passado o teste, este arranjou-lhe um cartão de estudante, que pertencera a um indivíduo do Sudão: *«Ele retirou a fotografia e colocou a minha. Estivemos juntos quase um mês. Tanto o Mário, como o Marcelino e o Aquino viviam do que escreviam para as revistas sobre a África. Uma África que eles não conheciam»,* afirma de novo Abílio Duarte, num tom meio divertido.

A sua chegada coincide com os preparativos do I Congresso de Escritores e Artistas Negros, que se vai realizar na capital francesa, em Setembro de 1956. Levado às conferências por Mário Pinto de Andrade, conhece algumas das principais estrelas da negritude: Léopold Sedar Senghor, Aimé Césaire, René Depestre... *«Foram importantíssimas, para mim, essas conferências. Foi um mundo novo, de luzes... Tudo isso teve um impacto terrível em toda a minha actuação futura. Césaire ofereceu-me um exemplar autografado do seu* **Discurso sobre o colonialismo**, *que eu mostrava aos rapazes na clandestinidade».*

De uma forma geral, a nata do pensamento africano encontrava-se em Paris: uns, como Abílio, em busca de luzes; e outros, como Mário de Pinto Andrade e Marcelino dos Santos, exilados, à espera do momento de regressar aos respectivos lugares de origem e encetar ou aprofundar a luta anticolonial. Por essa altura, a Argélia é o centro dos debates em França: a Frente de Libertação Nacional (FLN) tinha acabado de decretar o retorno imediato dos estudantes argelinos a fim de participarem no aprofundamento da luta, o que não deixa de ter efeito psicológico junto dos restantes meios estudantis africanos.

Passado um mês a receber "iluminações", Abílio Duarte retorna a Portugal, *«com motivações enormes».* Aqui se encontra novamente com Amílcar Cabral, José Araújo, José Leitão da Graça e Manecas Duarte, e dá-lhes conta da sua experiência parisiense. Cabral, por sua vez, fez o mesmo em relação às suas actividades em Angola. *«Informei-o de que iria pedir a demissão do BNU e regressar a Cabo Verde. Do grupo dos fundadores, fui o primeiro a deixar o emprego para me dedicar à luta»,* sublinha Duarte, com orgulho. Mas, antes disso, retorna, uma vez mais, a Bissau.

A conquista sindical

Segundo Abílio Duarte e Luís Cabral, havia na Guiné o Sindicato Nacional dos Empregados do Comércio e Indústria que, embora de carácter obrigatório, era dominado por gente (europeia) de confiança do patronato ou do governador, que sancionava os órgãos directivos. «*Esse sindicato era um verbo encher, uma agência de empregos, ainda por cima com as nossas quotas*», afirma Duarte. «*Todos os anos, a 1 de Janeiro, faziam-se eleições em que, invariavelmente, se punham os representantes do patronato na direcção. Para acabar com isso, João Rosa, Victor Robalo, Elysée Turpin, Carrington, Luís Cabral e eu fizemos uma grande mobilização: preparámos tudo e apanhámos os portugueses de surpresa. No dia 1 de Janeiro de 1957, os portugueses distribuíram a sua lista, o Luís e eu saímos de mesa em mesa, retirámos todos os papéis e entregámos os nossos — houve uma votação em massa na nossa lista. Era algo inconcebível naquela Guiné fazer aquilo diante das autoridades civis e policiais. Ficámos claramente marcados*».

Os dois companheiros são unânimes em afirmar que esta iniciativa foi um dos primeiros actos públicos contra o colonialismo, embora, ao ser informado da mesma, Amílcar Cabral se tenha mostrado reticente quanto aos resultados que poderiam ser obtidos. Mesmo assim, passados 15 dias da eleição, devia haver ratificação pelo governador para a posse dos novos corpos gerentes. Diz de novo Abílio Duarte: «*Passaram seis meses e nada. Íamos todos os dias ao Sindicato perguntar. Um dia fui lá com o Luís e ameacei-os:* "Se vocês, dentro de uma semana, não nos passarem o Sindicato, nós vamos tomar conta disto". *Houve, na sequência disso, um processo de intimidação, chamaram-nos comunistas... Com a intimidação, houve uma data de gente que nos tinha apoiado que começou a recuar...*»

Luís Cabral afirma que foi terrível a luta que teve de ser travada para ele e o seu grupo terem o sindicato nas mãos: os seus adversários ainda alegaram irregularidades, uma vez que tinham votado aderentes, que eram a maioria e sustentavam o sindicato com as suas quotas, quando apenas os sócios, que eram os brancos, tinham direito a voto. Recorrendo à sua memória, lembra-se do despacho que o governador Melo e Alvim acabou por emitir: «*Apesar das irregularidades apontadas, sanciono a eleição realizada e espero que isso prove a confiança da Nação nos eleitos*».

Na posse do sindicato, os seus novos dirigentes acabaram, segundo Abílio Duarte, por operar uma reviravolta nele: «*Com a ajuda de um advogado indiano, chamado Colaço, vários processos de despedimento sem justa causa foram ganhos por nós, controlámos o horário de trabalho, inclusive no BNU. Quando se viu que os processos se iam avolumando, passaram-nos para o tribunal administrativo que, simplesmente, deixou de julgá-los. Chegámos à conclusão de que era melhor pedirmos a nossa demissão, e nunca mais o sindicato funcionou.*»

Para Abílio Duarte, a experiência sindical acabou por demonstrar a todos que não era possível mudar a Guiné apenas com conversa ou através de um caminho reformista. Ainda assim, o processo serviu para aprofundar a mobilização junto dos potenciais aderentes à luta nacionalista. Da sua parte, concretiza o que havia dito a Amílcar Cabral: pede, em finais de 1958, a sua demissão do BNU e embarca para Cabo Verde, e fixa-se, no primeiro trimestre do ano seguinte, em S. Vicente.

Notas

[1] PAIGC, **História da Guiné e Ilhas de Cabo Verde**, Afrontamento, Porto, 1974.
[2] Idem, ibidem, p. 140.
[3] **Programa do PAIGC**, Edição Unidade e Luta, Bissau, Setembro de 1976.
[4] Amílcar Cabral, **Obras escolhidas, Unidade e luta**, vol II, "Memorandum do PAIGC ao governo português", pp. 31 e 32, Seara Nova, 2.ª edição, Lisboa, 1977.
[5] João Paulo Guerra, **Memórias das guerras coloniais**, p. 21, Afrontamento, Porto, 1994.
[6] Eduardo Lourenço, **O labirinto da saudade**, D. Quixote, 4.ª edição, p. 41, Lisboa, 1991.
[7] Eça de Queiroz, **Uma campanha alegre**, Edição Livro do Brasil, p. 107, Lisboa.
[8] Citado por João Paulo Guerra, ibidem, p. 366.
[9] Idem, ibidem.
[10] Citado por Oleg Ignatiev, **Amílcar Cabral, filho de África**, p. 90, Prelo, Lisboa, 1975.
[11] René Pélissier, **História da Guiné**, 1841-1936, I vol.,p. 25, Estampa, Lisboa, 1989.
[12] PAIGC, **História da Guiné e das Ilhas de Cabo Verde**, p. 103.
[13] Idem, ibidem, p.129.
[14] Daniel A. Pereira, "Cabo Verde e os ideais da Revolução Francesa", **Voz di Povo**, Praia, 13-07-89.
[15] Idem, Ibidem.
[16] Idem, Ibidem.
[17] Carlos Lopes Pereira, "A Voz de Cabo Verde", revista **África**, 2ª série, nº14, Lisboa, Agosto-Setembro, 1986. Ver ainda **A imprensa cabo-verdiana** (1820-1975), de João Nobre de Oliveira. Fundação Macau, Direcção dos Serviços de Educação e Juventude. Macau, 1998.
[18] José Vicente Lopes, "As causas da independência de Cabo Verde", inédito.
[19] Idem, ibidem. Ver também António Leão Correia e Silva, **Nos tempos do Porto Grande do Mindelo**. Instituto Camões/Centro Cultural Português, Praia-Mindelo, 2000.
[20] Criada em 1911, **A Voz de Cabo Verde** sobrevive até 1919, acusada de ser "contra a dominação portuguesa nas ilhas..." Ver Carlos Lopes Pereira, op.citado; "Aspectos do proto-nacionalismo crioulo", **Tribuna**, n.º 41, 42 e 43, respectivamente, 16 de Maio, 01 de Junho e 16 de Agosto de 1990, Praia.
[21] Citado por Basil Davidson, **Ilhas afortunadas**, p. 63, Caminho, Lisboa, 1988.
[22] Pedro Cardoso, **Folclore caboverdeano**, Edições Maranus, Porto. Em 1983, foi reeditada uma edição fac-similada do mesmo trabalho, iniciativa da Solidariedade Caboverdiana, Paris, com introdução de Luís Silva e prefácio de Alfredo Margarido.
[23] José Maria Semedo, "A revolta de Ribeirão Manuel na perspectiva da implantação da República Portuguesa", **Fragmentos** n.º 9/10, Praia, Maio, 1993.
[24] Idem, ibidem.
[25] Citado por Henrique Santa Rita Vieira, "Revolta de Ri beirão Manuel e um utópico preparativo para a independência de Cabo Verde", **Novo Jornal Cabo Verde**, Praia, 08-04-95.
[26] Eugénio Tavares, **Pelos jornais**, p. 117.

[27] Sobre a história dos jornais que se publicaram em Cabo Verde, ver **A imprensa caboverdiana**, de João Nobre de Oliveira.

[28] Mário Pinto de Andrade, palestra sobre o tema proferida na Praia (Liceu Domingos Ramos) e no Mindelo (Escola Preparatória Jorge Barbosa) em, respectivamente, 30-07-84 e 02-08-84. Arquivo de Amélia e José Araújo. Pinto de Andrade desenvolve as suas ideias sobre este assunto em **Origens do nacionalismo africano**, Publicações Europa América, Lisboa, 1997.

[29] Entrevista: José Leitão da Graça, Praia, 11-05-95.

[30] Onésimo Silveira, **Consciencialização na literatura caboverdiana**. Casa dos Estudantes do Império, Lisboa, 1963.

[31] Entrevista: Silvino da Luz, Praia, 31-05-95.

[32] Luís Cabral, **Crónica da libertação**, p. 43.

[33] Entrevista Abilio Duarte, Carnaxide (Lisboa), 14-03-95.

[34] Entrevista: Aristides Pereira, Praia, 11-05-95.

[35] António Caldeira Marques, em **Cabo Verde, Os bazófios da independência** (edição do autor, Lisboa, 1999), testemunha que Agnelo Macedo morreu em Lisboa, em 23 de Maio de 1972.

[36] Entrevista: Pedro Duarte, Oeiras (Lisboa), 03-04-95.

[37] António Carreira, **Cabo Verde, classes sociais, estrutura familiar, migrações**, p. 22, Ulmeiro, Lisboa, Julho de 1977.

[38] Arquivos da Pide, Torre do Tombo, Lisboa.

[39] Luís Cabral, **Crónica da libertação**, O jornal, Lisboa, Julho de 1984.

[40] Idem, ibidem, p. 17.

[41] "Lembranças de Iva Évora, mãe de Amílcar Cabral". **Nô Pintcha**, Bissau, 12-09-76.

[42] Entrevista: Antero Barros, Praia, 12-06-95.

[43] Oleg Ignatiev, op. cit., p. 63.

[44] Luís Cabral, op. cit., pp. 35 e 36.

[45] João Martins, entrevista ao **Diário Popular** (Lisboa) e republicada no **Boletim Cabo Verde** n.º 146, Praia, 01-11-1961.

[46] Idem, ibidem.

[47] Arquivos da Pide, Torre do Tombo, Lisboa.

[48] Idem, ibidem.

[49] Entrevista: Luís Cabral, Praia, 06-07-95.

[50] Para além de João Vaz, Oleg Ignatiev, em **Amílcar Cabral, filho de África**, cita igualmente *«um tal José Maria»*. Prelo, Lisboa, 1975.

[51] O MPLA foi oficialmente formado em 10 de Dezembro de 1956. Tratou-se, na verdade, da junção numa só força política de várias organizações então existentes, designadamente o Movimento para a Independência Nacional de Angola (Mina), Partido da Luta Unida dos Povos Africanos de Angola (PLUAA), Partido Comunista Angolano (PCA). O primeiro presidente do MPLA foi Mário (Pinto) de Andrade, que cedeu o lugar depois a Agostinho Neto, tendo mais tarde, com Viriato da Cruz, entrado em dissidência. Sobre a fundação do MPLA, ver **MPLA um nascimento polémico**, de Carlos Pacheco, editora Vega, Lisboa, 1997; **Um amplo movimento**, Vol. I, Lúcio Lara, edição Lúcio e Ruth Lara, Luanda, Dezembro de 1997.

[52] Américo Boavida, médico, autor de **Angola: cinco séculos de exploração portuguesa**, morreria em Angola durante a guerrilha. O irmão Diógenes será, depois da independência, ministro da Justiça dos primeiros governos de Angola.

3

CABO VERDE, O DESPERTAR

De Dezembro de 1958 a Outubro de 1962, é governador de Cabo Verde o major Silvino Silvério Marques, que substitui, nas mesmas funções, o comandante Peixoto Correia, transferido para a Guiné. Ele traz na bagagem ideias que julga capazes de, pelo menos, debilitar a situação de "crises" que sabe afectar há muito o arquipélago. *«Nessa altura eu estudara já as "crises" do Alentejo e lera os excelentes relatórios publicados pela Comissão Coordenadora das Obras Públicas do Alentejo. Com esse estudo e essas leituras, foram-me surgindo ideias que pensava pôr em prática mal chegasse a Cabo Verde»,* diz ele.[1] E, uma vez instalado, o novo governador procura imediatamente seguir à risca a orientação recebida do próprio presidente do Conselho, António de Oliveira Salazar, de que *«era necessário que nem mais uma pessoa perecesse de fome em Cabo Verde».*[2]

As últimas grandes crises tinham-se verificado em 1941, 42, 47 e 48, algumas com violência tal a ponto de a população, avaliada, em 1939, em 174 mil pessoas, cair, em 1950, para 139 mil. Somente Santiago, a ilha mais populosa do arquipélago, perde, entre 1946 e 1948, 65 por cento dos seus habitantes.[3] Os sucessivos anos de estiagem, fome e mortandade constituem, também, um grande factor que leva os sobreviventes a emigrarem em massa para S. Tomé e Príncipe ou para outros pontos do continente africano, principalmente Guiné, Senegal e Angola. Uma outra consequência é a tomada de consciência, por parte de um conjunto de cabo-verdianos, do estado de abandono a que a sua terra se encontra sujeita. Também, com o fim da Segunda Guerra Mundial, Lisboa parece ter-se apercebido, finalmente, do mesmo fenómeno e da vergonha que esse tipo de chaga representa aos olhos do mundo, pelo que a principal missão de Silvério Marques é inverter a situação até aí reinante.

Silvino Silvério Marques em acção

Chegado à Praia em Janeiro de 1959, o novo governador começa a pôr em prática algumas das suas ideias para pôr cobro a um *«certo imobilismo»* instalado, através de um *«intensíssimo esforço»* financeiro e não só.[3] Cabo Verde conta, então, com uma população à volta dos 200 mil habitantes, aos quais é preciso garantir emprego e alimentação. Ele publica no **Boletim Oficial** dois despachos em que institui dois "grupos de

Silvino Silvério Marques ladeado de Charles B. Elbrick e Manuel Duarte

trabalho" multidisciplinar, o primeiro dos quais com a tarefa de levantar as necessidades do arquipélago; e o segundo, acompanhar o ano agrícola, a situação alimentar, os meios de transportes, os créditos, os auxílios a solicitar etc., e procede à nomeação de vários novos titulares de cargos públicos. Assim, graças às medidas tomadas — a principal das quais o emprego dos camponeses nas brigadas de construção de estradas, estimando o governador em 100 mil a 125 mil o número de pessoas sustentadas através da obra pública — foi possível debelar os efeitos da seca de 1959. *«O preço do milho e o valor do salário consentiam que, em média, um homem trabalhador se sustentasse a si e a mais três pessoas».*[5] Outrossim, havia a emigração, que contribuía, com a sua parte, para a descompressão social e demográfica do arquipélago.

Mas a comissão de Silvino Silvério Marques foi ainda marcada por outras calamidades. A 6 de Setembro de 1960, um ciclone provocou um temporal que faz cair em seis horas 500 mm de chuva, quando, em períodos normais, a precipitação média anual dificilmente passa dos 350 mm, para além de uma praga de gafanhotos, *«que atingiu, em nuvens espessas, as Ilhas do Maio e da Boa Vista, destruindo milheirais que ali ainda se encontravam em desenvolvimento, e causando grandes prejuízos nalgumas zonas de Santiago».*[6]

Ao fim de quatro anos de missão, Silvério Marques deixa como saldo da sua passagem por Cabo Verde um palmarés invejável. Dota o arquipélago de um plano rodoviário com várias centenas de Km de estradas, conclui e inaugura o Porto de S. Vicente, inicia e conclui o cais do Porto Novo (Santo Antão), constroi pistas de aterragem na Praia, Mindelo, S. Nicolau, Maio e Boa Vista, e soluciona o problema do abastecimento de água em S. Vicente, optando pela dessalinização e des-

cartando a ideia defendida pela Empresa Ferro de se construir um *pipeline* submerso entre Santo Antão e S. Vicente. Silvério Marques deixa ainda marcas da sua passagem através de um conjunto significativo de edifícios públicos, nomeadamente, escolas primárias, o Liceu e o Palácio da Justiça na Praia, e inicia a construção do novo liceu em S. Vicente. Do ponto de vista cultural, é durante a sua administração que se comemoram os 500 anos do achamento de Cabo Verde; entre outras iniciativas, são publicadas a **Antologia da ficção cabo-verdiana**, organizada por Baltasar Lopes da Silva, e a **Antologia dos modernos poetas de Cabo Verde**, por Jaime de Figueiredo.

Mas é também durante o governo de Silvério Marques que surgem os primeiros sinais nacionalistas, embora, no seu depoimento em **Os últimos governadores do império** ele afirme o contrário: *«Nunca tive pessoalmente conhecimento de pessoas que advogassem a independência de Cabo Verde».*[7] No entanto, ao discursar, em Junho de 1960, durante um acto oficial em S. Vicente, ele não esconde a sua preocupação face ao que chama "doença do século". Uma doença, sublinha, que *«nos quer atingir a partir do exterior. Nem Cabo Verde, este oásis de paz, parece furtar-se aos ventos agitadores que sopram de fora, sempre de fora da nossa comunidade»*[8], numa alusão, como se verá, aos movimentos nacionalistas, que começam a dar sinais de vida a partir do Senegal.

Dois meses antes, em Abril de 1960, cabe ao governador receber o embaixador americano em Lisboa, Charles Burke Elbrick, que visita a "África Portuguesa". Descrito por José Freire Antunes como um homem pragmático, nada hostil a Portugal e aos seus governantes,[9] Elbrick é muito bem recebido pelo governador, que lhe proporciona encontros com a elite local, sobretudo em S. Vicente, sempre na mira de mostrar a Washington que os cabo-verdianos se sentiam plenamente portugueses, não manifestando por isso qualquer intenção de se tornarem independentes.

Por altura da prisão dos 11 cabo-verdianos, acusados de actividades subversivas, Alcides Barros lembra-se de Silvério Marques ter ido à cadeia visitar o grupo.[10] E foi também durante a sua administração que a Pide se instala no arquipélago e é reaberto o presídio do Tarrafal, para receber os condenados de 4 de Fevereiro 1961 em Angola, cujo governo era responsável, na altura, pelo presídio. Ele, Silvério Marques, deixa Cabo Verde, *«com saudade»*, rumo a Lisboa, a 10 de Outubro de 1962, sendo depois colocado em Angola como governador-geral. É substituído no governo do arquipélago por Leão do Sacramento Monteiro, descendente de uma importante família da ilha do Fogo.

Abílio Duarte em S. Vicente

Abílio Duarte chega a S. Vicente no início de 1959 e matricula-se no Liceu Gil Eanes, com o objectivo de prosseguir os seus estudos lice-

Abílio, Pedro, Manuel Duarte e João Cleófas Martins

ais e, ao mesmo tempo, criar os primeiros núcleos independentistas em Cabo Verde. Havia naquela ilha uma certa tradição, tanto intelectual como sindical, vinda do tempo das companhias inglesas de carvão, que, se bem explorada, lhe poderia facilitar a missão trazida da Guiné. São mobilizados os estudantes Silvino da Luz, Manuel Santos (Manecas), Joaquim Pedro Silva (Barô), Lucílio Braga Tavares etc. Entre os trabalhadores estavam Amaro da Luz, Adriano Brito (Dul), António Coutinho, António Neves... Desta primeira leva fazia também parte Dulce Almada, já licenciada em Filologia Românica e professora no Liceu; em Coimbra e em Lisboa, tivera a sua estreia em política, convivendo com estudantes de outras colónias ou participando nas actividades da CEI.

Mas, sendo estudante, como fazia Abílio Duarte para viver? Eis a resposta: *«Éramos especialistas de viver do nada, embora tenha juntado algumas economias nos oito anos em que trabalhei no BNU na Guiné. Neste período, custeei o curso do meu irmão Manecas em Coimbra e fizemos o acordo que, quando ele terminasse os seus estudos e começasse a trabalhar, ele pagaria os meus. Quando volto a Cabo Verde, Manecas já era delegado do procurador da República por Barlavento. Instalo-me na casa dele, onde, aliás, fazia as reuniões com a malta que eu ia mobilizando. Por cautela, eu dizia-lhe sempre que não estivesse presente, que depois o punha a par do que se tinha passado.»*[11]

Como na Guiné, Abílio Duarte leva uma vida dupla: procura, por um lado, dar a imagem de indivíduo folgazão, dado a farras e a conquistas, que ia fazendo *«à esquerda e à direita»*, enquanto, por outro, vai fazendo o seu trabalho subterrâneo de mobilização. *«E eu ainda tinha que estudar»*, acrescenta. Para isso, matriculara-se num conjunto de disciplinas do terceiro ciclo, a pensar em Belas Artes. Entretanto, surge nesse meio tempo a ideia do grupo cultural. Pedida a autorização ao reitor,

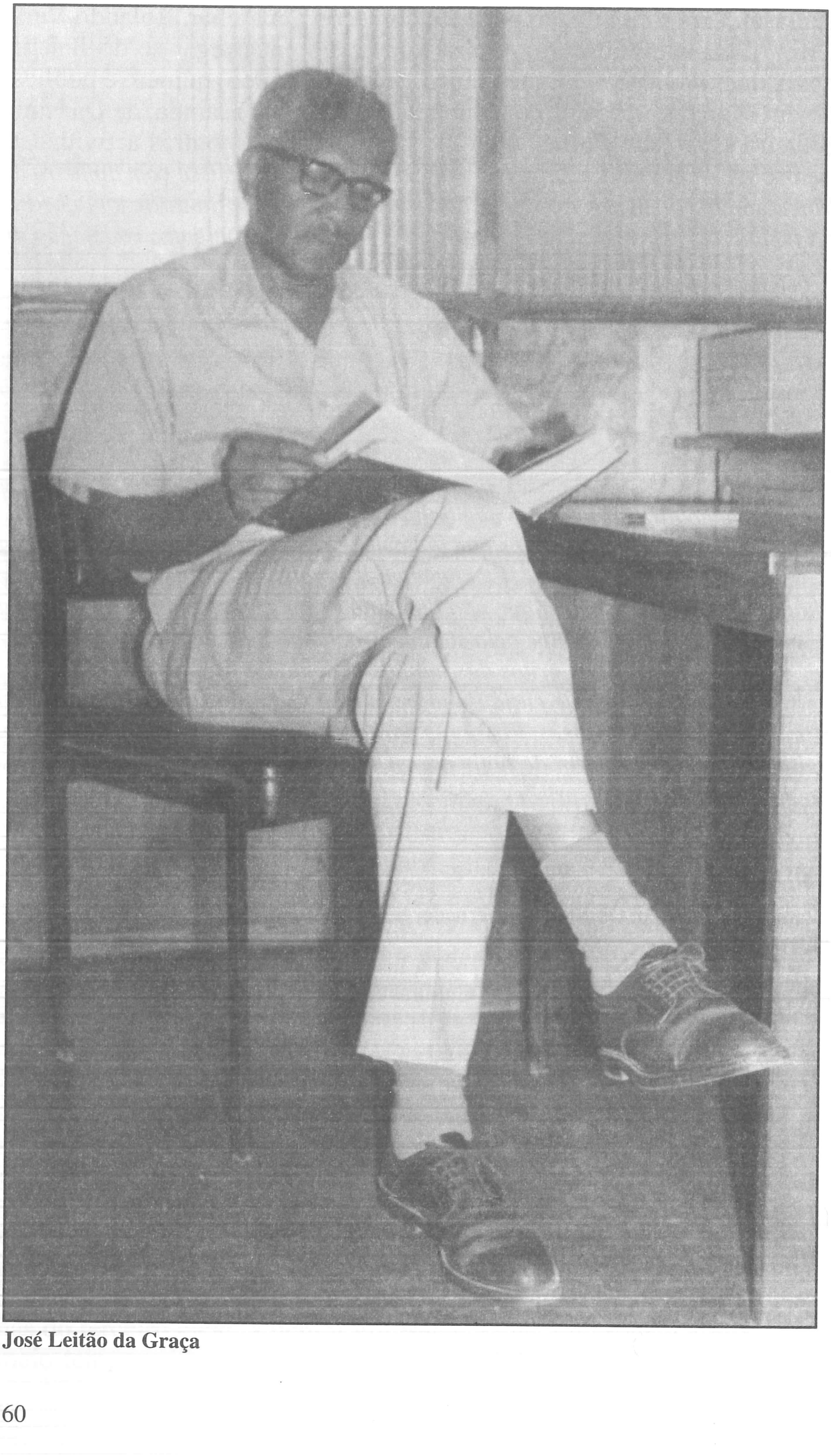
Baltasar Lopes da Silva, o projecto começou a marchar. Rolando Vera-Cruz Martins e Felisberto Vieira Lopes vão encarregar-se do **Boletim dos Alunos do Liceu Gil Eanes**, cujo primeiro (e único) número é publicado em Março de 1959, com colaborações dos dois e, ainda, de Onésimo Silveira e Corsino Fortes. O grupo promove várias outras actividades, dentre elas palestras e saraus culturais. *«Fizemos tudo isso com dinheiro da Mocidade Portuguesa»*, conta Duarte, com prazer. *«Se Baltasar sabia?... Ele no fundo, desconfiava, mas, como era algo que lhe dava alguma satisfação, lá nos ia deixando fazer a nossa vida»*.

Ao todo foram quase dois anos de intensa actividade social, política e cultural. *«Um belo dia aparece-nos o José Leitão da Graça, vindo de Portugal. E é aí que surge todo o seu processo de contestação ao PAIGC»*, afirma Duarte. Antes de prosseguir, abre um parêntesis para esclarecer: *«Tenho muito respeito por ele como um indivíduo sincero, de dizer o que pensa. Desempenhou no passado e está a desempenhar neste momento um papel importante»*.

Posto isso, prossegue: *«Quando ele chegou, quis chamar a si toda uma reivindicação africana. Só que não tinha os pés no chão. Em Lisboa vivia metido nos cafés, naquelas tertúlias que lá havia, e em S. Vicente rodeia-se de toda a espécie de miúdos na praça. Eu chamava-lhe a atenção para ser discreto. Ele chateava-se porque achava que não lhe andávamos a contar o que se estava a passar. Um dia o Zé irrompe pela sala dentro, numa aula de literatura da Dulce, e começa a falar aos gritos das minhas actividades políticas... Felizmente, os alunos eram gente que eu já tinha mobilizado. Fui ter com ele na casa do Hilas Miranda e discutimos. Ele segue para a Praia, onde arranja o seu grupo, agita, agita, e depois tem de fugir para Dakar, deixando o pessoal dentro do lume. E aí começam as prisões.»* [12]

Notas

[1] Paradela de Abreu, **Os últimos governadores do império**, p. 89. Erasmo, Lisboa, 1994.
[2] Idem, ibidem.
[3] **História geral de Cabo Verde**, vol. I, p. 14, Instituto de Investigação Científica Tropical e Direcção-Geral do Património Cultural de Cabo Verde, Lisboa, 1991.
[4] Silvino Silvério Marques, "Há que sair de certo imobilismo", **Boletim Cabo Verde**, nº 128, Praia, 01-05-60.
[5] Paradela de Abreu, ibidem, p. 96.
[6] Idem, ibidem, p. 99.
[7] Idem, ibidem, p. 107.
[8] Silvino Silvério Marques, "Há que sair de certo imobilismo".
[9] José Freire Antunes, **Kennedy e Salazar, o leão e a raposa**, Difusão Cultural, 9ª edição, Lisboa, 1991.
[10] Entrevista: Alcides Barros, Praia, 19-04-95.
[11] Entrevista: Abílio Duarte, Carnaxide, 14-03-95.
[12] José Leitão da Graça, numa série de artigos, contesta tal versão dos factos. Vide «Já leu "Cabo Verde, os bastidores da independência"?», **Novo Jornal Cabo Verde**, Praia, 7 e 14 de Junho de 1997.



José Leitão da Graça

4
A LONGA MARCHA DE LEITÃO DA GRAÇA

Se há vidas que dão romances, a de José Leitão da Graça é uma delas, certamente. Nascido a 30 de Novembro de 1930, no seio uma família da burguesia praiense (o pai, Álvaro Leitão da Graça, era, como já foi referido, proprietário da tipografia Minerva), nada fazia prever a trajectória de revolucionário que José André Leitão da Graça passaria, na idade adulta, a carregar às costas. Porém, acontecimentos afectivos e sociais, ocorridos na infância e adolescência, deixaram nele marcas profundas, que moldaram para sempre a sua personalidade romântica e revolucionária. Aos 10 anos morre-lhe a mãe, Ema Leitão da Graça: dos cinco irmãos, José André é o único que, por promessa do pai à esposa na hora da morte, cedo vê o seu destino traçado para os estudos, em virtude de ser uma criança enfezada e débil, sempre adoentada.

Cumprindo a promessa, o pai de José André envia-o para S. Vicente, onde irá frequentar o Liceu Gil Eanes, o que lhe proporciona uma adolescência em ambiente de *«dupla liberdade»*[1]: longe do controlo paterno e tendo a satisfação de viver num meio mais aberto e democrático do que a Praia, política e socialmente mais conservadora do que Mindelo, segundo ele. Do adolescente franzino, José André torna-se um jovem atlético, futebolista disputado, a ponto de alinhar pelo Derby e pela Académica. As consequências também não tardam: o baixo aproveitamento escolar leva o pai a mandá-lo concluir o liceu em Lisboa e é durante este período que se envolve no ambiente político de então. Mais uma vez, Álvaro Leitão da Graça é levado a intervir: corta ao filho a mesada, o que o obriga a regressar a Cabo Verde.

Rito de passagem

Em Agosto de 1960, informado de que a Pide iria prendê-lo, José Leitão da Graça consegue fugir numa traineira francesa para o Senegal, graças ao apoio dos seus companheiros, que, na Praia, começavam a dar os primeiros passos a favor da independência. Em Dakar, o futuro líder da União do Povo das Ilhas de Cabo Verde, UPICV (fundada em Rhod Island, em 1959, pelo irmão Aires), vive *«em situação de extrema miséria»,* deambulando pelas ruas, comendo bolachinhas e pequenos cubos de açúcar e dormindo nas praias, por não ter onde cair morto. É salvo,

em 1961, por Lina Tavares, activista do PAIGC, pessoa bem relacionada nos meios dakarenses, e que o apresenta ao embaixador do Gana. Este informa-o de que a rádio oficial do seu país vai contratar, através de concurso, um locutor que saiba português e inglês. *«Foi assim que fui contratado, independentemente de ideias políticas»*, sublinha Leitão da Graça. Contudo, o seu estado físico é tal, que o director da Rádio Gana, antes de o levar a Accra, acha por bem metê-lo num hotel durante três meses, com boa alimentação, para ver se recuperava a voz.

Anos mais tarde, as ideias políticas de José Leitão da Graça tornam-se, de algum modo, conhecidas em Dakar. Na sequência de um panfleto da UPICV, divulgado em Junho de 1963, em que critica o comportamento de certos sectores da nossa imigração, que se aproveitam da política em benefício próprio, é preso e quase deportado para Bissau. Ao contrário do PAIGC, Leitão da Graça opunha-se terminantemente à unidade com a Guiné e foi esta, por sinal, a principal razão que o levou, anos antes, a seguir por um caminho diferente do seu *encarregado de educação*... Amílcar Cabral.

Com efeito, o pai deste, Juvenal Cabral, e Álvaro Leitão da Graça eram compadres. Numa das férias de Amílcar na Praia, Álvaro pediu ao filho do seu compadre para se ocupar do seu José André em Lisboa. *«Foi ele, em 1950, que me foi matricular no D. João de Castro, porque não havia outro liceu com secção de Letras»*, explica José Leitão da Graça. *«Ele orientou-me, levou-me à CEI, apresentou-me ao Mário de Andrade, ao Marcelino dos Santos, à noiva dele, a toda aquela malta»*.

Como se pode ver, Amílcar leva a missão a peito, introduzindo o seu "educando" no mundo de Lisboa: *«Fui com ele a algumas reuniões na CEI e, quando havia eleições, ele ia chamar-me. Íamos também ao Jardim Botânico, ao cinema e, enquanto andávamos, falávamos»*. E nestas conversas o mais velho ia alertando o jovem discípulo para os perigos que o espreitavam: *«Eu não sabia que havia a Pide, foi ele quem me alertou. A determinada altura, vendo como me encontrava, mal informado e mal formado, ele disse-me*: "Olha, os professores de Cabo Verde têm uma grande responsabilidade! Nós chegamos cá e não sabemos o que isto é, e podemos perder-nos neste labirinto."». Este rito de passagem durou cerca de um ano.

O sonho de José Leitão da Graça era ser, na verdade, profissional de futebol. A conselho de Daniel Leite, professor de Educação Física no liceu de S. Vicente, deveria ir para Coimbra e, enquanto estudava, poderia tentar a sorte na Académica. Em Lisboa passa pelo Sporting, onde, para além do futebol, pratica o voleibol. Amílcar Cabral, que já anda a arregimentar gente para a luta, desencoraja-o. *«Aconselhou-me a dedicar-me aos estudos. E, efectivamente, ele tinha razão: o ambiente nos balneários era péssimo, havia o racismo; a massa cinzenta daquela malta era*

muito limitada. Além disso, os treinos eram fatigantes».

É a partir de então que se integra, ainda no Liceu D. João de Castro, no grupo de Pedro Tamen, António Osório, Cristovam Pavia e Rogério Fernandes, sendo os três primeiros importantes nomes da poesia portuguesa e o último destacado dirigente do PCP. Segundo Leitão da Graça, foi este grupo que deu uma *«dimensão social»* ao seu comportamento. Lembra-se de que António Osório era sobrinho de José Osório de Oliveira, um dos primeiros divulgadores da literatura cabo-verdiana em Portugal, e que isto não esteve alheio ao seu enquadramento no grupo, que chega a publicar, em 1954, dois números do caderno **Anteu**. E foi também António Osório, cuja mãe era italiana, que incutiu nele o gosto pelo cinema, sobretudo pelo neo-realismo italiano. Conhece igualmente por essa altura um realizador brasileiro que o incentiva a abraçar a mesma carreira. Entusiasmado, chega a preparar a viagem a Paris, a fim de se matricular no célebre Idhec (Instituto dos Altos Estudos Cinematográficos). O pai, que o sustentava, dera-lhe a necessária luz verde: porém, na hora do embarque, faltou coragem ao jovem Leitão da Graça, pelo que se deixa ficar por Lisboa, cada dia mais envolvido pela política e pela boémia, a que se entrega, principalmente, depois de uma grande decepção amorosa. Não menos desapontado com o futuro do filho, é então que Álvaro Leitão da Graça lhe corta a mesada.

Por sua vez, sem avisar ninguém, José André mete-se num barco e regressa a Cabo Verde, já que em Portugal estava visado pela Pide, de quem chegara a receber algumas advertências por causa das suas actividades. De início pretende fixar-se em S. Vicente, onde, durante três meses, procura mobilizar gente para a luta anticolonial. *«A minha estada coincide com a presença de Abílio Duarte, que chega depois de mim, vindo da Guiné com o mesmo objectivo»,* recorda-se. Divergências entre ambos, segundo ele, quanto à estratégia a adoptar, leva o futuro líder da UPICV a mudar-se para a Praia. Junta-se a Alcides Barros, Anastácio Filinto Correia e Silva, Francisco Correia, Lucílio Braga Tavares, Manuel Chantre, Osvaldo Azevedo, Arménio Vieira, Mário Fonseca, que têm a mesma preocupação independentista, embora nalguns casos ela se manifeste de forma vaga.

Antes, por sugestão de um barbeiro cabo-verdiano em Dakar, chamado Pedro Cabral, bem relacionado com as autoridades senegalesas, José Leitão da Graça deslocara, em 1959, ao Senegal como marítimo do *Novas de Alegria*, na esperança de seguir depois para o Brasil. Ouvira falar da existência nesse país de uma União dos Caboverdeanos Livres, liderada por Guilherme Morbey Rodrigues, que mantinha correspondência com Gabriel Grahm Fonseca (Tuquinha), companheiro de Leitão da Graça nesta fase, com quem, aliás, cria em Dakar uma

célula da UPICV. Tanto Morbey como os seus contactos no Senegal depositavam grandes esperanças em Humberto Delgado, que há menos de um ano pregara um valente susto ao regime salazarista nas eleições presidenciais, enquanto candidato apoiado pela oposição, havendo fortes suspeitas de que tenha vencido o almirante Américo Thomaz, candidato oficial. Na ausência de Leitão da Graça, tais elementos acabaram, segundo ele, por juntar-se ao MLG, sediado em Conakry, metamorfoseando-se em MLGC, secção da Frente de Libertação da Guiné e Cabo Verde (FLGC), que aceitava inicialmente a liderança do PAIGC. Essa gente, nos dizeres desse nacionalista, acabou por dizer um *«monte de disparates»* num programa radiofónico, em crioulo, feito por Benjamin Pinto Bull. *«Com excepção do Tuquinha Fonseca, aqueles indivíduos eram uns desvairados.»*[2]

Impossibilitado, entretanto, de concretizar o sonho de ir ao Brasil, Leitão da Graça decide viajar de carro para a Guiné, via S. Domingos, onde tinha alguns parentes. Aqui permanece cerca de três meses. É apoiado por Pedro Duarte, irmão de Abílio e Manecas, chefe de posto daquela localidade, que o ajuda a evitar o controlo da Pide. Só em Bissau se irá apresentar, mostrando o passaporte, que obtivera no Senegal por intermédio de Lino Pepa, funcionário cabo-verdiano do consulado português em Dakar.

«Nesta primeira vez não houve problemas», conta Leitão da Graça, que decide viajar para Catió, para junto dos seus parentes. *«Eles queriam que eu ficasse na Guiné. Com a minha formação, não seria difícil arranjar-me trabalho. Respondi-lhes*: "Nem pensar!" *Eu sabia que a guerra ia começar. Entretanto, recebo carta de uma tia minha nos EUA, que me mandou dinheiro para custear a passagem do meu regresso para Cabo Verde. Fui à CUF comprar a passagem e foi o Luís Cabral que me atendeu. No preenchimento dos meus dados, eu pus* raça negra. *Ele leu e ficou a olhar para mim, de baixo para cima, satisfeito. Fui então à Pide buscar o visto para poder viajar. O agente que me atendeu levou os meus documentos e sai o inspector Correia por uma porta e me pergunta, desconfiado*: "O sr. é marítimo?!" *Sou, respondo-lhe.* "O que é que o sr. veio cá fazer?" *Como levei pronta uma história, contei-lhe que me tinha metido numa paródia e perdi o barco no Senegal. Como, entretanto, chegara o tempo das* azáguas *resolvi ir à Guiné ver uns parentes e esperar para poder regressar a Cabo Verde.* "O sr. não pode continuar aqui", *respondeu-me ele.»*

Leitão da Graça chega de novo à Praia em Março de 1960, vindo no navio *Alfredo da Silva*. Alcides Barros acaba por convencê-lo e ajudá-lo a tentar obter um lugar de professor no Liceu. *«No dia seguinte à minha chegada aparece o Fradinho da Costa na casa do meu pai a dizer-me*: "Nós sabemos de fonte segura que o sr. andou a divulgar ideias subversivas no programa do MLGC em Dakar. Vamos criar um programa em crioulo e é o sr. quem

vai responder às acusações que vêm fazendo contra Portugal!" *Eu retorqui-lhe:* "Nem pensar!" *Fui à Cidade Velha, para casa de uns parentes, mais concretamente do meu cunhado Augusto Barros, e lá fiquei uns 15 dias, até meu pai me mandar chamar.»*

Através do capitão Fradinho da Costa, chefe do gabinete do governador Silvino Silvério Marques, mais tarde comandante da Polícia de Segurança Pública (PSP) em Cabo Verde, Álvaro Leitão da Graça, figura bem relacionada na Praia, fica a saber das intenções das autoridades em relação ao filho. *«Sou casado, tenho filhos menores e não quero complicações»,* disse-lhe, irritado e preocupado. *«Tu, com essa mania do comunismo. Ainda se fosse para entregar isto aos americanos, vá que não vá. Agora, comunismo!»*

De acordo com os informantes de Álvaro, deveria chegar dentro de poucos dias um agente da Pide de Bissau para prender o filho. Desesperado, este reúne-se, numa sexta-feira, com os seus companheiros, já que, da família, com excepção do irmão Aires, emigrado nos EUA, não tinha qualquer apoio. *«A família dizia-me:* "O gajo com a mania de libertador!" *Ninguém queria saber de mim.»*

Como bons revolucionários, o grupo, constituído por José Leitão da Graça, Francisco Correia, Osvaldo Azevedo, Mário Fonseca e Arménio Vieira, democraticamente, decide que a solução era ele, Leitão da Graça, suicidar-se, porque, na certa, franzino como era, não iria resistir à tortura da temível polícia política salazarista. Conformado com o seu destino, foi Arménio Vieira, então com 21 anos, que acabou por dissuadir Leitão da Graça dessa decisão, vigiando-o quase o tempo todo. Eternamente agradecido, este diz: *«Arménio, um grande amigo, não me deixou praticar aquele acto».*

Foi também Joaquim (Djoca) Graça, outro elemento ligado ao grupo, quem, por mero acaso, deu a Leitão da Graça a notícia de que estava no porto da Praia um pesqueiro francês. *«O Djoca contactou o capitão, combinaram o preço: dois ou três mil escudos, já não me lembro, o que na altura era muito dinheiro. A solução foi procurar o Chantre, que, para a minha sorte, tinha acabado de chegar de uma missão do Fogo: conseguiu o dinheiro e deu-mo»,* acrescenta Leitão da Graça.

Recém-casado, respirava-se em casa de Manuel Chantre um ambiente romântico, segundo Leitão da Graça. *«Quando o fui procurar, ele tinha no giradiscos uma canção do Nat 'King' Cole.»* Lembra-se igualmente que era um sábado, uma vez que estava tudo fechado, pelo que o seu salvador teve de pedir emprestado o dinheiro a um colega militar, sem contudo lhe revelar qual seria o verdadeiro destino que iria dar a tão elevada quantia, com a promessa de que o devolveria na segunda-feira.

A fuga de Leitão da Graça foi uma cena cinematográfica. Era já

noite e a despedir-se dele estava apenas o jovem Arménio Vieira, a quem ainda tenta convencer a embarcar consigo. *«Ele disse-me»,* conta o velho nacionalista, «"Sabes, sou muito novo..." *Eu tinha contado aos rapazes o que tinha passado no Senegal e na Guiné, devem ter ficado impressionados. Mas anos depois, quando nos reencontrámos, ele confessou-me que, na verdade, só não embarcou porque estava apaixonado por uma garota.»*

Concretizada a fuga de José Leitão da Graça, o pai ainda foi incomodado pela Pide. Homem de fibra, um dia irritou-se, sacou de um revólver e ameaçou o seu intelocutor: *«Eu nada tenho a ver com as coisas do meu filho. No entanto, se continuarem a incomodar-me, dou um tiro num de vocês e, depois, outro em mim próprio!»*

Nunca mais o molestaram.

Notas

[1] José Vicente Lopes, "A longa marcha de José Leitão da Graça", **A Semana**, Praia, 09-05-94. N.A.: O presente capítulo foi extraído do mesmo artigo, com ligeiras alterações ou adaptações.

[2] Entrevista: José Leitão da Graça, Praia, 04-07-95.

5
CABO-VERDIANOS E GUINEENSES JUNTOS EM DAKAR

No Senegal, mais concretamente em Dakar, o fenómeno da independência do continente africano não deixa indiferente certas franjas da comunidade cabo-verdiana, radicadas, em alguns casos, há mais de duas gerações naquela antiga colónia francesa, que se tornaria independente em Abril de 1960. Se, entre os cabo-verdianos, há aqueles que fazem questão de se assumirem como portugueses, mantendo-se indiferentes ou desconfiados em relação ao futuro do Senegal, outros há que vêem na própria independência de Cabo Verde a oportunidade de tirar o arquipélago do jugo português, enquadrando-o preferencialmente na Federação do Mali, a formar por várias das antigas colónias francesas na África Ocidental. É, portanto, neste contexto que nasce, em Conakry, o Movimento para Libertação da Guiné (MLG) e também, depois, de Cabo Verde (MLGC), que tem como promotores, em Dakar, Henry Labery, Benjamin Pinto Bull, Gabriel Fonseca, Paulo Faria, entre outros. Alguns desses indivíduos — Labery, por exemplo — gozavam de alguma audiência junto de certas autoridades, inclusive Léopold Senghor e Modibo Keita, presidente da Federação do Mali.

Os primeiros meses de 1960 registam um conjunto de actividades que não irão também deixar indiferentes as autoridades portuguesas, tanto em Bissau como na Praia. Pelo contrário, tal movimentação é acompanhada através do vice-cônsul português em Dakar, o cabo-verdiano António Alcântara Júnior. A quantidade de cartas, panfletos, prospectos e outros documentos enviados por ele para a Praia, reunidos num dos *dossiers* deixados por Silvino Silvério Marques, levam a concluir que as autoridades portuguesas, pelo menos em Cabo Verde, dão primeiro pela existência do MLGC e só depois pelo PAIGC.

Luís Cabral admite que assim seja, uma vez que o MLGC tinha uma actuação aberta no Senegal, ao contrário do seu partido, que ainda estava na fase clandestina. De facto, somente em Agosto do ano seguinte, o PAIGC declara a acção directa e apenas em 1963 vai começar em força as suas actividades, com o início da luta armada na Guiné. E, para todos os efeitos, somente em Junho de 1960 começam a chegar a Cabo Verde os primeiros documentos ou materiais de propaganda do PAIGC, nomeadamente a proclamação de Abel Djassi (i.e. Amílcar

Cabral), dirigida aos cidadãos guineenses e cabo-verdianos residentes na Federação do Mali...

Numa carta de Alcântara, enviada a 29 de Março ao governador da Guiné, António Augusto Peixoto Correia, e reenviada por este a Silvério Marques, o vice-cônsul dá conta de uma reunião realizada a 18 de Março, em Cabanne Bambou — um recinto de actividades gerais localizado nos arredores de Dakar — em que se pretendia criar uma Frente de Libertação de Cabo Verde e Guiné (FLCG). A reunião, segundo Alcântara, contou com uma assistência de 150 pessoas, cabo-verdianas e guineenses, *«das quais muitas nascidas em Dakar»*.

A mesa do encontro, ainda segundo a mesma fonte, foi constituída por Henry Labery, José Delgado, Gabriel Fonseca, Marciano Santos, Umaru Gano, tendo-se destacado, na assistência, Benjamin Pinto Bull, locutor da Rádio Senegal, responsável por alguns programas contra a política colonial portuguesa, o que já tinha levado o consulado a exarar o seu protesto por causa disso, com pressões para que se pusesse termo à iniciativa.

«Disseram os oradores que estavam em contacto com as organizações do Movimento Português da Frente de Libertação na América do Norte, Brasil e República da Guiné e que se encontravam apoiados por alguns membros do Governo do Senegal», acrescenta Alcântara, no seu ofício a Peixoto Correia. O vice-cônsul informa ainda que a maioria dos presentes em Cabanne Bambou eram trabalhadores, *«levados, na sua ignorância, pelas palavras dos cabecilhas»* do MLGC, que não conhecem Cabo Verde e a Guiné e *«nem sequer falam português»*. A reunião terminou às 23h 30 *«e não parece que tivesse despertado no meio da colónia portuguesa grande interesse por este movimento.»*

Na mesma linha, um resumo feito pelo Gabinete dos Negócios Políticos do Ministério do Ultramar, elaborado a partir de um relatório do director-geral dos Negócios Políticos do Ministério dos Negócios Estrangeiros, que efectuara uma visita de trabalho a Dakar, informa que o MLGC é dirigido por *«quatro indivíduos»:* Balbino de Sousa, de 37 anos, natural da Guiné; Gabriel Fonseca, 30 anos, filho de pais cabo-verdianos, mecânico de profissão; Luiz Teixeira Barbosa Barreto, 40 anos, conhecido por Louis Barré, também natural da Guiné; e Henry Labery, 28 anos.

Dos quatro, este último parece ser, para o diplomata português, o mais dinâmico e influente, gozando de alguma audiência junto de Senghor, que ele julga possível devido ao interesse deste pela cultura portuguesa, *«sendo aquele "grupo" o único que de momento lhe "fala" dessa cultura, embora tendenciosamente. No dia em que o Sr. Senghor puder ter outros contactos, e se conseguirmos corresponder aos seus interesses culturais, estou convicto de que findará a audiência concedida ao referido "grupo"»*.[1]

“Le Cabo Verde aussi est africain”

Henry Labery, natural de Dakar (Abril de 1932), filho de pai francês (Georges Labery) e mãe cabo-verdiana (Etelvina Carvalho), possuía, pelo menos na altura, a cidadania francesa. Empresário, ligado ainda hoje a diversos empreendimentos, passa a merecer a atenção das autoridades portuguesas de Bissau e da Praia quando publica no **Afrique Nouvelle** — jornal católico, ligado à ordem dos Pères Blancs — , de 30 de Março de 1960, um artigo de opinião intitulado “Le Cabo Verde aussi est africain”. Nele informa que *«os originários das ilhas de Cabo Verde»*, residentes no Senegal, *«resolveram criar um movimento denominado Frente de Libertação das Ilhas de Cabo Verde, secção do FLCG, na qual a sua acção se inserirá no quadro dos esforços com vista à sua inserção na Federação do Mali, em vias de reagrupar os territórios do Oeste Africano»*. Para a independência de Cabo Verde, Labery esperava contar *«com a ajuda e a garantia pacífica da Organização das Nações Unidas, que nos ajudará a evitar toda efusão de sangue»*.[2]

As autoridades da Praia continuaram a ter notícias de Labery e do seu grupo nos meses seguintes, através das mais diversas formas. Por exemplo, nos primeiros dias de Abril, o vice-cônsul de Dakar relata que a FLCG *«pretende aumentar as suas actividades em Cabo Verde, fazendo uso de elementos portugueses [i.e. cabo-verdianos] que se infiltrarão na nossa Província»*. Uma carta anónima, dactilografada, expedida do Mindelo, também em Abril, e dirigida ao comandante da PSP na Praia, informa *«que está em S. Vicente um tipo de nome João de Deus Gomes que tem feito propaganda pela independência de Cabo Verde pois esse tipo já esteve preso no Senegal onde viveu algum tempo e tem passaporte e [sic] passado em Dakar o tipo em causa é marítimo e consta-me que é o Neptuno por causa das suas ideias»*.[3]

De igual modo, através de uma denúncia também escrita, feita por um comerciante de Santa Catarina, a 23 de Abril, é detectada a cabo-verdiana Antoinette Neves D'Arboussier, radicada no Senegal, que, acompanhada da filha menor Odille, esteve na Assomada depois de desembarcar no aeroporto da Praia, onde teria feito junto de algumas pessoas declarações em prol da independência de Cabo Verde. Casada com um ministro senegalês e ligada a Labery, Neves D'Arboussier seguiu para S. Vicente, de onde era natural, e depois para Santo Antão, alegadamente em turismo. A PSP no Mindelo recebe, tardiamente, ordens no sentido de evitar que ela saísse de S. Vicente para visitar qualquer outra ilha... Também a 24 de Agosto, o Gabinete do Governador pede ao administrador de S. Vicente que o informe *«se existem quaisquer suspeitas de ligação com o “Movimento de Libertação de Cabo Verde”, acerca dos seguintes indivíduos: Albertino Sales Martins; Carlos Adriano Solé»*.

Os responsáveis do MLGC procuram igualmente aliciar cabo-verdianos influentes no arquipélago, contactando-os directamente na passagem destes por Dakar ou enviando-lhes, pelo correio, documentos e cartões de membro. Um deles é Adriano Duarte Silva, que recebe uma *«carte de membre»* com o número 95, assinada pelo *secrétaire général*, e a envia ao Gabinete do Governador. Pode-se ler, como dístico, no cartão a seguinte epígrafe: *«Le succès du M.L.G.C. n' est pas certain, il dépendra de notre action, du combat de chaque militant, de la volonté avec laquelle chacun se soumettra à un* **Idéal commun**, *dépassant touts les intèrêts, toutes les passions particuliéres. Cet Idèal [sic] moral qui inspire le M.L.G.C. est celui - là même de la* **Démocratie**: *dèsir de la justice, recherche de la vérite, respect de la dignité humaine».*

Uma "rêverie" para animar a malta

Custódio Couto, fotógrafo, proprietário de um laboratório fotográfico na Praia, contava na altura 20 anos, e vivia em Dakar. Com o irmão Augusto Andrónico, foi um dos mobilizados pelo MLGC ainda nos finais dos anos 50 e também, como não poderia deixar de ser, um dos participantes no *meeting* de Cabanne Bambou. Para além de Henry Labery, cita os nomes de François Mendy, Daniel Neves, Pedro Lopes, Gabriel Fonseca, entre outros. Destes refere-se com particular consideração a Pedro Lopes, ao tempo caixeiro-viajante entre Cabo Verde e Senegal, que, na sua opinião, poderia ser um dos homens mais ricos da Praia, se não tivesse abandonado tudo para abraçar a causa da independência. As palavras de Couto têm ainda maior valor por as ter proferido pouco antes do internamento e posterior falecimento, a 13 de Junho de 1995, de Pedro Lopes, vítima de uma cirrose hepática. Lopes seria, com António Leite (Toi de Suna) e Afonso Gomes, um dos militantes do MLGC que viria a aderir ao PAIGC.

Custódio Couto considera a reunião de Cabanne Bambou uma das primeiras manifestações de cabo-verdianos no Senegal em prol da independência do seu país. *«Houve muitos cabo-verdianos»*, garante, embora confesse que uma boa parte foi movida pela curiosidade ou por puro passatempo. *«Naquele tempo não havia televisão e as pessoas não tinham muito que fazer. De qualquer maneira, era um sinal de que a malta começava a alinhar na libertação...»*

Couto admite também que foram poucos os cabo-verdianos no Senegal que aderiram à luta pela independência, que haveria de ganhar maior fôlego com a chegada, dois ou três anos depois, do PAIGC ao país de Senghor. *«O MLGC foi sobretudo uma base de arranque, uma* rêverie, *como diriam os franceses, para animar a malta. Já, entre nós, havia muitos*

problemas e tendências, inclusive por causa dessa história de juntar guineenses e cabo-verdianos. No Senegal, cada um vivia no seu canto. O Mendy sai do MLGC já por causa disso e vai fundar a Fling. Pessoalmente, eu sabia que o MLGC não iria dar em nada. Com a chegada do PAIGC, o MLGC desapareceu... Ainda tentaram ensaiar uma luta armada, com a malta a treinar com cabos de vassoura. Deixei-os nessa brincadeira porque não estava para aquela palhaçada.»

A missão do padre Nogueira

Preocupado com a situação dos emigrantes cabo-verdianos no Senegal, nomeadamente o efeito da propaganda independentista sobre eles, o governador Silvino Silvério Marques aproveita, em Agosto de 1960, uma deslocação do reverendo Augusto Nogueira de Sousa, mais conhecido por padre Nogueira, vigário-geral da Diocese de Cabo Verde, às missões da "Guiné Portuguesa", via Senegal, para pedir-lhe, através do bispo D. José Colaço, que observasse em Dakar a *«situação»* em que esses *«portugueses»* então viviam. Homem influente em Santiago, Nogueira cumpre com êxito a missão. No seu regresso a Cabo Verde passa às autoridades um conjunto de sugestões, algumas das quais serão executadas ao longo dos anos seguintes.

Em carta dirigida ao bispo Colaço, entregue por este ao governador, o reverendo quantifica em *«15 a 16 mil»* o número de cabo-verdianos residentes no Senegal. A seu ver, o cabo-verdiano goza de pouca simpatia, *«quer por parte do indígena, que nem o considera branco, nem nativo, quer por parte dos franceses, por causa do seu comportamento. Os homens embriagam-se com facilidade, o que não acontece com o indígena, pois, em princípio, o muçulmano não bebe, e as mulheres [cabo-verdianas], em grande parte, levam uma vida fácil»*.

Nogueira sugere também que o envio de um ou dois padres portugueses seria *«absolutamente necessário»*, uma vez que os cabo-verdianos praticantes estavam entregues à sua própria sorte, não obstante o apoio circunstancial que um padre francês, chamado Bertrand (em Dakar desde 1945), e de outro colega seu, Fernand Bussard, que chegou a trabalhar em Cabo Verde nos anos 40, mas que, por causa do seu feitio, não conseguia relacionar-se com os cabo-verdianos de Dakar. *«Em geral»*, conclui o reverendo, os cabo-verdianos *«vivem mal instalados e com desejo de voltar para Cabo Verde.»*

Por sua vez, em carta dirigida ao ministro do Ultramar, Silvino Silvério Marques dá em pormenor conta da missão de Nogueira, baseando as suas observações a partir de uma conversa que teve com o padre, conversa essa que dá lugar a um documento, intitulado "Notas

sobre a conversa verbal a que se refere o ofício" [secreto 9, 8 de Agosto], onde se registam as constatações, sugestões e outras observações do reverendo. Diz o governador que, em termos sociais, a grande maioria dos cabo-verdianos no Senegal vive mal, *«sujeitando-se a pequenos quartos em que toda a família vive numa promiscuidade vergonhosa e alimentando-se mal, muitas vezes [graças] a esmolas de parentes e amigos»*. Do ponto de vista moral, *«o álcool e a imoralidade»* são outros dois aspectos que desprestigiavam igualmente essa comunidade, havendo naturalmente excepções, *«mas que não chegam para contrabalançar a imoralidade da maioria»*. Em termos espirituais, as "notas" referem o *«abandono»* em que têm vivido os cabo-verdianos, resultando disso casos de indivíduos que *«passaram ao islamismo, temos alguns protestantes e bastantes, sobretudo entre os novos, que acreditam e praticam o espiritismo»*.

Um capítulo que merece amplo desenvolvimento é o do "Patriotismo dos caboverdianos", em geral, *«gente simples, na quasi totalidade conserva-se portuguesa de alma e coração. (...) Vêem à sua volta as consequências nefastas provocadas pela separação das nações europeias e sentem cada vez mais necessário a protecção de alguém que os guie e ampare.»* E acrescenta o governador: *«Os caboverdianos instruídos, embora façam certos reparos, julgam a independência uma utopia, uma verdadeira loucura quer a independência de Cabo Verde, quer a sua união com o Senegal. Sabem que Cabo Verde nunca poderá ser independente e sentir-se-iam feridos no seu orgulho de estar sujeitos a um povo indiscutivelmente inferior em mentalidade, intelectual e religioso. Sentem orgulho de ser portugueses e defendem sem receio e sem cobardia o seu patriotismo perante qualquer imbecil que o queira atacar. A este grupo pertencem especialmente os filiados do "Foyer des Portugais du Sénegal"»*. Em seguida, reduz os militantes do MLGC a *«pouco mais ou menos uma dúzia. Quase nenhum conhece Cabo Verde»*, definindo Henry Labery como um *«despeitado que pretendia o lugar de vice-cônsul do Brasil»*, estendendo o mesmo tipo de apreciação aos seus correligionários.

Como conclusão, o governador sugere que é preciso agir: tendo em Dakar uma embaixada *«formada por gente competente que zele pelos interesses dos caboverdianos e não os explore»*; dando apoio moral e financeiro à comunidade, através da construção de uma igreja, *«dirigida por padres portugueses, criar uma escola e um dispensário, facilitar o estudo em Portugal ou em Cabo Verde aos filhos de caboverdianos lá existentes que vivem sem condições de o fazer»*; proporcionar intercâmbio entre esses cidadãos e a sua terra de origem; adoptar *«medidas rigorosas contra navios de Cabo Verde e barcos de pesca de Dakar que vêm pescar nas costas de Cabo Verde e que levam passageiros clandestinos»*[4]; facilitar o regresso de todos os caboverdianos que o queiram *«e não têm meios para o fazer»*, e procurar com o governo senegalês uma forma de *«repatriar sobretudo todas as raparigas*

que se entregam à prostituição».

Algumas dessas sugestões, como se disse, foram acatadas e materializadas, principalmente através do "Foyer des Portugais du Sénegal", associação cultural, mutualista e recreativa, criada em Setembro de 1959, e presidida pelo cabo-verdiano Oliveiro da Costa, comerciante em Dakar. Através de projectos nas áreas da educação, formação profissional, religião, entre outras, os promotores da associação pretendiam, com a ajuda das autoridades portuguesas da Praia e de Lisboa, *«Reunir todos os Portugueses residentes na República do Senegal, numa grande família portuguesa».*[5]

A direcção, tal como o corpo em si da associação, era pró-Portugal, sendo constituída na sua maioria por cabo-verdianos bem situados financeiramente. Em Agosto de 1960, o MLGC considera o "Foyer" *«inimigo n.º1, comum de todos os estados africanos»*, o que leva os responsáveis da associação a protestar junto do ministro senegalês do Interior.[6] Temendo o futuro político do Senegal, e pensando igualmente *«na defesa da honra e do prestígio de Portugal e Cabo Verde»*, o secretário-geral do "Foyer", Naturino de Mello Alves, natural de Santa Catarina, *«aconselha que medidas sejam tomadas pelo Governo de Cabo Verde, em vista a controlar a vinda para o Senegal dos Caboverdianos.»*

Pressionado, entretanto, pela OUA, criada em 1963, o governo senegalês acaba, no ano seguinte, por cortar relações diplomáticas com Lisboa, que chega a ter um embaixador em Dakar, Luís Gonzaga. Esta decisão — tomada a contragosto por Dakar —, acaba também por criar grandes dificuldades à actuação ao referido "Foyer", que procura aparecer aos olhos das autoridades locais como uma organização apartidária, onde as discussões religiosas e políticas estão, à luz dos seus estatutos, proibidas. Numa primeira fase, o "Foyer des Portugais du Sénegal" deu lugar ao Centro Cultural Caboverdiano, dirigido pelo cabo-verdiano Valdemar Pereira, ex-funcionário da embaixada portuguesa e do Telégrafo em S. Vicente, que também desapareceu, por pressão, agora, do PAIGC.

Permanecem, contudo, no Senegal, por mais algum tempo, uma freira portuguesa, conhecida por irmã Escolástica, e um ou outro funcionário da representação portuguesa, que continuam o trabalho de desmobilização dos cabo-verdianos em relação à causa da independência. Muita activa entre a comunidade, a irmã Escolástica acaba também por ser expulsa do Senegal, tal como os demais agentes portugueses.

Silvino da Luz, que vivia nesse período no Senegal, afirma que ela aproveitava-se do trabalho social junto da comunidade cabo-verdiana para passar a mensagem contra a independência de Cabo Verde. *«Havia um outro indivíduo, branco, chamado Castro, cabo-verdiano, membro da*

família Reis Borges, de Santa Catarina, que fazia o mesmo. Constava que era agente da Pide. Tinha sido estudante de Medicina em Portugal, exercia clínica e fazia também um certo trabalho social junto da nossa gente. Ainda tentou criar um grupo fantoche, MLIC (Movimento de Libertação das Ilhas de Cabo Verde), alertámos as autoridades senegalesas... Da mesma forma que apareceu, ele desapareceu de Dakar, misteriosamente.»[8]

Notas

[1] Resumo do relatório elaborado pelo director geral dos Negócios políticos do Ministério dos Negócios Estrangeiros, "Colónia portuguesa em Dakar". O documento não se encontra datado nem assinado. Dossier Silvino Silvério Marques, Praia.

[2] Henry Labery, "Le Cabo Verde aussi est africain", **Afrique Nouvelle**, n.º 660, Dakar, 30-03-60. Cópias deste artigo foram enviados ao governador Silvino Silvério Marques pelo vice-cônsul António Alcântara Junior e pelo residente do Forte de S. João Baptista de Ajudá, António Agostinho Saraiva Borges, este em 05-04-60.

[3] Das investigações feitas, a PSP descobre que João de Deus Gomes é filho do mestre Cunque, chefe das oficinas do Estado em S. Vicente.

[4] Sobre isso o governador informa, na sua carta, já ter ordenado a obrigatoriedade de esses navios sairem e entrarem por S. Vicente, *«afim de facilitar a fiscalização»* dos mesmos.

[5] "Apontamentos ao Governo de Cabo Verde", por Naturino de Mello Alves, secretário-geral do "Foyer des Portugais du Sénegal", 27-09-60. Dossier SSM.

[6] Carta assinada por Naturino de Mello Alves, 09-09-60. Ibidem.

[7] "Apontamentos ao Governo de Cabo Verde". Ibidem.

[8] Entrevista por telefone:Silvino da Luz, S.Vicente, 22-07-95.

6
A CONJUNTURA INTERNACIONAL

Os anos 60 começam de forma auspiciosa para a África. De Argel ao Cabo surgem sinais de que tinha chegado a hora de o continente se tornar independente. Ao todo, 17 novos países irão juntar-se à Libéria (1847), União Sul-Africana (1909), Egipto (1922), Etiópia (1940), Líbia (1952), Gana (1957) e Guiné (1958), entre eles, o Senegal (1960). Este e a vizinha Guiné, sobretudo esta, presidida por Ahmed Sékou Touré, vão revelar-se dois baluartes importantes para o PAIGC na luta pela independência da Guiné-Bissau.A França e a Inglaterra encabeçam as potências que se dispõem a descolonizar os territórios que administravam em África.

Desta onda, a Argélia surge como o caso mais complexo, dado o elevado número de franceses aí existentes e que se opõem à independência. Por causa disso, o general Charles De Gaulle irá jogar com o seu prestígio de herói da Segunda Guerra e de reconstrutor da França ao reconhecer a independência argelina, em Junho de 1962. Um outro processo dramático é o da independência, em Junho de 1960, do Congo-Kinshasa, que se vê a seguir mergulhado numa guerra civil, até que, em 1965, o comandante do exército, Joseph Desiré Mobutu, rebaptizado Mobutu Sese Seko, assume o poder através de um golpe de Estado. Estes e outros casos constituem um sério aviso à comunidade internacional, particularmente às demais potências coloniais europeias ainda a braços com territórios por descolonizar.

Kennedy e a África

Outro facto importante é a eleição, em Novembro de 1960, de John F. Kennedy, 43 anos, para a presidência dos EUA. Como senador, já em 1957 ele havia escandalizado os seus colegas do Senado ao pronunciar-se a favor da independência da Argélia. Ao longo da sua campanha presidencial, Kennedy demonstra que continuava a interessar-se com o que se passava no continente africano, o que lhe mereceu a simpatia dos líderes africanos, bem como o apoio dos movimentos negros do seu próprio país. Pela primeira vez, alguém do *establishment* americano trazia para o debate público um continente obscuro, que os americanos se habituaram a ver como um mundo em que Tarzan vivia pulando

de galho em galho ou lutando contra selvagens, com a mesma valentia com que se batia contra leões e crocodilos. Para Kennedy, os EUA vinham perdendo influência em África, a favor da URSS, liderada por Nikita Kruschev, por ignorar *«as necessidades e aspirações dos povos africanos»*. Defendia por isso *«uma África onde os países sejam livres de escolher o seu próprio rumo nacional, sem imposições ou coacção do exterior»*.[1]

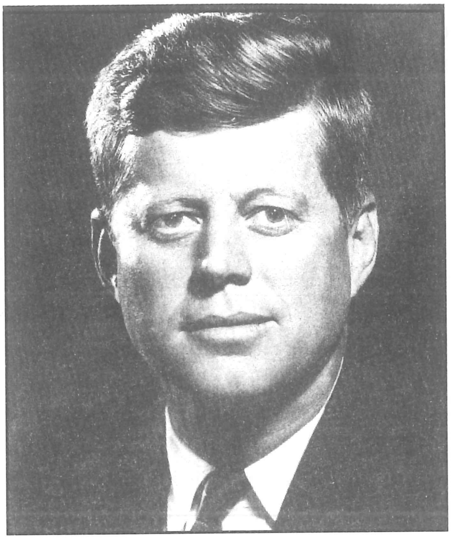
Salazar e o mundo

Em Lisboa, António de Oliveira Salazar, 72 anos, entrava em 1960 no seu 28.º ano de poder, destoando Portugal dos seus parceiros europeus em matéria de política colonial. Antigo professor da Universidade de Coimbra e ministro das Finanças, cabia-lhe o mérito de ter devolvido a ordem ao seu país, depois de 16 anos de agitação política que se seguiram à proclamação da República, em 1910. Este facto permitiu que o golpe de Estado dos militares em 28 de Maio de 1926 fosse saudado pela sociedade portuguesa. *«Vivia-se uma crise nacional em que a maioria dos portugueses ansiava por estabilidade política e por uma linha de rumo»*.[2]

De origem humilde e camponesa, Salazar é um antigo seminarista, ascético e astuto, desconfiado e horrorizado com o mundo moderno, enfim, um homem intransigente, para quem a grandeza imperial do seu país é um valor sagrado. Durante o tempo em que esteve no poder, as tentativas de democratização ou de "separar" qualquer parcela de Portugal, que, no seu entender, ia do Minho a Timor, foram dura e severamente castigadas. Ainda assim, os efeitos da nova ordem emergente do pós-guerra não deixarão de se fazer sentir naquele país ibérico. Tanto mais que, depois de nove anos, Portugal tornara-se, a 14 de Dezembro de 1955, com a Espanha e a Itália, além de um grupo expressivo de países do Leste europeu, membro da Organização das Nações Unidas. Após isso, e cumprindo uma formalidade estatutária, o secretário-geral da ONU, o birmanês Sithu U Thant, requereu a Lisboa uma informação sobre a situação dos territórios africanos por ela administrados.

De acordo com o artigo 73 da carta das Nações Unidas, em vigor desde 24 de Outubro de 1945, os Estados membros responsáveis por territórios não-autónomos comprometiam-se a prestar informações sobre os mesmos, nomeadamente no que se refere aos aspectos político, económico, social e educacional dos povos neles existentes. Ainda segundo o espírito da Declaração Universal dos Direitos do Homem — outro documento basilar da ONU — , o país-administrante devia também promover o governo próprio das regiões ultramarinas sob a sua alçada, tendo em conta as aspirações das respectivas populações. Tudo isso constituía, no fundo, um importante mecanismo de pressão, que acabava por levar as potências coloniais a promoverem a autodetermi-

António de Oliveira Salazar



John F. Kennedy

nação e a independência dos territórios em seu poder.

No entanto, o governo português, que, em 1951, tinha alterado a sua Constituição, passando as colónias denominar-se *províncias ultramarinas*, responde a U Thant que *«Portugal não administra territórios que possam ser incluídos na categoria indicada pelo artigo 73.º»*.[3] Como resultado do primeiro debate desta questão, a grande maioria dos Estados membros, presentes na 15.ª Assembleia Geral da ONU, em Dezembro de 1960, conclui que os territórios em África sob administração portuguesa não eram autónomos. A renitência de Lisboa irá chocar ainda com a adopção, pela ONU, de outras resoluções e princípios anticolonialistas, entre os quais a declaração sobre a concessão da independência aos países e povos colonizados, aprovada na mesma sessão da Assembleia Geral.

Amílcar Cabral em Londres

Também em 1960, Amílcar Cabral, cujo paradeiro as autoridades portuguesas passaram a ignorar, reaparece em Londres com o pseudónimo de Abel Djassi. Antes de ir à capital inglesa, Cabral estivera em Tunis, em Janeiro, na Conferência dos Povos Africanos. E, segundo Aristides Pereira, para espanto e decepção do seu companheiro, praticamente ninguém o quis ouvir, porque vinha de um território onde era suposto não haver problemas inter-étnicos e muito menos de descolonização, situação que iria manter-se no ano seguinte, no Cairo. Portugal continuava a merecer a simpatia e a fama de ser um "bom colonialista", capaz de dar ao mundo países como o Brasil, exemplo de "democracia racial", conforme teoria do sociólogo brasileiro Gilberto Freyre, que, na primeira metade

dos anos 50, viaja a Angola, Cabo Verde e Guiné e louva, em **Aventura e rotina**, a política portuguesa para a África. *«Gilberto Freire»*, ironiza Amílcar Cabral, *«transformou-nos a todos os que vivemos nas províncias-colónias de Portugal em felizes habitantes de um paraíso luso-tropical».*[4]

«A partir de Tunis e do Cairo», acrescenta Aristides Pereira, *«é que nasce a ideia de Amílcar de denunciar o sistema colonial português. Havia a fama de que tudo estava bem, com a integração ou com a assimilação das populações africanas. Mesmo em Conakry, para não dizer no Senegal, esse era problema que se punha. Todos nos diziam:* "Ah, Portugal, vocês não têm problemas!" *Em 1960, quando cheguei a Conakry, o único país que aceitou ter relações connosco foi a China. Por exemplo, a URSS chegou a dar bolsas à gente do Luís da Silva [da Fling], mas não a nós. O bloco socialista aproximou-se de nós mais tarde e com muitas cautelas, através dos checos...»*

Luís Cabral defende que o irmão só não falou em Tunis porque não quis. Residindo ainda em Lisboa, antes de ir à capital tunisina tinha estado anonimamente em Paris, onde se reuniu com elementos de Angola e de outras colónias, defendendo que era imprescindível os movimentos da "África Portuguesa" fazerem-se representar na conferência de Túnis. *«O Amílcar era o aglutinador daquela malta»*, diz Luís. *«Os angolanos não se entenderam, de modo que ele resolve ir a Tunis, correndo todos os riscos, achando igualmente que ainda seria possível ir com o pseudónimo de Abel Djassi e regressar a Lisboa. De volta a Paris, dá-se conta de que isso já não era possível, e é então que vai para Londres. Aqui pronuncia a primeira denúncia contra o colonialismo português.»*

Nessa investida contra a *«parede de silêncio»* que Portugal estabelecera contra as suas colónias,[5] Amílcar Cabral conta com a ajuda de Basil Davidson, jornalista, historiador e especialista inglês em assuntos da África Oriental, antigo combatente antifascista na Jugoslávia, sendo também provável que os dois se tenham conhecido em Tunis. De Davidson fora a primeira denúncia na imprensa britânica, em 1954, da existência de trabalho forçado e racismo em Angola. Além de ajudar Cabral a traduzir do francês para o inglês o seu texto "Verdade sobre as colónias africanas de Portugal", aquele activista consegue promover um encontro com os jornalistas numa sala de conferências da Câmara dos Comuns.

«Portugal», afirma o líder do PAIGC, *«é um país subdesenvolvido com 40 % de analfabetos e o seu nível de vida é o mais baixo da Europa. Se conseguisse ter "uma influência civilizadora" sobre qualquer povo, seria uma espécie de milagre. O colonialismo clássico, fenómeno histórico em vias de desaparecimento, nunca contou com milagres para se manter vivo. Portugal exerce a única* "influência civilizadora" *de que é capaz, a que corresponde ao tipo de colonialismo que adoptou e à sua posição de potência colonial cuja economia, cultura e civilização são atrasadas».*[6]

E acrescenta: *«99,7% da população africana de Angola, Guiné e Mo-*

çambique é considerada "não civilizada" pelas leis coloniais portuguesas e 0,3% é considerada "assimilada". *Para que uma pessoa "não civilizada" obtenha o estatuto de "assimilada", tem de fazer prova de estabilidade económica e gozar de um nível de vida mais elevado do que a maioria da população de Portugal. Tem de viver à "europeia", pagar impostos, cumprir o serviço militar e saber ler e escrever correctamente o português. Se os portugueses tivessem de preencher estas condições, mais de 50% da população não teria direito ao estatuto de* "civilizado" *ou de* "assimilado"».[7]

A missão civilizadora portuguesa em África era assim, pela primeira vez, posta em causa nos seus fundamentos. Em 500 anos de colonialismo era reduzido o saldo a favor das populações africanas: em Angola, Guiné e Moçambique só a partir de 1961, por exemplo, se verifica uma ampliação do ensino oficial, até então virado para brancos, ficando a escolarização dos negros a cargo das missões religiosas, católicas e, sobretudo, protestantes. Um caso à parte foi o que aconteceu em Cabo Verde. Aqui, desde cedo, a Igreja Católica chamou a si a tarefa do ensino escolar, cobrindo o vazio deixado pela administração lusitana. Referindo-se a essa questão no seu estudo sobre Pedro Cardoso, Alfredo Margarido cita a reclamação de um professor cabo-verdiano, Reis Borges, que retrata a situação em que se encontrava a ilha de Santiago, em 1911, no campo do ensino: *«em quatro séculos e meio, apenas 17 escolas oficiais para mais de 30 000 almas, ou seja, em média 3529 almas».*[8] Uma situação que se repete pelo restante arquipélago. A primeira tentativa de ensino secundário com a criação, em 1860, do Lyceu Nacional da Praia, salda-se num fiasco, fecha por falta de verbas.

O Seminário de S. Nicolau, criado em 1866, revela-se decisivo no aparecimento de uma elite cultural e administrativa. Além de assegurar o funcionamento do aparelho burocrático cabo-verdiano, os seus membros emigram no espaço imperial português em posição de relativo destaque, como dá conta Gabriel Mariano.[9] Com o advento do regime republicano e laico, o seminário é encerrado, em 1917, uma vez que a Igreja é proibida de exercer o magistério educacional.

Mais uma vez, graças ao empenho de um grupo de cidadãos, liderado pelo senador Augusto Vera-Cruz (1862-1933) — eleito em 1911 representante de Cabo Verde na Assembleia Nacional — , é criado em S. Vicente, a 13 de Junho de 1917, o Liceu Infante D. Henrique, note-se, sete anos antes do primeiro estabelecimento do género na "África Portuguesa", neste caso o Liceu Salvador Correia de Sá, de Luanda, que é criado conjuntamente com a Escola Superior de Professores do Lubango. Numa atitude de entrega à causa pública, Vera-Cruz cede a sua própria residência para instalação do liceu cabo-verdiano, que começa a funcionar, em Novembro de 1917. Encerrado em 1936, e novamente por pressão das forças vivas locais, o referido liceu é reaberto no ano

seguinte, agora com o nome de Gil Eanes; e, desta feita, um dos cidadãos a liderar esse processo foi o deputado por Cabo Verde à Assembleia Nacional, o médico e também professor liceal, Adriano Duarte Silva (1898-1961). Santiago, a ilha mais populosa do arquipélago, só terá o seu primeiro liceu em 1960, depois de nela ter funcionado, a partir do ano lectivo 1956-57, uma secção do liceu de S. Vicente.

1961, o ano em que a guerra começou

Se 1960 predizia o início de uma era pouco ou nada favorável a Portugal, do ponto de vista político, tanto interna como externa, 1961 irá revelar-se um *annus horribilis* para Salazar. Em Janeiro, um grupo de oposicionistas, liderado pelo capitão Henrique Galvão, toma de assalto, em pleno mar do Caribe, o transatlântico *Santa Maria* e ameaça desembarcar em Luanda para aí formar um governo revolucionário. Homem com experiência africana, autor de um célebre relatório de inspecção sobre as condições degradantes a que as grandes fazendas de café do norte de Angola submetiam os seus trabalhadores autóctones, Galvão estava ligado ao general Humberto Delgado. Depois de uma longa e dramática peripécia, que envolveu barcos e aviões militares de outros países (o *Santa Maria* transportava cerca de mil passageiros, entre tripulantes e turistas, a maioria dos quais norte-americanos), Galvão e os seus homens se entregam às autoridades brasileiras no Recife, a 2 de Fevereiro. Dois dias antes, ao justificar o seu acto à imprensa, ele afirma: *«Queremos uma revolução profunda, autêntica, total e humana. (...) Uma revolução que também abra as portas das colónias ultramarinas à liberdade, progresso e independência».*[10]

Apesar de o desembarque em Luanda não se ter concretizado, o episódio atraiu à capital angolana um número significativo de jornalistas estrangeiros. Aproveitando-se disso, grupos nacionalistas, liderados pelo cónego Manuel Mendes das Neves (um mestiço angolano) assaltam, na madrugada de 4 de Fevereiro, algumas cadeias de Luanda para libertar presos políticos.[11] A reacção portuguesa não se fez esperar: Luanda, segundo os mais diversos testemunhos, assiste nos dias seguintes a uma autêntica caça ao negro. Por iniciativa da Libéria, o Conselho de Segurança reúne-se de 10 a 15 de Março para analisar a situação em Angola, e Portugal é de novo chamado à pedra. E, pela primeira vez na história da ONU, os EUA e outros países ocidentais (com excepção da França e Reino Unido que se abstiveram), votam ao lado da URSS na condenação de Lisboa.

Também a 15 de Março, em Angola, a UPA desfere na região Norte o mais violento ataque à presença portuguesa naquele território, iniciando uma guerra que se irá prolongar por vários anos. Pela sua des-

medida violência, tanto da parte dos angolanos como dos colonos portugueses, 1961 revela-se a expressão da grande insatisfação que vinha ganhando corpo nas colónias: em Fevereiro de 1953, em S. Tomé e Príncipe, houve o massacre de Batepá, no qual terão morrido mais de mil pessoas; em Agosto de 1959, na Guiné, o de Pidjiguiti; em Junho de 1960, em Moçambique, o de Mueda; e, ainda, em Janeiro de 1961, em Angola, o da Baixa de Cassange. De todos estes massacres este último foi, sem dúvida, o mais violento, com o número de mortos a ascender os 5 mil, cifra de longe ultrapassada em Fevereiro e Março.[12] Ao discursar, em 5 de Maio, no porto de Lisboa, para um contingente que ia embarcar de urgência para Angola, o ministro português do Exército, Mário Silva, mostra qual a posição do seu governo em relação ao levantamento: *«Vamos combater, não contra seres humanos, mas contra feras e selvagens. Vamos enfrentar terroristas que devem ser abatidos como animais selvagens».*[13]

Sentindo-se acusado, Salazar, que dominara em Abril uma tentativa de golpe de Estado, apoiada pela embaixada dos EUA em Lisboa e liderada pelo ministro da Defesa, general Júlio Botelho Moniz, e pelo subsecretário de Estado do Exército, coronel Francisco da Costa Gomes, ensaia uma fuga em frente e ordena uma ida para Angola, *«rapidamente e em força»*. A partir de então a presença militar portuguesa em África, que em 1961 regista a cifra de 50.422 homens, irá aumentar de ano para ano, atingindo em 1973 o recorde de 149.091 efectivos. Tudo isso irá significar um enorme esforço de guerra, traduzido nos recursos financeiros disponibilizados e no número de feridos e mortos. Em 1969, a percentagem das despesas militares no conjunto das despesas públicas atinge 54,7 por cento, enquanto o número de mortos ascende, em 1973, ao máximo de 923.[14]

Para culminar o ano aziago que foi 1961 para as autoridades portuguesas, a União Indiana, governada por Jawaharlal Nehru, invade e retoma, a 18 de Dezembro de 1961, Goa, Damão e Diu.[15] E, dois dias depois, o governador português, general Manuel Vassalo e Silva, render-se-á, para grande decepção de Salazar que, em nome da grandeza de Portugal, preferia que os seus 4 mil militares aí estacionados morressem gloriosamente nas mãos dos 25 mil soldados que a Índia destacou para o cerco daqueles territórios. *«É horrível pensar que isso pode significar o sacrifício total, mas recomendo e espero esse sacrifício como a única forma de nos mantermos à altura das nossas tradições e prestarmos o maior serviço ao futuro da Nação»*, diz o chefe do governo num telegrama a Vassalo e Silva. *«Não prevejo possibilidade de tréguas nem de prisioneiros portugueses, como não haverá navios rendidos, pois sinto que apenas poderá haver soldados e marinheiros vitoriosos ou mortos.»*[16]

A queda da "Índia Portuguesa" teve, em Portugal, o mesmo ou maior impacto que o ultimato inglês em 1890. Se neste caso Lisboa teve

Direcção Geral da Comunicação Social - Portugal

Para Angola, "rapidamente e em força..."

de capitular diante de um outro império europeu, bem mais poderoso, em 1961 teve de se render a um país do Terceiro Mundo, recém-independente. Em Cabo Verde, a queda da "Índia Portuguesa" foi particularmente sentida, pelo que, nesse ano, as festas de Natal e Ano Novo, tradicionalmente ruidosas, segundo o **Boletim Cabo Verde**, *«passaram completamente despercebidas no silêncioso luto dos corações». «As emissoras de rádio puzeram de parte, durante mais de uma semana, os seus habituais programas, para só darem os noticiários, principalmente os que relatavam as horas trágicas vividas na nossa Índia».*[17] Entre outras iniciativas de pesar, recheadas de discursos de fervor lusitanista, em Santiago, milhares de pessoas deslocam-se, em procissão, da Praia à Cidade Velha.

CONCP

Do lado dos movimentos nacionalistas há a registar mais uma tentativa de junção de esforços, uma tendência que se desenha desde os tempos da CEI, em Portugal. Novamente, por iniciativa de Amílcar Cabral, a Frente Revolucionária Africana para a Independência Nacional das Colónias Portuguesas (Frain), fundada um ano antes em Tunis e herdeira do Movimento Anti-Colonial (MAC), constitui-se, a 18 de Abril de 1961, em Casablanca, na Conferência das Organizações Nacionalistas das Colónias Portuguesas (CONCP), agrupando o PAIGC, o MPLA e nacionalistas de Moçambique e de Goa.[18] Por assim dizer, a luta política e diplomática é ainda o principal instrumento de tais movimentos. Internamente, o PAIGC tenta, em Ju-

lho, na capital senegalesa, um entendimento com as demais organizações nacionalistas da Guiné e Cabo Verde. É criada, por pouco tempo, a Frente Unida de Libertação (FUL) da Guiné e Cabo Verde, que tinha o PAIGC como a sua locomotiva.

Notas

[1] José Freire Antunes, op. cit., p. 57.
[2] Idem, op. cit., p. 70.
[3] United Nations General Assembly Records (GAOR). Letter of November 8, 1956, 11 th session, Annexes item 34 (A/C4/331), November 20, 1956. United Nations Archives (New York), in José Freire Antunes, op. cit.
[4] Amílcar Cabral, Prefácio a **A libertação da Guiné, Aspectos de uma revolução africana**, p. 4. Sá da Costa, Lisboa, 1975.
[5] Idem, ibidem, p. 3.
[6] Idem, **A arma da teoria, unidade e luta**, vol I., p. 59, Seara Nova, Lisboa, 1978. Vide também **As ilhas afortunadas**, Basil Davidson, p. 101.
[7] Amílcar Cabral, ibidem, p. 61.
[8]Alfredo Margarido, "A perspectiva histórico-cultural de Pedro Monteiro Cardoso", in Pedro Cardoso, **Folclore cabo-verdiano**, p. XXXVIII, Solidariedade Caboverdiana, Paris,1983.
[9] Gabriel Mariano, "Do funco ao sobrado ou o mundo que o mulato criou". In **Cultura caboverdeana**, Vega, Lisboa,1991
[10] João Paulo Guerra, op. cit., p. 177.
[11] Durante muito tempo, o 4 de Fevereiro foi tido como a data oficial do início da luta armada em Angola pelo MPLA. Sabe-se hoje que esse movimento pouca ou nenhuma interferência teve nesta iniciativa, tendo tido, sim, a habilidade de se "assenhorear" dela. De acordo com Joaquim Pinto de Andrade, partiu do irmão Mário, então em Conakry, a ideia de reivindicar o 4 de Fevereiro para o MPLA, passando a partir de então a ser a data oficial do começo da luta armada em Angola. in José Freire Antu-nes, op. cit. p. 150.
[12] Da parte dos colonos, o número de mortos foi estimado em cerca de 200 pessoas entre homens, mulheres e crianças; da parte dos angolanos, o número elevou-se aos 20 mil, segundo dados não oficiais. Vide também Carlos Pacheco, **MPLA, Um nascimento polémico**, editora Vega, Lisboa, 1997; bem como a resposta de Lúcio Lara, **Um amplo movimento** (itenerário do MPLA através de documentos e anotações), vol I, edição dos autores. Luanda, Dezembro de 1997.
[13] João Paulo Guerra, op. cit., p. 183.
[14] Idem, ibidem.
[15] Sucessor de Mahatma Gandhi e um dos fundadores do Movimento dos Não Alinhados, Nehru vinha há muito reivindicando a devolução dos territórios que Portugal detinha na Índia, tendo-se apoderado em 1954 dos enclaves de Dadrá e Nagar-Aveli.
[16] José Freire Antunes, op. cit., pp. 311 e 312.
[17] **Boletim Cabo Verde**, n.º 148, Praia, 01-01-62.
[18] A Frain, curiosamente, contou também com a subscrição de José Guilmore (i.e. Holden Roberto) da UPA, organização próxima dos americanos, tendo posteriormente deixado de manter relações com o PAIGC e demais movimentos próximos do MPLA, por razões óbvias.

Arquivo: Hermano Almeida

Grupo Cultural do 3º Ciclo do Liceu Gil Eanes. Vêem-se, entre outros, Baltasar Lopes da Silva, Abílio Duarte, Corsino Fortes...

7
A FUGA DE ABÍLIO DUARTE

Em Cabo Verde, em Setembro de 1960, Abílio Duarte vê-se na contingência de deixar o arquipélago para não ser preso. Através de Francisco Lopes da Silva, então vereador da Câmara Municipal de S. Vicente, é informado de que a Pide iria prendê-lo, devendo para o efeito deslocar-se da Guiné ao arquipélago o subinspector major Manuel dos Santos Correia, que aqui instalará os serviços dessa polícia política. *«Uma semana depois da fuga do Abílio chegava a Pide»*, lembra-se Lopes da Silva. *«Fiquei a saber da informação através do, na altura, alferes António Romualdo, casado com uma irmã minha. Ele soube e pediu-me que avisasse o Abílio».*[1]

Antes disso, Abílio Duarte lembra-se de um episódio estranho que acabou por o deixar intrigado e de sobreaviso. Um dia é interceptado na rua por um conhecido seu, de nome Kida, futebolista e que trabalhava nos Serviços de Aviação, a dizer-lhe que tinha chegado um bilhete de avião para ir a Accra, a um festival da Associação Mundial da Juventude. *«Corri em grande velocidade para o Tribunal; entro que nem um furacão no gabinete do meu irmão, e digo-lhe*: "Inventa uma visita pelo teu pelouro porque eu vou enfrentar a Pide". *Tentei imediatamente cortar todas as ligações com os jovens e ordenei que ninguém me procurasse. Três dias depois recebo uma comunicação do administrador Luís Silva Rendall que me manda chamar.»*

Antes de comparecer, procura os serviços de um advogado mindelense, que, amedrontado, se nega a qualquer contacto, pelo que a solução foi bater à porta de Baltasar Lopes da Silva, que, além de professor liceal, era advogado, embora não exercesse de forma permanente. *«Mostrei-lhe os documentos e ele mandou-me destruir todos os papéis que me pudessem comprometer e aconselhou-me a negar tudo, de pés juntos! Baltasar sabia que eu tinha uma actividade política. Nunca me perguntou nada, nunca lhe contei nada... Mesmo assim, sentia que ele me dava cobertura no Liceu.»*

Cumpridas as instruções, Abílio Duarte armou o espírito e compareceu perante o administrador do Concelho. *«Rendall, com toda a sua experiência, procurou puxar-me pela língua. Eu respondia que só podia estar a haver um engano. Ele respondeu-me*: "Que eu saiba, Abílio Duarte em Cabo Verde é só um". *Eu insistia que nada tinha a ver com o bilhete. O gajo não foi na fita»*. Pelo contrário, voltou a chamá-lo para mais uma aflitiva sessão de perguntas.

Por um desses acasos da vida, Abílio Duarte tinha tido o cuidado de mandar renovar o seu passaporte na Guiné, através de um colega do BNU, José Lima Barber, que, por causa disso, *«se meteu numa grande confusão»* junto dos seus superiores e da Pide. Entretanto, vendo o pé em que as coisas se encontravam, Duarte decide viajar para França, onde já se encontrava a futura mulher, Dulce, sob pretexto de ir estudar Belas Artes. *«E vou à Administração tratar da minha viagem para o Senegal. Imediatamente o Rendall cassou-me o passaporte, por ordens, presumo, vindas da Praia. Ainda tentaram, por seu intermédio, aliciar-me com uma bolsa da Câmara Municipal de S. Vicente para Arquitectura em Portugal. Agradeci. Sabia que era uma forma de me prenderem logo que chegasse a Lisboa. Cassado o passaporte, eu protesto: envio um telegrama ao governador Silvino Silvério Marques, que não me responde. A resposta vai para o administrador, que me chama novamente. O governador entra também em contacto com o meu irmão e estranha que um rapaz das ilhas quisesse fazer os seus estudos em França. O Manecas respondeu-lhe que não era de estranhar porque antes, de mim, houve vários portugueses que haviam feito o mesmo.»*

Desse período Abílio Duarte não se esquece de algumas figuras marcantes de S. Vicente com quem tinha um relacionamento que às vezes se abeirava da cumplicidade. João Cleofas Martins (1901-1970), conhecido por Djunga Fotógrafo ou, simplesmente, nho Djunga, era uma delas: o seu sentido de humor fazia dele uma das figuras marcantes do Mindelo. Outra figura não menos marcante era o maestro José Reis, responsável pela formação de várias gerações de músicos, tido como comunista. Reis, segundo Duarte, através dos padres, sabia de tudo que se passava em S. Vicente, em termos de actividades políticas. *«Com Djunga»*, sublinha Duarte, *«eu falava abertamente de tudo. Ele era daqueles que acreditava que era possível mudar as coisas pela reforma do sistema. Era um fulano extremamente consciente, nacionalista e corajoso».*

As suas cartas de Mari Preta, lidas na Rádio Barlavento, foram, segundo o seu amigo Baltasar Lopes, *«um dos factores fundamentais da "luta na retaguarda" que caracterizava a vida quotidiana do arquipélago — luta sem ferro nem clarins, mas nem por isso menos heróica, porque sustentada com a força de uma comunidade inteira».*[2]

E havia também o acima referido Francisco Lopes da Silva. Escritor, colaborador de periódicos cabo-verdianos, formou-se em 1959 em Filologia Germânica e regressou a Cabo Verde, onde se instala como professor da Escola Técnica, de que vem a ser director durante largos anos. Além de vereador, torna-se, mais tarde, vereador e, mais tarde, membro do Conselho Legislativo da Província. *«Eu e o Francisco somos quase irmãos»*, diz Abílio Duarte. *«Somos quase parentes»*, diz, por sua vez, Lopes da Silva, com igual afecto.

«Como disse, o Chiquinho é que me informou da existência de duas ordens secretas para a minha captura e me aconselhou: "Não tentes nenhuma fuga clandestina porque senão estás perdido; a Pide sabe de todos os teus passos"», recorda Abílio Duarte, que já estava a preparar a fuga em tais condições, com a ajuda de José Reis e de Quim Chavinhas. Acuado, um dia, o administrador chama-o novamente, desta vez, para devolver-lhe o passaporte. *«Para eu poder sair de Cabo Verde, ele pediu-me duas testemunhas idóneas, que garantissem que eu nunca iria fazer política. Consegui isso do dr. Fonseca, meu primo e presidente da União Nacional em Cabo Verde, e de Raúl Ribeiro, gerente da Fábrica de Tabacos e membro do Conselho do Governo. Eles assinaram o documento garantindo que o Sr. Abílio Duarte nunca fez e jamais fará política! Um deles ainda me disse*: "Vai, mas não voltes!"»

Entretanto, com a independência do Senegal, a viagem para França, via Dakar, deixara de ser fácil. O cônsul francês no Mindelo, Manuel Serra, alerta Abílio Duarte para o risco de não o deixarem entrar na capital senegalesa, advindo disso a possibilidade de ser devolvido à procedência. *«Dê-me o visto»*, roga-lhe, desesperado. Antes de embarcar, ocorre-lhe perguntar ao primo José Duarte Fonseca se não tem nada para o seu compadre António Alcântara Júnior (Tanta). *«Ah, sim, uma cartinha»*, responde-lhe o médico são-vicentino. *«Com certeza, com certeza, uma cartinha, é claro!...»*

Apesar de Abílio Duarte ser um homem visado, João Cleofas Martins oferece-se para o levar ao aeroporto. Irreverente, colocou uma bandeirinha vermelha no parabrisa do automóvel. *«Todos os meus amigos fugiram. Apenas Djosa Marques e Chico Lopes tiveram a coragem de se irem despedir de mim à porta dos Serviços Aéreos. No aeroporto dou de cara com o Rendall, acompanhado de Quinquim Ribeiro. Volta-se para mim e diz:* "Olha, quando fores ministro, lembra-te de mim!" *No Sal dou de caras com o poeta Jorge Barbosa, de olhos esbugalhados, porque tinha ouvido dizer que eu estava metido na luta pela independência. Deu-me conselhos...»*

A odisseia prosseguirá na Praia, com outras peripécias não menos dramáticas. *«Aqui o Lucílio Braga Tavares foi o único indivíduo com quem estive. Disseram-me que o avião saía às 7 horas. Às 6 arranco para o aeroporto, às 6h 30 o avião levanta. Enquanto viajo de avião de S. Vicente para a Praia, o major Correia, da Pide, viaja de barco. Quando chega para me prender, eu já estava em Dakar. Foi a minha sorte».*

"Débrouille toi!"

Há um outro episódio relacionado com a sua fuga e que leva Abílio Duarte a concluir que, mesmo em Dakar, não estava livre de um percalço maior. Ao chegar à Praia, o piloto do avião em que iria viajar avisa-o que tem de comprar a passagem aérea Dakar-Paris, o que con-

trariava por completo as suas intenções. Antes de embarcar, o irmão Manecas dera-lhe 14 mil escudos que ele, Abílio, conseguira trocar por moeda francesa através de um negociante da baía. Contava fazer a ligação Dakar-Paris, de barco, e viver durante algum tempo das suas economias. *«O piloto explicou-me que se não me deixassem entrar em Dakar, ele teria de me levar para Bissau. Diante disso, não tive outra saída senão comprar, ali mesmo, a passagem aérea Dakar-Paris, o que me salvou de novo de ser preso. Digo isso, sobretudo, pelo que vem a seguir...»*

Assim que chega a Dakar, Duarte dá conta de que estavam na sala de recepção os irmãos Alcântara, Tanta e Rito. *«Vendo-os, dirijo-me em direcção deles e entrego ao Tanta a carta do seu compadre José Fonseca. Embaraçado e nervoso, ele dizia:* "Aqui não, aqui não!..." *Ele e o irmão dirigem-se a um recinto ao lado, fechado, e só volta o Rito, que me conduz por umas escadas que nos levam precisamente ao carro dele, sem sequer passarmos pela fronteira. Vamos e, de repente, no meio da cidade, ele pára o carro — sai, abre-me a porta e diz, num tom seco*: "Débrouille toi!"»

Como já conhecia Dakar, Abílio Duarte pegou na maleta e tratou de seguir a "sugestão" de Rito Alcântara. Foi procurar o pai de Lucette Andrade, mulher de Luís Cabral, que já conhecia, por ter sido ele, Abílio, que, em nome do amigo, pedira a mão da mesma em casamento. *«É o pai da Lucette que me informa que o Luís e o Aristides estavam em Dakar. O Amílcar estava em Conakry e pede-me depois para lá ir. Respondo-lhe que não podia ir naquele momento porque já tinha um compromisso com a Dulce, que estava à minha espera em França. Ele não compreendeu e chateou-se...»*

Comentando o comportamento dos irmãos Alcântara, Duarte faz a seguinte leitura: *«Estando em trânsito, as autoridades senegalesas não me podiam negar estadia em Dakar. Quando o piloto na Praia me exige a passagem aérea Dakar-Paris, ele pensava certamente que eu não teria, naquele momento, dinheiro para comprá-la. Com isso, pensava que eu iria mesmo assim viajar até Dakar e de lá seria enviado para Bissau, onde a Pide estava à minha espera. Para mim, o Tanta e o Rito estavam no aeroporto de Dakar precisamente para assistir à minha devolução para Bissau».*

Os irmãos Alcântara

Filhos de António Alcântara, famoso *ship-chandler* de S. Vicente e mais tarde radicado no Senegal, Tanta e Rito Alcântara, sobretudo este, tornaram-se em Dakar figuras ilustres do meio político, social e empresarial. O primeiro foi vice-cônsul de Portugal e o segundo encarregado do mesmo consulado; com a independência do Senegal, tornou-se presidente da Cruz Vermelha desse país. Compadre de Léopold Senghor, Rito Alcântara era, de acordo com uma fonte cabo-verdiana, intermediário do chefe de Estado senegalês nos seus contactos com os

portugueses, tendo sido o seu intérprete no encontro com o general António de Spínola em Cap Skiring (Casamansa, Senegal), em Maio de 1972. Era igualmente proprietário de uma conhecida farmácia em Dakar. Luís Cabral, em **Crónica da libertação**, considera-o seu amigo e amigo do PAIGC. Pedro Pires lembra-se de que Amílcar Cabral tinha boas relações com ele: *«Comprávamos medicamentos na farmácia dele. O irmão, apesar de ser vice-cônsul, não contava muito, bebia de mais... Rito não era favorável aos portugueses; não nos apoiava abertamente, mas também não nos hostilizava. Enfim, era uma pessoa simpática»*.[3]

Ao contrário do irmão António, com o tempo, as autoridades portuguesas deixam de ter Rito Alcântara em grande conta: *«Tem três nacionalidades: francesa, senegalesa e portuguesa. É presidente da Cruz Vermelha. Não é de confiança. Trabalha em harmonia com as suas conveniências»*, diz uma nota informativa da Pide na Praia, de 15 de Outubro de 1970.[4]

Abílio Duarte em Dakar

Em Dakar, Abílio Duarte vai procurar saber quem lhe enviara o bilhete da AMJ que precipitou a sua fuga de Cabo Verde. Luís Cabral responde-lhe que não foi ele, nem tão-pouco o partido. *«Talvez tenha sido o Mário de Andrade»*, admite... *«Quando chego a Paris, pergunto ao Mário, ele responde que também não foi ele.* "Deve ter sido do partido..." *Enfim, é bem provável que tenha sido alguém que me quisesse tramar. Pode também ter sido a própria Pide...»*

Os papéis de Silvério Marques

Consultando *dossiers* do tempo do governador Silvino Silvério Marques, foi possível detectar o início da peripécia que levou Abílio Duarte a apressar a sua saída de Cabo Verde. Efectivamente, tudo começou a partir do envio de Dakar, pela delegação dos Transportes Aéreos da Guiné Portuguesa (TAGP), de um telegrama recebido da Air France, da sua sucursal de Bruxelas, em que se solicitava aos Transportes Aéreos de Cabo Verde (TACV) que contactassem Duarte, *«a fim de indicar o nome do passageiro em nome do qual a agência da Praia deveria emitir um bilhete»* com destino a Accra.

Na posse do telegrama e de outras informações subsequentes, a 26 de Julho, o então director dos TACV, Joaquim Ribeiro, ordenou ao delegado da empresa em S.Vicente que avisasse Abílio Duarte, *«a fim de indicar o nome da pessôa que foi designada para assistir o 8.º Congresso da Juventude que se realiza em Accra a partir de 9 de Agôsto próximo, devendo realizar na primeira etapa [da viagem] no avião dos Transportes Aéreos da Guiné Portuguesa para aquela cidade»*. A mesma nota, ao que se depreen-

de, foi enviada também ao administrador Silva Rendall, que logo manda chamar o cidadão em causa. Seguidamente, em carta enviada a Joaquim Ribeiro, Silva Rendall acusa a recepção da nota n.º 100, informando-o de que o conteúdo da mesma *«foi dado imediatamente a conhecer ao Sr. Abílio Duarte, que declarou por escrito e sôbre o corpo da nota em questão, o seguinte:* "Tomei conhecimento do conteúdo desta nota, cumprindo-me, porém, informar que o assunto é-me completamente estranho, desconhecendo a entidade e as razões de tal comunicação e, concludentemente, o fulano a indicar."» Isso a 29 de Julho de 1960.

Por azar de Abílio Duarte, a ligação Praia-Dakar-Accra e vice-versa deveria ser feita via Agência A. Alcântara & Fils, que representava os TAGP na capital senegalesa. É esta que no dia 26 de Julho, em carta assinada por António Alcântara Junior, solicita os dados retransmitidos acima pelo director dos TACV ao seu delegado de S. Vicente. Informado do sucedido, mais concretamente do interesse de uma organização mundial por um estudante cabo-verdiano, imediatamente Silvino Silvério Marques entra em acção. A partir de um outro documento se constata que a 4 de Agosto este ordena o *«envio do processo à PSP, que procurará destrinçar o assunto, ouvindo o Sr. Abílio Duarte»*. E também não deixa de ser estranho ao governador que Duarte tenha solicitado, a 9 de Agosto, a sua autorização militar para poder deslocar-se ao estrangeiro, a fim de, em França, prosseguir os estudos em Belas Artes.

O jovem Abílio é motivo de troca de vários telegramas — governador-administrador de S.Vicente, governador-ministro do Ultramar... Em telegrama enviado a este último, almirante Lopes Alves, a 19 de Agosto, Silvério Marques informa: *«Abílio Duarte residente S. Vicente acerca do qual existem graves suspeitas ligação movimento Dakar pretende sair França via Dakar, invocando razões estudo. Subinspector PIDE recentemente vindo esta [Província] conhece assunto. Retê-lo acabará ser explorado. Deixá-lo partir corresponde novo inimigo exterior. Agradeço instruções embora pense ser preferível deixá-lo partir»*. A 25 do mesmo mês, o Gabinete do Governador informa Silva Rendall da não autorização de saída de Duarte, *«sem o caso estar devidamente esclarecido»*.

Cozinhado em fogo brando, o suspeito roga por diversas vezes ao administrador que autorize a sua viagem, alegando numa delas que já tinha perdido uma saída do *Novas de Alegria*, uma das embarcações que assegurava a ligação Cabo Verde-Senegal, e pretendia viajar a 26 de Agosto no *Senhor das Areias*. A sua situação complica-se ainda mais (mas disso não se dá conta) com a apreensão de correspondência sua vinda de Bissau, remetida por um certo José Lopes, *«contendo panfletos de propaganda separatista com uma nota de que se destinam a distribuição aos alunos do Liceu»* e também a acta de uma assembleia geral feita a 29 de Junho, não especificando todavia o documento de que movimento ou

organização se tratava.[5]

Embora intrigado, Silva Rendall, que já contava com as declarações de José Duarte Fonseca e Raúl Ribeiro, deixa entender numa confidencial ao governador, a 25 de Agosto, que é preferível deixar Abílio Duarte ir-se embora. E argumenta: *«Quer se ausente para se integrar no movimento dito de libertação quer efectivamente e apenas para continuar os estudos, sou de parecer que deve ser-lhe permitida a saída. Continuando aqui será um elemento perturbador e receptivo de propaganda, apesar da vigilância que será exercida.»*

As autoridades acabam por se virar também na direcção de Manuel Duarte. Este, por iniciativa própria, procura Silva Rendall para esclarecer a situação do irmão, alegando não tê-lo feito antes por se encontrar ausente, em serviço, em S. Nicolau. Quer junto do administrador, quer em carta enviada ao governador, a 7 de Outubro, ele reafirma as justificações do irmão para ir estudar em França. *«No século passado es-tudaram em França cabo-verdeanos, alguns dos quais se notabilizaram, como o químico Roberto Duarte Silva, que foi professor muito admirado em Paris; bem como o famoso médico Júlio José Dias, natural de S. Nicolau, que frequentou as altas esferas médicas da mesma cidade. (...) Actualmente vários rapazes naturais das Ilhas e residentes no país (Ultramar e Metrópole) têm feito ou estão fazendo, em França (ou na Grã-Bretanha), cursos inteiros ou especializações (...). Há sómente meia dúzia de anos que surgiram os dois primeiros rapazes caboverdeanos que se interessaram pelo ramo das Belas Artes; estou crente que é esta a razão por que, até então, ninguém se tinha interessado por tal curso em França. Da Metrópole vão, todos os anos, numerosos rapazes para o estrangeiro, nomeadamente a França, fazer cursos inteiros ou complementares, e não se vê o motivo por que será anormal que os naturais das Ilhas frequentem escolas mundialmente famosas como são as francesas.»*

Silva Rendall e a sua gente

— Olha, quando fores ministro, lembra-te de mim — diz Luís Silva Rendall ao atrapalhado Abílio Duarte, momentos antes do embarque deste.

— Isso era mostrar-lhe que eu sabia das suas actividades — responde Silva Rendall, 35 anos mais tarde, com humor, diante da evocação do episódio.[6]

A custo, porque prefere não falar de si, o antigo administrador de S. Vicente confessa que sabia das actividades políticas de Abílio Duarte. E confessa igualmente que as declarações abonatórias de José Duarte Fonseca e Raúl Ribeiro eram todas combinadas: por um lado, entre eles e Abílio; e, por outro, entre ele, Silva Rendall, e os referidos cidadãos, com quem tinha excelentes relações. *«O Abílio ia sempre à Administração e*

eu tratava-o por tu. Eu dizia-lhe sempre: "Tu vais sair de Cabo Verde, legalmente!" *Mas ele não acreditava... Ele não saiu daqui fugido, saiu legalmente. E para isso corri sérios riscos, porque já vinha tendo problemas com a Pide. Levei o dr. Fonseca e o Raúl a assinarem aquelas declarações. Foi a forma que encontrei, porque já vinha tendo chatices com a Pide...»*

Num meio pequeno como o cabo-verdiano, Silva Rendall admite que não se tinha esquecido que tinha sido colega de Pedro Duarte, outro irmão de Abílio, no Fogo, para além de, na época, ter boas relações com Manecas, que era delegado do procurador da República em S. Vicente, facto que terá pesado junto das autoridades para não mandarem prender o dirigente do PAIGC.

Curioso é também o papel ou o comportamento social e político de Silva Rendall no contexto em que esse e outros tantos episódios, envolvendo a sua pessoa, aconteceram. Nascido em S. Vicente, em Agosto de 1916, ele foi um dos colaboradores directos do comandante Júlio Bento de Oliveira na formação e manutenção dos Falcões Portugueses de Cabo Verde, vulgo Sokol, organização de carácter cívico e desportivo, criada em S. Vicente em 1932, e que muito marcou a vida de várias gerações.

E sobre isso diz Silva Rendall: *«Era estudante do quarto ou quinto ano, quando um dia eu e outros colegas do Liceu recebemos um convite para participar numa reunião no Eden-Park. Movido pela curiosidade, acabámos por ir. O sr. Júlio Bento de Oliveira, que era funcionário dos Telégrafos, começa a falar da juventude portuguesa, da nossa falta de perspectivas e de lazer, e lamentava que não houvesse em Cabo Verde uma associação de jovens. Ele tinha um barquito chamado* Sereia, *sabia inglês, e numa das viagens a Santo Antão lera um artigo sobre a Sokol de Praga, uma associação que estava a contribuir com os seus trabalhos cívicos para o desenvolvimento da Checoslováquia. Funda-se algo do género em S. Vicente, com meia dúzia de indivíduos. A malta foi aderindo, com gente do Liceu e também com trabalhadores da Companhia. Tudo era feito à custa dele. O próprio dr. Baltasar fez os estatutos. A associação espalha-se por todas as ilhas e até na Guiné. Chegámos a ser visitados pelos nossos colegas da Checoslováquia, que vieram num barco ver-nos. Havia uma organização e uma disciplina extraordinárias, tínhamos inclusive uma secção feminina. O Bento de Oliveira era o comandante geral e eu era um dos seus ajudantes de campo.»*

Para além dos exercícios físicos diários, com desfiles em de-ter-minadas alturas do ano pelas ruas da cidade, Bento de Oliveira foi criando nos seus pupilos uma ética, que passava por um grande amor a Cabo Verde, e um elevado sentido de disciplina, responsabilidade e camaradagem. Quando, em 1934, se dá a chamada Revolução de nho Ambrósio, em que famintos do Mindelo, comandados por essa figura mítica, assaltam os armazéns da Alfândega em busca de milho e outros produtos, o governo chega a pedir aos Falcões para o

ajudarem a acalmar a população. *«O comandante Bento de Oliveira leva a questão ao conselho dos primeiros-oficiais, de que eu fazia parte, e a nossa resposta foi negativa. Argumentámos que éramos uma associação cívica e por isso não nos íamos envolver em política. Era, no fundo, uma forma de mostrar que tínhamos uma personali-dade própria. Nós não fomos uma juventude amorfa. Lembro-me também de, nessa altura, o dr. Baltasar ter discursado para a população, na pracinha da Câmara, com a tropa formada. Fez um discurso de tal modo exaltado que o Augusto Miranda — outra grande figura de S. Vicente — teve de intervir imediatamente para deitar água na fervura.»*

Os Falcões Portugueses de Cabo Verde seriam extintos com a criação, em 1936, da Mocidade Portuguesa, secção juvenil da União Nacional. Bento de Oliveira é convidado a integrar os seus rapazes na nova organização, mas não aceita. Natural do Paul (1905-?), antigo aluno do Seminário-Liceu de S. Nicolau, ele foi funcionário durante 36 anos dos Telégrafos Ingleses. Em 1947 foi nomeado presidente da Câmara Municipal de S. Vicente, cargo que desempenhou até Junho de 1960. Homem de espírito enciclopedista, o seu veleiro *Sereia* serviu de navio-escola nos tempos da Sokol. Em 1928 ensaiou a primeira exportação de banana cabo-verdiana, depois de ter tentado dois anos antes fazer o mesmo com as águas alcalinas de Santo Antão para outras ilhas, nomeadamente S. Vicente. Enquanto edil dessa ilha, foi sob a sua administração que se alargaram e construíram várias ruas e avenidas do Mindelo, se começou a arborizar a cidade, a fazer o saneamento público etc.[7] Um homem a quem, no dizer de Silva Rendall, S. Vicente ainda não fez justiça.

Cabo-Verdiano, acima de tudo

Na vida profissional, Luís Silva Rendall irá praticar muito do que aprendeu com Júlio Bento de Oliveira. *«No dia-a-dia eu dizia sempre:* "Antes de ser administrador sou cabo-verdiano". *Eu tinha conflitos todos os dias com a Pide ou com a tropa por causa dos nossos estudantes. Escrevi uma carta a Adriano Moreira a dizer-lhe que não precisávamos da Pide em Cabo Verde. Quando ele vem cá, traz consigo alguns agentes. Voltei a dizer-lhe a mesma coisa; e mais: que da segurança dele nos encarregávamos nós. Quando o convidámos a ir almoçar no Clube do Golfo a condição é que a Pide não aparecesse. Houve o almoço, e, dos homens da Pide, nem sinal!»*

Para as gerações mais novas, Silva Rendall era um homem muito especial. Aliás, por causa do seu aspecto imponente de falcão, altaneiro e orgulhoso, dificilmente passava despercebido. *«Para nós»,* diz Manuel Faustino, *«ele era o cabo-verdiano que não tolerava abusos do* mondrongo. *Apontava o dedo inclusive no nariz dos homens da Pide.»*[8] Para o seu velho amigo Henrique Teixeira de Sousa, ao tempo presidente da

Câmara Municipal de S. Vicente, numa altura em que havia instruções para restringir ao máximo a emissão de passaportes, Silva Rendall foi acusado de a maioria dos passaportes por ele emitidos ter servido para cidadãos cabo-verdianos irem para Dakar ou, o que era mais grave, para Conakry. *«Ele dizia que se limitava a conceder passaportes a cidadãos livres, pelo que não podia responsabilizar-se com o destino que esses cidadãos davam aos seus passaportes.»*[9]

Ao longo dos seus mais de 60 anos de vida profissional, Silva Rendall foi protagonista de vários outros episódios. Em 1962, quando Agostinho Neto é desterrado para Cabo Verde, coube-lhe recebê-lo, enquanto autoridade local, com ordens para o despachar para Santo Antão mal pusesse os pés em S. Vicente. *«Em vez disso, decidi alugar um quarto por dois dias na pensão Chave de Ouro para ele. Quando o fui receber, vi que ele vinha acompanhado da mulher e mais dois filhos. Ficaram todos na minha casa oficial. O Neto nunca mais se esqueceu disso e, quando nos reencontrámos em Luanda, depois do 25 de Abril, em casa de João Rendall Piedade, meu primo, ele me lembrou isso.»*

Silva Rendall deixa Angola, um mês antes da independência desse país, onde exercia as funções de director-geral da Administração Civil, rumo a Portugal. Logo depois chega o seu primo com recado de Agostinho Neto a pedir-lhe que voltasse e fosse trabalhar com Nito Alves no Ministério da Administração Interna. *«Olhei-o profundamente nos olhos e disse-lhe:* "Tu achas que eu devo voltar?" *Ele abaixou os olhos e respondeu-me:* "Não, vou dizer ao Neto que ainda é cedo para voltares".*»* Também por essa altura foi convidado a regressar a Cabo Verde, o que só vem acontecer em 1979... *«Tinha estado cá antes, fui abordado, mas não aceitei. Foi o José Brito a Lisboa convidar-me em nome do Pedro Pires. Mais tarde, fui convidado pelo Orlando Teixeira de Sousa, irmão do Henrique, em nome de Aristides Pereira.»*

«Para a época em que viveu, Rendall fez um bom trabalho no Fogo», afirma Aristides Pereira, que não se esquece também de que a própria mulher, Carlina, foi um dos beneficiados da relutância do então administrador de S. Vicente em não deixar de emitir passaportes a cidadãos cabo-verdianos que quisessem emigrar para o Senegal. Neste particular, o próprio Silva Rendall faz questão de não esquecer o papel desempenhado por Celso Leão, proprietário da Casa Leão, em S. Vicente, que emprestou dinheiro a muita gente para comprar as passagens, *«sem cobrar um tostão, sequer, de juro»*.

«Quanto a mim eu limitava-me a defender a minha gente», diz Silva Rendall. *«Nunca tive qualquer relação com a Pide. Quando chegaram os primeiros agentes, as malas deles ficaram lá na Administração. Para a minha casa é que não iriam. Confesso que naquele tempo eu não pensava na independência de Cabo Verde, porque eu pensava nos nossos parcos recursos e não via a possibi-*

lidade de Cabo Verde ser independente. Agora não seria por causa disso que eu iria tolerar abusos de quem quer que fosse. O Amílcar Cabral sabia da minha existência... Um dia entro no meu gabinete e encontro sobre a minha secretária o discurso dele nas Nações Unidas. Até hoje estou para saber quem o pôs lá.»

Henry Labery, Luís Cabral e Abílio Duarte

Abílio Duarte lembra-se de o irmão Manecas, numa das suas viagens pelo seu pelouro, ter encontrado em S. Nicolau um relatório confidencial do governador Carlos Alves Roçadas. *«Tratava-se de um documento extraordinário. Revelava aí que ele era um indivíduo estruturalmente sério: descrevia a situação colonial reinante em Cabo Verde, nomeadamente a situação decorrente das fomes, da emigração para S. Tomé e Angola. Recebi esse relatório ainda em Cabo Verde e mandei-o, através do tripulante de um barco, ao Luís Cabral, em Dakar. Antes disso, dei-me ao trabalho de desfazê-lo para não chamar a atenção de quem quer que fosse. Outra coisa que faço, assim que chego a Dakar, é perguntar ao Luís pelo relatório. Ele responde-me que o tinha emprestado ao Henry Labery, dirigente do MLGC. Fico doido!»*

Como atrás se viu, a independência da Guiné (1958) e a do Senegal (1960) tinham atraído aos dois países nacionalistas africanos que lutavam pela emancipação dos respectivos países. No caso da Guiné, Sékou Touré dá guarida ao PAIGC e a várias outras organizações, entre elas o MLG/C. Algumas tentativas serão encetadas com vista a uma junção de forças e um desses encontros, segundo Abílio Duarte, chegou a ser mediado por Marcelino dos Santos, dirigente da Frelimo[10], que nessa altura se encontrava em Conakry. Mais organizado e capaz, o PAIGC acaba por absorver alguns dos tais movimentos guineenses, com excepção da Frente de Libertação da Guiné (Fling), surgida em Agosto de 1962, em Dakar, dirigida por François Mendy e Benjamin Pinto Bull. Entretanto, com o reconhecimento do PAIGC pela OUA, em 1965, aquele movimento deixa de poder contar com o seu principal apoio, na altura, o Senegal — e praticamente nunca mais dele se ouviu falar até ao 25 de Abril de 1974.

Explica Abílio Duarte as tentativas de conciliação entre o PAIGC e os demais movimentos: *«Inicialmente, havia entre nós um certo diálogo. E foi por causa disso que o Luís, na sua boa fé e ingenuidade, confiou ao Labery o relatório de Roçadas. Cabral já tinha feito o desmascaramento global do colonialismo em Londres. As constatações de Roçadas seriam a prova cabal de tudo que Cabral tinha dito sobre a situação de Cabo Verde. Para todos os efeitos, era alguém do sistema português a dizer em que condições viviam os cabo-verdianos. Daí que, quando o Luís me disse que tinha emprestado o relatório ao Labery, fiquei passado. Fiz questão que ele fosse imediatamente comigo tomar o documento. Labery negou-se a devolvê-lo, alegando que o tinha mandado para a*

ONU... Ainda tentei, mais tarde, obter o documento a nível da ONU mas não consegui e duvido mesmo que o Labery o tenha enviado às Nações Unidas».[11]

Luís Cabral lembra-se, sorrindo, do episódio. Segundo ele, Henry Labery era, até então, um dos indivíduos que o próprio irmão Amílcar tinha em grande conta e tenta, inclusive, aliciar para o PAIGC, tendo sido ele, Luís, que os pôs em contacto um com o outro. O encontro entre ambos realizou-se em Dakar, em 1959, depois de Amílcar ter estado, pela última vez, em Bissau. *«O Amílcar até gostou muito do Labery. Falou-lhe dos nossos objectivos, que a única maneira de lutar contra o colonialismo era juntar as forças entre os guineenses e os cabo-verdianos etc. E foi depois desse encontro que o Labery fez o MLGC. Quando deixo Bissau e vou para Dakar, em 1960, foi ele o meu ponto de apoio. Ele e o seu grupo quiseram pôr-me como membro do Comité Director do MLGC. Aceitei, mas quiseram que eu assinasse uma declaração de apoio ao MLGC. Escrevi que apoiava o MLGC desde que isso não pusesse em causa o meu partido, PAIGC. Afastaram-me, e aí começaram as nossas grandes desavenças.»*[12]

Para Luís Cabral, o MLGC era, na prática, um fenómeno exterior à Guiné e a Cabo Verde. *«E, querendo ou não, um movimento que actua no exterior nunca tem a mesma sensibilidade que um movimento que actua no interior, como era o nosso caso. Para ser franco, nós não tínhamos confiança suficiente neles para os pôr a par do que se passava no interior. É preciso ver que estávamos numa luta clandestina.»*

Notas

[1] Entrevista: Francisco Lopes da Silva, Mindelo, 26-04-95.

[2] "Nho Djunga visto por Baltasar Lopes", **Voz di Povo**, Praia, 19-08-79.

[3] Entrevista: Pedro Pires, Praia, 17-04-95.

[4] Confidencial 830, SR 222, Torre do Tombo.

[5] Abílio Duarte supõe ser Aristides Pereira o citado José Lopes, uma vez que nessa altura recebia de Bissau, através do irmão deste, Marino Pereira, material de propaganda do PAIGC. N.A.: Contacto telefónico: 22-07-95.

[6] Entrevista: Luís Silva Rendall, Praia, 27-06-95.

[7] "Júlio Bento de Oliveira", **Boletim Cabo Verde**, n.º 131, Praia, Agosto de 1960.

[8] Entrevista: Manuel Faustino, Praia, 31-05-95.

[9] Entrevista: Henrique Teixeira de Sousa, Oeiras, 22-03-95.

[10] A Frente de Libertação de Moçambique (Frelimo) foi fundada em Setembro de 1962 em Dar-es-Salam (Tanzânia) a partir da junção da União Nacional Africana de Moçambique (Manu), fundada em 1959, a União Democrática Nacional de Moçambique (Udenamo), fundada em 1960, e a União Nacional Africana de Moçambique (Unami), fundada em 1961.

[11] Entrevista: Abilio Duarte, Carnaxide, 15-03-95.

[12] Entrevista, Luís Cabral, Praia, 06-07-95.

8

ALVES ROÇADAS E O RESSURGIMENTO DE CABO VERDE

Carlos Alberto Garcia Alves Roçadas foi governador de Cabo Verde entre 1949 e 1953, sucedendo ao capitão de fragata João de Figueiredo (1943-49). Nascido no Algarve em 1917, quando vem para Cabo Verde, Carlos Alberto trazia já uma vasta folha de serviços militares e administrativos, tendo sido, por exemplo, enfermeiro-mor dos hospitais civis de Lisboa. Participante da Revolução de 28 de Maio de 1926, ele estivera na Índia, nos Açores...[1]

Além de militar, o na altura major e, depois, tenente-coronel Alves Roçadas era médico, advindo daí, certamente, o cunho social da sua administração em Cabo Verde. O início do seu mandato é bafejado pelas abundantes chuvas de 1950, augúrio de uma nova década, já que os anos 40 tinham sido particularmente cruéis, deixando um saldo de 45 mil mortos num universo de 180 mil indivíduos, segundo o censo de 1940. Em 1951, o novo governador terá menos sorte: o vulcão do Fogo entra em actividade em Junho, com estragos no valor de 2 mil contos; em Outubro, o arquipélago é assolado, durante quatro dias, por um violentíssimo temporal que destruiu quase tudo à sua passagem, causando também prejuízos avaliados em 2 mil e 500 contos.

Homem de trato fácil, Alves Roçadas consegue fazer-se querido junto da população, levando uma vida social bastante activa, tendo deixado fama de *«solteirão e mulherengo, muito dado a festas, que organizava inclusive no Palácio do Governador»*. É também provável que, à semelhança de vários outros governadores, ele se tenha deixado cativar pela magia das ilhas, identificando-se com a sua gente e os seus problemas. Mas o seu modo de ser acaba por indispor sectores da igreja católica, conforme refere uma fonte cabo-verdiana. *«Roçadas fazia o que hoje se chama de presidência aberta. Antes dele, os governadores viviam na redoma do palácio. Ele, pelo contrário, além de viver no meio do povo, parava pouco na Praia, vivia em viagens constantes pelas ilhas, gostava particularmente da Brava e de S. Vicente. Por causa da sua maneira de ser, ele passou a ter a oposição da igreja, que o considerava um governador boémio. Os padres não gostavam de um governador terra-a-terra. Por isso, o Roçadas acabou por ser vítima de uma intriga em Lisboa, que lhe foi preparada a partir de Cabo Verde, com a ajuda de um desses padres. (Foram usadas fotografias dele no meio do povo, em convívios, em bailes a dançar etc., o que não ficava bem a um governador.) O subsecretário de Estado do Ultramar, Raul Ventura, com quem Roçadas tivera anos*

antes, em Portugal, uma desavença, aproveita-se do cargo para demiti-lo de forma pouco digna, e ele é depois transferido para Macau».

Foi durante a administração de Alves Roçadas que se passou a publicar o **Boletim Cabo Verde**, dirigido por Bento Levy, director-técnico da Imprensa Nacional e, mais tarde, deputado por Cabo Verde à Assembleia Nacional. Ao longo dos 15 anos de vida do **Boletim**, nele colaboraram várias gerações de intelectuais. Seu colaborador desde o primeiro número, foi aí, por exemplo, que Amílcar Cabral publicou os seus primeiros escritos, da mesma forma que, por essa revista, passaram António Aurélio Gonçalves, Baltasar Lopes da Silva, Félix Monteiro, Gabriel Mariano, Henrique Teixeira de Sousa, Humberto Duarte Fonseca, Jaime de Figueiredo, Jorge Barbosa, José Lopes, Juvenal Cabral etc., mantendo-se actuais muitos dos problemas afectos a Cabo Verde aí abordados.

Logo no início da sua missão em Cabo Verde, Alves Roçadas haveria de cruzar-se com um jovem universitário de nome Amílcar Cabral, conhecido então por ser filho de Juvenal Cabral e pelos seus dotes de bom aluno. Em audiência, ele pede-lhe autorização para animar, durante as férias, um programa na Rádio Clube local. A experiência dura pouco, não obstante o seu sucesso junto do público, que chegava a aglomerar-se na praça Alexandre Albuquerque para ouvir as emissões dos altifalantes do coreto. Ao dar-se conta do conteúdo dos referidos programas, que iam de temas de cultura geral a aspectos da realidade cabo-verdiana e africana, o governador manda-o suspender. Luís Cabral acredita que, já influenciado por ideias nacionalistas, o irmão se entusiasmou com a audiência, indo cada vez mais longe na abordagem de certas questões. *«O certo é que se mandou suspender o programa»*, afirma. *«Um dos seus principais temas era a erosão do solo, um assunto que o Amílcar retoma no **Boletim Cabo Verde**, responsabilizando as autoridades por esse mal ambiental.»*

Um espírito elevado

Infelizmente, não foi possível localizar o relatório a que se refere Abílio Duarte, com o entusiasmo próprio de quem tinha nas mãos uma arma poderosa e acabou por a deixar perder. Em contrapartida, graças a uma pesquisa no Arquivo Histórico Nacional, na Cidade da Praia, foi possível encontrar algumas peças, nem sempre completas, dos relatórios anuais do governador Carlos Alberto Alves Roçadas. Da sua leitura emerge, efectivamente, um homem preocupado com o que ele próprio chama de *«equilíbrio económico, financeiro e moral da Província»*.[2] Num estilo directo e desabrido, por vezes ácido e subtil, Alves Roçadas regista o atraso em que se encontravam as ilhas. Por exemplo, referindo-se à Praia, nomeadamente a algumas das suas estruturas públicas, ele comenta: *«As padarias, talhos, hotéis, fábricas, garagens, etc. são, regra geral, uma porcaria»*.[3] Eis outro fragmento do retrato social que traça de

Boletim Cabo Verde

Alves Roçadas

Cabo Verde: *«Neste Arquipélago, onde o nível de vida da grande maioria da população é baixo, chega-se por vezes a pagar soldadas miseráveis, como remuneração do trabalho humano, a que é preciso pôr, ou procurar pôr, o devido cobro»*. E, como homem de palavra e de acção, atribui aos assalariados da administração pública *«uma licença anual com vencimentos, mais ou menos de acôrdo com a licença disciplinar dos funcionários públicos. (...) Essa licença é de 20 dias em cada ano»*.

Mas o mais surpreendente é o "Plano de ressurgimento de Cabo Verde", defendido por Alves Roçadas logo assim que toma conhecimento da realidade das ilhas. Esse plano, inspirado em algo semelhante ao que a Espanha fizera anos antes nas Canárias, previa três fases, que seriam executadas em oito anos. *«A 1.ª fase destinar-se-ia, principalmente, a colmatar as grandes crises alimentares, dando-nos assim uma cobertura suficiente, para podermos trabalhar as 2.ª e a 3.ª fase»* e duraria dois anos; a segunda, também de dois anos, *«seria a fase de reconstrução ampliação e melhoramento do nosso património, que tão arruinado se encontra»*. Por fim, a terceira e última etapa, de quatro anos, seria *«a fase da construção nova»* e englobaria os mais variados sectores.

O plano deveria custar 200 mil contos. E, para se ter uma ideia desse montante, o orçamento do arquipélago, para 1950, tanto a nível das receitas como das despesas, era de, aproximadamente, 35 mil contos cada,[4] contando Cabo Verde com uma população de 147 mil pessoas, segundo o censo desse mesmo ano. *«Evidentemente que, paralelamente com o desenvolvimento deste Plano, se encarariam outros problemas de carácter moral, social, educacional, profissional, sanitário, etc., de modo a ir-se trazendo a Província ao seu nivel, ao nivel de que se acha bastante afastada»*. E conclui: *«Só assim não deixaremos para traz de nós um dos mais velhos recantos de Portugal*

Ultramarino a caminhar para o deserto».[5]

O referido plano, mencionado por Alves Roçadas numa entrevista ao **Boletim de Cabo Verde**, em 1950[6], incluía a industrialização do arquipélago e, sobretudo, a modernização do porto de S. Vicente — obra que, no seu entender, já contava *«com 60 anos de atrazo»* —, além de uma reforma agrária. *«Uma reforma agrária»*, anota, *«era absolutamente necessária para que os terrenos produzissem o máximo possível e fossem aproveitados lógica e convenientemente mas não tem o Governo tido tempo para entrar neste assunto, porque não dispõe, na verdade, de elementos funcionais capazes de colher os dados técnicos indispensáveis».*[7]

Pela análise que faz de Cabo Verde, Alves Roçadas é, seguramente, o governador que melhor se apercebe do desafio que era tornar o arquipélago num território livre da fome e dos seus tristemente célebres cortejos de morte. Analisando ainda a estrutura agrária da colónia, ele defende a absoluta necessidade de provê-la de técnicos dispostos a estudarem, no terreno, as condições específicas da terra e das suas gentes, de modo a introduzir nas ilhas não só uma nova forma de encarar a agricultura, como também de assegurar um esquema mínimo de segurança alimentar. *«Tal medida traria como consequência menores encargos para o Governo em anos de crise, por ser possível, por meio dos regadios, garantir a subsistência para as populações que dêles pudessem beneficiar.»*[8]

Homem prático, o próprio governador assume a iniciativa de *«fomentar a hidráulica agrícola no Arquipélago»,* visto que *«toda a política a desenvolver nêste sector terá como finalidade principal promover a exploração, intensiva de todos os recursos de água, não permitindo que uma só gôta — que aqui é garantia de continuar vivendo — se perca por infiltração sem que proporcione a sua acção favorável aos organismos vegetais».* [9]

No capítulo social e político, depois de se referir às virtudes ordeiras do cabo-verdiano, o governador desabafa: *«Temos mesmo a impressão que todo este povo se tornaria um pouco diferente passando a ser mais útil á sua terra e a si próprio, desde que se produzissem em Cabo Verde, gradualmente, reformas económico-sociais de largo folgo, na base dos quais estaria uma reforma agrária, que desse a terra a quem realmente a quizesse trabalhar, uma reforma de salários que lhes criasse um mais elevado nivel de vida, leis de família especiais e uma certa certeza no dia do amanhã, pelo amplo amparo do Estado, em meios de luta, contra a insuficiência da natureza».*[10]

Denotando, porém, um certo cansaço, habitual nos governadores que se vêem acossados pela indiferença de Lisboa, Alves Roçadas conclui no seu relatório de 1951 que *«o progresso de Cabo Verde tem sido insignificante e que se torna necessária uma ajuda exterior, vultuosa, para o arrancar do marasmo em que vive».*[11] Volta a referir-se ao "Plano de ressurgimento e renovação do arquipélago", que promete enviar, em princípios de 1952, ao Ministério das Colónias. Tudo leva a crer que tenha in-

troduzido algumas alterações ao projecto inicial, passando o mesmo a ter agora dois períodos, em vez dos três iniciais. O primeiro seria de oito anos e o segundo de 10. *«O primeiro será, de facto, o mais pesado, financeiramente. Será o período de trabalho intenso. O segundo será de amparo e de espera, para que, findos esses períodos, possamos viver sôbre nós próprios»*.[12] Preocupado com a agricultura, por ser *«o problema n.º1 de Cabo Verde e que da sua solução depende o bem estar desta pobre Província»*,[13] o governador concebe também um "Plano geral para o desenvolvimento da agricultura", cujos pormenores não foi possível localizar.

Ao recepcionar, a 2 de Junho de 1953, na Praia, o subsecretário de Estado do Ultramar, Raul Ventura, vindo da Guiné, Alves Roçadas volta a insistir, no seu discurso de boas-vindas, no seu "Plano de ressurgimento e renovação do arquipélago": *«Cabo Verde precisa mais de trabalho e meios de trabalhos que pròpriamente de piedade, para que assim possamos ver afastadas, para a penumbra de um passado a esquecer, as calamitosas crises de séca, que tanto teem afligido esta já lendária gente, ao mesmo tempo que se desafogará o Comércio, incrementará a Indústria e vivificará a Agricultura»*.[14]

Na sua resposta, Raul Ventura trata, primeiro, de definir o carácter da sua visita a Cabo Verde, afirmando que uma deslocação daquele tipo não devia ser vista como *«um remédio»*, *«uma inspecção»* e menos ainda um *«mero passeio turístico»*. Lembra, depois, as competências do governo central e as do governador colonial, para entrar no cerne da sua mensagem: *«Não pretendo (...) compartilhar certa ideia, segundo a qual só podem ser estudados e resolvidos os problemas no próprio local onde surgem e por pessoas que tenham lá estado ou até mesmo vivido bastante tempo. (...) A medicina individual apreendeu há muito tempo que que deve ser preventiva em vez de curativa; a boa medicina social, se esta expressão é lícita, deve também fundar-se na prevenção dos acontecimentos.»*[15]

Alves Roçadas deixa Cabo Verde a 14 de Junho de 1953, debaixo do reconhecimento da população, de quem se despede através de uma ronda às ilhas, e é substituído por Manuel Marques de Abrantes Amaral. Casou mais tarde com uma cabo-verdiana, com quem viria a ter, pelo menos, dois filhos. Dele resta ainda hoje um bairro em S. Filipe (ilha do Fogo) com o seu apelido — Roçadas. O **Boletim Cabo Verde** regista que durante os quatro anos da sua administração foram tomadas *«providencias de caracter social, deram-se (sic) início aos trabalhos de protecção à Infância Desvalida e às mãis. Criaram-se dispensários; levantaram-se escolas, construiram-se enfermarias, residências, reconstruiram-se estradas, apetrecharam-se diversos Serviços, principalmente os de Saúde, cuja deficiência era notória; disciplinaram-se certos sectores de vida social; facilitou-se o desenvolvimento da instrução pública, fomentou-se a cultura física; subsidiou-se o desporto local...»*[16]

«Só muita coragem e honestidade poderiam levar esse governador a es-

crever o que escreveu sobre Cabo Verde», diz Abílio Duarte. O general António Lopes dos Santos, governador de Cabo Verde entre 1970 e 74, lembra-se de se ter cruzado com Alves Roçadas em Macau, em 1956. *«Era um homem alto, magro, muito inteligente... Um indivíduo finíssimo no trato, muito agradável e perspicaz, enfim, um espírito elevado. Pareceu-me ser uma pessoa séria e muito digna».*[17]

Luís da Silva Rendall, que com ele trabalhou, tendo inclusive recebido um louvor público pelo seu desempenho como administrador durante a erupção do vulcão do Fogo, em 1951, lembra-se de Alves Roçadas como um homem incansável na busca da resolução dos problemas de Cabo Verde. *«Como era médico, nas suas visitas pelas ilhas, dava consultas à população. Lembro-me que uma altura ele esteve bastante tempo na Brava a escrever... Provavelmente sobre Cabo Verde.»*

Efectivamente, além de militar e médico, Alves Roçadas era também dado às letras, pelo que não lhe escapavam as manifestações desse cariz que iam surgindo em Cabo Verde, entre elas **Claridade**, cuja irregularidade lamenta num dos seu relatórios anuais. Luís Cabral, jovem ainda, assistiu na Assomada à inauguração da central eléctrica dessa vila pelo citado governador. Lembra-se dele a pronunciar, nessa ocasião, esta frase: *«Se não fosse a boa vontade, o altruísmo e o dinamismo do sr. Joaquim Ribeiro, administrador do concelho, a linda e encantadora vila da Assomada ficaria unicamente iluminada pelo luar das noites tropicais e pela luz brilhante dos olhos negros das suas crioulas».*

Notas

[1] "Tenente-coronel Alves Roçadas" , **Boletim Cabo Verde**, nº 17, Praia, 01-02-1950.
[2] Carlos Alberto Roçadas, **Relatório do Governo da Província de Cabo Verde**, 1950, I vol, Arquivo Histórico Nacional (AHN), Praia.
[3] Id., ibid., p. 4.
[4] **Boletim Oficial do Governo da Colónia de Cabo Verde**, n.º 2, Suplemento n.º 1, Praia, 18-01-50.
[5] Carlos Alberto Roçadas, op. cit., II vol, p. 446.
[6] Bento Levy, "Uma entrevista que se impunha...", **Boletim Cabo Verde**, n º 5, Praia, 01-02-50.
[7] Carlos Alberto Roçadas, ibid., p. 358.
[8] Id., ibid., p. 363.
[9] Id, ibid.
[10] Id, ibid, p. 433.
[11] Id, "Relatório do governo da província de Cabo Verde", 1951, II Vol, p. 376.
[12] Id, ibid., pp. 376 e 377.
[13] Id., "Relatório do governo da província de Cabo Verde", 1950, p. 360.
[14] Documentário, **Boletim Cabo Verde**, nº 46, Praia, 01-07-53.
[15] "Palavras de Sua Excelência o Subsecretário de Estado...", ibidem.
[16] Documentário, **Boletim Cabo Verde**, n.º 41, Praia, 01-02-53.
[17] Entrevista: general António Lopes dos Santos, Oeiras, 22-03-95.

9
O LONGO ADEUS

Nascida em S. Nicolau, a 20 de Agosto de 1933, Dulce Almada Duarte foi das primeiras mulheres a aderir à luta encetada pelo PAIGC. Nesta qualidade, foi também ela que, em Junho de 1962, em Rabat, apresenta perante o Comité Especial das Nações Unidas para a Descolonização dos territórios administrados por Portugal a questão da independência de Cabo Verde,[1] enquanto, na mesma ocasião, Amílcar Cabral expõe o caso da Guiné, então, Portuguesa.

À semelhança do marido Abílio ou de gente da sua geração, a miséria, as fomes dos anos 40 e o êxodo para S. Tomé e Príncipe deixaram nela marcas que mais tarde a levaram a procurar as causas de tais fenómenos. *«Durante as fomes dos anos 40, em S. Nicolau, pude assistir às dezenas de pessoas que passavam pela minha rua em padiolas; os relatos que ouvi das pessoas que regressavam de S. Tomé sobre a vida nas roças etc., isso tudo criou em mim algo que me levava a sentir que havia qualquer coisa que não estava bem. Lembro-me que já no liceu, em S. Vicente, eu me sentia profundamente nacionalista. Em Coimbra assumia-me como cabo-verdiana e não como portuguesa».*[2]

Também na CEI, além do futuro cunhado Manecas Duarte, Dulce Almada convive com gente de outras colónias: o guineense Fidélis Almada, vários angolanos e moçambicanos, além do brasileiro Fernando Mourão. Concluído o curso de Filologia Românica, com tese sobre o crioulo, deixa Portugal em finais de 1958, aos 25 anos, e consegue colocação como professora no Liceu Gil Eanes, em S. Vicente. Pelas suas aulas passam muitos dos alunos com quem haverá depois de se cruzar no PAIGC. Contactada por Abílio Duarte, adere de imediato ao projecto que este trouxera de Bissau. *«Entretanto, punha-se o problema de continuar a luta»*, diz ela. *«A Pide tinha-lhe caído em cima. Tive de sair primeiro, mais concretamente em Julho de 1960, e quase fui apanhada: tiraram-me o passaporte na fronteira com a Espanha, que a polícia, não sei por que razão, devolveu quase ao chegar a França.»*

Sozinha em Paris, tratou de procurar as referências que lhe haviam sido dadas em Cabo Verde por gente amiga. *«Cheguei convencida de que o Cabral estava lá, mas ele já tinha partido. Achei apenas a primeira mulher — Maria Helena. Ele encontrava-se num périplo em busca de ajuda para a*

luta. Tinha levado comigo uma carta do Abílio para o Marcelino dos Santos. Este é que me recebeu. Levava também uma carta do Teixeira de Sousa para o Mário de Andrade, só que este já tinha sido obrigado a fugir da França, porque os portugueses continuavam a persegui-lo... »

Como precisava trabalhar, Dulce Almada consegue, através da Sorbonne, um lugar de leitora de Português na Universidade de Caen, na Normandia. *«Ia regularmente a Paris para contactar nacionalistas ou os refugiados que iam chegando. Em Outubro chega o Aristides Pereira a caminho de Londres. Eu é que o recebo. O Abílio chega em Dezembro, mais concretamente no dia 1, vindo de Dakar».*

Nem tudo, porém, lhes corre às mil maravilhas. Abílio é obrigado a permanecer em Paris, enquanto ela em Caen, o que a obriga a constantes deslocações à capital. Por outro lado, Abílio sentia-se mal psicologicamente, devido aos problemas que criara ao irmão Manecas. *«Contrariando a velha combinação de que ele me iria apoiar nos meus estudos, tomei a decisão de dizer-lhe que não mandasse mesada nenhuma e que eu iria encontrar maneira de resolver os meus problemas. Era, no fundo, a forma de o proteger. A minha fuga tinha-lhe causado uma séria fricção com o governador, o que acabou por estar na base da sua transferência para Angola.»*

Em sucessivas cartas, Abílio vinha mantendo o irmão a par das suas deambulações por Paris. Por ter chegado tarde, não pôde matricular-se em Belas Artes, pelo que teve de contentar-se com uma vaga na Faculdade de Letras e Ciências Humanas. No meio de dificuldades e an-seios, vai percorrendo os museus, as bibliotecas, os teatros ou, então, es-cutando palestras, *«vertigem louca»* de que terá, pouco a pouco, de se desfazer, por falta de dinheiro. *«Há que impôr uma disciplina interna porque, em caso contrário, muito se poderá ver sem nada meditar»*, diz ele numa das suas cartas de irmão mais novo, embriagado e sonhador, ao irmão mais velho e confidente. *«Nesta medida, acho que revivi a experiência de Eça, que não sei se terá sido de natureza introspectiva ou o resultado da observação "des portugais bizarres" que, na altura, pululavam em Paris».*[3] E, em matéria de descobertas, dá conta do prazer que foi ler **Essai sur le libre arbitre** de Schopenhauer, ou ainda da grande satisfação de ter escutado Georges Gurvitch numa conferência sobre **Sociologie et dialectique**: *«Que simplicidade de exposição e que brilho de raciocínio!»* Mas é também nessa altura que envia a Manecas esta missiva de longo adeus:

«Ao pegar nesta pena, sinto transbordar em mim um profundo sentimento de amizade, que sempre te dediquei. Esta carta vai sem data, porque esteve e estará sempre escrita no tempo... As coordenadas humanas em que nos situámos tornam desnecessária a busca de uma compreensão derradeira, porque nelas os homens conseguem penetrar no que há de mais recôndito nas consciências, além de, no mundo do pensamento e do espírito, me sentir quase confundido contigo. Por isso, digo-te apenas que espero reencontrar-te cada vez

Dulce Almada entre Nicolás Guillén e Amílcar Cabral

mais enobrecido pela cultura e pela rectidão do teu espírito amante da justiça e da verdade. O que interessa não são os caminhos que os nossos pés trilham, mas sim a força dos ventos que estiverem enfunando as velas das nossas esperanças e crenças!»

Os dois irmãos só se voltariam a encontrar 15 anos depois, em Maio de 1974, em Roterdão. Transferido para Luanda, Manuel Duarte acaba aqui por montar banca em parceria com Maria do Carmo Medina, cabendo-lhes, amiúde, a defesa dos presos da Pide. Casado com Carmen Lopes da Silva Duarte (Milú), com quem tem três filhos, Manecas torna-se uma referência moral na capital angolana. A residência do casal, no antigo bairro do Cruzeiro, era ponto de encontro para os inúmeros amigos cabo-verdianos e angolanos, e por isso local sob permanente vigilância da Pide. Por coincidência, o casal tinha como vizinho um outro cabo-verdiano de que se vai falar mais adiante: Humberto Duarte Fonseca, que habitava o primeiro andar do edifício, enquanto os Duarte residiam no rés-do-chão.

Abílio e Dulce

Sem bolsa em Paris, Abílio Duarte vê-se entregue à própria sorte. *«Vivi quatro meses sem dinheiro. Estive como refugiado num lar de missionários em que um fulano, se não chegasse até às 21 horas, teria de dormir na rua».*

Com Dulce em Caen, era aos fins de semana que o casal se encontrava, numa altura em que o clima político era particularmente tenso, por causa da Argélia, novamente. Por duas vezes Abílio foi interceptado por agentes policiais à porta da cantina universitária, onde a polícia

mantinha uma apertada vigilância. *«Já estava ilegal»*, explica. *«Por isso, depois da segunda vez, contacto a embaixada portuguesa, que me dá um novo passaporte, só que um passaporte meio estranho: só era válido para Portugal, França e Alemanha».*

Tudo levava a crer que a Pide continuava interessada nele, com intenção de mantê-lo circunscrito a um espaço territorial bem específico, à espera do melhor momento para deitar-lhe as mãos. *«Na verdade, quando chego a Paris, o meu passaporte já estava em vias de caducar. Na esperança de que a Pide ainda não tivesse tido tempo de avisar os serviços consulares da minha fuga de Cabo Verde, procuro imediatamente renová-lo. Vou regularizar a minha situação na polícia depois de darem voltas, o chefe da repartição, onde me dirijo, diz-me:* "O seu passaporte é falso".»

No entanto, com habilidade, lá consegue contornar a questão. E, como precisava de demonstrar que tinha rendimentos, inventa com Dulce um estratagema para ludibriar as autoridades. *«Ela passa a transferir-me o seu vencimento de Caen para Paris, ela vem, devolvo-lhe o dinheiro e, com os recibos, consigo demonstrar que tenho meios para sobreviver em França. Entretanto, contacto com os estudantes de outras colónias...»*

O azar continuava, entretanto, a rondar o casal. Devido aos maus tratos, Abílio adoece e, graças aos seus amigos africanos, é levado para a RDA, três meses depois da sua chegada a França, enquanto Dulce espera o final do ano lectivo para dar um outro rumo à vida. Em Setembro segue para Rabat, onde já se encontrava Amália Fonseca, a fim de

Arquivo: Dulce e Abílio Duarte

Abílio Duarte, Berlim-Leste, 1962.

Dulce e outros nacionalistas africanos, dentre eles Joaquim Chissano e Iko Carreira. Oslo, 1962

participar num congresso da União Geral dos Estudantes da África Negra (Ugean), e permanece nessa cidade marroquina até Janeiro de 1962. Trabalha aqui com Marcelino dos Santos, na sede da CONCP. *«Rabat era um centro muito importante. Lá se encontrava gente das colónias, para além dos oposicionistas portugueses»,* lembra Dulce Almada, que desce a Conakry, onde irá conhecer Amílcar Cabral.

Em Conakry trabalha no secretariado do PAIGC, em actividades diversas, principalmente na confecção ou tradução de textos para o francês, que eram divulgados nos programas radiofónicos ou no jornal **Libertação**. *«Traduzi de tudo um pouco, desde comunicados, intervenções internacionais, à obra de Cabral.»* Para além disso, dá aulas na Escola Piloto, uma actividade de que não se vai livrar durante vários anos... E como era a vida de uma mulher no meio de tantos homens em Conakry? À pergunta, Dulce Almada suspira fundo e responde:

«Como era mulher, e vivia outros camaradas no "bureau" do partido, eu dormia atrás de um biombo: era a primeira a levantar-me e a última a deitar-me. Eram pelo menos 10 horas de trabalho por dia, não dormia mais do que quatro horas. Naquelas condições, não tínhamos vida pessoal, as privações eram de toda a ordem. As crianças, nascidas anos depois — o Karim e o Fidel — é que sofreram mais. Passaram maus bocados, coitados. Na invasão a Conakry eles estavam presentes, tinham ficado no jardim do partido; eu estava na Índia, o Abílio no Sul da Guiné. O mais velho, Karim, ficou mais marcado — batia-se uma porta e ele, automaticamente, sobressaltava-se, dizia: "Tuga na bem, tuga na bem!" [Os tugas chegaram!] *Tivemos de mandá-lo para Dakar, para a casa de uns amigos. Era asmático, quase que morria, tinha seis anos e o*

Cabral, Santos Lima, Dulce... Congresso dos Escritores Afro-Asiáticos. Cairo, 1962

mais novo, quatro.»

Antes de se ir juntar ao marido em Argel, em Maio de 1963, Dulce esteve ainda no Senegal, aonde chega em Julho do ano anterior, com Amílcar Cabral, Aristides Pereira e outros combatentes para abrir a delegação do PAIGC, em Dakar. Trabalha igualmente, por um curto período, na mobilização de cabo-verdianos. Ainda nesse ano, como atrás se escreveu, é a primeira pessoa a levantar o problema da descolonização de Cabo Verde, na reunião do Comité Especial da ONU, feita em Rabat, em Junho. Para isso, muniu-se de dados e mapas que esteve a recolher no Ifan (Instituto Fundamental da África Negra), em Dakar.

Notas

[1] Dulce Almada apresentou um documento denominado "Sur la situation du peuple des iles du Cap Vert", A/AC. 108/31, 10 Aout 1962. Arquivo Jorge Querido.
[2] Entrevista: Dulce Almada Duarte, Carnaxide, 14-03-95.
[3] Carta de Abílio a Manuel Duarte, Paris, 10-03-61. Arquivo Manuel Duarte. As referidas cartas foram-me facultadas pela sua mulher, Milú Duarte.

10

CABO VERDE: OS PRIMEIROS PASSOS

O grupo com o qual José Leitão da Graça se envolveu na Praia, depois do seu regresso de S. Vicente, era constituído na sua maioria por funcionários públicos. Dele faziam parte dois jovens liceais (Arménio Vieira e Mário Fonseca) e o tenente Manuel Chantre. *«Nós não conhecíamos o PAIGC»,* conta Alcides Barros, um dos tais elementos que haveria de ser preso e julgado com outros 10, por causa das suas ligações com Leitão da Graça.[1] Antes, o irmão deste, Aires — emigrante nos EUA e fundador em Rhod Island, em 1959, da UPICV —, habituado à liberdade americana, achou que podia colocar cartazes na via pública a reivindicar a independência de Cabo Verde. O irmão Teófilo, mais novo, seguiu-o nessa tarefa. A Pide, obviamente, prendeu-os.

Alcides Barros tinha 24 anos e era ajudante de escrivão no Tribunal da Praia. *«Começámos as nossas actividades em 1959. Nós nos reuníamos em vários sítios, conforme calhasse. De vez em quando, nas reuniões em casa do Filinto, aparecia o Amaro da Luz. Éramos sobretudo um grupo cultural, que queria fazer um cine-clube e um grupo de audição de música clássica. Também apreciávamos a literatura brasileira, a* **Claridade**, *os poemas do Jorge Barbosa, nomeadamente o poema* "Crianças" *em que fala* "das crianças pobres / do povo das nossas ilhas..."[2] *Um dia esse poema foi declamado num sarau feito por nós e isso irritou o governador, que perguntou quem tinha autorizado o grupo a fazê-lo... Para além do Jorge, também gostávamos do Aguinaldo Fonseca e do romance* **Chiquinho**, *de Baltasar Lopes...»*

Apesar de, até então, não ter ouvido falar do PAIGC, Barros lembra-se do seu interesse por questões políticas. Além da literatura brasileira, de que apreciava Jorge Amado e Raquel de Queiroz, considerados subversivos, lia jornais e as revistas **Manchete** e **O Cruzeiro**, onde pontuavam os jornalistas David Nasser, Assis Chateaubriand... (Nasser, por exemplo, escrevia de vez em quando sobre as colónias portuguesas de forma crítica.) O Brasil, que vivia um período de intensa agitação política, elege, em 1962, Jânio Quadros presidente da República. Por diversas vezes, ele manifestara-se um crítico do colonialismo português, pelo que era apreciado por Barros e os seus companheiros. De modo que, quando, ainda na prisão, tiveram conhecimento da sua renúncia ao cargo, este facto *«foi»*, para eles, *«uma grande decepção»*.

Alcides Barros não se esquece também das revistas **Seara Nova** e **Vértice** dos neo-realistas portugueses, grupo afecto ao PCP, ou da **Brotéria** dos

jesuítas, além de **Courrier de l'Unesco**, apreciada por causa dos artigos sobre a África, o que, para eles, era uma grande e agradável novidade, já que da África não tinham informações nenhumas. De igual modo, as emissões em português da Rádio Moscovo, cuja audição era proibida em todo o território português, faziam também parte dos hábitos clandestinos do grupo.

«Começámos a ser presos em grupos de dois em Fevereiro de 1961, julgados em Março de 1962 e libertados um mês depois, no dia 9 ou 10», acrescenta Barros, para quem o fim deste episódio poderia ter sido pior. E explica: *«Por um lado, não havia provas concretas contra nós; por outro, como o caso das colónias tinha sido levantado nessa altura nas Nações Unidas, Portugal preferiu não nos condenar, porque alegava, precisamente, que ninguém em Cabo Verde reivindicava a independência. Não houve nenhum jornal que tivesse falado da nossa prisão ou do nosso julgamento».*

Mas isso não impediu, naturalmente, que a pequena cidade da Praia tomasse conhecimento do caso e o comentasse, boca a boca. Pioneiros de uma luta então impensável aos olhos da grande maioria dos seus concidadãos, os 11 detidos eram acusados, com base no temível artigo 141 do Código Penal, de pretender separar da *«Mãe-Pátria»* uma parcela do território nacional, no caso Cabo Verde, incorrendo na pena máxima, que poderia ir até 20 anos de prisão.

Desse episódio, Alcides Barros não se esquece do juiz do processo. *«Álvaro Nogueira Rodrigues Soeiro Baptista era o seu nome. Era juiz cível e foi chamado a integrar o tribunal militar. Tinha uma noção clara da independência, um homem formidável, que, por causa disso, teve polémicas medonhas com Silvério Marques. Um dia, quando a 'Índia Portuguesa' caiu, houve uma peregrinação à Cidade Velha. Pelo caminho, o Armindo Mendes de Oliveira, actualmente despachante oficial na Fazenda, teve um problema qualquer com José Manuel Fradinho da Costa, capitão, braço direito do governador, e acabaram por chegar a vias de facto. O caso foi a tribunal e Fradinho da Costa não quis comparecer, por causa da sua posição. Soeiro Baptista decidiu que não julgaria o caso enquanto o Fradinho não aparecesse. Chamou-o uma vez, ele não apareceu; chamou-o segunda vez, ele voltou a não aparecer; à terceira vez, ameaçou que iria emitir um mandato de captura contra o Fradinho. O governador, preocupado, mandou chamar Soeiro Baptista e ele não apareceu. No fim do julgamento, com o Fradinho da Costa presente, passou a este um valente raspanete.»*

Absolvidos, o grupo dispersa-se e desaparece enquanto tal. Manuel Chantre e Lucílio Braga Tavares vão para Moçambique, Francisco Correia para Angola, Filinto Correia e Silva e a mulher decidem gozar a licença graciosa em Portugal, Aires Leitão da Graça regressa aos EUA. Alcides Barros, Arménio Vieira, Joaquim Silva, Teófilo Leitão da Graça, esses, ficam em Cabo Verde. *«No fundo»*, explica Barros, *«não éramos um grupo coeso. Entre nós havia um subgrupo, de que eu fazia parte, que era mais avançado em questões culturais ou de política internacional. Gravitávamos todos à volta do Lei-*

tão da Graça e havia inclusive entre nós várias tendências. De todos nós, ele foi aquele que mais se bateu pela independência de Cabo Verde. É um homem que devia ser condecorado. Teve toda a vida afectada por causa disso, uma vida de sacrifícios, de decepções, mesmo assim, um indivíduo que sempre se manteve coerente e digno.»

Os onze "terroristas"

O que pensavam as autoridades dos 11 cidadãos presos, em 1961, por actividades subversivas? Respondendo a isso, o chefe da subdelegação da Pide em Cabo Verde elabora uma "Nota sobre a posição de cada um dos indivíduos..." presos.[3] Do grupo, o primeiro a ser detido foi Osvaldo Aranda Azevedo, a 28 de Fevereiro de 1961. *«Parece ser indivíduo não recuperável»*, diz o documento, que acrescenta tratar-se Azevedo de um elemento *«fortemente influenciado pela propaganda e ideias do José Leitão da Graça, com quem* "reunia" *para discutir e organizar a forma de auxiliar a independência de Cabo Verde. (...) Disse-nos um dia que não mudaria de ideias quanto à independência de Cabo Verde.»*

A seguir são presos, separadamente, nos primeiros dias de Março, os irmãos Teófilo e Aires Leitão da Graça e Daniel Monteiro Barbosa, empregado da Minerva. Dos três, Aires é retratado como sendo o mais perigoso, tendo sobre si a acusação de ter fundado, nos EUA, a UPICV, cuja delegação pretendia criar em Cabo Verde. É também acusado de desenvolver a sua acção, nos EUA, junto do grupo Afro-Asiático (na ONU) nos ataques a Portugal e angariando fundos para os movimentos *«político-separatistas». «É o tipo de indivíduo que gosta de ser importante».*

Ao longo de Abril, a Pide prende, sucessivamente, Francisco Moreira Correia, Joaquim Francisco da Silva (Djoca), Lucílio Braga Tavares e Filinto Correia e Silva. O primeiro, funcionário aduaneiro, é considerado *«extremista perigoso»* e acusado de ter participado em reuniões com José Leitão da Graça, *«onde se projectou a realização de um plano terrorista, sabotagens, assaltos a quartéis, centrais eléctricas, etc.»* Braga Tavares, funcionário da Fazenda, é retratado como alguém que possui *«maus instintos»* e acusado de ter sido *«doutrinado por Abílio Duarte em S. Vicente».* Aliás, à semelhança dessa ilha, Lucílio é acusado de ter pretendido criar no Liceu da Praia um grupo semelhante ao 3.º Ciclo do Liceu Gil Eanes.

Desta leva, Anastácio Filinto Correia e Silva é quem merece mais linhas da Pide, não por ser o mais perigoso, tanto mais que era tido no meio praiense como *«muito boa pessoa e com excelente nível intelectual»*, o que não impedia, no entanto, a Pide de aferir que se tratava de *«um indivíduo muito manhoso e vaidoso».* Funcionário da Fazenda, a sua principal acusação foi ter feito *«cautelosa propaganda política contrária a Portugal»* e de se reunir *«com o José Leitão da Graça e outros, para em "alto nível" tratar de assuntos de natureza político-comunista e separatista.»* Segundo a Pide, os dois

se desentendem quanto ao projecto do Cineclube, tendo Correia e Silva conseguido expulsar o intruso do núcleo cineclubista. *«Talvez não fuja, sendo solto»*, conclui.

E, finalmente, Manuel Casimiro Chantre, Alcides Eurico Lopes Barros e Arménio Adroaldo Vieira e Silva seriam presos a 24, 25 e 26 de Maio, respectivamente. Tenente-miliciano, o primeiro era, para variar, acusado de ter participado nas reuniões promovidas por José Leitão da Graça, quer com o *«chamado grupo extremista, quer com elementos do chamado grupo intelectual, para tratarem de assuntos referentes à independência e política comunista»*. *«Nega, terminantemente, que tenha tido conhecimento de um plano de ataque a quartéis, etc.»* No fundo, o seu principal crime foi ter auxiliado Leitão da Graça, *«dando-lhe 1.000$00 para a passagem de barco que o transportou»* para Dakar. Funcionário judicial, Barros é acusado de ter cedido a sua casa para as reuniões que Leitão da Graça fazia, e de nela ter assistido o mesmo a mobilizar jovens para a sua causa política. E, por último, Arménio Vieira: *«É estudante (poeta) e muito inteligente. Foi doutrinado pelo José Leitão da Graça, em casa de Alcides Barros. Colaborou, activamente, na fuga do Graça para Dacar. Ultimamente, ligado a elementos militares, planeava um assalto à Cadeia Civil desta cidade, afim de libertar os presos políticos ali detidos com os quais pretendia fugir para Dacar. Solto, será capaz de fugir»*.

Amaro com a "criança" nas mãos

Funcionário do BNU desde 1956 na Praia, Amaro da Luz começou a interessar-se por política por volta de 1958, sem, no entanto, ter a consciência clara de que a solução dos problemas de Cabo Verde passava pela independência nacional. Natural do Paul (Santo Antão), estudou em S. Vicente. A sua mudança para Santiago não deixou de ter no seu espírito o efeito inverso do experimentado por José Leitão da Graça quando se muda da Praia para o Mindelo. Ao saber que andava a frequentar os subúrbios da capital, o seu superior hierárquico no BNU chama-lhe a atenção para que se compenetre do seu papel, enquanto funcionário daquela instituição bancária, evitando certos meios ou ambientes sociais.

Através de Pedro Lopes — caixeiro-viajante entre a Praia e Dakar —, Amaro da Luz recebia jornais e outras informações de uma realidade mais avançada como era o Senegal naquela altura; e, com Filinto Correia e Silva e Francisco Correia, conversava sobre os mais diversos assuntos, nomeadamente política e cultura, para além de estudarem juntos algumas cadeiras do liceu. *«É então que chega o Leitão da Graça de Portugal e aproveita o cineclube que já havia aqui na Praia»*, afirma Amaro.[4]

Também por essa altura,1960, é transferido para S. Vicente, de modo que, quando a bronca explodiu, se viu livre da prisão. *«Como em S. Vicente não tinha ainda havido nada, a não ser as actividades do Grupo Cultural do 3.º Ciclo do*

Liceu, acharam preferível não dar ao público, com a minha prisão, a ideia de que havia um grande movimento independentista em Cabo Verde. No entanto, com o Abílio, os nossos encontros e conversas passaram a ser mais organizados, já que havia entre nós uma vontade latente de fazer qualquer coisa».

Antes da fuga de Abílio Duarte, Amaro da Luz lembra-se de ter tentado promover em S. Vicente um sindicato, que não deu certo. Com a fuga do primeiro, a vida torna-se bem mais complicada; havia, agora, que contar com a vigilância cerrada das autoridades. *«Antes do Abílio fugir, ele disse-me: "Agora ficas com a criança nas mãos».* Por pouco tempo, já que ele, Amaro, teve também de fazer as malas, mudando-se para Portugal em 1962. *«As possibilidades de uma luta aqui em Cabo Verde eram ténues, faltavam-nos elementos de análise e os nossos contactos com o exterior eram difíceis. Ainda recebemos alguns panfletos do Luís [Cabral]... Mas havia muita inexperiência».*

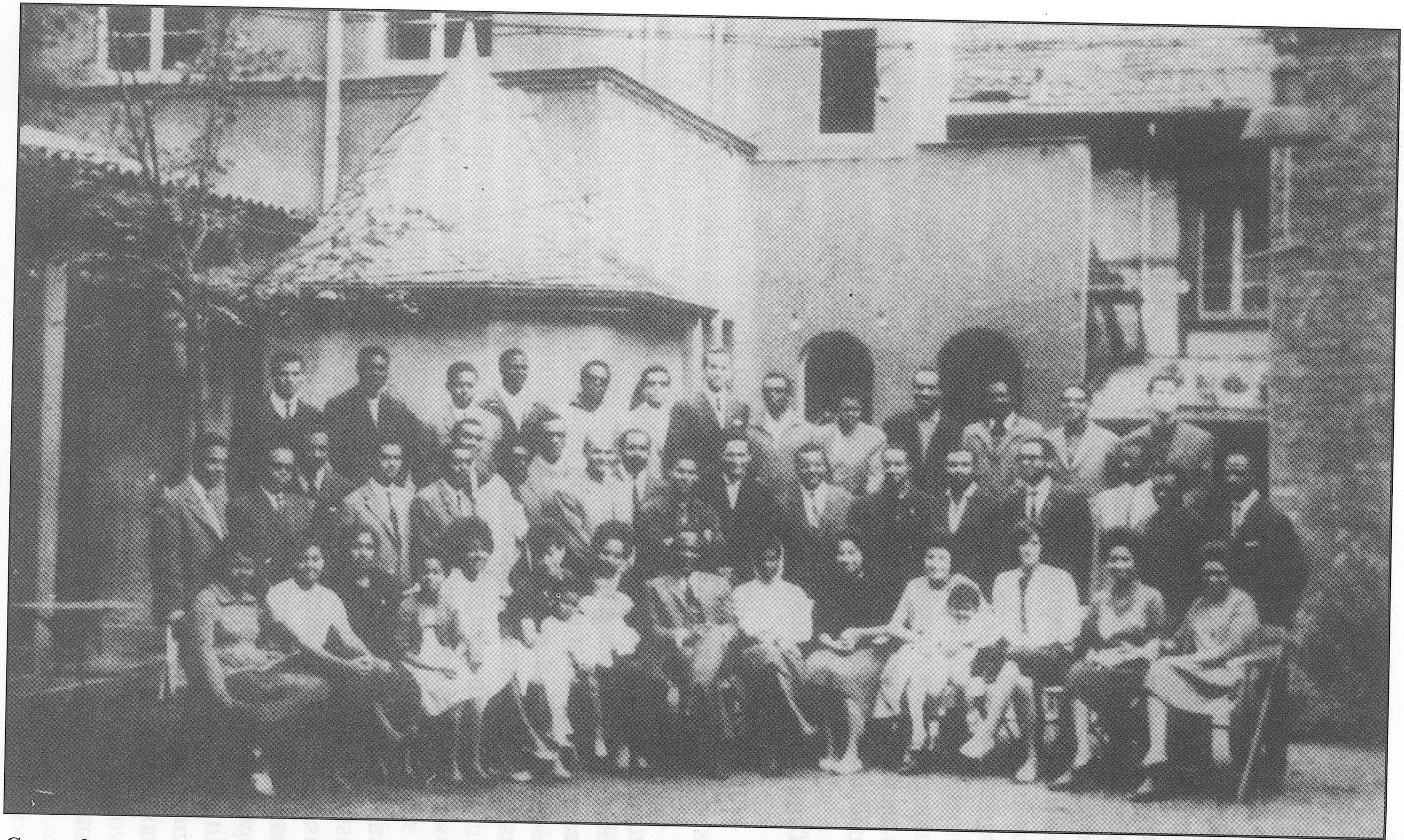
Em Lisboa, Amaro junta-se a Jorge Querido e outros elementos, e prossegue a luta junto dos cabo-verdianos aí residentes. *«Começámos a pensar na organização do PAIGC no meio estudantil. Entretanto, recebi instrução para ficar em Lisboa e apoiar a luta em Cabo Verde.»*

A fuga de estudantes africanos

Em Portugal, em Junho de 1961, um grupo de jovens cabo-verdianos vai-se juntar ao PAIGC, aproveitando uma grande fuga de colegas de Angola e de outras colónias, na sua maioria universitários. A fuga faz, na verdade, parte de um amplo projecto, preparado com a ajuda da embaixada americana em Lisboa. A administração Kennedy, que vinha pressionando as autoridades portuguesas a encetar um programa de descolonização dos seus territórios ultramarinos, procurava reforçar as hostes da UPA com gente mais preparada, intelectualmente.

A fuga foi a segunda do género. Na primeira, feita em Abril, um dos coptados é o jovem Jonas Savimbi, enviado à Suíça para prosseguir os seus estudos universitários. A segunda evasão, mais numerosa, é organizada através de missionários protestantes franceses, dirigidos pelo pastor Jacques Bumont. Em Portugal, ele contactara dezenas de jovens das colónias portuguesas, aliciando-os com bolsas de estudo. Identificados os interessados, arranjou-lhes passaportes (falsos), as passagens e lá seguiram de comboio rumo a Paris, sem problemas. Só a 15 de Julho, o Ministério do Interior, numa nota oficial, responsabiliza uma *«Organização de Protecção aos Países Subdesenvolvidos»*, com sede *«num país europeu»*, pela fuga de 41 estudantes universitários. A nota acrescenta que os fugitivos atravessaram a fronteira em Junho, na companhia de um pastor protestante e de três cidadãos americanos.[5]

Dentre os cabo-verdianos incluídos nesta leva estão Pedro Pires (alferes miliciano, técnico de radar da FAP), Osvaldo Lopes da Silva, Elisa An-



Grupo dos estudantes africanos fugidos de Portugal. Alemanha, 1961.

drade, Maria da Luz Boal (Lilica), Virgínia Vieira Lopes... Do grupo pontificam os angolanos Gentil Viana, Daniel Chipenda, Henrique (Iko) Carreira, Manuel Boal, Bento Ribeiro, Fernando França Van-Dúnem, os moçambicanos Joaquim Chissano, Pascoal Mocumbi e Leonardo Simão, os são-tomenses Tomás Medeiros e Virgínia Amorim...

As relações entre os integrantes do grupo eram tais que, por vezes, era difícil descortinar as origens ou as intenções de cada um. Pedro Pires, 26 anos, natural do Fogo, consegue ser incluído na comitiva graças à ajuda de Iko Carreira, seu companheiro de armas na FAP. Osvaldo Lopes da Silva, 25, estudante do terceiro ano de Engenharia Civil, consegue o mesmo por ter também boas relações com os angolanos em Portugal, tendo ele próprio vivido vários anos em Angola, onde concluiu os dois últimos anos do liceu. *«Por causa disso, alguns pensaram que eu fosse aderir ao MPLA, mas adiro ao PAIGC em Paris»,* afirma.

Do grupo constava a cabo-verdiana Lilica Boal, casada com Manuel Boal, médico angolano, que mais tarde opta também pelo PAIGC, depois de um período de militância no MPLA. Outra cabo-verdiana, Elisa Andrade, grávida de 15 dias, com fome de pêras verdes, estava ligada a Carlos Pestana Heineken (Catiana), angolano. A sua tomada de consciência, segundo ela, operou-se na CEI, do convívio que tinha com a *«malta angolana e santomense»*.[6]

Especial era também o caso de José e Amélia Araújo. Ambos se conheceram em Luanda, namoraram, tornaram-se noivos e casaram-se em Portugal, e aqui nasce o primeiro filho do casal — Teresinha. José Eduardo era natural da Praia, foi levado pelos pais para Angola com oito anos; Amélia Sanches, natural de Luanda, era filha de pai cabo-verdiano, contabilista da Casa Americana, e de mãe angolana. Desconhecia as actividades políticas do noivo, mas, a partir do momento em que ele se abriu com ela, nada a demoveu de não seguir o mesmo caminho. Era intenção do casal aderir ao MPLA, em cujo *bureau* em Conakry, trabalham durante algum tempo.

Ao contrário dos demais elementos, Amélia Araújo viajou normalmente, de comboio, de Lisboa para Paris. Interrogada pela Pide, ela conseguira o passaporte e a autorização, alegando que ia pagar uma promessa em Lourdes pelo recém nascimento da filha. Se para uma mulher, em condições normais, a vida na luta já era dura, dadas as inúmeras privações, para ela foi muito mais difícil, por causa da sua origem: *«Eu era uma pessoa estranha no meio daquela malta. Era angolana, mas os angolanos achavam que eu não era angolana, me achavam cabo-verdiana. Entre os cabo-verdianos, a minha situação não era melhor: achavam-me angolana. O Amílcar, um dia falou com o José e disse-lhe*: "O teu lugar não é aqui, no MPLA. Essa malta é complicada. É melhor ficares connosco, no PAIGC". *O meu marido ainda resistiu, porque achava que tinha uma dívida para com Angola, que o viu crescer, inclusive estudou*

Alferes Pedro Pires

Osvaldo Lopes da Silva, na Crimeia

como bolseiro dos serviços dos Correios de Angola, mas os angolanos não o viam também com bons olhos, porque, para eles, o Zé era cabo-verdiano. Depois de uma reunião do MPLA em Rabat, em 1962, ele voltou magoado... E eu disse-lhe: "Se essa gente não te quer, aceita a proposta do Amílcar". *E assim foi.»*[7]

José Araújo é enviado logo a seguir a Dakar, para ajudar Lilica Boal, da delegação do PAIGC, na mobilização de cabo-verdianos. Amélia permanece em Conakry, ainda ligada ao MPLA, até passar também para o PAIGC, onde, por 10 anos, vai actuar na Rádio Libertação. A sua voz e o nível do seu português eram inconfundíveis: a tropa lusitana na Guiné, com ódio ou com carinho, tratavam-na por *Maria Turra*. Conheceu Cabo Verde, onde reside desde 1980, na véspera da independência, e só voltou a rever o seu país natal, Angola, em Novembro de 1975, também por altura da independência.

Mondlane em acção

Detectada a fuga, os na verdade 50 estudantes africanos (entre homens, mulheres e crianças), são retidos em S. Sebastian (Espanha), antes de chegarem a Paris. Aqui permanecem cerca de dois meses na Cimade, organização dos protestantes franceses de apoio a refugiados africanos, ligada a uma congénere americana. Nesse meio tempo, Gentil Viana contacta o hoje célebre advogado francês Jacques Vergès, que colaborava com os argelinos, para que livrasse o grupo da situação em que se encontrava metido. *«Em Paris pressentimos que havia manobras da França»,* justifica Osvaldo Lopes da Silva.

O principal manobrador era, na verdade, Washington. Alguns dos participantes desta evasão lembram-se de Eduardo Mondlane, professor da Universidade de Siracusa (EUA), lhes ter aparecido a tentar convencê-los a aceitarem bolsas para aquele país. Dessa primeira investida, leva, de imediato, todos os seus conterrâneos. *«Éramos jovens, com ideias anti-imperialistas, de modo que, quando o Mondlane aparece a oferecer-nos bolsas, foi mal recebido por nós, não aceitámos»*, conta Lopes da Silva. Uma outra fonte lembra-se de Mondlane ter voltado a aparecer em Accra, com a mesma conversa; desta feita, leva mais dois ou três elementos de Angola, pelo que, mais tarde, não deixa de se espantar quando o mesmo aparece em Conakry, agora como nacionalista moçambicano.

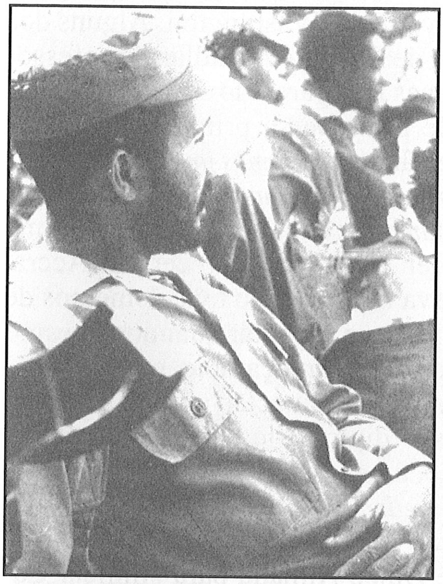
Foi Vergès quem teve a iniciativa de contactar a embaixada do Gana, único país africano com missão diplomática em Paris, que se prontifica a passar ao grupo novos documentos e enviá-lo para Accra. *«Não tínhamos documentos; foi a rede argelina que nos conduziu a Bona e de lá fomos para o Gana»*, afirma, por sua vez, Pedro Pires, que, para isso, levava uma carta de apresentação de Dulce Almada para Amílcar Cabral. *«No Gana, eu e o Pires voltámos a contactar o PAIGC e não tivemos qualquer resposta, de modo que começámos a tratar da nossa vida»*, diz de novo Lopes da Silva. *«Ao fim de algum tempo aparece o Amílcar, contactou-nos e tratou logo de nos levar para Conakry»*. Isto em Setembro de 1961.

O destino de Lopes da Silva foi aproveitar uma bolsa de estudos na URSS, que lhe tinha sido oferecida quando ainda estava em Paris, no quadro da Ugean, presidida pelo santomense de origem chinesa Fret Lao Chon, organização que tentava garantir a formação de quadros das colónias africanas de Portugal. Pedro Pires, que fora um dos que tinham aceitado a bolsa dos americanos, desentende-se com um funcionário da embaixada desse país em Accra, pelo que decide dar outro rumo à vida. Já no quadro do PAIGC, esteve em Rabat (Marrocos), a trabalhar na CONCP com Marcelino dos Santos e Amália Fonseca. *«De Rabat sigo para Dakar em Abril de 1962»*, acrescenta.

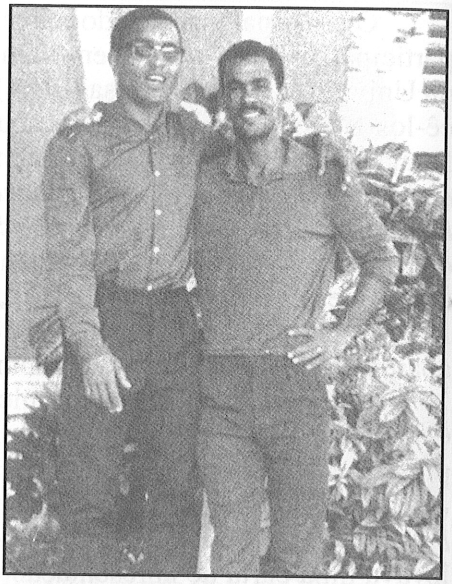
Honório Chantre e Silvino da Luz

Honório Chantre e Silvino da Luz, alferes do exército português, recrutados em 1961 e enviados para Angola, acabam igualmente por dar o salto e ir juntar-se ao PAIGC. O primeiro deserta em Maio de 1964 para o Congo, na companhia do angolano Nuno Manuel Rodrigues; e o segundo, um ano antes, aproveita uma escala em Kanu (Nigéria) do avião em que viajava, para aderir às hostes de um dos movimentos nacionalistas. *«A princípio pensei em aderir ao MPLA»*, confidencia Silvino da Luz. *«Achava que tinha uma dívida para com o povo angolano»*.

O seu sonho era, na verdade, cursar Medicina em Coimbra, só que no



Honório Chantre, em Cuba, 1966



Silvino da Luz e António Leite, Argel, 1963

ano em que completou o liceu não houve bolsa para ninguém. *«Em vez disso apanharam-nos para a tropa: eu, o Leonildo Monteiro, o Joaquim Pedro Silva, o Honório Chantre e outros. Em 1961, quando a coisa explode em Angola, somos enviados para lá, e em 63 deserto na Nigéria e sou preso pelas autoridades inglesas. Nos quatro meses em que estive detido fiz contactos com o MPLA e o PAIGC, mas vou para Leopoldville (Congo), onde estava instalada a sede do MPLA. Confesso que me sentia culpado e precisava redimir-me um pouco.»*[8]

Depois de alguns meses em Leopoldville, Silvino da Luz é de novo contactado por Amílcar Cabral, que o convida a participar, em Julho de 1963, numa reunião alargada de quadros cabo-verdianos sobre a luta em Cabo Verde. Com Pedro Pires e outros, o novo elemento instala-se em Dakar, em cuja universidade se chega a matricular em Medicina. *«Todos nós, para sobrevivermos, nos tivemos de matricular nalgum curso, de modo a aproveitar as bolsas que o governo senegalês tinha posto à nossa disposição. Era também uma forma de aliviar financeiramente o partido.»*

Silvino é, pouco depois, um dos integrantes do primeiro grupo de cabo-verdianos, de que fazem parte Afonso Gomes, António Leite, Nicolau Pio, que se vai formar em guerrilha na Argélia. Em 1965 e 1966 iria, com outros companheiros guineenses e cabo-verdianos, para uma nova preparação, agora na China, e ainda em 1966 é incluído no grupo que se vai preparar em Cuba para um eventual desembarque em Cabo Verde.

Olívio Pires

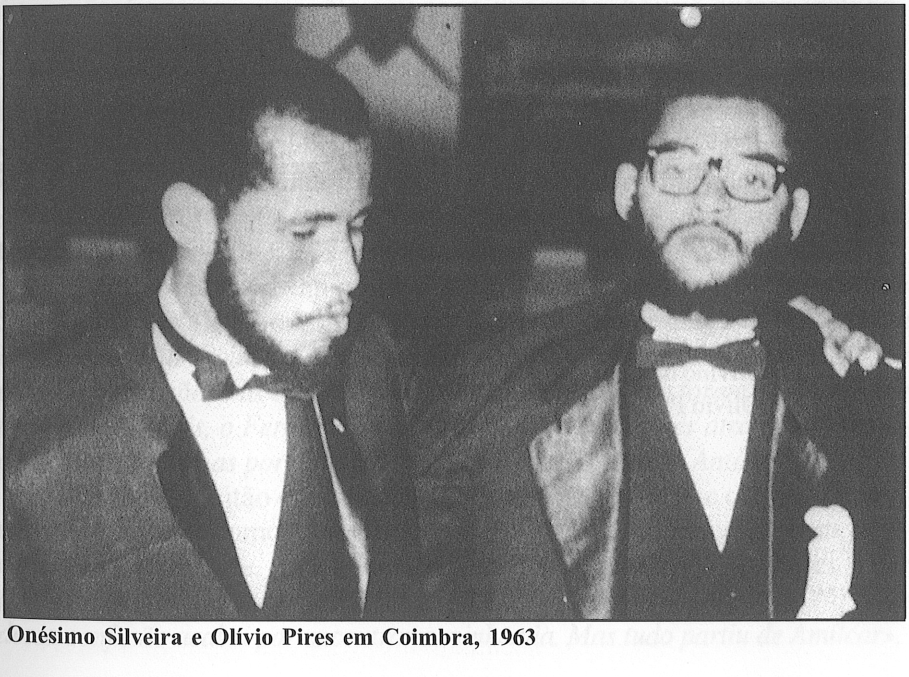
— Agora veja lá — disse Joaquim Monteiro, funcionário da secretaria

do Liceu Gil Eanes, dirigindo-se ao jovem que tinha à sua frente —, não vá fazer como o Amílcar Cabral, que era bom aluno, foi para Portugal e lá se meteu em política!

Deste modo, o zeloso funcionário pretendeu evitar que mais um "puro" se fosse perder nas tentações da babilónica Metrópole portuguesa. Ironia das ironias: aquela era a primeira vez que o jovem Olívio Pires ouvia falar em Amílcar Cabral. Natural de Santo Antão, tinha 18 anos quando, em 1960, deixa Cabo Verde rumo ao Porto, para frequentar o curso de Engenharia Civil. O ambiente universitário, as discussões políticas, entre outras causas, acabaram pouco a pouco por envolvê-lo nas malhas da política... Como companheiros, encontrou Manuel Rodrigues, João Wahnon Morais, Pascoal Alves, José Paz Monteiro etc.

Do grupo, Rodrigues era o mais consciente da situação colonial, segundo Olívio. Este, com o tempo, começa a conviver também com colegas de Coimbra e Lisboa, meios muito mais politizados do que o Porto. *«A coisa chegou a um ponto que comecei a procurar novos contactos que me levassem mais longe»*, acrescenta.[9] *«Nessa altura, lembro-me de ter ido a Lisboa procurar o Amaro da Luz a fim de saber se tinha "contactos". Pouco depois aparece o Onésimo Silveira em Coimbra. Ele já tinha feito a sua palestra sobre a consciencialização na literatura cabo-verdiana, agita o ambiente, o que contribuiu positivamente para a minha caminhada política».*

Ademais, por mais fechado que fosse Portugal, havia fenómenos que intrigavam qualquer cristão: o assalto ao *Santa Maria* e o início da guerra em



Onésimo Silveira e Olívio Pires em Coimbra, 1963

Angola e depois uma notícia na qual se referia ao movimento de Amílcar Cabral são acontecimentos que atiçam a curiosidade do jovem Olívio, que, já em Cabo Verde, tinha um ambiente familiar, mais ou menos propício para as coisas da política: alguns dos parentes eram racionalistas cristãos, corrente religiosa oriunda do Brasil, que se manifestava crítica ao regime de Salazar, nomeadamente por causa do seu excessivo catolicismo. *«A opção para mim foi natural, sem dilemas»,* afirma.

O envolvimento de Olívio Pires com a luta nacionalista aprofunda-se, entretanto, a partir do momento em que conhece Jorge Querido, que o convence a mudar-se de Coimbra para Lisboa e não para o Porto, onde passa a ter uma actividade política mais organizada. E, quatro anos depois da sua chegada a Portugal, em fins de 1964, decide dar o salto: sozinho, viaja até Paris, onde encontra Manecas Santos, Manuel Delgado, Joaquim Pedro Silva, Júlio de Carvalho, Mário Fonseca etc.

O núcleo do PAIGC trabalha em Moselle na mobilização de emigrantes cabo-verdianos para o PAIGC. São, entre outros, mobilizados Armindo Ferreira, Sotero Fortes, Albino Ferreira Fortes (Bibino), Jaime Mota, perfazendo mais de uma dezena, que seguiriam para a Argélia e, mais tarde, para Cuba. (Amílcar Cabral, que Olívio conhece em Argel, em 1965, tinha pensado já no desembarque em Cabo Verde. Mas, por razões de saúde, Olívio é excluído do grupo que deveria seguir logo depois para Havana, e vai para Conakry. Inconformado, insiste e consegue convencer o líder a deixá-lo tentar a sua sorte: *«Ele acaba por aceder e nem sequer tive problemas depois».*)

Notas

1 Entrevista: Alcides Barros, Praia, 19-04-95.

2 O poema "Crianças" foi publicado pela primeira vez, em 1958, no n.º 8 de **Claridade**.

3 "Nota sobre a posição de cada um dos indivíduos detidos por esta polícia nesta cidade da Praia". Arquivo particular.

4 Entrevista: Amaro da Luz, Praia, 02-02-95.

5 Lina Pacheco Pereira e Elisa Drago, "A grande evasão dos Accra Boys", **O jornal**, Lisboa, 14-06-91.

6 Entrevista: Elisa Andrade, Praia, 05-07-95.

7 Entrevista: Amélia Araújo, Praia, 19-06-95.

8 Entrevista: Silvino da Luz, Praia, 07-02-95.

9 Entrevista: Olívio Pires, Praia, 11-02-95.

11
O DILEMA DE LEITÃO DA GRAÇA

No Senegal desde Agosto de 1960, José Leitão da Graça pôde acompanhar a onda dos países africanos que se foram tornando independentes. Chegada a hora de decidir o seu próprio futuro, vê-se diante de um dilema: *«Ou continuar com as minhas ideias, indo para o Gana e esperar uma oportunidade, ou ia para Conakry, aceitando assim o convite do próprio Amílcar para integrar o PAIGC».*

Este momento na vida daquele nacionalista cabo-verdiano coincide com o regresso de Amílcar Cabral da sua primeira viagem à URSS, aonde fora à busca de apoio. E, mais uma vez, foi o líder do PAIGC a abrir-lhe os olhos, desta feita sobre as "virtudes" do socialismo real. *«Nessa altura eu estava muito ligado à União Soviética. E eu perguntei-lhe:* "Que tal é aquilo?" *A mim e a outras pessoas ele disse:* "Ordem riju, tratu mufinu", *sinal de que tinha compreendido o que se passava lá. Por razões de luta, ele teve de receber apoios deste ou daquele, mas não creio que ele estivesse enfeudado à União Soviética.»*

Para Leitão da Graça, *«Amílcar Cabral é uma figura chave para a formação de muita gente».* No seu caso concreto, houve outras influências que considera igualmente importantes. *«Um indivíduo é produto das suas relações»,* defende. Dos seus tempos do Liceu em S. Vicente, lembra-se, sobretudo, de Baltasar Lopes da Silva. *«Sem ser político, mas através das suas aulas, ia dizendo certas coisas que esta cabeça foi retendo e depois foi tirando conclusões. O seu comportamento na sociedade, não ia às festas do Grémio, tinha uma posição de distanciamento em relação aos governadores, isso tudo influenciava os alunos.»*

Outra pessoa é Manuel Duarte, que conhece durante a viagem de S. Vicente para Lisboa, a bordo do paquete *North King*. *«Ele ia para a Universidade de Coimbra e eu para Lisboa frequentar o sétimo ano. Era uma pessoa com noções e as conversas que fomos tendo a bordo foram fundamentais para mim. Depois, o Fernando Mourão, que vim a conhecer através do Manecas, os meus colegas portugueses do Liceu: Pedro Tamen e António Osório».*

Segundo Leitão da Graça, naquela altura, quando se chegava a Portugal, um jovem como ele tanto poderia ir para a direita como para a esquerda. *«Eu tive sorte, porque frequentava a casa de colegas portugueses, cujos familiares eram fascistas e também de outros que eram progressistas. No meio dessa confusão acabei por encontrar a minha via. Mas tudo partiu de Amílcar».*

Leitão da Graça no Gana

Outra experiência não menos marcante foi o período em que esteve no Gana, governado desde 1957 por Kwame N'Krumah. Apesar da admiração e do respeito, José Leitão da Graça não nega que este era um indivíduo controverso. *«Não o conheci pessoalmente. Um dia foi à estação e cumprimentou-nos a todos. Era um pouco megalómano e vaidoso, vivia rodeado de pessoas que o idolatravam. Tratavam-no por* osagyef. *Lembro-me de que quando me deram para ler as primeiras coisas sobre o N'Krumah, eu suprimia o* osagyef. *Como havia sempre alguém que escutava, um dia, perguntaram-me:* "Porque é que o senhor não põe o osagyef?" *E eu dizia*: "Mas como é que isso se traduz, eu não sei". *Eu punha dr. Kwame N'Krumah. E eles diziam*: "Não, o sr. tem que pôr *osagyev*". *Osagyef é uma espécie de deus».*

Apesar disso, reconhece a importância de Kwame N'Krumah para a história de África do século XX. *«Foi dos primeiros africanos a falar de independência. Graças ao seu trabalho, proclamou-se a independência do Gana, que teve uma grande projecção, sobretudo no continente. Depois, no exílio, deixou um trabalho importante de reflexão sobre os seus erros e sobre o neocolonialismo, que tem uma grande actualidade. Além disso, o velho pan-africanismo desempenhou um papel importante de modo que o balanço, para mim, de N'Krumah é positivo para a África, ao lado de Lumumba, de Amílcar Cabral e outros africanos, por exemplo, o Nyerere.»*

Durante 10 meses, Leitão da Graça trabalha como locutor e tradutor na Rádio Gana, período findo o qual regressa a Dakar. *«Há aqui um aspecto interessante»*, começa por evocar. *«Eu conheci a fundo o sistema colonial, porque tive como professor de Direito Colonial o Silva Cunha, que posteriormente veio a ser ministro do Ultramar. Essa disciplina permitia a um aluno crítico conhecer o inimigo por dentro...»*

E, tendo conhecido o inimigo por dentro, Leitão da Graça desfere-lhe, na Rádio Gana, vários golpes. *«Recebia cartas terríveis da Pide, inclusive de Moçambique, que diziam*: "Ah, se o apanharmos, arrancar-lhe-emos todos os dentes, sem anestesia!" *Eu também escutava a Emissora Nacional e a reacção era esta:* "Aquele que andou nas nossas faculdades a aprender e a conhecer os nossos segredos e agora está a atacar-nos, é isto, é aquilo; ele não fala o português, fala o brasileiro".» Igualmente irritado, o **Diário de Notícias** chega a estampar na primeira página: *«A Rádio Gana continua a ganir».*

«Era altura da guerra da Argélia», prossegue Leitão da Graça, entre risos. Em Accra conhece gente das mais variadas origens. Lembra-se do embaixador brasileiro Raimundo Sousa Dantas (que era escritor e que dizia ser de origem cabo-verdiana, e também o primeiro negro no Brasil a ascender a essa posição) e o embaixador cubano, também negro, veterano da Sierra Maestra. Um dia, numa recepção na embaixada cubana, Leitão da Graça e outros acompanhantes são abordados por uma senho-

ra, israelita, directora do Centro Cultural do seu país na capital ganesa, que o convida, depois, a fazer uma palestra sobre Cabo Verde. *«A Rádio até exigiu que eu lesse primeiro a palestra nas antenas e foi traduzida em várias línguas. Foi um dos primeiros escritos sobre Cabo Verde e também a primeira brecha contra o PAIGC. Entretanto, depois chega o Amílcar...»*

Leitão da Graça e Cabral: o último encontro

Esse seria o último encontro entre ambos. E nele estiveram presentes Francisco Mendes (Chico Té), Victor Saúde Maria, Lina Tavares e Maria das Mercês, mulher de Leitão da Graça. Aliás, o encontro teve lugar em casa do casal, em 1962. *«Foi uma discussão muito interessante»,* lembra Leitão da Graça. *«Ele disse-me:* "Eu vim discutir a questão da unidade Guiné-Cabo Verde, porque eu sei que tu és contra, mas a unidade tem vantagens. A vantagem do ponto de vista económico..." *Eu reconheci isso e respondi-lhe*: "Mas, Amílcar, o povo da Guiné não quer essa unidade, porque os cabo-verdianos foram agentes dos portugueses no passado e no presente".»

Para José Leitão da Graça, o ódio dos guineenses aos cabo-verdianos era profundo e histórico, devido principalmente ao papel destes nas campanhas de *pacificação* colonial. *«Não, o nosso partido já fez um grande trabalho de consciencialização, ninguém sente esse ódio contra os cabo-verdianos. Isso é coisa do passado»,* dizia-lhe Amílcar Cabral. *«Não, isso não sai assim tão depressa nas pessoas»,* contrapunha-lhe Leitão da Graça. *«E a discussão terminou da seguinte forma:* "Então, com quem queres ligar Cabo Verde? Será com a Cochinchina?" — *perguntou-me, Amílcar, no meio de uma gargalhada.* "Ó Amílcar, isso não é sério. Então Cabo Verde tem de estar sempre ligado a qualquer país? Ainda é Portugal, amanhã é a Guiné e depois? Eu não concordo com isso."»

Os caminhos dos dois homens nunca mais voltariam a cruzar-se... Tantos anos depois, Leitão da Graça ainda se lembra de que, depois da longa discussão, jantaram todos juntos em sua casa. Na hora do adeus, Cabral, sempre irónico, despediu-se: *«Cuidado com as febres, José!»*

Como se viu atrás, quando novo, Leitão da Graça tinha uma saúde frágil, afectada pela febre palúdica. Sempre em casa, deixou-se conquistar pelos livros da biblioteca do pai. Havia também um ambiente propício às coisas do espírito, já que, por causa da Minerva, Álvaro Leitão da Graça era procurado por gente ilustre como Pedro Cardoso, Juvenal Cabral, Jorge Barbosa ou, ainda, por António Rosa Vasconcelos, um comunista português desterrado em Cabo Verde.

Portanto, neste ambiente, nada mais natural que o jovem José André tente alguns passos no domínio das letras. Ao lado de Gabriel Mariano, Francisco Lopes da Silva e outros colegas do Liceu Gil Eanes, faz parte do grupo de jovens que vê as portas do **Boletim Cabo**

Verde abrirem-se graças a um concurso de contos, lançado por Bento Levy, em 1950. Mais tarde, ainda nos anos 50, em Lisboa, participa no grupo académico-cultural-e-político **Nova Largada**, com Aguinaldo Fonseca, Gabriel Mariano, José Araújo e Manuel Duarte. Mas, por assim dizer, o seu destino estava traçado, e não seria através da literatura que José Leitão da Graça se tornaria conhecido da grande maioria dos cabo-verdianos.

Depois de ter interrompido o seu contrato com a Rádio Gana, rescisão a que não esteve alheio o PAIGC, José Leitão da Graça reaparece em Dakar fazendo igualmente ressurgir, em Junho de 1963, a União do Povo das Ilhas de Cabo Verde. Através de um comunicado, a UPICV, que já nessa altura se assume como sendo de orientação marxista-leninista, disposta a dialogar com Lisboa, *«ataca violentamente todos os outros movimentos* "nacionalistas"», segundo uma informação da Pide, e considera tais indivíduos *«politicamente intrusos, possuidores de uma estúpida arrogância, provocadores de baixas intrigas e calúnias e com total e incrível ignorância das realidades históricas do povo caboverdeano»*.

Por influência de alguns dos lesados, que tinham boas relações com determinados governantes senegaleses, que vinham por seu turno procurando reunir os tais movimentos, José Leitão da Graça é preso e quase recambiado para Bissau, segundo ele.

12
APROFUNDAR A LUTA

Quando, nos primeiros meses de 1961, cai doente em Paris, são os estudantes e refugiados africanos que decidem levar Abílio Duarte para Berlim (Oriental), que ainda era uma "cidade aberta", sem o famoso muro a dividi-la, pois começa a ser erguido a 13 de Agosto daquele ano. Recorde-se que o passaporte que obtivera em Paris só lhe permitia viajar para Portugal, França e Alemanha. Com a mudança de ares, Duarte teve igualmente de desistir dos estudos em França. Entretanto, em Setembro, Dulce Almada seguia para Rabat e, quatro meses mais tarde, para Conakry...

Uma vez em Berlim, Abílio Duarte é recebido por militantes da Juventude Livre Alemã. *«Fiz o meu tratamento e surgiu uma bolsa para a Universidade em Leipzig, em Direito. Cabral, de passagem por Berlim, vai visitar-me ao hospital. Informado da bolsa, a sua posição é que era necessário aprofundar a luta e, para isso, contava comigo, com o Silvino, o Honório, o Olívio... Havia gente no terceiro ou, até mesmo, no quarto ano do respectivo curso que teve de parar, porque o importante era dar um novo fôlego à luta, já que estávamos em vias de passar à acção directa. Segundo Cabral, eu, como um dos fundadores do partido, não podia ficar de fora. A nossa missão era lutar para criar condições para que as novas gerações pudessem, mais tarde, fazer os seus estudos. Aceitei e enterrei o sonho de fazer Direito».*

As armas para a guerra

Saído da RDA, Abílio Duarte foi primeiro a Marrocos, onde reencontra Amílcar Cabral. *«Em Rabat, fomos surpreendidos pela notícia de que uma boa parte dos membros da direcção do partido tinha sido presa em Conakry»*, evoca Duarte, precisamente no momento em que, vindo da capital guineense, Cabral se encontrava em vias de participar numa reunião da Ocam (Organização da Cooperação Africana e Malgache). *«Fui eu que estive a expedir nos correios os longos telegramas ao PDG e ao Sékou Touré, chamando-os à razão: se tinha havido algum tráfico de armas e munições era porque o governo guineense tinha congelado o primeiro lote importante de armas que tínhamos conseguido da Checoslováquia e não havia maneira de nos serem entregues».*

As armas em questão eram o sinal de que a sorte do PAIGC começava a mudar, internacionalmente. Elas tinham sido obtidas durante a primeira viagem de Amílcar Cabral e Aristides Pereira a Praga. Nessa viagem, os dois foram recebidos por autoridades checas, tendo o pedido de Cabral chegado até ao ministro do Interior. *«Os checos disseram que nos iriam apoiar, desde que as armas fossem enviadas com o conhecimento das autoridades guineenses e entregues directamente ao Ministério da Defesa»*, conta Pereira.

Curiosamente, durante essa mesma viagem, aconteceu um outro episódio que poderia dar um rumo completamente diferente à luta do PAIGC. *«O Amílcar Cabral deixou-me em Praga e foi ao Cairo participar numa conferência* [do Conselho de Solidariedade dos Povos da Ásia e a África]», lembra Aristides Pereira. *«Eu, como já não tinha mais nada a fazer na Checoslováquia, decidi antecipar o meu regresso a Conakry por uma semana. Amílcar, como tinha feito grande sucesso no Cairo, pediram-lhe para ficar mais alguns dias. Portanto, perdeu o avião em que ele e eu deveríamos viajar de Praga para Conakry... Esse avião caiu em Rabat e ninguém sobreviveu.»*

Uma vez chegado a Conakry, o líder do PAIGC pede audiência a Sékou Touré para dar-lhe conta do combinado com os checos, tendo obtido dele a anuência relativa ao envio das armas, que chegam em Julho de 1961. *«Contentes, fomos levantá-las e deram-nos uma desculpa qualquer...»*, diz Aristides Pereira. *«Passou 61, 62... e nada. Concluímos que não nos queriam dar as armas. Já tínhamos jovens formados em Pequim, à espera delas. Fizemos uma reunião para decidir o que fazer. Resolvemos começar do zero. Nessa altura tínhamos excelentes relações com Marrocos — o Amílcar e o rei eram amigos. Foi ter com ele, explicou-lhe a nossa situação, e o rei disse-lhe*: "Vai ao quartel tal, toma as armas que quiseres. Mas depois que essas armas saírem do quartel a responsabilidade é tua. Eu não sei de nada." *E assim foi: essas armas foram embarcadas para Conakry, com a ajuda de outros amigos marroquinos»*.

Neste ponto, Aristides Pereira abre um parêntesis para elogiar a atitude dos marroquinos em relação ao PAIGC. *«A contribuição de Marrocos foi extraordinária. Os marroquinos davam-nos tudo. Foi dos poucos países que nos dava dinheiro. Naquela altura a coisa mais difícil era pedir dinheiro. Os movimentos de libertação tinham má fama, porque muita gente passou a fazer da luta contra o colonialismo o seu modo de vida. Aliás, o que acabou com os movimentos em Dakar foi precisamente o dinheiro que a OUA pôs à sua disposição: duas mil libras a dividir entre o PAIGC e os outros que diziam estar a lutar contra o colonialismo português na Guiné e Cabo Verde. Às tantas, os outros desentenderam-se: o Labery pegou no dinheiro e foi para a Mauritânia»*.

Conforme o narrado por Luís Cabral em **Crónica da libertação**, o armamento foi embarcado em Marrocos como sendo latas de sardinha,

leite, medicamentos e mobiliário diverso. *«Mais tarde, haveríamos de saber que um trabalhador do porto, talvez querendo desviar algumas latas de sardinha, tinha provocado o arrombamento de um dos cartões. Em lugar das certamente desejadas latas de sardinha, tinham saído... balas»*. Detectados, vários dirigentes do PAIGC em Conakry — Aristides Pereira, Luís Cabral, Vasco Cabral, Pedro Ramos, Armando Ramos, Fidélis Cabral Almada — foram imediatamente detidos.

Informada do caso, a Pide, em Bissau, rejubila. Uma nota de 8 de Fevereiro de 1963 relata que, *«baseado em notícia proveniente de Conakry, o Consulado de Portugal em Dakar comunicou que o PAIGC acaba naquela primeira cidade de sofrer um rude golpe, capaz de originar a sua desaparição»*. E acrescenta que, *«por denúncia de Luís da Silva, foi descoberto, em Conakry, sob disfarce de conservas de sardinhas destinadas à alimentação dos "nacionalistas", um carregamento de material de guerra que aquele partido tentava fazer desembarcar fraudulentamente de um navio francês»*.[1]

Foi Amélia Araújo quem fez sair de Conakry a notícia da prisão dos dirigentes do PAIGC. Ligada que estava ao MPLA, ela informa o marido em Dakar do sucedido, sem que as autoridades guineenses disso se apercebessem. *«Avisado, o Amílcar desencadeia o processo...»*, diz Amélia. *«Fez-se tal barulho que o Sékou Touré não teve outra saída senão libertar os presos»*.

Espalhar as peças

Sempre cuidadoso, Amílcar Cabral apercebe-se de que esta é uma luta a ser travada em várias frentes, uma delas a diplomática, e decide espalhar as suas peças: Argel é uma das capitais escolhidas, por já se desenhar a tendência de substituir Accra, Cairo ou Rabat como principal centro político africano da época. Pouco a pouco, Cabral consegue tornar-se amigo íntimo do presidente Ben Bella, que, à semelhança do rei Hassan II, não lhe regateia o seu apoio. E é para a capital argelina que envia Abílio Duarte e, depois, a mulher, Dulce. *«Sigo de Rabat para Argel com uma credencial de Cabral»*, afirma o primeiro. *«Faço a viagem de automóvel, com 10 mil francos — 100 francos novos —, o que não dava para nada. Instalei-me num hotel e, quatro meses depois, sou posto na rua, com a minha maleta, porque não tinha dinheiro para pagar a conta.»*

Apesar disso, Abílio Duarte não regateia o seu reconhecimento aos argelinos que passaram, mais tarde, a conceder toda a espécie de apoios aos movimentos africanos, asiáticos e portugueses. Foi na capital argelina que conheceu e se tornou amigo de Manuel Alegre, Tito de Morais, Piteira Santos e de vários outros antifascistas ligados a Humberto Delgado, ao PCP e, mais tarde, ao PS. *«Argel era uma importante caixa de ressonância. Todos os comunicados eram difundidos em Argel, Accra,*

Dakar, Cairo, onde chegámos a ter nossos representantes.»

E foi também em Argel onde nascem os dois filhos do casal Duarte: Karim e Fidel, respectivamente, em 1964 e 1966, altura em que são de novo transferidos para Havana, uma vez que Abílio tinha sido escolhido para representar os movimentos africanos lusófonos na Organização de Solidariedade para com os Povos da África, Ásia e América Latina (Ospaaal), em acumulação com a presidência da Ugean. Antes de Havana, um outro cabo-verdiano acabará, entretanto, por chegar, em 1965, para reforçar a delegação do PAIGC em Argel: Onésimo Silveira, que vai dar, embora por pouco tempo, um outro colorido à rotina argelina.

Pedro Pires em Dakar

Por sua vez, depois de uma curta estada em Conakry, Pedro Pires é escalado para Rabat e, mais tarde, Dakar, onde fica até fins de 1963, e aqui trabalha na mobilização de emigrantes cabo-verdianos para o PAIGC. Ao contrário do previsto, essa mobilização revelou-se difícil. Afirma Aristides Pereira: *«Nos nossos cálculos, partimos do princípio de que devia haver uns 40 mil cabo-verdianos no Senegal. Concluímos que pelo menos mil, haveríamos de mobilizar. O Pires, que foi a pessoa que mais mobilizou gente em Dakar, não passou dos 60 e, mesmo assim, quando chegou a hora de mandar essa gente para Conakry, começaram a surgir os problemas. Uns diziam que não podiam porque tinham mulher e filhos, outros começaram a ficar doentes... Ainda houve um grupo que foi para Argel, mas criou tantos problemas ao Abílio que este teve de comprar as passagens e mandá-los para Dakar. O Pedro Lopes, o António Leite, o Nicolau Pio e o Afonso Gomes foram dos poucos que ficaram e, por causa disso, nós até os chamávamos os heróis de Dakar. Onde se conseguiu mais cabo-verdianos foi em Moselle, França.»*

Em Dakar, Pedro Pires procura contactar os tripulantes dos navios que faziam a ligação entre Cabo Verde e o Senegal, e é através deles que envia pequenas "encomendas", geralmente material de propaganda para as células do PAIGC na Praia e no Mindelo. Este movimento é, porém, detectado pela Pide, que passa a prestar mais atenção, quer aos navios, quer aos passageiros que vêm do Senegal. Aos olhos dela, são os tais *«indivíduos vindos de Dacar»* os responsáveis pelo acicatamento dos cabo-verdianos contra os portugueses em Cabo Verde.[2]

Mas a Pide é suficientemente inteligente para recrutar, entre os mesmos tripulantes e cabo-verdianos no Senegal, alguns dos seus colaboradores. Isso sem contar com aqueles que, voluntária e patrioticamente, se prestam a este tipo de serviço. É o caso, por exemplo, de o "Verdadeiro Amigo de Portugal" que de Dakar informa da presença de Maria Teresa [Custódio] (filha de Trinta, na Praia), Isabel Andrade (mulher de José Andrade, de S.Vicente), para além de Tetê, todas *«a trabalho do*

senhor Amílcar Cabral». «Muito cuidado com essas grandes senhoras que vão para lá», alerta o informador, *«com o fim de estigar (sic) o povo e lançar na sua política».*[3] A mesma pessoa, em outra nota, propõe que se retenham as tais "senhoras", pois *«assim não poderão dar conta ao tal Amílcar Cabral»* das suas actividades em Cabo Verde.

Também por essa altura, isto é, em Setembro de 1962, os irmãos de Pedro Pires, Jorge e João — , funcionários da Estação Postal em S.Vicente, são interrogados pela Pide, por terem sido denunciados de andarem a receber "encomendas" do irmão em Dakar, com a agravante de o próprio pai, Jaime, já estar *«referenciado como adverso ao actual regime político e afecto à política separatista».* O governador Silvino Silvério Marques manda aquela polícia investigar o caso de uma carta de Pedro Pires para os irmãos, trazida pelo capitão de um dos navios que fazia a ligação Cabo Verde e Senegal, tendo-se todavia concluído o seguinte: *«Quer d'um quer d'outro nada consta em seu desabono do comportamento moral e político».*[4] No mesmo documento se depreende que a Pide estava informada do interesse do PAIGC em saber qual a posição *«dos Baltasar [Lopes], [Antero] Barros, Teixeira de Sousa & Cia.»*

E ainda na sequência da investigação aos irmãos Pires, o relatório final aconselha o afastamento dos dois da Estação Postal de S.Vicente, uma vez que ocupam lugares que *«lhes permite, entre outras coisas, verificar qual a correspondência que é fiscalizada por esta Polícia, o que é de todo inconveniente. Já não bastava o Chefe da Estação ser irmão de Aristides Pereira [Marino], também ligado ao grupo de Amílcar Cabral, como os dois distribuidores da aludida Estação serem indivíduos suspeitos».*

Preocupada com o aumento das actividades do PAIGC, em Agosto de 1962, a Pide procura sofisticar as suas acções por forma a neutralizar as acções daquele partido em Cabo Verde. É o caso, por exemplo, de Maria Dulce de Oliveira Almada, de quem anota o seguinte: era *«segundo uns, noiva de Abílio Duarte, e segundo outros sua amante». «Seguiu Abílio Duarte para París, na ocasião em que este, tendo pressentido que a P.I.D.E. suspeitava dele, resolveu ir para aquela cidade com argumento que desejava estudar "belas artes". Aparece agora a epigrafada integrada numa comissão chefiada por Amílcar Cabral, comissão que se propõe ser ouvida pela ONU para apresentar o problema da independência de Cabo Verde e Guiné».*[5]

Sabendo ou julgando que Dulce Almada Duarte se encontrava em Dakar, a Pide urde um plano no sentido de, indirectamente, obter dela *«informações»* sobre as actividades do PAIGC, tanto em Cabo Verde como na Guiné, fazendo o seu interlocutor passar por alguém que fosse a favor da independência. Para isso, necessitava do seu endereço, pelo que foi escolhido alguém que era da confiança dos pais dela — Teodoro e Irene Almada —, residentes em S. Vicente. Mas, ao que parece, a pessoa escolhida cumpriu mal ou, simplesmente, *«não cumpriu a missão que*

lhe fora indicada», tirando deste modo *«as possibilidades que se esperavam obter»* dessa operação. Ao que parece, Teodoro e Irene Almada forneceram ao referido indivíduo um suposto endereço da filha em Paris, o que leva a Pide a concluir que não podia ser aquele, uma vez que a mesma passara a viver em Dakar.

Por conhecer os laços de parentesco dos principais dirigentes do PAIGC, as autoridades vão manter sobre os pais, irmãos ou tios dos mesmos uma apertada vigilância, que passava pela censura da correspondência recebida ou remetida, quer em Cabo Verde, quer na Guiné. Por exemplo, a mãe de Amílcar Cabral, Iva Pinhel Évora, é um dos alvos óbvios da Pide. Quando ela é convidada pelo filho António a ir ter com ele a Moçambique, onde trabalhava, a delegação daquela polícia na Praia informa rapidamente os serviços centrais em Lisboa do facto, alertando para a necessidade de não se perder de vista a referida senhora. Sempre atenta, são poucos os fenómenos que passam despercebidos à Pide. A 17 de Julho de 1968, a delegação de Bissau informa que *«a filha de Amílcar Cabral»,* Iva Maria, *«passou por Ziguinchor, em 12 de Junho findo, a caminho da nossa Província, onde permaneceu três dias nas "bases" do PAIGC».*

Notas

[1] SR. 80, Pide, Torre do Tombo. Uma nota posterior, de 31-01-67, informa que Luís da Silva (Luís Alfredo António da Silva, seu nome completo) era representante da Fling em Conakry, tendo-se apresentado às autoridades militares de Cacoa (Guiné-Bissau), em 28-11-66, oferecendo a sua colaboração para "destroçar" o PAIGC. Informações posteriores referem que Silva morreu num ajuste de contas com o PAIGC.
[2] Pide, SR. 80, folha 119, Torre do Tombo.
[3] Id., folha 123.
[4] Id., folha 124, 1764/62
[5] Id., folha 132.

13

ADRIANO MOREIRA
E A ADJACÊNCIA DE CABO VERDE

Convidado, em 1961, por António de Oliveira Salazar, a assumir o Ministério do Ultramar, o então subsecretário de Estado da mesma pasta, Adriano Moreira, 38 anos, formado em Etnologia, procura de imediato encetar um conjunto de reformas, que visam a autonomia progressiva e o desenvolvimento acelerado das colónias. "Picado" pela África desde 1953, quando, a convite do ministro do Ultramar, almirante Sarmento Rodrigues, visita o continente a fim de elaborar um projecto de reforma do sistema prisional do ultramar, e, mais tarde, pela viagem que fizera, em 1958, como integrante da delegação do seu país às Nações Unidas, o jovem governante, tido como possível delfim de Salazar, sabia que o seu país estava a perder tempo e terreno em África.

Por isso, ao assumir o Ministério do Ultramar, uma das suas inúmeras medidas legislativas é precisamente a revogação do *Estatuto dos indígenas* e do *Código do trabalho indígena rural,* de 1928. No campo social, é intensificada a escolarização das populações africanas, o que se traduz num aumento significativo de estabelecimentos escolares em todas as colónias. Porém, dada a sua ousadia, em breve os projectos de Moreira esbarram na resistência dos ultras do regime, a começar por Salazar, que passa a ver com maus olhos as iniciativas do seu ministro. Este convocara para o fim do ano um Conselho Ultramarino, onde seriam debatidos os mais diversos assuntos relacionados com as colónias.

Uma das propostas de Adriano Moreira era a transformação de Portugal num país federal, proposta subscrita num célebre parecer de Marcello Caetano, na altura professor catedrático da Faculdade de Direito de Lisboa. Nele, Caetano defendia, embora com reservas, a atribuição a Cabo Verde do estatuto de ilhas adjacentes de Portugal. Note-se ainda que, ao contrário das demais colónias, Cabo Verde encontrava-se sem um estatuto definido desde 1955, fruto da hesitação que perseguia Lisboa sobre qual seria o melhor estatuto para o arquipélago.

Antes de ser demitido em Dezembro de 1962, na sequência de uma altercação com o governador-geral de Angola, general Venâncio Deslandes, Cabo Verde é uma das "províncias ultramarinas" visitadas, quatro meses antes, por Adriano Moreira. Além de percorrer todas as ilhas, o governante contacta as chamadas forças vivas locais no sentido

não só de incutir nelas a fé no Portugal que se estava a renovar, como também ouvir as queixas ou as reivindicações dos seus habitantes. Conhecedor dos brios dos cabo-verdianos, um dos projectos de Moreira era precisamente desenterrar a ideia da adjacência do arquipélago, ideia essa defendida durante anos, na Assembleia Nacional, pelo deputado Adriano Duarte Silva, falecido a 23 de Julho de 1961, em S. Vicente.

Antecedentes históricos

Importa salientar que, desde 1822, Cabo Verde estava sujeito a um tratamento diferente das demais colónias portuguesas em África. Graças à acção escolar e religiosa da Igreja Católica, cuja expressão máxima será o Seminário de S. Nicolau, o arquipélago criou a fama de ser terra de "gente civilizada" e "culta". Considerados *«cidadãos portugueses»* a partir de 1822, os cabo-verdianos não se encontravam, oficialmente, abrangidos pelo chamado "estatuto do indigenato", aplicado aos povos "não-assimilados". E, por causa disso, o marquês de Sá da Bandeira (1795-1876), autor da lei que proíbe o tráfico negreiro nos territórios portugueses (1836), chega a advogar a transformação de Cabo Verde num *«distrito administrativo, que seria o quinto das ilhas adjacentes e o vigésimo segundo do Reino e Ilhas»* de Portugal.[1] Porém, entendimento diferente teve o ministro Ferreira do Amaral ao decretar, em Dezembro de 1892, a Organização Administrativa do arquipélago, por não entender os argumentos apresentados — a índole pacífica e benévola do cabo-verdiano — *«como uma verdade científica»,* defendendo antes a reunião de *«condições económicas e financeiras que possam suportar o aumento de despesa que de uma tal organização necessàriamente adviria (...)»*[2]

A adjacência será retomada e apoiada pelo presidente Óscar Carmona, que, em visita a Cabo Verde, em Junho de 1939, considera o arquipélago um *«prolongamento natural das províncias portuguêsas da Europa».* Na mesma linha, Vieira Machado, ministro das Colónias, admite não ser *«impossível satisfazer»* a *«aspiração»* de se autorgar a Cabo Verde o estatuto de território adjacente.[3] O assunto permanece, contudo, em aberto, na Lei Orgânica de 1953, onde se prevê a *«possibilidade de publicar um estatuto especial para o Arquipélago».*[4]

Fruto de um longo processo de conquista social, esta pretensão não deixa de ter profundas influências na psique do homem das ilhas, principalmente da sua elite intelectual e burocrática. É esta, por assim dizer, do final do século XIX até pelo menos 1962, que se vai bater, com afinco, pela adjacência de Cabo Verde. Por outro lado, a não aceitação do tratamento que os agentes portugueses dispensavam aos "indígenas" de Angola, Moçambique, Guiné e S. Tomé e Príncipe, vai criar a atitude ambivalente do cabo-verdiano, tanto em relação aos seus irmãos africa-

nos como aos próprios portugueses.

Por conseguinte, na busca de um lugar ao sol no espaço imperial lusitano, o "homem das ilhas" assume atitudes nem sempre bem aceites, quer por um, quer por outro dos seus interlocutores. O seu papel na *pacificação* da Guiné e a tomada de partido a favor dos portugueses aquando do início da guerra colonial em Angola, por exemplo, participando inclusive nas milícias brancas, contra os "terroristas" angolanos, é por demais demonstrativo do desajustamento que ainda hoje caracteriza o comportamento de uma franja significativa da população crioula em relação à África, para ela, "terra de gente gentio"...

Com fervor e simpatia

Conhecedor das reivindicações da elite cabo-verdiana, Adriano Moreira desloca-se a Cabo Verde, a 15 de Agosto de 1962, à frente de uma numerosa comitiva. É recebido *«com fervor»* e *«simpatia»* pela população, segundo comentário de Bento Levy no **Boletim de Cabo Verde**, para quem *«as reivindicações»* apresentadas ao ministro durante a sua estada eram *«provas irrefutáveis de que Cabo Verde é Portugal»*.[5] Ainda de acordo com a mesma publicação, durante as seis semanas que dura a sua visita, Moreira percorre todas as ilhas, inclusive Santa Luzia (onde apenas viviam dois casais e os respectivos filhos), de modo *«a conhecer melhor os bons portugueses desta terra e os seus problemas, aspirações e necessidades...»*

Na mesma linha, durante a atribuição, a 15 de Setembro, a Adriano Moreira do título de cidadão honorário da Praia, o presidente da câmara desta cidade, José Soares de Brito, pede que perdure na convicção do visitante a certeza de que *«os cabo-verdianos são portugueses, não por imposição ou por coação»*. Pelo contrário: *«Somos portugueses porque nascemos portugueses, porque sempre fomos portugueses, porque queremos ser portugueses, porque Cabo Verde é Portugal»*.

As forças vivas do Mindelo

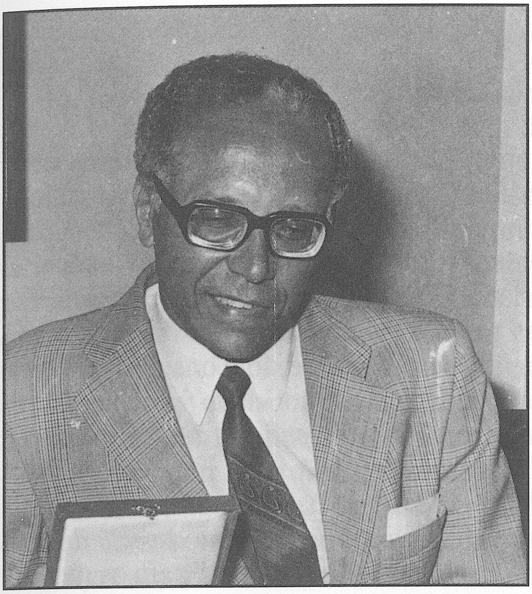
Baseando-se no já citado parecer de Marcello Caetano de 1951, as referidas forças vivas questionam a oportunidade da adjacência, por entenderem que a mesma se tornara anacrónica e desvantajosa, para além de entender que o termo em si *«contém na sua própria etimologia a noção de proximidade (adjacere) e não há dúvida que, do ponto de vista geográfico, uma adjacência a 1.500 milhas é um tanto forçada»*. E, do ponto de vista étnico, o grupo lembra e acentua que o povoamento de Cabo Verde tinha sido diferente do da Madeira e dos Açores, havendo aqui uma população miscigenada, para concluir: *«Não se pode considerar pois Cabo Verde o prolongamen-*

Chegada de Adriano Moreira à cidade da Praia

to humano da Metrópole, como é o caso dos territórios adjacentes».

Mais do que rejeitar a adjacência, a comunicação serve para o grupo expor um rosário de queixas em relação à degradação económica e social de Cabo Verde. Um reflexo disso é, segundo as forças vivas mindelenses, a emigração, principalmente a dirigida para S. Tomé e Príncipe, que desde os tempos de Eugénio Tavares é vista como uma chaga, para não dizer uma humilhação e vergonha para os cabo-verdianos. *«É vê-los de regresso»,* diz o documento, referindo-se aos emigrantes: *«o que vem do Brasil, da Argentina ou dos Estados Unidos, com ar saudável, bem vestido e calçado, dispondo de notas na carteira e depósitos nos Bancos e um ar de homem que viveu em meios evoluídos; o que vem de S. Tomé, com ar pouco saudável, marcado nos seus gestos e atitudes de uma verdadeira retrogradação social, descalço, mal vestido, mal encarado e com umas escassas centenas de escudos ou, na melhor das hipóteses, 2 ou 3 contos como economia total durante os anos em que esteve a servir nalguma Roça de mau clima!...»*

Embora sublinhasse que se tratava de uma exposição *«sem disfarces»* e *«sem fugir ao espírito da unidade nacional»,* querendo ou não, de forma implícita, as forças vivas punham em causa todo um sistema que vinha sendo crucificado internacionalmente. Angola em plena ebulição, com Portugal a ser questionado nas Nações Unidas por causa da sua política colonial, Adriano Moreira deve ter deixado Cabo Verde satisfeito pelo sucesso popular dos seus contactos, mas ao mesmo tempo apreensivo. Vinha oferecer aos cabo-verdianos algo que há muito desejavam e ali estavam as "forças vivas" do Mindelo a rejeitarem o "pre-



Humberto Duarte Fonseca

sente" caído do céu.

Tirando os floreados estilísticos ou as vénias, expressos na *«eterna Lusitanidade»* daqueles senhores, a exposição era a confrontação de Portugal perante a sua incapacidade de promover o bem-estar e o desenvolvimento de um meio pequeno como Cabo Verde. Era, também, uma lição do que deveria ser feito a nível da emigração, pesca, ensino, saúde, turismo etc. nesta parcela do mundo que se pretendia portuguesa.

Um sintoma do mal-estar causado é a omissão desse episódio nos relatos feitos pela imprensa local. Por exemplo, quer Bento Levy, no seu citado comentário, quer as "notas breves" de Orlando Levy, "para consulta futura", em que se reporta à estada de Adriano Moreira em Cabo Verde, não se referem a este assunto. Por seu turno, ao discursar, a 5 de Setembro, na Praia, perante o Conselho de Governo, o ministro promete desfazer a hesitação que perseguia há anos o estatuto adequado a Cabo Verde. Para ele, *«se a adjacência for adoptada, como tudo deixa prever em face dos pareceres recolhidos dos órgãos mais significativos da província, daremos uma resposta cabal às cobiças que espreitam, de perto e de longe, este caminho indispensável da África portuguesa»*.[7]

Três meses depois, Adriano Moreira é exonerado do governo, na sequência, como atrás se disse, de um desentendimento com o governador-geral de Angola, general Venâncio Deslandes, que também foi afastado, muito à maneira de Salazar que, quando se via diante de situações do género, eliminava do seu tabuleiro os protagonistas de tais despiques. O projecto de alteração do estatuto administrativo de Cabo Verde será pouco depois analisado durante o Conselho do Ministério do Ultra-

mar, agora sob a égide do comandante Sarmento Rodrigues.

A adjacência segundo Silvério Marques

Antes de visitar Cabo Verde, Adriano Moreira procura inteirar-se das preocupações dos cabo-verdianos em relação à sua terra. Numa longa carta escrita no início do ano por Silvino Silvério Marques, este procura pô-lo a par de tais anseios. O governador começa por evocar o falecimento do deputado Adriano Duarte Silva, *«paladino da adjacência»*, e os discursos proferidos pelos seus conterrâneos durante o seu funeral, para além de intervenções do presidente do Conselho e do ministro do Ultramar em relação ao mesmo assunto: *«tudo fez agitar a ideia da adjacência, sempre latente no espírito dos caboverdianos de maior responsabilidade, especialmente de Barlavento».*[8]

O governador explica de seguida que, para *o «caboverdiano mais culto»*, a ideia da adjacência significa *«uma ascensão, no aspecto de civilização, uma aproximação da Europa»*. Mas alerta, também, para os receios que tal estatuto criava junto de outros sectores, nomeadamente dos funcionários, que viam nos demais territórios ultramarinos uma possibilidade de singrar na carreira profissional, já que Cabo Verde, limitado e pobre, oferecia poucas ou nenhumas possibilidades de grande sucesso, enquanto território adjacente, dependente do Ministério do Interior em vez de o do Ultramar. Tais sectores viam a adjacência como um empecilho a certas regalias, como licenças graciosas e outros privilégios previstos no Estatuto do Funcionalismo Ultramarino. *«A dependência da Província de vários Ministérios e o receio da esterilidade que daí pode resultar, conjugada com as dificuldades de comunicações com a Metrópole, as próprias dificuldades de comunicações internas constituem outras circunstâncias contra a adjacência»,* acrescenta o governador, entre outros reparos.

Ao apresentar a sua opinião sobre o assunto, Silvério Marques advoga que a adjacência em si (ou de algo que com isso se pareça) é, no contexto português, *«um fruto que cairia de maduro»,* advertindo, contudo, para o seguinte: *«Mas a integração de uma Província pobre na estrutura Metropolitana exigirá sacrifício da Metrópole, sem o que sairão goradas as ansiedades das populações integradas do que poderiam resultar choques imprevisíveis (...) A integração obrigará talvez a restrições na Metrópole para se acudir mais irmãmente a este irmão sempre pobre».* Silvério Marques termina sugerindo o estudo a curto prazo da questão, tendo em conta o que já havia dito o Conselho do Governo da Província de Cabo Verde e tendo igualmente em referência a sensibilidade de cabo-verdianos idóneos de Barlavento e Sotavento.

Como se viu, Adriano Moreira visitou Cabo Verde sete meses depois. Curiosamente, a resistência à adjacência apenas foi verificada

em Barlavento e não em Sotavento. De qualquer modo, como prometeu, foi criada uma comissão de peritos, que se encarregou de estudar o assunto, tendo à frente Martinho Nobre de Mello e integrada ainda por Júlio Monteiro e pelo antigo governador de Cabo Verde João de Figueiredo. Por fim, Cabo Verde far-se-ia representar no Conselho do Ministério do Ultramar, realizado em Lisboa de 15 a 31 de Outubro, por uma delegação constituída por Raúl Ribeiro, Carlos Pinto Wahnon e José Oliveira Bento, membros do Conselho do Governo da Província, tendo, para o efeito, contado com a assistência jurídica de Jorge Ferro Ribeiro, cabo-verdiano com bastante prestígio no *establishment* português. Os dois primeiros cidadãos chegam a escusar-se, invocando razões ponderosas, mas o governador Sacramento Monteiro, que já tinha substituído Silvino Silvério Marques, consegue convencê-los do contrário.

No comunicado final da reunião do Conselho do Ministério do Ultramar, com data de 21 de Novembro de 1962, fica-se a saber que a delegação cabo-verdiana, *«interpretando fielmente o pensamento das forças mais representativas da Província, orientou os seus trabalhos no âmbito da tese "Cabo Verde, Província Ultramarina"»,* o que significava que o arquipélago continuava a enquadrar-se no mesmo figurino político-administrativo das demais colónias portuguesas.

A acção de Humberto Duarte Fonseca

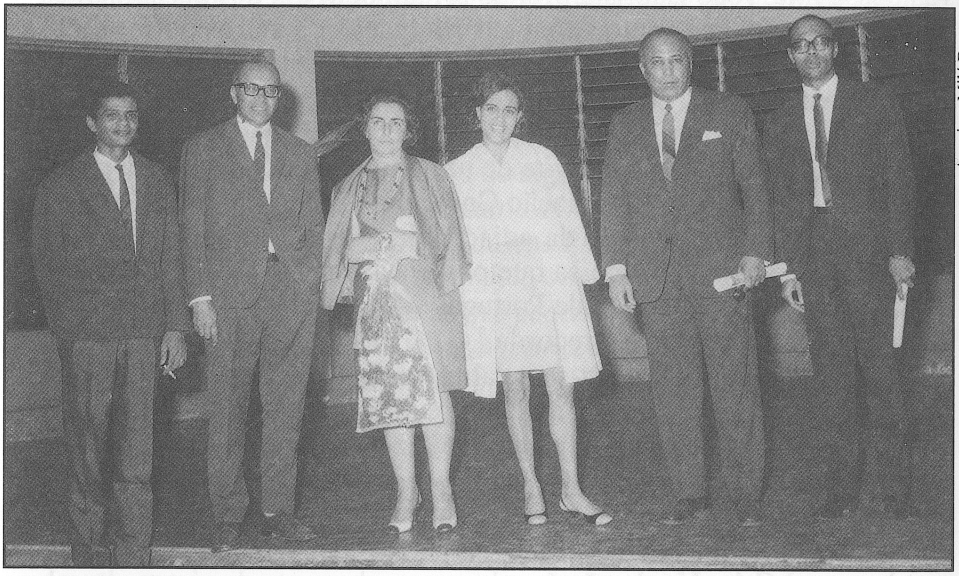
Um dos homens que se apresentaram perante Adriano Moreira em S. Vicente foi Humberto Duarte Fonseca, porta-voz das forças vivas dessa ilha. João Baptista Morais foi também um dos participantes dessa iniciativa, que contou com a participação de vários outros cidadãos, entre eles Henrique Teixeira de Sousa, Carlos Pinto Wahnon, Jorge Ferro Ribeiro, Marcelino Neves, Jonas Wahnon, Joaquim Nonato Ramos etc. Morais lembra-se de, antes da chegada de Moreira a S.Vicente, ter recebido o convite de um grupo de cidadãos para participar numa reunião na Associação Comercial, Industrial e Agrícola de Barlavento sobre a questão da adjacência, e que Duarte Fonseca os convenceu de que a pior coisa que poderia acontecer a Cabo Verde era tornar-se território adjacente de Portugal. *«Havia entre nós elementos que eram a favor da adjacência»,* recorda.[9]

Arnaldo França lembra-se igualmente de Teixeira de Sousa lhe ter um dia contado que, durante a citada reunião preparatória, Humberto Duarte Fonseca se ter virado para ele e dizer em voz baixa: *«Temos de lutar contra a adjacência porque, senão, lá se nos vai a independência!»*[10] Para França, a atitude das forças vivas é um reflexo, na verdade, da ideia defendida por certos elementos da intelectualidade cabo-verdiana, segundo a qual Cabo Verde não é, pelo menos do ponto de vista cultural,

nem África nem Europa. Aliás, um dos raciocínios da exposição apresentada por Duarte Fonseca glosa essa tese quando, por um lado, justifica a rejeição da adjacência por sermos *«africanóides»;* e, por outro, rejeita para Cabo Verde uma *«identidade de estrutura com a Guiné, Angola ou Moçambique»,* por sermos *«europóides».*[11]

Ainda dentro deste esquema mental, teorizado por Baltasar Lopes da Silva no prefácio à primeira edição de **A aventura crioula** de Manuel Ferreira,[12] Arnaldo França evoca o seguinte episódio: *«Quando concluí o liceu em 1946, em S.Vicente, e ia entrar na vida, fui despedir-me do dr. Baltasar Lopes: conversámos algum tempo no pátio interior do Liceu, e ao despedir-me, ele disse-me o seguinte:* "Tenha sempre presente que o que nós temos é de lutar por uma autonomia administrativa". *Ou seja, ao rejeitarem a adjacência, defendendo um estatuto administrativo próprio, as "forças vivas" estavam a afastar-se, na verdade, da Guiné, Angola ou Moçambique e, ao mesmo tempo, de Portugal».*

Manuel Rodrigues, que acompanhou de perto a movimentação das forças vivas, garante que Baltasar Lopes da Silva era o *«conselheiro na sombra»* dessa gente. *«A Pide andava há muito atrás dele»,* argumenta Rodrigues, *«de modo que foi preferível ele não aparecer. Naquele tempo ele entrava no seu carro, ia para a Lajinha e nós chegávamos pouco depois, e ficávamos a conversar horas e horas. Ele, o nho Djunga, eu etc. Aquilo deixava a Pide nervosa e o dr. Baltasar era o primeiro alvo. Houve até uma altura em que o quiseram prender e o Rendall disse que, se o fizessem, iria na certa haver um levantamento em S. Vicente. O Rendall livrou muita gente de ser presa pela Pide.»*[13]


Arquivo: Milú Duarte

Humberto Fonseca e alguns familiares, em Luanda, entre eles o irmão Sérgio e o primo Manuel Duarte

Segundo José Pedro Duarte Fonseca, filho de Humberto, a iniciativa das forças vivas custou caro ao pai, que passou a estar vigiado pela Pide, a ponto de quando, com o 25 de Abril, se abriram os ficheiros dessa polícia política, o seu *dossier* ser um dos mais volumosos. *«Por causa da Pide»*, acrescenta José Pedro, *«nós éramos constantemente obrigados a mudar de residência. A Pide esteve várias vezes para apanhá-lo, mas nunca o conseguiu, porque, no fundo, ele era mais esperto do que ela.»*[14]

De Cabo Verde, Duarte Fonseca passou a viver em Angola. O filho lembra-se dos encontros e dos convívios do pai em Luanda, com Manuel Duarte, Francisco Correia e Maria do Carmo Medina. *«Lembro-me, por exemplo, de que eles se encontravam na Quinta do João Piedade, no Km 11, em Luanda, e que um dia esteve presente a mãe de Agostinho Neto e o Lopo do Nascimento. Em Moçâmedes o meu pai chegou a encontrar-se com o Lúcio Lara, que estava na guerrilha, nessa altura. Em Angola ele escutava regularmente o "Angola Combatente", programa radiofónico do MPLA. Em 1972 fomos a Haia, eu tinha 11 anos, e lembro-me de ele ter mantido encontros com núcleos do PAIGC. Inclusive num desses encontros estiveram o Adão Rocha, a minha prima Manuela Fonseca...»*

Duarte Fonseca, segundo o filho, era, entre os seus irmãos, o *«mais virado à esquerda»*: contrapunha-se ao irmão José, presidente da União Nacional em Cabo Verde. Para sobreviver no sistema político daquela altura, Humberto, no dizer do seu primogénito, utilizava a *«estratégia da lagarta»:* isto é, *«comia a maçã por dentro»: «Sabia fazer as coisas para não ser apanhado»*. Ademais, como cientista de renome internacional, membro do júri de dois salões mundiais de meteorologia, em regulares viagens pelo mundo, ele sabia que estava, de certo modo, protegido. *«Um dia, aí por volta de 1972, ao regressar a Luanda, o avião em que viajava teve de pousar em Joanesburgo. Sabendo quem ele era, as autoridades quiseram dar-lhe um tratamento especial. Ele rejeitou ir para a fila dos brancos e rejeitou depois ir para um hotel só de brancos. Aquilo foi um sururu danado.»*

Formado em Matemática, Geofísica e Engenharia Geográfica, Humberto Duarte Fonseca viveu largos anos em Angola, até se fixar em Portugal, em 1976. Mesmo depois da descolonização, chega a representar, em 1975 e 1979, simultaneamente, Angola e Portugal no Congresso Mundial de Meteorologia. E Cabo Verde? *«O meu pai teve sempre Cabo Verde em mente»*, responde José Pedro. *«Ele esperava reformar-se e vir viver aqui e trabalhar no antigo Init [Instituto Nacional de Investigação Técnica]. Por causa do seu amor a Cabo Verde, ele negou-se a vender as patentes dos seus inventos de modo a permitir a sua utilização por Cabo Verde»*.

Natural de S. Vicente, Humberto Duarte Fonseca morreu em Lisboa em 1983, aos 67 anos. Aos 23 vendeu as terras que havia herdado dos pais no Monte Verde para comprar um aparelho de rádio e com isso acompanhar, pela BBC, o desenrolar da Segunda Guerra Mundial. Ain-

da em Cabo Verde, visita algumas vezes Agostinho Neto na Ponta de Sol, em Santo Antão. Politicamente, segundo a mulher Maria Adélia Fonseca, o marido era *«um convicto socialista, tendo feito questão de viver de acordo com os seus ideais, recusando os bens materiais supérfluos».*[15] Deixa publicada uma quantidade enorme de estudos científicos, boa parte dos quais relacionados com Cabo Verde e os seus problemas naturais e climatéricos.

Notas

1 Citado por Júlio Monteiro Jr., **Cabo Verde, ilhas adjacentes**, Minerva, Praia, 1942.
2 Id., ibid., pp. 13 e 14.
3 Id., ibid., p.16.
4 Silva Cunha, **O ultramar, a nação e o "25 de Abril"**, Atlântida Editora, Coimbra, 1977.
5 **Boletim de Cabo Verde**, n.º 156, Praia, 05-09-62.
6 **Mensagem das forças vivas do Mindelo**, Edições da Associação Comercial, Industrial e Agrícola de Barlavento, Mindelo, Setembro de 1962.
7 "Partido português", **Boletim Cabo Verde**, n.º 156, 05-09-62.
8 Carta do governador Silvino Silvério Marques ao ministro do Ultramar, Praia, 23-01-62.
9 Entrevista telefónica: João Baptista Morais, Mindelo, 21-05-95.
10 Entrevista: Arnaldo França, Praia, 18-05-95.
11 **Mensagem das forças vivas.**
12 O prefácio em questão é datado de Janeiro de 1965.
13 Entrevista: Manuel Rodrigues, Praia, 08-06-95.
14 Entrevista: José Pedro Duarte Fonseca, Praia, 15-05-95.
15 In **Simpósio dedicado à vida e à obra do engenheiro Humberto Duarte Fonseca**, Associação para a Defesa do Ambiente e Desenvolvimento, S. Vicente, Março de 1993.

14
A LUTA NA GUINÉ

Após o massacre de Pidjiguiti, em Agosto de 1959, passado que foi o período de choque e desorientação, o PAIGC decide concentrar a sua acção no campo. Ao mesmo tempo, começa a transferir alguns dos seus dirigentes para a clandestinidade e, depois, para a Guiné-Conakry e o Senegal. Enquanto chefe da estação dos CTT em Bissau, Aristides Pereira estava a par da movimentação das autoridades, pelo que pôde evitar a prisão de vários dos seus companheiros, entre eles Carlos Correia, que a Pide pretendeu eleger como o principal instigador da greve dos estivadores de Pidjiguiti.

«Entretanto, em Setembro de 1959», recorda Pereira, *«o Amílcar passa pela última vez em Bissau, toma conhecimento do massacre e deixa-nos algumas orientações, nomeadamente a ordem de concentrarmos as nossas actividades no campo. Com o recenseamento que ele fizera, deixou-nos várias referências de gente que deveríamos procurar. É nessa altura que o Rafael Barbosa tem um papel extraordinário, pois foi ele o nosso principal contacto com o campo. Deixou o seu emprego e entregou-se à luta.»*

A "batalha" de Conakry

Ele próprio, Aristides Pereira, deixa Bissau em Maio do ano seguinte. Antes, porém, revela a Luís Cabral o teor de uma conversa telefónica na qual o gerente da CUF em Bissau pede a Lisboa um novo guarda-livros, porque a pessoa que exercia essa função na filial guineense iria ser presa. Como muitos dos seus companheiros — Carlos Correia e Luís Cabral, por exemplo — já tinham saído pela fronteira, Pereira prefere não despertar a atenção das autoridades: viaja, primeiro, para Portugal, em gozo de licença graciosa, e desloca-se no mês seguinte para França; em Novembro consegue o visto para o Senegal e parte de Marselha na quarta classe de um navio (porão), para Conakry. *«Quando cheguei, só estava o Amílcar, a mulher e a filha. Nós dois — ele e eu — é que tínhamos de fazer tudo... Ele tentava mobilizar os jovens para a luta. Na prática, vivíamos das economias que ele tinha feito antes de largar tudo.»*

Externamente, a diplomacia passa a exercer um papel primordial na vida do PAIGC: através dela, Amílcar Cabral e os seus companheiros procuram obter os meios para assegurar a guerra no terreno.

A primeira batalha, segundo Aristides Pereira, foi travada pela "conquista" de Conakry, onde vários outros nacionalistas procuram as graças das autoridades guineenses. *«Os movimentos de libertação tornaram-se modo de vida de muita gente»,* comenta. *«Só em Dakar havia 11 movimentos de libertação da Guiné e Cabo Verde. Até descobrir quem era sério e quem não era, levava tempo. Entre 1960 e 1963 tivemos de travar o que chamámos a batalha de Conakry, para impôr o PAIGC como uma organização credível, disposta a lutar efectivamente pela independência da Guiné e Cabo Verde.»*

O início da guerra na Guiné

Finalmente na posse das armas recebidas de Marrocos, e rejeitadas que foram por Lisboa as propostas de qualquer entendimento negocial, o PAIGC enceta a sua primeira verdadeira acção militar. Ataca, a 23 de Janeiro de 1963, a guarnição de Tite, no Sul da Guiné, proclamada que fora, em Agosto de 1961, a passagem da luta política à acção armada, tendo-se, neste período, verificado uma ou outra sabotagem sem qualquer significado, a que os próprios combatentes deram o nome de guerra dos pardais. *«Estávamos seguros de que uma nova fase da luta ia começar»,* escreve Luís Cabral, na sua **Crónica da libertação**, acerca da nova tentativa de luta armada[1].

Com efeito, tendo a Guiné-Conakry como base de apoio e, de certo modo, nem sempre clara ajuda humanitária do Senegal, em pouco tempo o PAIGC consegue um avanço espectacular no terreno, o que leva as autoridades portuguesas a darem-se conta de estarem perante um inimigo mais arguto do que aquele que vinham enfrentando em África. *«As forças colonialistas encontravam-se incapazes de reagir; foram surpreendidas pelo aparecimento de armas automáticas potentes em várias zonas do país e tiveram muitas baixas»,* acrescenta Luís Cabral.[2]

Não menos espantado, o chefe militar da Guiné, o brigadeiro Louro de Sousa, *«desloca-se a Portugal para dizer que a batalha está virtualmente perdida»*[3], porquanto *«não havia exemplo de alguma vez se ter ganho uma guerra subversiva»*[4], o que soa como uma heresia aos ouvidos da cúpula portuguesa. O próprio ministro da Defesa Nacional, general Manuel Gomes de Araújo, acabará, todavia, por admitir publicamente, em Julho, *«que numerosos grupos bem armados, treinados em guerra subversiva no Norte de África e nos países comunistas, penetraram no território da Guiné numa área equivalente a 15 por cento da superfície total».*[5]

O sucesso dos guerrilheiros era tal que, em pouco tempo, podiam circular por vastas zonas da Guiné, sobretudo no Sul, sem se cruzarem com o exército português. O PAIGC abre uma nova frente no Norte, avançando, assim, do sector meridional para aquela região. Reagindo, por seu turno, a esse quadro, Lisboa decide, em finais de 1963, lançar uma vasta

acção para retomar a estratégica ilha do Como. Os combates, que duram 75 dias, terminam em Fevereiro do ano seguinte, saldando-se em mais uma pesada derrota infringida aos portugueses durante a guerra colonial e numa das mais significativas vitórias militares do PAIGC. Mais do que isso, pela primeira vez em África, um movimento de libertação consegue enfrentar, com grande capacidade e destreza, uma potência colonial, numa guerra moderna e semi-convencional.

A violência dos confrontos na Guiné irá, entretanto, fazer com que Portugal se dê conta de que tem pela frente um adversário, no mínimo, respeitável. Aos olhos dos soldados portugueses, aquela colónia torna-se um lugar temível e indesejável. A dimensão do território, a fisionomia do terreno, a dureza do clima, a proximidade de duas retaguardas (Guiné-Conakry e o Senegal) eram, em suma, factores que os guerrilheiros aprenderam a explorar eficientemente, deixando o inimigo muitas vezes impotente face à ousadia dos mesmos. Em 1968, a guerra atinge o seu auge, com a guerrilha a avançar cada vez mais para os principais centros urbanos: nem Bissau, isto é, o aeroporto de Bissalanca, está livre de um ataque de morteiros. Um ano depois, o PAIGC conquista, em 5 de Fevereiro, o campo fortificado de Madina do Boé, da mesma forma que Bafatá, Gabu, Farim, Mansoa, Cansumbé e Bolama tinham já experimentado o poder de fogo da guerrilha. Por essa altura, o PAIGC declara manter sob o seu controlo dois terços do território e não descarta a eventualidade de proclamar, unilateralmente, a independência da Guiné.

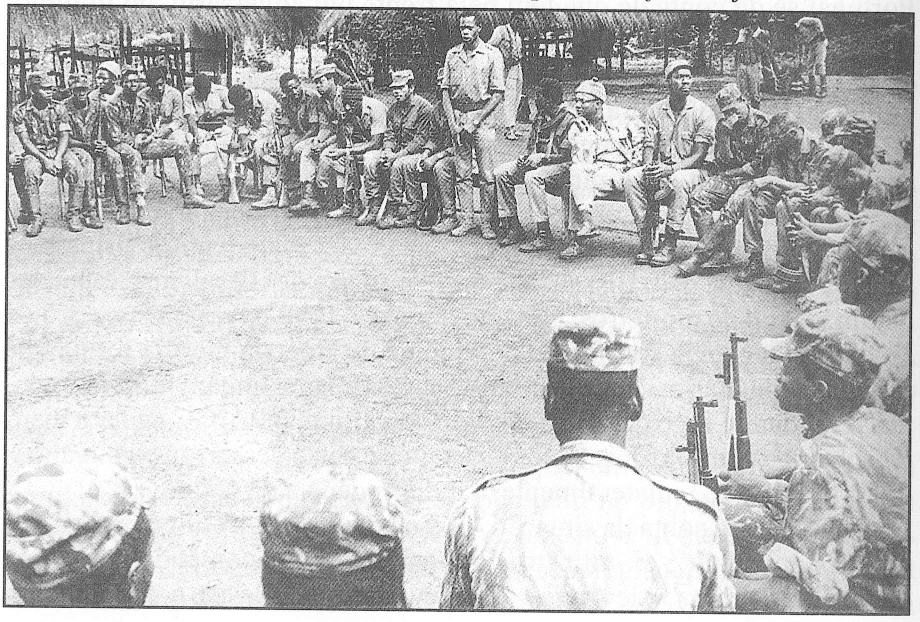
Dando-se conta da situação, Lisboa envia para a Guiné o brigadeiro Arnaldo Schultz, ex-ministro do Interior e antigo comandante de uma das regiões militares de Angola. Para evitar dispersões de competências,

doravante, as funções de governador passam a ser acumuladas com as de comandante-chefe das Forças Armadas. Schultz, que promete acabar com a guerra em seis meses, chega em Maio de 1964 e é também substituído, quatro anos mais tarde, pelo brigadeiro e, depois, general António de Spínola, homem com fama de duro e corajoso, que haveria de deixar por muitos anos a marca pessoal da sua presença na Guiné.Segundo diplomatas americanos no Senegal, citados por José Freire Antunes, mais seis meses com Schultz, *«e Bissau provavelmente já não seria hoje portuguesa»*.[6]

Contra o militarismo no PAIGC

Entretanto, à medida que a guerrilha progredia no terreno, o PAIGC foi-se dando de conta que não estava imune a certos efeitos que a guerra ou, sobretudo, o poder, por mais simples que seja, exerce sobre os homens. A direcção do partido organiza em Cassacá, entre 13 e 17 de Fevereiro de 1964, o seu o I Congresso. Fazem-se ouvir graves denúncias de certas condutas de dirigentes ou comandantes militares, que se comportam como "senhores da guerra". Castigando severamente os responsáveis por tais práticas, Amílcar Cabral sublinha nesse congresso a natureza dos combatentes do PAIGC: *«Somos militantes armados e não militaristas»*.

Para Aristides Pereira, a juventude e a pouca ou nula formação dos visados são as causas principais para tais comportamentos. *«Tudo dependia da maneira de ser de cada um. De repente, um fulano, jovem, com seis*



ou sete homens sob o seu comando, também todos jovens, via-se com armas nas mãos e começava a pensar que tinha poder. Imediatamente, todas as moças bonitas eram dele e toda a população tinha de fazer o que ele quisesse. Por causa disso, houve histórias terríveis. Porém, com o avanço da luta, passou a haver um exército organizado, com milícias nas tabancas. Por conseguinte, os tais fenómenos deixaram de existir, porque, no fundo, deixou de haver as condições que propiciavam tais atitudes.»

A luta do PAIGC tinha os seus aspectos positivos e deles fala Abílio Duarte, com entusiasmo. Depois de um longo período em Argel e Havana, ele regressa a Conakry. Trabalha, primeiro, no secretariado do partido e, depois, no Sul da Guiné-Bissau, com José Araújo e Carlos Correia, na administração das zonas libertadas. O primeiro, como comissário político; o segundo, como responsável da Segurança; e ele, Abílio, como responsável pela reconstrução nacional. A tarefa deste é o abastecimento das populações, a organização de escolas e serviços sanitários, especialmente os hospitais de campanha. Neste quadro, tinha ainda como missão mobilizar médicos no exterior — com ele trabalharam médicos jugoslavos, cubanos e franceses, pois, segundo explica, sabendo que há médicos ou enfermeiros para se ocuparem dele em caso de ferimento, o guerrilheiro sentia-se mais confiante.

Diz ainda Duarte: *«O avanço qualitativo da luta não teria sido tão grande se não tivéssemos travado uma batalha contra o analfabetismo. Isso provocou um grande entusiasmo entre os guerrilheiros. Havia uma sede enorme de saber. Grande parte dos alunos que estavam nas escolas foram crescendo, foram-se preparando para entrar nas nossas Forças Armadas, e à medida*

que a luta avançava, a guerra foi-se tornando mais sofisticada. Havia entre nós uma preocupação permanente de reciclagem. Na prática fomos reduzindo o desnivelamento que havia inicialmente entre nós e os portugueses. Nós, que começámos com catanas e arminhas da guerra da pacificação, tínhamos do outro lado os portugueses com armas modernas, da Nato. Mas, a partir de um determinado momento, eles só tinham uma vantagem terrível sobre nós, que eram os jactos e os helicópteros da Força Aérea. Mas com a chegada dos mísseis, deixaram de ter essa vantagem, porque passaram a ser abatidos».[7]

«A luta na Guiné», prossegue Abílio Duarte, *«significou passadas de séculos. Só quem nunca tinha estado na Guiné não se deu conta disso. Cabral dizia, e de facto foi, que a nossa luta era um acto de cultura. Um povo que ainda não tinha chegado nem à tracção animal, de um momento para o outro parte para o século das luzes, manejando metralhadoras,* bazookas, *canhões, morteiros 120 mm, mísseis terra-ar... Havia fulanos que, não tendo sequer ido a Bissau, de repente, estavam em Berlim, em Moscovo... A luta armada vestiu e calçou uma boa parte da população guineense. Tínhamos guerrilheiros que, para se ludibriarem uns aos outros, falavam em alemão, checo, russo... Da própria convivência diária com os cabo-verdianos foi-se verificando neles uma mudança nos hábitos, o abandono de certas crenças. A vida passou a ser vista de outro ângulo. Eu assisti, sentado num tronco, a uma conversa entre um fula (crente) e um balanda (animista e pragmático), uma discussão sobre a origem do mundo. O fula dizia*: "Deus tem". *E o balanta respondeu*: "Qual Deus tem. Se Deus tivesse ia lá armar os tugas, dar-lhes aviões, helicópteros para vir arrebentar connosco, pobres desgraçados, que não lhes fizemos nada, estamos na nossa terra... Não, Deus não tem." *Enfim, a instrução que o PAIGC propiciou não teve só o mérito de preparar gente para depois da independência, mas antes também, nas zonas libertadas. Quando nós pedíamos material para as nossas escolas e hospitais, os nossos amigos chegavam a olhar para nós com um sorriso desdenhoso.»*

Notas

[1] Luís Cabral, op. cit., p. 145.
[2] Id., ibid., 149
[3] Joaquim Vieira, **Os anos da guerra**, II volume, organizado por João de Mello, Círculo de Leitores, Lisboa. 1988.
[4] João Paulo Guerra, op. cit. p. 218.
[5] Id., ibid., p. 208.
[6] José Freire Antunes, **Nixon e Caetano, promessas de abandono**, p. 72, Difusão Cultural, Lisboa, 1992.
[7] Entrevista: Abílio Duarte, Carnaxide, 16-03-95.

15

CABO VERDE, DEPOIS DE ABÍLIO

Após a saída de Abílio Duarte, em Setembro de 1960, coloca-se de imediato a continuação das actividades do PAIGC em Cabo Verde. Nos dois anos em que vivera em S. Vicente, tivera tempo para lançar sementes que poderiam germinar, florescer e frutificar, inclusive por outras ilhas do arquipélago. *«O Abílio era uma pessoa muito querida»*, recorda Adriano Brito, um dos operários por ele mobilizados nessa época. *«Muitos de nós, trabalhadores, éramos amigos daquela malta do Liceu. Com a fuga do Abílio, houve uma quebra. Muitos foram para a tropa, só o Amaro ficou...»* [1]

Como atrás se viu, também este teve de se ir embora para Portugal. *«Felizmente tinha chegado por essa altura o Lela Rodrigues»*, retoma Adriano Brito o fio da história. *«Depois da fuga do Abílio, liguei-me ao Lela na Central Eléctrica e fizemos um grupo, de que faziam também parte o Crisanto Lopes, o Djô Papinha, o Augusto Costa, o António Coutinho, o João Baptista Brito, o João Brites, o Silvino Lima, o Mulato, o Marçal Silva, o Zé Zacarias Soares, o Hilas Miranda, o Nicolau Melo, o Sérgio Fruzoni... A coisa começou a espalhar-se. Às vezes trabalhávamos em células e nem sempre nos conhecíamos. Era um trabalho perigoso, apesar de já haver nessa altura, em S. Vicente, uma revolta anticolonial. A minha tarefa era contactar o operariado.»*

Ou ia para o Tarrafal, ou viajava num caixão...

Manuel Rodrigues é hoje um cidadão quase anónimo para as novas gerações. Com o 25 de Abril, acabou por sair de cena, uma opção a que não estiveram alheios certos fenómenos que passam a existir no seio do PAIGC. É um homem bem humorado que entremeia as suas afirmações com constantes anedotas ou tiradas irónicas. Natural de S. Nicolau, nascido a 16 de Janeiro de 1930, empresário ligado ao sector da construção civil, embora por via indirecta, o seu envolvimento com a política, explica ele, data dos tempos dos célebres Falcões ou Sokol. *«O pessoal dos Falcões aprendeu a lição para poder singrar na vida»*, diz Rodrigues, que, entre os dirigentes mais velhos, lembra-se, sobretudo, do enfermeiro Eliseu Lima: *«Ele sempre nos dizia*: "Eu vos rogo uma praga se antes da minha morte vocês não me meterem nas mãos uma metralhadora." *Tinha uns 70 anos e sonhava com a luta armada. Morreu sem a arma nas mãos,*

coitado. Além de enfermeiro, era agricultor, e a sua luta era a favor do tabaco de Cabo Verde, que cultivava numas terras que tinha em Santo Antão. Um dia o governador foi visitá-lo, ele aproveitou, enrolou-lhe rapidamente um cigarrinho e, quando ia entregá-lo, lembrou-se de perguntar se o governador fumava; este respondeu-lhe que não; imediatamente, ele levou o cigarro à boca e disse: "Então o sr. não tem competência para falar de tabaco". *A conversa terminou aí. Era gente como o Eliseu que nos animava a lutar.»*[2]

«Outro fenómeno», prossegue Rodrigues, *«foi a presença da tropa expedicionária que Portugal manteve aqui em 1942. Eu tinha 12 anos. Lembro-me que os soldados eram tantos, que eram capazes de ser mais de metade da população do Mindelo. Eles tinham os meios, de modo que um sargento podia ter quatro casas postas, idem o furriel; os oficiais eram mais comedidos, mas tinham para si as mulheres da fina flor da sociedade... Vendo tudo isso, a malta mais velha do Liceu começou a reagir, fizeram-se listas negras das miúdas que namoravam os expedicionários, enquanto, ao mesmo tempo, a população orgulhava-se quando eles eram batidos pela nossa gente no desporto. Como se pode ver, a coisa não era muito intelectual. Pessoalmente, apanhei nessa altura o meu azar ao* mondrongo. *No entanto, nunca me fizeram nada, mas estava solidário com a malta mais velha.»*

Implantada a semente da revolta em Manuel Rodrigues, com o tempo, ele foi-se dando conta de outros fenómenos e questionamentos: o porquê da diferença de tratamento dispensado pela administração a um "metropolitano" e a um cabo-verdiano; localizado o colonialismo, as suas causas; as hipóteses de independência etc. Entretanto, feito o sétimo ano liceal em 1948, trabalha dois anos no Sal como meteorologista, regressa ao Mindelo, onde aguarda bolsa de estudos para Portugal. No Porto, convive com colegas portugueses e de outras colónias, numa altura em que a política era, nos meios universitários, o prato do dia, tendo ele próprio, por causa da sua tez, sido incialmente referenciado pela Pide, em virtude das suas ligações com sectores antifascistas portugueses. Diz Rodrigues: *«Fui para o Porto porque não queria jogar futebol em Coimbra. Dois anos depois, estava eu a jogar pelo Boavista. E sempre que ouvisse* "pretinho de um raio, vai para a tua terra", *eu ficava contente, porque estava a cumprir o meu papel.»*

Rodrigues forma-se, em 1962, em Engenharia Electrotécnica e, depois de percorrer os corredores do Ministério do Ultramar, regressa a Cabo Verde, onde o aguardava uma vaga na Escola Técnica, Industrial e Comercial do Mindelo, apesar de ter tido uma proposta de longe mais aliciante, do ponto de vista financeiro, para Moçambique. Na verdade, o seu regresso já estava enquadrado na estratégia do PAIGC, com que passara a ter ligações mais estreitas através de Amaro da Luz, Jorge Querido, Amiro Faria e outros. *«A palavra de ordem do Amílcar era: todos*

para dentro», justifica. E o que queria dizer com isso?

«Com isso queria dizer muita coisa clara e muita coisa escura», responde Manuel Rodrigues. *«Por um lado, significava que era preciso aprofundar a luta política em Cabo Verde; por outro, que ele tinha muitas dificuldades em enquadrar a malta formada na luta. Era gente com formação, com pensamento próprio, com sentido de luta para Cabo Verde. Não nos podemos esquecer que no PAIGC, o cabo-verdiano ocupava um papel que era um bocado incomodativo.»*

Chegado em Fevereiro de 1962 a Cabo Verde, mais concretamente a S. Vicente, logo Manuel Rodrigues reúne à sua volta os antigos elementos que haviam sido mobilizados por Abílio Duarte, para além de outros mais novos que foram ingressando também no grupo: Luís Fonseca, Dina Salústio, o futuro marido desta (Joaquim Salústio), Aguinaldo Wahnon, Maria das Dores Silveira, Arlinda Santos, João Joaquim Dantas Tavares etc. Sobretudo durante as suas aulas ia, pouco a pouco, inculcando algumas ideias na cabeça dos seus alunos. Depois, como responsável da Central Eléctrica, a mesma coisa com os operários... *«Houve uma altura em que estávamos bem organizados, a ponto de controlarmos praticamente S. Vicente»,* diz Rodrigues, com orgulho. *«Por isso nunca cheguei a perceber que razões levaram o PAIGC, depois da independência, a minimizar o papel da clandestinidade. Tudo foi feito para que o nosso trabalho não fosse visível.»*

A movimentação de Manuel Rodrigues, que já em Portugal tinha sido referenciado pela Pide, não passa despercebida, uma vez mais, à polícia política portuguesa. *«Sou praticamente convidado a sair de Cabo Verde porque, senão, seria preso»,* afirma. Deixa o arquipélago em Julho de 1965, rumo a Portugal, para regressar cinco anos mais tarde. Desta vez, segundo ele, *«ou ia para o Tarrafal, ou viajava num caixão».*

Onésimo Silveira

Em 1963, com *«a coisa a espalhar-se»,* segundo Adriano Brito, chega também a S. Vicente, com a residência fixa imposta pela Pide, Onésimo Silveira, que já tinha estado em S. Tomé e Príncipe, Angola e Portugal, tendo publicado na CEI o célebre ensaio **Consciencialização na literatura caboverdiana**. Logo surge um plano para o evacuar de Cabo Verde, por via marítima, para a Gâmbia. *«Ele esteve escondido na minha casa durante uma semana»,* revela Brito. *«O Lela Rodrigues, Fruzoni, António Neves e eu fizemos uma primeira tentativa, mas não foi possível...»* A segunda, realizada um ano depois, foi bem sucedida, tendo viajado, clandestinamente, para a Alemanha. Daqui Silveria segue para Paris, Argel e Conakry, de onde é enviado de novo à Argélia. Uma das pessoas que

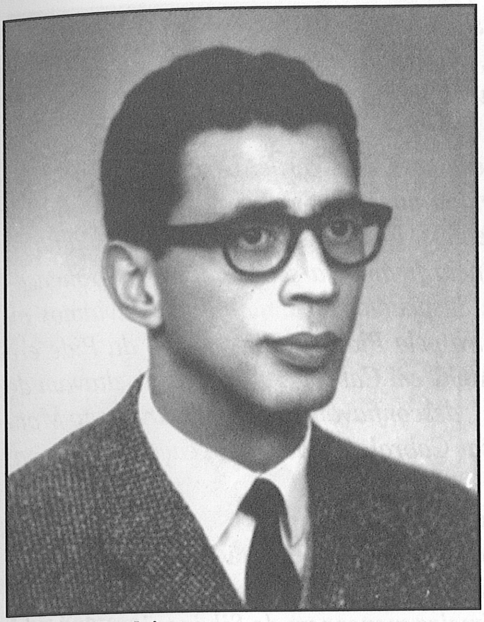
o ajudaram a tentar fugir para Gâmbia foi o poeta Jorge Barbosa, precisamente o claridoso mais castigado em **Consciencialização**.

A prisão de Luís Fonseca

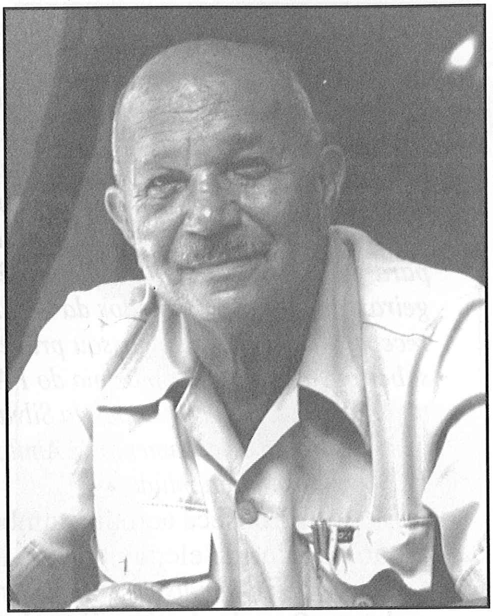
Em Cabo Verde, isto é, em S. Vicente, a tarefa dos núcleos clandestinos prosseguiam, entretanto, sem grandes agitações. Território formado por várias ilhas, quase isoladas entre si, por maior que fosse a revolta anticolonial, a independência era ideia assumida por poucos. Diz Adriano Brito: *«Já havia muitos informadores entre nós, mesmo assim continuámos a fazer o nosso trabalho, que teve momentos altos e bons. Recebíamos instruções do Amaro, de Portugal, nas férias vinha o Manuel Faustino, nos fins de 1966/67 chegou o Carlos Reis, que também de Portugal nos mandava muito material. Com a prisão do Lineu Miranda e do Jaime Schofield, em 1967, as coisas complicaram. Assim que tomo conhecimento da notícia, fui avisar o Luís Fonseca, que, por cautela, se esconde, durante três meses, em casa de uma tia dele no Alto de S. Nicolau. Preparámos a sua fuga e quando ele já estava dentro do barco que o deveria levar para Dakar (o* Nossa Senhora de Fátima*), a Pide vai lá buscá-lo, tinha sido delatado por alguém ligado ao armador.»*[3]

Então com 23 anos, o interesse de Luís Fonseca por política foi precoce. Adolescente, estudante dos primeiros anos do liceu, lia às escondidas o material que Marino Pereira, seu padrasto e irmão de Aristides Pereira, recebia através de Abílio Duarte. *«Já nessa altura eu sentia que nós não éramos portugueses, a África tinha a sua personalidade própria e por isso devia ser independente. Quando o meu pai se dá conta do meu envolvimento com a política, imediatamente me manda para a Praia fazer o quinto ano. Aqui conheci o Aires Leitão da Graça, que me mostrava o material de propaganda da UPICV. Conheci também o Vavá Duarte, o Toca, o Levy, e formámos o nosso grupinho: pichávamos as paredes, colocávamos cartazes... Isto foi logo a seguir à fuga do José Leitão da Graça. E, pouco depois, vieram também as prisões. Alguém deu com a língua nos dentes e fomos chamados à Pide.»*

Nas mãos desta tiveram o tratamento que era de se esperar: bofetões, pontapés, seguidos de interrogatório. *«Comportámo-nos mais ou menos bem; e, como éramos muito novos, soltaram-nos. Entretanto, eu tinha regressado a S. Vicente, onde estudava o sexto ano. Fui chamado a servir de testemunha no julgamento feito na Praia aos detidos. Depois disso, o Lela Rodrigues, que deve ter dado por mim, abordou-me em S.Vicente: deu-me a mim e a outros elementos o programa do PAIGC. Neste meio tempo, houve uma espécie de rebelião estudantil contra um reitor do Liceu, a quem demos o nome de Semente de Manga. A Pide foi averiguar, fomos castigados e a maior parte perdeu o ano lectivo».*



Manuel Rodrigues



Lineu Miranda

De acordo com Luís Fonseca, havia nessa altura, em S. Vicente, uma atitude claramente hostil aos agentes da Pide, que reagiam com a mesma moeda em relação aos cabo-verdianos. *«As nossas actividades eram um bocado desorganizadas. Apesar de estarmos ligados ao Lela Rodrigues, não tínhamos uma ligação formal com o PAIGC. Com a chegada do Onésimo Silveira em 1963, eu cursava o sétimo ano, e já nessa altura eu falava sem medo, tinha uma conversa anticolonial. Um dia, num piquenique, vi-o a mandar algumas bocas, chamei-lhe a atenção, e tornámo-nos amigos. Ele deu-nos um bocado de literatura marxista, coisas sobre a África etc., que acabaram por nos influenciar bastante. Depois da sua fuga em 1964 é que recebemos uma mensagem do partido, assinada por Silvino da Luz.»*

A Pide atrás de caça grossa

As actividades clandestinas do PAIGC em Cabo Verde prosseguiram, entretanto, junto dos estudantes e de alguns sectores do operariado, nomeadamente dos estivadores, que, por altura do 25 de Abril, haveriam de desempenhar um papel importante, segundo Adriano Brito, na mobilização em prol da independência. *«Decidimos constituir, formalmente, uma célula do partido em 1965, formada por mim, Carlos Reis, José Duarte»*, afirma Luís Fonseca.

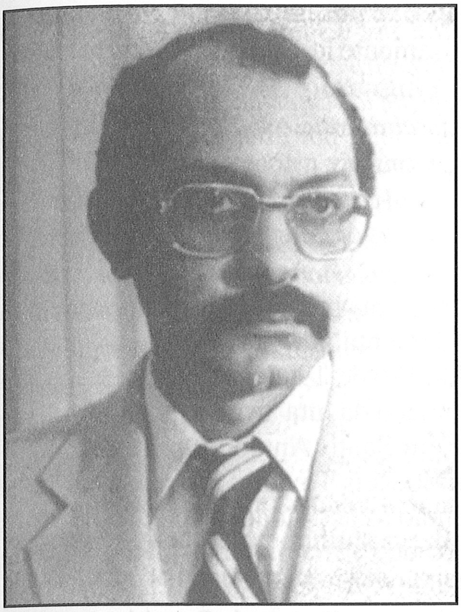
«Na verdade», acrescenta, *«fomos evoluindo, quer em termos organizativos, quer em termos do nível dos nossos próprios militantes. Entraram o João Joaquim Tavares, meu colega no liceu, que depois emigrou, o Osvaldo*

Custódio, o Dante Mariano, o Augusto Costa, o Beitz etc. E procurámos dar menos nas vistas... A partir de 1966, o partido falava muito em iniciar a luta armada em Cabo Verde, dentro daquela teoria do foquismo do Che Guevara. De Conakry recebemos pedidos para que se mandasse o máximo de informação sobre o movimento da tropa portuguesa em Cabo Verde. Uma vez o Celso Estrela, através do Lineu Miranda, mandou-nos os planos dos quartéis no Sal. A Fernanda, minha mulher, fez os desenhos. Reunimos o material e enviámo-lo para Conakry. Depois da independência ficámos a saber que o nosso mensageiro era, afinal, informador da Pide. Suspeitámos que tudo o que enviámos ou recebemos através dele passou primeiro pela Pide. A preocupação da Pide era saber quem era o líder máximo do PAIGC em Cabo Verde. Eles suspeitavam do nho Balta [i.e. Baltasar Lopes da Silva], desconfiavam também do dr. Crato Monteiro, padrinho de casamento de Amílcar Cabral. A Pide queria caça grossa, considerava-nos arraia miúda.»

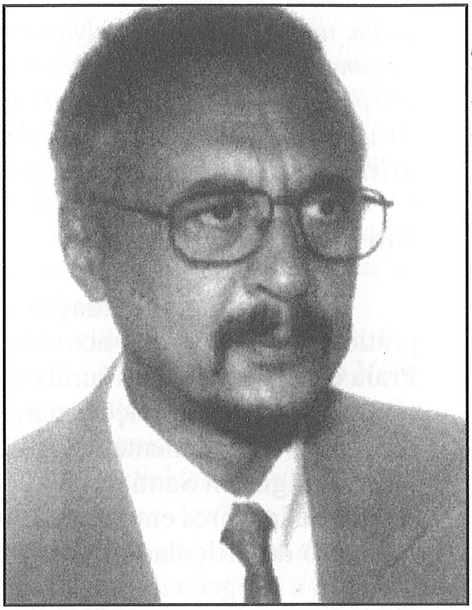
Luís Fonseca acredita também que a sua prisão se ficara a dever à acção do referido elemento, cuja identidade prefere não revelar. *«Era um fulano de quem jamais poderíamos suspeitar. Era amigo meu e amigo do meu padrasto. Quando ele me trouxe a primeira mensagem do Silvino, jamais poderia suspeitar dele, o que acabou por nos custar caro.»*

Depois de ter estado preso duas vezes, Fonseca voltou a ser detido em 1967, na sequência da prisão de Lineu Miranda e Jaime Schofield, em Santo Antão. *«O Lineu tinha estado em França e Conakry com Amílcar Cabral. Soube dele e fui procurá-lo e tornámo-nos amigos. Infelizmente, ele não era talhado para o trabalho clandestino. Era muito desbocado, do tipo bazofo e fanfarrão, sem papas na língua, incapaz de guardar um segredo. Um dia fui visitá-lo a Santo Antão para lhe entregar uma carta que tinha vindo de Conakry. Ele, eu e mais umas pessoas, suas convidadas, almoçámos juntos na casa dele. Depois do almoço, ele pede silêncio, tira a carta dos bolsos e põe-se a lê-la em voz alta:* "Caros camaradas!..." *A sua maneira de trabalhar acabou de dar no que deu. Ele tinha uma carpintaria, fez na sua bancada uma gaveta com fundo duplo onde metia o material de propaganda. Só que se vangloriava tanto daquilo que toda gente sabia da tal gaveta, porque a mostrava a todo o mundo. Um dia a Pide vai lá, lembro-me que foi no dia 7 de Outubro, precisamente na véspera do assassinato de Che Guevara, foi à bancada e mandou-o abrir a gaveta. Ele ainda tentou disfarçar, mas o pide disse-lhe:* "OK, agora abra o fundo-duplo" — *e achou o material. Ao saber disso, o Dul foi ter comigo, com os olhos fora das órbitas, para me dizer que tinham prendido o Lineu e o Jaime.»*

Ainda sobre Lineu Miranda, falecido em 1991, Manuel Rodrigues tem uma teoria para justificar o comportamento tão pouco cuidadoso do seu antigo companheiro: *«Ninguém me convence que o Lineu não veio para cá com uma missão suicida. Sabendo Cabral como ele era, não lhe iria dar a*


Arquivo: Novo Jornal Cabo Verde

Luís Fonseca


Arquivo: A Semana

Jorge Querido

missão que deu. Para mim, o Lineu veio cá para ser preso. O barulho que se iria fazer à volta disso era uma forma de despertar a atenção das pessoas para a luta pela independência.»

Posto isso, de novo Luís Fonseca: *«Foi então que decidi esconder-me na casa da minha tia, que tinha um sótão meio camuflado. Como eu já tinha mensagem do partido que quando fosse necessário eu fugiria, mandei o recado ao Herculano Vieira. Poucas pessoas sabiam do meu esconderijo. Fui ficando na cave, e foi então que aprendi a conviver com baratas, porque estive lá durante três meses. A Pide procurava-me desesperada. Um dia prenderam a Fernanda durante uma semana. Eu tinha um rádio transístor e consegui captar uma mensagem da Pide a dizer*: "Estamos convencidos que o pardal continua cá". *Mandei uma mensagem e pouco depois ouvi de novo a Pide a dizer*: "Já sabemos onde está o pardal." *Um dia a Pide visitou a minha tia, com uma conversa estranha. E tanto sabia que ia ser preso que não embarquei com nada. Meia hora depois chegou a Pide, com alarido. Deram-me uma coronhada e prenderam-me.»*

Julgado e condenado a dois anos e meio de prisão, Luís Fonseca acaba, na verdade, por ficar seis anos detido — primeiro, na Cadeia Civil da Praia e, depois, no Presídio do Tarrafal. Só mais tarde é que fica a saber como a Pide chegou até ele. *«Eles arranjaram um capitão desses navios que faziam viagens para Dakar — um pobre diabo. Deram-lhe uma sova e ameaçaram-no com uma multa de três mil contos... Instruiram-no, o que serviu para despistar o verdadeiro agente deles. Mesmo na cadeia, continuei, a contactar com esse indivíduo, tal era a confiança que tínhamos nele. Mesmo*

assim, apesar de ter feito algumas infiltrações, a Pide não conseguiu parar o movimento. Quando saí da cadeia, em Fevereiro de 1973, encontrei uma situação política ainda mais favorável, muita gente ia visitar-me, apesar de me manter um pouco afastado, por cautela. Lembro-me, por exemplo, de jovens como Aristides Lima, José Carlos Delgado...»

Em Santiago

Em Santiago a situação era mais ou menos idêntica. Havia, na prática, um grupo que actuava fundamentalmente na zona urbana da Praia e outro nas zonas rurais da ilha. Desde 1963 que o PAIGC vinha tentando criar as condições para o começo da luta armada em Cabo Verde, mais concretamente nesta ilha e em Santo Antão. O primeiro mandatado a agir em Santiago foi Fernando Reis Tavares (Toco), mobilizado por Pedro Pires em França. Até então as actividades do PAIGC eram um tanto desarticuladas, funcionando de forma dispersa. Tudo irá mudar com a chegada de Jorge Querido...

Formado em Engenharia de Minas em Portugal, Querido regressa a Cabo Verde em Novembro de 1968, não obstante a resistência da Pide, que já desconfiava das suas ligações com o PAIGC, e por isso o prendera em 1961, 62 e 63. A sua primeira prisão ocorre precisamente logo depois da célebre fuga dos estudantes africanos para França. *«Foi no dia 1 de Julho, e lembro-me porque tinha exames no dia seguinte e passei a noite a estudar»*, começa por dizer.[4] *«Disseram-me que sabiam tudo de mim, que tinha, na véspera da fuga, jantado com Pedro Pires na Feira Popular. (Aliás, também podia ter ido nessa fuga.) A Pide interceptou um postal que o Osvaldo Lopes da Silva me enviou para Coimbra, dando-me o nome de um americano, que também acabou por ser preso. Os americanos é que organizaram a fuga, eles queriam os angolanos, para canalizá-los para a UPA. Nós apenas apanhámos por tabela.»*

Durante os quatro meses em que esteve preso, Querido passou pelo ritual que a Pide geralmente dispensava aos seus detidos: interrogatório, antecedido de tortura de sono e estátua. *«Deixaram-me sem dormir durante uma semana»*, precisa. A sua sorte é que, durante a vistoria ao seu quarto, os dois agentes da Pide não tiveram o cuidado de vasculhar atentamente o guarda-roupa. *«Eu tinha lá papéis do PCP, que um amigo meu — Mário Pádua, angolano, militante do PCP — me havia deixado. Éramos grandes amigos e andávamos sempre juntos. Um dia ele disse-me*: "Fui indigitado para te pedir para entrares para o PCP". *Embora tivesse algumas resistências, aceitei, mais por curiosidade. O Pádua deu-me a metade de um bilhete de eléctrico e disse-me:* "Um dia virá alguém com a outra metade". *Apareceu-me mais tarde o Zé Bernardino, também de Angola. Conversámos e ele deixou-me*

*muito material. Como não havia matéria para julgamento, a Pide teve de me largar. Quiseram saber como estávamos organizados, qual a minha ligação com a fuga. Apanharam papéis meus na casa do Ovídio Martins e dele na minha e quiseram associar uma coisa com a outra. Eu tinha 21 anos, dava para aguentar. Era seguido, de vez em quando, na rua, vinha alguém e dizia: "*Você ainda está aqui, seu filho da puta?!"» Querido volta a ser preso em 1962 e no ano seguinte, para novos interrogatórios. «*A Pide podia ter quase a certeza das nossas actividades, mas só nos prendia quando tinha a certeza absoluta de alguma coisa. Por isso ela tentava, sobretudo, aliciar.*»

O despertar nacionalista de Jorge Querido data, segundo ele, dos anos 50. Estudante em Coimbra, ele, Ovídio Martins, Felisberto Vieira Lopes, Arlindo Vicente Silva, mais duas outras pessoas de que não se lembra os nomes, tentam esboçar uma organização política. «*Não sabíamos da existência do PAIGC*», confessa. «*Sabíamos, sim, embora vagamente, da existência do MLGC. Escrevemos ao Amílcar Cabral, via França, a contar-lhe os nossos sentimentos, pensando que ele era do MLGC. Respondeu-nos a explicar tudo e mandou-nos alguns documentos do PAIGC. Mandámos as nossas fotografias e dados biográficos e passámos a considerar-nos militantes do PAIGC.*»

Querido lembra-se ainda de ter vindo passar as férias naquele mesmo período, tendo-se cruzado com Abílio Duarte, durante a sua escala no Mindelo, não abordando, todavia, com ele, de forma profunda, a questão da luta em Cabo Verde. «*Em Portugal*», prossegue, «*tínhamos um Comité de Coordenação, com células e grupos. Era uma estrutura simples. Cada elemento da célula tinha um grupo. O comité em Lisboa era constituído por mim, Amaro, Olívio, Pedro Godinho (da Guiné), Francisco Correia. Este comité é que alimentava Cabo Verde com prospectos, panfletos e outros materiais. Tínhamos uma influência bastante grande em Cabo Verde. Com a minha vinda, passei a fazer o elo com Lisboa. O Lela Rodrigues já tinha estado em S. Vicente, mas tornou-se muito notado, de tal modo que aconselhámos o seu regresso a Portugal. Ele chegou a pertencer ao Comité de Coordenação. Dentro da estratégia da luta, ele, o Teófilo Figueiredo e o Tito Ramos criaram em S. Vicente a Empreitel, como forma de empregar gente nossa.*»

Em 1965, Jorge Querido conclui o curso, estagia nas minas da Panasqueira, Açores, Madeira e Beja; trabalha por algum tempo no Instituto Nacional de Investigação Industrial, ao mesmo tempo que frequenta um curso de Ciências Económicas na Universidade Técnica de Lisboa. «*Tive uma oferta para ir trabalhar em Angola, na Companhia de Diamantes e, depois, na Cabinda Gulf Oil. Confesso que estive quase a aceitar trabalhar para Cabinda Gulf Oil. A pessoa que me convidou ainda disse que eu haveria de me arrepender quando lhe respondi que não aceitava.*»

Entretanto, em 1968, Querido consegue um lugar na Brigada de

Estudos e Construção de Obras Hidráulicas (Becoh), em Cabo Verde, depois de ter sido submetido a mais uma série de interrogatórios. Dois anos mais tarde, com a instalação da Brigada de Águas Subterrâneas, menina dos olhos do governo, passa a dirigir esses estratégicos serviços, dependendo directamente da Inspecção Geral de Minas do Ministério do Ultramar. *«Via-se claramente que o governo queria usar a Brigada de Águas Subterrâneas como uma grande arma. Tínhamos inclusive assessoria da empresa francesa Burgeap, fizemos um monte de furos e obras hidráulicas. Volta e meia, era chamado a Portugal para reuniões ao mais alto nível.»*

Em termos políticos, quando chega a Cabo Verde, encontra o tra-ba-lho desenvolvido por Pedro Martins (seu futuro cunhado), o irmão José, para além de Gil Varela (Kide), Fernando Tavares, Emanuel Braga Tavares, Manuel de Canuca, na Boa Entrada (Santa Catarina), entre outros. *«Antes da minha vinda, havia grupos organizados em Santa Catarina, S. Vicente e Santo Antão. Na altura era extremamente difícil organizar qualquer coisa em Cabo Verde. Meio pequeno, toda a gente se conhecia, e houve uma altura em que a Pide esteve bem infiltrada. Muito boa gente da nossa terra tinha ligações com ela. Quando cheguei, o meu esforço era criar uma estrutura sólida, com um grupo de coordenação nacional. Tentámos seguir a própria estrutura do PAIGC, com regiões, células em várias localidades que trabalhavam de forma coordenada... Vimos que era difícil e complicado, e passámos a fazer um trabalho em extensão que chamou a atenção das autoridades. Lembro-me de uma reunião nas terras do meu pai, em Sedeguma, com muita gente. A nossa dimensão acabou também por dar lugar a fenómenos como o caso do navio* Pérola do Oceano, *que levou à prisão do Pedro [Martins]. Entretanto, com a emigração para Portugal, enfrentámos dificuldades enormes, boa parte das pessoas que tínhamos mobilizado também emigrou. Ainda tentámos continuar esse trabalho em Portugal, mas o pessoal do Comité Coordenador não foi capaz, talvez porque se acostumara a trabalhar apenas com estudantes...»*

Notas

[1] Entrevista: António Brito, Mindelo, 26-04-95.
[2] Entrevista: Manuel Rodrigues, Praia, 08-06-95.
[3] Entrevista: Luís Fonseca, Praia, 06-05-95.
[4] Entrevista: Jorge Querido, Praia, 01-06-95.

16

MORTE DE SALAZAR, ASCENSÃO DE CAETANO...

Em Setembro de 1968, aos 79 anos, António de Oliveira Salazar é hospitalizado, após uma queda de cadeira de lona, e operado no dia 4 a um hematoma cerebral. Durante a operação sofre um colapso que o abala ainda mais e morre dois anos depois, em 27 de Julho, praticamente paralisado e mais ou menos inconsciente da realidade à sua volta. Nos últimos oito anos da sua vida, o ditador passara por vários testes políticos. Sobrevivera, em 1961, a uma tentativa de golpe de Estado do ministro da Defesa, Júlio Botelho Moniz, e a pressões internacionais (com os EUA à testa) para democratizar o regime e proceder à autodeterminação dos povos africanos que Portugal tinha sob a sua tutela. Quando morre, em 1970, a luta armada em África encontra-se já em fase bastante avançada, sobretudo na Guiné-Bissau.

Nos primeiros dias do internamento de Salazar, Cabo Verde acompanha de perto os boletins médicos emitidos e tudo faz crer que nada de grave se trata. Respeitadas senhoras da terra, em geral de esposas de administradores ou de altos funcionários coloniais, mandam rezar missas para *«rápido restabelecimento»* do chefe do governo. Mensagens no mesmo sentido, assinadas por notáveis cabo-verdianos, chovem no gabinete do governador Leão do Sacramento Monteiro, vindas inclusive de Angola, que prontamente as envia para o ministro do Ultramar, Silva Cunha, enquanto na Praia medidas suplementares de segurança pública são discretamente tomadas pelo comandante da PSP, Fradinho da Costa, de modo a garantir a tranquilidade no arquipélago.

A escolha do sucessor de Salazar recai sobre o catedrático Marcello Caetano, reitor na Universidade Clássica de Lisboa, depois de garantir ao presidente Américo Thomaz que não iria desenterrar determinadas ideias sobre as colónias. Recorde-se que Caetano era autor de um célebre parecer, elaborado em 1962, em que defendia a transformação de Portugal numa república federal, na qual cada uma das colónias seria um Estado autónomo. O novo chefe do governo toma posse a 27 de Setembro de 1968, padecendo à partida da expectativa própria de quem havia substituído uma grande figura da história de Portugal dos últimos 50 anos. Mas conta também com valiosos trunfos a seu favor: não é um estranho ao poder — fora ministro várias vezes, nomeadamente das Colónias, dirigente destacado da União Nacional etc.

Foto: Djibla

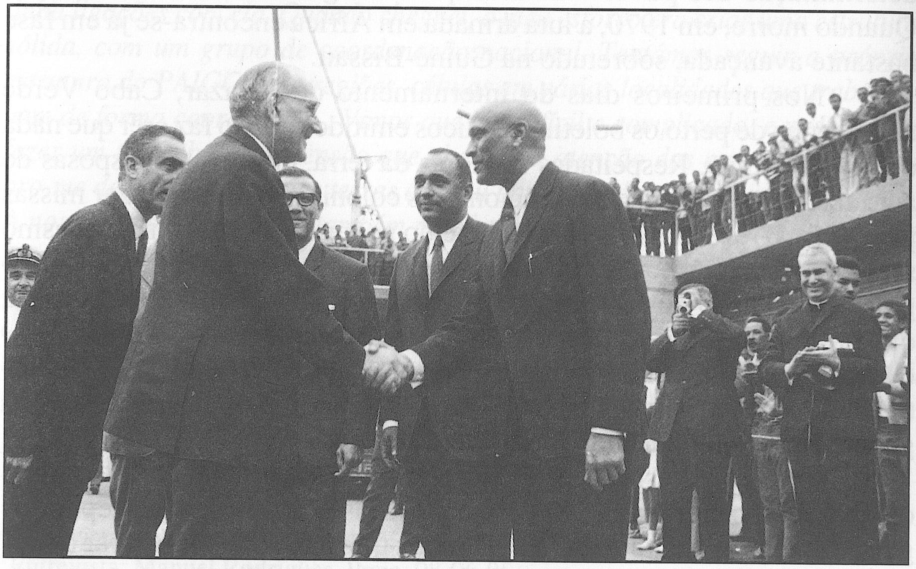


Foto: Djibla

Marcello Caetano em Cabo Verde, 1971

— e é, acima de tudo, um renomado académico, autor de uma vasta e respeitada obra jurídica. A nível externo, espera-se que ele encete a renovação no envelhecido regime português, enquanto, internamente, os defensores do integracionismo esperam que tudo continue na mesma senda traçada por Salazar.

É, portanto, sob os signos da continuidade e da renovação que o novo chefe do governo vai procurar movimentar-se. Como todo o reformador, ele procura inicialmente fazer a "coisa certa", de modo a agradar

os ultras do regime que tinham o seu centro de apoio em Américo Thomaz. Todavia, com o tempo, enceta a sua fuga em frente, através de uma controlada abertura política, conhecida por primavera marcelista. Realiza, em 1969, eleições legislativas, na busca da sua própria legitimidade, pelo que, após isso, procede a modificações cosméticas na ossatura do regime: a Pide passa a chamar-se Direcção Geral da Segurança (DGS), a União Nacional metamorfoseia-se na Acção Nacional Popular, a Censura em Exame Prévio e a própria figura do presidente do Conselho de Ministros aproxima-se mais da população, quer através das celebrizadas "Conversas em família", nas quais ele aparecia na televisão a comentar os mais variados assuntos da actualidade nacional e internacional, quer através de contactos directos com o povo.

Cabo Verde, como as demais colónias, tem também o seu quinhão desta nova forma de fazer política. Em Fevereiro de 1971, é visitado pelo presidente do Conselho de Ministros. *«Durante a estadia do Prof. Marcello Caetano em Cabo Verde, o entusiasmo e fé patriótica das populações foram uma constante»*, pode ler-se em **O Arquipélago**, que também regista: *«Dificilmente a viatura em que seguia o Professor Marcello Caetano conseguia romper a multidão, que o queria ver de perto»*. As ilhas visitadas foram Santiago, S. Vicente, Santo Antão, Fogo e Sal, e a ilustrar a reportagem o jornal mostra que, no Mindelo, uma das pessoas a cumprimentá-lo, de forma reverencial, foi Baltasar Lopes da Silva.[1]

A crise académica

Um dos sectores que se destaca durante a primavera marcelista é, sem dúvida, o estudantil. Os estudantes das universidades de Lisboa, Porto e Coimbra, à semelhança dos seus colegas franceses de Maio de 68, vão manifestar nos anos 60 e 70 a sua tradicional oposição ao regime, questionando a guerra colonial. Não falta, igualmente, no comportamento dos jovens um certo fundamentalismo político e alguma irreverência anarquista. O PCP, alinhado cada vez mais com Moscovo, perdera há muito o domínio sobre os meios académicos e passa a enfrentar rivais das mais variadas tendências marxistas: maoístas, trotskistas, luxemburguistas etc.

A agitação estudantil não passa despercebida aos estudantes cabo-verdianos que, em número crescente, prosseguiam os seus estudos em Portugal. Alguns deles — Jorge Carlos Fonseca, Wladimir Brito e David Hopffer Almada, este sem ligação formal com os núcleos do PAIGC — são presos e julgados, conjuntamente com colegas portugueses, aquando da crise académica de Coimbra, em Abril de 1969. E é sobre esse sector estudantil cabo-verdiano e, em menor grau, guineense, que o Comité Coordenador do PAIGC, chefiado por Amaro da Luz, vai procurar incidir a

sua acção, mobilizando novos militantes, ao mesmo tempo que "alimenta" Cabo Verde com material de propaganda. Vários destacados dirigentes do PAIGC são mobilizados nessa altura, entre eles, Corsino Tolentino, João Pereira Silva, Manuel Faustino, Alexandre Ramos de Pina, José Luís Fernandes, Sérgio Centeio...

Aconselhado a sair de Cabo Verde, quando regressa em 1965 a Portugal, Manuel Rodrigues apercebe-se de que a estrutura mental das hostes do PAIGC sofrera uma profunda alteração. «*A malta estava dividida, um bocado medrosa, sobretudo muito* ismada *e envolvida com os partidos portugueses de esquerda. Antigamente éramos independentes. O chefão deles era o Amaro. Às tantas os esquerdistas tomaram conta de tudo. Só determinada gente podia contactar Conakry, mesmo os contactos de Cabo Verde tinham de ser feitos via Lisboa.*»

Manuel Faustino e Jorge Carlos Fonseca crescem e revelam-se politicamente nesse ambiente, mais concretamente em Coimbra. Católico de formação, quando o primeiro chega a Portugal tinha 17 anos e, aos poucos, dá-se conta de que o seu modelo religioso não servia para o novo tipo de vida que passaria a ter. «*A minha ambição na altura era ser jogador de futebol e médico*». Por causa disso, ainda treina nos júniores da Académica. «*Havia um racismo extremamente violento, as pessoas olhavam-me como se eu fosse algo diferente. Eu me considerava o máximo: era jovem, um aluno que todos consideravam inteligente. Ao tentar entender o que se passava, vi que não dava, a independência passou a ser a resposta para as minhas preocupações.*»

Contemporâneo de Henrique Oliveira Barros, Óscar Ribeiro, Agostinho Fortes, Alberto Mota Gomes, Lucília Antunes, Faustino reconhece que os cabo-verdianos viviam num mundo à parte, com padrões sociais e culturais levados de Cabo Verde: «*Vivíamos num* ghetto *e alimentávamos esse* ghetto. *O racismo acabava também por justificar tudo. Você chumbava, a culpa era do professor branco que era racista, e assim por diante. A nossa malta não se misturava. No início, a luta académica era, para nós, "coisa de português", logo, a gente não se envolvia.*»

No seu caso concreto, o convívio com colegas angolanos das repúblicas Kimbo dos Sobas e dos Mil-y-onários e, também, da residência dos Vinte e Um, que se abrem aos cabo-verdianos, vai dar um novo tom à vida dos estudantes crioulos. Entre estes, Manuel Faustino cita Jorge Carlos Fonseca, as irmãs Dulce e Dina Dupret, os irmãos Manuel e António Pedro Delgado, José Pedro Morais, Wladimir Brito...

Havia em Coimbra um ritual político que passava de geração em geração: «*Os mais velhos recebiam os mais novos e davam-lhes o* toque», recorda Faustino. E, através desse *toque,* os caloiros eram introduzidos no mundo da política, com conversas e leituras obrigatórias. «*Eu, o Manuel Delgado e o Belmiro Gil formámos um grupo de reflexão e começámos a ler*

obras sobre o colonialismo, Fanon, que para mim era fundamental... A partir de certo momento, chegámos à conclusão que era pouco. Começámos a fazer alguns convívios. Parava-se o baile, declamavam-se alguns poemas, e entrava-se directamente no assunto...» O assunto era, obviamente, o PAIGC e a luta pela independência.

Jorge Carlos Fonseca, que vai com 16 anos para Coimbra, é expulso, com Wladimir Brito e mais dez estudantes portugueses, de todas as universidades em Maio de 1972, quando estudava o quinto ano de Direito. Também conheceu o mesmo rito de passagem e lembra-se de que lhe deram para ler **O manifesto comunista**, de Marx e Engels; **Que fazer?** de Lenine; **Peau noire, masque blanc**, de Frantz Fanon; e o **Manual político**, de Amílcar Cabral. A sua residência, Vinte e Um, constituída por portugueses, cabo-verdianos e gente de outros lugares, não estava imune à luta que as diversas correntes marxistas — estalinistas, maoístas, trotskistas, luxemburguistas... — há muito travam entre si.

Torcato Sepúlveda, jornalista português que era desse tempo, por ele caracterizado de *«espontaneidade e disciplina»*,[2] lembra-se de que, no meio daquela balbúrdia mental, havia um "extra-terrestre" cabo-verdiano, chamado Henrique Oliveira Barros (Dick). *«Ele era o mais popular dos cabo-verdianos, gostava de jazz, do surrealismo e lia a Bíblia! Aconselhava-me a fazer o mesmo, por causa da lavagem cerebral que aqueles gajos nos faziam.»*[3]

Mas havia também o timorense de alcunha "Índio", tido pelos seus companheiros como um estalinista de primeira água, ou os portugueses João Carlos e António José Remédios, este também amante de jazz, o primeiro ligado ao PCP e o segundo a um dos movimentos de esquerda que existiam então.

Natural de Braga, conhecida pelo seu conservadorismo, Torcato Sepúlveda confidencia que foi nesse período, com os cabo-verdianos, que aprendeu a divertir-se. *«Uma ligação destas em Lisboa, naquela altura, não seria possível. Coimbra é ainda hoje uma cidade relativamente pequena, onde toda a gente se conhece.»* [4]

Um dia, segundo Manuel Faustino, chega a Coimbra uma missão do PAIGC, vinda de Lisboa e chefiada por João Pereira Silva, à procura de gente interessada na independência de Cabo Verde. Dos contactos feitos, surge a ligação formal de Faustino, Cândido Santana, Óscar Ribeiro, Afrânio do Rosário... com o PAIGC. *«De espontâneas, as actividades passaram a ser mais direccionadas»*, afirma o primeiro. E, pouco depois, explode a segunda crise académica de Coimbra. *«Essa crise»*, explica Faustino, *«culmina com o rompimento do* ghetto *cabo-verdiano. Na verdade, a própria evolução de Coimbra foi contribuindo para a abertura dos cabo-verdianos. O mundo também estava mudando, tinha havido o Maio de 68, a invasão da Checoslováquia, a guerra do Vietname etc. As águas se dividiram: não em termos de quem era cabo-verdiano e quem não era cabo-verdiano, mas*

sim quem era ou não era a favor de uma determinada atitude política. É claro que nem todo o mundo alinhou».

A evolução política continuaria, com uns a permanecerem em Portugal, transferindo-se embora para Lisboa; e outros, influenciados por exemplos como o de Che Guevara, à espera da primeira oportunidade para descerem a Conakry e aqui se integrarem na luta armada na Guiné, como foram os casos, em 1970, de João José Lopes da Silva (Jota Jota) e Eduardo Alhinho. Com o mesmo destino deixaram Portugal, por essa altura, João Pereira Silva e Carlos Reis. Este estivera em Argel dois anos antes para contactos com a direcção do PAIGC. Regressa de novo e leva, a partir de então, uma vida de nómada, como forma de ludibriar a Pide/DGS. Manuel Faustino vai para Lisboa a fim de terminar o curso e frequentar o estágio em Psiquiatria. Expulso, como atrás foi dito, das universidades em Maio de 1972, Jorge Carlos Fonseca instala-se em Lisboa como profissional do PAIGC. Outro profissionalizado é Manuel Tolentino.

A concentração em Lisboa de vários militantes do PAIGC, vindos também de Santarém, vai reforçar as acções do Comité Coordenador, que andavam um tanto arrefecidas. As actividades desse movimento conhecem por essa altura um *boom*, segundo Manuel Faustino, que vê alargar a sua área de acção com viagens à Holanda para reuniões com outros dirigentes. Houve ainda um outro grupo, a que pertenceram José Luís Fernandes, Sérgio Centeio, Alexandre Ramos de Pina e José Tomás Veiga, que, por razões de luta, regressou a Cabo Verde, mais concretamente a Santiago, para aqui alargar a rede nacionalista. Por algum tempo, a direcção do PAIGC nesta ilha será assegurada pela *troika* Jorge Querido, José Luís Fernandes e Sérgio Centeio.

Guiné: o factor Spínola

Herói de guerra em Angola, várias vezes condecorado, o brigadeiro António de Spínola foi a solução encontrada pela hierarquia portuguesa para conter o avanço do PAIGC na Guiné. Nomeado governador ainda por António Salazar, por indicação do ministro Silva Cunha,[5] ele chega a Bissau em Maio de 1968, com poderes de um vice-rei. Ao contrário de Arnaldo Schultz, o novo governador quase leva a guerrilha ao tapete, quer utilizando meios militares, quer psico-sociais, tendo para o efeito inaugurado, em Abril de 1972, um emissor regional, com grande capacidade, para a guerra hertziana que se desenvolvia na Guiné já com bastante intensidade.

Da sua parte, através da Rádio Libertação — carinhosamente apelidada por Amílcar Cabral de canhão de boca do PAIGC [6] — , a guerrilha incentivava os soldados portugueses a desertarem e a concla-

mar os povos da Guiné e de Cabo Verde a levantarem-se contra o colonialismo. A partir de Bissau, as autoridades portuguesas faziam o mesmo em relação aos guerrilheiros, aliciando-os com promessas várias. E, quer de um lado, quer do outro, sempre que se conseguia pôr um soldado português ou um guerrilheiro a falar na rádio inimiga isso era considerado uma grande vitória, por causa do seu impacto psicológico. Um desses momentos ocorreu em Agosto de 1969, quando Rafael Barbosa, preso há vários anos, aparece a discursar num acto público em que agradece a Spínola pela sua libertação e a de 91 outros guineenses, e termina o seu discurso com um sonoro *«Viva Portugal!»*

Para a sua "psico", o PAIGC tinha também os seus truques. Amélia Araújo conta que um deles era recolher a lista dos soldados mortos em campanha africana na própria imprensa portuguesa, inclusive nas secções de obituários ou de anúncios de missas de sufrágio. *«Líamos lentamente os nomes, de modo que uma dezena de mortos parecia uma centena ou mais. Um dia pusemos o Tony Mascarenhas a participar num desses programas. Imagine, com aquela voz grave, ele a ler os nomes dos soldados portugueses, o efeito que isso não teve.»*

Ainda no quadro da guerra psicológica, além de ter sofisticado e ampliado o alcance da Rádio Libertação, agora com material recebido da Suécia, o PAIGC grava discos com músicas e poemas de protesto e luta e, entre outras iniciativas, encomenda filmes sobre a guerra na Guiné. Refe-

Foto: Expresso

Spínola na Guiné

rindo-se a um desses filmes, envolvendo um confronto militar entre negros e brancos com nítida vitória dos primeiros, o inspector da Pide em Bissau comenta para Lisboa numa nota informativa, de 10 de Agosto de 1968: *«Este filme foi apresentado gratuitamente em Conakry e, embora alguns espectadores ficassem fascinados, outros não acreditaram na comédia.»*[7]

«Antes de Spínola», escreve João Paulo Guerra, *«as Forças Armadas portuguesas tinham orientado a sua actuação na Guiné segundo vectores puramente bélicos: bombardeamentos aéreos e navais intensivos contra as aldeias e lugares susceptíveis de servir de refúgio às forças do PAIGC; incursões por via terrestre e golpes de mão por tropas aerotransportadas nas zonas de controlo da guerrilha; esforço de reabastecimento por via aérea das tropas portuguesas acantonadas em quartéis. Por seu lado, o PAIGC passou durante essa fase da guerra de guerrilha a uma guerra de movimento, com ataques de armas pesadas a aquartelamentos, isolamento das posições militares portuguesas, emboscadas e ataques de surpresa contra tropas portuguesas em deslocação, ataques contra vias de comunicação terrestre e fluvial e, por fim, operações de "comandos" em centros urbanos».*[8]

Estudioso do fenómeno das guerrilhas populares no Terceiro Mundo, António de Spínola passa a aplicar alguns dos ensinamentos obtidos nos manuais utilizados pelo PAIGC e por outros movimentos nacionalistas africanos. Se, como ensinava Mao Tsé-tung, a guerrilha necessita do povo como o peixe da água para sobreviver, o general português vai procurar chamar o povo para o seu lado, isolando-o ao máximo do PAIGC. Para a concretização do que chama *Por uma Guiné Melhor*, patrocina as mais variadas iniciativas de conquista popular, o que faz com que certos sectores da população o encarem como um *bwana* bom, diferente dos seus antecessores.

Uma das mais importantes cartadas políticas de Spínola é a criação do Congresso do Povo da Guiné depois de uma reunião alargada, em Junho de 1970, com os representantes dos fulas e mandingas, para conciliar essas duas nações historicamente inimigas. (Enquanto os fulas eram aliados tradicionais de Portugal, os mandingas estavam mais próximos do nacionalismo africano.) O governador ensaia a mesma iniciativa junto dos balantas, coluna vertebral do PAIGC. A partir destes e de vários outros encontros similares foi realizado, em Agosto, o I Congresso das Etnias da Guiné; aí surge a ideia de congressos anuais do povo da Guiné. O quinto e último destes congressos de natureza consultiva, algo sem paralelo nas demais colónias, aconteceu em Fevereiro de 1974, sob a égide do general Bettencourt Rodrigues.

Na verdade, António de Spínola cedo se apercebe de que tinha pela frente um inimigo de longe mais bem preparado do que aquele que enfrentara em Angola. E muito menos lhe escapa a projecção política e internacional de Amílcar Cabral, que julga poder aliciar oferecendo-lhe

o lugar de secretário-geral do governo da província, desde que aceitasse enterrar o machado de guerra e abraçasse um projecto de autonomia que poderia, em 10 anos, desembocar na independência da Guiné.

Atelano Fonseca tinha 21 anos quando chega, em Novembro de 1970, à Guiné, para cumprir o serviço militar, que termina em Outubro de 1972. Economista, natural da ilha do Fogo, foi mobilizado como furriel miliciano. Ao chegar a Bissau, depois de prévia instrução militar em Portugal, viu-se de imediato em parada para ouvir um discurso de exortação patriótica do general Spínola, numa cerimónia no quartel de Brá. A exortação era um dos métodos do célebre governador. Este sabia que a maior parte dos homens que eram enviados para a guerra nas colónias ia despreparada e desmotivada. Vinte e cinco anos depois, Atelano recorda-se da figura altiva e ligeiramente encurvada de Spínola, para além da sua inconfundível *«voz rouca, pousada e, ao mesmo tempo, trémula»* a exaltar o *«espírito de bem servir a pátria portuguesa»*.[9]

«Ele misturava os seus discursos com demagogia e populismo», acrescenta Fonseca. *«O Spínola gostava de se apresentar como sendo um soldado que conhecia bem a tropa e que, depois de tanto combater, chegou à conclusão que o exército português era o melhor do mundo. Em relação à nossa missão, ele sublinhou-nos várias vezes que ela destinava-se a contribuir para a construção de uma 'Guiné melhor', governada por guineenses, sob a bandeira portuguesa. Só mais tarde vim a perceber que ele se referia aos cabo-verdianos, que eram acusados de ocupar os cargos de chefia na administração guineense.»*

Colocado em Cufar, região de Catió, *«zona de porrada»*, Atelano Fonseca lembra-se, ainda, de que um dos hábitos de Spínola era surpreender os postos avançados, mesmo que estivessem nos lugares mais impensáveis. *«Um dia, em Cufar, ele desceu de um helicóptero para ver como nos estávamos a portar e começou depois a discursar para a minha companhia. Era toda a gente a tremer, porque a simples possibilidade da chegada do governador era motivo de alvoroço. Ainda hoje, quando oiço falar nele, isso desperta-me curiosidade.(...) O Spínola era uma pessoa controversa e polémica, mas nunca deixou de ser carismática, o que não quer dizer que, entre nós, às escondidas, à malta não parodiasse os seus discursos.»*

PAIGC na defensiva

Com a chegada de António de Spínola, o PAIGC passa a ter como adversário um militar que não se coibia, se preciso fosse, de usar os mesmos métodos dos seus inimigos. Ana Maria Cabral, viúva de Amílcar Cabral, lembra-se de o marido comentar, nestes termos, para Aristides Pereira, o desempenho do general português: *«Ó Xido, se Spínola tivesse vindo mais cedo para a Guiné, a luta teria sido muito mais difícil.»*[10]

Mas, publicamente, Spínola não passava, para o líder do PAIGC, de um típico cabo de guerra, racista e fascista, formado *«nas escolas nazis da Alemanha hitleriana»*, e que, à semelhança de Kaúlza de Arriaga, sonhava tomar o poder em Portugal. Amílcar Cabral qualificava a política do seu antagonista de *«sorriso e de sangue»*. *«Sorriso, afecção, demagogia para com os africanos que ele mantém sob o seu controle. Bombardeamentos de napalm, crimes dos mais bárbaros, ataques terroristas de helicópteros, destruição de aldeias, incêndios de culturas, assassinatos de crianças e mulheres (...) eis o aspecto que nós qualificamos de sangue.»* Longe, porém, de desfalecer, Cabral prometia: *«Spínola não chegará aos seus fins de hegemonia política em Portugal pelos crimes que cometeu [na Guiné], pelo contrário, vamos cobri-lo de vergonha e batê-lo no terreno»*.[11]

António de Spínola encontra o PAIGC numa fase de desgaste militar e psicológico, situação que se vai arrastar até ao assassinato do seu líder, em Janeiro de 1973. Já em Novembro de 1966, Amílcar Cabral procura analisar, identificar e combater as causas do esmorecimento do moral dos seus homens. Num longo estudo, intitulado "Para a reorganização das Forças Armadas Revolucionárias do Povo", ele lamenta a incapacidade dos combatentes em tirar melhores vantagens dos meios ao seu dispor ou de não saberem aproveitar convenientemente as contradições geradas pelas próprias forças do inimigo. *«Em muitos casos, gastamos munições às cegas, dando tiros inúteis, enquanto que, noutros, recusamos o combate ao inimigo em condições muito favoráveis que poderiam conduzir-nos a causar-lhes grandes perdas.»*[12]

Prosseguindo, o líder do PAIGC refere-se igualmente a manifestações de indisciplina, ausência de respeito à hierarquia, rixas entre combatentes (ou entre os responsáveis), inveja, intrigas, deserções, manias de superioridade de uns em relação a outros, por razões tribais inclusive, em suma, e mais uma vez, ao eterno problema dos abusos em relação ao povo. *«Os nossos combatentes não têm cumprido bem a palavra de ordem do Partido que determina que devem ajudar o povo na sua actividade agrícola, dar-lhe todo o apoio necessário e viver no seu seio "como peixe na água"»*, sublinha Cabral.

No capítulo da reorganização das Farp, estas passam a ser constituídas por *guerrilhas, exército popular e milícias populares*, consoante a composição ou natureza. As guerrilhas são formadas *por «militantes combatentes»*, o exército popular por *«guerrilheiros experimentados»* e as milícias por *«militantes de confiança absoluta, que não estejam incluídos nem nas guerrilhas nem no Exército»*. Deixa igualmente de haver as grandes unidades em favor dos chamados "bigrupos", sendo cada grupo formado por 17 a 25 elementos.

Dirigido pelo secretário-geral, e tendo como fim assegurar o controlo da luta militar, é também criado um Conselho de Guerra, com o

Secretariado de Justiça Militar, Segurança e Contra-Espionagem, Diversionismo, Abastecimento e Assistência Médica etc. E, finalmente, o território da Guiné é dividido em três frentes: Norte, Sul e Leste. Amílcar Cabral e Oswaldo Vieira asseguram o comando da Frente Leste; Luís Cabral e Francisco Mendes da Frente Norte; e Aristides Pereira e João Bernardo Vieira da Frente Sul. Estes mesmos dirigentes constituem o Conselho de Guerra, com base na seguinte ordem hierárquica: Amílcar Cabral, Aristides Pereira, Luís Cabral, Oswaldo Vieira, Francisco Mendes e João Bernardo Vieira.

Mas tudo indica que, apesar das chamadas de atenção de Amílcar Cabral, boa parte dos problemas por ele identificados continuaram a colocar-se no seio do seu partido, entre os quais a falta de equipamentos, como armas e fardamentos, o que contribuía para um certo desgaste do moral dos guerrilheiros. Referindo-se a uma reunião dos chefes militares do PAIGC em Conakry, um relatório da Pide em Bissau, de 2 de Agosto de 1968, reporta o seguinte para Lisboa: *«Os chefes terroristas mostravam-se desanimados, tendo alguns deles que actuam no norte da Província apresentado o problema e dificuldades em convencer os guerrilheiros a continuarem a luta. Do sul, Malam Sanhá, que se encontra em Boké, pediu a Amílcar Cabral para visitar todos os centros terroristas daquela zona, a fim de, com a sua presença, incentivar os guerrilheiros a combater sem desfalecimento.»*

«Perante esta situação», acrescenta o documento, *«Amílcar Cabral teria pedido coragem aos seus homens, pois agora que apenas faltam "quatro meses" para a independência, seria vergonhoso um fracasso, tendo prometido mais material, fardamento e géneros alimentícios, pois que, muito em breve, chegarão três barcos carregados ao porto de Conakry, procedentes de Cuba.»*

Também por essa altura, a Pide de Bissau detecta vários desentendimentos entre os guerrilheiros, por causa das suas origens tribais, ou ainda entre os próprios dirigentes do PAIGC, inclusive Amílcar Cabral e o irmão Luís, facto desmentido por este último na entrevista que me concedeu, mas que outros companheiros seus me asseguraram ser verdade, embora prefiram evitar tratar o assunto aberta e publicamente. A 20 de Outubro de 1967, a Pide dera conta do seguinte para a sua sede em Lisboa: *«Luís Cabral classifica de "estúpida" a guerra sustentada pelo irmão na Guiné Portuguesa e diz que, se interessa também a independência de Cabo Verde, deveriam ter começado a luta naquele Arquipélago, visto que assim, e no caso de ser conseguida a independência da Guiné, o "PAIGC" terá de enfrentar nova guerra entre caboverdeanos e guineenses, além de lutas e ódios tribais que se verificarão.»*

Convém, todavia, ressalvar que nem sempre a própria Pide dava crédito aos seus informadores, tendo por isso o cuidado de os classificar por diversas categorias, consoante a sua credibilidade. Para dar uma ideia, a delegação de Bissau daquela polícia política chega a informar, a

Os primeiros especialistas do PAIGC em mísseis GRAD: Osvaldo Lopes da Silva, José Luís Butande, Júlio Carvalho, Manecas Santos e Alfa Djalo

16 de Abril de 1967, ter sido morto em combate o *«famoso chefe terrorista "Nino" (João B. Vieira)»* e no dia seguinte a morte de um outro comandante, Constantino Teixeira, em virtude de a mulher deste ter encomendado uma missa, em Dakar, em memória do marido.

De qualquer modo, alguns dirigentes cabo-verdianos do PAIGC reconhecem as dificuldades por que passavam as suas hostes nessa altura, preferindo contudo não entrar em pormenores. *«Numa guerra com vários anos de duração, as pessoas cansam-se»*, afirma, por exemplo, Aristides Pereira. *«Apesar das precauções, chegou-se a uma situação em que uns poderiam aguentar melhor, outros pior... Houve efectivamente coisas muito feias, mas só mais tarde poderei falar disso... »*

«Quem está numa luta destas tem momentos de certeza ou de força, mas também tem momentos de incertezas, de dúvidas e de fraquezas. Ninguém pode dizer que não teve dúvidas», diz também Pedro Pires, que logo acrescenta: *«Mas o momento mais difícil é quando há traições. Pessoas que abandonam, que vão para a rádio falar... Diante disso, a gente pergunta*: "Qual é o grau de consciência dessas pessoas, que até há pouco tempo estavam connosco na mesma trincheira? Será que vale a pena lutar?..." *Todas essas ideias vinham-nos à cabeça. Mesmo em relação à unidade essas dúvidas se punham. Ainda em relação à situação na Guiné, houve quem dissesse*: "Se estamos tão mal, por que não pedimos apoio aos países africanos, que estão dispostos a dar-nos homens, armas, para combater os portugueses?" *Cabral achava que não, que tínhamos*

de ser nós a conquistar a independência.»

Guiné: o factor cabo-verdiano

Apesar das alterações, tanto da parte da guerrilha como das forças portuguesas, do ponto de vista militar há como que um empate técnico no terreno, havendo zonas em que, praticamente, deixa de haver combates. *«O objectivo da luta não era uma vitória militar, mas levar os portugueses a negociar connosco»*, diz Luís Cabral. *«Era preciso tempo para a comunidade internacional pressionar as autoridades portuguesas a fazer a descolonização.»*

De qualquer modo, esta era uma solução que tardava. Ao analisar o problema da guerra na Guiné, Osvaldo Lopes da Silva, que entre 1968 e 69, se encontra, por um curto período, na Frente Leste, como comandante de Artilharia, afirma: *«Houve um primeiro período em que os portugueses não estavam bem preparados para enfrentar a guerrilha. O Schultz, por exemplo, não saía de Bissau, pensava que, com algumas incursões, resolvia o problema da guerra. Ele era um militar clássico e repressivo, do tipo que mandava meter gente nos aviões para ser atirada ao mar. O Spínola veio virar as coisas, elevando o nível da guerra. Ele saía de Bissau e antes de chegar ao seu destino mandava distribuir aguardente à população, de modo que quando chegava era sempre no meio de festa...»*

A chegada de António de Spínola, conforme Lopes da Silva, ocorre numa altura em que o guerrilheiro guineense já tinha dado o melhor de si. Com a sofisticação da guerra, tornava-se necessário gente mais bem pre-parada, o que não era possível tendo em conta o nível académico da grande maioria dos guerrilheiros. *«Os guineenses eram bons na Infantaria, mas como artilheiros não serviam»*, acrescenta Lopes da Silva. *«Entre 1968 e 1969 há quase que uma paragem da luta. Com a chegada de Spínola, torna-se necessário dar mais ênfase à Artilharia. É então que chegam também os cabo-verdianos que tinham estado em Cuba e na União Soviética, e a coisa muda de novo. Chegávamos com o material, instalávamo-nos e esperávamos o entardecer para abrirmos fogo. Como já era perto da noite, não havia tempo para os portugueses mandarem os aviões. Fazíamos tiros a vários km dos quartéis. É aí que o Spínola se convence que eram os cubanos ou os soviéticos a fazerem isso e só depois se dá conta de que eram os cabo-verdianos, e passa a ter por nós um ódio tremendo.»*[13]

Silvino da Luz, um dos participantes cabo-verdianos da tomada de Madina do Boé, onde, aliás, fez o seu baptismo de fogo como guerrilheiro, conserva algumas recordações do episódio. *«Há momentos difíceis de esquecer. Lembro-me que três camaradas pisaram minas e perderam as pernas. Um deles é o Marcelino Correia, da Guiné. Eu estava com ele quando o ouço dizer:* "Não avances porque já pisei uma mina." *Madina do Boé era um quartel isolado, mas muito forte, uma autêntica fortaleza. Depois de vários*

dias, os portugueses acabaram por abandoná-lo, quase que discretamente.»[14]

Invasão a Conakry

Para além de confrontos directos, António de Spínola vai procurar aliciar os guerrilheiros para as suas teses, não excluindo da sua estratégia o próprio Amílcar Cabral. Porém, depois de algumas tentativas de diálogo, que chegaram a envolver Léopold Senghor, a guerra volta a recrudescer, com as forças portuguesas a avançarem contra os santuários do PAIGC, tanto no Senegal como na República da Guiné. Esta grande ofensiva culmina, em Novembro de 1970, com a invasão a Conakry, comandada pelo capitão Alpoim Calvão, braço direito de Spínola.

Concebida por Alpoim Calvão, preparada pela Pide/DGS e pelas Forças Armadas, tendo, para o efeito, contado com o apoio dos serviços secretos de vários países europeus (França e Alemanha), africanos (África do Sul, Costa do Marfim e Alto Volta) e, também, da CIA (EUA), a operação Mar Verde deveria ser o golpe fatal da estratégia de Spínola contra o PAIGC, por um lado, e contra o presidente Sékou Touré, por outro.[15] A invasão, que contava com o aval de Marcello Caetano, com a condição de o seu nome não ser envolvido em caso de fracasso, começa a ser preparada em Setembro de 1969 e destina-se também a libertar os prisioneiros de guerra portugueses na posse do PAIGC, os presos políticos que as autoridades guineenses mantinham no país e destruir os MiGs da força aérea local. Para tanto, são aliciados exilados da Frente Nacional de Libertação da Guiné (FNLG), que deveriam aparecer como promotores de um golpe de Estado, que, em seguida, expulsaria o PAIGC da República da Guiné. E, para novo presidente da República, os portugueses apostavam num coronel exilado, de apelido Diallo, antigo sargento do exército colonial francês.[16]

Para além de desafectos de Sékou Touré, a operação contou com a participação de mercenários africanos, recrutados na Gâmbia e na Serra Leoa e preparados por oficiais portugueses, chefiados pelo 1.º tenente Benjamin de Abreu, na ilha de Soga, arquipélago dos Bijagós. António de Spínola visita, a 20 de Novembro, os comandos e pronuncia um discurso em que os incita ao cumprimento da missão que iriam executar a seguir. Ao todo, participam 640 homens na Operação Mar Verde, na sua maioria africanos, munidos de armamento militar soviético, adquirido nalguns países do leste europeu.[17] Em entrevista a José Freire Antunes, em **Nixon e Caetano, promessas e abandono**, Spínola confessa que a sua intenção era prender Amílcar Cabral e levá-lo para Bissau. Para Alpoim Calvão, se Cabral estivesse em Conakry, a missão poderia ir mais além: seria *«seguramente eliminado».*[18] Outra prova das intenções dos invasores fica patente no disparo de um tiro de *bazooka* contra a casa do dirigente do PAIGC,

ausente em visita a um país estrangeiro.

Os comandos portugueses contavam com o factor surpresa e com os dados que lhes haviam sido passados pelos seus agentes em Conakry, ignorando, contudo, a eventual resposta das forças do PAIGC, já que as Forças Armadas de Sékou Touré, no dizer de Carlos Reis, não contavam, pois, *«não passavam de um exército de pés de chinelos, que nem sequer tinha munições».*[19] Para Luís Cabral, que se encontrava em Boké, *«a invasão só foi possível com a cumplicidade de vários dirigentes da Guiné-Conakry — se não fosse a reacção da nossa gente, não sei o que seria».*

Outras três razões acabaram também por pesar no desaire: a falta de preparação em técnicas de guerrilha urbana, o desconhecimento do terreno (agravado com o facto de terem sido obrigados a actuar na escuridão) e a desarticulação entre as tropas no terreno e o comandante da operação, Alpoim Calvão, que, a bordo de uma das embarcações utilizadas, procurava orientar os elementos em terra, mas nem sempre o conseguiu devido à precariedade dos meios de comunicação utilizados.[20]

Conforme Luís Cabral, os combatentes do PAIGC cedo se apercebem de um estranho movimento no porto de Conakry. *«Um dos nossos homens ouviu vozes a conversarem em crioulo. Depois, o comandante da Marinha, Irénio Lopes, viu um português a apunhalar um guarda no cais... Ele imediatamente vai para o Estado Maior avisar a tropa do Sékou Touré, mal sabendo que lá estavam os portugueses reunidos com os militares da República da Guiné. O Irénio prossegue a marcha e avisa o resto do nosso pessoal: reúne alguns homens e vai tomar a Rádio. O Constantino Teixeira faz o mesmo e consegue tirar os portugueses da central eléctrica.»*

De acordo com os dados que obteve, já que nessa altura estava na URSS, Osvaldo Lopes da Silva explica, assim, o que se passou: *«Quando os portugueses tomaram de assalto Conakry, fomos nós que os expulsámos. Não havia entre nós e o exército de Sékou Touré qualquer comparação. Ele mostrava exército, mostrava força, mas, por precaução, não dava munições à tropa. O nosso exército era extremamente disciplinado, capaz de reagir em pouco tempo...»*

«Os portugueses tinham informações precisas», acrescenta Lopes da Silva. *«Desembarcaram numa praia perto de um lugar chamado Miniére. Atacam e vão em direcção à "Montanha", que era o lugar onde tínhamos os prisioneiros. Esta foi a acção mais espectacular deles. Libertaram os seus homens e levaram-nos. Ocuparam o Estado Maior, o aeroporto, a Rádio, a residência de Sékou Touré, em Belle Vue; enfim, tinham os pontos essenciais, sem quaisquer resistência dos guineenses de Conakry. Mas, com a nossa reacção, tiveram de se retirar às pressas, deixando, inclusive, dezenas de comandos africanos que acabámos por prender. No regresso o Calvão preocupou-se apenas com os brancos, deixando para trás os comandos africanos, que foram dizimados. Eles foram, na verdade, utilizados como diversão...»*[21]

Para Lopes da Silva, o grande herói de Conakry foi Barô Seidy, *«um grande combatente»* guineense, comandante de um bigrupo, que dirigiu a contra-ofensiva. A invasão contou ainda com um outro episódio invulgar: *«No aeroporto estava um grupo de comandos africanos, chefiado por Januário Lopes, irmão de um dos nossos combatentes, que foi metido na invasão sem qualquer informação — só o informaram já no meio do caminho. Estava chateado.*[22] *Por isso, depois de ter o aeroporto sob o seu controlo, revoltado, pede contacto com o PAIGC e entrega-se com os seus comandos às nossas forças, mais concretamente ao Constantino Teixeira. Foi uma coisa pacífica... O Sékou Touré, perverso como era, exigiu que o PAIGC os entregasse e depois fez o seu* show *mandando matá-los. E quando o Cabral, que estava no estrangeiro, chega e sabe disso, fica furioso.»*

Mar Verde salda-se num enorme fiasco e em mais um embaraço diplomático para Lisboa e os seus aliados. O caso é levado de emergência ao Conselho de Segurança da ONU, que condena a invasão, apesar dos desmentidos de Lisboa de que nada tinha a ver com o episódio. Internamente, Conakry conhece nos dias seguintes um dos espectáculos mais tenebrosos da sua história. Oficialmente, foram 92 pessoas condenadas à morte, 34 das quais à revelia, não escapando, sequer, o bispo guineense, o que gera uma onda de apelos internacionais, entre os quais do papa Paulo VI.

Do ocorrido comenta Osvaldo Lopes da Silva: *«Os portugueses achavam que, com o ataque, ia haver um levantamento geral contra o Sékou Touré. Pelo contrário, reforçou ainda mais o seu poder. Ele aproveitou para mandar liquidar uma série de gente, sob acusação de traição. Havia em Conakry uma estrada chamada* Route Infinie de l'Histoire, *que ele encheu de corpos pendurados... Na Guiné não havia tribunais, a própria Assembleia Nacional do Povo erigiu-se em tribunal. Os deputados, manipulados por ele, diziam que o acto de que os tais indivíduos eram acusados eram tão graves que só um tribunal supremo, isto é, o Povo, os poderia julgar. Posto isto, começaram a chover moções na rádio pedindo a morte dos implicados.»*

O repertório de Lopes da Silva sobre Sékou Touré parece não ter fim. Só para dar uma ideia desta controversa personalidade africana, aquele combatente cita o facto de o falecido chefe de Estado guineense ter passado 10 anos em Conakry, sem viajar, por temer que lhe fossem dar um golpe na sua ausência. *«Quando passou a sair, levava sempre consigo todos os potenciais golpistas. Um dia ele resolve fazer uma viagem, todo o mundo vai ao aeroporto despedir-se dele. Já à porta do avião, vira-se para o primeiro-ministro e ordena-lhe*: "Toi, monte!" *Procura com o olhar o ministro da Defesa e ordena-lhe também*: "Et toi monte aussi!". *Esta deve ter sido a única vez no mundo em que um chefe de Estado viajou com o seu primeiro-ministro e o seu ministro da Defesa.»*

E como era viver num país como a Guiné-Conakry? Ou melhor

ainda, como é que Amílcar Cabral conseguia relacionar-se com um indivíduo como Sékou Touré? Antes de responder, Lopes da Silva esboça um dos seus sorrisos, que nele se assemelham quase a um tique nervoso, e, como quem revela um segredo, afirma: «*Cabral desconfiava dele e Sékou tinha muita inveja do prestígio internacional de Cabral. Quando, em 1963, o Aristides, o Luís e outros dos nossos camaradas são presos, o Sékou pede a Cabral para ir a Conakry conversar sobre o assunto. O Cabral responde-lhe*: "Enquanto os meus homens estiverem presos, não vou". *Houve, ao mesmo tempo, pressão de vários chefes de Estado para que os dirigentes do PAIGC fossem soltos. A partir deste incidente, nunca mais a direcção do partido esteve toda em Conakry. Para Cabral, foi um grande dilema. Chegou a haver instruções para transferir todas as munições para o interior da Guiné, temia-se que de um dia para o outro o Sékou resolvesse tomar-nos as munições. Mas, ao mesmo tempo, Cabral também temia que a transferência das munições para o interior da Guiné conferisse demasiada autonomia a certos responsáveis militares. E, por causa disso, fizemos toda a guerra sem resolver o dilema das munições.*»

Luís Cabral, que, depois da independência da Guiné-Bissau, vem a sentir na pele a animosidade que Sékou Touré parecia nutrir por ele, explica que Conakry era vital para o PAIGC, pelo que tiveram de fazer muitas cedências ao seu anfitrião. «*Além disso*», acentua, «*o Sékou Touré dos anos 70 não é o mesmo dos anos 50 ou 60. Na fase inicial, para nós, ele era o máximo, o campeão da independência africana. Com o desenvolvimento da luta, ele foi decaindo, enquanto o Amílcar foi crescendo, tornando-se porta-voz dos movimentos de libertação. Entretanto, começaram a surgir alguns problemas no seio do partido em Conakry. Começou a haver muita gente com vida paralela. O único lugar abastecido em Conakry eram os armazéns do PAIGC, o resto era uma penúria autêntica. É então que começam a surgir os desvios. Por exemplo, o Inocêncio Kany foi expulso do CEL e despromovido de comandante da Marinha para comandante de um navio, por ter roubado e vendido o motor de um barco.*»

O relacionamento entre Amílcar Cabral e Sékou Touré teve ainda outros ingredientes. Um deles, segundo Osvaldo Lopes da Silva, era a desconfiança do estadista guineense em relação aos mestiços e aos cabo-verdianos. «*No início, uma das coisas que criou dificuldades em Conakry foi o facto de Cabral ser casado com uma portuguesa, que os nossos adversários diziam ser sobrinha de Salazar, e é por causa disso que ela acaba por se fixar em Rabat. Outro azar era toda a direcção do MPLA — Mário de Andrade, Viriato da Cruz, Lúcio Lara, José Araújo — ser mestiça. Ainda por cima, a mulher do Lara era uma alemã. Tudo isso criava desconfianças. Quem acreditou realmente em nós foi Diallo Saifoulaye, segundo homem do regime, que teve o bom senso de morrer de morte natural, antes de Sékou Touré se virar contra ele.*»

Os esforços de Senghor para a paz

A luta pela independência da Guiné-Bissau conta ainda com um outro importante factor: Léopold Senghor. Poeta, membro da Academia Francesa de Letras, um dos epígonos do movimento literário negritude, ele era em tudo o oposto de Sékou Touré, com quem manteve uma rivalidade permanente ao longo de vários anos. Temendo a influência do seu rival sobre os combatentes do PAIGC, Senghor — um moderado e reformista, cujo partido viria a aderir anos mais tarde à Internacional Socialista — tudo faz para, primeiro, neutralizar o PAIGC no Senegal e, posteriormente, arrastar Amílcar Cabral para o seu lado. Apresentado por Mário Pinto de Andrade, nos intervalos de uma conferência em Ouagadugu (então Alto Volta, actualmente Burkina Faso), a primeira coisa que ocorre a Senghor é dizer ao líder do PAIGC: *«Je suis contre la guerre». «Moi aussi»,* responde-lhe Cabral.

Já em 19 de Julho de 1963, por intermédio de Benjamin Pinto Bull, dirigente da Fling, que se deslocou para o efeito a Lisboa, Léopold Senghor propõe a Portugal um plano no sentido de uma maior autonomia da Guiné, que passaria pela *«africanização progressiva»* da administração do território. O programa, que visava, entre outros objectivos, *«combater a influência do PAIGC»,* tem, no entanto, pouca ou nenhuma consequência prática. Apenas James Pinto Bull, irmão de Benjamin e deputado pela Guiné à Assembleia Nacional, consegue ser nomeado secretário-geral do governo da província, continuando o resto na mesma. Acusado por sua própria gente de ser um agente português, Benjamin haveria, no mês seguinte, de manifestar publicamente o seu desapontamento pelo facto de o governo português não dar cumprimento ao acordado com ele no encontro que tivera com Salazar em Lisboa.

Incomodado com a guerra no seu próprio território, uma vez que dificilmente conseguia evitar a penetração dos guerrilheiros do PAIGC e, amiúde, a perseguição destes pelo exército português, Senghor vai prosseguir os seus contactos com Lisboa. Em 1970, ele propõe um novo plano, agora entre Lisboa e o PAIGC, reconhecido que fora, primeiro pela OUA e, depois, pela ONU, como único representante legítimo do povo da Guiné, tendo por isso deixado de apoiar os demais movimentos.

Neste meio tempo, as próprias relações entre Senghor e Cabral melhoram significativamente, sobretudo depois que ambos se encontram na capital senegalesa, na sequência da morte de um *gendarme* pelas forças do PAIGC, num incidente ocorrido na fronteira. (*«Se num dado momento empenhei o Senegal, contra todos os riscos, no apoio activo e irreversível da política revolucionária definida por Amílcar Cabral, foi porque este me convenceu»*, confessa o estadista senegalês, que passa a ter pelo líder do PAIGC estima e admiração.[23])

Mais uma vez, apesar dos contactos secretos entre Dakar e Lisboa terem culminado com um encontro, igualmente secreto, dos ministros dos Negócios Estrangeiros dos dois países em Paris, nada se conseguiu de concreto, em virtude de, em Julho, tropas portuguesas terem penetrado no território senegalês através de Casamansa, em mais uma acção de perseguição à guerrilha do PAIGC. Ainda assim, dois anos depois, a 18 de Maio de 1972, Senghor encontra-se com António de Spínola, com quem conversa demoradamente sobre a paz na colónia portuguesa, e convence-o a assinar um cessar-fogo com Amílcar Cabral. Entusiasmado com a ideia, no dia seguinte, o governador desloca-se a Lisboa para dar conta a Marcello Caetano do sucedido. Mais do que ninguém, Spínola sabia o quanto era difícil neutralizar o PAIGC pela via militar.

Além disso, pudera aperceber-se igualmente de que a guerra na Guiné tinha particularidades próprias que a guerrilha conseguia dominar. Ao aceitar, poucos dias antes, a renovação da sua comissão, o então governador da Guiné fazia-o acreditando que era ainda possível convencer os seus superiores a encetarem um conjunto de medidas que poderiam conduzir a um entendimento com a guerrilha. Porém, a reacção que encontra junto de Caetano mostra-lhe o quanto estava enganado.

No seu livro **País sem rumo**, António de Spínola relata o seu encontro com Léopold Senghor e, posteriormente, com Marcello Caetano. Conta que encontrou no estadista senegalês um homem compreensivo e apoiante das medidas que vinha desenvolvendo na Guiné, defendendo Senghor a opinião de que *«a Guiné não se encontrava ainda completamente amadurecida para a independência»*. Propunha, por isso, uma fase de *«autonomia interna»* de duração não inferior a 10 anos, que incluiria, no fim, uma consulta à população que poderia conduzir à independência no quadro de uma comunidade luso-africana ou luso-afro-brasileira.

Esta ideia, note-se, vinha há muito sendo defendida, inclusive publicamente, pelo estadista senegalês, tendo-se referido a ela durante a visita que fizera pouco antes ao Brasil.[24] Porém, do seu encontro com Marcello Caetano, diz António de Spínola: *«Informei-o das diligências efectuadas e entreguei-lhe os respectivos relatórios, que imediatamente leu. Com decepcionante surpresa para mim, Marcello Caetano contrariou o prosseguimento das conversações, apoiando-se exclusivamente em considerações de ordem jurídico-legal sobre a interpretação e os efeitos de uma situação de cessar-fogo»*.[25]

Por sua vez, ao descrever o mesmo encontro em **Depoimento**, livro escrito nos primeiros dias do seu exílio no Brasil, Marcello Caetano sublinha que a sua resposta era, ao fim e ao cabo, a mesma de todo o *establishement* português à iniciativa de Senghor. *«Observei ao general que por muito grande que fosse o seu prestígio na Guiné — e eu sabia que era enorme — ao sentar-se à mesa das negociações com Amílcar Cabral ele não teria na frente um banal chefe guerrilheiro, e sim o homem que representava*

todo o movimento antiportuguês, apoiado pelas Nações Unidas, pela Organização da Unidade Africana, pela imprensa do mundo inteiro.»[26]

E, prosseguindo, Caetano reconstitui igualmente a parte da sua conversa que mais chocou o seu interlocutor:

« — Para a defesa global do Ultramar é preferível sair da Guiné por uma derrota militar com honra, do que por um acordo negocial com os terroristas, abrindo o caminho a outras negociações.

— Pois V. Ex.ª preferia uma derrota militar na Guiné? — exclamou escandalizado o general.

— Os exércitos fizeram-se para lutar e devem lutar para vencer, mas não é forçoso que vençam. Se o exército português for derrotado na Guiné depois de ter combatido dentro das suas possibilidades, essa derrota deixar-nos-ia intactas as possibilidades jurídico-políticas de continuar a defender o resto do Ultramar. E o dever do governo é defender todo o Ultramar. É isto que eu quero dizer.»[27]

A última chance de Spínola

De volta a Bissau, António de Spínola ensaia ainda uma última tentativa, enviando, a 28 de Maio, um longo parecer ao chefe de governo, a insistir em determinados aspectos que lhe pareciam relevantes e que não estavam, no seu ponto de vista, a ser devidamente avaliados por Marcello Caetano. Um desses aspectos era a inutilidade da guerra, por entender que a mesma não seria ganha *«pela força das armas»*, uma vez que o inimigo, nas condições guineenses, *«não desarma nem se desgasta»*. *«E, sendo assim»*, conclui, *«apenas se nos restam duas alternativas como resposta à oportunidade que nos foi oferecida: ou uma viragem da ordem política ou uma prolongada e inútil agonia»*.[28]

O velho general vê ainda uma oportunidade de entendimento com o PAIGC escapar-lhe entre os dedos quando, segundo ele, em Outubro de 1972, Amílcar Cabral lhe manifesta, através de um emissário, a sua disposição em se encontrar com o governador *«em território português, eventualmente em Bissau»*. Vinte e um anos depois, comentando ao **Diário de Notícias** a entrevista do ex-presidente Aristides Pereira ao **Expresso**, na qual este aparece a afirmar que o povo de Cabo Verde preferia a autonomia à independência em 1975 (afirmação que haveria imediatamente de refutar), António de Spínola revela que estava a negociar a autodeterminação com Amílcar Cabral, quando ocorre o assassinato deste. *«Separava-nos apenas uma questão de prazos e não de conceitos — eu considerava que o povo guineense necessitava de 15 anos para se preparar para a autodeterminação e Amílcar Cabral apontava para dez anos. Estou certo que ia haver acordo»*.[29]

Ainda de acordo com Spínola, mesmo essa última chance de paz

foi por água abaixo devido à renitência de Caetano, que lhe voltou a reiterar a sua firme oposição a quaisquer contactos negociais para a Guiné que não fossem a rendição, pura e simples, de Amílcar Cabral e dos seus homens.[30] Desapontado, o governador instala-se em Bissau e limita-se a deixar passar os dias ou a aguentar as investidas do PAIGC, que começa a receber novo tipo de equipamento militar, mais moderno e avassalador. Um ano depois, em Agosto de 1973, Spínola deixa Bissau, convencido de que o exército português estava à beira *«da contingência do colapso militar»*.[31] Foi substituído por um outro general, também com experiência das campanhas em Angola: Bettencourt Rodrigues, que se vai limitar a prosseguir as iniciativas do seu antecessor.

Das boas intenções de Senghor

Volvidos mais de 20 anos, estranha é, em geral, a leitura que os dirigentes cabo-verdianos do antigo PAIGC fazem das abortadas tentativas de paz, tanto de António de Spínola como de Léopold Senghor. Questionado sobre o assunto, Osvaldo Lopes da Silva começa por evocar a conhecida aversão de Senghor à guerra: *«Ele era hostil a tudo que se referisse a tiro. Para ele, era preciso seguir pelo* dialogue. *Mas* dialogue *como, se os portugueses não queriam?»*

Ao contrário de Sékou Touré, segundo Lopes da Silva, o presidente senegalês respeitava e admirava os cabo-verdianos. *«Viveu na juventude no meio da nossa gente — o barbeiro, a cozinheira eram cabo-verdianos, tinha amigos cabo-verdianos, conhecia-nos. Ele, que era muito pró-francês, também tinha simpatias por Portugal, mas como não conhecia a natureza do regime colonial português, achava que, com a sua acção, poderia levar os portugueses a concederem a independência à Guiné. Aliás, ele duvidava da nossa capacidade em vencer o exército português. Inicialmente, pensou numa autonomia de 20 anos, depois reduziu para 10...»*

Pedro Pires, que, em relação às intenções negociais dos portugueses, gosta de ser cauteloso, duvida que Amílcar Cabral aceitasse ser o secretário-geral de um governo da Guiné, dependente de Lisboa, tendo ainda por cima um outro secretário-geral como colega. *«E também não acredito que os portugueses aceitassem uma independência a longo prazo da Guiné»*, acrescenta. *«Havia, é certo, a posição de Amílcar Cabral que devíamos estar sempre dispostos a negociar: quando os portugueses quisessem nós também deveríamos estar prontos. Só que a independência da Guiné teria inúmeras implicações: os portugueses teriam, no mínimo, de mudar de governo. Do nosso lado, quais as garantias que teríamos — o exército seria português, a polícia seria portuguesa?... Além do mais, os portugueses sabiam que perdendo a Guiné seria o fim de um ciclo político. Por conseguinte, estavam amarrados: não podiam dar passo nenhum porque haveria o efeito imediato. Uma solução*

seria abandonar a Guiné e deixar os brancos proclamarem a sua independência em Angola e Moçambique, mas, mesmo isso, na óptica deles, não fazia sentido. Para nós, o importante era proclamar a independência da Guiné e procurar os seus efeitos em Cabo Verde. Aliás, de um modo geral, para nós, era preciso bater os portugueses numa frente. Se caísse, por exemplo, Moçambique isso teria efeitos em Cabo Verde, na Guiné, em Angola...»[32]

E quanto às iniciativas de paz tentadas por Léopold Senghor, Pedro Pires esclarece que elas partiram sempre do presidente senegalês e não do PAIGC. *«Ele dava conhecimento ao Amílcar Cabral; e se não me engano, também comentando esta questão, o Amílcar lhe terá dito o seguinte*: "O sr. é o presidente da República de um país, não deve estar a negociar com um governador colonial. O seu colega é o presidente português." *A minha impressão é que o Amílcar não acreditava nessa possibilidade de paz tentada pelo Senghor e Spínola. E, para todos os efeitos, o Senghor não era mandatário do PAIGC.»*

Pires justifica o esforço de Senghor evocando os efeitos que a guerra na Guiné vinha causando no seu país. *«O Senghor talvez fosse mais lúcido que o Sékou Touré, que era um intransigente. Talvez estivesse a ver uma solução gradual para o problema da Guiné, só que ele não conhecia a natureza do colonialismo português e, muito menos, o regime em vigor em Portugal na altura. Por exemplo, cultivou-se durante muito tempo o mito que, nas colónias portuguesas, não havia racismo. Ora, não há colonialismo sem racismo. E havia gente que não percebia isso.»*

Ao analisar a atitude do chefe de Estado senegalês, Abílio Duarte vai mais longe, pois acredita que tanto Sékou Touré como Senghor alimentavam as suas próprias ambições. *«Quer um, quer outro, procurava manobrar no sentido de garantir os seus próprios interesses, quer em termos de ambições de Estado, quer em termos das suas posições político-ideológicas. Senghor opôs-se sempre a que utilizássemos o Senegal para operações militares na Guiné, enquanto o Sékou Touré foi de longe muito mais aberto no seu apoio ao PAIGC. O Senghor tinha um receio enorme que pudéssemos instalar na Guiné-Bissau um regime que fosse diferente do dele.»*[33]

Dentre os antigos dirigentes do PAIGC, Luís Cabral é aquele que, sobre este mesmo assunto, possui a resposta mais dura. Confrontado com a afirmação de António de Spínola de que entre ele e Amílcar havia quase que um entendimento, a sua reacção é automática e explosiva: *«Esta é uma das grandes mentiras do Spínola, que devia ter um pouco mais de respeito pela memória do Amílcar! O Amílcar não ia deixar a sua carreira de engenheiro agrónomo, dos mais bem pagos, para acabar como secretário-geral de um governo do Spínola. Aliás, o Spínola é um* bluff, *como militar e como político. Como cabo de guerra foi derrotado na Guiné, e depois transformou-se num político, mentiroso ainda por cima!»*

Luís Cabral esclarece igualmente que se Portugal quisesse ter en-

contros a sério com o PAIGC não haveria problemas da parte dos dirigentes desse partido. E quanto a Senghor, revela: *«Num encontro com Amílcar, ele tentou convencê-lo da necessidade de não cortar as possibilidades de entendimento com os portugueses. O Amílcar respondeu-lhe*: "O sr. faça a sua luta, que nós fazemos a nossa". *Ou seja, ele que continuasse a procurar uma mediação com os portugueses, que, da nossa parte, iríamos prosseguir com a guerra até eles perceberem que não havia outra saída. Depois de Cap Skiring, o Amílcar disse ao Senghor*: "Um chefe de Estado não deve encontrar-se com um cabo de guerra da Guiné; deve encontrar-se com o seu homólogo português".»

À semelhança de Luís Cabral, Pedro Pires e Osvaldo Lopes da Silva, também Aristides Pereira não acredita na revelação de António de Spínola e tão-pouco perde muito tempo com o assunto: *«Não faz sentido, e nem entra na cabeça de ninguém.»*

PAIGC: Comité Coordenador em Portugal

Em Portugal, com a deslocação, no início dos anos 70, de um número significativo dos universitários cabo-verdianos em Coimbra e dos alunos da Escola Agrícola de Santarém para Lisboa, o Comité Coordenador do PAIGC não só recupera o dinamismo de outrora, como também conhece um dos períodos mais activos da sua história, segundo afirma Manuel Faustino. *«Com a nossa acção, o Comité vai retomar o dinamismo, inclusive a nível do operariado. Grande parte dos estudantes era de Santiago, pelo que o contacto vai ser muito mais fácil, na medida em que a maioria dos emigrantes era dessa ilha. Essa massa de estudantes vai quebrar a distância entre a cúpula do PAIGC e as pessoas. Vai haver na prática um "boom" do partido.»*

Um dos estudantes que actuava entre os trabalhadores cabo-verdianos era Júlio Martins. Há muito em Portugal, ele é mobilizado em 1970 por José Luís Fernandes. Depois de uma estada em Cabo Verde em 1972, Julinho, como geralmente é tratado, acabou por regressar a Lisboa por falta de espaço de manobra, uma vez que a Pide/DGS dominava por completo Santiago, ilha de onde é natural. *«Actuava com o Sérgio Centeio no meio dos estudantes do Liceu da Praia, tinha ligações com a malta da Achadinha e Fazenda e servia de contacto com os presos no Tarrafal, através do Pedrinho, meu irmão. Mas a Pide estava de tal modo à vontade que se dava ao luxo de nos enviar contra-fé pelos Correios — era a sua forma de não chamar a atenção das pessoas. O indivíduo era chamado a comparecer na sede da Pide e lá era interrogado. O trabalho era arriscado e a nossa vulnerabilidade era tal que não havia como fugir. A minha irmã Loló [Maria da Glória] foi interrogada pela Pide, o meu irmão Dany tinha sido preso em Portugal e vi que não tinha muitas chances aqui. Regressei a Portugal em 1973 para continuar os meus estudos em Medicina, ao mesmo tempo que retomei o*

trabalho de mobilização dos trabalhadores.»[34]

Por essa altura, o Comité Coordenador do PAIGC em Portugal é constituído por cinco elementos: Amaro da Luz, Manuel Faustino, José Luís Fernandes, Emanuel Pereira Silva (Pereirinha) e Marcelino Lima, o único guineense do grupo. A cultura da clandestinidade e o moralismo revolucionário (nem sempre válido para todos os elementos, a dar fé em certas vozes) são algumas das marcas desse período, com os seus reflexos na conduta individual de cada militante ou dirigente, não faltando, no entender de Faustino, a intriga e vários outros procedimentos incorrectos. Esta fase é igualmente caracterizada pela efervescência ideológica, que se fazia sentir, agora mais do que nunca, nos meios universitários em Portugal.

«A gente estabelece contactos com o PCP, com grupos maoístas, trotskistas etc. Isso tem reflexos dentro do PAIGC, não que as pessoas se fragmentassem... », ressalva Manuel Faustino. *«O que se sente é que há influências mais diversas nas pessoas, o que não impedia que cada um fizesse uma distinção clara entre os deveres nacionalistas e as simpatias ou as diferenciações ideológicas. Em geral, grande parte das pessoas se reclamava do marxismo. E desde que se concordasse com a independência e a unidade Guiné-Cabo Verde podia-se ser militante do PAIGC — era o que dizia o programa mínimo. A partir disso, cada um podia fazer as suas opções. Esta era a realidade que tínhamos e com ela se conviveu.»*

Júlio Martins tem, todavia, opinião diferente. *«Volvidos 25 anos, julgo que os intervenientes desse processo não negam que o aspecto ideológico acabou por tomar peso preponderante no enquadramento político dos estudantes. Havia entre nós uma profusão da literatura trotskista e maoísta, em detrimento dos textos do PAIGC ou de Amílcar Cabral. Havia também uma hostilização aos textos de Samora Machel. Tanto Cabral como Machel eram considerados próximos do maoísmo. Começou-se a contestar, primeiro de forma velada, certas ideias de Cabral, nomeadamente a tese do suicídio da pequena burguesia. Havia também gente que afirmava que Cabral estava ultrapassado.»*

Para Martins, tais diferenças ideológicas acabaram por se transformar num fenómeno perceptível, assumindo-se ele próprio como simpatizante do maoísmo. *«Lendo as obras de Mao Tsé-tung, eu sentia-me muito mais próximo da realidade colonial de Cabo Verde.»*

Durante algum tempo, Martins reside em Lisboa no mesmo apartamento de Manuel Faustino e outros cabo-verdianos ligados ao PAIGC, o que, de certa forma, faz dele um conhecedor especial de certos meandros da vida interna desse partido em Portugal, embora haja factos a que não teve acesso, uma vez que não perfilhava a mesma ideologia trotskista dos seus companheiros de residência. Mais do que um imperativo ditado pela segurança interna, havia, sobretudo, segundo ele, um tratamento diferenciado entre aqueles que estavam ou não próximos

daquela ala. Este tipo de tratamento começava, na sua opinião, a partir da própria mobilização de cada novo aderente à causa nacionalista. *«O primeiro contacto era feito, geralmente, através dos núcleos portugueses de esquerda nas faculdades, que tinham inclusive uma atitude paternalista em relação aos estudantes africanos. Toda essa actividade acabava por empurrar os novos mobilizados para uma determinada área ideológica.»*

Neste processo de conquista, Martins compara a conduta de Manuel Faustino com a de José Luís Fernandes, tidos então como os verdadeiros líderes do PAIGC em Portugal, já que Amaro da Luz assumia uma atitude mais discreta e distante em relação à massa militante. *«O Djidjé não era do tipo de indivíduo que procurava influenciar através da ideologia. Ele mobilizava, fazia a formação básica e, com essa formação, cada um procurava depois os grupos que quisesse. O mesmo comportamento tinha, por exemplo, o Sérgio Centeio. O Faustino, não, mostrava nitidamente que tinha uma posição trotskista. Com a sua influência, ele acabou por arrebanhar elementos que eram tidos de outras áreas, nomeadamente do maoísmo. A influência dele era uma coisa notória.»*

Havia também os debates ou as discussões informais que iam surgindo da decorrência do convívio entre os militantes ou simpatizantes. De simples troca de pontos de vista, essa situação vai evoluir até atingir o que Martins considera o radicalismo ideológico. *«Da minha parte fui-me dando conta de que dentro das próprias estruturas do partido os cabo-verdianos que estavam próximos da literatura chinesa começaram a ser marginalizados, em favor dos trotskistas. E ninguém me tira da cabeça o seguinte: já nessa altura havia uma preocupação da LCI em ter um destacamento organizado em Cabo Verde, porque isso era uma coisa evidente. Não se pode esquecer que o PAIGC era o movimento de libertação com mais prestígio. O Faustino tinha amizade com Cabral Fernandes, líder máximo da LCI em Portugal.»*

Para Júlio Martins, o choque que acaba por surgir entre os trotskistas e os maoístas é um dos piores momentos na vida do PAIGC em Portugal, fenómeno que vai ganhar maiores proporções com o 25 de Abril e, principalmente, após a independência de Cabo Verde, em 1975. Antes destes dois marcos, uma das consequências dessa divergência faz-se sentir quanto à estratégia a ser adoptada na mobilização dos trabalhadores cabo-verdianos. *«Influenciado pelas suas ideias, os trotskistas defendiam que os trabalhadores cabo-verdianos deveriam integrar a luta do operariado português, enquanto os maoístas, pelo menos eu, defendíamos que não. Para mim, o mais importante era envolver a nossa gente na luta pela independência nacional, o que não significava que não pudéssemos apoiar a luta dos trabalhadores portugueses, mas nunca como uma prioridade. Para o Faustino, o trabalhador era trabalhador em qualquer parte do mundo, porque o operariado, segundo ele, não tinha pátria.»*

Internamente, a vida dos revolucionários cabo-verdianos pros-

seguia. Mais tarde, o Comité Coordenador envia a Conakry um manifesto, escrito, segundo Manuel Faustino, por José Luís Fernandes, intitulado "Nota prévia sobre alguns princípios que devem nortear o nosso trabalho"[35], no qual os seus autores se assumem como um grupo marxista-leninista dentro do PAIGC. Isso, note-se, numa altura em que a direcção desse partido em Conakry procura evitar esse tipo de etiquetas, por mais evidentes que fossem as suas ligações com o bloco socialista. *«Quisemos apressar a definição da natureza do partido»*, justifica Amaro da Luz, um dos subscritores do manifesto. *«Para nós era uma coisa normal»*, acrescenta Manuel Faustino, para quem *«quase todo o mundo era ou simpatizava com o marxismo»*.

Longe de considerar normal tal iniciativa, Jorge Querido recorda o choque e a apreensão que ela provocou nele: *«Tal documento, perigosamente fraccionista numa altura em que a unidade era essencial para o avanço da luta, levou-me a suspeitar de que algo de anormal se passava, apesar das afirmações em contrário dos responsáveis em Portugal que, a todo o custo, tentavam evitar que eu tivesse contactos com elementos de base ou mesmo do Sub-Comité, alegando razões de segurança».*[36] No seu esforço, Querido acrescenta que acabou por descobrir que aos grupos de base do PAIGC *«era fornecido abundante material formativo de orientação "trotskysta", proveniente em grande parte do "grupelho político" português Liga Comunista Internacionalista (LCI), sendo-lhes praticamente retirado tudo quanto se relacionasse com os Movimentos de Libertação»*.

«Não havia preocupação fraccionista entre nós», defende Manuel Faustino, para quem a "Nota prévia..." esteve muito longe de ter alterado o conteúdo programático ou a vida organizativa do PAIGC em Portugal ou em Cabo Verde. *«O que havia era uma certa desfasagem entre nós e o pessoal que estava em Conakry. Estávamos metidos noutro ambiente, mais intelectualizado, com debates permanentes... Tínhamos nessa altura um boletim onde cada um, sob pseudónimo, debatia com os outros as suas ideias, era uma forma de fazer circular ideias, sem preocupação fraccionista. Alguns desses boletins foram enviados a Conakry. Lembro-me, por exemplo, que um dia alguém escreveu algo sobre o exército, se devia ou não haver Forças Armadas, que deu uma grande confusão. A leitura que algumas pessoas fizeram é que nós éramos contra. No boletim aceitava-se tudo, menos a contestação de certos princípios, como disse, a independência e a unidade com a Guiné. Foram publicados textos sobre a família, a religião... Da nossa parte, recebíamos o* **PAIGC actualités**, *que era importante para os nossos contactos ou abordagens. Mas sobre Cabo Verde praticamente não havia nada, a não ser as proclamações de sempre, denúncias sobre a fome, prisões etc. Então, sobre a malta de Portugal, não havia absolutamente nada!»*

Para Júlio Martins, o acesso ao **PAIGC actualités** era precisamente privilégio de poucos militantes, mais concretamente daqueles que esta-

vam identificados com os trotskistas. *«Pessoalmente, só vim a ter acesso ao* **PAIGC actualités** *já em Cabo Verde, em 1972, com Sérgio Centeio e depois do 25 de Abril.»*[37]

Entretanto, alertados pelos seus velhos aliados do PCP, os responsáveis do PAIGC em Conakry passam a preocupar-se de forma particular com o que se estaria a passar no seio da sua estrutura em Portugal e em Cabo Verde, uma vez que os choques entre estas duas secções tornara-se também insustentável. No caso de Portugal, os comunistas portugueses queixam-se, sobretudo, das suas dificuldades em contactar as estruturas do PAIGC, tal é a divisão que passou a haver no seu seio. Amaro da Luz considera natural a atitude do PCP, na medida em que esse partido nunca conseguiu dominar o Comité de Coordenação. *«Era natural que tivessem feito alguma intriga contra nós. Da malta, eu é que estava mais ligado ao PCP, porque a minha faculdade — Económicas — era dominada pelos comunistas. O Faustino tinha ligações com Isabel do Carmo, afecta aos trotskistas.»*

De qualquer modo, há quem afirme que a proliferação de relações dos dirigentes cabo-verdianos com os vários sectores da esquerda portuguesa acaba por afectar a vida interna do PAIGC em Portugal. Neste sentido, a prisão de Manuel Delgado, em Fevereiro de 1974, é apontada por um notório activista desse tempo como uma consequência da opção do Comité Coordenador pelos esquemas da LCI, em detrimento dos do PCP, informação que o próprio Delgado, no entanto, desmente, sublinhando, todavia, que as suas relações com Faustino não eram as melhores. *«A minha fuga foi, como sempre, organizada pelo PCP e a minha prisão ficou a dever-se a um incidente que considero lamentável, um azar, simplesmente... Fui preso a 4 de Fevereiro, já em Espanha. Estava acompanhado por outros militantes do PCP. Consegui dar o* salto, *enquanto eles foram presos na fronteira. A DGS espanhola apanhou-me e fui devolvido a Portugal. Como era militar, estive preso na Trafaria e cheguei a ser visitado, pelo menos uma vez, pelo Zé Polampa. Foi ele, aliás, quem me põe em contacto com o pessoal do PCP que organiza a minha fuga. As nossas relações com os comunistas portugueses nunca foram cortadas.»*[38]

Mais precavido, quando, em Lisboa, também nos primeiros meses de 1974, o Comité Coordenador procura convencer Jorge Querido a passar à clandestinidade, para posteriormente ser evacuado de Portugal, desconfiado das intenções dos seus camaradas, ele nega-se a fazê-lo, como se verá mais adiante. De acordo com uma fonte envolvida neste processo, o Comité Coordenador elabora um relatório sobre o caso, que é enviado a Conakry e no qual se *«arrebenta com o Jorge»*.

Acrescenta a mesma fonte que, no processo de neutralização ou combate a Querido, nem todas as informações que este enviava do seu trabalho em Cabo Verde eram remetidas a Conakry; quando muito, os

seus dados eram devidamente peneirados ou deturpados e só depois reenviados ao destinatário. Uma dessas questões terá sido o processo de aquisição de terras no interior da ilha de Santiago, um projecto concebido como forma de o PAIGC empregar alguns dos seus dirigentes ou activistas (Alexandre Ramos de Pina, Sérgio Centeio e outros), para além dos trabalhadores mobilizados para a luta da independência.

A distância e as dificuldades de comunicação entre a sede do PAIGC em Conakry e as suas estruturas em Lisboa e na Praia acabam também por originar alguns choques ou mal-entendidos junto dos militantes da independência. O aprofundamento e aceleramento da luta em Cabo Verde, o engajamento dos militantes são, entre outros, motivos de uma carta de Amílcar Cabral, mas assinada por Aristides Pereira[39], dirigida aos *«camaradas»* Neco Landin [i.e. João Pereira Silva], Morna [i.e. Amaro da Luz] e Tóia [i.e. Haydée Avelino Pires, que mais tarde se afastará do PAIGC], na altura os responsáveis pelo Comité de Portugal. A missiva é, por assim dizer, uma oportunidade para Conakry pôr alguns pontos nos ii, não obstante a sua compreensão face à impaciência ou *«até mesmo uma certa irreverência»* dos referidos dirigentes, que em carta haviam manifestado preocupação quanto ao estado da luta em Cabo Verde, em termos que desagradam à direcção do partido. Comparando o tom dos referidos remetentes e o de IK [Ioti Kunta, i.e. Jorge Querido] sobre a luta nas ilhas, a carta de Conakry não deixa de registar *«o tom apressado e imperativo»* dos primeiros, em contraste com *«o carácter concreto, calmo e compreensivo do relatório que recebemos dos camaradas de Cabo Verde»*.[40]

Portanto, enquanto Lisboa defende *«precisamos passar à fase seguinte da nossa luta e temos de saber concretamente do que podemos dispôr em valores humanos e materiais»*, Praia afirma que *«assim que tivermos o Partido solidamente instalado em Cabo Verde, o que contamos ver realizado até fins de 1970, enviaremos um camarada ao exterior a fim de estudar com os camaradas do Comité Central do nosso Partido a passagem à etapa seguinte da nossa luta em Cabo Verde»*.

«Os camaradas que estão em Portugal», prossegue a direcção superior do PAIGC, *«têm uma tarefa importante a cumprir: mobilizar e organizar os nossos estudantes, desenvolver a consciência política e partidária entre eles e entre os emigrados da nossa terra, manter ligações com Cabo Verde, enviar camaradas para Cabo Verde para trabalharem pelo Partido e enviar camaradas para o exterior, para evitarem de ser incorporados no exército colonial. Em Cabo Verde há tarefas claras, bem definidas, para os militantes e combatentes do Partido. Temos todos de fazer o esforço necessário para evitar confusões, que podem ser prejudiciais à luta. É nossa obrigação não permitir isso e, enquanto tivermos de responder pelas responsabilidades que são nossas, cada Secção do Partido só será informada do que é indispensável à sua acção.*

Esta é uma norma de qualquer luta de libertação e do nosso Partido, em particular, a qual não implica falta de confiança nos camaradas, que, por seu lado, não têm qualquer razão para não confiar na direcção do Partido.»

Escrita nos finais de 1968 ou 69, esta carta é demonstrativa do estado de espírito reinante entre os combatentes cabo-verdianos, que, em Portugal ou nas ilhas, ansiavam passar à "fase seguinte" da luta. Esta vai ser, na verdade, uma questão que vai continuar a inquietar, por vezes de forma dramática, a ala cabo-verdiana do PAIGC, mesmo entre os seus membros que se encontram a combater na Guiné, como se verá mais adiante.

Notas

[1] **O Arquipélago**, Praia, 11-03-71.
[2] Torcato Sepúlveda, "Coimbra: espontaneidade... e disciplina", **Expresso**, Lisboa, 15-04-89.
[3] Entrevista: Torcato Sepúlveda, Praia, Junho, 1995.
[4] Entrevista: Torcato Sepúlveda, Lisboa, 12-02-96.
[5] J. Silva Cunha, **Ainda o "25 de Abril"**, p. 92, Centro do Livro Brasileiro, Lisboa, 1984.
[6] Entrevista: Amélia Araújo, Praia, 19-06-95.
[7] Arquivos da Pide, Torre do Tombo, SR.
[8] João Paulo Guerra, op. cit., p. 220.
[9]José Vicente Lopes, "Lembrança do general", **A Semana**, Praia, 19-08-96.
[10] Entrevista: Ana Maria Cabral, Praia, 05-06-95.
[11] Estas palavras de Amílcar Cabral foram proferidas por altura da renovação da comissão de António Spínola na Guiné, em Maio de 1972. Arquivo Luís Leite.
[12] PAIGC, "Para reorganização das Forças Armadas Revolucionárias do Povo, estudo da situação do inimigo, da nossa situação e descrição da nova organização das FARP". Novembro de 1966. (Uma pequena parte foi publicada em Obras completas de Amílcar Cabral, Unidade e luta, II vol., Seara Nova) Arquivo particular.
[13] Entrevista: Osvaldo Lopes da Silva, Praia, 10-07-95.
[14] Entrevista: Silvino da Luz, Praia, 07-02-95.
OBS: A operação de tomada de Madina de Boé esteve inicialmente a cargo de Humberto Gomes e Marcelino Correia. Os cabo-verdianos chegam pelas mãos de Lourenço Gomes e o seu papel foi mínimo, segundo fontes várias.
[15] "Quem invadiu e como a Guiné Conakry", **Expresso**, Lisboa, 03-01-76.
[16] Id.
[17] "Como falhou a invasão da Guiné Conakry", **Expresso**, Lisboa, 07-01-75. Vide também José Freire Antunes, **Nixon e Caetano...**
[18] Entrevista ao **Público**, Lisboa, 21-05-91.
[19] Entrevista: Carlos Reis, Praia, 23-01-95.
[20]Alpoim Calvão, **De Conakry ao M.D.L.P.**, Intervenção, Lisboa, 1976.
[21] Entrevista: Osvaldo Lopes da Silva, Praia, 22-06-95.
[22] De acordo com o **Expresso** (03 e 07-01-76), Januário Lopes tinha sido antigo combatente do PAIGC, que fora preso e cooptado por Spínola, que fez dele tenente. De acordo com o mesmo jornal, Amílcar Cabral não descartava a hipótese de voltar a recuperá-lo. Zacarias Saiegue, outro comando africano, diria mais tarde a Spínola ter

tido problemas de consciência em atacar os seus irmãos de Conakry. A resposta, pronta e ríspida, do general foi: *«O comando não tem consciência, cumpre cegamente as ordens».*

[23] Léopold Sédar Senghor, "Ler Cabral hoje", in **Continuar Cabral**, Simpósio internacional Amílcar Cabral, p. 63, Grafedito/Estampa, Cabo Verde, Janeiro de 1983.

[24] António de Spínola, **País sem rumo**, pp. 27, Scire, Lisboa, 1978.

[25] Id., ibid., p. 27 e 28.

[26] Marcello Caetano, **Depoimento**, p. 190, Record, Rio de Janeiro, 1974.

[27] Id., ibid., p. 191.

[28] António de Spínola, op. cit., p. 32.

[29] Eduardo Mascarenhas, "Autodeterminação foi ignorada", **Diário de Notícias**, Lisboa, 26-11-93.

[30] Como se veio a saber anos mais tarde, não obstante tal posição, um emissário de Marcello Caetano haveria de encontrar-se com três representantes do PAIGC em Londres, em Março de 1974.

[31] José Freire Antunes, op. cit., p. 250.

[32] Entrevista: Pedro Pires, Praia, 17-04-95.

[33] Entrevista: Abílio Duarte, Carnaxide, 23-03-95.

[34] Entrevista: Júlio Martins, Praia, 14-09-95.

[35] Interpelado sobre esse assunto, José Luís Fernandes assume-se como um dos *«participantes activos»* do referido documento, uma vez que o texto foi, segundo ele, escrito em várias mãos. Entrevista: Praia, 12-09-95.

[36] Jorge Querido, **Cabo Verde, subsídios para a história da nossa luta de libertação**, p. 46. Vega, Lisboa, 1990.

[37] Entrevista: Júlio Martins, Praia, 25-08-95.

[38] Entrevista telefónica: Manuel Delgado, Lisboa, 08-11-95.

[39] *«Cabral passava a vida a escrever cartas que punha os outros a assinar»,* afirma uma fonte que esteve em Conakry. Da sua parte, Pereira assume, com naturalidade, que várias vezes assinou a correspondência de Cabral. *«As coisas mais correntes, não estando ele, eu ou outra pessoa escrevia. Era uma forma de despacharmos os assuntos pendentes ou mais correntes.»*

[40] "Carta aos camaradas Neco Landin, Morna e Tóia", subscrita por Aristides Pereira. Esta e outras cartas de Amílcar Cabral deverão ser publicadas em volume pela Fundação Amílcar Cabral.

17
CABO VERDE:
A SITUAÇÃO (CONTINUA) CONTROLADA

Também em Janeiro 1970, o brigadeiro António Lopes dos Santos é, na Guiné, convidado pelo ministro Silva Cunha para ser governado de Cabo Verde, em substituição de Leão do Sacramento Monteiro. Homem com larga experiência administrativa (tinha sido governador de um distrito de Moçambique e, mais tarde, de Macau), Lopes dos Santos conhecia a capacidade mobilizadora do PAIGC e julgava conhecer igualmente o antídoto que o general António de Spínola vinha utilizando, com algum sucesso na altura, contra aquele movimento na Guiné. Quando recebe o convite, o futuro governador de Cabo Verde era comandante-operacional adjunto do Comando-Chefe das Forças Armadas da Guiné.

Antes porém de assumir o novo cargo, Lopes dos Santos tenta chamar a si, por acumulação, as funções de comandante-chefe das Forças Armadas em Cabo Verde, mas encontra a oposição dos ministros da Defesa, general Sá Viana Rebelo, e da Marinha, almirante Victor Crespo. Já na Praia, propõe a alteração da orgânica do arquipélago, com sua divisão em dois distritos — Barlavento e Sotavento — , encabeçado por um governador cada, dependentes no topo de um governador provincial. Na sequência da revisão constitucional de 1971, que pretendia alargar a autonomia das colónias, tal figurino é aprovado em Dezembro de 1972 (decreto 541/72), mas nunca posto em prática, não obstante a nomeação, em Janeiro de 1974, de um governador para Barlavento.[1]

Lopes dos Santos acreditava que uma administração forte poderia acelerar o desenvolvimento das ilhas: *«A descontinuidade territorial foi sempre um factor de estagnação em Cabo Verde. As ligações entre as ilhas eram péssimas, feitas em barquitos a cair aos pedaços. A ligação aérea era apenas entre Santiago, S.Vicente e Sal».*[2] Aliás, foi durante o seu governo que os TACV adquiriram os dois HS-748, com capacidade de 48 passageiros cada, que asseguraram durante mais de duas décadas, a ligação entre as três principais ilhas do arquipélago.

Sentir e viver os problemas de Cabo Verde

Não foi sem emoção que António Lopes dos Santos aceitou rece-

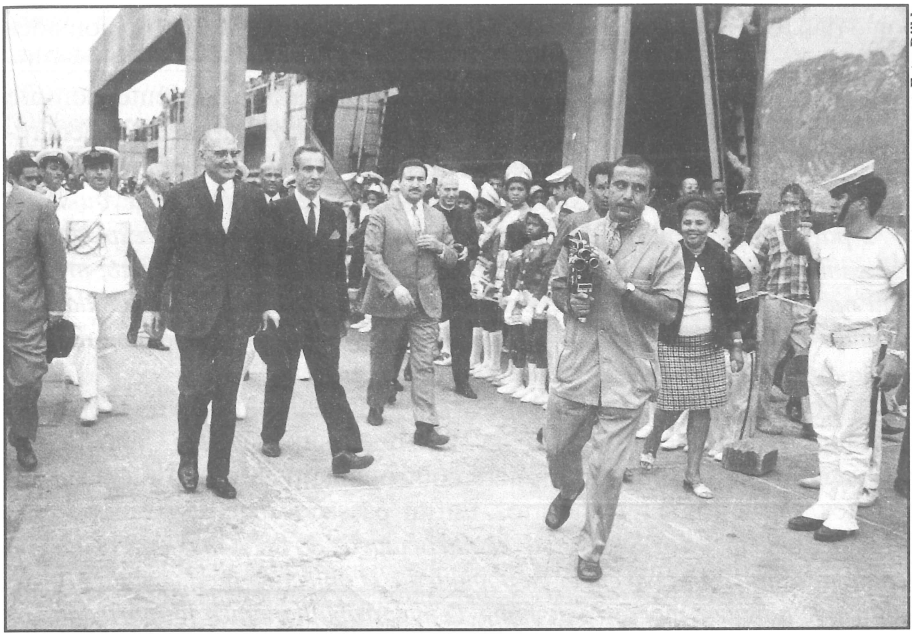
ber-me em sua casa em Oeiras. General reformado, aos 75 anos, era a primeira vez, em 20 anos, que voltava a conversar demoradamente com alguém sobre Cabo Verde.[3] Desde que deixara as funções de governador em Março de 1974, nunca mais cruzou com as ilhas, ainda que, por aquela altura, o general António de Spínola, já investido nas funções de presidente da República, o tenha tentado convencer a regressar ao arquipélago para aqui conduzir o processo da autodeterminação ou, em último caso, da independência do arquipélago. E foi assim que o capitão-de-fragata Henrique da Silva Horta acabou por ser o escolhido para essas funções.

Lopes dos Santos, que se diz um *«apaixonado por Cabo Verde»,* não esconde a sua satisfação por, entre os antigos territórios ultramarinos portugueses, Cabo Verde ser *«o que melhor se governou e tem acompanhado o progresso».* Pede desculpas para dizer que uma das razões disso é os cabo-verdianos não serem africanos: *«Intelectualmente estão ao nosso nível. Eu diria mesmo, ao nível da Europa!»*

De Março de 1970 até Março de 1974, Lopes dos Santos vai tentar implementar o que os dirigentes do PAIGC chamavam então de *«Cabo Verde melhor»,* tanto mais que a sua primeira exposição, como governador, apresentada em 18 de Maio ao Conselho Legislativo de Cabo Verde, se intitula *«Para uma vida melhor».*[4] Ele assume o comando de Cabo Verde numa altura de particular importância política. Havia a guerra colonial, o arquipélago atravessava o seu terceiro ano consecutivo de seca; com a guerra na Guiné, o PAIGC era um importante factor de pressão sobre Portugal, já que os seus dirigentes não perdiam oportunidade para denunciar internacionalmente a situação em que as ilhas se encontravam. Lisboa, neste caso, o governador, ressente-se disso e tudo faz para anular os efeitos de tais acusações. Mas a natureza não ajudava: *«A seca criava-nos extremas dificuldades, por um lado. Por outro, era preciso mentalizar as pessoas que tinham de ser elas próprias, através da solidariedade, isto é, através de um sistema de apoio, a fazer o principal».*

Com uma população à volta dos 270 mil habitantes, resultado em poucos anos de um crescimento considerado explosivo[5], outra grande preocupação da altura do governo era garantir a sobrevivência dos cidadãos em idade economicamente activa: *«Os salários tinham de permitir o sustento de cada família. A nível do abastecimento, havia preços oficiais, abaixo dos geralmente praticados pelo comércio, para determinados produtos considerados básicos, casos do milho, feijão, leite... Havia ao mesmo tempo um trabalho intenso dos médicos na distribuição de vitaminas».*

Outra forma clássica de aliviar a pressão demográfica foi permitir a emigração em massa para Portugal, canalizando essa mão de obra para a construção civil, limpeza urbana e minas. Os cabo-verdianos substituíam, na verdade, o êxodo português para França, Alemanha, Suíça etc.



Lopes dos Santos ao lado de Marcello Caetano, em S. Vicente

Com lágrimas nos olhos, acrescenta Lopes dos Santos: *«Para mim, morrer alguém de fome era tão doloroso como morrer um parente meu. Por isso, 24 horas por dia, 30 dias ao mês, eu senti e vivi, com toda a profundidade, aqueles problemas como se fossem meus. Com o apoio geral das pessoas, foi possível fazer o que se fez. Não tenho memória de alguém que me tivesse posto qualquer obstáculo ao desenvolvimento dos planos que estavam em acção com vista a atenuar as dificuldades que se punham às populações. O empenho era geral. O dr. Teixeira de Sousa, por exemplo, teve um papel notável no combate à malária e à tuberculose, que foram praticamente erradicadas, a lepra foi controlada, a mortalidade infantil estava a diminuir...»*

Do ponto de vista financeiro, a administração de Lopes dos Santos deve ter sido uma das mais bafejadas, pois Lisboa sabia que, também em Cabo Verde, estava a lutar contra o tempo. Dentro da estratégia do *«Estado social»* marcellista, que preconizava a *«protecção dos trabalhadores e da promoção social dos humildes»* [6], o arquipélago é contemplado com elevados investimentos destinados a garantir o sustento da sua população. Em 1971, essas verbas ascendem aos 267. 850 contos, 72 por cento a mais em relação ao ano anterior.[7]

Lisboa aparece, então, como a principal fonte de recursos de Cabo Verde. Através do III Plano de Fomento (1968-73) e parte do IV, que deveria cobrir o período 1974-79, investiu-se na agricultura, pesca, ensino, habitação, transportes, telecomunicações, estradas, escolas etc. Embora frágil e dependente do exterior, mais especificamente de Lis-

boa e das remessas dos emigrantes, o último plano de fomento considera *«bastante animadora»* a evolução da economia cabo-verdiana nos últimos anos, embora os seus indicadores sejam, paradoxalmente, sempre encarados com alguma reserva pelas próprias autoridades. Aliás, em relação ao futuro, o mesmo documento registava: *«O crónico saldo negativo da balança comercial, que em 1966 foi de 211,4 milhares de contos, elevou-se em 1972 para 597,9 milhares de contos, enquanto o coeficiente das exportações pelas importações, que só em 1968 havia mostrado ligeiro acréscimo, prosseguiu na sua curva descendente, caindo, em 1972, para 7,11%, o que dá uma ideia das dificuldades que advêm para o desenvolvimento económico da província do comportamento desta variável estratégica.»*[9]

Por sua vez, o governador afirmava no seu relatório ao Conselho Legislativo de 17 de Novembro de 1970 que a situação, em Cabo Verde, estava controlada. E ela continuará controlada no ano seguinte e subsequentes, a crer nos seus relatórios. Enfim, passados mais de 20 anos da sua missão, diz Lopes dos Santos: *«Quando actuava não tinha outra preocupação senão garantir a sobrevivência da população. O objectivo fundamental era garantir que ninguém morresse de fome. O meu trabalho nunca foi norteado por objectivos de natureza política. É claro que o resultado disso pudesse ser aproveitado ou parecer que era algo de natureza política».*

Visto hoje o fenómeno das independências, António Lopes dos Santos conclui que elas eram inevitáveis. *«Eu, se fosse angolano ou moçambicano, não podia deixar de aspirar à independência. Foi um erro nosso não perceber isso há mais tempo. O prof. Marcello Caetano ainda tentou recuperar o tempo perdido, mas já era tarde. Os contactos entre os portugueses e as populações eram, de maneira geral, bons. Em Cabo Verde era um problema que não se punha porque tudo estava praticamente nas mãos dos cabo-verdianos. Cheguei a dizer aos meus colaboradores:* "Vocês pensem o que quiserem. O que exijo é a lealdade no exercício das vossas funções". *Alguns deles vieram a ter cargos no governo pós-independência. E posso garantir que nunca senti deles a mínima falta de lealdade».*

Puxando pela memória, o antigo governador não deixa de apontar os nomes de alguns deles: Arnaldo França, Adriano Lima, os irmãos Soares de Brito, João Quirino Spencer, a mulher deste, entre outros. *«Todos contribuíram muito para o desenvolvimento de Cabo Verde no período em que lá estive. E desse período há uma coisa de que não me podem acusar: de as minhas intenções não terem sido rectas».*

Avaliando esse período de "Estado social" em Cabo Verde, Amaro da Luz, primeiro governante cabo-verdiano a responder pelo sector financeiro do país, afirma que os recursos postos à disposição do arquipélago na fase final do colonialismo, gastos sobretudo nas brigadas de apoio à população, *«foi um dinheiro atirado fora». «Cabo Verde não viveu nenhuma prosperidade, embora houvesse um certo desafogo. Havia a preocu-*

pação de colocar toda a gente no Apoio, houve também um certo fomento da agricultura; o comércio vivia uma certa euforia, derivada sobretudo da movimentação da tropa que vinha ou ia para a Guiné; os técnicos passaram a ganhar bem. Os beneficiados directos dessa política eram, como é óbvio, contra a independência. Uns, de forma velada, outros, de forma declarada.»[10]

A comissão de António Lopes dos Santos termina em Fevereiro de 1974. É substituído pelo coronel Basílio Seguro, que assume no mês seguinte o comando do arquipélago, depois de ter exercido as mesmas funções nos Açores. Arnaldo França, chefe de gabinete de Lopes dos Santos, teve a sensação de que este saiu de Cabo Verde às pressas: *«Para mim, ele sabia que o 25 de Abril estava a caminho... Encontrei-me com ele alguns dias antes em Lisboa e ele disse-me:* "Isto não aguenta uma semana".»

Notas

[1] **O Arquipélago**, na edição de 17-01-74, noticia que o intendente administrativo José Jerónimo Ferreira da Graça foi nomeado governador do distrito de Barlavento.
[2] Entrevista: General António Lopes dos Santos, Oeiras, 22-03-95.
[3] Por coincidência, três meses depois, António Lopes dos Santos seria convidado a visitar Cabo Verde pelo **Público**, no âmbito de uma reportagem alusiva aos 20 anos da independência do arquipélago.
[4] António Lopes dos Santos, **Para uma vida melhor**, Centro de Informação e Turismo, Praia, Maio 1970.
[5] Curiosa era a preocupação do governador em relação à questão demográfica em Cabo Verde, por ele considerada explosiva. Citando estudos de 1960, concluía, em 1970, que havia no arquipélago um *«um excedente demográfico (...) superior a cem mil pessoas». «Ou se assegura um crescimento económico superior ao crescimento populacional, para garantir um aumento real do rendimento per capita, ou se limita o crescimento populacional, o que se pode fazer directa ou indirectamente».* In **Situação controlada**, pp. 19 e 20.
[6] Marcello Caetano, **Depoimento**, p. 123.
[7] António Lopes dos Santos, **Vitória contra a seca**, Novembro de 1971, Agência Geral do Ultramar.
[8] Presidência do Conselho, **IV Plano de Fomento**, 1974-79, tomo II, p. 11., Ultramar, Lisboa, 1974.
[9] Id., ibid., p. 16.
[10] Entrevista: Amaro da Luz, Praia, 02-02-95.

Cabral e Otto Schacht, na Guiné

18
AMÍLCAR CABRAL
UM HOMEM ENTRE VÁRIOS FOGOS

Assassinado na noite de 20 de Janeiro de 1973, quando, aos 48 anos, se encontrava no auge da sua capacidade intelectual e política, múltiplas são as causas do crime que ceifou a vida a Amílcar Cabral. Consciente do prestígio desse dirigente africano, Lisboa apressa-se a negar qualquer envolvimento nesse facto, sabendo que todos os olhares acusadores se haveriam de virar contra ela. Ao tomar conhecimento da notícia, o general António de Spínola, ainda na Guiné, terá exclamado numa roda de gente das suas relações: *«Lá me mataram o homem!»*

Para Spínola, os ultras do regime, através de Cardoso Alas (chefe da Pide/DGS em Bissau) tinham, assim, acabado com os seus esforços de entendimento com o PAIGC e o seu líder, um homem cujo valor não podia deixar de reconhecer. Afinal, foi enfrentando Cabral e o seu partido que ele, Spínola, chegou à conclusão de que a solução do problema ultramarino português era político e não militar. Também para Alpoim Calvão, chegado o momento de se negociar com a guerrilha, Lisboa não tinha *«vantagem em eliminar Cabral»*.[1] Por isso, ninguém o convence de que não foi Sékou Touré e gente do próprio PAIGC os responsáveis pelo crime.

A notícia do crime correu célere e foi manchete dos mais importantes jornais do mundo. Em África a condenação é unânime, com excepção da África do Sul, Rodésia e Malawi. Os mais importantes líderes africanos de então — Léopold Senghor (Senegal), Houphouet Boigny (Costa do Marfim), Hassan II (Marrocos), Houari Boumedienne (Argélia), Julius Nyerere (Tanzânia), Ahmadou Ahidjo (Camarões), Yakubu Gowon (Nigéria)... — não deixam de se inclinar *«respeitosamente diante da memória do mártir Amílcar Cabral»*.[2] Este, segundo o irmão Luís, era tão estimado que chegou a ser chorado nas ruas de Argel.

Em Luanda um grupo de cabo-verdianos sente de modo particular a morte do líder do PAIGC. *«Soubemos da notícia no domingo»*, conta Milú Duarte. *«O Manecas tinha ido à praia e o Fernando Fortes telefonou-lhe, mas não disse nada. Ele aparece e o Manecas já estava em casa. O Fortes abraça-o e começa a chorar. O Manecas pergunta-lhe:* "O que é que se passa?". *Entretanto, logo a seguir, desce o Humberto [Duarte Fonseca] que também escutara a notícia na BBC, e os três fecham-se no quarto, como era habitual quando queriam*

conversar sobre política. Depois chega a Yolanda Morazzo e outras pessoas. Foi um dia muito triste para nós todos.»

Em Cabo Verde a morte de Amílcar Cabral foi, como não podia deixar de ser, particularmente sentida por aqueles que estavam ligados ao PAIGC, não tendo podido, contudo, como era óbvio, manifestar de forma aberta a sua dor. No presídio do Tarrafal, segundo Pedro Martins, a notícia foi encarada inicialmente com descrença, e quando constataram que era verdade os presos deixaram-se cair prostrados.

A nível da imprensa, o tratamento dispensado à morte de Amílcar Cabral é lacónico. **O Arquipélago**, o único jornal existente na colónia, limita-se a transcrever, uma semana depois, excertos das agências noticiosas que citam as declarações de Sékou Touré sobre o assunto. E, como causa do crime, aquele semanário aponta as desinteligências internas que *«há muito reinam entre os elementos do PAIGC». «Recorde-se, ainda, que o entendimento entre Amílcar Cabral e Sékou Touré deixara de ser tão estreito como ao princípio e, segundo informações dignas de crédito, Cabral não escondia aos seus íntimos o seu receio de um golpe dentro do próprio PAIGC, para lhe retirar o secretariado-geral do movimento, e de um possível acordo secreto entre o Presidente da Guiné e o Presidente Leopoldo Senghor, para a divisão da Guiné Portuguesa entre os dois países, com a fronteira a seguir, mais ou menos, a linha do rio Cacheu».*[3]

Também o Ocidente não deixa de expressar a sua indignação e condenação, para aflição de Lisboa. Numa entrevista, Olof Palme, primeiro-ministro da Suécia, refere-se ao líder do PAIGC nestes termos: *«Uma das mais impressionantes personalidades que até agora encontrei».* Na mesma linha, o líder dos socialistas franceses, François Mitterand, escreve nas páginas do **L'Unité**, jornal do Partido Socialista: *«É preciso ter ouvido Cabral. A doçura das suas palavras traduzia a delicadeza de um pensamento que permanecia disponível em torno de um ponto fixo: a liberdade, essa conquista. Portugal perdeu, com ele, o adversário mais sensível, melhor formado nos seus valores».*[4]

No continente americano, para além de Cuba, onde a morte de Amílcar Cabral é particularmente sentida, nos EUA, quer a imprensa, quer os mais diversos políticos não deixam de juntar a sua voz ao coro daqueles que vinham reconhecendo o valor do líder do PAIGC. O senador Edward Kennedy é um deles. *«Estou convencido que todos os americanos amantes da paz se juntarão a mim para deplorar esta morte trágica. Que a morte de Cabral mostre ao mundo, uma vez mais, que a aspiração à autodeterminação é universal»*, diria numa declaração pública.[5]

Temendo represálias, a embaixada portuguesa na ONU pede às autoridades americanas protecção aos interesses portugueses nos EUA, face ao número de telefonemas de protesto que se misturam com ameaças.[6] Lisboa aprendia, por própria conta, que poucos tinham sido os líderes

africanos a conseguir a projecção mundial de Amílcar Cabral. E dele escreveria o insuspeito jornal londrino **The Times**, dois dias depois do seu assassinato: *«Amílcar Cabral era um dos mais extraordinários dirigentes e pensadores da África moderna.»*

Por fim, como culminar da onda do reconhecimento do prestígio internacional de Amílcar Cabral, o Comité dos 24 da ONU, em cuja Assembleia Geral ele discursara na sessão de Outubro, organiza, a 2 de Fevereiro, uma sessão solene, na qual é enaltecida a importância histórica daquele dirigente. A cerimónia é presidida pelo tanzaniano Salim Ahmed Salim, e decorre na grande sala da Assembleia Geral, o que não deixa de constituir mais um embaraço para Portugal.

O grande mistério

O assassinato do seu líder fere de morte o PAIGC e o seu esclarecimento é, até hoje, um dos grandes mistérios da luta de libertação da Guiné e de Cabo Verde. Muito à sua maneira, Sékou Touré assume o comando das investigações, e os dirigentes do PAIGC, embora alguns tenham sido incluídos numa Comissão Revolucionária, encarregada de investigar o crime, nunca chegaram a apurar, na plenitude, o grau de implicação dentro das suas fileiras.[7] As primeiras conclusões do inquérito são reveladas à direcção do PAIGC quatro dias depois do crime, durante uma reunião do Comité Central do Partido Democrático da Guiné, na qual tomam parte os dirigentes da Frelimo presentes em Conakry. De acordo com o comunicado do Comité Central do PDG, na ocasião, o líder guineense sublinha *«a gravidade da infiltração no seio do PAIGC dos agentes cúmplices do imperialismo»* e sugere *«à direcção do PAIGC não subestimar nenhum elemento do inquérito a fim de tirar todas as lições úteis ao saneamento completo da situação política e moral do movimento»*.[8]

Conakry defende ainda que cabe aos dirigentes do PAIGC a responsabilidade de punir os envolvidos no crime, pelo que, pouco depois, estes lhes são entregues, novamente interrogados, julgados e executados, em Março, em vários lugares do interior da Guiné-Bissau. Segundo o testemunho de um combatente cabo-verdiano, que participou nos interrogatórios, alguns dos cabecilhas são entregues à população que, instigada, os mata à paulada. *«Cabral era muito estimado no interior da Guiné, de modo que a própria população se encarregou de ajustar as contas com os assassinos dele, matando-os com pau de pilão.»*

Oficialmente, Inocêncio Kany e Luís Teixeira foram fuzilados em Madina do Boé; Inácio Soares da Gama, Nené e outros, perto da fronteira Leste; Momo Turé, Aristides Barbosa e Bassir Turé, no Sul.[9] Outros implicados ou suspeitos acabaram por ter o mesmo destino, havendo quem fale em *«matança»*, durante o processo de depuração

que se seguiu nos meses seguintes. *«Não houve um interrogatório sereno»,* reconhece Luís Cabral. *«Se as coisas tivessem sido feitas com cabeça, tronco e membros, estou certo que seriam poucos os fuzilados»,* lamenta, por sua vez, Aristides Pereira.[10]

Antes disso, numa das suas entrevistas à imprensa guineense, ainda em Janeiro de 1973, Sékou Touré revela que o comandante da vedeta n.º 5 do PAIGC, Valentino Cabral Mangana, acabou por fazer um depoimento fundamental, em que precisou os pormenores da conjura, tendo igualmente revelado a lista de todos os envolvidos e o pacto existente entre eles e as autoridades de Bissau. De acordo com tal depoimento, Portugal estava pronto a dar a independência aos negros da Guiné-Bissau sob as seguintes condições: 1) extinção do PAIGC; 2) exclusão de todos os cabo-verdianos do movimento nacionalista, uma vez que *«Portugal pretende conservar as ilhas de Cabo Verde, que representam para os seus aliados uma base de importância estratégica».*[11]

O depoimento de Mangana, segundo Sékou Touré, fora confirmado e completado por um outro de Lansana Bangoura, que revelara a existência de um plano de agressão em preparação contra a Guiné-Conakry e contra a Tanzânia e Zâmbia, nestes dois casos, por causa do apoio à Frelimo e ao MPLA.[12] Os dados obtidos levavam-no a concluir que 1973 fora eleito, pela estratégia portuguesa, *«como um ano decisivo para a liquidação dos movimentos de libertação nacional».*

Ainda de acordo com as informações prestadas por Conakry, os depoimentos dos suspeitos ou dos implicados foram feitos na língua da sua preferência e gravados em fita magnética. Essas gravações, segundo responsáveis do PAIGC, nunca lhes foram entregues na totalidade, pelo que ficaram sem conhecer os demais pormenores do *imbróglio* que vitimou Amílcar Cabral. As autoridades guineenses terão alegado que era melhor assim, tamanha era a abrangência no *complot* por parte de certos sectores do PAIGC. Outra iniciativa de Sékou Touré foi chamar a si a orientação da cerimónia fúnebre do líder assassinado, realizada a 1 de Fevereiro, no estádio 28 de Setembro, em Conakry.

Enterrado com honras de chefe de Estado, depois de colocado em câmara ardente, o caixão circulou sobre uma bateria anti-aérea pelo estádio nacional, totalmente cheio, até ser depositado no cemitério dos Heróis da República da Guiné, de onde só sairia anos depois, trasladado, para Bissau. A anteceder o funeral, é organizado na véspera um simpósio sobre a obra e a memória de Amílcar Cabral, cuja abertura ficou, naturalmente, por conta do chefe de Estado guineense, tendo intervindo também, entre outros, o presidente da Frelimo, Samora Machel, e Mário Pinto de Andrade.

Homem de rasgos retóricos, conhecido no continente por *«o tribuno de Conakry»,* Sékou Touré fez do simpósio uma grande jornada de

reflexão sobre o colonialismo português em particular e sobre o imperialismo em geral, fenómeno que ele, na ocasião, propõe que seja analisado pelos participantes do fórum de *«uma maneira científica, sem paixão, sem sentimentalismo, sem chauvinismo, mas também sem masoquismo».*[13]

A ocasião revelou-se, na prática, uma grande aula sobre alguns temas predilectos do teorizador da revolução africana que era Sékou Touré, isto é, a África, os movimentos de libertação e as suas contradições, a guerra anticolonial... E também uma oportunidade para chamar a atenção para o que ele considera ter sido um erro cometido pelos fundadores do PAIGC, sigla que, a seu ver, contém, à partida, uma certa *«noção de divisão»,* por causa da ideia de *«dupla identidade»* que passou a existir entre a Guiné e Cabo Verde. Para ele, o PAIGC poderia chamar-se *«P.A.I.G.* tout court, *sem deixar de incluir, na concepção revolucionária, as ilhas de Cabo Verde, da mesma forma que a República da Guiné abrange as ilhas de Loos, do mesmo modo que a Guiné-Bissau inclui as ilhas de Bijagós».*[14]

A *«dualidade»* histórica criada pelos portugueses na Guiné e nas *«ilhas guineenses de Cabo Verde»*[15], retomada pelos fundadores do PAIGC, associada a outros factores sociais e culturais, tinha, no entender de Sékou Touré, criado entre os habitantes das duas colónias uma profunda divisão. Isto, a seu ver, levava, por exemplo, os cabo-verdianos — na sua maioria mestiços — a se considerarem diferentes e, mesmo, superiores aos negros da Guiné, enquanto em relação a estes *«o colonizador apresenta posições paternalistas e mentirosas, a fim de desagregar a frente comum, formada por combatentes de um mesmo e único Povo: é ele que tem sido humilhado durante séculos pela dominação e opressão do fascismo português».*[16]

Em privado, Sékou Touré vai mais longe. Onésimo Silveira, que chega a Conakry três dias depois do assassinato de Amílcar Cabral, lembra-se de ter participado num demorado encontro com o chefe de Estado guineense, no decorrer do qual este afirmou que *«o mal essencial do PAIGC era o C de Cabo Verde».* E explicava: *«Ele, que era apóstolo da unidade africana, dizia não poder entender a unidade Guiné-Cabo Verde porque os inquéritos feitos apontavam que quase todos os guineenses sabiam que Cabral iria ser assassinado, enquanto os cabo-verdianos foram, todos, mantidos à margem desse trágico acontecimento.»*[17] Silveira esclarece que o encontro ocorreu logo após as exéquias de Amílcar Cabral, e a ele estiveram também presentes Luís Cabral, Pedro Pires, Gil Fernandes e outros dirigentes do PAIGC. *«Ele disse-nos taxativamente que não concordava com a unidade Guiné-Cabo Verde».*[18]

O olhar de Aquino de Bragança

Membro da revista **Afrique-Asie**, Aquino de Bragança — nacionalista moçambicano de origem goesa, que em Outubro de 1986 mor-

reu no acidente aéreo que matou o presidente Samora Machel — foi o único jornalista estrangeiro presente em Conakry por altura dos acontecimentos do assassínio de Amílcar Cabral. Não havia em Conakry correspondentes da comunicação social estrangeira, o que fazia da Guiné um país impenetrável, do ponto de vista jornalístico. Bragança integrava a delegação da Frelimo, chefiada por Machel, que efectuava uma visita àquele país. Coube-lhe, por isso, o privilégio de acompanhar os interrogatórios aos detidos, conversar ou entrevistar vários dirigentes do PAIGC.

Velho amigo de Amílcar Cabral e de vários outros dirigentes africanos, Aquino de Bragança era o jornalista que mais conhecia os meandros das organizações que se batiam em África contra Portugal. Por isso, não é de se estranhar que a revista de Simon Maley — outro amigo de Cabral — pudesse estar em condições de dar um tratamento especial ao acontecimento, ao longo de dois números consecutivos. Referindo-se às observações do seu "enviado", a edição de 5 de Fevereiro da **Afrique-Asie** anuncia para o número seguinte uma exaustiva reportagem, avançando desde logo que tinha sido *«o general Spínola, comandante em chefe das forças portuguesas e governador da Guiné-Bissau, que, pessoalmente, dirigiu o* complot *urdido pelo colonialismo português e seus aliados imperialistas para assassinar Amílcar Cabral e liquidar o P.A.I.G.C.»*

Conforme o anunciado, a **Afrique-Asie** revela na edição de 19 de Fevereiro que a comissão encarregada de investigar o crime ouviu 465 pessoas, tendo ficado provado que 43 participaram na conjura, restando nove acusadas de cumplicidade e ainda outras 42 suspeitas de envolvimento. Bragança reconstitui também, ou melhor, transcreve o relatório feito pelas autoridades de Conakry sobre o momento do crime e os episódios que se lhe seguiram, pouco ou nada acrescentando à versão oficial então apresentada. *«A confissão de Valentino Mangana põe a nu o plano maquiavélico de Lisboa»,* escreve ele, transcrevendo de seguida os pontos essenciais do depoimento desse guerrilheiro do PAIGC.

A partir dos depoimentos de vários dos detidos, o jornalista avança com a tese da instrumentalização, por Spínola, dos envolvidos no *complot* contra Amílcar Cabral, o que, de certo modo, coincide com a denúncia feita por este, em Março de 1972, do plano para o assassinar e destruir o PAIGC. A revista completa o seu *dossier* com extractos do elogio fúnebre de Sékou Touré e Samora Machel ao morto, para além de um outro artigo de Jacques Vignes emblematicamente intitulado "On n' assassine pas tout un peuple" [Não se assassina todo um povo], que também pouca ou nenhuma novidade acrescenta. Para Onésimo Silveira — amigo e, segundo ele, uma das fontes de Aquino de Bragança —, este não escreveu tudo o que sabia, por pedido ou indicação expressa de Samora Machel.

Na mira da Pide

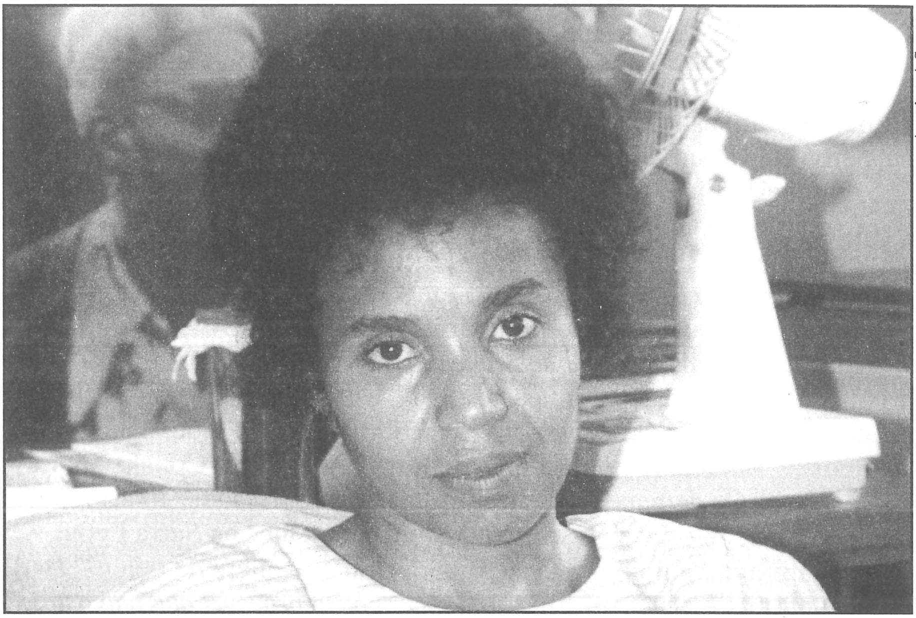
Da consulta aos arquivos da Pide/DGS, facilmente se conclui que inúmeras eram as ligações da polícia política portuguesa com os principais envolvidos no crime, todos eles guineenses. Verdade seja dita que não era apenas junto dos naturais da Guiné que ela tentava a sua sorte. Por exemplo, de acordo com um documento produzido pela sua delegação na Praia, de 29 de Março de 1971, um grupo de cinco cabo-verdianos (um residente em Dakar, outro em Conakry e os restantes três em Freetown), oferece-se para eliminar o líder do PAIGC, dispondo-se a *«destruir depósito de material em Conakry»*, de onde, aliás, a missão seria orientada. A "Operação Amílcar Cabral", assim se chamava ela, deveria ser coordenada de Cabo Verde por um colaborador da Pide, denominado "Primos"[19], em Dakar por Luciano de Pina Cortez e em Conakry por um tal "Lachol". Os demais elementos seriam Isidoro Manuel Lima, Augusto Divo de Macedo e José Nascimento Silva, residentes na Serra Leoa.

Habituado a lidar com este tipo de gente, o chefe da delegação da Pide, António Augusto Bernardo, acha *«pouco provável que tudo isto venha a ser uma realidade»*, parecendo-lhe, antes, que os indivíduos em causa mais não pretendem do que *«receber de nós algum dinheiro adiantado»*. Ainda assim, decide não desprezar, *«nem deixar de aproveitar as promessas feitas»* pelo grupo e, como estímulo, consegue de Lisboa *«um milhão de escudos para a efectivação da operação»*, uma fortuna na época.[20]

Ainda nos papéis da Pide na Torre do Tombo foi possível localizar cópia dactilografada do esboço de um abaixo-assinado, com data de Novembro de 1968, do que deveria ser uma Junta Militar dos Patriotas da Guiné, contendo três pontos: 1) destituir Amílcar Cabral das suas funções de secretário-geral do PAIGC; 2) dissolver o partido e suprimir todas as actividades da sua direcção política; e 3) criar uma Junta Militar, formada pela *«união de todos os comandantes das zonas, e ainda do Comandante-Chefe Supremo das forças pela libertação nacional da Guiné-Bissau»*.

A encabeçar os eventuais subscritores desse documento constavam, dactilografados, os nomes de Mamadu Indjai e Mamandin Iafá, porém, sem as respectivas assinaturas.[21] Segundo pessoas que conheceram os dois indivíduos, é provável que tenham sido os serviços portugueses a redigir o tal documento, porquanto, pelas habilitações académicas dos mesmos, eles seriam incapazes de fazê-lo naqueles termos. Além disso, o simples facto de haver uma cópia desse abaixo-assinado nos arquivos da Pide é indiciador das ligações dos dois elementos e dos seus companheiros com essa polícia.

Antes de morrer, Amílcar Cabral foi vítima de várias tentativas de atentado, algumas das quais estiveram à beira de se concretizar. O *dossier* da Pide sobre a sua pessoa também está recheado de informações a



Ana Maria Cabral

este respeito. De acordo com tais documentos, depois de julgados por Fidélis Almada, Vasco Cabral e Aristides Pereira, dois indivíduos acusados de terem atentado contra o líder do PAIGC — Honório Sanches Vaz e Miguel Embaná — foram fuzilados em Maio ou Junho de 1967, em Madina do Boé. *«A "conspiração"»,* acrescenta a informação da Pide, *«teria sido descoberta por um tal Ansumba Mané, mandinga de Bafatá.»*[22]

Os métodos utilizados contra Amílcar Cabral iam de tentativas de envenenamento a soluções mais violentas, como a do indivíduo de nome Jonjon, surpreendido, em 1969, dentro do secretariado do PAIGC, em Conakry, com uma granada no bolso. Ele confessaria a sua participação num *complot* que visava eliminar Amílcar Cabral, Sékou Touré e Kwame N'Krumah. Antes, em Outubro de 1968, a Pide dá conta de um outro *complot* envolvendo Malam Sanhá e Seco Baio, acusados por responsáveis do PAIGC de terem feito uma reunião para *«estudo dum atentado contra Amílcar Cabral»,* a ser realizado durante a visita deste a uma determinada zona libertada da Guiné; o líder do PAIGC foi, porém, avisado *«por um tal Rachid»* mas os implicados foram libertados, uma vez que *«nada foi apurado de concreto e, além disso, os mesmos não possuíam armas».* Em entrevista à Rádio Portugal Livre, dos exilados portugueses em Argel, em Abril de 1969, Cabral refere-se à descoberta de um *complot* que visava eliminar o seu irmão Luís e Francisco Mendes, o que permite concluir que a eliminação física foi sempre uma hipótese com que os dirigentes do PAIGC tiveram, permanentemente, de contar.

Enquanto líder do PAIGC, Amílcar Cabral sabia que era o princi-

pal alvo dos inimigos do seu partido. Aliás, dias antes da sua morte, isto é, na sua mensagem de 31 de Dezembro de 1972, ele refere-se a essa eventualidade. Em Março do mesmo ano, um documento de 12 páginas da sua autoria, distribuído aos *«dirigentes e responsáveis»* do PAIGC, dava conta de uma conjura urdida por António de Spínola, destinada a esse fim.[23] Através dos seus aliados, chega ao conhecimento de Cabral um amplo projecto que visava *«destruir o Partido por dentro»* e matar o seu líder, se preciso fosse.

A primeira fase do plano consistia em introduzir *«alguns agentes africanos»,* aliciados ou preparados no presídio do Tarrafal e nas cadeias da Guiné, e criar internamente a discórdia e a confusão entre os combatentes do PAIGC. Feito isso, a segunda fase visava *«preparar o terreno para a eliminação do Secretário-Geral».* E a terceira e última parte consistia no seguinte: *«Dar um golpe contra a direcção actual do Partido, para eliminar o Secretário Geral»* e os demais dirigentes e formar uma nova direcção que, em contacto com o governo português, encetaria conversações com vista à *«autonomia interna»* da Guiné.[24]

O facto de ter sido um homem avesso a esquemas de segurança era, de certo modo, um estímulo para aqueles que desejavam a morte de Amílcar Cabral. Só assim se explica que, na noite em que o assassinaram, ele se encontrasse apenas na companhia da mulher, sem nenhum guarda-costas. *«Na verdade»,* afirma Ana Maria Cabral, *«a nossa segurança era gente sem muita preparação».*

Ela própria, Ana Maria, confessa que levou tempo para se aperceber do perigo que o marido corria. *«Em 1972 fui a uma reunião de mulheres na Bulgária; antes de lá irmos fizemos uma escala em Moscovo e recebi a mensagem que um responsável soviético queria falar comigo. Como estava com Beatriz Cabral, mulher de Mário Cabral, disseram-me que queriam conversar comigo a sós, sem testemunhas. No regresso, tornei a passar, agora sozinha, por Moscovo, e fui de novo contactada: os soviéticos deram-me conta — eu não sabia de nada — de que estavam informados de um* complot *contra o Cabral, que o haviam avisado mas que ele não tinha tomado nenhuma precaução. Quando cheguei a Conakry, ele e o Xido foram buscar-me ao aeroporto, conteilhes a conversa e ele exclamou:* "Ah, os soviéticos têm a mania de se preocuparem comigo!" *Ainda falei depois com o Aristides sobre o assunto. No próprio dia em que o assassinaram, Sékou Touré mandou-o chamar. Estávamos no secretariado, e quando o Amílcar se apercebe do teor da mensagem que o mensageiro levava, manda toda gente sair. Depois terá comentado:* "Toda a gente se preocupa comigo!" *O Mamadu Ndjai, um dos envolvidos, terá escutado e avisado os seus companheiros, que entram imediatamente em acção.»*[25]

Para Luís Cabral, custava ao irmão acreditar que pudesse haver alguém do seu próprio partido que o quisesse eliminar, e mesmo aqueles que o tinham tentado receberam dele gestos conciliadores visando a re-

cuperação dos mesmos. Em 1967, quando toma conhecimento do fuzilamento de Honório Sanches Vaz e Miguel Embaná, Amílcar insurge-se contra isso, o que causa um certo mal-estar entre os juízes do processo, que se sentem desautorizados. *«O Amílcar fez uma declaração, escrita e gravada, a dizer que, se para continuar a luta era necessário matar a nossa própria gente, ele se retirava e ia cuidar da sua vida»*, revela Luís Cabral. Para melhor ilustrar a maneira de ser do irmão, Luís aponta um outro grupo de indivíduos que, presos e julgados em Cundara, pela mesma razão, foram por Amílcar chamados a Conakry. *«O Amílcar conversou com eles e foram reintegrados; infelizmente, esses mesmos elementos apareceram implicados no* complot *de 1973 contra ele.»*[26]

«O Amílcar não acreditava que houvesse gente do PAIGC disposta a matá-lo», volta a sublinhar o irmão. *«Porém, chegou a dizer numa reunião o seguinte:* "Os portugueses podem fazer tudo. A ter que me acontecer algo, será um de vocês que me dará uma facada pelas costas". *Ele dizia a mesma coisa em relação ao partido.* "Só gente do PAIGC é que poderá destruir o PAIGC". *E foi o que aconteceu.»*

Apesar das anteriores tentativas, Aristides Pereira afirma que só em 1972 a cúpula do PAIGC toma conhecimento dos planos dos portugueses para assassinarem Amílcar Cabral. O sucessor deste confidencia que ainda hoje sente dificuldades em aceitar que determinadas pessoas estivessem envolvidas no *complot* que vitimou o seu velho companheiro. A seu ver, um elemento que contribuiu para que a conjura tivesse acontecido foi o facto de o PAIGC não ter organizado, como era hábito, a reunião anual do seu Conselho Superior da Luta, pois era nela que os dirigentes ou combatentes aproveitavam para lavar a roupa suja, apontar as condutas incorrectas ou o que estava mal no seio do partido etc. *«As pessoas geralmente guardavam as denúncias para esse tipo de reunião. Em 1971 o Inocêncio Kany é expulso do Comité Executivo da Luta numa dessas reuniões. Infelizmente, em 1972, não fizemos a reunião. Nessa altura havia gente disposta a denunciar o* complot *contra Cabral, esperavam que a reunião fosse feita, como era habitual, entre Maio e Julho, isto é, antes das chuvas. Mas Cabral estava envolvido com a proclamação da independência, em viagens para assegurar o reconhecimento da mesma, de modo que, em 1972, a reunião alargada da direcção do partido não pôde ser feita.»*

Apanhado de surpresa, também Osvaldo Lopes da Silva confessa que teve dificuldades em admitir que Mamadu Ndjai, comandante das Farp, outrora com algum prestígio, estivesse envolvido na conjura. *«Por altura da morte de Cabral, encontraram munições e armas debaixo da cama dele.»* Mais do que isso, de acordo com os depoimentos de Ana Maria Cabral e Aristides Pereira ao russo Oleg Ygnatiev, Ndjai foi um dos conspiradores mais activos na noite de 20 de Janeiro, tendo presenciado, primeiro, a morte de Amílcar Cabral e participado, depois, na prisão

e imobilização de Pereira, que, no momento do crime, se encontrava a trabalhar no secretariado do PAIGC.

O ambiente "podre" de Conakry

Luís Cabral conta que viu o irmão pela última vez dois meses antes de este ser morto. E nesse encontro, realizado no aeroporto de Dakar, Amílcar referiu-se ao ambiente tenso que havia em Conakry, motivado sobretudo pelo comportamento de certos quadros dirigentes, que há muito levavam uma vida paralela, pouco se importando com a luta, mas com a sua própria vida. *«Ofereci-me imediatamente para ir a Conakry, mas ele respondeu-me que não, que falaríamos depois sobre o assunto. O Amílcar tinha consciência de que não podia contar muito com o Aristides. O Aristides era um indivíduo que se isolava, fechava-se no seu trabalho e, depois, em casa. Não se metia no meio dos companheiros para saber o que se estava a passar. E o ambiente era tal que o pessoal que estava comigo no Norte ia a Conakry em serviço e queria ir-se logo embora. Havia qualquer coisa que não batia certo...»*

«Havia problemas de relacionamento porque nós vivíamos fechados», diz Amélia Araújo, em Conakry desde 1961, onde passou a estar ligada ao secretariado e à Rádio Libertação. *«Havia muita fofoquice. Uma certa malta, quando não estava a trabalhar ou a dormir estava a imaginar que fofoca iria fazer junto de Cabral para atingir este ou aquele.»* O único lugar livre era, a seu ver, o secretariado. *«Aí, sim, havia um bom ambiente. O Amílcar era uma pessoa afável, simpática, quebrava sempre a rotina com algum gesto. Chegava, contava uma ou duas anedotas, trazia um bombom ou um agradozinho. E ele era quem mais trabalhava. Tinha uma capacidade de trabalho enorme.»*

Avisar Pedro Pires: "portugueses em Cacine"

Mobilizado sem o saber, por Amílcar Cabral, ainda nos tempos da Granja Experimental, onde ia com outros garotos jogar futebol, Bobo Keita acredita ter sido a última pessoa a receber uma missão do líder do PAIGC. Militar rodado, esteve em todas as frentes militares, acabando por atingir o posto de comandante e membro do CSL. Gozava por isso de suficiente confiança de Cabral, a ponto de este o pôr ao corrente de que estava em marcha uma conspiração contra a sua pessoa. Escolhido para integrar com mais seis combatentes de várias frentes, um curso de dois anos numa academia militar soviética, Keita tinha regressado havia poucos dias de Moscovo na companhia do seu líder, que, já na URSS, alertara o grupo para os problemas existentes em Conakry. *«Regressámos no dia 30 de Dezembro de 1972 e quando vi que nenhum carro nos tinha ido buscar, concluí, que, realmente, as coisas não andavam bem»*, diz Keita.

De volta a Conakry, Keita é indigitado para substituir Inocêncio Kany no comando da recém-criada unidade de blindados em Boké, onde o PAIGC tinha uma das suas mais importantes bases. *«Na sexta-feira, dia 19, Cabral mandou-me chamar. Perguntou-me se eu ia para a frente. Acabou por me dizer que tinha tido informações de um diplomata de que havia um plano para matá-lo e que os portugueses estavam a concentrar-se no Sul, em Cacine, para nos atacar e que era preciso avisar urgentemente Pedro Pires. Lembro-me que em relação ao plano para o assassinarem, ele disse-me:* "Isso não tem valor. Se fosse em 1961 ou 62, seria diferente. Hoje não tem importância porque já formei vários Cabrais".»[27]

Antes de meter o pé na estrada no fatídico dia 20 de Janeiro, Bobo Keita procurou, pela última vez, avistar-se com o líder do PAIGC. *«Depois do almoço fui despedir-me dele. Passei pelo secretariado e ele voltou a pedir-me para que, assim que chegasse, contactasse logo o Pires a avisá-lo da movimentação dos portugueses.»*

Também nesse dia, Keita cruzar-se-ia com Kany, em cuja companhia deveria viajar para, em Boké, procederem à transferência de responsabilidades. *«Encontrei-me com ele no armazém do partido. Ele sugeriu-me para passarmos o fim de semana em Conakry, que na segunda-feira faríamos a viagem. No meio da conversa ainda apareceu o Cabral que fez uma piada connosco e continuou a andar. Respondi ao Kany que eu não queria ficar, porque não gostava de Conakry e que ele me encontraria em Boké. Meio contrariado, ele entrou num jipe e arrancou a toda a velocidade.»*

Os dois homens voltam a encontrar-se em Boké, na tarde de domingo. Bobo Keita e José Pereira, que era o delegado do PAIGC naquela província guineense, foram avisados pelas autoridades locais, ainda na noite de sábado, da agitação em Conakry. *«Apareceu um funcionário a chamar-nos, e eu inicialmente não quis ir porque estava cansado. Acabei por ir com o Zé Pereira e o governador de Boké, Cabassam Keita, um militar da Marinha, deu-nos conta do sucedido e que um barco tinha tomado o rumo para o Norte, em direcção de Bissau. Mas só às oito horas do dia seguinte é que fomos efectivamente informados do que tinha acontecido, nomeadamente da morte do Amílcar. A partir daquele momento tomámos medidas. O barco foi preso por volta das três horas da tarde.»*

Interceptado o navio em que seguiam os fugitivos, Bobo Keita recorda que Inocêncio Kany não manifestou nenhuma menção de resistir, aparentando tranquilidade, como se nada tivesse a ver com o sucedido em Conakry. *«O Kany e o Cabassam tinham sido colegas de curso em Odessa. Eu e o Zé Pereira revistámos o barco e não encontrámos nada. O governador, como conhecia o barco, foi ao convés e acabou por encontrar o Aristides Pereira atrás de uns bidons, amarrado com arame. Ele perguntou ao Kany porque é que tinham feito o que fizeram e o Kany respondeu-lhe com um monte de disparates, do tipo que tinham feito aquilo para acabar com o abuso dos*

cabo-verdianos. Ele e o Emílio Costa, que também ia no barco, ficaram presos à espera de segundas ordens, até serem mandados para Conakry. A sorte do Aristides foi haver uma boa equipa de médicos jugoslavos em Camisar, de uma empresa jugoslava que explorava minas de bauxite na região de Boké. Foram eles que lhe deram os primeiros socorros e depois foi evacuado para a URSS.»

Juntando os pontos, Bobo Keita diz não ter dúvidas de que os conspiradores estavam conluiados com os portugueses. *«Os tugas já tinham tropa em Cacine e deviam lá estar à espera para receber o Amílcar e o Aristides. Essa gente apanha o barco e segue para o Sul da Guiné-Bissau, norte da Guiné-Conakry, desvia depois para Boké, suponho, por duas razões: havia um barco a persegui-los, indo para Boké esperavam despistar a Marinha ou a Aviação, e era também a forma mais rápida de se chegar a Cacine, já que de Boké a Cacine eram apenas duas horas de barco. Outro motivo: dizia-se que o Kany odiava o Zé Pereira, porque tinha sido este a denunciá-lo no desvio do motor. O Kany pode ter ido a Boké para, primeiro, ajustar as contas com o Zé Pereira e só depois ir ter com os portugueses.»*

«Eu não tenho dúvidas que o responsável pela morte do Amílcar é o Spínola», enfatiza Keita. Lembra, a propósito, que a política do então governador teve duas fases, uma violenta e outra mais política, mas que passava, também, pela neutralização ou destruição do PAIGC. *«Os executantes da morte de Cabral foram instrumentalizados pelos portugueses, não tenho dúvidas. O Momo Touré e o Aristides Barbosa, que estiveram presos no Tarrafal, foram apanhados a mobilizar os descontentes do partido. Foram presos por causa disso e libertados por Kany na noite de 20 de Janeiro. O Cruz Pinto esteve sob suspeita, o João Tomás [Cabral], no Leste, tinha contactos com os portugueses, inclusive com a Pide. Mas quem convencia o Cabral que isso era verdade?! Foi um problema, ele não aceitava. O português Mário Soares, comerciante em Pirada, tinha contactos com João Tomás.»*

Conhecedor da natureza humana, por ter lidado com homens em períodos de guerra e de paz, Bobo Keita acredita que a traição à luta teve como origem razões triviais, ditadas pelas circunstâncias, porque nem todos os homens são feitos do mesmo aço. *«Há pessoas que não suportam dificuldades, podem ser compradas com 10 cigarros»*, ensina para quem quiser ouvi-lo.

A estranha morte de Awa Cassamá

Osvaldo Lopes da Silva acredita que o assassinato de Amílcar Cabral deveria ocorrer alguns dias antes, mais concretamente, em Dezembro de 1972, em Boké. Lopes da Silva, que nessa altura operava no Sul da Guiné-Bissau, foi a Boké chumbar um dente no hospital do PAIGC e cruzou-se com Cabral, que queria saber em que pé se encontrava uma missão que lhe havia dado: o ataque a Guilege. *«Ele pergun-*

tou-me quando é que eu voltava para podermos conversar mais... Disse-me que ia ao Leste, mas percebi que ele fazia segredo quanto ao itinerário e data de partida e regresso, pois repetiu-me várias vezes para não dizer a ninguém aonde ele ia, nem quando voltava. Ele, que geralmente não se preocupava com a segurança, pareceu-me muito preocupado com isso. Ele partiu e eu fiquei em Boké, uma noite, um dia... Passei a noite no mesmo quarto que o Inocêncio Kany. Eu, que nunca tinha tido problemas com ele, estranhei que ele não me cumprimentasse, estava sempre carrancudo, entrava e saía o tempo todo. Notei que trazia sempre uma metralhadora consigo. Por isso, tomei as minhas precauções e passei a noite em claro, com a minha arma à mão. É evidente que eu não poderia relacionar esse episódio com o complot *contra Cabral».*

De volta ao Sul da Guiné-Bissau, dois dias depois, Lopes da Silva tem conhecimento da morte de Awa Cassamá. *«Era uma fula muito bonita, alta, mãe de filhos já adultos que andavam nas Forças Armadas — muito amiga dos cabo-verdianos. Na altura ninguém compreendeu a morte dela. Eu tinha-me encontrado com ela em Boké e com o indivíduo que a matou, chamado Thiam. Só depois da morte de Cabral se vieram a ligar as coisas. Segundo se veio a apurar, Awa Cassamá teria sido contactada pelo Kany para atrair Cabral para uma cilada. Quando é abordada, ela apercebe-se que se pretendia utilizá-la para algo de monstruoso. Não só se recusa a participar, como também procura avisar Cabral. Este passa rapidamente por Boké e ela não o vê. Ela quer ir a Conakry expor o problema, mas, antes de lá chegar, é morta. Alguém convenceu o Thiam que ele andava impotente por causa do feitiço que Awa Cassamá lhe fizera e que só recuperaria a virilidade se a matasse, e se fosse para o Comando seria protegido. Quando ele dispara contra ela, um cubano vê, procura intervir, e é também morto. O Thiam gasta todas as balas que tinha contra o cubano. Entretanto, os responsáveis de Boké organizam um julgamento rápido, condenam Thiam e este é imediatamente fuzilado, antes que tivesse tempo para contar o que se passara.»*

Ana Maria Cabral lembra-se de se ter cruzado também com Awa Cassamá em Conakry e que esta se mostrara preocupada com algo: *«Ainda tentei fazer com que ela se abrisse comigo, mas ela dizia que eu era muito nova, e só podia ser com o próprio Cabral».*

Osvaldo Lopes da Silva encontra-se, pela última vez, com Amílcar Cabral, a 17 de Janeiro. Meio a brincar, este pergunta-lhe se tinha escutado a sua mensagem de fim de ano.

— Sim, escutei — responde-lhe Lopes da Silva.

— E que tal achaste a ideia de se criar uma estrutura só para Cabo Verde?

— É uma boa ideia... Tudo vai depender de uma composição que dê satisfação aos cabo-verdianos.

— Tu nunca cedes em nada. É evidente que a composição vai dar satisfação aos cabo-verdianos!...

Mas não fora para isso que Amílcar Cabral mandara chamar Lopes da Silva. *«Ele chamou-me para me colocar na Marinha e manifestei o meu desacordo. Primeiro, porque não ia fazer nada; segundo, porque a Marinha estava podre, tinha sido transformada num cancro, inclusive, conforme se veio a saber depois, o* complot *contra Cabral tinha lá o seu centro e já estava em marcha. O Inocêncio Kany estava na Marinha. Expliquei-lhe e ele compreendeu. As nossas relações nessa altura eram excelentes. Preocupado com a movimentação de gente do partido em Conakry, ele encarregou-me de fazer um levantamento de quantos homens lá estavam. Percorri as diferentes dependências do partido e em cada uma delas ia ao responsável pela cozinha e perguntava quantas pessoas é que se alimentavam ali. Ao todo estavam 600 e tal adultos, o que era muita gente, sem contar com as crianças da Escola Piloto ou com pessoas que estavam de passagem. Desse total, pelo menos 400 estavam a par do* complot *e nenhum cabo-verdiano, sequer, suspeitou. Fomos completamente surpreendidos, o que prova que não tínhamos conseguido penetrar no substrato cultural guineense.»*

Na volta à sua base, Lopes da Silva cruza-se em Boffa também com Inocêncio Kany, que se dirigia, em sentido contrário, a Conakry, com maus modos, a gritar contra o pessoal da jangada: *«Via-se que era um indivíduo com maus fígados.»* Quatro dias depois, em Candjafra, quando, de manhã cedo, se encontrava a tomar banho num rio, Lopes da Silva ouve a voz do seu conterrâneo Eduardo Santos (Tchifon) a bradar que nem um animal ferido de morte: *«Mataram Cabral! Mataram Cabral!...»*

Prossegue Lopes da Silva: *«A tropa reúne-se no comando. Pressentimos que os portugueses estavam metidos e, antes que nos surpreendessem com um ataque, fomos nós a atacá-los. Fui atacar Quebo; Tchifon, Gadamael; e outro comandante, Cacine. O Jota Jota estava no interior, mandámos ordem para ele atacar Bedanda, Julinho [de Carvalho] um outro quartel... Nessa noite quase todos os quartéis foram atacados, de tal modo que os portugueses ficaram abalados com a nossa potência de fogo. Estavam acostumados a ver um quartel ser atacado de cada vez... Hoje não sei, mas naquela altura dizia-se que o Spínola estava à espera de alguns dias para atacar o Sul com toda a força. Ele pensava que podia resolver o problema de vez com a morte de Cabral, partindo do princípio que nós nos iríamos deixar abater. Com a demonstração da nossa Artilharia, ele terá vacilado — sentiu um poder de fogo que pensava não existir na Guiné. O certo é que os portugueses não fizeram nenhuma ofensiva.»*

A noite em que iriam matar os "burmedjos"

No dia em que mataram Amílcar Cabral, estavam em Conakry três importantes dirigentes da Frelimo — Samora Machel, Joaquim Chissano e Aquino de Bragança. Chissano proferiu nessa mesma noite uma palestra sobre a luta em Moçambique. No dia seguinte, estava pro-

gramada uma visita à Escola Piloto do PAIGC, menina dos olhos do líder do PAIGC. Valdemar Lopes da Silva, tocador de violão e participante, nesta qualidade, de várias iniciativas culturais do PAIGC, estava ligado ao sector da informação e cultura. Era, por isso, um dos indigitados para ajudar José Araújo na recepção aos moçambicanos. Antes do evento, e como era habitual, o grupo dos cabo-verdianos de que Valdemar fazia parte saiu nessa noite para ir tomar café em casa de António Leite (Toi de Suna). *«Por volta das 8 e 30 eu disse*: "Está na hora de irmos à conferência". *O Jaime Mota, no seu crioulo fundo de Santo Antão, exclamou*: "Mim, mi non. Bcês dam bala d'canhon pum ba lutá ma tuga, ma conferença, non!"* *Eu e o Araújo metemo-nos num autocarro, parámos no* bureau *do partido e lá estavam o Amílcar e o Aristides. Falámos com Amílcar para saber se ele iria ou não à conferência de Chissano. Se fosse, teríamos de pôr mais uma poltrona na mesa. Ele respondeu que não ia.* "E amanhã?", *perguntou-lhe o Araújo.* "Faz como quiseres", *respondeu Amílcar.»*

Por volta das 22h 30, o grupo de Valdemar — constituído por ele, António Leite, Fernando Freitas (Fai) e Alcides Évora (Batcha) — , ouviu tiros. *«Como era habitual não nos preocupámos»*, relata. *«Quando regressámos, vimos um corpo estendido no chão à entrada do* bureau *do partido. E vimos também o carro de Cabral. Toi de Suna disse:* "Ó Val, os tugas já atacaram o *bureau*, vamos buscar as nossas armas!" *No momento em que fui, a malta da Guiné que lá estava deu-me um torno, o Batcha fugiu e eu ainda gritei:* "Ó camaradas, eu não sou tuga!"»

A resposta foi um demolidor soco num dos olhos de Valdemar, de tal modo violento que, praticamente, o deixou inutilizado para sempre. Apesar de tonto, ainda pôde ouvir: *«Já matámos Cabral e agora vamos matar todos os* burmedjos*!* [28] *Disseram que às seis horas nos iriam matar, às quatro, o Sékou Touré salvou-nos. Mandou prender todo o mundo e fomos levados para o Palácio da Presidência. Perguntámos por Aristides Pereira... Disseram-nos que tinha saído um barco do PAIGC e ocorreu-nos que ele podia lá estar. Ele foi libertado já em Boké.»*

Segundo Valdemar Lopes da Silva, na véspera do sucedido, barcos portugueses invadiram as águas da Guiné-Conakry, pelo que, na sua opinião, a operação foi organizada para prender e levar Amílcar Cabral e Aristides Pereira para Bissau. *«Não mataram o Aristides porque ele era o homem das massas, conhecia as contas do PAIGC. Logo a seguir ao assassinato, o grupo enviou mensagens, via rádio, à Pide em Bissau. Um detalhe importantíssimo: no simpósio que se fez ao Cabral em Conakry, Sékou Touré ordenou que só os cabo-verdianos fariam guarda de honra a Amílcar Cabral, porque não havia nenhum cabo-verdiano envolvido na sua morte.»*

Outro detalhe: Inocêncio Kany, o homem que baleou Amílcar Cabral, era companheiro de quarto de Valdemar Lopes da Silva, que diz: *«E eu andava a ensinar-lhe a tocar violão.»*

Irmãos desavindos

O assassinato de Amílcar Cabral pode ser igualmente visto como o culminar das rivalidades que se foram avolumando no interior do PAIGC entre guineenses e cabo-verdianos. Osvaldo Lopes da Silva lembra-se de que, quando, em 1972, regressa da União Soviética, encontra um ambiente francamente hostil aos cabo-verdianos. *«Encontrámos um clima pior do que aquele que havíamos deixado em 1970»,* precisa. Aborrecido com a sua última estada na URSS, chega a ter choques com Cabral, que procura, cada vez mais, apaziguar os ânimos entre os seus homens. Exasperado, este chega a perguntar-lhe o que é que ele, Lopes da Silva, queria. E, não menos impaciente, o seu interlocutor responde-lhe que quer tudo, menos a Marinha. Em tom de desafio, Cabral acaba por lhe perguntar se seria capaz de desalojar os portugueses de Guilege. *«Dá-me os meios, que sou»,* responde-lhe de pronto.

Havia entre os dois homens um relacionamento de certo modo especial, embora por vezes Cabral acabasse por perder a paciência com Lopes da Silva. É que, segundo alguns dos combatentes, enquanto Cabral se acostumou a ver a sua autoridade ser aceite naturalmente, Lopes da Silva é, por natureza, um casmurro, *«do tipo que, quando resolve teimar, ninguém consegue fazê-lo mudar de caminho».*

Esta sua conversa com Amílcar Cabral, segundo Osvaldo Lopes da Silva, teve lugar em Setembro de 1972. E, do ponto de vista militar, aquele vinha sendo um mau ano para o PAIGC. *«Tínhamos conflitos intestinos que vinham causando uma certa corrosão ao partido. Não tínhamos baixas em combate, mas estávamos a perder homens por deserção. Os portugueses tinham voltado a adquirir liberdade de acção no Sul, e por isso tivemos de evacuar escolas, hospitais... Era preciso fazer alguma coisa de espectacular para inverter a situação. Cabral dizia:* "Não interessa tomar quartéis; temos é que mostrar que somos capazes de tomar qualquer quartel; tomando o quartel mais importante a coisa muda de figura".»

«A partir daquela conversa com Cabral, as nossas relações tornaram-se excelentes», sublinha. *«Ele percebeu que eu estava a ser coerente e sério e não estava em jogadas políticas. Começava a chegar o novo material bélico e fui então encarregado de organizar o ataque para a destruição de Guilege. A morte de Cabral dá-se precisamente na altura em que já tínhamos todas as condições para entrar em acção.»*

Estimulados pela propaganda portuguesa, certos sectores guineenses ressentiam-se do que consideravam ser a hegemonia dos cabo-verdianos no PAIGC, enquanto estes, diga-se de passagem, também não se sentiam de todo bem com certas regras impostas: uma delas a de evitar que os cabo-verdianos aparecessem como primeiros responsáveis do que quer que fosse no interior da Guiné-Bissau, o que, neces-

sariamente, trazia ao de cima o problema da competência individual de cada um. Já em 1966, a Pide na Guiné detecta, em Cundara, *«desentendimentos»* entre um grupo de cabo-verdianos, que julga serem parentes de Marcelo de Almeida, e o comandante Alfassene Sali, *«porque consideram este analfabeto e incompetente para desempenhar as funções que lhe estão atribuídas no "PAIGC"; e daí ter resultado a prisão de alguns deles»*. Em nota posterior, a mesma polícia dá conta da intervenção do próprio Amílcar Cabral que, deslocando-se a essa localidade, transfere os indivíduos em causa para uma outra região...

No ano seguinte, em Agosto, a mesma delegação da Pide reporta para Lisboa a notícia de novos desentendimentos no seio do PAIGC, por causa de rivalidades entre guineenses e cabo-verdianos *«a ponto de ter havido revolta em Conakry e Boké, com ameaça de morte a Amílcar Cabral, isto devido à diferença de tratamento que é dado aos caboverdianos. Os primeiros seriam mal tratados, enquanto os caboverdianos gozam de todos os privilégios.»* Mas, pelo que se depreende de uma outra nota da Pide, os problemas desta natureza não eram apenas entre guineenses e cabo-verdianos, mas também entre os próprios guineenses: *«Há certas desinteligências entre terroristas das tribos "manjaca" e "balanta", em virtude de esta última etnia se julgar superior»*.[29]

O próprio líder do PAIGC se refere a este tipo de problema, em Novembro de 1966, durante uma reunião com a sua cúpula militar: *«Devemos (...) reconhecer que existem no seio do nosso Partido militantes e até responsáveis que dificilmente conseguem esconder os seus sentimentos tribais, que ainda não conseguiram vencer as suas manias de "raça" e que, desde que cometam erros ou se vejam criticados, procuram servir-se desses sentimentos para mobilizar grupos e tentar agir contrariamente aos interesses do Partido»*.[30]

De uma maneira geral, os cabo-verdianos que iam para a luta possuíam mais formação académica do que os guineenses, o que cria, segundo um deles, problemas a Amílcar Cabral, que passou a ter o dilema de dar ou não dar competências aos cabo-verdianos. *«O próprio Aristides, que teoricamente era o número dois, não tinha função nenhuma entre nós»*, diz a tal fonte, que chama a atenção para o facto de só muito depois de iniciada a guerra, nos finais dos anos 60, se ter verificado uma acção mais directa dos cabo-verdianos nas frentes de combate.

Por seu turno, embora reconheça a existência desse tipo de questão, Aristides Pereira esclarece que o rancor dos guineenses em relação aos cabo-verdianos foi um fenómeno localizado, que se fazia sentir sobretudo a nível dos indivíduos oriundos de Bissau, gente que, no seu entender, andava à procura de afirmação. *«Na gente do campo não havia problemas de nenhum tipo. No assassinato de Cabral, verifica-se que só gente da cidade, os chamados "calcinhas", é que estavam envolvidos. Desde o início*

procurámos gerir esse estado conflitual que tinha de existir.»

E quanto ao desnível entre os cabo-verdianos e os guineenses, Pereira procura compreender o fenómeno, citando o caso de Pansau na Isna — um combatente guineense, por ele classificado de excepcional, que dirigiu a resistência na ilha do Como, e que não sabia ler nem escrever — , como exemplo de que nem sempre as habilitações literárias eram um requisito para o sucesso da luta. *«De qualquer modo, no caso dele, conseguimos convencê-lo a estudar e tinha chegado ao segundo grau quando morreu estupidamente num bombardeamento.»*

O "envolvimento" de Sékou Touré

Na prática, Amílcar Cabral era um homem entre vários fogos: dos portugueses, dos guineenses e dos cabo-verdianos, cuja tendência em constituir um corpo à parte dentro do PAIGC já tinha originado certos conflitos que desembocaram em dissidências. Alguns dos companheiros de Cabral admitem que houve períodos em que ele próprio se cansou de gerir os conflitos resultantes da união entre gentes de origens tão díspares como era o homem do continente africano e o ilhéu de Cabo Verde. Outro factor, que não se pode deixar de ter em devida conta, é o estado de espírito dos guerrilheiros e dos seus dirigentes. Ao fim de sete anos de guerra, o início dos anos 70 encontra-os já em fase crítica, do ponto de vista do moral combativo. Com excepção da Argélia, nenhuma outra luta de libertação em África durara tanto tempo, pelo que o desgaste se fazia sentir também do lado da guerrilha.

Na busca dos motivos que poderão estar por trás da morte de Amílcar Cabral, há quem, ainda hoje, não descarte a hipótese de o próprio Sékou Touré estar envolvido na conjura contra o líder do PAIGC. Por causa da sua autonomia de pensamento e projecção internacional, ele era, na prática, mais um obstáculo ao conhecido projecto da Grande Guiné, alimentado pelo estadista guineense. Segundo José Freire Antunes, Léopold Senghor garantiu ao último governador da Guiné, Carlos Fabião, *«ter provas de que Sékou Touré teria facilitado a morte de Cabral»*.[31]

Também Osvaldo Lopes da Silva acredita na existência de vários *complots* contra Amílcar Cabral, que se foram sobrepondo. *«Havia provavelmente um* complot *do Oswaldo Vieira, outro do Inocêncio Kany e Spínola, e um outro do próprio Sékou Touré. O Sékou Touré, tendo conhecimento do* complot *contra Amílcar, era suficientemente sinistro para deixar as coisas avançarem para, na hora H, dizer* "eu alertei!" *Só assim se explicam certas coisas. Como é que, numa terra onde nada funciona, num sábado, toda a gente em festa, tudo funcionou nesse dia? O Sékou estava no palácio, o chefe do Estado Maior das suas Forças Armadas estava no seu posto; depois de matarem Cabral, essa gente — o Inácio Soares da Gama e o João Tomás Cabral —*

Amílcar Cabral e Sékou Touré, à espera de Fidel Castro, Conakry, 1972

aparece perante o Sékou Touré e dizem: "Nós matámos Cabral e agora somos nós os chefes." *Só podiam fazer isso tendo tido a garantia de Sékou Touré. Sékou recebeu-os, conversou com eles e só depois fez um sinal e disse-lhes:* "Vocês estão presos". *Quanto a mim, ele pensou que o partido tinha sido sacudido, abalado, o que lhe iria permitir pôr a mão sobre a nossa gente; pediu à embaixada soviética que ordenasse aos barcos soviéticos interceptarem a vedeta onde seguia o Aristides Pereira. Os barcos soviéticos conseguem localizar a vedeta e ordenam que ela siga para Boké. Quem aprisiona oficialmente a vedeta é uma outra vedeta guineense, mas quem fez o serviço foram os soviéticos.»*

Curiosamente, a tese sobre o envolvimento de Sékou Touré no assassínio de Amílcar Cabral foi posta desde a primeira hora pelos adversários ou detractores do primeiro. Apesar das aparências, há muito se sabia nos bastidores que as relações entre ele e o líder do PAIGC foram sempre marcadas por alguma tensão. Conhecedores da personalidade imprevisível, megalómana, intervencionista e maquiavélica do seu apoiante, os responsáveis do PAIGC, em especial o seu líder, tudo procuraram fazer para evitar indispor Sékou Touré. Segundo os observadores, após a tentativa de invasão dos portugueses em Novembro de 1970, o líder guineense pôde aperceber-se do perigo que representavam os combatentes do PAIGC, de quem se tornara dependente, do ponto de vista de segurança militar.

No seu livro **De Conakry ao M.D.L.P.**, publicado em 1976, Alpoim Calvão acusa o presidente guineense de envolvimento na morte de

Amílcar Cabral, para afastar a ideia de que o governo português seja o responsável pelo crime em causa. Na sua opinião, enquanto para Lisboa, *«o que interessava era negociar»* com o homem *«de quem se conheciam as intenções e o humanismo»;* para Sékou Touré, *«interessava matar o homem... para dominar o PAIGC»* e com isso realizar uma parte do seu sonho da Grande Guiné, um projecto acalentado por ele desde 1960, quando passa a reivindicar a colónia portuguesa como antiga província de Alpha Yaya, antigo reino do Labé.

Aquele militar português transcreve, a propósito, vários documentos para sustentar a sua tese, um deles o depoimento de um antigo diplomata e dissidente da República da Guiné, chamado Sylla Karifa, publicado em Paris, três dias depois da morte do líder do PAIGC, cujo teor é, em vários aspectos, coincidente com as opiniões hoje em dia expendidas por certos dirigentes daquele partido. Já nessa altura, note-se, esse diplomata afirmava em termos categóricos que *«Sékou Touré é o assassino de Amílcar Cabral»,* embora não apresentasse nenhuma prova disso.[32]

Conhecedor dos bastidores do seu país, Karifa apresenta um conjunto de elementos referentes ao relacionamento entre Sékou Touré e o PAIGC para sustentar as suas especulações. Também não escapa ao diplomata o fenómeno do prestígio crescente de Cabral, mesmo no interior da Guiné-Conakry, em detrimento do declínio gritante de Sékou Touré, tido cada vez mais como um demente sanguinário. *«É nesta atmosfera que Amílcar Cabral, diante da Comissão Especial das Nações Unidas, em Outubro de 1972, manifestou a sua intenção de criar um governo e uma assembleia eleita. O sucesso que esta intenção encontrou junto da OUA e da ONU*

Amilcar Cabral e Osvaldo Vieira (à direita), na Frente Leste

aniquilava os desejos de anexação de Sékou Touré, que via já em Amílcar Cabral um futuro Chefe de Estado capaz de o desmistificar».

Na mesma linha de raciocínio, Alpoim Calvão transcreve um comunicado de uma organização oposicionista ao regime de Sékou Touré, denominada Conselho Nacional de Libertação da Guiné (CNLG), dirigida por Abou Soumah (antigo capitão do exército do seu país), que tinha contactos com as autoridades portuguesas da Guiné-Bissau, divulgado a 15 de Fevereiro, no qual se atribui a esse estadista a responsabilidade pelo crime. O comunicado apresenta uma série de conjecturas, entre elas esta: *«Como é que os combatentes do PAIGC, que asseguram com tanta eficácia a segurança de Sékou Touré, não foram capazes de garantir a segurança do seu chefe? Toda a gente sabe que depois da invasão de Conakry, os principais edifícios estratégicos são guardados durante as 24 horas do dia por soldados de Cabral e por cubanos.»*

«A hipótese de uma cumplicidade de Sékou Touré anda em todos lábios, mas ninguém em África ousa exprimi-la publicamente...», acrescenta o CNLG, referindo-se igualmente aos problemas existentes entre autoridades de Conakry e o PAIGC. *«Quais eram os problemas que opunham Sékou Touré a Amílcar Cabral? Um dos mais graves era a apreensão de boa parte das armas destinadas ao PAIGC pelos países socialistas. Esta foi a razão pela qual Amílcar Cabral decidiu passar a receber o seu material militar no Senegal. O mesmo se passava com as remessas de dinheiro, que, posteriormente, e pela mesma razão, seriam remetidas para a Argélia. A própria proclamação da independência da Guiné-Bissau, anunciada por Amílcar Cabral, provocou importantes repressões internas na República da Guiné.»*

Alpoim Calvão cita, finalmente, um extracto de um relatório de uma reunião ministerial da OUA, realizada em Abril de 1973, no qual se dá conta de um *«inquietante activismo»* de diplomatas da República da Guiné em relação ao PAIGC. *«Foi assim que os emissários de Conakry sondaram, nos bastidores desta sessão de ministros, a opinião de várias personalidades e tentaram convencê-las da necessidade de empreender este ano um golpe de Estado político-militar decisivo na Guiné-Bissau. Segundo um diplomata guinéu, bem informado das intenções de Sékou Touré, preparava-se no maior segredo, simultaneamente com a reorganização e reestruturação do PAIGC, sobre égide de Sékou Touré, o reforço do potencial ofensivo militar desta organização de que ele se tinha tornado o verdadeiro chefe depois da morte de Cabral e das purgas violentas por ele dirigidas.*

Sékou Touré procurava, assim, o acordo tácito de certos chefes de Estado africanos de forma a fazer coincidir o seu golpe com a declaração de independência que havia sido projectada por Amílcar Cabral. Para assegurar o sucesso deste projecto Sékou Touré contava já com o apoio da Argélia, Nigéria, Serra Leoa e dos países comunistas contactados muito discretamente e que estariam dispostos a dar-lhe apoio político, financeiro e militar.»

Infelizmente, Alpoim Calvão não cita a origem das suas fontes documentais, pelo que é difícil ajuizar da sua veracidade. Independentemente de esse antigo militar português ser uma figura controversa, Osvaldo Lopes da Silva não acredita no que atrás se disse, na medida em que a capacidade diplomática da Guiné era, na altura, fraquíssima. *«O Sékou Touré há muito estava isolado, não saía sequer de Conakry, pelo que deixara de ter qualquer influência externa, nomeadamente na OUA. Além disso, nessa altura, ele estava preocupado em dar garantias de que não havia nenhum envolvimento seu no assassinato de Amílcar Cabral. Sabemos, no entanto, que, ao avisar Cabral do* complot, *ele não conta tudo o que sabia. Depois do crime, o seu grande golpe foi entregar os envolvidos à direcção do PAIGC, para serem fuzilados no interior da Guiné-Bissau, pensando com isso comprometer os cabo-verdianos».*

Lopes da Silva acredita que a reacção dos combatentes do PAIGC à morte do seu líder terá alterado as intenções iniciais de muita gente que procurava controlar esse partido. *«Tanto o Sékou Touré como o Spínola apercebem-se que nós não tínhamos sido decapitados. O primeiro devia estar à espera da nossa desorganização para meter a mão no PAIGC; o segundo lançar mais uma grande ofensiva e desferir-nos o golpe final. Todavia, assim que chega a notícia da morte de Cabral, houve um ataque em peso das nossas forças; o barulho dos canhões era tal que deve ter feito o Sékou mudar de ideias em relação a nós. Inicialmente, ele terá pensado que o Aristides Pereira, como segundo homem, estava fora de combate, o Luís Cabral diminuído... Enfim, à primeira vista, com a morte de Cabral, o PAIGC parecia decapitado. E, por causa disso, os guineenses e os argelinos terão pensado que essa era uma oportunidade para se lançarem ao controlo do PAIGC.»*[33]

Batcha, na boca do inferno

Alcides Évora (Batcha) é o único cabo-verdiano que esteve presente nos interrogatórios aos assassinos de Amílcar Cabral, feitos pela polícia guineense e por elementos da Frelimo, tendo igualmente acompanhado a reconstituição do crime. Além de combatente do PAIGC, Évora era aparentado a Amílcar Cabral, cuja mãe, Iva Évora Pinhel, era tia de Batcha. Este, na altura do crime, era amigo de Siaka Touré, sobrinho de Sékou Touré, e namorava uma cidadã tida como sobrinha, também, do presidente guineense. Graças sobretudo à amizade de Siaka, Batcha acaba por ser o tradutor dos prisioneiros capturados pelas autoridades, guardando por mais de 20 anos o que ouviu nesta viagem ao inferno, até ser descoberto, nos EUA, pelo jornal **Correio do Imigrante**.

O que viu e ouviu durante os interrogatórios leva Alcides Évora a afirmar que o crime foi preparado em Bissau e contou com a cumplicidade da *entourage* de Sékou Touré, que tudo fez, durante o interrogató-

rio, para abafar qualquer versão que a incriminasse. *«Momu Touré afirmou que a missão era prender Amílcar Cabral e Aristides Pereira e conduzi-los a Bissau»*, afirma Évora, mas, como o primeiro opôs resistência, os seus algozes dispararam. *«Infelizmente, os nomes dos enlaces com o Governo de Bissau não chegam a ser pronunciados. Ficou a ideia que eram Aristides Barbosa e Momu que enviavam e recebiam as orientações».*[34]

As revelações de Ansumane Mané

A guerra civil deflagrada, em Junho de 1998, na Guiné-Bissau, e que acabou por ditar a destituição de Nino Vieira, trouxe algumas revelações acerca da conjura que matou Amílcar Cabral. Na altura do 20 de Janeiro de 1973, Ansumane Mané conta ao jornal **Expresso** que ele e Nino encontravam-se no Sul, em vias de realizar uma missão militar em Madina do Boé. *«No momento em que o Amílcar Cabral morreu, o Nino deixou-nos lá ficar e foi para Conacri. Dias depois, encontrámo-nos em Kandiafara (uma das principais bases da guerrilha do PAIGC, instalada no território da Guiné-Conacri). Ele me chamou e fomos sentar-nos, os dois, no mato, fora da base. O Nino disse-me:* "Tiveste muita sorte, porque entre os que foram presos (no âmbito da investigação conduzida logo a seguir ao crime), ninguém mencionou o teu nome". *É que o dele fora referido, acusado de ter alguma coisa escondida. E desatou a chorar. Eu então disse-lhe:* "Nino: se estás implicado nisso, o problema é teu e a tua cabeça vai lá ficar. Mas se a tua consciência te diz que estás limpo e que não tens nada a ver com isto, então pára de chorar, porque o que tu estás a fazer é uma porcaria. Deves tomar uma atitude, como responsável e como homem, para mostrar a toda a gente da guerrilha que não estás implicado. Numa situação destas, quando um indivíduo mostra que está a sentir medo duma coisa qualquer é porque sabe que está sujo. Mas se estás limpo, não vais sentir nenhum medo". *Foi então que eu disse a todos os camaradas que estavam na base:* "Se vier até aqui alguma pessoa para prender o camarada Nino, para lhe fazer perguntas sobre a morte do camarada Amílcar Cabral, essa pessoa será presa e morta!" *E foi assim que ultrapassámos a situação.»*[35]

O grande vazio

A morte de Amílcar Cabral deixa um sentimento de profunda perda entre os combatentes e um vazio que jamais será preenchido pelos seus sucessores. Abílio Duarte, seu companheiro de primeira hora, que com ele chegou a ter várias discussões internas, algumas das quais bem ásperas, nomeadamente por causa de Cabo Verde, define-o como o *«homem do momento»* e contesta as acusações de que o líder do PAIGC fosse um indivíduo autoritário, como pretendem os seus críticos. Mas, paradoxalmente, é o próprio Duarte a admitir que ninguém no partido tinha

a coragem de pôr-lhe os problemas, *«todos com o rabo entre as pernas»*.[36]

«Todos nós tínhamos-lhe um grande respeito», confessa Duarte, dias depois, num elogio rasgado. *«Como africano, como revolucionário, como condutor de homens e como estratega, Cabral foi o homem do momento, que nos esclareceu e nos conduziu. Era o nosso líder autêntico. A sua grande capacidade de analisar e resolver os problemas deu-lhe a capacidade de liderança, que não aceitava uma atitude autoritária. Essa liderança não era feita através dos capangas que ele pudesse ter. O seu valor impunha-se, naturalmente. Ele foi sempre de opinião que havia de haver disciplina e ordem. Não era possível conduzir tanta gente na Guiné, com tantas etnias e culturas, sem um mínimo de disciplina e rigor. Era isso que deve ter levado muita gente a pensar que ele era autoritário. Cabral demonstrou que tinha feito uma obra duradoura. Apesar da sua morte, a luta continuou e teve um desenvolvimento extremamente virtulento, com acções demolidoras e raivosas, que causaram uma série de baixas aos portugueses. A sua morte relançou a luta em toda a Guiné.»*[37]

Notas

1 Alpoim Calvão, op. cit., p. 89.

2 Mensagem de Houari Boumedienne, in **Crime crapuleux de l'impérialisme**, Conakry, 31-01-73.

3 "O 'Comandante da Marinha' do P.A.I.G.C. confessa ter assassinado Amílcar Cabral", **O Arquipélago**, Praia, 25-01-73.

4 José Pedro Castanheira, "Indignações diplomáticas", **Expresso-Revista**, 21-01-95.

5 In **Crime crapuleux de l'imperialisme**.

6 José Pedro Castanheira, op. cit..

7 Por decisão do Alto Comando (órgão guineense da defesa), fizeram inicialmente parte da referida comissão de inquérito os embaixadores da Argélia, Cuba, Tanzânia, Zaire, Nigéria, Serra Leoa, Libéria, Egipto e os dirigentes da Frelimo presentes em Conakry.

8 Comunicado do Comité Central do PDG, Conakry, 24-01-73, in **Crime crapuleux de l'impérialisme**, p.55.

9 Oleg Ygnatiev, **Três tiros da Pide**, p. 185.

10 José Pedro Castanheira, "Armadilha fatal", **Expresso-Revista**, 16-01-93.

11 in **Crime crapuleux de l'impérialisme**, pp. 67-68.

12 Segundo José Freire Antunes, em **Nixon e Caetano**, a Pide/DGS e os serviços secretos franceses (SDECE) chegaram a conceber uma nova operação contra Sékou Touré, denominada Projecto Safira, que deveria ser executada em Julho de 1974.

13 **Crime crapuleux de l'impérialisme**, p. 10.

14 Ibid., p. 21.

15 Ibid., p. 35.

16 Ibid., p. 21.

17 Entrevista: Onésimo Silveira, Selada de Baleia, S. Vicente, 22-04-95.

18 Contacto telefónico: Mindelo, 18-08-95.

19 Segundo Fernando Monteiro, "Primos" era Adriano Araújo, que, de acordo com Augusto Divo Macedo, era um *ship-chandler* de S. Vicente, já falecido. Em entrevista àquele jornalista, Macedo confirma ter sido contratado para a "Operação Amílcar Ca-

bral". A missão, segundo ele, era raptar (e não matar) o líder do PAIGC. in Fernando Monteiro, "Missão: raptar Amílcar Cabral" e "A. Cabral morreu porque queria aproximar-se de Portugal", **Novo Jornal Cabo Verde**, Praia, 20 e 27-07-96.

[20]Segundo os cálculos, a quantia em questão equivaleria hoje a cerca de 15 mil contos cabo-verdianos.

[21] Pide, SR, folha 1617, Torre do Tombo.

[22] Foi guarda-costas de Aristides Pereira nos primeiros anos da independência de Cabo Verde.

[23] Amílcar Cabral, "Vamos reforçar a nossa vigilância...", Março de 1972.

[24] Não deixa de ser curiosa a coincidência desse plano com o projecto da Junta Militar dos Patriotas da Guiné.

[25] Entrevista: Ana Maria Cabral, Praia, 05-06-95.

[26] Entrevista: Luís Cabral, Praia, 12-07-95.

[27] Entrevista: Bobo Keita, Praia, 28-01-96.

[28] Corruptela de vermelho. *Burmedjo* é, ainda hoje, a forma pejorativa como é tratado, na Guiné, o cabo-verdiano ou o mestiço, de um modo geral.

* Tradução aproximada: "Prefiro que me dêem munições para ir lutar contra os portugueses a ter que a ir a uma conferência!"

[29] SR. Delegação da Pide de Bissau, 02-07-68.

[30] PAIGC, "Para a reorganização das Forças Armadas Revolucionárias do Povo". Arquivo Particular.

[31] José Freire Antunes, **Nixon e Caetano**, p. 250.

[32] Alpoim Calvão, op. cit., 97.

[33] Entrevista: Osvaldo Lopes da Silva, Praia, 27-08-95.

[34] Jorge Soares, "Ninguém mandou matar Amílcar Cabral", **Correio do Imigrante**, n° 4, 15-04-97, Nova Inglaterra (EUA).

[35] José Pedro Castanheira, "Lágrimas por Cabral", **Expresso**, Lisboa, 06-08-2000.

[36] Entrevista: Abílio Duarte, Carnaxide, 16-03-95.

[37] Id., 30-03-95.

19

A TOMADA DE GUILEGE

A entrada em cena na Guiné de novos equipamentos militares, principalmente dos célebres mísseis "Strela" (SAM-7), a morte de Amílcar Cabral, o desalento de António de Spínola, o desânimo da tropa portuguesa, para além de outros factores, vão revelar-se cruciais para o desempate técnico que se vinha verificando no terreno militar. *«A morte de Cabral sacode um bocado os combatentes»*, diz Osvaldo Lopes da Silva. *«O* complot *contra ele estava localizado principalmente em Conakry, com uma ou outra ramificação... O interior da Guiné estava puro, de modo que, com o crime, o pessoal lança-se com raiva à luta.»*

Percebendo isso, em Fevereiro de 1973, a direcção do PAIGC decreta a *«acção generalizada em todas as frentes»*, acção essa que não poupa de novos ataques os dois principais centros urbanos da Guiné, Bissau e Bolama. A "Operação Amílcar Cabral" culmina, a 25 de Maio, com a tomada do quartel de Guilege, considerado um dos momentos mais altos da história da libertação da Guiné, dada a sua importância estratégica para o exército português. *«Em Março»*, destaca Lopes da Silva, *«experimentámos o moral dos combatentes com ataques a Guilege. Com o novo material, conseguimos abater três aviões dos tugas em Março, o que foi um abalo muito grande para eles.»*

Situado a Sul da Guiné, Guilege era a grande aposta de Amílcar Cabral, que, com isso, esperava reverter a favor do PAIGC a situação militar e dar um novo alento aos seus homens. A preparação da mesma fora ordenada pessoalmente por ele a Osvaldo Lopes da Silva, que conta: *«O comandante geral foi Nino Vieira, eu ocupei-me da artilharia, a logística ficou por conta de Pires, havia uns sapadores cubanos que fizeram também um bom trabalho. Como coordenador da artilharia, fiz o levantamento topográfico, o croqui das vias de acesso, determinei os pontos de abastecimento de água e os pontos de defesa anti-aérea. Como comandante geral, o Nino é que mandava movimentar os homens no terreno.»*

A operação constituía um novo teste ao comportamento dos combatentes, que até então estavam habituados a chegar, esperavam o entardecer para atacar, pondo-se imediatamente a andar antes da chegada da aviação portuguesa. Restava saber como se iriam portar durante vários dias num mesmo combate. *«Por isso»*, acrescenta Lopes da Silva, *«provocámos a vinda dos aviões e abatemos três da primeira vez, em Março, o que deu*

uma grande coragem aos combatentes. Quando atacámos em força no mês de Maio, já não houve resposta da aviação.»

À queda de Guilege segue-se a de Guidage. O capitão Salgueiro Maia, herói do 25 de Abril, que participou na operação de retirada dessa localidade, retrata em tons dantescos o quadro em que se encontravam os seus companheiros, que havia vários dias viviam em buracos, sem luz, alimentos ou água, cercados pela guerrilha. *«O pessoal dormia e vivia em valas abertas ao redor do quartel. Esporadicamente errava-se por entre os edifícios ou o que deles restava. Se o movimento se tornava mais anormal, lá apareciam umas granadas de morteiro 82 para nos fazer lembrar que devíamos ter mais cuidado. (...) No silêncio da noite, e conforme o sentido do vento, ouvíamos o chiar das lagartas e o barulho dos motores, que pareciam vir em nossa direcção. Não tínhamos uma única arma anticarro e todas as granadas de bazuca eram antipessoal, pelo que, se o PAIGC avançasse com os blindados, restava-nos retirar em boa ordem.»*[1]

Pedro Pires confessa que, até ler o depoimento de Salgueiro Maia, não fazia ideia de que a situação dos portugueses fosse tão má em Guidage. *«Esperávamos que eles resistissem mais em Guilege e não transportámos as tropas rapidamente para Gadamael, que só não foi tomada por nós, por duas ou três razões. Os combatentes ficaram tão espantados com a vitória que acharam que a guerra tinha acabado. E, quando conseguimos dar a volta, já não dava para concentrar as nossas forças para o ataque final. O Spínola ainda foi a Gadamael incentivar o seu pessoal. Ele perdeu toda a sua tropa de elite no Chão de Mandjaco e também no Norte. Os portugueses ainda tentaram ir ao Senegal para nos atacar pela retaguarda e foram interceptados. A situação militar era extremamente difícil para eles. O seu espaço de manobra era reduzido — circunscrevia-se aos principais centros urbanos. A partir de certa altura, tudo iria depender da nossa capacidade de destruir esses centros.»*[2]

O 25 de Abril acabou por poupar Portugal de um Dien Bien Phu, como prometera Amílcar Cabral em 1963. O PAIGC aguardava o início da próxima estação seca, que vai de Novembro a Maio, para nova série de ataques. Embalado pelos resultados de 1973, a iniciativa militar pertencia-lhe agora por inteiro. Como antevisão do que poderia vir a ser 1974, para assinalar o primeiro aniversário da morte de Amílcar Cabral, as unidades das Farp fustigam, a 13 de Janeiro, cerca de 20 localidades do interior da Guiné. A 13 de Fevereiro, o PAIGC conseguia tomar mais uma guarnição, a de Copa; dias depois, uma bomba de forte poder destruidor explodia em Bissau, na sede do Comando Militar, matando uma pessoa e provocando 63 feridos. Em Março, as Farp realizam várias acções, numa vasta ofensiva militar. O governador Bettencourt Rodrigues reconhecia, então, que as suas tropas se encontravam em situação *«muito dura»*, com o inimigo a demonstrar *«capacidade de comando e de organização»*, a par de um *«profundo conhecimento do terreno»*, para além

Nino Vieira entrando em Guilege

de uma notória superioridade em termos de equipamento militar.[3]

Dessa fase diz também Pedro Pires: *«Depois da introdução dos foguetes anti-aéreos portáteis, a tropa portuguesa deixou de poder contar com a cobertura aérea; perdeu, portanto, a iniciativa. Já estávamos a utilizar blindados, alguns dos quais vieram para Cabo Verde, depois da independência. O que nos faltava eram os canhões obuses, que nos permitissem maior capacidade de fogo. As nossas armas pesadas eram os morteiros 120 mm.»*

Outro sinal seguro, segundo aquele comandante, de que a vitória estava para breve, era o comportamento de certos sectores da população guineense. *«Os fulas, que até então tinham apoiado os portugueses, começaram a virar-se para o nosso lado. Passámos a entrar na região deles, em Gabu, no Leste.»*

Notas

[1] Salgueiro Maia, **Capitão de Abril**, 3ª edição, Editorial Notícias, Lisboa, 1995.

[2] Entrevista : Pedro Pires, Praia, 17-04-95.

[3] in João Paulo Guerra, op. cit., pp. 217 e 222.

Parte do grupo de cabo-verdianos que deveriam desembarcar em Cabo Verde.
Sentados: Albino Ferreira Fortes, Sotero Fortes, Manuel Gomes, Manuel dos Santos (Nai), Manecas Santos e Olívio Pires.
2ª fila: Alcides Évora, Júlio Carvalho, Joaquim Pedro Silva, Maria Ilídia Évora, Pedro Pires, Silvino da Luz, António Leite e Fernando Santos.
3ª fila: José Corsino, Honório Chantre, Nicolau Pio, Valdemiro Almeida, Agnelo Dantas, Estanislau Ramos, Amâncio Lopes e Jaime Mota

20

PAIGC: O "PROBLEMA" DE CABO VERDE

Tratando-se o PAIGC de um partido que pugnava, simultaneamente, pela independência da Guiné e de Cabo Verde, cedo de coloca a questão de como se deveria processar essa luta. O caso cabo-verdiano foi abordado pela primeira vez, de forma demorada, durante uma reunião de quadros desse partido, feita em Dakar, de 17 a 20 de Julho de 1963. Além de Amílcar Cabral, participam nela Aristides Pereira, Vasco Cabral, Victor Saúde Maria, Abílio Duarte, Pedro Pires, Maria da Luz Boal e José Araújo. Silvino da Luz, recém chegado do Congo, foi igualmente um dos participantes do encontro. Osvaldo Lopes da Silva, então na União Soviética, foi convocado, mas chegou tarde, o que não o impediu, todavia, de ter uma das suas conversas francas com Amílcar Cabral, já sobre a controversa questão da unidade Guiné e Cabo Verde. Também Dulce Almada Duarte foi convocada, mas, como encontrava-se doente em Argel, não pôde deslocar-se a Dakar.

No fim do encontro é divulgado um comunicado em que se afirma: *«A reunião procedeu a uma análise objectiva e detalhada de todos os factores que interessam à luta em Cabo Verde, assim como das relações dessa luta com a da Guiné. Foi estabelecido um programa concreto para a intensificação imediata da luta em Cabo Verde e para o seu desenvolvimento por todos os meios necessários. Os debates, muitas vezes acesos, que caracterizaram a reunião, decorreram no melhor ambiente de camaradagem, de entusiasmo e de patriotismo.»*[1]

O caso Cabo Verde foi analisado nos seus mais diversos aspectos — histórico, social, económico, cultural... — e um dos pontos discutidos, o quinto, versava sobre as "As formas de luta possíveis. Luta armada", aspecto este não referido, nestes termos, no comunicado por razões tácticas. Da consulta da acta da reunião emerge, uma vez mais, a personalidade carismática, a autoridade política e académica de Amílcar Cabral em relação aos seus camaradas. Referindo-se, por exemplo, ao procedimento a seguir nas ilhas pelos activistas do PAIGC, ele recomenda: *«É necessário fazer as coisas girar em torno do problema da terra e do salário, porque é o elemento que pode dinamizar a resolução do problema de Cabo Verde. Se há um problema para além do caso colonial, é o problema da terra e do salário.»*[2]

Em relação à independência em si das ilhas, a questão é por ele colocada, também, nestes termos: *«Actualmente, com o despertar da Áfri-*

ca, mesmo que Cabo Verde não quisesse a independência, havia um perigo para o continente africano: é necessária a sua independência para a segurança dos Estados africanos vizinhos. Há no entanto um factor que empurra Cabo Verde para a independência. O problema está em saber-se se Cabo Verde está ou não interessado nisso. Todas as leis internacionais favorecem a luta pela independência. Claro que não vamos insistir na ideia de que Cabo Verde é uma província. Sabemos que o povo de Cabo Verde nunca se identificou com o povo português. Os que na Guiné conheceram os caboverdeanos sabem que não se identificam com os europeus. Mesmo aqueles que querem passar por europeus, são os primeiros a gozarem o "mondrongo" ou o "tuga". O caboverdeano distingue-se do europeu pela sua cultura. Há um abismo entre o camponês de Santiago e o camponês português. O dialecto é de carácter autónomo. O crioulo é uma das procuras de autonomia dos caboverdeanos. Ele não é um português nem um tipo das ilhas, mas, sim, um elemento marcado pela presença africana. Era uma gente que tinha já a sua língua, mas para a realização do seu trabalho em comum criou uma nova língua — o crioulo. (...) Ele criou uma personalidade própria. Neste facto se encontra o direito de Cabo Verde a autodeterminar-se.»

Prosseguindo, Amílcar Cabral aborda de seguida a eterna questão do cabo-verdiano perante a África: *«A personalidade caboverdeana está ligada à África. O problema deixou de se pôr do ponto de vista histórico. Uma realidade ficou de pé: a que continente pertence Cabo Verde? Pode-se provar geográfica e ontologicamente a sua ligação com a África. As suas características climatéricas estão ligadas à África. Há um sistema de formação de Cabo Verde ligado à história da formação de África. Cabo Verde é o limiar do colonialismo português em África. (...) Em Cabo Verde encontra-se uma população, uma sociedade cujas características se aproximam da África. Cabo Verde tem uma personalidade própria. Cabo Verde é um arquipélago de África. É fundamental que reforcemos estes pontos: Cabo Verde tem uma personalidade própria; Cabo Verde é África. Fomos vítimas do problema colonial.»*

Visionário, Cabral chama a atenção dos seus pares para um dos problemas que viriam depois marcar os primeiros anos da independência de Cabo Verde: a questão da terra e as suas implicações. O líder do PAIGC via-a como um elemento fundamental e concreto capaz de mobilizar gente a favor da independência, já que *«nenhum povo luta contra fantasmas.»* Mas alerta: *«O problema da reforma agrária tem de ser posto com cautela, porque se, por um lado, isso estimula os que não têm terra, desencoraja, por outro, os proprietários.»*

Referindo-se ao trabalho já realizado pelo PAIGC em Cabo Verde, mais concretamente por Abílio Duarte, para traçar os caminhos a seguir (era este o objectivo da reunião, convém não esquecer), Cabral faz a seguinte apreciação: *«Nesse trabalho houve um grande defeito: a falta*

de ligações estreitas entre nós e o Abílio. Abílio esteve abandonado, sem contactos, sem palavras de ordem. Resumindo: houve um trabalho feito por um elemento, houve um trabalho de introdução, uma repressão, embora não violenta, que veio permitir pôr o problema em termos políticos. Casos como o Silvino são frutos desse trabalho. Estou convencido que muito ficou dessa actividade.»

O encontro termina com uma distribuição de tarefas, umas gerais e outras particulares ou de pormenor, umas imediatas e outras de longo prazo. No concernente às "tarefas gerais", o PAIGC preconiza uma preparação política com vista à mobilização dentro e fora de Cabo Verde, para posterior desembarque e início da luta armada. Para isso, os quadros seleccionados deveriam passar, antes, por uma preparação militar. E, quanto às "tarefas particulares", é criada uma *«Comissão Técnica Político-Militar»* que se deverá ocupar de reunir mapas, *«centralizar e estudar todas as informações de carácter militar respeitantes a Cabo Verde»,* com vista a concretizar o projecto do desembarque. A reunião produz ainda outras recomendações, das quais consta uma grande investida junto dos emigrantes cabo-verdianos em África, na Europa e no continente americano com vista à sua mobilização. E quanto ao interior, propriamente dito, deverão ser enviados militantes, de modo a encetar algumas das tarefas preconizadas.

A luta armada em Cabo Verde

As intenções do PAIGC em relação a Cabo Verde não passam despercebidas às autoridades portuguesas. Desde 1960, pelo menos, as actividades dos movimentos cabo-verdianos e guineenses vinham sendo acompanhadas de perto pelos agentes portugueses em Dakar. Em Cabo Verde, a Pide passa a dispensar especial atenção aos cidadãos residentes no Senegal ou vindos desse país, vigiando-os ou controlando-lhes a correspondência. Em Setembro de 1962, um relatório daquela polícia no Mindelo atribuía a *«existência de casos rácicos»,* acompanhados de distúrbios públicos, como o ocorrido naquele mês naquela ilha, às *«manobras desenvolvidas pelos indivíduos vindos de Dakar».*[3] Numa outra nota, feita no mês seguinte, a mesma delegação alerta que *«S. Vicente tem sido pôrto livre á entrada de propaganda político-subversiva»,* embora admitisse que o *«caso da contenda ocorrida no Mindelo, entre elementos metropolitanos e naturais da ilha, pode ter sido, apenas uma desordem, cuja solução cabe como é natural á P.S.P.»*[4]

Apesar do optimismo da reunião de quadros de 1963, o desembarque de elementos do PAIGC em Cabo Verde nunca se concretizou, embora tivesse havido preparação de gente para esse fim na Argélia, em Cuba e na União Soviética. O arquipélago irá continuar por muitos anos

"protegido" das acções militares do PAIGC, limitando-se este a fazer uma luta política e diplomática, sem grandes consequências para Portugal. Um reflexo disso é o artigo publicado, em 1969, no número de Dezembro da revista americana **Africa Report**, por Marvine Howe, correspondente do **Washington Post** em Lisboa.

A propósito do julgamento e condenação de Lineu Miranda, Luís Fonseca, Carlos Tavares e Jaime Schofield, Howe refere-se à fortaleza que era Cabo Verde quanto às acções do PAIGC, dada a forma como o arquipélago — isto é, as ilhas de Santiago, S. Vicente e Sal — estava defendido pelas forças portuguesas, pelo que, citando um emigrante cabo-verdiano, a jornalista conclui da impossibilidade de se *«iniciar qualquer espécie de insurreição nacionalista nas ilhas»*. Assim, a notícia divulgada pela agência portuguesa de notícias ANI, de que o tribunal militar da Praia tinha condenado quatro cabo-verdianos por *«actos contra a segurança do Estado»*, e retomada por Howe, era de todo uma novidade, já que até então não tinha chegado ao conhecimento internacional qualquer acção do PAIGC em Cabo Verde.

O PAIGC contava com 31 cabo-verdianos, na sua maioria antigos emigrantes, mobilizados em Moselle. Dentre eles constava Maria Lídia Évora (Tutu), o único elemento feminino do grupo. Para além de treinamento militar, ela recebeu rudimentos de enfermagem, tendo-se especializado mais tarde na RDA como enfermeira parteira, depois de ter estado na URSS com os demais companheiros. *«Ela aguentava-se bem, fisicamente»*, recorda Pedro Pires, referindo-se aos rigores do treinamento a que estavam todos sujeitos em Cuba.[5]

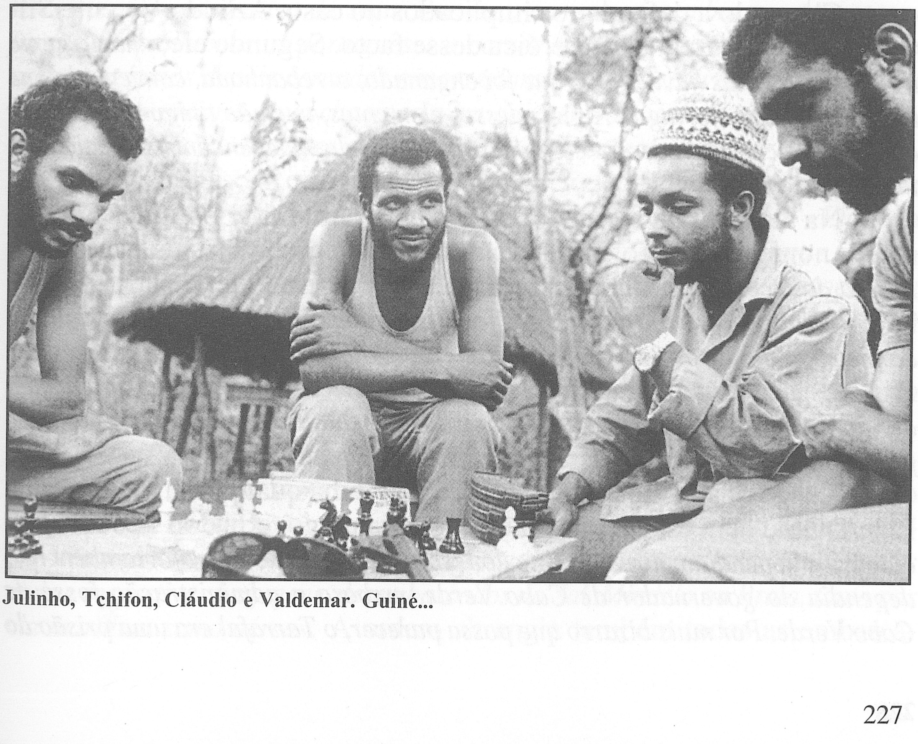
Agnelo Dantas, com 20 anos, era o mais novo do grupo. Fora mobilizado em Paris, onde se encontrava à "deriva", depois de ter trabalhado como marinheiro. Natural de Santo Antão, deixara Cabo Verde há dois anos depois de interromper o sétimo ano liceal em S. Vicente, onde embarcara rumo à Holanda. Em Paris, um dia encontrou-se com um amigo que o põe em contacto com Pedro Pires e este com Amílcar Cabral, que lhe contam o projecto do desembarque em Cabo Verde. *«Se estás interessado, espera instruções»*, disseram-lhe.[6]

Antes, porém, daquele que deveria ser o seu desembarque em Cabo Verde, o PAIGC envia para o arquipélago alguns dos seus activistas — Joaquim Monteiro, Fernando Tavares (Toco), Ilídio Figueiredo, António Santos e Lineu Miranda. A vinda dos dois primeiros foi organizada por Pedro Pires a partir da França, onde actuava na altura. Em Santiago, Toco acaba por ser preso e julgado pelo menos duas vezes, escapando sempre por uma unha negra de ser enviado para o Tarrafal. O seu advogado Arlindo Vicente Silva, militante do PAIGC, lembra-se do inspector da Pide António Bernardo a ameaçar o seu cliente. *«À terceira o senhor não escapará.»*[7]

Ao fim de quase dois anos de preparação em Cuba, o grupo de cabo-verdianos encontrava-se pronto para iniciar a operação de desembarque. Para o efeito, Amílcar Cabral desloca-se a Havana para dar instruções e proceder ao juramento solene da bandeira, a 15 de Janeiro de 1967. De acordo com o plano traçado, Pedro Pires seria o comandante da operação de desembarque e Honório Chantre o seu adjunto; Joaquim Pedro Silva, o comissário-político; e Silvino da Luz, o responsável pelo controlo e coordenação militar. Em princípio, deveriam existir dois grupos: um, comandado por Pires, que desembarcaria em Santiago; e outro, comandado por Chantre, que faria o mesmo em Santo Antão. Havia ainda três subgrupos, comandados, respectivamente, por Olívio Pires e Júlio de Carvalho; Silvino da Luz e Afonso Gomes; e Manecas Santos e Albino Ferreira Fortes (Bibino). *«Isso seria uma operação suicida»*, admite Pedro Pires, com a distância dos anos. *«Na altura pensávamos que nos poderíamos desenrascar.»*

A operação não se consumou, todavia, porque, entretanto, enquanto o grupo aguardava o seu transporte para Cabo Verde, acontece a 8 de Outubro a morte de Che Guevara, na Bolívia, o que leva as autoridades cubanas a não se responsabilizarem pela segurança da operação. *«Acabámos por embarcar para a União Soviética, para mais uma nova formação, desta vez, em Artilharia. Regressámos à Guiné e vários de nós participam na tomada de Madina do Boé»*, afirma Silvino da Luz.[8]

Se, por um lado, o projecto do desembarque em Cabo Verde animou, por muito tempo, os militantes que se encontravam no arquipé-



Julinho, Tchifon, Cláudio e Valdemar. Guiné...

lago, a sua não concretização, embora continuasse de pé até ao 25 de Abril de 1974, tem efeitos negativos junto dos mesmos. A impaciência e a frustração acabaram por traduzir-se em acções como a pseudo tomada do N/M *Pérola do Oceano*, em Santiago, o que conduz à prisão de Pedro Martins e outros cidadãos. Através de José dos Reis Borges, um cabo-verdiano de Santa Catarina, que, a serviço da Pide, conseguira fazer-se passar por coronel do PAIGC, as autoridades arrastam para uma armadilha 11 cidadãos, na sua maioria de Santa Catarina. *«Havia nessa altura grande expectativa quanto à luta armada»*, justifica Pedro Martins para a facilidade com que os seus companheiros caíram no engodo de Reis Borges.[9]

Segundo o autor de **Testemunho dum combatente**, *Pérola do Oceano* foi assaltado, a 20 de Aytgosto de 1970, pelo "coronel" José Reis Borges e os seus aliciados, todos fardados, com postos militares que iam de tenente a sargento. *«No assalto morreu um tripulante de nome Martinho que, amedrontado pela acção, saltara ao mar numa zona de tubarões. Após terem dominado e controlado o capitão e os tripulantes do barco, José manda ancorar o barco no porto de Rincão (porto piscatório de Sta. Catarina) para abastecer o navio que não dispunha de combustível necessário para chegar ao Senegal. Chegados a esse porto, ele abandonou o barco sob justificação de que ia à procura de combustível, e não regressou. Alguns dos assaltantes já apreensivos com a demora do "Coronel", como fora o caso do Sérgio, abandonaram o barco. Horas mais tarde, apareceu a Pide e a polícia para prender o restante dos assaltantes.»*[10]

Chamado a defender os implicados no caso, Arlindo Vicente Silva tem uma leitura menos heróica desse facto. Segundo ele, *«havia gente ligada à luta, mas havia gente que foi enganada, arrebanhada, convencida que ia emigrar para Portugal. Alguns desses elementos, que não tinham nada a ver com a política, apareceram como heróis depois da independência, praticando inclusive desmandos.»*[11]

Na altura era governador o brigadeiro António Lopes dos Santos, recém nomeado para o cargo. Também não tem dúvidas de que o caso *Pérola do Oceano* foi uma operação planeada pela Pide, a partir de Lisboa. *«O indivíduo cabo-verdiano que na altura aliciou aquela gente foi daqui da metrópole poucos dias antes e não tinha qualquer ligação conhecida com o PAIGC, nem o PAIGC, que eu me lembre, reivindicou a paternidade da acção, de tão primária foi planeada e executada. Penso que foi apenas um pretexto para a Pide prender meia dúzia de indivíduos.»*

Lopes dos Santos esclarece que não tinha qualquer ligação com a Pide/DGS e nem esta dependia dele, enquanto governador. *«Os seus funcionários dependiam directamente de Lisboa. A prisão do Tarrafal também não dependia do governador de Cabo Verde, embora a administração fosse de Cabo Verde. Por mais bizarro que possa parecer, o Tarrafal era uma prisão do*

governo da província de Angola.» A corroborar esta declaração, um antigo colaborador de Lopes dos Santos revelou-me que as relações deste com António Augusto Bernardo eram tensas e pouco cordiais. *«O governador, à semelhança do seu antecessor Sacramento Monteiro, negava-se a despachar directamente com o Bernardo.»*

Jorge Querido era o responsável do PAIGC em Cabo Verde. E, sobre o período em causa, diz: *«Houve uma altura em que pensámos seriamente na luta armada aqui. Ter uma organização sem fazer nada não funciona. Ainda tentámos manter a nossa gente com panfletos, actividades no Liceu da Praia... Pensámos que seria possível uma acção rápida: como Henrique Galvão, tomar um barco e chamar a atenção do mundo para nós. Chegámos a ter tudo organizado, em Santiago, S. Vicente e Sal. Sabíamos quantos eram os efectivos portugueses, onde estavam etc. A nossa ideia era preparar um, dois ou três comandos lá fora, que iriam entrando aos poucos e as armas também. Eu conhecia todos os ancoradouros de Santiago, a sua profundidade etc. Pretendíamos fazer um ataque rápido, aniquilar os aquartelamentos, fazer alguns reféns, o governador, o bispo etc. — e encarregar o partido de fazer barulho internacional, de modo a impedir represália dos portugueses. Estávamos naquela fase de entrega total, dispostos a ir até às últimas consequências. Esse projecto só não foi avante porque não tivemos o* feedback *do partido.»*[12]

Embora tivesse alinhado no projecto do desembarque, Manuel Rodrigues vê hoje a luta armada em Cabo Verde como algo utópico, dadas as condições físicas do arquipélago. *«Essa hipótese é colocada com bastante força nos finais dos anos 60, uma altura em que estávamos no segundo ou no terceiro ano consecutivo de seca. Por isso, com um desembarque das nossas forças, ou púnhamos os portugueses a correr daqui em dois tempos e, mesmo assim, seríamos depois cercados e morreríamos de fome, ou então acontecia o contrário: o próprio povo chacinaria em dois tempos os dirigentes da luta armada em Cabo Verde, antes que ele próprio morresse de fome.»*

Apesar disso, Rodrigues lembra-se de que a ideia do desembarque manteve muita gente empolgada, a começar por ele próprio. *«Eu tinha um grupo na Achada Santo António de que fazia parte um comerciante chamado Djedje Galvão. Eu e ele andámos Santiago inteiro, no meu jipe, à procura de lugares para o desembarque. O Djedje acreditava tanto nisso que chegou a ter um quarto cheio de latas de sardinha para quando a nossa malta viesse.»*

Por seu turno, o Comando Territorial Independente, sediado no Mindelo, considera, em ofício de 9 de Setembro de 1970, *«possível e provável que o PAIGC tente executar acções espectaculares, a explorar internacionalmente nas Ilhas de S. Vicente, Sal e Santiago»*, que poderiam passar pelo *«sequestro de embarcações costeiras.»* Assim, o chefe do Estado Maior, major Manuel Ganhão Palma, ordena que se retome o controlo de *«todos os civis e respectivas bagagens, desembarcados no Sal, Mindelo ou Praia, tanto por via marítima como aérea»*. A ordem abrangia também todas as embarca-

ções, nomeadamente as de pesca, capazes de atingir Dakar.[13]

Pelos dados existentes, tanto nos arquivos dos governadores como nos documentos da Pide/DGS, as autoridades portuguesas, em Cabo Verde, não minimizavam de modo algum os planos do PAIGC de passar à acção militar no arquipélago. Essa eventualidade não terá deixado de criar no espírito dos soldados aqui estacionados um certo nervosismo, o que acaba por se saldar na morte de três cidadãos, no Sal, causada por sentinelas portuguesas. De acordo com um manuscrito depositado nos arquivos da Pide na Torre do Tombo, a defesa nessa ilha estava a cargo de três companhias (de 150 homens cada, todos "metropolitanos"), um pelotão de 30 homens da polícia civil e três agentes daquela polícia, que asseguravam o controlo de passageiros. *«O aeroporto tem um sector militar (Otan) onde normalmente se encontram 3P2V (bombardeiros). É raro estarem aviões de caça do tipo que estão na Guiné por não terem alcance de voo.»*

O mesmo documento regista que a população do Sal, avaliada em 6 mil habitantes, constituída na sua maioria por trabalhadores flutuantes ligados à construção do aeroporto, *«vem sendo cada vez mais hostil à tropa»*, havendo a registar o incidente atrás referido, em Julho de 1964, incidente esse eficientemente abafado, a ponto de nem o PAIGC nem ninguém se ter insurgido contra o episódio. *«O incidente tratou de uma sentinela que atirou em 3 pessoas que se aproximaram durante a noite do aquartelamento de uma companhia recém chegada da Guiné e esperando rendição»*. Do documento em causa, escrito todo ele à mão, sem data, consta o desenho do mapa da ilha, e dele se fica a saber como estava estruturada a defesa no Sal: *«há uma patrulha, 1 jipe com um sargento e três soldados que dão a volta há [sic] ilha, e outra patrulha com o mesmo efectivo que patrulha as vilas de Ortelã e da Preguissa [sic], além dos arredores do aeroporto.»*

Amílcar e Abílio: o degelo

Hoje sabe-se que a frustração e o desânimo não eram exclusivos dos militantes que estavam em Cabo Verde. Mesmo os elementos que se encontravam no exterior passaram a ter dúvidas quanto ao futuro da luta pela independência da sua terra natal. E, se havia alguém que, no seio do PAIGC, encarnava esse tipo de sentimento, esse alguém era Abílio Duarte, acusado entre os seus de ser o porta-voz ou o líder da insatisfação dos cabo-verdianos em relação à forma como o caso de Cabo Verde era tratado; isso, de certo modo, indispõe Amílcar Cabral contra a sua pessoa, não sendo de todo por acaso o período em que é mantido longe de Conakry. Fora isso, e sempre por causa de Cabo Verde, há quem se lembre de discussões ásperas entre os dois homens. *«Em geral»*, confidencia uma fonte, *«o Cabral sempre conseguia dar-lhe a volta.*

Abílio, Ana Maria, Amílcar e Luís de Almeida (MPLA). Argel, 1965

O Abílio regressava a casa e lá a Dulce baralhava-o novamente e ele voltava furioso para discutir com o Cabral. Isto aconteceu variadíssimas vezes.» [14]

De regresso a Conakry em 1968, depois de estar colocado em Argel e Havana, Abílio Duarte revela, com pesar, um facto que, segundo ele, provocou entre os seus camaradas *«um certo degelo»* em relação à sua pessoa: *«Numa reunião do Conselho Superior da Luta, que era o órgão máximo do PAIGC entre dois congressos, abordou-se, no meu entender, de forma ligeira, o desenvolvimento da luta em Cabo Verde, o que me obrigou a declarar, frontalmente, que nenhum dirigente, nenhum grupo restrito de dirigentes tinha o direito de dirigir sozinho o destino de todo um povo. Você não imagina a tempestade que isso provocou».* [15]

Amílcar Cabral, presente na reunião, realizada em Boké, por volta de 1970, interpreta tal afirmação como um desafio à sua pessoa. Abílio Duarte sente, a partir de então, a pairar sobre si a sombra da suspeita, o que leva a que alguns dos seus companheiros se demarquem ou se afastem dele. Havia, segundo ele, em Conakry, um tenso clima de intrigas a que Cabral não era insensível. *«As intrigas eram tais, a pressão era tal, que Cabral chegou a ficar na dúvida se não havia uma atitude de ultra-nacionalismo exacerbado por parte dos cabo-verdianos e se eu não teria um papel principal nessa atitude. Isso porque defendi sempre, abertamente, a necessidade absoluta de desenvolver o nível da luta em Cabo Verde, ainda que política e clandestina, para que não se estabelecesse um desequilíbrio profundo entre o estado da luta na Guiné e em Cabo Verde. Ninguém foi mais longe do que eu nessa questão. E isso acabou por alimentar intrigas contra mim.»*

Abílio Duarte lembra-se ainda de que Amílcar Cabral, que dizia ter luz verde para o efeito, ordenou-lhe que fosse abrir um *«posto avan-*

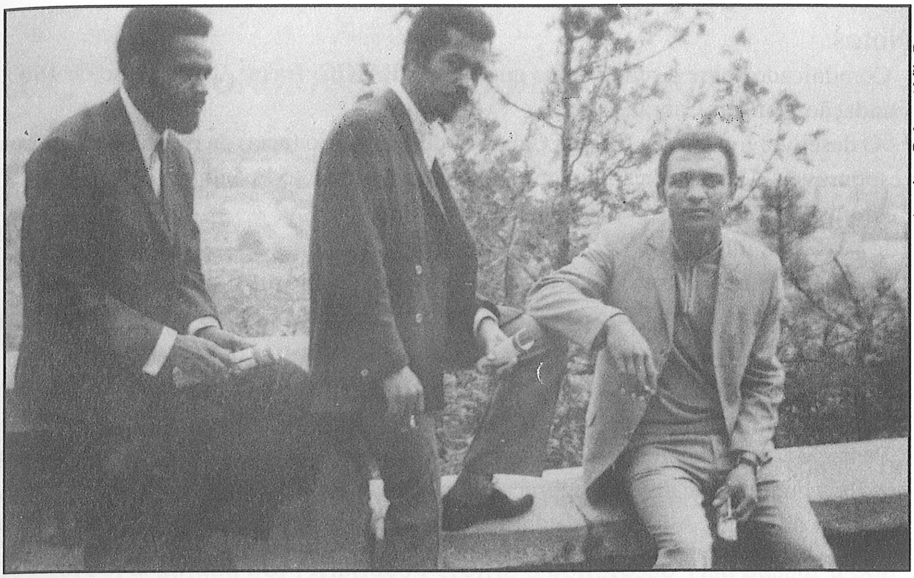
çado da luta em Cabo Verde» em Nouakchot. *«Mas nos meus encontros com as autoridades mauritanianas fiquei convencido de que, de facto, elas não tinham a intenção de deixar o seu território como uma base avançada para o desenvolvimento da luta em Cabo Verde. Regressei a Conakry e disse a Cabral que, de acordo com a minha análise, os mauritanianos não tinham a intenção de levar avante esse projecto e que até me pareceu que eles tinham ficado surpresos com a minha pretensão. Cabral convocou uma reunião dos dirigentes em Conakry e houve gente que pretendeu fazer crer que eu tinha abandonado o meu posto de combate, mas, felizmente, a reunião terminou com Cabral, em altos brados, a dizer o seguinte:* — Oiçam uma coisa: não existe nenhum problema entre mim e o Abílio! — *Ele repetiu duas vezes esta frase. E foi o degelo.»*

Depois deste episódio, são enviados para a mesma missão na Mauritânia outros dirigentes cabo-verdianos: Silvino da Luz, secundado por Afonso Gomes; e, finalmente, Osvaldo Lopes da Silva, coadjuvado por Osvaldo Azevedo. *«Estes»*, conclui Duarte, *«em conformidade com a minha análise, também não conseguiram convencer os mauritanianos a nos deixarem utilizar Nouakchot como um ponto avançado para o desenvolvimento da luta em Cabo Verde».*

«Era difícil fazer qualquer coisa na Mauritânia», admite Silvino da Luz.[16] *«Mesmo assim conseguimos montar uma rádio e um campo de treino. Continuávamos empenhados em fazer qualquer coisa em Cabo Verde, a partir da Mauritânia, e com os nossos próprios meios. Mas tivémos de pôr o projecto de lado com a morte de Amílcar Cabral. Depois da Mauritânia, fui para os EUA trabalhar para o reconhecimento da independência da Guiné-Bissau e criar um comité de apoio junto dos cabo-verdianos emigrados.»*

Talvez por ter encontrado o caminho meio desbravado, sobretudo em relação à Guiné-Bissau, Osvaldo Lopes da Silva não regateia elogios ao então presidente Moktar Ould Dada, cujo apoio diz ter sido fundamental para o PAIGC junto da comunidade árabe. *«Com a proclamação da independência da Guiné-Bissau, a Mauritânia conseguiu arrastar consigo o reconhecimento de vários países árabes, nomeadamente da Arábia Saudita e do Koweit. E, eles como tinham boas relações com os americanos, o seu reconhecimento era também um sinal importante para os americanos, que nos viam com desconfiança por causa da nossa fama de comunistas.»*[17]

Retomando a questão de Cabo Verde, tendo em conta o que se passara na noite de 20 de Janeiro de 1973, o estado de espírito dos cabo-verdianos em Conakry era de quem devia repensar o seu papel na luta em que se encontravam inseridos. Ausente em Cuba, a ajudar na preparação de Érico Veríssimo Ramos e de Élvio Fernandes, Olívio Pires tinha a esperá-lo um grupo de patrícios, entre os quais Jaime Mota, que, de forma directa e séria, lhe disse: *«Estávamos à tua espera para nos dizeres*



Jaime Mota, Álvaro Dantas Tavares e Baltasar Barros, na Rússia.

se vamos ou se ficamos».

«Respondi-lhe que tínhamos de ficar», acrescenta Olívio, que é novamente enviado à Holanda, dias depois, agora com residência fixa, por ordem de Aristides Pereira. *«Acreditava que a faca e o queijo da independência de Cabo Verde se encontravam na Guiné. Senti o mesmo problema quando o Mascarenhas Monteiro me comunicou que se ia embora. Não obstante ter-lhe dito que compreendia a sua atitude, disse-lhe também que eu jamais poderia agir do mesmo modo. Ele podia sair porque não tinha compromisso com ninguém. Eu, não. Para todos os efeitos sentia-me ligado àqueles que tinha convencido a abraçar a luta. Além do mais, continuava a acreditar que a independência de Cabo Verde seria muito mais difícil fora do quadro do PAIGC.»*

No seu entender, os acontecimentos de 20 de Janeiro tinham de ser devidamente analisados, razão pela qual se insurge contra Luís Cabral quando, numa reunião da direcção do partido, feita com os elementos presentes em Conakry, este acusa os cabo-verdianos de se estarem a comportar de forma paranóica. *«Para o Luís, tinha sido a direcção do partido que fora posta em causa e não os cabo-verdianos, em si. Isso levou-me a levantar-me e a dizer-lhe que não concordava com ele no que concerne à atitude dos cabo-verdianos. Para todos os efeitos, não era por acaso que os cabo-verdianos em Conakry tinham sido todos presos, maltratados e quase fuzilados. Havia, portanto, uma vertente anti-cabo-verdiana que era preciso ter em conta. Lembro-me de que quando o Abílio chegou da RDA, escutou a gravação dessa reunião e felicitou-me pela intervenção.»*

Notas

[1] Comunicado sobre a reunião dos quadros do PAIGC, Dakar, 21 de Julho de 1963. Fundação Amílcar Cabral, Praia.

[2] "O desenvolvimento da luta em Cabo Verde", relatório (acta) da reunião de quadros responsáveis, Dakar, edição policopiada, Julho de 1963, 54 páginas.

[3] Arquivos da Pide, SR 80, 105, Torre do Tombo.

[4] Id., SR 222, ibid..

[5] Entrevista: Pedro Pires, Praia, 16-09-95.

[6] Paula Torres de Carvalho, "A inquietação dos guerreiros". **Público** (Magazine), Lisboa, 17.12.95.

[7] Entrevista: Arlindo Vicente Silva, Praia, 04-07-95.

[8] Entrevista: Silvino da Luz, Praia, 07-02-95.

[9] Pedro Martins, op. cit., p. 19. Os indivíduos em questão foram: Ivo Pereira, Sérgio dos Reis Furtado, Ananias G. Cabral, António Rosa, Arlindo Borges, Luís Mendonça, Juvêncio da Veiga, Alberto Semedo, Joaquim M. Correia, Martinho G. Tavares, João D. Macedo.

[10] Id., ibid., p. 63.

[11] Entrevista: Arlindo Vicente Silva, Praia, 04-07-95.

[12] Entrevista: Jorge Querido, Praia, 01-06-95.

[13] Dossier Governador António Lopes dos Santos.

[14] Dulce Almada Duarte considera *«mentirosa»* tal *«apreciação»* sobre ela e o marido. *«Pelo contrário, sempre procurei deitar água na fervura quando via o Abílio muito enervado. E nunca o baralhei. O Abílio, felizmente, não era manipulável. Todos os que privaram com ele sabem disso.»* Esclarecimento: Praia, 06-05-2001.

[15] Entrevista: Abílio Duarte, Carnaxide, 16-03-95.

[16] Entrevista: Silvino da Luz, Praia, 27-04-95.

[17] Entrevista: Osvaldo Lopes da Silva, Praia, 14-05-95.

21
CONGRESSO DE MADINA DO BOÉ

O problema de Cabo Verde voltaria à tona, com a força de um vulcão, durante o II Congresso do PAIGC, realizado de 18 a 22 de Julho de 1973, na mítica Madina do Boé, zona libertada da Guiné-Bissau. Há nove anos que esse órgão do partido não se reunia, embora anualmente houvesse reuniões alargadas do CSL, onde geralmente o secretário-geral dava conta do estado da luta e eram traçados os rumos a tomar, tanto em relação à Guiné como a Cabo Verde. Amílcar Cabral foi morto há seis meses e, segundo uma circular do CEL, de 27 de Março, assinada por Aristides Pereira, o congresso visa passar a pente fino a vida do partido, designadamente o processo da morte do seu líder, apurar *«a responsabilidade moral e política do crime»* e escolher uma nova liderança. Até então, o comando do partido vinha sendo assegurado, na prática, por Luís Cabral, visto que Pereira se encontrava fragilizado e em tratamento médico.

Com as feridas abertas, o ambiente entre os delegados é particularmente tenso. Além das preocupações normais com a defesa, os delegados apresentam-se armados até aos dentes e o mínimo deslize, mesmo verbal, poderá ser fatal. *«Como o* complot *contra o Amílcar surgiu no Sul, o Norte mandou um batalhão para garantir a segurança»,* assume Luís Cabral, que foi, com Francisco Mendes, o primeiro responsável por essa frente. *«O congresso foi dirigido por mim»,* sublinha de novo, para demonstrar que foi nulo ou reduzido o papel de Aristides Pereira nesse processo. *«E tudo foi centralizado no assassinato do Amílcar.»*

«É nessa atmosfera», sublinha Abílio Duarte, *«que eu surjo a desenterrar o problema de Cabo Verde. Isso deu uma confusão terrível.»*

Ele esclarece que, no esforço de manter vivo o *«problema de Cabo Verde»,* sempre contou com o apoio de certos conterrâneos e, até, de alguns guineenses, que pareciam compreender e aceitar as suas preocupações. Entre os cabo-verdianos cita o *«apoio fundamental»* da mulher, Dulce, e num grau menor o de Osvaldo Lopes da Silva. *«Os outros cabo-verdianos»,* acusa com mágoa, *«fizeram diplomacia sempre. Nunca se expuseram...»*

Dito isso, deixa-se estar por alguns momentos em silêncio. *«Avanço com a Comissão Nacional de Cabo Verde no Congresso e, imediatamente, houve a tentativa de considerar essa pretensão como uma manobra para dividir o partido e criar uma espécie de P.A.I.C. — Partido Africano para a Indepen-*

dência de Cabo Verde!»

Com os olhos marejados, neste ponto, o depoimento de Duarte sai a custo, palavra por palavra, como se estivesse a debater-se, dentro de si, contra esta parte do seu passado. *«Houve uma tentativa de me tirarem da direcção do partido. A minha cabeça esteve para rolar por causa de Cabo Verde... A minha cabeça, repito, e de mais ninguém, esteve para rolar...»*

Feita nova pausa, acrescenta: *«Vasco Cabral foi um dos principais responsáveis dessa intriga introduzida no II Congresso, secundado por alguns dirigentes cabo-verdianos, entre eles José Araújo, e por outros que, pelo seu silêncio, se mostraram cúmplices. Felizmente houve outros cabo-verdianos e uma maioria de guineenses que avaliaram correctamente a minha proposta e a julgaram importante para o desenvolvimento da luta no quadro da unidade, afastando assim qualquer alegação de divisionismo ou fraccionismo de um grupo de cabo-verdianos liderados por mim».*

Para Abílio Duarte, objectivamente falando, foi Nino Vieira a primeira voz a levantar-se a seu favor quando *«o problema de Cabo Verde»* foi *«desenterrado»*, seguida de Oswaldo Vieira, Bari Abdulai, Otto Schacht, Fidélis Almada, Mateus Correia e, também, o angolano Manuel Boal, que, de *«forma frontal»*, defendeu a proposta da criação da CNCV. E, entre os combatentes cabo-verdianos, destaca o falecido Afonso Gomes, que *«foi o mais claro e corajoso na defesa da necessidade absoluta da reactivação de uma Comissão Nacional de Cabo Verde dentro do PAIGC».*

A mulher, Dulce, tinha ficado em Conakry e Osvaldo Lopes da Silva fora enviado à Líbia, em missão militar. *«E eu contava com ele, porque, dos combatentes cabo-verdianos, o Osvaldo era o mais atento e inteligente na defesa da ideia de que tudo devia ser feito, sem reticências, para fazer avançar a luta em Cabo Verde».*[1]

Osvaldo Lopes da Silva

Natural de S. Nicolau, Osvaldo Lopes da Silva foi, como se sabe, integrante do grupo de estudantes africanos em Portugal que fugiram para França, em Junho de 1961. Tinha 25 anos e cursava na Universidade de Coimbra o terceiro ano de Engenharia Civil, que haveria depois, para seu arrependimento, de trocar por Economia, deslumbrado que estava com os milagres da economia planificada. Estabelecido o contacto com o PAIGC, através de Amílcar Cabral em Accra, é enviado para a URSS, como bolseiro da Ugean, e aqui permanece até 1967. Depois de cinco anos de estada, e quando lhe faltavam não mais que dois ou três meses para concluir o curso, recebe ordens de Cabral para deixar a URSS, sob a alegação de que precisava dele. Depois de um período em Dakar, a mobilizar cabo-verdianos, Lopes da Silva é chamado a integrar o grupo que estivera em Cuba a preparar-se para o desembarque em

Cabo Verde. *«A partir de um determinado momento, enquanto os cubanos achavam que podíamos desembarcar em Cabo Verde, Cabral passou a ter dúvidas: um grupo pequeno como o nosso poderia ser desbaratado em pouco tempo. Feita a preparação em Cuba e na URSS, chegámos todos à Guiné em Janeiro de 1969, o que marca a entrada dos cabo-verdianos na Artilharia, com a tomada de Madina do Boé.»*

E, mais uma vez, por pouco tempo. *«Como sabia russo, fui de novo chamado para acompanhar uma curta formação de mísseis terra-terra, Grad»*. Desse grupo constam Julinho de Carvalho, Manecas Santos, Alfa Diallo e José Luís Marques (Tchutcho). Posto isto, é destacado por algum tempo na Frente Leste, até ser chamado, em meados de 1970, para uma nova formação de 17 cabo-verdianos, desta feita, para a Marinha, na Geórgia, e que durou cerca de dois anos. Deste grupo fazem parte Álvaro Dantas Tavares, Corsino Tolentino, Arnaldo Araújo, Baltasar Barros, Osvaldo Azevedo...

«Às tantas começámos a duvidar da razão de ser dessa formação», prossegue Lopes da Silva. *«Houve atritos e fui o porta-voz do descontentamento dos cabo-verdianos. A nossa conclusão foi: Cabral não sabe o que fazer com estes cabo-verdianos e manda-os estudar na URSS. Escrevíamos-lhe a pedir instruções e não tínhamos qualquer resposta. Isto, entre 1970 e 1972. Regressámos em Agosto. O clima já estava pesado. Um certo número de cabo-verdianos tinha chegado e ido embora. Entre eles, a família de António Mascarenhas Monteiro: ele, a mulher, a irmã Elsa, o Manuel Monteiro, a mulher de Carlos Reis. Havia uma hostilização dos cabo-verdianos. Encontrámos um clima pior do que aquele que havíamos deixado em 1970»*.

Ainda em Moscovo, Lopes da Silva lembra-se de ter havido um incidente que contribui para tornar o ambiente ainda mais tenso à volta daqueles cabo-verdianos. *«Arnaldo Araújo chateou-se e resolveu vir-se embora. Tentei fazer tudo para dissuadi-lo e não consegui. Procurámos também fazer todos os possíveis para que as autoridades soviéticas não se apercebessem de que havia problemas entre nós e a direcção do partido. Como responsável do grupo, escrevi uma carta que o Araújo levou, justificando o seu regresso. A carta não caiu no agrado de Amílcar. Quando o grupo regressou a Conakry, estávamos todos de mau-humor. Pedimos imediatamente um encontro com a direcção do partido. No encontro falei eu e falou o Cabral. Abordei de forma frontal uma série de questões à volta de Cabo Verde, que eram tabus. Disse que, se estávamos dispostos a morrer na Guiné, era Cabo Verde que nos tinha levado a isso e que era a nossa participação na luta que dava a Cabral a legitimidade para falar em nome de Cabo Verde. Por isso, nos sentíamos com legitimidade para, em qualquer momento, levantar o problema de Cabo Verde e obter esclarecimentos. Na análise do problema, pedíamos que se pusessem de parte todas as acusações de bairrismo ou chauvinismo...»*

Neste ponto, Lopes da Silva sorri, pois reconhece que se tinha

deixado caído numa ratoeira. *«Cabral não esperava uma linguagem clara e quase desafiante. Inteligente como era, aproveitou o episódio para mostrar aos guineenses que também tinha problemas com os cabo-verdianos. Virando-se para eles, disse-lhes*: "Estão a ver? Essa gente está disposta a lutar aqui, mas com intenção de libertar Cabo Verde, para quando Cabo Verde se tornar independente ir mandar em Cabo Verde e não na Guiné!"»

Depois disso, as relações entre os dois continuaram, de certo modo, tensas, embora mais amistosas. Um dia Amílcar Cabral, explodiu: *«O que é que tu queres? Estás sempre a criar problemas!»*

«Respondi-lhe que achava que o partido, durante dois anos de minha ausência na URSS, tinha sido privado do concurso de um bom artilheiro para nada.»

— Ah, queres ser artilheiro?! — pergunta-lhe Cabral, de forma ostensiva.

— Sim — respondeu-lhe de pronto o seu interlocutor.

— E se eu te der a missão de tomar um quartel?

— Sou capaz de tomar qualquer quartel!

A aposta estava feita e aceite. O quartel, como se sabe, seria Guilege, situado a Sul, e que funcionava como o principal baluarte português numa zona que o PAIGC dizia dominar. E, em relação ao congresso de Madina do Boé, Lopes da Silva suspeita que a sua ausência tenha sido premeditada. *«Fui mandado para uma missão militar à Líbia, que se revelou completamente disparatada. Mandaram-me buscar um canhão e quando lá cheguei, vi que não tinha praticamente nenhuma utilidade. Aliás, sempre que havia uma reunião da direcção do partido, em que era suposto estar presente, inventava-se uma missão ao exterior para mim. Na volta, ficava a saber que se tinha feito a reunião. Isso, desde o tempo de Cabral.»*[2]

É que, embora tivesse por Lopes da Silva estima e confiança, Amílcar Cabral achava-o imprevisível e, sobretudo, impertinente, além de tido, com Abílio Duarte, um dos integrantes do sector ultra-cabo-verdiano dentro do PAIGC.

Abílio salva Oswaldo Vieira

Abílio Duarte interpreta a atitude de Nino Vieira em seu favor, em Madina do Boé, como uma possível retribuição a um gesto seu em relação a Oswaldo Vieira, primo e grande amigo de Nino. E explica: *«Durante o congresso discutiu-se fortemente as causas do assassinato de Cabral e procurou-se saber se havia militantes ou dirigentes que tivessem, de perto ou de longe, alguma responsabilidade nesse crime. Foram lançadas sérias dúvidas sobre o Oswaldo Vieira, mas não foram reunidas nenhumas provas concretas e definitivas, que pudessem levar o Congresso a uma tomada de posição a esse respeito. Eu defendi que ninguém podia ser condenado sem provas concretas.*

Mais uma vez, meti-me num sarilho dos diabos, ao dizer que não se podia entrar num processo de caça às bruxas; cabia aos serviços de segurança do partido apurar, no máximo, as provas concretas para qualquer tomada de posição».

Oswaldo Vieira salvou-se provavelmente do fuzilamento, mas não da suspeita. Segundo Luís Cabral, ele foi detido no congresso, suspenso de todas as suas actividades e conduzido a Cundara para averiguações mais profundas.[3] Morreu poucos meses depois, em fins de 1973. *«O médico soviético disse-nos que ele estava muito mal, que a única hipótese de salvá-lo era operá-lo, mas, para isso, precisava de bastante sangue. Alugámos um avião e mandámos a Lucete buscar sangue a Dakar. O Nino ficou com ele em Cundara. Fez-se a operação. Eu estava em Boké quando o Nino me mandou dizer que o Oswaldo tinha falecido. Depois da morte, ele foi reabilitado como combatente de primeira hora.»*

A amargura e a depressão, que pareceram acompanhar Oswaldo Vieira a partir de Madina do Boé, levam alguns dos seus camaradas a acreditar na tese de que ele esteve, realmente, envolvido na morte de Amílcar Cabral. Osvaldo Lopes da Silva, que esteve com Vieira cerca de um ano na Frente Leste, lembra-se dele como um homem revoltado, outrora bom combatente, mas que se deixara alcoolizar... *«Enquanto estivémos juntos não vi dele uma acção, sequer. Como era constantemente chamado à atenção por Cabral, começou a ser um homem revoltado. Eu sentia nele não só um homem descontente, como também alguém que expressava, de forma aberta, esse descontentamento. E mais ainda: procurava aliciar pessoas para esse descontentamento, inclusive eu. Como me viu levantar algumas vezes o problema de Cabo Verde nas reuniões da direcção do partido, a certa altura, ele pretendeu ser porta-voz dos cabo-verdianos, e eu tive um dia de lhe dizer:* "Oswaldo, os problemas que temos com Cabral é um problema dos cabo-verdianos. Somos nós que temos que ser porta-vozes dos nossos problemas".»

Fernando Baginha, antifascista português que esteve nas hostes do PAIGC em Conakry, lembra-se de Oswaldo Vieira como o único homem que fazia frente a Amílcar Cabral, que descreve como *«autoritário»*: *«Oswaldo era o único que levantava a voz a Amílcar. Toda a gente sabia disso.»*[4]

Como atrás foi escrito, Osvaldo Lopes da Silva acredita que, na morte de Amílcar Cabral, terá havido vários *complots* que se sobrepuseram. *«Um deles terá sido o do próprio Oswaldo Vieira. Como ele tinha tido um papel importante no passado, certamente estava interessado em levar Cabral à discussão no sentido, talvez, de exigir maiores responsabilidades para os militares históricos. O Mamadu Ndjai era um desses militares históricos. Tinha sido comandante com algum prestígio. Ultimamente andava por Conakry num tratamento médico que nunca mais acabava. Uns dias antes, Sékou Touré manda uma missão avisar Cabral que havia um* complot *contra ele e que ele devia tomar medidas — no fundo uma forma de o próprio Sékou se ilibar. Cabral sai do escritório e encontra-se com Ndjai e diz-lhe:* "Sabe o que essa gente veio

fazer? Vieram dizer-me que há um *complot* para me assassinar e vocês da Segurança não sabem de nada". *Parece que é isso que precipita o* complot *contra o Cabral. Custa-me acreditar que o* complot *fosse para o matar. Para mim, era algo para o forçar a uma discussão. Nos interrogatórios, o nome de Oswaldo Vieira terá sido utilizado por Kany, que era muito ligado a ele.»*

Ajuste de contas

Abílio Duarte lembra-se de, antes de ir ao congresso, ainda em Conakry, ter apresentado a Aristides Pereira a controversa proposta da criação da CNCV, ao que recebe deste incentivo para prosseguir o seu propósito. *«Houve também um comportamento estranho por parte de José Araújo, que nunca cheguei a compreender. Na véspera do congresso, em Boké, dei-lhe conhecimento da proposta que ia fazer e ele deu-me o seu inteiro acordo. Por razões que nunca cheguei a desvendar, ele, conjuntamente com Vasco Cabral, foi um dos autores dos ataques mais virulentos à minha proposta. Procuraram fazer crer aos delegados que havia da minha parte uma tentativa de dividir o PAIGC, no pressuposto de que eu queria criar um suposto P.A.I.C.. Eles e a Carmen Pereira tudo fizeram para me verem decapitado. E isso porque tive a ousadia de levantar, mais uma vez, a problemática da luta em Cabo Verde, que continuava numa fase embrionária e que se estava transformando num tabu. Para desfazer a enormidade da acusação que me foi feita e que era diametralmente o oposto daquilo que eu pretendia — unir o partido —, fui obrigado a falar com agressividade, com fogo na boca, única forma de fazer recuar a monstruosa intriga e de preservar a validade e a urgência da minha proposta. Houve, apesar de tudo, a vitória da razão».*[5]

Aristides Pereira tem, como é óbvio, a sua leitura destes factos. Considerado por Basil Davidson, em **As ilhas afortunadas**, o *alter ego* de Amílcar Cabral, por ter sido o seu mais directo colaborador, cabe-lhe, amiúde, expressar o ponto de vista do líder histórico do PAIGC. *«O que se passava à volta de Cabo Verde não foi verdadeiramente uma questão tabu. Havia em Conakry uma série de tarefas relativas à Guiné que faziam com que o Amílcar não assumisse um maior protagonismo em relação a Cabo Verde. Havia também outras dificuldades. Os nossos contactos eram feitos sobretudo através dos estudantes em Portugal ou de Jorge Querido em Cabo Verde. Sentimos que essa gente não estava a engajar-se de maneira séria. Havia qualquer coisa entre eles que atrapalhava tudo.»*

Ainda segundo Pereira, por volta de 1969/70, o PAIGC encontrava-se em posição de afirmar que a Guiné era um território quase liberto, com as forças portuguesas estacionadas apenas nos principais centros urbanos. *«Nessa altura, o Amílcar tem duas preocupações: aprofundar os contactos diplomáticos, onde ia buscar os meios para prosseguir a guerra, e ao mesmo tempo, com isso, passar a luta para uma fase mais avançada. Do ponto*

de vista de Cabral, com a vitória na Guiné, Portugal ficaria em situação extremamente difícil para negar a independência de Cabo Verde.»

Aristides Pereira reconhece, todavia, que praticamente deixara de haver reuniões sobre Cabo Verde, havendo daí gente a concluir que o arquipélago deixara de ter a mesma importância dentro do PAIGC. *«Mas a grande verdade também é que a maior parte dos dirigentes cabo-verdianos estava nessa altura em formação em Cuba. O próprio Abílio começou por estar colocado em Argel e, depois, em Havana... É verdade que se falava pouco de Cabo Verde, mas não a ponto disso se ter tornado uma questão tabu. E tanto assim é que, depois o grupo que estava a formar-se na Marinha ter regressado da União Soviética, houve uma reunião feia entre nós, com falta de respeito e tudo, que o Cabral encaixou. Em relação à luta aqui, quando os especialistas soviéticos nos pediram os dados sobre Cabo Verde, disseram:* "Nem pensar nisso! Se fosse uma ilha, vá que não vá. Agora 10 ilhas, com os meios modernos, vocês vão ser massacrados". *E mais: disseram-nos peremptoriamente que não nos iam dar os barcos nem as armas com que contávamos desencadear essa operação, porque, para os soviéticos, a ideia do desembarque era completamente visionária.»*

E quanto ao congresso de Madina do Boé, o sucessor de Amílcar Cabral confirma que as coisas estiveram realmente feias. *«Havia gente como o Abílio que estava ansiosa por saber que posições se iriam tomar sobre Cabo Verde, e quando as coisas não marcharam para esse lado... reclamaram. Convém não esquecer que o que estava em causa era eleger uma nova direcção, definir directrizes claras sobre a nova etapa da luta e preparar as coisas para a proclamação da independência da Guiné. O Luís contestou o Abílio de uma forma incrível. Acusou que havia gente que estava a dividir o congresso, a fazer um P.A.I.G. e um P.A.I.C.»*

— E qual foi a sua posição?

— A minha posição só podia ser aquela que eu assumi. Que não se tratava de diminuir Cabo Verde... Para mim, tudo se resumia no seguinte: é ou não possível fazer uma luta armada em Cabo Verde? Aí toda a gente mete a mão na boca. Não se pode fazer uma luta armada só com conversa.

— O Abílio acusa Vasco Cabral, José Araújo, Luís Cabral e até a si, ao fim e ao cabo, de...

— O Vasco, com o seu dogmatismo, já era de se esperar. Não me lembro de o Araújo ter assumido uma posição radical contra o Abílio. O Araújo foi sempre um homem comedido. Em relação a mim, quando o Abílio me contou o que pretendia fazer, eu procurei dissuadi-lo. Estava convencido de que ele não poria o problema como pôs. Da maneira como ele falou no congresso, deu a entender que queria um partido só para Cabo Verde. Foi por isso que o Luís se levantou contra ele. Nessa altura os cabo-verdianos estavam a exercer um papel tão importante na

luta armada que, se houvesse alguma coisa que os perturbasse, tudo redundaria num desastre.

Aristides Pereira reconhece também que, a partir de um dado momento, se tornou claro, dentro do PAIGC, qual era a intenção da maior parte dos cabo-verdianos: *«Era gente que ia para a Guiné disposta a lutar só por Cabo Verde. Por exemplo, dessa malta mobilizada na Bélgica, o Corsino Tolentino foi dos poucos que resistiu. O Mascarenhas Monteiro e os outros foram-se embora».*

«A morte do Amílcar fragilizou muita coisa», diz Luís Cabral, por sua vez, também sobre o citado congresso. *«Não era altura oportuna para se levantar qualquer problema que pudesse pôr em causa a continuação da luta. Pessoalmente, combati tudo o que pudesse, de alguma forma, pôr em causa a nossa coesão, inclusive a ideia de que o secretário-geral teria de ser um guineense autêntico. Aliás, toda a malta de Cabo Verde reagiu mal a isso. O Amílcar sempre viu a luta da Guiné e Cabo Verde como uma coisa só. Concentrou as forças na Guiné e dizia que cada tiro dado na Guiné era também válido para Cabo Verde. Mas havia gente que defendia que era preciso deslocar dirigentes para lutarem na emigração, junto dos cabo-verdianos, e o Amílcar opôs-se, foi sempre contra isso. De qualquer modo, a ideia da CNCV é anterior à morte dele. Fui eu que, a caminho de Madina de Boé, redigi os novos estatutos do partido, criando um Conselho para a Guiné e outro para Cabo Verde, mas continuando a concentrar forças na Guiné.»*

Pedro Pires, visto então por alguns dos seus companheiros como um já guineense, de tal forma se deixara enraizar, faz a seguinte apreciação do mesmo congresso: *«Houve aí sinais de confrontações e de posições diferentes, quase que um ajuste de contas, do ponto de vista político, e creio também de antigos conflitos pessoais. Em relação a Cabo Verde, houve uma certa disputa. É aí que se cria a CNCV; e, numa decisão, creio, de compromisso, sou indicado para presidir essa CNCV».*

— O que havia contra Abílio Duarte? — perguntei a Pires, e a sua resposta foi:

— O Abílio era acusado de levar muito a peito as coisas que diziam respeito a Cabo Verde.

PAIGC: Comissão Nacional de Cabo Verde

Ao ver a situação mal parada do seu lado, acusado de pretender criar um PAIC, Abílio Duarte, com *«fogo na boca»*, dispara, pondo o dedo na ferida: *«Vocês estão enganados. Nunca tivemos o PAIC, o que sempre tivemos foi o PAIG e é esse PAIG que levou ao assassinato de Cabral!»*[6]

Mais de duas décadas depois, Duarte acrescenta que o ódio de certos sectores guineenses aos cabo-verdianos, as manobras dos colonialistas, as intrigas entre os combatentes, além de várias outras razões,

tornam a vida cada vez mais difícil para os cabo-verdianos em Conakry. *«A intriga contra mim coincide com o meu envio para a Mauritânia, que eu considero o meu desterro. O Mascarenhas Monteiro escreve uma carta insurgindo-se contra isso e vai-se embora com a família.»*

Ainda de acordo com a sua versão, a orientação da luta em Cabo Verde resumia-se à intervenção de Amílcar Cabral e mais dois ou três dirigentes, marginalizando, assim, a participação dos demais cabo-verdianos neste processo. *«Essa maioria desconhecia os contactos que se faziam com os dirigentes que iam de Cabo Verde ou Portugal para encontros em Conakry ou noutros países. A minha proposta de desenterrar a CNCV visava precisamente a negação desse estado de coisas».*

A ideia da CNCV do PAIGC, segundo Abílio Duarte, nasceu em 1962, por proposta da mulher, Dulce, após a apresentação por esta, em Rabat, do *dossier* Cabo Verde ao comité especial da ONU para os territórios administrados por Portugal. A ideia foi aceite por Amílcar Cabral, mas este acabou por deixá-la cair no esquecimento até retomá-la, indirectamente, no seu discurso-testamento, de 1 de Janeiro de 1973. Ao referir-se aos incidentes da Praia de Setembro de 1972, Cabral declara: *«Faço questão em afirmar que a direcção do Partido está mais do que nunca decidida a fazer tudo para o desenvolvimento da luta em Cabo Verde».* E anuncia, para tal, uma *«modificação realista na estrutura da direcção do Partido a fim de dar a um certo número de camaradas a possibilidade de se dedicarem inteiramente ao desenvolvimento da luta em Cabo Verde».*[7]

«O ressuscitar da ideia da CNCV», explica de novo Abílio Duarte, *«era uma necessidade imperiosa, no meu entender, para salvar a unidade interna do PAIGC e travar o processo de deserção e desencanto que tinha atingido uma grande parte dos militantes cabo-verdianos. Se não avançasse com a CNCV era bem provável que fosse surgir um processo de ruptura total entre os cabo-verdianos e os guineenses. A opção de começar a guerra na Guiné foi correcta, lá é que o inimigo era mais fraco; mas, apesar disso, sempre defendi que se devia diminuir o desnivelamento da luta na Guiné-Bissau e Cabo Verde.»*[8]

Dulce Almada Duarte, por seu turno, revela que, três dias antes da morte de Amílcar Cabral, teve com este uma demorada conversa acerca do marido. *«A pretexto da tradução de um texto, Cabral mandou-me chamar para conversarmos. Ele começou por falar dos projectos que tinha para o Abílio, disse-me que estava a pensar nele para presidente da CNCV. Fez-lhe grandes elogios, dizendo que era uma pessoa em quem ele confiava, e que, se lhe acontecesse alguma coisa, o Abílio pegaria a bandeira e continuaria a luta. Mas, ao mesmo tempo, estava apreensivo — o Abílio estava doente, encontrava-se na RDA para a operação ao glaucoma e ninguém sabia o que lhe poderia acontecer. Cabral disse-me que tinha falado com outros dirigentes, entre eles o Aristides, sobre os projectos que tinha em relação ao Abílio».*[9]

A ascensão de Pedro Pires

Sanado o mal-entendido à volta do "problema de Cabo Verde", prossegue Abílio Duarte, *«os congressistas não tiveram outra alternativa senão avançar com a Comissão Nacional de Cabo Verde, mas fizeram tudo para que eu não aparecesse à frente. Tendo em conta as coisas que tinham acontecido comigo, criava-se a CNCV, mas era o Pedro Pires que ficaria à frente desse organismo. Para mim, o mais importante era que a luta apanhasse algum impulso. Aceitei.»*

«Numa luta como aquela é importante a pessoa estar no terreno», contrapõe Aristides Pereira. *«Por razões de saúde, o Abílio não podia estar muito tempo em Conakry. Por outro lado, ao contrário do Pires, os combatentes não o conheciam e, além disso, o II Congresso é feito numa altura em que já tinha entrado na luta um contingente significativo de cabo-verdianos formados em Cuba e na União Soviética. O Pires é que os liderava. E, querendo ou não, ele tinha já dado provas da sua capacidade, granjeando a admiração dos combatentes guineenses.»*

Além de Pedro Pires, membro do CSL e do Conselho de Guerra, a CNCV é constituída por Abílio Duarte, Silvino da Luz, Osvaldo Lopes da Silva e Olívio Pires, também membros do CSL. Este núcleo é alargado depois a mais três elementos da clandestinidade: entre estes a escolha recai sobre Amaro da Luz (Portugal), Manuel Faustino (Barlavento) e José Luís Fernandes (Sotavento), confirmados na reunião de Roterdão, feita em Maio de 1974.[10] Com a instalação do PAIGC em Cabo Verde, a CNCV é novamente alargada a outros 25 elementos, perfazendo um total de 33, com gente vinda da Guiné, de Portugal e também por antigos militantes da clandestinidade no arquipélago.

O milagre soviético

Para além do "problema de Cabo Verde", houve um outro acontecimento que marcou o espírito dos combatentes do PAIGC antes do congresso de Madina do Boé. Quando Aristides Pereira é, logo após a morte de Amílcar Cabral, evacuado para Moscovo, a fim de ser tratado das lesões de que foi vítima durante as horas em que esteve literalmente amarrado, os seus companheiros esperavam o pior: a amputação, pura e simples, dos seus membros superiores e inferiores. *«Colocava-se, portanto, a necessidade de se eleger um outro líder»*, conta Osvaldo Lopes da Silva, *«porque o Aristides era dado como politicamente incapaz ou morto. Aí toda a gente começou a pensar quem devia ser a pessoa a escolher. Os guineenses começaram a mover-se, através do Fidélis, a favor do Nino. Só que, para azar do Fidélis, poucos meses depois chega o Aristides Pereira praticamente curado, o que para nós era um milagre»*.

Fidélis Almada paga caro a iniciativa: no congresso, é preterido na escolha para o CEL do PAIGC. Outro mal-estar é a evidência de que Luís Cabral estava longe de merecer a unanimidade à volta da sua pessoa. Entre ele e Nino, os combatentes, mesmo os cabo-verdianos, pareciam preferir o segundo. Osvaldo Lopes da Silva explica também a razão disso: *«Para nós, o Luís não servia porque, enquanto líder, iria fazer tudo para camuflar a sua costela cabo-verdiana em detrimento de Cabo Verde. Boa parte dos cabo-verdianos, inclusive eu, aceitou apoiar o Nino, só que com algumas condições. O Fidélis levou a nossa mensagem, que se resumia no seguinte: ter o Pires e o Abílio na direcção do partido e, sobretudo, não queríamos ouvir falar no povo da Guiné e Cabo Verde. Para nós havia dois povos: um da Guiné e outro de Cabo Verde».*[11]

Ainda hoje Lopes da Silva acredita que a mensagem levada por Fidélis Almada era a mais correcta: *«O secretário-geral tinha de ser um homem que desse garantias aos guineenses. Mas também tinha de ser alguém que reconhecesse a contribuição dos cabo-verdianos na luta pela independência da Guiné. Digo sem hesitação que a nossa posição era a mais correcta.»*[12]

Sobre a movimentação ocorrida na sua ausência, Aristides Pereira comenta com a calma que se lhe conhece: *«Eu sei que o Nino não estava interessado»*. Para além da consciência das suas limitações, com a morte de Amílcar Cabral, Pereira tornara-se a pessoa que Vieira mais respeitava dentro do PAIGC. Tinham trabalhado juntos na Frente Sul e criado os seus laços de solidariedade ou de cumplicidade. Aliás, lembra um dirigente cabo-verdiano que, numa dada altura, Luís Cabral e Nino Vieira também estiveram juntos na mesma frente, mas que acabaram por se desentender. Informado do caso, Amílcar Cabral manda Aristides averiguar o que se estava a passar e na volta este ter-lhe-ia transmitido o recado de Nino, que punha a questão nestes termos: ou ele, ou Luís, juntos é que não dava para continuarem. *«Cabral»*, segundo a mesma fonte, *«perguntou ao Aristides por quem ele optava. Aristides respondeu:* "Por Nino, é claro".»

Luís Cabral minimiza o incidente, enquanto Aristides Pereira diz não se recordar dele. *«O que houve foi uma incompreensão no quadro das relações entre as Forças Armadas e as Milícias»*, diz o primeiro. *«Ele não entendeu e foi preciso esclarecer. Enquanto estive no Sul, o meu papel visava, sobretudo, garantir o abastecimento das nossas forças. Como o Sul foi praticamente tomado por nós, o Amílcar indigita-me para o Norte, não só com a mesma tarefa, mas também para fazer a ponte com o governo senegalês, que nos via com muita desconfiança. Para o Senghor, nós éramos um movimento de Conakry. E é com a minha ida para Dakar que as nossas relações irão melhorar. Ainda no que toca à Guiné, o Amílcar tinha consciência de que o Norte era um centro muito importante — Bissau, Farim, Canchungo dependiam dessa Frente. O nível político da Frente Norte era incomparavelmente melhor que todas as*

Foto: PAIGC Actualités

II Congresso do PAIGC

autras frentes. A prova disso é que, no assassinato de Amílcar, não aparece nenhum homem do Norte.»

Diante deste esclarecimento, uma das minhas fontes sorri, incrédula. Garantido o seu anonimato, ela revela que havia em Conakry um certo mal-estar à volta de Luís Cabral e da mulher, Lucete. *«Eles tinham um modo de vida que mais nenhum outro dirigente tinha, nem o próprio Amílcar! Todo o mundo falava disso. Por exemplo, quando alguém queria tirar a "barriga da miséria", aproveitava a primeira oportunidade para fugir da cantina e ir comer à casa do Luís.»*

Outra fonte, conhecedora destes meandros, refere que *«não havia dinheiro que chegasse para sustentar a casa do Luís»*. A solução, de acordo com estas e outras fontes, foi Amílcar Cabral procurar afastar o irmão de Conakry, porque ele próprio começava a ressentir-se dos comentários que iam circulando de boca em boca. *«É assim que o Luís passa a viver entre Dakar e Ziguinchor. E, mesmo em Dakar, não havia maneira de ele apresentar contas da sua gestão.»*

De novo, Luís Cabral nega, taxativamente, que tenha tido problemas com o irmão, do mesmo modo que um outro companheiro o defende dessas acusações, considerando-as *«puras falsidades»*. Da sua parte, o próprio visado evoca: *«Quando o Oleg Ignatiev pergunta ao Amílcar quem eram os seus colaboradores directos ele responde:* "O Aristides Pereira e o Nino Vieira. Não digo o Luís porque ele é meu irmão, é uma parte de mim mesmo". *Isto está gravado.»*

«O Amílcar podia ter os mais sérios problemas com quem quer que fosse, criticá-lo até, mas a nível do partido. Não era homem para dizer a um jornalista os problemas que tinha com cada um de nós, internamente», rebate, indignada, uma das tais fontes ao argumento de Luís Cabral.

Alguns dos antigos combatentes garantem que, com a morte do

irmão, Luís Cabral alimentou a esperança de ser o novo líder do PAIGC, o que, mais uma vez, choca com as afirmações deste, segundo as quais, ele e Pedro Pires fizeram campanha a favor de Aristides Pereira. Abílio Duarte, que por altura da morte de Amílcar Cabral se encontrava em tratamento na RDA, revela que recebeu uma carta de Lucete a pedir-lhe apoio para o marido. *«Levei a coisa na brincadeira e nem sequer lhe respondi, porque achava que devia apoiar o Aristides. Há até quem diga que, por causa disso, ele foi uma das pessoas a atacar-me no II Congresso.»*[13]

Duarte admite também que o mal-estar causado à volta da sucessão de Amílcar Cabral leva Dulce e os dois filhos a mudarem-se de Ziguinchor, onde viviam em péssimas condições, para Dakar. *«Quando re-gressei do tratamento não encontrei a família em Conakry. Disseram-me que, por ordens de Sékou Touré, parte da nossa gente teve de ser retirada. A Dulce e os miúdos foram mandados para Ziguinchor, mas viviam em situação tal, numa zona perigosa, que eu mesmo decidi que eles deviam ir para Dakar. Achei que aquilo era uma violência. Ainda tentaram dizer que ela se tinha desligado do partido, mas era mentira. Eu é que assumi, perante a direcção do partido, a responsabilidade de levá-los para Dakar, e quem quisesse que viesse tratar o assunto comigo.»*

Em relação à iniciativa de Fidélis Almada, Abílio Duarte considera que este e o seu grupo tinham sido motivados pelas *«razões surdas»* que haviam levado ao assassinato do líder do PAIGC: *«Cabral foi assassinado porque havia gente do partido que achava que a direcção estava nas mãos de cabo-verdianos, o que era falso. As peças fundamentais do partido eram guineenses. Um povo combatente e heróico como o guineense ia temer um bando de cabo-verdianos? Não entra na cabeça de ninguém! Se quisessem quilhar-nos, era a coisa mais simples: bastava darem-nos um tiro pelas costas. Eram os guineenses que controlavam as zonas libertadas, eram eles que conheciam o terreno: bastava porem-nos numa picada para irmos parar nas mãos dos portugueses. A influência dos cabo-verdianos foi, sem dúvida, importante, mas de maneira nenhuma primordial. Os guineenses tinham um grande respeito e admiração pelos cabo-verdianos, tinham a consciência que nós estávamos a fazer um trabalho útil para a independência da Guiné. A luta não teria sido o que foi sem a contribuição dos guineenses e sem a contribuição dos cabo-verdianos. Se o problema passou a existir, foi porque alguém envenenou essa gente.»*

Pedro Pires, que, com a morte de Amílcar Cabral, passa da Frente Leste (onde trabalhava com Oswaldo Vieira), para a Frente Sul (como o número dois de Nino Vieira), revela que preferiu não se envolver na questão da nova liderança do partido. *«Não fui convidado e nem seria a favor do método utilizado. O debate para mim deveria ser diferente, isto é, devia acontecer dentro das estruturas próprias e não fora delas. Fui, no entanto, informado, por um ou outro, do que se estava a passar. Eu não tinha um candidato, mas fiquei com a impressão de que havia uma corrente que era contra o*

Luís. Segundo me disseram depois, à volta disso andavam conflitos pessoais... Talvez achassem que ele não tinha legitimidade suficiente, nem gozava da simpatia de toda a gente. Mas com a recuperação de Aristides Pereira, houve uma acalmia, penso eu. Da minha parte, quando fui para o congresso foi para confirmar a liderança de Aristides Pereira. Outra preocupação era perspectivar algumas ideias para a proclamação do Estado da Guiné-Bissau. Já tínhamos conseguido vitórias assinaláveis contra o exército colonial, o que facilitou, de certo modo, o congresso».

Lavada a roupa suja, o II Congresso termina confirmando Aristides Pereira no cargo de secretário-geral do PAIGC e Luís Cabral como seu adjunto. Estava assim pacificado o interior do partido e adiada, por sete anos, a resolução da velha rivalidade entre guineenses e cabo-verdianos. Criticado por defender a escolha de um *«guineense autêntico»* para líder do PAIGC, Fidélis Almada levaria todos estes anos para soltar este desabafo: *«Não havia razão para sermos dirigidos por um cabo-verdiano.»*[14] Guineense como Almada, Ana Maria Cabral deplora o ponto de vista do seu conterrâneo. *«Depois da morte do Cabral a luta continuou e intensificou-se com muito mais ardor. A Guiné e Cabo Verde tornaram-se independentes, e isso é que devia ser mais importante.»*

Notas

[1] Entrevista: Abílio Duarte, Carnaxide, 30-03-95.
[2] Entrevista: Osvaldo Lopes da Silva, Praia, 14-05-95.
[3] A ser verdade, não deixa de ser curiosa a inclusão do nome de Oswaldo Vieira na lista dos 85 membros do CSL, eleitos pelo II congresso.
[4] José Pedro Castanheira, "Os irmãos desavindos", ibid.
[5] Entrevista: Abílio Duarte, Carnaxide, 30-03-95.
[6] Entrevista: Id., Oeiras, 16-03-95.
[7] Amílcar Cabral, **Guiné-Bissau, nação africana forjada na luta.** Nova Aurora, Lisboa, 1974.
[8] Entrevista: Abílio Duarte, Carnaxide, 30-03-95.
[9] Entrevista: Dulce Almada Duarte, Praia, 22-01-01.
[10] Apesar de viver nessa altura em Lisboa, Amaro da Luz tinha assumido o compromisso de regressar a Cabo Verde, devendo fixar-se no Mindelo. N.A.: A reunião da CNCV em Roterdão foi decidida numa outra de 15 de Dezembro de 1973, em Conakry, e nela tomaram parte Pedro Pires, Abílio Duarte e Silvino da Luz.
[10] Entrevista: Osvaldo Lopes da Silva, Praia, 14-05-95.
[11] Entrevista: Osvaldo Lopes da Silva, Praia, 22-06-95.
[12] Entrevista telefónica: Abílio Duarte, 22-07-95.
[13] Entrevista: Abílio Duarte, Carnaxide, 16-03-95.
[14] José Pedro Castanheira, op. cit.

22
A INDEPENDÊNCIA DA GUINÉ-BISSAU

Proclamada em 24 Setembro de 1973 a independência da Guiné-Bissau, as novas vitórias militares e o continuar do reforço logístico do PAIGC faziam prever um agravamento drástico da situação em que se encontravam as tropas portuguesas aí estacionadas. Segundo os dirigentes desse partido, desde 1968 que estavam criadas as condições para a proclamação unilateral da independência dessa antiga colónia. Por causa disso, vários países aliados — Guiné-Conakry e Argélia, principalmente — chegaram a pressionar Amílcar Cabral nesse sentido, pois, no entender dos mesmos, não seria difícil garantir o reconhecimento do novo Estado pelo continente africano. Numa entrevista a um jornal romeno, cujo teor chegou ao conhecimento da Pide, ele adiantava Outubro de 1968 como a data provável da proclamação da independência. O recrudescer da guerra, com a entrada em cena de António de Spínola, fora outras razões, terão, entretanto, levado Cabral a reconsiderar a sua intenção.

«Para Cabral», explica Pedro Pires, *«os governos do exílio eram um grande problema, na medida em que as pessoas passavam a preocupar-se mais com os cargos do que com a luta, propriamente. Havia o exemplo dos argelinos e o da FNLA, em Angola. E ter um governo só com o apoio ou o reconhecimento dos governos africanos era algo que não interessava a Cabral. Entre nós, a ideia da proclamação do Estado da Guiné-Bissau ganha força a partir de 1970. Sabíamos que podíamos contar com o apoio, inclusive em homens, de outros países africanos, mas para nós a independência tinha de ser conquistada com a nossa própria gente. É verdade que tivemos alguns cubanos connosco, mas foi uma presença mínima, foram sobretudo assessores a nível da direcção dos comandos ou através da Saúde.»*

Oficialmente, apenas em Agosto de 1971 o CSL do PAIGC adopta a decisão de proclamar o Estado independente da Guiné-Bissau, evento que é antecedido da criação da Assembleia Nacional Popular (ANP), constituída por 120 representantes *«do povo trabalhador (camponeses, operários, empregados e profissionais de profissões liberais), de todas as forças vivas e patrióticas da Guiné».*[1] O assassinato de Amílcar Cabral ocorre precisamente numa altura em que, internamente, o PAIGC ultimava os preparativos desses actos, enquanto, externamente, procurava garantir o apoio ou o reconhecimento de vários países, o que, de certo modo, ficara

mais ou menos facilitado com a visita de três observadores das Nações Unidas às zonas libertadas da Guiné-Bissau, em Abril de 1972, tendo, no mesmo mês e por aclamação, a Assembleia Geral da ONU reconhecido *«o PAIGC como único, verdadeiro e legítimo representante do povo da Guiné e Cabo Verde»*.[2]

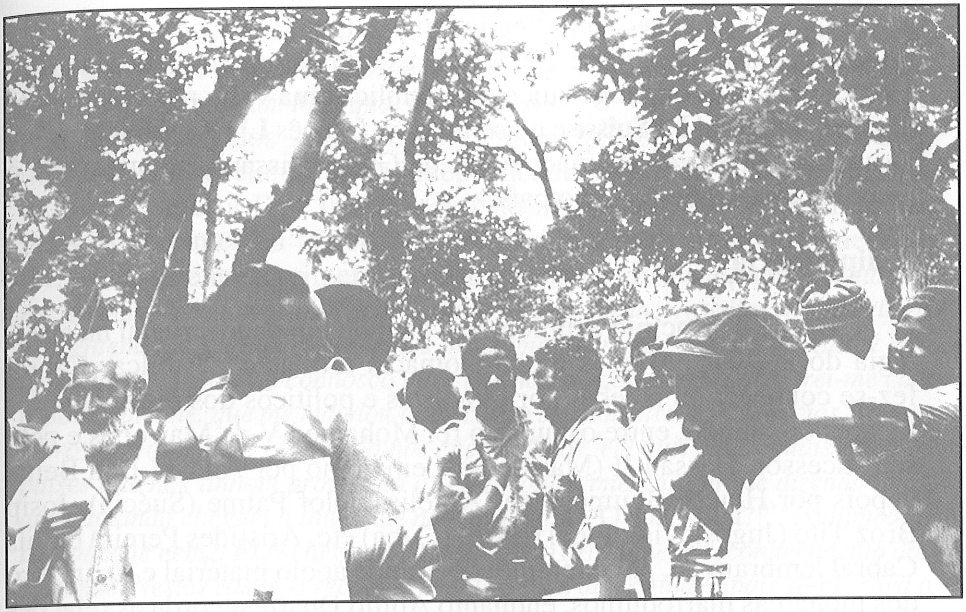
Durante a missão, as autoridades portuguesas intensificam a sua acção militar, tanto terrestre como aérea. O ministro Silva Cunha instala-se em Bissau para assistir à captura dos diplomatas da ONU, que seriam acusados de terem entrado ilegalmente naquela "Província Portuguesa".[3] *«As guerrilhas do PAIGC infestavam áreas importantes, mas não as dominavam»*, assevera Silva Cunha, que, com isso, contesta a afirmação de que esse movimento controlava dois terços ou mais do território da "Guiné Portuguesa".

Às 8h 55m de 24 de Setembro de 1973, dois meses depois do II Congresso do PAIGC, os deputados à ANP, através do presidente desta, comandante João Bernardo Vieira, proclamam a independência do Estado da Guiné-Bissau, que esteve para chamar-se República de Quínara (nome de uma região da Guiné), dotada de uma constituição com 58 artigos. Esta estabelece a natureza republicana, soberana, democrática, anti-colonialista e anti-imperialista do regime, os direitos dos cidadãos, o projecto da unidade com Cabo Verde etc. O novo Estado fixa, como objectivo, *«a libertação total da Guiné e Cabo Verde do colonialismo, a sua unificação num Estado, de acordo com a vontade popular»* e estabelece no seu artigo 20 que o *«originário do Arquipélago de Cabo Verde goza dos mesmos direitos e está sujeito aos mesmos deveres que o cidadão do Estado da Guiné-Bissau, sendo considerado, para todos os efeitos, como tal»*.

Em termos de distribuição de poderes, Nino Vieira aparece como presidente da ANP (cargo que acumula com as funções de comissário das Forças Armadas), Luís Cabral presidente do Conselho de Estado, Francisco Mendes como comissário-principal (primeiro-ministro), segundo figurino inspirado na Constituição da RDA e de outros países socialistas. Pedro Pires surge como comissário-adjunto das Forças Armadas, enquanto José Araújo é o comissário para a Secretaria-Geral do Estado.

De Setembro a Abril do ano seguinte, irá decorrer uma intensa guerra diplomática e mediática entre as autoridades do novo país e Portugal. E, pelos documentos consultados nos arquivos do Ministério dos Negócios Estrangeiros de Portugal, pode dizer-se que Lisboa e aquele partido protagonizam nos corredores das chancelarias e das organizações internacionais uma luta tão intensa como a verificada nos campos de batalha. Em Lisboa, recém-regressado da Guiné, António de Spínola declara à imprensa ser nulo ou de reduzido impacto a proclamação da independência da Guiné-Bissau. *«Para fazer funcionar um Estado é preciso*

Foto: Bruna Amico



Independência da Guiné-Bissau. Madina do Boé, 24 de Setembro de 1973

população, território e governo. E ainda que, quanto à população e governo, seja fácil fantasiar montagens e simulações, quanto a território não haverá qualquer hipótese e um mínimo de realidade e consequência deste novo gesto.» Para o antigo governador, tido pela imprensa como a pessoa mais categorizada para se pronunciar sobre o gesto do PAIGC, a todo o tempo as regiões que esse partido dizia controlar poderiam ser visitadas *«por quem queira esclarecer-se e esclarecer o mundo».*[4]

Enquanto Lisboa tenta demonstrar que o novo país africano não passava de uma fantasia, o PAIGC procura provar o contrário, através, sobretudo, do reconhecimento internacional, nomeadamente da ONU (26 de Novembro), passando a alegar que a Guiné-Bissau é um Estado com partes do seu território ocupadas, militarmente, por uma potência estrangeira. Consoante os fins, quer um lado, quer outro, organiza visitas de jornalistas, de modo a melhor legitimar as suas posições. Lisboa procura *«testemunhos insuspeitos»,* através de jornalistas dos mais variados lugares do mundo — Alemanha, Brasil, Finlândia etc. O brasileiro Joaquim Freire Lagreca, da revista **Cruzeiro**, garante que na Guiné Portuguesa tudo funciona *«em absoluta normalidade»,* com Madina do Boé *«integrada à comunidade portuguesa, sem qualquer modificação na sua estrutura»*, garantindo igualmente que não existe em ponto algum da Guiné *«território libertado».* Na mesma linha, João Alves das Neves publica, em Dezembro, uma série de reportagens no influente e conservador **O Estado de S. Paulo.**

Mais modesto nos meios ao seu dispor, para além dos seus habitu-

ais aliados da **Afrique-Asie**, Oleg Ignatiev e Basil Davidson, o PAIGC é brindado, em Fevereiro de 1974, pela escrita entusiástica de Jean Ziegler, deputado e sociólogo suiço, que publica uma vasta reportagem nas páginas do jornal **La Suisse** e no semanário francês **L' Observateur** sobre a sua jornada "Avec les maquisards de Guiné-Bissau", na qual pede o reconhecimento desse novo país.

A diplomacia

Desde o princípio a diplomacia ocupou um papel crucial na estratégia do PAIGC. Através da "diplomacia militante", Amílcar Cabral fez-se conhecer ou receber por estadistas e políticos dos mais variados lugares do mundo, entre os quais o rei Mohamed V de Marrocos e pelo seu sucessor, Hassan II (Marrocos), bem como por Ahmed Ben Bella, depois por Houari Boumediene (Argélia), Olof Palme (Suécia), Josip Broz Tito (Jugoslávia), Fidel Castro (Cuba) etc. Aristides Pereira e Luís Cabral lembram-se, por exemplo, do grande apoio material e financeiro dos monarcas marroquinos, enquanto Abílio Duarte recorda as relações de *«verdadeira amizade»* entre Cabral e Ben Bella:

«Eu assisti a um meeting *na praça da Revolução, em Argel, em que Ben Bella passou a palavra a Cabral, o que era raro, dizendo que Cabral: era uma das figuras africanas mais respeitadas. Nenhum outro chefe africano fazia isso. O Ben Bella era uma pessoa extraordinária, muito preocupado com a África. Com o golpe que o destituiu, Cabral ficou muito ressentido. Os movimentos de libertação foram todos reconhecendo o Boumedienne e o PAIGC foi ficando atrás... Tive de ir a Conakry falar com Cabral, ou assumíamos uma atitude mais compreensiva ou púnhamos em causa a nossa continuação em Argel. Ele acabou por aceitar. Sabendo do nosso prestígio, as autoridades argelinas puseram-me a questão de forma clara*: "A Argélia tem apoiado o PAIGC e hoje a Argélia precisa do apoio do PAIGC". *As coisas normalizaram-se e o Boumedienne continuou a mesma política do Ben Bella, só que de forma mais organizada e disciplinada.»*[5]

Com a independência da Guiné-Bissau, mais do que nunca, a diplomacia assume um papel crucial na vida do PAIGC. Nessa luta as relações políticas misturavam-se, muitas vezes, com as relações pessoais que foram sendo moldados ao longo dos anos. Aristides Pereira conta, por exemplo, como conseguiu o importante reconhecimento da União Indiana, chefiada na época pela primeira-ministra Indira Gandhi: *«Conheci-a em Londres em 1960 numa conferência em que fui representar o PAIGC. O Cabral devia ir mas, à última hora, surgiu um imprevisto e teve de ficar em Conakry. Desde então, eu e a Indira ficámos amigos. Essa conferência foi organizada por ela, como forma de juntar os movimentos de libertação, a Frain, e com isso pressionar o Nehru, que hesitava em relação ao problema de*

Goa, Damão e Diu. Entre nós havia uma teoria, por sinal do Viriato da Cruz, segundo a qual o Império Português era como um colar; desprendendo um anel, os demais caíam. Mas qual história!...»

Após um dos seus sorrisos, Pereira prossegue lembrando que, dias antes da proclamação da independência da Guiné-Bissau, tinha havido em Argel a IV Cimeira dos Não-Alinhados, por sinal, uma das mais importantes na história do grupo. Uma das estrelas do encontro foi, precisamente, a primeira-ministra indiana. *«Eu também fui e contactei, pessoalmente, todos os chefes de Estado e de governo presentes. Os argelinos não entendiam porque é que íamos proclamar a independência da Guiné sem Cabo Verde. Insistiam connosco para que não o fizéssemos. Encontrei-me com o Boumedienne, que me mandou falar com o seu ministro dos Negócios Estrangeiros, o Bouteflika. E, quando nos encontrámos, ele quis saber quais eram os países que nos tinham prometido o seu reconhecimento. Fui-lhe dizendo um a um e, quando cheguei à Índia, ele não acreditou.* "O quê, Índia?!", *exclamou. E isso porque nem a FLN chegou a conseguir, no arranque, o reconhecimento dos indianos. Nestes casos, o reconhecimento de um determinado país significava o arrastamento imediato de vários outros.»*[6]

Da sua parte, não podendo evitar o reconhecimento de certos países, designadamente africanos, árabes e asiáticos, Lisboa tudo vai fazer para evitar que algum governo ocidental se juntasse àqueles. A sua principal preocupação eram os países nórdicos — Suécia, Holanda, Noruega e Dinamarca, principalmente — cujos governantes chegam a admitir, embora vagamente, a possibilidade de reconhecer a Guiné-Bissau. Importa referir que as relações entre Lisboa e Estocolmo tinham conhecido já momentos de tensão por causa do apoio (humanitário) que a Suécia vinha dando aos movimentos de libertação. Segundo Abílio Duarte, no caso do PAIGC, esse apoio consubstanciava-se na confecção de material escolar e didáctico, e no envio de roupas, medicamentos etc., cuja distribuição à população se contrapunha à política de conquista popular do governador António de Spínola.

A conquista dos emigrantes, o caso americano

Enfim, proclamada a independência da Guiné-Bissau e criada a CNCV, o PAIGC elege a diplomacia e os emigrantes cabo-verdianos como dois dos seus principais alvos. Enquanto, por um lado, alguns dos seus dirigentes destacados para actuarem no exterior vão agir no sentido de obter o reconhecimento do novo país, por outro, vão procurar alargar a sua base de apoio junto das grandes comunidades cabo-verdianas espalhadas pelo mundo. Este plano é gizado durante a primeira reunião da CNCV, feita em Conakry, em 15 de Dezembro de 1973. Com isso e com outras *«tarefas concretas»*, o PAIGC pretende também *«isolar e liqui-*

dar politicamente os [seus] detractores».[7]

Na referida reunião procede-se igualmente à distribuição de tarefas tendo em conta os objectivos atrás referidos: Abílio Duarte passa a supervisionar as ligações com Cabo Verde e Portugal, a partir de África, enquanto Silvino da Luz fica com a Europa e os EUA, Olívio Pires com o Benelux e a Alemanha Federal. No seu trabalho, esses dirigentes teriam auxiliares consoante os continentes em que iriam actuar. Por exemplo, Silvino da Luz actuaria com Corsino Tolentino na Europa e João José Lopes da Silva nos EUA.

Nos EUA, Silvino da Luz consegue aproximar-se dos movimentos afro-americanos e, com a ajuda dos mesmos, formar o *PAIGC Support Committee*, cujo escritório é aberto em Janeiro de 1974, em New Bedford. O referido Comité de Apoio é formado por cabo-verdianos e por "cabo-americanos", alguns dos quais, influenciados por movimentos afro-americanos, tinham encetado a busca das raízes dos seus antepassados. Carlos Santos Silva, Arlindo Couto, Donald Wahnon, Amílcar Castro, Tony Gonsalves, Benjamin Monteiro, Benjamim Santos, Salahudine (ou simplesmente Salah) Matteos são, entre outros, alguns dos colaboradores de Silvino nos EUA. Do grupo sobressaía Salah Matteos, que chegou a ser guarda-costas de Malcom X e visitou, em 1972/73, as zonas libertadas da Guiné, tendo sido, por causa disso, entrevistado pelo **The Standart Times**, jornal de grande tiragem de New Bedford. Mais do que isso: percorreu vários centros universitários a dar a boa nova do que se estava a passar na Guiné.

Segundo Santos Silva, depois da independência de Cabo Verde, Matteos tentou viver em Cabo Verde: como não tinha grandes habilitações académicas, acabou por regressar aos EUA, onde é motorista de autocarro em Boston. Dentre os seus antigos companheiros, Santos Silva lembra-se igualmente de Ben Fernandes que após a independência comunicou solenemente ao Comité de Apoio ao PAIGC que findava a partir daquele momento a sua militância, já que, enquanto cabo-verdiano, era seu dever lutar pela independência da terra que o viu nascer... *«E alegou também que, enquanto cidadão de um país livre como os EUA, não seria capaz de explicar aos filhos porque apoiava um regime de partido único. Um indivíduo extraordinário.»*

Eram várias as origens sociais dos integrantes do Comité de Apoio ao PAIGC, que ia de académicos a simples operários. *«Alguns deles tinham feito a guerra na Coreia e estavam dispostos a vir combater em Cabo Verde»*, revela Silvino da Luz. *«Tínhamos, porém, os nossos receios, porque os mais activos tinham a cidadania americana e não conheciam Cabo Verde. De qualquer modo, deram-nos uma valiosa ajuda. Iam comigo a todo o lado, faziam de motoristas, guarda-costas, tudo. Um dia, nas Nações Unidas, apercebi-me que estava a ser seguido por um diplomata português. Combinei*

com os rapazes e pregámos-lhe um valente susto. Nunca mais nos chatearam.»[8]

A movimentação do PAIGC junto dos emigrantes cabo-verdianos nos EUA acaba por ser detectada pelos diplomatas portugueses. Num relatório, enviado a 6 de Março ao seu ministério em Lisboa, o embaixador João Hall Themido refere-se a um número especial do jornal **Cape Verdean** (Fevereiro-Março), dedicado a Amílcar Cabral e à luta do PAIGC. *«O jornal poderá não traduzir o pensamento da generalidade dos cabo-verdianos aqui residentes. Mas traduz sem dúvida o de alguns e vem revelar até que ponto se verificou junto deles a penetração do PAIGC e dos elementos que são nossos inimigos neste país, designadamente as organizações de pretos americanos».*[9]

Também a 6 de Março, o diplomata José Tadeu Soares envia *«para consideração superior»* uma informação do que se estava a passar, traçando, em linhas gerais, algumas características das comunidades cabo-verdianas. Segundo ele, *«vivem nos Estados Unidos mais de 100 mil caboverdeanos radicados principalmente no Estado de Nova Inglaterra, Massachusetts e na Cidade de Boston. Profundamente ligados entre si, possuem cerca de 40 clubes e associações, bem como órgãos de imprensa próprios, dos quais o mais divulgado é sem dúvida o jornal* "Cape Verdean". *Desde há algum tempo o PAIGC começou a desenvolver junto dessa comunidade uma intensa campanha de aliciamento, promovendo para tal fim numerosas reuniões e conferências, distribuição de publicações, "slides" e filmes, bem como utilizando a imprensa e as emissões em português, existentes em certas estações de rádio e televisão locais.»*

Embora contasse com a resistência *«entre os elementos mais esclarecidos, a maioria da colónia mostra-se desorientada pelo desconhecimento total das realidades existentes na Província, podendo vir a aderir àquele movimento e a tornar-se, com o seu apoio económico e político, um importantíssimo factor de auxílio ao PAIGC.»* Para além de identificar African Liberation Movement, Igreja Metodista, African Affairs Committee, Christian Brotherhood Association e Black Panthers como sendo os principais apoiantes do PAIGC nos EUA, o diplomata sugere ao ministro dos Negócios Estrangeiros, Rui Patrício, um conjunto de medidas de modo a conter a ofensiva desse partido junto dos cabo-verdianos. Entre outras acções, propõe o aliciamento de elementos da comunidade, *«formá-los para rebater propaganda do PAIGC»*, e ainda organizar visitas de *«cabo-verdianos importantes em Cabo Verde»* aos EUA e vice-versa.

Tais sugestões têm o vivo acolhimento de Patrício. A 23 de Março, ele despacha um conjunto de medidas nesse sentido. *«Considero indispensável, urgente e prioritária uma intensa acção de informação, de esclarecimento, de defesa dos nossos pontos de vista, de protecção, de apoio e de solidariedade em relação às comunidades caboverdeanas radicadas no estrangeiro, especial e principalmente nos E.U.A., mas também noutros países»*, co-

meça por dizer. *«Já por diversas vezes anteriormente me referi a este assunto e, designadamente, pedi aos nossos embaixadores em Washington e na Haia que lhe dedicassem toda a sua atenção e sugerissem acções concretas.»*

Para o chefe da diplomacia portuguesa, em nenhuma outra província Lisboa dispõe de tantos argumentos e realizações a favor da sua política. *«Temos também pessoas válidas e certamente dispostas a colaborar. Penso, por exemplo, no Dr. Júlio Monteiro e nas pessoas que participaram na última delegação à A.G. das U.N.. Devemos chamá-las e pedir-lhes colaboração activa. A estas e outras pessoas.»* Curioso é que, antes mesmo das indicações de Rui Patrício, a 15 de Março, a missão portuguesa em Washington começa a organizar a visita da primeira comitiva de *«cabo-verdianos importantes»* a Cabo Verde, fazendo dela parte os seguintes indivíduos: John P. Santos Jr, Armando Perry, António P. Barros, Stanley Silva.

«Trata-se de pessoas com boa e, nalguns casos, mesmo excelente preparação cultural, compreendendo todos a língua portuguesa, embora alguns se exprimam com certa dificuldade», diz uma carta enviada a 29 de Março ao MNE. Por ironia da história, a visita em questão deveria ter lugar em Julho e a resposta — positiva — do grupo dos citados cidadãos foi comunicada à embaixada a 24 de Abril de 1974.

Notas

1 Amílcar Cabral, **Assembleia Nacional Popular, órgão supremo de soberania do povo guineense**, Comité Central do PAIGC, Série poder popular.

2 Id., "Mensagem de Ano Novo", in **Prática revolucionária**, vol II, Seara Nova, Lisboa, 1977.

3 Em carta enviada ao secretário-geral da ONU, a 25 de Março de 1972, a representação portuguesa em Nova York considerava a deslocação da missão das Nações Unidas, constituída por Horácio Sevilla Borja (Equador), Folke Lofgren (Suécia) e Kamel Belkhiria (Tunísia), uma *«violação da sua soberania e declinava formalmente toda a responsabilidade pelas consequências»* que poderiam ocorrer aos citados observadores. In "A missão especial da ONU na Guiné-Bissau" (relatório), Abril 1972. Arquivo Luís Leite.

4 **Diário de Notícias**, Lisboa, 28-09-73.

5 Entrevista:Abílio Duarte, Carnaxide, 16-03-95.

6 Entrevista: Aristides Pereira, Praia, 26-12-95.

7 "Reunião da Comissão Nacional de Cabo Verde". Arquivo Silvino da Luz.

8 Entrevista: Silvino da Luz, Praia, 27-05-95.

9 Arquivo Histórico-Diplomático, Ministério dos Negócios Estrangeiros, Lisboa. Pasta Independência da Guiné-Bissau e Cabo Verde. Os demais documentos citados neste capítulo pertencem ao mesmo dossier.

23
CABO VERDE NAS VÉSPERAS DO 25 DE ABRIL

Nas vésperas do 25 de Abril, em Cabo Verde, a situação era, para o PAIGC, oposta à vivida na Guiné, embora fosse crescente, sobretudo junto de certas camadas da população, a hostilidade ao colonialismo. A presença, cada vez maior, de soldados portugueses que escalavam Praia e Mindelo, vindos ou dirigindo-se para as demais colónias em guerra, contribuía para o aumento dessa hostilidade que se reflectia no aumento de atritos públicos, mesmo em lugares como Santa Catarina, Sal e, até, na pacatíssima Boa Vista, esta última em 1971. *«À rapaziada de Cabo Verde fazia-lhe espécie o ar imponente e sobranceiro dessa tropa»*, afirma o antigo governador António Lopes dos Santos. Tal situação explode em Setembro de 1972, na Praia, altura em que é preso Alexandre Ramos de Pina e um outro cidadão.

Mobilizado por Carlos Reis em Santarém, conjuntamente com outros colegas — José Luís Fernandes, Emanuel Varela, Carlos Alberto Martins (Catchás), Elias Josefá de Sousa (Djusta), Isaac Anahory, "José" Moniz (i.e. Carlos Dantas Moniz)... — , uma vez formado no curso de Regente Agrícola, Alexandre Ramos de Pina vem para Cabo Verde ajudar Jorge Querido a reforçar o PAIGC. *«Fizemos uma reunião em Lisboa, em casa do Amaro da Luz»*, diz ele. *«Disseram-me que em Cabo Verde estava-se a precisar de gente para trabalhar. O Jorge Querido queria lançar alguns empreendimentos económicos, com vista a colocar a malta aqui. Acabei por aceitar e vim, tanto mais que tinha tentado obter emprego e não consegui. Os portugueses disseram-me que estavam a par das minhas actividades; se quisesse trabalhar, só em Angola ou em Moçambique. Cabo Verde estava fora de questão.»*[1]

Ramos de Pina lembra-se de ter chegado à Praia em Janeiro de 1971 e aqui ter encontrado Querido e outras pessoas afectas ao PAIGC. *«Eu já conhecia o Jorge, ele mostrou-me o projecto que tinha para o desenvolvimento da avicultura, fiz um resumo e tentámos obter o financiamento junto da Caixa de Créditos. E combinámos, caso o financiamento saísse, que eu seria o encarregado de conduzir essa exploração, já que ele era o director da Brigada de Águas Subterrâneas. Era uma forma, na verdade, de garantir o meu sustento. E, uma vez localizado no interior, poderia fazer o trabalho de mobilização política. Infelizmente, o financiamento não saiu. Cheguei a pedir audiência ao governador Lopes dos Santos, expliquei-lhe a utilidade do projecto e*

pedi-lhe que interviesse junto da Caixa de Créditos. Expliquei-lhe a falta de carne que havia em Cabo Verde; ele, dentro da lógica de não abrir flanco à política no domínio agrícola, sobretudo pecuária, respondeu-me que não havia falta de carne, o que havia era um problema de regularização do abastecimento.»

Eliminada tal possibilidade, Ramos de Pina procura em vão outras formas de garantir a sua subsistência. Mexendo, todavia, os seus cordelinhos, Jorge Querido consegue arranjar-lhe uma colocação na Brigada de Águas Subterrâneas, numa altura, em que a acção do PAIGC era quase imperceptível. *«A situação era extremamente difícil para fazer alguma coisa na Praia. Mesmo assim, íamos mobilizando algumas pessoas, sobretudo no meio estudantil, e alguns trabalhadores. Conseguimos formar um pequeno núcleo de que faziam parte o Luís Tolentino, o Orlando dos Santos, para além de outras pessoas. Também quando vinham de férias de Lisboa, o Zona, o José Luís Monteiro, as irmãs Alice e Dina Dupret, o Bernardino Fernandes, o José Augusto, o Noy, o Mário Moreira, entre outros, davam apoio nessa mobilização.»*

Para além deste grupo, Ramos de Pina costumava trabalhar com Homero Vieira Lopes, cujo tio Felisberto *«não queria que ele se metesse em actividades políticas. Apesar de bastante novo, o Homero já tinha um sentimento nacionalista bastante desenvolvido. Com a contribuição de algumas pessoas, conseguimos uma máquina de escrever — eu e o Homero elaborávamos pequenos textos que ele distribuía entre os estudantes na Praia e em Santa Catarina. Outra grande actividade nossa foi por volta de 1971 — tinha havido uma grande mobilização de gente, mil e tal jovens, para irem fazer a instrução militar em Portugal e serem enviados depois para Angola e Moçambique. Fizemos um panfleto apelando às pessoas para não irem para a guerra, chamando a sua atenção para a luta dos movimentos de libertação. Numa só noite cobrimos a Praia desses panfletos.»*

E é também por essa altura, caracterizada por Ramos de Pina, de medo e intimidação, que a Cidade da Praia é sacudida por uma grande agitação. *«Não havia dúvidas que a camada juvenil rejeitava a presença colonial. Note-se que só nos anos 70 é que a Praia passou a ter corpos militares. E é essa própria presença que estimulava o sentimento de hostilidade contra o colonialismo. Em algumas circunstâncias essa hostilidade tornava-se evidente. Os abusos cometidos, a falta de espaço, a imposição de certas atitudes de ostentação por parte deles e do poder, isso tudo acirrava esse sentimento de revolta.»*

A praça Alexandre Albuquerque, local para onde confluíam todos os habitantes da cidade, acabava por ser o palco principal dos confrontos entre a tropa portuguesa e a população. *«Um dia houve uma cena qualquer na esplanada entre um tropa e um cabo-verdiano, e a coisa explodiu e transformou-se num confronto aberto entre os soldados e os cabo-verdianos. A coisa chegou a ponto de se alastrar aos bairros, com a tropa em atitudes de provocação e agredindo a população que nada tinha a ver com a contenda*

Presos políticos cabo-verdianos em Angola

inicial. O último incidente antes de eu ser preso foi em Agosto de 1972. O director da Pide era o [Augusto] Bernardo. Numa noite, fui à praça e ele também lá estava. Ele agrediu alguém com uma bofetada, eu vi e perguntei-lhe por que razão estava a fazer aquilo. Discutimos e, como eu estava referenciado, ele ordenou-me voz de prisão e que o acompanhasse. Agarrou-me pela mão e pela camisa e eu comecei a resistir. As pessoas que estavam comigo — Dulce Dupret, Dinora etc. — começaram a rodear-nos, com o ajuntamento, o Zé Moniz deu ao Bernardo uma garrafada e partiu-lhe a cabeça. Mesmo assim, ele continuou a reter-me, dei-lhe um safanão. Nesse momento, apareceu o administrador do Conselho, Godinho Gomes, que se pôs a explicar-me a gravidade da situação e se dispôs a acompanhar-me. Passei a noite no gabinete dele; no dia seguinte apareceu a Pide, que me foi buscar.»

Preso na cadeia civil durante duas semanas, a polícia política submete Ramos de Pina a vários interrogatórios. Queria saber se era militante do PAIGC, quais as suas ligações com Jorge Querido, quem eram as outras pessoas ligadas ao partido, e o que é que ele, Ramos de Pina, tinha vindo fazer a Cabo Verde. *«O Felisberto Vieira Lopes tornou-se o meu advogado, no dia seguinte pediu o* habeas-corpus *e transferiram-me para o Tarrafal. Meu pai em Lisboa contactou Vasco da Gama Fernandes, que fez o pedido de* habeas-corpus. *Foram buscar-me de novo ao Tarrafal, fui julgado pelo juiz Dionísio Alves. Ouviu-me, absolveu-me, mas ao mesmo tempo, por medidas administrativas, fixou-me residência em Angola. Ele, cinicamente, disse-me:* "Você está livre". *À porta estava um agente da Pide, meteu-me num jipe*

e levaram-me para o aeroporto, sem absolutamente nada, a não ser um chinelo nos pés, uma calça, uma camisa, precisamente a indumentária com que eu estava no dia em que se tinha dado a confusão.»

No aeroporto, Ramos de Pina juntar-se-ia a Ulisses Tavares (Fogo), e ambos seriam transportados para Angola, via Lisboa. E a eles se juntariam mais tarde Euclides Fontes e Luís Tolentino e, depois, Francisco Alves, Óscar Duarte, José Eduardo Tavares, Filinto Vaz Rodrigues, Fernando Joaquim dos Santos, Manuel Livramento e finalmente Eurico Correia Monteiro e Homero Vieira Lopes, alguns deles presos sem culpa formada. As experiências anteriores haviam mostrado às autoridades que, em Cabo Verde, este tipo de formalismo acabava por redundar em favor dos réus. Nos últimos tempos, segundo o advogado Arlindo Vicente Silva, que, com Felisberto Vieira Lopes, defendeu vários dos clandestinos do PAIGC, as autoridades portuguesas deixaram de fazer julgamentos. *«Simplesmente prendiam e mandavam para fora.»*[2]

Antes de chegarem a Angola, Ramos de Pina e Tavares permaneceram alguns dias em Lisboa, na prisão de Caxias. *«Aqui é que fui ver como era o aparelho repressivo e a força colonial fascista»*, afirma o primeiro. *«Em Angola, em S. Nicolau, o choque ainda foi pior. Lá tivémos uma data de problemas com o director do campo até sermos transferidos para a Foz do Cunene, onde encontrámos o Hermínio Escórcio e o Juca Valentim, do MPLA.»*

Do ponto de vista sócio-político, a situação em S. Vicente era mais ou menos similar à de Santiago. Daniel de Oliveira (Nhela de Puldina) e Victor Fidalgo faziam parte da linha da frente dos jovens que no Liceu tentavam fazer alguma coisa em prol da independência. O primeiro chegou a ser visitado em sua casa pela Pide/DGS, por altura da prisão de Óscar Duarte e Francisco Alves (Foká). Avisado a tempo, pegou em todos os papéis comprometedores e enfiou-os na lata dos dejectos que à noite eram deitados no célebre Caizim, local à beira-mar onde a maioria da população despejava os seus detritos.

Ao mesmo tempo, a velha guarda — Adriano Brito, Augusto Costa, António Neves e, entre outros, Daniel Cardoso e Isaura Gomes, que dirigiam a célula de S. Vicente — , ia levando os dias. Depois de seis anos no Tarrafal, Luís Fonseca estava, por cautela, mais ou menos afastado das células do PAIGC, cujas actividades na ilha atravessavam uma das suas fases mais críticas. A sua última grande acção ocorrera em 1968, durante o segundo julgamento de Fernando dos Reis Tavares e de um outro grupo de companheiros seus, também de Santiago. Defendidos mais uma vez por Arlindo Vicente Silva e Felisberto Vieira Lopes, para além de João Baptista Monteiro, as estruturas locais do PAIGC conseguem fazer do acto um grande acontecimento junto da população. *«Praticamente ninguém arredava pé do tribunal, incentivando os réus»*, lembra-se Adriano Brito. *«O juiz auditor foi o dr. Rebelo, que conseguiu fazer um*

trabalho brilhante, tendo no fim absolvido os réus. Nesse dia foi uma grande festa, que se arrastou até à madrugada. Os absolvidos e os advogados foram transportados nos ombros das pessoas».

O último contacto de Dul com Conakry tinha sido por volta de 1969-1970. *«Através de Rui Spencer, que tinha estado em Conakry, o partido pediu que mandássemos informações sobre como estavam organizados os militares portugueses em Cabo Verde, número de efectivos etc. Conseguimos e foi o próprio Spencer quem levou os dados».*

A acção directa em Cabo Verde

Pressionado pela sua ala cabo-verdiana, o PAIGC decide, novamente, tentar qualquer coisa em Cabo Verde. José Luís Fernandes desloca-se em 1972 a Conakry, tendo ficado decidido, durante uma reunião com Amílcar Cabral, Aristides Pereira, Luís Cabral, Honório Chantre e Olívio Pires, que ele deveria vir para Cabo Verde e aqui preparar as condições para o início da guerrilha urbana. Segundo Fernandes, esta decisão deu um novo alento aos militantes nas ilhas. Para o efeito, trouxe algum dinheiro (dólares) como fundo de maneio, para além de um questionário militar cuja resposta, elaborada por Roque Ramos de Pina (tenente das Forças Armadas, irmão de Alexandre), foi remetida a Conakry. E é também neste quadro que se decide o envio de 10 elementos a Cuba, sendo o coordenador operacional Olívio Pires. Destes, na verdade, apenas Élvio Fernandes e Érico Veríssimo Ramos viajam a Havana para a sua preparação em Janeiro de 1973, operação interrompida, entretanto, com o assassínio de Amílcar Cabral.

«Vim para Cabo Verde em 1973, já depois da morte de Cabral», relata Fernandes. *«Este acontecimento apanhou-me a preparar as coisas. O PAIGC tinha sofrido bastante com as prisões de Pedro Martins, Luís Fonseca, Toco, Lineu Miranda... Em S. Vicente praticamente deixámos de existir. Em Santiago, com a prisão de Pedro Martins, o partido ficou disperso. Havia que começar de novo: antes de mim já cá se encontrava o José Tomás Veiga, que, por sua vez, encontrou o Jorge Querido e o Sérgio Centeio. Eu tinha trazido de Conakry ordem para profissionalizar alguns quadros, tanto em Portugal como em Cabo Verde. O dinheiro que me deram destinava-se precisamente a sustentar os que fossem profissionalizados, já que estava difícil arranjar trabalho na administração pública para a nossa gente».*[3]

Jorge Querido confirma a fragilidade em que se encontrava o PAIGC em Cabo Verde nas vésperas do 25 de Abril. A actividade clandestina limitava-se a acções esporádicas — divulgação de panfletos e reuniões. Havia desentendimentos entre ele e os elementos de Lisboa, liderados pelos chamados trotskistas.

Outro facto que vinha contribuindo para a desmobilização eram

os rumores sobre o que se estaria a passar no seio do PAIGC em Conakry. Falava-se, segundo Jorge Querido, em corrupção e na *dolce vita* em que estariam a viver os dirigentes do partido. *«E, por causa disso, saíram An-tónio Mascarenhas Monteiro e Francisco Fragoso. Este mandou-me uma carta, através de António Lima, em que me explicava as razões da sua saída, que estava ligada ao esbanjamento que havia no partido. Lembro-me de termos discutido isso em Lisboa, e houve gente que chegou a defender que o grupo deveria afastar-se e procurar outra via para obter a independência de Cabo Verde. Lembro-me também de termos mandatado João Pereira Silva, que nessa altura estava em Portugal, que quando chegasse a Conakry nos mandasse dizer se era verdade ou não este tipo de informação. Ele foi, mas não mandou dizer nada.»*

Querido revela ter recebido uma carta de Amílcar Cabral queixando-se da conduta de alguns desses dissidentes. *«Ele escreveu-nos a explicar-nos a saída do Sílvio [Querido, irmão de Jorge] e do Fragoso, que, associados a José Leitão da Graça passaram a denegrir a imagem do partido. Só não falava do Tony Mascarenhas. Lembro-me dele dizer:* "O José Leitão, esse não conhece o partido, agora o Sílvio e o Fragoso conhecem..." *Hoje acho que havia exagero no que se dizia. Por exemplo, dizia-se que os guerrilheiros viviam mal, enquanto outros viviam bem, gente que com dores de dentes ia para Paris. O 25 de Abril apanhou-nos nessa situação.»*

Contactado também, João Pereira Silva confirma a missão que lhe fora confiada pela coordenação de Lisboa. Segundo ele, numa luta como a travada pelo PAIGC, a propaganda do inimigo é uma arma de extrema importância e nisso tira o chapéu ao general António de Spínola, que, através da sua política na Guiné, conseguiu desmobilizar muita gente. *«A propaganda é mais credível sempre que misturada com alguma ponta de verdade»*, teoriza Pereira Silva. *«O que havia era o compromisso de que quem fosse a Conakry, deveria mandar dizer se o que se dizia era ou não verdade. Havia problemas, sim: criticavam-se algumas diferenças de* status, *a importância excessiva dada a certos aspectos das relações externas... Havia, contudo, os que achavam que tais problemas estavam dentro dos limites suportáveis. Estes aguentavam. Outros regressaram logo...»*

Ainda segundo Pereira Silva, havia uma grande dificuldade de comunicação entre o PAIGC em Conakry e as suas células em Cabo Verde e em Portugal, tendo ele próprio sido vítima disso. *«Houve uma altura em que o exército estava a fazer o levantamento cartográfico das "províncias ultramarinas". Enquanto estudante de Agronomia, havia a possibilidade de eu vir integrado para Cabo Verde e aqui fazer trabalho de mobilização política. Pedi autorização à direcção do partido e responderam-me que eu não tinha nada que me alistar num exército colonial.»*

Manuel Faustino lembra-se de ter passado por algo semelhante e de ter questionado a luta feita pelo PAIGC. Assim que se formou em Outu-

bro de 1971, recebeu do pai um presente em dinheiro com o qual decidiu viajar pela Europa, precisamente na altura em que os tais rumores começam a circular. *«O pessoal da Bélgica foi para a guerrilha e voltou a dizer cobras e lagartos do que tinha visto. A coisa transformou-se numa confusão danada. Vou a Paris e tenho um encontro com Francisco Fragoso, depois vou à Bélgica, e não vou à Holanda, porque, entretanto, fui informado de que precisava voltar imediatamente a Lisboa para resolver um problema relacionado com as notas do meu curso: precisava declarar se concordava ou não com elas para poder receber o diploma. Como não fui à Holanda, onde estavam alguns dirigentes do PAIGC, mais tarde, houve gente que interpretou isso dizendo que eu tinha sido "envenenado" pelo caminho e regressei a Portugal».*[4]

Mas o que aconteceu foi precisamente o contrário, assevera Faustino: *«Nas conversas que fui tendo com o pessoal em Paris e na Bélgica, fui até acusado de defender de mais o PAIGC».* Assume que houve uma pessoa que foi decisiva na sua atitude: António Mascarenhas Monteiro. *«Fui visitá-lo e, durante a conversa que tivemos, ele fez a sua análise, não disse porque saíra, mas disse que a pior coisa que podia acontecer era romper definitivamente com o PAIGC. Segundo ele, se ainda era possível fazer alguma coisa pela independência, era no quadro do PAIGC».*

António Mascarenhas Monteiro refere, por sua vez, que os dissidentes do PAIGC eram atacados das mais diversas formas pelos seus antigos companheiros. *«Alguns, reagindo a isso, defendiam-se com a mesma moeda, lançando dúvidas ou críticas ao PAIGC em Conakry»*.[5]

De acordo com os planos traçados pela direcção do partido, Manuel Faustino deveria, num segundo momento, regressar a Cabo Verde, onde já se encontravam José Luís Fernandes e José Tomás Veiga, e instalar-se em S. Vicente, para aqui aprofundar a luta. *«A situação em Santiago era melhor do que em S. Vicente. Havia o trabalho anterior de Jorge Querido e de Manuel Rodrigues. Em S. Vicente estavam nessa altura o Augusto Costa, Silvino Lima, Toi Neves, Nheca, Nicolau Melo, António Coutinho, Crisanto Lopes e Dul.»*

Faustino explica que esta ofensiva do grupo de Lisboa foi feita, inicialmente, à revelia de Conakry, já que havia ordens para evitar contactos com Cabo Verde, por razões de segurança. *«A partir de um certo momento começámos a ficar preocupados. Vínhamos de férias e, nos contactos que íamos fazendo, ficávamos com a sensação de que as coisas estavam paradas. Rompendo com a disciplina resolvemos fazer os nossos contactos: Amaro com Barlavento e Djidjé com Sotavento. Informámos depois Conakry, que acabou por sancionar a nossa iniciativa. As coisas avançaram particularmente aqui, em Santiago. É então que se decide, em Lisboa, que eu devia ir para S. Vicente. Eu estava a preparar-me para isso quando se dá o 25 de Abril.»*

Entretanto, uma das consequências da acção do grupo de Lisboa em Cabo Verde acabou por ser a substituição gradual de Jorge Querido

por José Luís Fernandes. Para Faustino, isso ficara-se a dever, acima de tudo, ao dinamismo do segundo, que foi tomando, na prática, a dianteira da situação no terreno. Um outro militante dessa altura em Cabo Verde entende que, depois de vários anos de luta, Querido se deixara acomodar, pelo que, pouco a pouco, a nova geração começa a ultrapassá-lo com outro tipo de iniciativas. *«Para todos os efeitos»*, sublinha Faustino, *«a sua substituição oficial foi em Roterdão, numa reunião depois do 25 de Abril em que se decide que ele ficaria suspenso... Os seus problemas são, no entanto, bem anteriores».*

Nesta mesma linha, um outro combatente dessa época, que nada tem a ver com as divergências ideológicas entre um lado e outro, mas que prefere o anonimato, revela que as relações de Jorge Querido e os seus companheiros estavam longe de ser fáceis. *«Chegámos a pedir-lhe que deixasse a direcção porque não conseguia entender-se com ninguém.»*

Manuel Rodrigues é um exemplo disso. Por um lado, irritavam-no os métodos do grupo de Fernandes e, por outro, a maneira de ser de Querido, com quem, apesar de tudo, tinha relações mais estreitas. *«Quando chego à Praia em 1970, constato que a capital estava trabalhada, mas havia problemas, também estávamos divididos. Eu acredito que o Amílcar era marxista-leninista, mas nunca impôs isso ao partido. Dentro do nacionalismo, acho que todo o cabo-verdiano tem direito a um pedaço de terra, à opinião e a outras coisas mais... O Jorge Querido trabalhava com Sérgio Centeio e José Luís Fernandes. Um era marxista-leninista, os outros dois trotskistas. A verdade, porém, é que nenhum deles era homem de terreno. Como conspiradores, eram até capazes de fazer um bom churrasco. Tinham um comité de nome, que existia oficialmente. Na Assomada, havia o grupo do Toco, Arlindo Camilo e Zeki Querido, enquanto eu tinha também o meu comité, mais ou menos privado, dos veteranos, com o Jorge, o Tito Ramos e o Arsénio de Pina (que desde Coimbra era um dos nossos), que estava no Fogo — Fogo era, por sinal, um dos lugares mais difíceis. Um dia eu e o Jorge resolvemos fazer um panfleto. Ele aparece-me com* "Camarada Trabalhador..." *— desentendemo-nos, e a solução foi cada um fazer o seu panfleto e distribuí-lo.»*

Como atrás se viu, a rotina das hostes nacionalistas seria quebrada pelas vagas de prisão, que vão de Setembro de 1972 aos primeiros meses de 1974. Em 1973, a Pide/DGS prende e envia para Angola outros tantos activistas, o que cria na população uma certa revolta, como dá conta J.A., na altura adolescente, admirador, como muitos, de Óscar Duarte e Francisco Alves, ambos craques da Académica do Mindelo. *«Portugal perdeu S. Vicente no dia em que prenderam o Óscar e o Foká. Éramos um povo que vivia do futebol; num sábado, as pessoas vão ao campo da Fontinha assistir ao* derby *Mindelense x Académica e ninguêm vê os dois melhores jogadores de Cabo Verde a alinhar. Pergunta-se por eles e a resposta é que a Pide os tinha prendido e mandado para Angola.»*

A esse grupo se juntarão, pouco depois, Eurico Monteiro e Homero Vieira Lopes, presos em Janeiro de 1974. Pouco a pouco, a Pide apertava o cerco, até chegar a Jorge Querido, na sequência da prisão de António Vieira, Bernardino Fernandes e Marline Almeida, em finais de 1973. Interrogado, Querido será conduzido a Lisboa em situação de semi-liberdade e volta a Cabo Verde em Março, onde o 25 de Abril o irá encontrar de sobreaviso, já que em Lisboa pudera aperceber-se de que algo contra o regime estava em movimento.

Entrevistado por José Pedro Castanheira, o então inspector da Pide/DGS na Praia, António Augusto Bernardo, vangloria-se de ter impedido a fuga do *Pérola do Oceano* para o Senegal e de ter posto termo às actividades do PAIGC em Cabo Verde, que se vinha mostrando particularmente activo com panfletos e inscrições murais, designadamente na Cidade da Praia. *«A coisa estava a ganhar proporções»,* reconhece o dito inspector, que decide arquitectar um plano que acabará, por conduzir à prisão de 14 elementos ligados ao PAIGC. Ainda de acordo com as suas palavras, a investigação encetada permitiu *«descobrir um plano para matar o comandante militar da Praia e outras chefias, através do lançamento, para o interior do automóvel, de duas granadas de mão. Seria um massacre terrível e espectacular.»*[6]

«É tudo mentira», reage Jorge Querido, que acrescenta: *«Nem sequer tínhamos os meios para isso. Só se fosse com pedras e fundas.»*[7]

Notas

[1] Entrevista: Alexandre Ramos de Pina, Praia, 08-03-95.

[2] Jorge Soares, «O advogado dos "clandestinos"», "Especial 25 de Abril", **A Semana**, Praia, 25-04-94.

[3] Entrevista: José Luís Fernandes, Praia, 15-02-95.

[4] Entrevista: Manuel Faustino, Praia, 05-05-95.

[5] Entrevista: António Mascarenhas Monteiro, Praia, 26-05-97.

[6] José Pedro Castanheira, "Memória de um Pide", **Expresso-Revista**, 23-05-92.

[7] Entrevista: Jorge Querido, Praia, 20-01-96.

Foto: DGCS/Portugal

25 de Abril em Portugal

24
A REVOLUÇÃO DOS CRAVOS

Na manhã de 22 de Fevereiro de 1974 as livrarias da baixa lisboeta começam a distribuir os exemplares de **Portugal e o futuro**, livro do general António de Spínola, vice-chefe do Estado Maior Geral das Forças Armadas. O seu sucesso é tal que vende, em poucos meses, cerca de 250 mil exemplares, cifra ainda hoje invejável em Portugal. A este fenómeno editorial e político não estão alheios dois grandes jornais da época — o vespertino **República** e o semanário **Expresso** — que retomam e ampliam algumas das ideias expendidas por Spínola, contrariando assim o *blackout* inicial e a posterior campanha dos seus concorrentes contra **Portugal e o futuro**.[1]

O livro pretende ser, no dizer do seu autor, uma resposta moral *«de quem não pode conter-se»* perante a crise em que o seu país se encontra há muito mergulhado, sem qualquer solução à vista. *«Sobre os alicerces herdados da história, temos perante nós um futuro de prosperidade que é preciso construir. Na defesa desses alicerces se consome a Nação e, se não podemos aceitar a ideia de que seja em vão tanto sacrifício, tão-pouco podemos admitir que hoje se morra apenas para que amanhã continue a morrer-se.»* [2]

Na prática, Spínola defende, por um lado, a democratização e o desenvolvimento económico da sociedade portuguesa e a sua integração na Comunidade Económica Europeia; e, por outro, a manutenção dos territórios ultramarinos através de uma Comunidade Lusíada ou Estado da Lusitânia. Esta solução deveria ser antecedida de uma consulta "inequívoca" aos povos africanos em causa, segundo os princípios da auto-determinação da ONU. Só depois disso, Portugal e os territórios africanos em causa passariam a constituir uma república federativa ou confederativa, denominada Estado da Lusitânia. E, para apaziguar os integracionistas, esclarecia Spínola que *«resolver o problema ultramarino não será, de forma alguma, abandonar os territórios e populações do além-mar a soberanias duvidosas»*.[3]

Elaborado a partir da experiência guineense do seu autor, a publicação de **Portugal e o futuro** só é possível graças à cumplicidade do chefe de Estado Maior, general Francisco da Costa Gomes, também ele conhecedor da situação militar portuguesa em África, com missões em Angola e em Moçambique. Também ele defendera, em 1970, em entrevista à revista angolana **Notícia**, que a solução para a guerra era política

e não militar, o que lhe valeu a imediata transferência para Portugal.

Quando regressa de Bissau, António de Spínola era já uma das grandes figuras portuguesas, graças a uma imagem que foi moldando aos poucos, ainda na Guiné. Aqui, tinha por hábito promover visitas de jornalistas ao território, que publicavam mais tarde as suas declarações ou instantâneos da sua imagem em acção. De tal modo se tornara mediático que, quando publica **Portugal e o futuro**, dificilmente tal facto poderia passar despercebido; enfim, uma voz insuspeita que aparece a contrariar, publicamente, o discurso oficial em relação ao ultramar.

Além de reiterar a ideia de que a resolução do conflito que opõe Lisboa aos movimentos africanos é política e não militar, Spínola desenterra, também, um velho projecto federativo — defendido por Marcello Caetano em 1962 e por Humberto Delgado dois anos antes, já no seu exílio no Brasil — no qual Portugal aparecia associado às suas então províncias ultramarinas elevadas ao estatuto de Estados autónomos ou livres. O projecto de Caetano seria constituído por três Estados — Portugal, Angola e Moçambique, e ainda pelas províncias da Guiné, S.Tomé e Príncipe, Macau e Timor. Cabo Verde receberia, finalmente, o estatuto de ilhas adjacentes de Portugal. No projecto de Delgado, exposto no seu "Plano colonial da oposição portuguesa", ter-se-ia uma República Federal dos Estados Unidos de Portugal, com seis Estados: Portugal Metropolitano, Angola, Guiné, Moçambique, Índia e Timor. E, à semelhança de S. Tomé e Príncipe, que seria território adjacente de Angola, Cabo Verde seria uma adjacência da... Guiné.[4]

Marcello Caetano e o futuro

Agastado e desesperado com a publicação de **Portugal e o futuro**, que lê numa noite, Marcello Caetano percebe que é o seu próprio futuro que está em jogo. A sua primeira atitude é desafiar Spínola e Costa Gomes a dirigirem-se ao presidente da República e pedirem-lhe o governo, desafio ou sugestão que ambos rejeitam, enquanto ele próprio, Caetano, apresenta o seu pedido de demissão a Américo Thomaz, em carta escrita a 11 de Março. Este também não aceita, por acreditar que o melhor a fazer em situações do género é manter a calma.

Todavia, face à hesitação dos dois generais e à resistência do chefe do Estado em aceitar o seu pedido de demissão, Caetano retempera-se e enceta uma série de acções visando o reforço da sua autoridade e a neutralização dos seus adversários internos. Remodela o governo e apresenta-se, nos primeiros dias de Março, à Assembleia Nacional pedindo aos deputados um voto de confiança, que consegue sem dificuldades, acontecendo o mesmo no dia 14, face às chefias militares. E naquela que seria a sua última *Conversa em família*, na noite de 28 de Mar-

ço, isto é, um dia depois de um emissário seu (José Manuel Villas-Boas, cônsul em Milão) se ter encontrado secretamente em Londres com uma delegação do PAIGC, dirigida por Victor Saúde Maria, ele lança o seu olhar sobre as colónias africanas, ao fim e ao cabo, o epicentro da crise em que Portugal se encontra há décadas mergulhado: *«Uma só condição para a evolução do ultramar: a de que a África portuguesa continue a ter a alma portuguesa e que nela prossiga a vida e a obra de quantos se honram e orgulham de portugueses ser!»*[5]

A publicação de **Portugal e o futuro** acaba por ser, também, o sinal verde para os jovens oficiais portugueses — há muito descontentes com o arrastar da guerra em África e também com várias questões de natureza corporativa —, se lançarem contra a fortaleza do poder. Uma primeira tentativa golpista é encetada, a 16 de Março, por alguns notórios "rapazes de Spínola" — Almeida Bruno, Manuel Monge, Armando Ramos, Farinha Ferreira, entre outros — que mobilizam dois destacamentos e tentam marchar das Caldas da Rainha para Lisboa, mas são neutralizados a meio do caminho. Dominado o levantamento, o governo emite um comunicado no qual garante que reina *«a ordem em todo o País»*.

Porém, algures em Lisboa, um outro grupo de conspiradores volta a reunir-se para preparar nova tentativa golpista, esta mais cuidada e sofisticada. E tanto Spínola como Costa Gomes estavam a par dessa movimentação, mantendo-se o primeiro informado através dos seus homens de campo, enquanto o segundo prefere uma atitude mais cautelosa e relativamente distante. Tudo pronto, um mês depois, na madrugada de 25 de Abril, os jovens capitães, congregados à volta do Movimento das Forças Armadas (MFA) ou Movimento dos Capitães, saem novamente às ruas para, desta vez, apear Marcello Caetano e Américo Thomaz do poder e introduzir Portugal num dos períodos mais agitados e marcantes da sua história contemporânea.

A tomada do poder pelo Movimento de Abril é, na verdade, uma antecipação aos sectores ultradireitistas das Forças Armadas, chefiados pelo general Kaúlza de Arriaga, que se vinham movimentando também junto de Américo Thomaz para demitir Marcello Caetano, acusado de ser demasiado liberal e pró-europeísta, em detrimento da vocação africana de Portugal. Note-se que em África a tese da autonomia progressiva do Ultramar, defendida ultimamente pelo primeiro-ministro, vinha ganhando terreno, deixando tais sectores preocupados. Para estes, as experiências anteriores ensinavam que qualquer esboço de autonomia acabava, mais tarde ou mais cedo, por redundar na independência, mesmo que do tipo rodesiano.

Em Dezembro de 1973, Kaúlza de Arriaga fora acusado de estar a preparar um golpe de Estado, que passa à história por "kaulzada". Nada garantia que os ultras não voltariam à carga, sabendo que tinham o

apoio tácito de Américo Thomaz. À semelhança de Spínola na Guiné, Arriaga conseguira o seu prestígio nos campos de batalha de Moçambique, onde, como comandante-em-chefe das Forças Armadas locais, conquistou a fama de duro. Entre Julho e Agosto de 1970, ele lança uma vasta operação militar, denominada Nó Górdio, com o objectivo de varrer a Frelimo de Moçambique, o que não consegue; a guerrilha, aproveitando a concentração de forças numa determinada região, transfere os seus efectivos para outras áreas, mais ao Sul do rio Zambeze.

Foi também durante a comissão de Arriaga que o exército português é acusado de ter perpetrado vários massacres contra as populações civis, o mais famoso dos quais na aldeia de Wiriyamu, Tete, em Dezembro de 1972. A denúncia do episódio por padres espanhóis, retomada na imprensa britânica pelo padre inglês Adrian Hastings, precisamente numa altura em que Marcello Caetano visitava oficialmente a Inglaterra, teve um grande impacto junto da opinião pública internacional, já de *per si* marcada pelo tristemente célebre massacre de My Lai, no Vietname, perpetrado por soldados americanos. Arriaga deixa Moçambique em Agosto de 1973, apesar do seu desejo de continuar por mais uma comissão.

A terceira onda

O golpe de Estado que na madrugada de 25 de Abril de 1974, derruba Américo Thomaz e Marcello Caetano conta com a imediata adesão popular. Ao dar-se conta do que se estava a passar naquela manhã primaveril, a população pôs-se a saudar os militares, oferecendo-lhes ou colocando-lhes cravos vermelhos no cano das metralhadoras, ficando assim o movimento que tomou o poder em Portugal mundialmente conhecido por Revolução dos Cravos. Para o americano Samuel P. Huntington, o 25 de Abril *«foi o começo implausível de um amplo movimento mundial na direcção da democracia»*; em suma, o início da *«terceira onda»,* que haveria de culminar, em 1989, na queda do Muro de Berlim.[6]

Na altura, a tomada do poder pelos jovens oficiais constituiu, acima de tudo, um abrir de portas ao conflito que opunha Portugal aos movimentos nacionalistas africanos. Estes desconheciam inicialmente as verdadeiras intenções das novas autoridades, embora o programa do MFA, divulgado na noite de 25 de Abril, afirmasse que *«a solução das guerras no Ultramar é política e não militar».*[7] Para além disso, o citado programa falava na *«criação de condições para um debate franco e aberto, a nível nacional, do problema ultramarino»* e por fim, como terceira e última alínea, no *«Lançamento dos fundamentos de uma política ultramarina que conduza à paz».* Porém, o facto de pretender manter no Ultramar a Pide/DGS em funções, agora como *«polícia de informação militar enquanto as operações militares o exigirem»* — uma exigência, como se vem a saber

depois, de Costa Gomes para aderir ao golpe — não era um bom augúrio para quem se batia no terreno pela independência do seu país.

E, para concluir, há ainda um outro factor a ter em consideração, que foi o efeito reduzido ou nulo de **Portugal e o futuro** junto dos movimentos nacionalistas africanos. *«Nunca tivemos qualquer ilusão sobre as verdadeiras intenções do general Spínola»,* afirma, por exemplo, Aristides Pereira, em entrevista à **Afrique-Asie** nos primeiros dias de Abril.[8] *«Pode [Spínola] parecer mais realista que os ultras portugueses porque compreendeu, no terreno, a futilidade da guerra colonial. Rejeitando a solução militar, Spínola não tem, no entanto, a intenção de reconhecer a independência do nosso país. Para ele, o essencial é encontrar uma alternativa que garanta a manutenção da dominação portuguesa. A alternativa que ele sugere é o neocolonialismo puro. Tal o objectivo real da "sua" solução federativa que conduziria a uma espécie de* commonwealt *luso-africana.»*

Mais lacónico, para Luís Cabral, *«as teorias do Spínola estavam completamente ultrapassadas na Guiné.»*[9]

Nas hostes do PAIGC

O 25 de Abril encontra Aristides Pereira em Moscovo para a segunda fase do tratamento das lesões contraídas durante o incidente de 20 de Janeiro de 1973, de que resultou a morte de Amílcar Cabral. Eleito há seis meses no congresso de Madina do Boé, o novo líder do PAIGC é informado do golpe em Lisboa quando estava internado numa clínica de saúde na capital soviética e preparava-se para viajar para uma estância no Mar Negro. Os seus anfitriões põe-lhe à disposição um aparelho radiofónico com o qual passa a acompanhar os acontecimentos através dos relatos da Rádio France Internacional, que hora a hora ia dando novidades da situação em Portugal. Sem demoras, e sem tratamento, o líder do PAIGC regressa de imediato a Conakry a fim de se juntar ao seu estado maior. *«Ouvindo o que se tinha passado em Portugal e também as proclamações feitas pelos elementos que tomaram o poder nessa altura, pensei imediatamente que se poderia concretizar aquilo que tínhamos proposto ao governo português há já vários anos, através de um* memoradum *e uma carta-aberta de Amílcar Cabral, em que se faziam propostas concretas de negociações»,* relata Pereira, 20 anos depois do 25 de Abril de 1974.[10]

Pedro Pires pensa que estava em Conakry aquando da Revolução dos Cravos. A notícia em si não o surpreendeu: *«Já tinha havido sinais anteriores, como o levantamento da unidade militar das Caldas da Rainha, a publicação do livro do general Spínola...»*

Membro do CEL, do Conselho de Guerra e presidente da CNCV do PAIGC, para além de comissário-adjunto das Forças Armadas do governo guineense, Pires era um homem que procurava manter-se in-

formado sobre o que se passava pelo mundo. *«Nós sabíamos que a situação militar na Guiné era bastante complicada para os portugueses, de modo que esperávamos que se encontrasse uma saída. Além disso, segundo as regras, quando um exército corre o risco de ser derrotado, geralmente reage e transfere as responsabilidades para os políticos. Portanto, era normal que em Portugal se seguisse esse caminho, que houvesse uma revolta militar...»*

Há vários anos em Portugal, o 25 de Abril encontra Manuel Faustino a estagiar em Lisboa. Membro do Comité Coordenador do PAIGC, ligado a vários sectores políticos portugueses, ele sabia que a Revolução dos Cravos há muito estava a caminho. Ademais, tal como Pedro Pires, o livro de Spínola, o levantamento das Caldas da Rainha, entre outros dados, eram sinais de que os tempos iriam mudar.

Emigrantes informam Leitão da Graça

Mas, entre os nacionalistas cabo-verdianos, nem todos tiveram a percepção de que se tinha iniciado uma nova era em Portugal. José Leitão da Graça é um deles. Saído de Cabo Verde há 14 anos, um ano antes do 25 de Abril, tentara obter o estatuto de refugiado político na Suécia, que não consegue. Continuava a divergir do PAIGC e numa luta quase solitária, cuja última acção mais significativa fora o envio, em Novembro, de uma carta ao secretário-geral da ONU, Kurt Waldeim, na qual, enquanto porta-voz no exterior da Frente Popular de Libertação [de Cabo Verde], FPL,[11] saudava a independência da Guiné-Bissau, mas alertava para os esforços dos seus adversários em anexar ou absorver Cabo Verde no novo país. Este tipo de empenho leva Olívio Pires a afirmar que lhe ficou a impressão de Leitão da Graça ter ocupado mais o seu tempo a combater o PAIGC do que o colonialismo português, propriamente.[12]

No caso da referida carta, Leitão da Graça apontava o facto de Sékou Touré ter expresso, durante as exéquias de Amílcar Cabral, a ideia de que a República da Guiné-Bissau *«inclui as Ilhas de Cabo Verde da mesma maneira que* "la R. de Guinée recouvre les îles de Loos". *Ora, afinal o Chefe de Estado da Guiné, Sékou Touré, sòmente traduziu por palavras próprias a teoria oficial do PAIGC no que toca a Cabo Verde».*[13] Ele, Leitão da Graça, ilustrava as suas apreensões com citações de dirigentes do PAIGC, entre os quais Vasco Cabral. Este, em entrevista ao **Salto** (jornal de antifascistas portugueses na Europa), afirmava que o seu partido *«sempre lutou na base da unidade do povo da Guiné e Cabo Verde»* ou ainda *«... O problema para nós é um só — Guiné e Cabo Verde é um só país».*

«Em Estocolmo», prossegue Leitão da Graça, *«através de um elemento da Unita, chamado Fonseca, tive entre mãos o livro de Spínola,* **Portugal e o futuro**, *a que não dei muita importância. O Spínola era um general facínora,*

por isso li apenas uma ou outra página... Não estava, na verdade, mais ao corrente do que se estava a passar em Portugal.»

Por coincidência, a própria mulher, Maria das Mercês, sua companheira nas lutas políticas, aproveitando a primavera marcelista, mais concretamente um decreto-lei de Dezembro de 1968, que permitia a concessão de passaportes a cidadãos no exterior em situação irregular, passara um mês atrás por Portugal, depois de um período em Cabo Verde, e não se dera conta de que se estivessem a preparar grandes agitações. Explica Leitão da Graça: *«E tinha regressado um pouco desmoralizada, porque em Cabo Verde a Pide não deixava fazer nada junto das massas.»* Pelo contrário, a polícia política portuguesa tenta, através de Maria das Mercês, aliciá-lo, garantindo-lhe que nada de mau lhe haveria de acontecer.

Convém esclarecer que a vinda de Maria das Mercês à Praia ocorre numa altura dramática da vida do casal, praticamente sem meios de subsistência e com três filhos em tenra idade: Camilo, Zulmira e Ema, pelo que resolvem enviá-los para Cabo Verde. *«A pretexto de que os miúdos estavam aqui, a Tchutcha veio a Cabo Verde vê-los e ao mesmo tempo fazer algum trabalho político. Contacta várias pessoas aqui e em Portugal, nomeadamente o Jorge Querido, o Arlindo Vicente Silva, toda essa malta, e tenta convencê-los a aderir à UPICV... Regra geral diziam não. Alegavam que o PAIGC já tinha alguma implantação e era conhecido internacionalmente, o que não acontecia com a UPICV. Ela decide regressar ao Senegal de barco, no* Eugénio Tavares. *Antes de embarcar, o inspector da Pide manda chamá-la. Ele mostrou-lhe o volume do meu* dossier: "Nós sabemos de tudo sobre ele. A senhora convença o seu marido a voltar; ele poderia estudar, trabalhar, o que quiser, desde que ele nos ajude." *A Tchutcha respondeu-lhe:* "Olhe o meu marido é um homem muito esquisito, de modo que não sei se vale a pena". *Ela esteve dois ou três meses em Dakar, voltou, passando primeiro pela Bélgica, onde trabalhou: mandou-me dinheiro e foi com esse dinheiro que fui para a Suécia, onde tento o asilo como refugiado político. Estava encurralado em Dakar. A Mercês esteve também em Estocolmo. Estávamos hospedados em casa de um amigo que também era amigo do Fernando Cabral e Gil Fernandes, que o convencem a correr comigo, porque eu era contra o PAIGC. A Tchutcha veio para Cabo Verde, via Lisboa, com a mesma história de saudade dos miúdos, e a Pide volta a chateá-la. Entretanto, em Março, o meu pedido de refugiado na Suécia foi indeferido, por influência do PAIGC. Ainda fiz um recurso ao rei, que não me valeu de nada. Regresso a Dakar e, poucos dias depois, batem-me à porta, vou abrir e era a Tchutcha. Disse-me que era impossível ficar na Praia. A Pide já não queria desculpas.»*[14]

E eis que, poucos dias depois, se dá, em Portugal, o 25 de Abril. *«Nesse dia»*, diz Leitão da Graça, *«eu e a Tchutcha fomos a um super-mercado, e uns emigrantes cabo-verdianos é que nos disseram:* "Houve um golpe em Portugal". *Não acreditei, e quando me disseram que eram militares, habituado*

que estava aos golpes militares em África e na América Latina, eu disse: "Pior a emenda que o soneto. Agora é que vai haver guerra a valer".»[15]

A incredulidade do líder da UPICV seria, porém, superada ao chegar a casa do seu anfitrião, o egípcio Samir Amin, que, nesse dia, tinha também hospedado um amigo sueco, chamado Roelf. Informado dos acontecimentos, Amin disse ao hóspede cabo-verdiano: *«Olha, houve um golpe em Portugal, parece coisa boa, a guerra vai acabar». «Aí»,* acrescenta Leitão da Graça, *«diminuí um pouco a minha desconfiança. O Roelf, que também era jornalista, disse*: "Amanhã vou para Portugal fazer a cobertura dos acontecimentos". *Comecei a comprar o* **Le Monde**, *a ler, a seguir os noticiários etc. Em Dakar, eu captava o Rádio Clube de Cabo Verde e a Emissora Nacional de Portugal. Lembro-me que dias depois esteve lá o Mário Soares para um encontro com Aristides Pereira».*

A preocupação de Leitão da Graça é regressar imediatamente a Cabo Verde a fim de influenciar o rumo dos acontecimentos. Na sua óptica, é preciso impedir que Portugal entregue Cabo Verde ao PAIGC, de modo a evitar que este possa implementar a unidade com a Guiné. Todavia, alegando que a situação não está suficientemente clara em Portugal, a segurança senegalesa, sabendo das suas divergências com o PAIGC, coloca-lhe *«mil obstáculos»*. Enquanto refugiado político, Dakar diz temer pela sua sorte e, por precaução, retira-lhe o passaporte. Depois de várias peripécias junto do representante da ONU, consegue finalmente o documento e regressa a Cabo Verde somente em Agosto, onde, entretanto, já se encontrava a mulher, que vinha fazendo o trabalho de mobilização a favor da UPICV.

Em Cabo Verde, Santiago

O 25 Abril, segundo José Luís Fernandes, apanha os dirigentes do PAIGC em Cabo Verde *«de imprevisto»*, com as células desse partido a atravessarem um dos seus períodos mais difíceis. *«Estávamos a sofrer fortes investidas da Pide, que já tinha assaltado a casa do Sérgio e chamado o Jorge Querido enviando-o para Portugal. Estávamos sob forte pressão, à espera da minha prisão e a do Sérgio. Com a prisão de Eurico Monteiro e Homero Vieira Lopes, o Centeio tinha sido detectado como o mentor do grupo do PAIGC na Achada Santo António. Havia também desentendimentos internos que vinham do tempo do Querido e Alexandre de Pina.»*

Por sua vez, Jorge Querido lembra-se de estar à espera de *«qualquer coisa»* (mais uma vez por causa do levantamento das Caldas da Rainha); mesmo assim, a notícia da revolta dos capitães provocou-lhe uma grande incredulidade. *«Pouca gente acreditou que o regime tivesse caído em Portugal. Mas, uma vez confirmada a notícia, já não parámos. As reuniões multiplicaram-se, inclusive com as autoridades, que também procuravam*

adaptar-se aos novos tempos. O próprio encarregado do governo, major Loureiro dos Santos, aproximou-se de nós, queria que o PAIGC aparecesse».

Com a nova dinâmica, a 1 de Maio, isto é, dois ou três dias depois de populares anónimos terem irrompido pela Praia em manifestações contra a Pide/DGS e a presença portuguesa, onde não faltaram escaramuças, tiros, montras partidas e incêndio de viaturas, os militantes e os simpatizantes do PAIGC rumaram ao Tarrafal para libertar os presos políticos do campo de concentração. E aqui, por pouco, não houve um incidente com as tropas portuguesas, que haviam cercado o campo quando souberam da ida da caravana. Jorge Querido lembra-se de uma troca ríspida de palavras entre o grupo e o director do campo, Eduardo Fontes, um cabo-verdiano, que os tratou mal. Entretanto, os presos acabam por ser libertados, no meio de grande euforia, na sequência de um telegrama enviado à Praia para o representante do MFA, 1.º tenente José Manuel Miguel Judas. Ainda na noite de 1 de Maio ocorrem, na Praia, confrontros entre populares e as forças militares e policiais, registando-se um morto e vários feridos.

De acordo com um folheto da época, o funeral de António Correia Fernandes, vulgo Antoninho di Pala, 22 anos, constitui a primeira poderosa manifestação pró-PAIGC em Cabo Verde. Muito ao estilo da época, o despachante-oficial Alfredo Veiga, pai de José Tomás Veiga, polemiza com o padre Augusto Nogueira, que se nega a realizar o serviço religioso por alma do referido cidadão. *«Eu era muito amigo do padre Nogueira»,* observa Veiga, *«ele não quis acompanhar o funeral por razões que não sabíamos. Mesmo assim, acabámos por fazer o funeral sem padre. O Nogueira continuou cá, mesmo depois da independência. Era bom orador, do tipo que abria a boca e toda a gente parava para escutar. Por iniciativa dele, voltámos a reatar as nossas relações».*[16]

Frente Ampla Anti-Colonial

Entretanto, desconfiados das verdadeiras intenções do MFA, os elementos da clandestinidade do PAIGC preferem criar uma Frente Ampla Nacional e Anti-Colonial, presidida por Jorge Querido, mantendo a maior parte dos dirigentes estrategicamente afastados. Na sua "Plataforma", a frente pretende *«englobar todos os indivíduos ou grupos de indivíduos independentemente das suas opções ideológicas»,* exigindo-se-lhes o seguinte: 1) a *«Unidade Nacional de Cabo Verde»;* 2) *«a Independência total e imediata de Cabo Verde, o que exclui quaisquer fórmulas neo-coloniais, tipo federação com Portugal e outras»;* e 3) *«Reconhecimento da legitimidade Nacional e internacional do PAIGCV [sic], como único representante de Cabo Verde».*[17]

Arlindo Vicente Silva, um dos integrantes da Frente Ampla, esclarece que a ideia em si de uma tal organização pertence, na verdade, a

Amílcar Cabral. Nos últimos tempos da sua vida ele vinha defendendo a criação de uma frente cabo-verdiana, de que o PAIGC seria um dos promotores, como forma de englobar todos os sectores nacionalistas do arquipélago.

Em S. Vicente

Médico do hospital de S. Vicente, Henrique Teixeira de Sousa é informado do 25 de Abril no momento em que se encontrava, com o seu colega Alexandre Silva, a fazer uma autópsia. Mais uma vez, o arauto da boa nova foi Francisco Lopes da Silva, que, além de vereador, desempenhava na altura o papel de delegado do procurador da República; daí a necessidade da sua presença na sala mortuária durante a operação. *«Como ele estava a demorar a chegar, eu e o dr. Alexandre Silva resolvemos começar o trabalho. Quando chegou e nos deu a notícia, ficámos de tal maneira contentes e excitados que perdemos o controlo da autópsia»,* lembra-se Teixeira de Sousa, que haveria de recriar esse período, que se estendeu até à independência, no seu romance **Entre duas bandeiras.**

Relembrando também o episódio, Francisco Lopes da Silva admite que o 25 de Abril apanha, em S. Vicente, muita gente desprevenida e despreparada: *«Não estávamos politizados, a não ser aqueles que estavam metidos na política. Tirando estes, houve no início muita descrença e apreensão».*

Um dos que estavam metidos na política era, como se sabe, Adriano Brito. E, dada a sua experiência, logo após o 25 de Abril Dul passa a ser o primeiro responsável do PAIGC a nível do operariado, tendo sido depois um dos dirigentes sindicais da ilha. *«Conseguimos montar 123 comités em todos os lugares de S. Vicente. Tínhamos sede própria, com uma quotização mensal de 20 contos, o que, na altura, era bastante dinheiro. Fomos, na prática, o embrião da primeira secção do partido.»*

Recebido com expectativa e apreensão, logo os elementos mais dinâmicos da sociedade procuram posicionar-se em relação ao golpe de Estado. Tal como na Praia, também no Mindelo é criada uma filial da Frente Ampla Nacional, dominada, também, por elementos do PAIGC. A 1 de Maio, acontece à frente da Câmara Municipal o primeiro acto público, que reúne milhares de pessoas, em apoio à JSN, e durante o qual tomam a palavra, dentre outros, os jovens Péricles Barros, Vanda Oliveira e João Baptista Rocha (Naná), este recém-chegado do exílio na Bélgica. Uma das estrelas do *meeting* é Baltasar Lopes da Silva.

Segundo Adriano Brito, vendo, da varanda, o velho professor no meio da multidão, Luís Fonseca tem a iniciativa de o chamar até ele, dirigindo aos presentes estas palavras: *«M'nis, nho Balta é mestre!»*[18] Este aceita... Elogia a JSN e profere estas palavras: *«As nossas mãos, que até aqui só serviam para aplaudir, vão agora servir para trabalhar em prol deste bom e so-*

fredor povo de Cabo Verde».[19]

Para J.A., na altura com 15 anos, o período que vai do 25 de Abril à tomada da Rádio Barlavento, em Dezembro de 1974, foi *«uma grande paródia»,* com libertações de toda a espécie, inclusive a nível individual; basta dizer que um dos *best-sellers* entre os jovens era **A revolução sexual** de Wilheim Reich. J.A. lembra-se, igualmente, que a primeira pessoa a falar em independência em S. Vicente, mais concretamente no comício da Câmara Municipal, foi Alexandre Vera-Cruz (Ticruz), através de um *«Viva a independência!». «E o pessoal reagiu mal. Houve quem o tivesse mandado calar a boca porque estava a estragar o* meeting.*»*

Luís Fonseca não se lembra desse pormenor, mas não dúvida da sua veracidade, já que Ticruz era, segundo se recorda, um jovem fogoso e agitado. *«A estrela do comício da Câmara foi o dr. Baltasar. A malta mais jovem, muito mais radical, ia além da independência. As pessoas mais velhas não tinham esta perspectiva. Mesmo nós éramos mais prudentes. O Hugo Rodrigues foi a primeira pessoa a gritar publicamente, num comício na Praça Estrela,* "Viva o PAIGC!" *Foi nesse comício que apareceu a bandeira do partido e, logo depois, as camisetas com retratos de Amílcar Cabral e uma ou outra* súmbia. *O que ajudou bastante na mobilização foram os jornais de Lisboa, com imagens do 25 de Abril em Portugal. Aí as pessoas perderam um bocado o receio que tinham. Para todos os efeitos, no comício da Câmara falámos da independência, mas não do PAIGC.»*

Para J.A., o 25 de Abril chega devagarinho a S. Vicente, tendo assentado arraiais apenas no dia 28. *«Nessa semana houve o baile dos finalistas*

Foto: Djibla

Manifestação em S. Vicente

do Liceu. A Pide tinha convite e alguns dos seus agentes foram ao baile. A malta mais velha — Victor Fidalgo, Humberto Cardoso, Aristides Lima... —, colou na parede o poema "Flagelados do vento leste", *do Ovídio Martins. Os pides foram saindo de mansinho...»*

Nos meses que se seguem, J.A. não se esquece do ambiente de abertura e euforia que toma conta da ilha, mas também com muita confusão e intolerância à mistura, não faltando sessões de esclarecimento e saraus culturais, onde aos poucos os activistas do PAIGC iam plantando na mente das pessoas a ideia da independência. *«Os debates do Eden-Park eram verdadeiras lições de democracia, mas, depois, o PAIGC acabou com aquilo e quem não alinhasse era logo apodado de inimigo do povo.»*

Tarrafal, Chão Bom

Pedro Martins, com 23 anos, é um dos 16 presos políticos cabo-verdianos que, ao lado de outros tantos detidos de Angola, vê a liberdade a 1 de Maio. (Encarcerado há quatro anos, aguardava na cadeia do Tarrafal o seu julgamento, tal como vários companheiros seus.) Para ele, os primeiros sinais de que *«alguma coisa se tinha passado»* chegam-lhe de forma enigmática, uma vez que os detidos se encontravam sem o rádio transístor, com o qual, às escondidas, procuravam saber o que se passava para além das grades. No dia 26 de Março, Martins recebe do pai, Dâmaso Martins, um telegrama com os seguintes dizeres: *«Notícia agradável dentro em breve. Saudade vai.»* A *«notícia agradável»* era, mais uma vez, o levantamento das Caldas da Rainha, facto que não tinha chegado ao conhecimento dos presos, daí o desconcerto de Pedro e dos seus camaradas de cárcere.

No dia 25 de Abril os detidos notaram que tinha sido reforçado o dispositivo militar e policial à volta da prisão. Mas só no dia seguinte ficam a saber do golpe em Lisboa, sendo ainda impossível descortinar o alcance do mesmo. *«Os guardas cabo-verdianos passam-nos mais algumas informações. Eles diziam que* raton dja bira ratinho, ratinho dja bira raton.[20] *Este tipo de código era muito normal entre nós. Por exemplo, eles chamavam Dadinho Fontes de* Santcho na Orbadjo [macaco no orvalho], *por causa da maneira como ele andava aos pulinhos.»* Lembrando-se de Eduardo Fontes, Martins pinta-o como um típico guarda de campo de concentração, prepotente e sádico. *«Basta dizer que, para se falar com ele, era preciso pedir audiência.»*

Pouco depois, Martins lembra-se de o chefe da polícia do campo, um português, o ter procurado pedindo a sua protecção. *«O homem tinha receio de que alguma coisa de mal acontecesse a ele e à sua mulher e à filha, tal como acontecera aos europeus no Congo Belga, em 1960.»* Mas a surpresa maior estava por vir. *«No dia 27, Eduardo Fontes, acompanhado de guarda-costas, entra na nossa cela e dá-nos algumas informações a conta-gotas: que*

Libertação dos presos do Tarrafal

houve uma mudança de governo em Portugal, que o general Spínola era o novo chefe de Estado... Perguntámos pela nossa situação e ele respondeu-nos que íamos ser julgados, que a mudança nada tinha a ver com a nossa situação.»

Face a este balde de água fria, os detidos continuaram a temer pela sua sorte. *«Quando tivemos conhecimento de que o golpe tinha à frente o general Spínola ficámos preocupados. Na verdade, já não acreditávamos na Justiça. Tudo que tinha que ser feito, foi feito, sem resultado. O meu pai chegou a falar com Américo Thomaz. A única esperança da nossa libertação era uma vitória política e militar dos movimentos de libertação.»*

«No dia 29, Dadinho Fontes deixa cair a máscara», recorda, mais uma vez, Pedro Martins. *«Nesse dia houve um novo reforço à volta do campo, agora com armas pesadas: trancaram-nos dentro das celas e deixámos de ter intervalos.»* O director do campo volta a visitá-los: *«Entra na nossa cela, senta-se numa das nossas camas, o que, para nós, era uma imagem surrealista, e pôs-se a dar-nos mais informações. Diante da nossa impaciência, sobretudo minha e do Lineu Miranda, respondeu-nos para termos calma, que nós éramos homens corajosos e dignos. De terroristas, poucos dias antes, passámos a homens dignos»*.

Apenas no dia 31 os presos são informados que poderão ser libertados. Mesmo assim, a angústia mantém-se. *«No dia 1 de Maio, por volta das oito e meia, nove horas, começámos a ouvir grande barulho fora do campo. O Dadinho entra pela última vez na nossa cela para dizer que estavam lá fora alguns arruaceiros, que com esses ele se encarregaria, e que nós não tivéssemos qualquer veleidade porque poderia ser trágico. Apesar disso, ficámos convencidos que iríamos sair, até porque fizeram nesse dia um bom almoço, que ninguém aceitou. Por volta das 15 horas o portão abre-se, vemos os advogados [Arlindo Vicente Silva, David Hopffer Almada e Felisberto Vieira Lopes] e o capitão português... Faz-se uma chamada dos presos e foi aquela festa»*.

Arquivo: Pedro Martins

Primeiro comício no Cine-Teatro da Praia

Soltos, os presos festejam com os populares a liberdade. Um homem alto, forte e calvo sobressai no meio daquela horda humana: Lineu Miranda, vestido com fato e gravata, como se estivesse numa cerimónia oficial ou domingueira. Ele e os demais companheiros são conduzidos, em desfile automobilístico, para a Praia, onde outra grande concentração popular os aguardava. *«Essa foi»,* evoca ainda Pedro Martins, *«a primeira acção de massas, sobretudo em Santiago, a favor da libertação dos presos e da independência».* Dirigindo-se aos populares na praça Alexandre Albuquerque, Martins pede-lhes para não ficarem confiantes — era ainda a desconfiança em relação a Spínola. *«Nós o conhecemos bem»,* lembra-se de ter dito estas palavras.

A libertação dos presos do Tarrafal acaba por ser a primeira acção concertada entre os elementos do PAIGC e o MFA em Cabo Verde. O na altura delegado do procurador da República em S. Vicente, Custódio Simões, chamado entretanto à Praia, procura conjuntamente com os advogados Arlindo Vicente Silva, Felisberto Vieira Lopes e David Hopffer Almada, uma forma de contornar as ordens de Lisboa em relação aos presos políticos do Tarrafal, aplicando, para o caso, o decreto-lei n.º 173, de 26 de Abril, previsto apenas para os detidos em Portugal.

Ao contrário do comício de S. Vicente, no *meeting* da Praia ninguém se preocupa em dirigir palavras elogiosas à JSN. Ao mesmo tempo, houve na capital acções contra a polícia e a tropa portuguesa: montras são estilhaçadas, colaboracionistas da Pide/DGS caçados. *«Em Santa Catarina foi um pandemónio»,* recorda de novo Pedro Martins. *«A panca-*

daria foi tanta que o meu pai, que era enfermeiro, teve de curar os galinhas, *forma como chamávamos os bufos da Pide».*

A caça ao pide ganha tal proporção que **O Arquipélago**, de 2 de Maio, publica esta nota: *«Os membros da Comissão Jurídica que estudou a libertação dos presos políticos avisam a população que a lista dos informadores da antiga D.G.S. — PIDE — saída ontem a público, não corresponde à realidade e presta-se a lançar a confusão. / Por outro lado, a Rádio acaba de difundir um comunicado do Comando Militar de Sotavento, esclarecendo que o autor da referida lista é um doente mental que aguardava internamento e que vai ser remetido a um estabelecimento de especialidade a fim de ser tratado.»*

O entusiasmo prossegue, entretanto. No dia 4 é organizado no Cine-Teatro da Praia o primeiro dos inúmeros comícios que naquela altura têm lugar, já que o anterior fora espontâneo. Contra a vontade de alguns dos seus velhos companheiros, o *meeting* é presidido por Jorge Querido e por outros elementos do PAIGC, que aparecem, tal como no Mindelo mais tarde, com a capa de Frente Ampla Nacional e Anti-Colonial, e ainda pelo angolano António Cardoso, militante do MPLA, solto no dia 1 com os demais presos do Tarrafal. A linguagem era, por sinal, um dos problemas que mais preocupava certos responsáveis do PAIGC. Não queriam ser tomados por radicais comunistas, por causa do efeito que isso poderia ter junto de certos sectores sociais, principalmente a Igreja Católica. Pedro Martins, uma das estrelas e integrantes da mesa desse *meeting*, lembra-se de ter havido uma chamada de atenção a esse respeito. *«Esse comício deveria ser depois transmitido pela rádio e não foi, suponho, por causa da linguagem que tinha descambado um pouco para a esquerda».*

«Alguns sectores tinham receios do PAIGC», explica Jorge Querido. *«Lembro-me do José Tomás Veiga, com o seu chapéu à Lenine, ter feito no comício do Cine-Teatro um discurso incrível, nestes termos*: "Estou aqui a dirigir-me exclusivamente aos trabalhadores. O resto não interessa para nada!" *Houve outra pessoa, de que já não me recordo o nome, que gritou*: "Viva o marxismo-leninismo!" *Discretamente, quase que lhe cortámos a palavra.»*

Manuel Rodrigues vai mais longe: *«No segundo comício, feito também no Cine-Teatro, eu tive de censurar muitas coisas. Numa reunião feita na véspera, em minha casa na Prainha, eu disse a essa malta que ninguém podia ir para lá falar em cabelo* bedjo, *contra os doutores e os engenheiros... Lembro-me que o grupo do Djidjé, Centeio e Zé Tomás virou-se para mim e disse, de forma irónica*: "A gente promete que vai fazer um comício mais calmo para sossegares os teus amigos comerciantes". *O primeiro comício assustou meio mundo. Os comerciantes mandavam gente sua ouvir o que o PAIGC andava a dizer. E o susto foi tal que muita gente tratou de mandar as suas economias de cá para fora. Demos muita barraca por causa de bojardas políticas. Hoje, eu até compreendo esses indivíduos; eram jovens e acredito que eles próprios já não falariam da mesma maneira, tanto mais que, na primeira oportunidade,*

foram fazer-se doutores, engenheiros...»

Na foz do Cunene

Em Angola, na Foz do Cunene, estavam a cumprir pena 12 cabo-verdianos e dois angolanos. Eurico Monteiro era um deles, como atrás se viu. Tinha sido preso em Janeiro de 1974, com Homero Vieira Lopes. Houve ainda um terceiro elemento, Luís Cunha, que acabou solto, uma vez que a sua função naquela madrugada era garantir a vigilância dos companheiros, não fosse o inimigo surpreendê-los.

Ligados ao PAIGC por intermédio de Sérgio Centeio, Monteiro iria completar, dois dias depois, 18 anos, Vieira Lopes tinha 19 e Cunha 17, quando foram presos em flagrante a colar, no Liceu da Praia, propaganda a favor da independência. Segundo Monteiro, o episódio aconteceu por altura do primeiro aniversário do assassínio de Amílcar Cabral, isto é, depois de terem percorrido vários pontos da cidade, espalhando exemplares de um panfleto contendo versos de Ovídio Martins, Onésimo Silveira e um texto do líder histórico do PAIGC. Monteiro e Vieira Lopes encontravam-se empenhados na tarefa quando ouviram uma voz ameaçadora...

Viraram-se e era um agente da polícia civil que lhes apontava uma arma. Vendo que estavam apenas à frente de um histérico, que, aos gritos, lhes ordenava para que não tentassem qualquer acção, os dois jovens ainda procuraram ludibriá-lo, mas, entretanto, um outro agente acabou por se aproximar, desaconselhando assim qualquer iniciativa. *«Fomos presos e levados para a esquadra policial»*, conta Monteiro. *«Isso, por volta das duas horas da madrugada. O agente responsável, um cabo-verdiano chamado Taí, quis mostrar-se diligente e começou logo a interrogar-nos. E o interrogatório dele foi uma sova violentíssima. Punha uns polícias a manietar-nos e ele sovava-nos com murros e pontapés.»*

Por volta das oito horas, dois agentes da Pide/DGS aparecem para conduzir os presos à sede desse organismo policial, que se situava no *plateau*, atrás da Igreja Matriz, onde, aliás, já tinham estado anteriormente, chamados para averiguações com outros jovens do Liceu e da Achada Santo António. Chegando ao local, foram imediatamente conduzidos à presença do inspector António Augusto Bernardo, figura temível na cidade. *«Como éramos bastante jovens, ele quis saber quem nos estava a instrumentalizar. O interrogatório foi feito com base em bofetões, pontapés, etc., etc. O Homero foi quem sofreu mais, por causa da sua maneira de ser. Enquanto eu tentava contornar as questões, ele chamava nomes aos pides, fascistas, colonialistas de merda e outras coisas mais.»*

Ainda segundo Eurico Monteiro, a maior violência tiveram-na durante a "estátua": *«Estivemos três dias e três noites em pé, num pequeno*

recinto, de cara virada para a parede, sem dormir. No final de três dias, tinha a cabeça inchada de tanto batê-la na parede. E uma coisa de que me recordo eram as badaladas do relógio da Câmara Municipal. Era uma coisa horrível contar o tempo...»

Findo esse período, os dois detidos foram informados que seriam transferidos para a cadeia civil, o que para eles era um alívio. *«Sentimos uma felicidade imensa, já que era a nossa única possibilidade de ir dormir, e não víamos a hora de isso acontecer. Quando chegámos não quisemos acreditar que tínhamos uma cama só para nós. Eu dormi mais de 30 horas seguidas. O Homero teve pior sorte, porque a Pide foi buscá-lo outra vez. Voltou dois dias depois num estado lastimável.»*

Passados 30 ou 45 dias, os dois presos foram enviados a Lisboa e mais tarde para Angola, na Foz do Cunene. Afastados do mundo, o dia-a-dia dos detidos era ocupado com trabalho forçado no corte e transporte de troncos de árvores. *«A alimentação era apenas fuba, carne ou peixe nunca vimos. Lá não havia nada e puseram-nos a construir a nossa própria cadeia. De um lado, tínhamos o Atlântico, do outro a Namíbia ou 500 quilómetros de areia escaldante até chegar a Moçâmedes. Qualquer tentativa de fuga seria fatal».*

A notícia do 25 de Abril é transmitida aos cabo-verdianos pelos dois angolanos — Hermínio Escórcio e Santana Valentim — que tinham um rádio transístor. *«Para nós era tudo muito confuso e, quando soubemos que era o Spínola o chefe do golpe, ficámos completamente baralhados»,* recorda Eurico Monteiro, de novo. Mas antes de serem libertados, ainda passaram por um susto. *«Fomos colocados em fila por militares e pensámos que iríamos ser fuzilados. Afinal, acabaram por nos comunicar que estávamos livres. Livres, mas cercados, porque nos aconselharam a não sair dali enquanto não houvesse uma forma de nos transportarem para Luanda».*

Dos cabo-verdianos, Homero Vieira Lopes prefere ficar em Angola. Filho de pai cabo-verdiano e mãe angolana, sendo ele próprio natural de Angola, alista-se nas Forças Armadas Populares de Libertação de Angola (Fapla) e morre em combate durante uma invasão sul-africana. José Filomeno Monteiro, que seria preso por duas vezes, com outros jovens, logo após a prisão de Homero e Eurico, considera-se o *«primeiro produto»* de Vieira Lopes, já que foi por ele mobilizado para a causa da independência. *«Era um indivíduo com uma personalidade muito forte. É depois de mim que ele chega até ao Dico e ao Amílcar Andrade, precisamente por meu intermédio.»* [21]

O regresso a Cabo Verde dos presos políticos em Angola constitui mais um motivo de regozijo popular. São recebidos como heróis pela população, tanto no Sal, como na Praia e no Mindelo. Eurico Monteiro conta que, mesmo chegado ao Sal, não se tinha dado conta de que as pessoas já se podiam manifestar abertamente a favor da independência.

Ele e os seus companheiros de cárcere chegam à Praia a 6 de Maio.

Em Luanda

Também em Luanda, um grupo de cabo-verdianos, pertencente à elite administrativa de Angola, reúne-se na sede da Liga dos Amigos de Cabo Verde, elabora e envia uma "mensagem-manifesto" à JSN, saudando-a e pedindo-lhe a extinção em Cabo Verde da Pide/DGS, Mocidade Portuguesa, **O Arquipélago** (*«autêntica nódoa na história do Jornalismo e da Cultura em Cabo Verde»*) e a dissolução da Assembleia Legislativa provincial. Reivindica-se também a criação da Universidade de Cabo Verde, *«de forma a funcionar já no próximo ano lectivo»*, para além da concretização do velho projecto de instalação de uma refinaria de petróleo, *«evitando-se por todos os meios que volte a suceder a vergonhosa sobreposição de interesses de companhias como a Shell e a Sacor que sabotaram a implantação da refinaria da Eagle Oil em 1962»*.

Em termos políticos, o manifesto pede que *«seja facilitada a divulgação do programa e das ideias dos cabo-verdianos rebeldes que dirigem ou lideram movimentos no exterior, nomeadamente o P.A.I.G.C., a fim de que o povo cabo-verdiano, convenientemente politizado, possa tomar uma atitude consciente perante tais movimentos, na linha de abertura do reconhecimento por parte da Junta de Salvação Nacional, de todas as correntes e partidos políticos»*.

Em representação da assembleia, assinam a "mensagem-manifesto", com data de 4 de Maio, Humberto Duarte Fonseca, Yolanda Morazzo, Edgar Gomes Santos, Alcides dos Santos Fialho, Alfredo Furtado de Azevedo, Manuel Duarte, Antero Barros, Filinto Elíseo de Menezes, Francisco Correia, Alfredo Costa e Sousa e Carlos Firmino Monteiro.[22]

Humberto Leite foi um dos presentes nessa assembleia. Natural de S. Vicente, tinha sido em Lisboa, com Antero Barros, Jorge Velosa, Leonildo Monteiro, Lucas da Cruz, Manuel Chantre e Manuel Rodrigues, um dos fundadores da Casa de Cabo Verde, cujas actividades culturais escondiam, segundo ele, pretensões políticas. *«A reunião do manifesto foi feita na Liga dos Amigos de Cabo Verde, em Luanda, na Avenida dos Combatentes, no auge da emoção»*, recorda.

Já tinha havido várias manifestações de rua e a capital angolana começava a aquecer. *«Foi inclusive o Antero Barros quem fez a proposta do manifesto»*, revela Leite. *«Ele e o Fernando Fortes eram os principais dirigentes do PAIGC em Luanda, o Corsino Fortes apareceu depois, com o 25 de Abril. Muita gente defendeu que o conteúdo da carta devia ser um apoio à independência, outros achavam que se devia ir mais além, isto é, um apoio ao PAIGC. Face a isso tudo, muita gente não assinou, inclusive eu, o documento. Mesmo assim, a carta foi feita e, depois de várias redacções, seguiu, mas não pacificamente.»*[23]

Outras duas questões que dividiam aquela assembleia eram a uni-

dade com a Guiné e o partido único, facto este subjacente no manifesto que se mostra aberto a todos os *«movimentos no exterior»*. Estas e outras divergências acabarão, segundo Leite, por originar o aparecimento de vários grupos políticos cabo-verdianos, dentre os quais a Casa Amílcar Cabral. *«O grupo de que eu fazia parte caiu em desgraça, apesar de, pessoalmente, continuar a ter relações com Silvino da Luz, que nunca deixou transparecer qualquer animosidade contra mim. Na verdade, naquela altura todos nós éramos a favor da independência. Simplesmente, não nos engajávamos no projecto da unidade com a Guiné, nem no monolitismo que já se desenhava»*.

Antero Barros: Nova York, Lisboa, Luanda...

Ainda a propósito da assembleia dos cabo-verdianos em Luanda, Antero Barros esclarece, em primeiro lugar, que não era militante e, muito menos, dirigente do PAIGC, ao contrário do que, na altura, pensava muita gente. *«Eu era simplesmente um simpatizante convicto. Militante era o Fernando Fortes... o Manecas Duarte também era simpatizante. Muita gente pensou que eu, o Fortes e o Manecas fôssemos os lídimos representantes do PAIGC em Angola. O Humberto tinha um grupo — ele, o Alcides Fialho... — que depois se juntou a nós também.»*[24]

De todo o modo, não deixa de ser curiosa a trajectória política de Antero Barros. Natural de S. Vicente, aluno inteligente e aplicado, filho do lendário nho Fula (negociante da baía, mergulhador e caçador de tubarões...), Barros abraça o professorado aos 21 anos, a convite do então reitor do Liceu Gil Eanes, Luís Terry. Como eventual, leccionou Matemática, Ciências Naturais, Ciências Geográficas e, ainda, Inglês, um verdadeiro tapa-buracos, segundo ele, dada a sua polivalência. Incentivado pelo amigo e compadre Baltasar Lopes da Silva, faz algumas economias e decide prosseguir os estudos universitários, o que acontece já homem casado e pai de filhos, debaixo de inúmeros sacrifícios.

Precoce, nos seus primeiros tempos de professor, Barros chegou praticamente a ter nas aulas de Geografia alunos da sua idade, de alguns dos quais não esquece os nomes: Manuel Rodrigues, Manuel Duarte, Alexandre Silva, Adalberto Pereira... *«Eram moços que já se interessavam por política. Fazíamos as aulas num clima de muito entendimento e em muitas dessas aulas chegámos a falar da independência de Cabo Verde, porque as aulas davam para tal. Isso, por volta de 1946. E a situação manteve-se até 1950, quando embarco para Portugal, a fim de ir fazer a minha formação universitária...»* Retorna a Cabo Verde, mais concretamente a S. Vicente, oito anos depois. *«Por indicação do dr. Baltasar Lopes, fui nomeado logo secretário do Liceu e, no ano seguinte, vice-reitor. Assumi depois a chefia do Liceu porque o dr. Baltasar pediu a resignação. Estava adoentado... Uma época muito difícil para ele. Fui nomeado reitor até 1962.»*

Como homem do pós-guerra, Antero Barros não escapa ao turbilhão político de então. Em Lisboa tivera contactos com gente de outras latitudes, nomeadamente na CEI, para além de portugueses de espírito liberal, como era o caso do professor António Cristovão Santos ou do cabo-verdiano Telmo Crato Monteiro, padrinho do primeiro casamento de Amílcar Cabral. *«Eu fazia as minhas aulas, mostrava que nós tínhamos condições para sermos independentes. Resultado disso ou não, muitos dos meus alunos apareceram depois no PAIGC.»*

O próprio período em que assume a reitoria é particularmente quente, com a Pide bastante activa no Mindelo, acabando Barros por sentir na pele os efeitos dessa acção. *«Quando não tinha interesse nenhum em sair do Mindelo, a Pide detectou o que se estava a passar, e recebi então uma nota confidencial do governador Silvino Silvério Marques para vir instalar os Serviços de Educação da Província na Praia. Mas eu não aceitei. Primeiro, porque não me convinha sair de S. Vicente, era a minha terra e tinha os meus filhos no Liceu; e, segundo, impedia-me de continuar o trabalho político que vinha fazendo nele. O governador mandou-me uma confidencial por intermédio do administrador Luís da Silva Rendall. Este foi à minha casa, leu o teor da confidencial e aconselhou-me a aceitar. Deu-me a entender, com muita diplomacia, que havia dedo político no meio. Aí tive de aceitar.»*

O velho professor acredita que o que levou efectivamente a Pide a desconfiar dele foi um incidente, um tanto prosaico, com a Mocidade Portuguesa, que tinha organizado pouco antes jornadas desportivas na Praia. Convidados a participar, os alunos do Liceu Gil Eanes, capitaneados por ele, negaram-se a vestir o uniforme daquela organização juvenil, preferindo antes o seu próprio traje — calções verdes e camisolas brancas. *«A coisa chegou a um ponto em que dissemos*: "Ou jogamos com o nosso equipamento, ou vamos embora". *Eles aceitaram, enquanto a equipa da Praia jogou com o equipamento da MP. Aí começou a perseguição da Pide contra mim. Soube mais tarde que fui colocado em Lisboa e, depois, em Luanda porque fazia guerra à MP. Como reitor nunca ia às suas cerimónias, mandava sempre alguém. Verdade seja dita que o Silvério Marques foi-me aguentando. Com Sacramento Monteiro, transferiram-me de Cabo Verde.»*

A substituição do cabo-verdiano Antero Barros pelo português Antero Simões, no Liceu Gil Eanes, agita os estudantes. Diz o primeiro: *«Quando vi que tinha que vir para a Praia, montar os Serviços de Educação, indiquei o nome do João Quirino para me substituir na reitoria do Liceu. Só que o Silvério Marques já tinha prometido o lugar ao Antero Simões. Os alunos sabiam que eu tinha indicado o Quirino e não gostaram que fosse o Simões a assumir o lugar. Lembro-me que foi em Outubro de 1962. Os alunos assaltaram o Liceu à noite e escreveram nos quadros* "Fora Semente de Manga!" e "Viva João Quirino!". *Na manhã seguinte, o Simões chega e dá com aquilo e fecha as portas do Liceu; os alunos, como não tiveram aulas, desfilaram pelas ruas da*

cidade, aos pulos. Eu estava em Nova York, o Norberto Gomes e o Moacyr Rodrigues escreveram-me a contar tudo o que se tinha passado. Quando regresso, em Dezembro, fui intimado a ir prestar declarações na Pide. Muitos alunos foram expulsos de todos os liceus portugueses. Fiz um parecer sobre o caso, o que levou o governador a rever essa decisão. Fui a S. Vicente levar a decisão. Prevendo novos aborrecimentos convoquei o Augusto Santos, o Antero Simões, a professora Artemisa Madeira, também portuguesa... Ela e o Simões barafustaram, dizendo as coisas mais incríveis sobre a governação de Cabo Verde. Imediatamente, instaurei-lhes um processo disciplinar. O Simões levou o seu à Pide e foi ela que o respondeu. O assunto foi levado ao Conselho de Disciplina, que confirmou a pena que eu propunha. O Sacramento Monteiro, que já tinha substituído o Silvério Marques, viu-se atrapalhado. Contactou o Ministério do Ultramar. A Artemisa foi transferida para Portugal e o Simões para Angola.»[25]

No dia em que deixou Mindelo, os estudantes em massa foram despedir-se de Antero Simões no cais, atirando-lhe sementes de manga. Por seu turno, transferido de Cabo Verde, Antero Barros vive entre 1965 e 1970 em Lisboa, longe da família e em situação de "emprateleirado" no Ministério do Ultramar, até ser de novo transferido para Luanda, por ordens do agora subsecretário de Estado do Ultramar, Sacramento Monteiro.

Em 1962, Antero Barros vira-se diante de um inesperado desafio: substituir Júlio Monteiro Jr. e integrar, com o seu conterrâneo Aguinaldo Veiga e o guineense James Pinto Bull, a delegação portuguesa à XXII sessão da Assembleia Geral da ONU, em Nova York. À semelhança do ano anterior, Portugal pretendia, através de uma delegação multirracial, demonstrar ao mundo que brancos e negros viviam em harmonia no seu seio, a ponto de membros da sua delegação serem africanos. Barros: *«Foi por altura da visita de Adriano Moreira a Cabo Verde. Ele foi visitar o Liceu e gostou da maneira como tínhamos aquilo e acabou por me convidar, não sei se por sugestão de Silvério Marques. Antes de aceitar, troquei impressões com muita gente. Aceitando, era uma forma de evitar suspeitas sobre mim. Mas sabia também que o Amílcar Cabral estaria lá — e era uma oportunidade de me encontrar com ele. Até essa altura penso que os portugueses não sabiam da minha amizade com Cabral. Eu fui e não me arrependi.»*

Em Nova York, Antero Barros pôde acompanhar, deslumbrado, os trabalhos das diversas comissões da ONU. Colocado na comissão para os assuntos da Educação e Cultura, foi-se apercebendo da ginástica da diplomacia lusa para convencer o mundo que no seu território não havia problemas de racismo e, muito menos, de descolonização. *«E vi também como é que os países africanos estavam a lutar para a sua consolidação e o que estavam a fazer para a libertação das colónias portuguesas.»* No meio disso, o papel dos dois cabo-verdianos e do guineense resumia-se

a votar, segundo as instruções prévias do embaixador Vasco Garin.

E tudo ia decorrendo normalmente, até que um incidente, protagonizado por Antero Barros, compromete a estratégia portuguesa: *«Um dia, numa votação, eu abstive-me, e aquilo surpreendeu todo o mundo. Os tipos aplaudiram-me. Fui cumprimentado nos corredores e eu sem entender. Ora, tinha morrido uma diplomata americana, que era uma acérrima atacante da política colonial portuguesa e a comissão decidiu fazer uma moção em sua memória. Eu não sabia e nem tinha tido tempo para contactar o Vasco Garin, de modo que achei preferível abster-me. Quando o Garin soube, foi aos arames. No dia seguinte mandaram para lá o Pinto Bull para me vigiar, mas ele não sabia inglês e falava mal o francês. Ele acabou por me dizer que só não me tinham devolvido para Lisboa porque seria mais grave, daria nas vistas. Nunca mais fui convidado.»*

Mas, conforme previra, Amílcar Cabral compareceu à Assembleia Geral, tendo, inclusive, discursado a 12 de Dezembro. *«No dia em que ele discursou, eu e o Aguinaldo fomos ouvi-lo. Aquilo marcou-nos. E passámos também a ter sempre alguém a acompanhar-nos.»* Apesar disso, foi possível organizar algumas escapadelas para os dois cabo-verdianos se encontrarem com o líder do PAIGC, pessoa que já conheciam de há muito. *«Jantámos várias vezes, para ser específico, quatro vezes, e em todas elas foi o Aguinaldo a pagar a conta»,* diz Antero Barros.

A propósito dos seus encontros com os três *«colaboracionistas»* (Cabral chegara a cruzar-se também com James Pinto Bull, num dos corredores da sede da ONU), o jornalista russo Oleg Ignatiev transcreve afirmações nada abonatórias do líder do PAIGC em relação aos mesmos, pessoas que ele considera *«uma cambada de oportunistas».*[25] Dos três, Pinto Bull é quem lhe merece o pior tratamento: Cabral atribui-lhe o epíteto de *«bandido»,* por ter revelado a Lisboa os planos do PAIGC em formar gente, através de bolsas de países amigos. *«E Bull, quando voltou a Portugal, a primeira coisa que fez na Assembleia* [Nacional, enquanto deputado pela Guiné], *foi propor que dessem bolsas aos guineenses, porque, segundo ele, Cabral ia formar mais quadros que Portugal».*

«Havia ainda os outros dois de Cabo Verde», prossegue Amílcar Cabral, *«que quiseram falar comigo à sucapa, Aguinaldo Veiga e Antero Barros, que procuraram provar-me que trabalhavam para o bem da pátria e fizeram grandes promessas de demonstrar o seu "patriotismo". Evidentemente, não cumpriram nada depois.»*

Antero Barros duvida que, em relação a ele, Amílcar Cabral tenha proferido tais palavras. *«A única coisa que pode ter acontecido é o jornalista ter deturpado as afirmações de Cabral. Ele seria incapaz de dizer mal de mim, do Aguinaldo ou do Júlio Monteiro. Nós dissemos a Cabral que nem todos podiam sair de Cabo Verde e ir para a luta. Nós que tínhamos família tínhamos de ficar, fazer o nosso trabalho aqui dentro, mas que, na primeira oportunidade,*

nos juntaríamos todos, porque a causa era de todos os cabo-verdianos. Ele compreendeu e essa posição era conhecida de todos eles que estavam em Conakry. Quando o meu filho [Baltasar] se encontrou comigo na Holanda, trouxe-me uma carta do Abílio (Cabral já tinha morrido) que era esclarecedora dessa questão. O meu filho foi para a luta, não porque eu o tenha mandado, mas sabia que eu ficaria satisfeito. Ele escreveu-me a dizer que o tratamento que o Cabral e a Ana Maria lhe dispensavam era um tratamento de amizade... Quando o Cabral morreu, eu caí três meses de cama. Para mim, foi pena ele não ter entrado pela porta grande. Muita coisa não teria acontecido a este país e ao seu próprio partido. Pessoalmente, volto a dizer: nunca fui militante do PAIGC, mas, sim, um militante da causa nacionalista. Poucos militantes do PAIGC terão defendido o partido como eu. Além disso, nós que ficámos, também lutámos. Chegámos a estar mais expostos do que aqueles que estavam em Conakry. O Osvaldo Lopes da Silva disse-me um dia: "A nossa luta em Conakry foi uma luta farta". *Algum deles sofreu o quanto eu sofri? Por causa das minhas posições, eu poderia ter-me reformado como inspector, quando apenas fui reformado como professor. Em 1965 pensei em fugir. Colocaram-me em Lisboa enganado. Andei atrás de passaportes para os meus familiares e não consegui.»*

Retornando à sua experiência nova-iorquina, Antero Barros revela que houve maior sintonia entre ele e Amílcar Cabral, do que entre este e os outros, e que foi o líder do PAIGC quem teve a iniciativa de os contactar: *«Ele me telefonou, em crioulo, para o primeiro encontro, porque não sabíamos o paradeiro dele. Tudo foi feito por intermédio de Eduíno Silva, um emigrante em Nova York, de quem me tornei compadre. Era ele o meu elo de ligação com Cabral, levava coisas minhas para o Cabral — discos, livros etc. Na verdade, durante a intervenção de Cabral, ele viu-nos, mas não se dirigiu a nós, porque sabia que estaríamos a ser vigiados. Feito o primeiro contacto, fomos jantar a um restaurante italiano. Ele contou-nos o pé em que a luta se encontrava, ofereceu a cada um de nós um exemplar dos estatutos do PAIGC e uma pequena estrela negra, que eu conservo até hoje, e nem sequer pediu que colaborássemos. Ele conhecia as minhas posições e ficou-me a impressão de que queria abrir-se mais comigo. Havia da parte dele qualquer coisa contra o Aguinaldo...»*

Segundo Barros, dos dois, Aguinaldo Veiga pareceu menos sensível aos argumentos de Amílcar Cabral, particularmente no que concerne à unidade Guiné-Cabo Verde. *«Nos nossos encontros, o Aguinaldo fazia sempre questão de trazer à baila a unidade e Cabral contornava, dizendo que era uma estratégia que tínhamos de aceitar, da mesma forma que era uma estratégia colocar certos indivíduos em determinados cargos, mesmo sem competência. Ele dizia-me que, às vezes, era preciso ter enfermeiros como médicos, porque não temos médicos, mas no dia em que os tivermos os enfermeiros reverterão à sua situação de enfermeiros.»*

O certo é que, no primeiro encontro, depois do jantar, Amílcar

Cabral faz questão que Aguinaldo Veiga entre num táxi, enquanto ele e Antero Barros continuam a caminhar e a conversar calmamente ao longo de umas das avenidas de Nova York. *«Ele queria que eu fosse integrar o partido imediatamente. Disse-me que precisava de um quadro da Educação. Mostrei-lhe a impossibilidade — eu tinha mulher, quatro filhos, a mais velha tinha nove anos... Ele compreendeu. Combinámos um código para quando ele precisasse de me contactar. O meu nome seria João Pedro. O emissário diria:* "As mornas da Brava são as mais bonitas". *E eu responderia:* "Mas eu gosto mais das da Boa Vista". *Só uma vez recebi mensagem dele. Estava em Lisboa, na Feira Popular, e de repente oiço a alguém gritar João Pedro! Viro-me e era o Lineu Miranda, um desorientado, que se dirige a mim, de braços abertos, a dizer em voz alta:* "Trago-te um grande abraço dele. Tenho umas galinhas a engordar em Santo Antão e estamos quase a entrar!" *Para minha sorte, ninguém entendeu nada.»*

Para Antero Barros, a independência em si era uma ideia que já fazia parte dele e dos seus companheiros. *«O próprio Pinto Bull, pessoa em quem eu não tinha muita confiança, sentíamos que ele era a favor da independência, só que era uma pessoa que se acomodava. Um dia o Cabral disse-nos que o ia raptar e levá-lo para a luta. Eu e o Aguinaldo é que ficámos a tirar-lhe essa ideia da cabeça.»*

Com o 25 de Abril, as relações de Antero Barros com o PAIGC em Luanda prosseguiriam, ainda, por algum tempo... Figura conhecida da comunidade cabo-verdiana, coube-lhe, com um outro cidadão guineense, a honra de representar os seus patrícios na cerimónia da independência *de jure* da Guiné-Bissau, feita em Madina do Boé, a 10 de Setembro de 1974. No entanto, apesar de ter chegado a Bissau, a viagem à Madina do Boé não se concretiza devido ao *«atraso na chegada ou falta de logística para ir até lá...»*.[26] Segundo Corsino Fortes, alguma coisa de grave ter-se-á passado na viagem, uma vez que, no regresso a Luanda do velho conterrâneo, os responsáveis pelo Comité de Acção do PAIGC nunca mais o viram nos encontros do partido.

Na linha do Equador

Corsino Fortes, outra destacada figura da comunidade cabo-verdiana em Angola, toma conhecimento do 25 de Abril a bordo do paquete *Infante D. Henrique*, que o transportava de Lisboa para Luanda, precisamente no momento em que o navio atravessava a linha do Equador. *«Havia a bordo um indivíduo da Pide, muito arrogante, e quando nos é dada a notícia ele desaparece»*, começa por recordar. *«Tivemos receio de que fosse um golpe da direita e, com o desaparecimento do fulano da Pide, a malta descansou.»*[27]

Um outro pormenor de que Fortes não se esquece relaciona-se

com o seu livro **Pão & fonema**: *«Comecei a escrevê-lo em Lisboa nos tempos de estudante e terminei-o em Luanda. Antes do meu regresso a Luanda, tinha estado em Lisboa de férias graciosas e decidi publicá-lo nessa altura... Sim, mesmo com as alusões a Amílcar Cabral e ao PAIGC. Eu sentia que ia haver qualquer coisa, havia a tensão pré-25 de Abril no ar... Primeiro, contactei o Amaro da Luz que não tinha dinheiro. Arranjei o dinheiro e encarreguei a Maria Margarida Mascarenhas da publicação numa editora na Amadora, ligada ao pessoal da esquerda; inclusive essa editora chegou a ser assaltada pela Pide. A primeira edição custou 18 contos daquela época. Já a bordo do* Infante D. Henrique, *eu disse ao Mesquitela Lima que tinha deixado o livro para ser publicado. Ele conhecia-o também e até chegou a pensar em escrever um estudo como prefácio, o que veio a fazer depois, na segunda edição.»*

Juiz do Trabalho em Luanda, Fortes começou a carreira de magistrado em 1966, depois de um estágio em Portugal. Antes de Angola, tentara, sem sucesso, ser colocado em Cabo Verde e nos Açores, tendo para isso participado em vários concursos públicos de preenchimento de vagas. Apenas consegue ser nomeado delegado do procurador da República em Benguela, até que, em 1970, obtém a vaga para juiz do Trabalho em Luanda. E aqui integra um grupo de cabo-verdianos e angolanos, liderados por Fernando Fortes, do qual faziam parte Francisco Correia — *«elemento fundamental»*, no dizer de Corsino — , Manecas Duarte, entre outros. *«Com o 25 de Abril»*, acrescenta, *«o Fernando Fortes regressa, entretanto, a Bissau, onde o aguardava um lugar no governo, embora tenha regressado de novo a Luanda, agora em visita de trabalho, para, entre outras coisas, oficializar o nosso comité. Vamos para eleições e venço o Francisco Correia por um voto, e fico o responsável do PAIGC em Angola. E é também nessa altura que* **Pão & Fonema** *vem a ser publicado.»*

Casa Amílcar Cabral

O alinhamento político dos integrantes da comunidade cabo-verdiana em Angola, através do surgimento de organizações, por vezes rivais entre si, associado a fenómenos como intrigas e oportunismos, são aspectos que marcam a vida dos naturais de Cabo Verde em Luanda por altura do 25 de Abril. Um exemplo disso é o surgimento do Comité de Acção do PAIGC, claramente alinhado com a direcção desse partido na Guiné, e de uma Casa Amílcar Cabral (CAC), constituída por indivíduos cujos propósitos políticos são pouco claros para o primeiro, confundindo-se, ainda por cima, com os Comités Amílcar Cabral, organização de extrema esquerda angolana, "apoiante-crítica" de Agostinho Neto na luta contra as facções internas do MPLA, bem como contra a FNLA e a Unita.

João José Marques, vulgo John Marques, natural de S. Vicente, engenheiro técnico agrário, formado em Coimbra em 1969, radicado em

Angola desde essa altura, assume-se como um dos promotores da CAC, organização que se pretendia apartidária, não sujeita, por isso, às instruções do PAIGC. Diz ele: *«Do grupo faziam parte Pedro Rodrigues, que tinha feito a tropa na Guiné, Armando Monteiro, os irmãos Mário (Maiúca) e Tonecas Marta, Baptista Dias, Armando Lima Jr. (Manduca), Gabriel Carvalho, Noel Medina etc. O grupo surgiu informalmente, ainda antes do 25 de Abril, mas com quotas. Com o 25 de Abril, passámos a ter existência jurídica, com o nome de Casa Amílcar Cabral. Éramos entusiastas, sem contacto formal com o PAIGC. Eu tinha uma quinta onde nos reuníamos aos fins de semana e, com o 25 de Abril, surgíamos em contraponto ao grupo da alta burguesia, que não queria saber da independência de Cabo Verde. O Betinho, por exemplo, não queria a unidade com a Guiné-Bissau. Segundo ele, não nos podíamos juntar aos "pretinhos" da Guiné.»* [28]

Marques é também caústico em relação a Corsino Fortes, Manuel Duarte e Fernando Fortes, a quem acusa de terem golpeado Francisco Correia no comando do PAIGC em Angola. *«O Chico era o melhor deles, tinha um grande* background *político, coisa que nem o Corsino nem o Fernando tinham; o Manecas, já em S. Vicente, era um indivíduo formalista e aristocrático. O Fernando aproveita-se da posição que lhe dão no PAIGC para impôr o Corsino no Comité do partido em Angola. O Fernando, entre nós, falava como líder, como patrão, apesar de o 25 de Abril o ter encontrado meio afastado da política, depois uma operação de "resgate" da sua pessoa dirigida por Avelino Barreto, espécie de patriarca dos cabo-verdianos em Angola, facto essse que nos confundiu a todos na altura.»*

«A escolha do Corsino para dirigir o Comité foi tudo menos democrática», insiste John Marques. *«Houve uma espécie de eleição em duas voltas e, no final, o Fernando alterou o resultado a favor do Corsino contra o Chico. O Chico era uma presença incómoda para eles. Eu acho que devia haver alguma animosidade entre o Chico e o Fernando. O Chico fez-nos falta porque nos dávamos bem com ele. Com ele e com o Telmo Sousa, um indivíduo da Guiné, que estava sempre a pôr água na fervura nas nossas discussões, mas depois acabou por alinhar, também, com o Fernando.»*

Após várias peripécias e celeumas, e quando Fernando Fortes já se encontrava na Guiné, chegam a Luanda instruções da direcção do PAIGC a ditar o fim da CAC. *«Houve uma reunião, presidida por Manecas Duarte, durante a qual foi lido um telegrama enviado por Fernando Fortes, de Bissau, para acabar com a CAC, numa altura em que também estava em Bissau o Corsino, que tinha ido lá montar o Ministério da Justiça. O Manecas não conseguiu dominar o encontro. O causador da maior confusão foi o Guilherme Teixeira, um enfermeiro, que esteve a trabalhar connosco na assistência à nossa comunidade. Depois, como a época era de revolução, eu e o Pedro Rodrigues decidimos pôr um ponto final à CAC, cuja sede ficava na Vila Alice, perto do cinema Império».*[29]

«O mais ridículo nisto tudo», conclui Marques, *«é que nunca tivemos nada contra o PAIGC. Havia apenas o Corsino, que gozava da protecção de certos elementos do partido e do regime. Por exemplo, o Silvino da Luz era um dos que lhes dava cobertura, ao ponto de mandar dizer-me que, enquanto ele fosse ministro da Defesa, eu não poderia entrar em Cabo Verde, coisa que só faço em 1983. Tirando isso, eu tinha boas relações com a embaixada, era amigo do Olívio Pires, do Honório Chantre, do Abílio Duarte, do Osvaldo Lopes da Silva etc. Entre nós não havia lugar para zangas.»*

Contactado, a propósito, Francisco Correia minimiza as eventuais diferenças que possa ter tido com Fernando Fortes. *«Éramos muito amigos, ele está morto e não vale a pena estar a levantar ondas»*, começa por dizer. *«Até ao 25 de Abril, o Fernando esteve sob residência vigiada, tinha que se apresentar todos os meses à Pide, de modo que ele tinha que ter os seus cuidados. Outro que também tinha cuidados era o Manecas Duarte. Era uma pessoa reservada no dia a dia, apenas se abria com quem conhecia. Mas trabalhando ele com a dra. Maria Medina, já era um sinal claro de confiança política.»*

«Em Luanda», prossegue Correia, *«nós tínhamos um comité do PAIGC, o Corsino Fortes nem sequer estava muito a par, porque viveu, primeiro, em Benguela e só depois é que se instala em Luanda. O Fernando mandou uma proposta à direcção do partido, no fim, houve uma decisão em que o Corsino ficou em primeiro lugar e eu em segundo. Eu não me considero golpeado por ninguém. A animosidade do Fernando em relação a mim ficou a dever-se a intrigas, e estou convencido que o Corsino nada teve a ver com elas. Ainda hoje eu e o Corsino somos muito amigos, não temos absolutamente nada um contra o outro».*[30]

Apesar de preterido na liderança do PAIGC em Angola, Correia diz que se manteve ligado ao partido, de que se considera membro desde 1963, através de uma militância iniciada em Lisboa com Jorge Querido e Amaro da Luz. *«E tanto foi assim que, mesmo depois da escolha do Corsino para liderar o comité, quando havia problemas no terreno, eu era chamado para ajudar a resolver. Tinha um amigo — major José Santos, dos paraquedistas — que me ajudava bastante; éramos amigos desde a adolescência em S. Vicente. Foi ele também, aliás, que me pôs em contacto com Jaime Neves, um militar português, que nos ajudou a deslocar um comandante da FNLA de Luanda por ter morto um cabo-verdiano».*

Francisco Correia olha para os acontecimentos de 1974 com humor. *«Foi uma altura de muita confusão... Do John Marques, de quem também era muito amigo, lembro-me dele a tentar organizar uma coisa que se chamava Ucra, União dos Cabo-Verdianos Radicados em Angola. Numa reunião, eu chamei-lhe a atenção:* "Mas, oh, John, nós somos do PAIGC e vocês não podem agora estar a querer criar uma organização só de cabo-verdianos, porque há gente aqui entre nós que é da Guiné. Ucra, mas o que é isso?..." *O John Wahnon Morais, que estava presente e tem um grande sentido de humor, responde-nos:* "Isso é uma marca de cerveja!" *Foi a gargalhada.»*

O assalto à Casa de Cabo Verde

Em Lisboa, António Caldeira Marques, Manuel Chantre, José Pedro de Morais, Francisco Spencer, Teodósio de Figueiredo e Maria de Jesus Carvalho aparecem à frente do Grupo de Acção Democrática de Cabo Verde (GADC), que depois se vai transformar em Grupo de Acção Democrática de Cabo Verde e da Guiné (GADCG), neste caso, sem a participação de Chantre, por discordar deste rumo imposto, segundo ele, pelos elementos afectos ao PAIGC. Conta ele que o GADC tinha sido criado a pensar no debate sobre o futuro de Cabo Verde no contexto de abertura democrática criado pelo 25 de Abril; em termos concretos, a questão da unidade preocupava certos sectores cabo-verdianos em Portugal, mas o PAIGC, devido ao prestígio e à dinâmica obtida na Guiné, acabou por ultrapassar os seus adversários. *«Graças a isso, por exemplo, conseguiu acrescentar o "G" à organização numa célebre e memorável noite, em que estive quase sozinho a bater-me contra isso, mas acabei derrotado. Isso levou até à transformação da Casa de Cabo Verde na Associação de Cabo-Verdianos e Guineenses. Foi aprovada a mudança de estatutos e eu fui-me embora.»*[31]

O GADCG aparece, também, para tomar conta da Casa de Cabo Verde, criada há mais de 10 anos. Ela, recorde-se, fora criada tendo como capa a promoção de actividades culturais e recreativas, mas que, no fundo, escondiam pretensões políticas do grupo, tanto mais que Manuel Rodrigues já tinha liderado as acções clandestinas do PAIGC em Cabo Verde. Como estratagema, o grupo utilizou Lucas da Cruz, homem bem relacionado com o ministro Silva Cunha, para afastar certas desconfianças e obter o dinheiro para as despesas, nomeadamente com o pagamento do aluguer da sede ou, até, com a confecção de um boletim — **Presença Crioula**, que, já depois do 25 de Abril, mudou o nome para **Presença Cabo-Verdiana** — que era distribuído gratuitamente. Por coincidência, as primeiras instalações da CCV, na rua de Santa Marta, estavam localizadas nas cercanias da sede da Pide.

A CCV era, na verdade, a concretização de uma ideia defendida por certos sectores da elite cabo-verdiana desde os anos 40, ainda no âmbito da CEI, que era organizada em várias "secções" ou "casas". O primeiro a ver a CCV com maus olhos é o comité do PAIGC em Lisboa, na altura liderado por Amaro da Luz. *«O pessoal do Amaro e outros»,* afirma Antero Barros, *«pensou que nos estávamos a bandear para o lado dos portugueses. Pusemos o Lucas da Cruz — ele sim, era salazarista — à frente para não termos chatices. A CCV acabou por fazer um trabalho extraordinário naquela altura. Não me arrependo de ter participado nisso.»*

Menos compreensivo em relação às desconfianças dos seus antigos companheiros do PAIGC, Manuel Rodrigues dispara: *«A quem é que*

eles queriam que fossemos pedir apoio — à IV Internacional? Os trotskistas não passavam de uma miudagem chata. Fizemos a CCV para apoiar os emigrantes, que até então só serviam para ser explorados para copos e paródias, e nos acusaram de nos estarmos a vender ao governo. A gente não podia falar com quem quer que fosse, que eles, os trotskistas, imediatamente começavam a pensar coisas.»

O 25 de Abril haveria de dar um outro rumo à CCV, quanto mais não fosse pelas instalações que possuía. Na assembleia que fundou o GADC, a 12 de Maio, e na qual participam, segundo a **Presença Cabo-Verdiana**, uma centena de cabo-verdianos, estes manifestam aos *«heróicos militantes»* do PAIGC, Frelimo e MPLA *«a sua total solidariedade»*, para além de outras posições políticas em voga na época.[32] Os universitários cabo-verdianos em Lisboa destacar-se-iam ainda por causa de várias outras acções, entre elas a tomada da Procuradoria dos Estudantes Ultramarinos, sucessora da antiga CEI, e transformada com a mudança política em Portugal, na Casa dos Estudantes das Colónias (CEC). *«Tomámos de assalto a Casa de Cabo Verde, dias depois da tomada da Procuradoria dos Estudantes Ultramarinos»*, relata Luís Leite, estudante de Medicina na altura.[33]

Guiné: testar os portugueses

Na Guiné, uma vez confirmada a notícia do golpe em Portugal, quer os combatentes do PAIGC, quer as tropas portuguesas não viam a hora de regressar a casa, registando-se nos dias seguintes momentos de confraternização entre os dois lados. Aristides Pereira conta que, logo que regressou de Moscovo, reuniu-se com Luís Cabral e demais companheiros *«para entender, analisar e conhecer a natureza desse movimento que tinha tomado o poder em Portugal»*. Em seguida, foi convocada uma reunião do CEL do PAIGC, que levou vários dias. *«Discutimos bastante até encontrar a fórmula adequada para aprovar um documento que mostrasse qual era a nossa reacção a essa mudança em Portugal e qual a nossa disponibilidade para conversações»*.

Um dos participantes dessa reunião, Pedro Pires, lembra que havia do lado do PAIGC muitas reservas em relação à nova situação criada em Portugal. Metódico, alinhou no seu bloco de notas um conjunto de ideias que apresentou aos seus colegas. *«A questão que se punha era: primeiro, sabíamos que seria necessário negociar; segundo, negociar para não perder; terceiro, ter a certeza que havia boa-fé da parte dos portugueses. Como testar essa boa-fé e como criar, com as negociações, uma situação que não permitisse um recuo que nos prejudicasse militarmente? Debatemos bastante e surgiu uma proposta minha que era mais ou menos a seguinte: vamos dizer aos portugueses que aceitamos negociar, mas, para isso, eles têm de concentrar as*

suas tropas nos Comandos Operacionais. Caso fizessem isso, significaria que havia disposição para negociar e havia boa-fé».

O documento, consagrando tais condições e preocupações, é divulgado a 6 de Maio, abrindo assim caminho a uma resolução negocial do reconhecimento da independência da República da Guiné-Bissau e ao *«direito do nosso povo de Cabo Verde à autodeterminação e à independência»*. Um segundo ponto exigia o mesmo *«reconhecimento»* para os *«povos das outras colónias portuguesas»*.[34]

De acordo com Aristides Pereira, o PAIGC jamais excluiu a possibilidade de entendimento com Portugal, qualquer que fosse o governo. E, nesta linha, numa reportagem acerca das conversações de Londres, publicada na **Afrique-Asie**, Aquino de Bragança cita esta afirmação de Amílcar Cabral: *«Nós estamos prontos a discutir com o diabo, mesmo que esse diabo se chame Caetano. A única condição é que sejam reconhecidos os direitos legítimos dos povos da Guiné e Cabo Verde»*.[35]

A reacção de Lisboa à declaração do PAIGC não tarda. Ela chegaria através do presidente Léopold Senghor, que tinha contactos com o novo ministro dos Negócios Estrangeiros, Mário Soares, através da Internacional Socialista. Tem lugar, logo a seguir à posse do novo governo em Lisboa, o encontro entre Pereira e Soares, que se realiza na residência do então primeiro-ministro Abdou Diouf, em Dakar, uma vez que Senghor se encontrava de visita oficial à China. *«O encontro»*, conta Aristides Pereira, *«teve como finalidade principal estabelecer o princípio das negociações, quando e onde. Assentámos a data e o local, que seria em Londres, por causa do seu impacto. Após isso, regressei a Conakry para informar os outros companheiros do que se tinha passado e prepararmo-nos para as conversações que deveriam ter lugar 15 dias depois»*.

Os ciúmes de Sékou Touré

A transferência do teatro das atenções para fora de Conakry é algo que não agrada a Sékou Touré, que vê escapar, em favor do seu velho rival Senghor, a oportunidade de dar azo à sua fama de líder em questões afectas à independência da África perante o Ocidente. De novo Aristides Pereira: *«Após o meu encontro com Mário Soares, regressei a Conakry para informar os outros companheiros do que se tinha passado. Depois disso, foi nossa opinião que devíamos dar uma satisfação ao país que mais nos apoiou durante a luta de libertação, dizer ao seu chefe as decisões que tínhamos tomado. Era, no fundo, uma atitude de respeito e de consideração por aqueles que nos estavam a acolher na sua terra. Pedi audiência ao presidente Sékou Touré, que foi logo aceite, e nela expliquei-lhe o que se tinha passado e a nossa disposição em participar nas conversações, que sempre desejáramos.»*[36]

Sékou Touré escutou impassível o que lhe tinham a comunicar.

«Depois vamos ver isso», acabou por dizer. O então líder do PAIGC crê que o encontro foi numa sexta-feira. *«E qual não foi o nosso espanto, no domingo, à hora do almoço — estávamos como sempre com o rádio ligado e ouvimos uma música que se difundia normalmente — quando o chefe de Estado tinha uma comunicação muito importante a fazer à nação.* "O que se passa?" — *começámos a perguntar e a ficar todos atentos.»*

Era Sékou Touré a expressar o seu desacordo pelo facto de o PAIGC ter aceite entabular conversações com os *«colonialistas portugueses»*, gente com quem, no seu entender, não se devia negociar, mas sim atirar ao mar. *«Dizia ele que íamos negociar com os assassinos de Amílcar Cabral; e, de mais a mais, estávamos agindo de maneira unilateral, sem nos concertarmos com os outros movimentos das colónias portuguesas. O que ele não sabia é que já nos tínhamos concertado um pouco uns com os outros. No fundo, sem dizer a palavra exactamente, ele nos tratava como traidores de África, que o que nós devíamos fazer era uma reunião da CONCP, ouvir todos os movimentos, depois estabelecer um programa ou uma estratégia que seria submetida à OUA e, depois de aprovada, avançar com aquilo que fosse decidido com o novo governo português»*.

«Sékou Touré chegou a sugerir aos combatentes do PAIGC que se levantassem contra a direção do partido», recorda também Luís Cabral.

A partir do pronunciamento do chefe de Estado guineense, Aristides Pereira e os seus pares ficam à espera do pior. *«Houve entre nós quem supôs que, possivelmente, seríamos expulsos de Conakry»*, recorda o primeiro. *«Mas o certo é que as coisas continuaram, procurámos ter a maior calma e não fizemos nenhum comentário. Um belo dia, antes da partida da delegação que iria a Londres, recebemos uma comunicação do Bureau Político do PDG para uma reunião. Nessa altura, parece-me que os únicos membros do nosso BP que estavam em Conakry eram eu e o Luís Cabral; havia também um outro elemento mas que não tinha responsabilidades a esse nível. Lá fomos e, logo que entrámos, demos com o BP do PDG à nossa espera. Eram umas 30 pessoas à espera de três mosquinhas»*.

Mais uma vez é Sékou Touré a dar as cartas. Faz um novo discurso, em que volta a repetir o que havia dito anteriormente, no que é seguido por alguns dos seus pares. Homem de poucas palavras, Aristides Pereira deixa a Luís Cabral a tarefa de explicar, novamente, aos guineenses o que está em jogo. *«Ele exprimiu-se com bastante vigor e disse exactamente as coisas que nós desejávamos. É claro que Sékou Touré não gostou. Depois dessa intervenção, todo o mundo ficou a olhar uns para os outros. O Sékou Touré levantou-se, foi para a porta do seu gabinete e ficou de pé. Nós também nos levantámos e, quando chegámos à porta, estendeu-me a mão e despediu-se com um seco*: "Bonne chance!"»

Após o início das conversações em Londres, o líder do PAIGC entende manter o chefe de Estado guineense informado de como as coisas

estavam a decorrer. Fazia isso através da súmula que recebia diariamente dos seus negociadores na capital inglesa. *«Eu pedia-lhe uma audiência e fazia-lhe o ponto da situação».* Só no fim, já em Argel, quando era visível que o PAIGC tinha conseguido levar a água ao seu moinho, é que Sékou Touré se descose com este comentário, feito em privado, a Aristides Pereira: *«Vocês fizeram uma política inteligente».*

As colónias e o futuro

Em Portugal, apenas a 15 de Maio, durante a investidura de António de Spínola como presidente da República, as novas autoridades clarificam o seu projecto em relação ao futuro das colónias. No seu discurso de posse, o novo chefe de Estado faz saber que *«o destino do Ultramar português terá de ser democraticamente decidido por todos aqueles que àquela terra chamam sua. Haverá que deixar-lhes inteira liberdade de decisão; e em África, como aqui, evitaremos por todas as formas que a força de minorias, sejam elas quais forem, possa afectar o livre desenvolvimento do processo democrático em curso».*[37]

Uma semana depois, ao chegar a Lourenço Marques (hoje Maputo), o ministro da Coordenação Interterritorial, António de Almeida Santos, esclarece igualmente que o seu governo irá, no prazo de um ano, com base no princípio "um homem, um voto", realizar nas cinco "províncias ultramarinas" um referendo às populações: *«Se optarem pela independência, então tem de ser aceite a independência».*[38]

S. Vicente, Maio de 1974

Naturalmente que este ritmo não agrada às organizações nacionalistas africanas, que há mais de 10 anos se batem no terreno pela independência dos respectivos países. Reagindo à pretensão portuguesa, Samora Machel afirma que *«não se pergunta a um escravo se quer ser livre, principalmente quando o escravo já se revoltou»*. Para a Frelimo — o primeiro movimento a reagir, a 27 de Abril, ao golpe dos capitães — *«não há colonialismo democrático»* e dá a entender, com acções no terreno, que não pretendia ajudar Lisboa a ganhar tempo.

Outro exemplo é o PAIGC na Guiné. Em entrevista à revista jugoslava **Politika**, cujo teor foi divulgado em Portugal, em meados de Maio, o presidente Luís Cabral declara que, da parte do PAIGC, *«tudo está pronto para receber a liberdade e iniciar a luta pela reconstrução»*.[38] Importa salientar que, por essa mesma ocasião, Cabral recebera as cartas credenciais dos primeiros embaixadores creditados em Madina do Boé, na altura, capital da República da Guiné-Bissau. Reconhecida por cerca de 85 países, a creditação dos embaixadores da Argélia, Guiné (Conakry), Jugoslávia, Roménia e União Soviética é algo que as novas autoridades portuguesas dificilmente poderiam ignorar. Por mais simbólico que esse acto pudesse ser.

Notas

[1] Valentina Marcelino, "Um best-seller", **Expresso-Revista**, Lisboa, 18-02-94.
[2] António de Spínola, **Portugal e o futuro**, p. 14., Arcádia, Lisboa, Fevereiro de 1974.
[3] Id., ibid., p.150.
[4] João Paulo Guerra, op. cit., pp. 318 e 328.
[5] **Diário de Notícias**, Lisboa, 29-03-74.
[6] Samuel P. Huntington, **A terceira onda**, p. 14, Editora Ática, S. Paulo, 1994.
[7] "Programa do MFA", **Diário Popular**, Lisboa, 12-07-74.
[8] **Afrique-Asie**, Paris, 01-04-74.
[9] Entrevista: Luís Cabral, Praia, 06-07-95.
[10] O presente capítulo foi extraído, com adaptações, do suplemento "Especial 25 de Abril", publicado por mim em **A Semana**, Praia, 25-04-94. OBS: Marcelino Correia, combatente guineense há muito residente em Cabo Verde, contesta que Aristides Pereira estivesse na URSS a 25 de Abril de 1974. *«Ele e Luís Cabral estavam em Boké; 15 dias antes, ele pediu-me que acompanhasse o evoluir da situação em Portugal, através dos noticiários das principais rádios internacionais. Pareceu-me que ele estava à espera de qualquer coisa que não disse»*. Esclarecimento: Praia, 14-08-98.
[11] A FPL, segundo José Leitão da Graça, fora criada na Bélgica, com a ajuda de Lucílio Braga Tavares, para actuar junto dos emigrantes cabo-verdianos no Benelux. Era, no fundo, segundo ele, uma forma de fugir à conotacão comunista ou maoista da UPICV.
[12] Entrevista: Olívio Pires, Mindelo, 23-04-95.
[13] Cópia dactilografada da carta enviada por José Leitão da Graça ao secretário-geral da ONU, Estocolmo, 13-11-73. Arquivo do Instituto Diplomático, Lisboa.
[14] Entrevista: José Leitão da Graça, Praia, 11-05-95.

[15] José Vicente Lopes, "Especial 25 de Abril", **A Semana**, Praia, 25-04-94.
[16] Entrevista: Alfredo Veiga, Praia,13-04-95. N.A.: Segundo se depreende dos diversos textos trocados entre os dois polemistas, tudo não terá passado de um mal-entendido, envolvendo as normas em vigor na Diocese de Cabo Verde. Participa também na polémica, ao lado de Nogueira, Constantina Fançoni, irmã de Aristides Pereira.
[17] "Plataforma para uma Frente Ampla Nacional e Anti-Colonial". Arquivo Adriano Brito. O documento de duas páginas A4 contém um capítulo denominado "Princípios que devem nortear as intervenções públicas dos aderentes à Frente...", nomeadamente, no que concerne às seguintes questões: agrária, classe trabalhadora, cultural, religiosa e estudantil. E termina chamando a atenção dos aderentes para evitarem nas suas intervenções *«ataques pessoais, incitação à violência, alusão à raça, credos ou outras formas de discriminação, fraseologia revolucionária desnecessária ou contraproducente».*
[18] Tradução aproximada: "Rapazes, o senhor Balta é o nosso mestre". Para além da reverência, há na expressão um reconhecimento público pela pessoa em causa.
[19] In João Nobre de Oliveira, **A imprensa cabo-verdiana**, p. 572.
[20] Tradução: "Ratão já virou ratinho, ratinho já virou ratão".
[21] Entrevista: José Filomeno Monteiro, Hong Kong, 09-02-96.
[22] **Presença Cabo-Verdiana**, n.º 17, Lisboa, Maio de 1974.
[23] Entrevista: Humberto Leite, Oeiras, 03-04-95.
[24] Entrevista: Antero Barros, Praia, 12-06-95.
[25] Entrevista: Antero Barros, Praia, 25-08-95.
[26] Antero Barros, "Carta aberta ao Waldemar Lopes da Silva", **A Semana**, Praia, 17-03-97.
[27] O. Ignatiev, **Amílcar Cabral**, pp. 180 e 181, Edições Progresso, Moscovo, 1984.
[28] Entrevista: João José Marques, Praia, 15-05-98.
[29] O telegrama a que se refere John Marques é emitido a 29 de Dezembro de 1974. É assinado por Fernando Fortes, subcomissário de Estado, e diz: *«agradeço dar conhecimento comissao cada (sic) amilcar cabral deve suspender toda actividade estatutaria casa ate chegada principios janeiro luanda camarada responsavel corsino fortes abraços saudaçoes...»* Arquivo privado.
[30] Entrevista: Francisco Correia, Praia, 16-10-2000.
[31] José Vicente Lopes, "Devemos procurar o que nos une", entrevista de Manuel Chantre. **A Semana**, Praia, 05-05-93.
[32] "G.A.D.C.G.", **Presença Cabo-Verdiana**, n.º 17, Lisboa, Maio de 1975.
[33] Entrevista: Luís Leite, Praia, 12-08-95.
[34] PAIGC, Declaração do CEL, Boé, 06-04-74.
[35] Aquino de Bragança, "La Guinée-Bissau: La vérité sur les negociations", **Afrique-Asie**, Paris, 10-06-74.
[36] O presente capítulo foi elaborado a partir da entrevista que Aristides Pereira me concedeu e foi publicada em "Especial 25 de Abril", **A Semana**, Praia, 25-05-94.
[37] António de Spínola, **Ao serviço de Portugal**, p. 36.
[38] **Diário Popular**, Lisboa, 21-05-74.
[39] Id., 16-05-74.

25

DAR AS CARTAS EM LONDRES

Conforme o combinado em Dakar por Aristides Pereira e Mário Soares, os representantes do novo governo de Lisboa e do PAIGC voltam a encontrar-se um mês depois do derrube do regime salazarista, desta feita, em Londres. Como ministro dos Negócios Estrangeiros, Soares chefia a delegação portuguesa, enquanto a do PAIGC tem à frente, para surpresa dos jornalistas, o comandante Pedro Pires, comissário-adjunto das Forças Armadas da autoproclamada República da Guiné-Bissau, cargo equivalente a secretário de Estado.

A delegação do PAIGC é ainda constituída pelos comandantes Umarú Djaló, Lúcio Soares e Bobo Keita, pelo comissário para a Secretaria Geral do Estado, José Araújo, e pelo representantes daquele partido na Escandinávia, Gil Fernandes, e na ONU, Júlio Semedo. E a portuguesa, além de Soares, é integrada por Jorge Campinos (professor universitário de origem angolana, ex-militante do MPLA e recém-nomeado embaixador itinerante), o tenente-coronel Almeida Bruno e o major Manuel Monge, dois notórios "rapazes de Spínola", a quem cabia a tarefa de vigiar a parte política das conversações, zelando para que as orientações do chefe de Estado fossem rigorosamente cumpridas, cabendo-lhes, em suma, *«defender a honra de Spínola na Guiné»*, segundo Pedro Pires.[1] Dois dias depois, chega também o ministro da Coordenação Interritorial, António de Almeida Santos, advogado antifascista, com larga experiência em Moçambique. Dos portugueses, apenas os militares estavam directamente ligados à guerra colonial; e tanto Campinos como Almeida Santos eram, à semelhança de Soares, destacados dirigentes do Partido Socialista, fundado há um ano, na Alemanha Federal.

Os negociadores do PAIGC hospedam-se no hotel Goring, enquanto os seus interlocutores no Berkeley. Estes têm ao seu dispor o *staff* da sua embaixada em Londres e o PAIGC o solidário apoio da missão argelina. Discretas, habituadas a lidar com situações do género, as autoridades inglesas limitam-se a assegurar a logística do encontro, nomeadamente a segurança dos negociadores e o local onde deveriam decorrer as sessões de trabalho, neste caso, uma das salas do luxuoso hotel Hyde Park, situado na West End, conhecida pela sua *«elegância calma»*, segundo um jornalista inglês que cobriu o evento.

A escolha de Londres não foi, como se viu, obra do acaso. E, tal como previram os dirigentes do PAIGC, o acontecimento teve um grande impacto mediático e político, a nível internacional. Portugal tornara-se, com o 25 de Abril, o foco das atenções e, por isso, jornalistas, diplomatas e emissários dos mais variados lugares do mundo concentram-se em Londres para acompanharem o encontro entre os representantes de dois inimigos que, ainda há um mês, se batiam de armas nas mãos numa guerra que já durava há mais de 10 anos.

Por capacidade de Amílcar Cabral e pelos resultados obtidos no próprio terreno, dos cinco movimentos de libertação da África lusófona, o PAIGC era aquele que, seguramente, possuía mais prestígio internacional, o único a reivindicar o controlo de dois terços do território e a proclamar unilateralmente a independência do país pelo qual se batia, tendo esta sido reconhecida já por 84 países e, ainda, pela ONU. De um modo geral, estava subjacente na mente dos observadores que, quaisquer que fossem os entendimentos obtidos em Londres, estes teriam efeitos directos nos demais processos à espera de solução. Aliás, já na declaração do seu CEL do dia 6 de Maio, o PAIGC exigia o reconhecimento, por Portugal, do direito à autodeterminação e à independência *«aos povos das outras colónias portuguesas»*.

Uma consulta aos recortes ou ao material informativo enviado pelas diversas missões diplomáticas portuguesas à sede do Ministério dos Negócios Estrangeiros (MNE) em Lisboa demonstra o interesse que as conversações suscitaram nos diversos países, entre os quais França, Alemanha, Brasil, Venezuela, África do Sul, Malawi, Madagascar, Senegal, Argélia, Tunísia, Egipto, Índia, Paquistão... O **Jornal do Brasil**, por exemplo, do dia 25 de Maio, traz em destaque esta afirmação de Mário Soares: *«Espero que a nossa reunião seja o primeiro passo para solucionar o problema de todos os territórios portugueses em África»*. Da embaixada portuguesa em Pretória chega, no dia 30, ao MNE, a súmula do que fora escrito ou dito a propósito das citadas conversações pelos diversos *media*, com realce para as dificuldades enfrentadas entre os dois negociadores devido à alegada exigência do PAIGC em incluir Cabo Verde no processo relativo à Guiné e na insistência da concessão, por Lisboa, de garantias de independência para Angola e Moçambique.

Também a imprensa portuguesa não deixa, obviamente, de acompanhar as conversações em Londres, tendo, para o efeito, enviado jornalistas ao terreno. Previsto inicialmente com excessivo optimismo, pouco a pouco, os jornais se vão dando conta de que, afinal, o encontro estava longe de ser fácil. Enquanto os portugueses previam obter, em 48 horas, o cessar-fogo definitivo na Guiné, para o PAIGC não era o fim das hostilidades em si que estava em causa, mas *«a paz e o reconhecimento da independência»* do Estado proclamado em Madina do Boé. Sintomatica-

mente, o **Diário de Lisboa** intitula na sua primeira página do dia 28: *«Exigências protelam o acordo em Londres»*. Um dia antes, o seu colega **Diário Popular** pergunta, em letras garrafais: *«Autodeterminação da Guiné, apenas, ou de Cabo Verde também?»* Os jornais referem-se, igualmente, ao facto de Almeida Santos se ter juntado no dia 27 às delegações, depois de uma missão de seis dias a Angola e a Moçambique, onde, ao contrário da Guiné, havia uma vasta população branca, inquieta com o seu futuro.

Olhos nos olhos

Ao chegar a Londres, Almeida Santos procura inteirar-se junto de Mário Soares de como estavam as águas. *«O panorama que me descreveu foi extremamente pessimista.* "Não acreditam em nós, estão desconfiados, não olham para nós nos olhos..." *Será assim? — ainda me questionei. Quando nos sentámos à mesa, o Pedro Pires olhava para a mesa, olhava para o tecto e nunca na horizontal. E eu, com o meu feitio um pouco descontraído e extrovertido, fiz um ponto de ordem à mesa e disse:* "Eu não estou a gostar disto. Vocês parece que nos estão a considerar inimigos ferozes. É claro que somos adversários, temos aqui posições contraditórias, está cada um a bater-se pelos interesses do seu país, mas não somos inimigos. Estamos aqui ambos com o propósito de encontrar uma solução para a descolonização. Vocês tenham paciência, mas têm que nos olhar nos olhos!... O dr. Mário Soares esteve preso por combater o regime colonial, aqui o fulano a mesma coisa... Acho que devíamos aqui fazer uma pausa; vamos ali para dentro beber umas bebidas explicar uns aos outros quem somos nós, qual é o nosso passado." *E assim foi: tomámos a laranjada do costume e, quando voltámos, o ambiente era outro.»*[2]

Dessa iniciativa, segundo Almeida Santos, surgiu um diálogo mais frontal e construtivo entre as duas partes. Ele próprio acabou, com o tempo, por ter o chefe da delegação do PAIGC na lista das suas amizades. *«O Pedro Pires ficou cativado com aquela minha intervenção e, a partir dali, tudo se negociou arduamente, duramente e sem desconfianças. Não estávamos mais ali a fazer o processo colonial, mas, sim, algo que seria o processo de descolonização.»*

O resultado do degelo entre os negociadores reflecte-se, também, no próprio comportamento público dos representantes do PAIGC, descritos, de uma maneira geral, pela imprensa portuguesa como indivíduos taciturnos e fechados. De um dia para o outro, tornam-se mais abertos, o que torna possível descobrir as origens de cada um, os seus sonhos e outros aspectos da sua vida pessoal.

De qualquer modo, cansado com o chove não molha dos portugueses, Pedro Pires — retratado até então pela imprensa como um homem duro e reservado, próximo de Sékou Touré, que fala com entusiasmo da Guiné como se da sua terra se tratasse — resolve encostá-los à

parede. No dia 28, na sessão da manhã, lê para os seus interlocutores uma declaração, elaborada na noite anterior por ele e José Araújo, com a ajuda do embaixador argelino Lakhdar Brahimi, um homem experiente, pois fora um dos negociadores da FLN com os franceses.[3] E, nessa declaração, os representantes do PAIGC mostram a sua impaciência face à estratégia dos seus interlocutores. *«Pensamos que as conversações que realizamos desde o dia 25 chegaram, agora, a um estádio em que se torna necessário, para nós e para os senhores, parar para avaliar o caminho já percorrido e as perspectivas que se apresentam».*[4]

Para Pires, não obstante as declarações de intenções, o governo português tateava e as conversações confirmavam que Lisboa não tinha ainda definida uma linha de acção, precisa e clara, sobre o futuro das colónias. *«Da nossa parte»*, contrapõe o dirigente cabo-verdiano, *«a situação é muito mais clara e precisa: Nós somos um movimento de libertação nacional que existe há mais de 17 anos e começámos uma luta armada que se reforçou, que se consolidou e que prossegue há mais de 11 anos. Tivemos tempo necessário para precisar os nossos objectivos e é inútil lembrar aos senhores que o nosso povo consentiu e continua a consentir grandes sacrifícios para a realização dos nossos objectivos que prosseguimos.»*

A independência dos territórios ainda colonizados, no entender do PAIGC, era, em Maio de 1974, um direito que já não merecia no mundo qualquer contestação. *«E os senhores sabem que só há, na realidade, três regimes — e três regimes somente — que pretendem ainda contestar este direito: os racistas sul-africanos, os minoritários rodesianos e os colonialistas portugueses.»*

Na busca de uma posição clara dos seus interlocutores, o chefe da delegação do PAIGC vai mais longe: *«E os senhores sabem perfeitamente em que contexto aceitamos vir negociar aqui: nada devemos seja a quem for, se não à nossa coragem e à devoção dos nossos combatentes.»* E a seguir acrescenta as condições em que se encontra a Guiné-Bissau, enquanto Estado independente, reconhecido por 84 países, com o estatuto de observador na ONU, em vias de se tornar membro de pleno direito etc., pelo que a autodeterminação defendida por Lisboa já não faz sentido. *«A Guiné-Bissau é uma República que tem uma parte do seu território ocupado por Portugal. E se é necessário falar-se do princípio da autodeterminação, a aplicação só pode ter por objectivo, neste caso, a liquidação dessa ocupação ilegal.»*

Da leitura integral da declaração de Pedro Pires, percebe-se que é o PAIGC a dar as cartas em Londres. Por exemplo, referindo-se às emendas que a delegação portuguesa tentou introduzir no primeiro esboço do texto de acordo, no qual aquele partido aceitaria a ideia de uma consulta popular, inclusive na Guiné-Bissau, Pires afirma que as mesmas *«não são aceitáveis»*, por mais que tal consulta fosse um ponto de

honra para Portugal. *«Para falar com franqueza total, parece-nos que estas emendas resultam de uma intenção de negar as realidades e de evitar tomar as responsabilidades que se vos impõem. Se estas conversações devem continuar desta maneira parece-nos francamente que não será possível chegar-se a qualquer resultado. Se devemos continuar assim, cremos que será talvez preferível não continuarmos a perder o vosso tempo e o nosso, e que seria talvez melhor que cada delegação volte ao seu paiz [sic], que façamos uma pausa para reflexão e para ver se podemos retomar o diálogo mais tarde em melhores condições.»*

Concluindo, o PAIGC adverte que a paz só será possível na Guiné com o reconhecimento, por Portugal, da independência desse país africano *«e do exercício do direito à autodeterminação e à independência de Cabo Verde»,* o que, na altura, é interpretado pela delegação daquele partido como uma grande cedência. E avisava: *«Se não estão prontos a reconhecer a nossa independência, é o impasse, não será possível avançar. Se, pelo contrário, estão prontos a reconhecer a nossa independência, tudo é possível: podemos chegar a uma solução na Guiné-Bissau imediatamente, podemos chegar a uma solução no que respeita às Ilhas de Cabo Verde e a via estará aberta para Portugal para a solução dos problemas de Moçambique, Angola, S. Tomé [e] Principe. Ao mesmo tempo, Portugal poderá chegar a uma normalização rápida das suas relações com o conjunto dos estados da África e do Terceiro Mundo.»*

Recordando o episódio, Pedro Pires confessa que ficou com a ideia de que os negociadores portugueses subestimaram, no início, a capacidade intelectual dos delegados do PAIGC. *«Eles achavam que nós éramos uma delegação mais frágil, por conseguinte, mais manejável.»*[6] Havia, por outro lado, a desconfiança em relação às verdadeiras intenções das autoridades portuguesas, pelo que era necessário obrigá-las a abrir o jogo. *«Houve um momento em que o Soares nos disse:* "Se vocês quiserem continuar a guerra, poderão fazê-la, mas não terão inimigos; nós não vamos continuar a guerra". *Esta afirmação leva-nos à conclusão que não se devia recomeçar a guerra.»*

Por isso, ainda em Londres, e face a notícias que tudo se encontrava bloqueado, o chefe da delegação do PAIGC recebe o seguinte telegrama de Aristides Pereira: *«Seguimos com atenção vossa acção irreprovável. Em caso de ruptura, os portugueses arcarão com as consequências nos planos interno e externo. Não cederemos em nenhum dos nossos princípios e conquistas da nossa luta. A partir da próxima semana, retomaremos todas as acções militares. Daremos depois mais novidades.»*[6] Em resposta, Pires pede: *«Recebi vossa mensagem de hoje. Pedimos que não retomem operações militares. Aguardem nosso regresso. Faremos escala de 48 horas em Argel a fim de contactar o governo argelino.»* E já em Argel, em escala a caminho de Conakry, Pires envia um outro telegrama em que insiste: *«Achamos necessário esperar nossa chegada para depois ser tomada decisão qualquer mudança situação. Face impasse, fizeram um passo ao nosso encontro que*

acho que é preciso tomar em consideração, embora não satisfaça completamente os mais extremistas. Vamos esperar Luís e os amigos e entraremos imediatamente.»[7]

O que estava em jogo

Ao fim de seis dias de conversações, isto é, dois dias depois de Pedro Pires ter posto os pontos nos ii e de os negociadores passarem a olhar-se nos olhos, a parte portuguesa manifesta a necessidade de voltar à sede para dar conta do que se estava a passar em Londres e receber novas instruções, alegando que os seus poderes eram limitadíssimos. *«Na convicção unânime de que o mesmo ambiente de cordialidade e de mútua compreensão continuará a presidir às negociações, com vista ao cessar fogo e à solução pacífica do conflito, as duas delegações concordaram em prossegui-las no próximo dia 8 de Junho em Londres»*, dizia o curto "comunicado comum", divulgado a 30 de Maio.

«Se a delegação portuguesa tivesse maior margem de manobra e capacidade de decisão, as coisas seriam mais rápidas», lamenta Pedro Pires em declarações ao **Diário de Lisboa** do dia 29. Na edição de 1 de Junho, o jornalista Wilfred Burchet, em serviço especial para o mesmo vespertino lisboeta, escreve que as negociações estão a prolongar-se mais do que o previsto pelo presidente António de Spínola ou pelo governo provisório, devido à ousadia das posições da delegação do PAIGC. Este facto levara Mário Soares e Almeida Bruno a deslocarem-se por breves horas a Lisboa no dia 28, a fim de receberem novas instruções do presidente Spínola.

Segundo Bobo Keita, foi José Araújo que, muito senhor da situação, sugeriu aos portugueses que regressassem a casa a fim de buscarem o poder de barganha que lhes faltava. *«Os senhores não têm poder, nós estamos aqui para negociar tudo»,* disse-lhes Araújo. Keita saca também das suas recordações o seguinte momento: *«Fizemos uma proposta de acordo, os portugueses voltaram com uma contra-proposta e o Araújo respondeu-lhes:* "Esta vossa proposta mais parece um tronco a que foram tiradas todas as folhas". *Um dos pontos que deram muito trabalho foi a ilha do Sal; os sul-africanos andavam a pressionar os portugueses. Sentimos isso o tempo todo.»*[8]

Portugal, recorde-se, pretendia obter o cessar-fogo de modo a implementar o seu projecto ultramarino, ao contrário dos seus interlocutores que defendiam o reconhecimento imediato da independência da Guiné-Bissau. Pressionados, os negociadores portugueses apenas admitiam discutir, como um caso à parte, o problema de Cabo Verde. *«O que está em jogo»,* anota Wilfred Burchet, um colaborador da **Afrique-Asie**, *«é o futuro das relações entre Portugal com todo o mundo africano, do qual tem estado completamente isolado — excepto quanto aos regimes racistas da África*

do Sul e da Rodésia».

Não menos informado, o enviado especial a Londres da Algérie Press Service (APS) divulga no dia 28 que a delegação portuguesa propusera ao PAIGC *«a organização de um referendo para a autodeterminação na Guiné-Bissau em Março de 1975»*, o que foi liminarmente negado pelos negociadores desse partido, explicando um deles ao **Diário de Lisboa** que esse tipo de solução *«teria sido óptimo em 1945, mas anacrónico em 1974.»*[9]

Ansioso por romper o isolamento a que o seu país vinha estando sujeito desde os anos 60, Mário Soares aproveita a sua estada em Londres para contactar várias missões diplomáticas, quer do Leste europeu, quer dos países do Terceiro Mundo, como forma de capitalizar o estado de graça à volta do novo regime português. Porém, no caso das embaixadas africanas, a resposta foi a mesma: diplomaticamente fizeram-lhe ver que a normalização de relações dependia, primeiro, da solução do contencioso que Portugal mantinha em África com os movimentos nacionalistas. De Londres o chefe da diplomacia lusitana rumaria para Paris, onde se encontra com o presidente Léopold Senghor.

Não perder a guerra na mesa das conversações

Tratando-se do primeiro encontro negocial, era difícil saber até que ponto poderiam ir os representantes do PAIGC e do governo português. De ambas as partes havia, no mínimo, desconfianças e cuidados a tomar. Por exemplo, antes de chegar a Londres, os integrantes da delegação do PAIGC estiveram em Argel para a sua preparação. Simularam com os argelinos, que, no passado, haviam negociado com os franceses, um *brain-storming*, passando a Pedro Pires e aos seus companheiros alguns dos truques a se ter em conta em momentos do género. Em Londres, o embaixador Lakhdar Brahimi foi, o tempo todo, conselheiro dos negociadores do PAIGC, tendo providenciado vários encontros entre os seus hóspedes e os diplomatas acreditados na capital inglesa. Os argelinos foram ainda inexcedíveis no seu apoio, transportando ou custeando as despesas dos dirigentes do PAIGC, serviram de elo de ligação entre a direcção desse partido em Conakry e o governo de Lisboa, nomeadamente na troca de mensagens entre os dois interlocutores, feita inicialmente através da embaixada argelina em Londres. Por último, tudo leva a crer que o apoio inequívoco das autoridades desse país do Norte de África teve igualmente efeitos a nível do próprio continente, mais concretamente junto de Sékou Touré, que deixa, pelo menos publicamente, de criar novos embaraços aos seus hóspedes.

Tendo como documento de base a declaração do CEL do PAIGC, emitida poucos dias atrás, os negociadores desse partido levavam consigo um conjunto de outras recomendações sobre as quais

não deveriam, em caso algum, ceder. Entre os "pontos a reter" constavam: a não negociação da soberania da República da Guiné-Bissau e o direito à auto-determinação e à independência do povo de Cabo Verde, aceitando, no máximo, neste segundo caso, apenas *«o processo para o exercício deste direito»*. Por outras palavras, para o PAIGC, o que estava em causa nos dois territórios era um problema político, pelo que a solução tinha de ser política. Melhor ainda: *«A solução deve ser global: político-militar»*.

Sendo a força política que encetou a luta contra o colonialismo nos dois territórios, reconhecida quer pela OUA, quer pela ONU como representante única e legítima dos seus povos[10], o PAIGC apareceu perante os seus interlocutores a exigir o estatuto de *«único interlocutor válido»*. E argumenta: *«Pertence ao PAIGC a missão histórica de criar as condições para a realização da democracia e do progresso social na Guiné e em Cabo Verde, como o mesmo direito pertence ao Movimento das Forças Armadas [em Portugal]»*.[11]

Naturalmente que os portugueses não embarcam de pronto no bote. Antes pelo contrário, tinham o seu próprio projecto político e pretendiam levá-lo avante, na medida do possível, sem deixar de ter em conta os compromissos internacionais a que Portugal estava ligado. Esta divergência de interesses provoca momentos de alta tensão entre as duas delegações. Para o PAIGC, segundo Pedro Pires, era fundamental evitar perder na mesa das conversações o que tinham ganho no terreno. *«Outra cautela nossa»*, acrescenta, *«era evitar qualquer erro que pudesse prejudicar os outros, mais concretamente, Angola e Moçambique. Tínhamos receios que as autoridades portuguesas pudessem levar-nos a fazer concessões que pudessem abrir um precedente»*.[12]

Nesse sentido, Mário Soares responsabiliza o general António de Spínola por não se ter obtido em Londres um acordo mais vantajoso para Portugal do que aquele que haveria de ser assinado três meses mais tarde em Argel, num outro contexto, ainda mais favorável ao PAIGC. Spínola, segundo Soares, tinha *«o grande defeito de pensar que se governava um país — e ainda por cima um país em revolução — como quem administrava uma província colonial»*, agindo como *«se fosse governador da Guiné-Bissau!»*[13]

Note-se igualmente que, por altura das conversações, não estavam ainda definidas, pela parte portuguesa, as balizas em que iriam decorrer, primeiro, o processo da autodeterminação e, posteriormente, a independência em si das suas colónias, caso a consulta às populações indicasse esse sentido. Esta é, aliás, uma das causas do impasse em Londres e, depois, em Argel. O bloqueio só será parcialmente resolvido a 27 de Julho, com a aprovação da Lei Constitucional 7/74, que vem esclarecer, precisamente, o alcance do ponto oito do capítulo B do programa do MFA, ou seja, a questão da descolonização.

Travar a guerra na Guiné

Da sua parte, após o regresso dos seus negociadores, a direcção do PAIGC, isto é, o seu CEL, reúne-se em Boké para analisar o que se passara em Londres. Conscientes da fragilidade das forças portuguesas, que se deixaram mergulhar na euforia e na vontade de regressar imediatamente a Portugal, os extremistas a que se referiu Pedro Pires num dos seus telegramas a Aristides Pereira defendiam, à semelhança de Sékou Touré, o empurrão do que restava dos portugueses para o mar. *«Nessa reunião, opus-me terminantemente ao recomeço das operações militares»*, revela Pires. *«Havia desconfiança dos quadros do PAIGC se haveria ou não lealdade da parte dos portugueses e havia quem defendesse o retomar da guerra como forma de obrigá-los a cederem.»*

Embora nem tudo o que se passava nessa altura no interior do PAIGC transpirasse à luz do dia, foram grandes as possibilidades de a situação fugir do controlo da direcção do partido, sobretudo face às informações que iam surgindo daqui e dali. Por exemplo, a Agência France Press divulga a partir de Dakar o retomar de actividades pela Fling — interrompidas desde 1964 — e que dois barcos contendo mercenários seus pretendiam dirigir-se a Bissau. Diz Pedro Pires: *«Foi divulgado um comunicado, a partir de Conakry, no qual se condenava a atitude ambígua dos senegaleses em relação a nós. Eles reagiram violentamente. Fui mandado a Dakar, acompanhado por Lúcio Soares. Fomos recebidos pelo, na altura, primeiro-ministro, Abdou Diouf, com quem debatemos a questão.»* Sintomaticamente, poucos dias depois, Dakar proibe actividades da Fling no seu território, reafirmando assim o seu reconhecimento do PAIGC como representante único do povo guineense.

Temendo, outrossim, qualquer mal-entendido à volta desta movimentação da Fling, as autoridades portuguesas apressam-se a demarcar-se do assunto. Por intermédio do embaixador argelino em Londres, Mário Soares envia ao PAIGC, a 7 de Junho, um telegrama no qual afirma que o *«Presidente da República e o governo português não têm absolutamente nenhum conhecimento de tal assunto»* e que *«estão dispostos a tomar todas as medidas necessárias contra»* os referidos elementos.[14]

E no dia seguinte, em Bissau, as forças portuguesas são colocadas em estado de prevenção máxima, tanto aérea como marítima, ao longo da costa e da fronteira com o Senegal, ao mesmo tempo que se apela à população para manter-se calma. Para as autoridades em Bissau, segundo um despacho da enviada especial da AFP a essa capital, Marie Joannidis, *«todas as medidas de vigilância e de segurança serão tomadas para eliminar qualquer tentativa desse género será implacavelmente reprimida»*.[15] Ainda essa jornalista, os portugueses procuram, deste modo, agradar ao PAIGC em todos os sectores da vida guineense. *«As autoridades portu-*

guesas preparam, com efeito, a população para receber o PAIGC para evitar no futuro, quando um acordo for assinado, toda divisão e qualquer efusão de sangue entre os guineenses.»

O cessar-fogo esteve ainda prestes a ser rompido quando o PAIGC fica a saber da intenção do presidente António de Spínola de ir a Bissau, onde pretendia jogar a sua última grande cartada política naquele território. Mais uma vez, através da embaixada argelina em Londres, Mário Soares informava num telegrama, de 28 de Junho, o seguinte: *«General Spínola deve visitar Guiné-Bissau em meados de Julho, em data ainda não determinada. Visita tem um carácter político mas não constitui em nenhum caso mudança na firme política descolonização de Portugal nem tão pouco no espírito de colaboração com o PAIGC para a realização dessa descolonização. Governo português revela esta informação ao PAIGC antes que ela se torne pública e a fim de clarificar as intenções de Portugal.»*

Através de Aristides Pereira, a resposta do PAIGC, emitida no mesmo dia, foi curta e seca: *«Anúncio inaceitável. A visita do general Spínola à Guiné-Bissau terá como consequência imediata a intensificação das hostilidades, com o risco de comprometer seriamente as negociações. O PAIGC não assume qualquer responsabilidade face à nova situação.»*

Através de outras vias, nomeadamente informais, o PAIGC diz não se responsabilizar pela segurança de António de Spínola na Guiné-Bissau, ameaça não difícil de concretizar tendo em conta os meios ao seu dispor e o ódio que o antigo governador deixara entre os guerrilheiros. Outra medida do secretário-geral foi ordenar o estado de alerta máximo e a mobilização a todas as unidades e comandos para um eventual retomar das operações militares. O chefe de Estado português, que já havia enviado milhares de fotografias suas para serem distribuídas na Guiné, teve de mudar de planos, sobretudo depois que o PAIGC simulou um ataque ao quartel de Buruntuma, no Leste.

Avisado, primeiro, pelo comandante da operação, Bobo Keita, o responsável pelo referido quartel responde ao ultimato dizendo que ele e os seus homens estavam dispostos a deixar Buruntuma e transferir-se para Pitche. *«As tropas portuguesas não estavam com vontade de combater»*, recorda Keita. *«Já tínhamos trabalhado profundamente nessa zona. Com o nosso ultimato, toda a gente entrou em pânico, soldados, população... Em conversa com o capitão, comandante do quartel, ele disse-me que se queriam ir embora, mas que não tinham meios de transporte. Respondi-lhe que não havia problemas, arranjei-lhe dois dos nossos camiões, que os transportaram para outra zona. Começámos a pôr barreiras nas estradas, e nada entrava ou saía sem o nosso consentimento.»*

«Na cabeça de Spínola, a independência da Guiné seria dada e não negociada com o PAIGC», comenta Pedro Pires, que não esconde a antipatia que ainda hoje sente pelo velho general, pessoa que retrata como um

indivíduo arrogante e megalómano. *«Queria ir à Guiné provar que não perdeu a guerra e que a independência era uma decisão voluntária dele. Para isso, pretendia fazer a transferência da soberania através do Congresso dos Povos. Ele andava obcecado com a sua derrota na Guiné. O seu ódio em relação a certos dirigentes do PAIGC chegava a ser uma coisa doentia. Se ele não tivesse dado cobertura ao assassinato de Cabral e a tantos outros actos terroristas, como a invasão a Conakry e a tentativa de ocupação de Cundara, talvez o processo das negociações tivesse sido diferente. Querendo ou não, o facto de Spínola ser na altura o presidente de Portugal condicionou as discussões.»*[16]

Por conseguinte, face à situação criada e, também, à recusa de Carlos Fabião em participar na preparação da visita de Spínola à Guiné, a embaixada portuguesa em Londres solicita à sua congénere argelina que transmita ao PAIGC que o presidente da República deixou de ter a intenção de ir a Bissau. E acrescenta: *«O governo português deseja um encontro urgente e secreto ao mais alto nível com o PAIGC. Argel poderá ser o lugar desse encontro que visa preparar o reconhecimento [da República da Guiné-Bissau]. Após esse reconhecimento, [a independência] será em seguida proclamada solenemente em cerimónia pública, em lugar e modalidades fixadas em comum acordo. Governo de Lisboa pede resposta urgente sobre a data do encontro preliminar em Argel.»*[17]

Notas

1 Entrevista: Pedro Pires, Praia, 16-09-95.

2 Entrevista de Jorge Soares e José Vicente Lopes: António de Almeida Santos, Lisboa, Maio de 1990. Um pequeno extracto dessa entrevista foi referido no artigo "Aconteceu em 1974", publicado por Jorge Soares no **Voz di Povo** (Praia, 03-07-90), e divulgada também na mesma altura pela Televisão Nacional de Cabo Verde, mantendo-se o resto inédito até hoje.

3 Segundo Pedro Pires, Brahimi, descrito geralmente pela imprensa como um influente diplomata em Londres, funcionou o tempo todo como conselheiro político da delegação do PAIGC.

4 Declaração da delegação do PAIGC, Londres, 28 de Maio. Arquivo Pedro Pires.

5 Entrevista: Pedro Pires, Praia, 16-09-95.

6 Arquivo de Pedro Pires.

7 Ibid.

8 Entrevista: Bobo Keita, Praia, 28-01-96.

9 Wilfred Burchet, "As divergências entre o PAIGC e o nosso país", **Diário de Lisboa**, Lisboa, 01-06-75.

10 No caso de Cabo Verde, tido pelos observadores como o nó górdio da questão que opunha Lisboa ao PAIGC, a Assembleia Geral da ONU adoptara, em 5 de Abril de 1974, uma resolução reconhecendo aquele partido como *«único e autêntico representante da população desse território»*. Note-se, como curiosidade, que não fora sem dificuldades que o PAIGC conseguiu tal intento, uma vez que, entre o Grupo Africano, era já dado adquirido que Cabo Verde era parte integrante do território do Estado da Guiné-Bissau. Vide Jack Bourderie, "La question du Cap-Vert", **Afrique-Asie**, Paris, 10-06-74.

[11] "Pontos a reter". Arquivo de Pedro Pires.
[12] Pedro Pires, "Descolonização portuguesa foi o fim de um ciclo", **A Semana**, Especial 25 de Abril, Praia, 25-04-94.
[13] Mário Soares, **Portugal: que revolução**, diálogo com Dominique Pouchin, Perspectivas & Realidades, Lisboa, 1976.
[14] Telegrama. Embaixador argelino em Londres. Recebido em Argel a 07-06-74 e reenviado no mesmo dia a Conakry. Arquivo Pedro Pires.
[15] Marie Joannidis, "Mesures de securite renforcees en Guinee-Bissau" [sic], AFP, Bissau, 08-06-74.
[16] Entrevista: Pedro Pires, Praia, 26-05-95.
[17] Infelizmente, o telegrama em questão não se encontra datado.

26

CABO VERDE TERRITÓRIO DA GUINÉ?

De acordo ccom a imprensa, um dos "escolhos" encontrados pelos negociadores portugueses e do PAIGC em Londres foi Cabo Verde. Mais do que a questão do reconhecimento da independência da Guiné-Bissau, as ilhas atlânticas viram-se, de repente, guindadas para o primeiro plano do interesse mundial, alimentando especulações diversas nos *media* portugueses e internacionais. Por causa da sua posição geo-estratégica, por um lado, e devido aos alegados compromissos de Portugal com a Nato, por outro, o arquipélago tornara-se num assunto sensível para o Ocidente, pelo que não é de desprezar a pressão exercida tanto junto daquele país europeu como do próprio PAIGC, cuja capacidade política se encontrava, mais do que nunca, à prova com as conversações.

A casualidade e o conhecimento

Como atrás foi referido, o aparecimento de Pedro Pires como o chefe da delegação do PAIGC constituiu a primeira surpresa para a maioria dos jornalistas e dos observadores, que, à semelhança do encontro de Dakar entre Aristides Pereira e Mário Soares, esperavam que o PAIGC fosse representado pelo seu líder máximo, cuja presença foi erradamente assinalada em Argel pela imprensa. A escolha do "major Pires", como era tratado pela imprensa portuguesa, ficara a dever-se, segundo ele próprio, a um conjunto de factores, que misturam a casualidade do destino e o conhecimento que tinha da situação militar na Guiné.

Com efeito, um dos seus passatempos era decifrar ou compreender os papéis que os portugueses iam deixando na sua retirada dos quartéis, muitas vezes apressada. *«Procurei obter o máximo de elementos para participar na estratégia militar. Para além disso, pouco antes do 25 de Abril, houve a tomada de Guilege pelas nossas forças. Aqui, os portugueses deixaram uma quantidade enorme de documentos, sobretudo militares, que eu pude ler. Isso deu-me uma ideia de como as tropas portuguesas estavam distribuídas no terreno, o que, a um dado momento, me permitiu apresentar soluções interessantes para as conversações com Portugal.»*[1]

Outro dado que também se teve em conta foi, na altura, a posição hierárquica de Pedro Pires no seu partido. Não sendo o primeiro, o segundo, nem tão-pouco o terceiro homem na hierarquia do PAIGC, em

caso de dificuldades, poderia alegar a necessidade de consultar os seus superiores e, com isso, ganhar tempo.

Mas não era só saber o que se estava a passar no terreno, na Guiné, o que preocupava o PAIGC. Jorge Querido lembra-se de ter interrompido, em Maio de 1974, a reunião de Roterdão da CNCV do PAIGC, por sinal a reunião que haveria de dar um novo rumo à sua vida política, para ir com Olívio Pires a Londres, a fim de expor ao chefe da delegação do PAIGC a situação política prevalecente em Cabo Verde. Além de Olívio e Querido, Pedro Pires lembra-se, por seu turno, de se ter cruzado na capital inglesa com outros cabo-verdianos, entre eles Onésimo Silveira, Joaquim Monteiro e Felisberto Vieira Lopes. *«De uma maneira geral, era gente que se achava no direito de nos aconselhar, passar informações ou de nos chamar a atenção para os cuidados a ter com os portugueses»,* explica.

Onésimo Silveira, que se lembra do episódio, tanto mais que vivia nessa altura em Inglaterra, a trabalhar na sua tese de doutoramento em Oxford e na Universidade de Londres, confessa que a sua intenção era, sobretudo, chamar a atenção dos dirigentes do PAIGC para, durante as negociações, se ter em devida conta outras sensibilidades que não apenas as daquela força política. E acrescenta: *«Rejeitaram este conselho. Era a ética do triunfalismo. Na verdade, o PAIGC já tinha mostrado o seu carácter de partido único, como também a sua intolerância».*[2]

Até há pouco tempo representante do PAIGC na Suécia, Silveira encontrava-se então num dos seus vários períodos de dissidência em relação àquele partido, mantendo, contudo, certas pontes com alguns dos seus antigos companheiros. Por isso, reagindo às afirmações de Silveira, Pedro Pires comenta: *«Como é que um indivíduo que pertence a um partido, abandona esse partido, critica-o e aparece na disposição de nos querer aconselhar sobre o que fazer? Isso só cabe na cabeça de quem não dá importância aos seus actos ou não tira deles a devida consequência. Nós sabíamos perfeitamente o que queríamos. Apareceram em Londres determinadas pessoas que quiseram ganhar importância, tirar proveito do momento que se vivia na altura. Enfim, uns autênticos oportunistas. A atitude mais correcta da nossa parte era ser cauteloso em relação a essas pessoas que apareceram como potenciais conselheiros. O Onésimo era uma delas.»*[3]

Na semana em que estiveram na capital inglesa, foram várias as mensagens ou emissários recebidos pelos negociadores do PAIGC, na verdade. De uma maneira geral, os amigos do PAIGC procuravam informar-se sobre o que se estava efectivamente a passar, de modo a encararem de melhor forma a nova situação criada com o golpe de Estado em Lisboa. O 25 de Abril tem lugar precisamente numa altura em que a guerra fria conhecia um dos seus momentos culminantes, com os soviéticos a aproveitarem o enfraquecimento de Washington, a braços com o escândalo Watergate e, ainda, com a queda de alguns centros estratégi-

cos na Indochina — Vietname do Sul, Laos, Cambodja. Importa salientar que a mudança política em Lisboa surpreende a maior parte dos tradicionais aliados de Portugal, um país periférico que a ditadura de Salazar e Caetano tinha transformado num lugar onde, oficialmente, nada acontecia de interessante. De repente, Portugal e, por extensão, os seus territórios ultramarinos viram-se transformados na arena em que o Ocidente e o bloco socialista se defrontavam numa das suas mais intensas batalhas ideológicas. As conversações de Londres ocorrem, precisamente, no momento em que o Ocidente, atrapalhado, procurava entender o que se estava a passar naquele país ibérico.

Encontrando-se em Londres, Salim Ahmed Salim, presidente então do Comité de Descolonização das Nações Unidas, é uma das personalidades que entram em contacto com os representantes do PAIGC. O presidente zambiano, Kenneth Kaunda, envia o seu conselheiro político, Peter Kasanda, com uma carta sua endereçada ao secretário-geral do PAIGC, que ele supunha também dirigir a delegação desse partido, na qual o felicitava e pedia que pusesse o seu emissário a par das conversações, a fim de poder *«ter uma ideia da actual atitude portuguesa»* em relação às suas colónias, nomeadamente Angola e Moçambique, no que foi prontamente correspondido.[4] Na resposta que dirigiu ao seu *«irmão»* Kaunda, Pedro Pires fez-lhe um ponto da situação, revelando-lhe que uma das exigências do seu partido era que Lisboa reconhecesse o direito à autodeterminação e à independência dos *«povos irmãos de Angola, Moçambique e S. Tomé e Príncipe»*.[5] Para além deste tipo de contactos, Pires informa os seus superiores em Conakry: *«Agentes infiltrados de potências estrangeiras estão interessados em criar confusão a fim de evitar o sucesso das conversações.»*[6]

O caso de Cabo Verde

Uma das confusões criadas, como atrás se disse, era Cabo Verde. Na falta de novidades — o primeiro acordo entre as delegações foi evitar divulgar o que se estava a passar no Hyde Park Hotel — , a imprensa recorreu aos mais variados estratagemas para justificar a sua presença na capital britânica. E Cabo Verde foi, sem dúvida, o tema mais à mão. As notícias sobre o arquipélago eram vagas e, por vezes, confusas, susceptíveis, portanto, de aumentar a apreensão junto de sectores cabo-verdianos que, por razões ideológicas e outras, temiam o PAIGC. A título de exemplo, a importância estratégica de Cabo Verde foi particularmente sentida junto do governo sul-africano, cuja companhia área — a South Africain Airways (SAA) — utilizava o aeroporto do Sal como escala intercontinental. Através do seu embaixador em Lisboa, Roelol Jacobus Montgomery, Pretória exerce pressão permanente sobre Lis-

boa, pensando-se mesmo que, em nome do seu país, ele terá protestado contra as notícias de que o PAIGC pedira a Portugal a interdição do aeroporto do Sal aos aviões da SAA. De acordo com um relatório de 18 de Junho de 1974, enviado pela missão portuguesa ao ministro Mário Soares, Pretória temia que Lisboa pudesse aceder a tal exigência, *«em virtude de desejar uma rápida paz na Guiné e pretender reter a sua* "base naval e facilidades para a NATO nas ilhas de Cabo Verde".» Sob o título "South África 'problem' at peace talks", o jornal **Rand Daily Mail**, de 31 de Maio, através do seu correspondente em Londres, afirma que o *«problema»* da África do Sul teria sido discutido durante as conversações, transcrevendo afirmações de Mário Soares e Gil Fernandes nesse sentido.

Citando círculos diplomáticos, o **Diário de Notícias** do dia 30 revela que *«alguns aliados de Portugal teriam pedido a Lisboa que não entregasse as ilhas de Cabo Verde [ao PAIGC], temendo que a Guiné-Bissau eventualmente autorizasse a União Soviética a instalar uma base naquele estratégico arquipélago»*. A partir de um despacho da ANI, o **Diário Popular** do mesmo dia publica: *«O PAIGC pretende a inclusão do arquipélago num Estado independente chamado Guiné-Bissau. Mas Portugal tem-se oposto a tal, tanto quanto se crê»*. E a seguir acrescenta esta afirmação de Gil Fernandes: *«Permanecemos absolutamente firmes quanto aos principais problemas políticos: independência da Guiné-Bissau e inclusão nela das ilhas de Cabo Verde. Mas a questão de Cabo Verde está sujeita a negociação»*. Os jornais portugueses do mesmo dia publicariam ainda esta declaração de Fernandes a **L'Humanité**, jornal do Partido Comunista Francês: *«As negociações continuam a abordar o problema das ilhas de Cabo Verde, sobre as quais a Guiné-Bissau reivindica a soberania»*.

Guineense de origem cabo-verdiana, na altura representante do PAIGC na Escandinávia e ligado posteriormente à diplomacia da ONU, as declarações de Gil Fernandes espantam ainda hoje os seus antigos companheiros, inclusive Pedro Pires, que disse desconhecê-las. De qualquer modo, o seu teor permite questionar o futuro que o PAIGC preconizava, em 1974, para Cabo Verde. Sobre este assunto, Abílio Duarte chama primeiro a atenção para o carácter dúbio das afirmações de Fernandes, acabando depois por revelar que a definição do futuro de Cabo Verde foi uma das razões que o levaram a retardar o seu regresso definitivo à terra-natal. *«Eu disse ao Silvino da Luz que eu não ia para Cabo Verde enquanto esta questão não fosse resolvida»*, confessa Duarte.[7]

Ainda de acordo com Abílio Duarte e outros dos seus antigos camaradas, havia sectores guineenses do PAIGC que, influenciados por Sékou Touré, defendiam a ideia de que Cabo Verde devia ser integrado no Estado da Guiné-Bissau. *«Sékou Touré achava que a proclamação da independência da Guiné-Bissau devia incluir Cabo Verde, porque, para ele, Cabo Verde era uma continuação dos Bijagós. Eu e os dirigentes cabo-verdia-*

Abílio Duarte e Gil Fernandes. Cairo, anos 60

nos éramos diametralmente contra», sublinhaDuarte.

Entre os guineenses que pensavam dessa forma, Abílio Duarte cita o já conhecido Vasco Cabral. *«Nós os cabo-verdianos tivémos um papel determinante para desfazer essa besteira»,* acrescenta, de forma enfática. *«Logo que aflorou cortámos a cabeça disso. Só desconhecendo Cabo Verde é que se poderia pensar que a inclusão de Cabo Verde na Guiné-Bissau seria possível. O Sékou tinha aquela ideia da Grande Guiné, e mesmo depois da independência da Guiné-Bissau, ele procurou manobrar, incentivando directamente as clivagens entre o Luís e o Nino. A unidade com Cabo Verde era, ao fim e ao cabo, um entrave ao seu projecto da Grande Guiné.»*

Ainda sobre o mesmo assunto, Osvaldo Lopes da Silva adianta: *«Os argelinos fartaram-se de nos pressionar para que a proclamação da independência da Guiné-Bissau incluísse também Cabo Verde. Nós, os cabo-verdianos, não aceitámos. Para nós, Cabo Verde e Guiné eram dois países diferentes. Proclamava-se primeiro a independência de cada um deles e, só depois, se os povos, uma vez consultados, assim o quisessem, se proclamaria a unidade. Para nós era claro».*[8]

Face às declarações de Gil Fernandes, Pedro Pires lava as mãos: *«Ele não estava mandatado para dizer o que disse. E se disse essas afirmações, a responsabilidade é dele. Muita gente pensava que fôssemos exigir isso e, por conseguinte, houve muita confusão. Em 1973, os nossos amigos quiseram até que proclamássemos, ao mesmo tempo, a independência do Estado da Guiné e Cabo Verde. E a pior coisa que poderíamos fazer seria isso, até por razões de ordem estratégica. De modo que posso garantir: se o Gil Fernandes pensava isso que acaba de me dizer, era um erro, porque a delegação que estava em*

Londres não pensava assim. Essa ideia nunca foi defendida pelo PAIGC, pode até ter havido um ou outro dirigente que pudesse pensar assim. E mais: em nenhum momento a nossa delegação disse isso aos portugueses».[9]

Essa não é, no entanto, a posição de Almeida Santos, que descreve: *«O PAIGC bateu-se duramente em Londres e Argel pelo reconhecimento simultâneo da independência da Guiné e Cabo Verde, baseado na ideia da unidade que era alegada entre o povo da Guiné e Cabo Verde. Nós, evidentemente, recusámos uma visão global e impusemos a separação de um e outro. Dissemos inclusive*: "Estamos aqui para negociar a declaração da independência da Guiné e não estamos a negociar a descolonização de Cabo Verde." *É, claro, eles diziam*: "O PAIGC é um movimento para dois territórios, o povo é um só..." *Em primeiro lugar, não era exactamente assim, o povo não era um só e nem sequer é um só na Guiné. De qualquer modo, não aceitámos essa imposição e conseguimos fazer uma descolonização separada. Foi, digamos, um dos grandes pontos de discórdia. A legitimação era absolutamente diferente, não tinha havido guerra e nem sequer distúrbios sociais até àquela data. Portanto, não podíamos aceitar uma solução conjunta. O problema foi superado através de cedências e da compreensão do PAIGC. O comandante Pedro Pires e os seus companheiros compreenderam que nós tínhamos razão.»*[10]

Mais uma vez as versões de uma e de outra parte divergem. Para Pedro Pires, o que estava em discussão em Londres era o reconhecimento, por Lisboa, da independência da Guiné-Bissau, enquanto os portugueses se bateram o tempo todo por um cessar-fogo, alegando que o resto se veria mais tarde... *«A delegação portuguesa queria que nós acreditássemos na boa fé e na reconversão do general Spínola. Ora, nós não podíamos fazer isso. Para nós, o cessar-fogo era uma etapa para atingirmos a independência. Não aceitávamos assinar o cessar-fogo e, depois, vir negociar a independência. Em suma, nós não aceitávamos perder na mesa das negociações o que tínhamos ganho no campo de batalha»*.

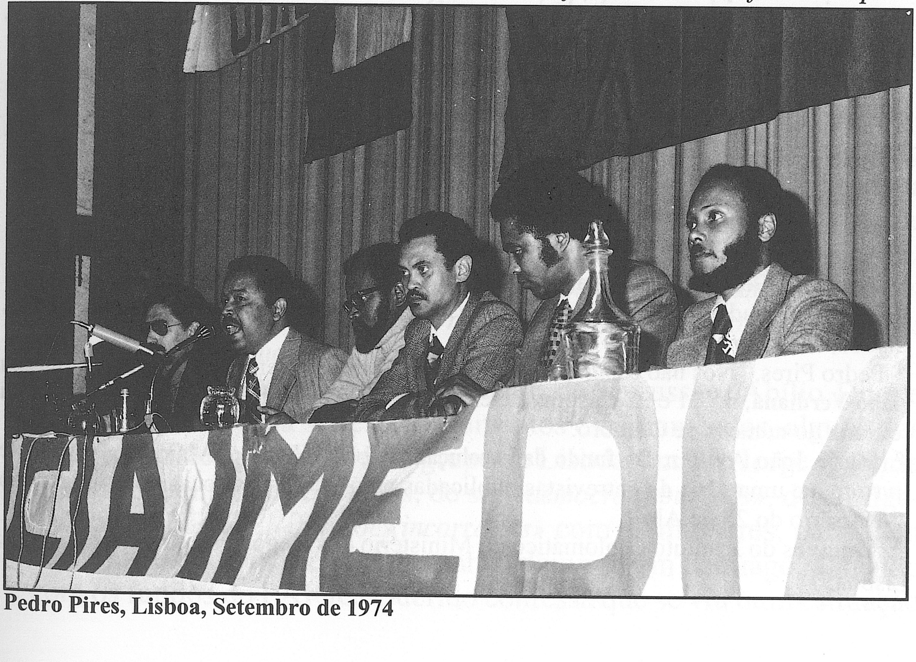
E em relação a Cabo Verde? *«Exigimos pouco»*, assegura Pedro Pires. *«O que queríamos era que se reconhecesse a Cabo Verde o direito à autodeterminação e à independência, de acordo com as resoluções "pertinentes" da ONU. Que os portugueses não estivessem de acordo com a independência de Cabo Verde, sim, acho que podiam não estar; só que para nós era inaceitável não tratar da questão cabo-verdiana, nem que fosse de uma forma extremamente hábil. Para nós, a autodeterminação era um risco aceitável, mesmo ignorando o que isso iria dar. Até nos perguntaram:* "Você sabe qual é a posição dos altos funcionários cabo-verdianos que estão em Angola, Moçambique...?" *Eu respondi-lhes:* "São vossos funcionários e não nossos. Portanto, é vosso problema!"»

Este foi, precisamente, um dos momentos de maior tensão entre as duas partes. Outro momento foi quando, no calor da discussão, Almeida Santos perguntou a Pires quantos eram os cabo-verdianos que tinham morrido em Cabo Verde pela independência. *«Será fatalmente*

necessário fazer a guerra para que o seu povo se possa tornar independente? Nós pensamos que não», respondeu-lhe o chefe da delegação do PAIGC, em entrevista ao diário **El Moudjahid**, de 30 de Maio de 1974.

Apesar de tudo, 16 anos depois, Almeida Santos não deixa de fazer justiça aos seus interlocutores: *«O comandante Pedro Pires e os seus companheiros revelaram ao mesmo tempo uma grande intransigência nos pontos cardeais para a Guiné e Cabo Verde e também uma grande maleabilidade nos pontos em que não estava em causa a independência. Compreenderam que, para nós, era importante separar os dois processos.»*

Passados mais de 20 anos sobre o encontro de Londres, não deixa de ser curiosa a forma como este assunto era encarado na altura pelos dirigentes do PAIGC, mais concretamente, por Pedro Pires. Numa palestra proferida na Casa de Cabo Verde, em Lisboa, em Setembro, ele disse: *«Fomos a Londres a 25 de Maio deste ano para as negociações. Mas à volta disso [Cabo Verde] tentou-se criar confusão. Dizia-se: o problema de Cabo Verde é que está a complicar tudo. O governo português "quer" dar a Guiné-Bissau mas o PAIGC quer Cabo Verde. Criou-se toda uma confusão. Mas essa confusão para quê? Para servir os interesses estranhos. Porque se nós somos do PAIGC, se temos lutado como PAIGC, não se pode conceber que tenhamos de negociar Guiné e Cabo Verde em separado. E se nos sentamos numa só mesa é para discutir o problema total. (...) Durante as negociações não foi o problema de Cabo Verde que criou dificuldades. Foi uma questão de princípios. Estavam em questão princípios políticos, os nossos interesses fundamentais e os interesses fundamentais dos nossos irmãos que combatem em Angola e Moçambique. Foi aí que apareceram as dificuldades. Não foi nem o pro-*



Pedro Pires, Lisboa, Setembro de 1974

blema de Cabo Verde, nem o problema da Guiné, mas um problema total.»[11]

O mesmo pode ser dito em relação aos negociadores portugueses. Vinte anos depois, Mário Soares não esconde a sua surpresa, quando o caso cabo-verdiano surgiu à baila, uma vez que nunca lhe passara pela cabeça a independência de Cabo Verde. E explica: *«Sinceramente, sempre estive convencido de que Cabo Verde tinha mais a ganhar sendo uma região autónoma, mas associada com Portugal, do que como está, um país africano. Cabo Verde não é bem África, trata-se de um arquipélago aberto ao cruzamento das culturas africanas e Atlântico Sul».*[12]

No entanto, ao ser entrevistado a 24 de Maio de 1974 pela RTP, Soares diria no momento da sua partida para a capital inglesa: *«Nas conversações que houve com Aristides Pereira o problema de Cabo Verde não foi nunca evocado. É natural que agora, em Londres, tenhamos de tratar o problema de Cabo Verde, que é um problema que efectivamente se põe. Naturalmente, de acordo com as indicações dadas pelo sr. presidente da República, que aceita o princípio da autodeterminação, é necessário consultar a população cabo-verdiana. Essa consulta não é urgente, mas vai ser feita. Mas o problema de Cabo Verde é relativamente fácil; na medida em que, neste momento, não há guerra, e o que para nós é mais urgente é fazer a paz, é evitar que a guerra se alastre e continue. Portanto, só depois vamos aos problemas de fundo. E Cabo Verde é um dos problemas de fundo.»*[13]

Notas

1 José Vicente Lopes, "Abril do nosso contentamento", in "Especial 25 de Abril", **A Semana**, Praia, 25-04-94. N.A.: Além de documentos que fizeram o deleite de Pedro Pires, o PAIGC pôde, em Guilege, recuperar também uma grande quantidade de armamento.

2 Entrevista: Onésimo Silveira, Selada de Baleia (S.Vicente), 22-04-95.

3 Entrevista: Pedro Pires, Praia, 16-09-95.

4 Carta de Keneth Kaunda a Aristides Pereira, Lusaka, 24-05-74. Arquivo Pedro Pires.

5 Rascunho da carta de Pedro Pires a Kenneth Kaunda. Ibid.

6 Telegrama de Pedro Pires a Aristides Pereira. Londres, 30-05-74. Ibid.

7 Entrevista: Abílio Duarte, Carnaxide, 25-03-95.

8 Entrevista: Osvaldo Lopes da Silva, Praia, 14-05-95.

9 Entrevista: Pedro Pires, Praia, 17-04-95.

10 Entrevista dada a Jorge Soares e José Vicente Lopes: António de Almeida Santos, Lisboa, Maio de 1990.

11 Pedro Pires, "Nós não esperámos pelo 25 de Abril para sermos patriotas", **Presença Cabo-Verdiana**, n.º 21 e 22, Lisboa, Setembro e Outubro de 1974. A citação acima foi retirada do número de Outubro.

12 Maria João Avillez, **Do fundo da revolução**, Público, Lisboa, Maio de 1994. Este livro reúne uma série de entrevistas publicadas pelo **Público** por ocasião do vigésimo aniversário do 25 de Abril.

13 Arquivos do Instituto Diplomático do Ministério dos Negócios Estrangeiros, 1974, Lisboa.

27

BORDA FORA

O afastamento de Jorge Querido do PAIGC é um dos mistérios desse partido. O divórcio ocorre pouco depois do 25 de Abril, em Roterdão, durante uma reunião de dirigentes cabo-verdianos idos de Conakry, Portugal e Cabo Verde. Para além de Querido, nela participam, ido de Cabo Verde, José Luís Fernandes; de Portugal, Amaro da Luz; e de Conakry, Abílio Duarte e Osvaldo Lopes da Silva.

Quem tramou Jorge Querido?

O encontro, presidido por Abílio Duarte, começou na verdade em Conakry, prosseguindo depois em Roterdão. Esta segunda parte, destinada a analisar a situação das estruturas do PAIGC em Cabo Verde e em Portugal e a confirmar os nomes dos elementos que passavam a integrar a CNCV, durou vários dias e teve como palco a casa de Olívio Pires, que também nela tomou parte. Havia um assunto que há muito preocupava a direcção do PAIGC: o desentendimento ou a falta de sintonia entre os comités de Cabo Verde e de Portugal. *«Na reunião houve uma espécie de lavagem de roupa suja. O grupo de Lisboa opunha-se a mim e quis afastar-me do processo»*, realça Jorge Querido, num tom tranquilo, aparentemente sem mágoa.[1]

Segundo ele, as causas disso eram bem antigas e tinham de alguma forma a ver com a disputa do poder dentro do PAIGC. Por causa do seu trabalho na Brigada de Águas Subterrâneas, podia ir regularmente a Lisboa, onde contactava os elementos do Comité Coordenador e, ainda, os restantes militantes da clandestinidade. *«Havia grandes divisões e sempre que ia a Lisboa era abordado por elementos que me diziam que os trotskistas queriam dominar tudo. E, na maioria das vezes, as nossas discussões eram bastante tumultuosas»*.

Em Roterdão, num dado momento da discussão, Abílio Duarte pôs sobre a mesa uma série de documentos e comunicados, alguns dos quais produzidos pelo chamado grupo de Lisboa, em que Jorge Querido era acusado, entre outros males, de ser *«democrata-burguês»*, de ter ligações com a UPICV, *«relações incorrectas»* com as mulheres, para além de se ter apossado das terras que tinha adquirido em Santiago, a mando e com os fundos do PAIGC. Querido confessa que se viu numa situação

difícil. *«De Conakry vinha tudo cozinhado»,* acusa. Por isso, no fim da reunião, ele afirma ter-se declarado desligado do PAIGC. Mas, curiosamente, passados mais de 20 anos, é o próprio Querido a considerar o seu afastamento uma *«coisa interessante»,* já que continuou a ter contactos com alguns dos seus velhos companheiros, em especial com Pedro Pires e Osvaldo Lopes da Silva ou, ainda, com Aristides Pereira e Silvino da Luz. *«De vez em quando telefonavam para saber como eu estava, conversávamos...»*

Olívio Pires lembra-se de que, na altura, pendiam fortes suspeitas sobre Jorge Querido, pessoa por quem, faz questão de sublinhar, nutria e nutre grande admiração, quanto mais não seja por ser ele, Querido, um dos militantes da causa nacionalista que o mobilizou, pelo que lhe deve parte do seu entusiasmo pela luta. Mas, independentemente disso, acrescenta que se levantaram muito mais suspeitas do que as evocadas por Querido no seu livro, **Cabo Verde, Subsídios para a história da nossa luta de libertação**, facto, aliás, também referido por Manuel Faustino na sua resposta, **Jorge Querido: Subsídios sob suspeita**, uma delas a viagem que fez às Canárias para participar num congresso da sua área profissional, precisamente durante a sua estada em Portugal.[2] Diante disso tudo, Olívio Pires desabafa: *«Por mais que ele fosse das nossas relações, era difícil defendê-lo.»*

Ainda de acordo com aquele dirigente, a partir de uma certa altura Jorge Querido passou a gozar de má imagem entre os militantes da causa nacionalista, com a sua direcção a ser altamente questionada. *«Mas não foram apenas as informações levadas pelo Amaro ou pelos restantes membros de Lisboa sobre o Jorge que passaram a nos preocupar. Tínhamos informações de muitas outras fontes. Por exemplo, em Dezembro de 1973, apareceu em Roterdão o Júlio Martins a criticar virulenta e publicamente o Jorge, por causa do seu comportamento em Cabo Verde.*[3] *Com o 25 de Abril, constatámos que havia, efectivamente, muita desconfiança em relação a ele. O facto de ter sido preso pela Pide e solto pouco depois contribuíra para acentuar essa desconfiança».*

Neste ponto, para ilustrar o seu testemunho, Olívio Pires evoca um outro episódio demonstrativo de tal desconfiança: *«Quando fomos a Londres encontrarmo-nos com a delegação do PAIGC que negociava com os portugueses, já na sala do embarque, recebi, através do sistema de comunicação interna do aeroporto, uma mensagem de alguém a chamar-me. Fui ver e era o Felisberto Vieira Lopes, que me queria alertar para tomar cuidado com o Jorge».*

Ainda em relação a tais acusações ou suspeitas, Olívio Pires confessa que a própria direcção do PAIGC teve dificuldades em agir, já que lhe faltavam meios eficazes para promover uma investigação apurada sobre o caso. *«O 25 de Abril talvez tenha ajudado a resolver o problema»,* suspira. Para todos os efeitos, segundo Pires, Jorge Querido era um militante que gozava da estima dos seus velhos companheiros, sobretudo

junto de Amílcar Cabral, facto, aliás, de que os seus adversários se puderam aperceber. *«Depois da tal reunião da Holanda, eles chegaram a elaborar um documento em que diziam acatar a nossa decisão mas que manifestavam a sua estranheza»*, sublinha Olívio Pires.

Na prática, a solução encontrada — a "sugestão" para o próprio Querido suspender ou manter-se afastado da direcção do partido em Cabo Verde — acabou por desagradar aos dois lados. Conta Olívio Pires, novamente: *«O grupo de Lisboa queria, no fundo, que expulsássemos o Jorge; e o Jorge, baseando-se na amizade e conhecimento que dele tínhamos, talvez esperasse que tomássemos partido por ele. Da nossa parte, foi por benefício da dúvida que fizemos questão de o chamar, e ao grupo de Lisboa para passar a questão a limpo. Inclusive, para espanto nosso, à frente do Jorge, o grupo de Lisboa disse muito menos do que costumava dizer dele. Como não se disse nada de grave, a nossa decisão foi que o Jorge se mantivesse na direcção, mas um pouco afastado, evitando aparecer como figura de proa, uma vez que não podíamos ignorar outras informações que tínhamos acerca dele. Por razões várias, e para surpresa nossa, ele aceitou.»*

Ainda segundo Olívio Pires, a direcção do PAIGC ignorava que os desentendimentos entre Querido e os elementos de Lisboa tivessem a ver com o que hoje chama de "esquerdismo" dentro daquele partido, questão que irá mais tarde ganhar expressão com o fenómeno do trotskismo. *«Na verdade, não tínhamos ideia de nenhum* ismo *entre nós. No máximo, admitíamos que uns queriam ir mais depressa que os outros, interpretando certas situações como fenómenos da luta, que, às vezes, têm a ver com a idade das pessoas envolvidas, a forma como se entregam à causa etc. Hoje vejo que era fácil acusar o Jorge de desvio à direita. Nós também fomos acusados disso. Mas não acredito que houvesse apenas maquiavelismo para o destruir. Sou levado a crer que nem tudo o que se dizia dele era invenção. Houve erros seus que foram explorados, ainda que exageradamente.»*

Atenuado ou ultrapassado o problema à volta de Jorge Querido, Olívio Pires revela que houve várias tentativas em trazê-lo de volta para o seio do seu antigo partido. *«A primeira tentativa foi antes do III Congresso do PAIGC, em 1977, em Bissau. O caso dele foi debatido numa reunião da Comissão Nacional aí por volta de 1976. A questão não foi pacífica: houve um grupo que achava que se devia esquecer o passado e um outro, de que faziam parte os seus adversários, que se opôs terminantemente. O primeiro acabou, no entanto, por vencer. Comuniquei-lhe pessoalmente a decisão, mas ele não aceitou retomar a militância, talvez fosse demasiado tarde...»*

Houve uma outra tentativa, esta mais recente, por altura da abertura, em 1990, também sem resultado. Vinte anos depois da reunião da Holanda, Olívio Pires diz não entender como Jorge Querido se deixou abater. *«Ele era um indivíduo inteligente, com garra. Pode ser que tenha havido algum exagero em relação a certas coisas que se diziam dele. Mas mesmo entre*

aqueles que fizeram uma mudança de 180 graus, e que não estão hoje no PAICV, eu não acredito que eles tenham feito a mesma mudança em relação ao Jorge.»

Abílio Duarte subscreve o depoimento de Olívio Pires e, em relação a Jorge Querido, nega que a decisão tomada tivesse ido *«cozinhada»* de Conakry. Vítima ele próprio do que chama de *«intrigas»* dentro do PAIGC, Duarte diz ter achado que a melhor forma de esclarecer o assunto era pôr as cartas sobre a mesa, confrontando *os «fulanos de Lisboa»* com as acusações que vinham fazendo a Querido e dar a este uma chance de se defender: *«O certo é que os fulanos de Lisboa não foram rigorosos nas afirmações que vinham fazendo sobre o Jorge»*, acusa. E , tendo em conta o que viria a acontecer mais tarde, Duarte conclui: *«Houve, quanto a mim, uma intenção de passar a perna ao Querido, só que houve também dados que ele não conseguiu rebater».*[4]

Para Jorge Querido, não havia nada a rebater. *«Tudo vinha cozinhado de Conakry, repito. A questão das terras de que me acusavam foi um projecto levado avante com o conhecimento de Conakry, o Alexandre de Pina estava envolvido e sabia de tudo; acusaram-me de ter ligações com a UPICV pelo simples facto de a mulher de José Leitão ser minha irmã; acusaram-me ainda de ter* "relações incorrectas" *com as mulheres, mas nem perdi tempo com isso, porque a minha vida pessoal só a mim dizia respeito; e, finalmente, quanto à questão dos nomes para a CNCV, o Abílio voltou-se para nós e disse:* "Trouxemos directivas para examinar a situação em Cabo Verde e meter na CNCV o Amaro, o Manuel Faustino e o Djidjé". *Diante disso, para mim, não havia mais nada a dizer — peguei na minha maleta e fui-me embora.»*[5]

Questionado sobre o método que conduziu à escolha de Amaro da Luz, Manuel Faustino e José Luís Fernandes para integrarem a CNCV, Abílio Duarte responde que, solicitada por esse órgão, a lista foi comunicada pelo Comité Coordenador em Portugal, limitando-se a reunião de Roterdão a ratificar a decisão, não obstante o espanto experimentado em Conakry quando não se viu o nome de Jorge Querido na lista em causa. Dos escolhidos, recorde-se, Amaro representava os militantes em Portugal, enquanto Fernandes, que já se encontrava em Cabo Verde, os das ilhas de Sotavento, e Faustino, que estava em vias de regressar e fixar-se em S. Vicente, os militantes de Barlavento. Sobre a exclusão de Jorge Querido, Amaro da Luz responde: *«Não elegemos o Jorge porque ele não nos inspirava confiança».*[6]

Diante da franqueza, Jorge Querido responde, de forma não menos franca: *«Eu também não confiava neles. Sobretudo no Faustino, no Djidjé e no Pereirinha [Emanuel Pereira Silva]. Para o chamado grupo de Lisboa, eu era um obstáculo a transpor. Conakry não sabia, de forma profunda, o que se passava em Cabo Verde. As informações que tinha eram as que a malta de Lisboa lhe mandava.»*

À semelhança de Olívio Pires, Abílio Duarte não esconde a ami-

zade e o respeito por Jorge Querido, e chama a atenção para o período em que se vivia. A reunião de Roterdão acontecia poucos dias depois do 25 de Abril, precisamente num momento em que, em Londres, o PAIGC negociava com Portugal a descolonização da Guiné e de Cabo Verde. *«Estávamos em Cabo Verde numa fase extremamente delicada, de transição de uma luta clandestina para uma luta aberta, as nossas estruturas eram embrionárias. Por isso mesmo é que se deixaram as portas abertas para que o Querido pudesse reentrar depois. Como tinha sido uma figura importante, em quem Cabral depositava a sua confiança, ele deve ter-se sentido diminuído e não aceitou a solução encontrada».*

«Aceitar ou não aceitar, que consequência teria?» — rebate Jorge Querido, novamente. *«Eu nunca me considerei suspenso — eu me considerei fora, e nunca me aproximei do partido para nada! Quando, em 1976, me pediram para retornar, eu nem sequer respondi. Quando o meu afastamento aconteceu, em Cabo Verde, ninguém conhecia o pessoal que estava em Conakry... O próprio Pedro Pires só se tornou conhecido com as negociações em Londres. Em termos estratégicos, a escolha de Conakry foi acertada, e talvez no lugar deles fizesse a mesma coisa. Só acho mal que não reconheçam isso e tentem outras interpretações para justificar o que se passou.»*

Solte o Querido!

Na entrevista que António Lopes dos Santos me concedeu, o nome de Jorge Querido acabou por vir à baila, por iniciativa do próprio antigo governador de Cabo Verde, que, a propósito da prisão de Querido em Janeiro de 1974, comentou: *«O engenheiro Querido vinha fazendo um bom trabalho na Brigada de Águas Subterrâneas. Ele foi preso pela Pide e, se não me falha a memória, pois já lá se vão muitos anos, passado pouco tempo apareceu-me no Gabinete um inspector de Minas, chefe dele, a dar-me conta do sucedido. Mandei chamar o inspector da Pide e ordenei-lhe que o libertasse.»*[7]

As relações de Lopes dos Santos com o chefe da Pide/DGS na Praia não eram boas, segundo alguns dos seus colaboradores. Convencido que tinha fisgado o chefe dos *turras*, diante da ordem para soltar Querido, António Augusto Bernardo tenta bater o pé. De novo, Lopes dos Santos: *«Ele resmungou, dizendo que eram ordens de Lisboa. Eu respondi-lhe*: "Ordens ou não de Lisboa, como governador, eu é que mando em Cabo Verde. O sr. solte-me imediatamente o Querido!" *O tal inspector continuou a refilar, mas lá aceitou, dizendo que iria informar Lisboa, o que fez através de um telegrama ao Barbieri. O Querido veio para Lisboa com o inspector de Minas, porque, se não, com o meu regresso definitivo, a Pide botava-lhe novamente as mãos. O Querido foi um dia agradecer-me ao meu gabinete, em Lisboa, no Ministério do Ultramar. Ele era um homem muito inteligente e muito competente nas suas funções.»*

Jorge Querido conta que a sua prisão aconteceu rapidamente, numa tarde, depois de ter ido levar o seu chefe, Artur Figueiredo Nunes, à Pousada. *«Estávamos num período conturbado. Já tinham preso o Aleixa, o Fogo e outros rapazes, nomeadamente o Eurico Monteiro, o Homero Vieira Lopes, que era um exaltado... Lembro-me dele, impaciente, a dizer* "precisamos fazer alguma coisa" *e eu:* "Estamos a tentar fazer alguma coisa, Homero! É preciso calma." *Um dia ele aparece-me a dizer:* "Nós já nos organizámos". *Pouco depois soube que ele e o Eurico tinham sido presos.»*

Referenciado pelas autoridades como o "rosto visível" do PAIGC, por esta razão chamado várias vezes a depor na Pide, advertido, inclusive por carta, pelo inspector Pereira de Carvalho, Jorge Querido já contava com a sua detenção, que acaba por acontecer, uma vez mais, na sequência da prisão de um grupo de indivíduos afectos às hostes nacionalistas. *«Nessa altura o governador chamou-me, estava preocupado, mas não me disse nada. O Lopes dos Santos era muito esperto na maneira de abordar as coisas. Na altura estava cá o inspector Figueiredo Nunes. Fomos à Pousada, deixei-o e, na volta, a Pide interceptou-me. Levaram-me e deixaram o meu carro onde é hoje o hotel Marissol. O inspector Bernardo disse-me:* "Temos informações seguras de que está envolvido. *Perguntei-lhe:* "Estou preso?"; "Não, não está, são apenas averiguações", *respondeu. O Figueiredo Nunes soube e acabou por me ir ver. Sei que houve conversações entre o inspector da Pide e o inspector de Minas. Prender um engenheiro na altura era uma coisa complicada.»*

De facto, ao tomar conhecimento da prisão do seu colaborador, Artur Figueiredo Nunes entra imediatamente em acção. Na impossibilidade de contactar Lopes dos Santos, que se encontrava de visita de despedida às ilhas do Maio e do Fogo, Figueiredo Nunes consegue resgatar Jorge Querido depois de um telefonema ao secretário de Estado do Ultramar, Sacramento Monteiro, com quem geralmente despachava os assuntos relativos à Brigada de Águas Subterrâneas. *«Contei-lhe o sucedido e solicitei que ele entrasse imediatamente em contacto com o Director-Geral da DGS-PIDE, pois, caso o Engenheiro Querido não fosse solto imediatamente eu regressaria no dia seguinte a Lisboa, deslingando-me, completamente, dos assuntos relativos a Cabo Verde».*[8]

Na mesma noite, Figueiredo Nunes teve a resposta, através do chefe da DGS. Ele *«abordou-me para me comunicar que o Engenheiro Querido seria solto na manhã seguinte. Disse-lhe que eu próprio o iria buscar, acrescentando que tomaria as necessárias providências para que tal caso não viesse a repetir-se e que esperava que ele, muito em breve, recebesse instruções a esse respeito».*[9]

Conhecedor do meio cabo-verdiano, Figueiredo Nunes tem o cuidado de circular com Jorge Querido pela cidade no claro intuito de mostrar que o mesmo estava livre e que nada lhe acontecera. Entre o irónico e divertido, o seu subordinado ainda lhe pergunta: *«Você quer me exibir?»*

A resposta foi: *«Há um pormenor: do acordo que eu consegui, você tem que viajar comigo amanhã para Lisboa.»* [10]

De Portugal, Jorge Querido deveria ser transferido para Angola ou Moçambique, ainda como consequência dos bons ofícios de Figueiredo Nunes. Uma vez em Lisboa, Querido informa os seus companheiros do Comité Coordenador do sucedido. *«O grupo achava que eu devia entrar para a clandestinidade, o que eu não aceito, porque não confiava neles e nem queria entregar-me totalmente nas mãos deles, porque se não estava lixado. Fiquei à espera de uma decisão do meu destino no ministério. Houve, entretanto, uma reunião da Burgeap, da qual tomei parte como inspector em Cabo Verde e foi posta a questão da minha substituição. Os fulanos da Burgeap — franceses — ficaram espantados, reclamaram. Falei com eles, em privado; eram progressistas. Disseram-me que, se eu precisasse de alguma coisa, poderiam ajudar-me. Pedi-lhes que pressionassem para que eu não saísse de Cabo Verde. Disseram aos portugueses que só continuariam com o projecto se eu continuasse à frente dele. Por causa disso, fui sentindo maior flexibilidade e deixou-se de falar da minha ida para Angola ou para Moçambique. Entretanto, fui ficando no ministério sem fazer nada, forcei um pouco a coisa e acabei por regressar a Cabo Verde em Março. E, por esta razão, os fulanos do Comité Coordenador espalharam que eu tinha sido promovido por causa do acordo com a Pide. O 25 de Abril apanha-me em Cabo Verde. Vou em Maio para Lisboa e Holanda e, no meu regresso por Lisboa, recebo ordens do Almeida Santos para esperar. Esperei uma semana, como tinha bilhete de ida e volta, regressei. Ainda me levantaram um processo disciplinar que não deu em nada.»*

Manuel Rodrigues sai de cena

Para além de Jorge Querido, o 25 de Abril acaba por ditar o afastamento de vários outros antigos dirigentes da clandestinidade em Cabo Verde e também a uma série de fenómenos, próprios de situações do género. Com efeito, tendo as vias abertas, cada um, no dizer de Manuel Faustino, vê nisso a oportunidade de ir *«vender o seu peixe»* em Conakry ou em encontros com representantes da direcção do PAIGC na Europa. *«Houve indivíduos que, depois do 25 de Abril, fizeram a sua corrida: uns fizeram-na de forma inteligente, outros não»*, anui Jorge Querido.

Também em Maio, e por moto próprio, Manuel Rodrigues dirige-se a Roterdão para encontrar-se com os dirigentes aí localizados, Abílio Duarte, Olívio Pires e Osvaldo Lopes da Silva. Do encontro resulta uma espécie de ruptura com o PAIGC, não assumida de forma clara, no início. *«Eu não concordava com uma série de coisas que se andavam a fazer em Cabo Verde em nome do PAIGC, nomeadamente panfletos, que davam uma imagem errada do partido. Quando apresentei o meu relatório, dei conta que o comité que havia aqui estava desmantelado e que era preciso criar outro, que*

trabalhasse à luz do dia e não sob a capa da Frente Ampla. E quando me disseram que o novo comité seria integrado pelo Djidjé, Centeio e mais uma pessoa que viria de fora, eu disse logo: "Com estes gajos não trabalho! Se tiverem alguma coisa para eu fazer, dêem-ma directamente." *Acharam que era indisciplina minha, eles já estavam com manias de hierarquia. O certo é que nunca mais me deram nada para fazer, mas, mesmo assim, ainda fui fazendo alguma coisa por eles e pelo meu país.»*

No entender de Manuel Rodrigues, houve em Cabo Verde uma luta pelo poder, que acabou por atirar homens como ele e outros elementos da clandestinidade pela borda fora do processo político em curso. *«Não é por acaso que surge todo um esforço para minimizar o nosso trabalho em Cabo Verde»*, queixa-se, com amargura. *«O espírito da malta aqui nunca foi de ambição do poder, ao contrário do pessoal que estava em Lisboa ou em Conakry. Eles, sim, estavam nos meandros do poder. E, por causa disso, cedo desenhou-se aqui um cenário de suzerania de uns em relação a outros.»*

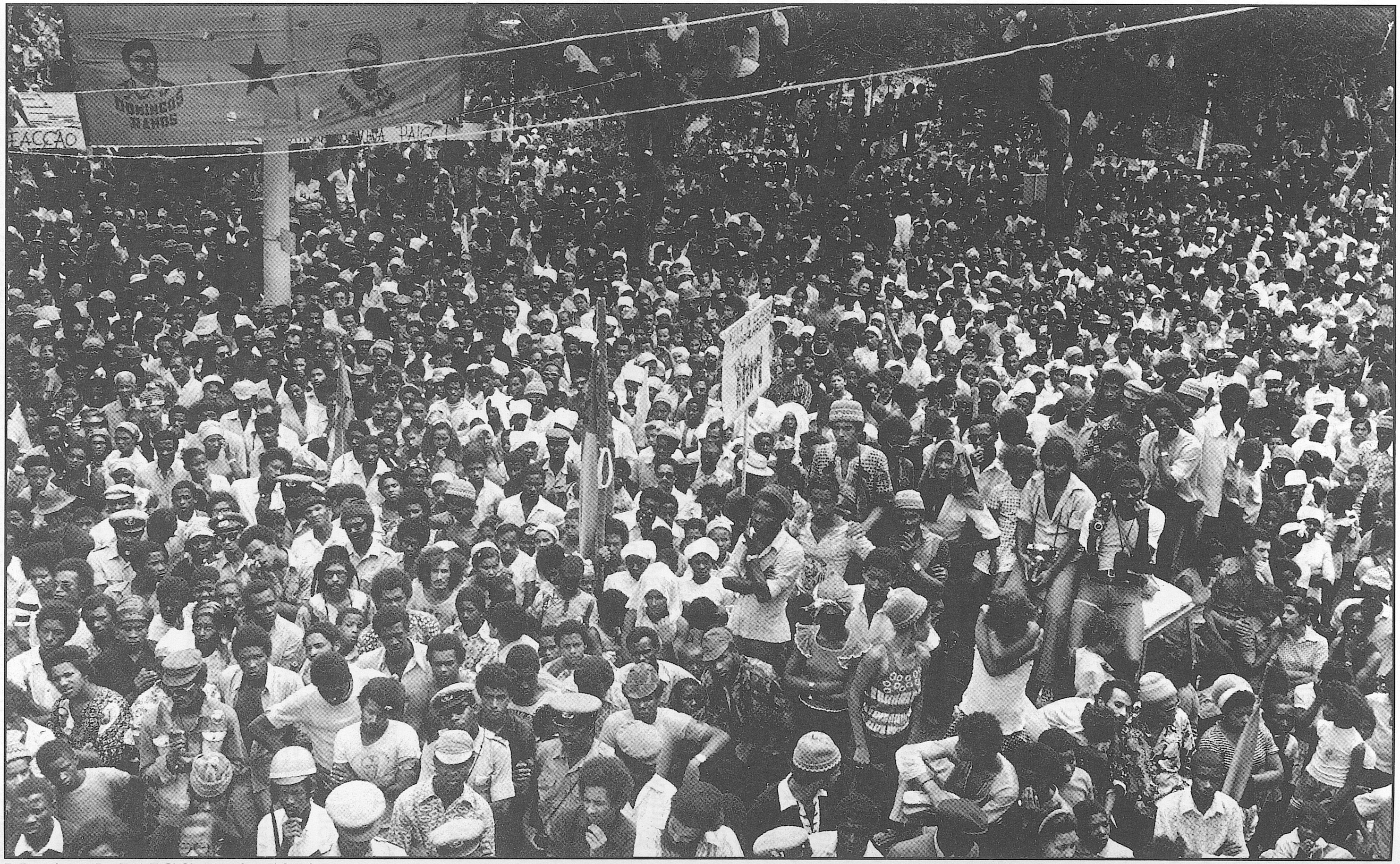
Referindo-se a Jorge Querido, Rodrigues assume-se como a pessoa que o convenceu a instalar-se em Cabo Verde e, mais tarde, da necessidade de se criarem, aqui, condições de trabalho para que os militantes da independência não dependessem do Estado. *«Vi que tínhamos de começar pela agricultura e avançar depois para outras áreas, nomeadamente construção civil — foi assim que surgiu a Empreitel, em S. Vicente; e foi assim também que surgiu a história das terras em que acabaram por envolver o Querido. Tínhamos gente a trabalhar em Lisboa, era preciso metê-la aqui, preparar condições, até mais tarde, para a construção do país. Era um projecto a longo prazo. A palavra de ordem era* "entrar em Cabo Verde", *só que a Pide não deixava ninguém vir; e quem aqui estava viu-se também obrigado a sair, casos do Onésimo, Amiro Faria... Os portugueses não queriam que cada novo quadro voltasse para a sua província de origem. Além do mais, o próprio Amílcar Cabral passou a ter dificuldades em receber mais cabo-verdianos na Guiné. Era gente formada, por mérito próprio, acabaria por impôr-se na direcção, pelo que a nossa presença tornou-se um bocado incomodativa, do soldado raso ao dirigente.»*

Com a independência, Manuel Rodrigues acabará, pouco a pouco, por situar-se no campo crítico do seu antigo partido, até aderir, anos mais tarde, à União Cabo-Verdiana Independente e Democrática (Ucid). *«Eu não caí em desgraça, mas também não estava na graça deles»*, faz, no entanto, questão de ressalvar. Tido como desbocado, porque, segundo ele próprio, Rodrigues não tinha papas na língua, começa a sentir a falta de ar para respirar, acabando, ironicamente, por emigrar para a Guiné-Bissau. *«Eu tinha a minha empresa, mas o trabalho aqui estava reduzido a zero, não andava a fazer nada. Ainda dei aulas um ano no Liceu da Praia e pude apreciar toda a bagunça entre os trotskistas, os maoístas e os marxistas-leninistas. O Fernando Fortes esteve cá por volta de 1976/77, éramos*

amigos desde S. Vicente, almoçámos juntos, ele fez-me as suas queixinhas, eu fiz-lhe as minhas. Deram-lhe um ministério [das Telecomunicações] e não tinha um engenheiro, sequer. Vi que, se eu não fosse para a Guiné, mais cedo ou mais tarde, seria preso. Os mais velhos sabiam que eu não era reaccionário, mas os mais novos não. A maltinha mais nova não entendia a minha independência. Está a ver: eu nunca fui candidato a preso à toa, nem dos portugueses e, muito menos, dos nossos!»

Notas

[1] José Vicente Lopes, "Quem tramou Jorge Querido?" **A Semana**, "Especial 25 de Abril", Praia, 25-04-94. A presente versão sofreu alguns acréscimos.
[2] Cf. Jorge Querido, **Cabo Verde, Subsídios para a história da nossa luta de libertação**, Vega, Lisboa; e Manuel Faustino, **Jorge Querido: Subsídios sob suspeita**, Ilhéu Editora, Mindelo, 1990.
[3] Júlio Martins nega que algum dia tenha feito tal apreciação. *«Eu não tinha motivo para atacar uma pessoa que sabia estar do meu lado na luta contra os trotskistas. Além disso, o Jorge era e continua a ser meu cunhado»*. Praia, 18-02-98. Olívio Pires, por seu turno, mantém a sua palavra: *«Ele disse e chamei-lhe a atenção, dizendo-lhe que ele não devia fazer afirmações do género sobre um companheiro de luta que nem sequer estava presente e que, por isso, não podia defender-se»*. Contacto telefónico.
[4] Entrevista: Abílio Duarte, Carnaxide, 30-03-95.
[5] Entrevista: Jorge Querido, Praia, 01-06-95.
[6] Entrevista: Amaro da Luz, Praia, 02-02-95.
[7] Entrevista: António Lopes dos Santos, Oeiras, 22-03-95.
[8] Carta de Artur Figueiredo Nunes ao autor. Lisboa, 31-03-97. Diante das duas versões, de Figueiredo Nunes e de António Lopes dos Santos, Jorge Querido admite que os dois portugueses possam ter agido individualmente a seu favor.
[9] Carta de Figueiredo Nunes.
[10] Entrevista: Jorge Querido, Praia, 01-06-95.



Meeting do PAIGC, Praia, 1974

28
CABO VERDE: CORPO A CORPO

Em Cabo Verde, com o 25 de Abril, os acontecimentos sucedem-se num ritmo vertiginoso. Passada a surpresa do golpe em Portugal, logo surgem três teses em relação ao futuro do arquipélago. De um lado, o PAIGC, que preconiza a independência e a unidade com a Guiné-Bissau; do outro, a UPICV, que é a favor da independência, mas sem quaisquer vínculos externos; e, ainda, a União Democrática de Cabo Verde (UDC), criada em Maio, no Mindelo, e presidida pelo advogado João Baptista Monteiro, que, embora aceitando o princípio da autodeterminação e, mais tarde, da própria "independência total", subscreve o projecto federativo do general António de Spínola.

«A independência sem a criação prévia de estruturas básicas que garantam o mínimo de estabilidade económica e governativa poderá comprometer a própria liberdade que acabas de conquistar, conduzindo-te, de regresso, a uma segunda fase do colonialismo sob o domínio da nação que então venha em teu socorro», pode ler-se num folheto da UDC, assinado por Monteiro. Num depoimento publicado em **O Arquipélago**, ele explica que não vai *«pedir a independência incondicional e imediata, como tem sido feito por alguns»* por entender *«absurda»* tal ideia. *«E não é por medo de morrermos de fome que não fazemos tal pedido. Não pedimos, simplesmente porque ela não é possível, neste momento.»*[1]

Monteiro, que exige no mesmo depoimento que a voz da UDC seja também escutada no processo negocial cabo-verdiano e que os acontecimentos posteriores levam a emigrar para o Brasil, diz duvidar que o PAIGC seja *«realmente (...) o único e legítimo representante do povo»* das ilhas.[2] Defende, em contrapartida, que Cabo Verde seja governado numa primeira fase por *«cabo-verdianos de reconhecida idoneidade e conhecedores das nossas realidades»*, a formação de uma *«Assembleia Legislativa, livremente eleita»* e uma série de outras reivindicações sociais e económicas. *«Só depois de obter todas essas coisas, só depois de o caboverdiano sentir que as suas necessidades básicas estão satisfeitas, então, sim, poderemos falar sobre a independência.»*

Segundo Francisco Mascarenhas, que esclarece nunca ter pertencido à UDC, embora admita que a tenha apoiado, acabando, por esta e outras razões, por ser saneado da administração pública, os dirigentes dessa força política *«tinham pouca ou nenhuma ligação com a*

grande maioria dos cabo-verdianos residentes e, na diáspora, e não tinham meios materiais para desencadear uma acção política eficaz em todas as ilhas, mormente nas Nações Unidas. A sua hipótese de se afirmar era frágil, até porque o PAIGC propagava que era um partido neo-colonialista, a soldo de endinheirados da terra e dos saudosos, em Portugal, do colonialismo».[3]

Adriano Brito faz a mesma leitura: *«Dizia-se que a UDC era um partido ligado à direita portuguesa. Não tinha grande expressão, mas tinha a Rádio Barlavento, onde emitia os seus comunicados ou fazia uma campanha violenta contra o PAIGC, enquanto nós tínhamos dificuldades em fazer passar a nossa mensagem. Havia muita gente que não queria a independência, entre os quais o grupo dos intelectuais liderados por Baltasar Lopes. Quando a UDC apareceu, os seus responsáveis pediram um encontro connosco. Não aceitámos, porque, para nós, eles eram um grupo de oportunistas, sem nenhuma representação social, indivíduos completamente desgarrados da realidade deste povo. Muitos deles queriam a independência 10 anos depois, enquanto nós achávamos que não. A independência tinha de ser já».*

Ângelo Lima, que se autodefine como *«cabeça de touro»* da UDC, porque era ele quem mais dava a cara, tem também a sua leitura daquele conturbado período. Mas, antes de entrar no cerne da questão propriamente, denuncia o que considera *«comportamento imoral dos responsáveis do MFA em Cabo Verde, comunistas, que se associaram ao PAIGC, contrariando os próprios princípios básicos que deveriam conduzir o comportamento de todo o homem democrata...»*

Antes, porém, de prosseguir nas suas queixas contra o MFA, Lima desabafa: *«Todos nós éramos do PAIGC, porque o PAIGC estava dentro de nós, todos éramos a favor da independência. A criação da UDC tem como origem os actos de vandalismo que começaram a ser praticados em S. Vicente por marginais, em nome do PAIGC, sem que os responsáveis deste partido tivessem feito nada contra isso. Quando se deu o 25 de Abril, toda a gente festejou. Logo depois, o carro do dr. Alexandre Silva foi incendiado».*[4]

Em termos políticos, Lima esclarece que a intenção da UDC era exigir de Portugal *«um comportamento que nos permitisse andar com os nossos próprios pés»*. Infelizmente, na sua opinião, o importante para as autoridades portuguesas era verem-se livres de Cabo Verde: *«Suponho que, por sermos uma terra pobre, e, provavelmente, um futuro pesadelo económico, isso as levou a pôr de lado, sem quaisquer escrúpulos, a responsabilidade política que lhes devia caber como exploradores da nossa terra durante 500 e tal anos».*

A UDC acabou por ser a corporização das apreensões de um determinado sector cabo-verdiano, sobretudo são-vicentino, que temia o PAIGC. No seu programa político, ela advogava *«a livre escolha do destino do povo do arquipélago por sufrágio universal e directo segundo os mais sãos princípios da democracia»*, defendendo, dentro do quadro fede-

rativo, o auxílio de Cabo Verde por Portugal. Além de defender a economia aberta e livre, essa força política diz pugnar também por uma justiça social, baseada na igualdade dos cidadãos, sem qualquer tipo de discriminação ou exploração humana, ou ainda *«a consolidação das estruturas necessárias à verdadeira independência de Cabo Verde».*[5] Para Jorge Almeida Fonseca, vice-presidente da UDC, *«A ideia da independência estava no espírito de todos os cabo-verdianos, mas uma independência com os pés assentes no chão»,* o que não podia acontecer há 20 anos, sob pena *«de nos vendermos ao primeiro país que nos estendesse a mão».*[6]

Antes do aparecimento formal da UDC, que acontece a 25 de Maio durante um *meeting* na praça do antigo liceu Gil Eanes, as forças-vivas de S. Vicente encontram-se em casa de Baltasar Lopes e procuram reagir aos acontecimentos gerados com o 25 de Abril. A primeira solução foi criar o Grupo de Acção Democrática de Barlavento. Além do autor de **Chiquinho**, tomam parte em tais encontros o escritor e professor liceal António Aurélio Gonçalves, o médico e escritor Henrique Teixeira de Sousa, o também médico-estomatologista Aníbal Lopes da Silva, o professor liceal João Quirino Spencer etc.

Em testemunho público, Lopes da Silva define nestes termos os objectivos de tal iniciativa: *«equacionar e discutir a problemática caboverdeana dentro do espírito democrático, de modo a permitir-nos escolher a melhor forma de atingir o nosso objectivo final: A Independência Política de Cabo Verde.»* E, na parte que lhe toca, avança: *«Por mim, pessoalmente, só admito a independência política como consequência da independência económica! Mas merecerão confiança os que nos têm afirmado sempre que não temos possibilidades de independência económica?»*

Aníbal Lopes da Silva fora uma das primeiras pessoas, em S. Vicente, a tomar conhecimento do 25 de Abril. A notícia fora-lhe transmitida, às 11 horas desse mesmo dia, por Júlio Siminhas, conhecido rádio-amador e membro do Rádio Clube do Mindelo. Figura bem relacionada e prestigiada do meio mindelense, não constituiu nenhuma surpresa a sua inclusão no grupo dos cidadãos que passa a encontrar-se em casa do seu primo Baltasar. *«Entre os presentes»*, diz ele, *estavam indivíduos ligados ao PAIGC, outros que eram contra a independência. Todos davam a sua opinião. O que se pretendia era discutir o problema de Cabo Verde. De uma maneira geral, poucos de nós, inclusive o dr. Baltasar, estávamos de acordo com os princípios e com a maneira como o PAIGC entrou aqui.»*[7]

Ainda na parte que lhe toca, Lopes da Silva esclarece que nunca se identificou com nenhum partido, embora, politicamente, se pudesse situar na área antifascista. Nascido em Santo Antão, a 19 de Junho de 1915, ele fez os seus estudos liceais em Portugal e em Espanha, e universitários em Portugal. Não esquece o choque que experimentou quando, em 1938, foi para Paris especializar-se em estomatologia. *«Paris foi*

para mim um deslumbramento. O José Vicente não faz ideia do que era viver num país tacanho como Portugal e, de repente, viver num país onde se podia falar de tudo. Uma coisa que me espantou era a liberdade entre os jovens.»

Concluída a especialização de dois anos, o jovem Aníbal fixa-se em S. Vicente, em Maio de 1940. *«Quando cheguei ao Mindelo, havia aqui uma sociedade bastante fechada. Havia um bloco aristocrático, no sentido social. Esse círculo era representado pelo Grémio. Ali não tinha entrada quem não fosse da média-burguesia.»*

Para além de ter pertencido a esse clube, Lopes da Silva foi um dos responsáveis pela Rádio Barlavento, propriedade do Grémio. Metódico e disciplinado, entre 1955 e 1965, escreveu e realizou o programa "Revista Sonora", onde geralmente abordava, com o cuidado que a época impunha, os acontecimentos da semana. Pelo programa passaram o almirante Gago Coutinho, a fadista Amália Rodrigues, o escritor Vitorino Nemésio, além de autoridades ou figuras cabo-verdianas.

Embora duvidasse que Cabo Verde pudesse ser independente, sendo por isso a favor da adjacência, Lopes da Silva não era indiferente ao que se passava em seu redor. Bastava-lhe a própria censura a que a "Revista Sonora" passou a estar sujeita, depois de uma fase em que o governador Abrantes Amaral lhe dera carta branca. Por altura do julgamento, na Praia, de quatro militantes do PAIGC, em 1969 (Lineu Miranda, Luís Fonseca, Carlos Tavares e Jaime Schofield): o chefe da Pide/DGS em S. Vicente, Miguel Henriques Nunes, capta um comentário feito por Lopes da Silva, numa conversa de bar com o juiz Freitas Morna, queixando-se o médico de que *«não havia direito que um indivíduo fosse condenado em 5 anos de prisão maior, pelo simples facto de andar a distribuir propaganda do Amílcar Cabral»*.[8]

Duas gerações

Para todos os efeitos, ao tomarem conhecimento dos encontros em casa de Baltasar Lopes, as estruturas do PAIGC reagem imediatamente. *«Passámos a mandar para essas reuniões o Luís Fonseca, o Lineu Miranda, o Augusto Costa, o Lela Rodrigues, este com bastante experiência»*, conta Adriano Brito, para quem *«essa gente era contra a independência. Foi o Lela que, praticamente, os convenceu a parar com aquilo»*.

Segundo Luís Fonseca, Manuel Rodrigues, vindo da Praia propositadamente para um desses encontros, passou a fazer a ponte entre aquela geração e a nova, esta muito mais decidida em relação à independência. *«Quando soubemos que eles se andavam a reunir, eu próprio fui falar com o dr. Baltasar, explicando-lhe que nós já tínhamos uma organização e que era preciso concentrar forças. Para além da Frente Ampla, tentámos criar uma outra coisa que na altura pretendíamos chamar Grupo de Acção Democrática*

de Cabo Verde. Eles, Baltasar e Cia., defendiam Grupo de Acção Democrática de Barlavento.»

A reunião, diz Fonseca, não foi conclusiva. *«De facto, eram duas gerações, duas concepções diferentes. Lembro-me, por exemplo, a propósito de Cabo Verde ser base da Nato, enquanto nós defendiamos que não, porque, com isso, se tornava difícil a independência, para escândalo meu e do resto da malta, o dr. Baltasar disse:* "E por que não?! Uma base da Nato seria uma moeda de troca como qualquer outra!" *Isso provocou um "sururu" dos diabos. Outra coisa que nos perturbou foi também uma declaração de nho Roque [i.e. António Aurélio Gonçalves], a propósito do nome a dar ao grupo. Enquanto nós defendíamos Grupo de Acção Democrática de Cabo Verde, ele defendia Grupo de Acção Democrática de Barlavento, porque, segundo ele, o barlaventense é étnica, cultural e psicologicamente diferente do sotaventense! É claro reagimos também mal. Nho Roque era um indivíduo conservador, para quem a cultura começava e acabava na Europa. Mas esse mesmo nho Roque, que tinha uma visão pessimista da África, foi a Dakar, depois da independência, e voltou deslumbrado com o que viu. Encontrei-o por acaso no aeroporto e dirigi-me a ele, puxando-lhe conversa, e ele acabou por me dizer:* "Rapaz, e eu que pensava que só nós é que tínhamos cultura nesta África!" *Ele, pelo menos, era capaz de fazer uma autocrítica.»*

Por sua vez, antes de entrar directamente na questão das forças vivas de S. Vicente, Manuel Rodrigues chama primeiro a atenção para a forma como a luta se desenvolveu nessa ilha e em Santiago. *«Santiago é uma ilha, S. Vicente é um cochicho. Uma vez convencido, o homem de Santiago jamais é torcido, o que não acontece com o mindelense. O 25 de Abril apanha Santiago numa maré melhor do que S. Vicente, apesar de aqui termos conhecido uma boa fase em 1965, que desapareceu com a minha saída, a do Onésimo Silveira e a do Amiro Faria. Com o 25 de Abril, houve vários pontos altos em Santiago: a libertação dos presos, os comícios, algumas agressões à Pide, o mal-estar criado pelas tropas coloniais do antigamente e a sua substituição etc., tudo isso jogou a nosso favor. Era preciso fazer qualquer coisa em S. Vicente e o local escolhido foi a casa do dr. Baltasar e nela não cabia toda a gente. Já havia também no PAIGC gente preocupada com o aparecimento de outras forças políticas, de modo que temiam o dr. Baltasar. Eu sei que ele era e foi sempre um homem a favor da independência, mas também sei que ele não era um homem de extremismos... Ele, o Serradas, o Velosa, o Jonas Wahnon falaram em independência em 1928. Em 1975, vêm com a história de que ele não era a favor da independência. Essa reunião na casa dele não teve para mim notas negativas. Cada um disse o que tinha a dizer. A nossa mensagem* "independência imediata e já", "PAIGC único e legítimo representante do povo de Cabo Verde", *tal como dizia a ONU, foi transmitida e teve a maioria. Havia, contudo, gente que achava que o PAIGC era comunista, essa gente é que se preocupou; daí outra reunião, com Jorginho Fonseca, João Baptista Monteiro,*

que veio dar lugar à UDC. Decidiram entrar na política porque sentiram que a vida deles estava em jogo, o que era legítimo. Também nesse período apareceu o Humberto Fonseca para proferir uma palestra. Não pude ir e mandámos o Arlindo Vicente Silva, uma vez que era preciso haver uma voz que pudesse contrariar o que fosse dito.»

A palestra de Humberto Fonseca, na capital, decorreu no Rádio Clube. Sérgio Centeio conta que o orador se apresentou dizendo aos presentes que fora incumbido pelas novas autoridades portuguesas de indagar o que o povo de Cabo Verde queria em relação ao seu futuro político. *«O Arlindo Vicente Silva toma a palavra e responde-lhe:* "Vá dizer aos seus patrões que o povo de Cabo Verde quer a INDEPENDÊNCIA!"»[9]

Apesar das diferenças, as relações entre as gerações representadas pela juventude do PAIGC e a de Baltasar Lopes continuaram, na medida do possível, por algum tempo. *«Procurámos manter contactos com essa gente»,* garante Adriano Brito. *«O que não aceitávamos era a sua posição em relação à independência».* Brito lembra-se também de que, dentro do espírito de boa vontade, o seu grupo ainda convidou Baltasar Lopes e Henrique Teixeira de Sousa a presidirem ao primeiro de uma série de *meetings* feitos no cinema Eden-Park, mas que o primeiro declinou o convite, alegando uma indisposição. Menos arredio, Teixeira de Sousa aceitou e este é, por sinal, um dos momentos que ele conserva na retina:

«Eu sabia que alguém do PAIGC teria de ir negociar a independência com o governo português. Mas num comício no Eden-Park defendi que o povo de Cabo Verde devia ser informado, passo a passo, das negociações que se estavam a desenrolar em Londres e que, depois, tiveram continuação em Argel. Na minha opinião, o povo tinha de se pronunciar acerca daquilo a que se chegasse sobre o seu destino. Havia também um problema importantíssimo, que era a associação com a Guiné. Pareceu-me que era um projecto que não iria resultar. Fui derrotado nesse comício. A assistência dizia que o PAIGC, como propulsor da independência, era entidade representativa do povo de Cabo Verde e o que se decidisse estava bem decidido. De igual modo, a unidade Guiné-Cabo Verde era uma coisa que se impunha, porque o povo de Cabo Verde descendia do povo da Guiné desde os tempos da escravatura.»

Apodados de vende-pátrias, traidores do povo, reaccionários ou cachorros de dois pés, os dirigentes ou aderentes da UDC em S. Vicente, e da UPICV em Santiago, tornam-se a encarnação dos adversários do PAIGC em Cabo Verde. Sempre em crescendo, a troca dos ataques políticos e pessoais irá ao longo dos meses seguintes marcar o relacionamento entre os vários actores que disputavam o controlo político do arquipélago. Ângelo Lima recorda-se de um dia acordar e ter encontrado as paredes da sua casa cobertas com *slogans* do PAIGC, para além do inevitável *«cachorro de dois pés».* A sua reacção foi pronta. Arranjou tinta e um pincel e escreveu em baixo, à luz dia, para que todos o vissem:

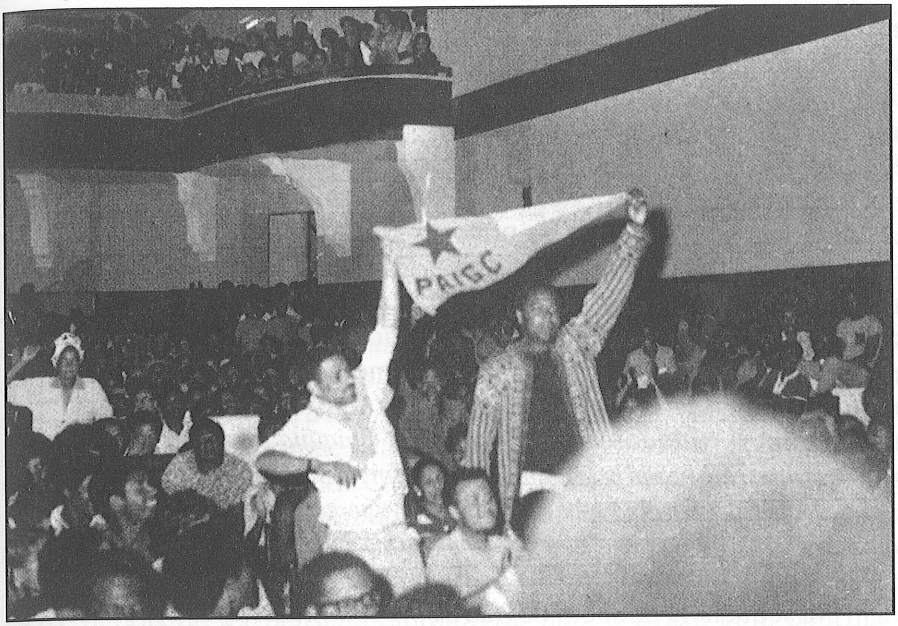


Foto: Djibla

Meeting no Eden Park, Junho de 1974

«Este é o calibre dos homens que querem governar Cabo Verde». Na Rádio Barlavento daria mais uma parte do troco, chamando, como era habitual, o PAIGC de bando de meninos malcriados, prostitutas e abutres.

PAIGC dá a cara

Da sua parte, passada a fase das desconfianças, o PAIGC desfaz-se da Frente Ampla e assume a própria identidade, depois de mais uma reunião em Roterdão entre Abílio Duarte e elementos da Coordenação em Portugal e em Cabo Verde, na qual se decide por uma actuação aberta e outra clandestina. *«O Partido deve impor-se legalmente, isto é, deve aproveitar-se das condições existentes para levar a cabo actuações abertas (comícios, manifestações e outras formas de pronunciamento público). (...) No respeitante ao trabalho clandestino, o Partido deve reforçar a sua actividade, concentrando nele o essencial do seu esforço. Deve-se ter em conta que todas as formas de luta são possíveis, incluindo a armada e daí a necessidade duma atenção particular ao trabalho clandestino».*[10]

Esta decisão tem como consequência o afastamento de Jorge Querido (Santiago) e Daniel Cardoso (S.Vicente), que são substituídos por José Luís Fernandes e Luís Fonseca, respectivamente. *«A Frente Ampla tinha sido constituída como um sinal de desafecção do PAIGC»*, explica Fonseca. *«Ela era, na verdade, uma capa para o PAIGC. Entre nós, havia uma corrente que defendia a existência de um núcleo ultraclandestina, como forma*

de autodefesa, uma vez que não tínhamos a certeza no que ia resultar do golpe em Portugal. Em Santiago estava à frente o Jorge Querido, porque tinha muita aceitação em Santa Catarina. Em S.Vicente, era constituída por mim, Daniel Cardoso, Dul, Isaura Gomes, Tito Ramos, Augusto Costa, Manuel Lima, António Coutinho, Toi Neves, enfim, os "suspeitos habituais"...»

No caso de S. Vicente, a escolha de Luís Fonseca para liderar o PAIGC local ocorre depois de um encontro, na Praia, entre Fernandes, José Tomás Veiga, Sérgio Centeio e Fonseca, que, na prática, vinha assegurando a liderança no terreno, arrastando consigo as massas anónimas do Mindelo. Quem anuncia a decisão é Carlos Reis, durante uma reunião feita no laboratório de Isaura Gomes. Embora a mudança fosse por todos considerada pacífica e necessária, houve, contudo, quem questionasse a metodologia utilizada. *«O Quiquito informou que o partido tinha decidido que era preciso um coordenador, por causa dos diversos grupos e células que iam surgindo em S. Vicente, e que esse coordenador era o Luís Fonseca. Achei que aquela não era uma forma correcta. E, é claro, não caiu bem...»*, revela Manuel Lima.

Na sequência também de outros procedimentos por ele considerados menos correctos, acaba por solicitar a sua desvinculação do partido. *«Isso em Novembro de 1974, e passei a ser visto como pessoa duvidosa.»* Manuel Lima esclarece, a propósito, que a sua ruptura não foi uma atitude publicamente assumida, uma vez que, na altura, alegou, por escrito, um motivo qualquer relacionado com a sua saúde, distanciando-se na prática, e cada vez mais, do PAIGC.

Conquistar Cabo Verde

Num outro nível, enquanto mantinha conversações com Lisboa e procura arrumar a casa em Cabo Verde, as estruturas centrais do PAIGC em Conakry despacham para as ilhas os seus quadros e activistas, a fim de aqui reforçarem os núcleos existentes e criarem um clima favorável às suas teses, a começar pela independência. Logo nos primeiros dias de Maio, chegam de Conakry Carlos Reis e João Pereira Silva: o primeiro instala-se em S. Vicente e o segundo em Santiago. De Lisboa chegam também Amaro da Luz, Manuel Faustino, Érico Veríssimo Ramos etc.

O 25 de Abril apanhara Carlos Reis no Congo, à frente de uma delegação do PAIGC, que se encontrava em contactos com os cabo-verdianos na zona da África central. Militante desde 1964, Reis viveu durante algum tempo entre Portugal e Cabo Verde, actuando sobretudo em S. Vicente e Santo Antão, e por pouco não foi preso com Lineu Miranda, Jaime Schofield e Carlos Tavares. Na Ribeira Grande, deu aulas no Externato, primeiro estabelecimento de ensino não primário, criado por Joaquim Monteiro, Lineu Miranda e António Lima, no âmbi-

to do projecto de mobilização nacionalista. Em 1969, meteu-se à estrada: foi primeiro a Paris e, depois, a Conakry. Leccionou na Escola Piloto, esteve na Frente Leste, na Marinha e actuou também na mobilização de cabo-verdianos no exterior. Diz ele: *«Quando ouvimos a notícia da marcha das Caldas da Rainha estávamos em Cabinda com o Lúcio Lara, do MPLA. Estava comigo o Severino, dos Picos. Com o 25 de Abril, interrompemos a missão e voltámos imediatamente a Conakry. Como todos queriam vir para Cabo Verde, fizémos aquele jogo infantil,* un, deux, trois, *para ver quem seria o primeiro. Ganhei eu. Antes de vir, ainda estive numa reunião do PAIGC em Roterdão. Fomos o primeiro grupo que entrou aqui, em meados de Maio. Vim eu, o José Rocha, o Henrique Semedo, o Sotero, o António Leite, o Manuel Piedade. Manda-se uma mensagem a dizer que estava tudo bem e é então que vem o João Pereira Silva.»* A preocupação fundamental, segundo Reis, era reforçar a solidez da organização em Cabo Verde. *«Ninguém podia prever que depressa se iria chegar a um acordo. Quando chego não faço alarido, mas, também, não me escondo.»* [11]

Militante desde 1965, João Pereira Silva chega a Conakry em 1970, depois de ter pensado em emigrar para o Brasil com os irmãos Irineu e José Gomes. Na capital guineense cedo dá-se conta do quanto custa uma luta de libertação nacional, em termos de privações: comía-se uma vez por dia e a Escola Piloto estava encerrada. *«Tinha havido uma série de mortes por infecção, um dos mortos foi precisamente o Zeca Santos»*, afirma. Segue depois para a Ucrânia, onde ficou entre Março de 1972 e Março de 1973, a receber instrução como oficial de Artilharia. Na Guiné-Bissau, esteve um ano em missões no Sul. O 25 de Abril apanha-o em pleno mato, precisamente no momento em que o seu grupo estava a mudar de base: *«Acordei e achei gente a falar do golpe em Portugal. Creio que foi o Tchifon quem me deu a notícia. Logo nesse dia arranjei transporte para Boké, onde funcionava o governo da Guiné-Bissau.»*

Pereira Silva vai oferecer-se para ser enviado para Cabo Verde. Conseguira convencer o seu comandante, Júlio de Carvalho, e ia procurar fazer o mesmo junto da direcção do partido. *«Ainda houve algumas peripécias, tais como reuniões do CSL, CEL e da CNCV, presidida pelo Abílio. Só que o Abílio era muito lento a tomar decisões: passámos três dias só para definir uma ordem do dia. Às tantas acabaram por me meter um bilhete nas mãos e embarquei com o grupo que foi para a Holanda. Eles continuaram com aquela reunião interminável. Chegado à Praia, ainda esperei um mês pelo Djidjé, que estava na Holanda a participar na tal reunião.»*

A viagem via Lisboa decorreu normalmente, uma vez que ainda possuía o passaporte português. *«Antes de vir para a Praia preferi ir primeiro a S. Vicente: apanhei um táxi e fui procurar o Luís Fonseca. Na Praia, a primeira coisa que também fiz foi contactar a estrutura do PAIGC. Conhecia alguns dos seus elementos, nomeadamente o Sérgio Centeio, o Alexandre de*

Pina. Enquanto esperava o Djidjé da Holanda, fui procurando saber o que se passava. Senti logo que havia coisas que não andavam bem, havia o problema entre a malta que estava aqui e o pessoal de Lisboa, os chamados trotskistas. Fiquei instalado em casa do Miguel Lima, onde apareciam pessoas a pedir instruções do partido, que eu não tinha.»[12]

Impaciente com a demora do arranque das actividades do PAIGC, Pereira Silva resolve organizar um acto alusivo ao 3 de Agosto, em memória dos mártires de Pidjiguiti. *«Certas pessoas não queriam, estavam com receio das autoridades portuguesas. Defendi que devia ser uma manifestação ordeira. Acabou por ser a primeira manifestação do PAIGC assumido, sem a capa da Frente Ampla. Por falta de comunicação, resolvi ir a Bissau e, depois, seguir para o Sul, onde se encontrava a direcção do partido. Entretanto, na minha ausência, dá-se o retorno apoteótico do Silvino da Luz e dos restantes elementos da primeira delegação oficial do PAIGC a Cabo Verde. Com o meu regresso, integrei-me numa estrutura sob as ordens do Silvino e talvez tenha sido ele que me meteu na Segurança e Ordem Pública. Até à independência, eu trabalhava com as finanças e a logística e uma das minhas tarefas era arranjar casas para nos instalarmos; estabeleci também boas relações com os comerciantes da Praia, através de nho Jaime, pai de Pedro Pires. O Djidjé e o José Tomás negavam-se a fazê-lo, por causa dos seus preconceitos ideológicos. Um dia chateei-me e disse-lhes:* "Quando é preciso contactar os comerciantes, sou eu; quando é preciso falar para as massas, são vocês".»

Manuel Faustino lembra-se de ter chegado a S. Vicente a 18 de Maio e aqui ter permanecido durante dois meses, com algumas incursões à Praia. Regressa a Lisboa e é chamado para a reunião da CNCV em Roterdão. *«Fico um mês discutindo os possíveis cenários com o Abílio, o Olívio e o Manecas Duarte. Decidiu-se que eu viria para Cabo Verde. Essa reunião foi em Julho ou Agosto. O meu novo regresso a Cabo Verde foi em Setembro. Chego precisamente no meio de uma grande confusão com a tropa em S. Vicente, a nossa gente que se nega a jurar a bandeira portuguesa. Sou colocado como responsável do partido no Sal.»*

O regresso de Leitão de Graça

O regresso de José Leitão da Graça a Cabo Verde só acontece em Agosto. Para trás tinham ficado os anos de exílio, padecimentos e tentações. Para além da Pide/DGS, por pouco não se viu na rede dos soviéticos: é que, depois da sua prisão em Dakar, em 1963, acatou a sugestão de um amigo francês, ligado ao Partido Comunista, no sentido de se aproximar dos soviéticos, que tinham acabado de instalar a sua embaixada na capital senegalesa. *«Ele disse-me:* "Um indivíduo com as tuas ideias, isolado aqui, é um perigo. É melhor aproximares-te de pessoas que têm as mesmas ideias que as tuas".» Estabelecido o contacto, procurou influenciar os soviéticos

contra o PAIGC. *«A acção do Amílcar levava as pessoas a pensarem que Cabo Verde era um prolongamento da Guiné. Pensei que era possível criar uma brecha junto dos soviéticos, mas eles já tinham as suas ideias tomadas.»*

E é também nessa altura que se dá uma das decepções de Leitão da Graça em relação aos soviéticos. Era bolseiro do governo francês e frequentava a Faculdade de Direito de Dakar. *«Influenciado por eles, renunciei à bolsa. Diziam que eu tinha condições para ingressar no Instituto do Marxismo Leninismo, em Moscovo. Aceitei, mas, depois, puseram-me uma condição*: "O sr. vai à delegação do PAIGC pedir um certificado de bom comportamento". *Eu respondi*: "Impossível! Eu também posso passar um certificado de bom comportamento aos gajos do PAIGC. Então não vou aceitar essa bolsa".»

Tempos depois há um incêndio em sua casa, em condições pouco claras. O filho Camilo sofre queimaduras de terceiro grau, numa altura em que o único sustento da família provinha das costuras de Maria das Mercês. A única possibilidade de apoio que ocorre ao casal é um amigo soviético bem colocado na embaixada em Dakar. *«Nunca vos pedi nada; chegou o momento de fazerem alguma coisa por mim»*, lembra-se Leitão da Graça de lhe ter dito. *«Então, esse homem, que era nosso amigo, prometeu*: "Nós não vamos deixar o teu filho morrer". *Deu-me dinheiro e mandou-me ir a Bamako, com uma carta de recomendação.»*

Quem acabou por ir ao Mali foi a mulher e o filho. Um médico, com experiência no tratamento de vítimas dos bombardeamentos no Vietname, ocupa-se de Camilo até salvá-lo, quando já fora dado como praticamente morto. *«O tratamento foi caríssimo, os medicamentos tinham de vir de Moscovo. Passado algum tempo, de novo em Dakar, o tal amigo soviético pediu-me para se encontrar comigo. No início, com rodeios, acabou por dizer que eu tinha de fazer um favor ao seu país. Informou-me que uma certa embaixada iria abrir um concurso para contratar funcionários e que eu deveria concorrer e não teria dificuldades em vencer. Percebi qual era a intenção e respondi logo:* "Nem pensar nisso!" *O tal amigo respondeu-me:* "Eu sabia que esta seria a tua resposta. Eu tinha de cumprir a minha missão". *E nunca mais nos tornamos a ver. Soube mais tarde que ele foi transferido pouco depois.»*

E foi nessa altura que estabelece a ponte com os chineses. Durante a estada no Mali, Maria das Mercês toma conhecimento do conflito sino-soviético, através de contactos diversos. Segundo os tais contactos, em relação às ex-colónias, Pequim era melhor que Moscovo. *«Comecei a estudar o assunto»*, conta Leitão da Graça. *«Aproximei-me dos chineses pensando que poderia explorar essa questão. Eles disseram-me:* "Nós apoiamos o PAIGC; se você conseguir provar a validade das suas teses, poderemos rever a nossa posição".»

Aquando do 25 de Abril, um mês após uma estada de oito meses de José Leitão da Graça na Suécia, os chineses voltam a reiterar-lhe essa promessa de apoio. É informado, através do seu contacto — um jorna-

lista da agência Nova China — que Pequim iria mandar um observador a Cabo Verde, a fim de avaliar no terreno a implantação, quer do PAIGC, quer da UPICV, o que não chega a acontecer. Apesar disso, Leitão da Graça considera esse facto insuficiente para ter abalado a sua fidelidade ao maoísmo. *«Os interesses nacionais podem muitas vezes levar ao sacrifício de uma ideologia. Naquela altura isso falhou-me. Hoje sei fazer uma dosagem entre a ideologia e os interesses nacionais de cada povo. Para sobreviver, os chineses viram-se na necessidade de se aliarem a um dos seus inimigos, os EUA, por causa da ameaça soviética. Foi por esta razão que Richard Nixon foi a Pequim em 1973.»*

Entregue à própria sorte, Leitão da Graça lança-se numa luta tenaz contra o tempo. Ao contrário de outras paragens, Pequim apoia abertamente o PAIGC, não obstante este partido contar com a simpatia de Moscovo. *«Era com dinheiro da Minerva* [herdada entretanto do pai] *que fazíamos campanha. Gastávamos diariamente mil escudos, que era muito dinheiro na altura, para aluguer de uma carrinha, com a qual percorríamos Santiago.»*

A UPICV procura, dessa forma, conquistar o interior da ilha e os arredores da capital, seguindo a célebre táctica maoista de conquistar a cidade a partir do campo. Graças a esse trabalho, a UPICV esteve em vias de organizar uma grande manifestação vinda do interior, que acaba por ser impedida pelo MFA, por alegadamente temer um confronto com elementos afectos ao PAIGC.

Notas

[1] "Depoimento do Dr. João Baptista Monteiro", **O Arquipélago**, Praia, 20-06-74.

[2] João Baptista Monteiro, "Será o PAIGC o único e legítimo representante do povo de Cabo Verde", resposta a um artigo de Custódio Simões, **Novo Jornal de Cabo Verde**, Praia, 22-08-74. O texto de Simões foi publicado no número anterior do mesmo semanário, onde defende que *«a questão do referendo está ultrapassada e que a única forma de autodeterminação aceitável é a independência»*.

[3] Alírio Dias de Pina, "Especial 25 de Abril", **A Semana**, Praia, 25-05-94.

[4] Entrevista: Ângelo Lima, Mindelo, 25-04-95.

[5] "O programa da União Democrática de Cabo Verde", **Diário Popular**, Praia, 11-07-74.

[6] Id., ibid..

[7] Entrevista: Aníbal Lopes da Silva, Mindelo, 25-04-95.

[8] Proc. SR. 80, folha 71. Torre do Tombo.

[9] Entrevista: Sérgio Centeio, Praia, 12-01-98.

[10] "Comunicado conjunto da Direcção Superior do Partido, Direcção Nacional em Cabo Verde e Comité de Coordenação de Lisboa". Arquivo Jorge Carlos Fonseca.

[11] Entrevista: Carlos Reis, Praia, 14-06-95.

[12] Entrevista: João Pereira Silva, Praia, 21-02-1995.

29
CABO VERDE E O OCIDENTE

Cabo Verde, tal como as demais colónias portuguesas, conhece em 1974 um dos períodos mais importantes da sua história. Depois de uma fase de esplendor, vivida durante o período do "comércio triangular", que ligou a Europa, a África e as Américas, o arquipélago perdeu importância. O clima quente e seco, a natureza agreste e sem riquezas minerais, entre outros factores, tornavam a vida dura para os seus habitantes, obrigando-os, desde cedo, a emigrar. As ilhas só viriam a conhecer novos momentos de glória no século XIX com o aproveitamento de S. Vicente, por companhias inglesas, como porto de abastecimento de carvão aos navios que cruzavam o Atlântico. Porém, passada também esta fase, o arquipélago entraria novamente em declínio por causa da abertura, em 1869, do canal do Suez e, mais tarde, devido à inauguração dos portos de Dakar e de Las Palmas.

Ainda assim, acreditava-se que, em caso de conflito, semelhante ao vivido pelo Ocidente durante a Segunda Guerra Mundial, as ilhas atlânticas voltariam a ser estrategicamente cruciais. Por causa disso, e temendo que a Espanha e Portugal se aliassem à Alemanha, com Lisboa a permitir que Berlim instalasse uma base em S. Vicente, em Março de 1941, o governo britânico sugere a Washington uma acção conjunta, baptizada de "Operação Brisk" e "Sheapnel", com vista a tomar rapidamente de assalto os Açores e Cabo Verde, respectivamente, segundo refere Basil Davidson, baseado em arquivos ingleses.[1]

Também o diplomata brasileiro L.C. Vinhaes, com base nos mesmos arquivos, informa, em relação ao caso cabo-verdiano: *«Uma meia-brigada de infantaria e tropas de apoio estavam em princípio concentradas no sul da Inglaterra para executarem a invasão.»*[2] Por sua vez, pesquisando nos arquivos americanos, José Freire Antunes dá conta dos diversos planos, tanto de Churchill como de Hitler e Roosevelt, no sentido de os respectivos exércitos ocuparem os dois arquipélagos portugueses, bem como as Canárias.[3]

Conhecendo a cobiça que as citadas ilhas representavam para as potências da época e, não obstante, a sua declarada neutralidade, nem sempre, é certo, assumida na prática, Lisboa viveu na corda bamba nos quatro primeiros anos da Segunda Guerra, acabando, em Outubro de 1943, por ceder os Açores para base aliada. Antes disso, e como forma

de assegurar a sua soberania em Cabo Verde, envia para este arquipélago um contingente de vários milhares de corpos expedicionários, que se instalam principalmente em S. Vicente, cujo porto de águas profundas era alvo de especial predilecção dos estrategos militares.

Com a guerra fria, sobretudo após o início da guerra em Angola, Guiné-Bissau e Moçambique, e, mais uma vez, à semelhança dos Açores, Portugal procura utilizar Cabo Verde como um trunfo nas suas relações com o Ocidente. Insistirá, amiúde, no alargamento da zona abrangida pela convenção que definia a Nato a Cabo Verde. Por aqui, note-se, passavam os cabos submarinos que ligavam, telegráfica e telefonicamente, a Europa, a África e a América do Sul. Independentemente disso, são criados um centro de transmissão e um outro de recepção em S. Vicente, na Ribeira de Vinha, administrados pelo Comando da Defesa Marítima de Cabo Verde, que tinha à frente, por altura do 25 de Abril, o contra-almirante Pedro Fragoso de Matos, comandante chefe das Forças Armadas no arquipélago.

Aeroporto do Sal

Outra estrutura fundamental é o aeroporto da ilha do Sal, que vê o seu valor aumentar com o início da guerra anticolonial ou, ainda, com a sua utilização pelas aeronaves sul-africanas. Mais do que Lisboa, Pretória investe no apetrechamento da ilha, descoberta que fora, entre 1937 e 1943, pela companhia aérea italiana Lati, a sua vocação como ponto de escala intercontinental.[4] Com a decisão de se desenvolver a aviação comercial, a ilha é aproveitada na sequência da primeira reunião regional da Navegação Aérea do Atlântico Sul, realizada no Rio de Janeiro, em 1947, na qual se declara a necessidade de haver um aeroporto internacional em Cabo Verde. Essa infraestrutura é inaugurada dois anos depois, a 15 de Maio, passando a ser utilizada pela Ibéria (Espanha), KLM (Holanda), Avianca (Colômbia), Avenezuela e Lati (depois Alitália). Porém, mais uma vez, a concorrência do Senegal e o aparecimento dos grandes jactos votam o Sal e, por consequência, Cabo Verde, a um relativo abandono. Em 1960, apenas duas companhias escalavam a ilha de forma regular: TAP (Portugal) e a brasileira Pan Air (depois Varig), juntando-se-lhes, em 1963, a SAA (África do Sul), proibida que estava de pousar nos demais aeroportos africanos.

Com a guerra na Guiné, Angola e Moçambique, o aeroporto do Sal chega a ter uma secção militar de apoio às forças portuguesas. Recorde-se que o manuscrito anónimo, transcrito no capítulo 20, refere-se à existência naquele aeroporto de *«um sector militar (Otan) onde normalmente se encontram 3P2V»*. Compreensivelmente, o interesse à volta da ilha parece ter reflexos directos no número dos seus habitantes: de 1121

pessoas, em 1940, essa cifra salta para 2608, em 1960, para atingir os 5505, em 1970, ou seja, durante o apogeu da guerra na Guiné.[5]

O aparecimento de um aeroporto internacional no Sal não deixa, obviamente, de ter impacto na economia do arquipélago. Em 1958, é criada a empresa Transportes Aéreos de Cabo Verde (TACV), que substitui o falido Aeroclube de Cabo Verde, fundado na Praia, em Janeiro de 1954, por Joaquim Ribeiro e outros cidadãos, que começam por adquirir, por 100 mil escudos, um bimotor *Dragon Rapid* de cinco lugares. O primeiro voo é feito ligando Praia-Assomada-Praia, seguindo-se Praia-Sal-S.Vicente-Praia. Aos sobressaltos e com novos aparelhos (*Dove* e *Dakota*), o Aeroclube cede o seu lugar aos TACV, que, com novas aeronaves, asseguram até à independência as viagens inter-ilhas. De 460 passageiros transportados em 1959, este número triplica no ano seguinte, atingindo os 17.596 em 1970 e os 64.494 em 1975.[6]

Trasfega de petróleo

O governo português concebe alguns investimentos, de modo a valorizar a importância estratégica de Cabo Verde. Em Dezembro de 1970, a empresa Techno-Economic Resources, de Nova York, assina com o Ministério português do Ultramar um contrato para a realização de estudos preliminares sobre a construção de um estaleiro naval, que não chegou a concretizar-se.[7] Em Agosto de 1972, o presidente da Supermarine, empresa petrolífera nova-iorquina, contacta o conselheiro comercial da embaixada portuguesa em Washington, propondo a Portugal a construção de um *«terminal para trasfega de petróleo em conjunto com uma refinaria em Cabo Verde»* — lê-se num apontamento enviado a Lisboa pelo referido diplomata, com data de 25 de Setembro de 1974.[8]

A ideia era transportar crude até Cabo Verde em grandes navios do Golfo Pérsico, que seria depois transferido para embarcações de menor porte que rumariam para a Costa Leste dos EUA, cujos portos não possuíam profundidade suficiente para super-petroleiros. O projecto, apresentado em Setembro de 1972, aos ministros das Finanças, Economia e dos Negócios Estrangeiros, teve bom acolhimento junto dos mesmos. A Supermarine encarrega-se de elaborar os necessários estudos de viabilidade económica do seu ambicioso projecto: um, respeitante ao terminal e outro à refinaria em si, feitos, respectivamente, por Soros Associates e Procon, também dos EUA, cujos representantes se deslocam a Cabo Verde na primavera de 1973. *«Os relatórios concluíram pela viabilidade do empreendimento, tanto no seu aspecto técnico como económico»*, diz Bramão no seu referido apontamento.

Havia, no entanto, um "porém" de que dá conta o diplomata: *«Para a realização deste projecto era indispensável a garantia de fornecimento*

do petróleo bruto, garantia essa que se mostrou ser extremamente difícil de obter devido ao regime político em vigor anteriormente a 25 de Abril. Agora julga a Supermarine possível, não só obter essa garantia, mas igualmente a participação de um ou mais países Árabes no referido projecto. O estudo do financiamento deste empreendimento, que em Abril do ano passado [1973] andava à volta de 7,5 milhões de contos, calcula-se agora, devido à inflação, que se eleve a cerca de dez milhões de contos.»

Conhecedor do projecto, o antigo governador António Lopes dos Santos revela que o visconde de Botelho — um magnata açoriano, que gozava de muita influência junto de António Salazar — estava por trás da iniciativa. *«Ele chegou a vir a Cabo Verde para falar comigo sobre o assunto.»*[9]

Osvaldo Lopes da Silva, o primeiro ministro cabo-verdiano da Economia, recorda-se desse e de outros projectos recebidos de Portugal, e esclarece que, em alguns casos, tais iniciativas não passavam de autênticos contos do vigário. Revela igualmente que o seu governo chegou a ser assediado por vários grupos dispostos a investir numa refinaria de petróleo, ideia acalentada durante muito tempo por Humberto Duarte Fonseca, com algum eco junto das autoridades portuguesas, que chegaram a admitir mudar o aeroporto de S. Pedro para outro lugar. *«A refinaria deveria ser em S. Pedro»*, precisa Lopes da Silva. *«Tivemos uma proposta da Naveril, uma coisa que incluiria também a fábrica de cimento no Maio. Não passava de uma burla, com gente do Banco Ambrosiano no meio. Outra burla era o projecto turístico de Santa Mónica, na Boa Vista.»*[10]

Ainda segundo Lopes da Silva, houve propostas de transferência para Cabo Verde de refinarias que iam ser desactivadas em outras partes do mundo, algumas das quais não passavam de pura venda de ferro velho. *«Hoje em dia, já nem sequer se justifica a construção de novas refinarias, porque a capacidade de refinação é excedentária. De todas as propostas, apenas a do grupo de uma senhora grega, chamada Karica, foi por nós levada a sério. Só que era um grupo sem muitos meios. Ainda estivemos algum tempo à espera dela, até que nos informaram que ela tinha morrido. A refinaria em Cabo Verde teria bastante sucesso se fosse instalada ainda nos anos 50 ou 60.»*

Hospital de S. Vicente

A militarização de Cabo Verde (ou a sua gradual transformação, na prática, numa base aeronaval portuguesa e, por conseguinte, da Nato, facto que passaria pela construção de infraestruturas diversas), é algo que preocupa sobremaneira o PAIGC, que vê nisso uma dificuldade suplementar na sua luta. Este é por isso um dos pontos desenvolvidos por Abílio Duarte na sua comunicação ao Comité de Descolonização da ONU, a 29 de Março de 1974, em Nova York, sobre Cabo Verde, que culmina, a 5 de Abril, no reconhecimento do PAIGC como único repre-

sentante legítimo do povo cabo-verdiano.

Um dos investimentos que começam a ser concretizados é o do novo hospital de S. Vicente, cujo projecto inicial era bem maior do que acabou por ser construído. Com efeito, várias das casas em redor dessa infraestrutura, que inicialmente constavam do terreno a ser expropriado, acabaram por não ser demolidas. Duas razões poderão estar ligadas à reformulação do projecto inicial: 1) a dificuldade de Portugal em convencer certos membros da Nato — a Holanda, a Dinamarca e a Noruega, sobretudo — no sentido de se estender a Cabo Verde a zona geográfica abrangida pelo Tratado; 2) o 25 de Abril, que encontra as obras a meio, tendo estas terminado anos depois da independência. Ainda em termos de hipóteses, é bem provável que, dentro do esforço de guerra, o hospital fosse destinado a servir os feridos mais graves dos combates na Guiné, já que, pela sua dimensão inicial, muito dificilmente seria para a população cabo-verdiana, na altura avaliada em 270 mil habitantes.

António Lopes dos Santos nega que a Nato fizesse parte desse e de outros projectos em Cabo Verde. Segundo ele, apesar da crise por que atravessava na altura a economia portuguesa, havia demasiado dinheiro para investir nas colónias, ao mesmo tempo que reinava entre os técnicos que elaboravam os projectos arquitectónicos no Ultramar uma propensão à megalomania, trabalhando muitas vezes sobre realidades que desconheciam. *«Era um projecto ambicioso, destinado a cobrir toda a região de Barlavento»*, esclarece Lopes dos Santos. Avaliado, em 1975, em cerca de 15 mil contos, as obras acabaram por custar muito mais, em virtude do efeito inflacionário que o projecto irá sofrer até ser inaugurado, em 1984, pelo então ministro da Saúde, Irineu Gomes.

Sendo correctas as explicações de António Lopes dos Santos quanto ao não envolvimento da Nato em Cabo Verde, restam, ainda assim, os investimentos feitos a nível das telecomunicações. De acordo com o IV Plano de Fomento, o arquipélago é "amarrado" a Lisboa através do ultramoderno sistema de cabo co-axial submarino, e as ilhas entre si pelo não menos moderno sistema de feixes hertezianos, através de centros instalados nos montes Xota (Santiago), Verde (S. Vicente) e morro do Curral (Sal). Segundo fontes cabo-verdianas, o principal artífice desse projecto foi o engenheiro Fernando Duarte Catulo, de origem indiana, que, com o 25 de Abril, deixa Cabo Verde, acusado, como foi, por elementos radicais do PAIGC, de ser agente da CIA. Catulo era director dos CTT e, ao que parece, um espírito demasiado avançado para o meio cabo-verdiano da época... Depois de Cabo Verde, passou a trabalhar para as Nações Unidas. *«Oficialmente, a Nato não tinha nada em Cabo Verde, mas financiava projectos aqui, via Portugal. A Nato investia nas telecomunicações, via Plano do Fomento»,* assegura uma fonte cabo-verdiana, conhecedora destes meandros.

Cabo Verde, segundo Franco Nogueira

Alberto Franco Nogueira, ministro dos Negócios Estrangeiros entre 1961 e 1969, tido como potencial sucessor de António Salazar, não deixa igualmente de se referir à importância de Cabo Verde no contexto de um conflito mundial, num extenso apontamento escrito a pedido do MFA, durante a sua curta prisão em Caxias, em 1974.[11] *«Pela sua posição, o arquipélago constitui: a) um porta-aviões indestrutível que, pelo clima, se mantém operacional em todos os dias do ano (ilha do Sal); b) um ponto de inter-acção e de apoio nas comunicações marítimas e aéreas norte-sul no oceano Atlântico; c) uma base aero-naval potencial, cujo valor estratégico importa ao continente africano, ao continente sul-americano, à navegação aérea e marítima leste-oeste no Atlântico Sul; d) finalmente, além de outros possíveis aspectos, assume na actualidade relevo especial perante as linhas de navegação dos grandes petroleiros que, praticando a rota do Cabo da Boa Esperança, ligam o Médio Oriente com o hemisfério americano (norte e sul) e com a Europa.»*

Conforme Franco Nogueira, o valor de Cabo Verde não era notado apenas nos últimos anos. *«Pode dizer-se que é histórico: há instruções dos tempos de D. João II e de D. Sebastião para que, a todo o custo, se mantivessem as ilhas por serem "vitais às navegações". Talvez se possa e deva dizer que, perante os novos armamentos aéreos e navais e as novas concepções estratégicas de guerra nuclear (submarinos atómicos, rampas de lançamento de mísseis, etc.) o valor de Cabo Verde apenas terá aumentado. De resto, e para o documentar, basta conhecer o interesse que as marinhas de guerra (e depois as forças aéreas) dos Estados Unidos, da Inglaterra, da França e do Brasil desde sempre demonstraram por Cabo Verde. Muito significativa, neste particular, a atenção que o Brasil dedica a Cabo Verde. E tudo isto sublinha a importância do arquipélago e, por via dessa importância, a natureza e a multiplicidade das forças e interesses que sempre se agitaram em torno dele.*

Não se conhece o quadro militar e político que se desenha a propósito de Cabo Verde. Mas não se estranharia que o mesmo fosse intenso e complexo. Quem dispuser ou tiver influência em Cabo Verde, verá a sua posição amplamente reforçada: verdadeiramente, Cabo Verde pode alterar o equilíbrio de forças em todo o Atlântico. Do ponto de vista da paz e da segurança, a neutralização do arquipélago seria um importante contributo; vê-se com dificuldade que isso seja viável se aquele passar para outras mãos que não sejam portuguesas. Politicamente, talvez o facto suscite problemas no plano externo. Mas ocorrem para os mesmos, soluções várias: o exame destas está, todavia, para além do escopo deste apontamento».[12]

Conter o avanço do PAIGC

É provável que as sugestões de Franco Nogueira tenham sido le-

vadas em devida conta por alguns sectores da Junta de Salvação Nacional, que acreditavam na possibilidade de Cabo Verde se manter ligado a Portugal, agora num quadro de autonomia. António de Spínola é seguramente o rosto que melhor encarna tais sectores. Além de enviar a Londres alguns dos seus homens de confiança para vigiar as conversações com o PAIGC, ele reserva para si alguns *dossiers* relativos à descolonização, sendo um deles Cabo Verde. Encontra-se nos Açores, a 19 de Junho de 1974, com o presidente Richard Nixon, dos EUA, onde a questão da descolonização é tratada; em Setembro, volta a fazer o mesmo, desta feita, com o presidente zairense, Mobutu Sese Seko, no Sal.

Sintomático é o memorando secreto, com data de 14 de Junho de 1974, que o delegado da JSN em Cabo Verde, major José Alberto Loureiro dos Santos, envia aos negociadores portugueses, para o que deveria ser a segunda fase do encontro de Londres, dando conta da situação política reinante no arquipélago.[13] Dizia o documento que o PAIGC, até àquela data, não se tinha ainda revelado como *«força organizada em Cabo Verde»,* havendo a registar apenas um panfleto, *«no qual se dizia que o Partido continuava na clandestinidade, e que as manifestações de apoio ao PAIGC levadas a efeito eram da responsabilidade de quem as promovia».* E apontava que os organizadores dos referidos comícios eram Jorge Querido e Felisberto Vieira Lopes, e que ambos tinham partido para Lisboa, *«possivelmente com destino a Londres».*

«3. Após uma primeira fase de medo por parte da população, cujo ideário é diferente do PAIGC — resultante das perturbações, ameaças e agitação provocadas por aqueles que se dizem do PAIGC, nos princípios de Maio — começam a movimentar-se forças que, não pondo de parte a adesão a alguns pontos do programa do PAIGC, defendem ou a continuação dos vínculos a Portugal, embora com grande autonomia; ou a independência a médio prazo, precedida por um período de grande autonomia com ligações a Portugal. Estas forças parecem contar, de momento, com a maioria da população Caboverdiana.

4. Estima-se que a actual organização clandestina do PAIGC em Cabo Verde é incipiente, mas, caso o partido desloque quadros dos que possui na Guiné ou no estrangeiro para se envolverem na participação política aberta, tem possibilidades de fazer aderir grandes massas populacionais. Se essa participação política for acompanhada de acções de agitação urbana fazendo reaparecer o clima de medo que se viveu nas três primeiras semanas de Maio, julga-se que o PAIGC poderá vencer no plebiscito, podendo no entanto, surgir cisões entre ilhas, que, possivelmente, conduzirão à desagregação política do Arquipélago.»

Loureiro dos Santos sugere um conjunto de medidas, de modo a conter qualquer tendência a favor do PAIGC e, por conseguinte, da independência do arquipélago. Dentre essas medidas, constavam a reestruturação da máquina governativa, *«desde o topo até à base, entrando o mais*

depressa possível no caminho das nomeações por via democrática»; o estudo económico de Cabo Verde de modo *«a procurar a sua reconversão, de território agrícola em território industrial»*; o reforço e controlo da segurança dos cidadãos *«a fim de permitir que todas as tendências se exprimam»*, tendo, neste capítulo, sido criado um jornal, **Alerta**. O autor do memorando defendia igualmente que os meios financeiros indispensáveis a tais acções fossem *«substancialmente reforçados»*.[14]

Para culminar, cinco dias depois da data em que o documento foi produzido, no seu encontro com Richard Nixon nos Açores, António de Spínola propõe a *«Reanálise da situação militar no Atlântico perante a possibilidade de implantação de um bastião comunista na Península Ibérica e da inerente cedência à União Soviética das posições estratégicas dos Açores e de Cabo Verde»*.[15] Referindo-se ainda a Cabo Verde, agora a propósito das conversações em curso com o PAIGC, Spínola não deixa de acentuar que, *«se o caso da Guiné não fosse separado do de Cabo Verde, este território passaria ao domínio da União Soviética, o que o levava, baseado nas implicações do facto à escala geo-estratégica, a solicitar apoio internacional dos EUA no sentido de a problemática da Guiné ser separada da dos restantes territórios»*.[16]

Evitar a sovietização de Cabo Verde

Dando-se conta de tal risco, há quem se lembre, embora vagamente, de o então secretário de Estado americano, Henry Kissinger, ter afirmado que o seu país não iria admitir o aparecimento de uma nova Cuba no Atlântico ou, em termos mais explícitos, a *«sovietização de Cabo Verde»*. José Luís Fernandes recorda-se da viagem que Pedro Pires efectuou aos EUA, em Abril de 1975, *«para dar a garantia que isso não aconteceria»*,[17] hipótese que Pires, no entanto, refuta, embora parcialmente. *«O primeiro contacto que tive com os americanos foi em Lisboa, já não me lembro se em Setembro ou se em Dezembro de 1974 — e foi a pedido da própria embaixada dos EUA. O encontro foi com um diplomata que se chamava [Roger] McGuire, que viria a ser embaixador na Guiné-Bissau. Sei que na altura ele tinha contactos com os estudantes africanos em Portugal. Visitei Washington, em 1975, antes da independência, e uma das pessoas que me acompanharam foi o Gil Fernandes. Essa viagem serviu sobretudo para contactar as agências das Nações Unidas para o desenvolvimento e o Banco Mundial; estive no Departamento de Estado, mas o que discuti com os americanos não me lembro neste momento... O que posso dizer é que procurei reafirmar o nosso não-alinhamento. Era nossa preocupação evitar que nos identificassem com Cuba ou com a União Soviética. Posso, no entanto, garantir que não houve qualquer contacto com Kissinger, embora soubéssemos das suas reservas em relação a nós. Ele teria feito uma declaração qualquer contra a independência de Cabo Verde»*.[18]

Amaro da Luz, que passa a ser integrado nas delegações negociais

do PAIGC sobre Cabo Verde, comenta também: *«A ala spinolista tinha compromissos com os EUA sobre Cabo Verde. Havia a ideia de que as ilhas eram fundamentais para a estratégia do Ocidente, em caso de uma nova guerra mundial. Os EUA achavam que o PAIGC tinha tido o apoio fundamental da URSS, o que era verdade. O Acordo de Yalta, convém não esquecer, tinha dividido o mundo em duas grandes áreas de influência e por isso os americanos não admitiam que houvesse uma base socialista em Cabo Verde. Mas isso nunca passou pela cabeça dos dirigentes cabo-verdianos.»*

Aquele dirigente entende ainda que, por causa dos compromissos de Portugal, o caso de Cabo Verde acabou por ser um dos mais intrincados no processo da descolonização. É neste contexto que o PAIGC resolve fazer uma certa diplomacia subterrânea, tendo para isso contado com a ajuda de Aquino de Bragança e do presidente Boumedienne, que jogou a sua influência junto dos antigos exilados portugueses em Argel. *«Fomos para Portugal contactar parte do MFA, nomeadamente Melo Antunes, Costa Gomes e Vasco Gonçalves, para desbloquear as coisas»*, revela aquele combatente. *«Enfim, havia uma certa resistência à independência de Cabo Verde. A UDC, que estava próxima dessa tese, teve o apoio dos portugueses. Havia, inclusive, muito dinheiro para contrariar a ideia de independência. Segundo uma fonte, o Spínola tinha garantido a um dos negociadores portugueses que, para Cabo Verde, dinheiro não faltaria.»*

José Luís Fernandes é outro dirigente chamado a integrar as delegações negociais do PAIGC sobre Cabo Verde. Confessa, inclusive, ter participado em encontros secretos com o MFA, em Lisboa. *«Fui mandatado a fazer uma missão individual a Portugal para contactar elementos do MFA. Aí é que começámos a nos aperceber das dificuldades que poderiam haver para a independência ligada à Guiné. A direcção do partido na Guiné foi informada e isso confluía com outras informações na posse do PAIGC. A JSN não incluía Cabo Verde no rol das colónias que deveria tornar-se independentes. Tanto em Londres como em Argel, havia da parte dos portugueses uma vontade expressa em não negociar o problema de Cabo Verde. Dentro dessa estratégia, o PAIGC não foi reconhecido como único representante legítimo de Cabo Verde. De uma maneira geral, as coisas não nos correram como queríamos. Entretanto, em Portugal, a situação ia-se agravando, enquanto, em Cabo Verde, a luta no terreno se agudizava e se mostrava a favor do PAIGC.»*

Por isso, caíram em saco roto as pressões de segmentos cabo-verdianos que se opunham ao PAIGC, quer através de artigos na imprensa, tanto em Cabo Verde como em Portugal ou nos EUA, quer, ainda, através de contactos com as autoridades portuguesas. É o que faz o emigrante e literato Rosendo Évora Brito, autor de **As Hespérides e eu** (poemas), radicado nessa altura em Nova Inglaterra: em carta ao embaixador português em Washington, João Hall Themido, procura mostrar o significado de Cabo Verde para os seus filhos. *«As ilhas de Cabo Verde são*

para o Caboverdiano como a Israel é para o Judeu e como a Meca é para o Arabe; pois para o Caboverdiano as Ilhas são a eterna sepultura onde deixará o seu cadáver.» Por isso, a seu ver, seria *«benefício universal»* se Portugal tivesse em linha de conta a opinião da diáspora cabo-verdiana: *«Essa opinião seria dada em forma duma Delegação composta por Representantes de Organizações Caboverdianas dos principais Países onde vivem centenas ou milhares de emigrantes Caboverdianos».*[19]

Notas

[1] Basil Davdison, **As ilhas afortunadas**, pp. 72 a 77.

[2] L.C. Vinhaes da Costa, "Atlântico Sul, Cabo Verde, Brasil", **Análise**, revista cabo-verdiana de Ciências Sociais (a sair).

[3] José Freire Antunes, **Roosevelt, Churchill e Salazar, A luta pelos Açores**, Ediclube, Lisboa, 1995.

[4] Até então Sal era uma ilha semi-abandonada, apenas utilizada como local de pastagem e extracção de sal gema.

[5] **Relatório nacional sobre população e desenvolvimento**, p. 19, Praia, 1994.

[6] Os primeiros 100 mil passageiros foram atingidos em 1981. N.A.: Os dados insertos no presente subcapítulo foram extraídos dos "apontamentos" de Anastácio Filinto Correia e Silva, director-geral dos TACV (1975/1985) e director-geral da Aeronáutica Civil (1985/1990).

[7] José Freire Antunes, **Nixon e Caetano**, p. 132.

[8] Manuel Bramão, "Projecto de S. Vicente" (apontamento), 941. Dossier Independência de Cabo Verde. Arquivo Histórico-Diplomático. Lisboa.

[9] Entrevista: António Lopes dos Santos, Tarrafal, 18-06-95.

[10] Entrevista: Osvaldo Lopes da Silva, Praia, 22-06-95

[11] O **Público**, que edita o documento, faz saber que Franco Nogueira o terá trocado pela sua liberdade, tendo seguido depois para o exílio em Espanha.

[12] Franco Nogueira, "O memorial secreto de Franco Nogueira", **Público,** Lisboa, 25-04-94.

[13] Memorando do delegado da Junta de Salvação Nacional em Cabo Verde. Praia, 14-06-74. Arquivo do Instituto Diplomático. Pasta citada. Lisboa.

[14] Delegado da Junta de Salvação Nacional, "Memorando", 14-06-74. Arquivo Histórico-Diplomático. Lisboa.

[15] António de Spínola, **País sem rumo**, p. 160, Scire, Lisboa, 1978.

[16] Id., ibid., p.161.

[17] Entrevista: José Luís Fernandes, Praia, 15-02-95.

[18] Entrevista: Pedro Pires, Praia, 18-04-95.

[19] A carta de Rosendo Évora Brito, datada de 04-06-74, é reenviada por Hall Themido ao MNE, em Lisboa. Arquivo Histórico-Diplomático, Dossier independência de Cabo Verde, 940, 1 (5).

30

O PROTOCOLO DE ARGEL

Depois de Londres, o PAIGC prossegue e intensifica os seus contactos diplomáticos. Na Guiné, como em Angola e Moçambique, as armas praticamente emudecem, apesar de notícias de um ou outro confronto, pertencendo a iniciativa aos movimentos nacionalistas. Em África, a Guiné-Bissau é, inquestionavelmente, o território onde o MFA se mostra mais bem organizado e mobilizado. A isso não é alheio o facto de as ideias desse movimento terem surgido aí e germinado como consequência dos efeitos directos da guerra. Segundo o historiador Sánchez Cervelló, no próprio dia do golpe em Portugal, o governador Bettencourt Rodrigues é preso, passando as estruturas locais do MFA a deter as rédeas do poder e a constituir-se num importante factor de pressão sobre Lisboa, no sentido de ser assinado, o mais depressa possível, o cessar-fogo com o PAIGC.

A 27 de Abril, surgem em Bissau as primeiras manifestações públicas a favor da independência, ao mesmo tempo que chegam notícias a Lisboa de confraternização entre a tropa portuguesa e os guerrilheiros. Dois dias depois, são os próprios oficiais na Guiné que, em manifesto dirigido ao presidente da República, exigem que *«se iniciem imediatamente conversações com o PAIGC, com vista a começar o regresso de todos os soldados à pátria portuguesa»*.[1]

Várias outras iniciativas semelhantes se sucedem nos dias e meses seguintes, inclusive manifestações públicas da tropa em apoio ao PAIGC. Este assistia de longe, naturalmente satisfeito, mas também apreensivo com os efeitos de tal comportamento no espírito dos seus próprios combatentes, caso fosse necessário retomar as hostilidades. Sabendo que de António de Spínola não viria qualquer facilidade, o PAIGC não descarta o retomar da guerra, já que o entendimento de Dakar não teve qualquer confirmação em Londres, nem tão-pouco no primeiro encontro de Argel, iniciado a 14 de Junho e interrompido abruptamente, embora um ou outro obstáculo tivesse sido removido.

Ao empossar, a 7 de Maio, o encarregado do governo e comandante das Forças Armadas da Guiné, tenente-coronel Carlos Fabião, o presidente António de Spínola deixara entender quais os seus planos em relação àquela colónia: ir a Bissau, reunir o Congresso dos Povos e conceder a independência desse território, transferindo a soberania para as mãos de Aristides Pe-

reira. Naturalmente que tal projecto não se enquadrava na estratégia do PAIGC, para quem a independência já tinha sido conquistada, faltando apenas que a tropa portuguesa se retirasse, em paz e em ordem, do território que ainda ocupam militarmente. Para o PAIGC, aceitar o plano de Spínola seria legitimar a "Guiné-Melhor".

Não menos encurralado, porém em sintonia com a ala progressista do MFA, Carlos Fabião inicia ele próprio os seus contactos com o PAIGC, que, desde Londres, passara a ter, em Bissau, um representante oficial — o comandante Juvêncio Gomes, coadjuvado por Marcos Lopes. A 1 de Julho, numa nova tomada de posição pública, o MFA em Bissau exige ao governo em Lisboa que reconheça *«imediatamente e sem equívocos a República da Guiné-Bissau e o direito de autodeterminação e independência do povo de Cabo Verde»*. Exige também que sejam retomadas as negociações com o PAIGC, *«não para negociar o direito à independência mas apenas os mecanismos que conduzam à transferência dos poderes»*.[2]

Não ao referendo

Em 1974, a cimeira anual da OUA acontece, a 12 de Junho, em Mogadiscio, capital da Somália, assumindo Siad Barre a presidência da organização continental. A República da Guiné-Bissau faz-se representar pelo seu chefe de Estado, Luís Cabral, ao mesmo tempo que pela "costela" cabo-verdiana do PAIGC, constituída esta por Pedro Pires, Osvaldo Lopes da Silva e Amaro da Luz. Ao contrário dos últimos anos da sua carreira, Siad Barre, segundo Amaro, era então *«um progressista, com uma compreensão clara dos problemas africanos»*, pelo que tiveram nele um dos principais aliados para a problemática cabo-verdiana e também guineense, obviamente. Os estadistas africanos terminam o seu encontro apelando os movimentos de libertação à coordenação das suas políticas nas conversações com Portugal, expressando igualmente o seu total apoio ao PAIGC e à Frelimo. Em relação a Angola, o apelo vai no sentido de a FNLA, o MPLA e a Unita se unirem, de modo a comparecerem a uma só voz perante Lisboa.

Entretanto, dos contactos realizados na capital somali, foi surgindo uma nova posição do PAIGC relativa aos seus projectos, tanto mais que, a partir da cimeira da OUA, ele passa a ter sobre si a pressão de todo o continente. Agora, o que fosse decidido, quer em relação à Guiné, quer a Cabo Verde, haveria de ter repercussão directa nas demais colónias portuguesas. Aliás, por empenho sobretudo da Frelimo, uma das decisões da OUA é a rejeição, *in limine*, pelos movimentos nacionalistas, da ideia do referendo para as colónias portuguesas. Por conseguinte, ao chegar a Argel, para a segunda ronda negocial, Mário Soares apercebe-se de que os negociadores do PAIGC tinham endurecido a sua posição sobre esta e outras questões. O facto de o PAIGC ter proposto a mudança das conversações de

Londres para a capital argelina já era um sintoma disso. Por isso, tanto os negociadores portugueses como os jornalistas, que já se encontravam em Londres, são, mais uma vez, apanhados de surpresa. O próprio chefe da delegação lusa é informado da mudança através de um telegrama de Aristides Pereira, que alega, entre outras razões, *«a falta de condições de trabalho e de segurança»*. Através de um telegrama da embaixada argelina em Londres enviado a Conakry, Mário Soares tenta reverter a situação por forma a *«evitar explicações embaraçantes à imprensa»* ou ferir as susceptibilidades das autoridades inglesas.[3]

O PAIGC não aceita e o encontro realiza-se, conforme o seu desejo, em Argel, depois de uma tentativa frustrada dos portugueses em transferi-lo para Paris ou Estocolmo. De acordo com uma declaração, emitida a 13 de Junho, em Argel, aquele partido confessa-se magoado com o tratamento dispensado pelas autoridades inglesas aos seus negociadores.[4] Convidado para o seu último congresso, tendo-se feito representar por Amílcar Cabral, o PAIGC considera que os trabalhistas receberam a sua delegação *«duma maneira incorrecta, ignorando mesmo a sua presença na capital britânica»*.[5] Ao mesmo tempo, avança na sua declaração que deixara de se pôr o problema da autodeterminação e do referendo que Lisboa continua a pretender realizar nas colónias africanas, no prazo de um ano. *«Os movimentos de libertação Nacional não o querem. A África também não o quer. Está ultrapassado. Tiveram a oportunidade de ouvir a opinião da FRELIMO sobre o mesmo assunto»*.

Para Mário Soares, à medida que o PAIGC ia tomando conhecimento do que se estava a passar em Portugal, endurecia ainda mais a sua posição, de tal modo que Londres acabou por ser uma grande oportunidade perdida por Lisboa. O seu colega Almeida Santos vai a ponto de precisar que, por razões tácticas, tinham instruções de António de Spínola para não fechar as negociações na capital inglesa. *«As coisas têm uma lógica e um* timing. *Pela lógica, podíamos fechar as negociações em Londres, pelo* timing, *não»*.[6]

Perdida a oportunidade de Londres, a firmeza do PAIGC é assumida também pela Frelimo, com quem as autoridades portuguesas começam a discutir, em Lusaka, logo a seguir ao encontro da capital inglesa. *«Apercebi-me que os movimentos nacionalistas estavam a endurecer: não queriam somente o cessar-fogo, mas um compromisso, da parte do Governo português, de que, a seguir ao cessar-fogo, lhes seria dada a garantia a eles, sozinhos, de obterem a independência»*, diz de novo Mário Soares.[7]

Iniciado a 14 de Junho, ao fim de três dias do encontro de Argel, a imprensa anuncia um golpe de teatro, uma vez que os negociadores do PAIGC e de Portugal voltam a não se entender. O jornal argelino **El Moudjahid** afiança que as negociações *«não esbarraram em questões técnicas ou jurídicas menores, mas num problema de fundo: o reconhecimento da indepen-*

dência da Guiné-Bissau e do arquipélago de Cabo Verde, isto é, a pedra de toque de toda a descolonização.» À imprensa portuguesa, Pedro Pires adianta: *«Não houve respostas concretas da parte da delegação portuguesa às propostas do P.A.I.G.C.».*[8] Comentando, também à imprensa, o que se havia passado em Argel, Mário Soares afirma que não era aconselhável que se acelerasse o processo da autodeterminação, sob pena de *«causar graves crises internas»* nos territórios em causa.[9]

O enviado do **Diário Popular**, Botelho da Silva, regista, dois dias depois, que as negociações foram interrompidas devido a *«questões de princípios»: «A delegação portuguesa desejava chegar, primeiro, a um cessar-fogo, enquanto o PAIGC queria que Portugal reconhecesse imediatamente a independência da Guiné-Bissau, a qual já foi reconhecida por 86 países socialistas e do Terceiro Mundo».* Para o vespertino lisboeta, *«Havia também a questão da dissociação das ilhas de Cabo Verde da Guiné-Bissau»,*[10] acrescentando, todavia, que *«o P.A.I.G.C. estava preparado para dar início a negociações separadas sobre ambas as questões, mas que não as separaria por completo».*[11]

«Se não fizéssemos isso, seríamos desacreditados», comenta Pedro Pires, com a distância dos anos. *«Tínhamos compromissos internacionais, tanto na OUA como na ONU. Por isso, tínhamos de fazê-lo nem que fosse de uma forma fluída. Para nós, era mais importante garantir o que tínhamos de seguro — a independência da Guiné. Esta tornava possível a independência das outras ex-colónias. O regresso da delegação portuguesa tem a ver com o reconhecimento da independência da Guiné, efectivamente. Insistimos que não tínhamos nada que ir exercer o direito à autodeterminação e, depois, à independência, porque já tínhamos exercido esses dois direitos.»*[12]

Aliás, sobre esse mesmo assunto, logo no primeiro dia das conversações em Argel, o chefe da delegação do PAIGC expede o seguinte telegrama ao presidente Luís Cabral, que se encontrava em Mogadiscio: *«Tugas mantêm posições Londres, não há evolução. Perspectivas entendimento recuam. Insistência separação solução Guiné Cabo Verde e adiamento reconhecimento República Guiné-Bissau. Conveniente dar conhecimento chefes de Estado. Saudações.»*[13]

A consolidação do PAIGC

Entretanto, quer em Portugal, quer nas suas ainda colónias, a História prossegue a sua marcha em ritmo cada vez mais acelerado. Em Lisboa, as duas principais correntes políticas encarnadas pela JSN e pelo MFA continuam a bater-se pelo controlo do poder. O primeiro-ministro Adelino Palma Carlos demite-se, e é substituído, a 17 de Julho, pelo coronel Vasco Gonçalves, mais próximo das teses do MFA e do PCP.

O novo chefe do governo diz ter assumido o cargo sem quaisquer veleidades neocoloniais, embora não esconda que ele próprio precisou de tempo para chegar a essa conclusão, uma vez que, entre os militares, muita

gente teve dificuldades em aceitar a ideia de que esses territórios pudessem ser independentes de Portugal. Lembra-se de uma assembleia do MFA, realizada em Junho, onde a questão foi acaloradamente discutida, a propósito de uma declaração da Frelimo. Da reunião saiu a ideia de que o projecto da consulta às populações no prazo de um ano estava ultrapassado.

Em relação a Cabo Verde, no período em que esteve no governo, Gonçalves revela ter sido contactado por elementos anti-PAIGC. *«O que me pareceu é que esses indivíduos não eram os verdadeiros representantes do povo cabo-verdiano. Havia uma coisa fundamental para nós, que era ter ou não ter feito a luta armada. Neste sentido, o MFA percebeu que o PAIGC era o verdadeiro representante do povo cabo-verdiano. Amílcar Cabral tinha um grande prestígio entre muitos militares portugueses e isso acabou por ser uma grande caução para o PAIGC.»*[14]

Em África, tanto na Guiné, como em Angola e em Moçambique, a situação mostra-se igualmente favorável aos movimentos de libertação, que, diante da demora em ver as suas reivindicações satisfeitas, retomam ou ameaçam retomar a actividade militar. No caso da Guiné, António de Spínola acusa Carlos Fabião de se ter deixado seduzir pelo PAIGC, a ponto de lhe permitir utilizar a Rádio de Bissau; o governador pedia-lhe também, insistentemente, autorização para negociar *in loco* o cessar-fogo.

Autorizado ou não, a 15 de Julho tem lugar, em Cantanhez (Sul da Guiné), o primeiro de uma série de quatro encontros entre uma delegação portuguesa e outra do PAIGC. A primeira é dirigida por Fabião e integrada pelos comodoros Almeida D'Eça e Heitor Patrício, tenente-coronel Morgado, majores Carvalho Figueira, Hugo dos Santos e Ornelas Monteiro, capitão Faria Paulino e alferes Branco; e a do PAIGC é chefiada pelo comandante Constantino Teixeira e integrada ainda por José Araújo, Júlio de Carvalho, Mário Cabral e Lai Seck.

O encontro teve três sessões de trabalho — a 15, 16 e 18 de Julho —, a que estiveram sempre presentes Juvêncio Gomes e Marcos Lopes, representantes do PAIGC junto do governo em Bissau. Do relatório desse encontro,[15] ressalta a preocupação dos portugueses em assegurar um *modus vivendi* com as futuras autoridades guineenses e evitar, com isso, que a demora de um acordo definitivo pudesse conduzir a um retomar da guerra. Enquanto a delegação do PAIGC, mais concretamente José Araújo, faz questão de sublinhar que não se trata de retomar *«as negociações que haviam sido interrompidas em Argel»*, e que essas, por causa dos compromissos internacionais do seu partido, tinham de ser feitas *«à luz do mundo»*; a parte portuguesa, pela voz de Carlos Fabião, ressalva que não está preparada *«para discutir os aspectos políticos»*, mas apenas *«as condições de realização de um* modus vivendi *tendo como base a retracção e evacuação das tropas de ocupação portuguesa»*.

Fabião alega que as tropas por ele comandadas não pretendem encetar uma política de terra queimada, pois querem, sim, retirar-se gradualmente e em paz dos quartéis, concentrando-se, de preferência, em Bissau, até à sua retirada definitiva para Portugal. E, num gesto de boa vontade, a parte portuguesa propõe ao PAIGC que coloque um vice-presidente na Câmara Municipal de Bissau, um responsável na polícia civil, com vista à sua tomada progressiva, e, ainda, um economista junto do governo colonial, a fim de as novas autoridades se irem *«integrando na problemática nacional»*.

Três novos encontros são feitos a 23, 29 e 31 de Agosto, respectivamente, em Mansoa, Cacine e Nova Lamego. Enquanto a parte portuguesa foi sempre chefiada por Carlos Fabião, a do PAIGC variou. Em Mansoa e Cacine, Júlio de Carvalho; e em Nova Lamego, de novo Constantino Teixeira, que chefiara o encontro de Cantanhês, tendo como presença quase regular a de José Araújo. Embora não aparecesse como chefe da delegação do PAIGC, era ele, Araújo, na prática, quem dava as cartas por parte da sua comitiva.

Um dos pontos bastante discutidos nos quatro encontros foi o dos Comandos Africanos, corpo militar criado no tempo do governador António de Spínola, constituído por volta de 10 mil homens, parte dos quais antigos guerrilheiros que se deixaram seduzir pela "psico" portuguesa. O corpo militar indígena, no que se incluíam as milícias, tropas e agentes, ascendia a cerca de 50 mil homens (armados e preparados), constituía uma das preocupações do PAIGC. Este exigia o imediato desarmamento e integração dos comandos na vida civil. Para evitar problemas, as autoridades colocam um número significativo desses militares na ilha de Sogá (Bijagós), não escondendo o PAIGC o seu desejo de ver fora da Guiné os seus mais destacados elementos — em especial Marcelino da Mata, considerado *«completa e definitivamente irrecuperável»*.[16]

Por seu turno, apreensivos quanto ao seu futuro, os "comandos" dividem-se em várias tendências. Umas favoráveis ao PAIGC, outras à Fling e uma terceira fornada de neutros, num claro esforço de adaptação aos novos tempos. O chefe do grupo, capitão Zacarias Saiegue, pronuncia a sua adesão aos *«seus irmãos do PAIGC na luta contra o colonialismo»*, jurando nunca mais *«combater os guerrilheiros do PAIGC»*.[17]

Num abaixo-assinado, subscrito por ele e por vários dos seus camaradas, reunidos a 26 de Julho, em Bissau, estes comunicam passar à disponibilidade e à vida civil. De Portugal, o grupo diz esperar que assuma as suas responsabilidades, nomeadamente pensões e cursos de formação profissional; e do futuro governo guineense, a igualdade de direitos sociais, a sua integridade física, *«não permitindo quaisquer represálias ou discriminações»*.[18] A História regista, no entanto, que boa parte dos seus comandantes haveria, mais tarde, de ser sumariamente liquidada, na sequência da instabilidade que irá marcar a Guiné-Bissau nos anos seguintes.

Cabo Verde

Entretanto, à medida que na Guiné as autoridades portuguesas e o PAIGC se entendem, esse partido procura estender esse entendimento a Cabo Verde. Este assunto é também abordado na reunião de 29 de Julho, em Cacine, entre a delegação daquele partido, chefiada por Júlio de Carvalho, e a portuguesa, encabeçada por Carlos Fabião. No relato do encontro, feito pelos portugueses, o PAIGC queixa-se do incumprimento da promessa de que *«teria toda a liberdade de actuação para fazer propaganda das ideias do Partido, nas ilhas de Cabo Verde»*. Pelo contrário, aproveitando o espírito do 25 de Abril, *«surgiram diversos movimentos, quer em Cabo Verde, quer em Lisboa, para os quais, não tem havido restrições de qualquer espécie por parte das autoridades de Cabo Verde»*. Carvalho refere também que, de acordo com as conversações já havidas com Mário Soares e Almeida Santos, os dirigentes do PAIGC *«estão interessados em discutir todos os problemas existentes sem transigir com o plebescito, mas sem dar um salto brusco para a independência»*.[19]

Reagindo às colocações do seu interlocutor, Carlos Fabião reafirma a sua impossibilidade de interferir na política local cabo-verdiana, porquanto *«estava inteiramente fora da sua competência»*. Outrossim, informa que continua a aguardar luz verde de Lisboa para que os dirigentes que o PAIGC pretende remeter a Cabo Verde, via Bissau, o possam fazer. *«Haveria apenas o problema da documentação desses elementos, já que as vacinas poderiam ser efectuadas em Bissau»*, ressalva.

Analisando os relatos dos encontros havidos no interior da Guiné, é lícito concluir que eles foram além do *modus vivendi* entre as autoridades portuguesas e o PAIGC. Para desgosto de António de Spínola, esses contactos serviram, na prática, para quebrar imensas pedras na construção da ponte entre as duas partes. O PAIGC, geralmente pela voz de José Araújo, mas também por Júlio de Carvalho, ia dizendo aos seus intelocutores as posições do seu partido em relação a uma série de temas, que eram depois, certamente, retransmitidos por Carlos Fabião a Lisboa. Por exemplo, na sessão de 18 de Julho, em Cantanhês, ao reconhecer as dificuldades dos portugueses em relação a Cabo Verde, Araújo revela que os dirigentes do seu partido *«apenas pedem que seja reconhecido o direito internacional de Cabo Verde ser independente»*. Depois de argumentar sobre a unidade entre o arquipélago e a Guiné, e como essa unidade haveria de ser obtida (*«a qual não será feita à força»*), ele sugere que o assunto se resolveria através de *«uma simples declaração»* por Portugal, que passaria pelo *«reconhecimento da República da Guiné-Bissau e o direito de Cabo Verde à independência»*. Esta eventualidade, salienta Araújo, *«Abriria toda uma nova era entre os nossos povos, podendo ser encaradas todas as hipóteses de cooperação»*. E, de facto, esse será o resultado do chamado protocolo de

Argel, que vem a ser assinado 12 dias depois por Pedro Pires e Mário Soares, como se verá mais adiante.

A Lei Constitucional 7/74

Em Lisboa, cada vez mais isolado, António de Spínola avista-se com o seu homólogo senegalês durante uma escala deste, a 8 de Julho, no aeroporto da Portela. Léopold Senghor procura convencê-lo de que, no tocante à Guiné-Bissau, Lisboa tinha sido ultrapassada pelo tempo, pelo que só lhe resta *«acelerar o processo no sentido da sua independência, única solução viável e consentânea com a hora histórica que Portugal vivia».*[20] Em suma, pressionado por todos os lados, enquanto presidente da República, Spínola acaba por demover o que ele próprio chama de *«a última barreira»* da solução do conflito colonial. Ou seja, a 26 de Julho, promulga, a contragosto, a Lei Constitucional 7/74, publicada no dia seguinte no **Diário do Governo**, passando, com isso, o processo da descolonização a ter cobertura legal.[21]

A aprovação dessa lei é também resultante das contradições existentes no seio do MFA, onde duas principais correntes se batiam pelo controlo do processo político em Portugal: uma spinolista, defensora do federalismo ou confederalismo; e outra, mais vanguardista ou terceiro-mundista, dominada pelo PCP, que é a favor da independência das colónias, *tout-court*. Para além das simpatias deste grupo, o PAIGC e os demais movimentos de libertação contam ainda com um último e, talvez, o mais importante factor de todo este processo: a pouca ou nenhuma vontade da tropa portuguesa em continuar a bater-se no terreno, na defesa do que sobrava do seu império colonial. A palavra de ordem *«Nem mais um soldado para as colónias»*, lançada em 1973 pela Liga Comunista Internacionalista (LCI),[22] alastra agora pela mente dos soldados e da opinião pública como fogo em capim seco em dia de vento. De tal forma que, aos negociadores portugueses, só resta encontrar uma saída honrosa para o atoleiro em que Portugal se metera em África. Em três artigos, a Lei Constitucional 7/74 estipula: *«O reconhecimento do direito à autodeterminação, com todas as suas consequências, inclui a aceitação da independência dos territórios ultramarinos e a derrogação da parte correspondente do artigo 1.º da Constituição Política de 1933».*[23]

Portugal vivia, assim, a sua hora grande, no dizer de António de Spínola. Em comunicação ao país, feita no dia em que a referida lei constitucional foi tornada pública, ele reconhece às populações do Ultramar *«o direito de tomarem em suas mãos os próprios destinos»*. Precisando, para que não restassem dúvidas, com a sua declaração, que Portugal estava pronto a *«iniciar o processo da transferência de poderes para as populações dos territórios ultramarinos reconhecidamente aptas para o efeito, nomeadamente a Guiné, Angola e Moçambique».*[24]

Foto: El Moudjahid

Assinatura dos Acordos de Argel

Mas Lisboa é obrigada, entretanto, a clarificar ainda mais o seu programa de descolonização. No término da visita que o secretrário-geral da ONU, Kurt Waldheim, efectua nos primeiros dias de Agosto a Portugal, é divulgado, no dia 4, um comunicado conjunto, no qual todos os territórios são alvo de uma apreciação. Enquanto em relação à Guiné, Lisboa admite estar pronta a reconhecer a independência desse país, no tocante aos demais territórios, inclusive Cabo Verde e S. Tomé e Príncipe, reconhece o direito dos seus povos à *«autodeterminação e independência»,* manifestando igualmente a sua disposição em *«aplicar as decisões das Nações Unidas a esse respeito».*[25]

Portugal reconhece a Guiné-Bissau

As delegações do PAIGC e do governo português encontram-se pela segunda vez, inicialmente a título secreto, a pedido de Lisboa, a 19 de Agosto, novamente em Argel. Esta ronda surge na decorrência de uma carta de Almeida Santos a José Araújo, levada pelo major Hugo dos Santos, que fora enviada dias antes a Lisboa por Carlos Fabião com as actas do seu encontro com o PAIGC.

Na sua missiva, recebida pelo destinatário a 31 de Julho, Almeida Santos comunica que tinham sido finalmente *«criadas as condições legais (novo texto constitucional) para se assinar um acordo de paz e fraternidade»* e manifesta a ansiedade do seu governo em solucionar a questão guineense. *«Se, como penso, o P.A.I.G.C. estiver preparado para aceitar a separação do problema de C. Verde, agora facilitado também pelo reconhecimento do seu direi-*

to à independência, poderemos fixar [a] data para novo encontro preparatório do texto que há-de assinalar, ao som dos dois hinos nacionais, o dia grande da paz e do início de uma fraterna cooperação. Neste sentido, estamos a contactar com a embaixada de Londres. Estamos todos ansiosos por esse desfecho auspicioso. Chega de disputas verbalistas, já que as outras, felizmente, acabaram para todo o sempre.»[26]

Lisboa, mais concretamente Mário Soares, volta a insistir na necessidade do encontro secreto através de um telegrama de 3 de Agosto, enviado ao PAIGC pelas vias habituais. Através do Protocolo de Argel, obtido durante o segundo encontro oficial, realizado entre 23 e 26 de Agosto, Portugal compromete-se a reconhecer em cerimónia solene, marcada para 10 de Setembro, em Lisboa, a independência da Guiné-Bissau, do mesmo modo que no acto em Madina do Boé, Lisboa se fará representar por dois altos dignitários, de preferência Mário Soares e Almeida Santos, o que não acontece, porém.

Os governos dos dois países dispõem-se igualmente a manter *«relações de cooperação activa»*. E, conforme o desejo do PAIGC, Lisboa reitera *«o direito do povo das ilhas de Cabo Verde à autodeterminação e à independência»*, garantindo, outrossim, *«a realização deste direito, conforme as resoluções pertinentes das Nações Unidas, levando também em linha de conta a vontade expressa pela Organização da Unidade Africana.»*[27]

Pedro Pires assevera que um dos aspectos que estiveram a encravar as negociações nada tinha a ver com Cabo Verde. *«Um dos pontos que estavam a bloquear as negociações era se, depois do Acordo de Argel, deviam estar hasteadas as bandeiras de Portugal e do PAIGC ou se apenas uma — a nossa ou a deles. Os portugueses insistiam que, pelo menos em Bissau, a deles deveria estar hasteada até ao último dia. Havia gente nossa que achava que não. Um outro nó era o calendário da evacuação das suas forças. Nós defendíamos um calendário mais curto, os portugueses o contrário. No primeiro encontro foi suspensa a discussão e cada um foi para a sua casa. Antes de embarcar, estive a pensar no assunto, levantei-me à noite e procurei convencer o Umarú Djaló que não valia a pena insistir nisso. Ainda cheguei a falar com o presidente Boumedienne sobre o assunto. Ele deu-me razão. Disse-me:* "Mais um mês, menos um mês, não faz mal nenhum; quem esperou 13 anos, pode perfeitamente esperar mais um mês". *As coisas em Argel decorreram mais ou menos bem, com algumas cedências da nossa parte.»*[28]

Para além do Protocolo de Argel, é assinado um outro documento (secreto) que, na prática, absorve os entendimentos obtidos pelo PAIGC e Carlos Fabião, 34 dias antes, oficializando desta forma o calendário de evacuação das tropas portuguesas, cujos quartéis são ocupados pelas Farp à medida que eram evacuados. *«Houve casos de abandono antes mesmo do acordo de Argel»*, diz Pedro Pires.

Havia inicialmente o problema dos prisioneiros, que foi resolvido também antes do acordo final. Um telegrama de 2 de Agosto, emitido pelas

estruturas do PAIGC de Conakry para Candjafara, fixa em seis o número de prisioneiros portugueses na sua posse — Domingos Teixeira, Jacinto Gomes, António da Silva Vilar, Manuel Vieira Coelho, Duarte Dias Furtado e Manuel Pereira Vidal, que propõe em troca do capitão cubano Pedro Peralta.[29] Este era um dos casos mais mediáticos. Fora capturado na Guiné, no "corredor" de Guilege, em Novembro de 1969, tendo na altura constituído o mais precioso troféu de guerra do general António de Spínola. Com o 25 de Abril, chega-se a cogitar a sua troca por um cidadão americano, Laurence Hunt, condenado por Havana a 30 anos de prisão, por espionagem. Peralta nega-se, porém, a tal arranjo e a sua libertação apenas ocorrerá meses depois, à revelia de Spínola.[30]

Escrúpulos democráticos

Os acordos de Argel são rubricados, pela parte portuguesa, por Mário Soares, António de Almeida Santos, Vicente Almeida D'Eça e Hugo dos Santos; pelo PAIGC, Pedro Pires, Umarú Djaló, José Araújo, Otto Schacht, Lúcio Soares e Luís Oliveira Sanca. Comentando o acordo, Mário Soares diz aos jornalistas, ainda em Argel: *«As negociações decorreram bem e estamos satisfeitos porque finalmente chegaram ao seu termo.»*[31]

Estava assim solucionado o caso guineense, facto este que abre a porta aos outros *dossiers*, alguns dos quais de longe mais complicados, dado os interesses em jogo. *«A maneira de Portugal "abandonar" a Guiné portuguesa estabelecerá importantes precedentes para futuros governos em Moçambique e Angola, os quais o Presidente Spínola originalmente esperava evitar»,* tinha previsto o influente jornal londrino **Times**, na sua edição de 29 de Julho, a propósito do discurso do chefe de Estado português para justificar a Lei Constitucional 7/74.[32] Na mesma linha, o não menos influente **Financial Times** afirmava, em editorial, agora em relação aos demais processos, que o governo português *«está mal colocado, apesar do seu relativo liberalismo, para insistir em escrúpulos democráticos como pré-requisito para a independência.»*[33] Uma semana depois da assinatura do Protocolo de Argel, era rubricado, em Lusaka, entre Lisboa e a Frelimo, o acordo que conduzirá Moçambique à independência a 25 de Junho de 1975.

Para Abílio Duarte, ainda bem que foi um cabo-verdiano a chefiar a delegação do PAIGC que negociou com os portugueses o reconhecimento da independência da Guiné-Bissau. Na sua análise, dada a fragilidade da implantação do PAIGC em Cabo Verde, os portugueses estiveram em condições de impor as regras no caso desse arquipélago. Esta atitude, segundo ele, tinha eco junto de amplos sectores da ala guineense do partido.

Estes temiam que, mais uma vez, a teimosia em "aguentar" as ilhas pudesse conduzir a um prolongamento da guerra e a um adiar da independência da Guiné-Bissau. *«Os dirigentes guineenses viviam, humanamente, num*

estado de ansiedade. Por mais que se falasse na unidade, um número significativo de militantes guineenses não tinha interiorizado a luta em Cabo Verde. Por isso, dois factores contribuíram para travar a tendência em deixar cair Cabo Verde: primeiro, o profundo enraizamento da ideia da unidade; tratava-se, enfim, de uma bandeira desfraldada ao longo de vários anos de luta: surgimos e nascemos unidos, temos de permanecer unidos até à vitória final. O segundo factor foi um cabo-verdiano estar à frente da delegação, que era o Pedro Pires. Ele sempre podia manobrar a favor de Cabo Verde e, se não fizesse isso, nós não o perdoaríamos.»[34]

Com o coração ferido e a voz embargada, António de Spínola dirige-se, mais uma vez, aos seus compatriotas para lhes anunciar que Portugal iria, a 11 de Setembro, reconhecer *de jure* a independência da Guiné-Bissau. Dividida em duas partes, a primeira virada para essa antiga colónia e para a descolonização em geral, e a segunda, para a situação interna do seu país, a comunicação presidencial é aproveitada para lançar alguns avisos à navegação. Batendo por diversas vezes na tecla *«Guiné para os Guinéus»,* ele assume-se como um dos arquitectos da independência desse país, que, segundo as suas palavras, começou a preparar em 1968.

Outrossim, não querendo para Portugal um regime de partido único, Spínola diz não pretender o mesmo para a Guiné. Por isso diz esperar que o PAIGC venha a *«honrar as responsabilidades assumidas ao ser-lhe conferido o reconhecimento da representatividade do Povo Guinéu»,* construindo *«uma Guiné eminentemente democrática e progressiva, em clima de perfeita liberdade e justiça social».* E remata: *«A descolonização só atingirá o seu termo quando estiverem em pleno e eficaz funcionamento instituições democráticas, que salvaguardem os interesses de todos os cidadãos».*

Para o general, paira sobre Portugal e as suas ainda colónias o risco de uma nova ditadura, pelo que pede à *«maioria silenciosa do Povo Português»* que se manifeste contra os *«totalitarismos extremistas»* que se vêm digladiando na sombra. O presidente da República termina o seu alerta fazendo votos para que os *«Guinéus continuem na construção de uma Guiné eminentemente livre e democrática, tão livre e democrática quanto desejamos seja também o Portugal de amanhã».*[35]

A vingança de Spínola

Conforme o combinado, uma delegação do PAIGC — chefiada, de novo, por Pedro Pires e constituída ainda por Victor Saúde Maria e Arafan Mané — , desloca-se a Lisboa para a cerimónia que oficializa o reconhecimento da independência da Guiné-Bissau, cujo brilho é ofuscado por incidentes em Moçambique que opõe a população branca à negra, com notícias de ter havido, pelo menos, uma centena de vítimas, entre mortos e feridos. Ao cumprimentá-los António de Spínola pergunta qual dos três é Arafan Mané. Este, segundo Pires, responde-lhe: *«Sou eu». «E o Spínola disse-lhe:*

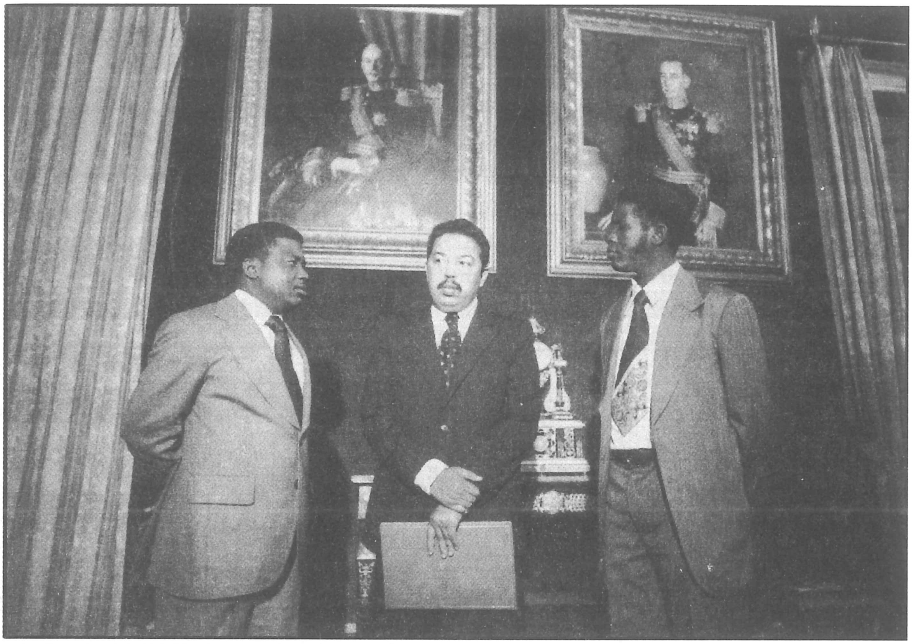


Foto: Alfredo Cunha

Momentos antes da "vingança" de Spínola

"Então o senhor é o único guinéu autêntico desta delegação!" *O Victor Saúde Maria interveio imediatamente:* "Não, senhor general, eu também sou guinéu autêntico..." *O único não guinéu autêntico era eu, e o Spínola sabia disso.»*[36]

Após a cerimónia, o estadista português convida a delegação para um almoço de cortesia no palácio de Belém, sede da Presidência da República, almoço que será todo ele uma sucessão de *gaffes* ou, então, a confirmação do velho adágio de que a vingança é um prato que se serve frio. Para além dos delegados do PAIGC, estiveram presentes o embaixador do Brasil, Carlos Alberto Fontoura, o general Costa Gomes, o primeiro-ministro Vasco Gonçalves, os ministros Almeida Santos e Mário Soares etc. *«Foi a oportunidade de o Spínola atacar o PAIGC, particularmente a mim»,* queixa-se Pedro Pires.

A seu ver, o velho general da antiga potência colonial não perdoava ao PAIGC, principalmente a sua ala cabo-verdiana, a derrota militar de Portugal na Guiné; e, também, que o reconhecimento disso implicasse a alteração do projecto político que ele, Spínola, havia arquitectado para o seu país e para os seus antigos territórios ultramarinos, ou ainda que, no caso guineense, ele fosse impedido de ir a Bissau para proceder à transferência da soberania para as mãos de Aristides Pereira. Por isso, o pior do estranho cerimonial a que o anfitrião vinha submetendo os seus antigos inimigos ainda estava por vir. E de novo Pires:

«No seu discurso, o Spínola dirigiu-se apenas ao convidado de honra, que foi o embaixador do Brasil, que ele fez sentar ao seu lado direito, quando eu, como chefe da delegação do PAIGC, é que devia ser colocado ali. Em vez disso, puseram-me à

direita de Vasco Gonçalves — eu entendi a coisa. Ao discursar, o Spínola disse que os portugueses foram os primeiros a morrer pela paz na Guiné-Bissau. Citou os nomes dos três majores portugueses mortos numa emboscada nossa, apanhados numa operação que visava destruir-nos por dentro. Eu quis responder-lhe ao pé da letra, mas consegui controlar-me. Na minha intervenção eu disse: "Sr. general, presto-lhe homenagem pela sua coragem política, o que permitiu a independência da Guiné e irá permitir a independência dos outros territórios. E digo-lhe que o nosso povo nunca considerou o povo português seu inimigo, da mesma forma que consideramos os democratas portugueses nossos aliados". *Mesmo assim, ele continuou a provocar-me e a tentar humilhar-nos de todas as formas. Quando saímos do almoço, eu disse ao Almeida Santos*: "Vocês trouxeram-me para uma autêntica armadilha". *Ele respondeu-me:* "Para o sr. general, este almoço era como arrancar um dente a frio a alguém. Você saiu-se muito bem".»

«Disseram-me depois que o Spínola estava convencido que eu é que tinha mandado matar os majores», prossegue Pedro Pires. *«O Vasco Gonçalves confirmou-me isso; e, segundo ele, o Spínola era um homem que sempre jogava na divisão. Aliás, na Guiné, ele fartou-se de jogar com os guineenses e os cabo-verdianos. Tinha na Guiné programas de rádio em que os cabo-verdianos eram sistematicamente atacados pelos guineenses. Chegou a promover manifestações contra a nossa gente. Para ele, o cabo-verdiano representava a pessoa em quem não se devia confiar, mesmo os que trabalhavam para os portugueses. E, da nossa parte, sempre estivemos convencidos de que ele esteve envolvido na morte de Amílcar Cabral. Quando isso acontece, ele era o governador, o comandante militar da Guiné, o chefe militar contra o qual nos batíamos directamente.»*

O caso dos três majores

A morte, pelo PAIGC, dos majores Alberto Osório, Fernando Passos Ramos e Mário Pereira da Silva foi um dos momentos cruciais da guerra na Guiné. Foi depois disso que António de Spínola resolveu avançar contra o santuário do PAIGC em Conakry. Numa das entrevistas que Pedro Pires me concedeu, esta questão acabou, naturalmente, por vir à baila, a propósito da seguinte afirmação do brigadeiro Manuel Monge à Maria João Avillez: *«Quando, no Verão de 74, o então Presidente Spínola recebeu, no Palácio de Belém, a delegação da Guiné-Bissau e lhes ofereceu um almoço por altura do reconhecimento da independência da Guiné, relembrou os três heróicos majores portugueses que morreram pela paz na Guiné. O chefe da delegação guineense, comandante Pedro Pires, baixou a cabeça e cravou os olhos na mesa. Foi um momento de tensão insuportável.»*[37]

Para Monge, enquanto governador da Guiné, António de Spínola pretendeu *«preparar os guineenses para uma grande autonomia»*, o que só não se concretizou devido à incompreensão de Lisboa. A missão dada aos três majores enquadrava-se, obviamente, nessa estratégia: coube-lhes estabele-

cer pontes com certos sectores da guerrilha, cansados, como se sabe, com o arrastar da guerra. *«Passos Ramos, Osório e Pereira da Silva começaram a ter reuniões com os diversos destacamentos de guerrilheiros da sua região e foram com eles sucessivamente estabelecendo acordos de cessar-fogo. Em princípios de Abril, todo o "Chão de Manjaco" estava em paz; no "Chão Mancanho" — região Bula — território vizinho, estavam suspensas as operações militares e começavam os contactos tendo em vista o cessar-fogo e o alargar da paz até ao "Chão Balanta", de Binar e Bissorã, contíguo ao "Chão Mancanho".»*

Avisada pelo comandante André Gomes, a direcção do PAIGC resolve agir, dando-lhe carta branca para proceder como achasse melhor. Gomes, então com 27 anos, membro da direcção do partido, era um homem de absoluta confiança de Amílcar Cabral e autor de várias proezas militares, entre as quais a de ter comandado, em 1968, na véspera de Marcello Caetano visitar Bissau, o primeiro ataque ao aeroporto de Bissalanca. Como responsável pela região onde Spínola vinha avançando ardilosamente, era também ele o responsável por tudo o que se estava a passar na zona. Seria, portanto, a ele a quem o partido iria exigir contas dos "contactos" entre as forças do PAIGC e o exército português. Por conseguinte, Gomes mexe-se, avisa os seus superiores, e conta-lhes a sua disposição de caçar o próprio Spínola, que, confiante da sua estratégia, costumava aparecer nos lugares mais impróprios e arriscados da Guiné: era essa, pois, a sua forma de incutir coragem aos soldados portugueses e mostrar que era o senhor da situação na Guiné. Poucos dias antes do episódio que vitimou os três majores, o governador e o comandante do PAIGC chegam a encontrar-se e combinam um novo encontro para acertar os pormenores de uma suposta integração de Gomes e dos seus homens no aparelho administrativo da Guiné. O que Spínola não sabia é que tinha sido fisgado...

«De início achei a proposta muito interessante», recorda Luís Cabral, que, na altura, se encontrava em Ziguinchor. *«Se conseguíssemos prender Spínola, podia ser a chave para negociar a independência.»*[38] Porém, impaciente com o arrastar do caso e dos efeitos da penetração da mensagem portuguesa nas hostes do PAIGC, Luís Cabral acaba por ordenar que se ponha fim àqueles encontros. E é o que se vai fazer a 20 de Abril de 1970, quando, ao contrário do previamente combinado, os três majores aparecem, sem o governador. Os três portugueses puderam também notar que, em vez de André Gomes, tinham como interlocutores dois homens deste: Cacheu Cá e Júlio Biague. De acordo com o relato de ambos, tudo se passou rapidamente, porque cedo os majores se apercebem que estavam perdidos, tendo sido metralhados, apesar de desarmados. *«Eles não jogavam limpo, queriam-nos comprar. E mesmo desarmados para mim nunca deixaram de ser inimigos»,* afirma Cacheu Cá. [39]

Os corpos dos militares foram encontrados na madrugada seguinte, esquartejados à catana. De acordo com uma outra fonte que conviveu de perto com André Gomes, já depois da independência, a maior odisseia dele

e dos seus homens foi chegarem vivos a Conakry, pois, ao darem-se conta do sucedido, as autoridades portuguesas ordenam a caça do grupo, tendo-se seguido o bombardeamento com *napalm* de toda a região onde o incidente ocorrera. *«Segundo o André Gomes, a ideia não era matar os majores, mas levá-los vivos para Conakry, como troféus de guerra. Porém, ao aperceberem-se que tinham caído na armadilha, os tugas quiseram fugir e o André ordenou que se abrisse fogo contra eles. Até chegar a Conakry, o grupo foi perseguido pela aviação. O que os salvou foi o conhecimento que tinham do terreno.»*

A guerra na Guiné iria conhecer um novo recrudescimento, que culminaria com a invasão a Conakry. Para Manuel Monge, a forma como os três majores foram liquidados é um assunto que incomoda ainda hoje certos antigos dirigentes do PAIGC. Comentando esse ponto de vista, Pedro Pires não esconde a irritação que as palavras desse militar lhe causam. *«Tomei conhecimento do episódio porque me foi contado a nível superior do partido. Era mais uma das manobras do Spínola para destruir o PAIGC por dentro. Só que, enquanto os portugueses pensavam que nos estavam a corromper, eles caíram numa emboscada e foram mortos. Na guerra, é difícil separar o que é civilizado do que é selvagem. Os portugueses podiam bombardear a nossa gente, atacar populações indefesas, e ninguém diz que isso era selvajaria. Eles matam, não é crime. Nós emboscámos três oficiais deles que nos andavam a destruir por dentro e os matámos, e já passa a ser selvajaria. O Monge e outros andam a brincar quando fazem certas declarações!...»*[40]

Luís Cabral pensa da mesma maneira. *«Naquele contexto da guerra, não interessa a forma como eles morreram. Também a nossa gente sofreu muito com a guerra, com os bombardeamentos, prisões etc. No caso dos majores, os portugueses queriam a rendição das nossas tropas, comprá-las, para depois ir desfilá-las em Bissau, ou seja, no mais profundo desprezo pelos nossos ideais. A liquidação dos majores teve, pelo menos, o mérito de convencer o governador colonial que tinha de nos levar a sério.»*[41]

A queda de Spínola

António de Spínola renuncia à Presidência da República, a 30 de Setembro de 1974, na sequência do fracasso do que deveria ser a grande marcha da *«maioria silenciosa»* a seu favor, convocada para dois dias antes. Assume o seu lugar o general Francisco Costa Gomes, tido como um militar cinzento, habituado a trabalhar na sombra e, sobretudo, mais sintonizado com o programa do MFA. A 17 de Outubro, em Nova York, o novo chefe de Estado discursa na Assembleia Geral da ONU e promete, não mais, *«trocar a liberdade de consciência colectiva por sonhos grandiosos de imperialismo estéril»*. E assegura: *«No processo de descolonização manter-nos-emos fiéis aos princípios do Direito Internacional, da autodeterminação e independência; na aplicação concreta dos princípios teremos a flexibilidade suficiente para salvaguardar os interesses dos povos a desco-*

lonizar; seremos tão dinâmicos quanto o exige a impaciência de quem toma uma tarefa com muitos anos de atraso e tão pacientes quanto indispensável à felicidade de povos que sofreram na carne as consequências da anterior situação política portuguesa. Saberemos evitar figurinos estereotipados e procurar para cada território a solução mais adequada à garantia da génese feliz de uma nova Pátria».[42]

Pela primeira vez, um chefe de Estado português usava da palavra na Assembleia Geral da ONU. E igualmente, pela primeira vez, um representante de Lisboa fazia-o sem quaisquer constrangimentos, sinal de que Portugal começava a reconciliar-se com o mundo e vice-versa.

Notas

1 Cit por Josep Sánchez Cervelló, op. cit., 160.
2 Id., ibid., p. 285.
3 Arquivo Pedro Pires.
4 Na altura estava no poder o Partido Trabalhista, liderado pelo primeiro-ministro Harold Wilson.
5 Arquivo de Pedro Pires.
6 Entrevista a Jorge Soares e José Vicente Lopes: António de Almeida Santos, Lisboa, Maio de 1990.
7 Maria João Avillez , op. cit., 270.
8 **Diário Popular**, Lisboa, 19-06-74.
9 Id., ibid.
10 Id, 21-06-74.
11 Id., ibid.
12 Entrevista: Pedro Pires, Praia, 17-04-95.
13 Arquivo Pedro Pires.
14 Entrevista a Jorge Soares e a José Vicente Lopes, Lisboa, Maio de 1990.
15 "Relatório", Mário Cabral, 22-07-74. Arquivo Pedro Pires.
16 "Relato da reunião entre o Encarregado do Governo da Guiné e uma Delegação do PAIGC". Cacine, 29-07-74. Arquivo Júlio de Carvalho.
17 Proclamação de Zacarias Saiegue. Arquivo Pedro Pires.
18 Relatório, Batalhão de Comandos da Guiné, Quartel de Brá, 26-07-74.
19 "Relato de reunião efectuada entre o Encarregado do Governo da Guiné e uma Delegação do PAIGC". Cacine, 29-07-74. Arquivo Júlio de Carvalho.
20 António de Spínola, **País sem rumo**, p. 280, Scire, Lisboa, 1978.
21 Segundo afirma Almeida Santos a José Manuel Barroso, em **Segredos de Abril** (Editorial Notícias, Lisboa, 1995), a publicação da referida lei no **Diário do Governo** apanhou tanto ele como o próprio Spínola de surpresa, tendo o episódio se ficado a dever à disputa que existia dentro do novo poder em Portugal e que o diploma só não foi revogado pelo presidente da República para evitar embaraços a nível da opinião pública.
22 Tal como o MRPP, a LCI, criada em 1969 na sequência da crise académica de Coimbra, era uma das inúmeras organizações de esquerda que, com o 25 de Abril, assumem um particular protagonismo nos meios estudantis e militares, sendo a África uma das suas bandeiras predilectas.
23 **Diário do Governo**, Suplemento, I série, número 174, Lisboa, 27-07-74.
24 António de Spínola, ibid, p. 148.
25 "Comunicado conjunto das Nações Unidas e do Governo Português", in António de

Spínola, ibid, pp. 426 a 428.
[26] Carta do ministro António Almeida Santos a José Araújo. Arquivo Pedro Pires.
[27] A chamada Declaração ou Protocolo de Argel foi, de uma maneira geral, publicada em todos os jornais da época, nomeadamente no **Diário Popular** de 27-08-74.
[28] Entrevista: Pedro Pires, Praia, 18-04-95.
[29] De acordo com uma fonte do PAIGC, após a morte de Amílcar Cabral, os combatentes deixaram de fazer prisioneiros, tamanho era o seu ódio ao inimigo.
[30] O militar cubano foi alvo de várias manifestações de solidariedade, realizadas pelas forças de esquerda portuguesa, principalmente o MRPP e a LCI, que semanalmente enchiam as ruas da baixa lisboeta com *meetings* a favor da independência das colónias. Num dos encontros do interior da Guiné, Fabião informa que a libertação do oficial cubano estava dependente da libertação também dos prisioneiros na posse do PAIGC.
[31] **Diário Popular**, Lisboa, 27-07-74.
[32] Id., 29-07-74.
[33] Id., ibid.
[34] Entrevista: Abílio Duarte, Carnaxide, 16-03-95.
[35] António de Spínola, **Ao serviço de Portugal**, pp. 173 a 181.
[36] Entrevista: Pedro Pires, Praia, 18-04-95.
[37] Maria João Avillez, op., cit., pp. 240 e 241.
[38] Felícia Cabrita, "Desaparecidos em combate", **Expresso-Revista**, Lisboa, 29-04-95.
[39] Idem, ibidem.
[40] Entrevista: Pedro Pires, Praia, 18 e 21-04-95.
[41] Entrevista: Luís Cabral, Praia, 06-07-95.
[42] **Diário Popular**, Lisboa, 18-10-74.

31

O MFA E CABO VERDE

Com o 25 de Abril, a evolução política em Portugal não deixa de ter efeitos directos em Cabo Verde. Durante os cinco meses em que o general António de Spínola esteve a dar as cartas, era imprevisível o destino deste arquipélago e das forças que lutavam pelo seu controlo. Já se viu nos capítulos anteriores quais eram os reais ou supostos compromissos de Portugal com a Nato, pelo que todos os meios foram utilizados pela junta militar portuguesa para evitar que as ilhas se tornassem independentes. Contrariando tal estratégia, o MFA em Cabo Verde, liderado pelo 1º tenente José Manuel Miguel Judas — *«um jovem cheio de vida, com uma cabeça cheia de ideias»,* no dizer de um cabo-verdiano que o conheceu e com ele privou nessa altura — procura desde o início estabelecer pontes com o PAIGC, surgindo disso uma relação amistosa que, muitas vezes, se abeira da cumplicidade.

Ligado desde 1969-70 ao movimento dos militares insatisfeitos e cooptado, meses depois do 25 de Abril, para o Conselho da Revolução, Judas chega a Cabo Verde em Janeiro de 1974, vindo da Guiné, para integrar o Comando Naval do arquipélago. Tendo tomado conhecimento do golpe em Portugal, ele é um dos oficiais que, em S. Vicente, pressiona o comandante militar, contra-almirante Pedro Fragoso de Matos, a definir-se em relação à nova situação em Lisboa. *«Ele estava noutra ilha, e nós enviámos uma corveta para o trazer com urgência, e assim que chegou pusemo-lo entre a espada e a parede»,* conta José Luís Nápoles Guerra, um dos afectos do MFA em Cabo Verde.[1]

Fragoso de Matos cede e acaba por ser nomeado, interinamente, encarregado do governo, em virtude de o governador Basílio Seguro se ter, entretanto, negado a aderir ao golpe pelo que, de pronto, é recambiado para Lisboa, mergulhado em lágrimas, segundo uma testemunha que com ele viajou no mesmo avião.[2] Fragoso de Matos é, contudo, em menos de um mês, substituído nas suas novas funções, por se mostrar apático e incapaz de enfrentar a situação em que Cabo Verde se viu, de repente, mergulhado: greves, manifestações, agitação da tropa estacionada no arquipélago contra a população etc., foram situações para as quais não se sentia vocacionado nem com as quais era capaz de lidar. É substituído pelo major José Alberto Loureiro dos Santos, que desempe-

nha, por acumulação, as funções de chefe do Estado Maior das Forças Armadas.

Mais talhado para o cargo, e politicamente mais hábil que o seu antecessor, Loureiro dos Santos procura sobreviver ao turbilhão crioulo através do diálogo com as diversas sensibilidades ou forças políticas que vão surgindo na Praia e no Mindelo. Uma das suas medidas é, precisamente, promover a abertura da comunicação social a todas as vozes, permitindo-lhes que se manifestem abertamente sobre o processo político em curso, tanto em Portugal como em Cabo Verde. Desacreditado, **O Arquipélago** é extinto em Junho e é substituído pelo **Alerta**, que tem à frente o jovem advogado cabo-verdiano David Hopffer Almada, mas dependente também do governo.

Ao justificar a iniciativa, Loureiro dos Santos afirma, em nota publicada no primeiro número do novo semanário, que este *«terá que ser realmente a expressão de todos os caboverdianos, qualquer que seja a sua tendência política ou localização geográfica».*[3] Todavia, o tom de certos artigos, nomeadamente o seu antiportuguesismo, vai levar o encarregado do governo a pôr termo aos programas radiofónicos afectos ao PAIGC e a substituir o **Alerta** pelo **Novo Jornal de Cabo Verde**, que tem, à frente do seu corpo redactorial, o 1.º tenente Miguel Judas e os alferes-milicianos Silas de Oliveira e Elisiário Silva.

Miguel Judas, o senhor das ilhas

Dos militares portugueses colocados em Cabo Verde, Miguel Judas é, sem dúvida, o grande senhor das ilhas. Logo depois do golpe em Portugal, fixa-se na Praia, no Palácio do Governador, onde procura dar as cartas, chocando muitas vezes com Loureiro dos Santos. Outra decisão sua é pedir que seja substituída a tropa estacionada em Cabo Verde, nomeadamente a polícia militar, por não estar enquadrada no espírito do 25 de Abril, facto este que originou os incidentes com a população da Praia, a 19 de Maio. Disso resultou a morte de um cabo-verdiano e o ferimento de outros dois, para além do ferimento de um oficial português — o major Valdez dos Santos — , vítima de uma navalhada anónima. O pedido de Miguel Judas é prontamente satisfeito. Aliás, por coincidência, no mesmo dia daquele incidente, chega ao Sal, vinda de Lisboa, a Companhia de Polícia Militar n.º 8249/73, comandada por um capitão de Abril, Augusto Torres Mendes, que vai ter também sob a sua responsabilidade, durante algum tempo, a Polícia de Segurança Pública (PSP).

Diz Miguel Judas desse período: *«De Maio até Setembro consolidámos e aprofundámos as estruturas do MFA, englobando oficiais, sargentos e praças, à margem da hierarquia, e umas vezes até nos chocámos com o próprio Loureiro dos Santos. A nossa acção fundamental era desenvolver uma activi-*

dade não só das FA mas também entre a população civil, procurando que o sector mais progressista desta, o PAIGC, tivesse condições para se consolidar. Actuámos conjuntamente com este, analisando as orientações e as tácticas a seguir, transformando-nos nós mesmos em propagandistas do PAIGC, porque começavam a aparecer grupos fantoches sem nenhuma expressão que era preciso combater».[4]

Amílcar Andrade, activista do PAIGC, lembra-se de, pouco depois do 25 de Abril, se ter encontrado ao lado da Igreja Matriz, na Praia, com Miguel Judas, a mando de José Luís Fernandes. *«Ele apareceu completamente de branco, com a farda da Marinha»,* recorda-se Andrade, que tinha então 22 anos, e que, no ano seguinte, haveria de ser eleito o deputado mais jovem à ANP. Acrescenta igualmente que era ele quem, numa primeira fase, servia de ponte entre o MFA e o PAIGC.

Em S. Vicente, foi o MFA quem teve a iniciativa de estabelecer o contacto com o PAIGC. Adriano Brito lembra-se, sobretudo, do comandante-militar, coronel Fernando Caldeira, pela ajuda prestada ao PAIGC. *«No comício da Câmara, alguém teve a iniciativa de tirar a bandeira portuguesa do mastro. Caldeira mandou chamar os responsáveis do PAIGC em S. Vicente para manifestar a sua apreensão. Ele propôs que unissemos as nossas forças para que cenas como aquelas não se repetissem».* Sobre o mesmo encontro, diz Luís Fonseca: *«No primeiro contacto o coronel Caldeira mandou-nos chamar — éramos quatro ou cinco pessoas. Expôs-nos as suas ideias e formou-se nessa altura uma Comissão Nacional de Informação. Achava que era preciso uma acção pedagógica de modo a evitar o acicatamento dos ânimos. Fui um dos escolhidos para integrar a tal comissão».*

Fonseca revela ainda que, a partir desse dia, passaram a existir dois tipos de contactos, um oficial e outro secreto: *«Os contactos secretos eram feitos sobretudo com o pessoal da Marinha, que era o sector mais avançado do MFA, defensor da independência total. Geralmente nos encontrávamos no Calhau, com muitos cuidados. Da nossa parte, era o Julinho Siminhas quem participava nos preparativos. Houve uma série de encontros entre o MFA e o Silvino da Luz ou o Pedro Pires. Esses contactos contribuiram para acelerar o processo da independência e foram fundamentais no combate à ideia do referendo.»*[5] Fonseca esclarece, contudo, que nem sempre as relações entre as duas partes estiveram isentas de atritos, nem de suspeitas, de parte a parte. *«Por vezes entrámos em choque»,* sublinha.

Um desses momentos ocorre, por exemplo, em finais de Julho, quando um polícia mata o jovem Daniel Eduardo da Cruz [6] ou, ainda, quando, de 21 a 25 de Setembro, as tropas portuguesas (vindas da Guiné e Angola, e aparentemente não sintonizadas com o espírito do 25 de Abril), se envolvem em incidentes contra a população de Ribeira Bote, de que resultam alguns feridos dos tiroteios havidos. Por causa deste incidente, um grupo de cidadãos, encabeçado por Custódio Simões, Má-

rio Matos, Daniel Andrade Sousa e Manuel Lima, organiza uma manifestação silenciosa de repúdio, acompanhada de paralisação dos serviços públicos.

«A ideia da greve foi minha e não teve o dedo da direcção do partido», reivindica Rosendo Pires Ferreira. *«Ela surge na Alfândega; fomos, aos poucos, pulsando as pessoas, convidando-as para participar. O Manuel Lima foi chamado e o Custódio Simões também. Inclusive, o Carlos Reis não acreditava que fôssemos capazes de realizá-la. Foi uma manifestação silenciosa, sem palavras e sem bandeiras, e esta foi a primeira demonstração de força que o povo deu às autoridades da altura. A ideia surge depois dos problemas surgidos com a tropa portuguesa em S. Vicente. O sucesso foi tal que a ideia rapidamente se espalhou por outras ilhas, que aderem».*[7]

Na mesma altura, também em solidariedade com a população acossada, os recrutas cabo-verdianos no quartel do Morro Branco negam-se a jurar a bandeira portuguesa, constituindo este facto um outro momento marcante da campanha em prol da independência.

MFA e PAIGC

Apesar das simpatias do MFA em relação ao PAIGC, Pedro Pires refuta a ideia de que tenha havido por parte desse movimento um bónus a favor do seu partido. Todavia, passados 20 anos, esse dirigente admite ter *«dificuldades em dizer qual era a implantação real»* do PAIGC nas ilhas antes da Revolução dos Cravos. *«Havia uma implantação, penso, não muito forte ou grande, mas o suficiente para, no momento do 25 de Abril, haver uma grande movimentação a favor do PAIGC».*[8]

Sobre esta mesma questão, tanto Jorge Querido quanto Eurico Monteiro não têm dúvidas de que o MFA, sobretudo através de Miguel Judas, acabou por dar um grande apoio ao PAIGC. Independentemente dos contactos verbais ou informais, as simpatias dos capitães de Abril para com o PAIGC estão largamente documentadas nos depoimentos e textos políticos que aquele movimento produziu em Cabo Verde. Por exemplo, num "Estudo sobre a situação político-económica em Cabo Verde", aprovado por uma assembleia de delegados, em S. Vicente, a 9 de Novembro de 1974, o MFA é explícito no seu "aval" ao PAIGC e aos demais movimentos africanos de libertação de outras colónias *«pela sua contribuição para a Revolução do 25 de Abril».*[9]

Usando uma linguagem vincadamente marxista-leninista, o citado estudo é, por assim dizer, uma longa justificação do apoio do MFA ao PAIGC na sua luta contra as "burguesias" cabo-verdianas, empenhadas em *«continuar portuguesas»*. Para os subscritores do documento, *«uma independência do arquipélago só pode ser feita com quem esteja realmente interessado nela e possua a capacidade de a garantir: com o povo e com*

as pessoas que interpretam ou representam o seu sentir. Uma independência do arquipélago, para ser real, implica uma reforma de alto a baixo de toda a sua economia, a começar na agricultura e a acabar numa industrialização planeada. Isto só pode ser feito por quem estiver interessado; concerteza que não pelas actuais classes dominantes».

Mas é no capítulo IV, intitulado "A realidade partidária de Cabo Verde", que o apoio do MFA ao PAIGC é claramente assumido, em detrimento da UDC e da UPICV. A primeira, no dizer de tal documento, não passava de uma reacção *«oportunista»* e tardia da burguesia local, comprometida com o regime anterior mas que, não obstante os seus esforços, *«não conseguiu esconder o rabo capitalista. Reencontrou, de forma inesperada, um patrono que se revelou saudosamente federalista. A aventura pareceu terminar em 28 de Setembro, com novos comprometimentos, de natureza reaccionária, insuficientemente esclarecidos e que nunca foram desmentidos».* A segunda, a UPICV, embora ideologicamente adversária da *«doutrina capitalista», «não conseguiu ultrapassar o âmbito doméstico dos seus mentores».*

Juntas, prosseguem os militares portugueses, a "frente" UDC/UPICV não conseguiu *«opôr-se à influência crescente»* do PAIGC. *«A mobilização popular alcançada pelo PAIGC, desde o 25 de Abril, é deveras impressionante: os comícios e as manifestações culminaram com uma greve de paralização, entre 27 e 30 de Setembro, que atingiu, seriamente, os serviços de administração pública e isolou as ilhas entre si. Esta demonstração de controlo do poder político não pode deixar indiferente seja quem for e demonstra a forte implementação do PAIGC junto das populações. (...) A posição de isenção que deve nortear a intervenção das Forças Armadas no processo de descolonização em curso, não pode alhear-se desta realidade, sob pena de atraiçoar o espírito do programa do Movimento das Forças Armadas, na obtenção de uma solução política, justa e legítima, para o problema colonial de Cabo Verde.»*

Por isso, diante deste quadro, os subscritores do documento do MFA não vêem *«outra solução que não seja o reconhecimento do PAIGC como legítimo representante da população de Cabo Verde, capaz de pôr em prática as medidas necessárias para uma verdadeira descolonização, pelo aval que nos merecem os seus princípios programáticos e o seu tipo de organização, coerentes com a realidade caboverdeana e que lhe dão capacidade de mobilização, daí resultando uma forte implantação popular.»*

O relacionamento entre o MFA e o PAIGC foi, no fundo, facilitado pela instabilidade governativa que se seguiu ao 25 de Abril em Cabo Verde. Quer Fragoso de Matos, quer Loureiro dos Santos, recorde-se, foram, interinamente, apenas encarregado do governo e delegado da JSN, respectivamente. Por isso, passíveis de serem facilmente contestados pelos líderes locais do MFA. Acusado de pretender servir gregos e troianos, os críticos de Loureiro dos Santos no MFA conseguem a sua remoção de Cabo Verde, sendo substituído, também interinamente, por

um outro encarregado do governo — o comandante militar, coronel Fernando Caldeira. Somente em Agosto, no dia 7, ou seja, quase quatro meses depois do 25 de Abril, é nomeado o governador do território; a escolha recai sobre o capitão de fragata Henrique da Silva Horta, por indicação do almirante Pinheiro de Azevedo, membro da JSN.

António de Spínola ainda tentara convencer o último governador, António Lopes dos Santos, a regressar a Cabo Verde, mas sem resultado. Jorge Querido conta que, após o seu regresso da Holanda, em Maio, jantou em Lisboa com o seu antigo chefe nas Brigadas de Águas Subterrâneas, Artur Figueiredo Nunes, que lhe revela ter sido convidado por Spínola para ser governador de Cabo Verde. *«O Figueiredo Nunes era amigo do Spínola»*, explica Querido: *«Ele convidou-me para jantar em casa dele. Fui com a minha mulher, Natalina, jantámos e depois pediu-me para o acompanhar ao seu escritório porque tinha um assunto a tratar comigo. Ele disse-me:* "Vou ser directo: fui convidado pelo general Spínola para ser o governador de Cabo Verde e gostaria de contar consigo na minha equipa. O que acha?"» Querido também foi directo e respondeu: *«Este momento não é aconselhável, vai-se queimar e não tem necessidade disso.»*

Figueiredo Nunes prometeu repensar o assunto, reiterando, no entanto, o desejo de contar com Querido, caso a sua resposta ao general fosse positiva. Do encontro surgiu o convite a Jorge Querido para se encontrar com o próprio Spínola. *«Combinámos o dia e fomos. O Spínola recebeu-nos em Belém e, antes de começar a conversa, olhou-me de cima para baixo, como que a querer impressionar-me ou hipnotizar-me, e depois falou, falou dos projectos que defendia para Cabo Verde. No fundo, algo que se enquadrava dentro das suas ideias expostas no livro* **Portugal e o futuro**. *E, depois de falar, pediu a minha opinião. Respondi-lhe que achava que Cabo Verde devia ter a sua independência, ele foi ouvindo, ouvindo... e de repente dá um pulo e diz-me:* "A sua entrevista está terminada"; *e, virando-se para Figueiredo Nunes, ordena-lhe:* "O sr. dr. faça o favor de continuar." *Fiquei a aguardá-lo fora do gabinete do Spínola e, quando saiu, ele disse-me*: "O sr. fez-me levar um raspanete que não imagina". *No fundo, o Spínola achava que eu já tinha sido moldado pelo Figueiredo Nunes. No dia seguinte, quando vou ao Ministério do Ultramar, tinha à minha espera um embargo a dizer que não devia voltar a Cabo Verde. Foi depois disso que escrevi a carta ao Almeida Santos a dizer que me ia embora. Do encontro que tive com Spínola escrevi um relatório que o Amaro levou a Conakry. Lamentavelmente, este episódio acabou também por ser aproveitado no levantamento do clima de suspeição à minha volta.»*

A questão do governador para Cabo Verde seria finalmente resolvida, por António de Spínola, com a escolha de Silva Horta. Durante o empossamento deste, o chefe de Estado dir-lhe-ia em curtas palavras o que pretendia dele: *«A missão que leva é simples, concisa e decisiva. V. Exª vai governar Cabo Verde à luz da bandeira do princípio da autodeterminação.*

Cabo Verde não está em guerra; não há qualquer motivo que nos possa levar a desviar-nos da pureza deste princípio, em ordem a que pela via do referendo seja efectivamente respeitada a vontade soberana do seu povo».[10]

Em Cabo Verde, porém, Silva Horta não teve tempo para aquecer o lugar. É mal recebido em S. Vicente por manifestantes do PAIGC. *«Não queríamos mais governadores em Cabo Verde»*, afirma Adriano Brito, um dos organizadores da manifestação. *«Queríamos a independência»*. Testemunhos diversos referem que Silva Horta procurou sobreviver ao caos cabo-verdiano, mas, também ele, é acusado de ter deixado influenciar pelos elementos do MFA e, por arrastamento, pelo PAIGC, o que lhe irá custar caro, com a vinda de Spínola à ilha do Sal. É que, avisado a tempo do encontro entre os dois estadistas, Silvino da Luz rapidamente entra em campo e acaba por estragar, primeiro, o carácter secreto do encontro e, segundo, os propósitos de Spínola, que pretendia aproveitar a sua estada no Sal para deslocar-se à Praia e, com a sua presença, jogar uma importante cartada política junto da opinião pública local, em favor das suas teses federativas.

Spínola e Mobutu no Sal

A forma como o PAIGC teve conhecimento da notícia de António de Spínola no Sal é, até hoje, um dos segredos da independência, havendo mais de uma versão sobre a mesma. Pedro Pires diz ter sabido da viagem ainda em Portugal, quando foi assinar o protocolo do reconhecimento jurídico da independência da Guiné-Bissau. No seu regresso a Bissau, escalou anonimamente a ilha do Sal, tendo, porém, sido reconhecido por alguém que terá avisado Silvino da Luz e António Leite da sua presença. Segundo Pires, havia uma ordem expressa de Spínola para que ele não desembarcasse em Cabo Verde: *«Passados tantos anos, não sei se eles já não estavam à espera do Spínola»*.

Silvino da Luz também não se lembra se abordou ou não com Pedro Pires a questão da vinda de Spínola ao Sal. *«Houve uma fuga de informação, em Portugal, de que Spínola viria a Cabo Verde. Houve também aqui uma fuga dos militares. Posso, no entanto, garantir que não foi o governador quem me deu a informação como o Spínola depois pensou. O próprio Silva Horta foi surpreendido por aquela gente, que tínhamos feito chegar da Praia e do Mindelo. Pouco antes de aterrar o avião, a nossa gente apareceu com cartazes. O Spínola chegou a mandar um indivíduo de Macau, que estava aqui, para dizer-me que queria falar comigo; mandei-lhe dizer que eu só recebia convocatórias do meu partido. No entanto, decidi depois ir ao aeroporto ver o que Spínola queria. Ele mandou-me dizer que já não precisava de mim. Decidimos, então, fazer-lhe a vida negra. Arranjámos camiões e viaturas e seguimos atrás deles até Santa Maria, à residência oficial. O Spínola mandou dizer que nos*

dava 20 minutos para nos dispersarmos. Uma das ideias dele era mostrar ao Mobutu que o povo de Cabo Verde não queria a independência. Mandámos o António Leite e uma moça (deficiente física) entregar a nossa mensagem ao Mobutu e ao Spínola. Quando o Mobutu regressa ao aeroporto, continuámos a segui-lo e, assim que embarca, dou ordens para a nossa gente dispersar.»

João de Deus Maximiano, então administrador da ilha, foi uma das pessoas que souberam da viagem. Ao tomar conhecimento da novidade contactou Silvino da Luz, mas restou-lhe a impressão de que esse dirigente já sabia do encontro. César S. — nome de código de uma fonte bem informada, conhecedora dos bastidores políticos cabo-verdianos desde os imemoriais tempos coloniais, mas que, por razões de ética profissional, prefere o anonimato — afiança que a notícia chegou cedo ao gabinete do governador Silva Horta. *«O telegrama do Spínola dizia:* "Chego ao Sal acompanhado de entidade VIP". *A princípio ninguém sabia de que entidade VIP se tratava. O Silvino sabe da viagem do Spínola, simula uma viagem qualquer e pede ao governador se lhe pode arranjar cinco lugares no avião* Dove *que havia cá na altura. Na sua boa-fé, o governador arranja-lhe nove lugares. O Silva Horta chega e logo a seguir aterra um avião vindo de Lisboa com batedores e soldados para a guarda de honra presidencial. Os nossos rapazes aparecem com cartazes, a gritar palavras de ordem, e quando o Spínola chega e vê aquilo, tem uma crise, que acaba por descarregar no Silva Horta.* "Você em Cabo Verde é até hoje", *diz-lhe o Spínola, furioso.* "Vá preparar as suas malas!" "Já tenho a mala comigo, sr. general", *responde-lhe o Silva Horta, atrapalhado, que tinha vindo para cá sem muitas bagagens e sem a família.»*

Almeida Santos na Praia

António de Spínola pretendia, como atrás se escreveu, deslocar-se à Praia. A custo, Almeida Santos, que fazia parte da delegação, mas não acompanhou a conversa entre os dois presidentes, consegue convencê-lo a regressar imediatamente a Portugal. *«Quando chegámos ao Sal, demos com uns 50 rapazinhos numa gritaria. O presidente ficou irritado. Eu disse-lhe*: "Se isto aqui é assim, imagine o que não será na Cidade da Praia. O melhor é o sr. general não ir". *Chego à Praia, chovia torrencialmente, e à minha espera estavam umas cinco ou seis mil pessoas, numa manifestação revolucionária. Estou convencido de que se lá fosse o presidente da República o carro seria virado. Com muito custo, lá consegui dirigir-me ao Palácio do Governador. Foi bom o Spínola não ter ido à capital. A protecção desfez-se completamente. Havia quase que uma loucura.»*

«A nossa gente estava à espera do Spínola», diz de novo Silvino da Luz, que chega a ter uma troca áspera de palavras com Almeida Santos nessa ocasião. *«A nossa gente ia virando o carro dele.»* Diz também Almeida Santos: *«O Silvino da Luz foi bastante agressivo comigo, e eu tive também de*

ser agressivo com ele. Mais tarde, viemos a entender-nos bem».

A estada de Almeida Santos é ainda marcada por outros incidentes. A sua afirmação à imprensa de que *«Cabo Verde respira Portugal»* soa à provocação nos ouvidos do PAIGC, que não menos irritado fica com as alusões de se proceder a um referendo, cujos termos ele próprio, Almeida Santos, chega a redigir, para saber que tipo de estatuto político pretendiam os cabo-verdianos. *«A hora é de anseio de independência, por toda a parte no mundo africano. A hora é de criação de novas nações. Mas uma nova nação não significa, necessariamente, uma desvinculação total ao tronco comum de que se parte»*, afirma o governante português.

Este sublinha ainda que a consulta pode ser feita através de um referendo ou de uma Assembleia Constituinte, que irá elaborar uma Constituição na qual ficará assente se se admitem ou não *«quaisquer formas de associação política, a Portugal ou outros países»*. Almeida Santos lembra igualmente que Cabo Verde é *«um território pobre»*, cujo sustento por Portugal já cavalgava (sic), em Setembro, nos 800 mil contos. *«E quando se opõe o problema da fatalidade de uma associação a outrem, surge então com nitidez a pergunta: porque não, então, a Portugal?»*[11]

Para além de declarações à imprensa, o ministro da Coordenação Interterritorial encontra-se na Praia com os representantes das forças políticas locais. No caso do PAIGC, houve, primeiro, um encontro com Adriano Lima (ministro, anos mais tarde, das Obras Públicas), e depois com Silvino da Luz. Em declarações ao **Novo Jornal de Cabo Verde**, este dá conta dos assuntos abordados, com realce para a questão do referendo a que se opõe o PAIGC, mas não lhe desagrada de todo a ideia da Assembleia Constituinte, desde que a mesma seja exercida por uma Assembleia Nacional Popular. Aquele dirigente aproveita ainda para manifestar o desagrado do seu partido pela forma como as autoridades do arquipélago continuam a *«colaborar directamente com forças reaccionárias»*, não deixando de lembrar que, ao momento, o PAIGC, enquanto *«única força organizada»*, vem procurando agir de forma não violenta, *«não obstante as provocações e as acções da parte contrária»*. *«Temos capacidade de, em qualquer altura, agir como bem entendermos»*, sublinha Silvino da Luz no seu encontro com Almeida Santos, onde as questões da unidade com a Guiné e das bases militares em Cabo Verde não deixam, igualmente, de ser abordadas.

Do encontro que teve com Almeida Santos, José Leitão da Graça não teve nenhuma razão para ficar satisfeito. Conta: *«Fomos, eu e a Tchutcha, e levei comigo todos os nossos panfletos. Uma colecção para ele e outra para o Spínola. Ele começou por me dizer:* "É o sr. o dono de uma tipografia aqui?" *Pelo tom, deu logo para perceber as suas ideias em relação a nós. Tivemos uma discussão um bocado interessante, mas que me chateou bastante. Dizia-me ele*: "Então, o senhor é proprietário de uma tipografia e é comunista?! O

sr. quer a independência total e, ao mesmo tempo, a colaboração com Portugal, não vê que isso é uma contradição?! Mas o sr. sabe o que é a independência total? Cooperar... Cooperar significa dar e receber, o que é que os senhores têm para dar?" *Depois destas e outras perguntas, que eu respondi, ele terminou a conversa com mais esta pergunta*: "O sr. insiste na independência total?" "Sim, sem dúvida", *respondi-lhe.* "Vocês tomam a independência total e no dia seguinte repatriaremos todos os cabo-verdianos de Portugal!" *Retorqui-lhe:* "Vou pensar nisso. Não sabia que o Portugal democrático faria uma coisa dessas." *Ele falou-me depois do referendo, código dos partidos políticos... Para dizer francamente, saí chateado daquele encontro. Não dormi. Aquele Portugal democrático era um Portugal da gaita!»*[12]

Na verdade, menos feliz nos seus apoios externos, Leitão da Graça começava a ver o cerco apertar-se à sua volta. Depois do encontro com Almeida Santos, decide mandar a mulher contactar os seus aliados chineses em Dakar, pedindo-lhes que mandem urgentemente alguém, como haviam prometido. *«Ela levou um documento feito por mim, que retratava a situação em Cabo Verde, inclusive das ameaças do Almeida Santos. A Tchutcha foi em Outubro, mas os chineses iam adiando a resposta.»*

Sérgio Duarte Fonseca e os nefelibatas

No seu regresso a Portugal, Almeida Santos leva consigo o secretário-geral do governo de Cabo Verde, o cabo-verdiano Sérgio Duarte Fonseca, que, por sua indicação, António de Spínola nomea novo governador do arquipélago. Este foi empossado, em Lisboa, a 21 de Setembro. Na ocasião o chefe de Estado reitera o que havia dito no empossamento de Silva Horta, há dois meses. Agora, mais do que nunca, via a pairar sobre o arquipélago uma nuvem negra. Além do incidente vivido por ele próprio no Sal, notícias chegadas de Cabo Verde davam conta do alastramento da influência do PAIGC, o que o deixava preocupado, convencido de que esse partido pretendia fazer das ilhas uma base soviética. E, por isso, avisa: *«Não consentiremos, portanto, que o processo em curso seja desviado, e que a violência ou a coacção se sobreponham às liberdades cívicas conquistadas na madrugada de 25 de Abril»*. O presidente termina afiançando ao novo governador que podia contar com todo o seu apoio e também o *«apoio daqueles para quem a liberdade é um valor que rejeita todo o abuso ou toda a exploração demagógica, e para quem a Pátria constitui ainda um supremo valor, cujo ultraje é sacrilégio. E esses são ainda, felizmente, a grande maioria do Povo Português».*[13]

No seu discurso de posse, o novo governador não deixa de se referir ao facto de, em 500 anos, ser ele o primeiro cabo-verdiano a atingir o posto de governador de Cabo Verde. *«Foi preciso o 25 de Abril. Bem haja!»*, rematou, mergulhando de seguida nos problemas por que pas-

Foto: DGCS - Portugal

Posse de Sérgio Fonseca

sava o seu arquipélago natal. *«É preciso criar-lhe confiança no seu futuro democrático e livre. A autodeterminação (...) terá que fazer-se na ordem, na dignidade, na absoluta e indiscutível liberdade, quaisquer que sejam os meios ou as presenças necessárias no momento das decisões e consultas».*

Duarte Fonseca conclama os seus patrícios a se unirem à sua volta, *«reclamar e retomar»* os seus *«mais lídimos direitos»* e obter os *«mais instantes e justos anseios»*. A hora, segundo ele, era de acção. *«A hora dos nefelibatos (sic) e académicos está ultrapassada entre nós, pelo menos enquanto houver necessidades concretas, gritantes, enquanto for preciso encontrar trabalho justo e equitativo para todos»*. Como plano de acção, além de preconizar uma cabo-verdianização das instituições, ele anunciava, para breve, a resolução de uma série de problemas referentes à sobrevivência de Cabo Verde, nomeadamente, indústria de transformação, transportes marítimos, ligações aéreas, apetrechamento dos portos, refinarias, riquezas naturais, estaleiros da Murdeira, turismo etc. etc. Na sua opinião, havia que *«fazer um verdadeiro inventário das possibilidades económicas de Cabo Verde»* e, daí, preparar o seu futuro. Ele termina o seu discurso com este apelo: *«Deixem aqueles a quem incumbe, de momento, a orientação e governação de Cabo Verde criar as condições exigidas e indispensáveis para que cada caboverdeano veja, na medida do possível, resolvidas as suas necessidades prementes de alimentação, saúde, cultura, ou, se quiserem, para que haja justiça para todos, num futuro do povo de Cabo Verde livre e independente».*[14]

Nascido em S. Vicente em 1929 e falecido em Portugal em 1994, formado em Engenharia Geográfica, Sérgio Duarte Fonseca deixou Luanda para ser empossado, a 13 de Maio de 1974, no cargo de secretário-geral do governo de Cabo Verde, convite que lhe fora formulado nas vésperas do 25 de Abril. Ao tomarem conhecimento disso, conterrâneos seus tentaram demovê-lo. De entre os que o procuraram convencer a não aceitar o cargo, constava Humberto Leite, que relata: *«Quando soubemos da notícia, eu, o Alcides Fialho e o Manecas Duarte fomos ter com ele. O encontro foi na casa que o Avelino Barreto tinha na ilha de Luanda. Estava lá também o Humberto Fonseca, irmão dele.*[15] *O Sérgio não nos hostilizou, respondeu-nos apenas, de forma fria, que já tinha dado a sua palavra, além de achar que podia ser útil a Cabo Verde aceitando o cargo.»*

Ainda de acordo com Humberto Leite, a proposta do nome de Sérgio Duarte Fonseca para secretrário-geral do governo de Cabo Verde partiu de Silvino Silvério Marques, que, embora afastado desde 1962 desta antiga colónia, continuou a exercer uma grande influência nos meios políticos portugueses nos assuntos que diziam respeito ao arquipélago. Para além disso, havia também, entre os antigos administradores cabo-verdianos, uma espécie de disputa permanente para saber qual deles seria o primeiro a ascender ao cargo de governador da sua terra. *«Como pessoa, o Sérgio era um intelectual excepcional, mas, de política, não entendia nada»*, assevera de novo Humberto Leite. *«Foi uma grande pena que ele tenha aceite, primeiro, ser secretário-geral do governo; e, depois, governador de Cabo Verde. Ele poderia ter sido um quadro útil para Cabo Verde independente.»*

Com efeito, surgindo na contramão da História, Sérgio Duarte Fonseca não só assume o governo de Cabo Verde numa altura em que o seu principal patrono — António de Spínola — se encontrava em queda livre, como também, comandado por Silvino da Luz, o PAIGC prosseguia a sua arrasante ofensiva em Cabo Verde, com comícios, saraus culturais e outras acções de rua, consolidando, enfim, a sua posição em todas as ilhas, ao mesmo tempo que impunha ritmos para os quais os seus adversários não estavam preparados. Duarte Fonseca assume as funções de governador precisamente no momento em que, em S. Vicente, acontecem os incidentes da Ribeira Bote, culminando, no dia 30 de Setembro, com uma greve geral que, praticamente, paralisou os serviços administrativos no arquipélago. Longe de cruzar os braços, o novo governador envia, a 9 de Outubro, um telegrama cifrado ao ministro do Ultramar (sic) no qual responsabiliza o PAIGC pelos incidentes e aproveita para apresentar as suas queixas: *«No Mindelo as greves terão sido especialmente apoiadas pelo Delegado Procurador da República, Dr. Custódio Simões, elemento metropolitano reconhecido como perturbador».*[16]

E, logo a seguir, Duarte Fonseca escreve para a sua tutela um rela-

tório mais extenso onde dá largas aos seus lamentos e apreensões, nomeadamente em relação às Forças Armadas, com destaque para as localizadas em S. Vicente. Do relatório pode-se perceber que o governador era um homem sitiado e sem autoridade face à aliança entre o MFA e o PAIGC. Como exemplo, acusa o *«tenente Eurico»*, colocado no Sal, de conviver *«muito de perto com elementos do PAIGC. Informam que foi ele quem o avisou da chegada ao Sal de V. Ex.ª, do Sr. Presidente da República, General Spínola, quebrando o sigilo da visita.»*

Duarte Fonseca procura, ao mesmo tempo, dar mostras de *«homem sereno»*, acima das *«charlas»* do PAIGC. *«Mandaram então roubar no Quartel da C. Caç 1 uma espingarda G3 para o que pagaram, segundo meios meus de informação, a um soldado cabo-verdiano em situação de licença registada 4500$00. (...) Seriam 13h 15m. Pelas 14 horas apareceram na minha residência o Sr. Silvino da Luz e mais outro correligionário para me fazer a entrega pessoalmente, como prova de boa vontade e consideração, da G3 que tinham obtido, desarmando o elemento que a tinha roubado, o qual segundo informações dos mesmos, se tinha posto em fuga. Recebi e agradeci.»*

Prosseguindo no seu relato, o governador não esconde a irritação que foi a chegada a Cabo Verde do *«Major Pedro Pires do exército guineense»*, transportado num avião da FAP, o que, segundo ele, constituiu *«um impacto chocante para a população não paigecista»*. Para ele, a maior arma do PAIGC é a coacção: *«Chega a parecer que, por um fenómeno estranho de substituição, o lugar do tácito terror, vago no cérebro dos homens pelo desaparecimento da Pide/DGS, foi subtilmente ocupado pelo terror instalado pelo PAIGC»*.

E, em relação às demais forças políticas, na opinião do governador, a UPICV deixara de ser um *«partido conjugal»*, na medida em que começava a conquistar *«considerável número de adeptos nos interior de Santiago»*; enquanto, em relação à UDC, acusa os seus dirigentes de não terem conseguido *«libertar-se totalmente do alheamento e tácita aceitação do "statu quo" imposto durante os longos 48 anos. Talvez seja pouco tempo para terem aprendido a fazer democracia; estarão ainda balbuciando em política»*.

A experiência governativa de Duarte Fonseca conhece outros episódios que são, ao fim e ao cabo, um reflexo da sua própria conduta no meio da confusão da altura. Pensa num governo em que todas as forças políticas se fariam representar, mas não encontra do PAIGC qualquer eco; Leitão da Graça garante também que, apenas uma vez, teve contactos com o governador, tendo recebido dele incentivos para prosseguir a luta, mas nunca foi convidado a integrar qualquer executivo. Sabendo que o palácio não lhe oferecia garantias de segurança, o governador passa a reunir-se com um grupo de afectos no farol da Praia. Irritado com a instabilidade criada pelo PAIGC, ele resolve ir mais longe: acata ordens de António de Spínola no sentido de impedir a entrada em Cabo

Verde de Pedro Pires e prender Silvino da Luz e Osvaldo Lopes da Silva.

No entanto, mais uma vez, a notícia chega ao conhecimento do PAIGC, nomeadamente de Silvino da Luz, que conta: *«O Orlando Levy, que era director das Alfândegas, mandou-me chamar. Eu ainda perguntei*: "O que é que esse homem há-de querer de mim?" *Acabei por ir e ele disse-me:* "Não perfilho a vossa ideologia, nem concordo com a unidade com a Guiné, mas não concebo que o Sérgio Fonseca seja mais nacionalista do que você ou o Pedro Pires, por isso vou-lhe dizer o seguinte. Acabo de sair de uma reunião no Palácio do Governo, onde o Sérgio nos informou que recebeu ordens de Portugal, segundo as quais o comandante Pedro Pires não deve entrar em Cabo Verde, e o sr. e o Osvaldo Lopes da Silva devem ser presos". *Fui pegar o Osvaldo e passámos para a clandestinidade. Ficámos em Santa Catarina, em casa de uma parente do José Tomás Veiga. Mais tarde, retribuímos o favor ao Orlando Levy. Quando elementos da população se reuniram à frente da casa dele, molestando-o, o João Pereira Silva dominou a situação, evitando que acontecesse o pior.»*[17]

Para César S., quando chegou a ordem para impedir o desembarque de Pedro Pires em Cabo Verde, *«eliminando-o se preciso fosse»*, Sérgio Duarte Fonseca mandou um "correio" ao Sal transmiti-la ao administrador, João de Deus Maximiano, que se nega a cumprir a missão. *«A atitude do Maximiano abortou os projectos do Fonseca e fê-lo subir na cotação do PAIGC, tanto mais que ele era casado com uma sobrinha do Fonseca.»* César S. sublinha que o governador, já nessa altura, era um homem encurralado no seu palácio, o que significa que ele não tinha poderes para prender quem quer que fosse, e a razão era simples: *«O MFA estava com o PAIGC»*.

Silvino da Luz salienta também a facilidade com que o PAIGC tinha Duarte Fonseca sob controlo, mais uma vez graças à cumplicidade de elementos do MFA no Palácio do Governo. *«Sabíamos tudo o que se passava com ele. Chegámos a entrar-lhe no gabinete e a retirar-lhe os blocos de notas. Num deles estava uma relação de nomes para um futuro governo de Cabo Verde. Estavam os nomes de Adriano Lima, João Baptista Monteiro, Manuel Rodrigues... O Sérgio chegou a mandar-me dizer que contava comigo para o tal governo.»*

Ainda sobre o seu relacionamento com o governador, aquele dirigente do PAIGC afirma: *«O Sérgio teve uma fase em que nos quis intimidar, mas passou tão maus bocados que teve de mudar de ideias. Outra fase sua foi a de apoiar a UPICV. Nós não conseguíamos conceber um cabo-verdiano naquele papel. Por isso, foi muito fustigado nos nossos comícios. Houve um dia em que os nossos rapazes tomaram umas armas e decidimos devolvê-las ao Sérgio. Fomos à casa dele e dissemos-lhe:* "Nós não precisámos destas armas!" *Já tínhamos feito o desembarque de armas em S. Vicente, Santiago, nomeadamente na Praia Baixo, e mesmo no porto da Praia chegámos a descarregar armas. Em S. Vicente, na Salamansa, lembro-me que o mar estava agitado nesse dia. Também descarregámos em S. Pedro.»*

Notas

[1] Josep Sánchez Cervelló, **A revolução portuguesa e a sua influência na transição espanhola,** p. 298. Assírio e Alvim, Lisboa, 1993.
[2] Militar convicto, ao ser contactado por Fragoso de Matos, Basílio Seguro responde-lhe que tinha um compromisso de honra com o presidente do Conselho Marcello Caeta-no. É retido no Palácio do Governador e enviado a Portugal.
[3] Nota do Governo, **Alerta**, n.º 1, Praia, 27-06-74.
[4] Josep Sánchez Cervelló, op. cit. p. 299.
[5] Segundo Pedro Pires, um dos seus encontros secretos em S. Vicente foi com o na altura capitão de fragata Vicente Almeida D'Eça, vindo da Guiné, a caminho de Portugal. Os dois já se conheciam das conversações de Argel.
[6] Daniel Eduardo Cruz foi morto, ao que consta, na sequência de um burburinho à porta do cinema Eden-Park e o facto acabou por constituir, obviamente, um dos momentos de galvanização à volta da independência.
[7] Esclarecimento: Rosendo Pires Ferreira, Praia, 07-03-2000.
[8] José Vicente Lopes, "Especial 25 de Abril", **A Semana**, Praia, 25-04-94.
[9] Movimento das Forças Armadas em Cabo Verde, "Estudo sobre a situação político-económica em Cabo Verde". Com data de 7 de Novembro de 1974, o texto, em versão policopiada, tem como autores o capitão-tenente Bastos Saldanha, os primeiros-tenentes Rebelo Marques e Vidal Pinto e os subtenentes Seita Duarte e Silvestre Barreiros. Arquivo Cidac, Lisboa. O documento foi publicado também em sucessivos números do **Novo Jornal de Cabo Verde**.
[10] António de Spínola, **Ao serviço de Portugal**, p. 165, Ática/Bertrand, 2.ª edição, Lisboa, 1976.
[11] As afirmações de Almeida Santos foram recolhidas no **Novo Jornal de Cabo Verde,** Praia, de 19-09-74.
[12] Entrevista: José Leitão da Graça, Praia, 11-05-95.
[13] António de Spínola, ibidem, pp. 197 a 199.
[14] "Discursos no acto de posse do novo governador de Cabo Verde", **Novo Jornal de Cabo Verde**, Praia, 26-09-74.
[15] José Pedro Duarte Fonseca revelou-me que o pai também se opôs terminantemente à nomeação do irmão para tal cargo. A discordância entre ambos prosseguirá, mais tarde, com a nomeação de Sérgio Duarte Fonseca para governador, tendo, também sobre isto, trocado várias cartas extremamente duras com o irmão.
[16] Arquivo Histórico-Diplomático, Lisboa, Dossier independência de Cabo Verde.
[17] Entrevista: Silvino da Luz, Praia, 27-04-95.

Tomada da Rádio Barlavento

32
A CONSAGRAÇÃO DO PAIGC

Assinado em Lisboa o protocolo do reconhecimento da independência da Guiné-Bissau pelo governo português, de volta à capital guineense, Pedro Pires demite-se das suas funções governativas e começa a preparar o seu regresso a Cabo Verde, que só se concretiza a 11 de Outubro. Avisado, entretanto, das dificuldades à volta do seu regresso, Pires move-se em Bissau. *Comunicaram-me que o Spínola tinha dado ordens para eu não desembarcar em Cabo Verde e, caso eu tentasse, que me enviassem para Lisboa, porque eu não era cabo-verdiano, era guineense. Nessa altura, a pessoa que me devia prender era o administrador do Tarrafal, porque o do Sal, João Maximiano, se recusou a fazer isso. Eu devia viajar num avião da TAP, suspendi a viagem e fui falar com o Carlos Fabião, pedindo-lhe que cedesse um avião da FAP para me trazer a Cabo Verde. Ele pôs à minha disposição um* Nordatlas, *que me trouxe directamente à Praia.»*[1]

Aqui, o ambiente é de total euforia. Pedro Pires e outros combatentes são recebidos por vários milhares de pessoas, tendo havido na altura quem falasse em 10 mil. Negociador implacável do PAIGC nas negociações com os portugueses, Pires era um dos heróis das multidões em Cabo Verde, por isso, onde quer que chegasse, havia a esperá-lo grandes concentrações populares. *«Para mim o facto mais marcante foi ter reencontrado o meu irmão Herculano, que deixei com dois anos e, 20 anos depois, reconheço-o no meio de muitas pessoas que se aproximaram de mim»,* diz ele sobre a sua chegada à Praia.

O regresso desse dirigente vai também dar um outro cunho ao comportamento do seu partido em Cabo Verde. Os seus comícios, embora mais longos e arrastados, eram fundamentalmente educativos, saneados de certos chavões esquerdizantes, o que nem sempre caía no agrado da plateia, que, às vezes, clamava por Silvino da Luz, tido, esse sim, como o grande tribuno do PAIGC. Da sua parte, Pedro Pires procura contactar a nova realidade, percorrendo e animando comícios em vários pontos do arquipélago. *«Depois da Praia, estive em S. Vicente, Fogo, Santo Antão e no interior de Santiago, sempre no sentido de mobilizar a população para a independência».*

E isso porque, à sua chegada, se apercebe da tensão existente em Cabo Verde à volta dessa questão. Enfim, por necessidade do processo

ou por falta de cálculo das figuras que se encontravam à frente do PAIGC em Cabo Verde, os activistas deste vinham implementando um discurso virulento contra os seus mais directos adversários, acabando igualmente por assustar certos sectores sociais, que, preocupados, temiam pelo seu próprio futuro. *«O PAIGC, isto é, o Silvino da Luz era muito impulsivo»,* acusa César S. *«O PAIGC amedrontou muito boa gente que, vendo o pé para que as coisas se encaminhavam, pegou nas suas coisas e foi-se embora, fazendo depois muita falta a Cabo Verde».*

Sem pôr em causa o comportamento dos seus camaradas, Pedro Pires contextualiza o ambiente existente por altura da sua chegada: *«De um lado, havia uma grande vontade — uma força nacionalista — e, do outro, gente que era contra a independência ou contra a unidade com a Guiné, caso da UPICV, por exemplo. A maioria do MFA estava connosco, o que não significava que não houvesse gente que não fosse contra nós ou contra a independência de Cabo Verde. A minha preocupação foi evitar confrontações. Estava convencido de que não era preciso violência e que era possível vencer os nossos adversários pela velocidade, acelerando as conversações.»*

O PAIGC, que, a 9 de Outubro já tinha pedido nas Nações Unidas a criação de um governo de transição, volta, um dia depois do regresso de Pedro Pires a Cabo Verde, a exigir o início de conversações sobre o processo da independência, sob pena de a situação no arquipélago se deteriorar ainda mais. *«Poucos dias depois, fomos convidados para ir a Lisboa»,* afirma o dirigente do PAIGC, sem, contudo, garantir se isso se ficara a dever ou não ao facto de as autoridades portuguesas, que já tinham à frente o general Costa Gomes, terem escutado o apelo do seu partido. *«Fomos em Novembro e em Dezembro assinámos o acordo. O governo português estava sob a pressão da tropa que se encontrava aqui.»*

Com efeito, em desfile pelas ruas da Praia, os soldados portugueses clamavam: *«Esta terra não é nossa, deixai-nos ir embora!»* Atrás, os activistas do PAIGC, geralmente estudantes do Liceu da Praia, respondiam, também em coro: *«Sim, esta terra não é deles, deixá-los irem-se embora!»* Para além disso, houve um outro elemento de peso neste processo, segundo Pires: *«A polícia também passou para o nosso lado».*

O adeus de Sérgio Duarte Fonseca

Cercada e sem meios, a UPICV tenta romper o bloqueio através de uma demonstração de força, que deveria buscar no interior de Santiago, a 1 de Novembro. Temendo, porém, um confronto com o PAIGC, que, na véspera, divulgara um comunicado contra a referida manifestação, o capitão Torres Mendes ordena à polícia e às Forças Armadas que impeçam a vinda dos camiões com manifestantes da UPICV para a Praia. Diz Torres Mendes: *«Chegou aos meus ouvidos que ia haver uma*

Chegada de Silvino da Luz...

e de Pedro Pires. S. Vicente, 1974

manifestação. E disse cá para mim: "É capaz de haver alguma chatice". *Mandei a tropa para a entrada da cidade e ordenei:* "Se vierem pacificamente, não há problemas". *Vieram umas camionetas dos Órgãos, outra de Santa Catarina... Vinham com pedras, mas, mal viram a tropa, piraram-se todos. Fui ter com o Sérgio Fonseca, que estava aborrecido, porque, segundo disse, a manifestação tinha sido convocada por ele e pelas forças democráticas de Cabo Verde. Respondi-lhe que nem as Forças Armadas nem a Polícia sabiam de nada; oficialmente, a manifestação não estava autorizada. O Sérgio ainda lamentou que os comerciantes não tivessem colaborado mais. Depois disso, teve 72 horas para se ir embora. Choveram moções de todos os lados de apoio ao PAIGC e contra o Fonseca.»*

"A UPICV vencerá. O PAIGC já venceu"

Fracassada a que deveria ser a grande manifestação da UPICV, José Leitão da Graça é contactado por um oficial das Forças Armadas, casado com uma cabo-verdiana, amiga de Maria das Mercês (ausente em Dakar), que o aconselha a deslocar-se ao exterior o mais depressa possível, a fim de obter ajuda para a sua luta, tendo-o alertado *«para a necessidade de fazer qualquer coisa, porque isto iria ser entregue ao PAIGC».* Este, como se veria depois, estava em vias de desferir o golpe final à UPICV e à UDC. Esta teve, aliás, um sério aviso disso, através de um longo artigo de Felisberto Vieira Lopes no **Novo Jornal de Cabo Verde**, no qual defendia que, à semelhança do que se tinha passado em Portugal com o 28 de Setembro, a UDC *«não deve ter melhor sorte que os elementos do Partido do Progresso, a braços com a Justiça».*

No seu *requiem* (sic), aquele advogado acusava a *«escumalha relapsa»* que dirigia a UDC de *«tentar confundir a Política com folclore, Democracia com existência de muitos partidos»,* lembrando-lhe que *«a Revolução não perdoa as contradições»* e que por isso não iria aceitar a sabotagem à *«autêntica emancipação do povo caboverdeano, no quadro legítimo e consequente da unidade africana».* E, como conclusão, Vieira Lopes rogava: *«Que as verdadeiras Forças Armadas revolucionárias, e não as forças da repressão colonial, façam cumprir a Lei. O território de Cabo Verde não pode ter o condão de absolver os crimes, quando os mesmos levam os correligionários, melhor, os patrões às malhas da Justiça, por atentado contra a verdadeira Democracia e, não aquela que é apenas um disfarce verbal... Não a absurda "Democracia" colonialista de ficar ligado a Portugal».*[2]

No meio de tantos sinais, houve um outro episódio que chamou a atenção de Leitão da Graça. *«O Pedro Pires estava na Praia e, de repente, fez uma viagem relâmpago a Lisboa. Foi, veio e depois foi novamente à Guiné. Aquilo intrigou-nos. Na altura eu não tinha tempo para ouvir rádio nem ler os jornais, tamanha era a azáfama em que nos encontrávamos. E eu, praticamen-*

te, fazia de tudo na UPICV. Nós escrevíamos nas paredes "A UPICV vencerá" *e, de um momento para o outro, eles passaram a escrever em baixo:* "O PAIGC já venceu". *Demo-nos então conta de que algo se tinha passado. E foi nesse contexto que o tal militar, através da mulher, me avisou:* "O meu marido está ao corrente de que algo se vai passar. Você e o seu irmão Aires são os principais visados..." *Viajei para Bruxelas, via Lisboa. Em Portugal não contactei ninguém porque não valia a pena. A esquerda estava toda comprometida com o PAIGC e com a direita eu não queria nada.»*[3]

Leitão da Graça encontrava-se na capital belga, ciceroneado por Lucílio Braga Tavares, com quem criara a Frente Popular de Libertação nos inícios da década de 70 para actuar na Europa, quando recebe a informação de que o PAIGC consumara a acção prevista pela sua fonte, tendo sido presos todos os elementos que lhe faziam frente. *«Quando soube das prisões ainda tentei vir para Cabo Verde. Havia uma associação de amizade Bélgica-China que estava disposta a pagar-me a passagem. Por fim, desistiram também, concluiram que não valia a pena. Na altura o Zaire é que presidia o Comité de Libertação da OUA. Mandei uma carta expondo a situação e pedindo a libertação dos presos; mandei também um documento para a Comissão dos Direitos Humanos das Nações Unidas em Genebra e outra para a XIV Comissão da Descolonização. Só não mandei para Portugal porque não valia a pena, a cumplicidade das autoridades portuguesas com o PAIGC era evidente. Estive uns tempos desorientado, sem saber o que fazer. A independência apanhou-me em Dakar e, em Setembro de 1975, mudei-me para Lisboa».* E aqui permanece até 1986, altura em que regressa novamente a Cabo Verde.

Dezembro quente de 1974

A oposição da UPICV à unidade com a Guiné acabou por atrair António Gumercindo Chantre às fileiras dessa força política. Chantre não esconde que chegou a simpatizar, inicialmente, com o PAIGC. Nascido em 1930 em Santo Antão, recruta militar em 1951 em S. Vicente, a discriminação racial, os maus tratos e outros motivos fizeram com que ele e outros soldados pegassem em armas contra os oficiais portugueses. *«Deve ter sido a primeira vez que se pegou em armas contra o portuguesinho cá»*, diz com orgulho. *«Chegámos a ter o quartel do Morro Branco nas mãos e ameaçámos fazer explodir o paiol. Ameaçaram, por sua vez, mandarnos para o Tarrafal».*[4]

Jurada a bandeira, Chantre foi, ainda assim, promovido a 1.º cabo, porém, sob vigilância e em depósito disciplinar, colocado durante dois anos no Porto Novo, onde acabou despromovido, por causa de novas rebeldias. Em 1960, foi uma das pessoas que ajudou Abílio Duarte a sair de S. Vicente: *«Ele pediu-me o dinheiro para comprar a passagem — 750*

Arquivo: NJC

Prisão de Gumercindo Chantre...

escudos — no Senhor das Areias*, para Dakar. Eu não tinha, porque naquela altura era muito dinheiro. Falei com o engenheiro Claro da Fonseca. Contei-lhe para que era e ele deu-me o dinheiro que entreguei ao Abílio e ele deixou-me o estojo de desenhos como recordação, que conservo até hoje. Eu e ele relacionávamo-nos como irmãos.»*

Por causa do seu passado e por ser irmão de Manuel Chantre, Gumercindo chegou a ter permanentemente um informador da Pide no seu encalço. O 25 de Abril encontra-o na Praia. No dia da libertação dos presos políticos, o seu carro, segundo ele, foi o primeiro a chegar ao Tarrafal. *«O primeiro preso a sair foi o Lineu Miranda, que eu carreguei nos ombros. Lineu ficou hospedado na minha casa, na Praia.»* Como tipógrafo das Obras Públicas, Chantre tinha acesso à cadeia civil, o que lhe permitiu ter boa relação com os presos. *«Inventava obras na cadeia civil e utilizava os presos como trabalhadores. Com o dinheiro que lhes pagava eles compravam cigarros e outras coisas.»* Outro hábito seu era transportar folhas de coqueiro, que levava de Pedra Badejo para os angolanos, no Campo do Tarrafal, confeccionarem cestos, que depois eram vendidos. Nesse tipo de actividade em favor dos presos, Gumercindo Chantre sublinha que nunca teve qualquer obstáculo do director da prisão, Eduardo Fontes, que define como *«indivíduo muito humano, católico praticante, amigo dos seus amigos, incapaz de maltratar alguém»*.

O desentendimento de Gumercindo Chantre com o PAIGC ficou, segundo ele, a dever-se à unidade com a Guiné, que, até aí, julgava ser

apenas algo para inglês ver... *«Um dia estávamos todos na minha casa — o Lineu, o Barô, o Valdemar Lopes da Silva — e este começou a falar da unidade. Desentendemo-nos. Entretanto, fui gozar férias em Portugal, convencido que se ia consultar o povo para saber qual o partido que ia tomar conta de Cabo Verde, mas, infelizmente, já estava tudo preparado para entregar isto ao PAIGC. Voltei no dia 20 de Outubro. Quando regressei fui ter com o Leitão da Graça. Simpatizava com o PAIGC, mas, quando vi que o PAIGC entrou em Cabo Verde como um conquistador e não como um libertador, mudei de ideias. Já na UPICV, fui ao Fogo preparar a visita de Leitão da Graça, que foi uma coisa estrondosa. Fui a S. Vicente...»*

No entanto, José Leitão da Graça tem uma avaliação pouco favorável de Gumercindo Chantre, que considera um oportunista. *«Ele e vários outros apareceram quando o comboio já estava em andamento. Ele era da UDC, infiltrou-se na UPICV, constituindo uma espécie de quinta coluna. Ao contrário do irmão Manecas, ele nunca foi nacionalista. Basta ver o que ele hoje é — um comerciante! Aliás, o irmão também me decepcionou como membro do governo do MpD. Quem organizou a coisa no Fogo foi o Jorge Vitória, administrador do concelho. A UDC desapareceu praticamente de cena com o 28 de Setembro em Portugal, acusada de estar envolvida com o Partido do Progresso. Como o Chantre ou o Vitória, vários outros indivíduos passaram para a UPICV. Eles não eram nacionalistas, mas havia gente que andava à volta deles que era. Por causa deles, muita gente confundia a UDC com a UPICV.»* [5]

Tal confusão, no entender de Leitão da Graça, ficara a dever-se, em parte, aos condicionalismos da época. *«Quando cheguei a Cabo Verde, tentei ter acesso à Rádio. Com a minha experiência na Rádio Gana, seria um trunfo valioso. Porém, o Sérgio Centeio, o Manuel Rodrigues e outros elementos do PAIGC não me deixaram, já controlavam a Rádio. A solução que encontrei foi mandar os meus panfletos para a Rádio Barlavento, que eram lidos. Devo também dizer que tive alguns encontros com o João Baptista Monteiro. Mas, em conversa com ele e com outros elementos, vi que eram a favor da federação do Spínola; aí eu disse-lhes claramente que não queria nada com eles. Aliás, foi o dr. Arnaldo França que me alertou para o facto de a UDC estar implicada com o Partido do Progresso, coisa que o João Baptista não me havia dito.»*

Temendo as consequências que poderiam surgir dessa confusão, Leitão da Graça revela que aproveitou a manifestação do Fogo para pôr os pontos nos ii. *«À chegada de S.Filipe fui carregado nos ombros de pessoas até aos Paços do Concelho. E foi aí que eu disse que, externamente, o nosso aliado era a China; internamente, éramos a favor de reformas, nomeadamente da reforma agrária. A nossa política económica baseava-se também na agricultura, na pesca, na indústria ligeira. Depois do* meeting, *fui procurado por um grupo de proprietários e disse-lhes claramente que, no regime instituído pela UPICV, eles teriam de pagar salários justos aos seus trabalhadores.*

Por erros do meu irmão, quando cheguei dei-me conta que havia muitos elementos duvidosos na UPICV, gente que era contra a uni-dade por racismo, pura e simplesmente. Um desses indivíduos era o Almeida Henriques, português, antigo proprietário da Justino Lopes. A este eu também lhe disse: "O senhor não pode ser membro da UPICV, não faz sentido". *Embora eu seja contra o cinismo enquanto arma política, reconheço que utilizei alguns desses indivíduos, na certeza de que seriam corridos numa fase posterior. O Gumercindo era um desses elementos duvidosos. Ele veio de Portugal, com um jornal do PPD [Partido Popular Democrático, liderado por Sá Carneiro], a dizer-me que aquilo, sim, é que era o verdadeiro socialismo. Enfim, era um indivíduo que podia ser útil na distribuição de panfletos ou levar-me alguns recados. Deu-se a abertura em 1990 e viu-se o que ele é: um comerciante que sabe aproveitar-se das situações.»*

De todo o modo, sendo homem de terreno, de comportamento impetuoso para alguns dos seus companheiros, Gumercindo Chantre cai numa armadilha que lhe fora montada pelo PAIGC. Diz ele: *«Eles utilizaram um indivíduo chamado Mário, que era agente duplo — nós não sabíamos. Basta dizer que ele era compadre duas vezes do Aires Leitão da Graça. Havia muita confiança nele. O Mário terá levado às escondidas um gravador e começou a gravar coisas, respostas esparsas. Do tipo* "Se o PAIGC fizer tal coisa qual seria a tua reacção?" *Aí eu dizia*: "Se fizerem isso, verão comigo!" *Eles pegaram nas coisas que eu disse, devem ter feito alguma montagem para fazer o alarido que fizeram. Eu não cheguei a ouvir, confesso. Mas o certo é que fui parar à cadeia, acusado de ter ameaçado de morte fulanos do PAIGC. Se passassem a gravação completa eles, sim, é que iriam parar à cadeia. Face às ameaças que o Mário nos veio contar é que eu reagi, dizendo*: "Deixá-los vir..." *Vinte anos depois, confesso que não sou capaz de reproduzir o que terei dito então. O certo é que o prémio do Mário foi tornar-se condutor e guarda-costas do Silvino da Luz depois da independência.»*

Da sua parte, Silvino da Luz assegura que não houve manipulação nenhuma da gravação. *«Era autêntica. O Chantre, sobretudo hoje, não devia ter razões para dizer que aquilo é falso, quando ele sabe que é autêntico. Onde é que iríamos buscar os meios para "montar" aquilo, imitar a voz dele e a do Tomaz Benrós?»*[6]

Tarrafal reabre as portas

De qualquer modo, a divulgação, a 15 de Dezembro de 1974, da citada gravação acabou por ser o sinal para avançar contra os adversários do PAIGC na Praia, à semelhança do que acontecera, uma semana antes, em S. Vicente, com a tomada da Rádio Barlavento, a 9 de Dezembro, que passa a designar-se Rádio Voz de S. Vicente. Na capital, tal como no Mindelo e noutros pontos do arquipélago, hordas humanas

Augusto Torres Mendes

começam a caçar ou a ajustar as contas com os chamados reaccionários ou "cachorros de dois pés", em geral, gente que se opunha abertamente à independência, à unidade com a Guiné ou ao PAIGC.

Temendo o pior, e pressionado pelo PAIGC, por ordem do comandante Militar, tenente-coronel Fernando Caldeira, as autoridades portuguesas resolvem intervir. De acordo com um comunicado do Comando-Chefe das Forças Armadas de 14 de Dezembro, foi preso *«para averiguações»*, um grupo de cidadãos, com vista *«a esclarecer a autenticidade de determinados rumores postos a circular sobre a actividade dessas pessoas e as suas eventuais responsabilidades nas acusações que lhes são imputadas»*. O comunicado apelava ainda à calma, ao mesmo tempo que afirmava: *«As Forças Armadas confiam que as forças políticas reconhecidamente progressistas sejam capazes de reforçar a sua vigilância sobre os seus simpatizantes, a fim de evitar essas situações»*.[7]

Enquanto chefe da Polícia e comandante Militar de Santiago, o capitão Torres Mendes foi quem executou a ordem nesta ilha e acusa, neste particular, António Caldeira Marques (nomeado mais tarde adjunto do agente da Polícia Judiciária Militar), de ter sido excessivamente duro no inquérito aos detidos.[8] Para Torres Mendes, *«Caldeira Marques, nessa altura, era um tipo muito duro, sem necessidade»*. Aquele militar assevera, no entanto, que, à medida que o tempo foi passando e os detidos ouvidos, estes foram sendo postos em liberdade. *«Eram 70 e ficaram reduzidos a 11. Apenas os considerados mais perigosos continuaram presos. Dos soltos, os que quiseram vir para Portugal, vieram, e os que quiseram ficar, ficaram. Mesmo depois da independência, já em Portugal,*

de vez em quando, eu era visitado por alguns deles, às vezes em grupos, para me agradecerem o que fiz por eles.»

Um dos detidos foi António Gumercindo Chantre, preso a 15 de Dezembro, de forma ardilosa, na Praia: *«Fui chamado para ir fazer umas obras no Quartel e prenderam-me. Os portugueses é que fizeram essa patifaria. A minha prisão já estava planeada. Eram nove horas da manhã, tinha dois filhos a brincar na praça, quando me mandaram chamar para ir consertar um cano que tinha arrebentado no Quartel. Um barco levou-me para S. Vicente — lá fiquei uma semana e, só depois, fui mandado para o Tarrafal com outros companheiros, nomeadamente, o dr. Tomaz Benrós.»*

No Porto Novo é preso a 18 de Dezembro o secretário da administração do concelho e comerciante Augusto Melo, por ordem, segundo ele, de Eugénio Inocêncio, que, com Corsino Tolentino, dirigia as actividades do PAIGC em Santo Antão. De acordo com o depoimento de Melo em **A tortura em nome do partido único**,[9] após a sua prisão no cais da vila, onde desembarcara, vindo de S. Vicente, foi *«conduzido ao Posto Policial do Porto Novo, em verdadeira apoteose»* e entregue a um *«cabo português»*. Aqui é retido durante oito dias, até ser transferido para S. Vicente, onde é também mantido em prisão no Quartel General até 4 de Janeiro e despachado com outros cidadãos para o Tarrafal, em Santiago. Com mais 18 companheiros, Melo será de novo transferido, a 9 de Junho, para a penitenciária de Caxias, em Portugal.

Para Augusto de Melo, a sua detenção ficara a dever-se ao facto de se ter negado a aderir à greve da administração pública, convocada pelo PAIGC. Por seu turno, Eugénio Inocêncio justifica a prisão alegando que Melo, um conhecido oponente ao PAIGC e à independência, tinha distribuído dinamite a populares, para além de correrem rumores de que estaria prestes a distribuir armas. *«Era um processo que iria colocar o país em guerra civil»*, sublinha Inocêncio.[10] Esta versão é, no entanto, categoricamente negada pelo comerciante, contrapondo que quem andou a desembarcar armas no Porto Novo, à noite e velhacamente, foi o PAIGC, sob a capa de sacos de milho para a população.[11]

Outro detido do Dezembro quente de 1974 foi Ângelo Lima, que considera a sua prisão e a dos outros cidadãos um dos muitos actos ilegais cometidos naquela altura, graças à aliança entre o PAIGC e o MFA. *«Quem me prendeu foi o comandante militar, um dia depois da tomada da Rádio Barlavento»*, recorda. *«Fui convidado para uma reunião no Quartel e lá me prenderam.»*

A prisão de Lima foi o culminar da luta intensa que ele vinha mantendo contra o PAIGC, quer no terreno, quer nas antenas da Rádio Barlavento, onde se celebrizou pelo tratamento que dispensava aos seus adversários locais daquele partido, por ele apelidados de abutres, matilha de vagabundos, meninos malcriados etc. A par disso, num tom cívi-

co, procurava também alertar a população para os riscos da independência imediata. *«Criemos estruturas basilares ou garantias firmes de financiamento que nos assegurem uma vida livre, próspera e feliz e só então será o momento propício de fazermos côro uníssono à proclamação da independência total de Cabo Verde, por todos nós desejada com indescritível ansiedade»*, diria num dos seus textos.[12]

Presos, Angelo Lima e alguns dos seus companheiros foram metidos num barco e conduzidos à antiga prisão do Tarrafal, e aí ficaram durante sete meses, *«sem culpa formada»*, segundo as palavras do primeiro. Lima acusa igualmente as autoridades portuguesas e o PAIGC de terem entrado ilegalmente em casa de uma sua irmã e de lhe terem vasculhado e roubado os papéis, *«sem a mínima formalidade legal»*.

Identificado também com a UDC, Aníbal Lopes da Silva chega a sentir a vida por um fio. Assinara com Baltasar Lopes e Teixeira de Sou-sa um telegrama que deveria ser enviado ao ministro Almeida Santos, protestando contra *«a maneira alemã»* como tinha sido tomada a Rádio Barlavento e fechado o Grémio, facto este que lamenta até hoje, diante da falta de lugares de convívio em S. Vicente. *«O telegrama nunca chegou a sair dos CTT porque o então chefe da Estação foi levá-lo ao PAIGC. Tiveram um pouco de respeito por nós e não nos mandaram prender. Havia a prática de anunciar na Rádio ou nos comícios os nomes das pessoas que caíam em desgraça, para a população ir à casa delas molestá-las. Fez-se um comício, mas os nossos nomes não foram anunciados»*.

No Tarrafal, liderados por Ângelo Lima, os elementos mais convictos ainda tentaram reagir à sua prisão com abaixo-assinados e uma tentativa de greve de fome. Uma das subscrições foi enviada ao já alto-comissário Vicente Almeida D'Eça, na qual os subscritores lhe pedem que fizesse chegar a mensagem ao presidente Costa Gomes e ao MFA. No documento, alertam basicamente as autoridades para a situação em que tinham sido presos, *«apenas por discordarem»* da política do PAIGC, e para as condições em que viviam no campo de concentração, rogando por isso a sua *«imediata libertação»*.[13]

Independentemente da carta, a situação dos detidos no Tarrafal era, segundo Amaro da Luz, uma preocupação constante de Almeida D'Eça, e um embaraço para o PAIGC, a começar por Pedro Pires, que se encontrava a negociar com os portugueses quando chega o telegrama da prisão dos citados indivíduos. *«As prisões foram à revelia e com desconhecimento total do Pires»*, garante Amaro. *«Nós estávamos em Lisboa e, pessoalmente, vi a aflição dele quando recebeu o telegrama do Silvino. O Pires disse-nos:* "Isto vai-nos estragar a coisa com os portugueses".*»*[14] Acabou por surgir o compromisso de que os cidadãos em causa deveriam ser libertados e que novas prisões do tipo não deveriam mais ter lugar.

Outra iniciativa dos presos no Tarrafal foi, como atrás se disse,

encetar uma greve de fome. Informado do caso, o capitão Torres Mendes dirige-se ao local para saber o que pretendiam de concreto: *«Vieram dois falar comigo. Disse-lhes que não tinha sido eu que os mandara prender.* "São ordens superiores. Estão sob nossa custódia apenas. Com a greve de fome vocês não ganham nada com isso." *Depois foi uma confusão, todos queriam falar. Então, dei ordens: ou eles se acalmavam ou naquele dia não recebiam ninguém.»* Ainda por precaução, de seguida, os presos foram divididos em vários grupos, pois chegara ao conhecimento dos militares que era intenção deles sequestrar o referido responsável militar.

De acordo com o relatório final de Torres Mendes acerca da sua missão em Cabo Verde, com aquele protesto os presos do Tarrafal pretendiam chamar a atenção da opinião pública para a situação em que se encontravam. Segundo o mesmo documento, os cidadãos em causa foram detidos a 14, 15 e 16 de Dezembro em S. Vicente, Santo Antão, Fogo, Brava, Sal e Santiago pela própria população, *«entregando-os sem molestamento às autoridades militares e militarizadas para protecção e confinamento»*.

Dentre os detidos iniciais, constavam dois indivíduos de origem portuguesa e uma colombiana, esta expulsa de Cabo Verde, *«embora sobre ela recaíssem graves acusações pelas actividades nefastas que desempenhou juntamente com o seu amante caboverdiano»*. De 70, o número dos detidos caiu para 58; por falta de local adequado, *«foram internados no antigo campo de trabalho do Tarrafal-Santiago, de triste memória»*, por determinação do comandante-chefe das Forças Armadas. Feitas as averiguações, outros 14 elementos foram também *«mandados em paz»*, para além dos dois indivíduos portugueses que, à semelhança da colombiana, foram expulsos de Cabo Verde. *«Ficaram 42 cujos processos passaram a auto de corpo de delito. Destes concluíu-se que 19 ou foram agentes, ou informadores ou colaboradores da Ex-PIDE/DGS, pelo que foram entregues em Lisboa à Comissão da Extinção da Ex-PIDE/DGS, bem como os processos que lhes diziam respeito. Dos restantes, 10 passaram às Procuradorias da Repúblicas [sic] das Comarcas a que pertenciam, visto tratar-se de marginais que haviam cometido crimes a soldo dos reaccionários e fascistas, mas 1 foi mandado em paz e os 12 últimos, sobre os quais recaíam as mais graves acusações de se haverem oposto por todos os meios ao processo de descolonização, continuaram sob custódia militar.»*[15]

Regressado a Cabo Verde em Setembro de 1974, António Caldeira Marques encontrava-se em S. Vicente, como advogado e professor contratado da Escola Técnica, quando é convidado a assumir o papel de adjunto da Polícia Judiciária Militar no caso dos detidos do Tarrafal, em Janeiro de 1975, mudando-se do Mindelo para a Praia. *«Colocava-se-me um problema de consciência, haver cidadãos presos, naquelas condições, sem processos por falta de um jurista. Fechei o meu escritório, deixei tudo e fui para a Praia ajudar a Polícia Judiciária Militar no processo. Aquilo foi uma*

empreitada. Numa primeira leva, cerca de metade foi para fora, porque não havia nada de concreto contra eles. Havia indivíduos de delito comum, presos de consciência e os outros que eram apelidados de reaccionários, mas contra quem não havia nada de concreto. Tive 'pegas' tremendas com o Sérgio Centeio e João Pereira Silva, que queriam que os 'reaccionários' fossem julgados, enquanto eu achava que isso não era crime. Do PAIGC, o Centeio e o Pereirona eram os mais extremistas.»[16]

Caldeira Marques presume que, *«dado o melindre de toda e qualquer prisão, mormente nas circunstâncias concretas do momento, havia a presunção de que o Comandante Militar de Cabo Verde não teria ordenado a captura dos indivíduos em causa sem a prévia luz verde de Lisboa».*[17]

Os detidos que ainda restavam foram postos em liberdade a 5 de Julho, dia da independência de Cabo Verde, conforme revelação feita na véspera por Aristides Pereira. *«Depois da cerimónia da independência, o dr. Carlos Veiga, que fazia de delegado do procurador da República na Comarca de Sotavento, eu e mais um assessor do Ministério Português da Defesa, chamado Prata, fomos ao Tarrafal assistir à sua libertação.»*

Um golpe de Estado *sui-generis*

Oficialmente, a prisão dos dirigentes e militantes da UDC e da UPICV foi a forma encontrada pelo PAIGC para conter os seus militantes e a população que, mobilizados, estavam dispostos a ajustar as contas com os tais elementos. Silvino da Luz lembra-se de ter participado numa reunião com os militares portugueses, em S. Vicente, no decorrer da qual os alertou para o facto de a paciência do seu partido estar a chegar ao fim com os procedimentos dos seus adversários. *«Nós tínhamos informações de que essa gente estava disposta a ir até às últimas consequências connosco. Eles tentaram mobilizar gente da polícia. Numa reunião, o Gumercindo Chantre e o Tomaz Benrós disseram que estavam com planos para nos eliminar. Hoje duvido que eles tivessem possibilidades de fazer isso. De qualquer modo, obtivemos a gravação dessas afirmações e mandámo-las para a Rádio. Mas não era só isso. A manifestação que a UPICV pretendeu organizar iria dar em violência. Felizmente, as Forças Armadas intervieram e impediram a manifestação. E foi nessa altura que surgiu a palavra de ordem de calar a boca à reacção.»*[18]

Para Silvino da Luz, nessa altura havia ainda muita gente contra a independência, com os ânimos cada vez mais exaltados, devido em parte à própria campanha dessas forças; a resistência ao PAIGC fazia sentir-se principalmente na Rádio Barlavento. *«Da nossa parte já tínhamos forças suficientes, de modo que dissemos às Forças Armadas:* "Ou vocês calam a boca a essa gente ou nós fazemos isso". *Num comício, eu perguntei:* "Vocês querem que nós vamos buscar essa gente?" *As pessoas responderam:*

"SIM!". *As Forças Armadas sentiram que podiam ser ultrapassadas. Pediram-nos que parássemos, que iriam tomar medidas. E nós parámos. A ideia de pôr essa gente no Tarrafal não foi nossa. Como os portugueses não tinham onde reunir os presos, eles puseram-nos num barco que os levou para o Tarrafal, onde ficaram até à independência.»*

A conversa entre as Forças Armadas e o PAIGC aconteceu, em S. Vicente, poucos dias antes da tomada da Rádio Barlavento. Segundo Silvino da Luz, a reunião foi no Comando Militar, com o próprio coronel Fernando Caldeira. *«Da nossa parte estiveram o Tito Ramos, o Nheca, o Julinho Siminhas e eu. Lembro-me de ainda ter dito* "Ou vocês, calam essa rádio ou nós tomamo-la." *Um capitão respondeu-me*: "Os cães ladram mas a caravana passa", *a que lhe respondi*: "Connosco os cães podem ladrar, mas essa caravana não vai passar!" *A tomada da Rádio foi uma palavra de ordem minha.»*

Luís Fonseca, que também esteve à frente desse processo, tendo sido ele a ler o comunicado do PAIGC anunciando à população a tomada da Rádio Barlavento e do Grémio, confessa que ficou espantado com a não reacção das autoridades portuguesas. *«Sentimos que poderia haver uma reacção do exército. Fomos contactar os seus responsáveis e conseguimos convencê-los de que não haveria problemas. E poucos dias depois foi assinado, em Lisboa, o acordo entre o PAIGC e Portugal sobre a independência de Cabo Verde.»*

E quanto às prisões em S. Vicente, nomeadamente de Ângelo Lima e outros cidadãos, Luís Fonseca, que é acusado de ser um dos instigadores da população, considera que elas foram uma consequência directa da *«situação extremamente tensa que se criou então»*. Questionado sobre os critérios que levaram à prisão dos referidos cidadãos, ele responde: *«Francamente não sei. Os principais alvos eram aqueles que eram virulentamente contra a independência e que não perdiam uma oportunidade para nos atacarem. A coisa terá começado na Praia, com a elaboração pela Comissão de Saneamento, da lista das pessoas que deveriam ser saneadas. Em S. Vicente, as prisões não foram uma iniciativa da direcção do partido. Foi gente da futura Segurança que andou metida nisso. Liam-se os nomes na rádio e as pessoas, em massa, iam buscá-los. Em relação ao Ângelo Lima, era inevitável a sua prisão. Ele tinha uma posição extremamente virulenta contra a malta, chegando às vezes à ameaça física. A mim, ele chegou a desafiar-me para briga. Em Santo Antão também houve prisões, mas quem lá estava era o Corsino Tolentino e o Eugénio Inocêncio. Num ambiente carregado como aquele, há prisões que acabam por ser feitas, devidas a excessos. O fundamento básico das prisões era a intenção de um grupo que queria aniquilar certos dirigentes do PAIGC. O próprio ambiente externo era propício, havia espaços para a existência de vários* complots *contra os movimentos de libertação. Enfim, não nos podemos esquecer que estávamos no período mais intenso da guerra fria.»*

Para João Pereira Silva, a tomada da Rádio Barlavento e a prisão dos dirigentes da UDC e da UPICV constituíram o verdadeiro momento da consagração do PAIGC em Cabo Verde. *«Essas prisões não foram preparadas pelo PAIGC, mas foram bem-vindas para nós. Havia uma certa tensão aqui, na Praia, com a UPICV, e com a UDC, em S. Vicente. De repente, o Silvino aparece a dizer que havia um* complot. *O Silvino era o comandante e mandava nos indivíduos do José Tomás Veiga. Este e o Djidjé é que conheciam as pessoas aqui. São eles que indicam quem devia ser preso, da mesma forma que são eles que indicam as pessoas que deviam ir para as Farp, para a Segurança ou integrar as listas de deputados. Para mim, o regime de partido único nasce em Dezembro de 1974 e todos nós fomos responsáveis por isso, inclusive os actuais ultra-democratas do MpD. Tratou-se de um golpe de Estado* sui-generis, *porque os portugueses ainda cá estavam. A partir de então, cria-se uma estrutura paralela em toda a administração pública através dos comités do PAIGC.»*

Conhecedor da psicologia militar, na sua análise, Pereira Silva faz o seguinte aparte: *«A tropa é uma coisa esquisita. Você tem um grupo de homens desmoralizados de repente, aparece alguém a fazer um discurso a injectar-lhes ânimo, faz com aquela gente o que quiser. Por isso, se a tropa portuguesa quisesse, punha-nos a andar daqui.»*

Embora afirme que a liderança de Silvino da Luz não deixou de ter aspectos controversos, José Luís Fernandes faz-lhe, todavia, justiça: *«Não estava nos planos do partido desencadear uma acção daquele tipo. No entanto, a situação no terreno escapou do nosso controlo e deu no que deu. Quem comandava as coisas era o Silvino. A forma como dirigiu a luta não deixa de ter aspectos controversos. De qualquer modo, isso marcou as relações com as outras forças políticas. Há que reconhecer que essa foi uma acção essencial para impor o PAIGC, na prática, como o único interlocutor dos portugueses para a independência. A prisão e a greve da administração pública foram acções determinantes para o acordo. Até aí, os portugueses continuavam a pôr a tónica em não reconhecer o PAIGC como único representante legítimo do povo de Cabo Verde, tal como dizia a ONU. Na fase de Spínola, até se questionava o direito à independência, embora se admitisse o direito à autodeterminação. A independência seria referendada.»*[19]

Para Pedro Pires, havia em Cabo Verde uma situação de permanente mudança, devido, em parte, ao que se estava a passar em Portugal. *«Tudo dependia da confrontação que existia. A UDC teria de ser neutralizada. Era algo criado no sentido de dificultar a independência. Era uma aliada local dos portugueses, criada para combater o movimento nacionalista cabo-verdiano. E, como tal, teríamos de a combater. Viu-se depois que era uma criação artificial, sem apoio popular. Em relação à UPICV, o objectivo era reduzir ao mínimo a sua influência. Nós não levávamos a sério a capacidade mobilizativa do Leitão da Graça. Ele não conhecia ninguém. Não quisemos conflitos, não*

os previmos sequer. Foi tudo fruto da situação que se vivia na altura. O nosso problema é que nós não sabíamos o que ia acontecer em Portugal. As instituições lá eram transitórias ou provisórias, havia uma luta e desconhecíamos quem iria ganhar ou perder e qual seria a sua atitude sobre a descolonização. Para nós, era importante implementar um certo ritmo e chegar a um ponto de irreversibilidade. Não era só uma questão de confronto que estava em causa, mas de realismo. Com um cenário mais claro em Portugal, é bem provável que o processo em Cabo Verde fosse diferente.»

«Os acontecimentos de Novembro e Dezembro conduziram Cabo Verde ao partido único?» — pergunta Pedro Pires, quando colocado diante da questão. *«O que é que podíamos fazer?... Estávamos numa luta em que, vencendo nós, estava também vencido o colonialismo. Se os outros vencessem, a situação seria, obviamente, outra. Vencemos e ocupámos um vazio. O PAIGC tirou proveito da vitória obtida na Guiné. Vencer também em Cabo Verde fazia parte de uma estratégia nossa. Ora, não podíamos ter uma estratégia e não utilizá-la.»*[20]

Acordos de Lisboa

A tomada da Rádio Barlavento e a prisão dos "reaccionários" coincidem, como atrás se viu, com o momento em que uma delegação do PAIGC, chefiada, uma vez mais, por Pedro Pires e integrada ainda por Amaro da Luz e José Luís Fernandes, se encontrava em Lisboa a negociar com o governo português o processo da independência desse arquipélago.[21] Na sombra, os três negociadores são assessorados pelo jovem Renato Cardoso, estudante do terceiro ou quarto ano de Direito, apresentado ao chefe da delegação do PAIGC por Manuel Faustino, que residindo no Sal se tinha deslocado a Lisboa, como médico, acompanhando um doente. A contribuição de Cardoso foi, contudo, mínima. *«O que podia ele fazer face a um Almeida Santos?»* — pergunta Amaro da Luz. *«Ele limitou-se a passar um golpe de vista pelo projecto do acordo feito, praticamente, pelo Almeida Santos, com um ou outro reparo nosso.»*

Tratava-se da segunda ronda negocial sobre Cabo Verde. Passados mais de 20 anos, este é um dos momentos sobre os quais as versões deixaram de coincidir entre si. *«Na primeira ronda, realizada em Novembro, as coisas não nos correram bem»*, afirma Fernandes, que se recorda igualmente de ele e os seus companheiros terem sido recebidos pelo presidente Costa Gomes. *«Ele disse-nos:* "Vocês tenham paciência, meus amigos, a questão de Cabo Verde é muito mais complexa do que pensam. Há aspectos nacionais e internacionais que é preciso ter em conta". *Ele sublinhou internacionais, para nos mostrar que Portugal não estava sozinho. Foi o Mário Soares que nos sugeriu que nos deveríamos encontrar com Costa Gomes. A linguagem do Costa Gomes foi amigável, mas não deixou de ser firme. Estava*

Foto: DGCS/Portugal

Após assinatura dos Acordos de Lisboa

fora de questão o reconhecimento do PAIGC como único representante do povo de Cabo Verde. É então que o Pires e o Amaro fazem uma viagem à OUA, a partir de Cabo Verde. Eu pessoalmente voltei pessimista de Lisboa.»

Para Amaro da Luz, o primeiro encontro de Lisboa primou pela ambiguidade, tudo era vago e incerto. *«Falava-se, inclusive, num governo para Cabo Verde, porém sem a independência. Como sinal de boa vontade, os portugueses admitiam, no máximo, um representante do PAIGC, com a condição de que ele não fosse dos mais conhecidos. E, por incrível que pareça, houve gente nossa, do PAIGC, aqui em Cabo Verde, que estava disposta a aceitar isso. Da sua parte, os portugueses não tinham uma posição clara sobre o que fazer em relação a Cabo Verde; estavam a ser pressionados por todos os lados, inclusive pela nossa comunidade nos EUA, que fazia muito barulho, através do Aguinaldo Veiga e do Ray Teixeira, que falavam numa convenção para proclamar a independência. Estou em crer que eles teriam algum aval dos EUA, já que tudo que cheirasse a comunismo era combatido por Washington, e nós tínhamos fama de comunistas. Em Cabo Verde havia gente da nossa burguesia que também pressionava Portugal, através do Sérgio Fonseca, a dizer que não queria a independência. Da nossa parte, fomos primeiro a Argel, falámos com o presidente Boumedienne, que nos prometeu todo o seu apoio; em seguida fomos a Mogadiscio falar com Siad Barre. Enquanto presidente da OUA, deu-nos a caução da África que ele representava.»*

De acordo com as versões de Fernandes e da Luz, os negociadores do PAIGC partem para a segunda ronda negocial, sabendo que ti-

nham pela frente uma tarefa espinhosa. Independentemente dos aspectos controversos que possa ter tido, os dois dirigentes consideram ter sido fundamental a acção desencadeada por Silvino da Luz em Cabo Verde, como forma de mostrar às autoridades portuguesas que o PAIGC era o senhor absoluto no arquipélago e que urgia, por isso, encontrar uma solução para o caso cabo-verdiano, sob pena de a situação descarrilar por completo. Até aí, Lisboa continuava a insistir no referendo ou num outro mecanismo de consulta popular e procurava convencer os seus interlocutores das vantagens políticas dessa via. Fernandes nega, contudo, que o PAIGC tivesse receio de qualquer consulta popular: *«Estava mais ou menos certo que venceríamos, qualquer que fosse o mecanismo de consulta. O referendo, da maneira como era vendida pelo Sérgio Fonseca, é que não era aceite. Para nós, o direito de Cabo Verde à independência era algo que não podia ser referendado. De qualquer modo, com a radicalização da luta em Portugal e em Cabo Verde, reuniram-se as condições para uma conversação mais consistente».*

Para Pedro Pires, a nomeação de Sérgio Duarte Fonseca para governador enquadrava-se numa estratégia anti-independência de Cabo Verde. *«Só que o Sérgio não tinha uma ideia correcta do que estava a acontecer. Dava importância às informações que recebia e tentava minimizar a capacidade de intervenção do PAIGC. Lembro-me que ele esteve em Lisboa, depois de termos iniciado as negociações, a tentar influenciar os portugueses, sobretudo o Almeida Santos, contra nós. Pessoalmente, tentei tirar proveito das relações que estabeleci aquando das negociações sobre a Guiné. Conhecia também vários outros dirigentes portugueses. Isso permitia-me contactos acima do governador ou do secretário-geral da província. Para nós, o Sérgio Fonseca representava pouco, para não dizer nada».*

Ao contrário dos seus pares, para Osvaldo Lopes da Silva tudo ficou praticamente decidido na primeira ronda, que decorreu num clima que classifica de descontraído. *«Elaborou-se o estatuto do governo de transição, aceitou-se a escolha do Almeida D'Eça para alto-comissário, distribuíram-se as pastas ministeriais etc. Tudo ficou alinhado logo no primeiro encontro e regressámos para obter a confirmação da direcção do partido. A segunda reunião, de que já não participei, foi apenas protocolar. Tratando-se de um processo negocial, não se podia obter tudo o que se queria. E quanto à OUA, era preciso não esquecer que ela nos vinha apoiando de há muito. Havia, por isso, que não desmobilizá-la, pô-la ao corrente do que se estava a passar, porque ninguém podia garantir que em Portugal as coisas não poderiam ter um retrocesso. Era bom tê-la como parceira, em caso de necessidade.»*[22]

Da sua parte, embora considere a descolonização de Cabo Verde como a mais consensual de todas as ex-colónias portuguesas, Almeida Santos queixa-se da *«coacção psicológica»* criada pelos soldados portugueses estacionados no arquipélago. *«Tivemos que fazer a descoloniza-*

ção de Cabo Verde sob essa coacção e num tempo recorde». Cabo Verde, segundo ele, vivia uma situação delicada, com ameaças reais de a situação se degradar drasticamente. Angola e Moçambique tinham sido já lançadas na espiral de violência e um outro foco apenas iria criar problemas suplementares. *«Sobre Cabo Verde, pedi orientações ao presidente da República da época, que, necessariamente, não as tinha e eu compreendi que as não tivesse. Era uma situação delicada. E eu lembrei-me que uma maneira de desbloquear a situação era telefonar ao Pedro Pires e pedir-lhe que viesse falar comigo. Ele veio e coloquei-o perante a situação que estava criada. Ele compreendeu que era também do interesse de Cabo Verde que o novo regime que viesse a nascer da independência fosse legitimado por um acto de consulta popular. Porque, se é verdade que na Guiné-Bissau havia a legitimação do sangue, a legitimação de 13 anos de guerra, em Cabo Verde não havia. Sempre se poderia argumentar que faltou legitimidade à transferência de poderes da soberania portuguesa para a soberania da nova nação, a cabo-verdiana. Ele compreendeu e disse-me:* "Eu vou falar com os meus camaradas e volto dentro de uns dias para dizer-lhe se estamos ou não de acordo." *Felizmente que estiveram de acordo. Felizmente para eles, para nós e para a História.»*

Segundo Amaro da Luz, outra iniciativa de Almeida Santos foi enviar a Cabo Verde o seu chefe de gabinete, António Cordeiro (seu sobrinho), para avaliar, no terreno, as informações quer do PAIGC, quer das outras forças então existentes. *«Ele esteve na Praia, em S. Vicente, no Fogo e na Brava. Esta iniciativa chegou a fazer-nos desconfiar do Almeida Santos. No segundo encontro, o Pires interpelou-o sobre isso. Ele mandou chamar o sobrinho para explicar-se e este alegou que tinha vindo a Cabo Verde de férias. É claro que nenhum de nós acreditou.»*

Longe de desempatar as versões de Amaro da Luz e José Luís Fernandes *versus* Osvaldo Lopes da Silva, Pedro Pires entende que as discussões decorreram com algum entendimento logo na primeira volta. *«Talvez as únicas questões polémicas fossem as eleições, a data da independência e o governo de transição. Pessoalmente, acho que não correu mal, terá havido qualquer problema, mas sem importância. É um dado que nós não poderíamos assinar qualquer acordo sem a aprovação do secretário-geral do PAIGC ou da direcção superior do partido. O facto de termos ido a Bissau não significa que as coisas tivessem corrido mal. E quando fomos a Mogadiscio foi para informar o presidente da OUA, ou seja, para podermos utilizar um trunfo diplomático.»*

Para melhor compreensão deste processo, Pedro Pires sublinha que a resolução do caso de Cabo Verde terminou em Lisboa, mas não começou aí. *«O assunto vem de Londres, quando integrámos no texto a questão da autodeterminação e independência de Cabo Verde. Aceitámos a ideia de que a parte seguinte se processaria em Cabo Verde, através de uma*

luta política. De qualquer modo, dois elementos contribuiram para o desenlace do processo: 1) a pressão do PAIGC; 2) a pressão do MFA, aqui em Cabo Verde.Tendo o PAIGC sido escolhido, pela OUA e pela ONU, o representante legítimo do povo de Cabo Verde, as coisas ficaram facilitadas. Os portugueses tinham obrigatoriamente de discutir connosco. Estivemos em Lisboa, ensaiámos as negociações. Voltei a Bissau acompanhado do Amaro da Luz, que esteve sempre comigo nesta questão de Cabo Verde; fomos depois a Mogadiscio contactar o presidente Siad Barre. Utilizámos a pressão directa, através do apoio da OUA. Em suma, não é que o dossier *Cabo Verde tenha sido fácil ou difícil, mas, de qualquer modo, não se passou da mesma forma que na Guiné.»*

Pires confirma também que foi o governo português, via Almeida Santos, quem o convidou a ir a Lisboa, tendo tido sessões de trabalho ou audiências com o primeiro-ministro Vasco Gonçalves, o ministro sem pasta Melo Antunes e, finalmente, com o próprio Almeida Santos, em momentos diferentes. *«Talvez tenha havido uma reunião com os três ao mesmo tempo e depois Almeida Santos ficasse encarregado de conduzir o processo. Mas também não excluo a eventualidade de me ter encontrado primeiro a sós com ele.»*

Da parte portuguesa, Almeida Santos foi, sem dúvida, o grande obreiro do acordo com o PAIGC sobre Cabo Verde. Embora estivesse presente no primeiro encontro negocial, que decorreu no Ministério da Coordenação Interterritorial, Mário Soares pareceu aos olhos dos seus interlocutores como uma figura ausente e entediada com tudo aquilo. Diz Osvaldo Lopes da Silva: *«O Soares assistia, mas passou o tempo todo num divã, a dormitar de forma ostensiva. Dava a ideia de não se importar com o que ali se estava a passar. Da parte dos portugueses, quem dirigiu tudo foi o Almeida Santos, que ainda nos tentou impressionar, alegando que havia cabo-verdianos que não queriam a independência. Mas ele e o Pires já se entendiam muito bem.»*

Na altura, Pedro Pires confessa que, face ao comportamento de Mário Soares, ficou com a sensação de que havia qualquer coisa entre os governantes portugueses acerca de Cabo Verde. *«Pareceu-me que o Soares não estava muito interessado na questão. Ou porque não concordasse com a independência de Cabo Verde, ou porque não estivesse de acordo com a orientação que estava sendo dada à solução do caso cabo-verdiano. E essa terá sido a forma que ele encontrou para se manter ou mostrar que estava relativamente afastado».*

E, finalmente, a 19 de Dezembro de 1974, na presença de Vasco Gonçalves, é rubricado por Melo Antunes, Mário Soares e Almeida Santos, e, da parte do PAIGC, por Pedro Pires, Amaro da Luz e José Luís Fernandes, o acordo de 19 pontos que irá conduzir Cabo Verde à independência, no espaço de seis meses. É aí estabelecido um governo

de transição, que terá à frente um alto-comissário nomeado por Lisboa e a repartição de cinco ministérios entre esta e o PAIGC. Tal governo teria como incumbência garantir a transição e promover a *«democratização do território»* e a realização da eleição de *«uma assembleia representativa do Povo de Cabo Verde, dotada de poderes soberanos e constituintes, que terá por função declarar a independência do Estado de Cabo Verde e elaborar a futura constituição desse Estado»*.

Estes são, ao fim e ao cabo, os aspectos mais importantes do acordo, que define também as competências do alto-comissário e do governo de transição. Na distribuição das pastas, Portugal fica com os ministérios da Administração Interna, Equipamento Social e Ambiente; o PAIGC, com a Justiça e Assuntos Sociais, Coordenação Económica e Trabalho, Educação e Cultura. A parte cabo-verdiana tentou bater-se pelo Ministério da Administração Interna. *«Mas isso foi-nos liminarmente negado»*, revela Amaro da Luz. Para além de tutelar sectores como a polícia civil e o ordenamento do território, esse ministério tinha a importante tarefa de organizar as eleições. De acordo com Osvaldo Lopes da Silva, o PAIGC procurou bater-se sobretudo pelas pastas políticas, passando aos portugueses os sectores como a Agricultura e as Finanças. *«Meio a gozar, o Almeida Santos respondeu-nos:* "Vocês vão tomar conta de um país, é melhor que comecem logo por sectores concretos". *E assim ficámos com a Coordenação Económica.»*

Para José Luís Fernandes, o não reconhecimento do PAIGC, mesmo no Protocolo de Lisboa, como único representante do povo de Cabo Verde deixara de ser algo que preocupasse os negociadores cabo-verdianos. *«O acordo não excluía a possibilidade de outras forças participarem nas eleições, mas, na prática, ao assinar o acordo com o PAIGC, o governo português estava a reconhecer-nos como únicos interlocutores. Fizeram-se as eleições e começámos a dinâmica da criação do Estado»*.

Antes disso havia também que responsabilizar o governo português pelos primeiros meses da sobrevivência de Cabo Verde. Diz Lopes da Silva: *«Neste aspecto foi fundamental a atitude do secretário-adjunto da ONU, Abu Farah, que esteve cá, pouco antes da independência. Estive com ele numa reunião na Praia e com o alto comissário Almeida D'Eça. Ele foi incisivo com os portugueses. Disse-lhes, claramente:* "Vocês colonizaram Cabo Verde durante 500 anos e vão deixá-lo num atraso total. O que é que vão fazer para garantir a sobrevivência nos primeiros tempos de Cabo Verde?" *O Almeida D'Eça respondeu que Portugal iria apoiar as iniciativas da ONU, que já tinha reservado 20 milhões de dólares para Cabo Verde. O Farah respondeu-lhe taxativamente:* "Não, senhor, este é um assunto que a ONU vai tratar directamente com os governantes do novo país. O que nós queremos saber é: qual a contribuição concreta de Portugal". *Aí o Almeida D'Eça teve de fazer promessas vagas...*

Notas

[1] Entrevista: Pedro Pires, Praia, 18-04-95.
[2] "Requiem à U.D.C.", [Felisberto] Vieira Lopes, **Novo Jornal de Cabo Verde**, Praia, 24-10-74.
[3] Entrevista: José Leitão da Graça, Praia, 11-05-95.
[4] Entrevista: António Gumercindo Chantre, Praia, 07-06-95.
[5] Entrevista: José Leitão da Graça, Praia, 14-08-95.
[6] Entrevista: Silvino da Luz, Praia, 09-06-95.
[7] Comunicado do Comando-Chefe das Forças Armadas em Cabo Verde. Mindelo, 14-12-74. O chefe do gabinete militar, Francisco António Alves Pereira da Rocha, major de infantaria. Arquivo particular.
[8] A nomeação de António Caldeira Marques para tais funções foi publicada no **Boletim Oficial de Cabo Verde** de 25-01-75.
[9] Onésimo Silveira, **A tortura em nome do partido único, O PAICV e a sua polícia política**, pp. 67 a 77.
[10] José Vicente Lopes, "Um livro que reabre feridas", **Público**, Lisboa, 01-10-91.
[11] Augusto Melo, "Pontos nos ii no artigo 'Um livro que reabre feridas' da autoria de José Vicente Lopes...", **Terra Nova**, Mindelo, Outubro de 1991.
[12] Ângelo Lima, "Verdades nuas e cruas". Arquivo Ângelo Lima.
[13] Subscreveram o documento os seguintes detidos: Ângelo Lima, António Gumercindo Chantre, Adalberto Gomes Martins, Arnaldo Gomes Barbosa, Alexandre Freitas Santos, Joaquim Santana Rodrigues, Mário Marques Gomes dos Santos, Tomaz Benrós, Jorge Vitória, Estevão Correia, José Vaz Moreira, Lourenço Barros Martins, Arlindo Pereira Barradas, João Carvalho Varela e Pedro Alexandrino Varela. Arquivo Ângelo Lima.
[14] Entrevistas: Amaro da Luz, Praia, 02-02 e 12-09-95.
[15] Comando Territorial Independente de Cabo Verde, "Apontamentos para um relatório sobre o processo de descolonização de Cabo Verde", Lisboa, 24-08-75.
[16] Entrevista: António Caldeira Marques, Almada, 13-02-96.
[17] António Caldeira Marques, **Cabo Verde, Os bazófios da independência**, p.56. A propósito do referido livro vide José Vicente Lopes, **Os desatinos de Caldeira Marques**, Spleen Edições, Cidade da Praia, Agosto de 2000.
[18] Entrevista: Silvino da Luz, Praia, 31-05-95.
[19] Entrevista: José Luís Fernandes, Praia, 22-02-95.
[20] Entrevista: Pedro Pires, Praia, 18 e 24-04-95.
[21] A delegação à primeira ronda era constituída ainda por Osvaldo Lopes da Silva.
[22] Entrevista: Osvaldo Lopes da Silva, Praia, 27-08-95.

33
PERÍODO DE TRANSIÇÃO

Na presença do delegado do MFA, major Hugo dos Santos, e do vice-secretário-geral da ONU, Abu Farah, é empossado a 31 de Dezembro de 1974, na Cidade da Praia, o governo de transição, que nos próximos seis meses irá conduzir Cabo Verde à independência. Para além do alto-comissário Vicente Almeida D'Eça, a parte portuguesa no referido governo é ainda representada pelo major Manuel Vaz Barroco (Administração Interna) e tenente-coronel Vasco Wilton Pereira (Equipamento Social e Ambiente, empossado mais tarde); e a cabo-verdiana, por Carlos Reis (Justiça e Assuntos Sociais), Amaro da Luz (Coordenação Económica e Trabalho) e Manuel Faustino (Educação e Cultura). Dos portugueses, apenas o alto-comissário está ligado a Cabo Verde: a mãe era natural da Brava e ele próprio, de S. Vicente, onde, aliás, passou a infância e a adolescência. Tal facto não deixa naturalmente de pesar no seu relacionamento com os responsáveis do PAIGC, alguns dos quais conhecera na Guiné durante as conversações de cessar-fogo, dirigidas por Carlos Fabião.

Com os armazéns vazios

O governo de transição é empossado numa altura particularmente difícil, tanto do ponto de vista político como material e financeiro. Cabo Verde continua sem fontes próprias de recursos, e Portugal, mergulhado na mais profunda crise económica. A situação cabo-verdiana é por demais patente na comunicação apresentada pelo alto-comissário a uma reunião da Comissão Nacional de Descolonização, feita em Lisboa, a 25 de Janeiro de 1975. Num relatório de 14 páginas, Almeida D'Eça traça em tons sombrios a radiografia do arquipélago, não deixando de reconhecer no PAIGC uma força política constituída por *«elementos dedicados à sua causa e muito politizados»,* mas formada também *«por duas correntes»* — uma moderada, a que pertence Pedro Pires, *«e outra com características extremistas, que deve ser encabeçada por Silvino da Luz».*[1]

O governante português, que nota como elemento positivo a *«nítida acalmia»* que passara a reinar em Cabo Verde, regista também o avanço progressivo do PAIGC junto das populações, nomeadamente do Fogo e da Brava, até então mais hostis a esse partido e à independência.

Tido como um militar cauteloso no cumprimento das suas funções, Almeida D' Eça arrisca no seu diagnóstico, dizendo que, se essa mesma força política *«abandonasse a tese da ligação à Guiné-Bissau»*, isso *«traria para o seu lado a quase totalidade do povo cabo-verdiano»*.

Mas são os aspectos económico, agrícola e financeiro, verificados pelo representante português no arquipélago, que aqui importa salientar. Cabo Verde vivia na altura o seu sétimo ano consecutivo de seca, com a agravante de a temporada agrícola de 1974 ter sido afectada por pragas de gafanhotos. *«Noventa por cento da população, que se ocupava do sector agrícola, está pois, na sua grande maioria, no desemprego»*, afirma o alto-comissário. E, do ponto de vista alimentar, o *stock* de açúcar encontrava-se no nível zero; o do leite deveria terminar dentro de dias; o do milho daria até 15 de Fevereiro e o do feijão até 15 de Março; e, o que era mais grave, não havia dinheiro para a aquisição de novos abastecimentos. *«A situação é crítica, podendo tornar-se dramática.»*

O mesmo panorama estendia-se a outros sectores económicos do arquipélago. A nível industrial, por exemplo, o pouco que havia encontrava-se praticamente falido, com destaque para a Congel, empresa sediada em S. Vicente, ligada à pesca, cujo capital era de 50 mil contos, mas que devia 160 mil contos. Com o comércio na defensiva, a vida económica estava paralisada e a situação financeira garantida apenas pelos subsídios de Lisboa. Por isso, o quadro descrito não poderia ser pior que a descrita por Almeida D'Eça: *«O Tesouro de Cabo Verde encontra-se completamente exaurido. No dia 22 de Janeiro tinha dívidas no valor de 18 mil contos, as quais foi obrigado a contrair para pagar a segunda quinzena de Dezembro aos que beneficiam do plano de apoio às populações, mediante frentes de trabalho, através de um subsídio não reembolsável.»*

De uma maneira geral, todos, inclusive Lisboa, depositavam grandes esperanças nos 20 milhões de dólares que a ONU prometera a Cabo Verde, mas de que, até àquela altura, apenas disponibilizara 3,25 milhões sob a forma de géneros alimentares, que só poderiam ser entregues em Março ou Abril, e cuja distribuição apenas poderia garantir pouco mais de três meses do abastecimento à população. Por isso, a solução era Lisboa soltar, como era habitual, os 500 mil contos previstos como orçamento de Cabo Verde para o ano de 1975. E mesmo essa cifra tinha já o seu destino traçado: *«250 mil contos para as frentes de trabalho, 180 mil para pagar as diferenciais de preços, 60 mil para distribuição directa e 10 mil para distribuição de medicamentos.»* No primeiro caso, 60 mil pessoas dependiam das chamadas frentes de trabalho, o que indirectamente acabava por envolver entre 220 mil e 240 mil pessoas, *«isto se tomarmos como a família média 7 pessoas.»* No que se refere ao plano de fomento, e como conclusão, o alto-comissário alertava para o seguinte: *«se não forem concedidas pelo menos para os próximos 6 meses ver-*

„Arquivo: Carlos Reis

Posse do governo de transição

bas para o subsídio não reembolsável e para o Plano de Fomento, a situação de Cabo Verde, que já é crítica no que respeita a aspectos alimentares, tornar-se-á catastrófica em pouco tempo.» Para terminar, Almeida D' Eça garantia não ter sido pessimista no seu diagnóstico, mas apenas realista.

A situação terá sido, de certa forma, debelada através da assunção, por Lisboa, do compromisso de garantir neste período de transição a sobrevivência de Cabo Verde. Para Amaro da Luz, o elemento cabo-verdiano que nesta fase mais lidou com este tipo de questão, o governo de transição acabou por constituir uma experiência fundamental, por ter permitido aos futuros governantes do país adquirir um certo conhecimento técnico da realidade que iriam herdar a 5 de Julho de 1975. *«Não havia nada em termos de dados nem de recursos, nada funcionava, com excepção das Alfândegas e Finanças. Além do mais, o governo de transição permitiu responsabilizar Portugal, que continuou a pagar os salários dos funcionários e dos trabalhadores do Apoio. Começámos também a recrutar quadros, ao mesmo tempo que surgiam problemas com o comércio; nessa altura ninguém se arriscava a importar nada. Por isso, começava a colocar-se o problema da segurança alimentar e ainda não tínhamos a cooperação externa. O consumo do milho explodiu, uma coisa pavorosa. As pessoas, com receio, passaram a fazer* stocks *de milho, açúcar, feijão... Ninguém sabia o que iria acontecer com a independência. Se o grupo que defendia* "independência já e imediata" *fosse avante, não sei o que seria. Cabo Verde dependia em tudo de Portugal. O abastecimento era feito através de navios portugueses. Neste aspecto, o Pires era*

mais realista. Achava que era preciso não precipitar as coisas. Que era preciso criar um processo de transfe-rência gradual de poderes. O governo de transição fazia parte dessa preocupação e isso deu-nos tempo para nos irmos preparando.»

Dos três ministros cabo-verdianos que integraram o governo de transição, Amaro da Luz, 40 anos, era o mais velho e o mais experiente, em termos administrativos. Bancário desde os anos 50, formou-se mais tarde em Economia, em Lisboa. Carlos Reis, 28 anos, vinha da guerra na Guiné — formara-se em 1969 no Instituto de Ciências Sociais e Política Ultramariana, fora antes professor secundário em Cabo Verde e, mais tarde, na Escola Piloto do PAIGC, em Conakry. Manuel Faustino, 26 anos, tinha começado a exercer Medicina há menos de um ano no Sal, ao mesmo tempo que vinha assegurando a liderança do PAIGC nessa ilha.[2]

Este, por exemplo, não esconde a surpresa e a aflição, quando soube que fora escolhido para ministro da Educação e Cultura. *«Nunca me tinha passado tal coisa pela cabeça e entrei em pânico. Eu tinha 26 anos. E avisam-me em cima da hora. Vim para a Praia convencer o pessoal de que não era uma boa decisão. Não consegui e acabei entrando para o governo, sem saber o que fazer. Além disso, eu não entendia porquê Educação, quando eu era médico. Felizmente, tudo acabou por ser fácil. Havia tanta ebulição que a única preocupação era que as escolas, bem ou mal, funcionassem; era preciso fazer os exames, aproveitar as bolsas, enfim, não havia tempo para aplicar política nenhuma.»*

Em termos de relacionamento, segundo Carlos Reis, todos os elementos que integravam a equipa governativa acabaram por se dar bem, uma vez que havia a vontade de levar o barco a bom porto. Reis lembra-se sobretudo de Vaz Barroco, designadamente por causa da sua seriedade. Porém, para Manuel Faustino, nem sempre tudo correu bem. *«Havia ainda largos sectores do MFA que tinham reservas em relação à independência de Cabo Verde. Volta e meia, o próprio alto-comissário manifestava as suas dúvidas, sobretudo em relação à unidade com a Guiné. Tínhamos os conselhos de ministros, mas quando as coisas chegavam a um impasse eram resolvidas directamente entre o Almeida D' Eça e o Pires.»*

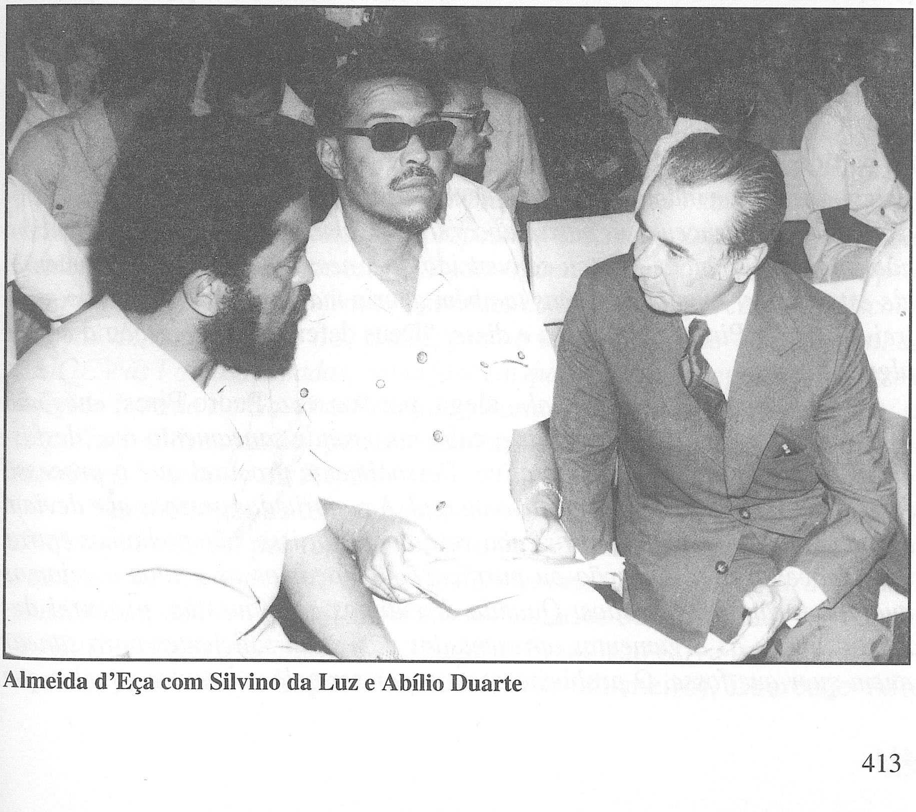
Embora não fizesse parte do governo de transição, Osvaldo Lopes da Silva estava, obviamente, a par do que nele se passava. *«Queríamos que esse governo funcionasse, para que o país não entrasse no caos. Sabíamos que os primeiros apoios teriam de vir de Portugal. As coisas acabaram por decorrer bem, não só por mérito nosso, como também das próprias autoridades portuguesas, Vasco Barroco e Wilton Pereira, e, muito em especial, devido à personalidade de Almeida D'Eça, que se revelou um grande amigo de Cabo Verde. A transição criou as bases para um relacionamento cordial com Portugal. De outra maneira, poderia ter sido mau.»*[3]

Vicente Almeida d'Eça salienta, por seu turno, que o governo de transição conseguiu *«um exacto cumprimento»* do acordo assinado entre Portugal e o PAIGC, dentro de um clima de concórdia e entendimento. *«Graças a isso, não me recordo de ter usado o poder de veto ou voto de qualidade, que me cabia enquanto alto-comissário desse governo. Uma vez empossados houve sempre, de todos nós, a preocupação de tratar dos assuntos internos de Cabo Verde numa perspectiva que ia além do governo de transição».*[4]

Isso, acrescenta Almeida d'Eça, permitiu que a transição do poder político tenha ocorrido na maior lisura. *«A bandeira portuguesa esteve içada 12 horas a mais do previsto no acordo, salvo o erro, por iniciativa do comandante Pedro Pires, e a sua substituição pelo pavilhão cabo-verdiano decorreu com todas as honras. Por pedido dos dirigentes cabo-verdianos, os primeiros contingentes das Forças Armadas e da Polícia de Cabo Verde foram formados com ajuda dos nossos homens que lá estavam. Isso tudo demonstra o nível de colaboração e entendimento que houve entre nós.»*

Saneamento

Em termos políticos, um dos *dossiers* mais sensíveis com que o governo de transição deveria lidar era o do saneamento de certos funcionários tidos como activistas notórios do regime colonial-fascista, para todos os efeitos, um dos cavalos de batalha do PAIGC na sua campanha popular. À semelhança de Portugal, é criada em Cabo Verde uma



Arquivo: NJC

Almeida d'Eça com Silvino da Luz e Abílio Duarte

comissão de Reclassificação e Saneamento, que deveria estudar e apresentar propostas de aposentação, demissão ou transferência dos servidores públicos que, pelo seu comportamento, se manifestassem contrários *«ao espírito da ordem democrática estabelecida»* com o 25 de Abril.[5]

No caso cabo-verdiano, a referida comissão é criada através de um despacho do ainda governador Sérgio Duarte Fonseca, de 28 de Outubro, sendo ela constituída por João Quirino Spencer, Lineu Miranda, Hélio Gomes, Aguinaldo Lisboa Ramos e Olavo Monteiro.[6] Por inoperância, deduz-se, a comissão é dissolvida em Fevereiro de 1975 e substituída, dois meses depois, por duas outras do mesmo tipo: uma para Sotavento, com sede na Praia; e outra para Barlavento, com sede no Mindelo. A de Sotavento é constituída por Carlos Veiga, em representação do Ministério Público; Nelson Atanásio, pelo PAIGC; e o alferes-miliciano Elisiário da Silva, pelo MFA. A de Barlavento, por Raúl Querido Varela, MP; Emídio Lima, substituído por Maurino Delgado, PAIGC; e o alferes-miliciano José Júlio Rodrigues, MFA, substituído também por José Alberto Morgado.[7]

Desta feita, sobretudo em Sotavento, é elaborada a relação dos funcionários que deveriam ser saneados ou reciclados. *«O Almeida D'Eça mostrou-me uma lista que lhe tinha sido entregue de gente que deveria ser saneada»,* refere Amaro da Luz, a propósito. *«Vi nomes de pessoas com certo peso no nosso meio social. Pessoas que, sinceramente, por inerência de funções, terão sido envolvidas com a Censura ou com a Pide. Mas eram pessoas que tinham optado por ficar em Cabo Verde, quando podiam ir para Portugal. Tinham a sua vida aqui e eram quadros com competência, nomeadamente nas Alfândegas, Finanças etc. De modo que eu disse ao alto-comissário*: "É melhor não levar este assunto ao Conselho de Ministros antes de eu falar com a direcção do partido." *Aqui na Praia, quem estava à frente dessa cruzada era o Carlos Veiga, que tinha vindo de Portugal, depois de ter feito a tropa em Angola. (Foi o pai que o convenceu a vir para Cabo Verde.) Como muitos de nós, ele também não tinha experiência... Estou convencido que, nessa questão do saneamento, ele estava a ser empurrado, mas também queria marcar pontos. Quando mostrei a lista ao Pires, ele olhou-a e disse:* "Deus defende!" *E começou a cortar alguns nomes.»*

«Ao contrário de Portugal», alega, por sua vez, Pedro Pires, *«nós não estávamos em condições de levar a cabo um grande saneamento ou "desfascização" do aparelho administrativo. Pessoalmente procurei que o processo fosse mais simbólico do que efectivo ou real. A maioria das pessoas que deviam ser saneadas eram funcionários cabo-verdianos, por isso, não podíamos entrar num processo de depuração ou purificação... Façamos as contas e vejamos quantos foram os saneados. Quando discutimos essa questão, procurei demonstrar que os argumentos apresentados não eram suficientes para sanear quem quer que fosse. O problema acabou por ser colocado entre aqueles que*

queriam a independência e os que não queriam».

Em resoluções do Conselho de Ministros, publicadas em sucessivos números do **Boletim Oficial**, é divulgada a relação dos saneados. O primeiro da lista vem a ser o antigo presidente da Câmara Municipal da Praia, José Soares de Brito Jr., por alegadamente ter apoiado a *«política colonialista»* e se ter manifestado *«contrário à independência política de Cabo Verde»*. Edil da Praia ao longo de 21 anos, o seu saneamento encontra-o já fora de funções, uma vez que cessara essa actividade em Janeiro de 1974. O mesmo destino tiveram vários dos antigos administradores de concelho, a começar pelo da Praia, José Godinho Gomes, por ter desempenhado de forma *«activa e consciente as funções de vogal da comissão de censura»*.

Para além destes, há ainda um grupo de cidadãos acusados de terem colaborado com a Pide/DGS — casos dos administradores do concelho Francisco Maria Dias, Napoleão Teixeira de Azevedo e João Silva Ferro; o subchefe da PSP Octavino Barreto, e os agentes da corporação policial Matias da Silva e Damásio da Veiga. Ou ainda com outras organizações do Estado Novo, como são os casos de José António Figueiredo, por ter sido *«dirigente activo e consciente da ANP»* e da Mocidade Portuguesa, em Moçambique; Tomaz Benrós, director do antigo Centro de Informação e Turismo e comissário provincial da Mocidade Portuguesa, acusado de ter procurado, após o 25 de Abril, *«opor-se ao processo de descolonização de Cabo Verde»*.

Benrós tinha sido, recorde-se, um dos cidadãos presos, em Dezembro, na Praia, e enviado para o Tarrafal, da mesma forma que Jorge Alberto Vitória e António Gumercindo Chantre, também saneados. Vitória por ter participado *«em organizações de carácter político que defendiam interesses contrários ao processo de descolonização e independência de Cabo Verde»* ou, ainda, por ter revelado *«ideologia manifestamente antidemocrática e discriminatória»* e *«prepotente nas suas relações com os trabalhadores»*. E Chantre, por ter militado *«numa organização política que pela sua prática demonstrou defender interesses contrários ao processo de descolonização de Cabo Verde»* ou, ainda, por se ter referido de *«forma hostil ao PAIGC e às Forças Armadas, numa fase em que decorriam negociações entre o referido Partido e o Governo Provisório Português sobre a descolonização»;* e, terceira e última razão, por ter manifestado *«intenção de eliminar alguns membros destacados do PAIGC»*.

Também por se terem mostrado favoráveis à *«dependência política de Cabo Verde»* ou por terem militado em *«organização política que defendeu e prosseguiu interesses contrários ao processo de descolonização e Independência de Cabo Verde»* foram ainda saneados ou aposentados: Fausto V. Barbosa (regente agrícola), Joaquim Francisco Silva (mecânico-soldador), José Maria Lopes Vieira (técnico aduaneiro), Lourenço Afra

Fernandes (idem), Orlando Spencer Lopes (guarda-fiscal)...

«Uma chachada» é como Jorge Querido qualifica este processo político-administrativo. *«Chachada porque se tratou de algo sem critério nenhum. Havia gente, com responsabilidades, que tinha sido da Pide, da Censura, da Assembleia Legislativa e não lhe aconteceu nada. Por exemplo, o Godinho, que seria anos mais tarde reabilitado, pertencera à Censura por inerência do cargo de administrador. Ao contrário dele, havia gente que lá estava por livre indicação. Ele ficou chocadíssimo com o seu saneamento, porque era um homem bom, do tipo que nunca fez mal a ninguém. Ao Sidónio, administrador de Santa Catarina, foram buscá-lo no cinema: leram-lhe o despacho e os miúdos começaram a gozar com ele; o Fausto Barbosa foi saneado por ter escrito um artigo contra a unidade com a Guiné; o Joaquim Silva, primo do Zé Leitão, por ter pertencido à UPICV — foi para Portugal, começou a beber descontroladamente e lá morreu. Até a mim quiseram sanear-me. O Pires disse-me que achou isso um absurdo e vetou essa decisão.»*[8]

Resolvido ou atenuado o problema dos saneamentos, Pedro Pires revela que procurou apaziguar ou convencer muitos dos antigos funcionários, atemorizados com os procedimentos das novas autoridades, a ficarem em Cabo Verde, mostrando-lhes que a sua contribuição era necessária para o país que se pretendia construir. *«Alguns aceitaram, outros acharam que era preferível irem-se embora, nomeadamente para Portugal, assegurar a sua reforma. Mesmo entre estes, houve quem tivesse voltado depois ou vindo de outras antigas colónias.»*[9]

Divisão de poderes

Neutralizados os seus adversários locais, o PAIGC sagra-se, na prática, o novo senhor das ilhas. O arquipélago pacifica-se e mergulha novamente na acalmia, apenas rompida por um ou outro sobressalto. Embora, do ponto de vista legal, a defesa e a segurança dos cidadãos continuassem, oficialmente, a ser asseguradas pelas autoridades portuguesas, os comités de vigilância ou as milícias populares, sob a orientação do PAIGC, eram quem assegurava na prática a ordem... revolucionária.

Tal como em Portugal, em Março de 1975, é detectada em Bissau uma *«intentona imperialista»*, apoiada, segundo as autoridades desse país, pela CIA e por gente afecta aos antigos comandos africanos e à Fling, intentona essa que os dirigentes do PAIGC julgavam estender-se a Cabo Verde, através de uma aliança entre os primeiros e o Movimento Democrático de Libertação de Portugal (MDLP), dirigido por António de Spínola. Numa palestra na Casa de Cabo Verde, em Lisboa, Vasco Cabral considera a ideia de se proclamar nos EUA, a 10 de Março, a independência do arquipélago pelo Congresso dos Juristas Cabo-Verdianos faz parte dessa mesma estratégia, que visa, acima de tudo, o derrube

do novo regime em Bissau, *«impedir a Unidade Guiné-Cabo Verde e evitar que Cabo Verde fosse à independência».*[10] Reagindo também à iniciativa dos Juristas Cabo-Verdianos, Pedro Pires considera-a uma estupidez, por não entender *«como é que uma pessoa ou um punhado de pessoas possam proclamar a independência de Cabo Verde num hotel dos Estados Unidos. É simplesmente ridículo.»*[11]

Tirando isso, nas ilhas a luta agora é intramuros, isto é, não mais a barulhenta disputa entre aqueles que são a favor e os que são contra a independência. Constituído por gente das mais variadas tendências e origens, o PAIGC apresenta-se informalmente dividido em dois grandes grupos: os que estiveram nas matas da Guiné e os que não estiveram. Entre estes, a divisão era entre os que fizeram a clandestinidade em Cabo Verde e os que vieram de Portugal, abarcando também os trotskistas e os maoístas.[12] Em suma, com o regresso de todos a Cabo Verde, cada um desses grupos vai procurar aliciar novos elementos. Os liceus da Praia e do Mindelo, as Forças Armadas, as Milícias, os núcleos sindicais, para além de outras estruturas de base do PAIGC, constituem, de um modo geral, terreno fértil para a conquista de novos aderentes.

Neste sentido, o primeiro grande duelo entre as várias correntes que coabitam no interior desse partido tem lugar por altura da integração de novos elementos na CNCV e da escolha do Secretariado Permanente, durante uma reunião alargada dessa estrutura, na Praia, de 2 a 10 de Março, sob a presidência de Aristides Pereira. Para além de tal objectivo, a reunião visa também traçar as linhas orientadoras do programa de governo do país a nascer a 5 de Julho de 1975. Em termos finais e aritméticos, dos 33 elementos que passam a constituir a CNCV, 20 são *combatentes do mato*; 10 afectos aos trotskistas; e outros três (Luís Fonseca, Lineu Miranda e Carlos Tavares) ex-presos políticos do Tarrafal.[13] O Secretariado Permanente da CNCV, isto é, o núcleo duro da futura *nomenklatura* cabo-verdiana é todo ele constituído por elementos da velha guarda: Pedro Pires, Abílio Duarte, Silvino da Luz, Osvaldo Lopes da Silva e Olívio Pires.

Esta forma de dividir o bolo, principalmente a escolha dos novos integrantes da CNCV, não passa despercebida a Pedro Martins, que não deixa, depois, de se queixar do sucedido durante uma reunião da direcção do partido. *«A lista apresentada não reflectia o reconhecimento dos esforços de dezenas de militantes da resistência clandestina»*, havendo, segundo ele, entre os eleitos, *«pessoas que durante o tempo colonial eram suspeitas de serem informadores da Pide»*.[14]

Amaro da Luz reconhece que o seu grupo tinha nessa altura um certo peso em Cabo Verde, a ponto de ter conseguido condicionar a escolha dos elementos que passaram a integrar a direcção nacional do PAIGC. *«A CNCV passou a ter um certo predomínio da malta de Lisboa, en-*

quanto o Secretariado Permanente apenas tinha elementos vindos de Conakry. A não entrada de certos indivíduos na CNCV levou-os a imaginar problemas. Em 1976 houve uma reunião desse órgão em que alguns desses elementos — Élvio Fernandes e Pedro Martins, por exemplo — expressaram a sua mágoa por terem feito a luta, ido parar à prisão e não estarem na CNCV. O Pedrinho chegou a perguntar: "Porque é que o Zé Dadá [i.e. José Eduardo Barbosa] está na CNCV e eu não?!"» [15]

Para além da conquista de um lugar na CNCV, haverá ainda, num nível intermédio, uma nova repartição do bolo, através do controlo das estruturas partidárias ou ainda das Forças Armadas e Segurança. A Segurança é, aliás, um dos aspectos que mais preocupam os responsáveis do PAIGC, estendendo-se às comunidades cabo-verdianas no exterior.[16] A nível do partido, o Departamento de Defesa e Segurança é constituído por Silvino da Luz, Joaquim Pedro Silva, Agnelo Dantas, Eduardo dos Santos, Timóteo Tavares, Álvaro Dantas Tavares, João Pereira Silva e Eduardo Alhinho. A chamada Segurança disseminou-se pelas ilhas ou localidades, com destaque para Santiago, que tinha como responsável José Tomás Veiga, retratado por João Pereira Silva como *«um fulano com capacidade de decisão, um tanto voluntarista; organizou o desembarque de armas em Praia Baixo, que ficaram na casa do tio dele, Albertino Veiga. O Silvino tinha-o sempre consigo»*.[17]

Assumindo-se como a força política que iria receber, oficialmente, a condução do país a partir de 5 de Julho de 1975, o "Documento confidencial — para uso exclusivo das Direcções Regionais e Sectores Autónomos do Partido" — é, acima de tudo, uma súmula dos aspectos essenciais que irão nortear a estratégia do PAIGC, ou melhor, o seu programa de governo. Estabelecia-se aí a necessidade de se elaborar *«um programa económico a curto prazo que deverá levar em conta»* a natureza do futuro Estado, ao mesmo tempo que a indústria é eleita como a grande aposta do novo país, como forma de contornar a secular dependência do arquipélago de um sector económico — a agricultura — de factores aleatórios, um deles a chuva. A CNCV destaca ainda a refinaria de petróleo, a petroquímica, as docas para limpeza e reparação de barcos, a pesca, o cimento, a cal, a cerâmica e os cortumes como sectores de actividade económica a desenvolver.

Embora não hostilizasse de forma aberta o investimento estrangeiro, o PAIGC defendia a canalização de tais investimentos para *«as empresas do Estado, evitando assim a formação de sociedades com capitais privados nacionais e capitais estrangeiros sem participação do Estado»*. Os futuros governantes confrontavam-se já com um dilema que os irá acompanhar durante muito tempo: *«aceitar investimentos estrangeiros»*, porque eram necessários, sem esquecer, todavia, *«o perigo (...) que comportam»*. A solução apontada vai no sentido da *«comparticipação do Esta-*

do de Cabo Verde nesses investimentos».[18] Em contrapartida, o cooperativismo, nomeadamente o de consumo, era um dos sectores acarinhados, chamando a CNCV a atenção *«para a necessidade de melhor coordenação entre os responsáveis pela realização do movimento cooperativo e as organizações locais do Partido».*

Aristides Pereira, Luís Cabral e Pedro Pires

No topo da pirâmide hierárquica do PAIGC, o problema da divisão do poder era um assunto que também se punha, a par de vários outros, o mais importante dos quais preparar a independência e garantir os meios, para o continuar da vida, em Cabo Verde. Nos meses que antecedem a independência, os principais dirigentes desdobram-se em viagens pelo mundo à busca de apoios ou no intuito de esclarecer certas chancelarias sobre determinados aspectos relativos ao futuro do arquipélago, que muitos julgavam condenado a transformar-se numa base militar soviética. Por exemplo, sempre acompanhado de uma delegação, Pedro Pires desloca-se aos EUA em Abril e à URSS em Junho. No primeiro, contacta os responsáveis das agências de cooperação e desenvolvimento da ONU, em Nova York e Washington, aqui sede do Banco Mundial, tendo ainda nesta cidade sido recebido pelo responsável norte-americano para a cooperação com a África.

Havia também que proceder à reorganização do PAIGC, tanto em Cabo Verde como na Guiné, uma vez que parte dos quadros cabo-verdianos, ainda em Bissau (no que se inclui Aristides Pereira), haveriam de regressar à terra natal. Fala-se na convocação do III Congresso para o final do ano, mas só em Novembro de 1977 o mesmo terá lugar. Em termos de divisão de poder propriamente, este era um assunto que dizia fundamentalmente respeito a três homens: Aristides Pereira, Luís Cabral e Pedro Pires.

Segundo se depreende do depoimento de Luís Cabral, desde a morte do irmão Amílcar que ele era o verdadeiro manobrador e distribuidor de cartas no PAIGC, embora oficialmente o número um fosse Aristides Pereira, estatuto que permitia a este, caso quisesse, desempenhar um papel decisivo na condução do próprio Estado guineense. Enquanto secretário-geral do PAIGC, a força dirigente da sociedade e do Estado, Pereira gozava de prerrogativas tais como presidir as reuniões de Conselho de Estado guineense; nas suas visitas ao exterior era tratado com honras de chefe de Estado — é o que, por exemplo, aconteceu na sua viagem a Portugal, efectuada em Junho, tendo sido recebido, no aeroporto da Portela, pelo presidente Costa Gomes. A definição das competências de Pereira e o figurino constitucional a adoptar em Cabo Verde eram questões que urgia definir, obviamente.

O espaço escolhido para essa clarificação é a reunião do CSL do PAIGC, feita em Bissau, nas instalações militares de Amura, nos dias 25 e 26 de Junho. Constituído por 85 elementos, 20 por cento dos quais são cabo-verdianos, a esse órgão estaão reservados os mais importantes assuntos da vida partidária ou governamental, reunindo-se uma vez por ano, por convocação expressa do CEL. Pela parte cabo-verdiana, participam da reunião, idos de Cabo Verde, Pedro Pires, Abílio Duarte, Olívio Pires, Osvaldo Lopes da Silva, Carlos Reis, Afonso Gomes e Corsino Tolentino, enquanto membros do CSL; e ainda Amaro da Luz, José Luís Fernandes e Sérgio Centeio, membros da CNCV. Alargada a outros dirigentes ou individualidades, tomam também parte do encontro o jurista Manuel Duarte, que já tinha deixado Angola e se instalara com a família na Praia, depois de ter estado alguns meses em Bissau, onde ajudara a montar o sistema judicial guineense.

Seguindo o ritual do PAIGC, discursam na sessão inaugural da reunião do CSL Aristides Pereira, Luís Cabral, Francisco Mendes, Nino Vieira e Pedro Pires. Todos enfatizam a importância do encontro, uma vez que o mesmo acontece nas vésperas da concretização do programa mínimo do partido — a independência de Cabo Verde — abrindo-se assim perspectivas para o grande projecto da unidade entre os povos guineense e cabo-verdiano.[19] Tirando isso, o verdadeiro motivo da reunião passa despercebido à imprensa, que apenas retém a declaração final, na qual o CSL saudava a independência de Cabo Verde como corolário da luta desenvolvida pelo PAIGC.[20]

Mais uma vez, Luís Cabral tem a oportunidade de exercer os seus dotes de manobrador político. Aliás, é com prazer que conta como fez eleger seu velho camarada Aristides Pereira a secretário-geral do PAIGC, sem que este tivesse feito uma reunião, sequer, com os militantes de base: *«Após a morte do Amílcar, fiz reuniões no Norte, Sul e Leste com os militantes, a explicar, por um lado, a questão da unidade; e, por outro, o problema da escolha do novo líder. (O Pires chegou a participar nalgumas dessas reuniões.) E expliquei porquê o Aristides teria de ser o novo secretário-geral. Inclusive porque nós achávamos que ele tinha sido a pessoa que mais conviveu de perto com o Amílcar. As pessoas me diziam:* "Se tu o dizes, nós aceitamos" *— e assim foi.»*

Longe de se incomodar, Aristides Pereira confessa que a morte de Amílcar Cabral e as circunstâncias que conduziram a isso deixaram nele marcas psicológicas que o levavam a não se bater por nenhum tipo de poder. *«Fiz política, mas não sou político»*, justifica. *«A ideia que havia entre nós é que realizadas as conversações e chegada a independência, haveria dois chefes de Estado: um guineense e outro cabo-verdiano. Como secretário-geral do PAIGC, dei carta branca ao Pires para conduzir o processo em Cabo Verde. Ia fazer-se a reunião do CSL e ele levou consigo o projecto que preconizava um*

presidente para a Guiné e outro para Cabo Verde. Ele seria o presidente de Cabo Verde, enquanto eu me manteria como secretário-geral do PAIGC. O Luís tomou conhecimento e terá dito a alguém que me veio contar, como seu emissário: "O Aristides não pode fazer isso, não me pode pôr numa situação de estar ao nível do Pires!"»

— E qual foi a sua reacção?

— *«Já que ele acha que é assim, que ponha o problema ao CSL e o CSL que resolva.»* O Luís movimentou-se, arregimentou apoios junto dos dirigentes que estavam em Bissau e conseguiu o que queria.

A nível do CSL, a questão é colocada em debate. O primeiro orador é o guineense Constantino Teixeira que, curiosamente, se posiciona a favor da tese cabo-verdiana de que o secretário-geral, Aristides Pereira, deveria ficar na Guiné como coordenador binacional, enquanto Pedro Pires deveria assumir a Presidência da República de Cabo Verde. De acordo com alguns dos participantes cabo-verdianos, o debate conheceu momentos de verdadeira tensão, nomeadamente quando, reagindo em termos virulentos à posição cabo-verdiana, Vasco Cabral deixa escapar que o assunto já tinha sido decidido pela direcção do partido. Diz Olívio Pires: *«O Tolentino reagiu imediatamente, em termos também bastante duros para a época, perguntando ao Vasco:* "Se a direcção do partido já decidiu, o que é que nós estamos aqui a fazer?!"»[21]

José Luís Fernandes diz que, entre os cabo-verdianos, foi ele a dar voz à tese reinante em Cabo Verde. *«O Luís reagiu de forma agressiva achando que eu estava a opor-me à escolha de Aristides Pereira para presidente de Cabo Verde. Tomou a palavra para realçar as qualidades de Aristides, o que nem sequer estava em causa. A tese defendida por nós era forte aqui em Cabo Verde, só que era uma questão muito sensível. Eu era miúdo, de modo que mandava as bocas que entendia.»*[22]

«Entre nós não havia nenhuma posição concertada», afirma de novo Olívio Pires. *«Diante da nossa posição, o Luís interveio, de forma genérica, mais para realçar as qualidades pessoais de Aristides. Ele chegou a perguntar-nos se o Aristides não merecia ser presidente de Cabo Verde, como se isso estivesse em causa. O Luís acabou de falar e houve logo a seguir uma claque a aplaudi-lo.»*

Para Luís Cabral, tratou-se da solução que, na altura, mais convinha aos dois países. *«Quando soube desse projecto reuni-me com o Chico Té e com o José Araújo. Tratou-se de um grupo muito restrito, do qual nem o Nino sequer fez parte. Nós achávamos que o modelo defendido pelos camaradas de Cabo Verde não estava bem por duas razões: 1) o partido não tinha em Cabo Verde a força que tinha na Guiné. Por isso, era preciso dar-lhe força, fazendo do secretário-geral o presidente da República; 2) conhecíamos bem a personalidade de Aristides Pereira. Como secretário-geral, iria instalar-se onde estivesse melhor. O Aristides nunca foi um líder de terreno. No tempo em que esteve*

em Bissau não foi uma única vez ao interior. E, depois da independência de Cabo Verde, foi a mesma coisa.»

Neste ponto, sorrindo, acrescenta Luís Cabral: *«Na reunião do CSL, em Bissau, eu voltei-me para o Aristides e disse-lhe:* "Aristides, tu vais ser o chefe de Estado de Cabo Verde!" *Ele não disse nem não, nem sim. E argumentei... Depois de mim, a primeira pessoa a tomar a palavra foi o Pedro Pires para concordar, de pronto, comigo. O Pires compreendeu que era, de facto, a melhor solução para Cabo Verde.»*

«E o que é que eu podia fazer?» — reage Pedro Pires, com a distância dos anos. *«Havendo um projecto de unidade, no ponto de vista da delegação cabo-verdiana, devia haver uma entidade que simbolizasse isso e trabalhasse nesse sentido. Esse símbolo deveria ser o secretário-geral do PAIGC e, como tal, não teria funções nos dois Estados. A delegação cabo-verdiana defendia um projecto presidencialista. Procurou-se saber quem poderia ser o chefe de Estado e a proposta era que eu desempenhasse esse papel. Encontrámos na Guiné uma posição diferente e foi esta que acabou por prevalecer. Da minha parte, procurei convencer os nossos camaradas que devíamos aceitar essa alternativa.»*

O que poucos compreenderam foi a facilidade com que Pedro Pires se deixou render aos argumentos de Luís Cabral. Ignoravam que ele tinha sido já "abafado" na véspera do encontro. *«Antes da reunião do CSL, houve uma reunião da Comissão Permanente, constituída por Aristides Pereira, Luís Cabral, Francisco Mendes e Nino Vieira, comigo»*, revela Pedro Pires. *«O assunto foi discutido e fui o único a defender a posição de Cabo Verde. O Aristides limitou-se a presidir aos dois encontros, da Comissão Permanente e, no dia seguinte, do CSL, e não se manifestou nem a favor nem contra. A questão talvez tenha sido discutida, antes, entre eles, não sei... A minha posição foi combatida, sobretudo, pelo Luís. Da minha parte, procurei demonstrar a racionalidade da nossa proposta.»*

Para Pires, que diz não gostar de abordar esta questão, a ausência de um elemento *«integrador e coordenador»* entre Cabo Verde e a Guiné acabará por conduzir ao golpe de Estado que, cinco anos mais tarde, derrubará Luís Cabral e levará João Bernardo Vieira à Presidência da República. *«Todos nós estamos vivos»*, diz para justificar as razões que o levam a evitar este tipo de assunto. *«De qualquer modo, eu penso que aí começou tudo o que veio a resultar no 14 de Novembro. Posições indefinidas por um lado, mas, por outro, a falta de uma entidade coordenadora ou a falta de clarificação de certas situações. Ficámos a vaguear... O próprio projecto da unidade passou a ser uma coisa oca. Fala-se nele, mas pouco se faz nesse sentido. Resultado: só poderia dar no que deu.»*

Para Amaro da Luz, a decisão tomada foi, no fundo, a que mais agradava a Aristides Pereira e Luís Cabral. *«Mais do que secretário-geral de um partido binacional, no íntimo, não desagradava ao Aristides ser presi-*

dente de Cabo Verde. Em África, o partido não significa muita coisa. O poder é o Estado ou o governo. Por sua vez, o Luís não queria a presença tutelar do Aristides em Bissau. Para todos os efeitos, era alguém que estava acima dele, e na reunião ninguém quis contrariar o Luís.»

Na mesma linha de Amaro, Olívio Pires acrescenta um outro dado: *«Ficou-me a impressão que, depois da morte de Cabral, o Aristides deixou de confiar nos guineenses. O próprio Luís vivia com temor, como referiu numa reunião em Bissau após a morte de Chico Té, para justificar a não tomada de medidas em face de comportamentos incorrectos. O Aristides ia a Bissau e voltava rapidamente a Cabo Verde. Depois da independência, deve ter ido ao interior da Guiné apenas duas ou três vezes, uma delas durante a cerimónia da imposição das patentes militares. No fundo, o Aristides não queria ficar na Guiné, queria vir para Cabo Verde. A solução encontrada era a que mais lhe convinha.»*

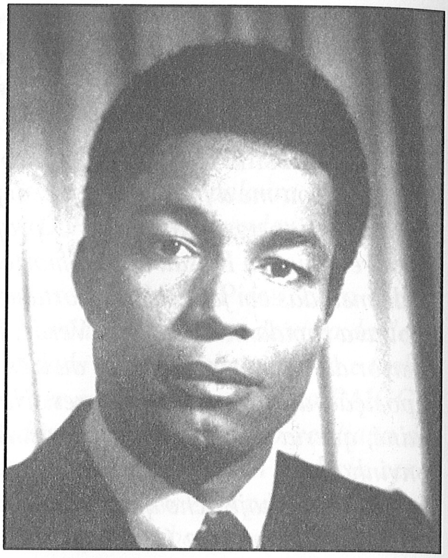
«Ainda hoje acho que foi a melhor decisão», insiste Luís Cabral. *«Com o Aristides ou não na Guiné, as coisas iriam acontecer»*, acrescenta, também, a propósito do movimento que haveria de afastá-lo do poder na noite de 14 de Novembro de 1980.

Vendo a questão de forma fria, Amaro da Luz não deixa de concordar com Luís Cabral, designadamente no seguinte aspecto: *«Para o partido talvez não tenha sido a melhor solução, mas, para Cabo Verde, foi. Durante muito tempo tivemos de conviver com uma liderança bipartida. Por um lado, entre o Aristides e o Luís, na Guiné; e, por outro, entre o Aristides e o Pires, em Cabo Verde. Aqui o Aristides era empurrado sobretudo pelo Abílio e pelo Silvino que têm dificuldades em aceitar o Pires como chefe. O Aristides e o Abílio eram fundadores do PAIGC, e o Aristides e o Silvino são compadres. Em todo este processo as amizades ou os laços de solidariedade foram fundamentais. O próprio Pires era fiel às suas amizades. Certas pessoas apercebem-se disso e, no fim, começam a afirmar-se em função da amizade que tinham com ele. Na prática, toda esta situação permitiu uma certa divisão do poder. Logo no início, apercebi-me que era mau se o poder se concentrasse nas mãos de uma só pessoa.»*

República de Cabo Verde, simplesmente

Mas não foi só a ala cabo-verdiana que teve de abrir mãos das suas posições durante a reunião do CSL. Por exemplo, a ideia defendida pelo sector guineense de conceber para Cabo Verde um figurino constitucional idêntico ao em vigor na Guiné-Bissau foi posta de parte. Entre outros aspectos, a República de Cabo Verde teria um governo e não um Conselho de Estado ou Conselho de Comissários; ministros e secretários de Estado e não comissários e subcomissários. *«Foi-nos proposto um modelo constitucional que não aceitámos e encarregámos o Manecas Duarte de elaborar*

Arquivo: NJC



José Araújo **Corsino Fortes**

outro projecto completamente diferente», revela Pedro Pires. *«Tratava-se de um projecto demasiado vinculativo, em termos da unidade»*.

Mais do que isso, tratava-se, na verdade, do "Primeiro ante-projecto" da "Constituição da União da Guiné-Bissau e Cabo Verde". De acordo com o mesmo, cada um dos territórios teria um parlamento e a junção dos dois formaria a Assembleia Nacional Popular Suprema (artigo 3), havendo ainda um Conselho da União e um Conselho de Ministros (artigo 15). No ponto 2 do artigo 23 do anteprojecto citado propunha-se que, no prazo de 30 dias a contar da publicação das eleições legislativas, *«as Assembleias Nacionais Populares devem reunir-se para eleger os deputados das Repúblicas à Assembleia Popular Suprema»*.[23]

Do ponto de vista político e económico, o documento estipulava nos seus artigos seis e sete que a Guiné e Cabo Verde *«são parte integrante da África»*, pelo que considerava como seu dever *«o desenvolvimento de relações com os Estados africanos e o estabelecimento de relações iguais em direitos com todos os Estados, na base dos princípios do Direito Internacional e do não-alinhamento»*. E quanto aos símbolos e ao hino da União, a bandeira deveria ser idêntica a da Guiné-Bissau e o hino o mesmo do PAIGC — "Esta é a nossa Pátria Amada" — , tendo como divisas *«Unidade Luta Progresso»*. Os autores do documento deixavam, entretanto, em aberto duas questões fundamentais: o nome a dar à União e a cidade onde deveria situar-se a sua capital.

Note-se que o anteprojecto em causa nem sequer chegou a ser discutido na reunião do CSL, uma vez que o seu afastamento ocorrera durante as conversas de bastidores. Para Olívio Pires, mais do que autor moral

do citado anteprojecto , José Araújo terá, sobretudo, dado forma a ideias que existiam na Guiné em relação a Cabo Verde. *«O Araújo tinha um senão: nasceu em Cabo Verde, foi levado miúdo para Angola e, quando adere à luta, adere ao MPLA e, só depois, ao PAIGC. Faltava-lhe uma certa dimensão da realidade cabo-verdiana. De acordo com o seu anteprojecto, a unidade seria já no dia 6 de Julho, o que nós, de maneira alguma, poderíamos aceitar. Para nós, era preciso dar tempo ao tempo, afirmar primeiro a nacionalidade cabo-verdiana e só depois partir para a unidade.»*[24]

«O pessoal da Guiné, isto é, alguns deles, estava a querer ir depressa de mais», afirma também Silvino da Luz. *«Houve várias atitudes da nossa parte que os deixaram insatisfeitos. Quando apresentámos a bandeira de Cabo Verde houve quem se tivesse manifestado contra, embora em conversas privadas. Quando criámos o fardamento e os distintivos das nossas Forças Armadas, aconteceu a mesma coisa. Mesmo no plano continental, houve quem não compreendesse por que motivo íamos proclamar a independência de Cabo Verde. O Salim Ahmed Salim, que era o embaixador da Tanzânia na ONU, um dos diplomatas com mais prestígio e o nosso mais ferveroso apoiante, não compreendeu a nossa atitude, questionava o nosso procedimento, influenciado talvez pela própria experiência da unidade do seu país. (A Tanzânia é a junção da antiga Tanganica e ilha de Zanzibar, de onde o Salim é originário.) Neste capítulo da unidade, os dirigentes cabo-verdianos, principalmente os que estavam no CSL, tiveram um papel importante e a História um dia lhes fará justiça.»*[25]

Outro tema abordado durante a mesma reunião do CSL foi a designação a dar ao futuro país: Popular, Democrática, Popular e Democrática ou, simplesmente, República de Cabo Verde. Diz Pedro Pires, mais uma vez: *«Não me lembro quem defendeu as outras propostas, o que me lembro é que eu defendi que devia ser República de Cabo Verde»*. E, num tom apaziguador, acrescenta: *«Num processo destes, há sempre prós e contras. A Guiné já era República da Guiné-Bissau e não fazia sentido chamar Cabo Verde de República Popular ou República Democrática. Tirando isso, não tínhamos nada contra o popular ou contra o adjectivo democrática. Os outros é que poderiam ter* outra *interpretação, diferente da nossa, e daí os mal-entendidos. O mesmo problema voltaria a pôr-se à volta da moeda. Os guineenses achavam que devia ser o peso e nós achámos que o peso não significava nada para os cabo-verdianos.»*

Ninguém dormia

Entre Abril de 1974 e Julho de 1975, Cabo Verde é palco de acontecimentos diversos, numa verdadeira disputa corporal, de que o PAIGC se irá sagrar vencedor. Após a discreta chegada de Carlos Reis e João Pereira Silva em Maio de 1974, a comitiva do PAIGC, chefiada por Silvino da Luz e Osvaldo Lopes da Silva, é recebida, três meses

depois, de forma apoteótica, tanto na Praia como no Mindelo, o que não só marca a saída definitiva daquele partido da clandestinidade como também demonstra o grau de penetração da sua mensagem junto da população. *«Nesse dia enchemos a rádio e a imprensa de Silvino da Luz, para criar um ambiente psicológico favorável»*, assume José Miguel Judas.[26]

O mesmo fenómeno ocorre, a 13 de Outubro de 1974, com o regresso de Pedro Pires, e depois em Fevereiro do ano seguinte, já noutro contexto, com o retorno a Cabo Verde de Aristides Pereira, a 21 de Fevereiro, num périplo que o levaria a S. Vicente e a várias outras ilhas, depois de uma ausência de 14 anos. Mais uma vez, a população mostraria a sua adesão ao PAIGC recebendo em massa aquele que seria o primeiro chefe de Estado cabo-verdiano. De acordo com os números da época, 50 mil pessoas tê-lo-ão recebido e aclamado quando, no primeiro dia, pousa os pés na Praia.

À semelhança de Pedro Pires, Pereira irá procurar nas suas intervenções apaziguar os espíritos, não deixando também de apelar ao trabalho e ao fim da indisciplina, ao mesmo tempo que anunciava o que deveria ser o futuro Estado de Cabo Verde, a ser proclamado dentro de quatro meses. Um dos aspectos que procura esclarecer é, precisamente, o da unidade com a Guiné-Bissau. Para ele, essa unidade *«deve passar primeiro pelo respeito integral da personalidade de cada um desses Estados, assim como da sua respectiva soberania. Ela só se fará depois de, livremente, os povos da Guiné e Cabo Verde terem decidido. Não há, nem poderia haver anexação, nem sujeição de uma das duas partes à outra»*.[27]

A fúria das multidões

Regressado de Angola nos primeiros dias de Maio de 1974, Eurico Monteiro assume o comando de um comité do PAIGC na Achada Santo António, Cidade da Praia, em substituição de Amílcar Andrade, que é enviado para a ilha do Maio. Desse período, Monteiro recorda-se do *«trabalho político intenso»* desenvolvido naqueles meses abrasadores. *«Praticamente ninguém dormia. Chegávamos a casa de madrugada ou de manhã. Passávamos o dia a convencer as pessoas da utilidade da independência. Alguns dos activistas chegavam a morar com os camponeses e, ao mesmo tempo, que se consciencializavam as pessoas, fazia-se a alfabetização delas. À noite fazíamos o trabalho de vigilância, em condições por vezes caricatas. Num grupo de 20 vigilantes, armados com paus e pedras, apenas um tinha um revólver. Só muito depois chegaram as metralhadoras AK 47 e até G3»*.

As armas, segundo José Luís Fernandes, transportadas por embarcações do PAIGC, nomeadamente o N/M *Ocante*, seriam desembarcadas em localidades isoladas de Santiago como S. Martinho, S. Francisco, Praia Baixo e até mesmo no porto da Praia. Prevendo uma

maior radicalização da situação interna, o PAIGC passa a ministrar treino militar aos seus militantes e simpatizantes na Praia, Cidade Velha e Santa Catarina. Enfim, era um tempo em que os nervos estavam à flor da pele, a indiferença algo que não existia, a julgar pela quantidade de artigos em jornais, folhetos e panfletos publicados ao longo dos 15 meses que medeiam entre o 25 de Abril e a independência de Cabo Verde, a par dos boatos que circulavam de boca em boca, consoante as estratégias. De tal modo que, em Maio de 1975, quando chega à Praia a notícia de que Gustavo Galina Monteiro, militante do PAIGC, tinha sido baleado e morto em Santa Catarina, por pouco a ilha de Santiago não mergulhou numa guerra civil. *«Quando ele morre, diz-se que foi um jipe que atirou nele. A reacção imediata foi pegar nas armas para ir a Santa Catarina»*, conta José Luís Fernandes. *«Pedro Pires esteve a segurar toda a gente, proibindo-nos de qualquer acção. Eu próprio cheguei a ter uma AK em riste, num jipe, para ir ajustar contas em Santa Catarina. Não aconteceu o pior por força do Pires, que achava que se o povo cabo-verdiano tinha sido poupado de uma luta armada, não seria agora, a pouco tempo da independência, que se ia fazê-lo.»*

«As pessoas estavam a mentir, não estavam a contar o que se tinha realmente passado», diz, por sua vez, Pedro Pires, minimizando o seu papel no episódio. *«Disseram-nos que elas tinham caído numa emboscada. Através de um interrogatório que lhes fiz, pude concluir que tinha sido um acidente. Eram três, estavam a limpar as armas e, de repente, uma delas dispara e acerta no Gustavo. Com medo, resolvem inventar a história da emboscada. Como não estavam a admitir isso, resolvi ir pessoalmente a Santa Catarina, mas acabei por não ir e foram outras pessoas. Mas antes de elas irem, eu avisei*: "Não houve emboscada nenhuma". *E chegou-se à conclusão que tinha sido realmente um acidente. Mas, se as pessoas continuassem a mentir ou a fingir, a coisa poderia complicar-se. O que fiz foi desmontar a história que estavam a contar. A partir desse episódio dei ordens para que fossem tomadas determinadas medidas em relação às armas. Havia um certo radicalismo entre a nossa gente e esse radicalismo era maior em Santa Catarina. Havia o mito de Rubon Manel, associado a um certo infantilismo. Pessoalmente, estive sempre contra certas atitudes. Procurei sempre compromissos, o meio termo.»*[28]

Para além desse episódio, Eurico Monteiro lembra-se de outros tantos incidentes em S. Domingos, Praia etc. envolvendo comités de apoio ou de vigilância com determinados elementos da população menos sintonizados com o PAIGC. Por exemplo, houve um caso de quase linchamento público na Achada Santo António, ocorrido nas vésperas da independência, que deu muito brado. *«Estava eu e mais alguns colegas numa reunião quando nos foram chamar porque uns indivíduos tinham sido presos e sovados. Quando cheguei, ainda estavam a bater num deles. Fiquei furioso e mandei imediatamente que parassem com aquilo.»*

Ao todo, eram três "reaccionários", como se dizia então, acusados

de serem anti-independência. *«Na sequência desse incidente»*, prossegue Monteiro, *«o Djonsa Cool veio a ser preso e afastado do PAIGC, uma vez que era o responsável pela Segurança, apesar de não ter tomado parte no acto. Enquanto coordenador do PAIGC na zona, fui ilibado, porque a segurança funcionava completamente à parte da coordenação. Curiosamente, a pessoa mais responsável pelo sucedido não foi incriminada, ficou impune.»*

O incidente merece a condenação firme da direcção do PAIGC, e é referido demoradamente por Pedro Pires durante o seu discurso da cerimónia de juramento de bandeira das primeiras unidades das Forças Armadas cabo-verdianas, feita no estádio da Várzea, a 28 de Junho. Visivelmente irritado, Pires aproveita também para enviar um sério aviso à navegação interna do seu partido, que tendia a abusar da força nos seus contactos com a população ou a tirar certo tipo de vantagens no exercício das suas funções. *«Não é um grupinho qualquer de parvos que vem agora estabelecer leis, criar uma falsa solidariedade, estragar o prestígio do nosso Partido, desviar os objectivos da nossa luta, mudar os nossos métodos de trabalho e acção. Que fique bem claro — Nós actuaremos desde já para que disso não aconteça nenhuma tentativa.»*[29]

Eurico Monteiro considera hoje esse e outros actos do género um reflexo do tempo em que se vivia na altura. *«Era preciso viver a situação para se ver que a violência era algo profundamente entranhado nas pessoas. Eram milhares de pessoas a atacar os agentes da Pide ou a perseguir os que pensavam de maneira diferente. Mesmo no caso da Achada Santo António, quando lá cheguei, vi que eram mais de 300 pessoas a assistir e a aplaudir aqueles três indivíduos a serem maltratados. As multidões são, de facto, ferozes.»*

Eleições

Conforme o previsto pelo protocolo de Lisboa, e feito o recenseamento eleitoral, é realizada, a 30 de Junho de 1975, a votação dos 56 deputados à Assembleia Nacional de Cabo Verde. De acordo com a legislação eleitoral, as candidaturas são exclusivas de grupos de 300 cidadãos, devendo as autoridades locais garantir-lhes a *«absoluta igualdade de oportunidades e tratamento»*, nomeadamente durante a campanha eleitoral, salvaguardando igualmente os eleitores de eventual *«coacção física e psicológica»*, pelo que ninguém poderia, *«sob qualquer pretexto, ser obrigado a revelar o seu voto»*. Não podiam votar, entre outros, os cidadãos emigrados há mais de cinco anos e os que tinham adquirido outra nacionalidade, nem aqueles que estivessem de outra forma feridos de *«indignidade eleitoral»*, o que incluía os saneados da administração pública ou quem tivesse exercido funções de dirigente da antiga Acção Nacional Popular e ainda os integrantes das delegações portuguesas à ONU. Escolhidos através do voto directo e universal, os 56 deputados deveriam ela-

borar, num prazo de 90 dias, a partir da independência, a Constituição e decidir da natureza do regime a adoptar em Cabo Verde.

Sem adversários, o PAIGC é o único partido a participar nas eleições, através de listas apresentadas formalmente por grupos de cidadãos a ele afectos. Ainda assim, Jorge Querido lembra-se de ter aparecido na Brava um grupo liderado por Aguinaldo Teodoro Fonseca (Tuca), pai de Luís Fonseca, que tenta lançar uma lista independente. A ousadia não deixa de causar irritação e embaraço ao PAIGC. Luís Fonseca é enviado, em vão, à Brava para demover o pai da iniciativa. Logo a seguir, essa mesma tarefa é atribuída a Alírio Vicente Silva, que conta: *«Antes de ir, eu perguntei qual era minha missão. Responderam-me que era para dar cabo da lista do Tuca. Eu nem sequer conhecia a Brava, onde estava o Carlos Tavares, que me disse que não era possível fazer nada contra o Tuca, que tinha muito poder junto das pessoas. Decidi falar com Tuca, informalmente, sem dizer qual era a minha missão e sem mostrar quem eu era. Um dia meti-lhe conversa e ele:* "Isto está muito mau, vou arranjar a minha lista e dar cabo desses gajos do PAIGC." *Acabei por lhe perguntar quem eram as pessoas da sua lista, ele abriu-se e eu fui anotando todos os nomes, às escondidas. Depois, foi chegar junto de cada um dos elementos e procurar convencê-los, que eles não tinham nada que andar com um homem idoso como Tuca, que não percebia o que se estava a passar. Um ou outro ainda me respondeu:* "O sr. Tuca anda a insistir comigo, mas eu já lhe disse que não quero..." *Depois da minha operação de sapa, Tuca marcou uma reunião com todos os indivíduos da sua lista e ninguém apareceu. Fui ter com ele para saber das coisas e ele, todo aborrecido, volta-se para mim e diz:* "Estes gajos são todos uns cobardes, já não quero saber deles para nada!" *Aí mandei dizer para a Praia que a missão estava cumprida.»*[30]

Felisberto Vieira (Filú), jovem activista do PAIGC, que nessa altura vivia na Brava, conta que era o único elemento desse partido que conseguia relacionar-se com Tuca Fonseca. *«Era um homem virulentamente contra o PAIGC e de um racismo primário. Ele movimentava-se sobretudo contra o Carlos Tavares, responsável do partido nessa altura na ilha.»*[31]

Tuca Fonseca era, na verdade, o que restava da resistência ao PAIGC em Cabo Verde. Um ano antes, em Junho, ele, Francisco Feijóo Barbosa, Antério Jesus Leitão e José Barbosa tinham protagonizado a recolha de assinaturas de apoio a um telegrama seu, enviado ao presidente António de Spínola, aquando do encontro deste com Richard Nixon nos Açores, tal, aliás, como acontecera, em S. Vicente, com um outro grupo de cidadãos, afectos à UDC. À semelhança destes, os quatro bravenses pediam ao presidente português que fosse *«intérprete junto do presidente Nixon e dos secretários da ONU e da Nato do repúdio da população da Brava»* à mensagem enviada por militantes do PAIGC, em S. Vicente, na qual estes afirmavam que o *«povo de Cabo Verde não quer bases militares estrangeiras»*. O grupo alega que a posição daquele partido não

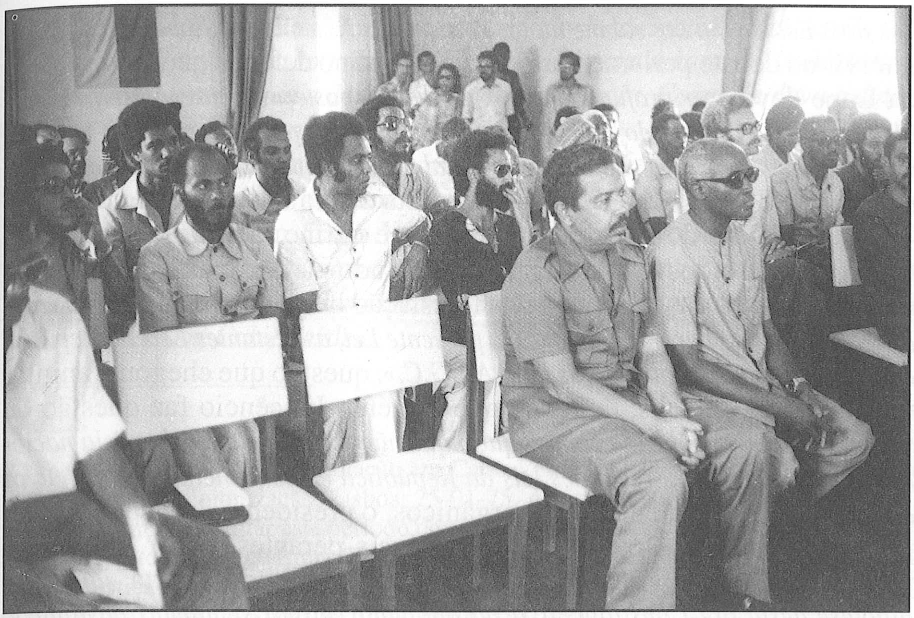
traduzia a *«vontade dos caboverdeanos conscientes».*[32] Para além disso, houve ainda uma outra lista independente, organizada em S. Domingos (Santiago), que também acabou por ser neutralizada, curiosamente, dentro da própria Comissão Eleitoral, na Praia. Os seus promotores foram entregá-la, mas foram, erradamente, informados de que o prazo tinha passado e que não havia nada a fazer.

De acordo com os dados oficiais, 88,3 % dos cidadãos recenseados (114. 683) participaram no acto eleitoral de 30 de Junho, 92 % dos quais votaram favoravelmente nas listas apresentadas, o que, por um lado, representava uma grande vitória para o PAIGC e, por outro, um grande alívio para as autoridades portuguesas. Aos olhos do mundo, o *score* verificado mostrava em si o sentimento da população quanto à independência. Este facto fazia, para Almeida Santos, do processo cabo-verdiano *«um êxito diplomático»*. Em termos percentuais, a maior participação verificou-se em Santo Antão (91,5 %), Santiago (90,4 %) e Sal (90,2 %) e a menor na Brava (57,1 %), o que, de certo modo, dá a ideia da resistência que continuava a existir nessa ilha ao PAIGC e, em último caso, à própria independência.

Apurados os 56 deputados à Assembleia Nacional Popular, esta reúne-se pela primeira vez, já com carácter legislativo, no salão da Câmara Municipal da Praia, pelas 16h 30 m, do dia 4 de Julho, para eleger a mesa da presidência, aprovar o texto da proclamação da independência, a Lei da Organização Política do Estado (Lope) e ainda escolher o chefe de Estado e o primeiro-ministro. Por proposta de José Luís Fernandes, Abílio Duarte é aclamado presidente da ANP, enquanto que, por proposta de Silvino da Luz, Aristides Pereira é também aclamado presidente da República. O ciclo fechar-se-ia com este a indicar Pedro Pires para primeiro-ministro. Tudo isso sob ruidosa salva de palmas.

Pressionados pelo tempo e pelas autoridades portuguesas, os deputados aprovaram em poucas horas os 23 artigos da Lope, cujo projecto lhes foi entregue durante a própria sessão legislativa, não fazendo muitos deles a mínima ideia do que estava verdadeiramente em jogo. Basta dizer que, dos 56 parlamentares, apenas 11 intervieram neste debate, com destaque para José Luís Fernandes e Eugénio Inocêncio, que se mostraram os mais activos. Não seria de se esperar outra coisa, se se for ver o grau académico ou político dos primeiros "representantes da nação" cabo-verdiana, sendo notório o predomínio dos quadros políticos do PAIGC (12), professores (10), regentes e engenheiros agrícolas (6), economistas (3), estudantes (2), padres (2)...

Aprovada sem alterações, a Lope acabou, na verdade, por ser a alternativa encontrada pela direcção do PAIGC ao projecto constitucional que fora rechaçado na reunião do CSL em Bissau. Através da referida lei, o parlamento cabo-verdiano compromete-se a elaborar uma Constituição



1ª Sessão da ANP

em 90 dias, na qual deveriam constar, conforme o prometido por Aristides Pereira, em Fevereiro, *«os fundamentos e objectivos»* do Estado a erguer em Cabo Verde, *«as liberdades, direitos e deveres fundamentais de cada cidadão, dentro dos princípios da Declaração Universal dos Direitos do Homem, assim como a organização do poder político e judicial popular»*.[33]

Segundo Amaro da Luz, negado que fora o anteprojecto constitucional para Cabo Verde, apresentado na reunião do CSL em Bissau, urgia encontrar uma alternativa, de modo a processar-se a transferência da soberania portuguesa para o novo país. *«Por isso, tinha de se fazer qualquer coisa. Havia um prazo a cumprir; o Vaz Barroco andava preocupado porque as coisas estavam atrasadíssimas. Ele pressionava, com razão. Era preciso ter tudo pronto para, no dia seguinte, proclamar a independência e proceder à transferência da soberania.»*[34]

Elaborada dois ou três dias antes da independência por Manuel Duarte, a Lope destinava-se a preencher o vazio constitucional até que fosse aprovada a Constituição definitiva, cabendo, até lá, o exercício da soberania em Cabo Verde à ANP. O primeiro artigo esclarecia que essa soberania *«é exercida no interesse das massas populares»*, ligadas ao PAIGC, *«a força política dirigente na nossa Sociedade»*. Uma comissão, chefiada pelo presidente da ANP e mais seis deputados, teria *«a missão de elaborar e submeter à Assembleia, no prazo de 90 dias, um projecto de Constituição da República de Cabo Verde»*. Com uma comissão congénere guineense, seria posteriormente constituído o Conselho da Unidade Guiné-Bissau e Cabo Verde, a quem caberia elaborar *«um projecto de Constituição da Associação*

dos dois Estados, a ser submetido às respectivas Assembleias Soberanas».[35] Ao intervir no debate parlamentar, Manuel Faustino defende que o artigo dois da Lope deve *«ser profundamente meditado e, posteriormente, caso a Assembleia estivesse de acordo, aprovado por aclamação, porque, em certa medida, significa tomada de posição oficial e formal pela Assembleia, perante o problema da Unidade Guiné-Cabo Verde».*[36] A resposta é uma nova salva de palmas.

Para além do atrás descrito, a Lope define, de forma sumária, o funcionamento dos demais órgãos do Estado — o executivo e os tribunais — , mantendo-se em vigor a legislação herdada, *«em tudo o que não for contrário à soberania nacional, à presente Lei, às restantes Leis da República e aos princípios e objectivos do P.A.I.G.C.»*, questão que chegou a animar um pouco os debates, uma vez que Eugénio Inocêncio faz questão de saber *«quem é que decide sobre aquilo que não é contrário à soberania nacional, à presente lei, às restantes leis da República e aos princípios e objectivos do PAIGC».*[37] Ainda em termos orgânicos, o presidente da República e o primeiro-ministro são ambos responsáveis perante a ANP, o que, no primeiro caso, e no entender de José Luís Fernandes, corta *«qualquer hipótese desta pré-Constituição, a ser adoptada, tornar-se numa Constituição presidencialista».*[38]

Enfim, aprovados o texto da proclamação da independência e a Lope, eleitos por aclamação o presidente da República e o primeiro-ministro, aprovada ainda, também por aclamação, a lei que atribuía ao *«Camarada Amílcar Cabral o título de Fundador da Nacionalidade»*, consagrando o 12 de Setembro, dia do seu aniversário natalício, como feriado nacional, terminava, às 20h 40, o primeiro dia da I sessão da ANP. Na Praia e nos demais pontos de Cabo Verde a festa da independência prossegue a todo o ritmo.

Com o destino na palma da mão, Cabo Verde vive a sua hora grande, à espera do momento zero da sua nova existência. Entrevistado um dia antes da independência pelo enviado-especial do **Diário de Lisboa**, Aristides Pereira diz estar convencido de que *«todos os cabo-verdianos, independentemente da sua tendência, acabarão por aderir à causa da independência da sua terra».*[39] E, num gesto de boa vontade, anuncia, durante a sua posse no cargo de presidente da República, no dia 5, a restituição às respectivas famílias dos cidadãos presos no Tarrafal, ao mesmo tempo que apela àqueles que tinham preferido partir para que regressassem e se juntassem *«na mesma batalha do futuro»* em que o país iria mergulhar, com a independência.[40]

No entanto, um dia depois, os elementos que restavam do grupo preso no Tarrafal são conduzidos ao aeroporto da Praia e embarcados para Portugal, na companhia dos militares portugueses. *«Quando nos disseram que íamos sair, pensámos que íamos para casa»*, evoca Ângelo Lima, com indignação. *«E qual não foi o nosso espanto quando fomos escoltados para o*

avião que nos levaria para Portugal, sob vigilância de metralhadoras G3. Desembarcámos no aeroporto militar em Lisboa. Fui para a casa do dr. Alexandre Silva, tive de vestir a roupa dele porque não tinha outra. Como ele dava o dobro de mim, eu parecia um palhaço.»

Sabido que a situação dos presos do Tarrafal era uma das preocupações de Vicente Almeida d'Eça, este assegura que, com a independência, não ficou em Cabo Verde nenhum preso político. *«Por causa deles, houve intensos contactos entre mim, o sr. Aristides Pereira e o comandante Pedro Pires. Os detidos exprimiram por escrito se queriam vir para Portugal ou ficar em Cabo Verde».*

Notas

[1] Vicente Almeida D'Eça, "Situação em Cabo Verde", Lisboa, reunião da Comissão Nacional de Descolonização, Lisboa, 25-01-75. Arquivo Histórico-Diplomático.

[2] Como forma de alargar este período de aprendizagem, foram ainda nomeados secretários-adjuntos: Adriano Lima (Equipamento Social e Ambiente) e David Hopffer Almada (Justiça e Assuntos Sociais).

[3] Entrevista: Osvaldo Lopes da Silva, Praia, 31-01-95.

[4] Entrevista: Vicente Almeida d' Eça, Oeiras, 05-05-99.

[5] Presidência do Conselho de Ministros, Decreto-Lei n.º 277/74, **Boletim Oficial de Cabo Verde**, n.º 29, Praia, 25-06-74.

[6] **Boletim Oficial de Cabo Verde**, n.º 44, Praia, 02-11-74.

[7] O despacho da dissolução da Comissão de Saneamento e Reclassificação, assinado pelo secretário de Estado do Ministério da Justiça e Assuntos Sociais, David Hopffer Almada, foi publicado no **Boletim Oficial de Cabo Verde**, n.º 10 , 08-03-75; e o despacho da nomeação dos integrantes das duas novas comissões, assinado pelo alto-comissário Vicente Almeida D'Eça, foi publicado no referido boletim de 05-04-75. As anulações da nomeação de Emídio Lima e de José Alberto Morgado são publicadas no B.O. de 26-04-75. Em esclarecimento que me concedeu, Lima refere que foi metido na comissão, sem ser consultado, por Renato Cardoso, a quem pede depois que retire o seu nome da referida comissão, por falta de motivação para a tarefa.

[8] Entrevista: Jorge Querido, Praia, 23-08-95.

[9] Entrevista: Pedro Pires, Praia,21-04-95.

[10] "Vasco Cabral denuncia intentona imperialista", **Boletim Informativo** n.º 1, GADCG, Lisboa, 11-05-75.

[11] "Balanço da viagem de Pedro Pires aos E.U.A. e a Portugal", **Nô Pintcha**, Bissau, 22-05-95.

[12] Se se quiser, havia ainda uma distinção entre os militantes do pré e pós-25 de Abril, o que merecia da direcção do PAIGC o seguinte aviso às suas estruturas locais em Cabo Verde: *«é politicamente necessário ser-se cauteloso na atribuição de tarefas de responsabi-lidade a militantes enquadrados ou a enquadar depois do 25 de Abril».* Tal precaução visava *«salvaguardar [o partido] dos perigos inerentes ao oportunismo e arrivismo».* In "Comunicado conjunto da Direcção Superior do Partido, Direcção Nacional em Cabo Verde e Comité de Coordenação de Lisboa". Sem data; presume-se que este comunicado tenha sido elaborado em Agosto de 1974, após mais uma reunião entre Abílio Duarte e o Co-mité Coordenador em Portugal. Arquivo Jorge Carlos Fonseca.

[13] Eis a constituição da referida CNCV: Pedro Pires, Abílio Duarte, Silvino da Luz, Osvaldo Lopes da Silva, Olívio Pires, Carlos Reis, Joaquim Pedro Silva, Afonso Go-

mes, João Pereira Silva, José Luís Fernandes, Amaro da Luz, Manuel Faustino, João José Lopes da Silva, Amâncio Lopes, Corsino Tolentino, Agnelo Dantas, Luís Fonseca, Eduardo Alhinho, José Eduardo Barbosa, Carlos Tavares, Sérgio Centeio, Alexandre Ramos de Pina, José Tomás Veiga, Lineu Miranda, António Leite, Eugénio Inocêncio, Ludgero Lima, Timóteo Tavares, Armindo Ferreira, Eduardo Santos, Álvaro Dantas Tavares e Cândido Santana.

[14] Pedro Martins, **Testemunho dum combatente**, p. 242.

[15] Entrevista: Amaro da Luz, Praia, 27-02-95.

[16] A reunião da CNCV produziu um "Documento confidencial – para uso exclusivo das Direcções Regionais e Sectores Autónomos do Partido", onde esta e outras questões se encontram expostas de forma sumária. Arquivo particular.

[17] Entrevista: João Pereira Silva, Praia, 09-10-95.

[18] Com a independência, essa preocupação ficará consagrada na obrigatoriedade da comparticipação do Estado em 51 por cento nos empreendimentos mais significativos, do ponto de vista financeiro.

[19] Vide **Nô Pintcha** dos dias 24, 28 de Junho e 01 de Julho de 1975.

[20] A declaração do CSL foi publicada na íntegra no **Boletim Oficial** da República de Cabo Verde n.º 1, de 5 de Julho de 1975, a anteceder o texto da proclamação da independência e de outros importantes diplomas referentes ao novo país.

[21] Entrevista: Olívio Pires, Praia, 09-10-95.

[22] Entrevista: José Luís Fernandes, Praia, 11-09-95.

[23] "Constituição da União da Guiné-Bissau e Cabo Verde". Arquivo de José e Amélia Araújo.

[24] Entrevista: Olívio Pires, Praia, 04-10-95.

[25] Entrevista: Silvino da Luz, Praia, 09-10-95.

[26] Josep Sánchez Cervelló, op. cit., p.301.

[27] Aristides Pereira, "Mensagem dirigida ao povo de S. Vicente", 25-02-75, in **Discursos I**, Gabinete da Presidência da República, Praia, 1988.

[28] Entrevista: Pedro Pires, Praia, 18-04-95.

[29] "Discurso proferido pelo camarada Pedro Pires no juramento de bandeira das F.A.R.P.", **Novo Jornal de Cabo Verde**, Praia, 04-07-75.

[30] Entrevista: Alírio Vicente Silva, Praia, 12-10-95.

[31] José Vicente Lopes, "Especial 25 de Abril", **A Semana**.

[32] Telegrama de Francisco Feijóo Barbosa et alii, Arquivo Histórico Diplomático, Dossier Independência de Cabo Verde, Lisboa.

[33] Aristides Pereira, "Discurso pronunciado por ocasião da chegada à Praia", 21-02-75, in **Discursos I**.

[34] Entrevista: Amaro da Luz, Praia, 08-09-95.

[35] **Boletim Oficial da República de Cabo Verde**, Praia, n.º 1, 05-07-75.

[36] Assembleia Nacional Popular, Acta da I Sessão, I Legislatura, 1975.

[37] Id., ibid.

[38] Id., ibid.

[39] Daniel Reis, "Para já vencer a fome", **Diário de Lisboa**, Lisboa, 03-07-75.

[40] Aristides Pereira, **Discursos I**, pp. 69 a 71.

34

PODERIA TER SIDO DIFERENTE?

Nos 15 meses que medeiam entre o 25 de Abril de 1974 e o 5 de Julho de 1975, Cabo Verde vive numa autêntica roda viva, acabando o PAIGC por se sagrar o vencedor da disputa do destino do arquipélago. Poderia ter sido diferente o processo que conduziu as dez ilhas à independência? — pergunta que aqui se procura responder, a começar por Aristides Pereira, que acredita que *«se as coisas tivessem sido melhor orientadas, não no sentido de hostilidade frontal ao PAIGC, talvez se tivesse passado de forma muito diferente.»* [1]

Jorge Querido acha que não, que tudo estava decidido. Ressalva, no entanto, que *«mesmo que se desse aos que eram contra a independência a liberdade de criar o seu partido, para disputar depois as eleições, na certa, seriam derrotados.»* Pessoalmente, esclarece que era contra o referendo, mas a favor da constituinte. *«Na altura se houvesse eleições sérias, normais e honestas, não tenho dúvidas que o PAIGC ganharia com uma maioria folgada.»* [2]

Na sua análise, Aristides Pereira não deixa de sublinhar que, tendo sido o seu partido a organização que mais se batera pela independência de Cabo Verde, isso tornava-o, forçosamente, um interlocutor privilegiado junto das autoridades portuguesas. *«Só depois do 25 de Abril é que apareceu gente a dar prosseguimento à ideia do general Spínola de autonomia para Cabo Verde. Foi essa gente que se pôs em campo, fazendo uma propaganda absurda, sem razão, contra o PAIGC.»*

A magia do PAIGC

Manuel de Lucena, que esteve em Cabo Verde entre Novembro de 1974 e 5 de Julho de 1975, no quadro da descolonização, como oficial do exército português, ainda hoje duvida da implantação do PAIGC naquela altura junto dos cabo-verdianos. Essa implantação, na sua opinião, *«deixava muito a desejar».*[3] Lucena, que veio a Cabo Verde com a missão de enviar um relatório ao então ministro sem pasta Melo Antunes acerca da situação reinante no arquipélago, com vista às conversações finais com o PAIGC, diz que, se Lisboa tivesse dobrado as verbas de apoio ao território, *«a maior parte da população ficaria muito contente com uma autonomia menor do que a dos Açores...»*

Lucena refere que, quando chegou à Praia, o PAIGC não tinha ainda a certeza de que Portugal lhe iria conceder o monopólio do poder. Além de não ter havido uma guerra de libertação nas ilhas, *«o PAIGC só tinha muita força entre os estudantes e bastante numa parte dos funcionários»*. Reconhece, porém, a existência, na altura, do que chama a *«magia do PAIGC»*, magia essa que lhe permitia *«passar tudo»*, inclusive fazer com que a tropa portuguesa, embora a contragosto, prendesse os adversários daquele partido, facto devidamente assinalado no citado relatório a Melo Antunes, Mário Soares e outras autoridades em Lisboa. Acrescenta Lucena sobre as controversas prisões: *«o PAIGC sentiu que o nosso vento estava a virar a seu favor e começou a experimentar-nos. Anunciou que ocuparia, e depois ocupou mesmo, a Rádio do Mindelo. E nós ficámo-nos, porque o nosso comando militar só resistiria se Lisboa mandasse e Lisboa, apesar de muito instada, nunca mandou.»* E quanto ao futuro do arquipélago, não é menos categórico: *«Sem o apoio das autoridades portuguesas e especialmente das autoridades militares, o PAIGC teria de fazer largas partilhas com outros elementos nacionalistas ou até simplesmente autonomistas»*.

Diante de tais afirmações, Pedro Pires faz questão de sublinhar que a independência de Cabo Verde está muito longe de ter sido um equívoco, não tendo, do seu ponto de vista, recorde-se, existido qualquer bónus do MFA em relação ao PAIGC.[4] *«A independência de Cabo Verde não foi um equívoco mas sim a realização de um projecto político e uma aspiração. Na mesma altura que houve essa dúvida, a maioria da população aderiu entusiasticamente à ideia da independência. Hoje penso que essa é uma questão ultrapassada, o que se nos põe é o desafio da construção do futuro.»*

Poderia ter sido diferente? — é a pergunta. *«Com Spínola no poder, não acredito que tivéssemos a independência»*, responde o homem que durante os primeiros 15 anos, será o primeiro-ministro de Cabo Verde, ao mesmo tempo que não deixa de reconhecer o contributo do próprio 25 de Abril no aceleramento da descolonização das antigas colónias portuguesas. *«Com Spínola, o processo seria dificultado, haveria muito mais dificuldades. O problema dele era o facto de ter sido governador na Guiné e não queria voltar a perder connosco em Cabo Verde.»* [5]

Neste sentido, segundo Amaro da Luz, as conversações sobre a independência de Cabo Verde foram, talvez, uma das mais difíceis em todo o processo de descolonização. *«Tínhamos informações fidedignas de que os portugueses não pretendiam abrir mão de Cabo Verde, por causa dos compromissos que tinham com a Nato. Alguém nos informou que antes de Almeida Santos ir a Londres, Spínola deu-lhe ordens para que protelasse no máximo esta questão; Almeida Santos perguntou-lhe se havia dinheiro para contrariar a dinâmica que já se desenhava a favor do PAIGC e Spínola respondeu-lhe:* "Você não se preocupe; para Cabo Verde o dinheiro há-de aparecer".»

Vítima dos acontecimentos que acabaram por o conduzir à prisão do Tarrafal, em Dezembro de 1974, Ângelo Lima tem uma visão negativa do processo que conduziu Cabo Verde à independência, começando por esclarecer que a resistência ao PAIGC teve a ver com o próprio comportamento desse partido. *«Se tivessem entrado na ordem, na concórdia e na paz, para trabalhar com as pessoas que sempre aqui estiveram, tudo teria sido diferente. Mas não, entraram violentos como faziam no mato. No início, achávamos que o PAIGC fosse estar connosco e exigirmos, juntos, de Portugal, uma reposição pelos 500 anos de colonialismo, através de coisas que nunca foram feitas — estradas, portos, hospitais... O momento era propício para isso. O PAIGC estava dentro de nós. Mas por causa do seu comportamento, a entrada deles foi mal aceite. As eleições acabaram por não serem livres, a escolha dos deputados não foi feita pelo povo, foram eles, do PAIGC, a fazê-lo. Toda gente o sabe.»*

«O que houve», contrapõe Aristides Pereira, *«foi um acicatar de sentimentos contra o PAIGC, quando se poderia perfeitamente ter mantido um diálogo com essa mesma gente. Mas, com a atitude que tomaram, apoiados por outros grupos, colonialistas, estabeleceu-se como que uma guerra. E, assim sendo, quem é que haveria de ganhá-la senão o PAIGC?»*

Em tom de autocrítica, Pereira reconhece também que a carta-branca que concedera aos seus companheiros acabou por ser *«encarada em excesso»*, originando certas atitudes, que reprova. *«Dá-se o 25 de Abril, a CNCV é o órgão que toma na mão a responsabilidade de dirigir a luta em Cabo Verde. Essa autonomia foi encarada em excesso. Eu próprio quando, em Fevereiro, me desloco a Cabo Verde venho em branco, não sabia de quase nada do que aqui se passava. Com a minha chegada havia gente que dizia:* "Se ele é o chefe máximo, vamos ouvir o que tem para dizer". *Esperavam isso para cavarem daqui. O pessoal tinha feito coisas medonhas. Aquela história de cachorro de dois pés... A hostilização àqueles que se opunham ao PAIGC pode ter chegado a ponto de ter ficado fora do controlo, mas quem actuava era, sobretudo, gente que não tinha ligação nenhuma com o PAIGC. Mas, além disso, o que é que o PAIGC podia fazer nessa altura? Não tinha a polícia... Era um partido como qualquer outro.»*

«Encontrámos um clima emocional de correr com os portugueses, e tivemos de deitar muita água na fervura», defende-se Osvaldo Lopes da Silva. *«Nós que viemos da luta procurámos apresentar um discurso moderado, de modo a acalmar os comerciantes, os funcionários, a Igreja, que estavam amedrontados com o ambiente que se tinha criado aqui... Mas também não podíamos ir mais longe, com medo de sermos cortados da base. Por isso, alguns excessos acabaram por ser cometidos, porque havia muita gente exaltada.»*

No esforço de conter os ânimos, Lopes da Silva não deixa de destacar o papel desempenhado pelo comandante militar português, coro-

nel Fernando Caldeira. *«Não se fala dele, mas era uma pessoa muito ponderada, tinha consciência da nossa força, ao mesmo tempo que não se deixava cair nos excessos do MFA. Entre os militares portugueses havia um sector que nos queria entregar tudo e nós não estávamos em condições. Mas havia também gente que nos era totalmente hostil. O Caldeira teve de jogar com todos estes elementos, sob pena de isto descarrilar completamente.»*

De qualquer modo, a neutralização ou a prisão dos possíveis concorrentes do PAIGC nas eleições de Junho de 1975 é vista hoje como um grande erro cometido por esse partido. *«Se as eleições fossem autênticas, o PAIGC ganharia e ficaria legitimado democraticamente, não seria apenas a legitimidade histórica»*, subscreve Érico Veríssimo Ramos, tido na altura como um dos agitadores mais temidos do PAIGC, por causa das suas intervenções tanto no Rádio Clube da Praia como nos comícios. *«O problema»*, sublinha Ramos, *«é que o PAIGC quis sempre chegar lá sem eleições»*.

«As pessoas não foram obrigadas a votar», defende Alexandre Ramos de Pina, destacado para trabalhar em Santa Cruz, ilha de Santiago, e eleito deputado à ANP nessa altura. *«Houve, de facto, lista única, mas cada cidadão votou porque acreditava que o PAIGC iria trazer o progresso para Cabo Verde. Havia um sentimento generalizado de que, apesar das dificuldades, a independência era um acontecimento importante para todos. Mesmo aqueles que estavam inicialmente renitentes, acabaram por abraçar a ideia. Esse sentimento manifestou-se num conjunto de pequenos actos espontâneos da população: as pessoas limparam os seus bairros, pintaram as suas casas, enfeitaram-nas, dando um colorido à cidade, para receber a independência. Pessoalmente, acho que a independência trouxe enormes perspectivas ao país. Basta dizer que, no período colonial, para se ir estudar a Portugal, era quase preciso ser-se um privilegiado ou então eram precisos enormes sacrifícios das famílias. O que Cabo Verde hoje é, deve-o em grande parte aos resultados da independência. Não se pode negar que o potencial do desenvolvimento da sociedade cabo-verdiana aumentou consideravelmente.»*[6]

Para Ramos de Pina, na luta travada pelo PAIGC, este partido fez tudo para não deixar muito espaço à UPICV e à UDC. Destas duas, destaca sobretudo a primeira, para daí tirar a seguinte conclusão: *«É bem possível que as circunstâncias não favoreceram a UPICV e o próprio Leitão da Graça, que cometeu o erro de se opor abertamente ao PAIGC, para além de não ter tido os meios que nós tínhamos. Por outro lado, a sua aliança com certos sectores conservadores da sociedade e da Igreja Católica, que se tinham colocado contra a independência, para além do seu próprio passado de oposição aberta ao PAIGC, impediram-no de encontrar o seu próprio espaço. No fundo, houve um conjunto de circunstâncias históricas, nacionais e internacionais, que não lhe facilitaram a vida, ao contrário do PAIGC, que conseguiu mobilizar de facto a população para a independência.»*

Contexto internacional

José Leitão da Graça evoca precisamente o contexto internacional para explicar o que aconteceu em Cabo Verde, entre o 25 de Abril e a independência. *«Como se dizia então, havia os dois blocos — o dos países capitalistas, que tinham à testa os EUA; e o dos países chamados países socialistas, comandados pela URSS. A China tinha uma posição intermédia.»*[7] Simpatizante da linha chinesa, o líder da UPICV reconhece que, no contexto da guerra fria de então, houve *nuances* que lhe escaparam e que, ao fim e ao cabo, acabaram por lhe custar caro. *«O 25 de Abril encontra Mao Tsé-tung em decadência, Nixon tinha ido à China e na sua luta contra o imperialismo soviético, os chineses acabaram por se aliar ao imperialismo americano.»*

Depois de várias décadas de isolamento, a China Popular é reconhecida pelos EUA em detrimento da Formosa, tendo esta cedido o seu lugar na ONU a Pequim. Estes e outros factores acabaram, segundo Leitão da Graça, por levar também a uma mudança da política externa chinesa. *«Na prática»*, acrescenta, *«a China muda de política e abandona as posições revolucionárias, e, com isso, os seus próprios aliados — caso da UPICV. Quando cheguei a Cabo Verde eu pensava que a China continuava neutra. Nos meus panfletos eu dizia:* "Abaixo o imperialismo americano" *e* "Abaixo o social imperialismo soviético". *Sabia que o PAIGC tinha sido reconhecido, tanto pela OUA como pela ONU, como o único representante do povo de Cabo Verde, e neste sentido estava em posição de força. Quando cheguei, todos — o Jorge Querido, o Arnaldo França, o Onésimo Silveira com quem me encontrei em Lisboa, à porta da TAP, quando fui buscar a passagem para Cabo Verde — me diziam que tudo estava perdido, não havia nada a fazer contra o PAIGC.»*

Porém, longe de cruzar os braços, o líder da UPICV lança-se ao trabalho, porque, na sua opinião, em política nunca nada está completamente perdido. *«Como sou um revolucionário optimista, eu acreditava que depois de Argel, era possível fazer com que a UPICV tivesse voz. Além disso, a promessa de apoio da China, que eu trazia de Dakar, deu-me uma grande força.»* Por isso, quando chega a Cabo Verde, a sua ideia era também fazer comícios na Praia, mas logo vê que essa não era a melhor táctica, uma vez que o PAIGC se mostrava dono da capital. *«Era preferível mobilizar a população seguindo os ensinamentos de Mao Tsé-tung, isto é, cercar a cidade pelo campo. Mesmo nos subúrbios da Praia consegui apoios significativos em bairros como Lém-Ferreira. No interior, consegui a mesma coisa — Pedra Badejo, por exemplo, era toda nossa. Saíamos de manhã e só voltávamos à noite. Parávamos pelo caminho e conversávamos com as pessoas, e isso começou a ter um certo efeito. Estrategicamente, procurámos também tirar proveito de certos erros cometidos pelo PAIGC, nomeadamente a sua hostilização à Igreja. Eu aproveitava o fim das missas para dizer às pessoas:* "A independência é inevitável, vai ser dada, de uma forma ou de outra. Ou vocês têm a inde-

pendência com o PAIGC, e vai ser com a unidade com a Guiné; ou, então, têm a independência total com a UPICV, sem unidade com ninguém". *E assim fui trabalhando...»*

Objectivamente falando, Leitão da Graça diz ter a consciência tranquila por ele e os seus companheiros tudo terem feito para que o processo cabo-verdiano fosse diferente. *«Não traímos as nossas opções. Cometemos um ou outro erro, é verdade, mas, de qualquer forma, lutámos para que o PAIGC tivesse uma oposição. Porém, com a situação prevalecente em Portugal, nomeadamente com a queda de Spínola (e não que ele nos fosse favorável), deixámos de ter margens de manobra. A partir de uma determinada altura tornou-se impossível fazer o que quer que fosse para contrariar o PAIGC. Inclusive quando a UDC estourou, o Dr. Rosinha, que era da UDC, chegou a conversar comigo. Ele disse-me:* "O sr. é a nossa única salvação. Os americanos estão dispostos a ajudá-lo. Se quiser, pagamos-lhe a passagem, vai para os EUA contactar as autoridades americanas e elas lhe darão o apoio de que precisa". *Respondi-lhe que não fazia sentido o que ele estava a propor-me. Ele insistiu:* "É a única chance que resta a Cabo Verde!" *Mesmo assim, não aceitei. A minha mulher já estava em Dakar... Havia nos EUA a comunidade cabo-verdiana, o meu irmão Aires era pró-americano e o dr. Rosinha tinha contactos com Aguinaldo Veiga e Ray Teixeira, que criaram nos EUA o Congresso Jurídico Cabo-Verdiano na Diáspora, e eu próprio, nos meus panfletos, não hostilizava abertamente os americanos como hostilizava o imperialismo soviético. Agia assim por causa da nossa comunidade nos EUA. E tenho a certeza que os americanos recebiam os meus panfletos, apesar de nunca ter tido contactos com eles. Portanto, como pró-chinês, eles tinham elementos suficientes para saberem que para mim o inimigo eram os soviéticos. Confesso que eu sobrevalorizava os soviéticos. Na minha maneira de ver a questão, eu achava que, com o PAIGC, eles passariam a ter eco em Cabo Verde.»*

A tentação americana de José Leitão da Graça não ficaria por aqui. Aquando da prisão dos militantes da UPICV e da UDC, por ordens do marido, em Bruxelas, Maria das Mercês contacta a embaixada chinesa em Dakar para saber o que é que a China poderia fazer por aqueles cidadãos. Conta Leitão da Graça: *«Os chineses respondem:* "Nós não podemos fazer nada, mas sabemos que os americanos podem. Vá à embaixada dos EUA e peça-lhes ajuda". *Sintonizada que estava comigo, ela não aceita.»*

Pressionadas pelo Ocidente, para as autoridades portuguesas, o importante é que o processo cabo-verdiano fosse conduzido de forma a salvaguardar as aparências. Por isso, a prisão, pelas Forças Armadas, de elementos da UPICV e da UDC não deixa de constituir um grande embaraço político e diplomático. E, de acordo com dados por mim apurados, não foram poucas as pressões para que os mesmos fossem imediatamente libertados.

Um dos primeiros a sê-lo é precisamente a cidadã colombiana,

Luz Jimenez, casada com um antigo emigrante cabo-verdiano na Holanda, que regressa a Cabo Verde e se instala nos primeiros tempos em S. Nicolau. Conta Leitão da Graça que o casal o procurou um dia, oferecendo colaboração à UPICV, tendo a referida cidadã desempenhado um papel importante nas hostes da organização. *«Era uma senhora com grande formação política, de esquerda. O marido chamava-se Manuel Silva. Eles iam regressar à Holanda e decidiram ficar aqui na Praia. O pai dela tinha uma certa influência na Colômbia. Quando soube da prisão dela, fui avisar a embaixada do seu país em Bruxelas e é assim que ela é imediatamente libertada. Aqui, o PAIGC lançou o boato que ela era da CIA, o que não era verdade. Queríamos peneirar mais tarde a UPICV de maus elementos, mas havia gente boa e interessante como essa colombiana e o marido.»*

Os cogumelos dourados do Atlântico

Apesar dos acidentes de percurso, que se traduziram na entrega do poder ao PAIGC, em regime de partido único, a descolonização de Cabo Verde foi, no entender de Almeida Santos, a que se mostrou *«mais consensual»* e *«talvez a mais perfeita»*, por ter sido, também, *«aquela que veio revelar menos maus resultados»*. E acrescenta, como atenuante: *«Cabo Verde teve o bom senso de não se dividir internacionalmente. A situação herdada longe de piorar melhorou. E isso graças ao papel de Aristides Pereira e Pedro Pires, dois* sages *difíceis de encontrar no mundo africano.»*

Augusto Torres Mendes tem a mesma opinião. Descendente de uma família republicana, participante activo do movimento do 25 de Abril, desde cedo diz ter-se apercebido que a solução do problema africano passava pela independência das colónias. Quando regressa a Portugal, em Julho de 1975, encontra-o no caos e no desassossego. *«Por isso, fui para o 25 de Novembro, para que fosse reposto o ambiente democrático, de pluralismo correcto. No fim, fui acusado de não ser democrata — não fui promovido porque fui acusado de ser comunista, o que não era verdade, porque sou um indivíduo pragmático. Por exemplo, aceitei o PAIGC em Cabo Verde porque vi que era o único partido que tinha gente. O PAIGC foi a sorte dos cabo-verdianos... Aquilo poderia ter sido lançado para a violência, por causa de interesses escusos. Em Portugal disseram-me, verbalmente, que eu não era promovido por causa das minhas relações com o PAIGC.»*

Mesmo assim, Torres Mendes diz não se arrepender de nada do que fez ou deixou de fazer durante a sua comissão em Cabo Verde. *«Quem poderia governar naquele momento, porque tinha experiência política e porque tinha uma militância enorme, só poderia ser o PAIGC. Tudo que viesse, era só para criar problemas. Com isso não quero dizer que não pudesse haver uma liberalização, o pluralismo, eu até sou a favor disso.»*

Ainda da parte que lhe toca, Torres Mendes considera-se feliz por

ter conseguido, sobretudo, conter a tropa em Cabo Verde, evitando confrontos que poderiam ter-se saldado em ferimentos ou mortes. Curiosamente, como responsável militar, confidencia que se entendia melhor com os combatentes do PAIGC do que com a parte civil desse partido. *«O Centeio era um tipo absolutamente intratável e radical, o Caldeira Marques achei-o bastante duro na altura, o Manuel Rodrigues era um dos mais moderados... Entendíamo-nos melhor com o Pedro Pires e com o Silvino da Luz, gente que tinha estado na guerra.»*

Proclamada a independência da antiga colónia portuguesa, Torres Mendes diz não ter dúvidas de que a solução encontrada foi a melhor: *«O PAIGC conseguiu agarrar aquela população e começou a governar... Fui anos depois a Cabo Verde e achei as coisas bastante avançadas. Cabo Verde cresceu com a independência. Aquelas ilhas são, para mim, os cogumelos dourados do Atlântico!»*

E quanto ao partido único, dos dirigentes do PAIGC, Carlos Reis é quem tem a resposta mais original e descomplexada: *«O partido único foi proclamado na rua, pela própria evolução dos acontecimentos. Vivia-se naquela altura um clima favorável ao partido único. As próprias Nações Unidas escolhiam representantes* legítimos e únicos *dos povos que lutavam pela sua independência. E é assim que, tanto na Guiné como em Cabo Verde, o PAIGC foi escolhido pelas Nações Unidas como representante* legítimo e único *dos povos guineense e cabo-verdiano, porque, para todos os efeitos, éramos nós que estávamos a lutar pela independência.»*[8]

Notas

[1] José Vicente Lopes,"Os ciúmes de Sékou Touré", Especial 25 de Abril, **A Semana**, Praia, 25-04-94

[2] Id., "Abril do nosso contentamento", ibid.

[3] Maria João Avillez, **Do fundo da revolução**, pp. 116 a 128, Público, Lisboa, 1994.

[4] José Vicente Lopes, "Descolonização de Cabo Verde foi o fim de um ciclo", ibid.

[5] Entrevista: Pedro Pires, Praia, 18-04-95.

[6] Entrevista: Alexandre Ramos de Pina, Praia, 08-03-95.

[7] Entrevista: José Leitão da Graça, Praia, 11-09-95.

[8] Entrevista: Carlos Reis, Praia, 14-06-95.

35

O PAIGC E OS INTELECTUAIS

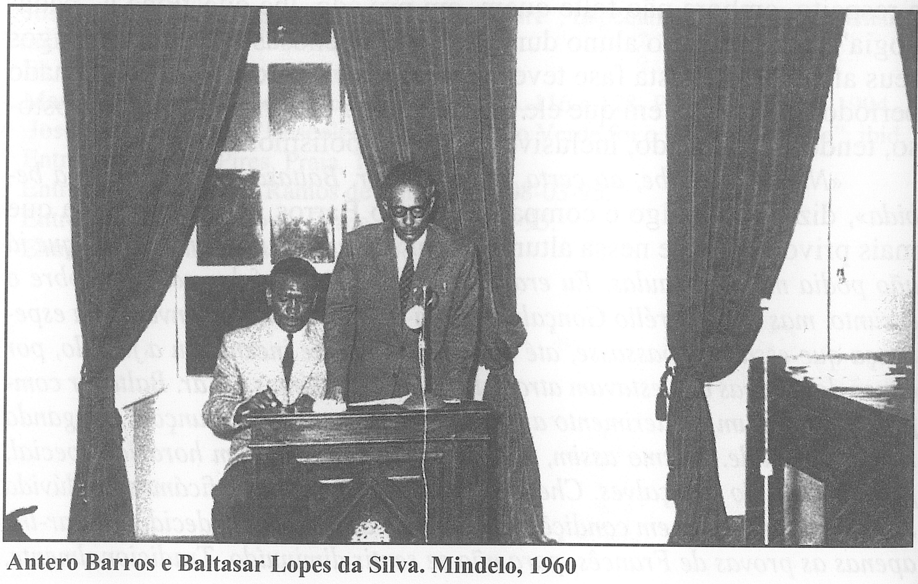
O 25 de Abril encontra Baltasar Lopes da Silva em S. Vicente, reformado há dois anos, embora continuasse a leccionar uma ou outra disciplina no Liceu Gil Eanes, de que foi reitor durante largos anos. No seu entender, este conturbado período acabou por ser uma *«trapalhada»*, acompanhada de muita *«asneira». «Basta dizer que eu, com toda a minha vida de homem de estudos, pacato e cabo-verdiano cem por cento — duzentos por cento mesmo — além disso, inimigo da situação, inimigo do fascismo — tanto mais que fui prejudicado pela sociedade fascista, fui acoimado de fascista! Houve tanta trapalhada aqui que eu, a certa altura, disse:* ''Para quê?'' (...) *Em face de toda esta situação... uma fase de frustração, de desilusão...; mas depois, é claro, eu reagi.''»*[1]

O partido de Baltasar Lopes

Natural de S. Nicolau, adolescente ainda, Baltasar Lopes embarcou para Portugal, onde se licenciou em Direito e Filologia Românica. Incapaz de viver fora de Cabo Verde, aqui dedicou a maior parte da sua vida ao ensino: pelas suas salas de aula passaram várias gerações de alunos que, depois de formados, continuaram a nutrir por ele admiração e respeito, embora não falte quem, em privado, lhe questione a ''pedagogia'' de humilhar o aluno durante as suas penosas sabatinas. Amigos seus afirmam que esta fase teve, sobretudo, a ver com um determinado período da sua vida em que ele se encontrava profundamente desgostoso, tendo descambado, inclusive, para o alcoolismo.

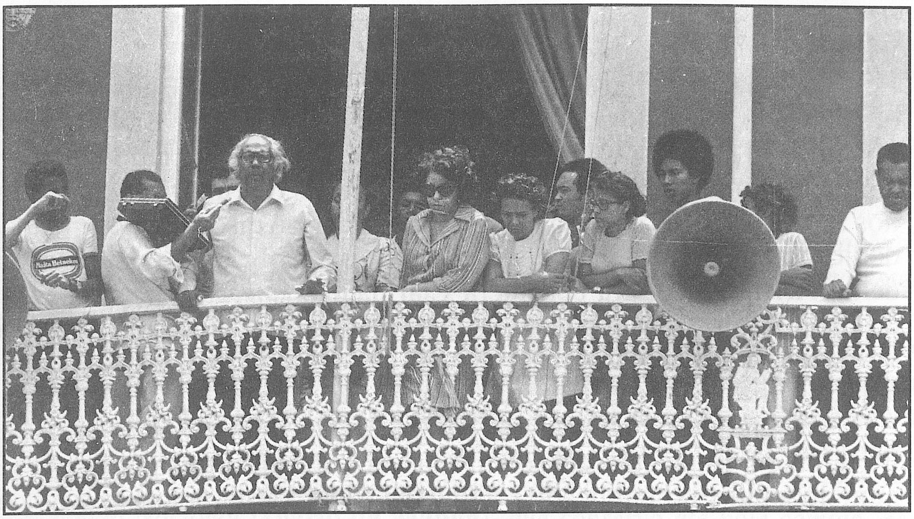
«Nunca se soube, ao certo, por que o dr. Baltasar derivou para a bebida», diz o seu amigo e compadre Antero Barros, talvez a pessoa que mais privou com ele nessa altura. *«A coisa chegou a um ponto tal em que já não podia mais dar aulas. Eu era vice-reitor e queria falar com ele sobre o assunto, mas o dr. Aurélio Gonçalves pedia-me para adiar a conversa na esperança que essa fase passasse, até que um dia ele me incentivou a fazê-lo, por causa das provas que estavam atrasadas. Um dia falámos e o dr. Baltasar compreendeu: fez um requerimento a pedir a demissão das suas funções, alegando razões de saúde. Mesmo assim, acabei por arranjar-lhe um horário especial, por sugestão do Gonçalves. Chegou o período de exames e ficámos na dúvida se ele estaria ou não em condições de corrigir as provas. Lá decidimos dar-lhe apenas as provas de Francês, para não se sentir diminuído. Tradicionalmente,*

as notas de Letras saíam todos os anos antes das de Ciências, mas nesse ano aconteceu o contrário, precisamente, porque o dr. Baltasar se atrasou. Eu perguntava-lhe pelas provas e ele me dizia que estava a terminar a correcção. Entretanto, surge na cidade o boato de que as provas estavam perdidas. Fui falar com ele e deu-me a mesma resposta, que estava quase a terminar. Então, eu respondi-lhe: "Se estão quase corrigidas, dê-me o resto que eu mesmo corrijo." *Deu-me as provas e constatei que nenhuma tinha sido corrigida. A Dulce [Almada Duarte] e o Augusto Santos tiveram de passar a noite toda em branco, à custa de chávenas de café, para poderem corrigir as provas, de forma a termos as notas prontas na manhã seguinte. E não sei como este facto chegou ao conhecimento do governador Silvino Silvério Marques. Quando chego à Praia — tinha sido já transferido — encontro um decreto dele a determinar a reforma compulsiva do dr. Baltasar Lopes. Fui falar com o intendente Adelino Amaral, que era o chefe dos Serviços da Administração Civil, que até então tutelava a Educação, e disse-lhe:* "Vocês não podem fazer isso com ele, porque senão também eu me demito". *O Amaral foi falar com o Silvino e este mandou-me chamar. Voltei a dizer-lhe a mesma coisa, que não podiam fazer uma coisa daquelas com um homem do valor moral e intelectual de Baltasar, condecorado há poucos meses por Adriano Moreira; que arranjassem uma outra forma de afastá-lo do Liceu. Eu até sugeri*: "Arranjem-lhe uma comissão de serviço no Ministério do Ultramar, por exemplo". *O Silvino respondeu*: "Tem razão, é o que vou procurar fazer". *Ele rasgou, na minha frente, o processo e contactou depois o Adriano Moreira, que concordou. Paralelamente, fizeram tudo para que o dr. Baltasar fosse internado no Hospital do Ultramar. Chega, entretanto, a ordem para ele embarcar, passa uma semana, duas semanas e um mês depois,*



Arquivo: Antero Barros

Antero Barros e Baltasar Lopes da Silva. Mindelo, 1960



Baltasar Lopes da Silva. Mindelo, 1 de Maio de 1974

nada. O Silvino manda-me a S. Vicente ter com ele, para o convencer, num avião em que fui o único passageiro. Vou e encontro-o completamente bêbado. Consegui arrancá-lo e levo-o para o Sal, mais uma vez, fomos os únicos passageiros. No Sal não estava o Jorge Barbosa, mas estava o António Lima Araújo, que me ajudou a embarcá-lo. Em Lisboa já estavam o dr. Telmo Monteiro e o dr. António Cristovão Santos à espera dele, com uma ambulância. Em Lisboa estava também a mulher, dona Teresa. Poucos dias depois embarco para Nova York e aproveito a escala em Lisboa para ir vê-lo. Incrível, ele estava quase curado. Quando regressei em Dezembro, voltei a ir vê-lo — estava completamente curado. Falei com Sacramento Monteiro, que já estava aqui como governador. Como tinha havido um problema com o reitor Antero Simões, que foi transferido para Angola, propus que o dr. Baltasar fosse de novo nomeado reitor, o que aconteceu depois de concluído o tratamento.»[2]

Escritor prestigiado, autor do romance **Chiquinho**, para além de contos e de estudos de índole antropológica, etnológica e linguística, a Pide andou muito tempo, segundo Arnaldo França, à procura de um certo Osvaldo Alcântara, por causa de "Romanceiro de S. Tomé" — um ciclo de poemas, publicados no número 8 de **Claridade**, no qual denuncia a emigração para aquele território. Não passava pela cabeça dos agentes dessa polícia política que Lopes e Alcântara fossem a mesma pessoa. Ele era um dos cidadãos que tinham a correspondência censurada pela Pide. De tal modo que, quando um certo João Vieira Lopes, na Holanda, lhe envia os LPs **Poesia caboverdiana** e **Protesto e luta**, estes são imediatamente confiscados. Além de informar que iria diligenciar informações sobre João Vieira Lopes, que se vem a saber, depois, tratar-se de Djunga de Biluca, a Pide/DGS no Mindelo informa, em nota de 10 de Fevereiro de 1971, que Baltasar Lopes *«já se encontra largamente referenciado nestes Serviços»* e que

os discos em questão *«ficam apreendidos nestes Serviços, por determinação superior e por conterem matéria subversiva».*[3]

Independentemente das suas simpatias políticas, Baltasar Lopes é, sobretudo, louvado por ter, com Manuel Lopes e Jorge Barbosa, criado em 1936 a revista **Claridade**, iniciativa que acaba por dar lugar a um amplo movimento cultural que leva os homens de cultura cabo-verdianos a "fincar os pés na terra". Anos mais tarde, ao discursar no simpósio dedicado ao cinquentenário da criação dessa publicação, o então presidente Aristides Pereira considera **Claridade** a *«independência»* literária de Cabo Verde. Mais modesto, segundo o autor de **Chiquinho**, a iniciativa visava, sobretudo, chamar a atenção das autoridades para o abandono a que as ilhas estavam sujeitas. *«Tínhamos de intervir».*[4]

Os claridosos irão tutelar ou apadrinhar iniciativas ou gerações literárias subsequentes, até serem acusados de conformismo. Em 1952, num apontamento publicado no **Boletim Cabo Verde**, o jovem Amílcar Cabral insta os poetas cabo-verdianos a transformarem o sonho de evasão, glosado *ad nauseam* pelos claridosos e seus diluidores, em algo menos contemplativo e resignativo. Como paradigma de novas mensagens, Cabral aponta António Nunes, autor de um poema que fala de um amanhã diferente daqueles a que os poetas cabo-verdianos se vinham referindo, e Aguinaldo Fonseca, que, em vez de sonhar com partidas, pede, emblematicamente, *«Outra terra dentro da nossa terra».*[5] Nos anos 60, com a África a fervilhar, os claridosos não serão poupados de novas críticas. Em 1963, é publicado em Lisboa o ensaio **Consciencialização na literatura cabo-verdiana**, de Onésimo Silveira, também este um velho aluno de Baltasar Lopes. *«Eu achava os claridosos cúmplices morais do colonialismo»,* confessa Silveira, com a distância dos anos. *«E, para mim, a maior prova disso era a sua atitude em relação à emigração para S. Tomé. Eu achava que essa emigração não rimava com os cabo-verdianos, se é que rimava com povo algum.»*[6]

Apesar do tom demolidor das críticas de Silveira, isso não impede o mestre e o discípulo de continuarem a manter uma relação a todo o título especial, afectuosa e, ao mesmo tempo, cúmplice. *«Eu e o dr. Baltasar falámos muitas vezes sobre esse ensaio; ele dizia que havia aspectos que eu não teria compreendido. Mas, tem graça, ele nunca me disse quais eram os aspectos que eu não teria compreendido. Eu penso que a* **Claridade** *nasceu como um projecto literário, mas teve um objectivo político. O exército de Baltasar, como ele chamava aos seus colegas de* **Claridade**, *revelou-se ser um exército que preferia a literatura à política.»*[7]

A este propósito não deixa, aliás, de ser curiosa a visão belicista que o próprio Baltasar Lopes acabou por ter do movimento claridoso, ultrapassando o mero *«fincar os pés na terra»* para ser *«um debruçar ansioso e atento sobre os problemas vitais de Cabo Verde e as condições de vida do*

seu povo; estudo, embora na limitada medida da nossa capacidade, da estrutura, dos valores, das constantes culturais do arquipélago. Para isso, e sempre naquela medida, inquéritos, pesquisas, ensaísmo. Cumpriu-se este sensato desiderato? Só numa mínima percentagem, infelizmente. Quartel de poucos oficiais, falta de preparação especializada nos variados domínios da Antropologia Cultural, dispersão pelas ilhas ou no exterior da maioria dos poucos colaboradores potenciais, o próprio ineditismo do programa tiveram por consequência que poucos números puderam ser organizados e publicados, e, mesmo esses, com irregularidade no seu espaçamento».[8]

Enfim, não obstante as críticas que ainda hoje possa fazer aos claridosos, Onésimo Silveira não esconde o seu reconhecimento ao autor de **Chiquinho** e também a Jorge Barbosa: *«Apesar das nossas desavenças, o Baltasar e o Jorge nunca me atacaram, ao contrário do Manuel Lopes... Se este fosse reler os artigos que escreveu sobre a luta de libertação no jornal da União Nacional* (**Diário da Manhã**), *que conservo até hoje comigo, certamente morreria de vergonha. Ele foi contactado em nome de Amílcar Cabral e respondeu que o Amílcar andava a brincar às independências. Concordo que o PAICV lhe tenha dado alguma atenção como escritor, dando-lhe, inclusive, um prémio [Claridade]. Agora como intelectual ou político, o Manuel só dizia asneiras».* [9]

Consciente do peso social deste grupo de homens, a atitude dos claridosos ou dos intelectuais, em geral, em relação à independência é algo que preocupa o PAIGC. Desde a primeira hora procura aliciar alguns deles. Diz novamente Onésimo Silveira: *«O Amílcar gostava de dizer que, se nós estávamos em Conakry, o Baltasar era um dos responsáveis por isso, que era por causa de homens como ele que a gente se tinha metido nessa aventura».* E acrescenta em tom apaziguador: *«Os homens da* **Claridade** *e os da minha geração estavam todos na mesma trincheira.»*[10]

Anti-salazarista, como ele próprio se autodefine, o posicionamento de Baltasar Lopes em relação à independência, por altura do 25 de Abril, foi, todavia, ambíguo. No entanto, de acordo com Arnaldo França, foi com orgulho que o velho mestre recebeu a notícia de que o filho Valdemar se encontrava, em Conakry, nas fileiras do PAIGC. Mas foi também com apreensão e desconfiança que viu a entrada triunfal do partido do filho e de muitos dos seus antigos alunos. Essa desconfiança leva-o a tentar algo que pudesse contrariar a dinâmica a favor do PAIGC. E é assim que surge o Grupo de Acção Democrática de Barlavento, que daria lugar à UDC, catalogada pelo PAIGC de "União dos Vendedores de Cabo Verde", sobretudo depois que alguns dos seus responsáveis dirigem um telegrama de apoio a António Spínola durante o encontro deste com Richard Nixon, nos Açores.

Instado a comentar o fenómeno das independências, Baltasar Lopes diria numa das suas raras intervenções públicas desse período: *«A*

independência das colónias de países europeus é uma das constantes do nosso tempo político. É insensatez opor-lhe uma repulsa liminar, ditada só por motivos egoístas que põem a defesa de interesses criados acima dos interesses das populações vernáculas, ou, em muitos espíritos, apenas pela força da inércia, isto é, pela reminescência de ideias que já fizeram os seus tempos e que hoje não passam de espectros, como diria António Sérgio».[11]

«Escusado será insistir», acrescenta o autor de **Chiquinho**, *«em que, na propícia conjuntura actual, este processo será extremamente facilitado se todos tivermos presente a gravidade do problema e, em conformidade, saibamos agir, como pessoas de juízo amadurecido, com repúdio de quaisquer manifestações que denunciem leviandade de propósitos, precipitação no agir, em suma, como pessoas que sabem o que querem, mas sabem querer a melhor e mais sensata maneira de obterem o que querem. Tudo o que não seja isto, será muito bonito como fogo de vista para os ignaros, mas não passará de farfalhada, e prejudicaria irremediavelmente o objecto em vista, uma vez que seria prova provada de que os interessados não estariam preparados para uma mudança. O ditado* "põe a mão e Deus te ajudará" *é agora de flagrante oportunidade. Se não pusermos mão válida e sensata, não há dividandes que nos possam acudir».*[12]

Ditas estas palavras em Junho, a desconfiança de Baltasar Lopes em relação ao PAIGC vai acentuar-se com o comício de Silvino da Luz e Osvaldo Lopes da Silva, a 27 de Agosto, no regresso apoteótico de ambos a S. Vicente. O segundo profere, então, a célebre afirmação de que os intelectuais deveriam ser atirados ao mar; frase esta, erradamente, atribuída a Silvino, que carregou, sem o saber, esta cruz por mais de 20 anos, a ponto de ter soado, para muitos, como uma ironia da História o facto de ter sido ele — e não outro dirigente do PAICV — a proferir o elogio fúnebre a Baltasar Lopes, quando este morre em Abril de1989.

Visto pelos seus camaradas como um dos ultras cabo-verdianos, na primeira oportunidade, Osvaldo Lopes da Silva foi metido na delegação do PAIGC que iria desenvolver a luta em Cabo Verde. Chegou à Praia a 25 de Agosto, precisamente no dia em que completava 38 anos. Acusado pelos seus camaradas de estar a dispensar um tratamento demasiado moderado à burguesia, no comício S. Vicente, ele pronuncia a controversa afirmação, que tinha como alvo o escritor Teixeira de Sousa. A frase indispõem, de modo particular, Baltasar Lopes e, de um modo geral, os intelectuais que não alinhavam com o PAIGC. *«Eu não me dirigi ao Baltasar, mas sei que ele interpretou isso como um ataque a ele. Eu até era moderado»,* desculpa-se Lopes da Silva. Apesar disso, segundo ele, o tio sempre o recebeu bem, nunca se referindo à frase. *«E só muito tempo depois é que soube que ele e António Aurélio Gonçalves discutiram sobre essa frase, com o Roque a assumir a minha defesa.»*[13]

Curiosamente, apesar da tal declaração, os companheiros de Lopes da Silva continuaram a achar que ele era a pessoa mais indicada para

reunir-se com os comerciantes, o que acontece na tarde do mesmo dia do referido comício. *«Nós já tínhamos estado na Praia, onde me tinha encontrado com os comerciantes. Esse pessoal começava a ficar satisfeito e os meus colegas de partido achavam que eu estava a ser demasiado moderado com a burguesia, e então, para contrabalançar, acabei por fazer uma ou outra afirmação mais radical. Essa frase foi uma delas. Devo ainda dizer que o Baltasar não falava de política comigo, mas sabia que ele me considerava um dos elementos mais positivos do PAIGC. Ele até me dizia:* "Para quem estudou na União Soviética, tu és pouco comunista".»

Também Silvino da Luz garantiu-me desconhecer que o seu velho professor tivesse alguma animosidade contra ele, nomeadamente, por causa da ameaça de atirar os intelectuais ao mar, até porque não tinha sido ele a proferi-la. Antigo aluno de Baltasar, de quem, aliás, recebeu várias ajudas, designadamente, através de indicação de alunos para aulas de explicação, Silvino diz que manteve com o velho mestre uma amizade que julga ter sido sincera. Sabendo, contudo, das reticências deste em relação ao PAIGC e depois PAICV, em 1985, envia-lhe um telegrama de boas-festas, a partir da ilha do Maio, onde se encontrava, com estes dizeres: *«Ao mestre que nos ensinou a ser irreverentes»*. A resposta foi o envio de um exemplar de **Chiquinho**, com a seguinte dedicatória: *«Ao Silvino da Luz, com abraço de muita amizade»*.

«O dr. Baltasar era uma figura que devia ter sido mais respeitada, magoaram-no muito», queixa-se Antero Barros. *«Ele morreu com essa mágoa. Antes de ir pela última vez a Lisboa, deu-me um envelope contendo a comunicação que fizera em homenagem ao meu pai, na qual aproveita para dizer muito do que lhe ia pela alma. Comigo queixava-se, fundamentalmente, da arrogân-*

Foto: Djibla

Silvino e Osvaldo: "intelectuais ao mar". Mindelo, 1974

cia dos rapazes. "Não se ia exigir deles a experiência governativa, que não tinham, mas, se eles descessem à humildade, fariam melhor". *Nas nossas conversas dizia-me sempre isso. Eu sentia certas frustrações dele, a mágoa em relação ao regime. Este retractou-se um bocado com a forma como o enterraram, com todas as honras militares. O Silvino — o que não deixa de ter sido uma contradição, uma vez que ele foi um dos que hostilizaram o dr. Baltasar — foi brilhante no elogio fúnebre. Ajudei bastante a sua família quando ele foi para a luta, mas fiquei muito aborrecido com aquela história de atirar os intelectuais no Caisim. O dr. Baltasar contou-me isso, ressentido.»*

Onésimo Silveira revela que, em 1974, estando em Londres, alguém deu-lhe o telefone de Baltasar Lopes, que se encontrava em Lisboa, e, ao contactá-lo, este pede-lhe que vá ter com ele. *«O dr. Baltasar e a mulher, dona Teresa, estavam a viver na Estrela. Deram-me a impressão de que iam lá ficar por algum tempo, tinham, inclusive, levado alguma mobília. Ele perguntou-me a minha opinião sobre o PAIGC, expliquei-lhe que concordava com a luta, mas que a liberdade era um valor fundamental para mim. Já estavam em curso as conversações entre o PAIGC e o governo português. Falámos de várias possibilidades políticas, culturais etc. Regressei à Inglaterra e tempos depois voltei a receber um telegrama dele, a dizer que tinha feito contactos, que fosse de novo a Lisboa. Fizemos uma reunião em sua casa, e nela participaram, além dele e eu, o Guilherme Chantre, o eng. Graciano Cohen... Convidaram-me para formar com eles um partido e pediram-me que fizesse uma versão de estatutos que estivesse ideologicamente próximo do Partido Trabalhista inglês. Aceitei e comecei a trabalhar. Para além do Partido Trabalhista de Cabo Verde — assim seria o seu nome — teríamos um jornal que se chamaria* **O Futuro**, *também sugestão de Baltasar Lopes, inclusive já tinha o lugar onde iria funcionar. O dr. Baltasar era do tipo de homem que, quando fazia uma sugestão, é porque já tinha em mente como pôr as suas sugestões ou ideias em prática».*[14]

Aparentemente o grupo não tinha problemas financeiros. Onésimo Silveira revela que foi Graciano Cohen quem custeou as despesas das suas deslocações de Londres para Lisboa e vice-versa. Ainda de acordo com ele, a criação do Partido Trabalhista não foi avante por razões que nunca chegou a esclarecer com Baltasar. *«Estava eu a trabalhar no projecto de estatutos quando recebo dele a mensagem para* "sustar" *(esta foi a palavra que ele utilizou) o projecto, por razões que depois me explicaria... Para mim foi uma decepção. Inclusive, procurei inferir depois as razões deste* volte-face... *Parece-me que o assunto terá chegado a Conakry, a direcção do PAIGC mandou emissários terem com ele, entre os quais o próprio Valdemar, seu filho, pedindo-lhe para parar com aquilo...»*

Contactado, Valdemar Lopes da Silva confirma que deixou Conakry, pouco depois do 25 de Abril, rumo a Lisboa, com uma mensagem de Aristides Pereira para o pai. *«Eu estava em Conakry e chegou a*

notícia que o meu pai e o Onésimo estavam a preparar um partido a favor de Cabo Verde. Fui a Portugal com a mensagem verbal de Aristides Pereira para o meu pai. Eu disse-lhe: "O Aristides Pereira mandou-me dizer-te que neste momento não se devem dispersar as forças nacionalistas que depois haverá tempo para uma concertação". *O meu pai concordou. Estive com ele uma semana e nesse período esteve lá em casa o Jorge Fonseca, da UDC».*[15]

Contactado também, Aristides Pereira diz não se lembrar do episódio. *«É possível, embora duvide, porque nunca tive relações especiais com o Baltasar. Por acaso, nem sequer fui aluno dele. O que também pode ter acontecido é que, sabendo da viagem do Valdemar, eu lhe ter pedido para dizer qualquer coisa ao pai... Além disso, nem sequer eu coordenava o* dossier *Cabo Verde.»*

Pedro Pires, que coordenava esse *dossier*, não se lembra de ter enviado a Baltasar Lopes qualquer mensagem. Também Olívio Pires, comentando os projectos políticos de Baltasar, diz: *«Eu sei que ele esteve numa reunião em Portugal na Casa de Cabo Verde. Habituado que estava a tratamento reverencial, houve gente — estudantes, sobretudo de Santiago, que não o conheciam — que o tratou mal, e ele ficou muito aborrecido. É bem possível que nos seus contactos ele se tenha dado conta de que não valia a pena criar o tal partido. Se Baltasar visse que tinha chances para levar um projecto desses avante, não iria, com certeza, dar ouvidos ao PAIGC, constituído por gente que tinha sido seus alunos....»*[16]

Não menos incrédulo, Manuel Rodrigues, que julga ter conhecido bem o amigo Baltasar, não acredita que este pudesse juntar-se a Graciano Cohen ou a Guilherme Chantre — este membro da Assembleia Legislativa de Cabo Verde — para fazer com eles um partido. *«Foram ambos cabo-verdianos honestos, bons rapazes... Como director da Escola Técnica do Mindelo, o Guilherme foi fantástico. Agora, Baltasar fazer política com Cohen e Chantre é algo que não me entra em lado nenhum da cabeça. O Baltasar era uma pessoa especial. Antes de político, era um cabo-verdiano de primeira estirpe; e, mesmo que quisesse, a política não podia estar fora das suas preocupações. Mas só depois de pensar e repensar muito é que ele criava convicções. Ele começou a fazer política num tempo muito mau. Ainda nos anos 30, com Manuel Velosa e Jonas Wahnon, ele começou a falar da independência de Cabo Verde, que é anterior ao PAIGC. Mas, dados os fracos meios que tínhamos, o PAIGC mostrou-se o núcleo mais organizado.»*[17]

Mas as peripécias políticas de Baltasar Lopes não ficam por aqui. Ângelo Lima revela que a sua prisão, em Dezembro de 1974, ocorreu precisamente pouco depois de ter participado numa reunião em casa do autor de **Chiquinho**, em que, além dos dois, esteve presente Teixeira de Sousa. *«O objectivo era criar um movimento que fosse capaz de serenar os ânimos»,* diz Lima. *«A ideia era acabar com a UDC, que passou a ter má imagem, e criar outra coisa no seu lugar. A propaganda do PAIGC fez com que a UDC passasse a ser confundida com grupos portugueses que eram contra a*

democracia e a descolonização.»

Uma dessas organizações era o Partido do Progresso (PP), que tinha António de Spínola como mentor. A direcção da UDC chega a demarcar-se de uma manifestação feita em seu nome, em Lisboa, em Agosto, na qual se registaram cenas de violência com simpatizantes do PAIGC, tendo Jorge Almeida Fonseca, segundo Luís Leite, que esteve presente nesse *meeting*, ido parar ao hospital, depois de agredido pelos seus adversários. Nessa manifestação, o PP aparece envolvido como um dos apoiantes logísticos da UDC, tese reafirmada, depois, por uma reportagem do **Expresso**, acerca dos acontecimentos de 28 de Setembro e que conduziram à renúncia de Spínola à Presidência da República.[18]

Ainda de acordo com Ângelo Lima, nem João Monteiro nem Jorge Fonseca estavam a par do projecto da extinção ou reformulação da UDC.[19] *«Não cheguei a agir porque me prenderam»*, acrescenta Lima. *«O dr. Baltasar Lopes e o dr. Teixeira de Sousa já estavam combinados quando me chamaram. O encontro servia para tentar organizar a transferência dos adeptos da UDC para esse novo partido. A coisa não se concretizou porque, entretanto, fui preso logo depois da tomada da Rádio Barlavento»*.

Quando Valdemar Lopes da Silva reencontra o pai em Lisboa, depois de vários anos de separação, percebe que este andava magoado com a conduta do PAIGC em Cabo Verde. A sua mágoa, segundo o filho, estava directamente ligada à afirmação de que os intelectuais deviam ser atirados ao mar. *«Para ele, isso correspondia à palavra de ordem dos franquistas* "Abajo la inteligencia", *que na Espanha levou à morte Frederico Garcia Lorca. Mesmo assim, conseguimos convencê-lo a voltar»*, afirma de novo Valdemar. *«A frase, que era uma contradição com o pensamento de Amílcar Cabral, fez com que muitas "forças vivas" se tivessem afastado do PAIGC ou de Cabo Verde, apesar de quererem a independência.»*

Baltasar Lopes acede voltar a Cabo Verde e integra o Conselho Nacional de Justiça, primeira designação do Supremo Tribunal de Justiça, presidida por Raúl Querido Varela, e integrada ainda por António Caldeira Marques e Manuel Duarte. Ao que tudo indica, mais uma vez, a conhecida incapacidade de viver fora da terra natal voltou a falar mais alto no coração do autor de **Chiquinho**. Querido Varela esclarece, igualmente, que Baltasar só não foi presidente do CNJ porque não aceitou mudar-se do Mindelo para a Praia.[20]

Entretanto, anos mais tarde, Onésimo Silveira lembra-se de que, sempre que ele e o velho mestre se encontravam, este lhe dizia: *«Afinal, foi uma asneira não termos levado avante a ideia de criar aquele partido». «Ele justificava dizendo que, no fundo, éramos todos do PAIGC, porque queríamos a liberdade, mas, infelizmente, o PAIGC frustrava as nossas ansiedades, na medida em que violava os direitos humanos e adoptava uma postura de quem não acreditava na sinceridade de Portugal como parceiro de Cabo Verde».*

Onésimo, o agitador de águas

Militante de primeira hora da causa nacionalista, a relação de Onésimo Silveira com o PAIGC é, também ela, marcada por altos e baixos, de adesão e dissidência, de simpatia e contestação... E as histórias à volta desse relacionamento são tantas que é difícil, por vezes, separar a lenda da verdade. Amigo de longa data de Silveira, Manuel Rodrigues conta o seguinte episódio, que bem ilustra a personalidade dessa figura política: *«Em 1972 fui de férias à Suécia. Numa manhã encontrei-me por acaso com Coxim e ele perguntou-me se queria ir à formatura dele, à tarde. Como éramos amigos e não tinha nada para fazer, fui. Quando o vi de fraque e cartola, a suar por todos os poros, eu disse cá para mim:* "O dr. Onésimo já matou o Coxim!" *Hoje acho que o Coxim ainda há-de matar o dr. Onésimo!»*

A propósito de como Onésimo Silveira se tornou representante do PAIGC na Suécia, Aristides Pereira, sorrindo, confessa que Silveira é, para ele, um mistério. *«Eu não consigo distinguir o que está lá.»* E conta como as coisas se passaram: *«Depois de ter estado na China, ele encontrou-se com o Amílcar numa viagem de avião e conversaram. A Suécia era para nós um lugar importante e não tinha representação em Conakry. Surgiu, entretanto, a necessidade de termos lá uma representação. Depois de se analisar o problema, o Amílcar lembrou-se que lá estava o Onésimo, que nessa altura ainda era estudante, e que ele podia exercer essa função. E assim foi.»*[21]

«O Coxo e o Cabral desentenderam-se várias vezes», afirma, por sua vez, um velho combatente, sob anonimato, porque não quer aborrecimentos com Silveira. *«Cabral estava sempre a chamá-lo à ordem. As suas*

Onésimo Silveira e Amílcar Cabral em Helsínquia, 1971

desinteligências tinham, fundamentalmente, a ver com problemas de contas. O Coxo estava habituado a trabalhar com a máxima liberdade: metia-se no carro e ninguém sabia para onde ele ia, o que fazia ou deixava de fazer. Lembro-me, um dia, de Cabral lhe dizer: "Quer queira quer não, eu sou o secretário-geral deste partido; e, enquanto assim for, você tem de me dar conta das suas andanças". *O Coxo refilava, mas lá acabava por abaixar a bola.»* Ainda segundo a mesma fonte, Silveira é uma figura tão controversa que quando se muda da Suécia, deixa atrás dele todo o tipo de sentimento humano — *«de ódio, de admiração, enfim, tudo o que se possa imaginar!»*

Sempre sorrindo, porque as "coisas" de Onésimo Silveira dão-lhe para isso, Aristides Pereira revela pelo caminho que não era só com este que ele, enquanto tesoureiro, tinha problemas contabilísticos. *«Por causa disso, o Amílcar manda-o chamar a Conakry. O Onésimo sente-se ofendido, porque, segundo ele, isso era uma falta de confiança nele e apresenta a demissão, pensando certamente que nós não iríamos aceitar, porque ele falava inglês, conhecia bem o meio em que se movia, só que nós aceitámos e vai para lá o Gil Fernandes.»*

O 25 de Abril encontra Silveira num dos seus momentos de dissidência em relação ao PAIGC. A sua conduta é analisada na reunião da CNCV, em Conakry, a 15 de Dezembro de 1973, na qual tomam parte Pedro Pires, Abílio Duarte e Silvino da Luz. Tinha chegado ao conhecimento do partido que ele se encontrava num estranho namoro com a embaixada portuguesa em Estocolmo. Em Maio de 1973, **O Arquipélago** anunciara na sua primeira página que Silveira tinha abandonado o PAIGC e devolvido o passaporte sueco de que era portador e que, em seu lugar, solicitara um português. *«Estamos certos que este filho pródigo, uma vez no seio da família portuguesa, trilhará caminhos certos com perseverança, opondo-se, de futuro, às pressões ou interesses estranhos»,* comentava o semanário praiense.[22]

Confrontado com a notícia, Onésimo Silveira nega, taxativamente, a sua veracidade, classificando-a de manobra da Pide, de forma a desacreditá-lo. *«A Pide passava a vida a fazer coisas do género. Eu e o Olívio Pires fomos à embaixada portuguesa na Suécia atrás de um passaporte português para ele, e não para mim. Com esse passaporte ele teria muito mais circulação na Europa.»*[23]

Diante desta revelação, Olívio Pires reage sorrindo, espantado, pois afiança que nunca pôs os pés na embaixada portuguesa na Suécia. *«O Onésimo está enganado.»* Feita uma pausa, abre o seu baú de memórias: *«Eu sempre tive passaporte, não um, mas vários, e até poderia utilizar um português no interesse da luta. Mas não foi o caso. O Onésimo sabe que foi sozinho pedir o seu passaporte, não sei com que objectivo, quando rompeu com o PAIGC, em finais de 1972, e em condições tais que se anunciou imediatamente o seu regresso a Cabo Verde. Posso até aceitar ter havido manobra dos portugueses,*

mas algo se terá passado, que só ele e o cônsul sabem...» [24]

Ligado à questão, e tido entre os seus velhos camaradas como a pessoa que mais conhece e compreende Silveira, Silvino da Luz revela que foi um *«amigo sueco»*, bem colocado, que informou o PAIGC de que Onésimo andava a ter contactos com a embaixada portuguesa em Estocolmo. Significava isso que o seu velho camarada tinha traído o PAIGC? *«Eu penso que não»*, responde Silvino. *«Para mim, ele quis golpear os portugueses obtendo deles um passaporte que lhe permitia circular com mais à vontade pela Europa. Naquela altura, foi enviado o Abílio para falar com ele, tomar-lhe o passaporte português, que ser-lhe-ia dado um da Mauritânia. O Onésimo deveria também voltar para o Senegal, enquanto eu ficaria no lugar dele. Esta decisão não se chega a concretizar. O próprio encontro do Onésimo e do Abílio não correu bem, houve choques entre eles e creio que foi a partir daí que ele consuma a ruptura com o partido. O Onésimo não terá apreciado a forma como se procedeu em relação a ele.»*[25]

Embora não se recorde de todos os pormenores, Abílio Duarte considera desprovida de qualquer base a afirmação de Silveira segundo a qual Olívio Pires tenha ido à embaixada portuguesa na Suécia. *«Isso não tem base nenhuma»*.[26] Quanto ao resto, acrescenta que a conversa com Silveira, a que esteve também presente o próprio Olívio, decorreu em termos amigáveis, não obstante as diferenças existentes. *«E tanto assim foi que pernoitámos em casa dele. Não havia entre nós nenhuma hostilidade.»*

Duarte explica que a iniciativa de contactar Silveira surgira da decorrência do II Congresso do PAIGC, que criara a CNCV. *«Por proposta minha, decidimos contactar todos os nacionalistas cabo-verdianos que, por algum motivo ou outro, se tivessem afastado do partido, e com isso levar avante a luta em Cabo Verde. Tratava-se de uma pessoa inteligente, por quem Cabral nutria algum respeito; tinha sido representante do PAIGC nos países escandinavos, teve uma actividade útil na mobilização da opinião pública e dos próprios governos desses países. Apesar disso, Cabral acabou por lhe retirar essa tarefa, o que ele não aceitou. Com o II Congresso procurámos mostrar-lhe que isso não era razão para se retirar. Um fulano tem de admitir que, no âmbito da luta, o líder pode tirá-lo de uma determinada tarefa e indigitá-lo para outra. Eu e o Olívio insistimos nisso, mesmo assim, o Onésimo não aceitou. Respondeu-nos que não estava interessado. Da minha parte, respeitei a sua vontade.»*

Questionado sobre as razões que o levaram a deixar o PAIGC naquela altura, Onésimo Silveira responde: *«Foi por causa da unidade Guiné-Cabo Verde. A minha saída foi pouco depois do assassinato de Amílcar Cabral.»* De acordo com a sua versão, a publicação de um artigo seu no **Le Monde Diplomatique**, em Junho de 1974, e retomado por outros jornais, americanos e europeus, acabou por ser a consumação pública da sua nova ruptura com o PAIGC.[27] Como o seu título indica, em "Le particularisme des îles du Cap Vert et l'unité nationale", Silveira analisa as

causas que, no seu entender, levaram ao assassinato de Amílcar Cabral, evocando argumentos até então escamoteados ou evitados pelos dirigentes daquele partido. A propósito da unidade Guiné-Cabo Verde, o articulista defende que o problema continuava a pôr-se, mesmo com a morte de Cabral, prevendo, antes, o seu agravamento com o que considera ter sido a confirmação da hegemonia dos cabo-verdianos verificada no último congresso do PAIGC, uma vez que, quer o secretário-geral, quer o secretário-geral adjunto, são originários de Cabo Verde.

«O golpe na Guiné veio dar-me razão», acrescenta Silveira. *«Eu estava em Luanda. No dia em que chegou a notícia, o Baró chorou, emocionado. Disse-me:* "Ó Coxo, tu tinhas razão". *Só que nenhum deles me quis fazer justiça. Sempre fui crítico em relação à unidade orgânica dos dois países. Eu era, sim, a favor da unidade de luta. Depois da independência, cada um deveria ir cuidar da sua vida.»*

Segundo um antigo combatente cabo-verdiano, Onésimo Silveira entrou e saiu três vezes do PAIGC, depois PAICV. *«A primeira vez foi na Argélia, a segunda, na Suécia e a terceira, em Angola»*. Pedro Pires, acompanhado de outros companheiros, lembra-se de se ter cruzado com Silveira em Paris ainda nos anos 60, vindo da Alemanha. *«Eu, o Joaquim Pedro Silva e o Jack Monteiro encontramo-nos com o Onésimo em Paris e ele acabou por brigar com o Jack Monteiro. O Onésimo foi para Argel e depois não se entendeu com o Abílio e a Dulce. Sai, e vai para a China, e deixo de ouvir falar nele até que oiço dizer que ele estava na Suécia. Não sei como é que ele se tornou o nosso representante na Suécia.»*

Abílio Duarte lembra-se, com prazer, sobretudo por causa das tropelias do velho camarada, dos tempos em que ambos trabalharam em Argel, até que um dia recebe um telefonema das autoridades locais a dizer que tinham consigo um cidadão cabo-verdiano que queria deixar a Argélia. *«Era o Coxo»*, acrescenta Duarte. *«Fui ter com ele e disse-lhe:* "Ó homem, se você se quer ir embora, vá, mas não nos crie problemas!" *Ele foi-se embora. Passados uns tempos, ouvi dizer que estava na China a traduzir obras de Mao Tsé-tung. Eu até disse para os meus botões:* "O Coxo não atura cabo-verdianos e africanos, vai lá agora aturar chineses". *Dito e feito, passado algum tempo soubemos que ele estava na Suécia. Um dia foi lá o Amílcar, o Coxo procurou-o, eles conversaram e o Coxim passou a ser o nosso representante em Estocolmo»*.[28]

Confrontado com as sucessivas entradas e saídas do PAIGC, Onésimo Silveira não deixa, em primeiro lugar, de expressar a sua gratidão a esse partido por ter conduzido Cabo Verde à independência. *«Temos todos uma dívida para com o PAIGC»*, sublinha. *«A independência custou caro. A malta que vivia naquelas zonas libertadas da Guiné vivia mal. Mas é pena que o PAIGC tenha pensado sempre em libertação e não na liberdade. E, quanto ao facto de eu ter entrado e saído três vezes do PAIGC, na verdade, entrei e saí mais*

de três vezes. Quando as coisas corriam mal, em termos de direitos humanos, eu saía. E isso porque sempre pensei que quando estou do melhor lado, os outros não são melhores do que eu. Fui do PAIGC desde a primeira hora. Infelizmente, o PAIGC desiludiu-me várias vezes. Uma delas foi quando ouvi notícias de pessoas que tinham sido fuziladas após o assassinato de Cabral. Houve pessoas que eram minhas amigas e que eu não acreditava que pudessem estar implicadas na morte de Cabral. Toda a gente sabia que a unidade era uma coisa que não dava. Bastava conversar com qualquer pessoa em Conakry. Uma vez o Osvaldo [Lopes da Silva] levantou o problema e o Luís Cabral comentou comigo nestes termos: "O Osvaldo está muito atrevidinho." *No dia em que mataram o Amílcar, o Abílio telefonou-me da RDA para a Suécia a dizer-me*: "Não ponhas os pés na Guiné, porque Cabo Verde precisa de ti." *Não havia vez em que eu fosse à Guiné que ele, a Dulce e eu não passássemos o tempo a conversar sobre todas as coisas que aconteciam no interior do PAIGC.»* [29]

Ainda segundo Silveira, havia no PAIGC *«uma hierarquia que fazia daqueles indivíduos uns autênticos monarcas»*, algo que ele não podia admitir. *«Amílcar Cabral, por exemplo, tem projecção histórica, enquanto político e pensador, mas não era um homem sem defeitos. Há coisas na vida dele que, se fossem expressas, ele caíria do pedestal. De qualquer modo, o que ele fez de bom suplanta o que fez de mau. Uma vez, numa reunião em Conakry, o Carlos Reis, virando-se para mim, disse*: "Nós não precisamos pensar porque o Cabral pensa por nós". *Eu dei um pulo de raiva. O Abílio também se chateou mas não disse nada.*[30] *O endeusamento de Cabral era uma coisa grave no PAIGC. Ele tinha as suas ideias, mas eu também tinha as minhas. Já em Argel, nós nos limitávamos a receber ordens de Conakry. Eu não estava para isso, de modo que me fui embora. Aliás, passámos em Argel maus bocados. Basta dizer que vivíamos com 10 dinares, o que não dava para nada. O Abílio é que teve de aguentar o Humberto Delgado e a sua gente, exigindo dos exilados portugueses uma posição clara em relação à independência.»*

A última tentativa de reconciliação de Onésimo Silveira com os seus antigos camaradas data da segunda metade dos anos 80. O jornal **África**, que se publicava em Lisboa, noticia que ele iria ser nomeado embaixador em Angola, o que não chega a concretizar-se. Pouco depois, acontece a abertura política, em 1990, e ele é eleito, em Dezembro do ano seguinte, presidente da Câmara Municipal de S. Vicente. Antes da notícia daquele semanário, Silveira experimentou vários dissabores. Remontando ao passado, mais concretamente por altura do 25 de Abril, acusa o PAIGC de tudo ter feito para impedi-lo de vir a Cabo Verde. E quando cá chegou, ao contrário do previsto, limitou-se a ver a banda passar: *«Eu não queria conflitos com a malta do PAIGC»*. Por isso, assiste a alguns comícios e nega o convite de João Baptista Monteiro para aderir à UDC, por continuar fiel à *«linha revolucionária»*. Fora isso, escuta queixas dos notáveis de S.Vicente, atemorizados com o futuro: *«O Roque*

Gonçalves chegou a dizer-me, na Praça Nova, à frente do dr. Aníbal, que ele era da UDC porque era preciso fazer alguma coisa para enfrentar o PAIGC. Mas, depois, deram-lhe a volta e o dr. Baltasar nunca o perdoou».

E, mais tarde, em 1976, numa das suas viagens a Cabo Verde, Silveira é detido pela polícia na Praia, então dirigida por Nelson Atanásio. *«Foram buscar-me ao aeroporto e, duas horas depois, mandaram soltar-me. O Nelson pediu-me desculpas, dizendo que tinha sido um equívoco. Res-pondi-lhe que não se prende ninguém por equívoco. Eu vivia em Dakar, onde dava aulas no Ifan — um instituto patrocinado pelo Senghor, que estava a par das minhas investigações. Nessa viagem eu fazia-me acompanhar por um colega, o Marc Bernardien, que dava aulas na Universidade de Dakar. O Alfredo Veiga, que nessa altura era embaixador, deu-me o visto normal e deu um visto de cortesia ao Bernardien. No regresso a Dakar, confiscaram-me todas as fotografias. O sr. Nuna Couto vistoriou e machucou todos os colarinhos das minhas camisas. Eu até lhe perguntei se estava à procura de alguma bomba atómica.»*

Em Fevereiro de 1980, Silveira voltaria a ser detido, em S. Vicente, conjuntamente com o jornalista Fernando Carrilho, na sequência de um desaguisado com Aquiles Fontes, secretário-administrativo do concelho, por causa do cerco à praça Estrela. Num encontro no Clube Amarante, Silveira manifesta-se contra a decisão de transformar a citada praça num parque fechado de diversões. Jornalista da então oficial Rádio Voz di S. Vicente, Carrilho gravou a intervenção e Fontes dirige-se a ele pedindo-lhe a fita magnética. *«Já estava na rua, quando o Aquiles Fontes me disse que queria a gravação. E, nesse momento, passava por nós o Onésimo e o Aquiles disse-lhe que queria conversar com ele. O Onésimo respondeu-lhe que não tinha nada a conversar com o Fontes. Este disse que, então, o prendia. Por coincidência, passava por nós um guarda e o Fontes ordenou-lhe que prendesse o Onésimo. De seguida voltou-se para mim a pedir-me a gravação e eu respondi-lhe que não lha dava, porque era a minha enxada. Mandou prender-me também. O Dul, que nessa altura era deputado, assistiu a tudo, mas não fez nada. Fomos soltos às duas horas da tarde do dia seguinte, segundo nos disseram por ordens vindas da Praia. Estivemos presos 12 horas... O dr. Baltasar Lopes da Silva chegou a entrar na dança, com outros advogados.»*[31]

Houve, contudo, momentos em que as coisas estiveram melhores entre Onésimo Silveira e os velhos companheiros. Segundo um deles, membro do governo de Pedro Pires, Silveira só foi colocado na capital angolana como representante do Alto Comissário da ONU para os Refugiados depois de a Cidade da Praia ter dado o seu aval, aval esse solicitado pelas autoridades angolanas, conhecedoras das atribuladas relações de Silveira com os seus compatriotas. *«Mesmo assim ele acabou por nos deixar mal, metendo-se em confusões»,* queixa-se a referida fonte.

Conhecedor da personalidade de Onésimo Silveira, Abílio Duarte diz que sempre aconselhou os seus pares a aceitarem-no como ele é.

Contando sobretudo com o apoio do então ministro dos Negócios Estrangeiros, Silvino da Luz, foi através deste que se chegou a admitir a nomeação de Silveira para embaixador nalguma capital. Diz Silvino: *«Cheguei a dar-lhe um passaporte diplomático de Cabo Verde. Era MNE e submeti a questão à apreciação da Comissão Política do PAICV, e aceitou-se. O Onésimo viajava com passaporte das Nações Unidas e dizia que queria viajar com passaporte do seu país, para além de ter feito várias propostas para a sua integração, em diferentes oportunidades. Também intervim numa altura em que os angolanos lhe quiseram retirar o* agrément, *por causa de um desentendimento com um membro do governo. Onésimo telefonou-me, eu entrei em contacto com os angolanos e a coisa resolveu-se.»*

Diante destes dados, Silveira não esconde a veracidade da notícia divulgada pelo **África**: *«Vi que havia muita coisa boa em Cabo Verde e o meu desejo era ter uma posição que levasse a mudanças no bom sentido. A minha diferença com o partido era sobretudo uma diferença de* praxis. *No fundo, a minha posição coincidia com a de Baltasar Lopes da Silva. Nós não podemos ser intelectuais admitindo abusos contra os nossos cidadãos.»*

Teixeira de Sousa e os cristãos novos

Henrique Teixeira de Sousa deixa Cabo Verde em Abril de 1975, fixando-se em Portugal. Tinha-se destacado com o 25 de Abril, posicionando-se como crítico do PAIGC, com o qual outrora chegara a simpatizar. Convidado a participar num dos comícios da Frente Ampla em S. Vicente, não se coibe de defender que o povo deve caucionar os acordos a que se chegasse sobre as ilhas, assinados pelo governo português e o PAIGC. E, mais do que isso, exprime de forma frontal a sua oposição à unidade com a Guiné, não lhe repugnando, todavia, uma *«independência ligada a Portugal»*, desde que devidamente negociada, segundo um artigo seu publicado nessa altura, no qual questiona: *«Necessitando a Guiné da ajuda de Portugal como também da ajuda doutros países, será sensato ligar-se Cabo Verde àquela jovem República?»*[32]

«Houve ainda um terceiro ponto», acrescenta, *«que foi o radicalismo dos cristãos-novos da política, uma autêntica caça às bruxas. Eu entendia que a independência de Cabo Verde se deveria fazer com a maior democraticidade possível. Mas os cristãos-novos tinham entendimento diferente e acabaram por dar um estilo muito totalitarista àquela fase pré-independência, o que provocou a fuga de muita gente. Mas eu quero acentuar que não fugi por motivo político. O que me levou a sair de Cabo Verde foram razões de ordem familiar»*.[33]

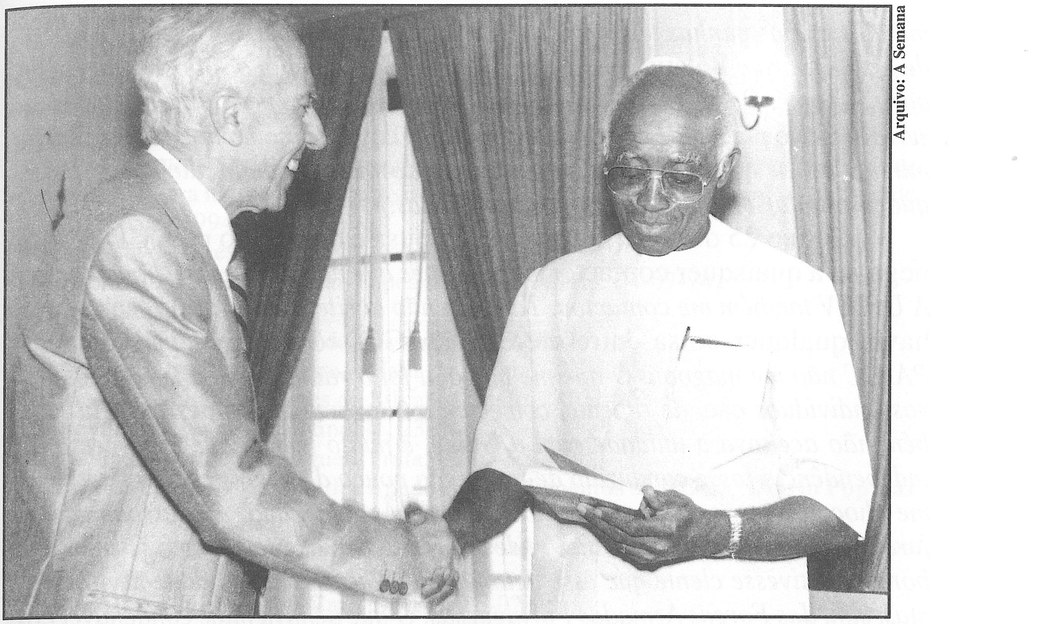
Casado duas vezes, o 25 de Abril e, depois, a independência encontram Teixeira de Sousa com filhos em idade de entrar na universidade, outros, no liceu e, ainda, um terceiro grupo na instrução primária. *«Pareceu-me que só mudando a minha residência poderia educá-los conveni-*

entemente». Por conseguinte, deixa Cabo Verde e retoma a sua vida profissional e intelectual em Portugal. Publica em 1977 o romance **Ilhéu de Contenda**, que é a descrição da queda das grandes famílias foguenses e a ascensão de novas classes sociais, outrora marginalizadas pelo sistema escravocrata. Enfim, apesar de uma ou outra má recordação, Teixeira de Sousa não teve problemas em se reconciliar depois com o regime do PAIGC, tanto mais que muitos dos seus dirigentes tinham sido e continuavam a ser seus amigos. *«Quando o presidente Aristides Pereira veio pela primeira vez a Portugal, creio que em 1976, fui convidado pela embaixada de Cabo Verde para uma recepção no palácio de Queluz e fui. A certa altura, ele, que estava informado dos aborrecimentos que eu tinha tido com os cristãos-novos, chamou-me à parte, abraçou-me e pediu-me desculpas. Depois disso, o meu relacionamento com o PAIGC e com o PAICV foi o melhor possível. É claro que vivi sempre em Portugal, não presenciei actos que me poderiam chocar.»*

Do chamado grupo de intelectuais ou das "forças vivas" do Mindelo, Teixeira de Sousa é o caso mais singular. Amigo do santomense Francisco Tenreiro e do angolano Mário Pinto de Andrade, para além dos neo-realistas portugueses Alves Redol e Manuel da Fonseca, nos seus tempos de estudante universitário frequentou em Lisboa as tertúlias afectas ao PCP, de que, aliás, foi militante. *«E isso porque a oposição ao fascismo em Portugal era feita através do Partido Comunista. Ainda no liceu, recusei ser da Mocidade Portuguesa. Só comecei a deixar de acreditar no comunismo no início dos anos 60 e passei a perfilhar o socialismo democrático ou social democracia de Willy Brandt e Olof Palme. A última machadada na minha fé comunista foi a invasão soviética à Checoslováquia em 1964. Perdi por completo as simpatias que antes tinha»*.

Homem de esquerda, como aceita ser presidente da Câmara Municipal de S. Vicente? *«Quando fui abordado pelo governador Silvério Marques, respondi que necessitava de tempo para poder decidir»*, começa por dizer. *«Depois, ele insistiu para que eu lhe desse uma resposta. Então respondi-lhe dizendo que eu só aceitava a proposta desde que a mesma não tivesse qualquer conotação política; da mesma forma que eu aceitava as ideias dos outros, que também aceitassem as minhas. Outra condição era poder continuar a exercer Medicina e escolher eu próprio os meus colaboradores. Era, portanto, uma participação cívica. O Silvério Marques, num telegrama aberto, isto é, não cifrado, que podia ser lido por qualquer funcionário na estação, respondeu:* "Aceito todas as suas condições". *De modo que fui presidente da Câmara Municipal entre 1960 e 1965. Neste período, apenas uma vez tive contactos com a Pide. Foi por altura da visita de Adriano Moreira a Cabo Verde. Estiveram no meu gabinete dois agentes, para ver se o lugar era seguro. Irritado, até lhes disse que ali não iria acontecer nada ao ministro»*.

O grau de envolvimento de Teixeira de Sousa com as actividades



Teixeira de Sousa e Aristides Pereira, Praia, 1990

nacionalistas era tal que ele era uma das pessoas que conheciam o projecto que tinha levado Abílio Duarte de Bissau para S. Vicente, de tal modo que a fuga deste não o surpreendeu. *«Eu andava informado de todo o processo na Guiné-Bissau, recebia, inclusive, o material de propaganda do PAIGC. Quando queria me informar ia ao bar do Hilas Miranda. Quando a Dulce Almada foge, ela contou-me que o ia fazer, e eu já era presidente da Câmara Municipal. E eu disse-lhe:* "Vou dar-te um cartão para o meu amigo Mário de Andrade, que te vai ser muito útil em Paris". *Eu e o Mário já nos conhecíamos de Lisboa, ele frequentava a tertúlia do Café D'Ouro, no Rossio. Francisco Tenreiro apresentou-me a ele, e viemos a ser bastante amigos em Paris, quando fui especializar-me em nutrição».*

Em Paris, em 1955, Teixeira de Sousa contacta gente do movimento da negritude. *«O Mário já tinha fugido de Portugal, ele estava na Sorbonne. Apresentou-me a uma data de gente, estudantes do Senegal, Martinica... Depois das cinco ou seis horas da tarde eu ia ter com ele e íamos juntos a vários lugares. Foi por seu intermédio que conheci Aimé Cesaire e Nicolás Guillén. Cheguei a pedir a Guillén uma colaboração para o* **Boletim Cabo Verde** *e ele respondeu-me, secamente, que não colaborava com revistas fascistas.»*

Teixeira de Sousa conheceu também Amílcar Cabral em 1945, em Lisboa, na CEI. *«Conversámos... Não se punha, nessa altura, com muita acuidade, o problema da autodeterminação. O que se punha era a luta contra o fascismo. Ele era mais moço do que eu e eu já estava a terminar o curso de Medicina.»* Integrado na vida profissional, assume-se como um funcionário discreto. *«Mesmo assim, através de artigos vários, publicados nos jornais, eu*

manifestava as minhas tendências. Já funcionário, mandei, em 1954, um artigo de Lisboa para o **Boletim Cabo Verde** *em que dizia o diabo sobre a emigração para S. Tomé. O delegado de saúde e outras autoridades me informaram que eu seria enviado para a Boa Vista ou para a ilha do Maio, como represália. Dei as minhas voltas e fui colocado numa missão do Instituto de Medicina Tropical, que ia estudar o paludismo e outras endemias.»*

Com o 25 de Abril, Teixeira de Sousa é assediado pela UDC, mas nega-se a quaisquer contactos. *«Dizia-lhes que não pertencia à banda deles. A UPICV também me contactou. Também não aceitei.»* No fundo, sabia que havia qualquer coisa entre ele e o PAIGC. *«O desentendimento com o PAIGC não me magoou. O que me magoou foi o radicalismo dos cristãos-novos, indivíduos que, de repente, começam a ditar a vida das pessoas. Eu também não aceitava a unidade com a Guiné, e muito menos que o processo da independência fosse conduzido de forma tão pouco democrática. Um facto que me chocou imenso foi a prisão nocturna de Ângelo Lima. As pessoas presas foram enviadas para o Tarrafal, onde se mandavam os presos no fascismo, embora eu estivesse ciente que esse acto não era da responsabilidade do PAIGC, mas, sim, das Forças Armadas Portuguesas. O que achava mais condenável era essas pessoas serem embarcadas para Portugal, para serem presas em Caxias. O PAIGC não tinha poder para mandar ninguém para Caxias. Nem tudo é culpa do PAIGC.»*

Um dos últimos gestos políticos de Teixeira de Sousa foi publicar, na **Presença Cabo-Verdiana**, um artigo em que defende a *«independência protegida»* de Cabo Verde pela ONU. *«Supunha que isso fosse possível»*, justifica. *«Não queria que Cabo Verde caísse nas mãos dos americanos ou do imperialismo soviético. Estávamos em plena guerra fria. Felizmente, as coisas evoluíram de forma diferente, e foi para mim uma grande felicidade ao ver que as coisas não tomaram o rumo que eu receava, sobretudo quando os soviéticos pretenderam fazer do aeroporto do Sal um ponto de apoio e o governo de Cabo Verde recusou. Os americanos não pretenderam fazer de Cabo Verde uma base no Atlântico porque já tinham os Açores. Mas, se não tivessem os Açores, a história poderia ter sido outra.»*

Notas

[1] Michel Laban, **Cabo Verde, encontro com escritores**, Vol. I, p. 50, Fundação eng. António de Almeida, Porto. Sem data.

[2] Entrevista: Antero Barros, Praia, 25-08-95.

[3] Arquivos da Pide, Torre do Tombo, SR 23.

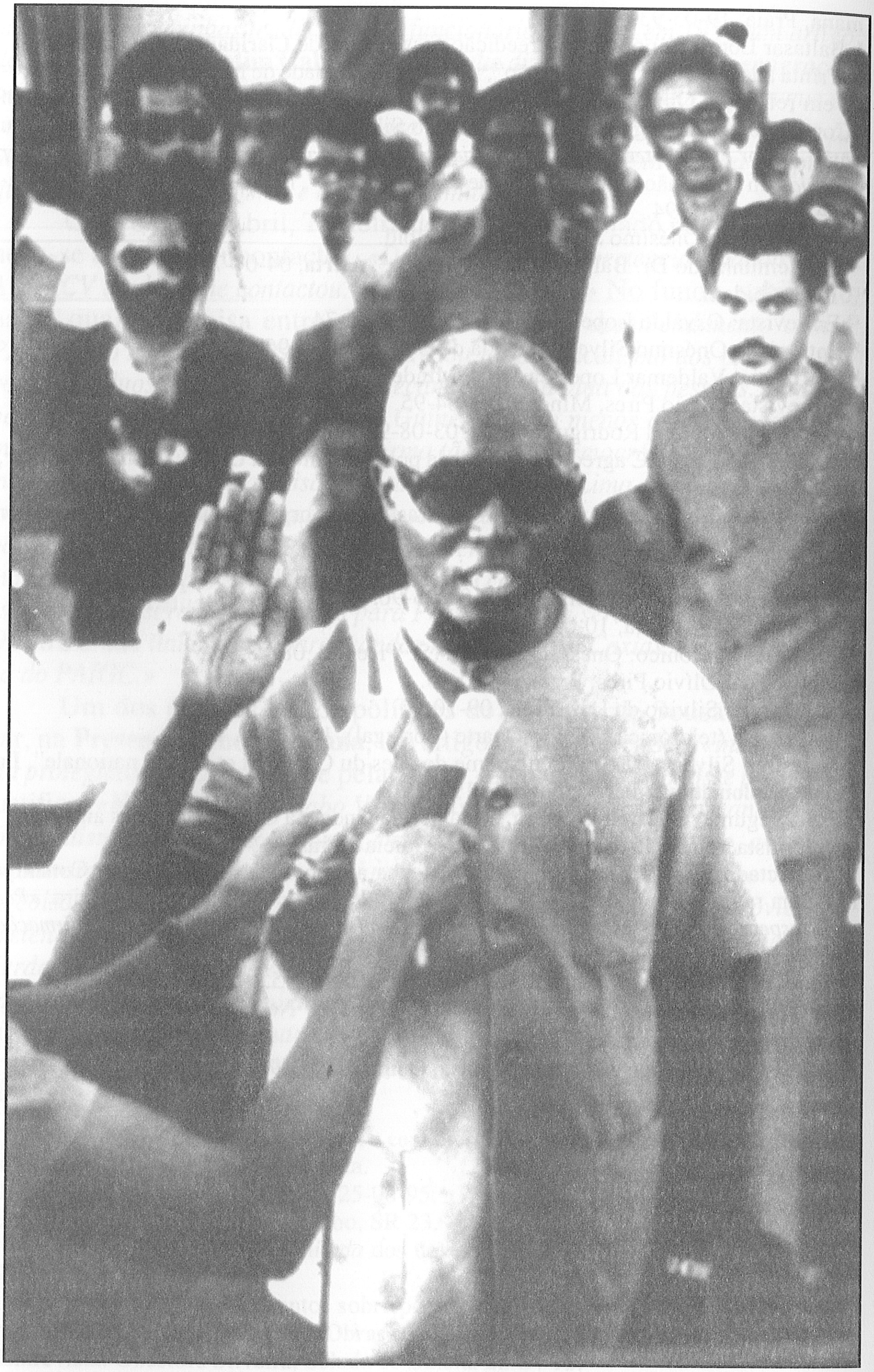
[4] Depoimento à reedição *fac-similada* dos nove números de **Claridade**, Alac, Lisboa, 1986.

[5] Amílcar Cabral, "Apontamentos sobre poesia cabo-verdiana", **Boletim Cabo Verde**, Praia, 01-01-52. Republicado em **Obras escolhidas**, Volume I.

[6] Entrevista: Onésimo Silveira, Selada de Baleia, 22-04-95.

[7] "Trinta anos de consciencialização", entrevista de Onésimo Silveira ao autor, **A Se-**

mana, Praia, 19-05-93.
[8] Baltasar Lopes, depoimento à reedição *facsimilada* de **Claridade**, ALAC, Lisboa.
[9] "Trinta anos de consciencialização", ibid. A animosidade de Manuel Lopes é recíproca em relação a Onésimo Silveira, a quem chama de *«aventureiro das pasárgadas»*, in "Comentando uma ingenuidade do Onésimo Silveira" **A Semana**, Praia, 05-07-93, ou então *«autor que não tem a mínima autoridade moral para dirigir impropérios a quem quer que seja»*, in "Para não repetir o gesto de Pôncio Pilatos", in **Artiletra**, nº14/15, Mindelo, Abril/Maio, 1994.
[10] Entrevista de Onésimo Silveira ao autor, ibid.
[11] "Testemunho do Dr. Baltasar Lopes da Silva", **Alerta**, 04-07-74.
[12] Idem, ibidem.
[13] Entrevista: Osvaldo Lopes da Silva, Praia, 22-06-74.
[14] Entrevista: Onésimo Silveira, Selada de Baleia, 22-04-95.
[15] Entrevista: Valdemar Lopes da Silva, Mindelo, 24-04-95.
[16] Entrevista: Olívio Pires, Mindelo, 23-04-95.
[17] Entrevista: Manuel Rodrigues, Praia, 03-08-95.
[18] "Adeptos do PAIGC agredidos à pedrada por elementos da UDC", **Diário Popular**, 19-08-74.
[19] Fonseca, ao que constava, tinha sido afastado da organização, precisamente por causa dos acontecimentos atrás citados.
[20] Entrevista: Raúl Querido Varela, Praia, 16-02-95.
[21] Entrevista: Aristides Pereira, Praia, 07-03-96.
[22] **O Arquipélago**, Praia, 10-05-73.
[23] Contacto telefónico: Onésimo Silveira (S. Vicente), 08-08-95.
[24] Entrevista: Olívio Pires, Praia, 04-10-95.
[25] Entrevista: Silvino da Luz, Praia, 09-10-95.
[26] Entrevista (telefónica): Abílio Duarte (Portugal), 15-10-95.
[27] Onésimo Silveira, "Le particularisme des îles du Cap Vert et l'unité nationale", **Le Monde Diplomatique**, Paris, Junho de 1974.
[28] NA: Segundo Onésimo Silveira, a sua permanência na China durou três anos.
[29] Entrevista: Onésimo Silveira, Selada de Baleia e Praia, 22-04-95.
[30] Contactado, Carlos Reis desmente que tenha algum dia participado, em Conakry, nalguma reunião em que estivesse presente Amílcar Cabral e Onésimo Silveira. *«Por mais respeito que eu tivesse, e continuo a ter, por Amílcar, não me vejo a fazer uma afirmação desse tipo.»* Entrevista: Carlos Reis, Praia, 02-11-95.
[31] Entrevista (telefone): Fernando Carrilho (Sal), 08-06-95.
[32] Teixeira de Sousa, "A propósito do referendo", **Novo Jornal de Cabo Verde**, Praia, 10-10-74.
[33] Entrevista: Henrique Teixeira de Sousa, Oeiras, 22-03-95.



Posse de Aristides Pereira como Presidente da República

36

A CONSTRUÇÃO DO ESTADO

Escolhido presidente da República, Aristides Pereira é investido nessas funções na tarde de 5 de Julho, em cerimónia realizada os paços da Câmara Municipal da Praia, onde vinham decorrendo as sessões da ANP. A partir de então, passa a ter sobre si os desígnios da nação cabo-verdiana, constituindo o coroar, também, de uma luta de gerações, ainda que nem sempre essa luta tivesse significado a independência de Cabo Verde, mas apenas uma vida mais desafogada e justa para os seus habitantes. Ele próprio, Pereira, levou tempo para compreender isso, até conhecer Amílcar Cabral, que lhe abriria os olhos para o problema colonial. Até então, como *«democrata português»*, ele era daqueles que achava que podia mudar o sistema por dentro.

Luís Cabral lembra-se de Pereira e de Fernando Fortes como apoiantes de José Norton de Matos à Presidência da República, que, em 1949, concorrera contra o candidato oficial, Óscar Carmona. Modesto, Pereira minimiza a experiência. *«Como responsáveis dos Correios, tratámos de garantir que os boletins de voto circulassem. No fim, para a surpresa geral das autoridades, houve votos a favor de Norton de Matos.»* [1] Ainda em Cabo Verde, dera-se conta de que havia algo de errado na relação do seu arquipélago natal com Portugal, o que dava lugar a uma revolta silenciosa e sem nome. *«Já não sabíamos o que fazer. Aqui tudo estava tapado, não havia empregos. Os mais humildes, ou emigravam para S. Tomé, ou morriam de fome»*, diz ele.[2]

Nascido na ilha da Boa Vista, em Novembro de 1923, filho do padre e professor Porfírio Pereira, feitos os seus estudos secundários em S. Vicente em 1942, o jovem Aristides regressa à ilha natal. Aproveitando a preocupação das famílias abastadas em educar os seus filhos, dá explicações nos três anos seguintes. *«Não queria sobrecarregar o meu pai, que tinha outros filhos para cuidar; com as economias que fiz, vim para a Praia, em 1945. Aqui trabalhei 20 dias como empregado de balcão na Casa Serbam. Entretanto, saiu o concurso para os Correios, ganhei e, três anos mais tarde, fui de novo prestar provas na Guiné.»*

Antes de embarcar em 1948, ainda participa, na Praia, num episódio que, de certo modo, demonstra a sua inquietude, enquanto cidadão. *«Na fome de 1947, havia cá um capitão chamado [Orlando] Oliveira e o administrador da Praia, Sousa Santos, que chegou com todo o entusiasmo e com*

vontade de fazer alguma coisa pelas pessoas. Ambos estavam ligados à Assistência. Por alguma razão, o Sousa Santos começa a interrogar-se sobre o destino que era dado ao farelo e aos sacos de milho que recebiam para alimentação dos pobres. Ele descobre que tanto o farelo como os sacos eram vendidos e o capitão Oliveira punha o dinheiro nos bolsos. Sousa Santos denuncia-o, dá-se o escândalo, mas o governador [João de Figueiredo] posiciona-se ao lado do Oliveira. A solução foi promover Sousa Santos a intendente, pelo que tinha de sair de Cabo Verde. Além de pertencer à direcção do Boavista [equipa de futebol], eu fazia parte de um grupo de jovens que decidiu homenagear Sousa Santos com um jantar e uma manifestação de solidariedade. Um dia sou intimado a comparecer no Comissariado. O chefe da polícia começou por dizer-me que as autoridades souberam do jantar, mas que tinham preferido fechar os olhos. "Agora vocês querem fazer uma manifestação; pois fique a saber que, por muito menos, há gente a apodrecer no Tarrafal!" *A solução foi desistirmos da manifestação. Mesmo assim, pedimos ao Sousa Santos para que, no dia do embarque, não fosse de carro, mas a pé. À medida que foi caminhando para o cais, a população foi-se juntando à beira da estrada para se despedir dele... Foi um dos gestos mais lindos que já vi do povo de Cabo Verde!»*

Na Guiné, Aristides Pereira começa a sua vida profissional em Bolama, até ser transferido para Bissau, onde irá ascender a chefe dos serviços dos CTT e encontrar Amílcar Cabral. Tido como pacato, Pereira dividia a residência com o conterrâneo e colega de trabalho, Fernando Fortes, que conhecia Cabral desde o Liceu Gil Eanes, em S. Vicente. Diz Fortes, a propósito: *«Nós tínhamos aqui [em Bissau] um pequeno grupo de rapazes, que frequentaram o liceu na mesma altura, e outros conhecidos mais velhos. Tínhamos um pequeno grupo e fazíamos reuniões, embora não fundamentalmente políticas. Dávamos àquilo um carácter mais ou menos cultural, devido às perseguições naquele tempo. Estudávamos poesia, história e análise de literatura e outras coisas, tudo mais relacionado com o continente africano.»*[3]

«O Fortes foi sempre muito activo», recorda Luís Cabral, mais uma vez. *«No grupo dele e do Aristides, só se via o Fortes.»*

Tanto o espevitado Fernando Fortes como o discreto Aristides Pereira irão juntar-se a Amílcar Cabral na luta pela independência da Guiné e de Cabo Verde. Aliás, é na residência dos dois amigos, na rua Guerra Junqueiro, n.º 9-C, em Bissau, que Cabral se irá reunir, a 19 de Setembro de 1956, com alguns dos seus companheiros, no que seria mais tarde considerada, como atrás se viu, a data da fundação oficial do PAIGC. Graças às funções que ocupavam nos CTT, os dois cabo-verdianos irão desempenhar um papel importante nos meses que se seguirão. Segundo Luís Cabral, quando, a 3 Agosto de 1959, acontece o massacre dos estivadores de Pidjiguiti, é Fortes quem envia o telegrama a Amílcar Cabral, em Angola, a informá-lo do sucedido. Este mexe-se, e consegue

que a notícia seja divulgada através da Rádio Brazaville e da BBC.

Sabendo que, mais cedo ou mais tarde, as suas ligações com o PAIGC seriam descobertas, Aristides Pereira deixa calmamente Bissau, passa por Cabo Verde, Portugal, França, Senegal, até chegar a Guiné-Conakry, onde já se encontrava Amílcar Cabral. Fernando Fortes seria preso em Bissau, em Fevereiro de 1961, e transferido quatro anos depois para Angola, onde o 25 de Abril o encontrará.[4]

Quase 20 anos depois da fundação oficial do PAIGC, Cabo Verde juntar-se-ia, a 5 de Julho de 1975, aos países que se foram tornando independentes, sendo Aristides Pereira o seu primeiro presidente. As dúvidas e os temores, quanto ao futuro do país, chegariam com força no dia 8, isto é, 24 horas depois de ter terminado, em S. Vicente, as festividades da independência nacional. *«Senti um peso muito grande, tinha dúvidas se poderia dar conta de tamanha responsabilidade, sobretudo quando chegou a vez de fazermos as contas para ver o que tínhamos. Nós não tínhamos recursos nenhuns, e, sem a ajuda fundamental de certos países, não sei o que seria de nós. Portugal comprometeu-se a apoiar-nos; houve países africanos que também nos ajudaram bastante. Eu conhecia alguns chefes de Estado e havia também as relações que o Amílcar foi travando com eles. Por exemplo, a Costa do Marfim, o Gabão, a Tanzânia, a Nigéria deram uma ajuda importantíssima. O presidente Gowon [Nigéria] pôs à nossa disposição 100 ou 200 mil dólares, já não me lembro; mandei uma missão à Costa do Marfim, mais concretamente, o Corsino Tolentino, que falou com o presidente Houphouet-Boigny. Este, como não gostava de operações bancárias, mandou o Tolentino voltar à tarde e, quando chegou, tinha a esperá-lo uma maleta cheia de dinheiro. O presidente Nyerere foi também extraordinário — o José Tomás Veiga sabe disso. As ajudas que fomos obtendo constituíram um verdadeiro alívio...»*

O dia seguinte em chão minado de contradições

A preocupação de Aristides Pereira quanto ao futuro era partilhada pelo seu primeiro-ministro, Pedro Pires, que sente o vazio à sua volta: *«Antes havia um outro poder, as Forças Armadas, o abastecimento, tudo pertencia a um outro país. Perguntei a mim próprio:* "Como é que vamos aguentar no meio deste oceano; se houver alguma invasão, a quem é que vamos pedir ajuda? Não temos Força Aérea, não temos Marinha..." *Para mim, ficou claro que era preciso ter uma política que tivesse em conta essa realidade, para além da nossa fraqueza económica e fragilidade externa. Era preciso muita sensatez e muito cuidado no nosso comportamento. Mas foi em 1977 que tive a noção do peso que era governar Cabo Verde, quando houve uma seca terrível — não choveu em nenhuma das ilhas e começou a haver pressão de todos os lados.»*[5]

Para a formação do seu governo, Pedro Pires procura assegurar a

experiência do período de transição, pelo que os três ministros cabo-verdianos foram aproveitados, para além de David Hopffer Almada, que tinha sido secretário-adjunto do ministro da Justiça e Assuntos Sociais. Este acabou, na verdade, por ser a alternativa que encontrou, uma vez que a pessoa convidada, Manuel Duarte, preferia continuar a actuar na sombra. *«O Manecas era para ficar em Bissau, mas acabou por vir para Cabo Verde»*, diz a sua viúva, Milú Duarte. *«É convidado pelo Pedro Pires para ser ministro da Justiça mas não aceita, o Aristides Pereira convida-o para ser embaixador nos EUA e também não aceita. O meu marido tinha ideias socialistas e dizia que não ia educar os filhos no ambiente da América.»*

O primeiro governo é empossado a 17 de Julho por Aristides Pereira e é constituído por 11 elementos: Abílio Duarte (Negócios Estrangeiros), Silvino da Luz (Defesa, Segurança e Ordem Pública), Carlos Reis (Educação, Cultura, Juventude e Desportos), Osvaldo Lopes da Silva (Economia), Amaro da Luz (Finanças), Sérgio Centeio (Agricultura e Águas), Manuel Faustino (Saúde e Assuntos Sociais), Herculano Vieira (Transportes e Telecomunicações), Silvino Lima (Obras Públicas), David Hopffer Almada (Justiça) e, finalmente, Corsino Tolentino (secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros).

Esta escolha não deixou, todavia, de contar com alguns incidentes, imperceptíveis para o grande público. A formação do primeiro executivo cabo-verdiano é antecedida de grande expectativa, alimentada pelos rumores que circulavam nos *mentideros* do arquipélago. De ministro da Educação no governo de transição, Manuel Faustino tem dificuldades em passar para a Saúde e Assuntos Sociais. A mudança era, para ele, sintoma de que algo de mau se estava a passar no interior do PAIGC, pelo que preferia não aceitar o novo cargo. Aliás, por causa das rivalidades internas entre militantes ou responsáveis do partido, ele e Carlos Reis tinham sido enviados dias antes a S. Vicente para proceder a um inquérito sobre o assunto, cujos meandros prefere, contudo, evitar trazer agora a público.

Responsável, na altura, do PAIGC em S. Vicente, Luís Fonseca alega que tudo andou à volta de um atrito entre os "maoístas" e os "trotskistas", envolvendo outros tantos que viriam a pertencer à Segurança. *«Alguém teria dito que o Faustino era chefe dos trotskistas. Houve um inquérito, que me parece não ter sido conclusivo. Nessa altura havia uma fricção muito grande entre a malta que tinha vindo de Lisboa. Era uma gente ideologicamente mais sólida, dividida entre trotskistas e maoístas. Tudo isso cria um clima de suspeição generalizada. Não que fosse pecado ser maoísta ou trotskista. O que se passava é que havia a desconfiança de existir no nosso seio um grupo divisionista que queria dar um golpe, o que não acredito que fosse verdade. Tratava-se, antes, de uma paranóia, reflexo das lutas dessa gente que viveu em Portugal nos ambientes estudantis. Mais do que militar no PAIGC,*

essa malta militava, sobretudo, nos grupos portugueses; e, com o 25 de Abril, cada um trouxe as suas rivalidades para Cabo Verde. O inquérito destinava-se a averiguar se era ou não verdade que o Faustino era o chefe do grupo que queria fazer o tal assalto ao poder.»

Carlos Reis recorda, por seu turno, que havia uma grande facilidade para rotular as pessoas de determinadas tendências sem se olhar para as consequências disso. *«Houve várias coisas do tipo, mas nunca se chegou a resultados concludentes. Nesse caso de S. Vicente não houve nada de concreto. Procurámos por isso aconselhar os rapazes a pararem com certas atitudes, porque o importante era estarmos unidos e trabalhar.»*[6]

Manuel Faustino lembra-se de ter ficado aborrecido e, na sequência da viagem ao Mindelo, elaborado um documento sobre o que se estava a passar aí. *«Devo dizer que hoje já não diria de forma frontal as coisas que aí disse. Houve uma reunião alargada na sede do PAIGC, aqui na Praia, com o Abílio Duarte. Eu estava furioso e escandalizado com alguns procedimentos que estavam a acontecer dentro do partido. Começava a ficar mais ou menos claro uma certa desconfiança em relação a certos elementos vindos de Portugal. E, quando sou chamado para a Saúde, interpreto isso como uma tentativa de me afastar de um sector chave, a juventude. Essa troca me incomodou, tanto mais que já corria na rua que ela iria ser feita. Fiquei a saber através de um casal de jornalistas da France Press, que aqui estava para cobrir a cerimónia da independência, que encontrei na rua e me disse que a troca seria feita.»*

Chamado na véspera por Pedro Pires, Faustino confirma a informação que lhe haviam dado, pelo que decide dar outro rumo à vida. *«Eu digo-lhe que não aceitava integrar o governo, porque achava que não era razoável. Para mim, a mudança nada tinha a ver com a estrutura que ele pretendia, mas, sim, com outras razões. Ele sugeriu-me que fosse falar com Aristides Pereira. Fui, contei-lhe do relatório, que não teve qualquer consequência; respondeu-me que não tinha tido conhecimento do documento e procurou mostrar-me que seria mau se um dos membros do governo de transição não aparecesse no novo governo. Acabei por responder que aceitava ficar por algum tempo, mas que, na primeira oportunidade, preferia sair. Mas, entretanto, com o tempo, me envolvi com a Saúde — área em que me sentia mais à vontade — e acabei ficando mais do que previra.»*

Governo de salvação nacional

Limadas as arestas e retocado o verniz, Pedro Pires apresentou no dia 7, no Mindelo, os membros do seu governo e o respectivo programa, que pretendia de *«Salvação Nacional»*, pois, além de salvar Cabo Verde, era preciso *«lançar as bases para a reconstrução nacional»*.[7] Tal programa retomava o plano de acção adoptado pela CNCV em Março.

Em linhas gerais, o arquipélago ascendia à independência com

uma população estimada em 280 mil habitantes, uma economia *«completamente arruinada»*[8], cabendo ao sector terciário — comércio, serviços públicos e privados — um predomínio absoluto, aparecendo o Estado como o principal empregador. A agricultura, essencialmente a de sequeiro, encontrava-se em profunda crise, face aos efeitos da seca que já se prolongava há oito anos, mantendo, ainda assim, 91 por cento da população economicamente activa (160 mil pessoas) sob a sua dependência, na maioria dos casos através das brigadas de apoio social. A indústria resumia-se a três ou quatro padarias (obsoletas), uma fábrica de tabacos e duas unidades falidas de pesca, uma situada em S. Vicente (Congel) e outra na Boa Vista (Ultra). *«A exploração em Cabo Verde foi, por assim dizer, absoluta»*, anota um jornalista português, acrescentando que o arquipélago tinha sido *«desertado»* em virtude da acção combinada do *«colonialismo mais feroz»* e da *«brutidão da seca»*.[9]

Na estruturação do primeiro governo, as grandes prioridades vão para o combate ao desemprego, o que passa pela reconversão do chamado trabalho de Apoio em actividades económicas, socialmente mais benéficas, para além de garantir o abastecimento à população. O Estado lançar-se-á na aquisição de meios de transportes marítimos, que haveriam de substituir os veleiros ou as escunas de outrora, e na construção de silos e armazéns em vários pontos do país. *«Eu convivia com o fantasma da fome»*, confessa Pedro Pires. *«Era preciso evitar a todo o custo que alguém morresse de fome. Por outro lado, era necessário convencer as pessoas que Cabo Verde independente era viável. Portanto, tudo o que tínhamos de fazer era demonstrar isso, pelo que entrámos em concorrência permanente com o colonialismo.»*

Em termos de investimentos públicos, nos primeiros anos da independência, os três sectores que mais recursos tiveram foram, precisamente, o do desenvolvimento rural e pesca (40 %), seguindo-se-lhe os transportes e as comunicações (23 %) e a administração pública (8,5 %). A nível da indústria, regista-se a entrada em funcionamento, em 1976, em S. Vicente, da primeira grande unidade industrial (para os padrões de Cabo Verde), a Moave, projecto destinado a refinar trigo e outros cereais, seguindo-se mais tarde outras unidades, nomeadamente confecções, calçados... *«O esforço de investimento realizado de 1976 a 1980, graças aos recursos externos (...) foi de uma importância crescente (...) e concentrou-se nos sectores produtivos e das infraestruturas (78 por cento dos investimentos).»*[10]

Vinte anos depois, Pedro Pires considera correctas as ideias insertas no programa do seu primeiro governo, embora admita que fosse difícil, nas condições herdadas, elaborar um plano realista. *«Para isso, tínhamos de conhecer a realidade. Ainda consultámos alguns planos de Fomento. É claro que o programa por nós apresentado não foi realizado na sua plenitude, há ainda hoje problemas que se colocam. Falávamos da reforma administrativa,*

S. Vicente, dia 7 de Julho

reforma do ensino, reforma agrária... Feito na altura, o programa tinha de ter um forte pendor utópico. Mas, quando o releio, ainda hoje, sinto que havia da nossa parte uma preocupação com o realismo.»[11]

Por isso, exposto à população mindelense o que pretendia fazer, da Administração Pública às Relações Externas, passando pela Economia, Agricultura e Águas, Educação, Defesa e Segurança, Pedro Pires dedica a parte final da sua apresentação para tocar num assunto sensível, que era a necessidade de certos sectores do PAIGC se livrarem dos modelos ideológicos estranhos a Cabo Verde. *«Portanto, consideramos como errada a atitude de certas pessoas de tomarem exemplos estrangeiros, de tomarem citações fora da nossa realidade, e não se dedicarem ao estudo sério e profundo, de uma revolução às nossas portas. Temos de voltar à nossa terra, voltar ao nosso Partido, voltar à nossa experiência revolucionária. Nós não acreditamos que santos de casa não fazem milagres. O milagre de Cabo Verde fizemo-lo nós.»*[12]

Vinte anos depois, rindo, Manuel Faustino reconhece que, na altura, percebeu que ele era um dos alvos de Pedro Pires. Este, por seu turno, também reconhece que a divisão ideológica no PAIGC, em Cabo Verde, era algo que começava a preocupá-lo e que julgava resolver com alguns conselhos de irmão mais velho ao mais novo. *«Havia os trotskistas e os maoístas e uma terceira corrente, que, nós, vindos da Guiné, representávamos. Na formação do governo, acusaram-me de ter privilegiado os trotskistas, quando foram para o governo elementos que eram tidos como maoístas. No caso concreto da apresentação do Programa do Governo, procurei mostrar às*

pessoas que valia a pena estudarmos a nossa própria experiência, não tínhamos necessidade de recorrer a modelos alheios. A verdade é que havia nesse tempo muito idealismo e muito infantilismo também. Por exemplo, uma das ideias que se defendiam era a nacionalização de tudo, porque se queria construir um país igualitário. Logo no início, eu disse àqueles que pensavam assim: "Que eu saiba, aqui só podemos nacionalizar uma coisa: a miséria. O que precisamos é de construir!" *Vendo que a nacionalização não pegou, alguns desses indivíduos passaram a defender o* "desmembramento" *de tudo o que fosse privado. Lembro-me que um elemento, que hoje é ultraliberal, veio propor-me que "desmembrássemos" a empresa de táxis do Blá, em S. Vicente. A empresa tinha dois ou três táxis e o projecto consistia em deixar o Blá com um táxi e passar o restante para os trabalhadores. Eu respondi*: "Eu nunca ouvi falar em destruição, nem tão-pouco em "desmembramento" de empresas. Não me parece que seja viável pegar numa empresa e dividi-la em pequenas unidades. Você diga-me onde é que isto já aconteceu..." *No fundo, vivia-se uma situação em que cada um queria fazer a sua revolução. Tínhamos que ser muito cautelosos porque, senão, poderíamos cometer erros pelos quais estaríamos ainda hoje a pagar.»*

Ainda a propósito da ideologia, Pires revela que, dois ou três dias antes da independência, se reuniu na Praia com os dirigentes nacionais do PAIGC para lhes mostrar que era preciso pôr termo a um certo verbalismo político em voga, uma vez que Cabo Verde não estava sozinho no mundo e que, para sobreviver, necessitava do apoio dos países tidos como imperialistas ou neocolonialistas, os alvos preferenciais dos ultra-revolucionários. *«O meu objectivo, primeiro, foi explicar por que razão o PAIGC não podia ser um partido marxista-leninista e porque é que nós tínhamos de ter uma política extremamente cautelosa. Portanto, contrariando todas as correntes, fosse ela trotskista ou maoísta.»*

Olhando para esse tempo, Pires confessa ter ficado com a impressão de que a sua mensagem foi compreendida e aceite por todos. *«Para mim, as pessoas descobriram uma coisa nova. Deram-se conta de que a realidade era algo mais complicado do que as nossas próprias convicções políticas. Ou seja, as dificuldades que tínhamos que enfrentar, enquanto país independente, eram mais fortes que as nossas simpatias ideológicas.»*

Questionados, tanto Pedro Pires como Aristides Pereira admitem, no entanto, que essa dualidade entre o discurso partidário, nitidamente marxizante, e a prática governativa, forçosamente pragmática, acabou por ser uma das contradições do então regime cabo-verdiano. Querendo ou não, o PAIGC (e mais tarde o PAICV) assentava a sua estrutura ideológica em raízes marxistas-leninistas, sem esquecer que era no bloco socialista que esse partido tinha ido buscar o grosso do apoio para a luta de libertação na Guiné, para além da própria formação dos seus quadros, ajuda esta que se estenderia ao longo dos primeiros anos da independência. Defende Pereira, a propósito dessa constatação: *«Nós*

não podíamos mandar gente para a URSS ou Cuba estudar e dizer às autoridades desses países: "Por favor, não metam teoria marxista na cabeça da nossa gente!" *O que se pode chamar marcas ideológicas eram inevitáveis num partido ou num sistema como o nosso. Eu, pessoalmente, nunca me considerei marxista ou leninista. E, por iniciativa própria, cheguei a travar muita coisa nesta área. Por exemplo, com muita batalha, consegui que tivéssemos relações normais com os EUA.»*

Mesmo antes da independência, Aristides Pereira considera que, se não houve melhores relações com os EUA, a culpa não foi do PAIGC. *«Quando o Amílcar faz a primeira viagem aos EUA ele consegue contactar várias organizações, nomeadamente afro-americanas, algumas delas com ligações com o governo americano. Um dos indivíduos que ele contacta é o George Houser, que os nossos amigos nos alertam ser da CIA. O Houser dirigia a* American Committe On Africa, *que chegou a apoiar o Holden Roberto. O Amílcar pede-lhe ajuda e regressa. Passado algum tempo, chega um cheque de 100 dólares. Eu disse ao Amílcar:* "Isto só pode ser uma provocação, não vamos receber". *Devolvemos o cheque. Passado algum tempo, o mesmo cheque é-nos de novo enviado. Desta vez resolvemos devolvê-lo com a seguinte mensagem:* "Recebemos o vosso cheque, a fim de fazê-lo render, agradecíamos que comprassem com ele medicamentos e nos enviassem". *Eles perceberam... No ano seguinte enviaram-nos 10 mil dólares.»*

«No fundo, o discurso traduzia o que gostaríamos de fazer e a prática governativa o que podíamos fazer. Isso talvez traduzisse também uma contradição existente no seio do partido», admite, por seu turno, Pedro Pires. *«Havia entre nós uma corrente revolucionária e outra pragmático-reformista, mas com todas a quererem a mesma coisa. De qualquer modo, o PAIGC foi sempre uma organização diferente dos outros movimentos de libertação. Fomos sempre muito mais cautelosos e realistas. Sempre partimos do seguinte pressuposto: temos objectivos e, para lá chegarmos, precisamos de tempo. Mas também não nego que nós éramos altamente influenciados pelas ideias socialistas. No dia-a-dia sabíamos que a solução de problemas como a miséria leva tempo, para além de ser um processo contraditório.»*

Sobreviver entre os dois blocos

Com a independência de Cabo Verde, um dos sectores que melhor vai expressar este estado de coisas é o das relações externas e cooperação. Antes mesmo de 5 de Julho, os futuros governantes da Cidade da Praia procuram desfazer certas ideias acerca do futuro do arquipélago, ao mesmo tempo que tentam capitalizar o prestígio ou a simpatia que o PAIGC trazia da luta de libertação. Um dos alvos foram os EUA, para onde é enviado Pedro Pires, em Abril de 1975, à frente de uma delegação. Consequência ou não dessa investida diplomática, Wa-

shington será um dos primeiros a colaborar para o arranque económico de Cabo Verde. *«Uma das contribuições mais significativas que recebemos logo no início foi da administração Ford, que pôs à nossa disposição uma ajuda escalonada de três milhões de dólares»*, destaca Aristides Pereira.

Enquanto ministro dos Negócios Estrangeiros, Abílio Duarte é o homem que vai cuidar, nos cinco primeiros anos, do equilíbrio diplomático de Cabo Verde. O seu ministério é dividido em duas grandes áreas: uma administrativa e outra política. Embora não tivesse qualquer experiência profissional, enquanto secretário de Estado, Corsino Tolentino dirigia a parte administrativa, tendo como colaboradores directos Alcides Barros — o único que, segundo Tolentino, entendia dos meandros burocráticos — e, ainda, Luís Almeida e Raúl Barbosa. O segundo núcleo era constituído por Renato Cardoso, director-geral dos Assuntos Políticos, Económicos e Culturais; Jorge Carlos Fonseca, inicialmente director-geral da Emigração e Assuntos Consulares e, mais tarde, secretário-geral do MNE; e, num nível mais subalterno, António Lima, que chefia o sector África, e Carlos Santos Silva, a Emigração.

Embora o posicionamento diplomático da Cidade da Praia fosse um assunto decidido ao nível mais elevado do partido e do Estado, Abílio Duarte não deixa de reconhecer o valor das contribuições dadas pelos seus colaboradores, com quem muitas vezes debatia os *dossiers*. Para Jorge Carlos Fonseca, o consulado de Duarte foi importante por ter dado, de forma indelével, a tónica da diplomacia cabo-verdiana, cuja continuidade é assegurada, depois, por Silvino da Luz e, mais tarde, pelo governo do MpD. *«Em toda a política externa de Cabo Verde há uma marca pessoal do Abílio»*, defende Fonseca, ele próprio MNE entre 1991 e 1992. *«O Abílio era um indivíduo cauteloso, porém, muito esclarecido para a época. E, sem falsa modéstia, ele tinha boa equipa no MNE.»*[13]

Em termos gerais, Abílio Duarte analisa da seguinte forma a política externa cabo-verdiana: *«Desde o início tivemos a clarividência de que a nossa diplomacia devia defender, em primeiro lugar, os interesses fundamentais de Cabo Verde. Para além de quaisquer motivações de ordem política ou ideológica, a nossa postura é de que não se podia de maneira nenhuma nivelar a política externa do Estado com a do partido, não obstante as convergências possíveis.»*[14]

Esta opção chega a ponto de nem sempre as posições cabo-verdianas coincidirem com a dos seus *«irmãos»* da Guiné-Bissau, dirigidos pelo mesmo partido, o que, aos olhos dos observadores internacionais, era motivo de estranheza e questionamentos. *«Os dirigentes cabo-verdianos tomaram consciência mais cedo das suas limitações»*, afirma Jorge Carlos Fonseca, para quem a emigração e a ausência de resposta dos países socialistas, obrigaram a ala cabo-verdiana do PAIGC a consciencializar-se de que o regime nas ilhas *«tinha de ser mais suave e de maior abertura»*.

No contexto dos países afro-lusófonos, Cabo Verde destacar-se-ia por ter sido o primeiro a manter relações normais com a ex-metrópole, tendo também jogado um papel apreciável na aproximação desta com alguns dos governos das antigas colónias, particularmente Luanda. A pedido do presidente Agostinho Neto ao seu colega Aristides Pereira, a Cidade da Praia é palco, a 30 de Setembro de 1976, do primeiro encontro entre os então ministros dos Negócios Estrangeiros de Angola, José Eduardo dos Santos, e de Portugal, José Medeiros Ferreira, encontro esse que vai desembocar, em Julho do ano seguinte, na cimeira de Bissau entre Neto e o seu homólogo António Ramalho Eanes.

«Também neste aspecto», enfatiza novamente Abílio Duarte, *«nós tivemos clarividência ao compreender que, apesar dos sofrimentos cruentos motivados pela guerra colonial, apesar de no momento da independência as feridas estarem ainda abertas, havia que estabelecer relações correctas e salutares com o governo português, porque achávamos que isso era do interesse das duas partes, não permitindo que ressentimentos vindos da luta falassem mais alto. Esta foi uma posição responsável,* ab initio, *que abriu caminho para os múltiplos acordos de cooperação entre Cabo Verde e Portugal e que se saldou num relacionamento frutuoso e amigo.»*

Recorde-se que a independência de Cabo Verde ocorre numa altura em que o confronto entre os blocos capitalista e socialista conhecia uma das suas fases mais activas, com Angola, Moçambique e, num grau menor, a Guiné-Bissau e S. Tomé e Príncipe a posicionarem-se ao lado de Moscovo. José Luís Fernandes, um dos acompanhantes de Pedro Pires na viagem à URSS, em Junho de 1975, lembra-se de que os dirigentes cabo-verdianos perceberam nessa viagem quais eram as regras do jogo soviético. *«Ficou claro que eles só nos ajudariam mediante contrapartidas; compreendemos que, se aceitássemos, entraríamos na guerra fria. Eles queriam fazer de Cabo Verde uma base e nós dissemos que não aceitávamos. A visita desiludiu-nos.»*[15]

De acordo com vários testemunhos, o interesse soviético volta a manifestar-se em outras ocasiões. Osvaldo Lopes da Silva, homem talhado para lidar com Moscovo, recorda: *«Fui indigitado para fazer uma ofensiva junto deles e quiseram logo acordos de pescas, que devíamos abrir o mar para os seus barcos. Um dia chegou-me aqui na Praia, vindo de Bissau, o ministro soviético das Pescas a dizer-me que veio assinar um acordo, sem aviso, sem nada. É claro que não fomos na cantiga. Eu pergunto a mim próprio se as autoridades soviéticas tinham realmente uma política africana.»*

A cooperação com a URSS far-se-ia sentir nos domínios da formação superior, Saúde e, principalmente, das Forças Armadas. Explica Silvino da Luz, outro homem do regime talhado a relacionar-se com Moscovo, tendo-lhe cabido, mais de uma vez, fazer ouvidos de mercador às propostas soviéticas, nomeadamente nos encontros que teve com

o chefe de Estado Maior, almirante Missine. *«Os soviéticos não falavam abertamente no assunto, mas de forma eufemística. Falavam em* "porto de descanso" *para as suas tripulações ou em* "reparação" *das suas embarcações. Encontrámos um meio de coabitar com os soviéticos. Tinham um conselheiro junto do meu Ministério e, através dele, obtínhamos o equipamento, a formação, o armamento e tudo o mais que precisássemos. Eles viram que não nos dobravam a espinha. Da nossa parte, havia uma política de muita prudência, que deu os seus frutos, sobretudo junto dos americanos. Essa foi, aliás, uma época de muito malabarismo. Havia, por um lado, o nosso nacionalismo e, por outro, o pragmatismo de Estado. Não permitíamos que qualquer "amigo" se instalasse aqui.»*[16]

Mas o interesse à volta de Cabo Verde não era apenas soviético. *«Todos, de uma maneira geral»*, sublinha Abílio Duarte, *«quiseram pôr-nos no jeito deles, mas não aceitámos nunca que ninguém, fosse do Leste ou do Ocidente, transformasse Cabo Verde numa base. E também não aceitámos que a posição estratégica do nosso país fosse utilizada para agredir outro Estado. Preferimos não receber dinheiro de ninguém»*.

Segundo Duarte, com a independência de Cabo Verde, tornou-se necessário introduzir alterações profundas no tradicional sistema de alianças do PAIGC. *«Havia que fazer uma abertura para o relacionamento e cooperação com todas os países do mundo, nomeadamente com antigos aliados directos de Portugal no processo de libertação dos nossos povos. Demos continuidade ao nosso relacionamento com os países escandinavos, estabelecemos relações frutuosas com os EUA, Alemanha, França, Espanha, Benelux e os restantes países europeus, o Brasil e, também, com a África. Partimos, enfim, do princípio de que Cabo Verde não poderia desenvol-ver-se sem o apoio e a cooperação desses países. Pudemos constatar na altura que a ajuda da Suécia ou da Alemanha era de longe superior à ajuda de todos os países socialistas juntos. Apesar disso, não deixámos de manter relações correctas e fraternais com eles, não esquecendo nunca o apoio decisivo que nos deram durante a luta de libertação nacional. Mas isso não poderia nunca significar um enfeudamento nosso ao bloco socialista.»*

Duarte não tem dúvida em considerar que, de todos os países afro-lusófonos, Cabo Verde foi o que tinha a política externa mais independente. *«A nossa postura fez com que várias vezes divergíssemos com a Guiné-Bissau e mesmo com Angola, Moçambique e S. Tomé e Príncipe, tanto na OUA como na ONU e nos Não Alinhados. Teríamos levado Cabo Verde à pedra se fôssemos fazer as mesmas besteiras que Angola e Moçambique. Eles tinham o* background *para fazer o que fizeram. Nós, não.»*

Um antigo companheiro de Duarte no governo revela que a postura cabo-verdiana chegou a preocupar as autoridades norte-americanas, que, paradoxalmente, passaram a temer o isolamento da Praia junto dos demais países do Terceiro Mundo. *«Numa votação sobre Cuba na ONU, os americanos pediram-nos para não votarmos com eles. Deram-se conta de que*

não estávamos a ser espalha-brasas, mas também não queriam o nosso isolamento no mundo afro-asiático. É certo que tinham algumas desconfianças em relação a nós, mas davam-nos o benefício da dúvida. Isso levava-os, suponho, a dizer: "Talvez sejam marxistas, mas são pragmáticos".»

O *dossier* África do Sul

Uma das divergências que animaram as relações de Cabo Verde com a África foi precisamente a utilização do aeroporto do Sal para a escala de aeronaves sul-africanas. A questão foi um dos assuntos que Pedro Pires procurou solucionar antes mesmo da independência. Através de António de Almeida Santos, ele pede-lhe que seja posto em contacto com Pretória. Dias depois, vem a Cabo Verde, mais concretamente, a S. Vicente, o representante da SAA em Lisboa, com quem Pires mantém, à distância, uma estranha conversação, feita por intermédio de Luís Fonseca, que recebe e leva as mensagens entre os dois interlocutores. Diz Pires, a propósito: *«Dei garantias de que os aviões da SAA poderiam continuar a escalar o aeroporto do Sal. Para mim, era indispensável dar garantias aos sul-africanos e aos americanos de que não iríamos ser radicais nessa matéria. A nossa mensagem é que iríamos ser sensatos e que saberíamos respeitar os interesses de uns e de outros.»*[17]

Sobre o mesmo episódio, Fonseca confessa que ficou com a sensação de que o enviado sul-africano era agente dos serviços secretos. *«A sua grande preocupação era o Sal. Trazia consigo os seus apontamentos e procurou dar-nos a entender que a África do Sul tinha meios para nos perturbar a vida, caso lhes criássemos problemas. E, se aceitássemos que os aviões da SAA poussassem aqui, eles nos garantiam não participar em qualquer actividade que incomodasse o futuro governo de Cabo Verde. No fim, houve um encontro entre ele e o Pires, para formalizar o acordo de cavalheiros. O encontro deve ter sido entre Dezembro de 1974 e Janeiro de 1975.»*

Pedro Pires considera que a iniciativa acabou por constituir um importante factor junto dos governos ocidentais, particularmente de Washington. *«Estava convencido que era preciso dar garantias concretas a certos países; sabíamos em que águas navegávamos. Para toda a gente éramos pró-comunistas. Portanto, era preciso dar sinais concretos de que éramos capazes de assumir compromissos. E, mais do que isso: que éramos capazes de respeitar os interesses estratégicos dos ocidentais.»*

Vinte anos depois, Pires diz ter dificuldades em saber como foi recebida, internamente, a informação de que o PAIGC andava a negociar com os racistas sul-africanos. *«Pouca gente soube e, quem soube, que eu me lembre, não se manifestou contra. O assunto foi tratado, sobretudo, a nível da direcção superior do partido. A um outro nível, podíamos ser acusados de estar a conceder facilidades aos sul-africanos, embora isso nunca tenha passado*

à acusação directa. No fundo, era um dado pacífico que precisávamos dos rendimentos do aeroporto do Sal, nomeadamente dos aviões sul-africanos, que eram os nossos principais clientes.»

Por isso, quando, em 1986, Washington decide juntar-se aos países que aderem às sanções contra Pretória, foi o pânico em Cabo Verde. De acordo com um estudo da época, feito pela Cidade da Praia, a economia do arquipélago ficava desfalcada de 25,4 milhões de dólares/ano, constituindo esse montante 31 por cento do PIB, na altura avaliado pelo Banco Mundial em 80 milhões de dólares. No contexto nacional, 47% das receitas da empresa cabo-verdiana de segurança aérea (ASA) e 41% dos proventos dos TACV eram oriundos dos pagamentos feitos pelas escalas dos 416 voos anuais da SAA. No caso da transportadora cabo-verdiana, boa parte dessa percentagem era canalizada para o financiamento dos voos internos, cujas passagens estavam muito abaixo dos custos reais. Havia igualmente as consequências indirectas do embargo à África do Sul — para além das despesas que nunca chegaram a ser contabilizadas, nomeadamente junto dos operadores locais que prestam serviços à SAA, o tesouro cabo-verdiano recolhia junto da Shell, que abastecia as aeronaves sul-africanas, 20 % das suas receitas, o que representava 42% dos impostos recolhidos pelo Estado.[18]

A nível continental, a atitude cabo-verdiana em relação à África do Sul esteve inicialmente longe de merecer a compreensão dos Estados da OUA, principalmente de Luanda e Maputo, os dois principais alvos da política de desestabilização de Pretória. *«O assunto foi discutido a nível dos Cinco»,* afirma Abílio Duarte. *«A posição deles é que não devíamos permitir isso. Perguntei-lhes:* "E quem é que vai pagar o que os sul-africanos deixam em Cabo Verde?" *Tivemos também que fazer uma grande acção política junto dos responsáveis do ANC, do PAC, da Swapo e dos governos da África Austral, gente que fazia uma luta epidérmica à África do Sul.»* Diz também Pedro Pires: *«Numa das visitas de Agostinho Neto a Cabo Verde, tive de lhe explicar quais eram as nossas intenções e que não se tratava de uma aliança com a África do Sul.Tratava-se, sim, de um compromisso necessário. Ele expôs os seus pontos de vista. Não nos fez acusações directas, mas deu a entender que estávamos a tomar posições pró-imperialistas. Mas, como éramos amigos de longa data, o problema foi resolvido.»*

Ainda a nível da OUA, a questão sul-africana foi abordada no Conselho de Ministros na cimeira de Cartum (Sudão), em 1978, e retomada no ano seguinte em Monróvia (Libéria), tendo Cabo Verde sido visitado por membros de uma comissão Ad Hoc encarregada de analisar as consequências de sanções à África do Sul. No caso cabo-verdiano, havia a ideia de a OUA assumir os encargos financeiros decorrentes da aplicação de sanções. Porém, amigos dos governantes cabo-verdianos aconselharam-nos a não embarcar no esquema. Além disso, países vizi-

nhos — Senegal e Costa do Marfim, por exemplo — estavam à espreita da oportunidade para desviar para os seus aeroportos os aviões da SAA. A Cidade da Praia lança os seus diplomatas no terreno e consegue ser incluída, ainda em 1978, no grupo dos países da Linha da Frente, os únicos Estados da OUA "autorizados" a manter relações (não oficiais) com a África do Sul, uma vez que as suas economias dependiam grandemente dos compromissos que tinham com o país do *apartheid*.

Ainda em relação ao conflito da África Austral, a situação conheceria um dos seus momentos mais dramáticos em 1975, durante a Operação Carlota, nome dado à ponte aérea Havana-Luanda, que conduziria tropas cubanas para enfrentarem as forças sul-africanas, zairenses, mercenários e os elementos portugueses, que se aliaram à FNLA e à Unita na sua luta contra o MPLA. *«O Agostinho Neto pediu-nos que fechássemos o aeroporto à África do Sul, o que não aceitámos»*, revela Osvaldo Lopes da Silva. *«Mas, por questão de solidariedade, permitimos que os aviões cubanos escalassem o Sal, com a garantia de que ninguém devia passar fardado ou com armas. Só que os cubanos saíam do avião a civil, em fila indiana, e quase a marchar. Qualquer um via que eles eram militares.»*

Apesar das queixas que hoje tem do seu velho companheiro de armas, Lopes da Silva reconhece que a atitude de Cabo Verde em relação à África do Sul foi mérito, sobretudo, de Pedro Pires. Para todos os efeitos, a posição cabo-verdiana, tanto no que concerne a Angola como à África do Sul, passaria a ser explorada pela Cidade da Praia consoante as circunstâncias. Para os americanos, alegava-se a permissão da SAA poder escalar o Sal; para os angolanos e os demais governos africanos, apontava-se o facto de os aviões cubanos poderem utilizar o mesmo aeroporto. No entender das autoridades cabo-verdianas, o importante era assegurar a neutralidade ou o não-alinhamento de Cabo Verde face às duas superpotências. *«As grandes potências gostam de medir forças no terreno dos outros»*, ensina Silvino da Luz.[19]

Analisando o que foi a diplomacia cabo-verdiana nos primeiros anos da independência, um veterano do sector não deixa de sublinhar que ela teve dois vectores fundamentais: um, essencialmente político, encarnado pelo presidente Aristides Pereira, Abílio Duarte e mais tarde, Silvino da Luz; e outro económico ou material, que visava a cooperação ou a obtenção de ajuda para o desenvolvimento de Cabo Verde, para além de procurar salvaguardar os interesses dos emigrantes cabo-verdianos. Essa vertente tinha em Pedro Pires ou em homens como José Brito — secretário de Estado e, anos mais tarde, ministro do Plano e da Cooperação — os seus principais mentores.[20]

A este propósito, seguindo uma certa tradição africana, Aristides Pereira não nega que sempre procurou desempenhar uma acção pessoal na política externa, utilizando as suas relações junto dos seus colegas.

«Em África quem dirige a diplomacia é o chefe de Estado. Estes, geralmen-te, não admitem conversar com governantes de outros países, a não ser com os seus homólogos. Por isso, para que a voz de Cabo Verde fosse aceite, era preciso que o presidente da República estivesse presente. Basta dizer que uma vez o Pires foi a uma cimeira de chefes de Estado da OUA, pediu a palavra e não lha deram. A pessoa que estava a dirigir fingiu que não o viu.»

Figura respeitada em África, Pereira recorda-se de ter sido ele uma das pessoas que procurou convencer Agostinho Neto a tentar um entendimento com a África do Sul. *«Foi na cimeira dos chefes de Estado da OUA, em 1979, em Monróvia. Procurei mostrar-lhe que não valia a pena continuar uma guerra aberta com os sul-africanos, porque isso não iria levar a nada. Era preciso procurar um entendimento com eles.»*

A pedido de Neto, Cabo Verde passa a ser palco de encontros secretos entre Luanda e Pretória, e, mais tarde, entre estas e Washington, acabando igualmente por envolver outras partes ligadas à questão da África Austral. Os dois primeiros encontros entre Luanda e Pretória aconteceram na ilha do Sal, tendo-se feito o governo angolano representar pelo seu ministro do Interior, Alexandre Rodrigues (Kito), e, ainda, pelo general António França (Ndalu), enquanto a África do Sul representou-se por um embaixador, para, no segundo encontro mandar dois pesos pesados: o ministro da Defesa, general Magnus Malan, e dos Negócios Estrangeiros, Roelof Pik Botha. *«Os encontros»*, anota Renato Cardoso, a primeira pessoa a tornar pública a questão, *«versaram sobre a necessidade de se pôr fim à situação de guerra na região; a total evacuação do território angolano pelas tropas sul-africanas; o fim do apoio militar à UNITA; a necessidade de se estabelecer um processo rápido de independência da Namíbia. Os resultados foram animadores.*[21]

A morte de Agostinho Neto, em Setembro de 1979, acabou, todavia, por interromper este esforço de paz. De qualquer modo, ficaram lançadas as sementes que haveriam de germinar, acabando por culminar na independência da Namíbia, em Março de 1990, na retirada das forças sul-africanas e cubanas de Angola e na primeira tentativa de reconciliação entre o MPLA e a Unita, em Gbadolite (Zaire), a 22 de Junho de 1989.

Economia controlada

Ministro da Economia, Osvaldo Lopes da Silva tem sob a sua responsabilidade os estratégicos sectores do comércio e abastecimento. Para ele, a forma como a soberania portuguesa passou para as mãos cabo-verdianas permitiu evitar, logo no início, uma ruptura política com reflexos danosos no tecido social e económico do país. *«Na verdade, durante a transição, quem detinha na prática o poder real era o PAIGC, que permitia que o governo funcionasse»*, começa por destacar.

Ainda assim, com o 5 de Julho, despoletou-se o seguinte conflito: como transferir o poder real do partido para o Estado? Um dos sectores em que esse problema começa por se colocar era o das brigadas de Apoio, mais tarde denominadas Frentes de Alta Intensidade de Mão de Obra (Faimo). *«Em todas as ilhas»*, sublinha Lopes da Silva, *«os responsáveis do partido queriam meter as mãos no Apoio. Era aqui que estava o poder, isto é, controlando o emprego dominava-se ou exercia-se uma certa influência política sobre as pessoas. Por exemplo, um dos problemas que se colocavam era de como é que se devia pagar os trabalhadores das Frentes. Eu defendia o pagamento em dinheiro: cada um fazia a sua vida, e pronto. Os responsáveis locais do partido defendiam que se devia pagar em géneros, porque o dinheiro chegava com bastante atraso.»*

A disputa à volta dos donativos é também foco de tensão, por haver quem defendesse a sua distribuição gratuita à população através do Instituto Cabo-Verdiano de Solidariedade (ICS), presidido por Lineu Miranda. *«O Lineu era bom rapaz, mas um bocado simplista»*, acusa Lopes da Silva. *«Era do tipo que achava que, bastava ir ao cais, encher os camiões de milho, feijão e açúcar, ir ao interior, e toca a distribuir. Os funcionários da Alfândega estavam desacreditados, não havia autoridade, ninguém queria assumir responsabilidades. Um dia telefonei ao Amaro da Luz, então ministro das Finanças, para ordenar que se fechassem as portas da Alfândega. E era o que os homens da Alfândega queriam ouvir. A partir daí, as coisas começaram a funcionar.»*

Lopes da Silva torna-se um dos defensores da Empresa Pública de Abastecimentos (Empa), enquanto entidade responsável pela comercialização dos donativos alimentares. *«Muita boa gente achava que a nossa política era errada, demasiado economicista. Mas tinha de ser. O próprio PAM [Agência das Nações Unidas para a Alimentação] via com maus olhos a venda dos produtos. Os seus responsáveis receavam que fosse surgir a corrupção. Para nós, o perigo da corrupção seria maior com a distribuição gratuita, que criava um espírito de mendicância nas pessoas. O PAM acabou por aceitar e ver a política de Cabo Verde como um exemplo a seguir por outros países. Da nossa parte, procurámos garantir uma política rigorosa. O resultado da venda era canalizado para o Fundo Nacional do Desenvolvimento, responsável pelo financiamento de inúmeros projectos e realizações. Posso me gabar de, com a minha dureza, ter obtido bons resultados. Quando saí do governo em 1990, o FDN financiava projectos de mais de 800 mil contos, sem contar com o apoio ao grupo dos vulneráveis.»*

A nível do comércio, Lopes da Silva considera feliz a iniciativa de evitar o desaparecimento da iniciativa privada, ao contrário do que aconteceu noutras paragens, nomeadamente na Guiné-Bissau. Assim, como forma de gerir as divisas e assegurar ao mesmo tempo alguma austeridade, criou-se o sistema de *plafond*, não deixando todavia aquele

antigo governante de fazer a sua crítica ao sistema. *«A nível do Comércio, gerimos aquilo que o Banco punha à nossa disposição. A nossa luta era para que o Banco nos desse sempre mais. O bom relacionamento entre o meu Ministério e os comerciantes acabou por prejudicar o próprio sector. Por diversas vezes, senti que, se eles fossem um bocado mais reivindicativos, eu poderia também fazer o mesmo no Conselho de Ministros. O problema é que os comerciantes pensavam sempre que todos os seus problemas poderiam ser resolvidos conversando comigo.»*

Continuando o seu balanço desse período, Lopes da Silva reconhece, também, que a Empa acabou por crescer em demasia, asfixiando, na prática, a iniciativa privada, em especial o pequeno retalhista. *«A Empa sempre ultrapassou as orientações da sua tutela. Mas sempre combati o seu gigantismo. Uma das minhas medidas foi mandar acabar com os postos de venda, mas não era possível controlar tudo.»*

O contencioso colonial

Ainda dos seus primeiros tempos de ministro da Economia, Osvaldo Lopes da Silva recorda-se da trabalheira que foi solucionar com Portugal o chamado contencioso colonial. Faz questão de fazer justiça a certos governantes portugueses da altura, um deles o ministro da Cooperação, comandante Victor Crespo. *«Desse* dossier *constavam vários assuntos, entre os quais a transferência para o governo cabo-verdiano do aeroporto do Sal, da delegação do Banco Nacional Ultramarino, da Marconi, dos TACV, a reforma dos funcionários e a dívida "inexistente" de Cabo Verde. Aliás, sobre isso, eu dizia: se é "inexistente", nós não vamos discuti-la. Virou depois dívida "inexigível".»*

Iniciado um mês antes da independência, o processo seria concluído na Praia durante a quarta ronda das discussões, em Abril de 1976. *«Em Maio ia haver eleições em Portugal e fomos alertados pelos nossos amigos. O MFA ia deixar o comando da situação política, ninguém sabia no que ia dar, pelo que convinha solucionar o assunto até Abril. Encabecei uma delegação numerosa, que se deslocou em Fevereiro a Lisboa. Eu tinha que concluir tudo, mas não podia deixar transparecer essa ansiedade. Tinha de dar ares de muita firmeza. O meu interlocutor directo era o comandante Gomes Mota, que não estava a facilitar muito. Decidi pedir uma suspensão e aproveitei para visitar algumas entidades — o Victor Crespo, o Melo Antunes, o Salgado Zenha, um homem de uma grande gentileza, na altura ministro das Finanças. Procurei também o primeiro-ministro Pinheiro de Azevedo, bruto que nem uma porta, mas também um grande amigo de Cabo Verde. Conhecia todas as ilhas, pois aqui estivera numa comissão. Na primeira oportunidade perguntou-me pela Mariquinhas — e eu sem entender quem era ela. Acho que era uma mulher que ele conheceu na Boa Vista.* "Que belos marmelos tinha a Mariqui-

nhas!", *dizia-me ele.»*

Nesta acção de *lobby*, Lopes da Silva revela que onde encontrou frieza foi no PCP e num determinado sector do PS. *«No PCP começaram a falar-me da burguesia e da classe operária. Respondi-lhes que aquilo não nos interessava. Fui recebido também por Mário Soares, que não estava no governo e preparava-se para as eleições. Falei-lhe das nossas dificuldades, no fim, ele vira-se para mim e diz num tom sobranceiro:* "Meus senhores, somos muito amigos de Cabo Verde, mas cortado que foi o cordão umbilical, cada um por si, Deus por todos!" *Levantei-me imediatamente e dirigi-me à porta. O Manuel Alegre, meu amigo desde os tempos de Coimbra, foi-me buscar já à saída.* "Tu interpretaste mal as palavras do dr. Soares. Tu não sais... Vamos conversar." *Voltei e Mário Soares mudou o discurso.* "Cabo Verde tem um lugar especial no coração dos portugueses..." *A meu ver ele estava todo virado para a Europa. Nos tempos em que ele esteve à frente do governo as relações com a África não avançaram muito. A cooperação desenvolveu-se mais com Sá Carneiro e com Cavaco Silva. No tempo de Soares as coisas só caminharam bem quando estava o Almeida Santos, que é um grande amigo do Pires.»*

De qualquer modo, o contencioso colonial foi resolvido, graças à ajuda de Victor Crespo. *«No fundo, não estávamos a pedir muito a Portugal. Tudo foi negociado globalmente: o aeroporto do Sal, o porto da Praia, o BNU e o Banco de Fomento, a transferência dos activos e dos passivos, decidiram-se alguns créditos. A questão dos funcionários foi o* dossier *mais complicado. Os portugueses queriam que nós arcássemos com a reforma deles, nós respondemos*: "E os descontos que eles fizeram?" *Eles contrapunham:* "Foram enviados para Cabo Verde". *Ficámos nisso durante algum tempo, mas no fim conseguimos que Portugal aceitasse assumir, supletivamente, a responsabilidade sobre os cabo-verdianos que estavam noutras colónias, caso estas não assumissem as responsabilidades que poderiam eventualmente ter com eles. Como condição, esses funcionários teriam de viver ou em Portugal ou em Cabo Verde. Em relação ao banco, havia os empréstimos feitos à Província. Contabilizou-se tudo, fez-se um empréstimo não reembolsável, pagou-se o que se devia e tudo ficou resolvido através de um documento formal.»*

Fazer administração financeira com boa vontade

Vindo do governo de transição, nos 17 meses em que esteve à frente do Ministério das Finanças, Amaro da Luz procurou assegurar a continuidade no sector por ele tutelado. Tratando-se de um país sem dinheiro, cabia-lhe gerir as solicitações do dia-a-dia, que não eram poucas. *«Uma das minhas primeiras preocupações foi criar na mente dos próprios dirigentes uma cultura de administração, que não havia. As pessoas, de uma maneira geral, não tinham consciência da importância da administração, não tinham preocupações materiais, porque o partido dava tudo. Por isso, tratei*

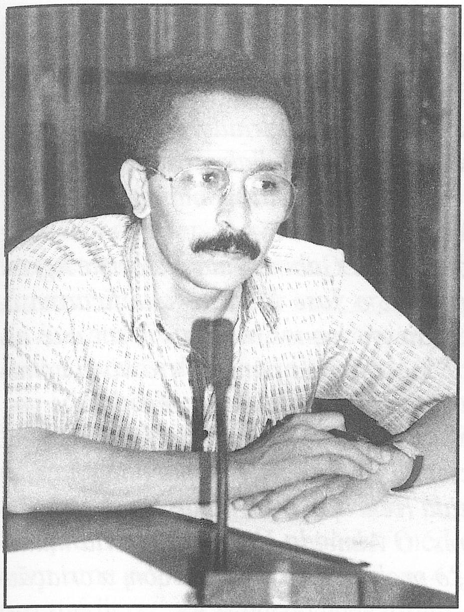
logo no início de elaborar o primeiro Orçamento do Estado, que foi aprovado em Abril de 1976, contendo análise dos problemas macro-económicos do país (na Guiné-Bissau isso só aconteceu três anos depois). E não foi fácil. Fizemos tudo sozinhos, sem nenhuma assessoria, apenas com gente das Finanças. Ninguém tinha experiência nesse ramo, pelo que estivemos primeiro a fazer a nossa própria preparação dentro do Ministério. Recordo-me que um dos técnicos era o Celso Ramos Celestino, que era uma pessoa com muita sensibilidade para o assunto, e o único que tinha o sétimo ano do liceu. Dos funcionários que preferiram ficar em Cabo Verde, todos tinham uma grande disponibilidade para o trabalho. Chegávamos a trabalhar 16 ou, até mesmo, 18 horas por dia. Eram pessoas dispostas a fazer algo por este país. Havia naquela altura gente que ganhava 20 e 30 contos, o que era muito dinheiro na época. Vários técnicos, entre eles o Jorge Querido e o Adriano Lima, aceitaram receber 13 contos, quando podiam perfeitamente ir para Portugal. E o exemplo tinha de vir de cima, pelo que comprimimos, ao máximo, as despesas públicas, a começar pelos salários dos governantes. Um ministro recebia dez contos. A austeridade perturbou muita gente, mas vi que era a única saída para Cabo Verde. Em termos orçamentais, as despesas correntes tinham de ser cobertas pelas receitas correntes. Disse ao Pires que o Banco tinha de ser independente do Ministério para evitar que, na primeira dificuldade, o governo recorresse ao Banco.»

Graças a isso, segundo Amaro da Luz, não se cumpriu a profecia daqueles que davam menos de seis meses de vida para Cabo Verde independente. *«Os especialistas analisavam os dados macro-económicos de Cabo Verde e concluíam que nós não tínhamos hipótese de aguentar. Diziam que íamos voltar a entregar Cabo Verde a Portugal.»*

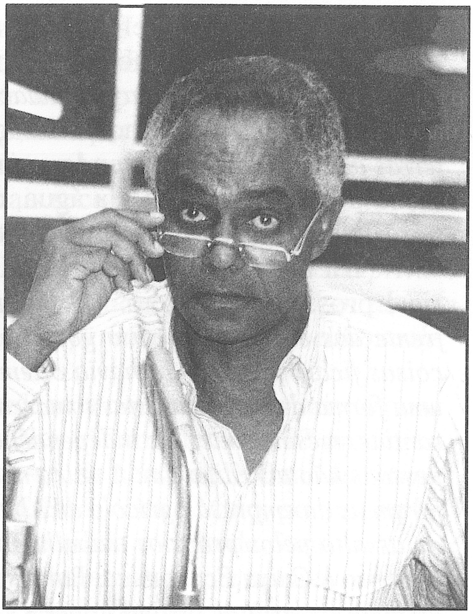
Reconverter e modernizar a agricultura

Militante do PAIGC desde 1966, Sérgio Centeio integrou com José Luís Fernandes e Jorge Querido a *troika* que dirigiu as actividades desse partido em Cabo Verde, para onde regressa em 1971, depois de formado em Agronomia, em Lisboa. Ligado ao Departamento da Administração, Coordenação e Controlo das actividades do PAIGC pós 25 de Abril, com a independência, é convidado a dirigir o Ministério da Agricultura e Águas. Natural da Praia, iria completar 28 anos no mês seguinte à sua posse.

«Organizámos o Ministério de acordo com as necessidades da altura», refere Centeio, que lembra que o país vivia há oito anos sem chover.[22] *«Isso nos sugeria que a agricultura de sequeiro não tinha futuro se não se mudassem os hábitos dos agricultores. Demos ênfase à busca da água. Era ao regadio que íamos dar maior atenção. Fizemos as contas e verificámos que a água que tínhamos dava para fazer alguma coisa. Eu era muito optimista. A nossa estratégia era adoptar a dessalinização para as principais cidades —*



Carlos Reis



Amaro da Luz

Mindelo, Sal e Praia — e deixar a água natural para a agricultura. Pensámos em ter 10 mil hectares de regadio, mas ficámos muito longe dessa meta. Vi depois que não era fácil mudar os hábitos dos nossos agricultores. O agricultor, geralmente, faz o que lhe parece mais fácil, além de trabalhar isoladamente. A sua segurança leva-o a produzir determinados produtos em detrimento de outros. Por exemplo, Santo Antão: é natural que as pessoas cultivem cana sacarina, porque a aguardente conserva-se melhor. Sem estradas nem transportes, qualquer reconversão aí estaria condenada ao fracasso.»

Em termos programáticos, explica Centeio que, por um lado, o seu ministério teve como preocupação assegurar as estruturas herdadas; e, por outro, um esforço de modernizar o sector agrícola. *«A nossa agricultura era e continua a ser muito tradicional. Avançámos com certos projectos, como, por exemplo, o de Monte Genebra, no Fogo, com produtos hortícolas. Quisemos também reconverter o café do Fogo, mas os terrenos eram de privados, que na sua maioria estavam no estrangeiro. Mesmo assim, plantámos novos cafeeiros, macieiras, vinhas... Era preciso fazer essa reconversão ou replantação, basta ver que o café desapareceu de Santiago, porque não se renovaram os cafezais. As mangueiras que ainda existem foram plantadas no tempo colonial e haverá um momento em que elas desaparecerão ou deixarão de produzir. São também os casos dos cajueiros, goiabeiras etc.»*

Outro problema que se procurou resolver era o do absentismo, que, naquela altura, era um fenómeno gritante, uma vez que, para além do abandono das propriedades rústicas, havia ainda os casos de penhora junto do BNU. A procura de solução de tais casos passaria, no entender

das autoridades, pela reforma agrária, definida na reunião da CNCV, em Março de 1975, como uma forma de obter o *«aumento da produtividade do trabalhador agrícola e liquidação do monopólio dos latifundiários»*. O PAIGC preconizava a nacionalização de *«terras de traidores, absentistas e terras abandonadas»*, prevendo, como *«medidas imediatas»*, a regulamentação do arrendamento, da água, considerado *«património nacional»*, e, por fim, a criação do crédito agrícola.

«Desde o primeiro dia organizámos um Gabinete da Reforma Agrária», prossegue Centeio. *«O Pereirinha e o José Moniz é que ficaram à frente dos estudos. Deixo o governo, mais ou menos, na altura em que as coisas ficam prontas. Já havia o temor... A reforma agrária era vista como uma forma de os comunistas tomarem conta da terra, apesar das nossas garantias, mesmo antes da independência, de que isso não seria feito, mas as pessoas não acreditavam. A única nacionalização de terras que tinha havido foram as da empresa agrícola de Almeida Henriques, em Santa Cruz, tomada de assalto pelos próprios trabalhadores. O Almeida Henriques devia muito dinheiro à Caixa Económica. Por isso, o problema se resolveu com a criação da empresa estatal Justino Lopes.»*

Foi também no tempo de Sérgio Centeio que se decidiu lançar mãos à florestação, tornando-se, com os anos, um dos *ex-libris* de Cabo Verde na sua luta contra a desertificação. *«Apresentei um projecto à FAO para plantar um milhão de árvores em cinco anos. Fez-se isso em muito menos tempo. Além de criar micro-climas, a plantação de árvores fixa o terreno, evitando a erosão; e com certas espécies de árvores (por exemplo, a acácia americana) produzia-se lenha e também alimentos para cabras. Ainda com a ajuda da cooperação internacional, fizemos um trabalho interessante de protecção das bacias hidrográficas, através da construção de diques e obras de correcção. E ninguém pode negar que isso tudo não foi muito importante.»* [23]

Para Centeio, lidar com a estrutura agrária de Cabo Verde é ainda hoje uma tarefa complexa, por envolver o sentimento das pessoas, por um lado, e a vontade do Estado, por outro. *«De uma maneira geral, não há entre o Estado e os agricultores a mesma coesão ou interesse em fazer as coisas. O Estado pode interessar-se por um projecto, mas a parte directamente envolvida, isto é, o agricultor, como não está minimamente informado, geralmente não adere. Enfim, já lá vão 20 anos e posso afirmar que os problemas que identifiquei em 1975 são os mesmos que Gualberto do Rosário levantou em 1991.»*

Saúde

A situação encontrada por Manuel Faustino na Saúde e Assuntos Sociais é também por ele classificada de complexa. *«Até então não se podia falar que houvesse uma política de saúde em Cabo Verde»*, refere como ponto de partida.[24] A instabilidade verificada com o 25 de Abril e a

independência reflectiu-se com força nos anos seguintes devido à evasão dos médicos, alguns dos quais militares portugueses em comissão no arquipélago. Molestados durante a campanha independentista e apreensivos com o seu próprio futuro, boa parte dos poucos profissionais cabo-verdianos da Saúde preferiram também ir-se embora. Ademais, a Saúde, à semelhança dos demais sectores sociais e económicos, passaria a reger-se pelo figurino político do novo tipo de sociedade que se pretendia construir em Cabo Verde. *«Éramos contra a medicina privada, mas aceitámos abrir uma excepção — as clínicas que existiam por altura da independência podiam continuar, mas não permitíamos o aparecimento de outras»*, recorda Manuel Faustino.

Cabo Verde chegava à independência com três hospitais (Praia, Mindelo e S. Filipe), 21 postos sanitários, 15 médicos e 123 unidades de enfermagem, para um total, recorde-se, de cerca de 300 mil habitantes, havendo ilhas — S. Nicolau, Brava, Boa Vista e Maio, por exemplo — que não possuíam nenhum médico, e ainda o caso de Santo Antão, com uma população estimada em 45 mil habitantes, que apenas possuía um médico.[25] *«A situação pode tornar-se mais dramática se tivermos em conta que os poucos meios que possuímos concentram-se quase que exclusivamente em duas cidades, no Mindelo e na Praia, o que nos vai apresentar um desequilíbrio entre a cidade e o campo»*, alerta, na altura, o titular do Ministério da Saúde e dos Assuntos Sociais.[26]

Havia, por isso, que mobilizar os quadros tanto para os centros urbanos como para os pontos mais afastados. *«A estratégia era aproveitar a mobilização das pessoas. Fizemos uma assembleia do ministério onde foram elaboradas as linhas básicas do sector. Os responsáveis foram eleitos e isso envolveu todo o mundo. O Luís Leite foi o primeiro médico a ir para Santa Catarina. Lembro-me que o Lisboa Ramos, que trabalhava comigo no Ministério, perguntou-me como é que consegui convencê-lo em pouco tempo. Havia muitas dificuldades. O que nos salvou é que tínhamos um corpo extraordinário de enfermeiros, indivíduos bem formados e com bastante experiência. Isso é que aguentou bastante.»*

Três anos depois, o número de médicos subiu para 47, dos quais 22 eram nacionais e 25 cooperantes, perfazendo a média de um médico para 6 mil pessoas.[27] O hospital da Praia, construído no século passado, continuava a ser insuficiente para as satisfações da população, que chega a esperar mais de um mês para conseguir uma consulta. O hospital de S. Vicente, nomeadamente a sua parte nova, continuava em obras, para ser concluído apenas em 1984. Através da cooperação com Portugal, cidadãos cabo-verdianos são enviados em número significativo para tratamento em hospitais portugueses.

Nos quase quatro anos em que respondeu pelo sector, Faustino afirma que procurou criar condições para que as pessoas pudessem

trabalhar, independentemente das questões políticas. Cita, como exemplo, o caso do dr. José Duarte Fonseca, em S. Vicente, antigo presidente da União Nacional em Cabo Verde. *«Houve pressões dos dois lados. Uns queriam glorificá-lo, outros acabar com ele. Não fiz nem uma coisa nem outra, permiti apenas que trabalhasse. Numa altura em que o "adesismo" era grande, o dr. Fonseca manteve-se no seu lugar. Foi das primeiras pessoas a fazer algumas críticas ao PAIGC, numa carta que publicou no* **Voz di Povo**.*»*

Para Faustino, Fonseca pertencia (e continua a pertencer) a uma estirpe de cabo-verdianos que não consegue viver fora da sua terra. *«Ele não se concebia fora de S. Vicente, nem fora do hospital. Foi pedir-me para continuar a trabalhar e não queria receber nada. Aceitámos, só não aceitámos que ele não recebesse. Era uma pessoa de grande prestígio, extremamente popular na época. Como profissional, sempre se preocupou com a sua formação — com o próprio dinheiro ia ao exterior fazer a sua reciclagem e voltava para S. Vicente, onde tinha a sua clínica. Dada a sua experiência, foi escolhido para dirigir o primeiro curso de enfermagem.»*

Democratizar o ensino

Os problemas colocados a nível da Educação, de certo modo, são idênticos aos da Saúde. *«As dificuldades foram imensas»*, começa Carlos Reis por referir.[28] Uma das preocupações do governo foi procurar assegurar a instrução primária a todas as crianças em idade escolar, de modo a garantir o *boom* que já vinha dos últimos anos do período colonial, e ao mesmo tempo disciplinar o sector e proceder ao envio dos primeiros bolseiros para o exterior.[29] Nos últimos anos antes da independência, o número de alunos rondava os 60 mil, boa parte dos quais acabava, contudo, por ficar pelo caminho, tanto por desistência como por reprovação. Em resumo, Cabo Verde herdava, no ano lectivo 1974/75, uma taxa de analfabetismo estimada na altura em 70 por cento, 1.400 professores e 650 salas de aula.[30] *«Não havia mais do que uma trintena de professores com o Magistério Primário»*, afirma Reis.

Até então, boa parte do corpo docente, principalmente liceal, ou eram militares portugueses ou esposas destes. *«Houve acções de formação que começaram ainda no governo de transição, com o Manuel Faustino. A Escola do Cortiço ,em S. Vicente, foi comprada pelo Estado para formação de professores do Magistério Primário.»* E, como forma de colmatar a grande falta de docentes, recorreu-se também à cooperação portuguesa. *«Foi de facto um pandemónio, no início. A Cooperação portuguesa não tinha experiência nessa área. Nos primeiros tempos, os alunos passavam vários meses sem aulas devido à não chegada a tempo dos professores. Entretanto, com o início da Escola de Formação de Professores, as coisas foram melhorando, acabando por se dispensar a cooperação externa.»*[31]

Havia igualmente que proceder à ampliação ou construção de novos estabelecimentos de ensino. *«A maior parte das estruturas escolares foi feita nessa altura. Sentimos que era preciso priorizar Santiago, por ser a ilha que tinha a pior situação, do ponto de vista do Ensino. Construímos os anexos do Liceu da Praia, as escolas do Lavadouro, Calabaceira, Capelinha, Achada Santo António, para além do interior de Santiago. O que é hoje o Liceu de Santa Catarina foi mandado construir também nessa altura.»*

Entre os vários problemas sociais herdados, sobressaía a desnutrição das crianças em idade escolar. *«Foi nessa altura que se decidiu implantar com seriedade as cantinas escolares. A nossa preocupação foi assegurar uma refeição quente em quase todas as escolas. Outro problema era o abandono escolar, que tinha como uma das causas a subnutrição. Os meios internos eram escassos, de modo que era preciso ir buscá-los lá fora. Construímos as escolas com a ajuda dos EUA e lançámos o programa das cantinas escolares com o apoio do PAM. De uma maneira geral, a Educação é um sector de que não se pode ter muitas queixas. Tem sido possível manter uma rede superior às condições que o país tem. E se há um sector que pode ajudar no desenvolvimento de Cabo Verde, é o da Educação.»*

Um dos colaboradores directos de Carlos Reis foi Dulce Almada Duarte, que guarda esse tempo como um dos momentos mais envolventes da sua vida. Regressada a Cabo Verde em Dezembro de 1974, começa a trabalhar no sector ainda no governo de transição e, com a independência, é escolhida para directora do Gabinete de Estudos até 1978, altura em que é nomeada directora-geral da Cultura. *«Quando, ainda na luta, começámos a denunciar a situação em Cabo Verde, os portugueses lançaram mãos ao ensino e passaram a preparar professores, com a quarta-classe, em 40 dias na chamada Escola da Variante. Mesmo assim, havia 70 por cento de analfabetos por altura da independência. Entre as mulheres, havia localidades em que o índice chegava aos 90 por cento. Uma das primeiras medidas foi proceder à reforma do ensino, de modo a adequar o programa, e os professores tiveram que ser reconvertidos à nova realidade. Tentou-se também disciplinar o sector, pois havia problemas enormes. Os professores não eram respeitados, por causa do revolucionarismo barato de alguns. Havia professores que ofereciam cigarros aos alunos, professores* hippies *que iam dar aulas com calças sujas e chinelos nos pés. Ao mesmo tempo, era necessário mandar gente cursar no exterior. Logo em 1975 partiram os primeiros bolseiros com bolsas da Unesco. Recordo-me de que os primeiros alunos foram o Manuel Veiga, a Fátima Veiga, o Jorge Brito, o Rui Figueiredo, o Victor Borges... Havia bolsas para os mais variados lugares — URSS, Cuba, Brasil, Portugal...»*

Tanto Dulce Almada Duarte como Carlos Reis concordam que, com a massificação do ensino, este entrou numa crise que se arrasta até hoje. Afirma Almada Duarte: *«Nos liceus havia uma grande instabilidade do corpo docente: as pessoas faziam o sétimo ano, davam aulas um ou*

dois anos e, depois, iam estudar ou arranjavam outros empregos mais atractivos. Essa instabilidade teria de afectar o ensino. Até hoje, esse é um problema que não se resolveu. Há também a questão da língua. O aluno do interior de Santiago, que vai para escola, com sete anos, sem nunca ter pensado ou falado português, de repente, começa a ter que fazê-lo... Isso é uma violência muito grande. E, se formos ver, boa parte dos professores não domina sequer a língua portuguesa. Querendo ou não, isso dificulta o ensino e a compreensão, ao mesmo tempo que faz o aluno perder o interesse pela escola. A nível do corpo docente já se fez muito, mas ainda é preciso fazer muito mais. De uma maneira geral, os professores começam com fracas bases e nem sempre conseguem superar isso.»

A defesa e a (in)segurança interna do Estado

Desde a reunião da CNCV de Março de 1975, que Silvino da Luz passara a encabeçar, a nível do PAIGC, o Departamento de Defesa e Segurança; por isso, nada mais natural a sua escolha para, agora, chefiar essas duas áreas a nível do governo. Na formação das primeiras unidades das Forças Armadas, os novos governantes contam, sobretudo, com a adesão e o entusiasmo dos jovens, tendo a formação militar dos mesmos sido assegurada por militares portugueses. Para além dos elementos aqui formados, houve ainda um outro contingente enviado, primeiro, para a Guiné-Bissau e depois para Cuba. A nível de Segurança, o processo foi mais ou menos idêntico. Com a independência, as estruturas de Segurança do PAIGC deixam formalmente de existir. Sector controverso, em pouco tempo apodado de Pide/CV, Silvino da Luz explica deste modo as razões que levaram o novo Estado a montar a Segurança:

«Vivia-se um período de grande euforia revolucionária, de grandes utopias e dos ismos *— trotskismo, maoísmo, luxemburguismo... Saímos da luta armada com uma grande massa de apoiantes, mas, também, de detractores e de inimigos. Estávamos ainda sob os efeitos do assassinato de Amílcar Cabral, o que nos leva durante algum tempo a questionar se devíamos ou não ter uma estrutura de Segurança. Em Cabo Verde havia um grupo muito localizado que era contra a independência, grupo esse posto de pé pelo Sérgio Fonseca, apoiado em Portugal pelo Spínola. Havia, por outro lado, uma situação de polarização no mundo. A guerra fria fazia-se sentir com grande força. Os americanos consideravam-nos cripto-comunistas e os seus agentes actuavam nos Cinco contra os movimentos de libertação. Não conseguimos fugir à necessidade de criar um sistema de Informação ou de Segurança, como se quiser. Porque era preciso criar condições para garantir a estabilidade, a unidade nacional e a segurança interna do Estado. O primeiro director nacional foi o João Pereira Silva, que tinha como adjunto o Eduardo Alhinho.»*

Para Pereira Silva, havia uma histeria contra o inimigo externo,

no caso o imperialismo americano, que, por sua vez, também tinha um *«grande pavor do PAIGC»*, por temer que Cabo Verde fosse transformado em base soviética. *«Os nossos militantes chegavam a ver submarinos, helicópteros... Havia uma psicose de sermos abocanhados. Tinha-se muito medo da América. Falava-se de grupos de cabo-verdianos, residentes nos EUA, que viriam desembarcar em Cabo Verde. Hoje podemos dizer que isso tudo era um disparate, mas, naquela altura, não, porque acreditava-se em tudo.»*

Pereira Silva não tem pejo em dizer que foi um dos fundadores da Polícia de Ordem Pública ou mesmo da Segurança. *«Acabou-se por criar uma Direcção Nacional da Polícia de Ordem Pública e Segurança. O Eduardo Alhinho foi o meu adjunto para a Segurança e o Timóteo Tavares ficou para a Polícia de Ordem Pública. Em S. Vicente, a mesma coisa: o Roque de Pina, Ordem Pública; e o Beitz, Segurança. Somos nós os responsáveis pelo não desmantelamento da polícia herdada do período colonial. Entre 1975 e 76 fizemos fundamentalmente Ordem Pública. Passei para o governo a 7 de Janeiro de 1977 para substituir o Sérgio Centeio. A partir daí, a Segurança começa a crescer para dar no que se sabe ou se diz.»*

Confrontado com as críticas à antiga Segurança, Silvino da Luz responde: *«Que se diga o que se quiser das práticas dos nossos serviços de Segurança. Ela era meia dúzia de fulanos sem qualquer preparação. O que acontece é que se via Segurança por todo o lado, mais como uma paranóia que foi crescendo no espírito das pessoas e hoje é uma coisa monstruosa, comparada à KGB, Stasi, Securitati etc. Só que ninguém se lembra de dizer que a CIA, a Mossad, o MI 2 tinham métodos tão ou mais horríveis quanto a KGB. Basta para isso ler os livros, os romances inspirados neles. No entanto, apenas se fala da KGB e similares porque eram comunistas. Pessoalmente, não acredito, nem de perto nem de longe, que o nosso pessoal tivesse tanta capacidade como hoje se faz crer.»*[32]

Um "Estado de Direito" esquisito

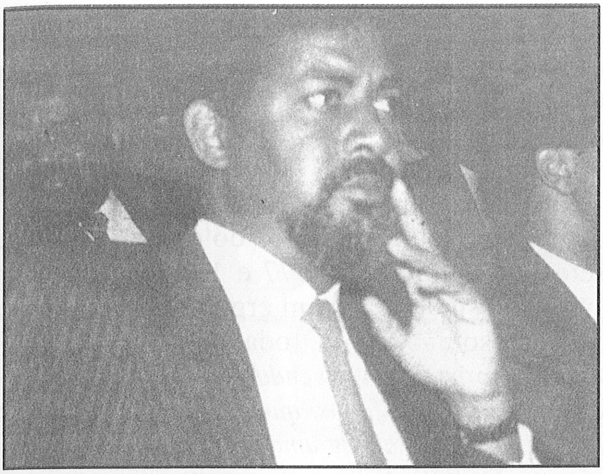
Adjunto de Carlos Reis no governo de transição, foi com certa naturalidade que David Hopffer Almada viu a escolha da sua pessoa para ministro da Justiça. A surpresa, experimentara-a seis meses antes, quando convidado para secretário de Estado-adjunto do ministro da Justiça e Assuntos Sociais, ocupando-se, na prática, do primeiro sector, enquanto Reis do segundo. Tinha 28 anos, não vinha da luta na Guiné e nem sequer chegara a pertencer aos núcleos clandestinos do PAIGC em Cabo Verde ou em Portugal. Por isso, a sua escolha para tais cargos não deixa de constituir uma surpresa nos meios políticos da época. Dentro do equilíbrio interno do regime, Hopffer Almada será, com Pedro Pires, o elemento que mais tempo irá permanecer no governo, transitando, em 1985, da Justiça para o Ministério da Informação, Cultura e Desportos,

até Janeiro de 1991, acabando por romper com o próprio PAICV na sequência da denúncia do financiamento, pelas antigas autoridades, do jornal **África**. Olhando para aqueles primeiros anos, Hopffer Almada confessa que, durante muito tempo, foi visto por certos sectores do regime como um intruso, sentindo-se ele próprio um *outsider*, uma vez que não se encaixava em nenhum dos grupos existentes no PAIGC.

Natural de Santa Catarina, David Hopffer Almada foi dos primeiros alunos do seu tempo a terminar o curso de Direito, na Universidade de Coimbra. Chega a Portugal em 1968 e, no ano seguinte, vê-se acidentalmente envolvido nos acontecimentos da crise universitária. É preso, acusado de estar ligado ao movimento grevista, condenado e pouco depois amnistiado. Embora não pertencesse formalmente às estruturas do PAIGC, diz ter participado numa ou noutra reunião de consciencialização nacionalista. Jorge Carlos Fonseca, expulso com Wladimir Brito de todas as universidades portuguesas, lembra-se de Hopffer Almada como um elemento *«completamente marginal»* dos núcleos do PAIGC. Concluído o curso em 1973, Hopffer Almada regressa a Cabo Verde, instala na Praia o seu escritório de advocacia e reforça a dupla Arlindo Vicente Silva e Felisberto Vieira Lopes na defesa dos cidadãos que caem nas malhas da Pide/DGS. Com o 25 de Abril, integra a Frente Ampla Anti-Colonial e é convidado pelo major Loureiro dos Santos para dirigir o **Alerta**. *«Com a vinda do PAIGC, sou integrado no partido, embora sem acto formal»*, conta o próprio Hopffer Almada. E dele diz também Amaro da Luz: *«Até ao 25 de Abril, ele nunca tinha feito nada connosco. Quando chegámos de Portugal, ele aproximou-se de nós.»*[33]

Reportando-se à sua tarefa, enquanto ministro da Justiça do primeiro governo cabo-verdiano, Hopffer Almada classifica-a como *«um bocado complicada»*, uma vez que se vivia um período revolucionário, ao mesmo tempo que se impunha criar e garantir o funcionamento das instituições, *«um trabalho ciclópico»*. Basta dizer que até então os tribunais estavam circunscritos à Praia e ao Mindelo, limitando-se a gerir os conflitos mais comezinhos. *«Urgia modificar a situação herdada. Toda a legislação era portuguesa, ainda por cima colonial. Havia, primeiro, que transformar essas leis e adequá-las ao país independente que passáramos a ser. A tendência era modificar tudo, em nome da autenticidade. Havia uma sede de mostrar que nós éramos um país independente, com a sua própria forma de agir e pensar.»*

Como linhas mestras, a Justiça tinha a Lope — *«um saco sem fundo»*, no dizer de alguns juristas cabo-verdianos —, cujo período de duração ultrapassou rapidamente os 90 dias previstos, mantendo-se em vigor até finais de 1980, quando é, finalmente, elaborada a primeira Constituição do país. *«Na primeira fase, não houve grandes choques»*, diz novamente Hopffer Almada. *«Havia uma grande generosidade das pessoas e, praticamente, todos comungavam os princípios que norteavam a Lope, no-*



David Hopffer Almada

meadamente a forma como se estava a organizar a Justiça, isto é, na sua vertente popular. Era um objectivo ou um sonho de todos nós, que queríamos implantar aquilo que se considerava justo ou melhor. No fundo, todos os países passam por este tipo de experiência».

Ainda dentro do objectivo de assegurar o direito à justiça a todos os cidadãos, é criado, em 1978, o Instituto do Patrocínio e Assistência Judiciários (Ipaj), organismo que passa a agrupar os magistrados, advogados e solicitadores, tornando-se, com o tempo, num importante grupo de pressão sobre o governo. Uma das tendências, então, era acabar com certas profissões liberais ou pô-las ao serviço do Estado e das massas populares. *«Os advogados tinham má fama, eram vistos como protótipos de desonestos, indivíduos que enriqueciam facilmente. Mesmo assim, o aparecimento do Ipaj foi bom, porque evitou em Cabo Verde a estatização da Justiça. A sua criação visava, também, criar algo que, com o tempo, pudesse enquadrar e representar os profissionais do foro e garantir a assistência judiciária aos mais desfavorecidos, socialmente. O seu objectivo era nobre e foi abraçado por todos, menos pelo Felisberto Vieira Lopes.»*[34]

Hoje, Hopffer Almada considera que um dos males da organização foi pretender meter todos os sectores profissionais da justiça no mesmo saco. *«A experiência do Ipaj evoluiu, deixou de ser um organismo de toda a classe ligada ao foro. A tendência actual é o Ipaj transformar-se numa Ordem dos Advogados, como acontece em certos países.»*

Enquanto balanço dos cinco primeiros anos, Hopffer Almada destaca a criação de estruturas judiciais, designadamente os tribunais regionais e subregionais, os tribunais de zona ou populares, para além do Conselho Nacional de Justiça, depois Supremo Tribunal de Justiça, e de determinados serviços — Conservatória de Registos, delegações e postos de registos. *«Todas estas estruturas tornaram-se autónomas e independentes da administração central ou do governo»*, diz ele. E, do ponto de

vista legislativo, foi também nos cinco primeiros anos que se procedeu à alteração de algumas das leis que até então denotavam marcas da sociedade católico-colonial: *«Fez-se alguma reforma legislativa — institui-se a união de facto, o divórcio de comum acordo, a lei da filiação, que acaba com a distinção entre os filhos legítimos e ilegítimos.»*

Passada a fase revolucionária, onde não faltam leis particularmente repressivas, do ponto de vista dos direitos do cidadão (casos, por exemplo, dos decretos-lei nº 95/76, 101/77 e 122/77), Hopffer Almada entende que havia uma sinceridade em erguer um Estado de Direito em Cabo Verde, processo não isento, todavia, de certos choques internos. *«Nós achávamos normal que, havendo um Estado que se dizia de Direito, determinadas coisas fossem feitas, que os cidadãos tivessem os seus direitos consagrados na lei. Por mais de uma vez, o próprio partido ou o governo perdeu causas perante os cidadãos. Posso citar o exemplo de dois decretos-leis, onde se pode verificar a prevalência do Direito sobre o político — o decreto-lei 14-A/83, de 22 de Março, que regula o regime do contencioso administrativo, e o decreto-lei 116/84, de 8 de Dezembro, que define a responsabilidade civil extra-contratual do Estado e demais pessoas públicas no exercício de actividades públicas, que visa, ao fim e ao cabo, responsabilizar o Estado pelos prejuízos causados aos particulares. Nós éramos de facto um Estado singular. As pessoas que nos visitavam, inclusive professores de Direito, diziam que nós éramos um regime de partido único esquisito. O Gomes Canotilho esteve cá em 1982 e duvidou que fôssemos aprovar o decreto-lei do contencioso administrativo.»*

Estado *versus* Partido

Embora entre para o governo apenas na remodelação de Janeiro de 1977, enquanto um dos responsáveis pelo Departamento da Organização e Ideologia do PAIGC, tarefa que dividia com Olívio Pires, José Luís Fernandes participa nas primeiras tentativas de reforma administrativa até ser chamado para secretário de Estado da Administração Interna, Função Pública e Trabalho. A Administração Pública e Interna era tutelada pelo primeiro-ministro, através do director-nacional, Carlos Veiga, sendo este, segundo Fernandes, o arquitecto da lei que cria as figuras do delegado da Administração Interna (depois delegado do governo) e dos Conselhos Deliberativos, para todos os efeitos, a primeira tentativa de se pôr de pé uma estrutura municipal diferente da do período colonial. *«O Veiga é que criou a Administração Interna em Cabo Verde»*, explica Fernandes. *«E reconheço que ele teve um trabalho altamente meritório nessa fase. Vendo hoje a questão, importava naquela altura criar as Faimo, garantir o trabalho às pessoas, principalmente nas periferias... Isso foi feito contra as estruturas do partido, a favor do Esta-*

Alexandre Ramos de Pina com Aristides Pereira e João Pereira Silva

do... Não foi de todo um processo pacífico, na medida em que os Conselhos Deliberativos eram quem tinha o poder, mas, na prática, era o delegado do governo que exercia esse poder, enquanto era o partido quem escolhia as pessoas para os Conselhos Deliberativos.»[35]

Praia, um caso de centralização

Por indicação de José Luís Fernandes, Alexandre Ramos de Pina é nomeado o primeiro delegado do governo da Praia, função que exerce de 1975 até Fevereiro de 1980. No Conselho Deliberativo, Ramos de Pina tinha Alfredo Veiga, José Cardoso, Gregório Tavares, António Moniz, António Sousa e Félix Monteiro..., cooptados através do próprio delegado do governo ou ainda do partido. Para além das dificuldades enfrentadas no exercício de tais funções, Ramos de Pina queixa-se do enorme peso da administração central na vida municipal. *«Havia a tendência para a afirmação das estruturas centrais, em detrimento do município. Isso teve o seu impacto negativo. Até 1980, a missão da câmara ou do secretariado era construir sentinas, fontenários, pocilgas... Hoje, em princípio, a Câmara detém um maior número de competências. Tem maior liberdade na gestão dos negócios da comunidade.»*

Mantida como capital do país, Praia, segundo Ramos de Pina, não estava preparada para receber, por um lado, o êxodo populacional oriundo do interior de Santiago e, por outro, o fluxo de técnicos ou simples cidadãos de outras ilhas do arquipélago.[36] Carlos Reis lembra, a propósito, a afronta que era a capital cabo-verdiana, em 1975: *«Onde*

hoje são os prédios da Achada Santo António era conhecido por Monte Mosca, por causa da lixeira que lá havia. Era essa a terra que tínhamos, com uma capital constituída por apenas quatro ruas. Uma afronta!»

«Os últimos anos da administração portuguesa já eram de crise», retoma Ramos de Pina. *«A cidade começava a dar os primeiros sinais de expansão. A seca no interior empurrava as pessoas para a cidade e, com a independência, esse fluxo aumentou ainda mais. Em contrapartida, a cidade não era o caos que é hoje, não havia tanta falta de água, nem a sujeira dos anos seguintes. A cidade era mais pequena, não tinha certos tipos de carências, as pessoas eram também mais cordatas, mais desprendidas. Era-se mais solidário e mais participativo. Isso se reflectia no comportamento dos próprios governantes em relação aos cidadãos. Não havia esse distanciamento entre a classe política e a sociedade.»*

«De qualquer modo», prossegue Ramos de Pina, *«em 1975, em termos de estruturas camarárias, os portugueses não deixaram nada. A câmara tinha um único camião para recolher o lixo, um autotanque que servia aos bombeiros e também para lavar as ruas. Até 1980, a câmara tinha apenas uma arquitecta, que era cooperante. A capacidade técnica e administrativa do município era extremamente limitada, embora houvesse algum recurso financeiro, proveniente, sobretudo, da exploração de alguns equipamentos: mercado, cinema, central eléctrica, água... Quando cheguei, apenas encontrei papéis — vales de dívidas. A câmara não tinha dinheiro, porque durante o governo de transição não se cobravam as receitas. O cinema era explorado por um particular que pagava uma taxa insignificante. O nosso primeiro orçamento foi de 2 ou 3 mil contos. Paulatinamente, os serviços foram sendo organizados e as receitas foram crescendo. Em 1980, quando saí, o orçamento já era de cerca de 20 mil contos, boa parte dos quais oriundos da cobrança das próprias receitas.»*

O partido bombeiro

Além de ter sido na Administração Interna onde o choque entre o Partido e o Estado se vai fazer sentir com maior intensidade, para José Luís Fernandes, a Administração Pública e Interna foi "segurada" por Aristides Pereira e Pedro Pires. *«A preocupação dos dois foi sempre evitar que o aparelho administrativo colonial fosse desmantelado abruptamente. Por exemplo, a primeira preocupação deles foi conter o movimento de saneamento. Com isso, evitaram-se rupturas e houve vários casos de direcções nacionais ou assessorias que foram exercidas por pessoas que nada tinham a ver com o PAIGC. Isso foi um facto positivo, o que não significa que não houvesse uma tensão no interior do regime por causa dessa atitude, nomeadamente entre as estruturas de base e a direcção superior do partido. Mesmo assim, tentou-se uma organização mínima, através da desconcentração dos poderes do Estado e não da municipalização desses poderes, note-se. Havia*

também que fazer a gestão da ajuda pública, a distribuição e venda para geração de novos empregos, através das Faimo. Portanto, achava-se que era preciso um agente do poder central nas periferias. É assim que surgem os delegados do governo e os secretários-administrativos, através da lei feita por Carlos Veiga. Essa situação faz surgir a tensão entre os responsáveis locais do partido, geralmente homens com ideias de esquerda, e as estruturas do Estado, isto é, os delegados do governo, geralmente administrativos. Nalguns conselhos, o problema foi resolvido nomeando para delegado do governo o responsável local do partido. A este nível, as reuniões do partido eram dominadas por este tipo de questão: saber quem detinha o poder, se os delegados do governo ou se o primeiro-secretário do partido.»[37]

A supremacia do PAIGC, ainda de acordo com Fernandes, era feita sobretudo através dos organismos dos Assuntos Sociais e do movimento cooperativo, que ele também controlava antes de ir para o governo. *«As estruturas do partido exerciam a sua influência através desses dois organismos e também das comissões de reforma agrária ou, ainda, dos tribunais populares. Disso resultam fontes permanentes de tensão. A nível da função pública questionava-se, por exemplo, o papel das células do partido, que acabavam por ter uma acção na nomeação dos funcionários. Até 1976, a gente queimava todo o nosso tempo a discutir este tipo de questões. O debate era saber como se exercia a função dirigente do partido sobre o Estado. Havia pessoas que eram a favor da afirmação do Estado e que a acção do partido se devia exercer sobre os funcionários ou sobre os cidadãos através de directrizes gerais emanadas do partido. O Pires, enquanto primeiro-ministro, mostrava-se a favor do Estado autónomo, cujas regras deviam pautar-se pelo primado da lei. No seu entender, não cabia às estruturas do partido intervir na Administração Pública. O afastamento ou a neutralização, mais tarde, dos elementos esquerdistas vai atenuar a situação.»*

Dos dirigentes do PAIGC, Olívio Pires é quem encarna a figura do homem do aparelho ou o responsável pela pureza ideológica do regime. Curiosamente, dos principais combatentes vindos da Guiné, é o único a não assumir responsabilidades a nível do Estado durante os 15 anos da I República. Responsável-regional nos primeiros tempos do PAIGC a nível das ilhas de S. Vicente, Santo Antão e S. Nicolau, ele regressa a Cabo Verde, mais concretamente a S. Vicente, vindo da Holanda, em Dezembro de 1974, um dia depois da tomada da Rádio Barlavento, e nos primeiros tempos leva uma vida entre Mindelo e Praia, para além de viagens a Bissau e à Europa, aonde se desloca com Júlio Siminhas numa missão destinada a solicitar ajuda para Cabo Verde. Procura também convencer determinados quadros, alguns dos quais ex-militantes ou gente que estivera próxima do PAIGC, a regressar ao país e ajudar no seu desenvolvimento.

«Como estava constantemente a vir à Praia, acabei por vir morar aqui

em 1976», afirma Pires. *«Eu e o Djidjé ficámos no partido até 1977. Como não sou muito dado a buscar cargos, fui ficando no partido. Além do mais, ainda em S. Vicente, eu defendia que era preciso precaver o que tinha acontecido na Guiné-Bissau, onde toda a gente foi para o Estado e o partido começou a definhar. Como estava no Departamento da Organização e Ideologia, interessava-me por questões partidárias, acabei por lá ficar. Entre nós, havia a opção de o partido dirigir o Estado, tal como na Guiné. Da nossa parte, tentámos construir um Estado que não se confundisse com o PAIGC, mas que fosse dirigido pelo PAIGC. Só que não sabíamos como fazer as coisas. Tínhamos alguma experiência do partido-Estado em Conakry que queríamos evitar; tentámos ver o que se fazia noutros países e identificar um conjunto de normas que servissem de orientação. Esta questão não foi pacífica ao longo dos anos, até porque, na administração, há indivíduos que não querem controlo nenhum, nem do partido, nem de ninguém.»*

Os princípios norteadores das relações entre o Estado e o partido, segundo Olívio Pires, acabariam por sair no III Congresso do PAIGC, feito em Bissau, em Novembro de 1977. Na elaboração das teses, Pires recorda-se da participação de Jorge Carlos Fonseca (Relações Externas), Carlos Veiga (Administração Pública e Interna), David Hopffer Almada (Justiça) e de Manuel Duarte (Unidade Guiné-Cabo Verde), para além das contribuições de Vasco Cabral, Mário Pinto de Andrade, José Araújo e dele próprio, Olívio, em questões ideológicas. *«As teses foram discutidas pela população e pelos militantes. As relações entre o Partido e o Estado foram definidas então. Só que entre o texto e a prática vai uma diferença muito grande. A verdade é que o partido não teve muita interferência na vida do Estado. Te-lo-á tido através das pessoas, cada um à sua maneira. Apesar de ser uma questão que era permanentemente levantada pelas bases, nem sempre se deu atenção a isso. Com o tempo, principalmente por altura da abertura, em 1990, chegou-se a falar que só os dirigentes do PAIGC eram os detentores de cargos, o que era mentira. A esmagadora maioria dos gestores das empresas públicas não era militante do PAIGC ou do PAICV. Isto pode ser confirmado a qualquer momento. O partido nunca fez pressão para que alguém entrasse para as suas fileiras. Terá sido um erro não tê-lo feito, na medida em que nós éramos um partido fechado, extremamente exigente na entrada de novos militantes. Na condução do Estado, nós que estávamos no partido tínhamos a sensação de sermos ignorados; só éramos solicitados quando havia conflitos. Chamo a isso o partido-bombeiro. Hoje atribui-se a culpa de tudo ao partido, mas se se for ver o partido em si não é responsável pela forma como muitas coisas se passaram. Chegámos a uma situação em que o partido deixou de ser visto pela população como uma entidade com capacidade para resolver os problemas. De tal modo que, quando se começou a contestar o regime, o partido já tinha perdido muito da sua autoridade moral. Na condução do Estado, em muita coisa o partido ficou à parte; mas, se as coisas corriam mal, a culpa*

era dele, para além, é certo, de ter havido atitudes menos correctas por parte de gente que o representava.»

Assembleia Nacional Popular

O papel do PAIGC, enquanto *«força política dirigente»* da sociedade e do Estado, vai-se fazer sentir principalmente na ANP. Eleito nas condições que se sabe, o parlamento estava à partida limitado por vários condicionalismos, um deles o nível académico e político dos seus 56 deputados. Destes, apenas um reduzido número possuía formação média ou superior, sendo constituído o grosso dos parlamentares por "trabalhadores", professores, estudantes e "quadros dirigentes" do PAIGC, sem esquecer que havia deputados que eram simultaneamente membros do governo. *«Também aqui começámos do nada. Tínhamos um pequeno gabinete nos Negócios Estrangeiros onde guardávamos os* dossiers *da ANP»*, começa por dizer Abílio Duarte.

Enquanto presidente da ANP, Duarte irá, também aqui, deixar a sua marca pessoal, quer na forma como dirigia as sessões parlamentares, quer ainda pelo que ia fazendo entre os seus pares do partido e do governo para a afirmação de uma área que tinha sob a sua alçada. Diz ele: *«Na afirmação da ANP, estive em conflito permanente com determinados elementos da Comissão Política ou em choque no Conselho Nacional, por causa das competências do parlamento. Nunca permiti que a ANP estivesse debaixo de qualquer órgão, especialmente do governo. Tive confrontos abertos com o Pires e com o Silvino. E essa defesa permanente foi um contributo importante para a própria abertura do regime. Querendo ou não, na ANP praticava-se o pluralismo de ideias. Mesmo durante o partido único, chumbámos projectos do governo e deixámos de ratificar alguns decretos-leis. Pusemos as comissões especializadas a funcionar de facto, não obstante a inúmera falta de meios; criámos condições para o funcionamento das Comissões Parlamentares de Inquérito; desencadeámos o processo de apresentação de contas pelo governo; levantámos problemas de inconstitucionalidade... A II República encontrou uma Assembleia a funcionar sobre rodas. Uma das minhas primeiras preocupações foi provindenciar a construção do Palácio da Assembleia Nacional, porque a dignificação do parlamento passava por instalações próprias. Externamente, aderimos à União Parlamentar Africana e União Interparlamentar, participámos de maneira activa nas suas actividades, aprendemos bastante...»*[38]

António Mascarenhas Monteiro

Para além do irmão Manecas — seu conselheiro desde a primeira hora, a título gracioso —, outro colaborador de Abílio Duarte foi António Mascarenhas Monteiro, que regressa a Cabo Verde em Julho de

1977. Antigo militante do PAIGC, mobilizado nos anos 60 em Lisboa, Mascarenhas Monteiro foi um dos quadros contactados por Olívio Pires na sua viagem à Europa, em Maio de 1975. Apesar da ruptura com o PAIGC em 1971, os dois continuaram a manter relações de amizade, à semelhança do que acontecia com vários outros dirigentes do partido. Diz Mascarenhas Monteiro: *«Todos os que iam à Europa, nomeadamente à Bélgica, procuravam-me; e eu, quando ia à Holanda, procurava o Olívio. É por isso que ele me convida para regressar já em Maio de 1975. Em Julho do ano seguinte, venho de férias e voltam a pedir-me para ficar; respondi que não podia, porque tinha compromissos com a faculdade onde eu leccionava, tinha primeiro de terminar o ano lectivo. Quando regresso, em Julho de 1977, a primeira coisa que me propõem é ser embaixador em Bruxelas. Não aceitei. Tinha um problema de índole pessoal: os meus primeiros dois filhos nasceram fora de Cabo Verde: a minha filha [Marisa], em Portugal, o meu filho [Gamal] na Bélgica. Eu fazia questão que eles tivessem também raízes cabo-verdianas. Diante de várias propostas, acabei por trabalhar com Abílio Duarte na ANP... Sim, a nossa amizade pesou bastante. Ocupava-me da parte administrativa e apoio em tudo o que ele precisasse, enquanto presidente da ANP. Em Outubro fui nomeado, por acumulação, juiz-conselheiro para ocupar a vaga deixada por Baltasar Lopes da Silva, e, em 1980, sou nomeado presidente do Supremo Tribunal de Justiça, porque o Manuel Duarte vai para conselheiro do presidente da República.»*[39]

Natural de Santa Catarina, a trajectória política de Mascarenhas Monteiro era uma referência, sobretudo moral, junto de certos sectores nacionalistas cabo-verdianos. Ele e a mulher, Maria Antonina, estudante de Química em Coimbra, deixam essa cidade, para onde o primeiro, entretanto, se mudara para se casarem. Devido às actividades políticas do marido, o casal transfere-se para a Bélgica e acaba por ir com a filha para Conakry, em Janeiro de 1970, no mesmo grupo de Álvaro Dantas Tavares e Corsino Tolentino; e, ainda, Baltasar Barros, Nicolau Tolentino, Ludgero Lima, o casal José e Fátima Duarte, estes vindos da Holanda, por intermédio de Olívio Pires.[40]

Embora, em termos pessoais, prefira evitar o reabrir de certas feridas, não especificando as razões da sua ruptura com o PAIGC, sabe-se hoje que a experiência de Mascarenhas Monteiro em Conakry não lhe agradou. Rompe por isso com o PAIGC, negando, contudo, qualquer intervenção pública contra os seus antigos camaradas. Para Luís Cabral, a razão que levaria Mascarenhas Monteiro e a família a irem-se embora de Conakry nada tem a ver com motivos políticos. *«A certa altura, a mulher já não queria estar em Conakry, ele também não. Como nacionalista que era, achava que estava a ser pouco utilizado na luta. Por isso, pediu para sair, a fim de ir continuar os seus estudos. Para mim, eles não se adaptaram. Foi isso.»*[41]

Luís Cabral lembra-se que Maria Antonina, professora na Escola

Piloto, era muito apreciada pelos alunos. Outra fonte refere que Maria Antonina e a directora da citada escola, Lilica Boal, não se entendiam, o que torna o ambiente ainda mais difícil para o casal. Conhecedor também dos meandros à volta da saída de António Mascarenhas Monteiro, Olívio Pires espanta-se que Luís Cabral tenha uma versão tão pouco objectiva do que realmente se passou, tanto mais que, na sua ruptura, Mascarenhas Monteiro acaba por arrastar, mais tarde, vários dos parentes que tinham ido ter com ele a Conakry, nomeadamente o irmão Manuel ou, ainda, a irmã Elsa, que adoece gravemente e é evacuada para tratamento na Europa. *«O Cabral indigitou-me para trabalhar na mobilização de emigrantes na Holanda. Como havia muitos emigrantes de Santiago, eu propus-lhe que o Mascarenhas Monteiro fosse comigo, uma forma no fundo de dividirmos as tarefas: ele actuaria junto dos emigrantes de Santiago e eu junto do pessoal de Barlavento. Cabral aceita e embarcámos juntos para Holanda, onde chegámos a trabalhar durante algum tempo, não mais que um ano. Na Holanda, ele assume de forma* explicitíssima *a ruptura com o PAIGC, por isso, estranha-me que o Luís, que fazia parte da cúpula mais restrita de dirigentes — constituída por ele, o Amílcar e o Aristides —não se lembre em que condições Mascarenhas Monteiro deixou o PAIGC, tanto mais que a carta era-lhes dirigida. O Mascarenhas Monteiro foi muito honesto, na medida em que poderia perfeitamente continuar connosco, estando na Holanda, sem as privações da Guiné-Conakry. Pessoalmente, procurei demovê-lo, mas numa atitude coerente respondeu-me que não, que não era correcto da sua parte continuar naquelas condições, uma vez que estava em desacordo com certos procedimentos do partido ou de determinados dirigentes. Ele não traiu a luta, só não queria continuar — e, neste caso, o que é que se podia fazer?»*[42]

Instado também sobre o assunto, Aristides Pereira explica que foi com ele que Mascarenhas Monteiro tratou directamente a questão do seu regresso à Europa. *«Recordo-me que foi numa manhã, ele saiu da Escola Piloto e foi falar comigo. Disse-me que se ia embora, que preferia continuar os seus estudos. Respondi-lhe que esperasse, até que lhe arranjássemos uma missão à Europa e assim poupávamos o dinheiro das passagens. Ele aceitou: primeiro, foi ele e mais tarde a mulher e a filha.»*[43]

Apesar da ruptura, o primeiro presidente de Cabo Verde não poupa elogios à conduta do também seu sucessor na Presidência da República. *«Nós sabemos que muita gente o procurou para ele falar mal do que viu em Conakry. Ele nunca aceitou, respondeu sempre que se alguém queria informações sobre o que se passava em Conakry que fosse pessoalmente ver. Neste aspecto, ele teve um comportamento sério, não esteve com jogos. Penso que a mulher deve tê-lo influenciado bastante na decisão de se ir embora de Conakry. Depois da independência houve gente que se opôs que o fôssemos buscar. Havia a tendência de se excluir certos elementos. Foi uma luta permanente que eu tive de travar contra isso.»*

Regressado a Cabo Verde, António Mascarenhas Monteiro irá procurar levar uma vida afastada das actividades políticas. Nega convites para retornar ao PAIGC e, ainda, para integrar as listas de deputados à ANP, tanto para Santa Catarina (1980) como para a Praia (1985). *«Quando saí do PAIGC, decidi que não ia entrar mais na política»*, justifica.

Este juramento é apenas rompido em 1990, quando, após a abertura política, aceita os apelos para se bater à Presidência da República como candidato da oposição contra Aristides Pereira, desafio que vence sem grandes dificuldades, tal era o desgaste do seu adversário. Olhando para os primeiros 15 anos da independência, Mascarenhas Monteiro afirma que *«os tribunais funcionavam com independência e sem pressões. Houve até muitos casos ganhos contra o governo, para além de inúmeras decisões do governo que foram anuladas pelos tribunais. Os juízes, no exercício das suas funções, só dependiam da lei da sua consciência. E, mesmo em relação aos direitos humanos, a partir de 1982/83 deixou de haver problemas de maior. Cabo Verde deixou de constar dos relatórios da Amnistia Internacional, do mesmo modo que passou a merecer notas positivas nos relatórios anuais do Departamento de Estado Americano.»*

Os três embaixadores

A construção do Estado passaria ainda pela criação das primeiras representações diplomáticas em várias capitais. País de emigrantes, havia que instalar missões diplomáticas e consulares nalgumas capitais com as quais Cabo Verde estava ligado, para, ao mesmo tempo, assegurar a defesa dos interesses dos cidadãos aí radicados. Corsino Fortes é o primeiro embaixador da Praia em Lisboa, enquanto Raúl Querido Varela é colocado em Washington e Alfredo Veiga em Dakar.[44] Todos confessam terem sido surpreendidos pela escolha, mas, perante a insistência e os contra-argumentos, acabaram por aceitar. Fortes, por exemplo, lembra-se de ter procurado demover o primeiro-ministro, alegando que não tinha experiência diplomática, era magistrado e não sabia fazer outra coisa. *«E eu, quando é que estudei para ser primeiro-ministro?»*, perguntou-lhe Pedro Pires, deixando-o desarmado.

A independência do seu país encontra Corsino Fortes na Guiné-Bissau, pois já tinha deixado Angola, a convite das autoridades de Bissau, para reforçar a magistratura guineense. *«Em Bissau, presidi um tribunal colectivo que tinha como tarefa julgar os processos deixados pela administração colonial. Havia uns 5 mil processos, de todos os tipos, desde crimes comuns a políticos. Uma das pessoas que lá encontro é o Wladimir Brito. Para nós, era uma dor de alma aplicar o Código Penal às pessoas que não tinham uma base sociológica na qual se baseava aquele código. Aliás, eu já tinha experimentado isso em Angola. Quando cheguei, falei com o Wladimir e com os*

elementos que já lá estavam sobre isso. Assim, crimes de homicídio, que eram castigados com penas de até 24 anos reduzimos para metade, lançámos mãos ao trabalho e aquilo começou a andar. Havia euforia, clima revolucionário... Tivémos casos de pessoas que andavam fugidas e foram entregar-se para serem julgadas. Diante do nosso sucesso, o Fidélis Almada, que era o ministro da Justiça, chegou a dizer-me: "Meu caro, você com a sua preparação e experiência, este seu tribunal pode ir até à pena de morte!". *Respondi-lhe, espantado:* "Olhe, camarada ministro, eu vim cá para liquidar processos e não pessoas". *O Wladimir, ainda hoje, quando me encontra, lembra-me isso.»*

Para além dessa experiência, Fortes recorda-se de ter participado com José Araújo na elaboração de algumas leis, uma delas o controverso anteprojecto constitucional para a Guiné e Cabo Verde, o tal que fora rejeitado na reunião do CSL, em Junho de 1975. *«Tratava-se de um projecto visando já a unidade entre os dois países. Fui convidado, na Guiné, pelo José Araújo a participar na confecção do texto. Para além de nós, houve também gente da RDA metida nisso. Foi um trabalho interrompido várias vezes, por causa de missões minhas ao exterior e não só. É depois disso que venho para Cabo Verde e sou convidado para ser embaixador em Lisboa. Um dia antes da independência fui recrutado pelo Osvaldo Lopes da Silva para integrar a delegação que foi receber o aeroporto do Sal. Já despontava ali uma relação muito privilegiada entre Cabo Verde e Portugal, o que não acontecia com as outras colónias.»*

Em Portugal, a primeira missão de Fortes foi mobilizar as autoridades portuguesas para ajudarem a Cidade da Praia a evacuar os cabo-verdianos de Angola, onde vinham sendo vítimas da confrontação entre o MPLA, a FNLA e a Unita. Ainda na Praia, depois de uma reunião com Aristides Pereira, Pedro Pires e Osvaldo Lopes da Silva, Pereira pede ao embaixador que volte a aparecer à noite para falar com ele. Chegada a hora, o presidente da República ordena-lhe: *«Eis esta credencial, vá a Portugal, contacte todos os embaixadores que achar por bem. O camarada deve fazer todo o possível para tirar a nossa gente até 11 de Novembro de 1975. Os que quiserem ir para Portugal, podem ir, mas os que quiserem vir para Cabo Verde, podem vir, porque a terra é deles».*

Chegado a Portugal, o diplomata instala-se num dos quartos do hotel Altis e lança-se no contacto com as embaixadas acreditadas em Lisboa. Uma das maiores pontes aéreas já efectuadas vinha há vários meses sendo feita a partir de Angola. *«A maior parte das embaixadas já estavam a colaborar na evacuação dos portugueses, e dos cabo-verdianos, nada»*, diz Fortes. Da Praia, todos os dias telefonava-lhe o presidente Pereira que, preocupado e ansioso, queria saber como estavam as coisas. *«Um dia»*, prossegue, *«o Francisco Spencer, que tinha trabalhado na RTP, vira-se para mim e diz:* "E se o camarada desse uma entrevista?" *Nem mais, mandei-o providenciar isso. Não foram mais de sete minutos. E eu digo:*

"Os portugueses vieram, mas há outras pessoas que lá continuam. Há cabo-verdianos que querem ir para Cabo Verde. Cabo Verde é independente e está aberto a todos os seus filhos que queiram regressar. Há 10 mil cabo-verdianos em situação difícil em Angola, traumatizados pela guerra, os angolanos não nos podem ajudar. O nosso grande problema é que não temos os meios. Acho que essa responsabilidade não é apenas do Estado cabo-verdiano, é também do Estado português, porque, quando essas pessoas foram para Angola, elas eram portuguesas. Eu sei que os aviões da TAP começam a regressar vazios e eles podiam perfeitamente fazer um desvio para Cabo Verde e deixar quem lá quiser ficar. Seria uma cooperação fraterna de Portugal para connosco". *Disse isso e não dormi.»*

No dia seguinte, o gabinete do primeiro-ministro português contacta a "embaixada" cabo-verdiana para dizer que queria conversar com o representante da Praia. *«O Pinheiro de Azevedo estava de cama, engripado. Ele recebeu-me e disse-me:* "Ouvi a sua entrevista e vamos confirmar com a TAP o que disse e ver o que se pode fazer". *Fizemos uma reunião com a TAP, o MNE e outros serviços. Fui a Angola contactar o alto-comissário da altura [almirante Leonel Cardoso], que também foi extraordinário. Em Luanda, lembro-me de uma mulher que me agarrou num braço, ao mesmo tempo que me dizia, desesperada:* "Eu tenho que ir para Cabo Verde, nem que for para comer pedra!" *Lembro-me disto e ainda hoje me arrepio. A nossa grande preocupação era a nossa gente que estava no Huambo, que era zona da Unita. Em Luanda não havia praticamente problemas.»*

Em Luanda, o governo de transição, saído dos acordos de Alvor, vivia os seus últimos dias. Pouco ou nada do estabelecido em Janeiro de 1975 entre as autoridades portuguesas e os três grandes movimentos seria cumprido. Enquanto nas ruas, os homens de Agostinho Neto, Holden Roberto e Jonas Savimbi se digladiavam, criando zonas de controlo, no Palácio do Governo, os conselhos de ministros tornaram-se célebres, havia quem fosse para eles armado. À medida que se aproximava a data da independência, 11 de Novembro, mais tensa se tornava a situação, acabando o MPLA por proclamar, unilateralmente, a República Popular de Angola, depois de expulsar a FNLA e a Unita de Luanda.

Dos três primeiros-ministros angolanos no governo de transição, Corsino Fortes era de há muito amigo de Lopo do Nascimento (MPLA) e José Ndele (Unita), que conhecia dos tempos em que fora juiz em Benguela. Apenas com Ngola Kabango (FNLA) chegara a ter um incidente. *«Antes de ir para a Guiné, eu dava apoio jurídico ao Lopo. Um dia, ao sair do gabinete do Lopo, sou surpreendido pelo Ngola Kabango, que me encosta um revólver à cabeça, ao mesmo tempo que começa a gritar uma data de coisas. Eu não sei onde fui buscar calma para olhá-lo nos olhos. Com a gritaria dele, outras pessoas apareceram, ele deixou-me e voltou a entrar de onde tinha saído.»*

De Luanda, o emissário cabo-verdiano pretendia ir ao Huambo, o que era difícil, uma vez que os aviões, que já tinham tentado fazê-lo, foram abatidos. *«Eu decidi que tinha de ir. Conversei com o José Ndele, o alto-comissário falou também com ele, e fomos juntos ao Huambo. Conseguimos aterrar e montámos lá um esquema, de tal modo que foram evacuadas umas 10 mil pessoas. A 11 de Novembro, os cabo-verdianos que quiseram sair de Angola estavam ou em Cabo Verde ou em Portugal.»*

Cumprida a missão, Fortes lançar-se-ia de seguida, em Lisboa, na montagem dos serviços consulares e diplomáticos de Cabo Verde. Do quarto do Altis acabou por adquirir, dois anos depois, as instalações no Restelo, onde ainda hoje funciona a missão cabo-verdiana. *«Por causa da instabilidade política em Portugal, havia uma grande debandada de pessoas para o Brasil e havia imóveis vendidos a metade do preço. Foi assim que comprámos essas instalações. Quando vou para Portugal, deram-me 50 contos e as minhas credenciais. Pagava pelo quarto 400 escudos por dia e, quando recebia alguém, eu sentava-me na cama e a pessoa na cadeira. Entretanto, com as conversações entre Cabo Verde e Portugal, sobre o contencioso colonial, o governo português põe à nossa disposição 180 mil contos; é daí que tirámos o dinheiro para comprar as instalações do Restelo.»*

Corsino Fortes deixa Portugal em 1981 para ingressar no governo como secretário-adjunto do primeiro-ministro para a área da Comunicação Social. *«Quando vim, Mário Soares homenageou-me com um grande jantar, em que estiveram presentes todos os membros do seu Estado Maior.»* Um dos troféus de Fortes foi ter iniciado o processo de legalização dos cabo-verdianos, que continuavam a chegar em número crescente a Portugal, para além de vários outros problemas de natureza social. *«Fui ter com o presidente Eanes e expus-lhe o problema. Comigo lá, fizemos duas grandes campanhas de legalização. Ia gente desde madrugada para poder normalizar a sua situação.»*

Outra grande dificuldade, para Fortes, era a situação criada com os passaportes aos marinheiros cabo-verdianos. *«Foi uma das coisas que mais nos embaraçaram. Um dia aparece-me um patrício e devolve-me o passaporte:* "Tome-o, porque isto é um cheque sem cobertura". *O major Melo Antunes teve um papel importante, ao ordenar que as missões portuguesas dessem apoio aos nossos marinheiros. Foi também aí que comecei a entender o drama dos nossos marinheiros, que precisavam de um passaporte para poder trabalhar. Havia gente que pagava centenas de contos por um passaporte falso. Quando sou nomeado ministro da Justiça, já no último governo do PAICV, procurei solucionar a questão através da lei que permitia a dupla nacionalidade. Inspirei-me na legislação espanhola, que afirma que não perde a nacionalidade espanhola desde que a aquisição de outra nacionalidade se fizesse por motivo de emigração. Como embaixador, vi que a independência era também a interdependência. Os cabo-verdianos estavam dependentes desse importante*

instrumento para a sua sobrevivência.»

Alfredo Veiga, como atrás se viu, com o 25 de Abril posicionou-se ao lado do PAIGC, onde pontifica o seu filho José Tomás, contrariando o irmão Aguinaldo, que já de Angola — onde chega a ser governador de Carmona (actualmente Uíge) — o alertava para tomar cuidado com os *«comunistas do PAIGC»*. Por causa da independência ou não de Cabo Verde, os dois irmãos chegam a trocar uma intensa correspondência, transferida, entretanto, para as páginas do **Novo Jornal de Cabo Verde**. *«O meu irmão queria uma coisa e eu outra»*, diz Alfredo Veiga. *«Eu queria a independência e ele não, e acabei por cortar relações com ele. Foi desagradável, mas tinha de ser assim. Em Carmona, o Aguinaldo era um deus. Tornou-se ricaço e passou a comandar aquilo tudo. Com o 25 de Abril, ele passou a defender que Cabo Verde devia ter primeiro a independência económica e, só depois, a política. Eu não concordava.»*

Membro da antiga Assembleia Legislativa da Província, Alfredo Veiga considera que sempre foi um político, sem deixar-se, porém, entrar em politiquices. *«Com a independência, quem me quis meter na política foi o meu bom amigo Aristides Pereira. Um dia ele chamou-me e disse-me:* "Camarada Veiga, eu pensei maduramente e preciso que você vá para Dakar unicamente para me organizar a embaixada." *A embaixada, na altura, estava a cargo de Afonso Gomes, encarregado de negócios. Era uma pessoa sem muita formação, tinha sido mecânico quando foi para a luta e a comunidade não se dava com ele. Enquanto lá esteve, os cabo-verdianos não punham os pés na embaixada ou no consulado, porque ele hostilizava quem não fosse do PAIGC. Ao primeiro convite do presidente Pereira, eu recusei, mas ele continuou a insistir até que um dia me disse, em tom amigável:* "Cda. Veiga, hoje eu não quero pedir-lhe. Você vai para o Senegal organizar a embaixada e procurar que os cabo-verdianos passem a frequentar a embaixada". *Eu era despachante, organizei a minha vida e fui.»*

Acrescenta Veiga que, quando chega, não havia um cabo-verdiano inscrito no consulado. *«O Afonso era uma espécie de polícia, ele que me perdoe, está morto e não se pode defender. Ele saía à noite para ir escutar atrás das portas se as pessoas estavam a reunir-se contra o PAIGC. Por isso, tive de começar do princípio. O meu maior trabalho foi conversar com as pessoas, mostrar que não havia nada contra elas, e lá consegui organizar o consulado, sobretudo com os funcionários que eu tinha levado da Praia, que trabalhavam comigo. Uma das primeiras pessoas a inscrever-se foi o Daniel Neves, médico, tido como opositor do PAIGC.»*

Custódio Couto, amigo de Daniel Neves desde os tempos do MLGC e membro, dessa altura, da comunidade cabo-verdiana em Dakar, confirma que havia um diferendo entre Afonso Gomes e certos elementos da referida comunidade. *«O Afonso cometeu muitas asneiras, enquanto representante de Cabo Verde no Senegal. O sr. Alfredo Veiga é que vai normalizar as nossas relações*

com a embaixada.»

No exercício das suas funções, Veiga revela ter recebido apoios de vários dos seus colegas acreditados na capital senegalesa. *«Eu não sabia nada de diplomacia, de modo que procurei aprender com eles. Quem me ajudou bastante foram os embaixadores da Argélia, França e Holanda. Nada foi fácil. Havia falta de verbas, pelo que, de vez em quando, eu tinha de vir à Praia buscar dinheiro... Sabe onde?... No meu escritório de despachante. Eu tinha levado comigo quatro ou cinco dos meus funcionários, por isso, sentia-me responsável por eles. Eu adiantava-lhes os salários com o meu próprio dinheiro até chegarem as verbas de Cabo Verde. Fomos fazendo o que podíamos, dentro daquela miséria orçamental. Havia lá uma senhora, chamada Regina, era ela que mandava e desmandava naquela embaixada, porque era prima do Abílio Duarte. Tive de correr com ela, porque era um elemento perturbador. Instaurei-lhe um processo, que o Abílio confirmou. Enquanto fui embaixador, apenas uma vez tive um problema, e foi com o Silvino da Luz, foi por culpa dele, mas que também se resolveu. Tratou-se de um mal-entendido por causa de uma nota que ele me escreveu num tom que não me agradou e eu respondi-lhe de forma ainda mais dura. No exercício das minhas funções, nem Aristides Pereira, nem Pedro Pires, nem Abílio Duarte, nem ninguém me impôs quaisquer condições ou exigências. Eu não era militante do PAIGC e nem ninguém me pediu para sê-lo. Ainda hoje tenho uma grande consideração por eles todos, não obstante as desinteligências políticas que possam ter com os meus filhos. Isso é problema deles e não meu. Deixei de ser embaixador em 1980, na sequência da morte da minha mulher, que tinha um cancro e queria morrer em Cabo Verde.»*

Emocionado, com lágrimas nos olhos, Alfredo Veiga desabafa: *«A morte dela aconteceu na altura em que o José Tomás deixou o governo. Apesar disso, o governo pagou todas as despesas relacionadas com o transporte do corpo da minha mulher. Como havia todos aqueles problemas relacionados com o Zé Tomás, o Pires mandou-me um bilhete a perguntar se podia ir dar-me pêsames, respondi-lhe que sim, que podia... Ainda hoje tenho por ele uma grande consideração e estima. Por ele e por Aristides Pereira.»*

Da sua experiência diplomática, Alfredo Veiga lembra-se também de um episódio que envolveu Onésimo Silveira. Fora avisado da Praia que Silveira iria procurar a embaixada a pedir visto para Cabo Verde, e que não devia hesitar em satisfazer-lhe o pedido, porque, na certa, o que ele queria era arranjar problemas. *«Passados alguns dias, a secretária diz-me que estava no consulado um sr. com nome de Onésimo Silveira, com passaporte sueco a pedir visto. Eu ordenei-lhe:* "Dê-lhe o visto e cobre-lhe o preço normal". *O Silveira ficou espantado*: "Vocês dão-me visto?!", *perguntou-nos*. "E por que não haveríamos de fazê-lo?", *foi a minha resposta».*

Ao contrário dos seus anteriores colegas, Raúl Querido Varela entende não ter chegado ainda o momento de publicitar a sua vida pro-

Alfredo Veiga apresentando as credenciais a Senghor

fissional ou política. Juiz do Supremo Tribunal de Justiça desde 1992, alega as funções que exerce para evitar qualquer atitude ou afirmação que possa, de alguma maneira, conduzi-lo à notoriedade pública. Uma coisa garante: *«Tenho muito a dizer, mas será no momento próprio».*

Mesmo assim, a muito custo, foi possível saber que tem um livro pronto, intitulado **O Estado e a Justiça**, no qual analisa a vida cabo-verdiana durante os últimos anos do período colonial e os primeiros do pós-independência. Em relação à sua experiência diplomática, afirma que ela foi *«extremamente difícil»*, vivendo ele próprio uma situação no mínimo surrealista: *«Eu era embaixador de um país que os americanos consideravam comunista, sendo eu próprio um indivíduo muito longe dessa ideologia. Os americanos estavam muito bem informados sobre Cabo Verde, muito mais que o próprio PAIGC pensava. Ainda hoje acho que fui escolhido para embaixador pensando as autoridades cabo-verdianas que, com isso, enganavam os americanos. Sabendo que não ia dar certo, eu mesmo pedi que se nomeasse alguém que fosse do PAIGC».*

Ao fim de um ano, Querido Varela achou por bem pedir ao amigo Aristides Pereira a exoneração das suas funções de embaixador — *«por razões pessoais e políticas»*, vai deixando escapar por ora.

Todavia, mais do que razões políticas, um veterano da diplomacia cabo-verdiana confidenciou-me que Querido Varela não se adaptou ao estilo de vida americano, vivendo a psicose de um dia entrar no automóvel e este ir pelos ares. *«Antes de entrar no carro, ele via se não havia nenhuma bomba.»* Para Aristides Pereira, a escolha de Raúl Querido Va-

rela ou de Alfredo Veiga ficara-se a dever às contingências da época, nomeadamente à grande falta de gente com formação, para exercício de determinadas funções a nível do Estado. *«Os quadros mais válidos tinham-se ido embora. Procurei utilizar a minha influência, recorrendo a gente que eu conhecia e tinha como séria e patriota. O Alfredo Veiga, por exemplo, chegou a ser juiz aqui na Praia, por falta de gente formada.»*

Mas nem sempre o recurso a gente como Veiga ou Querido Varela era pacífico, na medida em que, por vezes, bulia com os interesses corporativos do sector em causa. No caso de Querido Varela, Pereira tem consciência de ter metido o velho amigo num grande sarilho: *«Havia quadros nos Negócios Estrangeiros que não lhe perdoavam nada. Aproveitavam o mínimo deslize para aborrecê-lo, a ponto de ele ter passado a considerar-se perseguido. Ele chegou a dizer que estava em risco de vida.»*[45]

Exonerado, Querido Varela instala-se em Lisboa como advogado, regressando a Cabo Verde somente depois de 1992, altura em que passa a integrar o Supremo Tribunal de Justiça como juiz conselheiro. Da sua experiência diplomática, desde já adianta que, por altura do julgamento dos mercenários em Angola, em 1976, foi intermediário de um pedido de Washington a Luanda, via Praia, para que não se condenassem à morte dois cidadãos norte-americanos que constavam do grupo. Avesso à vida partidária, ele justifica o seu envolvimento com o regime cabo-verdiano pelo facto de, antes do 25 de Abril, ter protagonizado um episódio inesquecível, em S. Vicente, que envolveu, por um lado, o enfermeiro Celso Pinto (pai de Maria Antonina Mascarenhas Monteiro) e, por outro, o médico Estibeiro (indiano), tendo o também médico José Duarte Fonseca como testemunha deste último. Baseando-se nos seus galões de presidente da União Nacional, no decorrer do julgamento de um processo envolvendo Pinto, Fonseca assumiu, segundo Querido Varela, um comportamento ofensivo em relação ao juiz Casimiro Rosa, o que o obrigou a processá-lo, enquanto representante do Ministério Público. Dado o peso político de Fonseca, a questão animou, na altura, a vida social e política no arquipélago, que nunca tinha visto nada do género. *«O governador não quis que eu interviesse no julgamento»*, conta Querido Varela. *«Os apoiantes do dr. Fonseca movimentaram-se e conseguiram que eu fosse transferido para Moçambique. Deram-me 48 horas para estar em Moçambique e lá tomar posse das minhas novas funções. Para azar deles, houve um atraso no avião que deveria transportar-me para o Sal, de modo que eu apareci na assistência durante o julgamento do dr. Fonseca...»*

Entretanto, o escolhido para desempenhar o papel de delegado do procurador da República — o professor liceal Augusto Costa — não apareceu. *«Foi tudo combinado com o dr. Baltasar Lopes»*, revela, novamente, Querido Varela, com prazer. *«Ora, vendo que eu estava na assistência, o juiz Casimiro Rosa pede-me que assuma o lugar de Augusto Costa. O*

julgamento foi feito e o dr. Fonseca foi condenado a um mês de prisão, remível em multa, que foi revogada, mais uma vez, por pressão dos apoiantes de Fonseca. Eu viajei logo a seguir para Moçambique e o dr. Casimiro Rosa foi transferido para Angola, dois meses depois. Fomos, no fundo, os únicos castigados.»

Por esta razão, o 25 de Abril encontra-o em Moçambique e não descansou enquanto não regressou a Cabo Verde. *«Escrevi uma carta furiosa ao ministro Almeida Santos exigindo termo à minha colocação em Moçambique.»* Satisfeita a sua vontade, trabalha algum tempo no Mindelo e, mais tarde, na Praia. No Mindelo é nomeado presidente da Comissão de Saneamento de Barlavento, mas não chega a entrar em funções, por se ter negado a tomar posse. Confessa que, a ter que sanear alguém, começaria pelo antigo presidente da União Nacional, que as novas altas esferas consideravam intocável. Chamado por essa mesma altura à Praia, aqui preside à Comissão Nacional de Eleições. Havia a questão dos cidadãos que gozavam de indignidade eleitoral, não podendo por isso votar nem ser eleitos. *«Mas quando vi na lista do PAIGC um elemento que tinha pertencido à União Nacional, decidi que toda a gente podia votar. O Bento Levy escreveu-me a perguntar se podia votar, respondi-lhe que sim, que podia.»*

Após a independência, Raúl Querido Varela preside durante um ano ao Conselho Nacional de Justiça, uma vez que Baltasar Lopes da Silva, convidado inicialmente para essas funções, se nega a mudar do Mindelo para a Praia. Querido Varela considera extremamente difíceis os primeiros tempos da justiça em Cabo Verde; um dos factores que, na sua opinião, mais perturbaram o sector foi o espírito revolucionário da época e, ao mesmo tempo, a existência de correntes que se batiam dentro do PAIGC pelo controlo do poder. *«Tal como eu, o Gabriel Mariano veio de Moçambique para Cabo Verde, mas chatearam-nos tanto que ele preferiu ir-se embora, enquanto eu e outros fomos aguentando. No fundo, havia um grupo que não nos queria cá.»*

— Que grupo? — pergunto.

Depois de alguns segundos de hesitação, responde:

— Os trotskistas — palavra que tem dificuldade em pronunciar. — Era uma forma de derrubarem mais facilmente o PAIGC. Com a nossa experiência, fazíamos-lhes sombra. Lembro-me de Baltasar dizer-me um dia, a propósito de um deles: *«Enquanto andámos a queimar pestana para pôr de pé a Justiça, o fulano anda pelas ilhas a fazer desacatos e a incomodar os cidadãos.»* Foi um período muito complicado.

Lançando o seu olhar para o passado, Raúl Querido Varela afirma que, pessoalmente, poucas razões de queixa tem. Considera-se ainda hoje amigo de Aristides Pereira e tem Pedro Pires na lista dos homens sérios. *«De todos os dirigentes do PAIGC, o Pires parecia-me o mais sério e o mais modesto. Ia-se a casa dele e ele estava a comer o seu peixe frito com arroz, como*

qualquer cidadão. Continuo a pensar que era um indivíduo bem intencionado. Cometeu muitos erros, mais por causa da influência das pessoas que o rodeavam. Em Cabo Verde, o político acaba por ficar isolado. O seu contacto com o povo é através dos caciques locais.»

Notas

[1] Entrevista: Aristides Pereira, Praia, 26-12-95.
[2] Id., Praia, 11-05-95.
[3] "A primeira reunião do partido evocada por Fernando Fortes", **Nô Pintcha**, Bissau, 18-09-75.
[4] Fernando Fortes morre em Março de 1983, aos 54 anos, em Moscovo, onde desempe-nhava as funções de embaixador de Cabo Verde.
[5] Entrevista: Pedro Pires, Praia, 21-04-95.
[6] Entrevista: Carlos Reis, Praia, 27-09-95.
[7] Pedro Pires, **Programa do Governo**, p. 4, Imprensa do PAIGC, Praia.
[8] António Amorim, "Cabo Verde: recuperação da dignidade", **Flama**, Lisboa, 11-07-75.
[9] Miguel Serras Pereira, "Do Sal para Santiago em Cabo Verde", **Vida Mundial**, Lisboa, 17-07-75.
[10] **Table ronde des partenaires du développement**, Praia, Juin 1982, Tome I.
[11] Entrevista: Pedro Pires, Praia, 21-04-95.
[12] Pedro Pires, **Programa do Governo**, pp. 23 e 24.
[13] Entrevista: Jorge Carlos Fonseca, Praia, 01-02-95.
[14] Entrevista: Abílio Duarte, Carnaxide, 25-03-95.
[15] Entrevista: José Luís Fernandes, Praia, 15-02-95.
[16] Entrevista: Silvino da Luz, Praia, 07-02-95.
[17] Entrevista: Pedro Pires, Praia, 18-04-95.
[18] "Consequências económicas da aplicação de sanções contra as linhas aéreas sul-africanas: o caso do aeroporto internacional do Sal na República de Cabo Verde. Pequeno relatório apresentado aos 20 de Outubro de 1986". Arquivo particular.
[19] Entrevista: Silvino da Luz, Praia, 09-10-95.
[20] Cf. José Vicente Lopes, "O eclipse dos Negócios Estrangeiros", **A Semana**, Praia, 16-01-95.
[21] Renato Cardoso, **Cabo Verde, opção para uma política de paz**, p. 50, Instituto Cabo-verdiano do Livro, Praia, 1986.
[22] Entrevista: Sérgio Centeio, Praia, 13-02-95.
[23] De acordo com os dados oficiais, até 1975, havia em Cabo Verde uma área florestada de 2959 hectares, o que correspondia a cerca de 1,8 milhões de plantas. De 1976 a 1991, esses números quase que duplicam. In **III PND, Relatório diagnóstico**, volume I, Praia, Março de 1992.
[24] Entrevista: Manuel Faustino, Praia, 31-05-95.
[25] "Análise da situação social de Cabo Verde", **Voz di Povo**, Praia, 14-11-75.
[26] "Saúde e Assuntos Sociais, situação actual - perspectivas", Entrevista com Manuel Faustino, **Voz di Povo**, Praia, 24-10-75.
[27] Somar de Tanha, "Saúde e Assuntos Sociais, uma solução preventiva", **Voz di Povo**, Praia, 20-12-78.
[28] Entrevista: Carlos Reis, Praia, 23-01-95.
[29] De acordo com os dados da época no ano lectivo 1976/77, 191 alunos são contemplados com bolsas para a URSS, Roménia, França, Cuba, Portugal e Ghana, numa leva que

se vai estender ao longo de vários anos. Até à independência, o número de estudantes contemplados com bolsas por Portugal não passava de uma ou duas dezenas por ano.

[30] "Combate ao analfabetismo exigência do nosso povo", entrevista com Carlos Reis, **Voz di Povo**, Praia, 14-08-75.

[31] Entrevista: Carlos Reis, Praia, 02-11-95.

[32] Entrevista: Silvino da Luz, S. Vicente, 11-11-95.

[33] Entrevista: Amaro da Luz, Praia, 27-02-95. Contactados, quer Silvino da Luz, quer Hopffer Almada contestam a veracidade de tal afirmação.

[34] Entrevista: David Hopffer Almada, Praia, 22-02-95.

[35] Entrevista: José Luís Fernandes, Praia, 15-02-95.

[36] De acordo com o censo de 1970, S. Vicente possuía 31 mil habitantes, enquanto a Praia 25 mil; no censo de 1980, S. Vicente regista 41.500 e a Praia 40 mil; e, no de 1990, a capital passa a ter uma população de cerca de 65 mil habitantes; e, Mindelo, 51 mil. In **Relatório nacional sobre população e desenvolvimento.**

[37] Id., 22-02-95.

[38] Entrevista: Abílio Duarte, Carnaxide, 25-03-95.

[39] Entrevista: António Mascarenhas Monteiro, Praia, 23-02-95.

[40] Entrevista: Álvaro Dantas Tavares, Praia, 13-10-95.

[41] Entrevista: Luís Cabral, Praia, 06-07-95.

[42] Entrevista: Olívio Pires, Praia, 04-10-95.

[43] Entrevista: Aristides Pereira, Praia, 26-12-95.

[44] A Cidade da Praia nomeia ainda Joaquim Pedro Silva como seu representante em Luanda. Não obstante o peso da comunidade cabo-verdiana, esta indigitação não deixou de ter um carácter essencialmente político, uma vez que a República Popular de Angola vinha passando por dificuldades no seu reconhecimento externo.

[45] Entrevista: Aristides Pereira, Praia, 26-12-95.

37

DOS "DESCONTENTES" À UCID

Embarcado um dia depois da independência no avião da FAP, que haveria de o transportar para Lisboa, Ângelo Lima não se conforma com a sua sorte. Numa reunião com os seus companheiros de infortúnio e outros cabo-verdianos, comunicou-lhes que ia regressar a Cabo Verde. Todos foram unânimes em considerá-lo louco. *«A reunião era para fazer um documento ao governo de Portugal a pedir uma comissão que fosse rever a nossa situação de presos durante sete meses no Tarrafal, sem culpa formada»*, explica Lima. *«Queríamos, ao fim e ao cabo, a responsabilização do Estado português e uma compensação pelos prejuízos que nos foram causados. Nessa reunião eu disse que não podia tomar parte do documento porque ia regressar a Cabo Verde, em parte para mostrar que não tinha medo do PAIGC. Ninguém concordou. Todos disseram que me iam matar mal pusesse os pés em Cabo Verde.»*

O regresso de Ângelo Lima

Antes de concretizar o seu desejo, Ângelo Lima recebe um telefonema, anónimo, de alguém que queria falar com ele. Combinado o local, avisou os parentes e os amigos, que mais uma vez o aconselharam a não ir. *«O grupo mandou um emissário — Mário Mascarenhas —, que não tinha estado preso em Cabo Verde, ao local do encontro: uma estação de Metro, em Lisboa. Assim que cheguei, um cabo-verdiano foi ter comigo para dizer-me que tinha sido encarregado pelo dr. Ray Teixeira para me receber e levar-me até ele. O grupo de Teixeira me propunha ir para os EUA, que me tratava do passaporte, casa para morar, alimentação para mim e para a minha família, automóvel, enfim, tudo, até me arranjar emprego. Não aceitei porque vi que aquilo pressupunha uma actividade contra o PAIGC. Agradeci. Tinha metido na cabeça que tinha de regressar. Assim fiz e nunca me aconteceu nada. O Batcha [i.e. Alcides Évora], do Protocolo da Presidência, apareceu um dia com mensagem de Aristides Pereira, a dizer que ele queria conversar comigo. Éramos amigos na Boa Vista — ele tocava violino e eu violão. Compareci ao encontro e ele pediu a minha compreensão, porque, nas revoluções, acontecem coisas como eu passei em S. Vicente e depois no Tarrafal. Explicou-me que da mesma forma que ele tinha sido posto num barco, amarrado, eu também passei pelo que passei. Depois disso, tudo, a minha*

vida política acabou.»

Aristides Pereira lembra-se do episódio e lamenta o que aconteceu ao velho amigo. *«Quando vim para Cabo Verde, ele estava preso. Com a independência, foi levado para Portugal e queria voltar, mas estava com receio de ser novamente detido. O irmão Hermes veio falar comigo e eu disse-lhe:* "O Ângelo pode vir quando quiser". *Conheço-o desde a Boa Vista e sei que ele é um indivíduo muito emocional, capaz de fazer muita asneira. Mesmo assim, achei que não era possível hostilizá-lo a ponto de o prenderem. A verdade é que a hostilização a indivíduos como Ângelo chegou a ponto de ter ficado fora do controlo, sobretudo por parte de gente que nada tinha a ver com o PAIGC. Quando regressei e tomei conhecimento de certas coisas fiquei espantado. Fizeram-se coisas medonhas. Para mim, o Ângelo era cabo-verdiano e se a sua vontade era voltar a Cabo Verde, nada devia impedi-lo.»*

«Eu tinha de vir para Cabo Verde, porque, caso contrário, não ficaria bem com a minha consciência durante o resto da minha vida», afirma Ângelo Lima, pessoa que Manuel Rodrigues considera *«cabo-verdiano 100 por cento, limpo, não é do tipo para dizer hoje uma coisa e amanhã outra. Como muitos, tinha um medo danado do comunismo. É isso, no fundo, que o faz mexer-se contra o PAIGC».*

Como quem tem um tigre às costas

Os sinais de descontentamento em relação ao novo regime não tardam. A escassez de certos bens, o surgimento de males sociais decorrentes das expectativas criadas pela campanha pró-independência, fora outros focos de descontentamento, logo começam a ser explorados por aqueles que, de uma forma ou outra, se opõem ao PAIGC. Mais uma vez, S. Vicente é a ilha a dar o pontapé de saída. De acordo com um relato do encarregado de Negócios da embaixada de Portugal na Praia, Manuel Barreiros, de Novembro de 1976, havia em S. Vicente *«um clima de agitação política e descontentamento social que constitui a preocupação primeira do Governo caboverdeano a nível interno».*[1]

Explica ainda o diplomata que, sendo o Mindelo a cidade mais povoada de Cabo Verde, *«nela se reflectem com maior evidência os efeitos da falta de postos de trabalho, agravada particularmente pelo facto da sua população activa (...) depender na totalidade do comércio para a sua subsistência. Ora o volume das vendas, quer nos grandes armazenistas, quer nos estabelecimentos retalhistas, caiu verticalmente após um ano e meio de independência, verificando-se quedas de 40 a 60 por cento.»*

Como causa de tal situação, aquele diplomata aponta a diminuição drástica dos navios que demandavam o porto de S. Vicente. *«Perdida a sua força de primeiro centro económico do país, privada de importância política, a braços com uma gravíssima crise de desemprego, S. Vicente*

caminha para uma quase total paralização, responsabilizando o Governo pela situação caótica em que se encontra e estabelecendo com frequência paralelos com a administração colonial, classificados de "saudosistas" por estàs autoridades».

A situação em S. Vicente é, pela primeira vez, alvo de uma intervenção pública de um governante, o ministro Osvaldo Lopes da Silva, durante o juramento de bandeira do primeiro corpo de fuzileiros navais, realizado a 7 de Novembro, no quartel do Morro Branco. Ao intervir também no acto, o comandante nacional da Marinha, Álvaro Dantas Tavares, refere que os inimigos do novo regime *«ainda não desistiram das suas ambições. Eles estão à espera que nos descuidemos para poderem agir traiçoeiramente»*. [2]

Lopes da Silva vai mais longe. Ao abordar a crise social e económica em que a ilha se encontra, não deixa de se referir ao facto de o seu governo não ter tido ainda tempo para sanar a herança herdada. *«Todas essas fraquezas»*, salienta, *«podem ser exploradas pelo inimigo. Há no nosso seio saudosistas do regime colonial que tentam lançar no olvido tudo o que de positivo já foi feito em apenas um ano de independência e desvirtuar os objectivos fixados pelo nosso Partido e pelo Governo, espicaçar a impaciência dos cidadãos face às insuficiências ainda existentes por razões objectivas.»* [3] E, face aos boatos postos a circular, segundo os quais já não se iria realizar uma série de projectos de desenvolvimento (estaleiros, por exemplo), aquele dirigente garante que o governo não irá agir como *«quem tem um tigre às costas»*.

Intramuros, a situação política, económica e social é motivo de outras preocupações, sobretudo face às ameaças detectadas no exterior. Uma longa carta de um alto responsável partidário na Praia, dirigida a um colega no Mindelo, é disso ilustrativo, na medida em que retrata o que ia pelo espírito dos responsáveis do PAIGC na época. Começando por se referir a uma reunião do Conselho Nacional de Segurança dos EUA, onde foram analisadas *«informações sobre Cabo Verde e Guiné, enviadas por agentes da CIA a trabalhar em CVerde [sic] e na Guiné»*, e tendo em conta as posições da Praia sobre a questão angolana, *«o dito Conselho Nacional concluiu que era de interesse dos EUA "desestabilizar" a situação política no nosso país»*.

Isso, segundo o remetente, deveria ser feito através de várias formas, dentre as quais manobras *«tendentes a criar a divisão e desconfiança mútua entre dirigentes do Partido e entre os dirigentes do Estado»*; instigação de conflitos entre Bissau e os seus vizinhos; o retomar do *«envio de agentes terroristas para CVerde [sic]»*, tendo até então sido detectada a entrada de cinco desses agentes; campanhas contra a oferta de ajudas a Cabo Verde; *«recrutamento de caboverdeanos para os EUA, que se está a fazer em Lisboa, na rua Camões, por um tal Barbosa. É de se frisar uma intensa campa-*

nha de mentalização entre os trabalhadores caboverdeanos, principalmente entre os "badios" *e na base do regionalismo* — "agora em CVerde [sic] mandam os sampadjudos"», no que se inclui a campanha feita pelo jornal **O Dia**, afecto à direita portuguesa. Ainda em termos de recrutamento, o missivista dá conta de *«campos de treino»* numa floresta do Senegal, destinados a preparar opositores cabo-verdianos e guineenses. *«Parece que saíram já alguns caboverdeanos treinados.»*

A parte seguinte da carta é preenchida pelas actividades dos adversários do regime à volta das associações cabo-verdianas no exterior, com vista a afastá-las da influência do PAIGC. *«Na Holanda, o processo tem-se desenvolvido à volta da questão* "badio-sampadjudo". *Existe neste país tendência para criação de* "Associação de Badios", "equipa de futebol dos badios", *etc. Parece que Leitão da Graça, através de Lucílio Braga Tavares é quem dirige o processo.»* E, quanto a Leitão da Graça, o missivista refere-se ao *«contacto da Tchutcha e outros com as embaixadas dos EUA e do Brasil, no Senegal. Parece que num destes contactos foi assinalado [sic] presença de um elemento ido de CVerde [sic]. Supõe-se também que Tchutcha* "governa o fundo destinado a recrutamento de agentes no Senegal"», para além de contactos desta com *«agentes da CIA americanos que estiveram já em CVerde [sic].»*

O nome de Aguinaldo Veiga é também mencionado a propósito da reactivação do Congresso de Juristas Cabo-Verdianos na Diáspora. *«O grupo pensa realizar o seu 2.º Congresso e conta desta vez com a presença de delegados do Senegal, Europa e FLING. A ideia do congresso ganhou corpo com a passagem de Spínola nos EUA, em Novembro. Spínola teria prometido grande apoio ao grupo. [Temos informações que a CIA tem um agente que seria uma "pessoa muito próxima" ou mesmo fazendo parte do grupo de altos funcionários do nosso estado.»*

Em relação a Santiago, o missivista diz haver *«círculos anti-Partido»*, que têm *«tentado difundir a* tese "supremacia dos sampadjudos no Governo de Cabo Verde"», pelo que, face aos dados avançados, propõe *«uma mobilização da organização do Partido»*. E termina: *«Também aqui em Santiago têm surgido problemas graves no campo, uma luta entre proprietários e rendeiros, que exige a nossa intervenção firme. O pior é que grandes proprietários estão a mobilizar os pequenos contra nós. O problema assume uma certa gravidade no Concelho de Santa Catarina. Assiste-se a uma radicalização grande dos rendeiros e uma resistência dos grandes proprietários que conseguem arrastar os pequenos. Aqui é que para nós reside o problema. Como evitar este alinhamento dos pequenos proprietários com os grandes. A organização do Partido no campo não ajuda muito, porque ela é composta na sua grande maioria por rendeiros, que mais defendem os seus interesses de classe do que o ponto de vista do Partido. Tudo isso cria confusão e instabilidade políticas que podem levar à violência.»*

Levantamentos em Santo Antão

Ligado ao PAIGC ainda antes do 25 de Abril em Portugal, António Sabino deixa o ambiente politizado e intelectualizado de S.Vicente, fixa-se em Santo Antão e aqui integra, como agrónomo, os serviços regionais do Ministério da Agricultura e Águas. Sabino desliga-se do PAIGC dois meses antes da independência, depois de uma discussão com Olívio Pires. Hoje, reconhece que no meio da confusão de 1974/75, Pires era contra radicalismos, em suma, *«um indivíduo muito equilibrado e humanista, embora ideologicamente um tanto ligado à linha soviética»*.[4]

Em Santo Antão, Sabino torna-se um observador privilegiado da actuação do PAIGC, liderado por Eugénio Inocêncio (Dududa). *«Antes da independência, havia indivíduos, tipo* lumpen *— constituído por revoltados, desempregados, professores de posto etc. — que tomaram de assalto o partido. Tratava-se de indivíduos sem muita aceitação no meio, em geral, maus técnicos, maus profissionais, maus elementos... Além de tomarem conta do partido começam a incomodar as pessoas. Uma das suas bandeiras era, precisamente, a reforma agrária. O Olívio Pires era o responsável regional do partido, estava em S. Vicente, cobria também Santo Antão. Ele dava cobertura ao Dududa, que, por sua vez, protegia o tal* lumpen. *O Corsino Tolentino, que é chamado para o governo, regressa um ano depois, era mais independente em relação a nós, técnicos, que éramos hostilizados. Havia, aliás, nessa altura, uma certa guerra aos técnicos e aos intelectuais.»*

«Antes mesmo da independência», prossegue Sabino, *«desencadeou-se o processo da reforma agrária em Santo Antão. Começou-se a delinear o que seria essa reforma agrária e o Dududa apoia-se naquela gente, que não tinha nem preparação técnica nem política, contra os técnicos da área. Saiu uma lei que dizia que todo o terreno absentista devia ser confiscado. Face a isso, os membros da direcção local do partido recebem ordens do Dududa para fazer o levantamento dos terrenos absentistas. Só que, muitas vezes, essa gente ia mais longe: sempre que tomava conhecimento que um determinado terreno era absentista, desencadeava-se a sua tomada e o processo de gestão, ultrapassando a própria lei, que dizia que o processo devia ser encaminhado para o governo, e que, após isso, nomeava-se uma comissão de gestão.»*

Face a tais desmandos, desencadeou-se uma onda de reacção, quer dos quadros técnicos, quer da população, segundo Sabino, que acrescenta: *«Eu e outros técnicos fomos chamados para uma primeira reunião em que se discutiu a posição da Direcção-Regional da Agricultura e Águas de Santo Antão. Levei comigo todos os documentos que estavam em desacordo com a prática que vinha tendo lugar na ilha. Só que, nessa altura, havia uma confusão geral, dizia-se que o partido é que mandava no Estado. Apenas uma pessoa na Direcção Regional era solidária comigo, o Joaquim Santana. Os outros ficavam no seu canto, não queriam chatices. Nessa reunião, eu disse ao*

Dududa: "O que vocês fizeram até à formação do Estado de Cabo Verde estava correcto, porque era a luta pela independência; mas, com a independência, e com as leis em vigor, vocês estão errados. Têm de seguir os trâmites legais. E fica bem claro que sou contra a vossa prática aqui em Santo Antão!" *Tornei-me* persona non grata.*»*

Uma nova reunião foi feita no Porto Novo, para, entre outros assuntos, analisar as listas das terras a serem expropriadas, listas essas elaboradas pelas estruturas locais do PAIGC. *«No fim da reunião apresentou-se as listas. O Jack Santana vira-se para o Dududa e diz-lhe:* "Sim, senhor, estou de acordo com esta lista, vamos expropriar estas terras todas. Mas primeiro vamos tomar as terras do teu pai." *A reunião e o processo de expropriação acabou aí. Nunca mais se falou no assunto.»* Sabino ressalva que, na maioria das vezes, a direcção superior do PAIGC não apoiou a prática dos seus dirigentes locais. *«Só que nunca tomou medidas e a situação foi-se deteriorando. Vendo isso, os próprios dirigentes locais, que viam em mim um adversário a abater, tentaram várias vezes tirar-me de Santo Antão.»*

Entretanto, com a vinda de Olívio Pires para a Praia, Eugénio Inocêncio é transferido para S. Vicente; para o seu lugar, em Santo Antão, é chamado Corsino Tolentino. Natural dessa ilha, Tolentino é conhecido pela sua facilidade de comunicação, arma que ele próprio descobre logo após o seu regresso da Guiné, em Agosto de 1974, quando vai com Osvaldo Lopes da Silva à ilha natal, depois de vários anos de ausência. *«No Porto Novo, o Osvaldo fez uma intervenção e, como não conhecia Santo Antão, não conseguiu impressionar as pessoas. Os camaradas que nos acompanhavam pediram-me para falar. Foi um falar um tanto* naif, *mas que teve um grande impacto, uma empatia extraordinária. Havia entre as pessoas que nos estavam a escutar um grupo afecto à UDC, que procurava atrapalhar o nosso* meeting *e consegui, com o meu discurso, desmobilizá-lo. O meu sucesso determinou que eu ficasse em Santo Antão, em vez de S. Nicolau.»*

Homem rodado, com vivência em vários países europeus, guerrilheiro na Guiné, é também nesse período de regresso às raízes que Tolentino confessa ter-se apercebido que não seria fácil materializar o que chama *«idílio da independência». «Quando voltei, em 1974, andei pelas ilhas e, ao ver estes montes e achadas completamente pelados, às vezes sem vivalma, veio-me à mente essa literatura dos claridosos. Senti uma certa desolação, angústia e um certo temor, e dei comigo a pensar:* "Caramba, é nisso que vamos construir a felicidade do povo?" *Mas essa angústia não me desmobilizou. Continuei idealista para poder continuar a luta. Apenas aprendi a ser menos subjectivo.»* E é em função disso que vai procurar entender o desespero dos seus conterrâneos. *«Ao fim de um ano no governo, houve problemas na Garça por causa do atraso dos salários, e fui envia-do a Santo Antão. A minha missão era ver como aquilo estava e resolver os problemas que houvesse.»*

Para além do levantamento da Garça, Sabino recorda-se de um

outro, completamente abafado. *«Havia uma certa má gestão e mau procedimento com as pessoas. Cheguei a executar uma obra, com nove quinzenas, sem pagar aos trabalhadores. Estes cobravam os seus salários e, do outro lado, apenas encontravam a arrogância. As pessoas iam buscar mantimentos nas cooperativas e estas, que eram controladas pelo partido, não lhes davam crédito. A comida chegou a apodrecer, porque ninguém tinha dinheiro para comprar. Lembro-me que isso foi bastante criticado, inclusive por gente do próprio partido — por exemplo, o Sotero Fortes. Ele e outros andavam furiosos por causa do comportamento dos indivíduos das cooperativas de consumo. Na sequência disso tudo, houve uma manifestação em que as pessoas gritaram* "Viva Portugal!" *Procurou-se politizar a questão. Só que, para a maioria dos técnicos no terreno, a questão nada tinha a ver com política.»*

Sabino assegura que, mesmo assim, os considerados líderes da revolta foram presos e enviados a S. Vicente. *«Alguém, ligado às estruturas de Santo Antão, foi a S. Vicente falar com os responsáveis da Segurança a favor dos presos. De S. Vicente pediram-lhe que fosse à Praia e assim se fez. Na sequência disso, houve ordens para que eles fossem imediatamente mandados em paz para Santo Antão. Tirando este incidente, as coisas melhoram bastante com Tolentino. Criou-se a Comissão Técnica de Desenvolvimento e procurou-se trabalhar com alguma seriedade. O* lumpen *foi mandado para o segundo plano. A única coisa que o Tolentino não conseguiu foi cooptar os técnicos.»*

Segundo Sabino, com o afastamento de Inocêncio, este passou a ser responsabilizado por tudo o que tinha acontecido de mau em Santo Antão. *«Quando ele cai em desgraça, são os seus próprios antigos companheiros que lhe movem a pior campanha em Santo Antão. Cheguei a insurgir-me contra isso numa reunião, dizendo a um dos seus detractores que, no tempo do Dududa, ele era um dos que andava a aborrecer cada um.»*

Pacificada a ilha de Santo Antão, Corsino Tolentino é deslocado para S. Vicente, em 1979, onde vai substituir Eugénio Inocêncio, que é transferido para o Sal. *«Parece até que a minha sina era substituir o Dududa»*, refere Tolentino, com ironia. *«Ele tinha um problema de comunicação interna e externa, tanto em Santo Antão como em S. Vicente. Era o meu colaborador mais qualificado em Santo Antão, mas até que ponto tínhamos confiança um no outro para discutir os problemas, não sei.»*

Em Santo Antão, Tolentino é substituído por João José Lopes da Silva (Jota Jota) e, segundo António Sabino, o *lumpen* voltou ao primeiro plano, abandalhando, definitivamente, o ambiente político na ilha. *«O Jota Jota promoveu essa gente ao nível mais alto, surgiram novas práticas incorrectas, o que vai fazer aumentar o descontentamento das camadas mais esclarecidas da população. Nessa altura, alguém teria vindo à Praia solicitar a um governante a substituição de toda a direcção do partido, a fim de se evitar o pior. Esse governante disse que o Jota Jota ia ser substituído, mas que não se poderia substituir toda a direcção política do partido em Santo Antão. E o pior*

acabou por acontecer com o 31 de Agosto. As autoridades já tinham sido alertadas que, mais cedo ou mais tarde, haveria bronca em Santo Antão, porque a maioria dos dirigentes do partido na ilha não passava de uma cambada de corruptos e loucos. O João Pereira Silva reconheceu, numa reunião no Centro Paroquial, aqui na Praia, que a direcção local do partido esteve na base dos acontecimentos de 31 de Agosto.»

Crítico do regime instituído em Cabo Verde nos primeiros 15 anos da independência, António Sabino não deixa, porém, de contestar o que considera o aproveitamento abusivo que passou a ser feito à volta dos acontecimentos de 31 de Agosto de 1981, dia em que centenas de cidadãos se manifestaram na Ribeira Grande contra a implementação da *Lei de bases da reforma agrária*, tendo sido, na ocasião, morto um dos manifestantes, com posterior prisão de três dezenas de cidadãos por alegado envolvimento na sublevação, um acontecimento, enfim, que vai ter um profundo impacto nas gentes de Santo Antão.[5] *«O acidente que gerou a morte de Adriano Santos é hoje considerado o massacre de Santo Antão! Em qualquer parte do mundo, numa manifestação, alguém que vai tentar desarmar um soldado corre o risco de ser morto. Houve depois outro morto, devido aos maus tratos inflingidos a Osvaldo Rocha na cadeia. Tudo isso é lamentável.»*

Aviso aos adversários do regime

Em S. Vicente, na sequência do descontentamento que vinha ganhando corpo desde 1976, um grupo significativo de cidadãos é preso a partir de Março do ano seguinte pela Segurança do Estado, acusados de pretenderem efectuar acções de sabotagem a unidades estratégicas da ilha, além de vários outros actos de índole política, como distribuição de panfletos e uma manifestação contra o poder instituído. Um comunicado da Direcção Nacional de Segurança (DNS), assinado por Eduardo Alhinho, a 4 de Junho, informa que o citado grupo, constituído por *«contra-revolucionários»*, alguns dos quais antigos informadores da Pide/DGS, se propunha criar um *«clima de insegurança interna e desprestígio do Governo no plano externo, a fim de criar as condições propícias a uma intervenção do exterior, que tentaria destruir o actual regime político e travar o processo de transformação social em curso»*.

Além de dar conta dos planos do grupo, que incluía a sabotagem da dessalinizadora e da central eléctrica (Jaida), das instalações de telecomunicações e da Rádio em S. Vicente, das vias de comunicação em Santo Antão e ainda pela liquidação física de alguns dirigentes do regime, o comunicado adiantava que, tendo-se evadido da cadeia um dos elementos, o mesmo *«ao ser localizado, saltou do terraço onde se encontrava, tendo ficado gravemente ferido»*.[6]

A divulgação do caso na comunicação social coincide com os acontecimentos de 27 de Maio em Angola, no decorrer dos quais Nito Alves tentara derrubar Agostinho Neto, tendo a intentona se saldado numa carnificina. Na altura em que o comunicado da DNS é divulgado, encontrava-se em S. Vicente o chefe do governo, que, instado pela imprensa, não se coibe de tecer comentários acerca do episódio. Em termos duros, Pedro Pires não esconde a repulsa pela ignorância que os cidadãos em causa manifestavam de política, tanto interna como externa. *«Não chego mesmo a perceber o que é que eles queriam, como eles pretendiam agir, mesmo que contassem com uma intervenção do exterior. (...) O Cabo Verde deles é bastante restrito, mesmo diminuto, e parece-nos a nós que tudo o que eles estavam a pensar não tinha saída, nem tem saída. Por isso é que eu digo que aí há uma grande ignorância.»*[7]

Pires assegura também que os cidadãos em causa, por ele apodados de escória, traidores ou, ainda, nacionalistas de 25 ª hora, comparáveis aos *harquis* argelinos ou aos *guzanos* cubanos, haverão de ser exemplarmente castigados. Numa segunda entrevista, também em S. Vicente, ele avisa os adversários do regime a não confundirem a tolerância do governo com fraqueza. *«Nós somos firmes e foi com firmeza e perseverança que derrotamos o colonialismo português. Não se esqueça isso.»*[8]

As prisões de 1977

Para além dos alvos atrás citados, o processo de acusação, feito pela Procuradoria da República, afirma que os detidos pretendiam pintar de preto o símbolo da República no Palácio do Povo, incendiar as instalações do PAIGC, sindicatos, Capitania dos Portos e viaturas de certos dirigentes locais, culminando esta actividade com uma manifestação silenciosa acompanhada de uma bandeira negra. O grupo, segundo o mesmo documento, era liderado por Manuel Chantre, vulgo Lela Veneno, balconista da Drogaria do Leão.

Contactado por Edgar Freitas, emigrante cabo-verdiano na Holanda, em fins de Dezembro de 1976, Chantre consegue mobilizar cerca de 20 cidadãos, que, por sua vez, mobilizam outros mais, alastrando-se o grupo a Santo Antão e até à Praia. Freitas deixara a promessa de que os emigrantes nos EUA e em Portugal *«estavam preparados para libertar Cabo Verde do PAIGC, libertação que se concretizaria logo que o povo estivesse mentalizado para apoiar a invasão»*. De Lisboa viera também Ildo Ferreira, mobilizado por António Gumercindo Chantre, de quem recebera uma bandeira do Congresso dos Juristas Cabo-Verdianos para trazer para Cabo Verde.

Entrevistado por José Freire Antunes, enviado especial do **Diário de Notícias** para uma série de reportagens sobre os dois primeiros anos

da independência de Cabo Verde, Ildo Ferreira explica que se encontrava desempregado quando fora aliciado, em Lisboa, por Gumercindo Chantre e outros elementos ligados a uma organização denominada Soconsol. *«Eles diziam que antes de 1978 Cabo Verde seria livre e que já tinham na América submarinos, aviões e homens para desembarcar no Mindelo. Nessa altura eu iria pôr a bandeira no Palácio, no dia em que eles me dissessem.»*[9]

Preso, Ferreira afirma ao jornalista que andava a ser bem tratado, não sendo, contudo, de ignorar as condições em que a entrevista fora obtida, tanto mais que, de acordo com um dos seus companheiros de cárcere, foi ele que, ao ser escutado pelos delegados da Cruz Vermelha, deu conta da situação dos presos na Ribeirinha.

Segundo o **Diário de Notícias**, encontravam-se presos em S. Vicente 49 indivíduos, 10 dos quais detidos em Santo Antão, por alegadamente pertencerem a uma *«rede conspirativa»* que pretendia derrubar o governo. Citando as autoridades, Freire Antunes escreve que o grupo pretendia tomar a estação da Rádio Voz de S. Vicente, a central eléctrica, o depósito da Shell, a estação dessalinizadora (a Jaida), a estrada que conduz ao complexo de telecomunicações do Monte Verde e destruir a sede do PAIGC no Mindelo, prevendo também a eliminação de alguns dirigentes desse partido. *«Em Santo Antão, os objectivos consistiam na dinamitagem da ponte que liga Porto Novo ao interior da ilha, e o assassinato dos responsáveis locais do PAIGC. A acção seria desencadeada em princípios de Junho, e estender-se-ia à Praia.»*[10]

O jornalista acrescenta que os implicados são antigos informadores da Pide/DGS e membros da UDC, ligados ideologicamente ao **Portuguese Times** de Boston, jornal que, nos EUA, promove campanhas contra o PAIGC e ligado aos separatistas dos Açores e da Madeira. E acrescenta: *«Entre as profícuas barbaridades, impressas a partir de matrizes de borracha, pedia-se aos homens do PAIGC* — sementes de ervas daninhas a germinarem nas terras dos filhos de Deus — *que regressem à mata,* onde a barba é resguardo da pele do rosto e não símbolo da dignidade humana.»[11]

Preso a 27 de Maio de 1977, Manuel Chantre revela, à semelhança dos seus colegas, que as confissões obtidas pelas autoridades foram-lhes retiradas sob coacção psicológica e tortura, nomeadamente espancamentos e choques eléctricos. De acordo com o narrado por ele em **A tortura em nome do partido único**, o único objectivo do grupo *«consistia na mobilização do povo que estava a braços com o desemprego, contra o PAIGC/CV, na criação no seu seio de uma onda de descontentamento contra o partido, que viria a demonstrar através duma manifestação silenciosa sem nenhum canivete ou lâmina de barbear, e na conquista gradual, através da não violência e de uma luta política clandestina do apoio do soldado e das instituições civis, e que para atingir esse objectivo idealizei o programa de panfletos».*[12] Chantre esclarece que a acção que liderava não visava *«qualquer*

conjuração ou conspiração para a perpetuação de qualquer crime contra a segurança interior ou exterior do Estado», tendo, mesmo assim, passado cerca de um ano e meio detido.

Augusto de Melo, preso novamente, conta que, num dos interrogatórios acompanhados de choques eléctricos, lhe puseram umas peúgas sujas de suor dos pés e de terra na boca, de modo a ensurdecer os seus gritos de dor. *«Nunca na minha vida imaginei sequer que houvesse um desespero igual feito por caboverdianos e para caboverdianos. Nesse dia 30 de Maio, cerca das 20 horas, terminaram as torturas comigo e mandaram-me deitar em cima duma tarimba, completamente nu e sem colchão, nem mesmo um pano qualquer, com que me pudesse agasalhar.»*[13]

O caso de S. Vicente acabou igualmente por ter repercussões mais graves, sobretudo a nível da opinião pública mindelense que assistiu a um dos envolvidos — Titino Boxeur, que conseguiu evadir-se da prisão — a ser alvejado e ferido pelo comandante Militar, Eduardo Santos (Tchifon), conforme conta João Crisóstomo Monteiro.[14] Também a Cruz Vermelha passou a interessar-se pelo assunto, intercedendo a favor dos cidadãos em causa, tanto mais que um deles — Toi de Forro — acabou por morrer vítima de maus tratos.

Os rumores de que Baltasar Lopes da Silva e a mulher estariam envolvidos no caso levaram o primeiro a demitir-se do Conselho Nacional de Justiça, tendo dirigido uma carta irada ao presidente do CNJ, Manuel Duarte, na qual se afirmava ofendido e desligado daquela entidade. Na sua carta, com data de 31 de Maio de 1977, Lopes da Silva manifesta a sua indignação e repúdio pelo tratamento que se vinha dispensando aos detidos, custando-lhe acreditar que houvesse na sua terra gente tratada daquela maneira, desumana e cruel, e que por isso se iria embora de Cabo Verde. *«As minhas medidas já ficaram insuportavelmente cheias. Vou-me embora (...) e ir para onde ouvir falar de Cabo Verde seja tão pouco provável, que eu não tenha margem para pensar em quanto e como quis isto»*, acrescenta.[15]

De acordo com o processo da Procuradoria da República, Teresa Lopes da Silva teria sido, com António Araújo Lopes, Luís Filipe Marques da Silva e Vicente Rodrigues, um dos contribuintes financeiros para a aquisição de material destinado à confecção da propaganda contra o PAIGC, e o próprio Baltasar teria corrigido o panfleto posto a circular. Face às informações envolvendo o casal, o Ministério Público solicita a abertura de instrução contraditória, a fim de se determinar a eventual responsabilidade de Baltasar na elaboração do referido texto e se esclarecer a contribuição de sua mulher *«para o financiamento da Organização»*. O velho professor alega, no processo, que alguém lhe aparecera em casa com um panfleto e que ele exclamou: *«Isto está cheio de erros de português»* — corrigiu alguns, deu conselhos que não foram acatados, e

pronto. E quanto à sua mulher, ela limitara-se a dar dinheiro a um dos implicados como forma de ajudá-lo, já que estava desempregado.

O procurador Germano Almeida

O procurador-regional da República era, nessa altura, o hoje advogado e escritor Germano Almeida, que encontra, segundo ele, o processo já pronto, limitando-se a dar-lhe encaminhamento para, no fim, negar-se a julgar os presos. *«Quando os vi, concluí que aquela gente jamais poderia dar um golpe de Estado, como se procurou fazer crer na altura.»*[16] Lembra-se de ter viajado à Jugoslávia com o ministro David Hopffer Almada, tendo este aproveitado a ocasião para lhe referir sobre a necessidade de se julgar o grupo, ao que lhe respondeu: *«Eu já lhe disse que não participo no julgamento daquela gente»*. Almeida recorda-se ainda de, após a viagem, o indigitado juiz-auditor do processo, Henrique Oliveira Barros, ter estado vários dias em S. Vicente para o julgamento, que também não se efectuou. *«Entretanto, somos surpreendidos pela amnistia do presidente da República»*, conclui.

A seu ver, a intenção das autoridades era amnistiar todos os envolvidos mal fossem lidas as sentenças. Mas acredita também que a amnistia terá sido a via encontrada, face às pressões e à dificuldade em fazer-se o julgamento. Almeida revela que, assim que tomou conta do processo, procurou atenuar o sofrimento dos detidos, através de contactos que ia tendo com o carcereiro da penitenciária, Manuel Quintino da Luz. *«Eu dizia-lhe:* "Você deve tratar bem essa gente, para que, no dia em que, porventura for preso, possa ter o direito de reivindicar ser bem tratado"*.»*

Recém-formado em Portugal, Almeida tinha 31 anos quando regressa, em 1976, a Cabo Verde. Natural da Boa Vista, resolve terminar os estudos liceais, uma vez cumprido o serviço militar em Angola. Em 1972, aos 27 anos, consegue ser o único estudante, na época, com mais de 18 anos, a quem a Fundação Calouste Gulbenkian concede uma bolsa de estudos universitários. Como muitos dos seus contemporâneos, também ele tivera a sua experiência nacionalista, por influência do seu conterrâneo Herculano Vieira, com quem conversava sobre a independência de Cabo Verde. Nos seus enleios nacionalistas por pouco não se meteu num barco para Conakry. Como tudo na vida de Almeida tem um lado cómico, o episódio fala por si: *«Depois de ter tentado ir para a luta em 1967, eu e o Chico Varela chegámos a preparar uma fuga para Dakar e de lá iríamos para Conakry. Arranjámos uma embarcação e algumas armas, mas, quando vi o Chico a embarcar 10 litros de grogue, eu disse:* "Não vou". *Resultado: o Chico também ficou sem coragem para ir sozinho. Reencontrámo-nos anos depois em Lisboa.»*

É também em Lisboa que o 25 de Abril encontra Almeida, a fre-

quentar o terceiro ano de Direito. Embora vago, o seu envolvimento com o PAIGC prosseguia através de alguns elementos que hoje considera *«um bocado tontos»*. *«Com o 25 de Abril, estive numas reuniões da Casa de Cabo Verde. Vi que se perdia bastante tempo com discussões que não levavam a lado nenhum. Numa dessas reuniões fez-se uma pausa para discutir se devíamos prosseguir com a discussão em português ou em crioulo. Aí vi que não tinha tempo a perder e fui-me embora e nunca mais voltei.»*

Ainda assim, nas férias escolares de 1974, Germano Almeida ajuda o PAIGC a conquistar a população da Boa Vista, tida como hostil àquele partido. Almeida escreve uma carta aberta ao governador Sérgio Fonseca, publicada no **Novo Jornal de Cabo Verde**, exigindo a implantação do ciclo preparatório na ilha, organiza *meetings* e declara guerra ao administrador Aquiles Fontes, que, até aí, era contra o PAIGC. *«Exigimos tudo e mais alguma coisa. Havia uma grande resistência à independência e lembro-me de dizer às pessoas:* "Pior do que já estamos, não vamos ficar". *As pessoas não acreditavam. Houve um comício e a população não nos deixou falar. Via-se o PAIGC como partido de comunistas, que viria trazer a miséria. Mas quando o PAIGC fez chegar à ilha um barco com arroz, a coisa mudou.»*

Terminado o curso, Almeida regressa a Cabo Verde em 1976 e começa a trabalhar no Gabinete de Estudos do Ministério da Justiça, na Praia. Por pouco tempo, porque é levado a assumir o lugar de procurador-regional também nessa cidade, cargo que exerce durante um ano, altura em que é transferido, nessas mesmas funções, para S. Vicente no lugar de Belmiro Gil, nomeado juiz do Tribunal dessa ilha. *«Quando chego, em Setembro ou Outubro de 1977, o processo já estava instruído. Competia-me apenas dar a acusação. O processo estava a seguir os seus trâmites, quando se decidiu que devia passar do Tribunal Civil para o Militar, cabendo ao Jota Jota a função de promotor público. O processo esteve mais de um ano parado. Restavam na cadeia dois ou três indivíduos, pois a maior parte tinha sido posta em liberdade mediante caução. O único que não tinha dinheiro era o Ti Nené, desempregado, pelo que eu e o Gil decidimos depois libertá-lo mediante um* termo de identidade.»

«Quando apanhei o processo», prossegue, *«não conhecia os homens. Instruí aquilo que os outros, isto é, a polícia, havia metido no processo, um calhamaço que tive de ler dias a fio. Mas depois fui conhecendo os presos e vi que aqueles coitados não tinham condições de dar um golpe de Estado. Aqueles fulanos eram acusados de crimes políticos, mas não eram políticos. Tive a mesma sensação no processo da reforma agrária em Santo Antão, em 1981. O que encontrei, tanto num caso como noutro, foram homens aterrorizados. No caso de S. Vicente, comecei a ouvir também as pessoas do meio, procurei averiguar o que se tinha passado realmente, de forma que, quando fui convidado para promotor público do Tribunal Militar, já não tinha motivação. Se fossem julgados pelo Tribunal Civil, eu assumiria a acusação por dever de ofício; no Tribu-*

nal Militar eu não era obrigado a fazê-lo.»

Beitz, o polícia pintor

Acusado pelos presos dos acontecimentos de 1977 em S. Vicente, e mais tarde de 31 de Agosto em Santo Antão, de ter sido um dos seus torturadores, Bernardo Oliveira (Beitz) foi passado à reserva com a vitória do MpD, em 1991, aos 50 anos. Militante do PAIGC desde os anos 60, também ele alimentou o sonho de fugir com um grupo de companheiros para Conakry. Após o serviço militar em Moçambique, regressa a Cabo Verde em 1966/67 e retoma a militância. É preso (e solto), em 1967, no mesmo grupo de Luís Fonseca, Dante Mariano, Osvaldo Custódio, Lineu Miranda, Carlos Tavares e Jaime Schofield, por actividades subversivas. *«Eu trabalhava na Congel e perdi o emprego. Estive um ou dois anos à procura de trabalho e não achei. O Djibla acabou por me contratar e passei a trabalhar no laboratório fotográfico dele até ao 25 de Abril.»*[17]

Beitz é um dos elementos da Frente Ampla e, com a independência, é convidado a integrar a polícia. *«Foi com certa relutância que aceitei. O Silvino da Luz convenceu-me que alguém tinha de pegar na polícia. Na altura, trabalhava na Direcção Regional do partido.»* Até 1977, a Segurança em S. Vicente, segundo revela, limitava-se a emitir passaportes e autorizações de saída. *«Era um serviço bastante rudimentar, com um ou dois elementos.»*

Mas as coisas irão mudar com a onda de prisões que se verifica naquele ano. *«Tomámos conhecimento que havia um grupo que andava a lançar panfletos e a fazer pichagens. Esse grupo, que tinha ligações em Portugal com a Soconsol e nos EUA com Aguinaldo Veiga, pretendia agitar os trabalhadores. Havia grandes dificuldades para pagar os salários em atraso e essa gente queria levar as pessoas a revoltarem-se contra a independência. Detectámos o grupo e seguimos alguns dos seus elementos durante dois meses. Sabíamos quando lançavam panfletos e limitávamo-nos a recolhê-los. Quando havia pichagens, aumentávamos a vigilância na cidade de modo a impedi-los. Resolvemos actuar quando tivemos conhecimento que iriam passar a actos de sabotagem. Tratava-se de uma informação credível, porque, caso contrário, não seriam presos. Na verdade, depois de uma boa mobilização, o grupo vinha diminuindo quando tiveram lugar as prisões. Houve um comício em S. Vicente em que eles foram avisados. Isso teve efeito. Com a sabotagem, a ideia era privar S. Vicente de água e luz para, à noite, fazer com que os presos fugissem da cadeia, de modo a lançar o pânico na ilha. Em cinco ou em seis dias, conseguimos prender os principais líderes do grupo. Alguns dos presos foram ouvidos e ficaram em liberdade à espera de julgamento.»*

Segundo Beitz, presos, os implicados confessaram as suas ligações, inclusive com Baltasar Lopes. *«Não que ele tivesse qualquer ligação*

com as sabotagens», ressalva, todavia. *«Os dois líderes eram o Toi de Forro e o Manuel Chantre. Estes dois eram, pelo menos, os mais disponíveis e activos ou os que mais apareciam à frente de tudo.»*

Neste processo, Beitz admite que foram utilizados, de facto, *«meios pouco convencionais»*, face ao tipo de crime que se julgava que fossem cometer. *«Tínhamos de saber em pouco tempo todos os actos que iriam cometer. Embora não tivesse participado directamente no processo, admito que eu era o responsável pelo que se passou, e não o partido ou o governo, como pretendem alguns»*. Analisando a questão, Beitz entende que o grupo de Chantre e Forro mediu mal as suas forças. *«Não tinham nenhuma força para lutar contra o poder instituído em Cabo Verde.»*

E, em relação ao comportamento das estruturas policiais, Beitz alega que houve muita inexperiência e uma sobrevalorização do poder de fogo dos adversários do regime. *«A solução foi preparar gente capaz de enfrentar, em melhores condições, situações do género. O governo mandou gente estudar em vários países, por exemplo, Cuba, RDA, URSS e até na Argélia, onde foram formados os primeiros agentes da polícia de trânsito.»*

Aos 54 anos, à espera de ser reformado, a polícia hoje é uma página virada da vida de Bernardo Oliveira. Com o tempo ao seu dispor, pode hoje dar curso à sua verdadeira vocação, que é, segundo ele, a pintura. Considera-se um dos pupilos de Abílio Duarte, que, nos seus tempos do Liceu Gil Eanes, cria uma escola informal de pintura. *«Com a fuga do Abílio, continuámos a pintar. Uma das pessoas que nos incentivou foi o nho Roque [António Aurélio Gonçalves]. Ele olhava-nos a pintar na rua e sugeria-nos:* "Vão à rua Matejim, e vereis cenas interessantes".»

Autodidacta, em 1986 participa numa formação na escola de Belas Artes da ArCo, em Lisboa, para além de ter estado numa escola de vitrais na Holanda. Admirador, aliás, de Van Gogh, Beitz confidencia que gosta, sobretudo, de pintar temas sociais. *«Principalmente gente do povo»*, especifica, enquanto me mostra alguns dos seus quadros, recentes e antigos, que faz questão de conservar para si próprio. Diante da última pergunta, inevitável, como é que um artista consegue pertencer à Segurança, Beitz responde com um sorriso, meio comprometido: *«Às vezes é difícil uma pessoa sair de certas coisas em que se vê metida. Mesmo na polícia, eu continuava a pintar.»*

Meter a mão na merda

Internamente, os cidadãos presos em S. Vicente foram motivo de acesas discussões a nível superior do PAIGC, tanto mais que o assunto passara a ser alvo da atenção da opinião pública interna e externa. Ainda por cima, havia o alegado envolvimento de Baltasar Lopes. Aristides Pereira revela que assim que tomou conhecimento do caso, ordenou que

não se pusesse no meio o velho professor, cujo prestígio acabaria por arrastar a solidariedade de outras pessoas. *«Foi uma coisa estúpida, sem pés nem cabeça»*, lamenta Pereira. *«Levaram informações ao Conselho de Ministros de que havia gente a preparar coisas horríveis. Não acreditei que o Baltasar estivesse metido. Do pouco que conhecia dele, no máximo, admitia que o seu nome fosse invocado pelo Toi de Forro ou por outros, mas não que ele, Baltasar, estivesse envolvido ou caucionasse o que se dizia que iam fazer. Tomo conhecimento desse facto com a morte do Toi de Forro, através da Cruz Vermelha. A minha atitude foi de repúdio imediato. E foi contra a vontade de muita gente que eu autorizei a vinda da Cruz Vermelha. Eu, pessoalmente, convidei a Cruz Vermelha a vir, porque, para mim, não podia ser verdade o que se estava a dizer acerca da forma como os presos eram tratados. No fim, fiz questão de amnistiar todos os envolvidos.»*

Antes disso, porém, afirma João Crisóstomo Monteiro que a sua mulher, Inácia Maria Duarte, e outras companheiras que tinham maridos ou parentes detidos na prisão de Ribeirinha, conseguiram ser recebidas em audiência, a 6 de Setembro de 1977, no Palácio do Povo, em S. Vicente, por Aristides Pereira, tendo-lhe contado o que se estava a passar. *«Este recebeu no Palácio a Inácia e a Júlia, mulher de Jorge Joaquim Soares. Nesse dia nada ficou decidido. Foi marcado [sic] uma nova audiência para o dia 12 do mesmo mês. A Inácia foi mais a fundo no problema, a ponto de o Presidente Pereira sentir dores de cabeça. As outras senhoras tinham ficado fora do Palácio.»* Acrescenta Monteiro: *«Para dar a impressão que a situação tinha melhorado, ele fingiu mandar libertar alguns presos. Dias depois, a 17 de Novembro, esses homens foram de novo capturados e conduzidos à Cadeia. Eu era um deles.»* [18]

Confrontado com este depoimento, Aristides Pereira não nega que as coisas se tenham passado dessa forma. Apenas descarta que tenha tido algum envolvimento na segunda prisão do grupo. *«Isso é próprio do partido único. Foram 15 anos de sofrimento também para mim. Apesar de ser o secretário-geral do partido e o presidente da República, eu tinha um certo ascendente, mas eu não era um executivo, eu não podia saber de tudo o que se passava em Cabo Verde. Além disso, nas questões da Justiça eu não podia pôr a boca.»*[19]

«Foi a primeira vez que tivemos problemas de direitos humanos em Cabo Verde», recorda David Hopffer Almada, que se lembra também de ter recebido ordens de Aristides Pereira para preparar o decreto presidencial que amnistiava os implicados na questão. *«Enquanto ministro, eu não interferia na Segurança ou nos assuntos dos tribunais. O máximo que admitia era bater-me para que as decisões dos tribunais fossem acatadas. Tirando isso, eu ocupava-me da administração da Justiça. E em relação a essas e outras prisões, há pormenores que só vim a saber com a publicação do livro de Onésimo Silveira,* **A tortura em nome do partido único**.

Em relação às prisões de 1977, o presidente chamou-me e disse-me que tinha analisado a questão, que, no seu entender, não era clara, era preciso pacificar os ânimos com uma amnistia geral. Aliás, todos os anos se dava amnistia e perdão. Os magistrados não concordavam, sentiam-se desautorizados, por isso passou-se a dar menos amnistias.»

Para Pedro Pires, as prisões de S. Vicente foram rescaldo da luta em prol da independência. *«Os presos teriam sido indivíduos que não estariam de acordo com a independência de Cabo Verde e tentaram criar-nos dificuldades durante uma fase que nos era extremamente difícil. Até onde poderiam ir, não sei. Ter S. Vicente sem luz nem água era algo que não podíamos aceitar.»*[20]

Questionado sobre a violência utilizada, Pires responde, sem pestanejar:

— Muitas vezes o novo poder é obrigado a utilizar violência para se afirmar. Isso tem custos. Depois é-se acusado disso e mais aquilo. Mas quem faz política sabe que isso faz parte das regras do jogo. Como se costuma dizer, quem faz política é obrigado, muitas vezes, a meter a mão na merda. Sempre que se faz repressão, qualquer que seja o motivo, mete-se a mão na merda.

— Mas até que ponto as informações que vocês tiveram eram credíveis? — insisto.

— Não estando presente, tinha de fazer fé nas informações que recebia — responde, no mesmo tom.

— Diz-se que essas informações foram obtidas de forma pouco ortodoxa. Fala-se em excessos...

— Terá havido excessos? Francamente, não sei. Quanto às afirma-ções, diz-se tanta coisa que tenho dúvidas. Admito, sim, que terá havido um ou outro excesso. Naquelas condições, era normal que assim fosse.

— Foi, se não me engano, a primeira vez que Cabo Verde passou a merecer a atenção da Amnistia Internacional.

— A Amnistia Internacional teve sempre reservas em relação a quem se libertasse do colonialismo. No nosso caso concreto, ela não nos socorreu nos momentos mais difíceis da luta. A sua primeira denúncia devia ter sido contra o colonialismo, contra a guerra ou contra a violência a que os portugueses nos submeteram na Guiné e em Cabo Verde... Nesse período, ficou calada para, logo a seguir à independência, aparecer para nos atacar. Estivemos à espera dela durante a luta, para que nos ajudasse, e isso não aconteceu, de modo que tenho reservas em relação a organizações do tipo Amnistia Internacional.

Diante da mesma questão, Silvino da Luz, ministro da Defesa e Segurança na altura, contrapõe: *«Estávamos, de facto, convencidos que essa gente estava disposta a fazer-nos mal. Pensávamos também que havia uma ameaça bastante forte vinda do exterior e não tínhamos os meios para a nossa*

própria defesa. Uma das nossas soluções foi armar a população através das Milícias e fizemo-lo porque tínhamos a certeza de que a população estava do nosso lado. É claro que isso estava relacionado com as nossas próprias convicções ideológicas. E quanto à violência contra eles utilizada não há um oficial ou soldado, ou mesmo agente da polícia, que possa dizer que recebeu ordens superiores para agir violentamente. Porém, eu não afasto — e seria desonesto da minha parte — que numa ou noutra ocasião não tivesse havido algum excesso... Para responder, também honestamente à pergunta que acaba de me fazer, eu não agi na altura contra os indivíduos que agiram de forma mais drástica. É preciso que nos situemos no momento próprio em que esse e outros acontecimentos tiveram lugar. Aqueles indivíduos queriam agir de forma violenta contra nós, chegámos a encontrar alguns deles com bananas de dinamite. No tempo havia a palavra de ordem: "Aos actos reaccionários a violência revolucionária". *Havia também, da nossa parte, uma grande falta de preparação. Não tínhamos gente especializada em interrogatórios. Foi nessa altura que decidimos que era preciso formar gente em todas as áreas da polícia.»*[21]

António Gumercindo Chantre

Chegado a Portugal no mesmo avião que levaria a 6 de Julho de 1975 os presos do Tarrafal, António Gumercindo Chantre conta que foi ouvindo notícias sobre Cabo Verde, nomeadamente prisões, tortura etc., que o foram deixando apoquentado. *«Havia que fazer qualquer coisa. Quando cheguei a Portugal, já lá estavam 19 presos em Caxias. Chegámos e não havia ninguém a receber-nos. A tripulação do avião tinha feito uma colecta para irmos jantar. Peguei no envelope com a minha parte e dei-o a quem dele mais precisava. Pessoalmente, resolvi fazer qualquer coisa. Abeirei-me de gente que era crítica em relação ao que se passava em Cabo Verde. Acabei por criar a ALCA, Acção Libertadora de Cabo Verde, que não teve pernas para andar. Alguns meses depois, encontro-me com Lídio Silva em Portugal. Pus-lhe o problema e ele aderiu à ideia. Escreveu-me depois, falando do grupo dos "Descontentes" na Holanda, que desapareceu porque o Djunga de Biluca tinha-se reconciliado com o PAIGC. Encontrei-me depois com o eng. Manuel Delgado, que estava na Bélgica, ele e o Silva contactaram outros rapazes dos "Descontentes", que também aderiram de imediato. Há uma troca de correspondência ou de telefonemas entre Holanda, Bélgica e Portugal. Da Holanda telefonaram-me um dia a dizer que se ia formar qualquer coisa e que se estava a precisar de um líder. Em Portugal é que estava a massa cinzenta. Eu conhecia o engenheiro Sérgio Duarte Fonseca. Entretanto, recebo uma carta do engenheiro Delgado com o rascunho dos estatutos. Gostei daquilo em linhas gerais e fui ter com o Duarte Fonseca. Combinámos o local do encontro, entrei no carro dele, fomos conversar na casa dele, em Carcavelos. Pelo caminho fui-lhe contando a história toda. Onde é hoje o Centro Cultural de Belém, ele parou*

para ler os estatutos. Assim que leu, virou-se para mim e disse: "Se os rapazes da Holanda estão contigo, e o convite para eu integrar é feito por ti, e se a vossa ideia é esta, a minha resposta não é outra: é sim, estou convosco".»

Os dois amigos separam-se imediatamente. Chegado a casa, Gumercindo Chantre contacta os seus companheiros da Bélgica, Holanda e Alemanha, onde vivia Lídio Silva. *«Dias depois, recebemos duas passagens de avião. Fomos a Bruxelas e encontrámos lá um cortejo de viaturas à nossa espera. Metemo-nos em casa do Toi Senhorinha e, durante três dias, burilámos os estatutos. Éramos oito, pois o Lídio Silva indicou Bibino como fundador. Fiquei com a tarefa de fazer os cartões, de modo que eu disse:* "Gostaria que fôssemos dez". *Há um rapaz nos EUA — o eng. John Wahnon — não o contactei, mas faço o cartão para ele. O John ficou o fundador número nove e eu o dez. O Sérgio foi o número um, o Lídio, o número dois, o eng. Manuel Delgado número três, para além do Sousinha [Miguel Sousa] que já morreu, Orlando Medina, Toi de Senhorinha, Pedro Soares, Manuel Lima (também já faleceu). Depois disso, como "embaixador itinerante", corri o mundo; onde houvesse cabo-verdianos eu ia à procura de adeptos. Não foi difícil, dado o que se passava em Cabo Verde. Viajei às vezes sozinho pela Europa, no meu carro, à chuva, à neve ou ao sol.»*[22]

Fundada oficialmente a 13 de Maio de 1978, em Roterdão, e definindo-se como um partido democrata-cristão, a Ucid preconiza no seu programa uma *«autêntica democracia popular»*, que passa pela instalação de um sistema pluripartidário e com eleições livres e pluralistas, para além do reconhecimento do direito à crítica e à liberdade política, religiosa e sindical. A Ucid, que era contra a unidade com a Guiné-Bissau, defende um governo de *«união nacional»*, transitório, e advoga uma *«Constituição democrática»*, a ser aprovada por todos os cidadãos espalhados pelo mundo e a viver em Cabo Verde. A Ucid passa a publicar, a partir de Novembro de 1978, o boletim **Nação Cabo-Verdiana**, cuja sede inicial era em Colónia, Alemanha.[23]

John Wahnon

Nos EUA há 12 anos, o 25 de Abril encontra João Crisóstomo Wahnon, vulgo John Wahnon, em convalescença. Nascido em S. Vicente, em Janeiro de 1942, emigra para esse país em 1962, precisamente no dia em que completava 20 anos. *«Por razões que nunca compreendi, deram-me o passaporte, numa altura em que teria de cumprir o serviço militar. Acho que fui ajudado pela sorte.»* Nos EUA, porém, foi logo incorporado, já que, de acordo com a lei desse país, os estrangeiros que, em idade de serviço militar, não o tivessem feito no país de origem, fá-lo-iam no exército americano. Por isso, mais do que combater o comunismo, Wahnon considera a sua experiência vietnamita o cumprimento de um

Arquivo: John Wahnon

Manifestação do Congresso Jurídico Cabo-Verdiano. Providence, EUA, 1974/75. Aguinaldo Veiga com gorro preto

simples dever: *«Eu era militar, recebi ordens e fui cumprir o meu dever.»*[24]

No liceu em S. Vicente, participou na contestação a Antero Simões, vulgo Semente de Manga. Aliás, Wahnon reivindica a criação da alcunha para o referido reitor, a partir de uma escultura feita por ele numa semente de manga que colocou sobre a secretária do professor, dizendo que a mesma se parecia com Simões. *«Tudo começou de uma casmurrice nossa, isto é, da malta da turma do sétimo ano, no ano lectivo de 1960/61, de que eu fazia parte, contra o Antero Simões. Nessa altura havia uma oposição generalizada dos alunos do Liceu a ele, em favor de Antero Barros e João Quirino. Tudo isso era contestação ao colonialismo. Por isso, quem diz que John Wahnon nunca participou na luta não conhece John Wahnon.»*

Já nos EUA, isto é, na tropa, continua a trocar correspondência com Júlio de Carvalho, de quem era grande amigo desde a infância. *«Com a saída dele de Portugal, perdemos inicialmente contacto um com o outro; tempos depois recebi uma carta dele, da Argélia, a pedir-me que contactasse a sua família a dizer que ele estava bem. A minha preocupação era como fazer isso. Mas lá consegui fazê-lo. Entretanto voltámos a perder contacto um com o outro e só nos voltámos a ver em 1989, quando vim a Cabo Verde, a convite dele. Outro velho companheiro meu era o Honório Chantre, que eu também conhecia do Liceu. Um dia leio o* **New York Times** *e dou com a notícia de que ele tinha desertado no Norte de Angola. Durante todo esse tempo, mantive-me informado do que se estava a passar.»* E, para que não restem dúvidas, Wahnon faz questão de deixar bem claro: *«Nunca tive qualquer dúvida sobre a independência de Cabo Verde.»*

Apesar disso, nos EUA, Wahnon confessa que estava mais preocupado em aprender a sobreviver no *american way of life*. Submetido, também, aos rigores militares, acrescenta que não tinha tempo para pensar nas questões políticas, que tanto marcaram os EUA nos anos 60: basta recordar que havia nessa época a guerra do Vietname, o movimento cívico negro etc. *«No regime militar americano, não há tempo para pensar; um indivíduo é sempre mantido ocupado com alguma actividade»*, alega.

Outrossim, além de ter procurado concluir a sua formação liceal e, depois, superior, Wahnon revela ter actuado no Vietname num sector estratégico, que esclarece não ser a CIA ou qualquer serviço de informação militar. Porém, em virtude de uma disfunção física entre os músculos e o cérebro, contraída no Vietname, e que o paralisa durante alguns anos, é passado à reserva em 1970, com a patente de sargento técnico. Lança-se numa luta tenaz até conseguir recuperar-se, pelo que reacta os estudos e a actividade política, em 1976. O seu anticomunismo e a influência do irmão Oldegard levam-no a aderir ao Congresso dos Juristas Cabo-Verdianos na Diáspora, liderado por Aguinaldo Veiga e Ray Teixeira. Sobre os dois advogados, diz Wahnon: *«O Ray era uma figura controversa, um tanto malabarista. O Aguinaldo era teimoso, quando decidia fazer*

Arquivo: John Wahnon

John Wahnon. Manifestação do Congresso Jurídico Cabo-Verdiano. Providence, EUA, 1977

uma coisa ninguém o demovia e eu não consigo trabalhar com gente do tipo. Além disso, gostava de rodear-se de yes-men. *Tirando isso, escrevia e discursava muito bem.»*

Depois de algumas acções públicas — manifestações em Boston ou na sede das Nações Unidas em Nova York, por exemplo — o Congresso dos Juristas desaparece, com os principais dirigentes a se acusarem mutuamente quanto ao destino dado aos fundos da organização. *«Pessoalmente, quando chego, já não encontro dinheiro nenhum»*, defende-se Wahnon. Com o fim do Congresso dos Juristas, lidera um grupo que fica de *stand-by*, constituído por ele, John Ferreira, Joseph Alves, Rose Spencer, e juntos vão constituir o primeiro núcleo da Ucid nos EUA, acabando Wahnon por assumir, em 1988, a liderança do partido.

Para John Wahnon, a oposição ao PAIGC, surgida no seio dos emigrantes, saiu do próprio PAIGC. *«Viram coisas que não gostaram, reclamaram, mas o governo não lhes deu cavaco.»* Cita como exemplo a primeira lei eleitoral, que excluía os emigrantes de participarem na votação de deputados à ANP, fora os problemas causados pelo passaporte cabo-verdiano. *«Houve uma série de coisas que levaram ao aumento gradual do descontentamento na Holanda. Aí surge o Grupo dos Descontentes — um dos elementos era o Djunga de Biluca. Só que ele veio a Cabo Verde, conseguiu resolver os seus diferendos com o governo e regressa como cônsul, e, a partir disso, deixa de participar no grupo dos Descontentes.»*

Na verdade, a primeira tentativa de juntar os primeiros sinais de

oposição, surgidos tanto na Holanda, em Portugal, como nos EUA, datam, segundo Wahnon, de logo após a independência. *«O Congresso dos Juristas manda um emissário, o Rosendo Évora Brito, contactar a malta da Holanda, só que ele não foi bem recebido, porque a Holanda era do PAIGC. Convém não esquecer que a maior parte dos emigrantes aí apoiaram o PAIGC e a luta para a independência de Cabo Verde. O descontentamento vai surgir depois. A Ucid foi fundada por gente que simpatizava com o PAIGC.»*

Antero Barros

A abertura política em 1990 vai revelar Antero Barros como um dos membros proeminentes da Ucid, a ponto de se tornar no primeiro presidente da organização em Cabo Verde, depois de uma briga entre John Wahnon e Lídio Silva. Por assim dizer, as causas que levam o velho professor e dirigente desportivo a juntar-se aos "descontentes" vinham já de 1974, especificamente, de Setembro, quando representa a comunidade cabo-verdiana em Angola nas festividades do reconhecimento da independência da Guiné-Bissau, em Madina do Boé. Corsino Fortes refere que, após o regresso do velho companheiro ninguém mais do Comité de Acção lhe pôs a vista em cima. Barros explica assim o que se passou: *«O PAIGC resolve fazer a sua célula em Luanda, à minha revelia, sem me dizer nada. O Fernando Fortes, o Corsino Fortes, o Francisco Correia e o John Wahnon Morais são os integrantes dessa célula. Depois de tudo pronto, telefonaram-me a chamar-me para uma reunião e eu respondi-lhes que não ia. Esta foi a primeira pista para Humberto Leite e Alcides Fialho perceberem que eu não tinha nada a ver com o PAIGC. Começámos a criticar o comportamento da célula do PAIGC por muita coisa que aconteceu aos cabo-verdianos em Angola naquela altura.»*

É que no contexto das disputas entre os três movimentos angolanos, Antero Barros, Humberto Leite e outros tantos eram contra o alinhamento dos líderes cabo-verdianos em relação ao MPLA, FNLA e Unita, ao contrário de Corsino Fortes e outros elementos do PAIGC, que tomam o partido do MPLA. Barros lembra-se de Fortes e Correia terem aparecido numa manifestação desse movimento ostentando uma faixa em seu apoio. Por seu turno, Fortes defende-se alegando que a neutralidade naquela altura era impossível, uma vez que era a própria FNLA e a Unita que aplicavam o raciocínio que todos os cabo-verdianos eram do PAIGC e, por arrastamento, apoiantes do MPLA. *«Não havia como escapar a isso. A princípio, procurámos manter uma posição de equidistância, mas depois saímos à liça, porque vimos que era impossível. Além disso, havia o próprio comportamento dos cabo-verdianos ao longo dos anos. A nossa sorte foi o MPLA ter vencido. O Agostinho Neto era muito amigo dos cabo-verdianos e, através dele, foi possível esquecer o que*

se tinha passado em 1961, por exemplo.»

Contra a vontade das autoridades angolanas, que gostariam de continuar com os seus serviços no Ministério da Educação, Antero Barros deixa Angola em 1978, para poder tratar-se a uma hérnia nos EUA, acabando por regressar a Cabo Verde no ano seguinte. Convidado pelo ministro Carlos Reis, passa a coordenar o sector dos desportos e funda, anos mais tarde, o Comité Olímpico Cabo-Verdiano. *«Eu já andava descontente»*, refere Barros sobre a sua militância na Ucid. *«E é nessa altura, em 1979, que sou contactado pelo Lídio Silva em Lisboa. Analisei os estatutos, vi que podia dar uma colaboração, na medida em que ninguém iria desconfiar de mim. Pus-lhe a condição de que o assunto ficaria entre mim e ele. (Penso que ele cumpriu, durante muito tempo, mas, a partir de uma certa altura, fiquei com a impressão que mais gente passou a saber da minha ligação com a Ucid.) Posteriormente, recebi uma carta do Lídio a dizer-me que tinha sido eleito membro do Comité Executivo num congresso.»*

Ucid no terreno

Com núcleos em Portugal, Holanda e EUA, a Ucid começa a dar nas vistas através de manifestações públicas contra o governo cabo-verdiano, enquanto em Cabo Verde mantinha-se confinada à clandestinidade. Na ilha de Santiago, estava Antero Barros, com uma actuação discretíssima; em S. Vicente, Serafim Romualdo, um ex-emigrante na Holanda; e em Santo Antão, na região da Ribeira Grande, Albino Ferreira Fortes, ex-combatente do PAIGC, que dele se afasta, em 1969, depois de ter prestado declarações na Rádio de Bissau. Mobilizado em Moselle, Bibino, como é popularmente conhecido, integra o grupo de cabo-verdianos preparados em Cuba para posterior desembarque em Cabo Verde. Por altura dos acontecimentos da reforma agrária, em Agosto de 1981, irá desempenhar um papel importante na manifestação contra a *Lei de bases da reforma agrária*.

Nos EUA, John Wahnon desenvolve uma vasta acção de *lobby* contra a Cidade da Praia, chamando a atenção para o carácter comunista e repressivo do regime, alertando, inclusive, para determinadas movimentações soviéticas e cubanas no arquipélago. Organiza manifestações, concede entrevistas e publica artigos em diversos *media*, entre os quais, **Portuguese Times**, BBC e Rádio Suécia. Na VOA, não consegue, porque, segundo ele, a estação norte-americana estava infiltrada por gente afecta ao regime cabo-verdiano. Quanto aos resultados disso, diz Wahnon: *«Alguns escutaram, outros não. A administração Carter ouvia, sobretudo, na questão dos direitos humanos. Quando o Pedro Pires foi aos EUA pela primeira vez, ele não foi recebido por causa da grande celeuma que nós criámos à volta da morte de Toi Forro e da prisão de Augus-*

to de Melo e outros cidadãos.»

Questionado se tinha relações com organizações ou gente da administração americana, Wahnon responde: *«Não, não tinha, mas sabia a quem escrever e recebíamos, às vezes, resposta. Escrevi também às autoridades cabo-verdianas, por exemplo, ao presidente Aristides Pereira. Deste nunca recebi qualquer resposta.»*

Fora isso, Wahnon consegue também ligações com grupos anticastristas e polacos nos EUA, com sectores da direita portuguesa, e com a Unita e o Movimento Bafatá da Guiné-Bissau. *«Eu sei o que fiz, sei o valor do que fiz e não preciso estar a badalar o que fiz»*, acrescenta, com orgulho. Dentre as manifestações por ele organizadas, destaca a feita em Março de 1976, em Nova York, que arreia a bandeira de Cabo Verde do mastro, à frente do Palácio das Nações Unidas. Em Novembro de 1981, encabeça outra manifestação junto da missão de Cabo Verde na ONU, desta feita contra a prisão dos cidadãos envolvidos na questão da reforma agrária. *«O Amaro da Luz, que era embaixador, apareceu com arma em punho contra nós. Isso foi filmado e até hoje há quem conserve o filme.»*[25]

Em Portugal, isto é, em Lisboa, a Ucid consegue também alguma projecção junto dos emigrantes e de certa imprensa portuguesa, particularmente do jornal **O Dia**. Embaixador na capital portuguesa, Corsino Fortes lembra-se de alguns desses *meetings*, nomeadamente à frente da missão diplomática no Restelo. *«Quem dirigia essas manifestações era geralmente o Gumercindo Chantre. Um dos problemas que sempre tocavam era o da unidade com a Guiné ou, então, o partido único. Da minha parte eu procurava fazer uma política de não-hostilidade. Cheguei a receber vários cidadãos que tinham uma atitude contrária ao regime. Um deles é, por exemplo, o Lucílio Braga Tavares. Tínhamos sido condiscípulos no Liceu em S. Vicente e conversávamos. Cheguei a ser procurado também pelo John Wahnon e conversámos, civilizadamente. Por altura de uma das visitas do presidente Pereira a Portugal, mandaram dizer que me iam raptar. Eu respondi a um deles:* "Vocês, se me raptarem não conseguem nada. Um embaixador substitui-se facilmente. Agora, aviso-os de uma coisa: vão ter problemas comigo. Eu, como sou vegetariano, vocês vão ter trabalho a mais comigo". *Eu levava-os na brincadeira. Fora isso, transmitia as mensagens que me pediam para transmitir.»*[26]

Embaixador também na Holanda, durante os primeiros tempos, Fortes lembra-se de um episódio entre ele e a comunidade nesse país. *«Um dia houve um* meeting *num cinema. A sala estava cheia, tratava-se de uma assembleia hostil. Uma das coisas que se dizia é que os russos e os cubanos andavam a matar gente em Cabo Verde. Aparece-me logo um indivíduo, chamado Talona, com quem eu me havia criado em S. Vicente. Ele vira-se para mim, furioso, e diz:* "Você não me vai dizer que não se mata em Cabo Verde!" *Eu respondo-lhe:* "É claro que se mata!... Se nos aparecer um rato, uma centopeia, a gente mata, sim". *Foi a gargalhada geral, inclusive do próprio Talona.*

Aproveitei o clima e voltei à carga: "Quem aqui é que tem parente morto? Cabo Verde é pequeno, toda a gente se conhece, portanto, digam-me quem é que aqui tem parente que foi morto em Cabo Verde". *Foi preciso um longo trabalho de esclarecimento. Desgraçado do cabo-verdiano que viesse a Cabo Verde e voltasse e dissesse que nada lhe tinha acontecido ou que não havia problemas. Diziam logo que lhe tinham feito lavagem cerebral.»*

Baltasar Lopes e a Ucid

Mas a Ucid ficaria também conhecida pela instabilidade dos seus dirigentes e pelas suas tumultuosas reuniões. Em 1981, durante o III Congresso, feito em duas fases — Fevereiro, em Roterdão, e por altura da Páscoa, em Bruxelas —, Sérgio Duarte Fonseca é substituído por Lídio Silva, pessoa com mais mobilidade dentro da organização, tendo como adjunto John Wahnon, nos EUA. *«Achámos que o Sérgio não estava a fazer nada»*, conta este último. *«Não há dúvida que o Lídio trabalhou, de facto. Enquanto o Sérgio esteve à frente da Ucid não se fez nada, para além de mandar embaixadores para um lado e outro, emitir cartões que, por erros crassos, foram parar às mãos de Silvino da Luz. Esta foi uma das razões que levam o Silvino a dizer por aí que a Ucid não sobreviveria. Na nossa organização, em Cabo Verde, só Lídio Silva tinha conhecimento de todas as células.»*

O III Congresso elege ainda um presidente honorário, cuja identidade foi mantida em segredo até ao dia de hoje: Baltasar Lopes. Conta António Gumercindo Chantre: *«Ele só não foi presidente efectivo porque não tínhamos dinheiro para custear a sua estadia em Portugal, com a dignidade que um homem como ele merecia. Quando ele ia a Lisboa, a gente o contactava. Ele era casado com uma prima minha e era um grande amigo meu. Na Ucid todos nós tínhamos o pensamento em Baltasar. Eu sempre pensei que, no dia em que Cabo Verde fosse independente, ele seria o presidente da República.»*

A propósito do envolvimento de Baltasar Lopes com a Ucid, segundo Gumercindo Chantre, o velho professor foi contactado, em separado, por vários dirigentes do partido. Um deles foi Antero Barros, que também esclarece:

— Eu é que o convidei, a pedido do Lídio, para ser o presidente honorário da Ucid.

— E qual foi a reacção dele?

— Deu uma gargalhada, não disse que aceitava nem que não aceitava. Nas nossas conversas, sempre falávamos da Ucid e nunca disse nada que pudesse considerar em desabono da Ucid.

Lídio e Alírio

Lídio Silva esclarece, a propósito, que Baltasar Lopes era, efec-

tivamente, da Ucid, e que o problema não era apenas o dinheiro. *«Sempre que ia Lisboa e ele lá estivesse, eu me ia encontrar com ele. O dr. Baltasar dizia estar de corpo e alma na Ucid. Ele dizia-nos sempre:* "Estou disposto a tudo, não quero nada em troca, a não ser ficar em Cabo Verde. No dia em que a Ucid puder entrar, eu estarei com ela." *O que mais lhe agradou na Ucid era o facto de sermos contra a violência.»*[27]

Por causa dessa anti-violência, a Ucid, segundo Lídio Silva, vai procurar estabelecer pontes de diálogo com o PAICV, mesmo antes da abertura de 1990, nomeadamente através de cartas ou encontros com representantes do regime no exterior. Numa dessas cartas, datada de 26 de Dezembro de 1985, o secretário-geral da Ucid propõe negociações secretas que deveriam culminar com uma abertura política *«inédita no mundo»*. Premonitório, Silva prevê, cinco anos antes, o ressurgir do *«problema das nacionalidades»* na Europa Oriental e com ele a *«queda do gigante»* soviético, pelo que defende, no essencial, a criação de condições *«para que a UCID, nas próximas eleições, possa concorrer em pé de igualdade com o PAICV»*.[28]

Doze anos depois, na sua residência no Mindelo, Lídio Silva avalia, assim, a sua tentativa de diálogo com o PAICV: *«Só com o diálogo profundo é que conseguiremos melhorar o nosso país, porque cada cabo-verdiano, qualquer que ele seja, conhece melhor algo que outro não conhece»*.

Um dos diplomatas com quem Lídio Silva chega a manter contactos é Alírio Vicente Silva, antigo cônsul de Cabo Verde em Roterdão e mais tarde em Lisboa, que reporta os seus conhecimentos com aquele dirigente da Ucid desde 1985. *«Entendo que, em política, as verdades são relativas»*, começa por afirmar, a propósito. *«Não é em tudo que temos razão. Além disso, o que hoje é importante amanhã poderá não sê-lo. Eu e o Lídio Silva nos tornámos amigos desde aquela altura. Sempre que ele me procurava, por telefone, ele apresentava-se como sendo o meu primo da Alemanha, já que temos o mesmo apelido. Transmiti as mensagens dele à Praia, nomeadamente ao Pedro Pires»*.

E, sobre a inconsequência desse esforço de paz, Alírio Vicente responde, também: *«A minha sensação é que a ideia deste lado não estava madura»*.[29]

Notas

[1] Aerograma N.º A-44, Manuel Barreiros, Embaixada de Portugal na Praia, 17-11-76. Arquivo Histórico Diplomático, MNE, PAA-EAA 941 geral, 980.

[2] "Importantes declarações de Osvaldo Lopes da Silva no juramento de bandeira dos fuzileiros navais". **Voz di Povo**, Praia, 13-11-76.

[3] Id., ibid..

[4] Entrevista: António Sabino, Praia, Setembro de 1995.

[5] Sobre os acontecimentos de 31 de Agosto, *vide* Onésimo Silveira, **A tortura em nome**

do partido único, e Germano Almeida, **O dia das calças roladas.**

6 "Apreendido material de sabotagem e detido grupo para averiguações", **Voz di Povo**, 11-06-77.

7 "Pedro Pires analisa situação política", ibid.

8 Idem, ibidem.

9 José Freire Antunes, "Na rota de Cabral", **Diário de Notícias**, Lisboa, 12-07-77.

10 Idem, ibidem.

11 Idem, ibidem.

12 Onésimo Silveira, **A tortura em nome do partido único,** p. 42.

13 Id., ibid., pp. 67 e 84.

14 Id., ibid., p. 84.

15 In António Caldeira Marques, **Os bazófios da independência**, p.153.

16 Entrevista: Germano Almeida, Mindelo, 23-04-95.

17 Entrevista: Bernardo Oliveira, Praia, 16-05-95.

18 Onésimo Silveira, op. cit., p. 81.

19 Entrevista: Aristides Pereira, Praia, 26-12-95.

20 Entrevista: Pedro Pires, Praia, 21-04-95.

21 Entrevista: Silvino da Luz, Praia, 07-02-95.

22 Ainda de acordo com António Gumercindo Chantre, o "grupo de fundadores" da Ucid foi mais tarde alargado a 20, de modo a incluir os nomes de Celso Ramos Celestino e João Silvestre Além, entre outros cidadãos que se encontravam em Portugal.

23 Dados recolhidos a partir do artigo "Em Lisboa: UCID contesta regime de Cabo Verde", de A. de C. (Augusto de Carvalho), **Expresso**, Lisboa, 26-01-81.

24 Entrevista: John Wahnon, Praia, 17-05-95.

25 Sobre o episódio, Amaro da Luz alega que o grupo encabeçado por Wahnon não manifestou qualquer intenção de dialogar com ele, tendo, antes, alguns dos seus elementos mostrado a intenção de invadir as instalações da embaixada. *«A Embaixada de Cabo Verde junto às Nações Unidas (...) não dispunha de pessoal de segurança privativa. Assim, perante as ameaças de violência, tive de assumir pessoalmente a defesa da Embaixada, defesa essa que se resumiu numa atitude meramente dissuasória.»* Amaro da Luz, "Wahnon devia saber", **A Semana**, Praia, 20-06-94.

26 Entrevista: Corsino Fortes, Praia, 14-02-95.

27 Entrevista: Lídio Silva, Mindelo, 25-01-97.

28 Carta de Lídio Silva, secretário-geral da Ucid, ao secretário-geral do PAICV e presidente da República de Cabo Verde, Aristides Pereira. in **Anais**, vol. 2, número 2, Mindelo, Agosto 2000.

29 Entrevista Alírio Vicente Silva, Praia, 28-01-97.

38

A FORÇA DAS CONTRADIÇÕES

A par dos problemas de natureza social, o PAIGC começa em Cabo Verde a ver-se confrontado com contradições e conflitos gerados no seu seio ao longo dos últimos 10 anos, acabando estes por explodir em Março de 1979, quando um número significativo de dirigentes e militantes, pertencentes ao chamado grupo trotskista, dele se afastam ou são levados a afastar-se. No entanto, o sinal de que nem tudo ia bem é, de certo modo, dado por altura da primeira remodelação governamental, em Janeiro de 1977.

Com efeito, dos 11 elementos iniciais, já tinha saído Corsino Tolentino, discretamente enviado a Santo Antão para apaziguar os ânimos naquela ilha. Ao ex-secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros se juntam, entretanto, Amaro da Luz e Sérgio Centeio, ao mesmo tempo que entram para o executivo cinco novos elementos: João Pereira Silva, Ministro do Desenvolvimento Rural; e quatro secretários de Estado: José Luís Fernandes, Administração Interna, Pública e Trabalho; José Tomás Veiga, Finanças; Osvaldo Sequeira, Comércio, Turismo e Artesanato; e, um pouco depois, José Brito, Cooperação e Planeamento. Em declarações à imprensa, Pedro Pires considerou então facto normal e corrente o tipo de reajustamento introduzido na sua equipa governativa, ao mesmo tempo que dizia esperar, com isso, um maior dinamismo e eficiência do seu executivo.

Amaro aprende a ser menos solidário

No entanto, a saída de Amaro da Luz esteve longe de ser pacífica, apesar de o assunto ter ficado, como era habitual ao tempo, relativamente entregue ao segredo dos deuses. Alega ele que, devido à política de austeridade que procurava manter, vinha tendo atritos com alguns colegas, menos dados à disciplina administrativa e financeira. *«Para evitar chatices, passei a discutir o orçamento com o primeiro-ministro na presença dos demais membros do governo. Mesmo assim, criaram-me problemas. Foram dois anos de desgaste e, quando a coisa chegou a ponto de haver gente a pensar que eu também tinha a minha área de poder, a situação tornou-se insustentável. Com a minha saída, tentou-se criar uma solução oferecendo-me o lugar de mi-*

nistro adjunto do primeiro-ministro, que eu não aceitei.»[1]

Tal atitude cria, segundo Amaro da Luz, momentos de embaraço a um regime que aparentava navegar em águas calmas. Por isso, depois de muito insistirem com ele, aceita ir para as Nações Unidas como embaixador, cargo destinado inicialmente a Luís Fonseca, secretário-executivo da Juventude Africana Amílcar Cabral (JAAC), secção juvenil do PAIGC. *«Estive três meses desempregado e estava decidido a ir dar aulas no Liceu. Houve conversações entre Pedro Pires, Aristides Pereira e eu. Para eles, a minha atitude seria vista como uma ruptura e o partido não estava preparado. Portanto, para alívio e tranquilidade de muita gente, aceitei ir para Nova York. De qualquer modo, a partir daquela altura diminuí os meus laços de solidariedade com certas pessoas. Eu era o único que estava a incomodar e sabia que o processo haveria de se estender a outras pessoas.»*

Centeio vítima dos clãs

Para Sérgio Centeio, a sua saída do governo era também uma questão de tempo: tinha sido avisado meses antes que a remodelação seria feita e que ele seria um dos visados. *«Havia gente dentro do partido que não via com bons olhos que certos elementos realizassem determinados projectos. Eu, o Faustino, o Amaro e o Corentino [Santos, governador do Banco de Cabo Verde], tínhamos dificuldades do tipo. Era, no fundo, a velha luta entre os elementos vindos da Guiné e os que aqui estavam ou que tinham vindo de Lisboa.»* No seu caso concreto, cita um projecto de dessalinização e energia eléctrica para 100 mil pessoas na Praia, destinado a abastecer a cidade, deixando a água natural para a agricultura.

A saída de Centeio do governo é vista, no entanto, por alguns dos seus antigos companheiros, como pouco tendo a ver com a disputa ideológica dentro do regime. *«Sai ele e entram elementos mais exponenciais do chamado grupo trotskista, nomeadamente o José Tomás Veiga e eu»*, defende José Luís Fernandes, que acrescenta: *«O que leva à saída do Centeio do governo é a questão da reforma agrária. A direcção do partido contestava a forma como ele dirigia esse processo. A minha sensação é que ele esbarrou na oposição do presidente Aristides Pereira, que teve um papel muito grande na contenção do processo. Este sempre se indispôs contra o termo* reforma agrária. *Defendia* reestruturação agrária, *que tinha um conteúdo menos político. Outra pessoa que também se opunha era o Osvaldo Lopes da Silva.»*[2]

Ao contrário de Centeio, Fernandes diz não ter tido problemas em implementar as suas ideias, atrevendo-se a estender o mesmo ponto de vista a José Tomás Veiga. *«Ele era, aliás, a grande aposta do Pedro Pires. A sua passagem para as Finanças foi bastante apreciada e a sua saída constituiu um grande abalo para o Pires.»*

João Pereira Silva e a reforma agrária

João Pereira Silva adianta que o seu antecessor acabou por ser vítima dos vários grupos de pressão que existiam no ministério que passa a comandar. *«Havia certos quadros superiores que não aceitavam ser dirigidos pelo Centeio. Eu também não era a solução para essa gente, que tinha as suas pretensões de poder, e é com base nessa estratégia que esses indivíduos desenvolvem uma vasta actividade contra ele. O Ministério da Agricultura e Águas não tinha estrutura nenhuma, havia uma máquina herdada do tempo colonial que praticamente foi mantida: o Querido estava na Brigada de Águas, o Horácio Soares nos Serviços da Agricultura, o Renato Figueiredo na Brigada de Obras Hidráulicas, o António Pires na Protecção Vegetal. O Centeio tinha de lidar com toda essa gente. E, para chefiar esses fulanos, só com alguma autoridade militar. Eu fui para lá, não como técnico, mas, sobretudo, como combatente vindo da Guiné. A partir daí, fomos organizando aquilo, gerindo conflitos entre os vários clãs. As coisas foram avançando, porque, na verdade, o Sérgio não teve tempo para implementar qualquer orientação. Nem tempo nem oportunidade.»*[3]

Para além de estruturar o seu ministério, João Pereira Silva retoma o desafio da reforma agrária e faz aprovar, em Novembro de 1982, a controversa *Lei de bases da reforma agrária*. No entender do sociólogo Cláudio Alves Furtado, *«a simples sugestão da possibilidade de um governo apropriar-se da reforma agrária como um instrumento de política agrária traz à tona conflitos, antagonismos, e jogo de interesses»*.[4]

E disso é exemplo a exposição apresentada ao governo, em Fevereiro de 1982, mas redigida em Junho de 1981, em nome de 238 pequenos-proprietários, pelo advogado Felisberto Vieira Lopes, na qual chama a atenção para a necessidade de haver um estudo mais sereno e profundo sobre a questão da terra. *«Longe de constituir panaceia abstracta de todos os males, a Reforma Agrária pressupõe e exige: prévio e rigoroso conhecimento das realidades económicas, agrárias, sociais, especiais e gerais, do meio e das camadas da população; e, fundamentalmente,* uma revolução socialista, *que, em países dominados por situação colonial, deverá ser necessariamente precedida de* uma revolução democrática e nacional.»[5]

João Pereira Silva, que também é estudioso dos problemas agrários de Cabo Verde, esclarece que a resistência à reforma agrária era algo que existia dentro da própria *nomenklatura* cabo-verdiana, havendo no seu interior duas correntes: uma *vanguardista* ou *progressista*, de que ele fazia parte, e outra *conservadora*, personificada por Aristides Pereira, Pedro Pires e Abílio Duarte. *«De uma maneira geral, eles eram extremamente conservadores em matéria da administração do Estado. Entre 1975 e 80, em matéria de estruturação do Estado, não há alterações de fundo»*, queixa-se o antigo governante.

No caso da reforma agrária, Pereira Silva evoca, a propósito, as recomendações da CNCV de Março de 1975. *«Aí dizia-se que era preciso estudar melhor a questão. Ora, no partido, quando se dizia que era* "preciso estudar melhor" *um determinado assunto, era porque ele devia continuar adiado. Veja-se o caso da reforma administrativa: passava-se a vida a dizer* "estudar melhor"... *No caso da reforma agrária, eu tinha a sensação de que não se ia fazer nada.»*

Por isso, decide ele próprio pegar o touro pelos chifres, dando mais força ao gabinete de estudos herdado de Sérgio Centeio: *«A minha primeira decisão foi fazer aplicar as leis que já existiam desde o tempo colonial. Havia, por exemplo, a* Lei do arrendamento rural *de 1967, que nada tem de comunista, mas que suscita uma grande resistência. Ao mesmo tempo, com o apoio da FAO, decidimos lançar uma acção no sentido de conhecer a realidade rural cabo-verdiana, apesar de eu achar que não precisávamos de estudos para saber que não se devia expropriar os proprietários, da mesma forma que não eram precisos estudos para se saber que era preciso alterar a realidade da terra em Cabo Verde.»*

Para Pereira Silva, uma vez aprovada, o impacto da *Lei de bases da reforma agrária* variou de zona para zona ou de ilha para ilha. *«Em Santo Antão, criou-se um clima de medo extremamente grande. As pessoas puseram na cabeça que lhes íamos tirar tudo e que iriam ficar na miséria. Por desconfiança, preferiram não contactar os responsáveis locais do partido ou da administração para se esclarecerem. Quando se dá o incidente do 31 de Agosto, nem sequer estávamos a fazer a reforma agrária, estávamos apenas a discutir o anteprojecto de lei. As pessoas que eram contra a lei não iam às reuniões. Vivia-se uma situação esquisita: nas reuniões os quadros não abriam a boca, os proprietários que iam escutavam, mas não diziam nada... De repente, dá-se aquela confusão.»*

Vendo hoje o problema, Pereira Silva afirma que a própria *Lei de bases da reforma agrária* se revelou inócua. *«A lei era uma complicação dos diabos. Por isso, eu achava que a melhor coisa a fazer era discutir com as pessoas: se quisessem vender as terras que tinham, vendiam, se não quisessem, não vendiam. Nunca se expropriou ninguém. Com a queda do PAICV em 1991, a lei foi revogada, mas ninguém teve nenhum benefício especial.»*

Maoístas, trotskistas e outros mais

Os meios políticos em particular e a opinião pública em geral são, de certo modo, surpreendidos em Março de 1979 com as saídas do governo de Manuel Faustino e José Tomás Veiga, seguindo-se a demissão ou o afastamento de um grupo significativo de dirigentes partidários, dos quais se destaca Eugénio Inocêncio, primeiro-secretário do PAIGC no Sal. Uma nota da Secretaria Geral do Governo, do dia 21, informa

que a demissão de Faustino e Veiga tinha partido dos próprios visados. A propósito da sua reunião de 2 a 5 de Abril, feita na Praia, um longo comunicado da CNCV do PAIGC informa que um dos pontos mais debatidos da referida reunião tinha sido *«a análise da conduta anti-partidária de certos elementos, que deu origem a medidas de carácter disciplinar»*[6] e que Manuel Faustino, José Tomás Veiga e Eugénio Inocêncio *«foram expulsos do Partido»*, enquanto a Terêncio Alves *«foi aplicada a sanção de um ano de suspensão da "qualidade de membro" do Partido»*.

Na verdade, a primeira reunião da CNCV a abordar a questão ideológica no PAIGC em Cabo Verde foi em Maio de 1976, também na Praia, cumprindo-se, deste modo, uma resolução do CEL, reunido em Bissau. Cumprida a incumbência, o ramo cabo-verdiano desse partido dizia ter constatado *«a existência de certas práticas incompatíveis com a linha política e ideológica do PAIGC e com as realidades de Cabo Verde, profundamente marcadas pelas sequelas do colonialismo»*. Segundo vários testemunhos, a reunião não foi pacífica. Participante dela, Luís Fonseca apelida-a de *«reunião de catarse»*, pois *«bota-se fora uma série de questões que toda a gente comentava, mas ninguém falava abertamente»*.

Tido como líder dos maoístas, coube a Silvino da Luz apresentar o tema, a partir de uma célebre comunicação intitulada "A evolução do trotskismo, o seu aparecimento e o desenvolvimento de uma corrente trotskista no seio do partido", na qual se analisa a questão desde os seus primórdios em Portugal. Os autores do documento têm o cuidado de explicar a origem do trotskismo enquanto corrente fraccionista, que se opunha à tese defendida por Vladimir Lenine, segundo a qual a revolução comunista deveria realizar-se, em primeiro lugar, na Rússia, e só depois ser exportada para a Europa e para o resto do mundo, e não o contrário como pretendia Leon Trotsky, cuja Revolução Permanente consistia: *«Na negação da possibilidade de edificar o socialismo num só país; Negação da possibilidade de participação do campesinato no processo revolucionário; Negação da disciplina do Partido e fomento de facções»*. E, por fim, o trotskismo é ainda apresentado como uma *«ideologia aventureira, fraccionista e demagógica»*, combatida por Lenine, Ho Chi Min, no Vietname, e Fidel Castro, em Cuba.[7]

Seguidamente, o relatório aborda a forma como se processou o envolvimento dos estudantes cabo-verdianos com aquela corrente política em Coimbra, através dos portugueses Torcato Sepúlveda e João Carlos, ligados à LCI, que proporcionam a Manuel Faustino, Cândido Santana, Jorge Carlos Fonseca, Dina Dupret, entre outros, as primeiras obras de Trotsky. Este grupo, por sua vez, estabelece, a partir de 1968, ligações com colegas de Santarém: José Luís Fernandes, Alexandre Ramos de Pina, José Moniz etc. Com o tempo, os dois grupos irão concentrar-se em Lisboa, onde o 25 de Abril os encontra. *«Em Lisboa, adoptaram*

o sistema de residência comunitária onde seria fácil o futuro enquadramento ideológico dos nossos estudantes», diz ainda o relatório, acrescentando que, na capital portuguesa, os contactos entre a LCI e os cabo-verdianos eram feitos através de Manuel Faustino e Cabral Fernandes, líder dos trotskistas portugueses.

Com o 25 de Abril, o documento explica como os trotskistas cabo-verdianos tomaram de assalto a Casa dos Estudantes das Colónias, organizando *meetings* com alguns dos seus líderes mundiais, a começar por Ernest Mandel, ao mesmo tempo que passaram a controlar a vinda dos activistas do PAIGC para Cabo Verde, dando primazia àqueles que se encontravam afectos ao grupo. Aqui, esses elementos são acusados de terem introduzido, ao processo político em curso, um elevado grau de violência, contrariando a ideia de que *«a luta política ia ser correcta e sadiamente conduzida»* pelo PAIGC. Em vez disso, na Praia, *«grupos de choque»*, sob ordens de destacados dirigentes da altura, foram lançados contra a tropa portuguesa ou determinados cidadãos.

«A falta de conhecimento que os camaradas vindos da Guiné-Bissau tinham dos verdadeiros objectivos do grupo, contribuiu para que o reforço das suas posições fosse facto consumado», observa o relatório. E, como exemplo de "entrismo", aponta a colocação de elementos afectos ao grupo em lugares estratégicos, no partido, bem como nas Forças Armadas e na Segurança, tendo esta à frente os seguintes indivíduos: *«Zé Tomás a nível da Região [de Santiago], Gamal Neves em Santa Catarina, Lela [Monteiro] em Pedra Badejo, Djusta no Tarrafal e Mamede na Praia». «Porém, perante o facto concreto — a detenção, ordenada pelo Camarada Pedro Pires, do elemento do grupo, Djonsa, por ter açoitado pretensos reaccionários — suspeita-se que o Zé Tomás tenha mobilizado a juventude da Ponta Belém e Achada Santo António para uma possível manifestação. É então que, pela 1.ª vez, na cerimónia de juramento das FARP — 1.ª incorporação — o camarada Pires faz alusão à linha do Partido e à existência de determinados* "parvos" *que se desviam da linha do Partido e de* "falsas solidariedades".»

A comunicação, cuja autoria é atribuída por José Luís Fernandes à Segurança, e que Olívio Pires esclarece não ter sido jamais apresentada como documento oficial do PAIGC, termina apontando 11 conclusões, que iam da constatação da existência de um grupo trotskista, *«organizado, disciplinado e hierarquizado»*, até à forma como combatê-lo. A CNCV era colocada perante duas hipóteses: *não tomar posição imediata* versus *tomada de posição imediata* em relação ao grupo em causa. Para o primeiro caso, previam-se as seguintes consequências: *«a) Permitir o reforço organizativo e mobilizativo do grupo, que certamente tiraria todo o proveito político desta situação. / b) Recuo de ânimo por parte dos militantes que tradicionalmente se têm oposto ao avanço das concepções trotskistas, com suas consequências inerentes.»* E, para o segundo caso, o documento sugeria que a

tomada de posição imediata poderia não ser radical. *«Esta medida poderá ser de colocação de elementos de cúpula do grupo nas representações exteriores, diminuindo, assim, a sua capacidade política interna. Associada a essa posição podia-se efectuar, a nível das estruturas do Partido, a denúncia do trotskismo e da sua natureza, enquanto corrente oportunista no seio de organizações revolucionárias.»*

E, finalmente, como solução radical, propunha-se: *«Expulsão e desmascaramento público da cúpula do grupo e dos elementos da mesma com posições preponderantes no Governo e noutros órgãos do Estado, com as consequências que se manifestariam: 1. Na intensificação da acção do grupo na oposição do Partido, materializando-se em trabalhos subterrâneos. / 2. Campanha anti-Partido na imprensa internacional da extrema esquerda ocidental. / 3. Abalo temporário nas estruturas do Partido, considerando o número importante do grupo na Comissão Nacional de Cabo Verde e demais estruturas do Partido. O mesmo poderá suceder no Governo, onde o grupo possui três Ministérios, na Assembleia Nacional Popular, na Administração Interna (Delegados do Governo), etc.»*

Salvos por Pedro Pires

Para José Luís Fernandes, esta foi a primeira vez que a teoria da conspiração interna para a tomada do poder pelos trotskistas aparece, preto no branco: *«Tratava-se de um documento tecnicamente bem feito, mas que em grande parte era imaginação»*. Além de considerar *«incrível»* a análise apresentada, Manuel Faustino não esconde o seu espanto por ter havido pessoas seguidas desde Coimbra, admitindo todavia que *«o grosso dos dados»* referidos *«era todo verídico»*.[8] E, finalmente, para Júlio Martins, com o debate verificado, a direcção do PAIGC toma consciência do perigo do "entrismo" no seu interior. *«A ideia é que, no seio do PAIGC, havia um grupo trotskista organizado e disciplinado. E é disso que o partido teve um certo receio»*.

Curiosamente, apesar de não ter participado na reunião, Martins tomou conhecimento da forma como a discussão se passou, tanto mais que era um dos directamente envolvidos na controvérsia, uma vez que era tido como ponta de lança dos maoístas em Santiago. Entende igualmente que a escolha de Silvino da Luz para o papel de desmascarador dos trotskistas não foi de todo um acaso. Era, por assim dizer, consequência de um casamento seu com o grupo em causa, mas que, em pouco tempo, dera os seus frutos. *«Quando o Silvino chega, não conhecia ninguém. Quem o apresenta às pessoas são o Zé Tomás, o Djidjé e o Centeio. É a partir daí que ele vai procurar implantar-se no terreno. Entretanto, o Pires chega e dá-se conta da força que Silvino passara a ter em Cabo Verde. O Pires falava e as pessoas clamavam por Silvino...»*

A popularidade de Silvino, segundo Júlio Martins, não deixa de causar alguns incómodos no interior da *nomenklatura* cabo-verdiana. «*A força dele não correspondia à força que tinha deixado na Guiné. O Pires apercebe-se também que a popularidade do Silvino se devia ao apoio inicial do chamado grupo trotskista, mas o próprio Silvino dá-se conta de que estava rodeado de elementos desse grupo, enquanto, ideologicamente, ele se considerava simpatizante da Revolução Chinesa, e, quando se apercebe do facto, acaba por se desentender com eles.*»

«*O Silvino teve relações intensas com os trotskistas*», admite José Luís Fernandes, ao mesmo tempo que contesta a ideia de que o grupo tenha sido alguma vez instrumentalizado por quem quer que fosse. «*Quando muito, funcionou por si próprio, como grupo de pressão dentro do partido. E quanto ao Silvino, ele era o dirigente que estava mais próximo da imagem de Samora Machel. Ao mesmo tempo, era o homem da* normalização, *enquanto responsável das Forças Armadas e Segurança. Colocam-no à frente da tropa de choque contra os trotskistas, o que não acontece com o Pires.*»

Fernandes é também aquele que mais critica o desempenho de Silvino da Luz neste processo, acusando-o de ter empolado demasiadamente a questão na reunião de 1976. «*O trotskismo foi levantado inicialmente como um eventual problema. Não havia ainda contradições ou confronto aberto. Em 1979, dá-se um embate sobre tudo o que vem desde antes da independência. Se houvesse uma teoria de assalto ao poder, como se procurou fazer crer, nós tê-lo-iamos feito em 1975, e não o fizemos. Por exemplo, todos os delegados do governo foram escolhidos por mim. Havia, sim, uma forte determinação nossa em influenciar a direcção do poder. Não havia nenhuma intenção deliberada de assaltar o poder.*»

«*Desde quando um grupo marxista-leninista, que se considera vanguarda do povo, não quer poder?*» — contrapõe Jorge Querido, que, embora afastado, não era indiferente ao que se passava no interior do PAIGC. Aquele antigo dirigente não deixa, porém, de reconhecer nos seus velhos adversários uma extraordinária capacidade política e gregária. «*É um grupo especial. Existe entre eles uma convivência muito própria. Onde estão criam imediatamente o seu grupinho à parte, ao mesmo tempo que procuram colocar as suas peças nos lugares estratégicos. Mas uma coisa não se pode negar: o aparecimento desse grupo marcou, de facto, a vida do partido.*»

Na mesma linha de Fernandes, Manuel Faustino afirma: «*Eu costumava dizer que o maior medo era o medo dos outros. Éramos acusados de ter infiltrado gente na Administração Pública, na Comunicação Social, nas Milícias, nos Sindicatos... Diziam que tínhamos tudo nas mãos e preparávamos o assalto ao poder. A tese era de que devíamos ser controlados. Ou seja, éramos levados a sério. No entanto, isso tudo não passava de uma fantasia, como, aliás, se viu.*»

Além de concordar que Silvino da Luz empolou a questão, Jorge Carlos Fonseca acusa-o de, praticamente, ter pedido a cabeça dos

"trotskistas" na reunião de 1976. *«Só não conseguiu porque o Pires travou. Ele terá dito:* "Se são trotskistas, não sei, só sei que são bons dirigentes". *O Pires tinha boas relações com o Djidjé e com o José Tomás. Mas, note-se, o Silvino era um dirigente com muito prestígio. Do grupo que veio da Guiné era o que tinha o discurso mais radical, com muita aceitação nas bases. Mas, curiosamente, ao mesmo tempo que pedia a nossa cabeça tinha contactos connosco. Lembro-me de ele me ter procurado para fazer críticas ao funcionamento do partido. Respondi-lhe que estranhava que, tendo ele responsabilidades, não fizesse essas críticas nas estruturas do partido.»*[9]

A atitude de Pedro Pires é também interpretada de outra forma, nomeadamente, por Júlio Martins: *«O Pires travou a queda dos "trotskistas" para evitar a ascensão dos chamados maoístas e o reforço do próprio poder do Silvino. O Pires tinha consciência de que foram os ditos maoístas os primeiros a combater os "trotskistas", na base.»* Nessa luta, Martins reconhece que o seu grupo beneficiou *«do apoio tácito de alguns dirigentes vindos da Guiné, o que, aliás, vinha em benefício dos mesmos»*.

Colocado como responsável político do PAIGC em Santa Cruz, Martins incompatibiliza-se com o chefe local da Segurança, Manuel Monteiro (já falecido), despoletando, em Março de 1975, o que considera ser o primeiro conflito entre trotskistas e maoístas em Cabo Verde. *«O Lela acusa-me de ser traidor do partido. O Abílio, o Djidjé, o Sérgio Centeio e o José Tomás Veiga vão a Pedra Badejo. Faz-se uma reunião, que começa às 9 h e só acaba às 15h. O Abílio disse ao Lela:* "Você diz que o Júlio é traidor. Trata-se de uma acusação muito grave; por isso vai ter de provar o que diz." *O Lela não conseguiu explicar-se de forma convincente. A acusação de traição que ele me fez, suponho, derivava do facto de, já em Lisboa, na Casa dos Estudantes Ultramarinos, eu ter assumido uma posição frontal na denúncia das posições trotskistas no seio do PAIGC.»*

Abílio Duarte lembra-se da reunião de Pedra Badejo e considera-a apenas uma das muitas pequenas histórias em que foi chamado a intervir para acalmar as sensibilidades no interior do seu partido. *«Essa questão ficou a dever-se ao dogmatismo daquela altura. Havia indivíduos que andavam a querer ser mais papistas que o papa. O Lela era um dogmático e tinha divergências pessoais com o Júlio Martins.»*[10]

Transferido mais tarde como responsável do PAIGC no Tarrafal, Júlio Martins será, entretanto, suspenso das actividades partidárias por causa de novos atritos, envolvendo desta feita as Milícias Populares, controlados no sector por Humberto Correia e Silva, também já falecido. Quadro recém-chegado de Portugal, este, segundo Martins, era próximo dos trotskistas, que, nessa altura, procuravam ter um controlo sobre as Milícias, por eles consideradas "braço armado do povo", para contrabalançar, no fundo, a perda de influência que vinham sofrendo nas Forças Armadas, onde alguns dos seus elementos haviam sido neutralizados.

«Já tinha havido um incidente em que morreu uma mulher e quando vi miúdos com 12, 13 e 14 anos com metralhadoras G3, alertei para o caso, dizendo que as Milícias deviam estar sob controlo das Forças Armadas locais», prossegue Martins. *«Contestando essa posição, o Humberto ordenou que as Milícias não entregassem as armas às Forças Armadas, o que ele não consegue. Entretanto, faço um relatório do incidente e o Mike [Amílcar Baptista, actual chefe de Estado Maior das Forças Armadas] faz um inquérito sobre o caso e conclui que eu tinha razão. O Pedro Pires comentou que, com razão ou sem ela, eu seria castigado: primeiro, porque, segundo ele, quase provoquei um confronto entre as Forças Armadas e as Milícias; e segundo, porque pus a questão ao Silvino da Luz e ao chefe de Estado Maior das Forças Armadas, Agnelo Dantas, e não a ele, primeiro-ministro.»*

A atitude de Pedro Pires é também enquadrada por Júlio Martins na velha disputa de poder entre o então chefe do governo e o seu ministro da Defesa e Segurança. Apanhado neste fogo cruzado, Martins veria, ainda, negada a sua participação nos debates quando, após a reunião da CNCV de 1976, esta estrutura resolve encetar campanhas de explicação nas bases sobre o fenómeno do fraccionismo. Desgostoso e isolado, acaba com o tempo por aceitar uma bolsa de estudos para retomar o curso de Medicina em Angola, que conclui em 1982. Portanto, será à distância que assistirá à queda dos trotskistas.

A acção da Colidic

Outro exemplo do confronto entre os trotskistas e maoístas é a luta que se trava, em S. Vicente, para o controlo da célebre Colidic, Cooperativa Livreira e de Divulgação Científica. Ao contrário da Praia, Mindelo é tida como baluarte maoísta, e também aqui a disputa entre os dois grupos começa logo a seguir ao 25 de Abril, segundo um dos envolvidos na questão. *«Havia entre nós uma luta de pichagens. Enquanto os trotskistas escreviam:* "O poder aos trabalhadores", *os maoístas preferiam:* "O poder ao povo". *Andámos nisso vários meses.»*

À semelhança da capital, também no Mindelo, o palco preferencial dessa luta é o Liceu, onde pontificam, entre outros jovens, Victor Fidalgo, Humberto Cardoso, António Pascoal dos Santos, António Fernandes (Sandokan), Rui Figueiredo Soares, tidos como trotskistas; Amílcar Lima (Picau), Manuel Inocêncio, Nélida e Rui Araújo, José Carlos Delgado, Júlio Vera-Cruz Martins, Américo Medina, tidos como maoístas. Carlos Évora Rocha, mais conhecido por Évora, era também estudante e confessa que não simpatizava com os trotskistas. *«Eles tinham uma teoria muito terrível. Lembro-me do Victor Fidalgo dizer em comícios que quem tinha um frigorífico ou um carro era burguês, ninguém podia ter mais do que uma casa... Para mim, a Revolução Permanente era uma coisa*

complicada que eu nunca compreendi.»[11]

Natural de S. Vicente, nascido em Setembro de 1959, Évora lembra-se de que, por ser mais novo, fazia parte de um grupo que decide criar a Associação de Estudantes do Liceu. *«Quem fazia parte do grupo era eu, os irmãos Antero e Alberto Barbosa, a Aldina Fonseca, a Nélida Araújo, o Júlio Vera-Cruz Martins, o Américo Medina... Mas, como não passávamos de um grupo de* boys, *ninguém nos deu importância. Entretanto, como tínhamos uma policopiadora, começámos a lançar alguns textos de Amílcar Cabral, que os trotskistas não gramavam... Paralelamente a isso, surgiu a Colidic, pouco antes da independência.»*

A Colidic teve como principal mentor o agrónomo António Sabino, que, com o 25 de Abril, deixara o emprego em Portugal e se fixa em S. Vicente como professor liceal. *«Os primeiros livros da Colidic eram dele»*, conta Évora, para quem a livraria, que tinha uma biblioteca pública, se enquadrava na estratégia dos maoístas contra o trotskismo. De S. Vicente, a cooperativa enviava a outros pontos do arquipélago, especialmente para a capital, as obras que ia recebendo dos seus fornecedores em Portugal. Júlio Martins lembra-se da agitação que foi quando Fernando Moeda expõe, para venda, na montra da Casa Moeda, o livro **O que é o trotskismo** de Estaline. *«Houve uma corrida ao livro. Os trotskistas reclamaram e foi a confusão.»*

«Por causa disso, cheguei a ser ameaçado de morte», revela Moeda, em tom descontraído. *«O Djidjé cruzou-se comigo à saída da minha casa e começou a dizer que eu andava a persegui-lo e que se continuasse a fazê-lo ele me mataria. Ele e o Faustino mandaram-me tirar o livro da montra e não tirei. Foram queixar-se de mim ao partido, dizendo que eu andava a fazer divisionismo.»* Na altura, Moeda era estudante do Liceu e como muitos jovens identificava-se com o maoísmo, funcionando a loja da família como um lugar privilegiado para a venda de literatura política. *«Geralmente os livros que eu punha na montra eram de Mao, Lenine, Estaline... e tudo quanto fosse antitrotskista.»*[12]

Para explicar a origem da Colidic, António Sabino retorna ao seu passado de militante nacionalista em Portugal. A sua própria formação política e ideológica decorre da leitura e da análise das diversas correntes marxistas ou terceiro-mundistas. *«Nos textos de Amílcar Cabral, percebia-se que ele tinha uma certa simpatia pela China ou pela Revolução Cubana. Isso teve também uma certa influência em nós, estudantes. Em relação à União Soviética, uns viam Estaline como um criminoso, outros, não. Confesso que nunca me envolvi muito nesta guerra.»*

Sabino confessa também que havia da sua parte e do seu grupo um certo receio da influência soviética, *«enquanto desvio do marxismo»*, e ao mesmo tempo dos riscos de uma solução neocolonial para os problemas de Cabo Verde. *«A criação da Colidic visava precisamente fornecer livros à*

população para se proteger desses dois riscos. A Colidic conseguiu, inicialmente, juntar os trotskistas e os maoístas, embora os maoístas fossem a maioria.» Contesta, por isso, que a Colidic tenha sido criada para combater os trotskistas. *«As pressões contra a Colidic vieram de todos os lados»*, assegura.

Aliás, o arranque da Colidic não ficou isento de incidentes. Além do seu próprio dinheiro, Sabino vai a Lisboa adquirir livros com verbas do PAIGC. *«Como consegui muitos descontos, acabei por comprar três vezes mais do que aquilo que se esperava. Deixei os livros no GADCG e nunca mais os mandavam. Um dia, o Abílio chamou-me a perguntar pelos livros. Expliquei-lhe que os livros estavam no GADCG em Lisboa e que não havia maneira de no-los mandarem. E, para comprovar, mostrei-lhe os recibos. O problema é que o GADCG estava dominado pelos trotskistas, nomeadamente o Cândido Santana e outros rapazes. O Abílio manda-lhes um telegrama a perguntar pelos livros; respondem-lhe que os livros não tinham sido enviados porque não eram de leitura aconselhável. O Abílio ordenou que os livros fossem imediatamente enviados. E assim aconteceu.»*

Segundo Sabino, pairava também sobre os principais promotores da Colidic a acusação de serem samoristas, isto é, simpatizantes de Samora Machel, tido como paradigma do guerrilheiro maoísta. *«O Samora Machel participou no inquérito sobre a morte de Amílcar Cabral e chegou a fazer um discurso no qual afirmava que falar de Amílcar Cabral era falar do povo. Nesse discurso, dizia também ter sido o próprio PAIGC a criar as condições que levaram ao assassinato de Amílcar. Esse documento foi escondido e fomos nós que o divulgámos em Cabo Verde. Notámos que havia qualquer coisa contra o Samora Machel. E tanto assim era que a independência de Moçambique foi praticamente ignorada e fomos nós, em S. Vicente, que tivemos a iniciativa de organizar um* meeting *de desagravo. A direcção do partido, quando se apercebeu disso, juntou-se rapidamente a nós para não ficar atrás. O Picau fez um discurso que ficou célebre. Ele considerava Samora Machel o guerrilheiro do tipo novo, autêntico marxista-leninista. Isso caiu muito mal. Houve uma reunião na sede do partido onde a questão foi analisada e o Silvino da Luz foi a única voz a levantar-se em nossa defesa.»*

Ainda em relação à Colidic, quer Carlos Évora, quer António Sabino garantem que havia nela todo o tipo de literatura. Enquanto Sabino reconhece que na aquisição dos livros houve um certo exagero nos títulos marxistas, sublinhando *«de todas as tendências, com prioridade para os livros de libertação nacional»*, Évora ressalva o seguinte pormenor: *«A única coisa que não entrava na Colidic eram os livros de Trotsky»*.

Entretanto, com a evolução do processo político, o relacionamento entre os elementos tidos como trotskistas e maoístas acabou por chegar a uma situação insustentável. Diz Sabino: *«O Faustino e o Carlos Reis aparecem um dia em S. Vicente para fazer um inquérito e mandam chamar toda a malta. Apenas eu não apareci. Neguei-me, taxativamente. O Picau vai, vira-se*

para o Faustino e diz-lhe: "Fica a saber que sou contra o trotskismo. E onde houver um trotskista, venha ele de onde vier, estarei lá para combatê-lo!" *Em S. Vicente pelo menos, os maoístas eram tidos como os mais perigosos.»*

«Em S. Vicente os trotskistas não conseguiram levar a melhor», acrescenta Évora. *«Eles dominavam, sobretudo, na Praia. Devido à influência do Faustino e de outros dirigentes, era no Liceu da Praia que eles tinham mais pupilos. Lembro-me que, ainda no governo de transição, o Faustino mandou-nos vir de S. Vicente — eu, o Tey e o Betinho Barbosa, o César Fortes, a Céu, o José Carlos Delgado, entre outros rapazes, a pretexto de virmos transmitir a nossa experiência da Associação à malta aqui da Praia. Cá estavam o Maika [Daniel Lobo], José Manuel Aguiar, o Jorge Figueiredo, o Tober [António Lopes da Silva]... Pareceu-me que o Faustino queria testar essa malta connosco. Eles tinham as suas teorias, pôr os trabalhadores no poder, Revolução Permanente, enfim, aquelas palhaçadas de sempre.»*

António Sabino, que hoje se diz amigo de Manuel Faustino, acrescenta que a hostilidade entre os trotskistas e os maoístas passou a ser explorada pelo grupo vindo da Guiné ou a ele afecto. *«Nas reuniões do partido apercebia-me que sempre que um indivíduo, afecto aos trotskistas, tomava uma posição, por mais correcta que fosse, era conotado com os maoístas por essa malta da Guiné. Acontecia a mesma coisa com os maoístas. No fundo, andávamos a ser atirados uns contra os outros.»*

Por isso, ainda antes da independência, Sabino desentende-se com Olívio Pires, sai do PAIGC e vai trabalhar em Santo Antão. Por seu turno, Carlos Évora Rocha continua a trabalhar como quadro partidário até que, em 1987, parte para a URSS onde se vai formar em Economia. E, finalmente, cumprido o seu papel, a Colidic seria entregue ao Instituto Cabo-Verdiano do Livro. Passados vários anos, era ainda visível nos seus armazéns uma boa quantidade dos inconfundíveis livros de capa vermelha de Mao Tsé-tung.

A liderança em Cabo Verde

Também Érico Veríssimo Ramos, conotado com a ala trotskista, chama a si um episódio demonstrativo de que a convivência interna no PAIGC seria abalada, mais cedo ou mais tarde. Director-nacional da Informação, dirigia a Emissora Oficial e o jornal **Voz di Povo**, pelo que tinha assento nas reuniões da CNCV, acabando, na sequência de tal episódio, por demitir-se um mês antes da histórica reunião de Maio de 1976. *«Havia o hábito de os ministérios mandarem textos para serem divulgados e quem mais mandava era o ministério do Faustino. Um dia o Hopffer Almada tinha ido passar férias a Bubaque, na Guiné, com o Fidélis Almada, e queria que nós publicássemos uma notícia sobre isso. Houve um problema qualquer de espaço e demos preferência a outro assunto. Ele foi queixar-se ao*

Pires, que me mandou chamar. Começámos a discutir e, na hora, apresentei a minha demissão e fui substituído pelo Rolando Martins. A partir daí, alertei os rapazes. Para mim, a atitude do Pires foi o primeiro sinal de que o pessoal que tinha vindo da Guiné não estava seguro em relação à malta de Lisboa. O Faustino, o Zé Tomás e outros diziam que eu andava a ver Gongon. Havia um certo ciúme em relação a nós. A qualidade do nosso discurso era superior ao dos outros, embora fôssemos muito mais radicais.»

Amaro da Luz diz ter-se dado conta não só da mesma desconfiança, como também de que havia dentro do próprio grupo dos combatentes uma divisão entre os seus integrantes, o que, na sua opinião, irá explicar certas condutas e, ao fim e ao cabo, o desenlace de certos conflitos no interior do PAIGC. Ademais, havia ainda o que considera *«liderança confusa»* do ramo cabo-verdiano desse partido. *«A princípio, o Pires procurava manobrar com cuidado, pois sabia que a sua verdadeira base tinha ficado na Guiné, onde, para além da estima dos combatentes guineenses, tinha os apoios de Manecas Santos, Julinho de Carvalho, Honório Chantre... Aqui tinha apenas o Olívio Pires e procurava conquistar o Osvaldo Lopes da Silva. Em virtude de ter sido sempre um dos principais defensores de Cabo Verde dentro do PAIGC, para além de ser um dos fundadores do partido, Abílio achava que isso lhe dava legitimidade para se impor contra o Pires. O Silvino, como veio antes deles todos, tomou conta do partido, criou o seu espaço, embora sabendo que, sozinho, estava limitado.»*

Manuel Faustino entende que houve sempre uma liderança no PAIGC, embora concorde que a cúpula não fosse toda ela homogénea. *«A partir de um determinado momento chegou-se à conclusão que nós éramos um grupo organizado e quem nos mobilizasse passaria a deter o poder. Recebi dois convites, praticamente directos, para fazer alianças contra um determinado grupo. Houve uma pessoa que me tentou mobilizar, deixei-a falar e no fim perguntei-lhe:* "E na fase seguinte?" *E quanto à questão da liderança em si, ela sempre houve, embora muitas vezes não fosse bem aceite. Essa liderança pertenceu ao Pires. Para mim, isso é um dado insofismável, porque quem deteve as rédeas do processo foi ele.»*

Trazido à baila, Abílio Duarte contesta que estivesse envolvido nesta disputa. *«Talvez os outros tenham estado. No entanto, se quisesse, eu estava bem posicionado para fazer uma luta de influência. Para todos os efeitos, eu era o dirigente que tinha sido destacado para iniciar a luta em Cabo Verde, as pessoas conheciam-me a mim. Mesmo assim, nunca estive preocupado com a minha carreira no partido. A pressão para que se fizesse maior esforço de luta aqui criou-me dificuldades, o que não aconteceu com aqueles que se preocuparam mais com a sua afirmação ou com o seu protagonismo no partido, sempre com o cuidado de não agitar o problema de Cabo Verde. Foram-se deixando, fazendo a sua diplomacia; enquanto eu, como D. Quixote, fui quebrando as lanças por Cabo Verde.»*[13]

Também Silvino da Luz, que ainda hoje admite ter simpatias pelas teses de Mao Tsé-tung, nega qualquer corrida sua ao poder. *«Devido à minha maneira de ser — de dizer as coisas frontalmente, o meu protagonismo em 1974 e a forma como eu encarava a luta —, terá criado simpatias muito fortes em relação a mim. Eu aparecia como o fulano que tinha ambições pessoais, capaz de dar golpes. Houve, inclusive, dois momentos em que estive vigiado: um em 76 ou em 77 e outro em 80, com o golpe de Estado na Guiné. E sempre foram certas pessoas que me alertaram para isso.»*[14]

Chegado, enfim, o momento de abrir o livro de recordações, Silvino da Luz revela que a desconfiança à volta da sua pessoa começou bastante cedo, ainda antes da independência. *«Naquela altura, havia uma situação tensa, alimentada por intrigas, panfletos — nossos e dos outros — e fez-se muita divisão. Dizia-se que eu era homem capaz de tudo. Um dos irmãos do Pedro Pires chegou a ameaçar-me. E nem sei se o Pires alguma vez teve conhecimento disso, porque eu, pessoalmente, nunca abordei este assunto com ele. Eu próprio verifiquei que, pouco tempo depois, o tal irmão dele passou a ter um comportamento extremamente correcto comigo. Deve ter-se dado conta que recebeu informações incorrectas sobre essa questão.»*

Em relação ao seu protagonismo na reunião da CNCV de Maio de 1976, o então ministro da Defesa e Segurança assegura que o seu papel foi mínimo e acidental. *«Não sei se esse documento foi da autoria intelectual da direcção da Segurança. Tenho, contudo, a impressão de que foi elaborado com a ajuda dos elementos que estiveram em Lisboa, os chamados maoístas. Eles é que conheciam os dados, as pessoas e certas situações. Esse documento chegou-me às mãos no momento de entrada na reunião. Alguém me pediu para apresentar o tema, sob pretexto de que eu estava mais à vontade para fazê-lo. Não encomendei esse documento e não me preocupei em saber quem o fez. Sempre dei ampla autonomia aos serviços que dependiam de mim. De qualquer modo, sinto-me responsável, politicamente, por tudo o que se passou no Ministério da Defesa e Segurança.»*

Sendo o director-nacional da Segurança na altura, João Pereira Silva descarta que tenha sido ele a obter as informações sobre os trotskistas, pelo que devolve a bola a Silvino da Luz. *«Esse pessoal maoísta não tinha relações comigo, ou porque me achavam amigo dos trotskistas, ou porque me consideravam demasiado de direita. O documento tinha de ser apresentado pelo Silvino, porque era ele o responsável máximo da Segurança. Ou ele o apresentava, ou não se apresentava o documento. Além disso, era ele que tinha relações especiais com os maoístas. E, se estes deram alguma informação, deram-na directamente ao Silvino.»*[15]

Pereira Silva esclarece que havia duas seguranças em Cabo Verde, uma oficial e outra, mais ou menos informal, ligada ao PAIGC, resquício, no fundo, do aparelho que tinha sido criado no período pré-independência, que se manteve, entretanto, operacional, actuando os seus mem-

bros por conta própria. *«No fundo, é esse pessoal, com os seus métodos e paranóias, que recolhe os dados sobre os trotskistas. A partir deste episódio, decidiu-se acabar de vez com a mania de se estar a recolher dados sobre as pessoas.»*

Retomando o fio da meada, Silvino da Luz esclarece que nunca assumiu a questão do trotskismo como uma luta sua e que, neste processo, quer um, quer outro lado deve assumir as suas responsabilidades. *«É preciso ver que os maoístas, os meninos do Silvino como se dizia, foram praticamente afastados depois dessa reunião. Não se fala deles, mas, no entanto, foram gente dedicada ao partido, deram uma contribuição importante para a luta. Ao contrário dos outros, nunca houve da parte deles nenhuma acção conspirativa ou de grupo. Tudo isso foi, fundamentalmente, uma luta política, que teve lugar dentro do partido e, por isso, a sua direcção devia, também, assumir as suas responsabilidades, da mesma forma que a malta trotskista devia assumir o que fez. Se houve problemas, não foi a Segurança que os criou. Nós falávamos da Revolução e era uma revolução de A a Z, com todas as suas consequências, porque todos estávamos convencidos que esse era o caminho. Trotsky era visto como inimigo da Revolução. Os indivíduos evoluíram, tanto os que se diziam maoístas como os trotskistas, e a forma como hoje encarámos o mundo nada tem ver com o espírito daquela época. Por isso, quer este, quer outros acontecimentos devem ser vistos no próprio contexto em que se deram.»*

E quanto à acusação de ter empolado o fenómeno trotskista, Silvino da Luz responde: *«Nós todos empolámos muita coisa naquele tempo; e, a haver feridas, elas existiram de parte a parte. Basta ver o que aconteceu à malta maoísta. Admito, contudo, que, em relação aos trotskistas, tenhamos empolado um pouco a coisa, mas que o fenómeno existia, lá isso existia.»*

E é também admitindo tal facto que Jorge Carlos Fonseca confessa que havia entre os elementos do grupo a que estava ligado o hábito de fazer reuniões, onde eram discutidos e postos em causa certos princípios do PAIGC, para além dos seus métodos quotidianos. *«Fazíamos encontros para discutir o que seria possível fazer no interior do partido para mudá-lo. Esses encontros abrangiam muito mais pessoas do que aquelas que haveriam de romper com o regime, em 1979. Lembro-me do José Luís Fernandes, Manuel Tolentino, Amaro da Luz, Alexandre de Pina, Sérgio Centeio, Terêncio Alves, Emanuel Braga Tavares, Euclides Fontes, José Tomás Veiga... O [António] Espírito Santo estava na Guiné, mas tínhamos ligações com ele, da mesma forma que tínhamos contactos com o Gualberto do Rosário, que estava em S. Nicolau. A mesma coisa com a Helena Lopes da Silva, em Portugal. Para além deles, havia um grupo mais jovem, formado por Eurico Monteiro, Jacinto Santos, José Filomeno, Daniel Lobo...»*[16]

Neste sentido, para Olívio Pires, seria anormal que um Estado, que cria um departamento de Segurança, veja conspirações e não faça nada contra isso. Por conseguinte, embora sublinhe não ter chegado a compreender na plenitude o que efectivamente se passou com a questão trotskis-

ta, Osvaldo Lopes da Silva não deixa de se solidarizar com Silvino da Luz: *«Ele foi muito criticado e acusado de empolar a coisa para se reforçar dentro do partido. Convém não esquecer que ele era o ministro da Defesa e da Segurança. Achava e continuo a achar que ele estava a fazer o seu trabalho.»*

Olívio Pires confessa, ainda, ter-se apercebido, bastante cedo, do fenómeno do trotskismo junto de certos elementos do Comité Coordenador de Portugal: *«Notava-se isso mesmo nas conversas amenas»*. Lembra que foi o próprio grupo a manifestar as suas simpatias ideológicas na célebre "Nota prévia sobre alguns princípios que devem nortear o nosso trabalho", ao contrário da direcção do PAIGC em Conakry, que se vinha negando a definir-se ideologicamente. *«E a prova é que, no conflito sino-soviético, evitámos tomar posição. Recusámos qualquer tipo de pressão, o que fez com que as nossas relações com a China tivessem esfriado.»*

Com o 25 de Abril e com a independência, segundo Olívio, podia-se notar que eram os próprios envolvidos nesta disputa em Cabo Verde que se definiam como sendo maoístas ou trotskistas. *«E é também verdade que, dos dois, eram os ditos maoístas aqueles que mais se identificavam com a linha política trazida da Guiné. As pessoas ditas trotskistas eram mais críticas em relação à direcção do partido. E também dava para notar que havia um certo grupismo, um esforço para introduzir elementos a eles afectos em determinados lugares. O problema tornou-se evidente, porque as contradições se tornaram gritantes. O grupo tinha um objectivo, que era chegar ao poder para fazer vingar as suas teses. Não é por acaso que fazem circular a ideia do carácter pequeno-burguês das pessoas que vieram de Conakry, para além do esforço em meter gente em todos os lugares. Aí, apenas aí, tivemos de reagir. E, quanto aos maoístas, o grupo não chegou a ter muita expressão, em virtude de não ter conseguido a influência que, eventualmente, desejava junto da direcção do partido. Aliás, o próprio processo chinês acabou por deixá-los desencantados.»*

Para Luís Fonseca, havia uma diferença abissal entre os chamados trotskistas e as demais sensibilidades que integravam o PAIGC. *«O maoísmo era mais uma maneira de agir do que verdadeiramente um conceito. O pessoal que nós considerávamos maoísta era menos consistente, do ponto de vista teórico. (Acontecia o mesmo com a malta vinda da luta na Guiné.) A maior parte daqueles que se consideravam maoístas eram-no só de nome. Basta ver que, dos antigos maoístas, não ficou nenhum, com excepção do José Leitão da Graça.»*

III Congresso do PAIGC

De acordo com o testemunho de vários dos seus participantes, a reunião da CNCV de 1976 apenas redundou numa perda de espaço dos maoístas. Depois de três ou quatro intervenções, com alguns dos denunciados a fazerem a sua autocrítica, chegou-se à conclusão que se devia colocar uma pedra sobre o assunto. *«Uma das pessoas que assumiu que era trotskista*

III Congresso do PAIGC

foi o Cândido Santana, outra foi o Zé Dadá... », recorda Luís Fonseca. *«Essa questão não punha em causa a sua adesão ao partido. Lembro-me de ter manifestado a preocupação de estarmos a bater em excesso na esquerda, com o risco de abrirmos flancos para ideias que antes não aceitávamos.»*

«As pessoas continuaram nos seus cargos», sublinha Olívio Pires. *«Antes pelo contrário, foi nessa altura que o José Tomás Veiga e o José Luís Fernandes foram transferidos do partido para o governo. Quisemos preservar uma certa unidade. De qualquer modo, algumas pessoas que tinham sido identificadas como trotskistas tornaram-se um tanto amorfas. As reuniões deixaram de ter um certo calor e ficaram um tanto chochas. Até aí, cada um preparava-se, procurava ter intervenções de qualidade. Deixou de haver essa preocupação.»*

Da sua parte, Manuel Faustino alega que deixou de haver condições psicológicas e políticas para a discussão descomplexada dos problemas dentro do partido ou do governo. *«Você ia a uma reunião, ficava calado e a olhar para o lado, desconfiado, a tentar descobrir o que é que a pessoa ao seu lado ou à sua frente estava a pensar dele. Passou a haver entre nós uma espécie de paranóia.»*

Criticados em Maio de 1976 e salvos, então, por Pedro Pires, o que leva os "trotskistas" a romperem com o PAIGC quase três anos mais tarde? Jorge Carlos Fonseca responde: *«Só a partir de 1978 é que começámos a pensar em sair. Foi feito em Bissau o III Congresso do PAIGC, em 1977. A nível dos Negócios Estrangeiros, eu e o Renato Cardoso participámos, com Abílio Duarte, na feitura das teses, nomeadamente na questão da política externa. Feito o congresso, constatámos que nenhum dos elementos conotados com o trotskismo foi eleito para o CSL.»*[17]

Previsto inicialmente para finais de 1975, com vista a adaptar o PAIGC à nova situação de movimento de libertação no poder em dois países independentes, o III Congresso realizou-se na capital guineense em ambiente de festa e fervor revolucionário, de 15 a 20 de Novembro de 1977. Nos meses que antecederam o evento, os dois ramos daquele partido lançaram nos respectivos territórios vastas campanhas de esclarecimento, promoção e debate público das teses e dos novos estatutos da organização. O congresso destinava-se a traçar os rumos da condução do Estado na Guiné e em Cabo Verde, clarificar as novas características do PAIGC — um partido cada vez mais partido, segundo os seus responsáveis, vanguarda dos povos guineense e cabo-verdiano — , bem como debater a unidade entre os dois estados. *«Conquistada a independência política dos nossos povos, a luta prossegue pela sua consolidação, através da luta pela independência económica e da afirmação da personalidade histórica dos domínios cultural e social»*, afirma Aristides Pereira durante a apresentação do relatório do CSL ao Congresso.[18]

Sem surpresas, os 303 delegados, 98 dos quais idos de Cabo Verde, confirmaram a cúpula dirigente, alargando o número dos integrantes dos demais órgãos directivos. De quatro elementos, a Comissão Permanente passa para oito: Pedro Pires e Abílio Duarte juntam-se a Aristides Pereira, Luís Cabral, Francisco Mendes e João Bernardo Vieira, ao lado de Umaru Djaló e Constantino Teixeira. A nível do CEL, constituído por 26 elementos, regista-se a ascensão de Silvino da Luz, Osvaldo Lopes da Silva e Olívio Pires, que se juntam aos cabo-verdianos José Araújo e Honório Chantre. E, finalmente, constituído por 90 integrantes (cinco a mais que o congresso anterior), o CSL passa a contar com os cabo-verdianos Agnelo Dantas, Álvaro Dantas Tavares, Corsino Tolentino, Eduardo Alhinho, Eduardo dos Santos, João José Lopes da Silva, João Pereira Silva e Luís Fonseca, que se juntam a Afonso Gomes, Carlos Reis, Herculano Vieira, Joaquim Pedro Silva e Júlio de Carvalho.[19]

Com excepção de Luís Fonseca, os novos cabo-verdianos escolhidos para o CSL e demais órgãos dirigentes eram combatentes que tinham estado em Conakry. Quer Fonseca, quer Pereira Silva confessam terem sido surpreendidos com a sua indigitação, tanto mais que este último, ao contrário de Manuel Faustino e José Luís Fernandes, por exemplo, nem sequer chegou a deslocar-se a Bissau. *«Aliás»*, confessa Pereira Silva, *«nunca fui a nenhum congresso do PAIGC e nem nunca tive nenhuma função de direcção explícita. Só em Março de 1975 é que o meu nome aparece como membro da CNCV. E, como membro do CSL, assisti apenas a uma reunião, em S. Vicente.»*

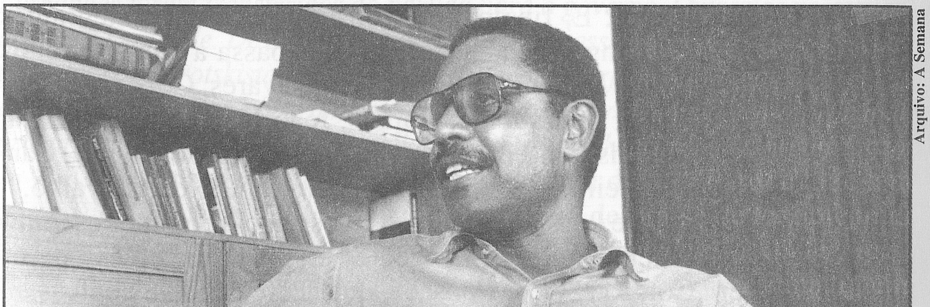
Para Fonseca, havia gente em Cabo Verde que, pela sua capacidade, esperava ser eleita, pelo menos, para o CSL. *«Confesso que a não inclusão do Djidjé e do Faustino me surpreendeu. E a minha opinião é que não*

foram incluídos porque continuavam a existir suspeitas sobre eles.»

Manuel Faustino nega, todavia, que essa tenha sido a gota de água que leva o seu grupo a afastar-se do PAIGC. *«O congresso, para mim, não teve nenhum significado, para além de ser a consagração de toda uma situação que já se desenhava. No fundo, a nossa não entrada para o CSL foi uma coisa desejável: significava um menor vínculo com o partido.»*[20]

Ainda relativamente ao congresso, aponta a pouca seriedade com que essa reunião foi preparada, tendo boa parte dos delegados sido designada pela direcção e não eleita pelas bases. *«Havia, até entre nós, um clima de gozo»*, salienta. *«Lembro-me que veio à Praia uma delegação de Bissau, chefiada pelo Vasco Cabral. Numa reunião, alguém teorizava sobre o "motor do processo revolucionário", na Guiné e em Cabo Verde, que era a unidade. Houve uma discussão, mais ou menos entusiástica, entre Abílio Duarte e José Araújo. Num dos intervalos, o Humbertona, meio a brincar, diz:* "Se há problema com o motor, vai-se à vela!" *Isso dá ideia da forma como esse congresso era encarado entre nós.»*

Faustino e Fonseca coincidem, de resto, quanto à falta de ambiente para a permanência dos elementos referenciados como trotskistas dentro do PAIGC. *«Para mim, a ruptura é consequência de todo um processo, que começa em Portugal, antes do 25 de Abril»*, sublinha o primeiro. *«Sentia-se que havia visões e modos diferentes de estar na política entre nós e eles. Quando se dá o encontro entre as duas alas, digamos assim, isso torna-se mais evidente. Com o governo de transição, há coisas que se vão acumulando. O Foká, em S. Vicente, diz ter sido aliciado para "puxar" determinadas conversas com certas*



Arquivo: A Semana

João Pereira Silva

Faustino no III Congresso do PAIGC

pessoas, e eu seria uma delas. Ele denuncia o facto numa reunião do partido. Faz-se um inquérito e fica claro que já havia gente que apostava na divisão.»

Faustino revela ainda que houve um determinado momento em que ele e os seus companheiros decidiram fazer uma reunião, mais ou menos ampla, para decidir o que fazer. *«A reunião devia ser na Ribeira da Barca, houve um vazamento, o Olívio soube e tivemos de parar.»* Diz também Jorge Carlos Fonseca: *«Entre nós, uma das discussões era se o PAIGC tinha ou não esgotado o seu papel histórico. Uns diziam que sim, outros que não. O Dududa era o principal defensor que devíamos sair, romper com o partido e criar outra organização. Isso já em 1978.»*

Participante também desses encontros, José Luís Fernandes lembra-se de ter defendido o contrário. *«A última reunião em que participei foi acalorada. Assumi que era do PAIGC e que não iria sair.»* [21] E Alexandre Ramos de Pina, que não se assume como trotskista, embora admita ter participado em todas essas actividades, entendia que o PAIGC não esgotara ainda o seu papel histórico. *«E, não havendo nenhum outro partido, estando eu dentro, acreditava que havia ainda espaço para lutar pelas ideias e pelos princípios que defendia para o desenvolvimento de Cabo Verde. As rupturas são sempre soluções muito radicais a que uma sociedade pequena como a nossa deve ser poupada. Só se faz uma ruptura se se tiver uma solução ou uma alternativa, o que, na altura, não havia.»*[22]

«A nossa crítica era de que o partido funcionava de cima para baixo», diz novamente Manuel Faustino, referindo-se aos motivos que levam a ele e aos demais elementos a baterem com a porta. *«Havia determinadas*

discussões que só tinham lugar a certos níveis. A Segurança, a fiscalização e o controlo que passou a haver foram também motivos que nos levaram a romper. As pessoas sentiam-se vigiadas e cerceadas na sua liberdade. Antes mesmo da independência, havia indícios de que as coisas poderiam marchar para aí. Achávamos inicialmente que isso poderia ser combatido discutindo os problemas dentro do partido, e que no dia em que já não fosse possível a solução seria sair.»[23]

Previamente combinada, a ruptura não irá, contudo, decorrer conforme o planeado. No primeiro momento, Manuel Faustino, José Tomás Veiga, Eugénio Inocêncio e Jorge Carlos Fonseca deveriam escrever a sua carta a pedir a demissão das funções que desempenhavam, alegando a falta de democracia interna, a centralização do poder, a sobreposição da cúpula sobre a base e, num plano menos referido, o que Fonseca chama *«a perspectiva capitalista do desenvolvimento económico de Cabo Verde»*. E é ele próprio quem esclarece: *«Entendíamos que o regime privilegiava relações com a Europa capitalista e defendíamos, sem grandes bases, um desenvolvimento auto-sustentado, de modo a evitar a dependência externa.»*

O centralismo é, porém, o tema prevalecente nas cartas de Manuel Faustino e José Tomás Veiga. Por exemplo, ao abordar este tema, Veiga refere que o mesmo se baseia no mecânico princípio comando-execução, acrescentando que o sistema *«interdita ao conjunto da população uma participação activa na vida política do país»*, constituindo, deste modo, o PAIGC o *«único detentor da orientação justa e correcta»*.[24]

Faustino revela que, antes de escrever a sua carta, tem um encontro a sós com Pedro Pires, a 27 de Fevereiro, no decorrer do qual manifesta a sua decisão de deixar o partido e demitir-se do governo, reafirmando depois, em carta, os seus motivos. *«Discordamos da metodologia adoptada pela Cúpula do Partido nas análises da realidade (e dinâmica) da sociedade Caboverdeana e nas medidas preconizadas para a sua solução que, ao fim e ao cabo, são, em grande parte, consequência da concepção (e tipo) de organização existente»*, escreve.[25] A seu ver, o PAIGC aparentava ser, cada vez mais, uma organização política heterogénea, *«não apenas do ponto de vista de composição social, mas, essencialmente, do das opções político-ideológicas dos seus elementos»*, pelo que *«as possibilidades de intervenção na elaboração e controle da orientação política são nulas para a quase totalidade dos militantes»*.

«Os reflexos da situação fazem-se sentir directamente ao nível das pessoas», acrescenta, mais adiante. *«O Partido é visto como algo de estranho e que tem o dever de resolver os problemas, mas, como tal, não pode acontecer, o fosso real aprofunda-se cada vez mais, o que, não raras vezes, se faz acompanhar de um sentimento de desconfiança e... medo. [Em tal situação o equacionamento dos principais problemas de Cabo Verde tem de ser extremamente limitado. As Massas sentem que as coisas só lhes dizem respeito na medida em que acabam por ter consequências no seu nível e modo de vida. Por outras*

palavras, as opções não lhes dizem absolutamente nada, quer se relacionem com problemas sócio-económicos, com as relações exteriores (especialmente com os países imperialistas) ou se liguem a outros aspectos da actividade da sociedade Caboverdeana.» Resumindo, para Faustino, a situação era simples: — *«dum lado o Partido (Cúpula), do outro o resto da sociedade e entre ambos o vácuo político»*. E não concordando com tal estado de coisas, só lhe restava *«deixar de ser membro do PAIGC e, consequentemente, de integrar o Governo de Cabo Verde»*. E estavam assim lançados os dados.

Como observador, não de todo descomprometido, Jorge Querido contesta que o processo que culminou no afastamento dos seus antigos adversários tivesse algo de ideológico, nem tão-pouco com o argumento de que não havia democracia interna. *«Acusam Pedro Pires ou Osvaldo Lopes da Silva de burgueses, porque eles é que eram os puros. Eles queriam o poder, não para democratizar o país. Queriam o poder para eles!»*

Pedro Pires enceta fuga em frente

Divulgadas na imprensa, a 21 de Março, as demissões de Manuel Faustino e José Tomás Veiga dos cargos governamentais, Pedro Pires convoca a reunião da CNCV, a fim de analisar a crise. A reunião tem lugar de 2 a 5 de Abril, na capital. Convidados para a mesma, nem Faustino nem Veiga comparecem. Mais uma vez, o ambiente é de cortar à faca. No meio de aceso debate, Eugénio Inocêncio levanta-se e anuncia, também, o seu rompimento com o PAIGC. (Mais tarde, em Lisboa, escreverá uma carta à ANP, expondo os motivos que o levam a desvincular-se do seu mandato de deputado e de todo o regime, ao fim e ao cabo. Abordada na sessão parlamentar de Fevereiro de 1980, o seu antigo colega José Eduardo Barbosa refere-se à carta como algo saído da *«pena tosca e tacanha de um "deputado" que votou as mesmas leis que ele agora acusa de totalitárias»*; Corsino Tolentino apelida Inocêncio de *«Napoleãozinho de Santo Antão»*, que agora se apresenta sob nova plumagem, *«não mais "luxemburguista", não mais ultra-revolucionário»*... *«Com efeito»*, comenta, a propósito, a reportagem do **Voz di Povo**, *«quem imaginaria o "nosso" Inocêncio agora neo-colonialista e anti-partido único, ele tão afecto às teses esquerdistas»*.[26])

Acusado de proteger os trotskistas, Pedro Pires é encostado à parede por alguns dos seus pares, que lhe lembram que o assunto poderia ter sido resolvido há três anos. Para José Luís Fernandes, Pires viu-se perante um dilema: *«Ele reconhecia em nós uma certa capacidade, tentou recuperar-nos e foi criticado por isso. Nessa reunião de 79, ele teve de fazer uma fuga em frente.»* E com isso, defende Amaro da Luz, Pires pretendeu salvar o que era possível salvar. *«Ele foi acusado pelos dois lados, sobretudo pelos fundamentalistas de Conakry, de estar ligado à malta de Lisboa.»*

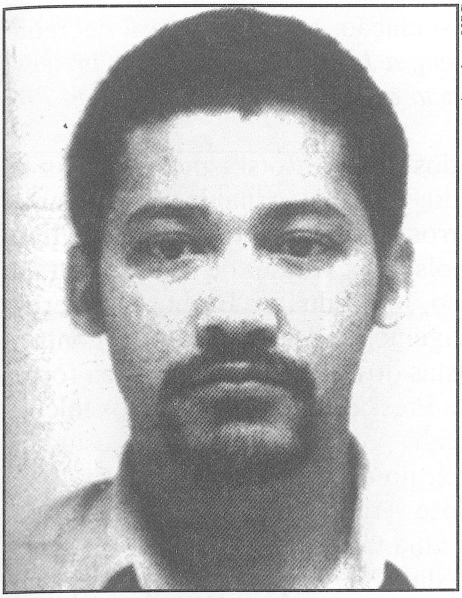
«Foi responsabilizado implicitamente pelos seus companheiros, que nos chamavam os meninos do Pires», explica novamente Fernandes, que, ao abrir o jogo, confessa que uma das razões que o levam a não acompanhar Faustino, Veiga, Inocêncio e outros mais, foi o câncer que lhe tinha sido diagnosticado meses antes, facto este que acabou por pesar na escolha da sua pessoa para embaixador em Washington, cargo que assume em Agosto de 1980, a fim de aí submeter-se a tratamento médico. *«Por um lado, o Pires teve sempre a preocupação de me manter afastado dessas lutas. Por outro, alguém me disse que, se eu saísse, as conclusões seriam de que havia efectivamente uma conspiração e que, neste caso, as consequências seriam outras. Isto levou-me a ponderar.»*

Diante do dilema romper ou não com o PAIGC, Fernandes, Alexandre Ramos de Pina, Sérgio Centeio, Renato Cardoso e outros acabam por se afastar, mesmo antes da ruptura, dos demais elementos tidos como trotskistas, o que cria entre estes o sentimento de traição que perdura, em alguns casos, até hoje. Tido como um dos dirigentes que faz autocrítica, Ramos de Pina alega que nunca esteve directamente envolvido na questão trotskista e que tudo não passou de um mal-entendido. *«Eu, o José Tomás, o Djidjé, o Zona e outros, que eram conotados como trotskistas, éramos amigos desde a infância, aqui na Praia. Não escondo que já tinha lido obras de Trotsky, mas não me sentia trotskista, nem tão-pouco me considerava ligado à IV Internacional.»*

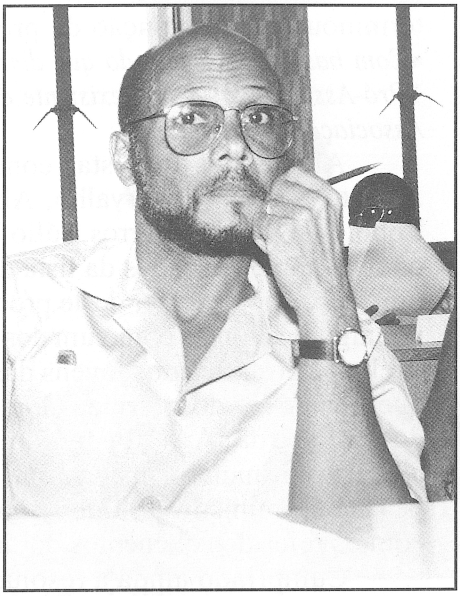
Jorge Carlos Fonseca, que esclarece que nem todo o grupo era trotskista — *«Eu próprio me considerava marxista-revolucionário»* (sic) — aponta o dedo acusador a Amaro da Luz e a outros dos seus antigos companheiros para o fiasco do processo. *«Um elemento importante que falhou foi a não saída do Amaro da Luz, que, em Nova York, deveria dar uma conferência de imprensa a denunciar o regime em Cabo Verde. Tínhamos o dia e a hora marcada, mas ele não cumpriu. Mandei-lhe a mensagem por telex, avisando-o para que ele desse a conferência de imprensa; ficou combinado que o Sérgio seria o mais duro na reunião da CNCV e ficou calado; o Renato Cardoso, que era muito ligado ao Faustino, disse-nos que ainda não era o momento de sair, porque estava apostado na sua carreira. Surgiu depois uma campanha violenta contra nós. O Zé Dadá, que era trotskista ferrenho em Lisboa, participou nessa campanha.»* [27]

Trotsky, uma grande confusão

Com efeito, José Eduardo Barbosa, adjunto de Luís Fonseca na JAAC, é indigitado para se reunir com os membros da Pró-Associação dos Estudantes do Liceu Domingos Ramos, na Praia. Criada no calor da campanha independentista, ela assumia-se na sua declaração de princípios como uma *«organização relativamente autónoma»* da JAAC, funcio-



José Eduardo Barbosa



José Luís Fernandes

nando com base no princípio da crítica e autocrítica, do trabalho *«unitário e integral»*, sendo por isso *«inadmissível a germinação de grupismo»*. Apesar disso, também aqui o antagonismo era entre os "trotskistas" e os "maoístas". Referindo-se, por isso, ao trotskismo, Barbosa começa por acusar que *«a maioria das pessoas que pretendem ser trotskistas não conhecem um chavo do trotskismo»*.[28] E acrescenta a seguir: *«Para conhecer Trotsky, podíamos fazer a seguinte afirmação: Trotsky foi uma grande confusão, a sua morte foi uma grande confusão, os seus legados são uma grande confusão.»*

Apresentado o tema, em que não se deixou igualmente de abordar a influência do trotskismo no seio dos estudantes, seguiram-se intervenções em solidariedade ao comunicado da CNCV, umas em apoio incondicional, outras a proporem combates *«até às últimas consequências»* ao fraccionismo no Liceu. Segue-se uma tensa sessão de declarações de fidelidade, autocrítica, algumas das quais regadas com lágrimas, ou, ainda, de assunção, por parte de alguns, do seu envolvimento com o trotskismo, sendo o caso mais notório o de Daniel Lobo (Maika), estudante finalista. *«Eu não sou como certas pessoas que mudam o casaco consoante as fases»*, diz ele a dado passo, em tom desafiador, no que foi interpretado como uma indirecta a Barbosa, que não deixa de sentir o toque: *«Fui mobilizado pelo trotskismo, enquanto estudante, mas, quando cheguei a Cabo Verde, assumi a posição do Partido. Maika apelidou-me, indirectamente, de camaleão! Mas o camaleão não tem coragem! Os trotskistas, para além de camaleões, são toupeiras. Escondem-se de dia e atacam de noite!»* A reunião

terminou com a extinção da pró-associação, com Barbosa a decretar: *«Com base na essência do que disse aqui, a JAAC não considera a pretensa "Pró-Associação" como existente de facto e, por isso, considera-a uma Pró-Associação dissolvida.»*

Alguns dos finalistas conotados com o trotskismo — casos de Adérito Soares de Carvalho, Alfredo Teixeira, Arnaldo Silva, Daniel Lobo, José (Bilac) Barros, Júlio Barros Andrade, entre outros — viram os seus nomes riscados da lista de bolseiros. Apesar de se ter mostrado um "duro" no decorrer deste processo, José Eduardo Barbosa é referido por algumas fontes como um dos dirigentes da JAAC a bater-se contra a exclusão dos referidos jovens das listas dos bolseiros, da mesma forma que Renato Cardoso, Irineu Gomes... Pressionado, porém, pelos falcões do partido e da JAAC, Pedro Pires acaba por riscar os referidos estudantes da lista inicial, situação que será, no entanto, corrigida, em 1981, pelo novo ministro da Educação, José Araújo, depois de se encontrar com os referidos elementos durante uma visita de trabalho a Portugal.

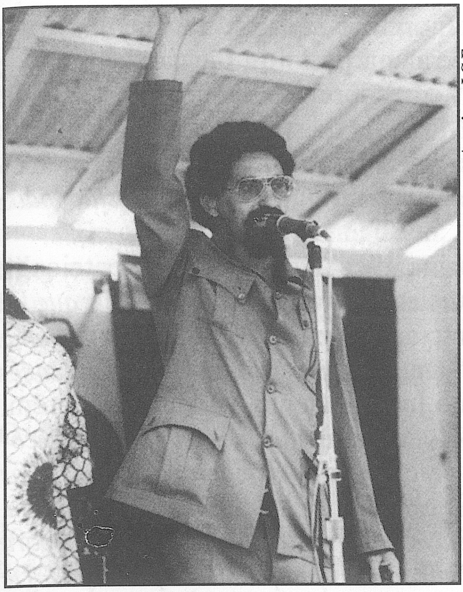
Cumprindo ainda a resolução da CNCV, que mandava as estruturas partidárias analisarem o fenómeno do trotskismo, o ambiente político conhece momentos de tensão, com algumas vozes a defender o desembainhar das espadas, outras a lembrar o sangue derramado pelos heróis da independência; e houve ainda quem defendesse uma demonstração de força por parte da Segurança, já que, se ela existia, era para alguma coisa. Mas houve também quem tenha procurado travar os espíritos mais exaltados, sob pena de se instalar em Cabo Verde um regime de terror.

Quem traiu quem?

Acusado por Jorge Carlos Fonseca de ter faltado com a sua palavra, Amaro da Luz reage: *«O Zona sabe que o que ele está a dizer não é verdade. Eles não me informaram:* "Vamos sair". *Eu, sim, quando saí do governo, avisei-os:* "Vou sair". *Se tivesse havido solidariedade comigo, as coisas até poderiam ter sido diferentes. Fiquei isolado. Sei que o Faustino tentou convencer o José Tomás para não entrar para o governo... O próprio Centeio saiu desconsiderado. Em 79, eles saíram porque a situação deles se tornou insustentável.»* [29]

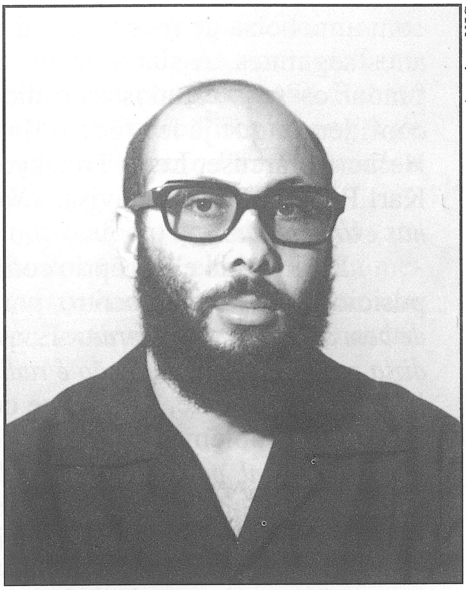
Independentemente de qualquer combinação, Amaro alega, ainda, que, assim que tomou conhecimento da ruptura, tentou vir a Cabo Verde, mas que Abílio Duarte tudo fez para o demover. *«Falei mais de uma vez com ele por telefone e ele disse-me sempre para eu me deixar estar onde estava, porque, se viesse, as coisas poder-se-iam complicar ainda mais.»*

Ainda sobre o papel de Amaro, Manuel Faustino tem um entendimento diferente de Jorge Carlos Fonseca, ressalvando, todavia, o factor tempo, pois já lá se vão mais de 15 anos e muito se perdeu, em termos de



Arquivo : J.C.Fonseca

Jorge Carlos Fonseca



Arquivo : NJC

José Tomás Veiga

memória. *«O Amaro não sabia da data em que íamos sair, mas sabia que as coisas estavam em andamento. Mesmo depois da ruptura, houve uma reunião em S. Vicente, em casa do sogro dele, na qual participámos ele, eu, o Emídio Lima e o José Tomás, se não estou em erro, e decidimos que ele não devia fazer nada, porque aí as coisas podiam tomar outro rumo, em termos de maior radicalização. Agora, é verdade que se chegou, de facto, a imaginar várias situações para a gente se defender.»* [30]

Por seu turno, após o duro debate que houve na CNCV, Sérgio Centeio explica que ele, Alexandre Ramos de Pina e Terêncio Alves puseram os respectivos lugares à disposição. *«Votou-se se era aceite ou não a nossa demissão. A maioria decidiu que eu e o Pina devíamos continuar, mas não o Terêncio. De qualquer forma, as coisas pioraram. Comecei a ver gente a vigiar a minha casa — um desses vigilantes era, precisamente, um dos promotores do MpD em 1991.»*

Ramos de Pina é substituído na Câmara da Praia por Nelson Atanásio, mas reeleito deputado no ano seguinte e novamente escolhido como um dos vice-presidentes da ANP. Em 1984, segue para o Brasil, onde irá formar-se em Economia; regressa cinco anos mais tarde e acaba por integrar, como secretário de Estado das Pescas, o último governo de Pedro Pires, em Julho de 1990. *«Quando regresso, não retomo a actividade partidária. Cheguei num período de transição, precisava parar, pensar para assumir uma nova atitude política.»*

Deixado o governo em 1976, Sérgio Centeio passa a trabalhar na Direcção-Geral do Plano até 1980, altura em que embarca para os EUA

com uma bolsa de mestrado em Economia, e aqui permanece nos nove anos seguintes. A sua vivência americana permitiu-lhe também aprofundar os seus estudos auto-didácticos sobre as ideologias, pelo que confidencia que já leu todo o Karl Marx, da mesma forma que conhece Herbert Marcuse, Leon Trotsky, Jean-Paul Sartre, Edward Bernstein e Karl Popper. Por isso, avisa: *«Nenhum deles tem razão, porque estão todos nas extremidades.»*

Enfim, tido ele próprio como um radical na juventude, Centeio diz posicionar-se hoje no centro, porque *«estar no centro é tentar ver o que há de bom à direita e à esquerda»*. E, quanto ao seu passado, responde: *«Como dizia o outro, se um gajo não é radical quando é jovem, quando é que vai sê-lo?»* Presentemente, assume-se como independente, na certeza, porém, de que os problemas do país se resolvem com *«democracia política, económica e social, pois se, por um lado, precisamos de democracia, precisamos também, por outro, de criar oportunidades para que as pessoas se encontrem. Não há lugar em Cabo Verde para o socialismo radical, nem tão-pouco para um liberalismo* à outrance. *Precisamos encontrar uma política equilibrada. De um lado, temos pessoas na extrema miséria; do outro, pessoas bem situadas; e, no meio, um vasto grupo que procura desenrascar-se»*.

Por fim, Renato Cardoso, assassinado em condições estranhas na noite de 30 de Setembro de 1989, aos 39 anos, passa a ser conselheiro do primeiro-ministro até ser nomeado, em 1985, secretário de Estado da Administração Pública, onde procura desencalhar a reforma do sector público cabo-verdiano. *Bon-vivant*, compositor de baladas, visto como um jovem quadro brilhante, viu, no entanto, a sua carreira partidária obstaculizada pelo *aparatchik,* que não se esquecia do seu envolvimento na questão trotskista. Dos antigos companheiros, que o acusam de oportunismo e traição, irá continuar a manter uma relação fraternal com Manuel Faustino. Tido como a face liberalizante do regime, integra com José Luís Fernandes (ainda nos EUA), Adão Rocha, Carlos Veiga, João Pereira Silva e Nelson Atanásio, na Praia, a formação da Associação de Estudos e Relações Internacionais, cuja existência foi mantida até hoje em segredo, e que visava, de acordo com o seu projecto de estatutos, *«o desenvolvimento de acções de natureza cultural, de solidariedade social e de promoção da paz e amizade entre os povos»*.[31]

Num manuscrito inédito de Renato Cardoso depreende-se a sua busca de novas formas de participação cívica e política. *«Em Cabo Verde»*, anota *«apesar da Constituição consagrar a participação como elemento fundamental do regime, e a própria lei fundamental recomendar a protecção do Estado aos fenómenos populares de participação, a verdade é que não se conseguiu que ela deixasse de se circunscrever ou aos círculos do Partido, ou às acções controladas directamente pelo Estado»*.[32]

Conta José Luís Fernandes que o grupo pensou numa *«ONG para*

discutir os problemas de democratização e desenvolvimento. A iniciativa começou, porém, a causar problemas, pois era mal vista por alguns sectores». Também por causa disso, segundo João Pereira Silva, por precaução, Renato Cardoso passou a defender o envolvimento de Pedro Pires no projecto. *«O Renato passou uma data de tempo a tentar convencer o Pires e, quando o conseguiu, morreu dois ou três dias depois».*[33]

De acordo com Michel Caen, tirando o afecto que sentia pelos antigos camaradas, a opinião de Renato Cardoso sobre eles não era a melhor, tendo-lhe um dia confidenciado: *«Gosto bastante dos trotskistas, eles colocam excelentes questões, apresentam excelentes respostas, mas, no entanto, são de uma ineficácia táctica total.»*[34]

O desfecho

O afastamento dos trotskistas do PAIGC é visto de várias formas. João Pereira Silva diz ter integrado o grupo daqueles que achavam que tudo não passou de um tremendo equívoco. *«Numa certa altura os mais velhos devem até ter pensado que eu estava do lado dos trotskistas. Mas como não gosto de clandestinidades, nunca me associei a essa malta. E quando se dá o problema, posiciono-me contra a tendência de se criar facções. Quanto a mim, o que se passou nada tem a ver com ideologias, mas, sim, com disputa de poder. Estou convencido que o Faustino, o José Tomás e outros leram Trotsky, mas acho excessivo catalogá-los de trotskistas. Havia um ou outro quadro que sabia o que era o trotskismo, os demais estavam ligados entre si por razões afectivas. Infelizmente, o que se fez foi criar uma clivagem, com um grupo a pretender afastar o outro.»*

Para Osvaldo Lopes da Silva, tudo poderia ter sido resolvido de maneira mais simples, já que a ideologia em si nunca constituiu motivo para afastar quem quer que fosse do PAIGC. *«Eles é que tomaram a iniciativa de sair. No caso do José Tomás Veiga, por exemplo, eu fui completamente apanhado de surpresa. Apareceu um dia no meu gabinete a comunicar o seu pedido de demissão. No fim, abraçou-me comovido e foi-se embora. Fiquei com a sensação de que ele andava a ser empurrado. Eles todos, se quisessem, poderiam ficar e continuariam com uma vida normal dentro do partido.»*

Corsino Tolentino integra o grupo que fez ouvir a sua voz criticando duramente a ala trotskista. Hoje, o então primeiro-secretário do PAIGC em S. Vicente, admite ter exagerado, pois via no comportamento do grupo em causa uma espécie de guerrilha interna, *«sistemática e constante»*, com desgaste de energias que poderiam ser aproveitadas para a construção do Estado. *«Houve um certo radicalismo e intolerância»*, acrescenta, em tom de autocrítica. *«A responsabilidade da ruptura não pode ser transmitida só a esse grupo. Pessoalmente, na altura, interpretei erradamente a sua existência como uma posição de traição à causa do partido. Aprendi, com o*

tempo, que era um exagero. Só que, na altura, entre dois males — deixar a situação como estava e tomar medidas radicais, tipo vai ou arrebenta — preferi a via radical. "Se não estamos juntos, então, somos adversários." *Neste sentido, expressei frontalmente a minha crítica ao grupo.»*

Também em autocrítica, Carlos Reis, que deixa o governo em 1981, em condições não de todo pacíficas, para, depois, ser nomeado ministro residente em S. Vicente e, três anos mais tarde, embaixador em Lisboa, também entende que a questão trotskista poderia ter sido resolvida de forma diferente. *«As coisas aconteceram como aconteceram e da parte que me respeita tive pena que o PAIGC tivesse perdido alguns dos seus bons elementos. Também é verdade que não se pode forçar as circunstâncias. É preciso perceber as coisas no seu contexto próprio, porque, senão, elas perdem o seu sentido. Além disso, estas coisas são sempre delicadas.»*

Tão delicadas que, segundo Alfredo Veiga, os concunhados Reis e José Tomás só voltam a reatar as suas relações depois de 1991. Estando ainda em Dakar como embaixador, Alfredo conta que tinha sido avisado antecipadamente pelo filho de que este iria romper com o PAIGC. *«Ele escreveu-me a dizer que ia escrever uma carta ao Pedro Pires a comunicar-lhe que não concordava com a orientação que o partido estava a tomar. Foi nessa altura também que ele me mandou dizer que tinha a casa vigiada. Uns 10 ou 15 dias depois, foi expulso do PAIGC. Ele só tinha o quarto ano de Económicas. Antes de morrer, a mãe pediu-lhe para terminar o curso. Nos primeiros tempos, recusou-se, simplesmente, a sair de Cabo Verde para ir estudar. Dizia-me:* "Pai, eu não vou fugir do meu país; vou ficar aqui até que eles se capacitem que não tenho medo deles". *Ficou um ano. Seguiam-no por toda a parte, inclusivamente uma pessoa que era amiga dele, sua vizinha, informava a Segurança quem é que o ia visitar. No dia em que o Zé Tomás chegou à conclusão que podia sair, telefonou a informar-me que ia terminar o curso, para eu lhe mandar o dinheiro.»*

Antes disso, trabalha algum tempo no escritório do pai, que acrescenta: *«O Zé Tomás, que tinha sido secretário de Estado das Finanças, pede para ser nomeado professor de Matemática do Ciclo Preparatório o Carlos Reis, que era ministro da Educação, respondeu-lhe que o requerente não tinha idoneidade moral e cívica para ensinar em estabelecimento público. O Zé queixou-se e esse processo está até hoje no Supremo Tribunal de Justiça. Só depois de 91, é que eles voltaram a falar um com o outro. As duas irmãs, Bety e Manuela, é que fizeram com que os dois reatassem as suas relações. Como eu tinha um escritório de despachante, ele passou a trabalhar lá.»*

Apontado como o líder do grupo, Manuel Faustino será o principal alvo da Segurança. *«Eu tinha um medo dos diabos de levar uma paulada, de ser agredido ou de me acontecer qualquer outra coisa. Mesmo quando estava no PAIGC, eu sentia-me vigiado. Ainda hoje estou convencido que tinha o telefone sob escuta. Eu nunca dei um tiro, no entanto, era considerado tenebro-*

so. Como membro do governo ou como deputado, tinha direito a uma arma. Quando deram um tiro no Peta [Armando Araújo], a primeira coisa que eu fiz foi pedir ao Djusta [Elias Josefá de Sousa] para esconder a minha arma. A coisa chegou a um ponto insuportável. Quando saímos, admitimos que pudéssemos ser liquidados. Vimos depois que era uma fantasia. A mensagem era: ou você capitula e passa a ser um yes man *ou, então, você enlouquece e sai.»*

Por isso, a saída foi a via encontrada para boa parte dos envolvidos na questão. Faustino vai, primeiro, para o Senegal e, mais tarde, para o Brasil; Eugénio Inocêncio, que seria, segundo ele, agredido por agentes da Segurança no Sal, e Jorge Carlos Fonseca preferem Portugal. Já em Dakar, Faustino é obrigado a regressar a S. Vicente devido ao agravamento do estado de saúde do pai. *«Não digo que ele morreu da situação que se criou à volta de mim, mas tenho a certeza que isso agravou a sua doença. Ele, hipertenso, pedia-me para sair, eu respondia-lhe que não, até que acabo por aceitar. Já no Senegal, a situação dele agravou-se. Vim e, no dia seguinte, ele morreu. O funeral foi vigiadíssimo. O meu pai era uma pessoa conhecidíssima em S. Vicente, a Rádio não noticiou o seu falecimento; mandei um cartão de agradecimento ao* **Voz di Povo** *e não foi publicado.»*

Para Faustino, houve gente que não se recompôs da perseguição ao grupo. *«Com a campanha na Rádio e no* **Voz di Povo**, *houve anátemas que pegaram. Tentei reagir, mas os meus textos não eram publicados. Fico oito meses em S. Vicente. Peço o meu enquadramento no hospital: eu espera-va um determinado enquadramento na carreira, ficou acertado que eu viria trabalhar na psiquiatria da Praia para, depois, me darem uma bolsa; na última hora voltaram atrás. Já no Senegal, vim a saber que fora nomeado médico de terceira classe. Comigo em Cabo Verde, houve indícios de que seria transferido para outro lugar. E, francamente, não me sentia seguro vivendo fora da Praia ou do Mindelo. Aqui houve dois episódios indicativos de como as coisas estavam: numa noite apedrejaram a minha casa; noutra, picharam um T bem grande no carro do Eugénio [Vera-Cruz], apenas porque andava comigo. Só dois meses depois de ter ido para o Senegal é que saiu a minha integração. Saiu uma lei a dizer que nós tínhamos direito a seis meses de salário, enquanto membros do governo. Nem eu nem o Zé Tomás recebemos. Houve uma pressão muito forte, os mais vulneráveis cederam. Mas, ao mesmo tempo, isso dava-nos uma enorme força interior para resistir.»*

Jornalista de **Voz di Povo**, José Filomeno Monteiro relata que foi agredido em S. Vicente por um tenente das Forças Armadas que se encontrava acompanhado de um elemento da Segurança. *«Fui a S. Vicente cobrir o Colóquio do Mindelo sobre o Crioulo. Estive à tarde a conversar com Tilela e à noite, junto da drogaria do Leão, os dois tipos aproximaram-se de mim e começaram a provocar-me. O tenente pergunta-me porque é que eu lhe tinha chamado farpinho de merda. Às tantas, agrediu-me com um soco, ajudado pelo elemento da Segurança.»*

Fora a violência física, o incidente obrigou Filomeno a rever as suas posições sobre o bairrismo em Cabo Verde, já que sendo natural de Santiago, jamais pensou que, naquelas circunstâncias, fosse ser alvo de solidariedade por parte da gente anónima de S. Vicente. *«Com a confusão, imediatamente começou-se a juntar gente à nossa volta. Um indivíduo chamado Toi Ceguinha foi o primeiro a dizer:* "Não há direito, isto é um abuso! Não é pelo facto desses tipos serem da Segurança que podem andar a bater em cada qual". *Com isso, outras pessoas começaram também a manifestar o seu repúdio e revolta. Os dois sujeitos que me agrediram sentiram-se intimidados e foram levados pelo Beitz no seu carro. No dia seguinte, fui queixar-me ao comandante da Região Militar, Tchifon, que procurou minimizar o incidente. Ele respondeu-me que, se tivessem que bater em alguém, batiam no Faustino, que estava solto. O Toi de Suna, que estava no encontro, perguntou-me se não era verdade que eu tinha passado a tarde toda reunido com o Manuel Faustino, no que o mandaram calar porque estava a meter água.»*

Neste particular, Filomeno, que vem a trocar o jornalismo pela diplomacia em 1981, acabando por ser colocado como adido de imprensa em Washington e, em 1993, como cônsul-geral de Cabo Verde em Hong Kong, entende que não há desculpas para a perseguição que chegou a ser movida a certos cidadãos, não só trotskistas. *«O PAIGC exerceu um controlo efectivo sobre as pessoas. Tinha uma máquina que funcionava, não havia aldeia ou bairro que não tivesse uma célula do partido. Querendo, eles sabiam onde podiam encontrar quem quer que fosse.»*

Uma luta de gerações?

Ainda na mira de buscar as causas do que se passou no interior do PAIGC em 1979, Sérgio Centeio avança, como explicação, a tese de que os conflitos surgidos no seio desse partido foram resultantes da junção de duas gerações, moldadas ideologicamente em contextos diferentes, e que se viram, com a independência nacional, confrontadas com as suas próprias diferenças. *«Para mim, com a independência, era natural que houvesse uma simbiose entre nós e os que vieram de Conakry. Mas eu percebi que eles não confiavam em nós. Por exemplo, em 1973, eu e o Faustino fomos a um encontro na Holanda e notei que o Olívio falava em termos de* "Nós e vocês..."; *chamei a atenção do Faustino para isso, mas ele acalmou-me, dizendo que era apenas força de expressão.»*

«Éramos um grupo de idealistas», diz Jorge Carlos Fonseca, que relembra, a propósito, o ambiente em que ele e a sua geração se formaram em Coimbra. *«Fomos apanhados pelo clima de Maio 68 e pela invasão da Checoslováquia, e houve coisas que nos marcaram profundamente. É dessa altura que vem a nossa ruptura com o estalinismo. As correntes radicais estavam na moda e quem fosse do PCP era quase um reaccionário, gostávamos de jazz,*

do surrealismo... Havia, por outro lado, a disciplina férrea, o moralismo do ambiente em que vivíamos, a clandestinidade. Os combatentes vindos da Guiné estavam habituados a outro estilo de vida. Possuíam um nacionalismo que estava próximo do estalinismo. Entre eles, o Olívio era o grande defensor das teses soviéticas, o Pedro Pires era, sobretudo, um nacionalista, o Aristides Pereira era, de todos nós, aquele que defendia as posições menos radicais no PAIGC.»

Tido por Sérgio Centeio como o *«irmão mais velho»* do grupo, Amaro da Luz sublinha, por seu turno, o que chama de *«carácter são»* da *«malta que veio de Lisboa»*. *«Viemos e nos integrámos naturalmente, com toda a sinceridade e pureza. Mas a partir de uma determinada altura vimos que os elementos vindos de Conakry eram mais experientes, em termos de golpes. Nós não estávamos preparados. Quando se dá o problema de 1979 já estávamos completamente fragilizados. Já não tínhamos força.»*

Torcato Sepúlveda

Citado no documento da Segurança como um dos elementos que arregimentou para o trotskismo os cabo-verdianos em Coimbra, Torcato Sepúlveda desata-se a rir perante a alusão. Lembra-se de que, quando conheceu Manuel Faustino, Jorge Carlos Fonseca e outros, já os dois primeiros gozavam de bastante prestígio entre os universitários em Coimbra. *«Nós éramos umas crianças, não éramos nenhum Cunhal. Eu tinha 19 anos, o Remédios teria 24 ou 25 anos, o João Carlos, a mesma coisa. Ouvir que nós éramos uma coisa organizada e medonha do trotskismo internacional, dá-me vontade rir... Entre nós, o Zona aparecia como um tipo inteligentíssimo e o Faustino como uma espécie de* sage, *justo e equilibrado.»*[35]

Sepúlveda alerta que não se deve encarar o trotskista cabo-verdiano como os seus colegas europeus. *«Pessoalmente, eu estava mais preocupado em acabar com a ditadura em Portugal do que exportar o trotskismo para as colónias, embora achasse que as coisas estivessem interligadas, isto é, a luta cá podia ajudar a independência lá e a luta lá poderia ajudar a acabar com a ditadura cá. Lembro-me que, do ponto de vista ideológico, eles alegavam que não havia proletariado em Cabo Verde e que, por isso, não era possível fazer uma revolução, segundo a teoria de Trotsky. Mas, atenção: que eles eram trotskistas, lá isso eram! Para nós, se eles, enquanto trotskistas, pressionassem a direcção do PAIGC para que se definisse como um partido de esquerda, preferencialmente anti-estalinista, era muito bom. Não nos podemos esquecer que, dos movimentos de libertação, o PAIGC era o mais respeitado, o Amílcar Cabral estimado e admirado por nós. Até pela imagem de tolerância que ele dava para o exterior.»*

Sepúlveda esclarece ainda que, com a sua fuga de Portugal para França, em 1971, de onde acaba, entretanto, por partir para *«outros delírios»*, assumindo *«posições mais libertárias»*, deixa de ver os seus antigos

colegas cabo-verdianos. Apenas volta a ouvir falar de Manuel Faustino e de Jorge Carlos Fonseca, em 1979, ao ler no **Diário de Lisboa** a notícia de que tinha sido desmantelado um golpe de Estado trotskista em Cabo Verde. *«Pelo menos continuam vivos»*, foi a sua reacção, e mais feliz ficou quando, passado algum tempo, se cruzou por acaso com Fonseca em Lisboa, nas cercanias da Biblioteca Nacional.

Pedro Pires defende-se

Criticado por uns e por outros, Pedro Pires tem, obviamente, a sua versão do que se passou, tanto em 1976 como em 1979. *«Em 1976, fizemos uma reunião para debatermos os aspectos relativos às correntes políticas existentes no seio do PAIGC em Cabo Verde e das acções que estavam a ser levadas a cabo. Chamámos a atenção para isso tudo. Os responsáveis por esses actos foram criticados abertamente e cada um deu a sua explicação. Mas esses actos não pararam, continuaram.»*[36]

Da sua parte, Pires diz estar convencido de que o afastamento de Manuel Faustino e José Tomás Veiga foi a forma encontrada, sobretudo pelo primeiro, para se ver livre de determinadas dificuldades que vinha enfrentando no seu ministério. *«Ao procurar nivelar toda a gente, o Faustino desestruturou completamente os serviços do Ministério da Saúde e Assuntos Sociais. Basta ver que o hospital era dirigido por comissões. Ele deixou de poder controlar os departamentos sob a sua alçada, de tal modo que a solução foi pedir a demissão do governo, trazendo à baila outras razões. Na verdade, a melhor coisa que lhe poderia acontecer era ser demitido.»*

Pires contesta igualmente que tenha, alguma vez, protegido os trotskistas, alegando que fazia questão de ter relações correctas com todos os seus colaboradores. *«Para mim, a questão punha-se nos seguintes termos: eu tenho no governo certas pessoas, não posso dar tratamento diferenciado a ninguém. Teria de trabalhar com elas na lealdade. No dia-a-dia eu partia do seguinte pressuposto: viemos da luta armada, temos de alargar as nossas relações. Nós que viemos da Guiné éramos um grupo reduzido e não nos podemos esquecer que a independência em si não foi um acto de conquista militar. De todos eles, admito que tinha boas relações com o José Tomás, relações de amizade, mais nada. Apreciava-o, sem dúvida.»*

No que toca ao desenlace do processo, inclusive a perseguição que haveria de abater sobre os elementos mais destacados do grupo, Pires diz-se tranquilo. *«Procurei ser correcto e relativamente justo. Fugi sempre a tudo o que pudesse ser interpretado como um acto de vingança, o que não quer dizer que num ou noutro acto as pessoas tivessem pensado precisamente o contrário. Nessa altura morreu a mãe do José Tomás, o Estado assumiu todas as despesas, não tomando ao mesmo tempo qualquer posição que pudesse dar a ideia que estávamos a fazer algo que fosse vingativo. Isso*

pode dar a ideia do sentimento que me animava. Só que em Cabo Verde tudo é pessoalizado, não há noção de diferença entre um e outro acto. Tira-se uma unha a uma pessoa e é-se avaliado como se se tivesse cortado um braço a essa mesma pessoa. A sociedade cabo-verdiana funciona com base na vingança, no ajuste permanente de contas. É típico das sociedades pequenas, onde não há dimensão de massa.»

Ainda para Pedro Pires, a saída do grupo do PAIGC foi também resultante das contradições que foram sendo criadas internamente dentro do partido ou do Estado. E, para todos os efeitos, faz questão de assumir a responsabilidade política do que aconteceu. *«Eu é que era o presidente da CNCV e, portanto, eu é que arquei com as responsabilidades, apesar de pensar que a responsabilidade era de todos nós, tanto do nosso lado como do lado deles. Eu não sei para onde é que a gente iria com uma política esquerdista, inspirada no trotskismo. Eu ponho dúvidas: será que eles acreditavam mesmo que isso seria possível? Se assim fosse realmente, vencendo eles, na certa, iríamos morrer de fome!»*

Engavetar a ideologia

Diante da deixa, tanto Manuel Faustino como Jorge Carlos Fonseca e José Luís Fernandes admitem o efeito amortecedor que a experiência pessoal a nível do governo ou da administração foi tendo em cada um deles. Dos três, é provável que tenha sido Fernandes o primeiro a dar-se conta de que não seria fácil uma sociedade socialista em Cabo Verde. Acompanhante de Pedro Pires a Moscovo, em Junho de 1975, Fernandes diz ter-se apercebido do jogo de cintura que o novo país seria obrigado a fazer para não ser engolido nem pelo bloco soviético nem pelo Ocidente. Por isso, na sua opinião, o que aconteceu nesta pequena parte do mundo ao longo dos quatro primeiros anos de independência não passou de um grande embate entre a *realpolitik* e as forças da utopia.

«Toda a dinâmica da construção do Estado em Cabo Verde é feita com base nos recursos externos», começa Fernandes por explicar. *«O processo de construção do Estado exigia uma base alargada da sociedade e isso não estava a ser feito sem choques. Na parte económica, havia uma tensão à volta do movimento cooperativista, que fora desencadeado a nível nacional. Havia também o movimento sindical, as Forças Armadas, as Milícias etc. Na política externa, tínhamos a luta anti-imperialista; na política interna, o velho problema classista: a doutrina da reconstrução nacional era feita através de embates quase permanentes. No interior do regime, havia homens como Pedro Pires e Abílio Duarte que eram pela* realpolitik, *em detrimento dos sectores esquerdistas, que não gostavam disso. Os* guerrilheiros *tinham, no fundo, a ingrata tarefa de "vender" Cabo Verde ao Ocidente. Apesar do nosso esquerdismo, o grupo de que eu fazia parte era tido como capaz. Na primeira remodelação, eu vou para a*

Administração Interna, o José Tomás para as Finanças ...»

Manuel Faustino tem entendimento diferente de José Luís Fernandes, em parte, quanto à tese de ter havido em Cabo Verde um confronto entre as forças da *realpolitik* e da utopia. *«As coisas deram-se a um nível mais elementar. Dizia-se que fulano era trotskista porque andava comigo. Seria bonito se tivesse sido isso que o Djidjé diz. Não era uma luta de teses, com concepções definidas. Enquanto nós éramos dados à discussão, o outro pessoal era mais pragmático.»*

Faustino não deixa, porém, de admitir que ele próprio, à semelhança de outros colegas, foi moderando a sua posição política ao longo dos tempos. *«Eu tinha uma visão teórica das coisas. De repente, você está com o poder nas mãos, num país com todas as fragilidades, você tem que aceitar coisas que, numa discussão académica, jamais aceitaria. A realidade no terreno mostra que a coisa é bem mais complicada. Nem nós, nem os maoístas defendíamos que Cabo Verde se fosse entregar nos braços dos soviéticos. Por isso, de forma mais ou menos implícita, aceitava-se certo tipo de postura como um exemplo de equilíbrio.»*

Com excepção de Olívio Pires e Silvino da Luz, Jorge Carlos Fonseca afirma que era o grupo de que fazia parte quem tinha posições mais revolucionárias dentro do regime. *«Nós éramos mais radicais do ponto de vista da reforma agrária, comunicação social, economia, forças armadas etc. Tínhamos determinadas leituras, algumas posições da direcção do partido eram, para nós, um pouco recuadas. A nossa perspectiva socialista era clara, o que não acontecia com alguns dirigentes vindos de Conakry. Achávamos que eles estavam condicionados pela luta armada. Considerávamos a sua formação ideológica pouca avançada, o que gerava, entre nós e eles, alguns problemas de relacionamento.»*

A evolução ideológica de Fonseca irá prosseguir também. Em Lisboa, revela que acabou por se aproximar da social-democracia, mais concretamente da sua vertente não liberal. *«A minha ruptura com o marxismo-leninismo dá-se em 1980. Mas o primeiro de nós a romper com isso tudo foi o José Tomás Veiga. Quebrou os bustos de Lenine que tinha em casa, desfez-se dos livros marxistas-leninistas... Da parte que me toca, já nos Negócios Estrangeiros, as minhas convicções ideológicas começaram a esmorecer. Com Abílio Duarte, participei em inúmeras viagens, colaborei na redacção de discursos, tudo isso contribuiu para dar-me conta de que as coisas não eram como estavam nos livros.»*

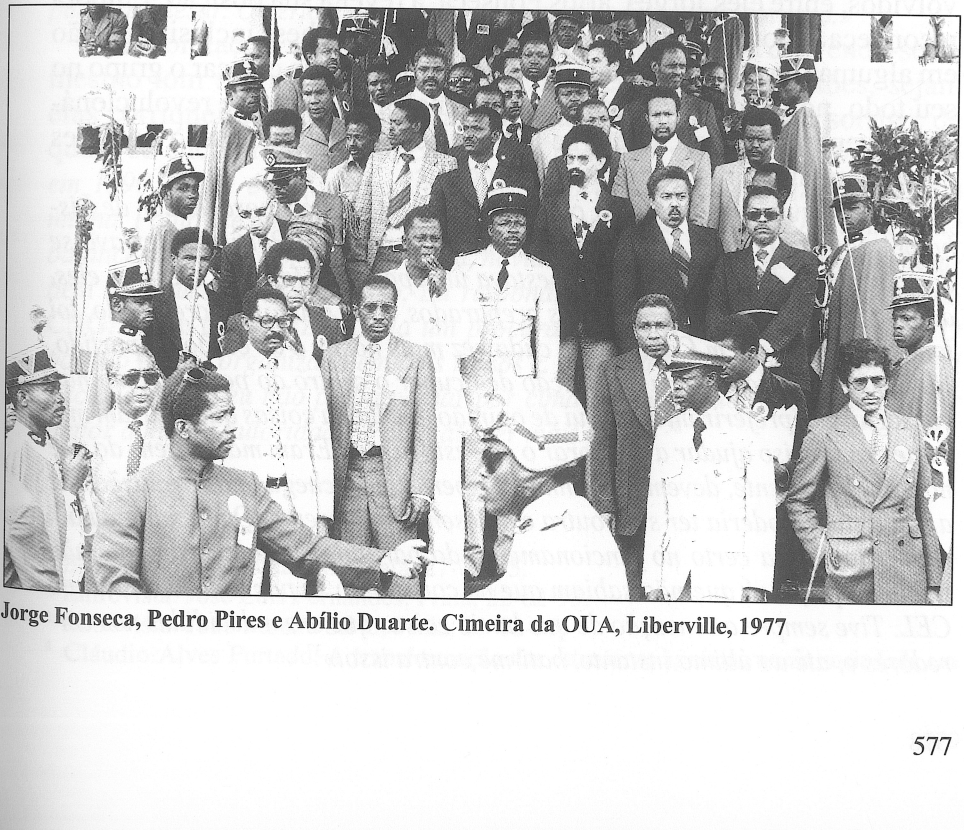
A normalização

Passados mais de 15 anos sobre esse acontecimento, curiosa é a avaliação que hoje fazem vários dos seus intervenientes. Quer Amaro da Luz, quer Corsino Tolentino, por exemplo, consideram ter sido bené-

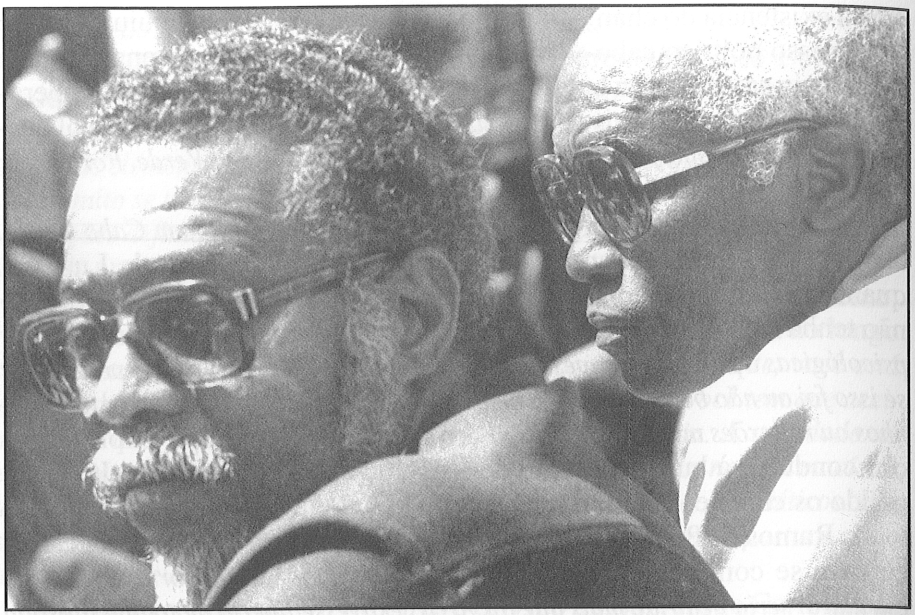
fica a existência do chamado grupo trotskista, o que contribuiu para que o processo político cabo-verdiano fosse diferente do guineense, onde a influência soviética e a tendência de se resolver tudo pela força imperavam de forma mais visível. *«A existência desse grupo»*, sublinha Tolentino, *«acabou por interferir positivamente no PAIGC em Cabo Verde. Formaram uma espécie de massa crítica, que não havia na Guiné.»*

«Esta disputa foi boa por ter evitado o poder absoluto em Cabo Verde, mas também provocou dispersão de energias», afirma Amaro da Luz, enquanto Alexandre Ramos de Pina lamenta que o desfecho do processo não tenha sido outro: *«A forma como tudo se passou deixou profundas feridas psicológicas e políticas nas pessoas. Só daqui a alguns anos é que se poderá ver se isso foi ou não benéfico para Cabo Verde, sobretudo se vier a haver testemunhos ou reflexões mais profundas.»* Para José Luís Fernandes, a normalização conduziu à burocratização do PAIGC, e mais tarde do PAICV, segundo os cânones estalinistas.

Ramos de Pina insiste, todavia, na necessidade de um maior esforço para se compreender o que se passou: *«Pela sua história e pela sua estrutura, seria pedir de mais que o PAIGC estivesse liberto de toda a filosofia que regia os partidos únicos. Embora procurasse agir dentro das especificidades de Cabo Verde, o PAIGC ou, mais tarde, o PAICV não estava imune às influências dos partidos únicos.»* Inconformado, conclui: *«O que houve nesse processo todo foi muita má-fé e também intrigas. Em política, não se pode pensar ou querer que as pessoas tenham uma unicidade na sua maneira de*



Jorge Fonseca, Pedro Pires e Abílio Duarte. Cimeira da OUA, Liberville, 1977


Abílio e Aristides

pensar. Quer de um lado, quer doutro houve posições inflexíveis. O PAIGC ou Cabo Verde teriam ganho se essa questão fosse resolvida de outra forma.»

Da velha guarda, Abílio Duarte lamenta também o desfecho deste processo, sem deixar de lembrar que procurou convencer alguns dos envolvidos, entre eles Jorge Carlos Fonseca, a rever a sua posição. Embora reconheça valor nalguns dos envolvidos, dando-lhes, inclusive, razão em algumas das suas posições, não deixa, todavia, de criticar o grupo no seu todo, nomeadamente devido à pretensão intelectual e revolucionária, havendo, por isso, quem se lembre dele por ter adoptado posições extremamente duras neste processo político.

«Já havia manifestações claras no antigo Comité Coordenador de Lisboa», recorda Duarte. *«Nos documentos do partido em Portugal, deixava-se destilar que a direcção do PAIGC estava ultrapassada, fazendo crer que eles, de Lisboa, é que estavam bem mais preparados. Esse grupo, em crescendo, foi tomando posições em Cabo Verde cada vez mais hostis à direcção do partido. No fundo, no fundo, havia a intenção de ocupar o centro do poder. Como não conseguiram, preferiram sair. Fui de opinião que havia coisas que estavam mal e que era preciso ajudar a melhorar o que estava mal. Eram mais jovens do que nós e, seguramente, devem ter ganhado experiência e chegado à conclusão que a sua atitude poderia ter sido outra e o desenlace diferente. Querendo ou não, nem tudo estava certo no funcionamento do partido. Eles alegaram que não tinham espaço, só que não sabiam que as coisas não se punham só a nível do CEL. Tive sempre a sensação de que havia coisas que eram decididas nos corredores e, até ao último instante, bati-me contra isso.»*[37]

Aristides Pereira decifra-se

Retratado geralmente como um moderado, cauteloso, omisso e cinzento, Aristides Pereira aparece no meio deste turbilhão como a esfinge cabo-verdiana, ora se mostrando caloroso com alguns dos seus companheiros e militantes, ora glaciar e distante. Como secretário-geral do PAIGC, não se envolveu directamente na questão do trotskismo, por, alegadamente, este assunto ter ocorrido na esfera do presidente da CNCV, Pedro Pires. Apontado como o dirigente que mais próximo estava de Pereira, Abílio Duarte é sintético em relação ao velho *compagnon de route*: *«Ali onde está, silencioso, o Aristides é um homem que pensa.»* Não menos sintético, para Amaro da Luz, *«Aristides nunca conseguiu superar a mentalidade de ter sido o número dois. Como já disse, ele era empurrado aqui, sobretudo, pelo Abílio e pelo Silvino»*.

Osvaldo Lopes da Silva é menos parcimonioso: *«Não acho que algum dia o Aristides tenha tido o seu grupo, foi sempre um indivíduo distante das pessoas. De certa maneira, ele podia ver em mim um dos seus apoiantes. Devido à sua educação e à própria maneira de ser, ouvia toda a gente, mas raramente as pessoas sabiam o que ele pensava. As pessoas diziam:* "Eu sei que ele me ouve, mas não sei o que ele pensa". *O Aristides presidia as reuniões, limitava-se a passar a palavra, não intervinha dando orientações de fundo, ao passo que as intervenções do Pires eram, por si só, um exercício de liderança. Já no fim, havia entre eles uma certa frieza. O Pires respeitava-o e abstinha-se de tomar posições que o pudessem lesar. O certo é que, com isso, o partido ficou sem governo.»*

Habituado a apreciações do tipo, Aristides Pereira desvenda-se no mesmo tom sereno com que geralmente responde às questões, sejam elas corriqueiras ou melindrosas. Apenas com um ou outro sorriso, de quem se encontra tranquilo com o seu passado. *«Depois da minha saída, em 1990, o que é que se passou?... Isso prova que havia alguma influência minha. Podia até não parecer que houvesse alguém que estava lá em cima e que balanceava as coisas, mas que havia, havia... O Nino, quando deu o golpe, também me acusou de ser omisso. Eu respondi-lhe:* "Você que era presidente da CNG, o que é que fez?" *Cada um procura sempre o seu bode expiatório. O partido estava organizado em dois ramos e, em cada um, havia um responsável nacional. Ora, eu não podia passar por cima de quem quer que fosse para ir impor a minha autoridade. Podia até ser mais fácil.»* [38]

Notas

[1] Entrevista: Amaro da Luz, Praia, 27-02-95.
[2] Entrevista: José Luís Fernandes, Praia, 22-02-95.
[3] Entrevista: João Pereira Silva, Praia, 21-02-95.
[4] Cláudio Alves Furtado, **A transformação das estruturas agrárias numa sociedade em**

mudança - Santiago, Cabo Verde, p. 115, Instituto Caboverdiano do Livro e do Disco, Praia, 1993.

[5] Felisberto Vieira Lopes, **Os pequenos-proprietários de Cabo Verde e a chamada "reforma agrária"**, p. 26, edição policopiada, Praia, 1981/82.

[6] "Comunicado da CNCV do PAIGC", **Voz di Povo**, Praia, 04-04-79.

[7] "A evolução do trotskismo, o seu aparecimento e o desenvolvimento de uma corrente trotskista no seio do partido". Arquivo Luís Leite.

[8] Entrevista: Manuel Faustino, Praia, 31-05-95.

[9] Entrevista: Jorge Carlos Fonseca, Praia, 13-01-95.

[10] Entrevista (telefónica): Abílio Duarte, Carnaxide, 15-10-95.

[11] Entrevista: Carlos Évora Rocha, Praia, 08-10-95.

[12] Entrevista: Fernando Moeda, Praia, 03-11-95.

[13] Entrevista: Abílio Duarte, Carnaxide, 30-03-95.

[14] Entrevista (telefone): Silvino da Luz, Mindelo, 11-11-95.

[15] Entrevista: João Pereira Silva, 27-02-96.

[16] Entrevista: Jorge Carlos Fonseca, Praia, 01-02-95.

[17] Entrevista: Jorge Carlos Fonseca, Praia, 07-11-95.

[18] Aristides Pereira, **Relatório do CSL ao III Congresso do PAIGC**, p. 47.

[19] Não tive em conta os elementos que, embora cabo-verdianos, se enquadraram no Estado guineense. Casos de Manuel Santos e Fernando Fortes.

[20] Entrevista: Manuel Faustino, Praia, 04-01-96.

[21] Entrevista: José Luís Fernandes, Praia, 15-02-95.

[22] Entrevista: Alexandre Ramos de Pina, Praia, 12-04-95.

[23] Entrevista: Manuel Faustino, Praia, 31-05-95.

[24] Carta de José Tomás Veiga ao comandante Pedro Pires, presidente do Conselho Nacional de Cabo Verde do PAIGC, Praia 24-02-79. In Humberto Cardoso, **O partido único em Cabo Verde, Um assalto à esperança**, pp. 88 e 89, Praia, 1993.

[25] Carta de Manuel Faustino ao Presidente da CNCV e Primeiro-Ministro, Pedro Pires. Praia, 14-03-79. Cópia cedida pelo próprio remetente ao autor.

[26] "O desenvolvimento deve obedecer a uma estratégia", **Voz di Povo**, Praia, 13-02-80.

[27] Entrevista: Jorge Carlos Fonseca, Praia, 14-11-95.

[28] Apontamentos de José Luís Hopffer Almada sobre a reunião da Pró-Associação do Liceu Domingos Ramos com José Eduardo Barbosa.

[29] Entrevista: Amaro da Luz, Praia, 27-02-95.

[30] Entrevista: Manuel Faustino, Praia, 04-01-95.

[31] "Projecto de estatutos de Associação de Estudos e Relações Internacionais". Arquivo João Pereira Silva.

[32] Renato Cardoso, "Participação como bem 'raro'". Arquivo João Pereira Silva. O texto não se encontra datado, presumindo-se que seja um dos últimos saídos da pena de Cardoso.

[33] Entrevista: João Pereira Silva, Praia 21-02-95.

[34] Michel Caen, "Renato Cardoso", **Revista Internacional de Estudos Africanos**, n.° 10-11, Lisboa, 1989.

[35] Entrevista: Torcato Sepúlveda, Lisboa, 12-02-96.

[36] Entrevista: Pedro Pires, Praia, 21-04-95.

[37] Esse será, precisamente, um dos argumentos alegados por Abílio Duarte quando decide demitir-se dos cargos de direcção do PAICV em Março de 1991, na sequência da derrocada desse partido nas eleições de Janeiro daquele ano. *Vide* José Vicente Lopes, "O homem que não quis ser bode expiatório", **Voz di Povo**, Praia, 07-05-91.

[38] Entrevista: Aristides Pereira, Praia, 11-05-95.

39
REGRESSO ÀS FONTES

O 25 de Abril de 1974 encontrou a cultura cabo-verdiana no mais profundo marasmo, tendo para isso contribuído o desaparecimento, ainda nos anos 60, do **Boletim Cabo Verde** e do **Notícias de Cabo Verde**. Como órgão de imprensa escrita, restava apenas o semanário **O Arquipélago**, em cujas páginas, porém, a cultura estava muito longe de ocupar o espaço que o **Boletim** outrora lhe reservava. A nível literário, desde 1960 que a revista **Claridade** deixara de se publicar, da mesma forma que vários outros periódicos não oficiais, já prontos, foram vetados pela Censura. Consequentemente, neste campo, a última mais importante iniciativa datava de 1962, com a publicação de dois números de **Seló**, suplemento de duas páginas do **Notícias de Cabo Verde**, jornal mindelense, fundado em 1931, e que há muito entrara em decadência, extinguindo-se em 1962. Apadrinhado na sombra por Manuel Duarte e organizado por Osvaldo Osório e Rolando Vera-Cruz Martins, o referido suplemento contou ainda com os "novíssimos" Arménio Vieira, Mário Fonseca e Jorge Miranda Alfama.[1] Tinha havido antes, em 1958, o **Suplemento Cultural** do **Boletim Cabo Verde**, organizado a partir de Lisboa por um grupo de jovens universitários da Nova Largada, onde sobressai Gabriel Mariano com um ensaio sobre a mestiçagem em Cabo Verde, para além de poemas de Aguinaldo Fonseca e Ovídio Martins.

Passados quase 40 anos do aparecimento de **Claridade**, o pouco que se produzia ou se publicava em Cabo Verde, em Abril de 1974, era ainda feito à sombra tutelar dessa revista, criada em 1936, no Mindelo, por Baltasar Lopes, Jorge Barbosa e Manuel Lopes. Influenciados pela literatura brasileira dos anos 20 e 30, e tendo como lema *«fincar os pés na terra»*, os atrás citados e outros tantos companheiros de jornada acabam — embora involuntariamente, segundo Manuel Lopes — por protagonizar um amplo movimento de modernização literária, bem como de descoberta das raízes culturais cabo-verdianas, o que leva, 50 anos depois da sua criação, e na sequência, também, de uma série de mal-entendidos, o presidente Aristides Pereira a considerar **Claridade** a primeira independência literária de Cabo Verde.[2]

Na música, o conjunto "Voz de Cabo Verde", fundado em 1966, na Holanda, na senda de "Os Ritmos Cabo-Verdianos" — o primeiro grupo electrónico de Cabo Verde, criado em S. Vicente, em 1963 [3] — ,

Convívio de intelectuais .António Aurélio Gonçalves, Jorge Barbosa e Teixeira de Sousa...

era um dos poucos orgulhos dos cabo-verdianos, muito embora tivesse há muito entrado em decadência. "Voz de Cabo Verde", metamorfose de "Os verdianos", fora uma experiência começada por um grupo de ex-emigrantes no Senegal, de onde partem para lançar em França e mais tarde na Holanda — a nova Meca dos músicos cabo-verdianos — as raízes da primeira revolução musical crioula, com os álbuns **Caboverdianos na Holanda, Nha terra** e **Pensamento e segredo**. Com um reportório à base de mornas, coladeiras e ritmos caribenhos, em Cabo Verde ou na diáspora, a orquestra de Luís Morais, Morgadinho, Bana, Frank Cavaquinho e, mais tarde, Chico Serra, Djosinha e Paulino Vieira, entre outros, arrastava multidões de fãs. A nível discográfico, saliente-se ainda a importância da etiqueta Morabeza Records, sediada em Roterdão e propriedade do emigrante João Silva (Djunga de Biluca), cujos contactos com o PAIGC eram mais do que conhecidos, inclusive pela Pide, e que se torna no centro irradiador do que de mais importante e trivial se fazia em termos de produção musical cabo-verdiana.

Resistência cultural

Tratando-se de um movimento que encarava a luta de libertação como um *«facto cultural»* e, ao mesmo tempo, *«um factor de cultura»*[4], constituindo, por isso mesmo, no dizer de Amílcar Cabral, uma forma *«clara de resistência cultural»*,[5] o PAIGC vai apadrinhar ou promover várias iniciativas nesta área, a começar pela música, de que se destacam os dois LPs **Protesto e luta**, cuja organização esteve inicialmente a cargo de Onésimo Silveira, João Silva, Jorge Eduardo Barbosa, Humberto Bettencourt San-

tos, da mesma forma que este e Valdemar Lopes da Silva, entre outros músicos afectos à causa nacionalista, irão publicar vários LPs onde estava subjacente a importância da música como vector da afirmação da identidade cabo-verdiana. Estes dois participam ainda, com colegas brasileiros, na elaboração de **Estória, estória**, um casamento entre a música cabo-verdiana e a do nordeste brasileiro, e cuja venda em Cabo Verde só foi permitida pela Pide/DGS sem a respectiva capa.

No campo literário, há a referir **Noti**, o primeiro livro de poemas totalmente escrito em crioulo da ilha de Santiago e também a primeira experiência radical africanista de um poeta cabo-verdiano que, deste modo, se opõe à visão "europeísta" dos seus colegas, nomeadamente claridosos ou afins. Escrito por Kaoberdiano Dambará (i.e. Felisberto Vieira Lopes), e utilizado pelos activistas do PAIGC como material de consciencialização e mobilização políticas, o livro foi enviado de Cabo Verde para Conakry por Jorge Querido, que assina o prefácio com o seu nome de guerra Ioti Kunta. Este não se esquece da recepção entusiástica que a obra mereceu de Amílcar Cabral, que a manifesta em carta enviada ao comité do PAIGC em Cabo Verde. Na sua breve nota de apresentação, IK salienta precisamente o vigor combativo de **Noti**, concluindo que a poesia do seu autor *«traz em si o povo, nos seus sofrimentos, nos seus desesperos, nas suas revoltas, nas suas lutas»* e que, por esta razão, ela *«é a voz de Cabo Verde no limiar de uma nova ERA»*.[6]

O texto de IK é, por assim dizer, reflexo da polémica que se inicia nos anos 50 com a entrada em cena de uma nova geração de literatos que se insurgem contra o que consideram ser o conformismo dos claridosos, destacando-se, nesta corrente, os nomes de Ovídio Martins e Onésimo Silveira. O primeiro sinal dessa crítica pode, contudo, ser detectada nos "Apontamentos sobre a poesia cabo-verdiana" do jovem Amílcar Cabral, em 1952, ensaio publicado no **Boletim Cabo Verde**. Antes disso, há um outro ensaio de Manuel Duarte —"Caboverdianidade e africanidade", publicado na revista portuguesa **Vértice**, em 1951 — , onde o autor teoriza o problema da identidade cabo-verdiana face à África e à Europa. *«Nós os caboverdianos»*, defende, *«estamos étnica e historicamente ligados tanto à África como à Europa, acrescendo sobremaneira no sentido da africanidade, a situação geográfica, o condicionamento climatérico, a predominância da corrente imigratória negra no povoamento das ilhas, originariamente desertas; em suma, o fenómeno colonial e as suas necessárias implicações...»*[7]

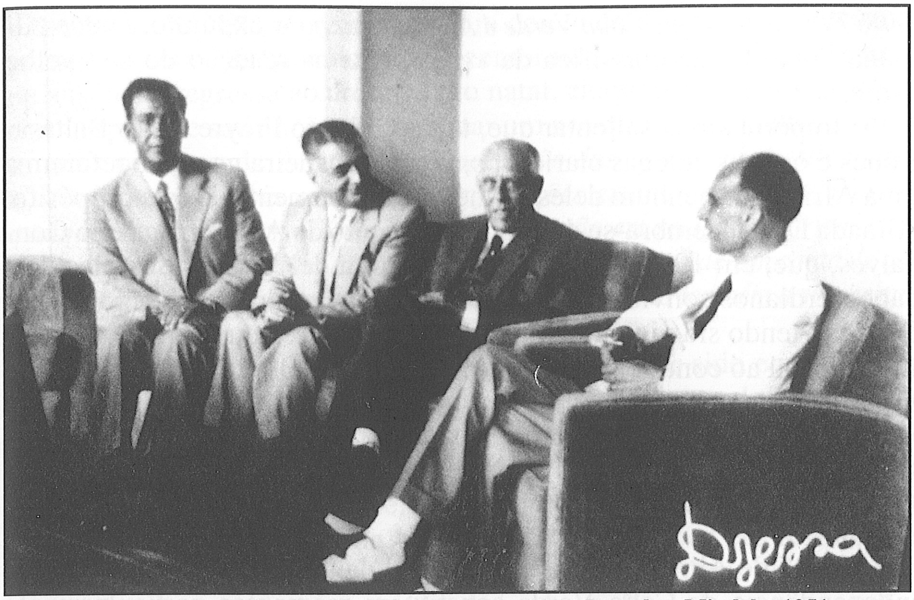
Outras duas não menos importantes tentativas de compreensão do caso cabo-verdiano são o ensaio "Do funco ao sobrado ou o mundo que o mulato criou", de Gabriel Mariano, apresentado aos *Colóquios cabo-verdianos*, feitos em Lisboa, em 1958, e a mesa-redonda sobre o homem cabo-verdiano, feita em S. Vicente dois anos antes e coordenada por Almerindo Lessa e Jacques Ruffié, na qual tomam parte as mais proemi-

nentes figuras da intelectualidade cabo-verdiana da época. No seu aludido ensaio, Mariano conclui ser Cabo Verde *«um mundo que o mulato criou»*, tendo-se constituído *«em Nação à revelia do colonialismo»*.[8] Por seu turno, ao fazer o balanço da mesa-redonda do Mindelo, Almerindo Lessa diria: *«A maior divergência foi, sem dúvida, a respeito da existência de uma civilização cabo-verdiana, e que, a meu ver, residiu sobretudo no diferente conteúdo que cada um pôs dentro daquele vocábulo. No entanto, eu concluo, pela discussão estabelecida, que existe pelo menos uma tentativa de civilização regional, que falta talvez compreender no seu sentido final: civilização no sentido ocidental, no sentido africano ou porventura no sentido que hoje damos à nossa civilização: euro-africana»*.[9]

Enfim, nesta busca da identidade ou da civilização cabo-verdiana, caberá sobretudo a Onésimo Silveira, influenciado por Manuel Duarte, através do convívio de ambos em Luanda, a defesa da posição mais africanista neste debate.[10] Fá-lo em 1963, com a publicação do seu controverso ensaio **Consciencialização na literatura caboverdiana**, que é, acima de tudo, a mais enérgica contestação ao movimento ou ao espírito claridoso, cujos epígonos critica pela ambiguidade e cumplicidade face à situação política reinante em Cabo Verde. Silveira acusa-os de não possuírem o *«verdadeiro sentido do povo, isto é, aquele grau de comunhão emocional e intelectual que leva espontaneamente à identificação da consciência individual do escritor com a consciência colectiva das massas»*.[10] Fora isso, em nome dos *«jovens»* da sua geração, defende o arquipélago natal como *«um caso de regionalismo africano»*. E justifica: *«Esta inversão dos termos do problema decorre do influxo do renascimento africano, que revitaliza todos os campos de actividade e todos os momentos de espiritualidade do homem negro ou negrificado»*.[12]

Longe de terminar, a discussão à volta da identidade cabo-verdiana prolonga-se até hoje, situando-se Baltasar Lopes no meio termo, isto é, entre aqueles que defendem a tese de que Cabo Verde é um caso de regionalismo europeu e o grupo que entende que se trata de um caso de regionalismo africano. O autor de **Chiquinho** busca a inspiração do seu ponto de vista em Archibald Lyall, autor de **Black and white make brown** (1938), para quem Cabo Verde não era nem África nem Europa, mas, predominantemente, Antilhas. É com base na ideia de que *black and white make brown* que Lopes formula, em 1965, mais concretamente no prefácio a **Aventura crioula**, de Manuel Ferreira, a tese da especificidade da cultura cabo-verdiana, não sendo, portanto, o arquipélago crioulo nem África nem Europa, mas Cabo Verde, *tout court*. *«Com efeito»*, avançava ele como proposta, *«muito mais importante do que estarmos aí a discutir se culturalmente Cabo Verde é "Europa ou África", será estudá-lo tal como é, na sua realidade viva, no seu contexto dinâmico, na sua interioridade.»*[13]

Embora com outros termos, já em 1956, numa série de palestras em



Gilberto Freyre com Júlio Monteiro, José Lopes e Alves Roçadas. Mindelo, 1951

que comenta, na Rádio Barlavento, o recém publicado **Aventura e rotina** de Gilberto Freyre, Baltasar Lopes avançava com tal tese, manifestando igualmente a sua decepção face à forma ligeira como Freyre — o messias dos claridosos, segundo ele —, aborda o "caso cabo-verdiano" no contexto do "mundo que o português criou", durante a sua visita às colónias portuguesas, em 1951, a convite de Lisboa. E é precisamente aí, em **Cabo Verde visto por Gilberto Freyre**, que Lopes se refere a Lyall e ao seu **Black and white make brown**, para contestar o sociólogo brasileiro, que concluíra tratar-se Cabo Verde de um caso de cultura africana, caracterizando-o por uma confrangedora pobreza de *apports* etnoculturais, para além de não esconder o desdém e a repulsa que o crioulo lhe causara, enquanto *«dialecto que nenhum português ou brasileiro é capaz de compreender»*.[14] *«Enfim»*, queixa-se o escritor cabo-verdiano, *«Gilberto Freyre veio. Chegou, viu, interpretou. Porém, na minha ignorância, mas também na minha suspeita dos métodos da ciência que o mestre brasileiro cultiva com tanto brilho, poderia ele dar das nossas ilhas uma interpretação não eivada de pressa jornalística ou turística, no tão pequeno espaço de tempo e na pobreza de contactos com que teve,* tant bien que mal, *de receber um vislumbre da nossa vida?»*[15]

No entanto, para certos observadores, o que mais incomoda Bal-ta-sar Lopes não é a desonestidade intelectual e política do autor de **Casa grande e senzala**, que, sem qualquer base científica profere, um conjunto de juízos de valor sobre Cabo Verde, a partir de simples visitas (turísticas) efectuadas à Praia, ao Mindelo e ao Sal, de cujas zonas urbanas sequer se afastara... *«O que irrita Baltasar Lopes é o facto de Gil-*

berto Freyre dizer que Cabo Verde é África», diz, por exemplo, Dulce Almada Duarte, que classifica de *«epidérmica»* a reacção do seu velho professor.

Importa ainda salientar que, tanto Gilberto Freyre como Baltasar Lopes e os seus colegas claridosos, de uma maneira geral, se referem a uma África que nenhum deles conhecia minimamente. A este propósito, Almada Duarte lembra-se do deslumbramento de António Aurélio Gonçalves, que, em 1977, aos 76 anos, integra a delegação de intelectuais cabo-verdianos convidados pelo presidente Léopold Senghor a visitar o Senegal, tendo sido igualmente esta a primeira vez que o autor de **Noite de vento** vai ao continente. *«O Roque Gonçalves ficou varado com o que viu, nomeadamente o nível dos intelectuais senegaleses e não só. Virando-se para mim, ele disse que ainda tínhamos muito que andar.»*

A dignidade da cultura

O 25 de Abril, a campanha em prol da independência e a própria independência de Cabo Verde constituem momentos particularmente marcantes para o renascimento cultural cabo-verdiano. Para todos os efeitos, foi uma época em que a política e a cultura andaram de mãos dadas, funcionando esta última como um importante instrumento de mobilização política, muito embora tenha sido também neste período de fervor revolucionário que aconteceu a devassa das bibliotecas municipais da Praia e do Mindelo, fora outras tantas manifestações contra tudo o que, de alguma forma, estivesse ligado ao poder e à cultura coloniais.

Apesar de entender que, em termos de prioridades, a cultura teve de ir para a *«lista de espera»*, por se tratar de um sector que, por natureza, sempre pode esperar, para o linguista Manuel Veiga, mais importante que os reparos que, pessoalmente, possa ter, resta-lhe a satisfação de saber que a independência trouxe a dignidade para a cultura cabo-verdiana. *«Isso sob todos os pontos de vista»*, enfatiza. *«Foi nessa altura que o crioulo começou a ser defendido como elemento da nossa dignidade. Aliás, tudo aquilo que era vivência do nosso povo — tabanca, funaná etc., que até aí eram perseguidos, inclusive pela Igreja Católica e pelas autoridades coloniais — começou a ser dignificado. O cabo-verdiano passou a assumir a sua cultura, não como algo imposto. Começámos a ter consciência que o que é dos outros não é nosso, embora possa servir-nos de referência.»*[16]

Fora isso, a independência vai constituir igualmente o continuar da discussão à volta da identidade crioula, com as novas autoridades a tomarem claramente partido por África, já que a própria luta conduzida pelo PAIGC se tinha desenvolvido no contexto da emancipação do continente. A este propósito, segundo Dulce Almada Duarte, essa gesta constituiu uma oportunidade para os cabo-verdianos, através dos com-

batentes do PAIGC, se reencontrarem com o continente dos seus antepassados escravos. Quando, em Dezembro de 1974, depois de 15 anos de ausência, regressa ao arquipélago natal, ela própria experimenta um certo espanto e satisfação ao constatar um novo ambiente cultural, muito mais próximo de África. *«A preocupação das pessoas era vestir roupas africanas, usar súmbia etc. Eram manifestações exteriores, é certo, mas, de qualquer modo, era uma forma de auto-afirmação em relação à África. Para todos os efeitos, foi a primeira vez que os cabo-verdianos se deram conta de que as suas raízes não estavam apenas na Europa, assumindo também a sua herança africana.»*

Por seu turno, Onésimo Silveira considera ter sido equilibrada a política desenvolvida pelas autoridades cabo-verdianas da I República face à África e à Europa, lamentando apenas que não se tenha ensaiado uma aproximação mais estreita de certas ilhas das Caraíbas, mestiças como Cabo Verde. E, em relação a **Consciencialização na literatura caboverdiana**, entende ainda hoje que as críticas por ele formuladas continuam em alguns casos actuais, embora ele próprio tenha, como muitos homens do seu tempo, sido obrigado a reformular as suas opções ideológicas. *«O meu objectivo não foi condenar os [homens] da* **Claridade**, *mas sim projectar a actividade literária em Cabo Verde de um ângulo absolutamente diferente. O que tínhamos era os louvaminhas do* establishement *colonial»*, esclarece.[17]

O drama da cultura cabo-verdiana

Voltando ao Cabo Verde independente, passada a fase de euforia revolucionária, o problema da identidade cultural volta a adquirir a amplitude de outrora, principalmente à medida que a resistência ao projecto unitário com a Guiné-Bissau começa a ganhar maiores resistências. Neste sentido, o golpe de Estado que, a 14 de Novembro de 1980, destitui o presidente Luís Cabral, irá significar também um novo virar de costas à África por parte de certos sectores cabo-verdianos. *«O golpe encontra-nos numa altura em que muita gente estava a tentar convencer-se da sua africanidade»*, diz Dulce Almada Duarte, autora de um ensaio sobre a questão.[18] *«Houve uma regressão para muita gente. Seguiu-se uma nova fase, em que o cabo-verdiano voltou a assumir-se como cabo-verdiano,* tout court. *De qualquer maneira, alguma coisa deve ter ficado dessa aproximação com a África, apesar de notar ultimamente o reacender de preconceitos em relação aos cidadãos oriundos do continente.»*

Por outro lado, ao analisar de forma mais ampla o problema da identidade em Cabo Verde, Almada Duarte entende que o grande drama da cultura nestas paragens reside fundamentalmente na dificuldade que o cabo-verdiano tem em assumir a sua costela africana, resultando disso

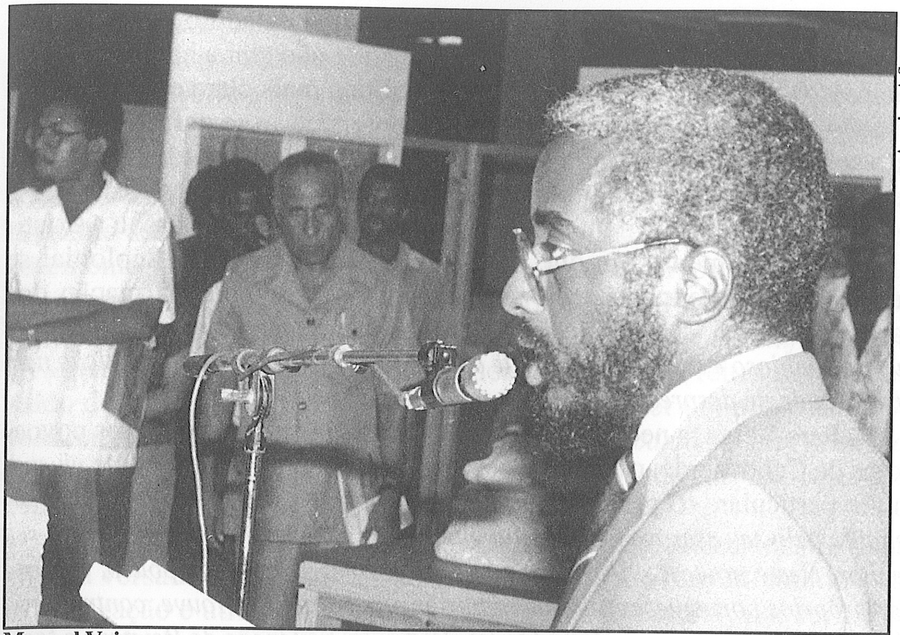
uma série de equívocos e preconceitos que ainda hoje caracterizam o comportamento dos seus compatriotas. *«O cabo-verdiano tem tendência para encapotar tudo aquilo que é realmente a sua cultura. Não digo em termos de determinadas manifestações culturais, mas, sim, em termos de atitudes. Por exemplo, ele gosta da sua música, tem orgulho nela, no entanto, tirando isso, não assume a sua verdadeira psique, nomeadamente aquilo que veio da África. É por isso que o cabo-verdiano tem a permanente preocupação de dizer que é diferente do africano.»*

Para Manuel Veiga, autor do primeiro romance escrito em crioulo (**Oju d'agu**, publicado em 1987), tal atitude resulta em grande parte do mau conhecimento que os cabo-verdianos têm da África, na medida em que é suposto conhecerem apenas os aspectos negativos dessa cultura. *«Ninguém quer ser aquilo que é mau. Até à independência, a vertente africana da nossa cultura não era assumida pelos nossos intelectuais, a começar pelos claridosos. Isso porque a África não era conhecida, ou melhor, o que se conhecia dela era por causa dos seus aspectos negativos.»*

E, prosseguindo a sua análise, Veiga defende que Cabo Verde não deve continuar, tal como no passado, a ser visto como um caso nem de regionalismo europeu, nem africano. *«Na minha maneira de pensar, nós não somos um caso de regionalismo europeu, mas resta saber se somos um caso de regionalismo africano. Na época claridosa havia essa bipolarização entre a África e a Europa. Para alguns trata-se de um problema que ainda se põe, saber se somos África ou Europa, sobretudo porque os estrangeiros chegam aqui, não encontram os estereótipos africanos e concluem logo a seguir que nós não somos africanos.»*

Em relação a este debate, Veiga alerta que a identidade de um povo nunca é algo estanque, mas, antes, um processo em permanente movimento e no decorrer do qual nem todas as manifestações artísticas ou culturais estão na mesma estação. *«E, sendo nós um povo de emigrantes, o próprio emigrante, ao regressar, traz consigo novos elementos. Por isso, quando se está num tipo de sociedade como a nossa, é preciso ter um suporte cultural que se conheça bem. E é aqui que entra a investigação, para sabermos o que nós somos, como também para saber o que nós não somos.»* Por conseguinte, virando-se para os seus compatriotas, adverte que a clarificação à volta da identidade cabo-verdiana deve ser científica e não meramente sentimental. *«É com base em estudos sérios que se pode chegar a uma conclusão. Eu, por mim, não somos um caso de regionalismo africano ou europeu, mas falta-nos também a assunção plena da nossa mestiçagem. Nós somos crioulos, frutos de componentes africanos e europeus.»*

Para o autor de **Oju d'agu**, é aqui que falharam homens como Baltasar Lopes ou o português Manuel Ferreira, autor de uma vasta obra de temática cabo-verdiana, de que se destaca **A aventura crioula**, onde esta questão é amplamente abordada. Em contrapartida, aponta



Manuel Veiga

Manuel Duarte como a pessoa que esteve mais próxima da verdade, nomeadamente no seu já citado ensaio "Caboverdianidade e africanidade". *«Manuel Duarte demonstra que na nossa cultura há componentes europeus e africanos, e que, sendo nós um povo mestiço, não podemos negar nenhum deles. Ao contrário, para Baltasar Lopes e Manuel Ferreira, houve em Cabo Verde uma diluição da África em benefício da Europa, que se afirmou. Acontece que a diluição não se dá somente de um lado. É um facto que houve aqui uma diluição de valores de África como da Europa, prevalecendo disso a crioulidade. Por exemplo, a língua portuguesa é em si uma assunção do nosso lado português, mas o crioulo é, por um lado, a criatividade do nosso povo e, por outro, o resultante de uma cumplicidade entre africanos e europeus. E essa cumplicidade tornou-se maior quando a crioulidade se tornou um dado, de facto.»*

A afirmação do crioulo

Nascido em Santa Catarina, em Março de 1948, Manuel Veiga deixa os 12 anos de estudos eclesiásticos, quando apenas lhe faltava o estágio para ser ordenado padre, para, em vez disso, abraçar a vida laica. Integra, em 1975, o primeiro grupo de bolseiros cabo-verdianos da Unesco em França, onde um condiscípulo do então Alto-Volta, hoje Burkina Faso, o convence a abraçar a Linguística em vez de Letras Modernas, o que não deixa de ser irónico, uma vez que, no Seminário de S. José, na Praia, onde fizera os seus estudos secundários, os padres proibi-

am que os alunos se exprimissem em crioulo. Paladino desta língua, cuja oficialização defende, Veiga lamenta que não tenha havido nos primeiros 20 anos da independência uma política mais clara e decidida em relação a essa questão, pelo que, no seu entender, urge definir que estatuto se pretende para a língua cabo-verdiana. Os seus estudos nesta área permitem-lhe defender igualmente que o antagonismo entre o crioulo e o português é relativamente recente e que o problema só passou a existir a partir do momento em que certos sectores da sociedade colonial se deram conta da expansão do primeiro como vector de afirmação dos cabo-verdianos. *«Até ao século XIX, o desenvolvimento do crioulo foi quase que harmonioso e sem sobressalto de cariz político. Não havia perseguição nem uma atitude de desprezo em relação ao crioulo.»*

Para Veiga, a necessidade de sobrevivência leva os primeiros povoadores de Cabo Verde, o senhor e o escravo, a procurarem um *modus-vivendi* muito particular. *«O patrão tinha interesse em que a sua mensagem fosse entendida pelo seu escravo e este tinha interesse em perceber a mensagem do seu senhor. Neste processo, o crioulo começou a emergir pouco a pouco, a ponto dos próprios portugueses falarem naturalmente o crioulo. Houve, contudo, puristas que, em cartas enviadas à Corte, chamaram a atenção do Rei para o facto de haver senhores que se tinham esquecido do português. No século XIX deu-se uma expansão da educação; surgiu uma elite que passou a ver o crioulo com maus olhos e foi a partir daí que surgiram os anátemas contra o crioulo. Mas, curiosamente, foi também no século XIX que começaram a surgir as primeiras defesas do crioulo. O testemunho mais antigo é de A. [António] de Paula Brito, que escreve "Dialectos crioulos. Apontamentos para a gramática do crioulo que se fala na ilha de Santiago de Cabo Verde", de 1857, com uma proposta de escrita, a primeira que se conhece.»*

No processo de afirmação da língua cabo-verdiana, Manuel Veiga não regateia elogios a Paula Brito, ao mesmo tempo que admite que, se houvesse conhecimento do mesmo em 1979, os resultados do Colóquio do Mindelo seriam diferentes, nomeadamente no que concerne à proposta de escrita do crioulo. *«A. de Paula Brito propõe um alfabeto fonético-fonológico, isto é, uma letra, um som. Em relação ao Colóquio do Mindelo, já não se trata de um A. Paula Brito, Pedro Cardoso, Baltasar Lopes ou de uma Dulce Almada, sozinhos, a defenderem o crioulo, mas de toda uma comunidade internacional, presente no colóquio, para a valorização da língua cabo-verdiana, que, de todos os crioulos, é o que se encontra mais atrasado, em termos de padronização de escrita. Isso apesar de ser dos mais antigos. Por causa disso, o Colóquio do Mindelo foi um marco. Eu tinha regressado do curso, havia todo um entusiasmo, salpicado com algum nacionalismo, e isso reflectiu-se, naturalmente, no posicionamento da escrita do crioulo. Até então, havia uma prática etimológica bastante desregrante, em que cada um escrevia à sua maneira.»*

Em relação ao que se passou desde então, Manuel Veiga entende

que já não basta dizer que o crioulo é componente fundamental da cultura cabo-verdiana. *«Desde a independência que os governos dizem que são a favor do desenvolvimento e da defesa da língua materna. Chegámos a uma etapa em que é preciso estabelecer uma meta para a oficialização do crioulo.»*

E isso, porque é conhecendo o crioulo que os cabo-verdianos aprenderão a expressar-se melhor em português, pelo que, a continuar no ritmo até aqui prevalecente, nenhuma das duas línguas estará suficientemente protegida em relação a fenómenos erosivos. Neste sentido, aquele linguista e outros colegas concluíram em 1994 um novo projecto de alfabeto da língua cabo-verdiana, denominado *Alfabeto unificado para a escrita do crioulo* (Alupec), que absorve as críticas feitas ao alfabeto saído do Colóquio do Mindelo, para além de conter um plano claro visando a oficialização do crioulo. *«Esta proposta poderá ser experimentada durante dois ou três anos; de seguida, poderemos abrir um debate, para ver o que é que a sociedade cabo-verdiana pensa.»*

Um dos primeiros estudiosos do crioulo, tendo a sua tese de licenciatura versado este assunto, Dulce Almada Duarte tem defendido a sua oficialização e utilização como língua de ensino escolar, por ser a *«língua que efectivamente se fala em Cabo Verde, nas relações sociais, em família etc., mas relativamente ao qual há preconceitos terríveis, o que é uma grande contradição»*.

Aquela linguista esclarece, porém, que a afirmação ou oficialização do crioulo não poderá, de modo algum, ser feita em detrimento do português, cujos trunfos não podem ser minimizados. E argumenta ainda que, do ponto de vista histórico, os recursos linguísticos do crioulo são de longe superiores aos do português quando D. Dinis, no século XII, criou a primeira universidade portuguesa. *«Infelizmente, existem ainda muitos preconceitos em relação ao crioulo. Eles existem ao mais alto nível e não vai ser fácil eliminá-los. Há muita gente que ainda não está convencida de que o crioulo seja uma língua como qualquer outra. De qualquer modo, há já quem pense o contrário, entre nós. Por exemplo, antigamente não se podia dizer que o crioulo era uma língua. Era-se logo suspeito.»*

Cultura condicionada

Ministro da Educação, Cultura e Juventude, entre 1975 e 1981, Carlos Reis admite que os meios postos à sua disposição estiveram longe de corresponder às expectativas que a independência criou em relação à cultura. *«Lembro-me, por exemplo, que a Dulce Duarte acusava-me de deixar absorver todos os meios do ministério com a Educação e considerar a Cultura um parente pobre. É verdade que assim era... Só que eu não podia deixar de pagar os professores e os funcionários para investir na Cultura. Foi um tempo muito difícil, nem sequer tínhamos edifícios para instalar os ministé-*

rios. Mesmo assim, foi-se fazendo alguma coisa. A nossa preocupação era sobretudo com a chamada cultura popular, pois tratou-se de uma altura em que se procurou fomentar um regresso às fontes.»[19]

Dentre os sectores que estiveram sob a sua tutela, Carlos Reis refere-se ao que foi feito a nível das tradições orais, da música, do artesanato, do teatro e, sobretudo, do crioulo. *«Pela primeira vez, procurou-se dar alguma atenção à língua nacional. Era preciso chamar os especialistas e ouvi-los, organizar as sensibilidades nacionais para a sua língua. É de se destacar o esforço da Dulce Almada. Se fosse por ela, devia-se ser mais ousado em relação ao crioulo, como língua nacional. Da nossa parte, éramos a favor do crioulo mas que isso não fosse nunca em detrimento do português. O importante, quanto a mim, é achar um ponto de equilíbrio entre o bom e o óptimo, tendo sempre em conta a relação dos cabo-verdianos com o mundo. Não nos podemos esquecer que, com o português, há sempre a vantagem de ser uma língua de 200 milhões de falantes. De qualquer modo, parece-me hoje que a oficialização do crioulo é uma questão de prazo, um assunto que deve continuar a ser estudado, sempre na perspectiva de que somos um país bilingue. Também sou a favor de que, nas escolas, o português seja ensinado como língua segunda.»*

Independentemente dos resultados obtidos, quer nessa, quer noutras áreas, este período de governação do PAIGC/CV é também criticado pelo dirigismo que o Estado exercia sobre os agentes culturais, nomeadamente através dos organismos que criou. Dois casos mais referidos costumam ser o Instituto Cabo-Verdiano do Livro (ICL) e o Instituto Cabo-Verdiano do Cinema (ICC), que passa a ser a única entidade responsável pela importação de filmes, filmes esses que tinham que ser política ou moralmente correctos, sob pena de acontecer o mesmo que a **A confissão** de Costas Gravas, cuja exibição foi proibida, em 1981, no Cineteatro da Praia pelo delegado do governo Nelson Atanásio, depois de ter passado nos cinemas Universal (Achadinha, Praia) e no Eden-Park, no Mindelo. Na altura, o poeta Ovídio Martins e o seu filho Luís, jornalista do **Voz di Povo**, insurgiram-se contra essa proibição nas páginas desse semanário, suscitando um debate sem qualquer consequência.

Respondendo às tais críticas, Carlos Reis rejeita que houvesse um deliberado dirigismo governamental, mas aceita com desportivismo este tipo de acusação, porque o dirigismo em si é um ferrete a que todo o regime monopartidário é sempre associado. *«Vejamos o ICL: o seu primeiro presidente foi o Manecas Duarte, que tinha excelentes relações com todos os intelectuais. Quem o conheceu sabe que, se a nossa intenção era estabelecer o dirigismo, não seria uma pessoa com as características dele convidada para presidir o ICL e nem ele aceitaria a missão. No campo prático, tanto neste sector como nos demais, há mais acusações do que factos; no campo político, não havia uma intenção deliberada de dirigismo. Isso, pelo menos, até 1981, altura em que deixo o MEC.»*

Na defesa da sua tese, Reis cita ainda o processo de alfabetização que se seguiu à independência. *«Ninguém pode negar o que se fez a esse nível, foi feito sobretudo obra de trabalho voluntário. Para nós ensinar pessoas a ler era um acto fundamentalmente de cultura e não é por acaso que chamávamos a isso de Círculos de Cultura. E se alguém me vier dizer que havia nisso preocupação de enquadramento ou de dirigismo, eu respondo:* "Garanto que não houve, nem na prática, nem no campo teórico ou político". *Contudo, aceito com desportivismo que apareça gente a dizer o contrário, porque, para muitos, o partido único tem de significar forçosamente dirigismo cultural ou o que se quiser chamar. E quanto ao caso de* **A confissão**, *na altura, eu próprio entendi que a sua suspensão tinha sido uma asneira muito grande. Mas não é por causa disso que se vai generalizar, dizer que havia em Cabo Verde uma censura de filmes... De um modo geral, quer em matéria de importação de filmes, quer em matéria de produção cultural, em nome da qualidade são sempre cometidos erros de selecção. Isto eu não nego.»*

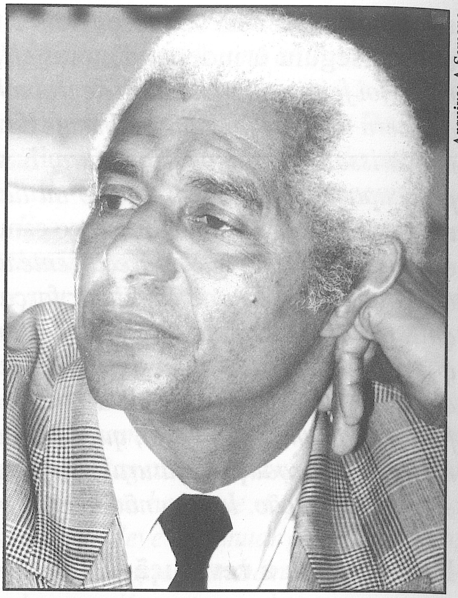
Nada contra a revolução...

Revelado nos anos 60 com a publicação dos seus primeiros poemas no **Boletim Cabo Verde** e em **Seló**, autor de **Poemas** e dos romances **O eleito do sol** e **No inferno**, Arménio Vieira vê o período que se segue à independência com alguma dificuldade, uma vez que, estando ele próprio inserido no processo de afirmação cultural e política, para a qual lutara e fora preso em 1961, é, no entanto, o primeiro mais importante escritor do seu tempo a demarcar-se de um certo realismo socialista que se desenhava em Cabo Verde. Participante, com Osvaldo Osório e outros, de **Ariópe** (suplemento cultural do **Alerta**), Vieira transita para o **Voz di Povo**, onde acabará por substituir Ovídio Martins na coordenação da página cultural desse periódico. Nesse tempo o autor de **O eleito do sol** recorda-se de que, em termos estético-literários, havia duas referências fundamentais: Corsino Fortes, com o seu **Pão & fonema**, e Timóteo Tio Tiofe com **O primeiro livro de Notcha**; e, ainda, uma terceira, encarnada por Ovídio Martins, cujo poema "Ilha a ilha" é visto como paradigma do momento político em curso, por precisamente louvar o país que se autoconstruía, *«Ilha a ilha. Dor a dor. Amor a amor...»*[20]

No VP, para além do trabalho de editor, Vieira é durante algum tempo crítico de cinema, uma paixão contraída desde os tempos da sua prisão, através do convívio com Anastácio Filinto Correia e Silva, com quem aprendeu também a jogar xadrez. *«Até aí, eu via por ver»* diz ele, referindo-se ao seu amor pela sétima arte, acrescentando logo a seguir: *«Também foi o Filinto que me deu para ler a antologia de poemas de Jorge de Sena [***Líricas portuguesas***]. Ele e o Alcides Barros foram muito importantes para a minha vida. Ambos liam muito. Eu, como era vizinho do*

Foto: Michel Laban

Arménio Vieira



Arquivo: A Semana

Mário Fonseca

Alcides, ele emprestava-me alguns dos seus livros e também do seu tio Raimundo Silva, um homem que tinha uma boa biblioteca. Eu era garoto e lia apenas coboiadas, *o Alcides induzia-me a ler autores sérios e "pesados", tipo John Steinbeck, Jorge Amado...»*

Dotado de um espírito rebelde, influenciado pelos anarquistas e surrealistas, com a independência de Cabo Verde, Arménio Vieira vê-se diante de alguns dilemas de natureza moral, política è profissional. Tinha sido metereologista e detestara a experiência; tentara dar aulas no Liceu da Praia, mas a correcção e a avaliação das provas escritas provocavam-lhe dores de cabeça; no jornalismo, queria distância da política; de modo que foi escrevendo sobre o desporto até que encerra a carreira como *rewriter*, saturado e desgostoso com o que andavam a fazer à língua de Fernando Pessoa, um dos seus poetas preferidos.

Em suma, como coordenador da cultura do VP, único espaço de publicação na altura (isso, se se exceptuar o mensário **Terra Nova**, de circulação mais restrita), vai partindo algumas pedras, assinando uma ou outra chamada de atenção ou divulgando autores importantes do século, casos de Vladimir Maiakovsky, Bertolt Brecht e Pablo Neruda, ou promovendo a abertura dessa página, até aí vedada a *«qualquer tirada de ordem metafísica, seja ela bem ou mal intencionada»*, cabendo a preferência aos *«artistas que têm posto todo o seu esforço e capacidade ao serviço da causa do homem oprimido na sua luta pela libertação»*[21]

A nível nacional bate-se para que seja publicado um poema de João Vário, pseudónimo de João Manuel Varela, autor de **Exemplo geral**

(1966), **Exemplo relativo** (1968), entre outros **Exemplos**, considerados na época paradigma de uma poesia alienada dos problemas cabo-verdianos, sendo por isso o autor bastante criticado pelos seus contemporâneos. Não sendo, todavia, os **Exemplos** sinónimos de uma poesia de fácil compreensão, na nota justificativa que lhe dedica, Arménio Vieira pergunta se, ainda assim, o poema enviado ao VP não merece um esforço de leitura e compreensão por parte dos leitores. E ele próprio responde: *«Ela merece ser lida e bem ponderada. As múltiplas sugestões que tal poesia encerra devem ser criteriosamente filtradas pelo leitor crítico, competindo a este reter o que lhe parecer existir de válido numa experiência literária, que, como tantas, é conteúdo e "luta com a forma"».*[22]

«Havia no VP uma certa hostilidade ao Vário», explica Vieira, 20 anos depois da data em que o episódio ocorre. *«No tempo em que dirigi essa página cultural, vi-me obrigado a intervir duas vezes. Uma a favor da publicação de um poema seu e outra da publicação de um artigo de Teixeira de Sousa, que, curiosamente, me veio a atacar. Eu é que mandava nessas páginas e entendia que se devia publicar tudo, desde que tivesse qualidade. Para mim, o escritor não tinha que ser cabo-verdiano, nem nacionalista e outras ideias que fizeram sucesso na época... E, por causa disso, havia duas coisas que eu apreciava no Vário: que as pessoas tinham de aprender a ler poesia e a poesia não tinha de ser necessariamente simples. Acontece que as revoluções sempre entenderam que a arte tem de ser simples e linear. Pessoalmente, eu estava farto da chuva que não cai, da fome, S. Tomé... Idem aspas o Mário Fonseca, só que em francês e de forma menos enfática, embora tivesse um passado de luta, com passagem, inclusive, pelo PAIGC.»*

Deste período, Arménio Vieira destaca o concurso **Jogos florais 12 de Setembro de 1976**, de que ganha o primeiro lugar, com um conjunto de poemas que nada tinha a ver com o momento político, e, mais tarde, o aparecimento de **Raízes**, um projecto proposto por Mário Fonseca, que aparece de férias em Cabo Verde, vindo do Senegal, onde vivia desde 1970. *«Ele conversou comigo sobre a eventualidade de se lançar uma revista. Fez-se uma reunião, o Arnaldo França, o Ovídio Martins, o Armando Lima Jr. apareceram, discutiu-se como seria e a conclusão é que cada um escreveria sobre o que quisesse e da forma como bem entendesse e que, entre nós, não haveria escritores de direita nem de esquerda, nem nacionalistas nem não-nacionalistas... O financiamento viria do Ministério da Educação e Cultura, mas ele não seria o senhor da revista.* **Raízes** *é, quanto a mim, o acontecimento mais importante deste período.»*

«Eu tinha um sentimento muito antigo de que sempre tivemos um défice de autoconhecimento e **Raízes** *talvez pudesse ajudar a ultrapassar isso»*, explica Mário Fonseca, para quem a sua vivência política e cultural no exterior foi crucial na gestação da ideia. *«A revista seria também uma tentativa de sacudir o marasmo, porque não havia nada em Cabo Verde nesta área. No*

encontro propusemos o Arnaldo França para director, ele aceitou.»[23]

De conteúdo plural e intergeracional, nos seus oito anos de existência, que se traduzem em sete volumes, **Raízes** — nome proposto por Armando Lima Jr. — pretendia ser *«um encontro de intelectuais caboverdianos, irmanados pelo ideal da libertação, da independência e do progresso da sua Pátria».*[24] Retoma a tradição anterior, principalmente a claridosa, reunindo nas suas páginas nomes como António Aurélio Gonçalves e Baltasar Lopes, Ovídio Martins, Arménio Vieira, Mário Fonseca e Osvaldo Osório ou valores mais recentes como Maria Margarida Mascarenhas, Jorge Carlos Fonseca, Vera Duarte e Jorge Tolentino. A nível do ensaio, nela tomam igualmente parte o já referido Arnaldo França, Dulce Almada Duarte, Manuel Duarte e Mário Pinto de Andrade. **Raízes** cumpriu a sua missão? *«De certa maneira, sim»*, responde Mário Fonseca. *«Foi uma revista boa, que, infelizmente, terminou à boa maneira cabo-verdiana. E, curiosamente, apesar de ser um dos seus fundadores, a partir de certa altura, cheguei a mandar os meus textos e não mos publicaram, e eu parei também de colaborar.»*

Antigo militante do PAIGC, Fonseca acredita que havia em relação a ele uma atitude um tanto ou quanto estranha, o que foi contribuindo para que permanecesse no exterior, para só voltar definitivamente a Cabo Verde em 1990. *«Eu tinha sido militante de extrema esquerda, era um fanático da independência de Cabo Verde, e, no entanto, não me dava bem com o partido que aqui estava no poder. Não havia espaço para eu voltar, embora tenha tido sempre boas relações com alguns dos seus dirigentes — Pedro Pires, Abílio Duarte, Silvino da Luz, Amaro da Luz... — desde os tempos em que tinha estado no PAIGC. Fiz contactos, mas procuraram fazer-me compreender que não queriam que eu voltasse. No fundo, não havia espaço para pessoas que não aceitavam o sistema. Não se pode dizer que havia aqui um sistema marxista, mas, globalmente, era um sistema de obediência soviética como ideologia. Basta ter em conta a tal ideia, consagrada na Constituição, de que o partido era força e guia do nosso povo, o que, para um homem como eu, era um absurdo, porque tolhia a liberdade individual. A postulação da liberdade era um dado muito forte em mim. Eu engolia dificilmente um regime de cariz totalitário; no entanto, continuava a ser um homem de esquerda, porque me era difícil não sê-lo. Só não sou um homem do aparelho.»*

Com Arménio Vieira, recorde-se, Mário Fonseca tinha sido um dos mobilizados por José Leitão da Graça, após o regresso deste de Portugal, nos finais dos anos 50. É preso durante 40 dias, conjuntamente, com Armando Dupret, em 1961, acusados de prepararem um assalto à Cadeia Civil para libertar os presos políticos, tendo, na sequência disso, sido colocados na disponibilidade. *«Não conseguiram fazer um processo consistente e o coronel Ramires de Oliveira mandou arquivá-lo»*, diz Fonseca. Nacionalista convicto, é também por essa altura que publica, no oficio-

so **Boletim Cabo Verde**, "Quando a vida nascer", um longo poema que, segundo o autor, é em si mesmo um programa político. *«Quando a vida nascer...»*, escreve o jovem poeta, *«Rasgarei as grades / Rasgarei os açaimes / Enterrarei a dor, / Gritarei bem alto / A minha sede de viver...»*[25]

Entretanto, o poeta português Tomás Kim [i.e. Joaquim Fernandes Tomaz Monteiro Grilo, 1915-1967], que estivera em Cabo Verde nessa altura para proferir uma palestra, indica o jovem Mário Fonseca ao eng. Gomes de Sá, também português e tido como progressista, que vivia na Praia e que lhe obteve o passaporte e pagou a caução para a Pide lhe autorizar a sair de Cabo Verde. (Kim sugere também ao jovem poeta cabo-verdiano a enviar para o concurso anual de poesia da Sociedade Portuguesa de Escritores o manuscrito **O mar e as rosas**, que acaba confiscado pela Pide, quando esta toma de assalto a sede dessa associação, em 1964.) Com a ajuda de outros dois amigos, cabo-verdianos — José Cardoso, cunhado de Anastácio Filinto Correia e Silva, e Vargas Barbosa Mendes, um dos filhos do proprietário da Casa Serbam — compra a passagem que o conduz, em 1964, a Lisboa e, de seguida, a Paris, onde encontra Pedro Pires, que o põe a trabalhar na mobilização de emigrantes cabo-verdianos na região de Moselle e Luxemburgo, juntamente com Júlio de Carvalho e outros activistas do PAIGC.

E é também neste período que Mário Fonseca entra em contacto com a ideologia marxista-revolucionária, através do convívio com sindicalistas e intelectuais franceses, um deles Denis Berger, que dirigia a revista **Front** e retratado por ele, Fonseca, como *«um camarada no sentido pleno da palavra»*. Em princípios de 1966, é enviado, finalmente, a Conakry, onde permanece por pouco tempo, pois é indigitado para representar o PAIGC na CONCP, em Rabat, e aqui trabalha com Mário Pinto de Andrade e Marcelino dos Santos, até ser novamente enviado a Conakry, uma vez que se nega a ir para Argel para as mesmas funções. *«Foi o Pires que me comunicou que eu tinha sido transferido para Argel. Respondi-lhe: "Diktat* eu não aceito*". Por um lado, era muito rebelde e, por outro, era um aderente absoluto da causa da independência e da unidade Guiné-Cabo Verde, porque sou pan-africanista, mesmo sabendo que é utópico.»*

Em Conakry, a experiência de Fonseca no PAIGC vai revelar-se um desastre. Tirando a vez em que é enviado, em 1966, a Pequim, em plena Revolução Cultural e onde encontra Onésimo Silveira, Viriato da Cruz e Pascoal Mocumbi, para participar num encontro de escritores afro-asiáticos, e onde enfrenta toda a espécie de pressões das autoridades para discursar a favor da China contra a URSS, em Conakry trabalha no secretariado, nomeadamente na biblioteca, na redacção de textos para a Rádio Libertação e noutras *«actividades subalternas»*, o que, para ele, era uma forma de o manterem *«congelado»*, pois não lhe davam nenhuma missão para a qual se sentia preparado. *«E uma coisa que me doeu*

muito foi não me terem deixado ir para o mato. Eu tinha feito o serviço militar, sabia manejar armas, e, no entanto, não me deixavam ir para o combate. Diziam que era para eu não morrer de febres. Não entendia aquilo.»

Mário Fonseca acredita que, por trás do seu *«congelamento»*, esteve um livro de poemas militantes que pediu para escrever. *«Uma vez pronto, dei-o para ser publicado, mas reparei que não havia maneira disso ir para frente. Depois de muita insistência minha, o Cabral lá acabou por dar o livro ao Mário de Andrade para ler e fazer uma apreciação crítica. No fim, o Mário disse-me que o livro não era mau, mas que não reflectia o que se estava a passar em Conakry, ao que lhe respondi que o livro era meu e que, se ele quisesse, que escrevesse o dele a reflectir o que se estava a passar em Conakry. Embora fossem poemas militantes, havia, contudo, alguma coisa neles que o partido não aceitava. Ou melhor, as minhas angústias e inquietações que lá estavam desaconselhavam a sua publicação. O certo é que, depois desse episódio, a minha situação se deteriora ainda mais.»*

«Eu era um tipo bem formado», evoca Fonseca, antes de prosseguir. *«Lia as revistas* **Temps Modernes** *e* **Esprit**. *A invasão da Checoslováquia, que entre nós deu várias discussões, para além de outros problemas, dúvidas e anseios, foram me causando grandes perturbações na cabeça. Nessa altura cheguei a pesar 58 quilos. Independentemente de estarmos todos subalimentados, fui consultar-me a um médico soviético, e fiquei contente quando ele me disse que o meu problema não era neurobiológico, a que ele me respondeu para não ficar contente porque o meu problema era pior, porque estava na cabeça. Esse médico me aconselhou a ir embora e tratar-me convenientemente, porque a pressão que havia na minha cabeça era enorme.»*

Sugestionado e angustiado, o rompimento com o PAIGC acontece pouco depois. *«Eu estava na biblioteca a escrever um artigo para a Rádio Libertação, quando vi um jovem guineense a espionar-me. Furioso, quebrei a caneta e fui à direcção do partido dizer que me ia embora. Foi um puxa-puxa, porque diziam que eu sabia de mais, mas lá acabaram por me deixar, quando viram que eu estava decidido a tudo.»*

Em 1970 Mário Fonseca fixa-se em Dakar, em cuja universidade se licencia em Letras, passando depois a leccionar no Liceu Maurice Delafosse, até que, em 1977, se muda para a Mauritânia e mais tarde para a Turquia. O seu regresso a Cabo Verde acontecerá em 1990, aos 51 anos, trazendo na bagagem o livro **Mon pays est une musique**, publicado em Nouakchott em 1986, e o manuscrito **La mer à tous les coups**, que publica na Cidade da Praia, logo a seguir ao seu *retour au pays natal*. Apesar da sua peregrinação pelo continente africano, Fonseca confessa que carrega até hoje a frustração de não se ter encontrado na plenitude com a África. *«Tivesse eu tido menos informações, eu me teria dado bem, porque o Cabral gostava de mim. Ainda hoje acredito que, se me tivessem deixado ir para o mato, coisa que eu pedi várias*

vezes, inclusive para ir trabalhar junto do Nino, de quem era amigo, não teria deixado o PAIGC, porque me teria integrado. O dia-a-dia de Conakry é que não me satisfazia, porque, no fundo, a minha ânsia de África era muito grande e essa limitação tolhia essa vontade. Eu dava-me melhor com os guineenses do que com os cabo-verdianos, com quem tinha mais choques. Alguns guineenses chegaram a dizer-me que eu não era igual aos cabo-verdianos de palha que lá estavam. Era óbvio que havia duas culturas entre nós. Havia pequenos burgueses e o pessoal que o Cabral tinha arrancado do mato. Aliás, só um homem como ele é que poderia conseguir aglutinar tanta gente, de origem tão diversa. Quando estava perto dele, sentia que ele era magnético. Havia uma intensa energia nos olhos dele e era difícil não concordar com ele. Era um líder absoluto, no sentido pleno da palavra.»

Mirando-se novamente no espelho do tempo, Fonseca traça o seu auto-retrato: *«Eu era muito ingénuo. Apesar de bem formado politicamente, não tinha caixa para aceitar certas coisas da política. Ou seja, mesmo depois de me ter ido embora, fiquei com remorsos. Saí, mas fiquei. Isto é, o meu espírito continuava lá; em Dakar, continuei a colaborar com o PAIGC... No princípio, ainda tivemos alguns atritos, fiz uma manifestação porque não queriam mandar a minha mulher, Regina. Mas depois que ela vai para Dakar, as nossas relações normalizaram-se. O Pires, o Silvino e outros iam a Dakar e ficavam na minha casa. E, mesmo depois da independência, eu era procurado pelos dirigentes do PAIGC; ajudei o Afonso Gomes e a minha mulher a montar a embaixada de Cabo Verde. Apesar disso, eu sabia que continuava a ser um indivíduo mal visto pelo poder em Cabo Verde.»*

A este propósito, perguntei a Aristides Pereira o que se passara com Mário Fonseca. A sua resposta foi antecedida de uma gargalhada. *«Hoje é ele próprio que diz que não batia bem da cabeça naquela altura. Na cabeça dele, queríamos ficar-lhe com a mulher e, por causa disso, fez uma manifestação solitária nas ruas de Dakar contra o PAIGC.»*[26]

Do ponto de vista artístico, em Dakar, Mário Fonseca vai aprofundar o seu interesse pela literatura francesa, ao mesmo tempo que a afro-negra. Convive com intelectuais senegaleses e de várias outras partes do mundo, entre os quais haitianos, porque, segundo ele, o Senegal era uma pátria de exílio de gentes de várias paragens, a maioria das quais gravitava à volta da Universidade de Dakar. É, portanto, neste ambiente que recebe, em 1977, o seu *«irmão espiritual»* Arménio Vieira, em escala para a URSS, onde vai assistir ao Festival de Cinema de Tashekent (Uzbequistão). Ainda a caminho, um amigo do anfitrião alerta o viajante cabo-verdiano que *«aquilo»* não era nenhum paraíso. *«Mesmo assim voltei chocado»*, confessa o autor de **O eleito do sol**, muito embora tivesse tido, antes, algumas informações pouco abonatórias acerca da pátria de Lenine. De novo em Dakar, desta vez de regresso a Cabo Verde, Mário Fonseca convence-o a trazer alguns li-

vros que se vão revelar fundamentais para a sua vida futura. *«Ele sugeriu-me a comprar Rimbaud, Michaux, Verlaine, Prévert, Lautréamont e todo o surrealismo. Com isso tudo tive de reaprender também a ler o Fernando Pessoa»*, confessa novamente, para a seguir confidenciar: *«Na prática, Rússia e Dakar foram a minha estrada de Damasco.»*

«Eu e o Arménio sempre nos influenciámos mutuamente e devo ter-lhe passado as minhas preocupações do momento», diz, por sua vez, Mário Fonseca. *«Fui eu que o apresentei ao José Leitão da Graça e já nessa altura ele era um céptico. Ele vivia aqui, em Cabo Verde, num mundo fechado; enquanto eu, em Dakar, tinha acesso às mais variadas informações. Dakar era uma metrópole intelectual e até política. Além dos livros que o convenci a comprar, dei-lhe muitos outros, porque ele não tinha dinheiro.»*

Deste modo, o que até aí era ainda uma dúvida torna-se claro para Arménio Vieira, que pouco depois do regresso dessa viagem se nega a assinar o cartão de militante do PAIGC, ao mesmo tempo que, em *harakiri* sob forma de poema, se apercebe que *«ser poeta a sério / implicava uma espécie de suicídio»* e, por conseguinte, sobre os seus poemas transitivos ou utilitários traça *«uma grande cruz vermelha»*.[27]

Sobre esse período da sua vida, explica Vieira, vários anos mais tarde, numa das mesas da pousada Praia-Mar, onde geralmente passa o seu tempo em partidas de xadrez com os seus contemporâneos praienses: *«Até aí debatia-me com um problema de natureza moral, isto é, havia a causa pela qual tinha lutado e sofrido... Eu não podia ignorar o processo em que todos nós nos encontrávamos envolvidos. Neste período, a grande referência era Maiakovsky, apesar de eu não saber muito bem quem ele era, efectivamente. Para mim, era o poeta de cartazes, de propaganda... Compreendi depois que o seu suicídio não tinha sido gratuito. Era o exemplo do homem que escreve a favor de uma causa e não consegue adaptar-se à nova situação, uma vez vencida a causa.»*

Apesar dos sinais de inquietação e de desconfianças várias, Arménio Vieira tem dúvidas em afirmar se havia, efectivamente, um dirigismo oficial a nível da cultura. *«Quanto a mim, eles confiavam naquela do Fidel Castro*: "Tudo a favor, nada contra a revolução". *O que posso dizer é que havia entre nós a auto-censura e quase que um receio de enfrentar a situação. Eu próprio, quando publiquei o poema "Caviar, champanhe & fantasia", onde falo da Esplanada da Praia, da* Morabeza *como* "um termo inventado/ para ali estar como luva ou sapo imbecil...", *tive de recorrer a um truque, datando o poema 10 anos antes da sua verdadeira elaboração.»*

Este tipo de mal-estar, que se vai tansformar mais tarde em revolta surda, leva Arménio Vieira a produzir o seguinte epigrama, inspirado na figura do capitão Nemo, de Júlio Verne: *«Por certo / nenhum país era o teu / Cada fragmento de terra / rua ou caminho / era-te degredo e lugar de contenda / Viajante sem passaporte / buscavas a pátria / na morte»*.[28]

"Resistência" ou como conseguir "uma grande faísca"

Artista plástico, formado pela Escola Superior de Belas Artes de Lisboa, nascido no Mindelo, em Novembro de 1938, o 25 de Abril encontrou Manuel Figueira na capital do ainda Império Português, *«prensado»* por vários problemas de índole pessoal e profissional. Era docente na Escola Técnica Nuno Gonçalves e, por causa das suas simpatias políticas, o seu relacionamento com o director desse estabelecimento escolar estava longe de ser bom. Por isso, é com alívio e alegria que recebe, pelos vizinhos, a notícia da queda de Marcello Caetano e imediatamente atira-se à rua para respirar a liberdade e aí se cruza com gente não menos feliz com aquela primavera de cravos vermelhos.[29]

Apesar de nunca ter pertencido ao PAIGC, Figueira tinha sido um dos "alunos" de Abílio Duarte em S. Vicente, tendo este exercido grande influência na sua opção pelas Belas Artes. *«Éramos um grupo de jovens que gostavam de desenhar e pintar. O Abílio mandava-nos desenhar temas cabo-verdianos. Do grupo, creio que fui o mais persistente. Fazia aguarelas que mostrava a ele e ao irmão Manecas. Às tantas, quer o Abílio e o Manecas, quer o nho Balta me estimularam a sair de Cabo Verde. O Abílio dizia-me:* "É preciso ir, aprender a representar este povo, o seu sofrimento, a ida para S. Tomé etc." *Por isso, quando cheguei a Portugal, eu tinha um objectivo diferente dos meus colegas de curso.»*

Em Lisboa, o jovem Figueira conhece aquela que viria a ser a sua mulher e cúmplice dos vários projectos e sonhos artísticos, Luísa Queirós, também artista plástica. Forma-se em 1964 e deixa-se ficar em Portugal. *«Fui ficando sem dia de voltar para Cabo Verde, porque era difícil um indivíduo vir. Ainda fiz algumas tentativas, mas não me deixaram. Eu estava referenciado. Houve um movimento estudantil em 1962, em que eu e a Luísa estivemos metidos. Já na CEI, eu andava ligado àquela malta e por causa disso, o meu pai chegou a mandar-me conselhos, a que lhe respondi em termos que hoje considero pouco corteses. Comecei a dar aulas em 1964 e, de vez em quando, tinha problemas com o director, um fascista. A Pide esteve também na escola a fazer perguntas sobre mim. Havia um fulano chamado Lauro Corado que me defendia junto da direcção e, por causa disso, eu acabava reconduzido. Com o 25 de Abril, eu e a Luísa decidimos vir para Cabo Verde — chegámos a 5 de Janeiro de 1975. A nossa ideia inicial era dar uma contribuição como professores de Desenho. Entretanto, surge a ideia de se fazer uma exposição por altura do 20 de Janeiro nas instalações do antigo Grémio e fui convidado para coordená-la. Essa exposição teve muita importância para a minha vida futura.»*

Com efeito, é a partir dela que o casal Figueira, associado a outros companheiros (Viriato Barros, Manuel Spencer e Bela Duarte, Clementina Santos), resolve lançar as raízes da Cooperativa Resistência, cujo nome vão buscar à conhecida tese de Amílcar Cabral sobre a resistência

cultural. Diz novamente Figueira: *«Do antigo Grémio, tinha ficado uma biblioteca. Um dia vi um rapaz com um livro, tamanho A4, de um indivíduo chamado António Carreira, com gravuras sobre a panaria em Cabo Verde e na Guiné. Era a primeira vez que via algo do género. A partir daí, comecei a procurar mais informações sobre o assunto. O Victor Fidalgo, que é de Santiago, emprestou um "pano tchan" para a exposição, o Valdemar Lopes da Silva apareceu com uma calça feita a partir de um tecido antigo, feito por um tecelão de Santo Antão, e que tinha sido saia da sua avó. É a partir destas pequenas coisas que vai surgir a Resistência.»*

Vista à distância dos anos, Figueira considera utópico o projecto dessa cooperativa, já que, para além da pesquisa e recolha de material nos diversos pontos de Cabo Verde e organização de exposições, era necessário garantir a sobrevivência dos integrantes do grupo. *«O certo é que os responsáveis do governo viram-nos e ajudaram-nos. Principalmente o Pedro Pires e o Aristides Pereira. Não havia vez que eles viessem a S. Vicente que não nos fossem visitar, saber como estavam as coisas. Entretanto, na sequência do aparecimento, em 1977, da Secretaria de Estado do Comércio e Artesanato, foi criado o Centro Nacional de Artesanato. O Osvaldo Sequeira contactou-me, a perguntar se eu queria ser o director. Aceitei com a condição de que os demais elementos fizessem também parte.»*

Aceite a condição, Figueira será o director do CNA de Janeiro de 1978 a Março de 1989. *«Este foi o período mais bonito da minha vida»*, acentua o pintor no seu *atelier* no Mindelo, um casarão defronte à baía de S.Vicente, herdado do pai e outrora instalações da Casa Figueira. *«Foi um período bonito que não volta mais, de grande idealismo; olhávamos tudo como um mar de rosas, toda a gente estava unida, a trabalhar para o país, para a cultura, tudo em nome da colectividade como se estivéssemos todos na mesma vaga. Mas também foi um período de* bufaria. *Isto é, enquanto estávamos a trabalhar com utopia, não nos dávamos conta de que havia uma polícia política que nos punha na lista negra, diga-se de passagem, sem que tivéssemos feito nada de concreto contra o regime, porque estávamos de tal modo absortos pelo trabalho que não tínhamos tempo para pôr em causa o regime.»*

Cansado da burocracia que o CNA exigia, Manuel Figueira é exonerado a seu pedido da direcção, em 1989, sendo substituído pelo arquitecto António Jorge Delgado. Dos 11 anos em que esteve à frente daquele centro, diz ele: *«Esse período foi uma experiência importante na minha vida, que só foi possível graças à independência nacional. Ainda hoje não encontrei nada melhor. Um dos meus prazeres era aprender com os artesãos, e eu não fazia isso por demagogia. Um homem com quem aprendi muito foi o nho Griga, de Santo Antão, que conheci já octogenário. Um homem incrível, pelos seus conhecimentos. Essa aprendizagem, aliás, foi uma mola importante para o CNA. Graças a isso, foi possível recuperar inúmeras técnicas, porque alguns desses homens já estavam velhos e nunca tinha havido a preocupação de rece-*

ber deles a herança que eles próprios tinham recebido dos seus pais e avós. Da minha parte, nunca pensei que poderia juntar os meus conhecimentos académicos com as tradições populares e que daí pudesse resultar alguma coisa. Depois de ter aprendido a lição, eu dizia sempre no CNA que juntar o conhecimento erudito com o popular dá sempre uma grande faísca.»

Mesmo afastado do CNA, desde Janeiro de 1990 — por, entretanto, ele, Luísa Queirós e Bela Duarte se terem desentendido com o novo director — , Manuel Figueira acredita que nada ficou perdido. *«Pelo contrário, as coisas que começámos tiveram uma continuidade. Saímos nós, mas ficou o CNA e tudo o que ele hoje representa. Houve quem tivesse tentado apagar o nosso nome da história do centro, como se isso fosse possível.»*

Acordar "Kaoberdi" pelo teatro

À semelhança de outras manifestações culturais, o teatro conhece um forte incremento durante os primeiros anos da independência, cabendo aqui o destaque ao trabalho experimental desenvolvido, em Santiago, pelo grupo "Korda Kaoberdi", dirigido pelo cirurgião Francisco Fragoso. Antigo militante do PAIGC, recorde-se, natural de Santiago, o seu regresso ao país natal ocorre um mês antes da independência. Marcado pelas ideias do alemão Bertold Brecht e do brasileiro Augusto Boal, para além de outros, Fragoso lança-se na criação de um teatro de raiz africana, primeiro, através da encenação de textos de *«autores revolucionários»* (Amílcar Cabral, Che Guevara, Kaoberdiano Dambará, Ovídio Martins e ele próprio, Fragoso, com o pseudónimo

Francisco Fragoso

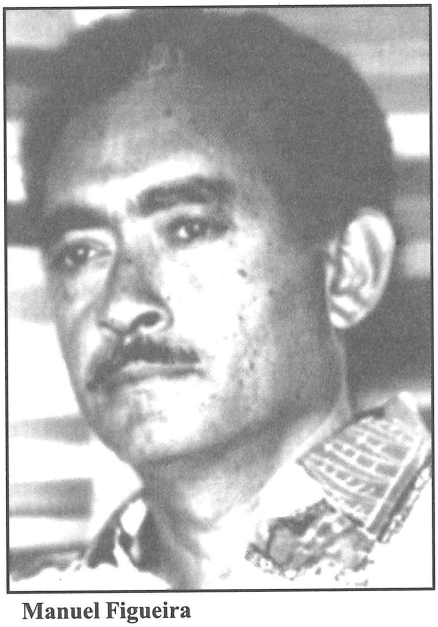


Foto: Vitinha

Manuel Figueira

de Kwame Kondé) e mais tarde de peças mais sofisticadas, sendo uma delas **Rai de Tabanka**, bastante aplaudida, em 1981, no Festival Internacional do Teatro Ibérico (Fitei), em Portugal. No entanto, a experiência do "Korda Kaoberdi" termina logo a seguir, por duas razões, segundo o seu mentor. *«Chegámos a um ponto em que era preciso dar um salto em frente e, para isso, eram precisos apoios mais consistentes ou, então, deixar o grupo arrastar e morrer por si próprio, o que seria mau. Ainda falei com o Manuel Veiga, que era então director-geral da Cultura, e mostrou-me que o orçamento que tinha para todo o Cabo Verde naquele ano nem chegava a 400 contos.»*[30]

Francisco Fragoso revela que o seu interesse pela interpretação cénica nasceu, em 1959, ainda no Liceu da Praia, pelo incentivo de Arnaldo França, que chegou a ajudar a formar um grupo de "coros falados" com os alunos daquele estabelecimento liceal, com base em poemas de Jorge Barbosa, Manuel Lopes, Ovídio Martins, Fernando Pessoa, entre outros. A seguir, vai para Portugal estudar e aqui continua o seu interesse por esta forma de expressão artística, onde também conhece e convive, entre outros, com o dramaturgo António Pedro Costa, director do Teatro Experimental do Porto (TEP) e figura marcante do teatro português. *«Para além disso, houve, da minha parte, um estudo pessoal sobre o teatro, que vou aprofundar com o meu exílio em França. É assim que conheço o teatro europeu, soviético, africano, sul-americano...»*

Com o regresso de Fragoso a Cabo Verde, a ideia do "Korda Kaoberdi" surge em Setembro de 1975, quando alguns jovens o procuram para dirigir um grupo cénico na Achada Santo António e que tinha como base trabalhadores e estudantes da capital. Para além destes, o grupo baseava-se igualmente no trabalho musical de Djirga, compositor popular, amigo de Fragoso, cujos poemas do livro **Kordá Kaoberdi**, publicado ainda em Paris, são musicados pelo referido artista, de forma espontânea. *«A ideia do grupo nasce, na verdade, de um conjunto de pequenos factores»*, afirma o seu mentor. *«Um outro elemento importante foi o Daniel Rocha, na altura jovem, com muito talento, que fazia a coreografia.»*

Com apoio de Orlando Mascarenhas, presidente do Instituto Cabo-Verdiano de Solidariedade (ICS), que cede as instalações do jardim-infantil Calouste Gulbenkian para o grupo ensaiar, a ante-estreia do "Korda Kaoberdi" ocorre a 25 de Abril do ano seguinte, no Liceu Domingos Ramos, isto é, durante uma visita de Miguel Trovoada, então primeiro-ministro de S. Tomé e Príncipe. *«Ainda não estávamos prontos, porque decidi que, enquanto não tivéssemos um ano de preparação não nos apresentaríamos em público. Uma outra regra, é que não havia estrelas no grupo. Com muita insistência do Carlos Reis, lá aceitámos fazer o espectáculo, porque, segundo ele, seria uma vergonha para Cabo Verde receber um visitante estrangeiro e não ter nada para lhe mostrar.»* Cinco meses depois, confor-

me o previsto, o grupo apresentou-se no Cine-Teatro da Praia, com a peça **Stória dum pobo** (História de um povo), com a sala esgotada. *«No final, toda a plateia levantou-se para nos aplaudir porque nunca tinha havido nada do género em Cabo Verde.»*

Dos integrantes do grupo, Fragoso cita o jovem Daniel Rocha, seleccionado para a primeira bolsa de formação no Senegal na escola do francês Maurice Béjart e da senegalesa Germaine Koné, um dos nomes mais conceituados do bailado africano. *«Uma vez formado, ele regressou a Cabo Verde e foi pena que o país não o tenha sabido aproveitar. Mesmo nós, a nossa ideia era começar com ele a pensar no bailado cabo-verdiano. Para mim, a música pressupõe o canto e a coreografia, e tendo nós um bom suporte musical, era possível fazer um trabalho a partir do finaçon e do batuco. Aliás, fomos o primeiro grupo em Cabo Verde a trabalhar esses géneros musicais; as nossas peças eram acompanhadas por esse tipo de música, recolhido e orquestrado pelo Djirga, que era um indivíduo com muita sensibilidade. Mais tarde, o Catchás e o Zezé di nha Reinalda vão fazer o mesmo.»*

Embora se afirme como um não-político, Francisco Fragoso vê no teatro uma importante forma de contra-poder, no bom sentido do termo. Devido aos objectivos pretendidos com o grupo — *«dar armas ao povo para se esclarecer e tomar posição sobre o que se estava a passar no dia-a-dia»* e *«mostrar que o teatro podia ser uma realidade em Cabo Verde, porque um país que não tem teatro, culturalmente não existe»* — , Fragoso afirma que houve pressões contra o "Korda Kaoberdi", às vezes de *«forma um tanto ou quanto agressiva»*, mas que ninguém se deixou intimidar. *«O teatro incomoda sempre os poderes instituídos. Apesar das tentativas, directamente, nunca deixei que houvesse qualquer forma de dirigismo oficial nas nossas actividades, trabalhámos sempre com autonomia. Pude notar que interessava que o nosso grupo fosse destruído. A JAAC, por exemplo, ainda tentou fomentar um grupo na Achadinha para nos combater, só que o feitiço acabou por se virar contra o feiticeiro. Diante da força e qualidade do nosso trabalho, esse grupo acabou por se desfazer, e foi pena, porque havia nele alguns elementos com potencialidades, que apenas precisavam ser mais trabalhados.»*

Para além de actuações públicas, o "Korda Kaoberdi" leva ao ar algumas peças radiofónicas, entre as quais o **Descarado**, de Donaldo Pereira Macedo. Entretanto, depois do êxito do Fitei, em 1981, a falta de meios e apoios para voos mais altos, a mudança, entretanto, de Francisco Fragoso para Portugal, onde passa a viver, faz com que o grupo saia definitivamente de cena. Sobre isso, diz Fragoso do outro lado do telefone: *«Achei que em Cabo Verde já tinha cumprido a minha missão, tanto do ponto de vista pessoal como profissional e cultural... Não, o teatro não morreu em mim. As ideias continuam e o interesse também. Sempre que posso, dedico-me um pouco ao teatro.»*

Catchás e José Augusto

Filhos do funaná

Mas é sobretudo a nível musical que a independência irá revelar a sua pujança, destacando-se, neste período, o trabalho de Carlos Alberto Silva Martins (Catchás), que se vai notabilizar por ter trazido da zona rural de Santiago rítmos como o funaná, finaçon, batuco etc. Nascido em Santa Cruz, a 8 de Agosto de 1951, filho de um comerciante, marcado desde novo pela força de carácter da gente humilde da sua ilha, Catchás era fã de Carlos Santana e outros guitarristas da música pop dos anos 60 e 70, para além de conhecedor do trabalho etnomusical desenvolvido a partir de determinados pontos das Antilhas. Por exemplo, à semelhança de Bob Marley, que retrabalha os sons dos antigos escravos africanos levados para a Jamaica, Catchás faz o mesmo com a herança dos seus antepassados santiaguenses, dando um arranjo moderno ao funaná que projecta, primeiro, no interior de Santiago, depois, na Praia e restantes pontos de Cabo Verde e, mais tarde, a nível internacional.

Mas o trabalho de "Bulimundo" é, de certo modo, antecedido por outras experiências, nomeadamente de "Os Apolos", "Kolá", "Os Tubarões" e ainda do cantor Norberto Tavares, autor do emblemático **Volta pa fonti**, lançado em 1979, e que constitui um tributo à *«Sobrevivência da música caboverdeana»*, segundo ele, em processo de descaracterização.[31] Este naipe de artistas e orquestras procura, na segunda metade dos anos 70, ultrapassar um certo lugar-comum que vinha caracterizando a música cabo-verdiana, mergulhada há muito nos mesmos dramas amorosos,

partidas dolorosas e paródias de fins de semana. Queixando-se deste facto, em entrevista ao **Voz di Povo**, Martins vê em Tavares, por exemplo, uma espécie de uma alma gémea, só tendo este falhado na projecção do funaná por não se encontrar em Cabo Verde, faltando-lhe por isso a verdadeira dimensão nacional do seu trabalho. *«Ele tentou tirar o máximo, mas não conseguiu atingir o fim que poderia atingir, se cá estivesse.»*[32]

Engenheiro técnico agrário, formado pela Escola Agrícola de Santarém, onde se ligara ao núcleo do PAIGC, Carlos Alberto Martins emigrou no início dos anos 70 para a França e aqui toma parte em várias iniciativas, viradas, já nessa época, para a valorização cultural da sua ilha natal. Francisco Fragoso, que na altura era presidente da Associação Cabo-Verdiana em França, afirma ter sido uma das pessoas a influenciar positivamente Catchás a optar pela música cabo-verdiana, com ênfase no funaná. *«Catchás não tinha uma grande formação musical, mas era um indivíduo com uma sensibilidade bastante avançada. O meu irmão Zé, que tocava com ele violão, e um outro indivíduo chamado Moisés Baptista, que já faleceu (este, sim, com uma formação musical bastante aprofundada, pois tinha estado no Conservatório na Bélgica e era um bom organista), foram também importantes a ajudá-lo a encontrar o seu caminho, porque nesta fase, como é normal, o Catchás tacteava, tocava para bailes de fins de semana, inclusive na sede da Associação, onde também ensaiava com os seus companheiros e guardava os seus instrumentos.»*

Com a independência, Catchás regressa a Cabo Verde e decide encetar o trabalho que tinha em mente, a partir do seu concelho natal, Santa Cruz, onde forma o "Bulimundo", cuja estreia pública acontece em Abril de 1978, na praça da vila de Pedra Badejo. Além dele, que tocava guitarra, integravam inicialmente o conjunto o baixista Madala, o guitarrista Kim di Santiago e o irmão deste, João, em teclados, para além do percussionista Lu di Pala e o vocalista Lázaro. Como é habitual em grupos do género, a composição do "Bulimundo" irá evoluir com as sucessivas saídas e entradas, acabando por se fixar, durante algum tempo, à volta do próprio Catchás, Silvestre Alfama (baixo), Nonó (saxofone), José Augusto Fernandes Timas (bateria) e dos vocalistas Zeca di nha Reinalda e Zequinha, este na interpretação de mornas e coladeiras, enquanto o seu *partner* dava a voz ao funaná e aos géneros de Santiago profundo. Filho da independência, por excelência, segundo Catchás, o seu projecto *«ia, no aspecto espiritual, directamente às raízes, sem ser indiferente, no aspecto estético, à linguagem universal»*.[33]

Um dos sete elementos do "Opus 7", conjunto formado na Praia, José Augusto Timas recorda-se de Catchás lhe ter contado várias vezes que, ao regressar a Cabo Verde, a sua intenção inicial era formar um conjunto constituído por pescadores e agricultores de Santiago para a partir daí, fazer um trabalho de raiz. *«O Catchás tinha passado muito tempo*

fora de Cabo Verde e não estava mais a par da realidade musical aqui na Praia nem no Mindelo, onde já havia grupos razoáveis, em termos de execução técnica. Ele regressa trazendo consigo os instrumentos do "Bulimundo" e recruta os primeiros elementos, dentro ainda da ideia de formar um grupo à base de pescadores e agricultores. Recordo-me que o Madala era um indivíduo cheio de calos nos dedos das mãos e foi Catchás que lhe ensinou os primeiros acordes do baixo. Só que o projecto de recrutar pescadores e agricultores era pouco prático, havia o problema da disponibilidade de tempo de cada um, que não coincidia. Catchás trabalhava na Praia e ia todos os dias na sua mota para Santa Cruz. Parece-me que um dia ele foi ver o "Opus 7" a ensaiar e logo levou três dos seus elementos consigo: o [Alberto] Santos, o Zeca di nha Reinalda e eu.»[34]

Nascido na Praia em 1955, Silvestre Morais Alfama, mais conhecido por Silva, era professor primário em Santa Cruz, quando, em 1978, Catchás o convida a integrar o seu projecto. *«Eu não tinha muita experiência»*, diz Silva, com humildade. *«Tinha pertencido a um grupo de bailes e imitava o que os grupos tradicionais faziam.»*[35] Todavia, devido às suas características humanas, nomeadamente a calma e a atenção que dedica às pessoas, ele acaba por se tornar no *pivot* entre o insatisfeito e ambicioso Catchás e os demais elementos, nem sempre sintonizados com o projecto deste, ou, o que era pior, nem sempre dados à disciplina que um trabalho deste tipo impunha.

«Até chegarmos a uma formação ideal, tivemos de passar por vários momentos de instabilidade», diz Silva, novamente. *«Eram necessários sacrifícios, mesmo físicos. Além disso, no princípio, não estava muito claro o que é que o Catchás queria. O projecto veio a ganhar força com a entrada de determinados elementos que tinham pertencido ao "Opus 7", casos do Santos, Zé Augusto e Zeca di nha Reinalda, que eram mais formados, musicalmente falando. E é aí que começam também algumas guerrinhas. Embora já houvesse uma opção pelo funaná, alguns continuavam a querer fazer uma música à Santana ou à "Pink Floyd". No nosso primeiro espectáculo na Praia houve um duelo entre Catchás e Santos à guitarra, com cada um a procurar mostrar as suas preferências ou conhecimentos musicais.»*

«Tirando isso», prossegue Silva, *«queríamos tocar música de Cabo Verde de forma diferente, mas não sabíamos como. E não foi fácil descobrir como fazê-lo. Porém, de todos nós, Catchás era, sem dúvida, quem tinha mais experiência. Ele e o Rui tinham estado em França, nos "Broda", onde chegaram a gravar um disco. Antes disso, o Catchás tinha estado também no "Cabo Verde Show" inicial. Depois de muito trabalhar, começámos a sentir a essência daquilo que queríamos com a música* Fidjus di funaná. *Sentimos que era aquilo que perseguíamos e ficámos animados com os resultados.»*

Conquistados os concelhos de Santa Cruz, Santa Catarina e Tarrafal, através do que o próprio Catchás vem a chamar de *«guerrilha cultural»*, ele e os seus companheiros viram-se para a Praia, começando pelos

subúrbios, uma vez que as raízes rurais dos seus habitantes permaneciam aqui mais vivas, sendo por isso mais fácil a conquista de um público fiel. Entretanto, em 1980, surge a oportunidade de galgar o *plateau*, que era ao tempo a zona mais urbana e administrativa da ilha. Foi em Março, durante a segunda edição do Festival de Música da Praia, que esse ano se enquadrava nas comemorações do quinto aniversário da independência nacional, e em cuja primeira etapa participam artistas vindos de vários pontos do arquipélago e também da Guiné-Bissau. Pela novidade do seu trabalho, o "Bulimundo" eclipsa os demais participantes, partindo de seguida para a conquista das outras ilhas, depois de uma malsucedida deslocação a S. Vicente. Diz Catchás: *«Fomos a S. Vicente, e um dos problemas que nos surgiu foi o seguinte: não analisámos bem como devíamos fazer a coisa e tocámos como tocámos o funaná na Praia, na altura, e com o mesmo ritmo que se executa na gaita. Então as pessoas diziam que estávamos a tocar coladeira demasiadamente rápida».*[36]

Amigo de longa data de Carlos Alberto Martins, de quem, aliás, é conterrâneo, interessado, como este, nas tradições orais e musicais de Santiago, tendo animado nos anos 60 um programa sobre o assunto no antigo Rádio Clube de Cabo Verde, enquanto membro da comissão das festas da independência, foi Anastácio Filinto Correia e Silva quem sugeriu a inclusão do "Bulimundo" na programação das festividades do 5 de Julho. Presidida pelo então ministro da Justiça, David Hopffer Almada, a comissão de Informação e Propaganda das comemorações acaba por aceitar a sugestão. *«David pensava pegar numa orquestra que tivesse a ver com os novos tempos. A sua escolha ia para o grupo "Voz di Farp", mais sintonizado com o regime. Mas havia também a preocupação de promover o que havia de mais genuíno na cultura cabo-verdiana, e eu sugeri-lhe o "Bulimundo"»*, conta Correia e Silva, que cita igualmente o casal Dulce Almada e Abílio Duarte, também envolvido nas comemorações do 5 de Julho, como dois entusiastas do trabalho de Catchás.

«Com os espectáculos que chegámos a promover», acrescenta Correia e Silva, *«a fama do grupo chega junto do Abílio, que dizia que, em termos musicais, o trabalho do "Bulimundo" era a coisa mais interessante que tinha surgido nos cinco anos da independência. Houve também uma* matinée *para o presidente da República e altos funcionários do partido e do governo. É provável que isso tudo tenha granjeado alguns benefícios ao Catchás. O David [Hopffer Almada] torna-se amigo dele nessa altura e passa a ajudá-lo.»*[37]

Analisando de forma mais ampla a questão da música neste contexto cultural e político, para Correia e Silva, a independência constitui, acima de tudo, um aprimoramento do trabalho iniciado pelo "Voz de Cabo Verde", nos anos 60. *«Infelizmente, nem todos perceberam isso. Houve entre nós péssimas composições com conteúdos politiqueiros. Bastava pôr "estrela negra" para se ter uma música acabada. Catchás nunca se quis*

meter nisso. A sua revolução foi outra: pegou no funaná e orquestrou-o. O funaná, que até aí era um termo depreciativo, passou a ser algo definidor da cultura de Santiago.»

Reportando-se ainda a esse período, Correia e Silva adverte que não é justo esquecer a acção de "Os Tubarões", que aparece, durante muito tempo, como rival do "Bulimundo", sendo também o primeiro conjunto cabo-verdiano que, após a independência, consegue projecção internacional: primeiro, com o álbum **Tabanca** (1980) e, a seguir, com **Tema para dois** (1981), onde aparece uma tentativa de trabalhar certas manifestações culturais cabo-verdianas, no caso, a tabanca e o "colá sanjon", através de uma composição de Kaká Barbosa e de um poema de Osvaldo Osório, respectivamente. Aliás, na verdade, um dos grandes sucessos da banda de Ildo Lobo é, precisamente, "Djonsinho Cabral", em 1979, um funaná marcado ainda pela toada da coladeira. Zeca Couto, teclista e orquestrador, durante muitos anos, do grupo, lembra-se de que a decisão de gravar essa celebrizada composição surge depois do seu sucesso nas ruas de Havana, durante a apresentação de "Os Tubarões" no Festival Mundial da Juventude, em 1978.

Fundado em Fevereiro de 1969, por Alcindo Barbosa (Chindo), Amílcar Baptista (Mike), Hilário Bettencourt (Fortinho), José Barbosa (Zezé) e José Rui Brazão (Duia), o grupo surgira na senda do grande sucesso de "Voz de Cabo Verde", cuja digressão a Cabo Verde, em 1968, constituiu um grande fenómeno de massas. Sobre esse momento da história da música cabo-verdiana, diz Correia e Silva, com entusiasmo: *«Luís Morais, Morgadinho e outros rapazes do "Voz de Cabo Verde" fizeram-nos acreditar que os cabo-verdianos eram capazes de ter uma orquestra moderna e capaz. Quando o grupo regressa pela primeira vez a Cabo Verde, actuando na Praia e no Mindelo, isso fez com que toda a gente desenterrasse o seu pau e tambor para começar a tocar. Eles contagiaram toda uma geração que vem desembocar com a independência».*

«Não havia como fugir à influência do "Voz de Cabo Verde», diz também Zeca Couto, que, aos 14 anos, é convidado a integrar "Os Tubarões", pouco depois da sua formação, como acordeonista e guitarrista. *«Os equipamentos foram comprados na casa Serbam, e foi um dos seus donos, o José Sérgio, quem pôs o nome ao grupo»*, diz Couto, que completa os 15 anos em plena digressão do conjunto a Bissau.[38] Ildo Lobo entraria mais tarde, em 1974, com outros tantos elementos, entre eles o saxofonista Jaime do Rosário, o baixista Mário Bettencourt e o percussionista Jorge Lima etc. A gravação e o lançamento dos dois primeiros álbuns — **Tchom di Morgado** e **Pépé Lópi** — seriam, em 1976 e 1977, à base de mornas, coladeiras e baladas de Renato Cardoso. Embora não fosse preocupação central do grupo fazer um trabalho de pesquisa etnomusical, "Djonsinho Cabral" acaba, no entender de Couto, por constituir um

momento de viragem na vida do conjunto, aprofundado depois por **Tabanca** e **Tema para dois**, um projecto mais experimental, ensaiado por ele, que começara, em 1976, a frequentar o curso musical na Escola Nacional de Arte em Havana, que termina em 1980, pelo que as gravações tinham de ser feitas apenas nos seus períodos de férias.

«Em termos de orquestração e repertório, procurámos sempre fazer um trabalho evolutivo», explica Couto. *«***Tema para dois** *vem na sequência de* **Tabanca***, lançado em 1980 e que tem um grande sucesso em Portugal, nomeadamente na festa do jornal* **Avante***. Os dois LPs constituem, de certa forma, um novo período na vida do conjunto. Até então a nossa preocupação era interpretar música cabo-verdiana, com um repertório virado para mornas e coladeiras, só que com um outro tratamento rítmico. A heterogeneidade do grupo, que tinha gente de vários pontos de Cabo Verde, não lhe permitiu fazer um trabalho mais a fundo da música de Santiago.»*

No caso do "Bulimundo", após a sua consagração nacional, seguem-se as gravações dos primeiros álbuns — **Djan brancu dja** e **Bulimundo**, gravados ambos na Holanda em 1981, mas lançados em momentos diferentes — , o que vem ampliar ainda mais o seu sucesso. Para além da sua força rítmica, o "Bulimundo" envereda pela abordagem de alguns dos problemas sociais e políticos da sociedade cabo-verdiana pós-independência. O oportunismo político e a bajulação aos poderosos, a alienação cultural, a discriminação social da mulher, a democracia e a liberdade de expressão são alguns dos temas tratados pelo olhar crítico de Carlos Alberto Martins, ao mesmo tempo que continua a dar uma especial atenção à maneira de viver e de estar do homem rural de Santiago e ainda a um certo tipo de lirismo cabo-verdiano. *«A partir do primeiro disco, entrámos num processo evolutivo»*, diz Silvestre Alfama, a propósito. *«No terceiro LP,* **Mundo ka bu kaba**, e no quarto, **Batuco**, *isso é mais que evidente. Mas a partir daí entrámos num processo de desgaste e repetição. Nem* **Êxodo** *nem* **Compasso pilon** *têm a consistência dos trabalhos anteriores. Tínhamos chegado a uma fase em que já não era possível fazer enxertias. Isto é, quando se está no início, pode-se imitar este e mais aquele que não há problemas, mas, quando nos tornámos conhecidos, temos que ter cuidado. A meu ver, este foi o desastre do "Bulimundo".»*

Concomitantemente, a nível interno, o relacionamento entre os elementos do grupo agrava-se, acabando por se saldar na saída de Zeca di nha Reinalda, que se junta ao irmão Zezé, outro ex-"Bulimundo", que a solo gravara, em 1981, **Djentis d'aságua**; mais tarde, juntos lançam o seu próprio projecto musical, que começa com **N'ka por si** (1982) e vai desembocar, em 1985, no grupo "Finaçon", depois de terem editado, em 1983, **Konbersu'l tristi korbo nha xintido**, que é um tributo à antiga Vila da Ribeira Grande de Santiago, berço da nacionalidade cabo-verdiana. Voz de marca dos quatro primeiros álbuns do "Bulimundo", a saída de

Zeca di nha Reinalda constitui uma importante perda. *«Ele era um elemento que servia para definir o grupo»*, queixa-se Silvestre Alfama.

Também Catchás, que continuava a ser técnico do MDRP, é transferido por essa altura para Santo Antão, encontrando-se em ruptura com os seus companheiros, que decidem, entretanto, e à sua revelia, ressuscitar o grupo, depois de um período de paralisação. Olhando para a história do conjunto, no entender de Silvestre Alfama, o que nele falhou foi a gestão. *«O "Bulimundo" devia ter um* mannager. *Além de outras coisas, Catchás encarregava-se disso também e houve desavenças terríveis, desde o princípio. Se tivesse havido um* manager, *certos problemas seriam com ele e o grupo não entraria num contínuo processo de auto-destruição. O conjunto evoluía, ganhava nome no mercado, e no entanto tinha problemas graves, nem dinheiro tinha para comprar um gravador. A coisa chegou a um ponto em que ficámos desgastados e os problemas tornaram-se públicos.»*

Confidente de Carlos Alberto Martins, com quem continuava a trocar ideias, para Correia e Silva, o "Bulimundo" falhou por não ter, desde o início, definido uma hierarquia clara. *«Catchás aparecia como dono do grupo e a partir de uma certa altura os demais elementos passam a querer o mesmo. Ele gastou bastante dinheiro neste projecto e era natural que se sentisse dono do grupo. Além disso, os outros não seriam nada sem a visão dele.»*

Neste processo de desgaste, tanto Correia e Silva como Alfama apontam a existência de ciúmes e fomento de rivalidades, acompanhadas de pressões externas ao grupo, como outra grande fonte suplementar de problemas. Diz o primeiro: *«Catchás passa a ter dificuldades para gravar. Os problemas atingem tal magnitude que ele sente a necessidade de declarar no álbum* **Êxodo** *que as composições gravadas nos discos anteriores e assinadas* Bulimundo *eram dele, Carlos Alberto Martins.»*

A ruptura definitiva será em 1985, embora um ano antes, durante a gravação de **Compasso pilon**, em França, ela tenha estado por um fio, segundo revela Silvestre Alfama. *«Havia intrigas externas, o grupo causava invejas... Do poder, nem tanto. Quando saiu* **Batuco**, *por causa da faixa* Democracia, *houve rumores contra esse disco, mas de concreto não houve nada, inclusive essa faixa continuou a passar na Rádio, sem problemas. Os nossos problemas com o poder, verdadeiramente falando, começaram com a saída de Catchás. Deixámos de ser apoiados, ao mesmo tempo que sentimos que as nossas comunicações com o exterior foram cortadas. Por exemplo, deixámos de ser convidados a participar em festivais.»*

Olhando para o período dourado do "Bulimundo", Silvestre Alfama esclarece que o projecto do grupo era muito mais amplo e que não se resumia aos ritmos de Santiago, o que, aliás, é patente em todos os álbuns que incluíram sempre mornas e coladeiras, tidas como expressões musicais mais ligadas às ilhas de Barlavento. *«A primeira fase era Santiago, mas na segunda a intenção era explorar a música das outras ilhas, o que,*

infelizmente, nunca se concretizou. Chegámos a ir ao Fogo, onde estivemos a ouvir o rabolo, mas não fizemos nada sobre isso. A nossa primeira fase foi muito regionalista, porque era necessária.»

Carlos Alberto Martins morre a 29 de Março de 1988, aos 36 anos, vítima de um acidente de viação na Praia, isto é, poucos meses depois do seu regresso de Santo Antão, tendo começado a trabalhar como responsável da Divisão dos Assuntos Musicais da Direcção Geral da Animação Cultural, organismo do Ministério da Informação, Cultura e Desportos. Conduzido ao cemitério por milhares de pessoas, o funeral decorreu sob os acordes de algumas das suas composições, interpretadas pelos seus antigos companheiros do "Bulimundo", entre eles o cantor Zeca di nha Reinalda, e outros tantos músicos que reconheciam nele o homem que fora capaz de projectar musicalmente a sua ilha natal e também Cabo Verde. Em nome do governo, e em crioulo, coube a David Hopffer Almada proferir-lhe o elogio fúnebre.

«O Bulimundo», escreveu o seu criador, *«foi o que se pode chamar o instrumento destinado à execução do FUNANÁ e por isso tudo nele convergiu. O bom e o mau. O bem e o mal teriam que existir neste processo. Não podemos esquecer que em 1980 o Funaná ainda "não era música" e internamente a maior dificuldade era "levar os elementos do conjunto a se consciencializarem e a tocarem esse género de música". / Por isso, o BULIMUNDO não podia ser um grupo "musical" normal, como os outros. Nós fizémos a guerrilha cultural indispensável ao lançamento do Funaná.»*[39]

Notas

1 Maria Lúcia Lepecki, "Lá vem o barco, seló, seló" in edição facsimilada de **Seló, página dos novíssimos**, Instituto Cabo-Verdiano do Livro, Praia, 1990.

2 Aristides Pereira, Discurso inaugural do **Simpósio sobre literatura e cultura caboverdiana**, organizado pela Fundação Amílcar Cabral e destinado a assinalar o cinquentenário de **Claridade**. Mindelo, Novembro de 1986.

3 Segundo Humberto Bettencourt Santos (Humbertona), o projecto surgiu a partir de uma conversa que teve com o pianista António Marques da Silva, durante uma viagem de ambos de Lisboa a S.Vicente, a bordo de um navio. Para além dos dois, o conjunto foi ainda integrado por dois irmãos deste: o baterista José e Luís Marques da Silva, que tocava acordeão e fazia de *manager* do grupo.

4 Amílcar Cabral, "A cultura nacional", in **As obras escolhidas**, volume I, Seara Nova.

5 Id., **PAIGC, Unidade e luta**, p. 187, Nova Aurora, Lisboa, 1974.

6 Kaoberdiano Dambará, **Noti**, apresentação de Ioti Kunta. Edição do Departamento da Informação e Propaganda do Comité Central do PAIGC.

7 Manuel Duarte, **Caboverdianidade e africanidade e outros textos**, Spleen Edições, Praia, Abril de 1999.

8 Gabriel Mariano, **Cultura caboverdeana**, Vega, Lisboa, 1991.

9 Almerindo Lessa e Jacques Ruffié, **Seroantropologia das ilhas de Cabo Verde**, p. 151, 2ª edição, Junta de Investigações do Ultramar, Lisboa, 1960.

10 Vide José Vicente Lopes, "Trinta anos de consciencialização", entrevista com Onésimo Silveira. **A Semana**, Praia, 19-04-93.

[11] Onésimo Silveira, **Consciencialização na literatura caboverdiana**, p. 11, Casa dos Estudantes do Império, Lisboa, 1963.
[12] Id., ibid., p. 22.
[13] Baltasar Lopes, prefácio a **A aventura crioula**, de Manuel Ferreira, p. 15, 3ª edição revista, Lisboa, 19. N.A.: Em termos de rigor histórico, em Maio de 1958, num pequeno artigo intitulado "Negritude e caboverdianidade", in **Boletim Cabo Verde**, nº 104, Gabriel Mariano insurge-se contra a falta de *«humildade científica»* dos seus colegas estudantes que, em Lisboa, se dividiam a favor das teses "Cabo Verde, um caso de regionalismo europeu ou africano". Para Mariano, que elogia Manuel Duarte, pela *«dignidade científica»* das ideias que defende no ensaio "Caboverdianidade e africanidade", pôr o problema do arquipélago em termos dilemáticos, de saber se é África ou Europa, *«é rejeitar a priori e sem qualquer razão científica o aparecimento ou a oportunidade de expressões culturais mestiças»*. Por isso, não deixa, aliás, de ser curioso o facto de Baltasar Lopes usar o mesmo tipo de argumentação no prefácio ao livro de Manuel Ferreira.
[14] Gilberto Freyre, **Aventura e rotina**, Livros do Brasil, 2ª edição, pp. 237-253.
[15] Baltasar Lopes, **Cabo Verde visto por Gilberto Freyre**, p. 7, Imprensa Nacional, Praia, 1956.
[16] Entrevista : Manuel Veiga, Praia, 20-03-96.
[17] José Vicente Lopes, "Trinta anos de consciencialização", **A Semana**, Praia, 19-04-93.
[18] Cf. Dulce Duarte, "Os fundamentos culturais da unidade Guiné-Cabo Verde", in **Conti-nuar Cabral**, Simpósio Internacional Amílcar Cabral, Grafedito/Estampa, Praia, Janeiro de 1983.
[19] Ovídio Martins, "Ilha a ilha", **Raízes**, nº 1, Janeiro/Abril, Praia, 1977.
[20] **Voz di Povo**, "Espaço cultural", Praia, 09-01-76.
[21] Arménio Vieira, "Poesia", **Voz di Povo**, Praia, 23-01-76.
[22] Idem, ibidem.
[23] Entrevista: Mário Fonseca, Praia, 24-04-96.
[24] Nota de abertura, **Raízes**, ibid.
[25] Mário Fonseca, "Quando a vida nascer", **Boletim Cabo Verde,** nº 126, Praia, 1960.
[26] Entrevista: Aristides Pereira, Praia, 26-12-96.
[27] Arménio Vieira, **Poemas**, p. 104, África Editora, Lisboa, 1981.
[28] Michel Laban, **Cabo Verde, encontro com escritores**, Vol. II, Porto. O mesmo poema veio a ser incluído na reedição de **Poemas**, Ilhéu Editora, S. Vicente, sem data.
[29] Entrevista: Manuel Figueira, Mindelo, 24-04-96.
[30] Entrevista (telefónica): Francisco Fragoso, Pontinha, 24-04-96.
[31] Norberto Tavares, in nota de **Volta pa fonti**.
[32] «"Bulimundo" e a música tradicional cabo-verdiana», entrevista com Carlos Alberto Martins, **Voz di Povo**, Praia, 15-03-80.
[33] Carlos Alberto (Katchass), "Funaná a maior conquista", **Tribuna**, Praia, Dezembro de 1986.
[34] Entrevista: José Augusto Fernandes Timas, Praia, 22-04-96.
[35] Entrevista: Silvestre Alfama, Praia, 1995.
[36] Carlos Alberto (Katchass), op. cit.
[37] Entrevista: Anastácio Filinto Correia e Silva, Praia, 21-02-95.
[38] Entrevista: Zeca Couto, Praia, 21-04-96.
[39] Carlos Alberto (Katchass), op. citado.

40
A CONSTITUIÇÃO ADIADA

O compromisso de que a Assembleia Nacional Popular deveria, até 5 Outubro de 1975, elaborar a Constituição da República de Cabo Verde não foi cumprido, o que, de pronto, deixou o regime proclamado a 5 de Julho de 1975 exposto a críticas dos seus adversários. Algumas delas deixarão, com o tempo, o domínio do privado, para ganharem corpo em forma de artigos ou estudos publicados, tanto em Cabo Verde como no exterior.

Felisberto Vieira Lopes

Uma das vozes mais críticas e pioneiras em relação a este assunto é, sem dúvida, a do advogado Felisberto Vieira Lopes, que cedo se incompatibiliza com o regime, acabando por se fixar anos mais tarde em Portugal. Jorge Querido, seu amigo desde a infância em Santa Catarina, entende que Vieira Lopes foi *«bastante maltratado e injustiçado pela malta do PAIGC»*, o que, por conseguinte, tê-lo-á empurrado para a oposição. Querido, que diz conhecer as virtudes e os defeitos do velho amigo, não deixa igualmente de reconhecer que *«quando não está com megalomanias, o Felisberto é um indivíduo extraordinário»*.

Nesta mesma ordem de ideias, Olívio Pires conta o seguinte episódio como forma de ilustrar a personalidade de Vieira Lopes: *«Logo após o 25 de Abril ele apareceu na Holanda a pedir-me que o mandasse a Conakry. Achei que não havia razão para isso; mesmo assim, respondi-lhe que ia perguntar à direcção do partido se valia a pena ele ir, já que não estávamos a nadar em meios. Como eu previra, responderam-me que não era preciso. Não sei como, ele vai a Londres, encontra-se com o Pedro Pires e depois consegue ir a Boké, onde se encontrou com o Luís [Cabral]. O Felisberto começou a falar de si próprio na terceira pessoa como o mais indicado para dirigir o PAIGC em Cabo Verde. Às tantas, o Luís pergunta-lhe:* "Mas quem é esse super-homem de que você tanto fala?!" *Ele responde-lhe:* "Sou eu!" *O Luís contava isso sempre como uma anedota.»*[1]

Tido também como indivíduo conflituoso, na formação do primeiro governo cabo-verdiano, o nome de Felisberto Vieira Lopes foi vagamente referido para ministro da Justiça. Este facto é geralmente evocado quando os dirigentes do antigo PAIGC procuraram defender-se das acusações de Vieira Lopes, que, em Junho de 1980, a propósito

da discussão pública do anteprojecto constitucional, põe preto no branco as críticas relativas à Constituição. Nesse estudo, que o próprio autor, à semelhança de outras intervenções do género, distribui em versões policopiadas e numeradas, é questionada a legalidade e a legitimidade da ANP, que, investida para funções constituintes, não só não cumpriu o prazo de 90 dias, como foi muito mais além, assumindo funções de um parlamento normal, o que, no entender de Vieira Lopes, constituía uma flagrante violação do mandato para que fora conferida, como também *«um golpe de poder»*, de facto.[2]

Em traços gerais, e nalguns casos de forma particularmente dura, Vieira Lopes levanta ainda uma série de outras questões, que vão desde o problema em si da legitimidade da ANP à representação parlamentar das ilhas, a começar por Santiago, referindo-se igualmente ao carácter repressivo do regime. *«O problema, muito real e muito sério, que se põe, é a saída da crise, para uma situação legítima, democrática»*, sublinha o advogado, apontando a seguir oito pontos para a solução do problema. E, destes, destacam-se os seguintes: a revogação das leis repressivas e o restabelecimento das liberdades conquistadas pelo 25 de Abril; a fixação de um programa eleitoral equilibrado; a criação de condições justas e sérias para a eleição de nova e autêntica assembleia constituinte; a aprovação, por esta, de uma Constituição; a rigorosa delimitação e o controle dos poderes e a garantia dos direitos dos cidadãos; e a responsabilização política efectiva do governo perante o parlamento. *«Aprovar qualquer "constituição" no actual estado de coisas seria apenas aprofundar a crise,* radicalizar a repressão *(acobertada de aparência de legitimidade),* radicalizar a orientação bairrista e antinacional *que, é facto notório e ostensivo, marca negativamente as instituições implantadas em Cabo Verde, já desde o Governo de Transição e que sempre se foi agravando.»*[3]

António Caldeira Marques

Também António Caldeira Marques, no início, juiz do Conselho Nacional de Justiça, mais tarde, representante de Cabo Verde na Conferência Internacional dos Direitos do Mar, para além de outras funções na administração cabo-verdiana, é outra voz que acaba por manifestar pontos de vista idênticos aos de Vieira Lopes no que concerne à Constituição. Na entrevista que me concedeu, esclarece, porém, que a sua posição é bem anterior à do seu colega e que as ideias deste em nada o surpreenderam, na medida em que ele próprio já havia manifestado algumas delas, nomeadamente a questão da perda de legitimidade pela ANP: primeiro, em privado, e, mais tarde, na primeira assembleia do Ipaj, feita em S. Vicente, em 1978. *«Eu sempre defendi essa ideia, com base no regime de mandato. Ou seja, a ANP tinha*

uma "procuração" para, no prazo de três meses, elaborar a Constituição. Findo esse prazo deixou de ter o poder que lhe tinha sido conferido, o que significava que não podia reconhecer a legitimidade à ANP para, depois do prazo, elaborar a Constituição. É muito simples.»

Para ele, o prazo podia ser curto, mas *«não se podia estar a brincar»* com um assunto tão sério, pelo que a renovação da "procuração" ou da legitimidade da ANP teria, forçosamente, de passar por uma nova consulta ao povo. *«Antes da reunião do Ipaj, eu já tinha trocado ideias com o Manecas Duarte, o Raúl Varela e com o Germano Almeida. Quando a questão veio à baila na assembleia do Ipaj, só meia dúzia é que me deu razão. Depois da reunião, o Almada [David Hopffer] foi à Rádio dizer algumas coisas contra mim, é então que escrevo uma carta ao presidente da República, com cópias para o presidente da ANP e para o primeiro-ministro, na qual apresento as minhas razões. Ainda em S. Vicente, estive a falar com o Corsino Tolentino, que me deu a entender que eu tinha razão, mas que, politicamente, não achava conveniente que o assunto fosse levantado em público.»*

Embora admita que fosse um *«legalista com posições não rígidas»*, Caldeira Marques esclarece que jamais pôs em causa a independência ou a existência jurídica do Estado de Cabo Verde, como vem depois a ser dito quando rompe com o regime da Cidade da Praia.[4] *«Temos de ser realistas»*, começa por explicar. *«As coisas não se fazem do pé para a mão. A partir do momento em que a soberania tinha sido transferida para o Estado de Cabo Verde, eu apenas punha em causa a legitimidade dos órgãos de soberania. Nunca pus em causa a independência e a soberania em si do Estado de Cabo Verde. Nem isso faria sentido»*.

«Em traços gerais», acrescenta, *«até à aprovação da Constituição, eu atribuí ao PAIGC um crédito de confiança. Só que a Constituição, nos moldes em que veio, a atitude do partido em relação a ela foi endurecendo, a própria forma como a unidade com a Guiné era apresentada, isto é, como coisa imposta, foram pedras de toque para a minha rejeição ao PAIGC, de quem nunca fui militante, apesar de reiterados convites para sê-lo.»*

Excluído do processo de elaboração da Constituição, embora fosse um dos poucos juristas em Cabo Verde, Caldeira Marques diz ter, na altura própria, reiterado as suas reservas ao anteprojecto dessa lei, nomeadamente, aquando da sua apresentação aos funcionários do Ministério da Justiça. *«Para além da questão da unidade com a Guiné, havia para mim um défice de direitos, liberdades e garantias, havia também a questão dos tribunais populares que apareciam a administrar a Justiça. Eu não aceitava que esses tribunais pudessem julgar e condenar até seis meses de prisão.»*

Também Caldeira Marques é visto com algum menosprezo por certos dirigentes do PAIGC/CV, que o acusam de oportunismo e outras coisas mais, reduzindo as suas críticas a um certo despeito, já que, no entender dos mesmos, esse advogado foi, em Portugal, um daqueles

que, com o 25 de Abril, fez a sua corrida apressada para o firmamento cabo-verdiano. Uma testemunha ocular, que pede o anonimato, lembra-se de Caldeira Marques numa reunião de cabo-verdianos em Lisboa, feita nas vésperas da ronda negocial de Londres, na qual ele defendeu o envio de observadores para ver o que é que as autoridades portuguesas iriam discutir com o PAIGC. *«Ele dizia, referindo-se ao PAIGC:* "A gente não os conhece!" *Nessa reunião estava também o Sérgio Duarte Fonseca.»*

Amaro da Luz lembra-se de Caldeira Marques na Casa de Cabo Verde, em Lisboa, e dele não tem boas recordações. *«Até ao 25 de Abril, o Caldeira Marques sempre hostilizou o PAIGC. Em Portugal, ninguém se dava com ele, era do grupo do Lucas da Cruz... Ele aparece no GADCG a tentar contrariar a malta jovem do PAIGC e, de repente, surge em Cabo Verde. Infelizmente, tentou-se muito cedo uma reconciliação nacional com certos indivíduos; numa situação normal, ele não tinha hipóteses de chegar aonde chegou. Antes de ir para a Conferência Internacional dos Direitos do Mar, aqui na Praia, ele hostilizava sobretudo o Hopffer Almada. Nas Nações Unidas cheguei a duvidar do comportamento dele e manifestei-o em carta enviada para a Praia. Como representante de Cabo Verde, as pessoas não compreendiam que ele tomasse posições contra a África, pondo em causa os nossos próprios interesses.»*[5]

Em relação à primeira questão, embora negue que tenha pronunciado a frase *«A gente não os conhece»*[6], Caldeira Marques esclarece que foi naquela reunião, feita na rua da Artilharia, que se decidiu criar o Grupo de Acção Democrática de Cabo Verde (GADC), que deveria funcionar como um grupo de reflexão, e que, após isso, ele e Manuel Chantre foram a Roterdão encontrar-se com Olívio Pires. *«Foi um encontro muito proveitoso, para nós e para o PAIGC. Eles não estavam informados a nosso respeito e nós tínhamos algumas perguntas a fazer».*

E, quanto à sua participação na Conferência Internacional dos Direitos do Mar esclarece que as posições que tomou foram previamente concertadas com o primeiro-ministro, Pedro Pires, a quem apresentava contas do que se passava. *«Eu fazia dois relatórios, um político e outro diplomático: tudo aquilo que se passava eu punha nos meus relatórios. Em relação ao Grupo Africano, devo dizer que nem sempre ele ia por posições técnicas, mas políticas. Acontece que a Conferência Internacional dos Direitos do Mar era um organismo altamente especializado. Ora, eu estava lá como técnico, para tomar a melhor posição técnica para Cabo Verde.»*

Caldeira Marques irá romper com o regime em finais de 1981, instalando-se em Portugal como advogado, com escritório em Almada. Tinha passado o estado de graça que dera ao PAIGC e, curiosamente, mais do que razões políticas, por trás do seu rompimento esteve um conflito de cariz administrativo com o então ministro da Justiça, David Hopffer Almada, pessoa que considerava politicamente escorregadia e

que acusa de ter passado a vida a intrigar contra ele. Tinha chegado o tempo de ser nomeado definitivamente juiz de direito, pelo que dirige o requerimento ao titular do Ministério a que pertencia. *«O Almada exarou um despacho a indeferir o meu pedido, alegando que eu não tinha idoneidade moral e política; no máximo, podia continuar a trabalhar como técnico.»*

Jorge Carlos Fonseca

Por fim, ainda em relação ao prazo de 90 dias que a ANP tinha para elaborar a Constituição, também Jorge Carlos Fonseca, em 1990, irá concluir, no estudo que dedica ao assunto, que *«a Assembleia Constituinte violou o seu mandato, quer por acção, quer por omissão, já que, por um lado, ultrapassou os limites temporais e de competência do seu mandato (funcionando, até Setembro de 1980, como Assembleia Legislativa, Assembleia "normal"), e, por outro, não aprovou, na forma e nos termos impostos pelo mandato que possuía, a Constituição da República»*.[7] Curiosamente, ao contrário de Caldeira Marques e Vieira Lopes, Fonseca integra inicialmente a comissão de juristas que irá elaborar o primeiro esboço da futura Constituição, que será aprovada em Setembro de 1980.

Os embaraços da Lope

Por si bastante limitativa e vaga, e por esta razão tida pelos juristas como um saco sem fundo, a Lope não conseguia responder de forma cabal aos naturais conflitos que a nova sociedade cabo-verdiana ia gerando no seu dia-a-dia. Ministro da Justiça durante os primeiros 10 anos da independência, David Hopffer Almada não esconde, hoje, a dor de cabeça ou os embaraços que o referido diploma constitucional passou a representar, na altura, para os homens de lei. *«Às vezes sentíamo-nos acabrunhados diante das incongruências da Lope; era preciso ver o que dizia o programa do PAIGC, porque, num dos seus pontos, a lei ordenava que nada podia ir contra os princípios e os objectivos do partido»*.

Não sendo de todo insensíveis às críticas, o primeiro passo foi a própria ANP aprovar, na sua IV sessão, em Fevereiro de 1977, em S. Vicente, uma nova versão do artigo dois da Lope, na qual é retirada qualquer menção ao prazo para a comissão encarregada de apresentar uma proposta de lei constitucional entregar o seu trabalho. Tal solução significa, segundo o **Voz di Povo**, a assunção da *«inconveniência da elaboração imediata de uma Constituição, quando o país goza de pouca experiência política como Estado independente»*.[8]

E como lembra Abílio Duarte, no seu discurso de abertura dessa mesma sessão legislativa, tinha sido criada na sessão anterior, em Abril de 1976, uma comissão que deveria elaborar o referido anteprojecto

constitucional. Essa comissão, presidida pelo próprio Duarte, e constituída por Silvino da Luz, Carlos Reis, José Luís Fernandes, Luís Fonseca, Alexandre Ramos de Pina e Humberto Bettencourt, assessorada juridicamente por Manuel Duarte, Renato Cardoso e Jorge Carlos Fonseca, deveria integrar, com uma congénere guineense, o Conselho da Unidade e este, por sua vez, elaborar o Projecto de Constituição dos dois países.[9] Dos dados e argumentos avançados pelo presidente da ANP, se deduz que era intenção do PAIGC conduzir, de forma simultânea e consentânea, Cabo Verde e Guiné-Bissau a uma situação de que resultaria a almejada unidade orgânica dos dois Estados.

Mas, independentemente disso, o que importava agora era justificar o não cumprimento do compromisso inicial do Estado cabo-verdiano com os seus cidadãos e com a comunidade internacional, ao fim e ao cabo, já que a situação criada — a inexistência da Constituição, na verdadeira acepção da palavra — surgira de um acordo com a antiga potência colonial. Pedro Pires, o homem que negociou a independência, explica deste modo o embaraço: *«Podia parecer lógico que a Constituição fosse aprovada logo em 1975. (...) Se tivéssemos começado com a Constituição, era muito possível que os portugueses nos obrigassem a aprovar uma Constituição elaborada por eles ou com eles. Eu penso que um elemento importante teria sido evitar que a Constituição fosse elaborada pelos portugueses ou negociada em Washington.»*[10]

Ainda em relação ao prazo estabelecido, enquanto Olívio Pires considera ter sido uma utopia acreditar que seria possível elaborar uma Constituição em três meses, Abílio Duarte culpa a ingenuidade e a inexperiência dos dirigentes cabo-verdianos na assunção de tal compromisso; nega, por outro lado, que tenha havido qualquer intenção deliberada de não se cumprir o prazo. Quer um, quer outro, alegam que o PAIGC decidiu dar tempo ao tempo como forma de clarificar o que se pretendia em matéria constitucional, decisão essa expressa na primeira reunião da comissão constitucional, feita a 11 de Dezembro de 1976, na Praia.

Olívio Pires alude, uma vez mais, à preocupação dos dirigentes cabo-verdianos de evitar um regime em que o Estado e o partido se confundissem numa única entidade, acabando o *modus-vivendi* por sair das recomendações do Congresso de Bissau, feito em Novembro de 1977. *«Essas recomendações foram retomadas pela Constituição. Da discussão havida, resultou uma Constituição híbrida, semipresidencialista, apesar do presidente ser eleito pela ANP. Ao contrário das constituições socialistas, no nosso caso, o presidente tinha múltiplas funções».*

No seu também já referido discurso, dirigido aos deputados na IV sessão parlamentar, em Março de 1977, Abílio Duarte justificava a inexistência de uma lei fundamental, alegando que vários eram *«os*

Arquivo: Miliú Duarte

Renato Cardoso, Onildo Pires, Manuel Duarte, David Hopffer Almada, António Mascarenhas Monteiro e Carlos Veiga. Tarrafal, Abril de 1979.

países que só adoptaram uma Constituição após um período mais ou menos largo de acumulação de experiências sócio-políticas, e apenas quando se encontraram reunidas as condições indispensáveis para dar passo tão prenhe de responsabilidades». E, para apaziguar os espíritos, ele anunciava que a comissão encarregada de elaborar a futura carta magna iria, oportunamente, propor a adopção de uma lei constitucional, *«mais extensa e mais completa do que a vigente Lei de Organização Política do Estado, mas que ainda não assumirá a amplitude, projecção e responsabilidade duma Constituição Política».*[11]

Os antecedentes da Constituição

Os primeiros passos para a elaboração da primeira Constituição de Cabo Verde datam, no mínimo, de Setembro de 1974. De acordo com um relatório de Manuel Duarte à direcção do PAIGC, feito em Lisboa, de 7 a 15 de Setembro, decorreram em Roterdão reuniões de trabalho entre ele, Olívio Pires, Abílio Duarte e Manuel Faustino, nas quais, enquanto jurista, deu *«uma modesta contribuição para o equacionamento e esclarecimento de alguns problemas práticos relacionados com a constituição do Executivo Provisório e o processo eleitoral conducente à formação da Assembleia Nacional Popular de Cabo-Verde».*[12]

Por incumbência dos dirigentes do PAIGC, Manuel Duarte e Manuel Faustino contactaram, em Lisboa, de forma cautelosa (sic), Baltasar Lopes da Silva, *«sobre as condições e as bases em que ele aceitaria cola-*

borar em trabalhos de elaboração legislativa». Nisso estaria a Constituição e outros diplomas a serem criados durante o período de transição. Sucede que Duarte adoece, entretanto, por essa altura, o que inviabiliza o plano estabelecido, e, por isso, chegada a data da independência, negada que fora a solução constitucional, afastada pelos cabo-verdianos na reunião do CSL do PAIGC, em Bissau, decidiu-se avançar com a Lei de Organização Política do Estado, vulgarmente conhecida pela sua sigla, Lope. Feita a toque de caixa, esta lei constitucional acabou por ser a justificação dada ao governo português, com a condição de que em 90 dias se apresentaria a proposta de Constituição definitiva, já sem a pressão externa, conforme Pedro Pires, para quem, recorde-se, *«um elemento importante teria sido evitar que a Constituição fosse elaborada pelos portugueses ou negociada em Washington».*

Ainda como curiosidade, os papéis de Manecas mostram que, em relação ao governo de transição, o PAIGC pensava nos seguintes "secretários" para a sua composição: Manuel Duarte, para assuntos ligados à Justiça e à Ordem Pública interna; Corentino Santos, Economia e Finanças; Adriano Lima, Saúde, Assistência e Planeamento de Medidas de Combate à Crise Cíclica; e Amaro da Luz, que teria a seu cargo assuntos ligados à eleição da Assembleia Constituinte. Em branco ficaram os nomes para os "subsecretários" da Agricultura e Trabalho e, ainda, Emigração. Em relação aos integrantes da "equipa de Redacção da Constituição", de Roterdão, ficara também decidido que José Araújo seria o supervisor, Manuel Duarte, o coordenador, tendo, ainda, Baltasar Lopes da Silva (*«a confirmar»*), Renato Cardoso e um delegado do PAIGC em Cabo Verde.

A questão constitucional é retomada em 1976, com a eleição, em Abril, pela ANP, de uma comissão parlamentar, que pouco ou nada fez de concreto, cabendo antes a tarefa a uma comissão de juristas, que, segundo Jorge Carlos Fonseca, apenas começaria a trabalhar após o III Congresso do PAIGC, feito, recorde-se, em Novembro de 1977.[13] A comissão parlamentar e os consultores jurídicos (Manuel Duarte, Renato Cardoso e Jorge Fonseca) reúnem-se, pela primeira vez, na Praia, a 11 de Dezembro de 1976, no edifício do Ministério dos Negócios Estrangeiros; de acordo com a acta do encontro, o mesmo visou estabelecer os parâmetros de trabalho dos seus componentes, por proposta de Manuel Duarte. Antes, o jurista e ministro da Justiça, David Hopffer Almada, quis, como questão prévia, saber se estavam ou não *«amadurecidas as condições para adopção duma Constituição». «No seu entender, era de se optar por uma Lei Constitucional mais completa do que a Lei da Organização Política do Estado que contém inúmeras lacunas e indefinções».*[14]

Seguem-se várias outras sugestões, nomeadamente, organização de grupos de trabalho cuja função primeira seria definir *«as linhas ten-*

denciais da nossa sociedade nos planos político, económico e cultural» (Manuel Duarte), um debate igualmente prévio sobre os vários assuntos e a definição de uma *«base doutrinária»* (José Luís Fernandes) a ter em conta na elaboração do anteprojecto etc. Abílio Duarte, enquanto presidente da comissão constitucional e o mais alto dirigente da mesma, esclareceu a natureza e a competência do dito grupo, salientando que *«o caminho para a actividade da Comissão deveria ser, partir dos escritos oficiais do Partido, aprofundar as análises e elaborar projectos para serem submetidos à ratificação do Partido e à aprovação da Assembleia».*

Enfim, feito o esquema geral provisório para o "II Anteprojecto da Constituição da República de Cabo Verde", de que foi relator Jorge Carlos Fonseca, este expôs as linhas gerais que tinham orientado o tal esquema, apontando *«os pontos que em seu entender será necessário tratar com certa relevância, como sejam a competência dos órgãos de soberania, o poder local, o órgão permanente da ANP e as relações internacionais»*. E, acrescenta o documento, dado o consenso existente, Fonseca propôs ainda *«a necessidade de se enumerarem as atribuições dos órgãos de soberania e de regulamentar os dominios da competência exclusiva da ANP»*, e, que, tendo em conta a conjuntura de então, *«em vez de ser uma Constituição, fosse uma Lei Constitucional, de acordo com a questão prévia levantada»* por David Hopffer Almada. Este, logo no início da sessão, lembrara que uma Constituição *«pressupõe toda uma experiência legislativa e de governação que, no curto período decorrido após a independência não poderíamos ter a pretensão de possuir»*.

Constituídos os vários grupos de trabalho, escolhidos os seus integrantes e responsáveis por temas (natureza e funções do Estado, bases da unidade Guiné-Cabo Verde, esquema do anteprojecto da lei constitucional...), marcou-se a próxima reunião para 15 de Janeiro de 1977. Daí que, em Fevereiro, na já aludida IV sessão da ANP, feita em S. Vicente, se tenha avançado para a nova versão do artigo dois da Lope, deixando, portanto, de haver o prazo de 90 dias para a aprovação da Constituição da República, um adiamento só interrompido dois anos depois.

Além de Manuel Duarte, Renato Cardoso e Jorge Carlos Fonseca, a equipa de consultores é reforçada, depois, por António Mascarenhas Monteiro e Carlos Veiga, todos juristas, com excepção de Fonseca que ainda não havia concluído o curso, e ainda por Onildo Pires, funcionário da Administração Interna, que secretariou as reuniões, e David Hopffer Almada. E é este grupo, na verdade, que vai elaborar o anteprojecto constitucional, trabalho esse que termina somente em Abril de 1979, altura em que vem à tona o problema do fraccionismo no PAIGC. Submetido à apreciação da direcção do partido, o anteprojecto constitucional *«foi por esta rejeitado»*, conforme conta Jorge Carlos Fonseca.[15]

«Estávamos no Tarrafal a trabalhar e chega a notícia de que estava a haver bronca na Praia», recorda-se, também, David Hopffer Almada, que explica como é que a equipa começou a trabalhar. *«A partir de directrizes recebidas do partido, elaborámos um projecto que foi muito discutido entre nós. Esse projecto seria depois bastante modificado, com excepção do capítulo dos direitos e garantias, que se manteve mais ou menos como estava... Procurámos também consagrar as conquistas no campo social, a separação do Estado da Igreja, a independência dos tribunais... Um dos assuntos mais discutidos entre nós foi o papel do partido na sociedade. A nossa conclusão é que o partido devia ser a* "força principal", *o que admitia a possibilidade de haver outros partidos. A nível do PAIGC é que a coisa não foi avante e isso culminou com o projecto que o José Araújo e António Mascarenhas Monteiro levam para a RDA, quando vão consultar constitucionalistas alemães. Pode-se dizer que a versão final já não é exactamente a que saíra da nossa reunião.»*

Jorge Carlos Fonseca lembra-se de que a versão chumbada estava muito próxima da Constituição portuguesa de 1976. *«Tratava-se de um projecto bastante avançado para a época. Como ficou pronto na altura em que se dá o problema do fraccionismo, dizia-se que tinha mãos dos "fraccionistas". Fez-se, por isso, um novo projecto mais curto.»* Olhando para o passado, Fonseca diz não saber se o projecto seria ou não aprovado, caso não tivesse havido o processo de rectificação ideológica no PAIGC. *«Conversando com o Renato, ele dizia-me, a propósito, por exemplo, do* "partido força principal" *e não* "dirigente"*:* "Os gajos não vão aceitar isto." *Mesmo assim, ele apontava como argumento os países com regimes mais ortodoxos, onde havia mais do que um partido — casos da Polónia, RDA...»*

Para Fonseca, havia uma certa homogeneidade de pontos de vista entre os elementos que constituíam a comissão técnica, o que facilitou o trabalho do grupo. *«Discutia-se e chegávamos ao consenso. Apesar do avanço que o projecto podia ser, eu tinha consciência que havia limitações ou coisas que não estavam bem. Por exemplo, não se contemplava mecanismos eficazes de fiscalização das leis. Tinha muitas conversas com o Manecas e com o Mascarenhas Monteiro sobre o problema da democracia interna no PAIGC e no país. Acontecia o mesmo com Carlos Veiga. Lembro-me de ele fazer críticas, apesar de não estar ligado a nenhum grupo dentro do PAIGC. Ele era membro de uma secção, mais tarde é que veio a entrar no sector autónomo da Praia; era-nos útil porque nos dava informações, avisava-nos do que se estava a passar. Era um fulano com boas relações.»*

Da sua parte, António Mascarenhas Monteiro lembra que quando foi chamado a integrar a comissão técnica já havia um pequeno esboço e que, internamente, entre os integrantes da mesma comissão, houve uma distribuição de tarefas, tendo-lhe cabido a parte das competências da ANP e do presidente da República. *«Já havia pontos sobre os quais não podia haver discussão. Era um regime de partido único e isso devia ser respei-*

tado. Mesmo assim procurámos introduzir alguns elementos de abertura. O Renato Cardoso e o Carlos Veiga chegaram a defender o direito à greve; eu defendi que, para além do partido, grupos de 300 cidadãos pudessem apresentar candidatos à ANP. Houve muita discussão sobre a forma como o presidente da República deveria ser eleito. Prevaleceu que devia ser por escrutínio universal, directo e secreto. Entre nós, chegámos também à conclusão que não se podia ir longe de mais, sob pena de nada passar. Tentámos na medida do possível, dentro do quadro geral do partido único, introduzir elementos que pudessem democratizar o regime. No final, entregámos o projecto a quem de direito e tudo isso caiu, mais tarde.»

Para Olívio Pires, sempre se partiu da base que o *draft* elaborado pela comissão técnica estaria sujeito a alterações, cabendo a última palavra à direcção do partido, cujo programa constituía, ao fim e ao cabo, a fonte inspiradora dos "constitucionalistas" cabo-verdianos. *«Mas algo terá perturbado bastante a questão da Constituição»*, admite. *«Enquanto o grupo trabalhava no Tarrafal, deram entrada os pedidos de demissão do governo de Manuel Faustino e José Tomás Veiga. Isso afectou o partido e teve igualmente influência imediata no comportamento de certos elementos da comissão, nomeadamente Carlos Veiga, que passou, nalgumas questões, a defender teses radicalmente opostas às por ele defendidas até então.»*[16]

Na mesma linha de pensamento do seu velho camarada Olívio, Abílio Duarte classifica de *«tretas»* as alegações ou as acusações de que os "políticos" chumbaram o trabalho dos "técnicos", não poupando directamente Felisberto Vieira Lopes, António Caldeira Marques e Jorge Carlos Fonseca, os autores das análises mais consistentes desta questão. *«Todos os ataques foram feitos numa base política. Tudo foi aproveitado como pretexto para atacar o PAIGC e, mais tarde, o PAICV. A ANP não tinha nada, não tinha quadros, não tinha consultores jurídicos. Que experiência tínhamos, em 1975, para fazer uma Constituição? A única pessoa com formação nessa área era o Tony Mascarenhas, que veio depois.»*

E quanto à ideia de que os "políticos" chumbaram o trabalho dos "técnicos", Duarte responde de forma não menos peremptória: *«Não me venham dizer que eles queriam uma coisa diferente daquilo que se aprovou. A tese de que eles apresentaram uma coisa e os "políticos" chumbaram é falsa. Mesmo em relação ao artigo quatro, hoje cada um pode dizer o que quiser, mas que, na altura, todos concordavam com ele, lá isso é verdade! A Constituição de 1980 é da responsabilidade da equipa técnica e dos elementos políticos que constituiam a comissão, porque o essencial foi mantido.»*

Antes de ser apresentado à ANP, o projecto final — o terceiro, segundo Jorge Carlos Fonseca — foi levado por António Mascarenhas Monteiro à RDA, tendo feito a viagem na companhia de José Araújo e de Fidélis Almada, que também levavam com eles o projecto da nova Constituição guineense. Mascarenhas Monteiro esclarece que o objecti-

vo da viagem foi meramente académico e que foi praticamente nula a contribuição dos alemães. *«O nosso projecto estava pronto e um belo dia recebo um telex do Araújo para ir com ele à RDA discutir com constitucionalistas alemães. Fui a Bissau e fiquei dois ou três dias a discutir o projecto deles. Um dos aspectos que chamou a minha atenção é que, no nosso projecto o primeiro-ministro tinha atribuições e no deles, não. Depois de muita discussão, o Araújo adoptou a nossa posição. Fomos para a RDA. E lá vejo, no projecto guineense, o primeiro-ministro sem atribuições, novamente. Viro-me para o Fidélis e pergunto-lhe:* "O que é que se passa?" *Ele responde-me:* "Não entro nesta luta porque é o Nino que está, mais uma vez, em causa. Depois da morte de Cabral, propus o nome dele para secretário-geral e estive no fundo do poço, por causa disso".»

A discrepância constitucional entre a Guiné e Cabo Verde volta a ser questionada durante uma reunião "informal" da cúpula do PAIGC, feita na Praia, entre final de Setembro e início de Novembro. Nela tomaram parte, do lado guineense, Luís Cabral e José Araújo e, do lado cabo-verdiano, Aristides Pereira, Pedro Pires e outros altos dirigentes. *«Nós manifestámos ao Luís o nosso desacordo face à opção para a Guiné»*, revela Olívio Pires, um dos participantes da reunião, que decorreu no gabinete de Aristides Pereira, na Presidência da República. *«Não nos parecia razoável que, em Cabo Verde, o primeiro-ministro fosse o chefe do governo e na Guiné, não. O Araújo, que tinha vindo dias antes do Luís, chegou a estar de acordo, mas, depois, embarcou com o Luís. O Aristides, como secretário-geral, teve alguma culpa, porque, concordando connosco, não fez valer a sua autoridade. O problema é que as pessoas na Guiné não discutiam, aceitavam tudo o que o Luís quisesse. Mesmo nós, de Cabo Verde, tínhamos dificuldades em fazer passar as nossas ideias se o Luís estivesse em desacordo. Os guineenses eram maioritários nos órgãos do partido e o Luís manobrava bem...»*

Luís Cabral rejeita que a sua atitude tenha sido a mola que vai accionar o movimento de 14 de Novembro, como acusam os seus antigos camaradas de Cabo Verde. *«Na Guiné, a Constituição foi discutida ampla e abertamente pela população; ninguém sofreu por causa disso. Acontece que nem o Nino nem o Chico Té foram chefes de governo. Aliás, a figura de comissário-principal não existia na Constituição de Madina do Boé. Foi um cargo criado por mim, de forma a ter um dirigente que filtrasse as coisas que iriam ser despachadas pelo chefe de Estado. O problema é que o Nino não ligava nenhuma às suas funções. Por exemplo, discuti uma vez com ele e com o Carlos Correia o orçamento do Estado e a única questão que ele pôs era saber qual era a verba para construir a casa dele. Enquanto o Nino foi ministro das Forças Armadas, nunca conseguimos saber quantos homens havia nas Forças Armadas. Em Bissau, depois da independência, todos os homens que tivessem algum problema de natureza disciplinar, nas Forças Armadas, no partido ou*

no Estado, iam instalar-se na casa dele. Com o Chico ou com o Tchutcho, isso era impensável, porque eram homens de princípios, ao contrário do Nino.»[17]

O debate possível

Por decisão do CEL do PAIGC, reunido em Bissau, em Março de 1980, os anteprojectos constitucionais da Guiné e de Cabo Verde foram submetidos à discussão pública nos respectivos territórios, depois de ter sido feito o mesmo nas estruturas do partido.[18] Comentando a decisão à imprensa, na sua chegada à Praia, Aristides Pereira dizia tratar-se de *«encontrar um texto-projecto que deverá ser submetido à discussão em todas as estruturas de base, antes de ser submetido à discussão popular e apresentada à Assembleia Nacional Popular»*.[19]

No caso cabo-verdiano, o anteprojecto em causa foi publicado no **Voz di Povo** de 27 de Junho, seguindo-se em todo o país a sua discussão pública, orientada por dirigentes do PAIGC, entidade que aparecia, no artigo quinto, como *«a expressão suprema dos interesses das massas populares e a força dirigente do Estado e da sociedade»*. E, como tal, cabia-lhe definir as etapas da reconstrução nacional, as bases gerais do programa político, económico, social, cultural, de defesa e segurança a realizar pelo Estado e ainda seleccionar os candidatos aos órgãos do poder e os quadros para as funções dirigentes no aparelho do Estado e da economia. No capítulo da unidade, o anteprojecto dizia que era *«vocação histórica do povo de Cabo Verde (...) criar com o povo da Guiné-Bissau uma união orgânica livre e voluntária para a construção de uma Pátria forte e progressiva»*. Tirando isso, o documento inseria os aspectos mais ou menos habituais de um texto do género, consagrando os chamados direitos, liberdades, garantias e deveres fundamentais dos cidadãos, para além da forma como o poder passaria a estar organizado no país.

António Fidalgo Barros

Feito o debate, classificado de farsa pelos adversários do regime, o projecto constitucional foi finalmente submetido ao parlamento na sua IX sessão, iniciada a 3 de Setembro e terminada três dias depois, sessão essa que também aprovou a nova lei eleitoral. Aqui, a única voz a destoar do coro foi a do deputado António Fidalgo Barros, frade capuchinho, director do **Terra Nova**, jornal criado em Abril de 1975 e que irá, com o tempo, constituir um canal de crítica ao regime. Fugindo do unanimismo, o deputado propôs uma nova redacção para o célebre artigo quatro, que estipulava que o PAIGC era a força dirigente do Estado e da sociedade, defendendo, em seu lugar, que *«o PAIGC continuará a realização do seu programa político em Cabo Verde na base da presente Consti-*

tuição», o que provoca de imediato a reacção de algumas das figuras notórias do regime. Evocando a legitimidade histórica do PAIGC, o deputado João José Lopes da Silva (Jota-Jota) defende que a haver compromisso, esse *«compromisso deve ser da Constituição com o PAIGC e não do PAIGC com a Constituição»*; para Silvino da Luz, se a formulação de Fidalgo Barros fosse aceite, ela *«poria de certa forma em causa a qualidade do nosso partido como força dirigente da sociedade»*.[20]

Fidalgo Barros haveria ainda de atirar nova pedrada no charco durante a discussão da nova lei eleitoral, ao defender uma repartição entre o PAIGC e os cidadãos na primazia da apresentação de listas dos candidatos à ANP, o que provoca a reacção tempestiva e irada de Pedro Pires. Recorde-se que, na lei de 1975, aprovada no âmbito do acordo que conduziu Cabo Verde à independência, essa apresentação cabia a grupos de 300 cidadãos. Com a nova lei, tal primazia passa a pertencer por inteiro ao PAIGC, *«não sendo permitida mais de uma lista de candidatos no mesmo círculo eleitoral»*, segundo o artigo 44.[21] Neste âmbito, cabia ainda ao mesmo partido a promoção e a organização do processo eleitoral, inclusive a condução da campanha eleitoral.

Natural da ilha do Fogo, nascido a 8 de Março de 1948, António Fidalgo Barros passou a ter contactos, embora vagos, com o PAIGC desde os seus tempos de estudante em Terento, Itália, onde estava quando Amílcar Cabral, Agostinho Neto e Marcelino dos Santos são recebidos em audiência, em Julho de 1970, pelo papa Paulo VI, acontecimento que marca a luta dos movimentos de libertação e que irrita a hierarquia lusa, a ponto de um general lamentar que *«Paulo VI não tivesse levado da nação portuguesa o pontapé no traseiro que bem diligenciou merecer»*.[22] Para Cabral, porém, com a audiência, os católicos passaram a saber a quem deviam apoiar, daí para frente, no conflito ultramarino.

Mais envolvido no processo político, um condiscípulo de Fidalgo Barros, de Moçambique, dirige-se a Roma para participar no *meeting* que aqueles dirigentes iriam animar depois do encontro com o papa. *«No regresso ele contou-me o que se tinha passado»*, refere o colega cabo-verdiano, que retorna a Cabo Verde em Agosto de 1974, uma vez terminados os seus estudos eclesiásticos. *«Eu não era militante do PAIGC»*, esclarece, *«mas achava a causa defendida por esse partido justa, que era a independência de Cabo Verde. Isso é que mais me interessava. Além disso, naquela altura o PAIGC gozava de boa imagem internacional. Era uma época terceiro-mundista, toda a gente queria apoiar os movimentos de libertação...»*[23]

Colocado no Fogo, foi aí que Fidalgo Barros aceita envolver-se de forma mais estreita no processo político em curso no arquipélago. É eleito deputado pelo círculo de S. Lourenço; e na tarde de 5 de Julho de 1975, ajuda o novo bispo da Diocese de Cabo Verde, o cabo-verdiano D. Paulino Livramento Évora, que substitui o goês D. José Colaço, a

celebrar na capital a missa em louvor da independência, acto que conta com a presença das novas autoridades do país, entre elas o presidente Aristides Pereira. *«Aceitei ser deputado, mas cedo tornou-se incompatível com o que eu sonhava que devia ser o parlamento. A atmosfera teatral que se vivia, tudo isso levou-me a repensar a minha participação. O choque final surgiu com a aprovação da Constituição, nomeadamente com a discussão do artigo quarto, a unidade com a Guiné e, por fim, a lei eleitoral.»*

Fidalgo Barros confessa que tinha a consciência de que não poderia surgir disso um grande debate, por razões óbvias. *«Por isso, eu estava mais interessado em lançar uma pedrada. Interessava-me fazer reflectir o parlamento, o partido, a sociedade. Interessava-me mais isso do que uma ruptura bombástica. Mas, de repente, depois da minha intervenção, vi-me completamente isolado, e já não podia conversar com ninguém. Um ou outro ainda veio ter comigo, quase às escondidas, para me dizer que eu tinha razão. Na verdade, na altura eu nada tinha a perder: era padre, sentia-me mais livre para dizer o que pensava. Depois disso, ainda fui abordado para integrar novamente as listas de deputado, o que para mim era impensável.»*

Olhando para o passado, Fidalgo Barros considera o período que vai da luta nacionalista aos primeiros anos de Cabo Verde independente como sendo uma *«experiência extraordinária»*, tanto do ponto de vista pessoal como colectivo. *«Os movimentos de libertação são dignos de apoio, mas depois sentam-se no trono e tornam-se outra coisa. A independência, afinal, não significou a liberdade e a democracia e por isso era preciso continuar a lutar...»*

Fidalgo Barros é transferido, entretanto, do Fogo para S. Vicente, a fim de aqui instalar a ordem de que é membro, ao mesmo tempo que o seu jornal vai aproveitando as brechas para *«publicar algumas coisas, artigos bastante simples»*, que punham de certo modo em causa o regime, seguindo o velho princípio "água mole em pedra dura...", porque *«o sistema era bastante duro para ser rompido de forma simples. Veja-se o tempo que levou para haver a abertura»*. À frente, hoje, do jornal **Terra Nova** e da Rádio Nova (projecto este, antigo, materializado em 1993), para terminar a entrevista, Fidalgo Barros avisa que não pretende ser visto como herói aos olhos de ninguém. *«Bastava uma pessoa ter capacidade de raciocinar para dizer o que eu disse no parlamento.»*

Estado de democracia nacional revolucionária

A Constituição foi finalmente aprovada a 5 de Setembro de 1980, sem nenhum voto contra, para vigorar com a entrada em funções da nova ANP, que seria eleita a 7 de Dezembro. Cabo Verde definia-se ao mundo como uma *«república soberana, democrática, laica, unitária, anticolonialista e anti-imperialista»* e ainda como um *«Estado de democracia*

nacional revolucionária», onde o PAIGC (e depois PAICV) era *«a força política dirigente da sociedade»*, cabendo-lhe, nesta qualidade, *«estabelecer as bases gerais do programa político, económico, social, cultural, de defesa e segurança a realizar pelo Estado»*.

No domínio da economia, regendo-se pelo princípio da direcção e planificação estatais, o Estado monopolizava o subsolo e as suas riquezas, os meios básicos de produção industrial, os principais meios de informação e comunicação, os bancos central e emissor, os seguros, as infra-estruturas e os meios de transportes, cabendo-lhe, igualmente, o controlo do comércio externo. O Estado, segundo o artigo 12, podia autorizar o investimento estrangeiro, desde que o mesmo se mostrasse útil ao desenvolvimento do país, um princípio, saliente-se, que vinha da reunião da CNCV de Março de 1975.

No capítulo dos direitos, liberdades, garantias e deveres fundamentais, os cidadãos eram considerados iguais perante a lei. A Constituição estipulava que todos tinham direito à vida e à integridade física e moral, e que ninguém podia ser submetido a tortura nem a penas ou tratamentos cruéis, desumanos e degradantes. Excluídos ficam também a pena de morte, a prisão perpétua, os trabalhos forçados ou, ainda, as medidas de segurança privativas de liberdade de duração limitada ou indefinida, não sendo igualmente admitida, em caso algum, a extradição ou expulsão do país do cidadão nacional.

Por fim, a nível dos órgãos de poder do Estado — a ANP, o presidente da República, o governo, os tribunais e os órgãos do poder local — , o parlamento era tido como *«o órgão supremo do poder do Estado»*, cabendo-lhe decidir sobre as questões fundamentais da política interna e externa, definidas pelo PAIGC, e eleger o presidente da República e o primeiro-ministro, fiscalizar e decidir sobre a constitucionalidade das leis. No concernente aos tribunais, dizia o artigo 85 que o juiz exerce a sua função com total fidelidade à Constituição, sendo ele independente e irresponsável pelos seus julgamentos e decisões.

Comentando a natureza constitucional então aprovada, nomeadamente o artigo quarto, o jornal **Voz di Povo**, dirigido então por Arnaldo Andrade, seu chefe de redacção na altura, afirmava: *«Três razões fundamentais justificam tal situação. Pela história, o PAIGC foi a organização nacionalista que soube congregar as forças mais conscientes do nosso povo, para iniciar e levar a bom termo a luta libertadora das massas populares. Em segunda análise, as jornadas políticas de 1974 consagraram o Partido como único obreiro capaz de levar avante o programa de transformações para a construção de uma pátria próspera, aspiração superior do nosso Povo. Por outro lado, ainda, estratégicamente, torna-se evidente que só a congregação dos esforços humanos e a junção dos parcos meios materiais que se encontram à nossa disposição permitirão cumprir com êxito a longa caminhada do desen-*

volvimento. Num mundo onde a ordem económica se vem agravando perigosa e desfavoravelmente aos países pobres, em que a inflação campeia e a recessão ameaça o progresso, a fragmentação de vontades e a anulação de recursos materiais e humanos, em lutas que o pluripartidarismo obriga, não abonaria em favor da democracia nacional revolucionária que põe acima de tudo os interesses de toda a Nação.»[24]

No seu já citado estudo analítico e comparativo, Jorge Carlos Fonseca refere-se aos aspectos extirpados da versão final, entre os quais *«o princípio da submissão do Estado à legalidade democrática que vinha expressamente consagrado no art.º 3, n.º 2 do primeiro ante-projecto»*, a consagração do PAIGC como força política dirigente do Estado e da sociedade em vez de *«força política principal da sociedade»* e, entre outros, uma norma que permitia a *«sindicalização voluntária, o sindicalismo militante democrático»*...

«É sobretudo em matéria dos direitos, liberdades, garantias e deveres fundamentais, *que os dois textos mais se distinguem,* já na extensão do seu tratamento constitucional, e sobretudo, no alcance e garantias do seu direito», sublinha Fonseca, que destaca como um dos aspectos fundamentais da Constituição a sua subordinação face ao PAIGC/CV.[25] *«A chave para a análise e a caracterização da Constituição da República de Cabo Verde, do seu sistema político, do seu regime político, é a consagração do princípio da direcção e controlo do Estado pelo partido único institucionalizado»*, conclui o autor,[26] que resume toda a ossatura jurídico-constitucional então aprovada no seguinte esquema: *«O partido decide, o Parlamento ratifica e dá força legal às decisões do partido, o governo executa, sob controlo do partido»*.[27]

Aprovadas a Constituição e a nova lei eleitoral, o país iria eleger uma nova ANP, em eleições marcadas, a 3 de Outubro, pelo presidente Aristides Pereira, para 7 de Dezembro. O processo eleitoral começou de seguida, arrastando-se nos meses seguintes em novas reuniões públicas, orientadas por dirigentes do PAIGC: através de um apuramento selectivo, apresentado como uma inovação cabo-verdiana, a população escolhia os vários candidatos propostos, podendo em alguns casos sugerir outros nomes, para, no dia das eleições, votar *sim* ou *não* na lista final, submetida aos eleitores.[28]

Cabo Verde encontrava-se a meio deste processo quando chega de Bissau a notícia da destituição de Luís Cabral por um Conselho da Revolução, chefiado pelo então comissário-principal, João Bernardo Vieira.

Notas

[1] Entrevista: Olívio Pires, 23-04-95.

[2] Felisberto Vieira Lopes, **A saída da crise do poder não é pelo 'Anteprojecto da Constituição**, Praia, 25-06-80.

[3] Id., Ibid.

[4] "Advogado vai pedir asilo a Portugal", **Voz di Povo**, Praia, 05-11-81. Na mesma página, no texto "O regresso do filho pródigo", Caldeira Marques é apresentado como tendo

defendido, na já referida assembleia do Ipaj, a *«ilegalidade do Estado de Cabo Verde»*.
[5] Entrevista: Amaro da Luz, Praia, 12-09-95.
[6] Em **Os bazófios da independência**, na página 79, Caldeira Marques afirma que a frase que lhe é atribuída *«não passa de um embuste»*.
[7] Jorge Carlos Fonseca, **O sistema de governo na Constituição cabo-verdiana**, p. 39, Associação Académica da Faculdade de Direito de Lisboa, Lisboa, 1990.
[8] "Terminou a 4.ª sessão da Assembleia Nacional Popular", **Voz di Povo**, Praia, 26-03-77.
[9] O Conselho de Unidade foi empossado, em Bissau, por Aristides Pereira, a 11 de Janeiro de 1977, e dele tomaram parte, pela Guiné-Bissau, Vasco Cabral, Bobo Keita, Joaquim N'Top, Rahim Barry, Agostinho Pereira; e, por Cabo Verde, os nomes acima referidos. Vide Acta da II Sessão da I Legislatura, Abril, 1976.
[10] Jorge Soares e José Vicente Lopes, "Pedro Pires: Eu faria o mesmo percurso que fiz desde 1961...", **Voz di Povo**, Praia, 14-07-90.
[11] "Abílio Duarte, "A vocação da Assembleia Nacional Popular é a continuação da luta", **Voz di Povo**, Praia, 26-03-77.
[12] Manuel Duarte, "Relatório à Direcção do Partido". Sem data, o documento traz, todavia, como referência a Rua Cons. Júlio de Vilhena...
[13] Cf. Jorge Carlos Fonseca, op. cit.
[14] Esta e as citações seguintes referentes ao mesmo documento foram extraídas da acta da "Reunião do dia 11/12/76". Praia. A convocatória do encontro, com data de 12-11-76, foi assinada por Luís Fonseca, 1º secretário da Assembleia Nacional Popular, Praia.
[15] Entrevista: Jorge Carlos Fonseca: Praia, 13-01-95.
[16] Entrevista: Olívio Pires, Praia, 11-02-95.
[17] Entrevista: Luís Cabral, Praia, 12-07-95.
[18] Uma decisão anterior da CNCV do PAIGC, de Abril de 1979, por sinal a mesma que abordou a questão da *«expulsão»* dos *«trotskistas»*, anunciava que aquela instância nacional decidiu que o projecto de lei constitucional *«deverá ser objecto de ampla discussão nas estruturas do Partido, das Organizações de massas e da população»* antes de ser apresentado à ANP.
[19] "Ante-projecto de constituição", **Voz di Povo**, Praia, 25-03-80.
[20] Humberto Cardoso, **O partido único em Cabo Verde**, p. 97.
[21] Lei eleitoral, **Boletim Oficial**, n.º 36, Suplemento, Praia, 09-09-80
[22] Afirmação atribuída ao general Fernando Santos Costa, antigo braço direito de Salazar para o controlo das Forças Armadas, a Marcello Caetano. in José Freire Antunes, **Nixon e Caetano**, p. 230.
[23] Entrevista: António Fidalgo Barros, Mindelo, 25-04-95.
[24] "Constituição da República estabelece Estado da democracia nacional revolucionária", **Voz di Povo**, Praia, 15-09-80.
[25] Jorge Carlos Fonseca, op. cit., p. 43.
[26] Id., ibid., p. 99.
[27] Id., ibid., p. 103.
[28] Este método foi também aplicado nas eleições de 1985, o que permitiu a eleição, entre outros, do advogado Carlos Veiga a deputado à III Legislatura da ANP.

41

O FIM DO SONHO OU DO PESADELO

A notícia do golpe de Estado que, na noite de 14 de Novembro de 1980, destituiu e prendeu Luís Cabral chega a Cabo Verde quando o presidente da Mauritânia, Mohamed Ould Haidalla iniciara, no mesmo dia, uma visita oficial ao arquipélago, por coincidência, depois de ter acabado de fazer o mesmo à Guiné-Bissau. É o seu embaixador em Dakar e na Praia, Sidi Ould Taki, quem a transmite ao ministro da Economia, Osvaldo Lopes da Silva, que vinha servindo de cicerone ao hóspede mauritaniano. O embaixador pede ao governante cabo-verdiano que transmita aos seus pares a *«compreensão»* de Haidalla face à situação criada em Bissau, pelo que acha melhor interromper a visita que deveria levá-lo, nessa tarde de sábado, ao Mindelo. *«Anos mais tarde, Ould Taki confessou-me que, dada a forma natural com que reagi à notícia, ele deduziu que não havia maneira de eu não estar envolvido no golpe»*, conta Lopes da Silva, sem esconder o gozo que o episódio ainda hoje lhe causa, porquanto, dentre os dirigentes cabo-verdianos do PAIGC, ele não era o mais entusiasta da unidade entre a Guiné e Cabo Verde.

Mas, ao contrário também do que pensa Lopes da Silva, não foi ele a transmitir, em primeira mão, a notícia a Aristides Pereira, daí este ter reagido, segundo ele, com aparente frieza ou naturalidade ao saber do sucedido. Fora Corsino Fortes, embaixador em Lisboa, que, avisado a meio da noite, por um diplomata amigo ocidental, alertou de imediato, por telefone, o chefe de Estado do que se estava a passar em Bissau.

O fim do sonho

Avisados Aristides Pereira, Pedro Pires e os demais dirigentes cabo-verdianos, o Conselho de Ministros reúne-se de emergência e divulga, no mesmo dia, a reacção da Cidade da Praia ao *putsch* de Bissau. Além de condenar o golpe, as autoridades afirmam reservar-se o direito de rever as posições assumidas pelos dois Estados, tomar as previdências no sentido de assegurar o regresso dos cidadãos cabo-verdianos que o quisessem fazer e continuar a pautar a sua acção pela construção de uma pátria livre, *«integrada numa África Unida e Forte»*.[1]

E, paralelamente às primeiras informações da imprensa, que punham em causa o futuro do PAIGC na Guiné, Aristides Pereira e Nino

Vieira trocam entre si uma série de mensagens, facto que acaba por ganhar contornos de polémica, uma vez que Bissau entrega ao **Expresso** parte dos telegramas, com a Praia a fornecer, depois, todo o *dossier* à imprensa.[2] No primeiro *cable,* enviado no dia 16 ao secretário-geral do partido, Vieira informa: «*Perante a grave situação que se criou durante os últimos tempos, cujo desfecho era imprevisível, capaz de provocar consequências irreparáveis pondo em causa a nossa revolução, os objectivos e a linha de Pensamento do nosso Saudoso Amílcar Cabral, fomos obrigados, respondendo aos ânseios do povo, no dia 14 do corrente mês de Novembro, a tomar as medidas que a situação impunha.*»[3]

A seguir assegura que a integridade física de Luís Cabral e da sua família se encontrava garantida, sendo normal a situação no país e que não tinha havido efusão de sangue, o que era falso, uma vez que um despacho da AFP, também do dia 16, informava que, pelo menos, dois dirigentes — António Buscardini e Otto Schacht — tinham sido mortos, além do ferimento do comissário da Coordenação Económica e do Plano, Vasco Cabral, e da prisão de vários dirigentes próximos de Luís Cabral, com um deles, André Gomes, a suicidar-se dias depois no cárcere, segundo um comunicado das novas autoridades, que o acusam de várias atrocidades, enquanto membro da Segurança. Vieira termina a sua mensagem afirmando que ele e os seus companheiros continuam «*fiéis aos princípios e linha objectivos traçados pelo saudoso Camarada Amílcar Cabral*» e exprime «*a sua firme determinação de continuar a desenvolver os laços históricos que unem*» os povos guineense e cabo-verdiano.

Na sua resposta, enviada no mesmo dia, Aristides Pereira regista o não «*abandono total princípios linha objectivos traçados pelo Saudoso Camarada Amílcar Cabral*» e lembra a Vieira que «*golpe de estado nunca foi método PAIGC para resolução nossos problemas internos possuindo Partido órgãos eficazes para esse efeito*», e conclui: «*Frente a um acto que provocou desvios tão graves da nossa linha e que revelou uma evidente falta de confiança da tua parte na minha pessoa, apesar dos laços profundos que nos uniram durante tantos anos, é minha opinião que isso exige uma explicação leal e responsável da tua parte.*»[4]

O tom das mensagens irá, em crescendo, registar uma dureza nos termos, com cada uma das partes a incriminar a outra face aos acontecimentos em Bissau. Nino Vieira acusa Aristides Pereira de «*atitude passiva*» perante o «*comportamento e posições anti-democráticas*» de Luís Cabral, o que, segundo ele, «*contribuiu largamente para a deterioração da situação*» na Guiné-Bissau.[5] E, prosseguindo, responsabiliza igualmente Pereira de, enquanto responsável máximo do partido, não ter tido coragem política suficiente de agir, por forma a corrigir o que estava mal naquele país. Em nome do Conselho da Revolução (CR), ele, Vieira, reitera que os acontecimentos de 14 de Novembro «*nada têm contra li-*

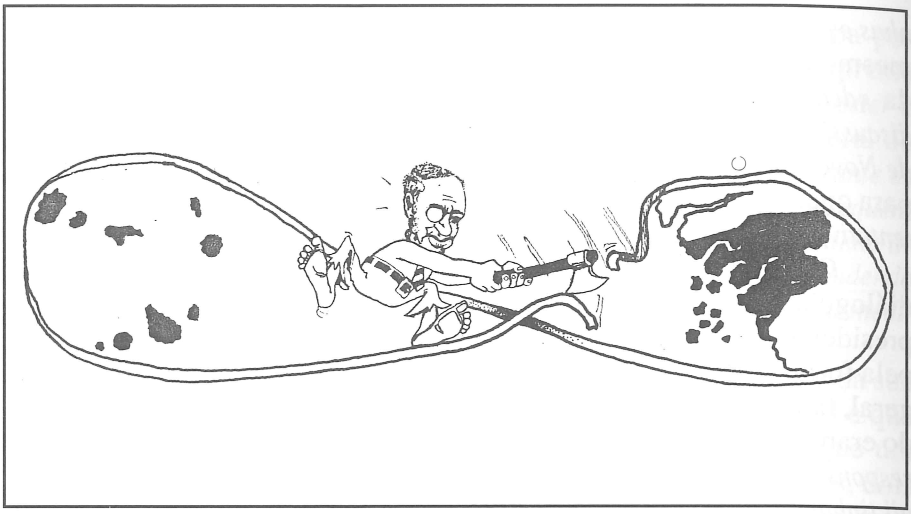
nhas e pensamentos do Saudoso Amílcar Cabral e fundamentos do Partido», ao mesmo tempo que deixa clara a intenção de prosseguir a marcha iniciada *«dentro do espírito partidário»*, e também a sua predisposição *«para discussões com o Camarada Secretário-Geral sobre os acontecimentos de 14 de Novembro e a continuação da obra que nos legou Amílcar Cabral»*. Mas, para que não haja dúvidas ou veleidades da outra parte, avisa: *«Qualquer tentativa de influenciar a nossa marcha será categoricamente rejeitada»*.

Os dois homens trocam mais algumas mensagens, num autêntico diálogo de surdos. Para Aristides Pereira, cabia a Nino Vieira, enquanto presidente do Conselho Nacional da Guiné (CNG), a responsabilidade pela forma como o PAIGC era conduzido na Guiné, e não ao secretário-geral, também presidente de Cabo Verde, cujos poderes a nível do partido eram *«muito gerais e de arbitragem»*. Pelo contrário, na sua opinião, *«os responsáveis pela situação da Guiné só podem ser os próprios guineenses que ali tinham funções de direcção, e ao mais alto nível»*.

Praia e Bissau "trocam" emissários

Esta situação arrasta-se durante um mês. Num gesto de boa vontade, Aristides Pereira envia a Bissau dois emissários, Silvino da Luz e Álvaro Dantas Tavares, veteranos da luta armada na Guiné, sendo o primeiro amigo pessoal de Nino Vieira. Silvino relata que, mal chegaram a Bissau, ele e Álvaro foram prontamente conduzidos à presença dos elementos do CR, chefiados por Victor Saúde Maria, tido como o número dois da nova hierarquia guineense. *«Fomos dizer-lhes que não concordávamos com o método escolhido para resolver os problemas que eventualmente existissem e que libertassem Luís Cabral e os demais camaradas, que procurámos ver, para encorajá-los com a nossa solidariedade, o que não conseguimos. A reunião que tivemos com o CR foi acalorada — eles ao ataque e nós na defensiva, porque tínhamos de ser prudentes. Das novas autoridades, só não conseguimos falar com o Nino Vieira. A nossa missão, ao fim e ao cabo, era ver o que era possível salvar daquilo tudo e, pessoalmente, vi que a unidade estava perdida. Notei uma certa corrente anticabo-verdiana nalguns elementos do CR, que por sinal foram depois afastados. De qualquer modo, na altura, da nossa parte vi que a solução era procurarmos o nosso próprio caminho, afirmarmo-nos ainda mais como país independente.»*[6]

Para além dessa certeza, o então ministro cabo-verdiano da Defesa regressa, trazendo consigo, entre outros, a filha de José Araújo (Helga Maria) e as duas de Júlio de Carvalho, dois dirigentes malquistos pelos novos senhores de Bissau e que se encontravam no exterior quando acontece o golpe: Carvalho, em Cabo Verde, e Araújo, em Lisboa, a caminho de Argel, onde iria submeter-se a tratamento médico, segundo a sua viúva Amélia, que o acompanha nessa viagem.



O fim da Unidade visto por um caricaturista cabo-verdiano

Também Nino Vieira enviará um emissário a Cabo Verde, o cabo-verdiano Manecas Santos, comissário dos Transportes. Este, depois de ter estado na Praia, foi levado a Assomada, onde estava Pedro Pires, que nesse dia iria presidir a um comício, no âmbito da campanha eleitoral em curso no arquipélago. Os dois homens conversam demoradamente, com Santos a procurar convencer o seu interlocutor da necessidade de Cabo Verde não partir para a ruptura. Conta Pedro Pires: *«Discutimos o acto em si do golpe, as implicações políticas das declarações e das acusações feitas aos cabo-verdianos. Os factos já tinham acontecido, as declarações já tinham sido feitas e era extremamente difícil não tê-las em conta.»*[7] Aristides Pereira, que também recebeu o emissário de Nino Vieira, lembra-se apenas que, junto dele, Manecas Santos queria saber se devia pegar nas malas e vir para Cabo Verde. *«Respondi-lhe que ele, como militante e combatente, com a vida feita na Guiné, é que devia decidir em consciência o que fazer. Talvez por já ter falado com o Pires, ele não me pôs o problema da ruptura com a Guiné.»*[8]

Natural de S. Vicente, Manecas dos Santos fora um dos jovens "tocados" pela mensagem de Abílio Duarte, aquando da estada deste naquela ilha nos finais dos anos 50 e início dos 60. Em 1962, ele integra o grupo que decide criar o comité do PAIGC em Lisboa, ao lado do irmão António Cardoso dos Santos, o cunhado Amaro da Luz, Amiro Faria e Manuel Delgado. Deixa Lisboa em 1964 e segue para Paris, onde ele e outros companheiros se encontram com Amílcar Cabral no ano seguinte: *«Cabral disse-nos que precisava era de gente que fosse capaz de dinamizar a luta armada»*, tendo antes participado no grupo de Moselle, até rumarem para Cuba. *«Na Guiné comecei a luta como chefe do grupo de reconhecimento, uma secção de seis soldados, depois fui sucessivamente chefe*

de pelotão, comandante de artilharia...» [9]

E, com a independência da Guiné, Manecas Santos desempenha várias funções no Estado guineense, entre as quais as de comissário dos Transportes. Enfim, na sua opinião, *«não é impunemente que uma pessoa vive 20 ou 30 anos num país»,* facto este que acaba por pesar na sua decisão de ficar na Guiné. *«Quando se deu o 14 de Novembro (...) fui a Cabo Verde, vi o Aristides Pereira, o Pedro Pires e disse-lhes:* "Eu vou ficar na Guiné". *Agora, muito francamente, sem enganar ninguém, e sem chefiar ninguém, até porque, naquela altura, para além de outras razões, eu achava que se precisava mais de mim aqui do que em Cabo Verde».*

Amigo de longa data de Nino Vieira, a adesão ao 14 de Novembro de Manecas Santos, que, nas primeiras horas do golpe, mantém-se a monte, passa a ser um sinal de que os acontecimentos de Bissau nada tinham a ver com o alegado anticabo-verdianismo das novas autoridades guineenses.[10] Após o encontro com Pedro Pires, Manecas é novamente conduzido à Praia. Ao despedir-se, Pires estende-lhe a mão para o último aperto. Quem esteve por perto pôde ouvi-lo dizer: *«Força!».* E, dirigindo-se ao palanque, irá proferir, em crioulo, para milhares de pessoas, aquela que seria a mais violenta reacção dos dirigentes cabo-verdianos ao 14 de Novembro. Diz Pedro Pires, a dado passo da sua intervenção: *«Para sermos unidos, não pode haver parte que seja desleal. Não pode. No dia em que isso acontece, acaba a unidade.»*[11] Estava-se a 23 de Novembro, domingo, e o comício era o culminar de um programa alusivo ao dia de Santa Catarina, que esse ano deveria ter Pires e Luís Cabral como patronos, e, ainda, a campanha para as eleições legislativas.

Para além da troca de mensagens e emissários, chega-se a admitir um encontro entre Aristides Pereira e Nino Vieira no Sal, que não se concretiza, contudo. Em telex enviado a 12 de Dezembro, Vieira alude que o CR não considera oportuno o envio de uma delegação a Cabo Verde, não se opondo, todavia, a receber *«o Camarada Secretário-Geral em qualquer oportunidade que julgue conveniente a sua deslocação a Bissau».*

Entretanto, à medida que os dias avançam, o tom entre as duas partes deteriora-se, com Bissau a reter Luís Cabral para além do inicialmente previsto, sob pretexto de que ele deveria ser julgado, incluindo-se nessa pretensão o próprio Aristides Pereira, por conivência, acusado de ter conhecimento dos actos do seu adjunto. Em Cabo Verde, tal pretensão é enquadrada no rol das declarações desconcertantes vindas de Bissau e classificada por Pedro Pires como sendo um *«arrematado disparate».*[12] Enfim, em mensagem derradeira a Nino Vieira, a 16 de Dezembro, Aristides Pereira, que se queixa da falta de norte e seriedade do seu interlocutor, conclui haver da parte guineense *«a obstrução total e a recusa formal a qualquer espécie de diálogo que pudesse conduzir à clarificação das nossas posições respectivas e à distensão e normalização das relações en-*

tre os nossos dois países».

A seu ver, era, pois, chegado o momento de cada um assumir as suas responsabilidades. *«Nem os dirigentes de Cabo Verde nem o povo cabo-verdeano vão tolerar que se pretenda, através de manobras de diversão e de uma sistemática intoxicação demagógica, atribuir-lhes as responsabilidades não só pela situação criada na Guiné, mas também pelas consequências do golpe de estado na vida do Partido e no projecto da unidade, que incumbem unicamente aos dirigentes e responsáveis nacionais da Guiné* stop *Somos obrigados a nos demarcarmos claramente de toda a confusão política e ideológica e de qualquer demagogia».*[13]

Nacionalismo e populismo

Informações várias referem que, em vez de sexta-feira, dia 14, o golpe estava programado para a noite de domingo, 16, de modo a coincidir com o regresso de Luís Cabral da ilha de Bubaque, onde geralmente passava os fins de semana. Porém, oficiais contactados para aderir ao *putsch* denunciaram o processo em marcha há dois meses, estando tudo pronto desde 2 de Novembro. E é assim que António Buscardini, secretário-geral do Comissariado de Estado do Interior, acompanhado de Lourenço Gomes, director-geral da Segurança, foi pedir satisfações a Nino Vieira na residência deste, onde se encontrava retido devido a uma gripe. Este jura não saber de nada.

Nino Vieira foi de tal forma convincente que Buscardini terá voltado tranquilizado para casa. Entretanto, após a saída do seu visitante, Vieira decide antecipar o golpe, começando a operação às 21 horas do mesmo dia, com uma rajada de metralhadora para o ar, disparada da sua residência. Imediatamente, sob comando de Paulo Correia, Manuel Saturnino e Ansumane Mané (Bric-Brac), homens e carros de combate tomam, em pouco tempo, os pontos estratégicos de Bissau.[14] A ausência de importantes figuras do regime, entre elas os responsáveis do Estado Maior das Farp, que se encontravam em Cabo Verde, a eliminação ou a neutralização dos responsáveis da Segurança (Otto Schacht e António Buscardini, mortos nas primeiras horas, a prisão de André Gomes e de Juvêncio Gomes) foram razões de peso para a pouca ou nenhuma resistência dos fiéis de Luís Cabral.

Outra versão é de que Nino Vieira soube que estava em marcha um plano, comandado por Umarú Djaló, comissário de Estado das Forças Armadas, e apadrinhado por Luís Cabral, visando a sua eliminação física, e que, ao saber disso, mais não fez do que jogar na antecipação. Ainda dentro de tal plano, cuja execução estaria programada para 16 de Novembro, dia das Farp, os dirigentes guineenses que se encontravam no exterior — José Araújo, em Lisboa, e o grupo de militares, em Cabo

Verde, chefiados pelo comandante Lúcio Soares — deveriam fazer declarações de apoio a Luís Cabral; outra peça deste alegado plano seria o comandante André Gomes, que se encontrava em Nhacra (região do interior da Guiné), onde estavam abertas valas que iriam receber os corpos de Nino Vieira e, eventualmente, de outros dirigentes, a fim de aí serem enterrados em segredo.[15]

Amélia Araújo, que trabalhava como secretária de Djaló, considera falsa a alegação de que o seu então chefe estivesse a preparar algo contra Nino Vieira. Lembra-se, inclusive, de ter dactilografado a mensagem — *«uma folha A4, que coloquei em cima da secretária dele, assim que acabei de batê-la»* — que aquele governante deveria dirigir aos militares no dia 16. *«Era um discurso simples, meramente alusivo ao dia das Farp»*, diz Amélia. Lembra-se, já agora, de ela e o marido terem recebido em casa, na noite do dia 12, vários convidados para, com eles, comemorarem mais um aniversário de casamento, que deveria ter acontecido no dia 9, mas que, por causa da sessão da ANP, que iria aprovar a nova Constituição, não pôde ter lugar, devido às responsabilidades de José Araújo. *«Entre os convidados estava o Nino, que se mostrou o tempo todo bastante nervoso e agitado»*, conta novamente a viúva de Araújo. *«Houve um momento em que ele se sentiu mal e foi atendido por um médico cubano»*.

Tido como braço direito de Luís Cabral, José Araújo foi um dos principais visados na noite do golpe de Estado: os militares que se dirigem à sua casa, por desconhecerem que ele se encontrava no exterior, apenas encontram a sua filha mais nova, Poupée, e um sobrinho, Luís Araújo, recém-chegado de Angola, onde tivera uma experiência traumática no seio do MPLA, pelo que, pensando que ia ser novamente preso, armou-se com a AK 47 do tio para receber os golpistas a tiro. *«Foi a Poupée que o convenceu a desistir daquilo»*, conta Amélia Araújo.

Em Bissau, a adesão popular ao golpe de Estado foi imediata. A alegada supremacia dos cabo-verdianos na condução dos destinos da Guiné, a penúria de produtos básicos, nomeadamente o arroz, a falta de combustíveis, enfim, a corrupção, o compadrio, a insatisfação dos militares, que tinham acabado de passar pela distribuição de patentes e reforma de um número significativo de antigos combatentes, a degradação do nível de vida da população e, principalmente, a unidade com Cabo Verde, que as novas autoridades apelidam de *unidade de cavalo e cavaleiro*, eram algumas das causas mais do que suficientes para o sucesso do golpe junto da população.

Numa anatomia do golpe, há ainda a referir as consequências sociais das apostas económicas do governo de Luís Cabral, citando-se, como exemplo maior, o seu projecto de industrializar o país, em prejuízo da agricultura, que empregava, obviamente, a maior parte da população economicamente activa. Dois dos empreendimentos mais criticados

são a fábrica de montagem de automóveis "EGA", em Bissau, e o projecto agro-industrial de Cumeré, condenado pelo africanista René Dumont, e que é levado avante à revelia do ministro da Coordenação Económica e Plano, Vasco Cabral. Isso sem citar outras tantas iniciativas tidas como sinais de megalomania do regime deposto, já que algumas delas estavam de tal modo sobre-avaliadas para o mercado guineense que chegavam a funcionar muito abaixo da sua capacidade produtiva. Este parece ter sido o caso da fábrica de espuma "Pansau", que só trabalhava cinco minutos por dia, devido à falta de matéria-prima ou ainda a unidade de produção de oxigénio e acetileno, cuja capacidade ultrapassavam 90 por cento as necessidades do país.[16] A aposta, desta forma, na indústria significava, outrossim, um desvio das orientações do III Congresso do PAIGC, que elegiam, no caso da Guiné, a agricultura como principal prioridade.

Por fim, em termos políticos, os membros do CR queixam-se da nova Constituição, aprovada a 9 de Novembro, e que consagrava, segundo eles, a entronização de Luís Cabral, restando ao primeiro-ministro um papel meramente decorativo. A lei fundamental era ainda fonte de discórdia por, alegadamente, atribuir direitos aos cabo-verdianos, sem reciprocidade aos guineenses em Cabo Verde. A pena de morte, que não existia na legislação cabo-verdiana, era igualmente apontada como uma das causas do descontentamento dos membros do CR.

Alguns desses assuntos tinham sido, recorde-se, alvo de discussão entre os dirigentes dos dois países. De acordo com uma fonte cabo-verdiana, para além da reunião do CSL feita em Bissau, em Junho, na qual Aristides Pereira aborda o problema dos "desvios", tinha havido antes, em Março do ano anterior, em S. Vicente, outra reunião daquele órgão onde não faltam críticas (veladas ou mais ou menos directas) de parte a parte. Nino Vieira é criticado, por José Araújo e Vasco Cabral, por causa da forma como exercia ou negligenciava as suas funções de presidente do CNG do PAIGC; da mesma forma que algumas vozes, principalmente guineenses, aludem à necessidade de o secretário-geral estar mais presente na vida do partido, sobretudo na Guiné, no que são apoiadas por Pedro Pires.

Além do relatório referente à morte de Francisco Mendes, a reunião analisa o *dossier* das patentes a serem atribuídas às Farp, assunto retomado do anterior encontro do CEL, feito na Praia, em Novembro de 1978, no decorrer do qual é levantada, pela primeira vez, a questão da justiça à volta desse tema.[17] Dentro do quadro de uma única força armada entre os dois países, punha-se a dúvida se se devia manter ou não a hierarquia herdada da luta armada na Guiné, tese cara à ala guineense.

Para surpresa da ala cabo-verdiana, foi ainda na reunião do CSL de S. Vicente que, falando em nome dos seus compatriotas, Victor Saú-

de Maria propõe entregar a agricultores cabo-verdianos, idos de Cabo Verde, uma das ilhas do arquipélago de Bijagós para nela trabalharem. A proposta é apenas registada, sem muito entusiasmo, para posterior análise. *«Ainda bem que assim foi»,* diz Osvaldo Lopes da Silva, que vê nisso uma tentativa de rasteira que certos guineenses quiseram aplicar aos cabo-verdianos. *«Vimos o que estava por trás da proposta e todos a encarámos com muita frieza. Se tivéssemos aceite, seria com certeza mais um argumento contra nós por altura do golpe.»*

Evidentemente, devido ao controlo da imprensa, a paz podre reinante no PAIGC estava muito longe de transpirar ao público por essa via. Apenas com o 14 de Novembro se fica a saber do verdadeiro relacionamento entre as duas alas, da mesma forma que ficam expostas as mazelas do regime de Luís Cabral. Aliás, como forma de o desacreditarem internacionalmente, os novos senhores revelam à imprensa estrangeira a existência de valas-comuns onde estavam enterrados cerca de 500 corpos de antigos comandos africanos e adversários do regime, entre eles um grupo de 80 refugiados no Senegal entregues a Bissau por Léopold Senghor, fuzilados sem julgamento.[18] O chefe desta cerimónia, Joseph Turpin, afirma em Mansoa, diante de uma vala com mais de 100 corpos, que aquele era o preço que os guineenses tiveram de pagar pela unidade com Cabo Verde. E, questionado sobre a sua responsabilidade, Nino Vieira, que tinha sido comissário de Estado das Forças Armadas na altura em que as mortes aconteceram, respondeu ignorar a existência das mesmas. *«Praticamente, todas as coisas não eram do meu conhecimento. No caso de Farim, onde cerca de 100 pessoas morreram asfixiadas, só pouco depois do golpe é que eu o soube.»*[19]

Tudo isso junto leva a imprensa internacional, particularmente a portuguesa, a retratar o golpe como a segunda libertação dos guineenses, desta vez, do *«colonialismo cabo-verdiano»*, considerado por Turpin como sendo pior que o colonialismo português. *«Nem a Pide foi capaz de semelhantes actos»*, disse ele à imprensa, a propósito das valas comuns.[20]

Luís Moita e Carolina Quina, dirigentes do Centro de Informação e Documentação Amílcar Cabral (Cidac) — uma ONG de orientação de esquerda, com larga vivência na África lusófona — , após uma deslocação a Bissau e à Praia, apresentam o golpe como uma *«revolução nacionalista e populista»*, havendo na Guiné um *«sentimento colectivo de libertação»*, com perigos de se instalar em Bissau um regime de *«autenticidade africana»,* pelo que desaconselham o isolamento do novo regime, ao mesmo tempo que consideram precipitada qualquer análise que apontasse como *«irremediavelmente perdido o projecto de unidade com Cabo Verde».*[21] Uma posição, em suma, muito próxima de Bissau e que irrita a Cidade da Praia. Em tom de desabafo, um dirigente cabo-verdiano me confidenciou que na altura a ala crioula sentiu bastante frieza tanto junto

de uma certa esquerda portuguesa — PCP, inclusive — como de alguns países socialistas, o que o leva a concluir que, num conflito entre brancos, negros e mulatos, estes sempre acabam por perder.

Dionísio, pseudónimo de um quadro cabo-verdiano que trabalhou durante vários anos na Guiné, num sector particularmente sensível, considera que o golpe era previsível. Recorda que, já em 1977, no julgamento dos irmãos Zinha e Daniel Vaz (filhos do antigo alfaiate João Vaz, que se torna membro da Fling), o nome de Nino Vieira aparece envolvido no processo. Os irmãos Vaz, ligados à Roda Livre — grupo recreativo e cultural, fundado nos tempos do governador Spínola e de que faziam parte José Carlos Schwartz e outros tantos jovens de Bissau tidos como anticabo-verdianos, alguns dos quais irão posteriormente aderir ao PAIGC, curiosamente — , são acusados de pertencerem à União Patriótica Anti-Neocolonialista da Guiné (Upang), fundada em 1976, em Portugal, e que se opunha ao PAIGC e à unidade com Cabo Verde.

O nome de Nino Vieira paira de novo no ar durante um outro célebre julgamento, desta feita, de Malam Sanhá, um antigo combatente do PAIGC, tido como popular em Bissau e que lidera o grupo *Bafata* (que em língua mandinga quer dizer "já basta"). Recorde-se que o referido militar fora preso e acusado, em Outubro de 1968, de preparar com Seco Baio, um atentado contra Amílcar Cabral, tendo sido contudo libertado, porquanto *«nada foi apurado de concreto»* contra os dois indivíduos. Preso, depois da independência, por conspiração, Sanhá consegue, em Março de 1977, evadir-se da prisão de Farim para o Senegal, de onde regressa em Novembro do ano seguinte à frente de um contingente armado, constituído por civis e antigos comandos africanos. Dionísio recorda-se, a propósito, de que já no processo dos irmãos Zinha e Daniel Vaz, fora constatada a ligação de ambos ao grupo de Sanhá.

Na sua marcha em direcção a Bissau, Malam Sanhá, que tinha como divisa "Restituir a Guiné aos guineenses", terá, segundo Dionísio, contactado por telefone o próprio Nino Vieira, de quem era amigo, não se sabe ao certo com que objectivo. Porém, ao aperceber-se de que a conversa estaria a ser escutada, Vieira revela o local onde estava estacionado o militar rebelde. Cercado, este chega a dizer que só se renderia a Nino. De acordo com o comandante Bobo Keita, na altura membro do Estado Maior das Farp, unidades militares dirigem-se ao local e há uma troca de tiros, com mortos e feridos. Sanhá é preso, julgado com mais 11 outros cidadãos guineenses, entre os quais o velho Rafael Barbosa; condenado, acabará por morrer na cadeia, oficialmente, por se ter suicidado. No julgamento de Sanhá, Nino Vieira sai novamente incólume, tanto mais que, segundo Keita, quando chega às portas de Bissau, o militar rebelde manda dizer que estava à espera de Nino para com ele ajustar contas.

«Tanto no julgamento de Zinha Vaz como de Malam Sanhá, há uma evo-

cação permanente do nome de Nino por parte dos réus, que encontram pela frente a preocupação dos juízes em não só ignorar as referidas acusações como também o zelo em limpar o nome dele», salienta Dionísio. *«Bem ou mal, os juízes interpretam a atitude dos réus como uma tentativa de enlamear o nome* "daqueles que se cobriram de glória nos campos de batalha". *O golpe do Nino vem demonstrar que, afinal, havia qualquer coisa à volta dele e que não foi compreendida na devida altura.»*

Para Dionísio, independentemente do envolvimento ou não de Nino Vieira nessas acções, cujo denominador comum era o seu antica-bo-verdianismo, o 14 de Novembro não foi, para ele, uma surpresa. *«Por essa altura, o clima contra os cabo-verdianos em Bissau era mais do que evidente e a sabotagem às unidades industriais, nomeadamente à central eléctrica, eram sinais de que alguma coisa estava a andar»*, conclui.

Em resumo, o Movimento 14 de Novembro começa por ser algo contra o PAIGC e acaba por visar fundamental e unicamente Luís Cabral, pessoa que há dois anos, em Outubro de 1978, durante o empossamento de Nino Vieira no cargo de comissário-principal, este tratava por *«nosso querido companheiro»*, não lhe regateando elogios à inteligência e dedicação na condução dos destinos da Guiné.[22] Também Luís Cabral, ao justificar a escolha do substituto de Francisco Mendes, pagava-lhe com a mesma moeda: *«Faço-o absolutamente seguro de que o camarada João Bernardo Vieira merece o cargo em que vai ser investido, pelas qualidades que sempre revelou, pelo seu amor ao nosso povo, ao nosso partido, pela dedicação total que sempre deu à nossa luta armada de libertação nacional, na base daquele espírito que orientou a luta de todos os combatentes. O espírito de dar tudo sem esperar recompensas nem honras...»*[23]

Amílcar Cabral e a unidade

A unidade entre a Guiné e Cabo Verde era um dos componentes centrais do arcabouço teórico de Amílcar Cabral e, por conseguinte, do PAIGC. Baseando-se nas ligações históricas, culturais e afectivas entre os dois povos, e partindo do princípio que *«para se ter unidade é preciso ter coisas diferentes»*, Cabral defendia uma unidade a três planos: *«na Guiné, em Cabo Verde e na Guiné e Cabo Verde»*.[24] O líder do PAIGC dizia encontrar a razão de ser dessa união nos *«próprios interesses da Guiné e Cabo Verde»* e não no mero capricho de ele ser guineense, filho de cabo-verdianos. *«Qualquer pessoa que não seja ignorante e que estude os problemas a sério, que conheça a história a fundo, tanto relativamente às etnias da nossa terra, da Guiné e Cabo Verde, como à história colonial, essa pessoa, se tem de facto interesse no avanço do nosso povo, tem que ser a favor da unidade da Guiné e Cabo Verde»*, explicou ele num dos seminários de quadros do PAIGC, em Novembro de 1969.[25]

Para Cabral, a melhor coisa que os fundadores do PAIGC fizeram foi estabelecer como lema *Unidade e Luta*, entendido como base de tudo e um meio para a prossecução dos objectivos programáticos do partido, a começar pela independência, é claro, e, posteriormente, pela unidade dos dois Estados. Conhecido pela sua qualidade de educador de homens, Cabral alertava também: *«O significado da nossa luta, não é só em relação ao colonialismo, é também em relação a nós mesmos. Unidade e luta. Unidade para lutarmos contra o colonialismo e luta para realizarmos a nossa unidade, para construirmos a nossa terra como deve ser».*[26]

Por fim, no seu discurso-testamento, proferido poucos dias antes da sua morte como mensagem de ano novo de 1973 aos combatentes da independência, Amílcar Cabral reiterava, pela última vez, como é que a Guiné e Cabo Verde iriam para a unidade. *«Hoje, o nosso povo africano da Guiné dispõe, pois, de mais um órgão de soberania, a sua Assembleia Nacional Popular. Esta será, de acordo com a Constituição que estamos a elaborar, o órgão supremo de soberania do nosso povo na Guiné. Amanhã, com o desenvolvimento certo da luta, criaremos também a 1.ª Assembleia Popular em Cabo Verde. A reunião conjunta dos membros desses dois órgãos formará a Assembleia Suprema do Povo da Guiné e Cabo Verde.»*[27]

Sucede também que, ao mesmo tempo que constituía um factor de força para o PAIGC, a unidade Guiné-Cabo Verde tornou-se, desde cedo, no calcanhar de Aquiles desse partido. Antes da independência, António de Spínola é quem melhor irá explorar essa questão a seu favor, utilizando todos os meios ao seu alcance, a começar pelos *mass-media*. *«O Spínola sempre considerou que a derrota dos portugueses na Guiné seria devida à unidade entre os guineenses e os cabo-verdianos»*, afirma Luís Cabral.[28]*«Se há alguém que entendeu a importância estratégica da unidade foram os portugueses»*, sublinha também Abílio Duarte.[29]

Para Duarte, não obstante a propaganda anti-PAIGC, os antagonismos entre cabo-verdianos e guineenses situavam-se nas cidades. *«Nas zonas rurais, o problema nunca se pôs, era um problema da pequena burguesia guineense, que nem sequer participou na luta. Os camponeses guineenses não tinham absolutamente nada contra os cabo-verdianos.»*

Aristides Pereira entende que esta questão foi sempre empolada pelos inimigos do PAIGC e nota que havia mais ódio entre os balantas e os fulas do que estes juntos em relação aos cabo-verdianos. *«Lidar com um fula não é a mesma coisa que lidar com um balanta. Neste sentido, era mais fácil lidar com os guineenses do que com os cabo-verdianos. O cabo-verdiano era muito mais complicado. Na idiossincrasia desses povos, sabe-se, à priori, qual é o comportamento do balanta, do fula ou de qualquer outra etnia, mas com o cabo-verdiano, não. De qualquer modo, na Guiné só tínhamos problemas com gente destribalizada, das cidades, mas não com o homem do campo.»* [30]

A nível do próprio PAIGC, segundo Luís Cabral, não era muita

gente que contestava a unidade Guiné-Cabo Verde, assumindo antes esta questão contornos subjectivos. *«A força do PAIGC era tão grande que ninguém o fazia, porque isso significava contestar o próprio partido. Havia, sim, uma tendência de se levantar a questão em determinados momentos. Por exemplo, quando um indivíduo começava a agir mal e era chamado à ordem, ele escudava-se atrás da unidade, levantando o problema mais como pretexto ou tábua de salvação. É o que acontece por altura da morte do Amílcar.»*

O *complot* de Moscovo

Tido, com Abílio Duarte, como um dos rostos do ultranacionalismo cabo-verdiano no PAIGC, Osvaldo Lopes da Silva situa as suas reticências à unidade por volta de 1962, quando foi estudar em Moscovo, depois de ter passado um ano em Kiev. *«É em Moscovo que tenho os meus primeiros contactos com os guineenses e começo a perceber as reticências que eles punham à unidade. E é também aí que começo a compreender a complexidade do problema. Depois de vários episódios, escrevo uma carta ao Amílcar Cabral em 1963 e questiono, pela primeira vez, a unidade. Digo nessa carta que nem o povo de Cabo Verde nem o povo da Guiné acreditam que são um só povo. Defendo que se devia pôr claramente a questão. Para mim, tratava-se de dois povos que se tinham juntado para fazer em comum a luta pela independência e que, se tudo corresse bem, poderiam partir para a unidade. Admito que poderei ter usado um ou outro termo menos adequado, mas que, no fundo, eu estava certo. Eu dizia que, para mim, a argumentação avançada para justificar a unidade não era convincente. Quanto a mim, ela não podia ser justificada por termos a mesma cultura, a mesma história... O Cabral ficou aborrecido e chegou a acusar o Abílio de me ter incitado a escrever aquela carta, quando não era verdade. O Abílio estava em Argel e nós não tínhamos, sequer, contacto um com o outro. Talvez o Abílio tivesse também vontade de levantar o problema. Ainda na minha carta, eu admitia que, consultados, os dois povos, ou um deles, pudesse dizer não à unidade, o que Cabral não admitia.»*[31]

A carta, segundo Lopes da Silva, teve um péssimo acolhimento junto da direcção do PAIGC, em especial de Amílcar Cabral, que o convoca para participar em Dakar no primeiro seminário de quadros destinado a analisar a problemática da luta em Cabo Verde. Por se encontrar em período de exames, a viagem atrasa-se e chega depois de feita a referida reunião-seminário. *«Apesar de tudo, ele apreciou a minha franqueza, dizendo que era preciso ter em conta opiniões como a minha. Um ano depois escrevo uma outra carta chamando a atenção para o comportamento dos estudantes guineenses na URSS, que andavam a hostilizar os soviéticos, a frequentar embaixadas ocidentais, entre outras coisas. Faz-se um inquérito, dirigido pelo Vasco Cabral, e alguns dos pontos identificados por ele estavam já na minha carta, nomeadamente a contestação aos elementos da família de Amílcar*

Cabral, a unidade e a campanha contra o próprio PAIGC...»

Os bolseiros em causa, inclusive Lopes da Silva, foram de imediato chamados para uma reunião em Conakry. *«São expulsos o Estevão Tavares, o Djoy Barbosa, todos eles guineenses, curiosamente, descendentes de pais cabo-verdianos. O Auriolino Cruz não é expulso, mas perde a bolsa, o Samba Lamine Mané é punido, o Sanazinho Mané e o Silvano Lopes, também guineense de origem cabo-verdiana, estes dois falecidos mais tarde, regressam à União Soviética depois de censurados.»*

As actividades do grupo ficariam conhecidas por o "*complot* de Moscovo" e serviram para demonstrar, segundo Lopes da Silva, que ele tivera razão na sua denúncia, constituindo este o primeiro mais importante incidente à volta da unidade Guiné-Cabo Verde no PAIGC. *«Na sequência disso, as minhas relações com Cabral melhoraram»*, acrescenta aquele combatente. *«Ele reconhece que os fundamentos da unidade têm que ser aprofundados. Segundo suas palavras, tínhamos de estar ideologicamente armados para lutar contra os inimigos da unidade.»*

A unidade adiada

Este será, no entanto, um problema que vai continuar a perseguir o PAIGC, sendo uma das razões mais evocadas durante a conjura que matou Amílcar Cabral e por ocasião do golpe de 14 de Novembro, acontecimento que Abílio Duarte considera mais grave que o assassinato do fundador do partido, por, precisamente, pôr em causa a existência dessa força política, enquanto entidade binacional. A seu ver, o golpe constitui *«uma ofensiva global contra o PAIGC, tanto na Guiné como em Cabo Verde»*.[32]

Marcados pelo assassínio de Amílcar Cabral, os seus continuadores tornam-se cautelosos em relação ao projecto de unidade entre os dois paí-ses. Assim, a 23 de Setembro de 1973, apenas é proclamada a independência da Guiné-Bissau; a 25 de Junho de 1975, a ala cabo-verdiana rejeita a proposta de Constituição que lhe é oferecida durante a reunião do CSL do PAIGC, em Bissau. Elaborada por José Araújo e Corsino Fortes, esse anteprojecto contrariava, de certo modo, a ideia de dar tempo ao tempo para a consumação da unidade.

«Nós, em Cabo Verde, tínhamos um outro sentido da realidade», explica Olívio Pires, que lembra, a propósito, o memorando do PAIGC ao governo português em 1960, no qual se aborda, pela primeira vez, como a Guiné e Cabo Verde iriam para a unidade. *«Nesse memorando, Cabral fala nos* povos *da Guiné e Cabo Verde. Com o tempo, passa-se a falar no* povo *da Guiné e Cabo Verde. Depois, com a morte de Cabral, volta-se a falar nos* povos *da Guiné e de Cabo Verde. Isso não é por acaso.»*

Prosseguindo, aquele combatente cabo-verdiano admite que, se vivo, com Amílcar Cabral tudo poderia ser diferente do processo adop-

tado depois da sua morte. *«Com a sua autoridade, é até provável que Cabral tivesse estofo para fazer tudo de modo diferente. Nós é que não podíamos esquecer os acontecimentos que tinham estado por trás da sua morte. Note-se que, se quiséssemos, não teríamos dificuldades nenhumas em proclamar a independência da Guiné e Cabo Verde ao mesmo tempo, na certeza de que os países que reconheceram a independência da Guiné seriam os mesmos a reconhecer a independência da Guiné e Cabo Verde, caso a via fosse esta. Da nossa parte, não o fizémos porque achávamos que era preciso, primeiro, a afirmação da nacionalidade cabo-verdiana e, só depois, iríamos para a unidade. É por isso que rejeitámos a proposta de Constituição do Araújo. O Abílio até costumava brincar com isso, porque, segundo ele, se fosse depender do Araújo e do pessoal que estava na Guiné, a unidade seria no dia 6 de Julho de 1975.»*[33]

Sendo, dos dois autores do anteprojecto constitucional em causa, o único que se encontra vivo, cabe a Corsino Fortes a sua defesa, apesar de admitir, após rápida releitura, que se tratava de um documento *«muito limitado»*, quanto aos objectivos e conteúdo. *«A militância abnegante como aquela em que estávamos envolvidos na época fazia suprir muita coisa»*, justifica, para logo acrescentar: *«Na lógica do partido, a atitude adoptada estava correcta. Isto é, esse anteprojecto era, no fundo, uma intenção política, subscrita por todos nós naquele tempo.»*

Uma *«intenção política»* que acabou por pôr o carro à frente dos bois, porquanto antecipava a elaboração da Constituição cabo-verdiana, invertendo a lógica normal do processo. Confrontado com este facto, Fortes não entende que isso tenha sido um erro político. *«Não era um anteprojecto que visava uma imposição. Teve-se sempre em conta o ideário de Cabral, segundo o qual, no fim, os dois povos iriam, em referendo, decidir sobre o assunto. Embora limitado, o projecto mostra que não se pretendia invadir a dimensão constitucional ou a soberania de cada uma das duas repúblicas. É preciso ter também em conta que o texto surge numa altura em que ainda havia cicatrizes da morte de Amílcar Cabral, há conflitos em África e no mundo, e, mesmo assim, verifica-se que o projecto em si reconhece a solidez da unidade africana, sendo a unidade Guiné-Cabo Verde uma contribuição positiva nesse sentido. Para além disso, todo o projecto foi concebido tendo como base a ideia da complementaridade económica que deveria haver entre os dois países, complementaridade essa defendida pelo próprio Amílcar Cabral.»*

Como último ponto, Fortes salienta o carácter premonitório do conteúdo do "Primeiro ante-projecto da Constituição da União da Guiné e Cabo Verde", na medida em que, já aí, os seus autores se mostram atentos aos cuidados a ter na implementação da unidade entre os dois Estados. *«Mesmo tendo sido rejeitado, esse anteprojecto teve o seu lado positivo, na medida em que conduziu a uma tomada de posição sobre o futuro dos dois países, o que significava, na altura, que era preciso continuar a buscar a solução ideal, tendo sempre em conta a soberania de cada um deles.»*

Adiada *sine die,* a unidade conhece outros episódios, que longe de conduzirem à sua materialização esmorecem-na ainda mais. A 11 de Janeiro de 1977, é instalado, em Bissau, o Conselho da Unidade, formado por representantes dos parlamentos dos dois países, mas que, de acordo com alguns dos seus integrantes, nada fez de concreto. Pensando também na unidade, Bissau e Praia decidem trabalhar conjunta e simultaneamente na elaboração das respectivas leis constitucionais, o que fazia supor que, após isso, a questão poderia ser tratada de forma mais objectiva. No caso cabo-verdiano, a Constituição de 1980 apresenta, no artigo 22, como sendo *«vocação histórica do Povo de Cabo Verde (...) criar com o Povo da Guiné-Bissau uma união orgânica, livre e voluntária»* e que essa união *«será democraticamente decidida pelos representantes legítimos, eleitos dos dois Povos e sujeita a referendo popular».*[34]

Segundo Silvino da Luz, a ideia entre os dirigentes cabo-verdianos é que a unidade deveria ser o culminar de um longo processo. *«Entendíamos que era preciso, primeiro, consolidar os dois Estados, explicar as nossas motivações às respectivas populações, criar estruturas de cooperação entre os dois países e prepararmo-nos para ouvir as populações. Nesse meio tempo, era preciso criar dois Estados fortes, já que nenhum de nós queria ser dominado pelo outro. Contra nós, havia a velha desconfiança em relação aos cabo-verdianos, devido ao seu papel não só na Guiné como em toda a África, de uma maneira geral. Goste-se ou não, a integração destes "mestiços" no continente ou a nível da OUA foi feita com muito afinco. Para todos os efeitos, éramos "les portugais", porque a nossa própria gente emigrada assim se considerava.»*

Para Silvino da Luz, não obstante as motivações ou as boas intenções, a unidade Guiné-Cabo Verde acabou por ver-se reduzida a uma questão mais retórica do que prática, propriamente. *«Falava-se muito nela, mas não houve, digamos assim, uma acção concreta para tudo que tinha sido concebido teoricamente. Por exemplo, criámos um Conselho da Unidade, eu era membro, mas não me lembro de ter feito uma reunião sequer. A meu ver, o assassinato de Amílcar Cabral terá arrefecido os ânimos e provocado a necessidade de uma reflexão mais aprofundada à volta da unidade. A ter que haver essa unidade, ela teria de ser feita sem pressas, provar primeiro aos nossos povos que havia vantagens de um lado e doutro nesse projecto.»*[35]

O 14 de Novembro vem, ao fim e ao cabo, pôr termo a esse longo processo, do qual resta, como balanço, pouco ou nada de concreto, para além das incriminações mútuas. O pouco que se fez de conjunto foi executado no âmbito da Conferência Intergovernamental, criada em Bissau, e que se reuniu três vezes. Tendo à testa os respectivos chefes de governo, essa entidade visava concertar posições para uma possível cooperação e é assim que surge, em 1977, a companhia marítima Naguicave, que adquire duas embarcações de longo curso — *Santo Antão* e *Ilha do*

Komo — , para pôr fim a um dos estrangulamentos dos dois países, que era o transporte das suas importações e exportações, havendo igualmente uma troca comercial entre Bissau e Praia, além de outras iniciativas, algumas das quais não chegaram a sair do papel.

Paradoxalmente, ao mesmo tempo que era adiada para as calendas gregas, a unidade Guiné-Cabo Verde tendia a transformar-se num tabu, já que se tornara no *«motor»* do processo político entre os dois países e, ao fim e ao cabo, na razão da existência do PAIGC. Neste sentido, sintomática é esta afirmação de José Araújo, proferida nas vésperas do III Congresso do partido: *«Vamos supor, por absurdo, que o Congresso decidia acabar com a unidade Guiné-Cabo Verde. Se isso acontecesse, era a mesma coisa que decidir acabar com o PAIGC»*.[36]

As diferenças entre Cabo Verde e Guiné

Estudiosos das causas que conduziram à ruptura entre os dois países situam-nas, geralmente, na discrepância das realidades que se foram construindo na Guiné e em Cabo Verde. Enquanto, no primeiro caso, havia uma hierarquia partidária e militar que era mais obedecida; no segundo, prevalecia, pelo menos inicialmente, uma massa crítica e uma liderança mais baseada na discussão dos problemas do que na obediência cega. A estrutura da sociedade cabo-verdiana — mais moderna, escolarizada e crítica, além de dependente do exterior — , contribuía para que o regime na Praia fosse menos pretoriano do que o seu congénere de Bissau. Em suma, para Pedro Pires, o 14 de Novembro foi o desfecho de uma situação contraditória, *«duas realidades que se foram desenvolvendo e que, em vez de se aproximarem, se afastaram. Teria de ser assim. Não havendo um 14 de Novembro, talvez viesse a acontecer uma outra coisa. Sabíamos, entre nós, que havia qualquer coisa que não marchava bem»*.[37]

E é percebendo isso que, no III Congresso do PAIGC, Aristides Pereira chama a atenção dos delegados para os desvios que se vinham operando no seio do partido. Principalmente no caso da Guiné, fala-se de corrupção, no uso excessivo da força e noutros males típicos de países africanos recém-independentes. As palavras de Pereira são, no entanto, interpretadas como mero cumprimento de uma praxe partidária. Nada de concreto é feito contra os tais desvios.

Também Luís Cabral, nas vésperas do congresso, havia-se referido a tais desvios durante uma entrevista, nestes termos: *«os elementos fracos, os elementos oportunistas, certamente serão afastados, pouco a pouco, das fileiras dos verdadeiros Combatentes da Liberdade da Pátria, dos militantes do PAIGC»*.[38] Ele volta a abordar o assunto no seu discurso de abertura da reunião do CNG do PAIGC, em Dezembro de 1978, referindo-se aos abusos que se cometiam em nome do partido.[39]

Os abusos e desvios da conduta moral dos dirigentes do PAIGC são novamente referidos por Aristides Pereira na reunião do CSL, feita em Bissau, em Junho de 1980. Mais específico, desta feita, ele identifica dois tipos de desvio, que se manifestavam através de duas atitudes: uma, de cariz ideológico, e outra indiciadora da passividade dos responsáveis do partido. *«Fenómenos graves como a irresponsabilidade, a tolerância face aos erros, a negligência no trabalho, mais não são do que o resultado da passividade e falta de rigor ideológico»*, aponta Pereira. Para este, tal passividade manifesta-se também em formas de *«amiguismo, nepotismo, a ostentação e a ambição pessoal, numa clara subordinação do interesse colectivo ao proveito próprio»*.[40]

Segundo Olívio Pires, um dos responsáveis pela Ideologia no PAIGC, Nino Vieira terá interpretado as críticas de Aristides Pereira como um ataque à sua pessoa. Retratado, geralmente, como herói da guerra e um "pinga amor" impenitente, para corrigi-lo, os seus companheiros convencem-no a ir estudar em Cuba, à semelhança de vários outros dos seus colegas guineenses, em geral menos qualificados em relação aos seus camaradas cabo-verdianos, consubstanciando, assim, uma das preocupações da direcção do PAIGC, que era a superação dos seus quadros e militantes, facto este que a leva a criar o Instituto Amílcar Cabral, em S. Martinho, ilha de Santiago.

Contudo, no caso de Nino Vieira, ele é obrigado a interromper a sua formação para, de volta a Bissau, substituir na chefia do governo Francisco Mendes, falecido a 7 de Julho de 1978, oficialmente, em consequência de um acidente de viação. No inquérito mandado fazer, cujos resultados foram em grande parte escamoteados ou omitidos, apenas se faz saber que o incidente não tivera origem criminal ou política. No entanto, internamente, ficara apurado que Chico Té se encontrava embriagado e na companhia de duas *badjudas*, conduzindo ele próprio a viatura que capotou na curva da estrada Bambadinca-Bafatá, depois de ter sido deixado a meio do caminho por Constantino Teixeira em cuja companhia se encontrava, quando, preocupado com a euforia do companheiro, pede para descer do carro. O relatório não faz também qualquer menção às duas mulheres.[41]

Em resumo, a deterioração moral dos antigos combatentes guineenses produzia, assim, a sua primeira importante vítima. *«Cabral já nos chamava a atenção para o risco de passar a haver gente a viver da luta e não para a luta»*, evoca Olívio Pires, novamente. *«Com a independência, muitos dos dirigentes guineenses não assumiam as suas responsabilidades. Queriam apenas boa vida. Com a independência de Cabo Verde, a situação na Guiné já era apreensiva, um autêntico descanso de guerreiro, como escreveu um jornalista português na época, pelo que já havia muitas diferenças a separar-nos. O discurso de Aristides Pereira, na reunião do CSL, em Bissau, em Junho de*

1980,vem pôr o dedo na ferida, sem no entanto apontar nomes, como era, infelizmente, hábito desde os tempos de Cabral. Mesmo assim, a partir daí, diz-se que o Nino ficou com a psicose de que queriam afastá-lo.»[42]

Olívio Pires revela ainda que, por causa da conduta de Nino Vieira e a forma como este exercia as suas funções, um grupo de dirigentes guineenses chega a pedir a Luís Cabral para demiti-lo do cargo de primeiro-ministro. E acrescenta, sorrindo: *«Muito boa gente que apareceu ao lado de Nino no golpe fazia parte do grupo que vinha pressionando o Luís para demiti-lo.»*[43]

Na verdade, o relacionamento entre os dirigentes guineenses e cabo-verdianos, a nível superior, tinha chegado ao extremo da desconfiança. Olívio Pires revela dois casos paradigmáticos do ponto a que a essa paz podre chegara: *«Depois da morte de Amílcar Cabral e do que se passou com ele próprio, sentia-se que o Aristides perdera a confiança que tinha nos guineenses. Ia a Bissau e voltava rapidamente à Praia. O próprio Luís vivia com temor de um golpe ou outra coisa qualquer... Numa reunião, chegou a falar disso. Creio que foi logo depois da morte do Chico Té.»*

Neste particular, para Aristides Pereira, que admite que o golpe foi e não foi uma surpresa, a Guiné é uma terra muito complicada. *«Confesso que nem o Nino, nem os outros protagonistas me deram a entender que iam dar o golpe, mas que havia um clima tenso, via-se à vista desarmada. Sempre que eu ia à Guiné, sentia que havia grupos, mesmo na direcção do partido. As pessoas só se reuniam a nível do partido quando eu ia lá.»*[44]

Por seu turno, longe de pensar que um golpe o iria, em dois anos, destituir do poder, na sua já citada intervenção inaugural da reunião do CNG do PAIGC, de Dezembro de 1978, Luís Cabral alertava: *«Nós, hoje, temos a certeza de que, mesmo que conseguissem destruir os dirigentes do PAIGC, mesmo a direcção do nosso Partido, nas fileiras dos nossos militantes sairiam mais outros Cabrais, para levar para a frente esta obra. Não será nenhum traidor ou servidor dos tugas, engenheiro ou doutor que esteve em Portugal ou em qualquer outra parte, que vai tomar conta das nossas terras.»*[45]

Enfim, para além das razões aduzidas, o sociólogo guineense Carlos Lopes identifica outras tantas que, no seu entender, conduziram ao Movimento de 14 de Novembro. Uma delas é a descaracterização ideológica por que foi passando o regime de Luís Cabral, com o PAIGC, cada vez mais, a perder terreno face aos *inputs* com que se vê confrontado, principalmente a nível de Bissau, definida por aquele estudioso como o *«desmobilizador do PAIGC»*, devido às resistências a esse partido e também à mudança do modo de vida dos antigos combatentes para um meio urbano carregado de tentações. Estas e outras razões acabarão, igualmente, por conduzir ao *«excesso de pragmatismo»* dos dirigentes guineenses, fenómeno que *«traumatizou os ideais do MLN [Movimento de Libertação Nacional] a ponto de se começar a evitar certas declarações que de-*

monstrassem o carácter anti-neocolonial e anti-imperialista do PAIGC».[46]

Outro facto não menos relevante na vida do PAIGC, segundo Carlos Lopes, é a deslocação do centro irradiador desse partido, da Guiné para Cabo Verde. Esta mudança, saída da independência, provoca um *«encadeamento contrário»* ao inicialmente previsto, na medida em *«que os quadros qualitativamente aptos se encontravam em Cabo Verde e os que serviam o eixo em Bissau eram, na sua grande maioria, de origem caboverdeana»*[47], agravando o relacionamento entre as duas alas, já por si afectadas desde o congresso de Madina do Boé.

«A longo prazo», prossegue Lopes, que acusa os dirigentes cabo-verdianos de nacionalismo exacerbado, *«esta estratégia subjectiva e talvez não voluntária, agrupou as estruturas do PAIGC em dois corpos nacionais. Não se escolhiam os dirigentes só pelas suas qualidades, mas também pela sua nacionalidade. A política dos governos deveria responder às mesmas preocupações "nacionais". Esta política favorecia nitidamente os órgãos caboverdeanos do PAIGC, pois sendo fracos quantitativamente e, comparativamente à Guiné-Bissau, precários, viam-se assim investidos de uma força que não possuíam. Dirigentes caboverdeanos eram promovidos rapidamente para aumentar o número de representantes nacionais de Cabo Verde na direcção; nas patentes militares os caboverdeanos, apesar de terem uma participação fraca em número, na luta armada, eram favorecidos; no campo da política externa, Cabo Verde mantinha relações diferentes das opções mais radicais da Guiné-Bissau».*[48]

Reagindo a este tipo de apreciação, alguns dirigentes cabo-verdianos acusam o regime guineense, mais concretamente Luís Cabral, de ter pretendido ser *«muito revolucionário»*. Osvaldo Lopes da Silva lembra, a propósito, que, quando Cabo Verde se tornou independente, havia muita expectativa no exterior relativamente ao tipo de regime e atitude que se iria instituir na Cidade da Praia. *«Estava-se à espera de uma linguagem guerrilheira, anti-imperialista, como na Guiné, que queria ser muito revolucionária, com comissários, enquanto na URSS já se dizia ministros. Com a nossa atitude moderada, evitámos o isolamento, ao mesmo tempo que não nos quisemos envolver na guerra fria. Acabámos também por exercer alguma influência nos outros países africanos de língua oficial portuguesa, nomeadamente em Angola, Moçambique e na própria Guiné.»*[49]

Para Pedro Pires, o 14 de Novembro foi, também, consequência, e não só, do arrastar de problemas mal equacionados, entre eles a colocação de Aristides Pereira na Presidência de Cabo Verde, ficando o partido a uma certa deriva. *«Por um lado, o golpe foi a evolução natural dessa situação. Por outro, havia muito voluntarismo no comportamento do Luís Cabral ou uma visão pouco realista do desenvolvimento económico da Guiné. A luta deu uma dimensão enorme à Guiné e talvez se pensasse que se poderia construir o futuro do país no mesmo estilo em que tínhamos feito a luta.»*[50]

Quanto a Cabo Verde, Pires admite que talvez conviesse aos diri-

gentes cabo-verdianos dar uma imagem totalmente oposta à da Guiné, nomeadamente na sua política externa. *«Queríamos dar a imagem de um país não-alinhado, neutro, com uma linguagem moderada e uma postura pragmática, tendo em conta dois elementos: a nossa fragilidade económica e a nossa posição estratégica. Por causa desses dois condicionalismos, não nos convinha nenhum regime revolucionário. E isso está na base da nossa atitude em relação ao aeroporto do Sal.»*

Acusado por Luís Cabral de ter lavado as mãos às críticas lançadas pelo CR de Nino Vieira contra o seu governo, Aristides Pereira, que diz não querer ser bode expiatório de ninguém, sentencia: *«Mesmo que eu fosse somente secretário-geral do PAIGC, em relação à Guiné não seria diferente do que se passou. Meter o partido no Estado era algo que não se encaixava. Comigo ou não, o resultado seria o mesmo, por uma razão muito simples: o golpe foi consequência da política errada do Luís.»*[51]

Embora critique Aristides Pereira por causa do seu desempenho como secretário-geral do PAIGC, de uma maneira geral, Vasco Cabral subscreve as críticas em relação à conduta do ex-presidente guineense, com quem chegou a ter vários desentendimentos, nomeadamente quanto ao desenvolvimento da Guiné. *«Isso não quer dizer que eu não tivesse boas relações com ele»*, ressalva, todavia, o antigo ministro da Coordenação Económica e do Plano, que acrescenta: *«Também tive discussões com o Amílcar, só que este, ao contrário do irmão, aceitava melhor as críticas.»*[52]

«Uma das coisas em que eu sempre insisti», prossegue Vasco Cabral, *«é que, tratando o meu Ministério da Coordenação Económica e do Plano, não podia haver projectos sem a sua aprovação. Para todos os efeitos, tínhamos técnicos, inclusive estrangeiros, capazes de avaliar se eram ou não viáveis. O Luís, a partir de uma determinada altura, sobretudo por influência do Filinto Vaz Martins, preconizou um certo número de projectos a que ele deu logo apoio, passando por cima do Plano. É assim que fez avançar o célebre projecto de Cumeré, uma coisa monstruosa que não ia resolver os nossos problemas, antes pelo contrário, iria agravá-los. Ainda por cima, trata-se de um projecto inédito, com um risco suplementar, porque ninguém sabia se iria dar certo ou não. A par disso, o Luís aceitou certos compromissos internacionais, assinou contratos, sem financiamento. Depois disso é que me pediu para ir tratar do financiamento. Fui ao BADEA [Banco Árabe do Desenvolvimento Africano] e chumbaram.»*

Para além dos projectos conhecidos, Vasco Cabral cita outros tantos, entre os quais uma ideia alimentada pelo ex-presidente guineense de ligar as ilhas de Bijagós por *hoovercrafts*, mas que ele, Vasco, conseguiu desfazer, ou ainda um outro de produção de cana sacarina, destinado a produzir mais de 60 mil toneladas de açúcar. *«Era uma coisa completamente inviável, excedia inclusive a capacidade de consumo da Guiné e de Cabo Verde, numa região em que vários países produzem açúcar. Consegui que esse projecto*

fosse chumbado, mesmo entre nós. Outros projectos, como o da montagem de automóveis, foram chumbados e, mesmo assim, levados avante.»

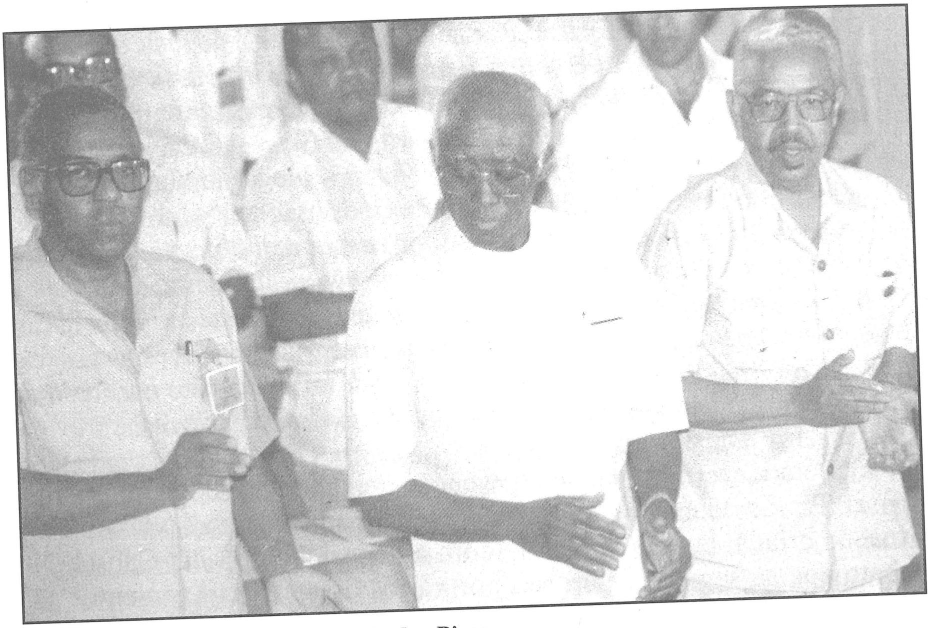
Natural de Farim, militante do PAIGC desde os anos 60, Vasco Cabral era tido como o mais ortodoxo dos dirigentes desse partido, tendo começado a sua vida política nos tempos de estudante em Portugal, através do MUD de que transitou para o PCP. Foi preso pela primeira vez em 1951, aos 25 anos, e, novamente, em 1954, permanecendo na cadeia até 1959, o que não o impede de concluir o curso de Economia como aluno externo. Integra, com Agostinho Neto e a família deste, o grupo que consegue evadir-se numa traineira para Marrocos, a 30 de Junho de 1962, numa fuga organizada pelo PCP. Na noite de 20 de Janeiro de 1973, é o único dos altos dirigentes a reagir a tiro ao grupo de Inocêncio Kany. Com a independência, as suas relações com Luís Cabral chegam a estar por um fio. *«Por causa de Cumeré, o Luís chegou a atacar-me duramente numa sessão do Conselho de Ministros e senti-me forçado a responder-lhe. Depois de ele falar, eu respondi:* "O cda. Luís Cabral pode entender de tudo, mas provou aqui que de Economia entende tanto quanto eu percebo de chinês". *Foi o mal-estar geral. Pouco depois estive em Cabo Verde e coloquei ao cda. Aristides Pereira a eventualidade de me demitir do governo. Ele aconselhou-me a não fazê-lo. Pedi-lhe então que suscitasse um encontro entre nós, para analisarmos alguns problemas, já que não era normal um presidente e um ministro não se entenderem. Ele disse que sim, só que isso não se chegou a concretizar.»*

Vasco Cabral esclarece que não era contra a industrialização, mesmo que acelerada, da Guiné, mas que eram necessários especiais cuidados para se evitar o que acabou por acontecer. *«Nós, do Plano, defendíamos que não se devia optar por grandes unidades e que era preciso evitar projectos que nos deixassem dependentes do exterior em matéria de peças de reposição, que é ainda hoje o principal problema dos nossos países.»*

Apesar de crítico de Luís Cabral, o 14 de Novembro surpreendeu Vasco Cabral, tendo sido baleado quando passava no seu automóvel por um dos blindados utilizados no golpe, agressão que respondeu, também, a tiro, acabando por ir procurar refúgio na embaixada da Suécia em Bissau. *«Não havia nada contra mim, sobretudo se as razões para o golpe eram as invocadas. Para todos os efeitos, eu era das pessoas que fazia contestação constante ao Luís Cabral. Por isso, depois do meu tratamento na Suécia, voltei à Guiné e reassumi as minhas funções.»*

Consequências do golpe

O golpe de 14 de Novembro será, portanto, o culminar das contradições surgidas em Cabo Verde e na Guiné. Os seus primeiros momentos são extremamente confusos quanto aos objectivos, como atestam as



Abílio Duarte, Aristides Pereira e Pedro Pires

primeiras mensagens de Nino Vieira a Aristides Pereira. O movimento começa por ser algo contra o PAIGC, que desaparece nos primeiros dias da cena guineense, para ser, no fim, um golpe contra Luís Cabral, retomando aquela sigla o seu lugar ao sol, com referências a Amílcar Cabral; a maior parte dos dirigentes ou governantes regressa às suas anteriores funções; o movimento começa, também, por ter um carácter anticabo-verdiano e anti-unidade com Cabo Verde, para se tornar, numa versão corrigida, a favor da *«unidade na igualdade»*.

Ainda assim, as afirmações de Joseph Turpin e outros membros do CR, de que os corpos amontoados em valas-comuns tinha sido o preço que os guineenses tiveram de pagar pela unidade, tocaram fundo os dirigentes cabo-verdianos, para quem só restavam duas saídas: aceitar o golpe ou negá-lo. A última mensagem de Aristides Pereira a Nino Vieira, a 16 de Dezembro, aponta o caminho a seguir: *«é tempo de cada um assumir de facto as suas responsabilidades frente ao seu povo, à África e à História»*.[53]

Cortada a comunicação entre Praia e Bissau, os dirigentes cabo-verdianos decidem dar outro rumo à vida. No arquipélago, as estruturas partidárias reúnem-se, geralmente sob a orientação de dirigentes superiores, que informam a base do que se estava a passar e eleger os 130 delegados à conferência nacional dos *«militantes do Partido»*, convocada pela CNCV, a 23 de Novembro, para 16 de Janeiro. E, na apresentação do seu relatório, Aristides Pereira traça a trajectória do PAIGC, abordando, de forma demorada, a questão da unidade Guiné-Cabo Verde. E, rebate, uma

vez mais, as argumentações de Bissau para justificar a deposição de Luís Cabral, pessoa que defende, sem deixar, no entanto, de admitir que pudesse haver na Guiné questões de política interna que estivessem mal encaminhadas. *«É evidente que a marcha dos povos da Guiné e Cabo Verde para a unidade não decorreu de modo linear e uniforme»*, alega, lembrando que a unidade foi sempre explorada como fonte de divisão pelos adversários do PAIGC. *«Em Cabo Verde, ela assume a forma de um anti-africanismo racista e reaccionário e na Guiné de um anticaboverdiano não menos racista e reaccionário mas ganhando, porém, maior virulência nos anos da "Guiné-melhor".»*[54] Em suma, para Pereira, *«o 14 de Novembro não é senão mais uma acção na cadeia das inúmeras tentativas que o inimigo vinha fazendo há muitos anos para destruir o PAIGC e inviabilizar o seu programa de unidade, independência real e progresso verdadeiro, para os nossos povos»*.[55]

O orador termina a sua intervenção deixando aos delegados a responsabilidade de encontrar as *«soluções mais correctas e eficazes»* para a situação criada, em Cabo Verde, com a deposição de Luís Cabral. No debate que se segue e se arrasta por vários dias, os intervenientes são unânimes na condenação do golpe, sem deixar, no entanto, um ou outro, de questionar a própria direcção do partido por ter permitido que a situação chegasse ao ponto a que chegou. Sentindo que era a sua própria liderança que estava em causa, vez ou outra, Aristides Pereira atalhava: *«Isto aqui não é um tribunal»*.

Tirando isso, as intervenções continuaram a apontar para a manutenção do PAIGC: por causa do seu valor histórico, do seu prestígio internacional etc., o que deixava os militantes cabo-verdianos num dilema hamletiano e freudiano. *«Com o golpe, o partido praticamente morreu»*, afirma Olívio Pires, ao mesmo tempo que admite ter estado entre aqueles que hesitaram em passar-lhe a certidão de óbito. *«Muitas pessoas exprimiram a intenção de continuar com o PAIGC. Só que isso significava fazer um pacto com os golpistas, o que seria o cúmulo da incongruência. A unidade só poderia ser retomada com o afastamento dos golpistas.»*[56]

Neste sentido, um ou outro mais exaltado chega a defender a reposição da ordem na Guiné. Da sua parte, Corsino Tolentino recorda-se de ter pertencido ao grupo que defendia a assunção da consequência do golpe, isto é, *«fechar o círculo da nossa organização nacional e avançar»*.

Tido como o dirigente cabo-verdiano que mais sente o golpe de Bissau, mas também o que com ele consegue a sua consagração pessoal, assumindo, na prática, o comando da situação, Pedro Pires é quem se mostra mais claramente a favor de um corte inequívoco com a Guiné. Defende, por isso, o aparecimento de um novo partido, que fosse ao mesmo tempo o herdeiro do passado do PAIGC e o depositário do pensamento de Amílcar Cabral. Depois de algumas intervenções, ele toma a palavra para, durante três horas, apresentar e defender os seus argumentos. Para

ele, com o golpe e com as declarações do CR em Bissau, havia apenas que retirar as consequências e que, neste sentido, as responsabilidades da ruptura cabem por inteiro a Nino Vieira e aos seus companheiros. *«Eles é que não tiveram em conta as consequências do seu acto, não nós»*, salienta.[57]

E, baseando-se na metáfora do copo que cai e se quebra — e mesmo que alguém consiga colar todos os cacos, esse copo já não será o mesmo — Pedro Pires aponta a via a seguir. *«A minha intervenção vai no sentido de tentar compreender e explicar as razões e convencer os delegados de que já não era possível uma solução no quadro do PAIGC. A minha posição foi responder frontalmente às acusações dos guineenses. Recusávamo-nos a ser colonialistas e hegemonistas. Era a única resposta, não havia outra.»*

Terminada a intervenção, onde aparece, pela primeira vez, a proposta para a criação do Partido Africano da Independência de Cabo Verde (PAICV), a conferência foi suspensa de imediato para que cada um pudesse reflectir sobre as palavras que tinha acabado de ouvir e que constituíam, no fundo, um passo em frente na vida política cabo-verdiana, suspensa desde 14 de Novembro à volta desta questão. Retomados os trabalhos, o secretariado do CNCV propõe que a conferência nacional seja erigida em congresso. Quinze anos depois, Pedro Pires explica: *«O PAIGC vem do P.A.I.. Do meu ponto de vista, o que era preciso conservar era o P.A.I., o resto era Cabo Verde. Assim as pessoas aceitariam também mais facilmente a ruptura»*.

Segundo Carlos Reis, houve também quem, durante o encontro, tivesse defendido que o novo partido nada deveria ter com o PAIGC, o que constituía também um corte total com o passado e, até com a África, ao fim e ao cabo. *«Essa ideia não vingou. Chegou-se à conclusão que se devia assumir o lastro histórico e político do PAIGC. Havia que assumir que tinha havido em Cabo Verde uma organização que lutou pela independência dentro do contexto africano, situação que hoje algumas entidades, nomeadamente oficiais, têm vergonha em assumir.»*[58] Volvidos tantos anos daqueles agitados dias, Reis admite hoje que o PAIGC era um partido condicionado no tempo. *«Difícil era decidir em que momento se devia decretar o seu fim. Querendo ou não, mais cedo ou mais tarde, a unidade teria de ser equacionada.»*

Também Corsino Tolentino admite que a unidade era algo que deveria ultrapassar o mero sonho de Amílcar Cabral, sendo mais importante que isso a própria vontade das populações. *«As pessoas, na Guiné e em Cabo Verde, não tinham chegado à conclusão que a unidade era uma coisa vital para elas»*, diz, para logo a seguir, em tom de autocrítica, admitir: *«Não chegámos há mais tempo a essa conclusão porque, no fundo, éramos radicais. O debate sobre este assunto era limitado.»*

A proclamação pública e oficial do novo partido acontece durante um comício, a 20 de Janeiro de 1981, precisamente sete anos depois do assassinato de Amílcar Cabral. O dia não podia ser mais indicado: afinal

de contas, para os observadores, o 14 de Novembro tinha sido, em termos simbólicos, não só uma machadada na unidade Guiné-Cabo Verde, como também a segunda morte de Amílcar Cabral. Sentindo-se acossados, aflitos e, sobretudo, complexados face às acusações de serem colonialistas e hegemonistas, a ocasião serviu igualmente para os responsáveis do PAICV endereçarem um sério aviso à navegação. Ao intervir no comício, Pedro Pires desembainha a espada: *«Aquele que pretender através da demagogia, através da vã tentativa de dividir o nosso povo, através das suas pretensões, perturbar a nossa marcha, será tarde ou cedo esmagado.»*[59]

Da parte guineense, a decisão da Cidade da Praia não deixará de ser lamentada. *«A ruptura foi uma coisa aborrecida para nós»*, queixa-se Vasco Cabral, ao mesmo tempo que critica Aristides Pereira por não ter adoptado outra postura durante esse *imbróglio*. *«Sempre fui a favor da unidade, de modo que não posso, ainda hoje, deixar de lamentar o que aconteceu. Achava que a solução devia ser outra. Digo isso, da mesma forma que critiquei o cda. Nino Vieira por ter ensaiado uma aproximação com certos sectores que foram sempre contra o PAIGC. É o caso, por exemplo, de Viriato Pã. Ainda que em outros moldes, mesmo com o afastamento do Luís Cabral, a unidade podia ser conservada. Neste sentido, tenho críticas ao cda. Aristides Pereira: ele, como secretário-geral, estava acima da Guiné e Cabo Verde; devia ter ido à Guiné ver a razão das pessoas que lá estavam. Para todos os efeitos, éramos governados pelo mesmo partido. Entretanto, Cabo Verde precipita-se, cria o PAICV, quando o correcto era convocar um congresso do PAIGC para discutir todos os problemas e, só depois, decidir o que fazer. De qualquer modo, a atitude da ruptura não foi nossa.»*

O fim do pesadelo

Entre os opositores e críticos do regime cabo-verdiano, o golpe de Estado de Nino Vieira é recebido com natural satisfação, já que vinha dar razão àqueles que se opunham à unidade entre a Guiné e Cabo Verde. Humberto Leite, em Portugal, lembra-se de ter telefonado ao velho amigo Corsino Fortes, ainda embaixador em Lisboa, para lhe perguntar: *«E agora, meu irmão?»*; em Angola, mais concretamente em Luanda, o também embaixador Joaquim Pedro Silva chora diante de um Onésimo Silveira reconfortado com a História; e, em Cabo Verde, onde as únicas manifestações públicas foram, obviamente, de repúdio ao golpe e apoio à direcção nacional do PAIGC, também António Fidalgo Barros, por razões diferentes, sentiu-se particularmente satisfeito. *«Para mim, foi uma coisa muito boa. Para quem tinha sido acusado, no parlamento, de pretender dar um golpe constitucional, depois eleitoral, ali estava um golpe!»*

Para Manuel Rodrigues, a unidade foi sempre mal explicada, inclusive junto de Sékou Touré, que passou, já no tempo da luta, a ver

com desconfiança os cabo-verdianos, a ponto de ser o primeiro a felicitar Nino Vieira pelo golpe de Estado, prometendo-lhe a colaboração que não dera a Luís Cabral. *«Para o Sékou Touré, Cabo Verde e os Bijagós eram a mesma coisa. Eu admito que o próprio Amílcar Cabral, por razões de estratégia, lhe tivesse adiado a explicação por causa do apoio de Conakry ao PAIGC. Eu, pessoalmente, sempre aceitei a unidade como algo mais amplo, isto é, a bola de neve para a unidade futura da África.»*[60]

Outro grande equívoco, segundo Rodrigues, era o desconhecimento que os povos cabo-verdiano e guineense tinham de si, o que tornava a unidade um paradoxo. *«Bem ou mal, os cabo-verdianos conheciam a Guiné, mas os guineenses não conheciam Cabo Verde.»*[61] E, por último, para ele, o PAIGC quis fazer o cabo-verdiano esquecer o seu próprio passado em relação à África, evocando uma solidariedade que considera, de certo modo, fictícia. *«Temos as nossas culpas nesta África como capatazes de brancos; algumas das culpas são devidas ao nosso próprio feitio e também não acredito que os nossos "irmãos" nos tenham perdoado tudo.»*

Tinha sido esta, aliás, já nos anos 60, uma das razões que levaram José Leitão da Graça a discordar de Amílcar Cabral quanto à estratégia para conseguir a independência de Cabo Verde. O líder da UPICV considerava a unidade defendida pelo PAIGC como algo *contra-natura*, quanto mais não fosse por causa do ressentimento dos guineenses em relação aos cabo-verdianos durante a *pacificação* e depois na administração desse território. Para ele, Cabral estava obcecado pela ideia da unidade e acredita que ela acabou por ser a *«razão ideológica»* da sua morte, da mesma forma que acredita que a oposição em Cabo Verde a esse projecto, nomeadamente junto de certos sectores cabo-verdianos, particularmente da sua elite urbana, se devia fundamentalmente ao racismo destes. Tais sectores não admitiam, em hipótese alguma, que Cabo Verde se fosse juntar à Guiné ou a qualquer outro país africano, porque entendem que Cabo Verde nada tem a ver com a África.

Leitão da Graça, que passara a viver em Portugal desde 1976, regressando 10 anos depois dessa data ao seu país, entende, também, que, até 14 de Novembro 1980, a soberania cabo-verdiana encontrava-se *«hipotecada ou ameaçada»* por uma unidade com a Guiné, indesejada pela maioria dos seus compatriotas. Por causa disso, recorde-se, já em Novembro de 1973, em carta dirigida ao secretário-geral da ONU, Kurt Waldeim, ele chamava a atenção para o risco de Cabo Verde ser anexado ou absorvido pela Guiné. *«Em Novembro de 1980, ao mesmo tempo que os guineenses se libertavam uma segunda vez, desta feita do paternalismo duns imigrantes cabo-verdianos na Guiné, permitiram a recuperação da plena soberania em Cabo Verde.»*[62]

Para o velho nacionalista cabo-verdiano, que vê na ruptura com Bissau, uma possibilidade de retornar a Cabo Verde, por ter deixado de

haver a discordância de fundo com o regime cabo-verdiano, o projecto unitário do PAIGC falhou por duas razões: *«Em primeiro lugar, porque se procurou impô-la pela cúpula, conforme o método utilizado pelos soviéticos no espaço que dominavam na Europa. Em segundo lugar, porque se subestimou o nacionalismo guineense.»*[63]

Muita confusão

Também entre os antigos dirigentes cabo-verdianos do PAIGC, o golpe é ainda hoje um assunto que, de certo modo, os divide. Para Osvaldo Lopes da Silva, que não esquece as velhas rivalidades entre Luís Cabral e Nino Vieira, depois da independência, seria de prever que os dois esperassem o melhor momento para um ajuste de contas. *«Fui sempre defensor de relações privilegiadas com a Guiné. Nós não passávamos de dois noivos tesos. Com a independência, devíamos dizer aos guineenses:* "Vocês são independentes, nós somos independentes; agora cada um vai arrumar a sua casa". *Seria assim possível fazer muita coisa em comum. A unidade causava muita confusão na cabeça das pessoas e insistir tanto nela, como se fez, foi mau.»*

Da parte que lhe toca, Lopes da Silva confesssa que, durante a sua experiência na Guiné, procurou integrar-se, social e culturalmente, na realidade guineense, mas sem jamais ter pensado em acabar os seus dias naquele país. Também confessa que se dava melhor com o grosso dos guerrilheiros guineenses do que com os seus dirigentes. E explica: *«Quando sou colocado no Leste em 1970, aquilo era uma balbúrdia autêntica. Alguns comandantes estavam bem e a grande massa dos combatentes tinha privações enormes. Comecei a pôr ordem naquilo. Chegavam os mantimentos e eu ordenava que toda a gente se colocasse na formatura e distribuía a cada um a sua parte, e que fosse geri-la como quisesse. Até aí os mantimentos eram utilizados como forma de os comandantes controlarem ou manterem os soldados sob a sua dependência. De uma maneira geral, o pessoal da infantaria dava-se muito bem comigo. Nas suas cerimónias religiosas, eles não começavam sem a minha presença. Sabiam que eu não acreditava naquilo, mas que respeitava a fé deles. Degolava-se uma galinha, assava-se e cada um comia um pequeno pedaço. A minha presença na Frente era, ao fim e ao cabo, uma protecção deles contra certos desmandos, abusos, espancamentos dos seus superiores guineenses... De uma maneira geral, o comandante cabo-verdiano tinha esse lado útil, o seu sentido de humanidade e justiça angariou-lhe a estima dos combatentes guineenses.»*

Embora não fosse, entre os seus pares cabo-verdianos, o mais entusiasta da unidade, Lopes da Silva reconhece que havia gente que acreditava sinceramente nesse projecto. *«O [Pedro] Pires, por exemplo. Ele concebeu o desenvolvimento de Cabo Verde sempre no quadro da unidade. Depois do golpe, ficou perdido. Considerava-se amigo do Nino, pelo que enten-*

deu o golpe como uma traição a ele próprio. Pessoalmente, achei absolutamente normal que o Nino tenha acabado por dar o golpe. Se não tivesse sido ele, teria sido outro, e a coisa poderia ter sido mais feia para os cabo-verdianos na Guiné. O Nino sempre foi amigo dos cabo-verdianos e isso é que salvou a nossa gente lá. Pessoalmente, acho que ele não tinha a necessidade de lançar tantas acusações contra os cabo-verdianos como acabou por fazer. Chocou-me bastante e ao Pires muito mais...»

Entre outros antigos dirigentes do PAIGC, a atitude é mais ou menos idêntica a de Lopes da Silva. *«Eu tinha paixão pela Guiné. Senti-me agredido com o que se disse, embora admitisse que a unidade, mais cedo ou mais tarde, teria de ser equacionada»*, afirma Carlos Reis, por exemplo.[63] *«Nunca fui um adepto fervoroso da unidade»*, confessa, por seu turno, João Pereira Silva. *«Eu era mais defensor de relações privilegiadas, por causa dos nossos laços comuns. Mesmo assim, nunca pensei ficar na Guiné nem como cabo-verdiano e muito menos como dirigente do PAIGC. De qualquer modo, o golpe foi para mim uma surpresa.»*[64]

Corsino Tolentino, que esteve para ir trabalhar como dirigente partidário na Guiné, numa altura em que *«ainda era possível salvar alguma coisa»*, explica: *«Felizmente para nós, havia uma diferença acentuada no PAIGC na Guiné e em Cabo Verde. Por causa das críticas que eu fazia quanto ao funcionamento do partido, fui convidado por volta de 1979, pelo secretário-geral, para ir à Guiné. Isso porque, dentro do quadro da unidade, havia a ideia de uma troca de quadros, de modo a promover uma certa sinergia entre nós e eles. Era visível que a Guiné estava a empobrecer e os métodos deixavam muito a desejar. Para mim, o golpe foi resultado de factores bem objectivos. A unidade não tinha sido interiorizada nem na Guiné nem em Cabo Verde. Quer aqui quer lá havia resistências significativas em relação a esse projecto.»*[65]

Olívio Pires, pelo contrário, deplora a atitude de certos colegas seus, cabo-verdianos, que, depois do golpe na Guiné, passaram a assumir uma posição como se nada tivessem a ver com o assunto. *«Eu não consigo entender que alguém que tivesse responsabilidades a nível superior do partido fosse contra a unidade, por ser um elemento vital na constituição do PAIGC. Se pessoas como o Osvaldo dizem que sempre foram contra a unidade estão a ser incongruentes. Quanto a reservas, todos nós as tínhamos... Se não as tivéssemos faríamos a unidade no dia 6 de Julho de 1975.»*

As alegações apresentadas pelos dirigentes guineenses do CR magoaram de modo particular Olívio Pires. *«Além de falsas, tudo nos levava a concluir que a unidade e a luta que fizemos juntos tinha sido um logro. Muito do que se disse causou-me nojo, nomeadamente que a unidade Guiné-Cabo Verde era uma unidade de* "cavalo e cavaleiro" *e que eram os cabo-verdianos que mandavam na Guiné. Isso tudo dito era bonito, só que ninguém se deu ao trabalho de verificar quantos eram os cabo-verdianos que estavam no poder na Guiné. Os poucos que lá tinham ficado, foi a pedido dos dirigentes guineenses, e*

não ficaram mais porque eram necessários em Cabo Verde. Em todo o processo de libertação dos nossos países, houve muita abnegação nossa, entrega total mesmo. Muito do que se disse choca-me até hoje. Nunca mais fui à Guiné, nem sinto desejo de lá ir...»

Quem também nunca mais pôs os pés na Guiné foi João Pereira Silva e Carlos Reis. Pedro Pires só voltou a fazê-lo 14 anos depois, quando já não se encontrava no poder. Reencontra-se, pela primeira vez, com Nino Vieira, em 1981, num hotel em Lisboa. Os dois homens, que tinham combatido juntos no Sul da Guiné, fecham-se num quarto para passar a limpo as suas diferenças. Voltam a reencontrar-se, em 1986, novamente em Lisboa. Desta feita, Pires tinha um pedido a fazer: *«Procurei interceder por Paulo Correia e outros elementos, acusados de pretenderem dar um golpe de Estado. Procurei mostrar ao Nino que há coisas que não devem acontecer entre pessoas que fizeram tantos sacrifícios juntos. Aí se pôs uma questão de natureza moral: pedi-lhe, pessoalmente, que evitasse qualquer decisão que pudesse conduzir à morte de Paulo Correia e outros.»*

Luís Cabral, um hóspede incómodo

Mas o golpe deixou também feridas que perduram até hoje. O caso mais notório é o que se passou entre Luís Cabral e Aristides Pereira, com o primeiro a acusar, após a abertura em 1990, o seu antigo companheiro de não ter assumido as críticas feitas à condução do PAIGC na Guiné. *«Eu era o chefe de Estado mas a força dirigente da sociedade e do Estado era o PAIGC. E tudo quanto se passou na Guiné, da independência ao golpe, era uma acção patrocinada e orientada pelo PAIGC»*, diz ele, que se queixa do tratamento que os seus antigos companheiros cabo-verdianos, a começar pelo então presidente da República, lhe dispensaram após o seu regresso de Cuba, onde esteve 14 meses, depois de outros 13 meses de prisão domiciliária na Guiné.[66] Convencido a vir para Cabo Verde, tinha a esperá-lo alguns percalços. *«Para mim, vir para Cabo Verde significava, forçosamente, vir para Santiago. No Sal, desviaram-me para S. Vicente.»*

Inconformado, e depois de muito insistir, acaba por vir para a Praia, onde é recebido, no aeroporto, por Pedro Pires e outros dirigentes. Conta Luís Cabral: *«Aristides Pereira fez-me saber depois que me recebia às 16 horas, e quando fui ao Palácio, fizeram-me sentar na sala de espera. Esperei bastantes minutos, 20 e tal, até ser recebido. Depois de 20 e tal meses — 13 preso em Amura, Guiné-Bissau, e 14 de exílio em Cuba!»*

Aristides Pereira que, na altura, se negou a comentar as afirmações de Luís Cabral, alega ter, ainda hoje, dificuldades para compreender a hostilidade do seu velho companheiro e só encontra uma explicação: *«Com o golpe, o Luís ficou baralhado»*. E prossegue: *«O Luís diz que o meu comportamento em relação a ele mudou depois de 1980, no entan-*

to, tenho cartas suas, posteriores ao golpe, nas quais ele reconhece algumas das coisas que fiz por ele.»

Pereira esclarece que a vinda de Luís Cabral de Cuba foi um assunto tratado, sobretudo, a nível do governo. Em tom magoado, desabafa: *«Ele diz que o Pires só faria isso com o meu consentimento. O problema é que aqui, ao contrário da Guiné, havia uma separação de responsabilidades, da mesma forma que estive entre aqueles que sempre se bateram para que não houvesse confusão entre as coisas do partido e do Estado. A verdade é que estando em Cuba, ele queria vir a toda a força. Nós decidimos, não vamos deixar o Luís vir sem determinadas condições para recebê-lo. Não tínhamos casa. Mas ele continuou a insistir. Aí decidimos que ele viesse. É é assim que ele vai para S. Vicente, porque lá era o único lugar onde tínhamos uma residência livre e condigna para ele.»*[67]

Tendo em conta o estado de saúde de Luís Cabral, Aristides Pereira alega que não pretende expor a público todo o seu relacionamento com o velho companheiro de trincheira e, muito menos, explorar os trunfos ao seu dispor, a começar pelas referidas cartas. *«Basta dizer que, quando ele foi operado na Suíça, em 1985, indiquei pessoas, amigas minhas, para cuidarem dele. Ele agradeceu-me depois em carta que me escreveu.»* [68]

Questionado também, Pedro Pires esclarece que a decisão de desviar Luís Cabral para S. Vicente não foi uma decisão pessoal de Aristides Pereira, mas de toda a direcção política cabo-verdiana, confirmando o argumento de que apenas naquela ilha havia uma residência condigna para o ex-chefe de Estado guineense. Pires admite, porém, que a presença de Luís Cabral acabou por tornar-se incómoda. *«Decidimos que o Luís podia vir para Cabo Verde mas que ele não seria a segunda personalidade de Cabo Verde, por razões óbvias. Não era aconselhável que ele tivesse aqui qualquer actividade política, porque nós não queríamos entrar em conflito com a Guiné-Bissau.»*[69]

Fazendo a sua *mea-culpa*, Pires admite que os responsáveis cabo-verdianos não agiram da melhor forma em relação a Luís Cabral, na medida em que não tiveram em conta o estado de espírito de quem estivera submetido a um longo período de pressão e ansiedade, esquecendo, inclusive, de perguntar ao próprio interessado o que pensava do seu futuro. *«Mesmo assim, posso garantir que nós agimos com toda a boa-fé»*, contrapõe. *«Em relação ao futuro político do Luís, eu, pessoalmente, considerava que era preciso dar tempo ao tempo. Todos nós, inclusive ele, devíamos aguardar para ver qual era a evolução futura. Pensando hoje friamente, eu diria que Cabo Verde talvez não fosse o melhor local para ele estabelecer residência. Seria sempre um elemento de perturbação nas relações com a Guiné-Bissau. Tirando isso, procurámos criar as condições mais favoráveis para ele. Assim que conseguimos uma casa ele veio para a Praia. Refizemos uma residência oficial na Prainha para ele.»*

E, quanto ao posicionamento de Luís Cabral em relação a Aristides Pereira, Pedro Pires desconfia que haja qualquer coisa do passado de ambos e que acabou por ditar a atitude de um em relação ao outro. *«Para ser objectivo, deve haver conflitos ou diferendos entre os dois que nós desconhecemos ou que não conhecemos bem.»*

Diante de tal suspeita, Aristides Pereira admite que possa ter havido um ou outro desentendimento, como é normal em qualquer relação pessoal. *«Alguém já chegou a dizer-me a mesma coisa. Por sinal, uma pessoa muito chegada quer a mim, quer ao Luís e que na altura em que ele proferiu essas declarações também ficou chocada. Mas é daquelas coisas, como é que um fulano pode guardar tanto tempo certas coisas para um dia deitá-las fora. Depois de tudo o que passámos, escreve-me cartas com uma hipocrisia dos diabos. Se as afirmações dele me surpreenderam?... É claro que surpreenderam! Na altura os fulanos da campanha presidencial do Mascarenhas Monteiro até disseram* "o Luís Cabral vem aí para desmascarar o Aristides Pereira". *Hoje, acho que se ele não veio é porque não foi possível, ou porque não havia nada a desmascarar. E, quanto às nossas relações, eu não entendo que, para haver boas relações, as pessoas estejam sempre aos abraços e beijos. Tirando isso, as nossas relações foram sempre verdadeiras relações de solidariedade, de camaradas de luta, e, em todos os momentos, de relações sem falhas. É claro que houve intrigas, mas que foram sempre ultrapassadas. E, quanto às contas, eu como tesoureiro, sempre que dava alguma verba a alguém, na minha contabilidade, eu dizia:* "Fulano levou tanto". *Isso aconteceu com todos os chefes das nossas delegações: em Dakar, Argel, Cairo, Accra, Estocolmo...»*

Bobo Keita, do futebol para a política

Também entre os guineenses, que se dividiram a favor e contra o 14 de Novembro, algumas feridas permanecem abertas. Responsável na da Logística do Estado Maior das Farp, o golpe encontra Bobo Keita na Praia integrando uma delegação militar encabeçada pelo vice-chefe do Estado Maior das Forças Armadas, comandante Lúcio Soares, e integrada pelos comandantes Abdulai Bari e por Júlio de Carvalho. Todos, à semelhança de José Araújo, Mário Pinto de Andrade, Fernando Fortes, Ana Maria Cabral (na altura embaixadora de Bissau e da Praia em Berlim), entre outros, irão optar por Cabo Verde. *«Anualmente fazíamos uma reunião dos dois ramos das Forças Armadas»*, relata Keita, na varanda da sua casa, na Achada S. Pedro, na Praia. *«A nossa vinda estava programada para Outubro; como morreu o meu pai, a reunião foi adiada. Só soubemos do golpe no dia 15. E, quando vimos a composição do Conselho da Revolução, achámos que não tínhamos garantias e por isso preferimos ficar. Conhecíamos aqueles indivíduos, sabíamos o que é que cada um valia, isso desde os tempos da luta. No mínimo seríamos a sombra deles.»*

Para Keita, o golpe era o contrário de tudo o ele aprendera na escola da vida, uma vida que se confundia com a história do PAIGC. Militante desde 1960, no lar do partido em Conakry, recebeu os primeiros ensinamentos políticos de Amílcar Cabral, que conhecia desde os tempos em que, garoto, ia jogar futebol com outros adolescentes na Granja de Pessubé, seguindo-se depois a preparação militar ministrada pela primeira unidade de formados na China, de que fazia parte Nino Vieira, que conhecia também desde a adolescência, em Bissau. Ambos tinham sido jogadores de futebol, Vieira, pela Udib, e Keita, pelo Benfica de Bissau. Durante a luta armada, o primeiro actuou no Sul e o segundo no Norte, principalmente. *«Além de não ser a solução viável, o golpe era uma traição a tudo aquilo que aprendemos»*, sublinha.

Questionado se a administração de Luís Cabral não cometeu erros, Keita responde de pronto: *«Há dois erros na vida: aquele em que se quer fazer bem, e se erra involuntariamente e aquele em que se quer errar deliberadamente, para se fazer mal. De qualquer modo, só não erra quem não está a fazer nada. Depois de cinco anos da independência, se houve erros, fomos todos responsáveis. Não nos podemos esquecer que a Guiné foi teatro de guerra, por onde passaram os melhores oficiais, os melhores generais portugueses, isso tudo deixa marcas.»*

Por isso, em relação ao que se disse por altura de 14 de Novembro, nomeadamente o caso das valas comuns, Keita não nega que houve fuzilamentos sumários no seu país. *«Com a independência e as negociações com os portugueses, aceitámos virar uma página da nossa história, esquecendo o que os comandos africanos chegaram a fazer durante a guerra. Eles eram gente que não sabia fazer outra coisa senão combater e chegaram a 50 mil indivíduos. Alguns fizeram coisas incríveis. Conheci um oficial que tinha uma colecção de orelhas e crânios! Apesar de tudo, procurámos garantir-lhes a sobrevivência, exigindo aos portugueses subsídios para eles. Os que quiseram ficar, ficaram, os que não quiseram foram-se embora. Havia entre eles oficiais que tinham um poder incrível, não acatavam ordens e começaram a fazer sabotagens. Instalaram-se no Senegal, vinham da fronteira e atacavam algumas aldeias. Houve o 11 de Março em Portugal e eles estavam envolvidos nisso na Guiné. Depois houve o caso do Malam Sanhá. Ele veio à frente de um grupo e mandou dizer que estava à espera do Nino para começar o ataque. Fomos lá, houve um tiroteio e acabámos com eles. Quem era ministro da Defesa era o Nino e, se ele diz que não sabia, é porque não está a ser sério.»*

Keita confessa que tinha um relacionamento cordial com Luís Cabral, com quem chegara a trabalhar na Frente Norte, já que estivera nessa frente de 1961 a 1969, para, no ano seguinte, passar para a do Sul e do Leste, seguindo depois, nos dois anos seguintes, para a sua formação na URSS. *«Todos nós tínhamos à-vontade suficiente para lhe pôr os problemas e posso garantir que ele estava sempre disponível para nos ouvir. Com o*

golpe, bem ou mal, ele é que nos dava garantias. Com o 14 de Novembro, viu-se que a situação piorou três vezes mais. A única coisa que o governo de Nino Vieira criou foi a falta de dignidade e respeito no guineense. Por causa da luta, éramos um povo respeitado no mundo. Quando chegámos a Bissau, a única coisa que cada um de nós levava consigo era a sua mochila e hoje cada um procura ser ricaço, ter três carros na garagem, enquanto o povo vive miseravelmente. Não estou arrependido por ter ficado em Cabo Verde, pois um homem deve ter um princípio que é fundamental: é preferível viver na miséria, mas com dignidade, porque, ao fazê-lo, o seu próprio adversário acabará por reconhecer um dia o seu valor.»

Keita diz sentir-se em Cabo Verde como se estivesse na Guiné, seu país natal. Esteve pela primeira vez em Cabo Verde em 1958, quando se deslocou a S. Vicente integrado na selecção provincial de futebol da Guiné. Voltaria dois anos depois, também como seleccionado guineense, desta vez para jogar na Praia. O futebol foi, aliás, a via pela qual entrou para a política. Lembra-se de ter ido jogar no Gana nos finais dos anos 50, de ele e os seus companheiros terem sido recebidos por Kwame N'Krumah, e este lhe ter dito que a Guiné podia também ser um país independente. *«Foi aí, pela primeira vez, que ouvi falar em independência.»*

Ainda como futebolista, foi um dos seleccionados para um torneio na Nigéria, que coincidiu com a independência desse país, em 1960. *«Assisti à festa e isso tocou-me bastante.»* Por isso, o seu destino estava traçado: com o início da mobilização, decidiu integrar as hostes do PAIGC com num grupo de que faziam parte sete futebolistas internacionais. *«Deixámos a Guiné no dia 30 de Dezembro de 1960 e chegámos a Conakry no dia 12 de Janeiro de 1961. O futebol foi o nosso trampolim, fomos jogando pelo caminho até chegarmos a Conakry. Quiseram integrar-me na Selecção da Guiné-Conakry, mas não aceitei, porque o que eu queria era lutar pela independência do meu país.»*

Integrado na vida cabo-verdiana, a ponto de sentir na pele as consequências da mudança política em 1991, Bobo Keita voltou a rever a Guiné-Bissau apenas em 1993, para tentar reaver — *«de cabeça erguida»*, conforme sublinha — os seus direitos de cidadão guineense, portador do Bilhete de Identidade n.º 40 e cuja validade é perpétua. Nunca mais voltou a encontrar-se com Nino Vieira, porque, a haver tal encontro, a iniciativa não será sua. *«Se um dia ele quiser falar comigo, eu falarei, mas eu é que não vou à procura dele, apesar de pensar que um dia nos iremos encontrar. Da minha parte, enquanto estiver em Cabo Verde, tudo o que eu puder fazer pela Guiné, farei.»*

Bobo Keita sente-se irremediavelmente ligado ao seu país natal, da mesma forma que a Cabo Verde, por quem lutou e onde, em 1983, lhe nasceu o mais novo dos quatro filhos. Foi ele, Keita, a comandar as forças do PAIGC que, a 8 de Setembro de 1974, entraram em Bissau, no âmbito dos

acordos de Argel, tendo recebido das autoridades portuguesas as chaves dos quartéis. E, como se não bastasse, a independência do seu país, a 24 de Setembro de 1973, foi proclamada precisamente no dia em que completava 34 anos. *«Lembro-me muito bem desse dia, inclusive de o Aristides Pereira me ter oferecido, como presente de aniversário, um rádio transistor.»*

A reconciliação

Praia e Bissau voltam a normalizar as suas relações, a nível diplomático, em Junho de 1982, em Maputo, durante uma cimeira de reconciliação entre Aristides Pereira e João Bernardo Vieira, patrocinada pelo falecido presidente Samora Machel. Os dois antagonistas acordam *«resolver as questões pendentes e relançar a cooperação entre os dois países»*.[70] Das *«questões pendentes»* haverá uma que se manterá em aberto até ao dia de hoje, o facto de um partido guineense conter na sua sigla o "C" de Cabo Verde, o que, da parte cabo-verdiana, foi sempre visto como uma afronta e *«uma flagrante violação das regras de direito internacional»*.[71]

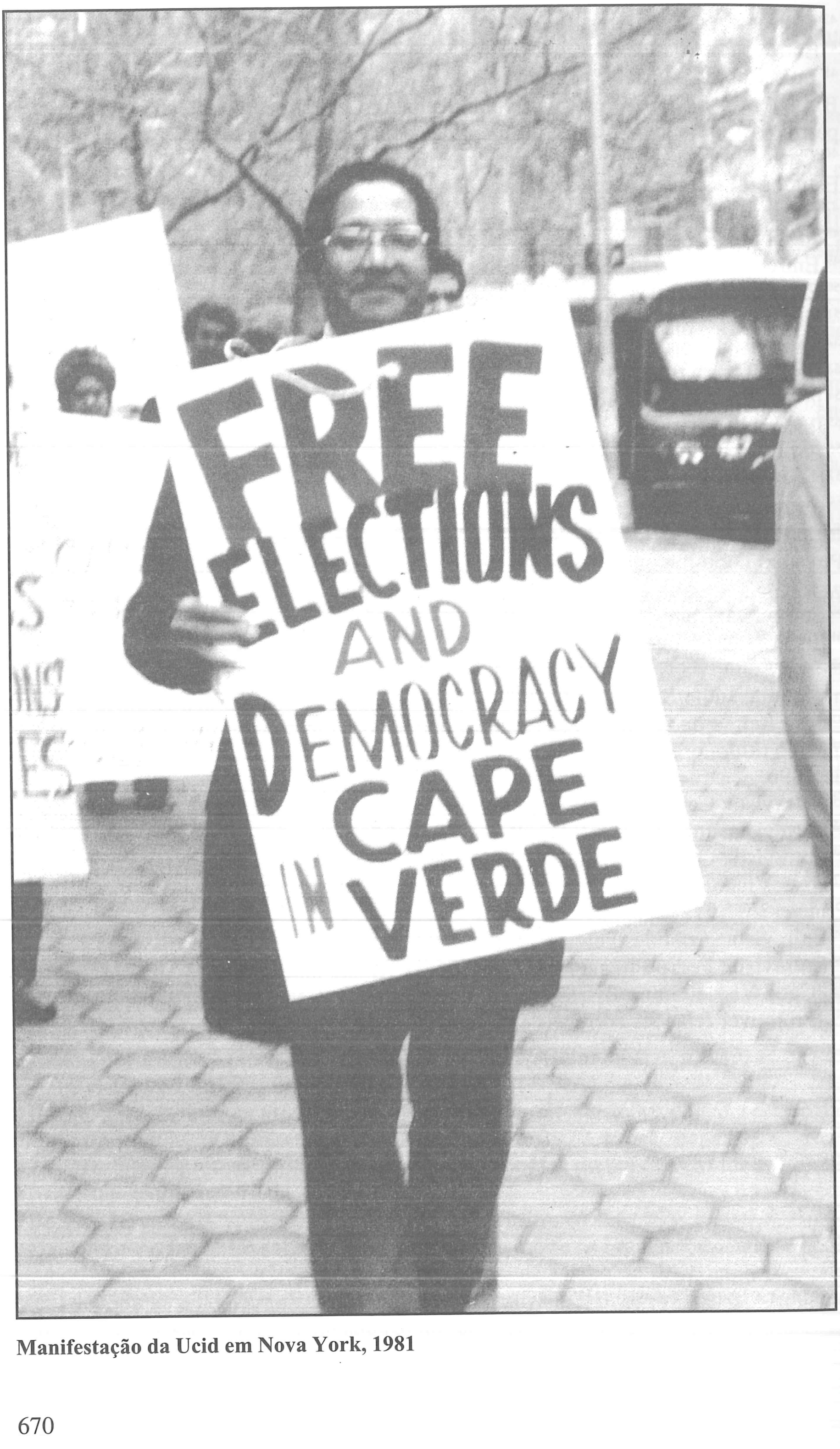
Por seu turno, Luís Cabral passa a viver em Lisboa. Exilado, só revê a Guiné 19 anos mais tarde, em Novembro de 1999, depois do levantamento de Junho de 1998, liderado pelo brigadeiro Ansumane Mané, e que acaba, também, por apear Nino Vieira do poder. Inconformado com o seu eclipse político, Cabral chega a alimentar o sonho de ser eleito secretário-geral da OUA, não tendo, todavia, encontrado o eco desejado junto dos seus antigos companheiros cabo-verdianos, e não só, a quem manifesta tal desejo. A braços com problemas de saúde e mergulhado nas suas lembranças, espera um dia publicar o segundo volume das suas crónicas da libertação.

Notas

[1] **Do PAIGC ao PAICV, documentos**, p. 35, impresso em Portugal, em Abril de 1981.
[2] **Expresso**, 29-11-81. A troca de correspondência entre Aristides Pereira e João Bernardo Vieira foi publicada no número especial da revista **Unidade e Luta**, órgão oficial da CNCV e mais tarde do PAICV, nº 3, II Série, Outubro/Dezembro, Praia, 1980. A mesma correspondência foi posteriormente reunida na brochura **Do PAIGC ao PAICV**.
[3] Id., p. 41.
[4] Mensagem de Aristides Pereira a João Bernardo Vieira, Praia, 17-11-80, ibid., p. 42.
[5] Mensagem de João Bernardo Vieira a Aristides Pereira, Bissau, 17-11-80, ibid., p. 44.
[6] Entrevista: Silvino da Luz, Praia, 07-02-95.
[7] Entrevista: Pedro Pires, Praia, 27-02-96.
[8] Entrevista: Aristides Pereira, Praia, 07-03-96.
[9] Entrevista de Manecas Santos ao historiador guineense Leopoldo Amado. Sem data, mas feita em Bissau, em1997 (?).
[10] Com o tempo, Manecas Santos torna-se na eminência parda do novo regime, cabendo-lhe a reorientação económica da Guiné, para um sistema aberto e capitalista, próximo das receitas do Fundo Monetário Internacional.

[11] "PAIGC autor da identidade nacional guineense", **Unidade e Luta**, n.º 3, Praia, Out/ Dezembro, 1980.
[12] "À unidade devemos a independência", **Voz di Povo**, Praia, 29-01-81.
[13] Mensagem de Arisitides Pereira a João Bernardo Vieira, Praia, 16-12-80, **Do PAIGC ao PAICV**, p. 51.
[14] Paulo Correia será fuzilado em 1986, com mais cinco companheiros, dentre eles o advogado Viriato Pã, acusados de atentarem contra Nino Vieira, que se mostra inclemente mesmo diante de apelos internacionais, designadamente do papa João Paulo II.
[15] Vide "Guiné-Bissau: revelado o plano para a eliminação de Nino", **O jornal**, Lisboa, 28-11-80.
[16] In Carlos Lopes, **A transição histórica na Guiné-Bissau**, p. 157.
[17] A cerimónia da imposição ou distribuição de patentes tem lugar, em Cassacá, a 3 de Agosto de 1979, por ocasião do XX aniversário do massacre de Pidjiguiti.
[18] O jornal **Nô Pintcha** publica, por essa altura, uma lista de 100 cidadãos que teriam sido fuzilados,mas dos quais, segundo as autoridades cabo-verdianas, alguns se encontravam vivos. Cf. **Unidade e Luta**, n º 3, II Série, Praia, Out/Dezembro 1980.
[19] Augusto de Carvalho, "Como podia o 1.º ministro Nino desconhecer os massacres?", **Expresso**, Lisboa, 29-11-80.
[20] Id., "O golpe de Estado vivido como segunda libertação", **Expresso**, Lisboa, 29-11-80.
[21] Luís Moita e Carolina Quina, "Continua presente o pensamento de Amílcar Cabral", **O jornal**, Lisboa, 23-12-80.
[22] Luís Cabral, "Dar tudo sem esperar recompensas nem honras", **O Militante**, n.º 10, Bissau, Setembro/ Outubro 1978.
[23] João Bernardo Vieira, "Dar continuidade à acção de Francisco Mendes", ibid.
[24] Amílcar Cabral, **PAIGC, Unidade e luta**, p. 71, Nova Aurora, Lisboa, 1974.
[25] Id., **A arma da teoria, unidade e luta**, p. 127.
[26] Id., ibid., p. 78.
[27] Id., **"Mensagem de ano novo"**, Janeiro de 1973. in **A prática revolucionária, Unidade e luta** II, p. 217, Seara Nova, Lisboa, 1977.
[28] Entrevista: Luís Cabral, Praia, 12-07-95.
[29] Entrevista: Abílio Duarte, Carnaxide, 16-03-95.
[30] Entrevista: Aristides Pereira, Praia, 07-03-96.
[31] Entrevista: Osvaldo Lopes da Silva, Praia, 10-07-95.
[32] Abílio Duarte, "Mais grave que o assassinato de Cabral", **Unidade e Luta**, n.º 3, Praia, Out/Dez, 1980.
[33] Entrevista: Olívio Pires, Praia, 04-10-95.
[34] **Constituição da República de Cabo Verde**, in **Boletim Oficial**, n.º 41, Praia, 13-10-80.
[35] Entrevista: Silvino da Luz, Praia, 07-02-95.
[36] Citado por Carlos Lopes, in **A transição histórica na Guiné-Bissau**, p. 189.
[37] Entrevista: Pedro Pires, Praia, Praia, 21-04-95.
[38] Luís Cabral, "Os elementos fracos e oportunistas serão afastados pouco a pouco das fileiras do PAIGC", **O Militante**, n .º 4, Novembro de 1977, Edição especial.
[39] Id., "Instalar estruturas do Partido em todos os pontos do país", **O Militante**, nº 11, Bissau, Janeiro/Fevereiro de 1979.
[40] **Do PAIGC ao PAICV**, p. 15.
[41] O relatório do inquérito sobre as circunstâncias da morte de Francisco Mendes é apresentado ao CSL do PAIGC, na sua reunião de 3 a 6 de Março de 1979, em S. Vicente. Além de felicitar a comissão pelo "bom trabalho realizado", Braima Camará e Eduardo Pinto são responsabilizados como autores morais daquele "trágico acontecimento".
[42] Entrevista: Olívio Pires, Praia, 11-02-95.

[43] Entrevista: Olívio Pires, Praia, 09-10-95.
[44] Entrevista: Aristides Pereira, Praia, 07-03-96.
[45] Luís Cabral, "Instalar estruturas do Partido em todo o país", **O Militante**, n.º 11, Bissau, p. 115, 1979. Neste particular, as palavras elogiosas à unidade interna do seu partido seriam, em dois anos, desmentidas pela força dos factos.
[46] Carlos Lopes, **A transição histórica na Guiné-Bissau**, p. 183, Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa (Inep), Bissau, 1987.
[47] Id, ibid., p. 185.
[48] Id., ibid.
[49] Entrevista : Osvaldo Lopes da Silva, Praia, 31-01-95.
[50] Entrevista: Pedro Pires, Praia, 21-04-95.
[51] Entrevista: Aristides Pereira, Praia, 11-05-95.
[52] Entrevista: Vasco Cabral, Praia, 21-03-96.
[53] **Do PAIGC ao PAICV**, p. 51.
[54] Id., p. 77.
[55] Ibid., p. 91.
[56] Entrevista: Olívio Pires, Praia, 11-02-96.
[57] Entrevista: Pedro Pires, Praia, 27-02-96.
[58] Entrevista: Carlos Reis, Praia, 23-01-95.
[59] **Do PAIGC ao PAICV**, p. 124. N.A.: Tida como uma *gaffe* ou um *lapsus linguae*, Pedro Pires explicou-me que o seu "esmagado" era no sentido de "derrotado" e *«não de dar pancada»*.
[60] Entrevista: Manuel Rodrigues, Praia, 03-08-95.
[61] Entrevista: Manuel Rodrigues, Praia, 08-06-95.
[62] José Leitão da Graça, "Amicus Plato sed magis amica veritas!", **Extra/Voz di Povo**, nº1, Praia, Julho/Setembro de 1992.
[63] José Leitão da Graça, "Que Estados, que nações em construção". Colóquio com o mesmo título, organizado pela Fundação Amílcar Cabral, Praia, de 21 a 23 de Março de 1996.
[64] Entrevista: Carlos Reis, Praia, 23-01-95.
[65] Entrevista: João Pereira Silva, Praia, 21-02-95.
[66] Entrevista: Corsino Tolentino, Praia, 06-02-95.
[67] José Vicente Lopes, "Luís Cabral: 'Sempre fui um democrata'", **Voz di Povo**, Praia, 13-07-91.
[68] Entrevista: Aristides Pereira, Praia, 07-03-96.
[69] Entrevista: Pedro Pires, Praia, 27-02-96.
[70] "Cabo Verde-Guiné-Bissau, comunicado conjunto", **Voz di Povo**, Praia, 29-06-82.
[71] "Promover relações correctas entre os dois Estados", ibid.



Manifestação da Ucid em Nova York, 1981

42

O PROCESSO HISTÓRICO

Surpreendidas pelos acontecimentos de Bissau, as autoridades cabo-verdianas procuram evitar qualquer alteração da sua rotina, de modo a mostrar aos observadores a sua não dependência de factores externos, por mais relevantes que estes pudessem ser. Por conseguinte, as eleições legislativas de 7 de Dezembro de 1980 têm lugar na data aprazada desde Setembro e constituem um teste plebiscitário para o regime. De acordo com os dados oficiais, dos 126.028 cidadãos recenseados, participam nesse acto político 75 %, tendo 92 % dos mesmos votado favoravelmente, contra os cerca de 30 mil que se abstêm de participar nas eleições, fora os 7 mil que votam expressamente "não".

E, desta feita, os dois principais centros urbanos — Praia e Mindelo — registam uma afluência média de 73 %, com 94 % de votos "sim", enquanto os resultados mais negativos se localizam em Santa Catarina e uma parte da Ribeira Grande, ilha de Santo Antão, com uma participação de 65 e 68 %, respectivamente. É também nestes dois círculos que se verificam os maiores índices de votos "não", isto é, 13 % para o primeiro caso e 11 para o segundo.[1] Ainda assim, o processo eleitoral é avaliado positivamente pelas autoridades, designadamente por Silvino da Luz, que o dirige e o considera *«um exercício democrático, sadio de inter-acção Partido e massas populares»*.[2] Feitas as eleições, os dirigentes cabo-verdianos anunciavam como próxima meta a implementação, em 1981, da *Lei de bases da reforma agrária*, um desafio, recorde-se, adiado desde a independência.

Do Gris aos CCPD

Da parte da oposição, as eleições de 7 de Dezembro são também aproveitadas para mostrar alguma vivacidade. As acções visam principalmente a denúncia do processo eleitoral, bem como a natureza monopartidária e autoritária do regime. Desde os acontecimentos de Bissau que os adversários da Cidade da Praia se haviam lançado à liça, tanto na diáspora como nas ilhas. Note-se que, com o processo de depuração no PAIGC, as hostes oposicionistas conhecem um significativo reforço, sobretudo a partir de Portugal, país geralmente escolhido pelos opositos-

res cabo-verdianos para o seu exílio. A concentração aí dos antigos estudantes do Liceu da Praia — casos de Adérito Soares de Carvalho, Arnaldo Silva, Alfredo Teixeira, Eurico Barros, Eurico Correia Monteiro, Daniel Lobo, José Bilac, entre outros — irá constituir um filão para Eugénio Inocêncio e Jorge Carlos Fonseca, veteranos nessas andanças. Este último revela que, uma vez chegados a Lisboa, os dois procuram aglutinar os potenciais descontentes à volta de uma organização denominada Grupo Revolucionário de Intervenção Socialista (Gris), cujos documentos mostram que os seus membros continuavam fiéis aos ideais de esquerda.

Num panfleto, assinado ainda como "Grupo de ex-militantes caboverdianos do PAIGC", com data de 19 de Novembro de 1980, os seus autores prevêm que, com o golpe de Estado em Bissau, o fim do projecto binacional do PAIGC acabará por *«agravar o isolamento político do regime»* em Cabo Verde, reduzindo *«a sua capacidade para enfrentar os problemas que se põem à sociedade cabo-verdiana»*, o que irá acentuar *«o seu carácter autoritário e repressivo»*.[3] E concluía: *«Assim, mais actual ainda se torna a luta pela democratização da vida política cabo-verdiana, o fim do regime de partido único, eleições livres para a Constituinte, a dissolução da polícia política, a liberdade de organização político-partidária, a liberdade e independência sindical, o direito à greve, a liberdade de expressão e de imprensa. Essa luta não passa pela realização de golpes de Estado, mas, sim, pela mobilização e organização das massas populares.»*

Nove dias depois, agora com a denominação de Grupo Revolucionário de Intervenção Socialista, um novo panfleto, intitulado "Não à farsa eleitoral em Cabo Verde", o mesmo grupo critica os alicerces e a legitimidade do regime cabo-verdiano, classificando como uma *burla* e uma *fraude* as eleições de 7 de Dezembro, razão pela qual apela ao seu boicote por *«todos os trabalhadores, jovens, mulheres, intelectuais, emigrantes, revolucionários e democratas caboverdianos»*.[4]

O Gris lançará mais um panfleto, em Janeiro de 1981, denominado "PAIGC/PAICV - A continuidade na maior fraqueza", onde analisa a situação política desde o golpe de Bissau, para daí comentar o aparecimento do PAICV e os resultados das eleições. Para o grupo, esse partido é a formalização, por um lado, do *«inevitável esgotamento das virtualidades do PAIGC com a instituição do regime de partido único, e a sua opção por um modelo de desenvolvimento capitalista dependente»* e, por outro, *«a concentração do poder político nas mãos de uma casta burocrática (...) apostada em manter-se a todo o custo no poder, mesmo que, para tanto, tenha que espezinhar não só os interesses e liberdades do povo caboverdiano, mas também as próprias instituições que cria»*.[5]

Também por altura das eleições de 7 de Dezembro, é posta a circular a brochura "Cabo Verde 80, Que Constituição", cuja autoria é atri-

buída aos Círculos de Estudos para a Democracia (CCPD), mas que, segundo Jorge Carlos Fonseca, é uma reunião de textos seus, de Eurico Barros, Eugénio Inocêncio, José Manuel Pinto Monteiro e Wladimir Brito, e que antes de ser divulgada é submetida à apreciação dos membros dos referidos círculos de estudos. Segundo ele, o Gris e os CCPD eram, de certo modo, resultantes das ideias que vinham germinando no seio do grupo que rompera com o PAIGC há um ano atrás. *«Só que o Gris era bastante fechado»*, recorda Fonseca. *«Apenas era constituído por mim, Dududa, Helena Lopes da Silva e os seus irmãos — Tober e Djudju — e mais um ou outro elemento. Em Cabo Verde faziam parte, entre outros, o José Tomás e o Gualberto do Rosário. Da malta que tinha chegado de Cabo Verde, o Gris apenas aceitou integrar o Daniel Lobo. Opus-me a este tipo de metodologia, que não tinha nenhuma eficácia, e passei a defender que o importante não era ter uma organização com um programa socialista, como acontecia com o Gris, mas, sim, algo que fosse mais aberto e visasse a democratização do país, enfim, uma frente alargada...»*

A clarificação da situação acontece durante uma conturbada reunião alargada em Venda Nova (arredores de Lisboa), em casa de Fonseca, Inocêncio e outros elementos. Submetida a votos, o primeiro leva a melhor. Diz ele: *«Os Círculos Cabo-Verdianos para a Democracia marcam, na verdade, uma ruptura minha e dos outros rapazes em relação à malta do Dududa, Helena, Gualberto, José Tomás... Parece-me que havia algumas resistências em relação aos CCPD, porque esse pessoal era muito ligado a mim. Não sei se era ou não por uma questão de contabilidade. De qualquer modo, estranhei que o Dududa e o José Tomás, que se tinham negado a aderir aos CCPD, tivessem, depois, aderido à Liga dos Direitos Humanos de Caldeira Marques e Manuel Chantre. E quanto ao Faustino, ele estava no Brasil e, apesar de lhe ter informado do que se estava a passar, através das cartas que trocávamos, nunca se comprometeu.»*

Enquanto o Gris *«morre por si»* (Fonseca *dixit*), os CCPD protagonizam algumas acções (clandestinas) em Cabo Verde, ao mesmo tempo que se espalha entre os estudantes em Portugal, através de contactos directos ou distribuição de panfletos, cuja marca era a caricatura de um negro sentado, com pernas e braços cruzados e uma mola na boca. Por essa altura, também aderem Dufega (Alfredo Machado), João Brito, Gustavo Araújo, Mário Silva, Henrique Monteiro, entre outros. *«Em Cabo Verde tínhamos ligações com gente que estava na Praia: Jacinto Santos, Luís Leite, Balão, Manuel Reis, Iras (Carlos Alberto Silva), Djosa da Achada (José Luís Lopes), Daniel Santos...»*, acrescenta Fonseca.

De acordo com o seu programa, os CCPD propõem-se participar no combate em prol da democracia em Cabo Verde, contribuir para a promoção e identificação culturais dos trabalhadores e estudantes cabo-verdianos em Portugal e nos demais países de emigração, ligando-os

através de uma corrente de informação com os diferentes sectores democráticos do arquipélago.[6] Todavia, com o tempo, também os CCPD entrarão em declínio, em parte porque, uma vez formados, os seus membros começam a regressar a Cabo Verde, onde se integram nas respectivas carreiras profissionais, enquanto Jorge Carlos Fonseca embarca para Macau, em cuja universidade passará a leccionar. No entanto, com a abertura política em 1990, voltam a juntar-se, pelo que a maior parte dos seus antigos membros aparecem directamente envolvidos na criação do Movimento para a Democracia (MpD).

Liga dos Direitos Humanos...

A oposição no exterior irá, ainda em 1981, conhecer um outro reforço, desta feita de António Caldeira Marques, cujo rompimento com o governo será anunciado em Lisboa, durante uma conferência de imprensa, na qual informa que tinha pedido asilo a Portugal. Com Manuel Chantre e outros patrícios, cria, em Dezembro, a Liga Cabo-Verdiana dos Direitos Humanos, que se destaca na denúncia dos maus tratos aos presos dos acontecimentos da reforma agrária em Santo Antão.[7] *«Fizemos várias diligências, tanto em Genebra como em Nova York, junto de entidades ligadas aos direitos humanos; demos também algum apoio a indivíduos que figuram de Cabo Verde, nomeadamente um sargento das Farp»*, conta Caldeira Marques.

Antes de aderir anos mais tarde à Ucid, onde não deixará de ter alguns detractores (por causa, em parte, do seu protagonismo no processo dos presos do Tarrafal, em 1974), Caldeira Marques forma, em 1983, com António Almeida, Dinis Graça, Clarimundo Delgado (já falecido), entre outros, a Frente Ampla Cabo-Verdiana (FAC), cujo objectivo é agrupar toda a oposição ao PAICV. *«A FAC»*, diz o seu mentor, *«fez um trabalho interessante: publicava uma revista chamada* Justiça e Liberdade *e trouxe ao diálogo elementos da Ucid, outros que tinham estado na UPICV, no PAIGC, para além de independentes. Isso desembocou, em 1990, no Congresso dos Democratas Cabo-Verdianos»*.

Ucid contra a violência

Também a Ucid vê no golpe de Bissau uma oportunidade para mostrar que continua mais viva do que nunca. Redobra as suas actividades públicas na emigração (manifestações em Lisboa, Roterdão e Nova York, por exemplo) e clandestinas em Cabo Verde, principalmente na ilha de Santo Antão, tida como o seu principal bastião. Ainda em Dezembro de 1980, algumas paredes da vila de Povoação (Ribeira Grande) amanhecem escritas com *slogans* contra o regime, além de terem sido distribuídos materiais diversos de propaganda. A Ucid aparece meses

Arquivo: John Wahnon

III Congresso da Ucid. Roterdão, Novembro de 1991

Arquivo: John Wahnon

John Wahnon, Lídio Silva e Manuel Lizardo

mais tarde associada ao movimento popular contra a reforma agrária naquela ilha, cujo ponto alto será a manifestação de 31 de Agosto de 1981, liderada pelo seu co-fundador Bibino Fortes.

E é também em 1981, recorde-se, que Lídio Silva e John Wahnon assumem o comando da organização, passando, o primeiro, a ser o secretário-geral e, o segundo, o secretário-geral adjunto. Esta foi também, segundo Wahnon, uma forma de redinamizar e dar nova imagem ao partido, uma vez que Sérgio Duarte Fonseca estava demasiado conotado com o colonialismo. Não poupa o consulado destes, estendendo igualmente a crítica a todo o "grupo de Lisboa", por ele acusado de ter constituído sempre um entrave no interior do partido. *«Esses elementos acha-*

vam-se os melhores e os mais capazes para dirigir a Ucid; no entanto, no meu entender, foi o grupo que menos contribuiu para a luta. Fora isso, havia problemas de comunicação entre eles e o Lídio, que não aceitava determinadas coisas. Em geral, o grupo de Lisboa alegava sempre que não estava informado do que se passava. Ora, num partido como a Ucid, naquela altura, se houvesse muita democracia, as coisas não iriam para a frente. Por exemplo, um dos nossos problemas era a fuga de informação. Com o meu consulado, fiz um blackout *total e isso criou dificuldades ao PAICV.»*[8]

Entretanto, com o tempo e face à situação prevalecente em Cabo Verde, há quem comece a admitir o recurso à violência para desalojar o PAICV do poder, tese a que se opõem os dois responsáveis máximos da Ucid. Diz Wahnon, a propósito: *«O meu argumento baseava-se no seguinte:* "Tu desembarcas em Cabo Verde, somos uma terra pequena, a primeira pessoa que encontras é teu pai, teu irmão ou teu amigo de infância, e, neste caso, o que fazes: disparas?" *O governo pode ter ouvido alguém da Ucid dizer que se ia partir para a violência, mas nunca ouviu de nenhum responsável nosso tal tipo de afirmação. A nossa luta era sobretudo política. O nosso objectivo não era derrubar o governo que aqui estava, mas sim promover o pluralismo, a justiça e outros valores consentâneos com a nossa cultura. É claro que para mudar esse estado de coisas, era preciso mudar o regime.»*[9]

John Wahnon, que será eleito secretário-geral da Ucid, em Novembro de 1988, em Roterdão, explica ainda que, ele próprio, com o tempo, compreendeu a necessidade de mudar de método em relação ao PAICV, que tinha, como todo o partido único, a necessidade de um inimigo externo. *«A Ucid tinha trabalhado até então como uma organização reaccionária: ouvia, via o que o PAIGC/CV fazia e reagia. Eu defendia o contrário: tínhamos de ser capazes de produzir os nossos próprios acontecimentos. Isto é, era preciso pressionar o governo politicamente, de forma a beneficiar os objectivos da Ucid.»*

Esta nova postura vai fazer com que Wahnon aceite o convite do seu velho amigo Júlio de Carvalho para visitar Cabo Verde, o que faz discretamente, entre Maio e Junho de 1989, a tempo de assistir ao funeral de Baltasar Lopes da Silva, em S. Vicente. *«Vim para saber quem era esse adversário que era o PAICV. Constatei que não era preciso muito esforço para fazer mudar o regime, tanto mais que, dentro dele próprio, havia forças a empurrar para a abertura. Dei-me conta de uma estrutura no topo, com algum apoio na base — no meio havia um deserto. E o que era a Ucid no meio disso tudo? A Ucid era quem alimentava o PAICV, éramos, no fundo, a sua razão de ser — o inimigo; em suma, o espantalho que eles mesmo criaram. De modo que, quando regressei aos EUA, entendi que a melhor forma de actuar era, simplesmente, não fazer nada.»*

«Ao contrário do que diz John Wahnon», reage António Gumercindo Chantre, a propósito, *«ele é que afundou a Ucid. Não fez nada durante a*

presidência dele e agora diz que, se fizesse alguma coisa, estaria a alimentar o PAICV... Isso são desculpas de mau pagador.»[10]

Scunina e os seus amigos

Em Cabo Verde, o acto eleitoral de 7 de Dezembro é uma oportunidade para a resistência interna, em íntima ligação com o exterior, levar adiante algumas acções. São distribuídos panfletos na capital contra as eleições, pelo que, na sequência disso, é preso um grupo de cidadãos, de que constam Jacinto Santos, Daniel dos Santos (Ney), José Bilac e, entre outros, António Carlos Lopes.

Natural da Praia, medidor orçamentista de uma empresa de construção civil, sem qualquer actividade política conhecida, Scunina, como António Carlos Lopes é geralmente conhecido, era amigo dos elementos afectos ao trotskismo, tendo sido escolhido por José Tomás Veiga para ingressar no primeiro contigente das Forças Armadas que é enviado a Cuba para preparação militar. O ambiente político nos finais dos anos 70 e a falta de vocação para a vida militar levam-no, todavia, a percorrer vários corredores, até conseguir a sua desmobilização. *«Eu era considerado quadro das Farp, além disso, responsável pela comunicação no Sal, de modo que a minha saída não era fácil. Pedi uma audiência ao Silvino da Luz, que era ainda ministro da Defesa, coloquei-lhe o meu problema e ele prometeu-me que se a minha vontade era sair, iria fazer todos os possíveis para que isso acontecesse.»*[11]

Mas, uma vez desmobilizado, Scunina, sendo medidor orçamentista, enfrenta um outro problema, o do desemprego, já que a construção civil se encontrava em profunda crise. *«Na altura eu dormia no quarto do Maika [i.e. Daniel Lobo], que tinha uma casa na Ponta Belém. Por conseguinte, acabei por conhecer todos os seus amigos do Liceu: o Alfredo Teixeira, o Arnaldo Silva, o Zé Bilac... Com a ida deles todos para Portugal, eu e o Maika continuámos a nos corresponder. Com as eleições, eles mandaram, por meu intermédio, uma série de panfletos e algumas brochuras sobre a Constituição. Eu já conhecia o Jacinto Santos, o Ney e os outros rapazes da Achada Santo António, embora fosse com Ney que eu tinha uma relação mais profunda, éramos praticamente inseparáveis.»*

Devido a outras actividades, nomeadamente recreativas, o grupo de que Scunina fazia parte — Casaco Pobre, conhecido na capital pela irreve-rência e rebeldia dos seus membros — tinha há muito saltado à vista da Segurança do Estado. *«Com a vinda dos documentos, fiquei com uns quantos e distribuí os outros. Uma das pessoas que me ajudou nisso foi precisamente o Ney. As eleições eram num domingo e na sexta-feira, à noite, os distribuímos no* Plateau *e em vários bairros da Praia. Colámos alguns, pusemos outros tantos debaixo da porta de pessoas conhecidas etc. Sábado de manhã, uma*

pessoa — parente do Ney — viu-me e avisou-me que agentes da Segurança tinham ido a casa dele e encontraram as brochuras e os panfletos e que o tinham levado preso. A partir daí, uma série de gajos foram também presos. (Do grupo fui o penúltimo a ser preso, três dias depois da prisão do Ney.) O último foi um indivíduo chamado Dudaia, hoje nos EUA. Por precaução, resolvi ausentar-me da Praia. Entretanto, nesse meio tempo alguém disse-me para me ir entregar, porque já sabiam que tinha sido eu que recebera o material e que o próprio Ney, no Tribunal, tinha citado o meu nome.»

Depois de vários dias a fugir da polícia, com algumas das pessoas a quem dera parte dos panfletos a suplicarem que não pronunciasse os nomes delas caso fosse preso, Scunina foi, finalmente, detido numa manhã, quando, ao regressar a casa, tinha a esperá-lo um agente da polícia civil com o respectivo mandato de captura. Com os demais presos é ouvido pelo Tribunal da Praia, que ordena, porém, que sejam todos postos em liberdade. E, ao contrário dos rumores da altura, tendo por causa disso a Assembleia Geral do Ipaj aprovado uma moção ao presidente Aristides Pereira em que *«manifestava a sua preocupação»*[12], Scunina esclarece que nenhum dos detidos chegou a ser agredido fisicamente. *«Uma das pessoas que falou connosco foi o Júlio de Carvalho, que nos tratou impecavelmente. Fizeram pressão sobre nós todos, é verdade, mas não bateram em nenhum de nós. A preocupação da Segurança era saber a origem dos documentos. Respondi que aquilo tinha aparecido lá em casa, que era um lugar onde toda a gente ia. A Segurança não acreditou muito nisso... No fim, cada um de nós foi ouvido por um juiz e ficámos a aguardar em liberdade o julgamento até hoje. Nunca mais nos convocaram.»*

Do grupo em causa, segundo Scunina, quem mais sofreu foi José Bilac, que, ainda em Dezembro, deveria ir estudar em Portugal com bolsa do governo. *«Era o elemento mais novo, mas, com o esforço do pai, lá conseguiu embarcar, depois deste ter feito um depósito avultado em dinheiro que nunca mais conseguiu recuperar, segundo o Bilac me contou, já depois de se ter formado.»* No entanto, apesar de ter oficialmente perdido a bolsa, Bilac teve a sorte de a comunicação do Ministério cabo-verdiano da Educação não ter chegado a Portugal, o que lhe permitiu formar-se em Sociologia. Morreu em Março de 1989, aos 31 anos, vítima de um acidente de viação na estrada de Santa Catarina e Tarrafal.

Como consequência do que se tinha passado, as relações entre os outrora inseparáveis Scunina e Ney jamais voltam a ser as mesmas. *«Logo depois que saímos da prisão falámos sobre o assunto»*, conta o primeiro, *«e acusei-o de ter sido demasiado ingénuo. Tinha-lhe avisado para que tomasse o máximo cuidado, porque podia ser perigoso para nós todos. Ele admitiu perante mim que não fora suficientemente maduro, que lhe tinham feito muitas pressões, ameaças à família, enfim, que lhe tinham posto entre a espada e a parede. De qualquer modo, cortámos as nossas relações.»*

Continuar Cabral

A nível do *establishement* cabo-verdiano, a ruptura com Bissau e as eleições de 7 de Dezembro conduzem não só ao aparecimento de uma nova entidade política, como também a algumas alterações na estrutura e composição do poder em Cabo Verde. Ainda em Dezembro (antes, portanto, da conferência nacional de quadros do PAIGC que vai dar lugar ao PAICV), Pedro Pires remodela o seu executivo. Abílio Duarte deixa os Negócios Estrangeiros para ocupar-se, unicamente, do parlamento, ao mesmo tempo que se regista a entrada de três dirigentes vindos da Guiné: Honório Chantre, Defesa Nacional; Júlio de Carvalho, Interior; e José Araújo, Educação, tidos todos como "homens do primeiro-ministro". Silvino da Luz, que é transferido para o comando da diplomacia, e tido como um dos "homens do presidente", tal como Abílio Duarte, Osvaldo Lopes da Silva, entre outros, diz ter aceite com alívio a mudança, uma vez que se via livre de um sector *«extraordinariamente ingrato»,* fonte permanente de suspeitas à volta da sua pessoa.[13]

Entretanto, feitas as adaptações à nova situação, do ponto de vista de política externa, Cabo Verde assume-se, segundo os seus responsáveis, cada vez mais como um Estado pragmático e não-alinhado. Uma das primeiras missões do novo ministro dos Negócios Estrangeiros é, precisamente, explicar ao mundo as razões da ruptura com Bissau, aproximando-se a Cidade da Praia do bloco ocidental, sem descurar, contudo, os velhos aliados socialistas, particularmente Havana, uma importante referência política e afectiva para os antigos combatentes cabo-verdianos. Para Abílio Duarte, *«após o golpe que inviabilizou a unidade com a Guiné, a diplomacia cabo-verdiana atingiu a plenitude da sua independência».*[14]

O envolvimento de Cabo Verde na busca de uma solução para o conflito da África Austral, com a ilha do Sal a servir de palco para encontros secretos entre as partes envolvidas, conduzem, entretanto, a um maior prestígio externo do país. A diplomacia cabo-verdiana será premiada, ainda em 1981, com a escolha de Aristides Pereira para porta-voz do grupo africano na Conferência Mundial dos 21 Países Menos Avançados (PMA), em Paris. Cabo Verde organiza, em Janeiro de 1982, a conferência dos chefes de Estado da Conferência Inter-Estados da Luta contra a Seca no Sahel (CILSS) e um ano mais tarde, por ocasião do décimo aniversário da morte de Amílcar Cabral, o Simpósio Internacional dedicado à sua obra, simpósio esse que é, ao fim e ao cabo, o coroar de toda uma ofensiva diplomática, aparecendo os governantes cabo-verdianos como os herdeiros fiéis do legado teórico do fundador do PAIGC, sendo isso patente tanto no discurso inaugural dessa conferência pronunciado por Aristides Pereira[15], bem como no de encer-

ramento proferido por Pedro Pires, para quem o encontro constituiu um reforço da *«justeza das opções fundamentais do PAICV»*.[16]

No entanto, quer o então presidente da República, quer o seu primeiro-ministro alegam que, em termos estratégicos, foram poucas as alterações que se teve de introduzir no rumo da governação à ruptura com Bissau. *«Tivemos apenas de anular alguns projectos comuns, como a Naguicave. De resto não houve nada de especial»*, explica Aristides Pereira, que lembra que sempre foi preocupação dos dirigentes do PAIGC, sua em particular, separar as águas entre Praia e Bissau, de modo a que cada um dos Estados fizesse a sua própria vida. *«Nós iríamos buscar uma maior afirmação externa de Cabo Verde e creio que o conseguimos»*, diz, por sua vez, Pedro Pires, para quem havia muito pouco a mexer. *«Do ponto de vista interno, reorganizámos as Forças Armadas — foi nessa altura que tivemos um grande empenho em pôr de pé as Milícias, precisamente para compensar a fraqueza das Farp.»*[17]

Ao contrário da maioria dos seus companheiros, Osvaldo Lopes da Silva queixa-se de um desnorte que passou a marcar a governação, principalmente Pedro Pires, que, até aí, pensando na unidade com a Guiné-Bissau, vinha concebendo os projectos de desenvolvimento no quadro da chamada complementaridade. *«Com o golpe, passou-se a ter medo de fazer certas coisas, porque não havia a Guiné.»*[18]

A nova situação cabo-verdiana irá fazer surgir, com o tempo, uma nova dinâmica interna, que, associada a outros factores, gera novas contradições no seio do poder, nomeadamente no que concerne ao modelo económico a seguir. Volvidos cinco anos da sua independência, Cabo Verde chega a 1980 com uma população que se aproximava dos 300 mil habitantes, com um crescimento económico médio superior a 11 por cento, o que faz com que, de 180 dólares, em 1975, o seu PNB *per capita* atinja, em 1980, os 360 dólares, para alcançar os 759 dólares em 1990, num universo agora de 340 mil habitantes. Neste quadro, também os indicadores sociais registam uma nítida melhoria. Por exemplo, a mortalidade infantil, estimada em 106 por mil em 1970, passou para 50,2 por mil em 1980, depois para 45,1 em 1990. De igual modo, de 56 anos, em 1970, a esperança de vida passou para os 60,1 anos, em 1980, e 64,7 anos, em 1990.[19]

Acontece, todavia, que, sem desprezar o aumento da produção interna, designadamente agrícola e industrial, a economia continua a depender profundamente do exterior. Basta ver que o grosso dos resultados apontados e considerados espectaculares para a região africana em que o arquipélago se encontra inserido, se devia fundamentalmente à reciclagem da ajuda externa (alimentar e ao desenvolvimento), à remessa dos emigrantes e ao sector de prestação de serviços externos. Não obstante o considerável número de postos de trabalho criados ao longo

dos 10 primeiros anos da independência, em 1990 continuava a registar-se um desemprego calculado em 26 % da população economicamente activa, havendo ilhas — Brava, S. Vicente, Fogo e S.Nicolau, por exemplo — onde a cifra era superior aos 30 %, afectando sobretudo a juventude. Em S. Vicente, tida como ilha-barómetro, o desemprego atingia, naquele mesmo período, os 50,6 % dessa camada populacional.

E, não será, pois, por acaso que os sinais de descontentamento popular venham principalmente daquela ilha, cujos cidadãos chegam a manifestar-se, em 1986 e 1987, para mostrarem o seu inconformismo face a uma série de problemas sociais e políticos. No primeiro caso, contra a lei que legaliza o aborto e, no segundo, feito por jovens estudantes, em solidariedade a José Teófilo Santos Silva, articulista do mensário **Terra Nova**, manifestação essa considerada ilegal pelas autoridades, já que os seus promotores não solicitaram a devida autorização; o acto acabou por ser severamente reprimido pela polícia, o que contribui para o que incidente tivesse ampla repercussão externa.

Ainda no campo do desenvolvimento económico, duas sensibilidades acabam por se perfilar no interior do regime, uma representada por Osvaldo Lopes da Silva, na altura ministro da Economia e Finanças, e outra pelo homem da Cooperação e Planeamento, José Brito, e, mais tarde, pelo seu colega da Indústria e Energia, Adão Rocha. Estes dois últimos pertenciam a uma jovem geração de dirigentes, que, embora tivessem participado no processo da conquista da independência, não tinham estado na Guiné e representavam, antes, um tipo de tecnocracia diferente da de Lopes da Silva, detentor de uma legitimidade histórica que fazia dele um dos pesos pesados do sistema. Ao contrário deste, que era um dos nove membros da Comissão Política do PAICV — tida como o verdadeiro centro do poder — , Brito e Rocha apenas passam a pertencer à Comissão Nacional a partir de Julho de 1983. Na correlação de forças que passa a existir, os dois representavam um esforço pessoal de Pedro Pires em dar oportunidade aos dirigentes e quadros mais jovens.

Osvaldo Lopes da Silva, que passará de congresso em congresso a perder pontos em relação a alguns dos seus pares, ao mesmo tempo que, a nível do governo, deixa a Coordenação Económica para, em Janeiro de 1986, passar a ocupar-se do Ministério dos Transportes, Comércio e Turismo, não poupa críticas a Pedro Pires, com quem haveria de romper, em 1990, no meio de ameaças públicas, o que não o impede, ainda hoje, de continuar a nutrir pelo velho companheiro grande estima e respeito, na certeza também de que *«a História terá um dia de fazer-lhe justiça, por tudo o que fez por Cabo Verde»*. A seu ver, os bons resultados dos primeiros cinco anos da independência acabam por levar o então primeiro-ministro a cometer erros de cálculo ou, até mesmo, de apostas estratégicas, que ficarão mais ou menos consagradas no I Plano Nacional de

Desenvolvimento, aprovado em Janeiro de 1983. Por conseguinte, duas vias de desenvolvimento acabam por surgir no seio do poder, uma industrial e outra rural.

«Eu era contra esse conflito», afirma o então ministro da Economia e Finanças. *«Ainda hoje entendo que Cabo Verde não se desenvolve só com a agricultura. Era e é preciso descobrir a vocação de cada ilha. Pensava-se que o desenvolvimento económico devia centrar-se no campo, porque a indústria far-nos-ia depender do exterior, nomeadamente por causa da captação de investimentos. Por isso, o Plano aparecia também a defender uma economia planificada e eu me posiciono contra. Achava que éramos e seremos sempre um país de economia de mercado. Devemos, através dos planos, dar coerência aos investimentos, mas não mais do que isso. O Brito, pelo contrário, era profundamente intervencionista; por causa disso, a Secretaria de Estado da Cooperação e Planeamento acabou por ser um permanente obstructor do desenvolvimento.»*

Acrescenta Lopes da Silva que a criação de um sector empresarial público correspondeu, amiúde, à transformação dos antigos serviços autónomos do Estado colonial em unidades empresariais, porque, na altura, não havia outra alternativa. Cita como exemplos os casos dos CTT, Electra e ASA (segurança aérea) e outras unidades que tiveram de ser criadas como forma de ultrapassar certas carências que, na altura, se colocavam ao país, casos também da Agência Nacional de Viagens, Transcor (transportes urbanos), Emec (construção civil) etc. *«O aspecto mais negativo era os homens do Plano, que achavam que tudo tinha de passar por eles, mesmo as iniciativas privadas, o que, na prática, não era possível.»*

Recorde-se que, por causa da desconfiança em relação à iniciativa privada e ao capital externo, o Estado exigia, inicialmente, uma co-participação, no mínimo, de 51 por cento, de todas os empreendimentos de vulto, o que, em certos casos, indispõe ou afasta vários dos potenciais investidores. Diante desta evocação, eis como reage o primeiro ministro da Economia: *«Isso fazia parte das ideias da época. Eu próprio, com o tempo, abandonei essa posição. Achava-se que era uma maneira de o país se defender. De qualquer modo, isso já tinha sido na época um grande avanço em relação a outros países que achavam que tudo devia pertencer ao Estado. Aliás, no início, os próprios privados só aceitavam participar em certos empreendimentos quando vissem o Estado presente. Foi assim com a Moave, o Hotel-Mar, onde o Estado aparece com 51 por cento; nas confecções Morabeza e na Socal [calçados], as pessoas já estavam mais abertas, bastavam-nos 20 por cento para o Estado. Note-se que, em 1975, não havia nada mais do que comerciantes, por isso, o Estado tinha de avançar ele próprio para determinadas actividades, o que não significa que ele tivesse que lá ficar para sempre. Ainda hoje, se ficarmos só à espera do investimento estrangeiro, Cabo Verde não se desenvolve. O Estado deve ser o promotor, isto é, deve criar as condições, para depois, retirar-se. Foi assim que a Coreia do Sul e a Singapura se desenvolveram. De uma*

maneira geral, o empresário cabo-verdiano não tem dinheiro, não tem tecnologia e não tem audácia.»

Mas foi também com Lopes da Silva à frente do sector económico que o Estado acabou por se envolver em projectos que se revelaram pouco rentáveis, como é o caso dos estaleiros de S. Vicente, tido como um elefante branco. Confrontado, também, com este facto, aquele antigo governante defende-se, uma vez mais: *«Esse projecto foi estudado com todo o cuidado, e, em função disso, os bancos o financiaram. Só que a conjuntura variou. Estávamos no fim de um ciclo da pesca do atum nesta região e houve uma queda significativa do número de barcos que operavam na nossa zona.»*

O antigo governante alega também que a situação dos estaleiros poderia ser hoje outra se não fosse *«a obstrução do Plano». «Quem ganhou o concurso para a construção dos estaleiros foi uma empresa holandesa — a Ballast —, que tinha um grande prestígio internacional, ao contrário da Ilídio Monteiro (portuguesa), que ficou em segundo lugar, com uma diferença de 2 milhões de dólares. Contudo, a adjudicação à Ballast ficara dependente de ela obter a parte do financiamento que faltava. O FMO (um organismo estatal holandês) estava disposto a avançar com essa parte, que teria de ser confirmado por um pedido nosso. Como não se fez a tempo o pedido, a Ballast ficou de fora, pelo que a Ilídio Monteiro avança através da Caixa Geral dos Depósitos, o que, para a Ilídio, foi uma autêntica lotaria. O certo é que com as hesitações, os estaleiros acabaram por ficar 2 milhões de dólares mais caro. Em 1979/80, acompanhei o Pires a uma viagem à Holanda e levava comigo dois estudos, um de dessalinização para S. Vicente e outro para as câmaras de frio. Os dois projectos foram imediatamente financiados, foram assinados os contratos e deu-se início à sua execução. Um belo dia recebo um telefonema da Holanda a dizer que o governo cabo-verdiano tinha mandado suspender o projecto do dessalinizador. Procuro saber o que se tinha passado e o Brito responde-me:* "Nós temos que ver outras alternativas". *A alternativa dele, no caso da dessalinização, era um* pipeline *que ligasse S. Vicente a Santo Antão! O Brito, já nessa altura, tinha ideia do desenvolvimento tripolar, centrado na Praia, Mindelo e Sal. Achava que a água era excedentária em Santo Antão. Quando se soube do* pipeline *toda a gente ficou espantada.»*

Lopes da Silva aponta várias intervenções de Brito na vida económica cabo-verdiana, que, no seu entender, se revelaram prejudiciais ao país. *«Por exemplo, ele achava que era muita pretensão de Cabo Verde transportar pessoas pela via aérea e que tinha de ser pelo mar. Resultado: houve um grande atraso na infraestruturação da aeronáutica. O Herculano Vieira [ministro dos Transportes e Comunicações, entre 1981 e 1986] fartou-se de lutar contra isso. Se formos ver, fizemos muito pouco nesse domínio. Eu, já como ministro dos Transportes, um dia, em 1989, levei a questão ao Conselho de Ministros, e, pelos cálculos, mostrei que ficava mais barato o transporte de passageiros por avião do que por barco.»*

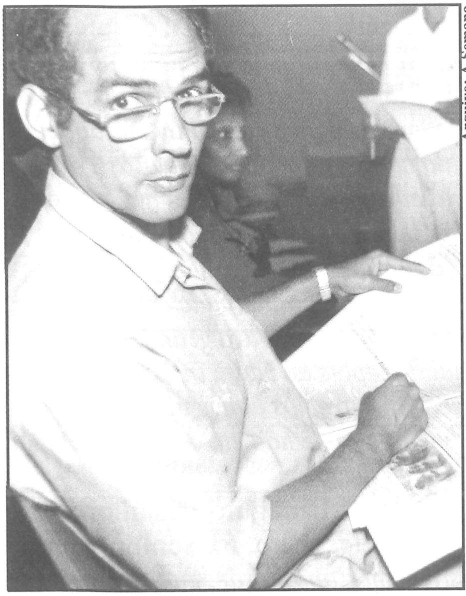
E, neste ponto, conclui Lopes da Silva: *«Os cinco primeiros anos foram muito bons para Cabo Verde, havia muito entusiasmo e entendimento, conseguimos um governo muito bom, por aquilo que fizemos e pelo que não fizemos. O que acho lamentável é que se tenha tirado conclusões erradas sobre o futuro da economia. A nível das ajudas não esperávamos que o Ocidente fosse tão generoso. E, por culpa de todos nós, não tirámos todo o proveito dessa generosidade.»*

Entretanto, com o tempo, as divergências entre as duas "sensibilidades" vão fazer com que surjam outros desentendimentos quanto a certos projectos económicos, sendo o caso mais notório o das salinas e cimenteira da ilha do Maio, prometido desde a independência. Arquivado pelo Conselho de Ministros na sua reunião de 4 de Fevereiro de 1988, o referido projecto foi recebido, na verdade, pelo governo colonial, conjuntamente com outros tantos projectos industriais, e previa uma produção inicial de um milhão de toneladas por ano, cifra que foi diminuindo ao longo de sucessivas actualizações, para se centrar, em 1981, em 75 mil toneladas, sobretudo depois que se entendeu que a produção devia satisfazer unicamente as necessidades internas do país.

Lopes da Silva critica José Brito e, principalmente, Adão Rocha, por não ter sabido defender o projecto em causa, com a agravante de o mesmo ter sido arquivado numa altura em que estava garantido pelo Banco Africano de Desenvolvimento (BAD) o seu financiamento, da mesma forma que estava escolhida a empresa que iria executar a obra, a portuguesa Cimpor, a um custo de cerca de 24 milhões de dólares. O Conselho de Ministros alega então a fraca taxa de rentabilidade da cimenteira, para além das suas consequências financeiras para o tesouro, sendo, ainda por cima, reduzido o número de postos de trabalho que iria criar. E, como alternativa, surgia a importação de cimento de Angola a um preço de amigo, o que veio, porém, a revelar-se inconsequente, em virtude de a parte angolana não ter conseguido satisfazer o compromisso: das 40 mil toneladas anuais previstas no acordo, a Cimangol apenas forneceu uma única remessa de 5 mil toneladas, obrigando Cabo Verde a virar-se para outros fornecedores.

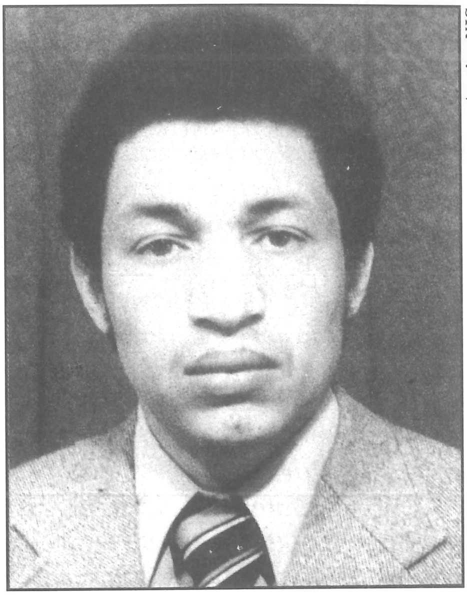
José Brito

Coordenador regional do PNUD, em Abidjan, para a África Ocidental, José Brito, filho de pais cabo-verdianos, nasceu em Dakar em 1944, e só conheceu Cabo Verde em Fevereiro de 1975, tendo passado a infância e a adolescência na Costa do Marfim, de onde, depois de concluir o liceu, embarca para Paris, em 1969. Aqui cursa Engenharia de Minas e adere formalmente ao PAIGC, por intermédio de Elisabeth



Arquivo: A Semana

José Brito



Arquivo: NJC

Adão Rocha

Mascarenhas. Depois de trabalhar com Corsino Tolentino na mobilização de emigrantes, uma vez concluído o curso, Brito regressa à Costa do Marfim, onde é nomeado director de uma refinaria petrolífera, cargo que deixa para instalar-se em Cabo Verde, começando aqui por ser director-geral do Plano e Cooperação até chegar a ministro dessa mesma pasta, em 1990.

Por razões óbvias, José Brito era tido como o mais francófono dos governantes cabo-verdianos do seu tempo. Um seu colaborador dos primeiros tempos refere que foi Pedro Pires a ordenar que todos os documentos da Cooperação e Planeamento deviam ser escritos em português, e não em francês, como vinha acontecendo até aí por causa das dificuldades de Brito com a língua portuguesa. O seu prestígio junto do chefe do governo era também motivo de ciúmes junto de outros elementos da *nomenklatura*, de tal modo que, quando foi nomeado ministro, um deles escreveu-lhe um bilhete, a dizer: *«Parabéns, por ter conseguido finalmente o que há muito queria»*. Diante das acusações de Lopes da Silva, rapidamente se percebe que a animosidade entre os dois é recíproca. *«O Osvaldo queria decidir tudo e havia um voluntarismo extremamente grande da parte dele para fazer avançar o país sem dados»*, acusa Brito.[20]

Em relação à história do *pipeline*, o antigo secretário de Estado da Cooperação e Planeamento lembra que, desde o tempo colonial, havia um projecto nesse sentido, e que os estudos feitos na época pareciam ser favoráveis, já que o aumento do preço do petróleo desaconselhava a dessalinização da água para S. Vicente. *«Penso que participei no desenvol-*

vimento do país e tudo o que fizemos foi extremamente discutido», diz ele, agora num tom sereno. *«Se Cabo Verde conseguiu granjear prestígio por causa da sua política interna e externa, foi precisamente devido à cautela assumida por nós todos, a começar pelo Plano e Cooperação, que controlava as doações. O problema é que o Osvaldo era megalómano, dormia, sonhava as coisas e pensava que, no dia seguinte, tudo estava feito. Era um indivíduo que não tinha em conta a realidade à sua volta. Imagine Cabo Verde ter uma cimenteira há 10 ou 15 anos, no Maio, com capacidade de produzir um milhão de toneladas, numa altura em que havia excedente de produção no mercado internacional! Em relação aos estaleiros: ele queria fazer um estaleiro para grandes embarcações, num momento de crise internacional. É depois de muita insistência que se constrói um estaleiro para navios de pesca. Se entre nós houve alguém que teve sempre uma posição individualista foi ele, Osvaldo, e não eu, o Adão Rocha ou o Pedro Pires.»*

E sobre o papel de Pedro Pires neste triângulo desamoroso, o antigo responsável do Plano entende que ele, Brito, foi sempre a parte mais fraca da corda. *«Eu conheci o Pires em Cabo Verde, enquanto eles se conheciam desde a luta. Por causa disso, tive de engolir muitos sapos do Osvaldo, porque o Pires, com razão ou sem ela, acabava sempre por pender do lado do Osvaldo. No Conselho de Ministros era diferente: ali, o peso da razão e do argumento funcionava. E, mesmo assim, chegámos a decidir uma coisa e o Osvaldo sair à rua para declarar coisas completamente contrárias. Por exemplo, o alargamento da pista do aeroporto da Praia: ele decidiu avançar com as obras por sua própria conta, colocando-nos a todos perante o facto consumado.»*

Adão Rocha

Homem de gestos calmos e fala mansa, Adão Rocha tem uma atitude mais condescendente em relação a Osvaldo Lopes da Silva, embora não deixe de lhe criticar a propensão para o sonho. *«Aprecio o Osvaldo como homem. É um indivíduo que tem um fundo bom, só que é muito sonhador, o que é bom e mau em política. É preciso sonhar para se conseguirem as coisas, mas é preciso também ter os pés assentes na terra. Como muitos, ele fechou-se de mais sobre si mesmo, o que o impediu, muitas vezes, de ver o que se estava a passar à sua própria volta.»*

Formado em Engenharia Comercial e de Gestão na Bélgica, Rocha regressa a Cabo Verde poucos meses antes da independência, tornando-se, com o 5 de Julho, no primeiro director-geral da Cooperação Internacional. Outro mobilizado de Elisabeth Mascarenhas, Rocha saiu de Cabo Verde, mais especificamente de S. Vicente, de onde é natural, como emigrante aos 17 anos, em 1965. Na Bélgica, enquanto trabalhava, procurou estudar até chegar à universidade. Em 1980, é convidado pelo primeiro-

ministro a entrar para o governo, convite que, no entanto, prefere declinar. *«Na altura, eu não me achava preparado, não tinha sequer 30 anos.»*[21]

Em 1983 aceita ser secretário de Estado da Indústria e Energia, e será promovido a ministro da mesma pasta, em Fevereiro de 1986. Como boa parte dos jovens da sua época, Rocha confessa ter regressado a Cabo Verde profundamente influenciado pelas ideias de Maio de 68, que se viu obrigado a reformular a partir de uma chicotada política de Pedro Pires. *«Isso aconteceu ainda durante o governo de transição»*, revela. *«Estávamos num convívio em casa de Manuel Faustino e veio à baila que tipo de regime se iria implantar em Cabo Verde, se socialista ou não. No meio da conversa, o Pires volta-se para nós e diz:* "Comunismo ou socialismo em Cabo Verde nem pensar! Só se vocês quiserem que nós façamos socialismo da miséria". *Todos nós ficámos perplexos. Mas, depois, compreendi que ele tinha razão. Que era preciso um modelo económico e político com forte incidência no social, com uma forte intervenção do Estado, viu-se que sim, era absolutamente necessário. Não quer isso dizer que não fosse inevitável mudar mais tarde. Em 1988 nós próprios demos sinal disso. Agora, em 1975, relegar tudo para o privado seria a bancarrota total.»*

Prosseguindo a sua análise económica dos primeiros anos da independência, Adão Rocha confessa que, durante o tempo em que esteve na Cooperação Internacional, não se lembra de ter visto qualquer sinal de contestação por parte dos parceiros de Cabo Verde ao modelo em curso, e que foram os resultados da política cabo-verdiana que permitem a Cidade da Praia elaborar o seu I PND. *«Os PND começaram por* Planos de Emergência. *A seca de 1977 obrigou-nos a procurar ajuda em toda a parte. Daí é que se evolui para os primeiros planos quinquenais. Os planos acabaram por reflectir a realidade do país, a ponto de a cooperação internacional reconhecer que havia de nós o esforço de pensar a nossa própria realidade. Mais do que isso: os nossos planos serviram para evitar os Programas de Ajustamento Estrutural do FMI. Ora, porque é que isso não aconteceu, sendo nós um dos países mais pobres do mundo?»*

Respondendo, finalmente, à questão da cimenteira e salinas do Maio, Rocha explica: *«Fizemos estudos apuradíssimos e às tantas chegámos à conclusão, provámos, preto no branco, que seria um buraco enorme nas finanças de Cabo Verde, sobretudo numa altura em que a economia já não estava tão eufórica como antes. Mundialmente, a cimenteira do Maio era pequena, mas, para nós, era um projecto gigante. Não obstante o financiamento estar garantido, recomendei ao Conselho de Ministros que não aprovasse o projecto. Ou melhor, defendi a sua suspensão. Nessa altura e nos anos seguintes o projecto, objectivamente falando, era inviável, o que não significava que 10 ou 20 anos depois não se tornasse viável. Fomos o único caso em África em que um país tem o financiamento garantido de um determinado projecto e diz aos financiadores que não está interessado. E posso ga-*

rantir que todos os técnicos do Ministério da Indústria estavam de acordo com essa decisão, porque os estudos envolveram todo o mundo. No Conselho de Ministros, para além do Osvaldo, eu não me lembro de ninguém que tenha defendido esse projecto. Este é o processo normal: coloca-se à discussão e vence a maioria. Depois de tantos anos e empenho, eu não creio que houvesse alguém mais feliz do que eu se o projecto fosse avante.»

Em suma, para terminar, Rocha entende que Lopes da Silva é um homem que teve dificuldades em aceitar a ascensão de outros quadros no aparelho administrativo e político do país, ou daqueles que dificultaram o processo de renovação e mudança dentro do sistema. *«O problema do Osvaldo e de outros é que não viam que era preciso mudar. Nos primeiros anos ele teve um bom desempenho, mas, às tantas, tornou-se desgarrado da realidade, tornou-se auto-suficiente, as próprias bases passaram a pedir o seu afastamento, mas o Pires foi-o sempre aguentando, ao mesmo tempo que, sentindo esses sinais, foi permitindo a entrada de elementos mais jovens. É assim que entram o José Brito, o Virgílio Fernandes, eu e outros mais para o governo. O problema é que a mudança nem sempre é bem aceite, porque mexe com sectores cristalizados. Por causa dos seus métodos, o Osvaldo entrou em choque variadíssimas vezes com o Conselho de Ministros.»*

Em sua defesa, Osvaldo Lopes da Silva confessa que ele próprio, cansado e desmotivado da política que se fazia em Cabo Verde, pede para ser dispensado do governo, da mesma forma que sugere a sua exclusão das listas de deputado às eleições de 1985, tendo sido, ainda assim, eleito representante do Sal. *«Eu tinha dito ao Pires que estava frustrado ao ver que as coisas não marchavam. Eu queria ir embora, mas ele pediu-me que ficasse, porque éramos todos uma equipa. A forma como o meu afastamento foi feito e anunciado é que me leva a insurgir contra isso. Senti que estava a ser o bode expiatório de toda uma situação.»*

Último vértice deste quadrado, Pedro Pires lamenta, uma vez mais, as posições de Osvaldo Lopes da Silva, pessoa com quem, praticamente, deixou de ter relações desde 1990. Respondendo às acusações do seu velho camarada, Pires começa por se referir aos estaleiros de S. Vicente, dizendo que não houve qualquer protelação em relação aos mesmos: *«O nosso desacordo estava simplesmente nas fontes de financiamento. Era preciso buscar os meios menos onerosos para o país. A Navelink, de repente, saiu do projecto, o que, no mínimo, era indicador de que devíamos aumentar as nossas cautelas. Eu creio que nos grandes investimentos é preciso evitar muito voluntarismo. Ainda em relação a este caso, eu podia, se quisesse, dizer: se a coisa correu mal, então, a culpa é do Osvaldo e do Leonildo Monteiro, porque eles é que trabalharam directamente este* dossier. *Não o faço, porque todo o governo teve interferência, já que as coisas eram decididas em Conselho de Ministros. O mesmo aconteceu com a cimenteira do Maio. Mais uma vez, a questão ultrapassava-nos a todos. Era um*

projecto duplo, de extracção de sal e cimento. Na parte do cimento é que as dificuldades se punham — o país não tinha os meios para levá-lo avante. Em matéria de desenvolvimento do país, eu não decidia nada sozinho: tínhamos um Conselho de Ministros para as questões económicas e um Conselho de Ministros pleno. Os órgãos colegiais é que decidiam tudo. O que Osvaldo pode dizer é que ele estava quase sempre em minoria.»

Referindo-se às críticas contra a sua pessoa, Pedro Pires adverte que, sempre que o atacaram, evitou responder. *«Acho que não vale a pena fazer certas acusações porque ficamos todos mal. Tenho tido como regra não atacar ninguém, nem os que estiveram comigo na luta de libertação, nem os que estiveram comigo depois da independência. O que não significa que eu não tenha argumentos para defender ou atacar. Penso que a vida é mais do que isso.»*

Um técnico cabo-verdiano que acompanhou de perto, nos primeiros anos da independência, as desavenças entre o Plano e a Economia, assegura que por causa disso Cabo Verde acabou por perder algumas valiosas oportunidades empresariais. Cita, como exemplo, o caso de uma montadora de materiais eléctricos, que não acarretava qualquer dispêndio ao tesouro cabo-verdiano, nem tão-pouco colocava problemas de mercado, uma vez que o próprio investidor — de nacionalidade sueca — se encarregaria de comercializar no exterior os seus produtos, mas que diante da demora acabou por se ir instalar na Tânzania. *«Efectivamente, não havia entre o Plano e a Economia a mesma visão de desenvolvimento. Já por essa altura o Osvaldo acusava o Plano de ser um obstaculizador do desenvolvimento.»*

Em relação aos estaleiros de S. Vicente, o mesmo técnico aponta o estudo de um *expert* da Agência das Nações Unidas para o Desenvolvimento Industrial (Onudi), Rafael Chapponiere, no qual contestava o projecto, chamando a atenção das autoridades para determinados pormenores. *«Infelizmente, tudo o que ele disse veio a acontecer: que o momento não era o ideal, que ia trazer vários problemas de natureza social e económica etc. Basta dizer que o estudo inicial apontava para um custo de 18 milhões de dólares; quando se decidiu fazer, ficou em 40 milhões; e, se se for contabilizar tudo é bem possível que tenha chegado aos 60 milhões. O projecto foi concebido prevendo um barco por dia, o que era manifestamente impossível.»*

E, quanto à cimenteira e salinas do Maio, a mesma fonte refere-se à complexidade, à oportunidade e ao custo do projecto, para além de vários outros aspectos não contemplados no estudo de viabilidade económica. *«À partida, colocava-se o problema de levar para a ilha mais de 100 trabalhadores, o que significava que era preciso construir casas para eles e para as suas famílias, custando cada casa cerca de 800 contos. No projecto não estava previsto o porto, nem a produção de energia eléctrica e água... Só o porto, de 5 mil toneladas, iria custar 350 mil contos. Na parte das salinas, o*

projecto previa, se não me engano, uma produção de 250 mil toneladas, o que ultrapassava de longe o consumo de todo o continente africano!»

Dizia também o documento "Observações sobre o estudo de factibilidade" do projecto, feito pela Cimenteries de Belgique Réunies (CBR), empresa ligada ao empreendimento, mas que se vem a desligar do mesmo, obrigando com isso as autoridades cabo-verdianas a procurar outros parceiros, que a *«mini-cimenteira prevista para o Maio poderá não ser rentável e para a rentabilizar será necessário aumentar o preço do cimento, o que trará graves consequências para a economia caboverdeana»*, colocando-se ainda o problema da comercialização do cimento, face à concorrência de outros países, inclusive africanos. *«Sendo possível a reexpatriação dos benefícios, a incidência do projecto sobre a balança dos pagamentos será negativa.»*[22]

Acusado, como se viu, de ser sonhador e voluntarista, Osvaldo Lopes da Silva responde: *«Se fosse depender do realismo do Brito, não se faria nada nesta terra.»*[23] No caso dos estaleiros, rejeita que esse seja um elefante branco, como geralmente se afirma. Para ele, nestas coisas, tudo depende da ousadia e da oportunidade, pelo que compara aquela infraestrutura com o aeroporto do Sal. *«Qual seria a situação do Sal, hoje, se os sul-africanos não tivessem construído o aeroporto? No entanto, do ponto de vista meramente financeiro, fazer hoje uma pista de 3 mil metros seria absolutamente inviável em Cabo Verde. De uma maneira geral, nada é rentável em Cabo Verde. Só que eu, ao contrário do Brito, achava que em vez de estarmos a gastar dinheiro em construção de estradas como aquela que se fez em Santo Antão, custando 24 mil contos por quilómetro, era preferível gastar o dinheiro em investimentos com futuro.»*

Contestando José Brito, Lopes da Silva alega que, desde o princípio, que os estaleiros de S. Vicente estavam destinados a embarcações até 6 mil toneladas, ou seja, para as unidades que operavam nesta zona do Atlântico na pesca do atum, ao contrário, portanto, de um projecto anterior à independência, concebido pela empresa portuguesa Lisnave, e que se destinava a grandes embarcações, estando o mesmo previsto para a localidade de Murdeira, ilha do Sal. *«É verdade que os estaleiros foram construídos no fim de um ciclo da pesca do atum nesta região, mas ninguém garante que essa situação poderá não mudar, com um novo ciclo. Além disso, se não os tivéssemos construído, as críticas a mim ou ao Pires teriam sido muito maiores. Sempre se poderia dizer que tínhamos perdido uma oportunidade histórica, porque os estaleiros seriam imediatamente construídos na Mauritânia.»*

E, por fim, no caso do alargamento da pista da Praia, Lopes da Silva admite que, em certa medida, decidiu, sim, avançar com as obras à revelia do Conselho de Ministros. *«Eu estava pressionado, tanto pelo BAD como pelo facto de o governo português ter garantido o financiamento da asfal-*

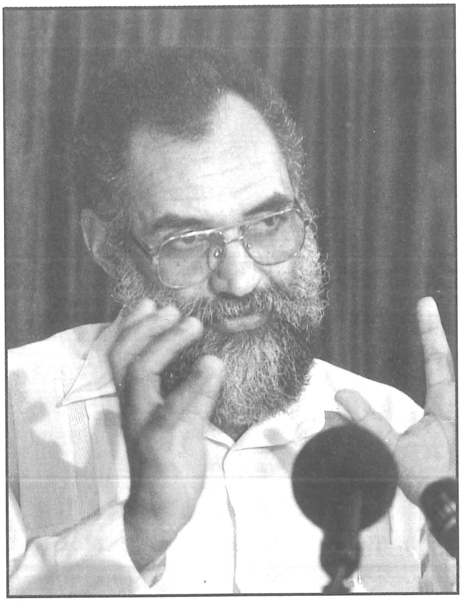
tagem, caso a terraplanagem fosse entregue a uma empresa portuguesa. Nessa altura estava aqui a Bento Pedroso, que, se fosse desmobilizada, a terraplanagem viria a custar muito mais caro, de modo que decidi avançar com as obras, no entendimento de que a posição do Conselho de Ministros me permitia avançar até este ponto. Praia está na sexta posição em termos de pistas em Cabo Verde, isto é, abaixo da Boa Vista e do Maio. A ANA [empresa portuguesa de segurança aérea] fez o projecto de alargamento da actual pista, mas chegou à conclusão que a topografia do terreno exige uma grande movimentação de terra, sendo mais económica a construção de uma nova pista, com a agravante da actual não oferecer nenhuma garantia, em termos de segurança: está próxima do porto, dos depósitos da Enacol [empresa de combustíveis] etc. A pista prevista é de 2 mil metros, actualmente só tem 1200 metros, quando S. Vicente e S. Nicolau têm 1300 metros.»

Neste particular, Lopes da Silva acusa os seus colegas de nunca terem compreendido a dimensão económica para determinados investimentos. *«Os técnicos da ICAO [organização mundial de aviação civil] aconselharam-nos a investir nas infraestruturas, que, depois, recuperaríamos no equipamento aéreo, porque investindo nas pistas resulta uma grande economia em termos de combustível, fora outras vantagens. No caso da Praia, não se trata de construir um aeroporto internacional como chegou a ser dito. Trata-se, sim, de fazer um alargamento da pista. Logo à partida, vi a necessidade de se avançar com isso, porque enquanto tal não for feito a Praia não se desenvolve.»*

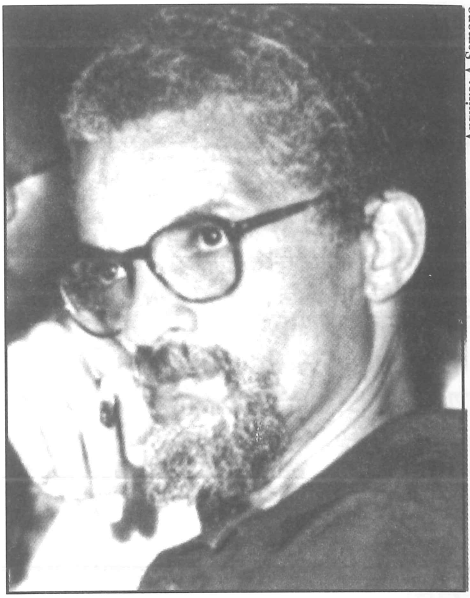
Em suma, na análise da sua trajectória pessoal e política, Lopes da Silva admite que, ao longo da vida, pode ter estado sempre em minoria, mas que o tempo acabou por lhe dar razão, na maioria dos casos: *«Foi assim com a unidade Guiné-Cabo Verde e foi assim com a pista da Praia e com a cimenteira do Maio, por exemplo. A nova pista para a Praia vai finalmente ser construída e o projecto do Maio vai avançar. Agora pergunto: quantos anos não perdemos por causa de hesitações ou preconceitos?»*

O paradoxo de Zamora

Também do ponto de vista político interno, o *aparat* cabo-verdiano irá passar por várias vicissitudes, a começar pelo velho problema de saber qual o papel do partido na condução do Estado. Por outro lado, a depuração de 1979 e o golpe de Estado na Guiné irão conduzir a uma nova correlação de forças, na qual Pedro Pires aparece, cada vez mais, como o verdadeiro homem forte do regime, ocupando-se Aristides Pereira mais da política externa e de uma certa representação do poder. Este *modus vivendi* entre os dois homens não deixará, no entender de certos dirigentes, de ter as suas consequências na vida do PAICV. *«Com isso, o partido ficava sem governo, a liderança estava de certo modo comprometida»*, queixa-se, por exemplo, um deles, que acusa Pires de *«muito*


Arquivo: A Semana

Olívio Pires


Arquivo: A Semana

Corsino Tolentino

cautelosamente» ter, aos poucos, colocado *«os seus incondicionais — o Brito, o João Pereira, o Irineu Gomes...»* nos lugares estratégicos. *«Além disso»*, sublinha, *«o Pires tinha do seu lado as bases do partido. Sentia-se»*.

Nesse processo, segundo vários testemunhos, Pedro Pires apenas se abstinha de tomar posições que visassem de algum modo Aristides Pereira, embora, em 1990, tenha surgido uma corrente interna, liderada por ele, no sentido de mandar o então presidente da República para casa. *«Isso era feito, sobretudo, através do jornal* **África***»*, refere uma dessas fontes, com deleite, já que os objectivos pretendidos acabaram por suscitar precisamente efeitos contrários, tanto da parte de alguns sectores que temiam a consagração absoluta do então primeiro-ministro, como também do próprio visado, Aristides Pereira, que decide entrar num jogo de nervos com os seus camaradas, e, contra todas as previsões, decide recandidatar-se a mais um mandato presidencial, desta feita, por sufrágio directo e universal.

Outro facto não menos importante na vida do PAICV foi a sua gradual perda de importância política na condução do Estado e da sociedade, de que pretendia ser a vanguarda. A título de exemplo, Adão Rocha revela que o partido deixara de ter qualquer influência num sector importante como o da elaboração dos planos de desenvolvimento, cabendo a tarefa, fundamentalmente, aos tecnocratas do regime. *«O governo era bastante forte, cabia-lhe, na prática, a condução das coisas. No máximo, o programa do PAICV era uma referência distante. Os planos de desenvolvimento tinham uma base tecnocrática.»*

Essa perda de importância sociopolítica do PAICV reflecte-se no próprio comportamento dos seus quadros dirigentes. E, a este respeito, diz Osvaldo Lopes da Silva: *«De certa maneira toda a gente tinha consciência que os melhores quadros iam para o Estado; e, por causa disso, era difícil mandar um bom quadro para o partido. Consequentemente, o partido foi muito utrapassado pela realidade e isso vai ser sentido com a abertura, em 1990.»*

«O partido teve sempre um bloco conservador e outro mais vanguardista», diz de novo Adão Rocha, que não via nisso um mal em si, desde que devidamente gerido, o que não foi o caso. *«Cristalizar é que não dava. Devíamos ter feito a abertura logo após o III Congresso, em 1988. Perdemos dois anos em hesitações e, quando fomos para a abertura, já era tarde. Entre nós, havia aqueles que defendiam a mudança dentro do regime e aqueles que não viam nada, e muito menos a necessidade de mudar, sob pretexto de que não havia manifestações de rua.»* De tal modo, que a expressão *sociedade civil* é riscada das teses daquele congresso, por incomodar os sectores mais conservadores do partido.

Regressado de Portugal em 1983, para passar a ocupar-se do Ministério da Educação, Corsino Tolentino recorda-se de ter sugerido, bastante cedo, a eventualidade de não se descartar um sistema multipartidário para Cabo Verde. A sua estada em Lisboa como embaixador, o retomar dos estudos universitários em Gestão e Administração Pública (interrompidos para ir a Conakry), a troca de ideias com outras sensibilidades, para além da sua própria experiência com a realidade cabo-verdiana tinham-no tornado numa das faces liberalizantes do regime. *«Passei de um romântico* tout court *a um romântico moderado, depois de enfrentar a administração. Isso, já nos finais dos anos 70. Embora tenha sido durante algum tempo o que se pode chamar um homem do aparelho, estive sempre na fronteira do cidadão comum que, por circunstâncias próprias, foi parar ao aparelho partidário. É por isso que nunca fui fiel de ninguém. Ou melhor, fui fiel aos meus companheiros, ao projecto que nos ligava a todos, mas sempre fui um contestatário no sentido de defender posições próprias.»* E, quanto ao que aconteceu depois, Tolentino desabafa: *«Lamento hoje não ter ido até às últimas consequências»*.

Olívio Pires, pelo contrário, diz não se arrepender de nada, e nem tem autocríticas a fazer. Sendo o homem que, durante os 15 anos de monopartidarismo, se vai ocupar do aparelho partidário, é quem mais sente na pele o problema da perda de importância do seu sector na condução do Estado. Marcado pelas ideias políticas de Juan Clemente Zamora, filósofo cubano nascido no século XIX, autor de diversas obras, entre as quais **O processo histórico**, publicado em 1938 e bastante apreciado pela geração dos anos 50 e início dos 60, é, pois, com certa angústia que o considerado ideólogo do PAICV vive o drama, ao fim e ao cabo, de um fenómeno mais amplo, que é a morte da

revolução após a conquista do poder:

«Essa morte anunciada da revolução após o seu triunfo, referida por Zamora como uma fatalidade dolorosa do processo social, marcou-me bastante. O revolucionário, segundo ele, tem geralmente um fim patético, porque, no confronto entre o revolucionário e o estadista (ou, se se quiser, entre o ideal abraçado e a sua realização), o primeiro fica pelo caminho. Ou é afastado ou, então, "suicida-se", traindo a si próprio. Aliás, comecei a temer essa fatalidade antes mesmo da independência de Cabo Verde. Do nosso contacto com os países socialistas, vimos que aquilo era, em muitos aspectos, um bluff. *O nosso ideal era socialista mas não podíamos concretizá-lo com a ajuda do bloco socialista, por ser manifestamente insuficiente, para não dizer irrisória, face às necessidades. Além disso, não nos atraía o chamado "socialismo real", porque muito de perverso trazia no seu seio. Daí termos tentado procurar um equilíbrio entre os nossos ideais e a realidade, para salvar o essencial, porque não queríamos trair nem a nós mesmos nem à população, o que motivou a que sectores esquerdistas, tanto em Cabo Verde como lá fora, nos acusassem de estar a trair o ideal da luta. Pelo menos inicialmente, acreditava no ideal de uma sociedade mais justa, sem exploração do homem pelo homem. Mas a realidade obrigou-nos a repensar a política com soluções dolorosas para alguns. Esses problemas começaram a tomar corpo a partir dos inícios dos anos 80, manifestam-se com alguma força por altura do III Congresso em 1988 e vão desembocar na abertura em 1990. Da parte que me toca, não nego que tive o meu período de romantismo revolucionário, embora tenha sido suficientemente realista para aceitar, ainda que muito a contragosto, determinadas opções. E também não nego que continuo a alimentar muitos dos meus ideais revolucionários, mesmo sabendo*

Arquivo: A Semana

Reunião do CN do PAICV. Fevereiro de 1990

Eurico Monteiro, Carlos Veiga e Jorge Carlos Fonseca. Praia, 1991.

que a sua realização não é para hoje, pois os problemas que os originaram subsistem e ninguém, em nenhum lado, ainda apontou qualquer via credível para a sua solução.»

A abertura

Será, portanto, no meio de várias contradições, desencantos, hesitações e projectos adiados, pressões internas e externas, para além do agravamento da situação económica e social, resultante em grande parte da diminuição drástica da ajuda externa[24], que o PAICV irá manifestar sinais de abertura durante o seu III Congresso, feito na Praia, em Novembro de 1988, não obstante o discurso de que *«o sistema político em vigor, na presente etapa do desenvolvimento do país, é aquele que melhor serve os interesses de Cabo Verde».*[25] No entanto, um ano e meio depois, mais precisamente a 19 de Fevereiro de 1990, e tendo como pano de fundo o desmoronamento dos regimes do leste europeu, o Conselho Nacional do PAICV anuncia, pela voz de Pedro Pires, a abertura política. Em Setembro, é revogado pela ANP o artigo quarto da Constituição e aprovada a nova *Lei eleitoral*, bem como a *Lei dos partidos políticos*.

Cabo Verde entra, assim, num novo ciclo político, realizando, a 13 de Janeiro do ano seguinte, as primeiras eleições livres e pluralistas da sua história, vencidas, de forma retumbante, pelo MpD, partido surgido nove meses antes e liderado pelo advogado Carlos Veiga. Um mês depois, a 17 de Fevereiro, seria a vez de António Mascarenhas Monteiro vencer, pela mesma via, Aristides Pereira, tornando-se no primeiro presidente da República eleito pelo voto popular.

Notas

[1] "Mapa nacional das eleições", **Voz di Povo**, Praia, 16-12-80.

[2] "Cabo Verde votou 'Sim' à confiança no Partido", **Voz di Povo**, Praia, 16-12-80.

[3] "Sobre o golpe de Estado na Guiné-Bissau", panfleto assinado por "Um grupo de ex-militantes caboverdianos do PAIGC", 19-11-80. Arquivo Jorge Carlos Fonseca.

[4] "Não à farsa eleitoral em Cabo Verde", Grupo Revolucionário de Intervenção Socialista, 28.XI.80. Arquivo Jorge Carlos Fonseca.

[5] "PAIGC/PAICV - a continuidade na maior fraqueza", Gris, Janeiro de 1981. Arquivo Jorge Carlos Fonseca.

[6] "Programa e estatutos dos Círculos Cabo-Verdianos para a Democracia".

[7] Além de Caldeira Marques e António Gumercindo Chantre, fazem parte da referida Liga, Eugénio Inocêncio, Daniel Lobo, Dinis Graça, Jorge Carlos Fonseca e José Tomás Veiga. Fora estes, Jorge Carlos Fonseca lembra-se igualmente de Gabriel Mariano e, vagamente, de Celso Ramos Celestino como membros.

[8] Entrevista: John Wahnon, Praia, 07-05-96.

[9] Entrevista: John Wahnon, Praia, 23-05-95.

[10] Entrevista: António Gumercindo Chantre, Praia, 31-03-97.

[11] Entrevista: António Carlos Lopes, Praia, 29-02-96.

[12] "IPAJ reforça a sua posição", **Voz di Povo**, Praia, 24-12-80. A iniciativa do Ipaj merece um vivo repúdio das autoridades, tendo o Sector Autónomo do PAIGC na Praia a considerado inoportuna por, *«além de não se basear em provas concretas, ter sido (...) utilizada em termos especulativos pela imprensa internacional»*. in **Voz di Povo**, Praia, 12-01-81. Também Pedro Pires, após a proclamação do PAICV, em tom despiciente rejeitou que os presos tivessem sido seviciados, classificando de *«excesso de zelo»* a iniciativa do Ipaj. In "À unidade devemos a independência", **Voz di Povo**, Praia, 29-01-81.

[13] Entrevista(telefone): Silvino da Luz, S. Vicente, 11-11-95.

[14] Entrevista: Abílio Duarte, Carnaxide, 25-03-95.

[15] **Continuar Cabral**, pp. 33 a 54.

[16] Id., p. 693. n,h

[17] Entrevista: Pedro Pires, Praia, 27-02-96.

[18] Entrevista: Osvaldo Lopes da Silva, Praia, 31-01-95.

[19] Os números citados são oficiais e de origem vária. Os dados sociais foram retirados de **Relatório do desenvolvimento humano de Cabo Verde**, 1997. Pnud. A evolução sócio-económica de Cabo Verde, embora com um ou outro recuo, vai fazer com que Cabo Verde passe a integrar, em meados dos anos 90, o grupo de países de índice de desenvolvimento médio estabelecido pelas Nações Unidas.

[20] Entrevista por telefone: José Brito, Abidjan, 21-10-95.

[21] Entrevista: Adão Rocha, Praia, 06-11-95.

[22] "Observações sobre o estudo de factibilidade realizado pela CBR", Praia, Maio-Outubro de 1982.

[23] Entrevista: Osvaldo Lopes da Silva, Praia, 23-03-96.

[24] Basta notar que de um crescimento médio 11%, verificado nos primeiros cinco anos da independência, essa taxa cai nos finais dos anos 80 para 2,3 %, para voltar a crescer somente depois de 1993.

[25] **O PAICV e o exercício do poder político**, Departamento de Acção Ideológica do CN do PAICV, Novembro de 1988.

3 DE AGOSTO 1959

3 DE AGOSTO 1960

GLORIA AOS NOSSOS IRMAOS MANJACOS CAIDOS SOB AS ARMAS CRIMINOSAS DOS COLONIALISTAS PORTUGUESES, NA LUTA PACIFICA PELO PAO DE CADA DIA!

Abaixo os Assassinos!

Basta de Crimes e de Abusos

VIVA A LIBERDADE E A PAZ!

VIVA A GUINE INDEPENDENTE!

VIVA CABO VERDE INDEPENDENTE!

Panfleto do aniversário do massacre de Pidjiguiti

UNIÃO DOS CABOVERDEANOS LIVRES

São Paulo, 20 de Maio de 1960.

Meu prezado conterrâneo e amigo Gabriel Graham Fonseca

Foi com grande satisfação que li sua carta de 23 de Abril, e só agora a venho responder porque tenho estado em viagem de serviço. Muita satisfação me deram suas palavras através das quais se encontram motivos de fé e de entusiasmo pela luta em que nos encontramos empenhados a fim de darmos à nossa terra o lugar digno que ela merece.

Estou de acordo com o que me diz acerca da finalidade comum, quer do aspecto político como do aspecto sobre a orientação da luta. Estou pronto a aceitar o auxílio de onde quer que ele venha, e de colaborar, mesmo, com todos os patriotas, sejam quais forem as suas ideias políticas. Interessa-nos, acima de tudo, obter a nossa independência e mantermos boas relações com todo o Mundo. Eu, se pudesse, já estaria aí, em África, e estou certo de que já teríamos feito algo mais do que se tem feito. Não tenho recursos financeiros para tanto. Tenho-me visto bem atrapalhado de dinheiro para custear as despesas que a União tem ocasionado. Ainda agora, porque não podia continuar a pagar a renda da sala em que tínhamos a sede, na Rua Novembro, ficamos sem sede. Não escreva mais para esse endereço. Escreva para o meu nome pessoal, POSTA RESTANTE - São Paulo - Brasil. Infelizmente os nossos conterrâneos e adeptos têm poucos recursos uns, e outros, com mais recursos, mostram-se entusiastas, mas esquivam-se a ajudar as despesas do nosso movimento. De tal modo que quase tenho sido eu apenas a suportar todas as despesas. Mas não tenho recursos para fazer face a tudo. No entanto, nem por esse motivo arrefecerá o meu ardor e o meu entusiasmo. Tenho de chegar, vitorioso, ao final da luta que o meu coração e o meu ideal me impõem. Quero morrer sabendo que fica livre minha terra!

Como lhe disse, já estaria em Dakar, se eu pudesse. Não vou porque não estou com disponibilidades para as despesas que isso impõe. Tivesse eu meios, que já lá estaria. Constituiríamos, adentro do MLGC, um governo provisório ou coisa parecida, e procuraríamos obter auxílio de toda a espécie de onde quer que ele viesse. Desenvolveríamos uma propaganda intensa. Entraríamos definitivamente na ACÇÃO, em luta aberta e sem medos. Ouso, mesmo, pedir-lhe que veja se conseguem aí o dinheiro necessário e me paguem a passagem, que eu VOU. A luta, daqui do Brasil, não pode ser como a idealizei. O Governo nos impõe muitas restrições, a fim de não desagradar o imbecil Salazar. De resto, a nossa luta tem de ser em África mesmo.

Um dos membros da direcção da União é filho de João Leça, que foi sócio da firma Bonvel & Leça. É o Renato Cerquinho Leça. Outro membro da União, António Manuel de Oliveira, é casado com Nucha, filha de D. Palmira e do sr. António João. Os avós do meu prezado Gabriel moraram na casa dos pais de Nucha. Todos eles mandam um abraço para você. Estivemos falando muito a seu respeito, e fiquei sabendo da triste morte do seu irmão. ---Dentro de alguns dias eu mandarei jornais. Escreva-me o mais breve possível, dando-me todas as notícias possíveis.

Um forte abraço do amigo certo, que com estima se subscreve

Carta de Morbey Rodrigues a Gabriel Fonseca e outros dirigentes do MLGC

MOVIMENTO DE LIBERTAÇAO
DA GUINÉ E ILHAS DE CABO-VERDE
M. L. G. C.

Termo a todos os abusos!
Para que o africano seja livre e independente!
Para que a Guiné e as Ilhas de Cabo - Verde sejam independentes:
Um so ideal!
Um so objectivo!
Todos unidos num so movimento:

M. L. G. C.

Para a conquista e o triunfo da nossa liberdade

DAKAR

Panfleto do aniversário do massacre de Pidjiguiti

Copie de télégramme adressé à Air-France Dakar , par
Air-France Bruxelles

NNNNZC Q I36FB

DOO VAFSS

25I420 EBBRAFRR

Issue to XO 579 / 79I07 sujet way faveur NONAME XCO Mr Abilo DUARTE ST VINCENT Cape Verde pour un Praia - Dakar RTB Valeur 65 dollars 40 stop PAP se rendré 8è conseil way a Accra stop II36 SPL 9 Aug. KK DKRace stop PAP en AS reference note BELCP55II/I2 Jul stop Communiquez DDD nom PAP et RESA effectuée stop ACKREC et protégez commission agence belge.

Communiquée à TAGP , agence de PRAIA, sur demande Air-France Dakar , qui demande que Monsieur Abilo DUARTE soit contacté afin d'indiquer le nom du passager au nom de qui l'agence de Praia voudra bien émettre un billet. Ce billet sera garanti par XO Air France Dakar , qui sera remis à l'Agence TAGP de Dakar

Le nom du passager , ainsi que sa date d'arrivée à Dakar devra nous etre communiqué dans les meilleurs délais, afin de permettre l'émission en temps utile du billet Dakar-Accra pour la même personne.
Le départ de Dakar pour Accra devant avoir lieu le 9 Août I960 à 05h45m.

PTA da Air France que vai provocar a saída apressada de Abílio Duarte de Cabo Verde

S. R.

ULTRAMAR PORTUGUÊS .

PROVINCIA DE CABO VERDE .

Administração do Concelho de S. Vicente

--------------------------------Cópia--------------------------------

---- AUTO DE DECLARAÇÕES.--

---- Aos vinte e três dias do mês de Agosto do ano de mil novecentos e sessenta, nesta Cidade do Mindelo e Gabinete do Administrador do Concelho, onde se encontrava presente o Excelentíssimo Senhor Administrador, LUIS SILVA RENDALL, comigo, Albertino de Sales Gomes Martins, ajudante da Conservatória do Registo Civil da Comarca de Barlavento, nomeado escrivão ad-hoc, aqui, sendo dez horas, compareceram os Excelentíssimos Senhores Doutor José Duarte Fonseca, casado, médico cirurgião, de cincoenta anos de idade, natural e residente nesta Cidade e Raúl do Rosário Ribeiro, casado, gerente comercial, de sessenta e quatro anos de idade, natural e residente nesta Cidade, aos quais ele Senhor Administrador passou a tomar declarações pela forma seguinte, cada um de per si e ambos in solidum: que prestam sob sua honra as seguintes declarações: que conhecem ABILIO AUGUSTO MONTEIRO DUARTE, solteiro, maior, de vinte e nove anos de idade, natural de Santiago e residente nesta Cidade, filho de Francisco de Deus Duarte e de Felícia Maria Monteiro, e por isso não têm dúvidas em avalizar as declarações por ele prestadas e anexas a este auto, isto é, que está absolutamente integrado na comunidade portuguesa, nunca perfilhou nem fez qualquer propaganda separatista e que o seu objectivo é, na verdade, o de ir a França continuar os seu, digo, os seus estudos por as escolas de Belas Artes daquele país oferecerem melhores condições que o nosso: que também não têm dúvidas em garantir que não fará qualquer espécie de propaganda contra o seu e nosso paiz, nomeadamente no que respeita ao separatismo; que também estão convencidos não estar ele integrado em qualquer movimento de caracter político, nomeadamente no chamado "Movimento de Libertação de Cabo Verde e Guiné", cuja existência e actuação repudiam, como sabem também que ele Abílio Augusto Monteiro Duarte repudia. E mais não declararam [illegible]

Declaração de José Duarte Fonseca e Raúl Ribeiro a favor de Abílio Duarte

Caro irmão!

Ao pegar nesta pena, sinto transbordar em mim este profundo sentimento de saudade que sempre te dediquei.

Esta carta vai sem data, porque esteve e estará sempre escrita no tempo...

As condições humanas são que nos [illegible], tornam desnecessária a busca de uma compreensão verdadeira, porque nela, os homens conseguem penetrar no que há de mais recôndito nas consciências, além de, no mundo do pensamento e do espírito, me sentir quase confundido contigo. Por isso, digo-te apenas que espero encontrar-te cada vez mais enobrecido pela cultura e pela rectidão do teu espírito amante da justiça e da verdade.

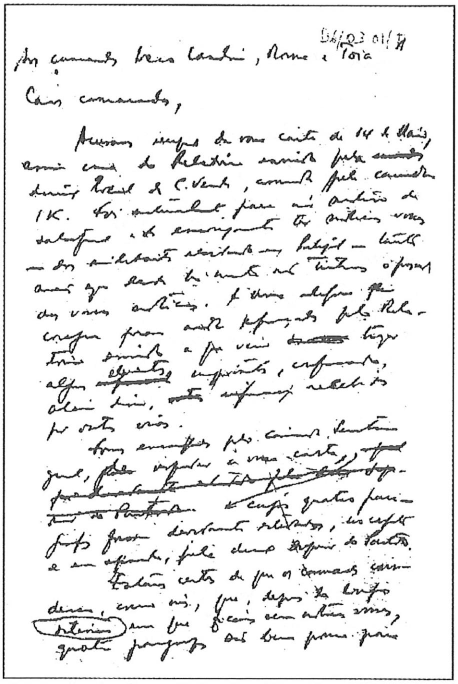
O que interessa não são os caminhos que os nossos pés trilham, mas sim a força dos ventos que estiveram enfunando as velas das nossas esperanças, e crenças!

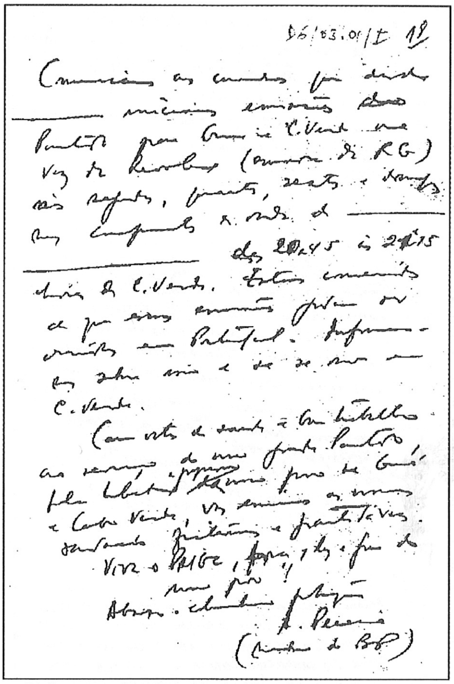
Anseio pelo dia em que eu puder beijar os sobrinhos engraçados que tu e a Milú me deram. Para ela, Graciosinha e os outros irmãos, um forte e longo abraço.

Vosso

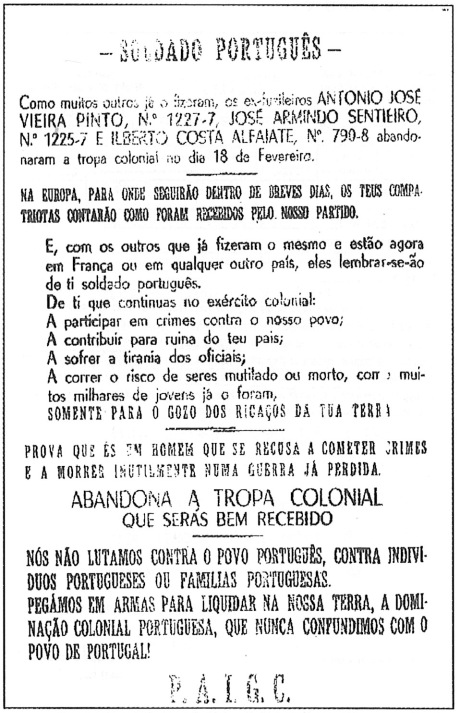
Abílio

Carta de Abílio Duarte ao irmão Manecas





Carta de Amílcar Cabral e Neco Landim, Morna e Toia... assinada por A. Pereira



– SOLDADO PORTUGUÊS –

Como muitos outros já o fizeram, os ex-fuzileiros ANTONIO JOSÉ VIEIRA PINTO, N.º 1227-7, JOSÉ ARMINDO SENTIEIRO, N.º 1225-7 E ILBERTO COSTA ALFAIATE, N.º 790-8 abandonaram a tropa colonial no dia 18 de Fevereiro.

NA EUROPA, PARA ONDE SEGUIRÃO DENTRO DE BREVES DIAS, OS TEUS COMPATRIOTAS CONTARÃO COMO FORAM RECEBIDOS PELO NOSSO PARTIDO.

E, com os outros que já fizeram o mesmo e estão agora em França ou em qualquer outro país, eles lembrar-se-ão de ti soldado português.
De ti que continuas no exército colonial:
A participar em crimes contra o nosso povo;
A contribuir para ruina do teu país;
A sofrer a tirania dos oficiais;
A correr o risco de seres mutilado ou morto, como muitos milhares de jovens já o foram,
SOMENTE PARA O GOZO DOS RICAÇOS DA TUA TERRA

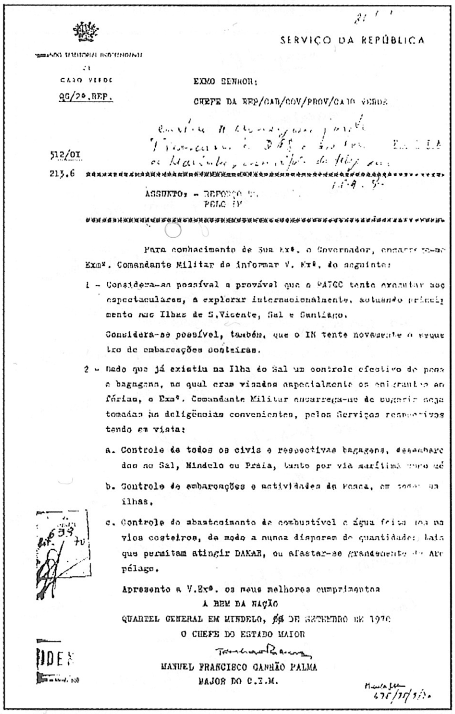
PROVA QUE ÉS UM HOMEM QUE SE RECUSA A COMETER CRIMES E A MORRER INUTILMENTE NUMA GUERRA JÁ PERDIDA.

ABANDONA A TROPA COLONIAL
QUE SERÁS BEM RECEBIDO

NÓS NÃO LUTAMOS CONTRA O POVO PORTUGUÊS, CONTRA INDIVIDUOS PORTUGUESES OU FAMILIAS PORTUGUESAS.
PEGÁMOS EM ARMAS PARA LIQUIDAR NA NOSSA TERRA, A DOMINAÇÃO COLONIAL PORTUGUESA, QUE NUNCA CONFUNDIMOS COM O POVO DE PORTUGAL!

P. A. I. G. C.

Panfleto PAIGV



SERVIÇO DA REPÚBLICA

CABO VERDE
QG/2ª.REP.

EXMO SENHOR:
CHEFE DA REP/GAB/GOV/PROV/CABO VERDE

512/01
213.6

ASSUNTO: – REFORÇO ...
PELO IN

Para conhecimento de Sua Exª. o Governador, encarrega-me Exmº. Comandante Militar de informar V. Exª. do seguinte:

1 – Considera-se possível e provável que o PAIGC tente executar acç[illegible] espectaculares, a explorar internacionalmente, actuando principalmente nas Ilhas de S.Vicente, Sal e Santiago.

Considera-se possível, também, que o IN tente novamente o sequestro de embarcações costeiras.

2 – Dado que já existiu na Ilha do Sal um controle efectivo de pess[illegible] e bagagens, no qual eram visados especialmente os emigrantes em férias, o Exmº. Comandante Militar encarrega-me de sugerir seja tomadas as deligências convenientes, pelos Serviços respectivos tendo em vista:

a. Controle de todos os civis e respectivas bagagens, desembarcados no Sal, Mindelo ou Praia, tanto por via marítima como aé[illegible]

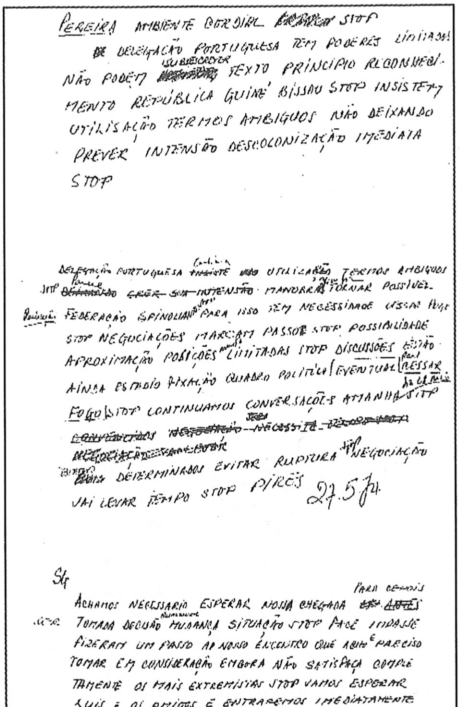
b. Controle de embarcações e actividades de Pesca, em todas as ilhas.

c. Controle do abastecimento de combustível e água feito aos navios costeiros, de modo a nunca disporem de quantidades tais que permitam atingir DAKAR, ou afastar-se grandemente do Arquipélago.

Apresento a V.Exª. os meus melhores cumprimentos
A BEM DA NAÇÃO
QUARTEL GENERAL EM MINDELO, [illegible] DE SETEMBRO DE 1970
O CHEFE DO ESTADO MAIOR

MANUEL FRANCISCO CANHÃO PALMA
MAJOR DO C.E.M.

Estado Maior de Cabo Verde atento às acções do PAIGC

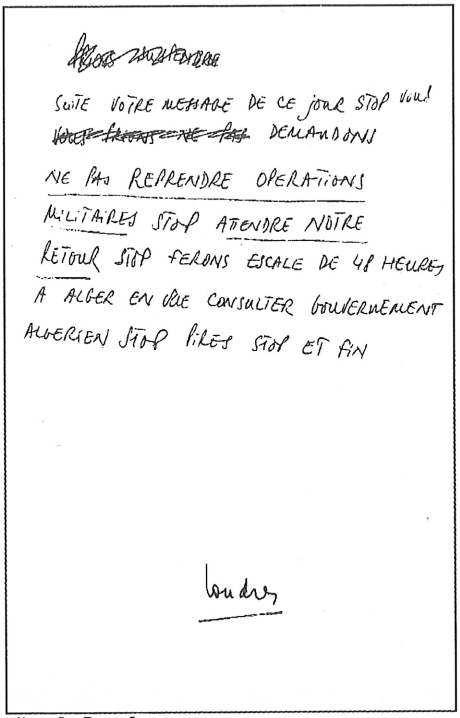


PEREIRA AMBIENTE CORDIAL STOP
DELEGAÇÃO PORTUGUESA TEM PODERES LIMITADOS
NÃO PODEM SUBSCREVER TEXTO PRINCÍPIO RECONHECI-
MENTO REPÚBLICA GUINÉ BISSAU STOP INSISTEM
UTILISAÇÃO TERMOS AMBIGUOS NÃO DEIXANDO
PREVER INTENSÃO DESCOLONIZAÇÃO IMEDIATA
STOP

DELEGAÇÃO PORTUGUESA continua UTILIZANDO TERMOS AMBIGUOS
STOP para MANOBRAR TORNAR POSSIVEL
FEDERAÇÃO SPINOLIANA STOP PARA ISSO TEM NECESSIDADE [illegible]
STOP NEGOCIAÇÕES MARCAM PASSO STOP POSSIBILIDADE
APROXIMAÇÃO POSIÇÕES muito LIMITADAS STOP DISCUSSÕES ESTÃO
AINDA ESTADIO FIXAÇÃO QUADRO POLITICO EVENTUAL para CESSAR
FOGO STOP CONTINUAMOS CONVERSAÇÕES AMANHÃ STOP
[illegible] DETERMINADOS EVITAR RUPTURA STOP NEGOCIAÇÃO
VAI LEVAR TEMPO STOP PIRES 27.5.74.

SG

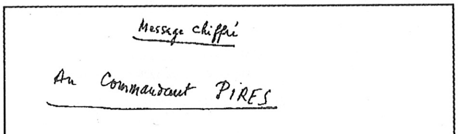
ACHAMOS NECESSARIO ESPERAR NOSSA CHEGADA para depois
TOMADA DECISÃO MUDANÇA SITUAÇÃO STOP FACE IMPASSE
FIZERAM UM PASSO AO NOSSO ENCONTRO QUE AQUI É PRECISO
TOMAR EM CONSIDERAÇÃO EMBORA NÃO SATISFAÇA COMPLE-
TAMENTE OS MAIS EXTREMISTAS STOP VAMOS ESPERAR
LUIS E OS AMIGOS E ENTRAREMOS IMEDIATAMENTE



SUITE VOTRE MESSAGE DE CE JOUR STOP NOUS DEMANDONS
NE PAS REPRENDRE OPERATIONS
MILITAIRES STOP ATTENDRE NOTRE
RETOUR STOP FERONS ESCALE DE 48 HEURES
A ALGER EN VUE CONSULTER GOUVERNEMENT
ALGERIEN STOP PIRES STOP ET FIN

Londres

Telegramas de Pedro Pires sobre as conversações de Londres



Message chiffré

An Commandant PIRES

Nous suivons avec attention votre action irreprochable — En cas de rupture les Portugais en supporteront les conséquences sur les plans interne et externe — Nous ne céderons en rien sur nos principes et les acquits de notre lutte — A partir de la semaine prochaine nous reprendrons toutes les actions militaires — Nous donner toujours des nouvelles —

Signé : PEREIRA —

Resposta de Aristides Pereira a Pedro Pires

RÉPUBLIQUE ALGERIENNE DÉMOCRATIQUE ET POPULAIRE — برقية وصول — MINISTÈRE DES AFFAIRES ETRANGERES

Centre CONAKRY — TÉLÉGRAMME TRANSIT — SERVICE DES TRANSMISSIONS

ORIGINE	Nº D'EXPÉDITION	Nº ENREGISTREMENT AU CENTRE	URGENCE	NOMBRE MOTS	DATE HEURE RÉCEPTION	Date Heure Transmission Signature Opérateur
VCI OFF LONDRES	Nº179/670		TE	7.6.74 A [illegible]	[illegible]	Nº262 —

Expéditeur AMBALG LONDRES

Destinataire MAE/ALGER AMBALG CONAKRY.

TEXTE Nº

PRIERE INFORMER PAIGC CE QUI SUIT STOP SUITE MESSAGE DEMANDANT CHANGEMENT DATE ET LIEU POURSUITE NEGOCIATIONS AVEC PORTUGAL STOP AMBASSADE PORTUGAL NOUS DEMANDE DIRE AU PAIGC QUE MR SOARES ACCEPTE DATE PROPOSEE C'EST A DIRE 13 JUIN STOP MAIS SUGGERE QUE LIEU SOIT TOUJOURS LONDRES POUR PHASE EN COURS STOP CROIT AFIN EVITER EXPLICATION EMBARRASSANTE DEVANT PRESSE COMPTE TENU COMMUNIQUE RENDU PUBLIC AU MOMENT DE L'INTERRUPTION STOP AFIN EVITER EGALEMENT TOUTE [illegible] SUSCEPTIBILITES AVEC LES ANGLAIS STOP NOUS COMMUNIQUER FLASH REPONSE PAIGC STOP NOUS PRECISER CAS ECHEANT DATE ARRIVEE A LONDRES DELEGUES STOP ET FIN

REMIS LE 8.6.74 A CONAC — RECU D'ALGER LE 8.6.74 A CONAKRY

Mensagem de Soares pedindo que a 2ª ronda das conversações seja em Londres

MONSIEUR MARIO SOARES MINISTRE AFFAIRES ETRANGERES
PORTUGAL S/C AMBASSADE PORTUGAL LONDRES

DIRECTION NOTRE PARTI AYANT PRIS CONNAISSANCE ACCUEIL NON CORRECTE D'AILLEURS REMARQUE PAR PRESSE INTERNATIONALE ET CONDITIONS INSUFFISANTES DE TRAVAIL ET SECURITE DANS LESQUELLES S'EST DEROULE SEJOUR NOTRE DELEGATION A LONDRES ESTIME INCOMPATIBLE AVEC DIGNITE NOTRE ORGANISATION ET AVEC RESPECT DÛ AFRIQUE POURSUITE CONVERSATIONS MEME CAPITALE STOP DIRECTION P.A.I.G.C. INSISTE REPRISE CONVERSATIONS ALGER QUI REUNIT TOUTES CONDITIONS EXIGEES PAR LES DEUX PARTIES DANS SEUL INTERET SUCCES TRAVAUX STOP SUGGERONS TRANSMETTRE AUTORITES BRITANIQUES CONTENU CE MESSAGE COMME EXPLICATION CHANGEMENT LIEU PROPOSE PAR NOTRE PARTI STOP CONVAINCUS NOS MOTIVATIONS SERONT COMPRISES ET ACCEPTEES VOUS PRIONS BIEN VOULOIR RENDRE PUBLIQUE DECISION COMMUNE CHANGEMENT LIEU CONVERSATIONS STOP HAUTE CONSIDERATION

ARISTIDES PEREIRA
SECRETAIRE GENERAL PAIGC

PAIGC, BP 298 CONAKRY, le 8/6/74

Resposta do PAIGC a Soares

الجمهورية الجزائرية الديمقراطية الشعبية
RÉPUBLIQUE ALGERIENNE DÉMOCRATIQUE ET POPULAIRE

برقية وصول

وزارة الشؤون الخارجية
MINISTÈRE DES AFFAIRES ÉTRANGÈRES

Centre CONAKRY

TÉLÉGRAMME TRANSIT

مصلحة المواصلات
SERVICE DES TRANSMISSIONS

ORIGINE	Nº D'EXPÉDITION	Nº ENREGISTREMENT AU CENTRE	URGENCE	NOMBRE MOTS	DATE HEURE RÉCEPTION	Date Heure Transmission Signature Opérateur
VCI OSY ALGER	Nº 12279	LE	27.6.74 A [illegible]	M.105	Nº301 –	

Expéditeur AE/DAP/DA ALGER

Destinataire AMBALG CONAKRY.

TEXTE Nº

MARIO SOARES PAR INTERMEDIAIRE SON CHARGE D'AFFAIRES A LONDRES NOUS FAIT TRANSMETTRE CE MESSAGE A DIRECTION PAIGC DEBUT CITATION STOP " GENERAL SPINOLA DOIT VISITER GUINEE-BISSAU DEBUT [illegible] STOP VISITE A UN CARACTERE POLITIQUE [illegible] DANS [illegible] POLITIQUE DECOLONISATION PORTUGAL [illegible] AVEC PAIGC POUR LA REALISATION DE CETTE DECOLONISATION STOP [illegible] PORTUGAIS [illegible] INFORMATION AU PAIGC AVANT QU'ELLE EN SOIT RENDUE PUBLIQUE ET DANS LE BUT DE CLARIFIER LES INTENTIONS DU PORTUGAL STOP FIN DE CITATION STOP PRIERE [illegible]

ANNONCE INATTENDUE VISITE GENERAL SPINOLA EN GUINEE BISSAO AURA COMME CONSEQUENCE IMMEDIATE REPRISE INTENSIFICATION HOSTILITES QUI RISQUE DE COMPROMETTRE SERIEUSEMENT NEGOCIATIONS STOP PAIGC DEGAGE SA RESPONSABILITE FACE NOUVELLE SITUATION STOP

ARISTIDES PEREIRA
SECRETAIRE GENERAL PAIGC

28.6.1974

Soares anunciando deslocação de Spínola a Bissau e reacção do PAIGC

TEXTE - CHARGE D'AFFAIRES PORTUGAL A LONDRES A CONTACTE NOTRE AMBASSADE EN GRANDE BRETAGNE POUR COMMUNIQUER MESSAGE CI-APRES A DIRECTION NATIONALE PAIGC STOP DEBUT CITATION STOP PRESIDENT REPUBLIQUE PORTUGAL N'A PAS INTENTION SE RENDRE EN GUINEE-BISSAU STOP GOUVERNEMENT PORTUGAIS VOUDRAIT AVOIR RENCONTRE URGENTE ET SECRETE AU PLUS HAUT NIVEAU AVEC PAIGC STOP ALGER POURRAIT ETRE LIEU CETTE RENCONTRE QUI AURAIT POUR OBJET PREPARER RECONNAISSANCE STOP CETTE RECONNAISSANCE SERAIT ENSUITE PROCLAMEE SOLENNELLEMENT AU COURS CEREMONIE PUBLIQUE DONT LIEU ET MODALITES SERAIENT FIXES D'UN COMMUN ACCORD STOP GOUVERNEMENT LISBONNE DEMANDE REPONSE URGENTE AU SUJET DATE QUI CONVIENDRAIT AU PAIGC POUR CETTE RENCONTRE PRELIMINAIRE A ALGER STOP FIN CITATION STOP ET FIN

Portugal informa da dessitência de Spínola de ir a Bissau e propõe encontro secreto

الجمهورية الجزائرية الديمقراطية الشعبية
REPUBLIQUE ALGERIENNE DEMOCRATIQUE ET POPULAIRE

وزارة الشؤون الخارجية
MINISTERE DES AFFAIRES ETRANGERES

مصلحة الإسلكية
SERVICE DES TRANSMISSIONS

Centre

برقية الإصدار

TRANSMIS LE 12[illegible] A 14h10
SOUS LE Nº469 – KLD.

TELEGRAMME DEPART

Nº D'EXPEDITION	URGENCE	DATE, HEURE DEPOT	NOMBRE MOTS	DATE HEURE RECEPTION	Date Heure Transmission Signature Opérateur
469	LE	12.8.74 A 13H30	M.36		

Expéditeur AMBALG CONAKRY

Destinataire AMBALG LONDRES – ME/SG ALGER –

TEXTE Nº

PRIERE TRANSMETTRE MESSAGE CI-APRES COMMANDANT PIRES A M/E SOARES [illegible] DEBUT CITATION STOP " ACCORD VOTRE PROPOSITION MESSAGE CE JOUR POUR CARACTERE SECRET ET DATE 19 SUGGEREE PROCHAINE REUNION STOP COMPLIMENTS STOP COMMANDANT PIRES STOP FIN CITATION " STOP ET FI[N]

MENSAGEM DE 12/8/74

MARIO SOARES

ACCORD VOTRE PROPOSITION MESSAGE CE JOUR POUR CARACTERE SECRET ET DATE 19 SUGGEREE PROCHAINE REUNION STOP COMPLIMENTS

COMMANDENT PIRES

B.P. 298 CONAKRY, le 12 Août 1974

PAIGC aceita encontro secreto

Rec. 31.7.74

MINISTÉRIO DA COORDENAÇÃO INTERTERRITORIAL

GABINETE DO MINISTRO

Meu caro Dr. José d'Araújo:

Aproveito esta oportunidade para lhe enviar um abraço — e outros de igual densidade afectiva para os restantes interlocutores de Londres e Alger — e lhe comunicar:

1º - Que foram agora criadas as condições legais (novo texto constitucional) para se assinar um acordo de paz e fraternidade. Já foi publicada uma alteração à Constituição que reconhece o direito à independência dos Territórios e autoriza o P. da República a praticar os actos e firmar os acordos relativos ao exercício desse direito.

2º - Se, como penso, o P.A.I.G.C. estiver preparado para aceitar a separação do problema de C. Verde, agora facilitado também pelo reconhecimento do seu direito à independência, poderemos fixar data para novo encontro preparatório do texto que há-de assinalar, ao som dos dois hinos nacionais, o dia grande da paz e do início de uma fraterna cooperação. Neste sentido estamos a contactar com a embaixada de Londres.

Estamos todos ansiosos por esse desfecho auspicioso. Chega de disputas [illegible]. Só que as outras, felizmente, acabaram para todo o sempre.

Não queria deixar de lhe fazer chegar o testemunho renovado destas boas novas, na esperança de que em breve possamos estar de novo sentados à mesa da concórdia.

Nesta esperança me despeço de si com um abraço amigo e lhe peço me creia

Colega dedicado

Almeida S

Carta de Almeida Santos a José Araújo

À População de Cabo Verde

O momento politico por que passamos é de extrema gravidade. Para podermos vencer, há que, serena e conscientemente, equacionarmos todos os nossos problemas, de modo a que as resoluções e soluções sejam as mais pertinentes e adequadas à nossa realidade geográfica, económica e cultural.

A intemperança de alguns irmãos nossos, escolhendo padrões alheios ao conjunto das nossas realidades para apresentarem como solução para as nossas mais legitimas aspirações, é inaceitável, na medida em que não são praticáveis nem recomendadas pelo bom senso e pela equilibrada análise dos nossos problemas.

Há, pois, que traçar linhas de rumo na autenticidade das nossas reais aspirações, sem nos misturarmos, nas tendencias e nas perspectivas politicas, com outros povos, procurando manter os valores sociais, culturais e morais que sempre caracterizaram as gentes das nossas ilhas.

Há, sim, que nos nortearmos pelo bom senso, equilibrado ajustamento das nossas reais possibilidades, activando as de projecção futura e, a partir de dados concretos da problemática caboverdeana, surgir na plenitude das nossas legitimas aspirações, face à concretização das mesmas, na maior paz e concórdia, num clima de fraternidade em que todos possam ter o seu lugar na construção de um novo CABO VERDE.

É na serenidade e na paz que se consegue o progresso de um povo e na ordem e na concórdia que se realizam os planos de concretização das suas aspirações.

Para tudo isso, sejamos nós - e ninguém mais -, sem influências estranhas, a trabalhar por esse CABO VERDE MELHOR, conduzindo os nossos destinos.

Unamo-nos, pois, aos que querem defender os verdadeiros interesses de Cabo Verde e das suas gentes.

Sejamos todos por um e um por todos. Sejamos apenas Caboverdeanos os que, com suor e sacrifícios de hoje, celebraremos as alegrias do amanhã que saberemos construir.

ÀVANTE, CABOVERDEANOS, na consecução dos nossos verdadeiros ideais, libertos de qualquer coacção ou de suspeitas fraternidades. AVANTE na nossa caminhada consciente para o engrandecimento da NOSSA TERRA. ÀVANTE para um CABO VERDE MELHOR.

A COMISSÃO DE ORGANIZAÇÃO
DA
UNIÃO DEMOCRÁTICA DE CABO VERDE
(U D C)

O Presidente,

JOÃO BAPTISTA MONTEIRO

Advogado

Panfleto da UDC

ADVERTÊNCIA

Um dos irmãos do Sr. Filinto veio explicar-nos que o psiquismo deste foi abalado pelas torturas sofridas na prisão, no tempo da medonha Pide DGS. Visto tratar-se, como supomos, de um nacionalista honesto, a quem foram inculcadas, depois da chegada do tal 1.º Responsável do PAIGC, as duas mentiras acima denunciadas, resolvemos não dar seguimento à queixa.

Queremos, no entanto, chamar a atenção da opinião pública para o seguinte:

a) José Leitão da Graça nunca foi membro nem simpatizante do PAIGC.

Sabe-o muito bem o 1.º Responsável do PAIGC. Sabe-o igualmente o Governo da República do Senegal, onde José Leitão da Graça viveu como refugiado político. Nestas condições, José Leitão da Graça nunca roubou dinheiro que em nome do povo de Cabo Verde, o PAIGC tem recebido de países estrangeiros. É evidente, pois, que José Leitão da Graça nunca exerceu qualquer função sob a direcção do PAIGC. Em suma, José Leitão da Graça nunca foi membro do PAIGC, nem antes nem depois da deserção do 1.º Responsável, que foi soldado do exército colonial português, em Angola. José Leitão da Graça nunca foi mercenário e por isso também, não matou em Angola nenhum irmão africano.

b) Maria Querido Leitão da Graça, para poder regressar a Cabo Verde em missão política clandestina, agiu de maneira *bem diferente* dos que pediram ao colonialismo perdão. De facto, de Dacar endereçou a seguinte carta aos Ex.^mos Srs. Ministros do Interior e da Justiça do Governo fascista de Caetano:

Excelências,

Maria das Mercês Ferreira Querido, natural de Santiago na província de Cabo Verde, de 38 anos de idade, costureira, casada com José André Leitão da Graça, residente desde 1960 na capital do Senegal onde vigra então como turista, considerando que o seu caso é previsto no Decreto-lei n.º 48 783, de 21 de Dezembro de 1968, ao referir-se àqueles "que tendo intenção de fixar-se no estrangeiro, não estejam munidos de passaporte que a tal os habilite (passaporte de emigrante)", decidida a legalizar a sua situação, vem muito respeitosamente requerer a Vossas Excias o benefício da amnistia ao crime de emigração clandestina.

Na esperança de que o seu pedido será deferido,
subscreve-se respeitosamente.

É evidente, pois, que Maria Querido não fez qualquer concessão política ao Governo português antes do seu regresso. Nem tão pouco se tornou aqui, depois, agente da Pide DGS. Os arquivos da Pide-DGS podem ser consultados. Podem ser ouvidos, além do Jorge Querido, que é membro do PAIGC e irmão de Maria Querido, os intelectuais pequeno-burgueses que militam no PAIGC e a quem aquela procurou despertar de uma passividade política criminosa. Todos temiam a Pide e por isso abstinham-se de actividades clandestinas. E alguns deles mantinham até boas relações com o Inspector e outros agentes da Pide-DGS. Maria Querido Leitão da Graça desprezava tanto a Pide DGS que nunca os cumprimentava.

O PAIGC é uma organização, cujos militantes usam da mentira sem quaisquer escrúpulos. Terão, pois, que provar no Tribunal tais acusações. José Leitão da Graça e Maria Querido nunca foram funcionários coloniais, nem soldados, nem agentes da Pide.

Nunca acumularam bens próprios servindo o Estado fascista e colonialista. Nunca receberam dinheiro estrangeiro invocando o nome do povo caboverdeano.

Viva a vitória da verdade sobre a mentira!

13-10-74

U D I C V
União do Povo das Ilhas de Cabo Verde
U I I C V

Panfleto da UPICV

Um Apelo à Conscie ncialização

A propósito de um "esclarecimento" radiodifundido através os microfones da Rádio Barlavento, não resisto à tentação de, na qualidade de filiado-fundador da União Democrática de Cabo Verde, me pronunciar, lamentando, em primeiro plano e com bastante mágoa, que simpatizantes, quiçá militantes do P. A. I. G. C., os quais, segundo foi divulgado, tê-lo-iam redigido em conjunto, se tenham permitido manifestar-se em termos tão provocantes quão audaciosos, numa reacção que faz recordar o homem desabrido e libertino que, inadaptado e revoltado em meio civilizado, prefere e retorna à selva dos tempos medievais ainda sem leis nem civismo, para a consecução de desmandos tamanhos.

Tal procedimento é, sem dúvida, vergonhoso e, portanto, não dignifica ninguém, ainda por alheiar-se com desprezo e sem escrúpulos à vertical elegância que dimana dos virtuosos princípios que regem a boa ética e conduzem todo o homem culto e probo ao caminho do respeito à moral do seu semelhante, usando, quanto mais não seja, uma linguagem menos suja, sem a qual poderão advir recontros de cunho pessoal a todos os títulos desagradáveis e a que o bom senso aconselha evitar, sobretudo quando se trata de discussão de ideais politicos.

A educação que sempre impera no seio de famílias dotadas de espiritualidade elevada foi pura e simplesmente renegada, enxovalhada, embora ela se sobreponha, em via de regra, à instrução, não obstante esta contribuir, em certos casos, para a sublimação ou, melhor, para suavisar as mazelas que o berço ruim conseguiu imprimir na sensibilidade grotesca do pecador deformado. Por isso, surpreende-me grandemente que contra tais elementos reaccionários não se tenham insurgido aqueles que, dentro do mesmo grupo, tiveram a dita de nascer em ambientes com a formação que seria de ambicionar, para ministrar-lhes as indispensáveis regras de civismo que, em doutrinas caseiras, os nossos antepassados normalmente nos transmitem na infância.

Discutir democráticamente pensamentos ou ideologias diferentes não implica insultos nem tão pouco provocações, desde que se esteja devidamente preparado e provido de desenvolvimento mental capaz de afundar e distruir os instintos perversos e perturbadores dos seres incautos e figurões. Não respondo, por conseguinte, servindo-me de vocábulos paralelos, até porque os "chás" que tomei de pequenino ainda se impõem e obrigam-me a ser correcto e comedido.

Mentir caluniando é procedimento ignóbil que grassa sòmente entre sociedades em que a vileza predomina e se desenvolve no lodaçal da miséria espiritual e eu nunca descerei às profundezas da degradação.

Esclareço, no entanto, que me sinto apto e estou disposto a enfrentar todas as emergências que porventura se me deparem, considerando a actual onda de violências, irreverências e atentados à integridade moral, física e material dos cidadãos, mesmo que eu tenha de tombar, sem, todavia, temer nem jámais recuar.

Fiel ao cumprimento do sagrado dever imposto pela minha consciência de homem, repudio e devolvo intactas e com todas as minhas energias as falsas e atrevidas afirmações proferidas tendenciosa e demagògicamente por um grupo de pessoas sem maturidade que não quiz dar-se ao trabalho de analizar o ridiculo a que incorrem, em todos os tempos, os individuos malcriados nos seus acessos de fúria incontrolada. Mas, quem dá o que tem, a mais não é obrigado, diz o velho adágio que todos nós conhecemos. Não abusemos, entretanto; é apenas um conselho.

Aquelas afirmações gratuitas e estéreis acusam de "grupelho" a União Democrática de Cabo Verde cujos princípios básicos e indefectiveis se identificam em:

1 - NÃO, ao comunismo;
2 - NÃO, à ligação política com a Guiné-Bissau;
3 - NÃO, à independência «já»;
4 - SIM, à criação de estruturas de base que garantam emancipação económica com o objectivo exclusivo e intransigível de INDEPENDÊNCIA TOTAL DE CABO VERDE.

É tudo e parece-me o suficiente para que todos compreendam a verdade sem sofismas, dita por um cidadão livre e consciente.

Afigura-se-me, entretanto, oportuno levar ao conhecimento do público os fundamentos que levam a União Democrática de Cabo Verde a traçar as linhas de rumo a que atraz me reporto:

1 - Não ao comunismo porque o sistema que este preconiza não é adaptável às nossas ilhas, para além de outros motivos, pelos sacrifícios que os métodos a empregar viriam a exigir do povo já cansado de tanto sofrer as graves provações e privações consequentes do traumatizante e mortífero regime deposto.

2 - Não à ligação com a Guiné-Bissau porque temos condições naturais que, depois de devidamente exploradas, tenho plena convicção, serão auto-suficientes para nos mantermos sòzinhos e sem "encostos". Quem preferirá uma "sociedade" quando tem possibilidades de se estabelecer isoladamente? Isto sem mencionar a provada incompatibilidade de ordem emocional entre os dois povos, facto que é do conhecimento geral. Quanto ao capital humano competente e capaz de governar sem sossobrar, a este respeito ninguém tem dúvidas

3 - Não à independência "já" porque não se concebe, a nível internacional até, a independência política dissociada da económica. Se possuimos condições naturais para atingirmos autonomia económica, porque não consegui-la à custa de uma congregação de esforços de todos os caboverdianos? Porque pedir aos outros aquilo que podemos alcançar pelos nossos próprios méritos?
Se temos realmente capacidade e amamos a nossa terra, trabalhemos então com garra e não desperdicemos o precioso tempo com insultos de "meninos malcriados" mas, antes, associemo-nos para todos juntos construirmos um CABO VERDE NOVO E INDEPENDENTE, à custa de um trabalho honesto e abnegado dos seus próprios filhos.

Sejamos, pois, educados e coerentes, paigecistas, e confrontemos com serenidade os nossos pontos de vista e seleccionemos com harmonia o que de melhor houver em ambos os lados, uma vez que todos nós lutamos e defendemos um ideal comum que é

A VERDADEIRA INDEPENDÊNCIA DE CABO VERDE

E SEU EFECTIVO PROGRESSO.

ÂNGELO LIMA

MINISTÉRIO DO ULTRAMAR
REPARTIÇÃO DO GABINETE DO MINISTRO
CIF

Telegrama recebido

DO GOVERNADOR DE CABO VERDE

Emitido em 09 de OUTUBRO de 1974

Entrada em 09 de OUTUBRO de 1974

ASSUNTO ....

N.º 230 CIF

PRAIA

URGENTE

Referência 142 cif.

Informo Vexa incidentes vários sem mortos ocorreram cidade de Mindelo resultado provocações deliberadas as Forças Armadas por elementos PAIGC. Além disso embora resultado citada provocação há a lamentar actos indisciplina e desacatos por fuzileiros navais de passagem SVicente vindos Guiné praticados trajo civil contra opinião oficiais. Como protesto houve comícios e greves funcionalismo fomentadas PAIGC. Primeiro dia greve foi aceite signatário acabara chegar Província já depois incidentes Mindelo não aceitando prolongamento por tratar se greves não reivindicativas. Elementos afectos PAIGC reagiram com instigação prolongamento e colocação piquetes nas PM garantiu na Praia liberdade funcionários nao quiseram aderir. No Mindelo as greves terão sido especialmente apoiadas pelo Delegado Procurador República Dr Custódio Simões elemento metropolitano reconhecido como perturbador.

GOVERNADOR

Telegrama do governador Sérgio Duarte Fonseca

COMUNICADO DO COMANDO-CHEFE DAS FORÇAS ARMADAS
EM CABO VERDE

Considerando que :

1º Se encontra em fase de aprovação pelo Conselho de Estado o Estatuto Orgânico para o território de Cabo Verde, como resultado das conversações entre o Governo Português e o PAIGC, o qual definirá o processo político de descolonização a pôr em execução pelo Alto Comissário e respectivos Secretários ;

2º É preocupação das Forças Armadas manter um clima de paz e ordem social que permita pôr em execução esse Estatuto de acordo com o Programa do MFA, não permitindo que o mesmo sofra desvios ou desvirtuações ;

3º Se tem verificado nos últimos dias crescente agitação por parte da população, manifestada em atitudes que correm o risco do extremismo ;

4º A população se deve manter integrada na verdadeira disciplina social sabendo corresponder às responsabilidades assumidas pelas forças progressistas suas representantes ;

5º As actuações individuais que possam fugir ao controle dessas forças conduzem a um clima de instabilidade nada propício à concretização do processo de descolonização.

O Comando-Chefe das Forças Armadas em Cabo Verde, informa :

1º Que procedeu à detenção, para averiguações, de determinados indivíduos cuja identidade será oportunamente divulgada ;

2º Que estas detenções se destinam a esclarecer a autenticidade de determinados rumores postos a circular sobre a actividade dessas pessoas e as suas eventuais responsabilidades nas acusações que lhes são imputadas ;

E chama a atenção para os seguintes pontos :

1º A população deve manter a maior calma, evitando atitudes precipitadas, que fujam à orientação das forças políticas suas representantes, e possam conduzir a perturbações da ordem e harmonia social ;

2º As Forças Armadas confiam que as forças políticas reconhecidamente progressistas sejam capazes de reforçar a sua vigilância sobre os seus simpatizantes, a fim de evitar essas situações ;

3º Estão atentas ao desenrolar dos acontecimentos, no intuito de manter o Governo Central correctamente informado sobre atitudes comprometedoras do processo de descolonização, e de denunciar possíveis manobras em que as mesmas se integrem, e que possam conduzir a confrontações.

Mindelo, 14 de Dezembro de 1974

O CHEFE DO GABINETE MILITAR

FRANCISCO ANTÓNIO ALVES PEREIRA DA ROCHA
MAJOR DE INFANTARIA

Comunicado do Comando Militar relativo às prisões de cidadões em Cabo Verde

CONSTITUIÇÃO DA UNIÃO
DA GUINÉ-BISSAU E CABO VERDE

(Primeiro Ante-Projecto)

PREÂMBULO

CAPÍTULO I

DAS BASES E OBJECTIVOS DA UNIÃO

Artº 1º - A República da Guiné-Bissau e a República de Cabo Verde, baseando-se na vontade livre dos povos dos dois Estados Soberanos, constituem-se numa União denominada...

Artº 2º - A União ....é uma associação democrática e anti-imperialista de Estados e visa o prosseguimento da luta pela libertação total dos povos da Guiné-Bissau e Cabo Verde e pela edificação duma sociedade sem exploração do homem pelo homem.

Artº 3º - A soberania de cada uma das Repúblicas não conhece outros limites que não sejam os enunciados na presente Constituição e nas Leis a adoptar pela Assembleia Popular Suprema nos termos do artº 14º. Fora destes limites, as Repúblicas exercem o seu poder soberano de forma independente. É dever da União respeitar a soberania dos Estados que a compõem.

Artº 4º - O Partido Africano da Independência da Guiné e Cabo Verde (P.A.I.G.C.) é a força política dirigente da sociedade. Ele é a expressão suprema da vontade soberana do povo. Ele define a orientação política da política da União e assegura a sua realização pelos meios correspondentes.

Artº 5º - A União dispensa uma atenção particular às Forças Armadas Revolucionárias do Povo (F.A.R.P.). É dever de todos os órgãos da União e das Repúblicas promo-

/...

INSTRUMENTO SOLENE DA DECLARAÇÃO DE

INDEPENDÊNCIA DO ESTADO DE CABO VERDE

Aos cinco dias do mês de Julho de 1975, na cidade da Praia, capital do Estado de Cabo Verde, na presença e com a intervenção de Sua Excelência o Primeiro Ministro do Governo Provisório de Portugal, na qualidade de representante de Sua Excelência o Presidente da República Portuguesa, e do Presidente da Assembleia Nacional de Cabo Verde, é solenemente declarada a Independência do Estado de Cabo Verde, sendo em consequência definitivamente transferidos para aquela Assembleia Constituinte, na qualidade de mandatária e legal representante do Povo de Cabo Verde, todos os poderes de soberania e administração até hoje detidos pelo Estado Português sobre o território de Cabo Verde.

O presente protocolo é assinado ao abrigo da cláusula 11ª. do Acordo entre o Governo Português e o Partido Africano da Independência da Guiné e Cabo Verde (PAIGC) de 19 de Dezembro de 1974 e exprime a vontade livre dos Povos Português e Caboverdeano.

CABO VERDE 80

QUE CONSTITUIÇÃO?

Círculos de Estu

NÃO À FARSA ELEITORAL EM CABOVERDE

No dia 7 de Dezembro o PAICC prepara-se para mais uma etapa da tentativa de legitimação do seu poder em Cabo Verde. As eleições para a Assembleia Nacional Popular, com cinco anos de atraso, vêm, pois, na sequência da aprovação da Constituição pelos deputados do partido único fechar o círculo vicioso do poder na sociedade caboverdiana: a "Força única dirigente" apresentou as suas listas únicas, instituiu a sua Comissão Eleitoral Nacional, dirigiu, com declarada exclusividade, a campanha eleitoral através de todos os meios que monopoliza, inclusivé os orgãos de informação do Estado, aprovou as suas listas definitivas preparando-se, depois de as submeter a referendo, para se declarar grande e incontestado vencedor das eleições. Isto é, a cúpula do PAICC em C.V., depois de fazer aprovar a sua Constituição, de instituir os seus orgãos do poder do Estado, e de estabelecer os mecanismos de refeiçoação e controlo desses orgãos (o controlo de si próprio), apresta-se a renovar a sua Assembleia donde irão sair o Presidente da República e o Primeiro Ministro, os quais se encarregarão de preencher os outros orgãos-instrumentos de realização do programa e das directrizes do partido único. Tudo - proclamará o PAICC, a coberto da interdição absoluta de divulgação, nos meios de informação nomeadamente, de quaisquer posições de alternativa — num clima e numa demonstração de uma ampla e profunda "democracia nacional revolucionária".

Estariam, assim, legitimados os orgãos do poder que, num processo de continuidade visível, ao mesmo tempo que silenciam as vozes e ignoram os direitos mais elementares dos cidadãos, dos trabalhadores e dos emigrantes caboverdianos, em nome deles irão dialogar (submeter-se) com os representantes do imperialismo internacional sobre os mecanismos e os meios materiais, técnicos e financeiros necessários ao desenvolvimento e consolidação do projecto capitalista dependente para a sociedade caboverdiana.
Estariam, assim, legitimados o grau e a medida da repressão necessários e possíveis, em cada momento, à estabilização do regime antidemocrático e à contenção do já indesmentível e generalizado descontentamento dos caboverdianos face à política conduzida por uma burocracia ávida de privilégios e corroída por disputas intestinas. Estaria, enfim, legitimado o projecto totalitário pela cúpula dirigente, vertido na sua Constituição e a realizar pelos seus homens e destacamentos, erigidos em representantes do povo e em orgãos do poder "democraticamente" eleitos.

Estes são os objectivos que o PAICC se propõe atingir a qualquer preço, com as eleições de 7 de Dezembro.

Mas quem acreditará na liberdade de escolha de representantes do povo, através do voto em listas únicas apresentadas por um partido único? Quem não contestará a autenticidade de uma eleições em que, aliás assim, os orgãos do poder, as instituições e os meios materiais e financeiros do Estado são utilizados abusiva e persistentemente com o fito da extorsão do voto a favor dos candidatos-deputados obrigatoriamente?

Como aceitar os resultados de um escrutínio sem quaisquer garantias de isenção e do carácter secreto do voto, num clima de pressões e intimidação de toda a ordem, desde o aceno do registo nominal dos que se abstenham, à edição do jornal oficioso vestido de verde voto sim, desde a ameaça de prisão em reunião de "debate democrático" das listas únicas (por ex. na ilha do Sal) à obrigatoriedade do voto em bloco?

Quem não ousará contestar a representatividade dos candidatos-deputados, num processo em que os emigrantes estão totalmente afastados, chegando-se a exigir, sem o mínimo de pudor, que os poucos com capacidade eleitoral activa (os emigrantes, para o PAICC, são única e simplesmente fornecedores de divisas) nos termos da lei eleitoral, venham exercer o direito de voto ... em Cabo Verde?

Ninguém, a não ser os homens do aparelho do Partido instalado no poder e os seus fiéis servidores.

Ninguém hesitará em qualificar o acto eleitoral de 7 de Dezembro como uma BURLA, e o processo que o antecedeu como uma FRAUDE.
Ninguém conferirá quaisquer resultados quaisquer que sejam, de uma tal operação viciada do princípio ao fim e de vencedores antecipadamente conhecidos.

ENTREVISTAS

Abílio Duarte, Carnaxide (Lisboa), 14, 16, 25, 30 de Março e 22 de Julho (telefone), 10 de Outubro (idem) de 1995. Presidente da Assembleia Nacional Popular (1975-91) e ministro dos Negócios Estrangeiros (1975-1980). Diplomata reformado.

Adão Rocha, Praia, 06-11-95. Secretário de Estado (1983-86) e depois ministro da Indústria e Energia (1986-91). Economista.

Adriano Brito, Mindelo, 26-04-95. Deputado entre 1975 e 1991. Reformado.

Alcides Barros, Praia, 19-04-95. Antigo funcionário dos Negócios Estrangeiros e Ministerio da Informação Cultura e Desporto

Alexandre Ramos de Pina, Praia, 08 de Março e 12 de Abril de 1995. Deputado entre 1975-84, tendo sido vice-presidente da ANP e delegado do governo da Praia entre 1975 e 1979. Secretário de Estado das Pescas 1990 e 1991. Economista.

Alfredo Veiga, Praia, 13-03-95. Embaixador em Dakar (1976-1980). Despachante oficial.

Alírio Vicente Silva, Praia, 12-10-95 e 20-01-97. Foi, entre outras funções, cônsul-geral em Boston e embaixador em Luanda. Diplomata.

Álvaro Dantas Tavares, comandante das Farp, reformado. Exerceu vários cargos durante a carreira militar. Foi embaixador em Moscovo e secretário de Estado das Forças Armadas em 1990-91.

Alveno Figueiredo e Silva, Praia, 20-06-95. Jornalista.

Amaro da Luz, Praia, 02 e 27 de Fevereiro, 07 e 12 de Setembro de 1995. Ministro da Coordenação Económica no governo de transição (1975), Finanças (1975-77), embaixador de Cabo Verde na ONU e governador do Banco de Cabo Verde até 1991. Economista.

Amélia Araújo, Praia, 19-06-95. Antiga funcionária do MNE.

Ana Maria Cabral, Praia, 05-06-95. Foi embaixadora da Guiné e Cabo Verde em Berlim. Vice-presidente da Fundação Amílcar Cabral. Diplomata.

Anastácio Filinto Correia e Silva, Praia, 21-02-95. Director-geral dos TACV (1975-85) e director-geral da Aviação Civil (1985-90). Reformado.

Ângelo Lima, Mindelo, 25-04-95. Antigo gerente da Casa Serradas, em S. Vicente.

Aníbal Lopes da Silva, Mindelo, 21 e 25-04-95. Co-fundador do Grémio de S. Vicente e director da Rádio Barlavento. Médico estomatologista, proprietário de clínica do ramo.

Antero Barros, Praia, 12 de Junho e 25 de Agosto de 1995. Reitor do Liceu Gil Eanes (1961-62), presidente do Comité Olímpico Cabo-Verdiano. Professor liceal.

António Advino Sabino, Praia, Setembro de 1995. Engenheiro agrário. Empresário.

António de Almeida Santos, Lisboa, Maio de 1990. Ministro da Coordenação Interritorial (1974-1975). Na altura em que foi entrevistado era deputado pelo Partido Socialista. Advogado.

António Caldeira Marques. Almada, 13-02-96. Juiz do Conselho Nacional de Justiça, representante de Cabo Verde na Comissão Internacional dos Direitos do Mar. Advogado.

António Carlos Lopes, medidor orçamentista, Praia, 29-02-96.

António Fidalgo Barros, Mindelo, 25-04-95. Director do jornal *Terra Nova* e da Rádio Nova, deputado à ANP (1975-80). Frei da Ordem dos Capuchinhos.

António Gumercindo Riba Chantre, Praia, 07-06-95 e 31-03-97. Um dos 10 fundadores da Ucid, de que foi "embaixador itinerante" e vice-presidente depois de 1990. Empresário do sector da construção civil.

António Lopes dos Santos, Oeiras (Lisboa), 22 de Março (Oeiras) e 18 de Junho de 1995 (Tarrafal). Governador de Cabo Verde (1970 e 1974). General reformado.

António Mascarenhas Monteiro, Praia, 23-02-95 e 26-05-97. Secretário-geral da ANP, presidente do Supremo Tribunal de Justiça (1980/1990) e presidente da República, desde 1991. Jurista.

Aristides Pereira, Praia, 11 de Abril e 26 Dezembro de 1995, 07-03-96. Secretário-geral do PAIGC (1973-1980) e do PAICV (1980-1990). Presidente da República entre 1975 e

1991. Reformado e retirado da vida política.

Arlindo Vicente Silva, Praia, 04-07-95. Advogado.

Arménio Vieira, Praia, 27-03-96. *Rewriter* do *Voz di Povo*. Poeta e escritor.

Arnaldo França, Praia, 31-05-95. Foi, durante vários anos, secretário de Estado e mais tarde ministro-adjunto do ministro das Finanças. Ensaísta literário e professor no Instituto Superior de Educação.

Augusto Torres Mendes, capitão das Forças Armadas portuguesas, comandante da polícia de Cabo Verde no período de transição. Lisboa, Junho de 1990.

Bernardo Oliveira, Praia, 16-05-95. Director Regional da Segurança em S. Vicente.

Bobo Keita, Praia, 28-01-96. Comandante das Farp, director de logística das Forças Armadas, na Guiné-Bissau, e director do Centro de S. Jorginho, em Cabo Verde. Funcionário do Instituto Cabo-Verdiano de Solidariedade (ICS).

Carlos Évora Rocha, Praia, 08-10-95. Director-Geral das Pescas. Economista.

Carlos Reis, Praia, 23 de Janeiro e 2 de Novembro de 1995. Comandante das Farp, reformado. Ministro da Educação (1975-81), ministro-adjunto do primeiro-ministro em S. Vicente e embaixador de Cabo Verde em Lisboa (1986-89).

Carlos Santos Silva, Praia, 1995. Director-geral da Emigração, embaixador em Washington (1991/1993), conselheiro do presidente António Mascarenhas Monteiro. Jurista e diplomata.

Corsino Fortes, 09 e 14-02-95. Embaixador de Cabo Verde em Portugal (1975-1981), e mais tarde Angola. Secretário de Estado para a Comunicação Social e ministro da Justiça nos últimos dos governos de Pedro Pires. Poeta. Administrador da seguradora Ímpar. Jurista.

Corsino Tolentino, Praia, 06-92-95. Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros, embaixador de Cabo Verde em Portugal e ministro da Educação (1986-91). Diplomata.

Custódio Couto, Praia, 1995. Fotógrafo e técnico de laboratório. Empresário.

David Hopffer Almada, 21 e 22-02-95. Ministro da Justiça (1975-86) e ministro da Informação, Cultura e Desportos (1986-90). Advogado.

Dulce Almada Duarte, Carnaxide, 14-03-95 e Praia, 22-01-01. Foi directora do Gabinete de Estudos do Ministério da Educação e posteriormente directora-geral da Cultura nos primeiros anos da independência. Ensaísta e linguista. Reformada.

Elisa Andrade, Praia, 05-07-95. Historiadora e consultora.

Fernando Carrilho, 08-06-95 (telefone). Responsável dos Estúdios do Sal da Rádio Nacional de Cabo Verde. Jornalista.

Élvio Fernandes, Praia, 08-05-95. Conselheiro do primeiro-ministro Carlos Veiga. Diplomata.

Érico Ramos Veríssimo, Praia, 27-02-95. Director-nacional de Informação (1975-76). Arquitecto. Empresário da construção civil.

Fernando Moeda, Praia, 03-11-96. Empresário. Advogado.

Francisco Correia, Praia, 16-10-2000. Técnico aduaneiro. Antigo representante de Cabo Verde na Comunidade Económica do Desenvolvimento dos Estados da África Ocidental.

Francisco Fragoso, Lisboa, 24-04-96 (telefone). Director do grupo cénico "Korda Kaoberdi". Médico cirurgião.

Francisco Lopes da Silva, Mindelo, 25-04-95. Professor liceal, foi director da Escola Técnica, Industrial e Comercial do Mindelo, vereador antes e depois da independência. Escritor e ensaísta. Reformado.

Germano Almeida, Mindelo, 23-04-95. Procurador regional da República em S. Vicente. Advogado e escritor.

Henrique Teixeira de Sousa, Oeiras, 22-03-95. Médico e escritor.

Humberto Bettencourt Santos. Diplomata e economista. Praia, Março de 1996.

Humberto Leite, Oeiras, 03-04-95.

John Wahnon, Praia, 17 e 23-05-95 e 07-05-96. Secretário-geral da Ucid (1988/1992).

Engenheiro electrotécnico.

João Baptista Morais, Mindelo, 21-05-95 (telefone). Médico reformado. Faleceu poucos meses depois.

João José Menezes Marques, Praia, 15-05-98. Engenheiro técnico agrário. Empresário. Viveu em Angola entre 1969 e 1983; de 83 a 90 em Portugal. Regressou a Angola em 1990. A entrevista foi feita durante um período de permanência em Cabo Verde, onde procurou instalar-se na área de produtos químicos.

João Pereira Silva, Praia, 21 de Fevereiro, 09 de Outubro de 1995 e 28-02-96. Comandante das Farp, reformado. Director-nacional da Segurança (1975-1977) e ministro do Desenvolvimento Rural e Pescas (1977-91). Engenheiro agrícola. Empresário.

Jorge Querido, Praia, 01-06-95 e 20-01-96. Antigo director da Brigadas de Águas, presidente do Instituto Nacional da Investigação e Tecnologia (INIT). Empresário.

Jorge Carlos Fonseca, Praia, 01 e 13-01-95. Secretário-geral do MNE (1977 e 1979) e Ministro dos Negócios Estrangeiros (1991/1992). Advogado.

José Arlindo Duarte Couto, Praia, 21-04-96. Músico e Técnico de laboratório fotográfico.

José Augusto Fernandes Timas, Praia, 22-04-96. Antigo baixista do "Bulimundo". Técnico electrónico.

José Brito, Abidjan, 21-10-95 (telefone). Secretário de Estado e ministro do Plano e Cooperação, entre 1975 e 1991. Coordenador regional do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) para a África Ocidental. Engenheiro de minas.

José Filomeno Monteiro, Hong Kong, 09-02-96. Cônsul de Cabo Verde em Hong Kong. Diplomata.

José Leitão da Graça, Praia, 11 de Maio, 4 de Julho, 11 de Setembro de 1995, Líder da UPICV. Jurista.

José Luís Fernandes, Praia, 15 e 22-02-95, secretário de Estado da Administração Pública e Trabalho (1977-80) e embaixador em Washington (1980-91) e presidente do Promex (1991-95). Economista.

José Pedro Duarte Fonseca, Praia, 15-05-95. Cientista.

Júlio Martins, Praia, 25 de Julho e 11-09-95. Médico.

Lídio Silva, Mindelo, 25-01-97 . Economista. Presidente, durante muito tempo, da Ucid.

Luís Cabral, Praia, 06 e 12-07-95. Presidente da Guiné-Bissau (1973/80).

Luís Fonseca, Praia, 06-05-95. Secretário-geral da JAAC, embaixador em Moscovo e Haia. Secretário-geral do MNE. Diplomata.

Luís Leite, Praia, 12-08-95. Ministro da Saúde (1991). Médico.

Luís Silva Rendall, Praia, 27-06-95. Administrador do concelho de S. Vicente e mais de tarde de outras parcelas da administração colonial portuguesa. Inspector de Finanças.

Manuel Faustino, Praia, 05 e 31-05-95, 04-01-96. Ministro da Educação (1974/75), ministro da Saúde e Assuntos Sociais (1975-79) e ministro da Educação (1991/94). Médico.

Manuel Delgado, Lisboa, 07-11-95. *Copydesk* do *Expresso*. Jornalista.

Manuel Lima, Mindelo, 25-04-95. Funcionário da Moave.

Manuel Figueira, Mindelo, 24-04-95. Director do Centro Nacional do Artesanato (1977-89). Artista plástico.

Manuel Rodrigues, Praia, 03 e 08-06-96. Empresário da construção civil. Engenheiro electrotécnico.

Manuel Veiga, Praia, 20-03-96. Foi director-geral da Cultura e mais tarde presidente do Instituto Nacional da Cultura (Inac) até 1991. Linguista.

Marcelino Correia, Praia, 14-08-98. Antigo comandante do PAIGC. Reformado.

Mário Fonseca, Praia, 24-04-96. Presidente do Inac. Poeta. Licenciado em Letras.

Pedro Duarte, Paço d'Arcos (Lisboa), 03-04-95. Delegado do Governo em S. Vicente e secretário-geral da ANP até 1991. Reformado.

Pedro Martins, Praia, Abril de 1994. Empresário. Arquitecto.

Pedro Pires. Praia, 17, 18 e 21 de Abril, 26 de Maio e 16 de Setembro de 1995, 27-02-96. Primeiro-ministro (1975-90). Comandante de brigada reformado. Presidente do PAICV.

Olívio Pires, Praia, 11 de Fevereiro, 23 de Abril (Mindelo), 04 e 09 Outubro de 1995. Vice-presidente da ANP (1975-1985) e deputado até 1995. Secretário do Conselho Nacional do PAIGC/CV até 1990. Comandante das Farp, reformado. Primeiro-secretário do PAICV em S. Vicente.

Onésimo Silveira, Selada de Baleia, S. Vicente. 22-04-95. 08 (telefone, Mindelo) e 15 de Agosto, Praia. Funcionário reformado da ONU. Presidente da Câmara Municipal de S. Vicente. Cientista político.

Osvaldo Lopes da Silva, Praia, 25 e 31 de Janeiro, 14 e 22 de Junho, 27 de Agosto, 12 de Setembro de 1995. Comandante das Farp, reformado. Exerceu, entre outras funções governamentais, ministro da Economia e dos Transportes, entre 1975 e 1990. Economista.

Raúl Querido Varela, Praia, 16-02-95. Embaixador de Cabo Verde em Washington, 1976 e 1979. Juiz conselheiro do Supremo Tribunal de Justiça. Jurista.

Sérgio Centeio, Praia, 13-02-95. Ministro da Agricultura e Águas (1975-77) e presidente do GARSEE a partir de 1992. Economista.

Silvestre Alfama, Praia, 1995. Baixista do "Bulimundo", funcionário do *Novo Jornal Cabo Verde.*

Silvino da Luz, Praia, 07 de Fevereiro, 27 de Abril, 31 de Maio, 09 de Junho 22 de Julho, 09 de Outubro e 11 de Novembro (telefone, Mindelo) de 1995. Comandante das Farp, reformado. Ministro da Defesa e Segurança (1975-80) e dos Negócios Estrangeiros (1980-91). Deputado até 1995.

Torcato Sepúlveda, Praia, Junho de 1995; Lisboa,12-02-96. Antigo activista da LCI. Jornalista.

Valdemar Lopes da Silva, Mindelo, 24-04-95. Músico. Professor liceal.

Vasco Cabral, Praia, 21-03-96. Ministro da Coordenação Económica e do Plano da Guiné durante vários anos. Economista.

Vasco Gonçalves, Lisboa, Maio de 1990. Primeiro-ministro de Portugal (1974/76). General reformado.

Vicente Almeida D' Eça, Oeiras, 05-05-99. Alto-comissário do governo de transição de Cabo Verde. Dezembro de 1974 e Julho de 1975. Almirante reformado da Marinha Portuguesa.

BIBLIOGRAFIA

Almerindo Lessa e Jacques Ruffié, *Seroantropologia das ilhas de Cabo Verde, Mesa-redonda sobre o homem cabo-verdiano*, 2.ª edição revista, Lisboa, 1960.

Alpoim Calvão, *De Conakry ao M.D.L.P.*, Intervenção, Lisboa, 1976.

Amílcar Cabral, *Guiné-Bissau, nação africana forjada na luta*, Nova Aurora, Lisboa, 1974. *PAIGC, Unidade e luta,* Nova Aurora, Lisboa, 1974*; A arma da teoria*, Seara Nova, Lisboa, 1978; *A prática revolucionária*, Seara Nova, Lisboa, 1977; *Sou um simples africano*, Fundação Mário Soares, Lisboa, 2000.

António Carreira, *Cabo Verde, classes sociais, estrutura familiar e migrações*, Ulmeiro, Lisboa; *Formação e extinção de uma sociedade escravocrata* (1460-1878), Instituto Caboverdiano do Livro, Praia, 1983.

António Caldeira Marques, *Cabo Verde, Os bazófios da independência,* Edição do Autor, Lisboa, 1999.

António Leão Correia e Silva, *Nos tempos do Porto Grande do Mindelo*, Instituto Camões/ Centro Cultural Português, Praia-Mindelo, 2000.

António de Spínola, *Portugal e o futuro*, Arcádia, Lisboa, 1974; *Ao serviço de Portugal*, 2ª edição, Ática/Betrand, Lisboa,1976; *País sem rumo,* Scire Lisboa, 1978.

António Lopes dos Santos, exposições à Assembleia Legislativa de Cabo Verde: *Para uma vida melhor* (1970), Centro de Informação e Turismo (CIT), Praia, 1970; *Situação controlada* (1970), (CIT); *A situação continua controlada* (1971) *Vitória contra a seca* (1971), Agência-Geral do Ultramar (AGU); *Tranquilidade e progresso* (1972), CIT; *Tempo de progresso* (1973), AGU.

Ariel Bigault e Carlos Gonçalves, *Cap Vert: Antologie 1959-1992*, Musique du Monde, Buda Records, Paris.

Aristides Pereira, *Discursos,* Volume I, 1973-1980, Presidência da República de Cabo Verde, Praia; *Relatório do CSL ao III Congresso do PAIGC,* edição do PAIGC.

Arménio Vieira, *Poemas*, África Editora, Lisboa, 1981.

Baltasar Lopes, *Cabo Verde visto por Gilberto Freire*, Imprensa Nacional, Praia, 1956.

Basil Davidson, *As ilhas afortunadas,* Instituto Cabo Verdiano do Livro, Praia, 1988.

Carlos Lopes, *A transição histórica na Guiné-Bissau,* Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa (INEP), Bissau, 1987.

Carlos Pacheco, *MPLA, um nascimento polémico.* Editora Vega, Lisboa, 1997.

Claridade, edição fac-smilada, Manuel Ferreira, ALAC, Lisboa.

Cláudio Alves Furtado, *A transformação das estruturas agrárias numa sociedade em mudança - Santiago, Cabo Verde.* Instituto Caboverdiano do Livro, Praia, 1993.

Continuar Cabral, Simpósio Internacional Amílcar Cabral, Grafedito, Praia, 1983

Crime crapuleux de l'impérialisme, Conakry, le 20 Janvier 1973.

Eça de Queiroz, *Uma campanha alegre*, Livros do Brasil, Lisboa.

Eduardo Lourenço, *O labirinto da saudade,* 4ª edição, D. Quixote, Lisboa, 1991.

Felisberto Vieira Lopes, *A saída da crise do poder não é pelo "Anteprojecto de Constituição"*, Praia, 25-06-1980; *Os pequenos-proprietários de Cabo Verde e a chamada "Reforma Agrária"*, edição policopiada, Praia, Cabo Verde, 1981/82; *Noti*, Edição do PAIGC.

Gabriel Mariano, *Cultura caboverdeana, ensaios*, Vega, Lisboa, 1991.

História geral de Cabo Verde, Volume I, Instituto de Investigação Científica Tropical e Direcção-Geral do Património Cultural de Cabo Verde, Lisboa, 1991.

Humberto Cardoso, *O partido único ou Assalto à esperança.* Edição do autor, Praia, 1993.

J. Silva Cunha et alii, *África, a vitória traída,* Intervenção, Lisboa, 1977.

J. Silva Cunha, *Ainda o "25 de Abril",* Centro do Livro Brasileiro, Lisboa, 1984.

João Paulo Guerra, *Memória das guerras coloniais*, Afrontamento, Porto, 1994.

Joaquim Vieira e João Melo, *Os anos de guerra,* Círculo dos Leitores, Lisboa, 1988.

Jorge Carlos Fonseca, *O sistema de governo na Constituição cabo-verdiana,* Associação Aca-

démica da Faculdade de Direito de Lisboa, Lisboa, 1990.

Jorge Querido, *Cabo Verde, Subsídios para a história da nossa luta de libertação,* Vega, Lisboa.

José Freire Antunes, *Kennedy e Salazar*, o *leão e a raposa*, Difusão Cultural, 9ª edição, Lisboa, 1991; *Nixon e Caetano, promessas e abandono*, Difusão Cultural, Lisboa, 1992; *Roosevelt, Churchill e Salazar, a luta pelos Açores*, Ediclube, Alfragide, 1995; *A guerra de África,* 2 volumes, Círculo de Leitores, Lisboa, 1995;

José Manuel Barroso, *Segredos de Abril,* Editorial Notícias, Lisboa.

Josep Sánchez Cervelló, *A revolução portuguesa e a sua influência na transição espanhola.* Assírio e Alvim, Março de 1993.

Júlio Monteiro Jr., *Cabo Verde, ilhas adjacentes*, Minerva, Praia, 1942

Luís Cabral, *Crónica da libertação,* O jornal, Lisboa, Julho de 1984.

Manuel Duarte, *Caboverdianidade e africanidade e outros textos*, Spleen Edições, Praia, Abril, 1999.

Manuel Faustino, *Jorge Querido: subsídios sob suspeita,* Ilhéu Editoria, Mindelo, 1990.

Manuel Ferreira, *A aventura crioula*, 3ª edição revista, Plátano, Lisboa, 1985.

Marcello Caetano, *Depoimento*, Record, Rio de Janeiro, 1974.

Maria João Avillez, *Do fundo da revolução*, Público, Lisboa, 1994.

Maria Lúcia Lepecki, *Seló, Página dos Novíssimos*, Instituto Caboverdiano do Livro, Praia, 1990.

Mário Soares, *Portugal: que revolução?* Diálogo com Dominique Pouchin, Perspectivas e realidades, Lisboa, 1976.

Mensagem das forças vivas do Mindelo, Edições da Associação Comercial, Industrial e Agrícola de Barlavento, Mindelo, Setembro de 1962

Michel Laban, *Cabo Verde, encontro com escritores*, Fundação Engenheiro António de Faria, Porto.

Ministério do Ultramar, *III e IV Plano de Fomento, Cabo Verde*, 1966 e 1970. Lisboa.

Oleg Ignatiev, *Amílcar Cabral*, Edições Progresso, Moscovo, 1984; *Amílcar Cabral, filho de África*, Prelo, Lisboa, 1975. *Os três tiros da Pide*, Prelo, Lisboa, 1975.

Onésimo Silveira, *A consciencialização na literatura caboverdiana*, Edição da Casa dos Estudantes do Império, Lisboa, 1963. *A tortura em nome do partido único, O PAICV e a sua polícia política,* Ponto & Vírgula e Terra Nova, Mindelo, 1991.

O PAICV e o exercício do poder político. Departamento de Acção Ideológica do CN. Cidade da Praia, 1988.

PAIGC, *A história da Guiné e Cabo Verde,* Afrontamento, Porto, 1974; *Programa político; Manual político.*

Paradela de Abreu, *Os últimos governadores do império,* Edições Neptuno, Lisboa, 1994.

Pedro Cardoso, *Folclore caboverdiano*, Solidariedade Caboverdiana, Paris, 1983.

Pedro Martins, *Testemunho dum combatente*, Ilhéu Editora, Mindelo, 1990.

Pedro Pires, *Relatório de Governo*, Imprensa do PAIGC, Praia.

Primeiro Plano Nacional de Desenvolvimento 1982/85, Vol I, Secretaria de Estado da Cooperação e Planeamento, Praia, 1983.

Relatório Nacional do Desenvolvimento Humano de Cabo Verde 1997. Pnud.

Relatório Nacional sobre a População e Desenvolvimento, Cidade da Praia, 1994.

Renato Cardoso, *Cabo Verde, opção para uma política de paz,* Instituto Caboverdiano do Livro, Praia, 1986.

René Pélissier, *História da Guiné* (2 volumes), Estampa, Lisboa, 1989.

Salgueiro Maia, *Capitão de Abril* (Histórias da guerra do Ultramar e do 25 de Abril, Depoimentos.) Editorial Notícias, 3ª edição, Lisboa, 1995.

Samuel P. Huntington, *A terceira onda,* Editora Ática, S. Paulo, 1994.

Table ronde des partenaires du développement, tome I, Praia, Juin 1982.

Documentos

Actas de sessões da Assembleia Nacional Popular, I Legislatura, Praia. *Acta da reunião de quadros do PAIGC (1963), Pastas dos governadores Silvino Silvério Marques, Leão do Sacramento e António Lopes dos Santos*, na Presidência da República de Cabo Verde. *Relatórios do governador Carlos Alberto Roçadas,* no Arquivo Histórico Nacional de Cabo Verde. *Cartas e relatórios de Amílcar Cabral*, na Fundação Amílcar Cabral. Processo SR, Pide, no Arquivo Nacional da Torre do Tombo; *Dossiers relativos aos movimentos de libertação da Guiné e Cabo Verde,* Arquivo Histórico-Diplomático de Portugal. Arquivos de: Adriano Brito, Amélia e José Araújo, Anastácio Filinto Correia e Silva, Angelo Lima, João Pereira Silva, Jorge Carlos Fonseca, José Leitão da Graça, Júlio de Carvalho, Luís Leite, Manuel e Milú Duarte, Pedro Pires, Olívio Pires, Silvino da Luz. Diversos.

Periódicos

África (jornal), *África* (revista), *Afrique-Asie, Alerta, Anais, A Semana, Boletim Cabo Verde, Boletim Oficial de Cabo Verde, Diário do Governo (Portugal), Diário de Lisboa, Diário de Notícias, Diário Popular, Expresso, Extra/Voz di Povo, Flama, Fragmentos, Gramna, Guia do Terceiro Mundo, Le Monde Diplomatique, Notícias de Cabo Verde, Novo Jornal de Cabo Verde, Nô Pintcha, O Arquipélago, O Jornal, O Militante, PAIGC Actualités, Presença Cabo-Verdiana, Público, Raízes, Revista Internacional de Estudos Africanos, Tribuna, Unidade e Luta, Vértice, Vida Mundial, Voz di Povo. Diversos.*

ÍNDICE ONOMÁSTICO

A

Abdou, Diouf 296, 309
Abdulai, Bari 236
Achada, Djosa da 673
Aguiar, José Manuel 553
Ahidjo, Ahmadou 193
Alas, Cardoso 193
Albuquerque, Mouzinho de 32
Alcântara Júnior, António 67, 87, 90
Alcântara, António 88
Alcântara, Rito 88, 89
Alegre, Manuel 127, 483
Alfama, Jorge Miranda 581
Alfama, Silvestre 607, 611, 612
Alfama, Silvestre Morais 608
Alhinho, Eduardo 418, 434, 491, 520, 559
Almada, David Hopffer 159, 280, 372, 468, 492, 493, 498, 524, 528, 609, 613, 619, 621, 622, 623, 624
Almada, Fidélis (Cabral) 127, 200, 236, 245, 248, 503, 553, 626
Almeida, António 674
Almeida, Armando Costa 23
Almeida, Germano 524, 525, 617
Almeida, Júlio 40, 41
Almeida, Luís 474
Almeida, Marcelo de 210
Almeida, Marline 265
Almeida, Ray 22
Alves, Dionísio 259
Alves, Francisco 260, 264
Alves, Joseph 533
Alves, Naturino de Mello 73
Alves, Nito 94, 521
Alves, Pascoal 119
Alves, Terêncio 545, 556, 567
Alvim, Melo e 50, 53
Amado, Abailardo 23
Amado, Jorge 109, 594
Amado, Leopoldo 668
Amaral, Adelino 444
Amaral, Ferreira do 132
Amaral, Abrantes 101
Amorim, Virgínia 115
Anahory, Isaac 257
Andrade, Amílcar 373
Andrade, Elisa 113, 115
Andrade, Isabel 128
Andrade, José 129
Andrade, Joaquim 83
Andrade, Júlio Barros 566
Andrade, Lucette 88
Andrade, Mário Pinto de 39, 40, 46, 50, 52, 54, 62, 89, 173, 196, 460, 461, 498, 597, 598, 664
Antunes, José Freire 144, 170, 212, 343, 521, 522
Antunes, Lucília 160
Antunes, Melo 351, 406, 435, 483, 506
Araújo, Amélia 115, 163, 203, 639
Araújo, António Lima 445
Araújo, Armando 571
Araújo, Arnaldo 237
Araújo, Gustavo 673
Araújo, José 51, 52, 54, 124, 145, 173, 208, 223, 236, 240, 241, 250, 301, 304, 306, 357, 358, 359, 362, 363, 421, 425, 498, 503, 559, 561, 566, 622, 624, 626, 635, 638, 639, 640, 646, 649, 665, 679
Araújo, Luís 639
Araújo, Manuel Gomes de 142
Araújo, Nélida 551
Araújo, Rui 550
Arriaga, Kaúlza de 166, 269, 270
Atanásio, Nelson 414, 458, 567, 569
Avillez, Maria João 366
Azevedo, Alfredo Furtado de 284
Azevedo, Napoleão Teixeira de 415
Azevedo, Osvaldo 63, 65, 232, 237
Azevedo, Osvaldo Aranda 30
Azevedo, Pinheiro de 483, 504

B

Baginha, Fernando 239
Baio, Seco 200, 642
Balão, 673
Bana, 582
Bandeira, Sá da 132
Bangoura, Alfred 27
Bangoura, Lansana 196
Baptista, Amílcar Monteiro (Mike) a 23, 550, 610
Baptista, Álvaro Soeiro 110

Baptista, Moisés 607
Barber, José Lima 86
Barbieri, 325
Barbosa, Alcindo (Chindo) a 610
Barbosa, José (Zezé) a 610
Barbosa, Alberto 551
Barbosa, Aristides 195
Barbosa, Arnaldo Gomes 408
Barbosa, Daniel Monteiro 111
Barbosa, Djoy 646
Barbosa, Fausto V. 415
Barbosa, Francisco Feijóo 429
Barbosa, Jorge 87, 98, 123, 150, 445, 446, 581, 604
Barbosa, Jorge Eduardo 583
Barbosa, José 429
Barbosa, José Eduardo 418, 434, 563, 564, 565, 566
Barbosa, Kaká 610
Barbosa, Rafael 141, 163
Barbosa, Raúl 474
Bari, Abdulai 665
Barradas, Arlindo Pereira 408
Barre, Siad 354, 403, 406
Barreiros, Manuel 514
Barreto, Avelino 293, 382
Barreto, Honório 34
Barreto, Luiz Teixeira Barbosa 68
Barreto, Octavino 415
Barroco, Manuel Vaz 409, 412, 431
Barros, Alcides 30, 57, 63, 64, 109, 110, 112, 474, 594
Barros, Antero 9, 11, 284, 285, 286, 287, 288, 289, 290, 291, 295, 443, 444, 449, 532, 535, 538
Barros, António Fidalgo 12, 627, 628, 629, 659
Barros, António P. 256
Barros, Augusto 64
Barros, Baltasar 237, 501
Barros, Eurico 672, 673
Barros, Henrique Oliveira 160, 161, 524
Barros, José (Bilac) 566, 672, 677, 678
Barros, Péricles 27 6
Barros, Viriato 601
Béjart, Maurice 605
Belkhiria, Kamel 256
Bella, Ahmed Ben 127, 252
Belo, Abel 24
Benrós, Tomaz 399, 408, 415
Berger, Denis 597
Bernardien, Marc 458
Bernardo, António Augusto 199, 229, 265, 282, 325
Bernstein, Edward 568
Bertrand, 71
Bettencourt, Hilário (Fortinho) t 610
Bettencourt, Mário 611
Bilac, José 672, 678
Biluca, Djunga de 445, 530, 534, 582
Boal, Augusto 603
Boal, Manuel 113, 115, 236
Boal, Maria da Luz (Lilica) 115, 116, 223, 501
Boas, José Manuel Villas- 268
Boigny, Houphouet 193, 467
Borges, Aníbal dos Reis 38
Borges, José dos Reis 228
Borges, José Reis 228
Borges, Lívio Reis 47
Borges, Nicolau dos Reis 38
Borges, Reis 79
Borges, Victor 490
Borja, Horácio Sevilla 256
Botha, Roelof Pik 480
Boumedienne, Houari 193, 252, 404
Bouteflika, 253
Boxeur, Titino 523
Bragança, Aquino de 46, 50, 51, 197, 198, 208, 296
Brahimi, Lakhdar 304, 307
Branco 357
Brandt, Willy 460
Brazão, José Rui (Duia) o 610
Brecht, Bertolt 594, 603
Brites, João 147
Brito, Adriano 58, 147, 149, 150, 151, 260, 261, 276, 332, 334, 336, 373, 377
Brito, João 673
Brito, João Baptista 147
Brito, Jorge 490
Brito, José 94, 479, 541, 681, 684, 685, 688, 690, 692
Brito, Paula 590
Brito, Rosendo Évora 351, 535
Brito, Soares de 190
Brito, Wladimir 159, 161, 492, 502, 503, 673
Bruno, Almeida 269, 301
Bull, Benjamin Pinto 64, 67, 68, 95, 174
Bull, James Pinto 174, 287, 288
Bumont, Jacques 113
Burchet, Wilfred 306

Buscardini, António 634, 638
Bussard, Fernand 71

C

Cabral, Amílcar 21, 25, 26, 27, 28, 31, 40, 42, 44, 46, 47, 48, 50, 51, 52, 53, 54, 62, 67, 77, 78, 82, 83, 89, 95, 98, 103, 105, 107, 108, 117, 118, 119, 120, 121, 122, 123, 125, 126, 127, 129, 130, 141, 144, 152, 155, 161, 162, 165, 166, 167, 170, 171, 173, 174, 175, 176, 177, 178, 180, 184, 193, 194, 195, 196, 197, 198, 199, 200, 201, 202, 203, 206, 207, 208, 209, 210, 211, 212, 213, 214, 215, 216, 217, 219, 220, 223, 224, 226, 227, 230, 231, 232, 235, 236, 238, 239, 240, 241, 243, 244, 245, 246, 247, 248, 249, 252, 255, 261, 262, 271, 272, 276, 277, 282, 285, 286, 287, 288, 289, 290, 291, 292, 293, 297, 298, 300, 302, 323, 328, 334, 355, 357, 367, 420, 432, 446, 447, 452, 453, 455, 456, 457, 462, 465, 466, 467, 490, 551, 552, 574, 582, 583, 601, 603, 614, 628, 634, 635, 636, 641, 642, 643, 644, 645, 646, 647, 648, 650, 651, 655, 656, 657, 658, 659, 665, 679
Cabral, Ana Maria 21, 201, 206, 248, 665
Cabral, Beatriz 201
Cabral, Fernando 273
Cabral, João Tomás 205, 211
Cabral, Juvenal 44, 62, 98, 123
Cabral, Luís 21, 31, 40, 46, 49, 50, 52, 53, 54, 67, 78, 88, 89, 95, 96, 98, 102, 126, 127, 141, 142, 167, 169, 171, 173, 178, 179, 196, 197, 202, 203, 215, 233, 235, 239, 241, 242, 245, 246, 247, 248, 250, 252, 261, 271, 295, 297, 298, 299, 354, 356, 368, 419, 420, 421, 422, 423, 457, 465, 466, 501, 587, 626, 631, 633, 634, 635, 637, 638, 639, 640, 641, 643, 644, 645, 649, 651, 652, 653, 654, 655, 656, 658, 659, 660, 662, 663, 664, 665, 666, 667
Cabral, Mário 201, 357
Cabral, Pedro 63
Cabral, Vasco 46, 127, 200, 223, 236, 240, 241, 272, 317, 416, 421, 498, 560, 634, 640, 653, 654, 658
Caen, Michel 569
Caetano, Marcello 29, 131, 133, 157, 159, 170, 175, 176, 268, 269, 270, 367, 601
Caldeira, Fernando 373, 376, 395, 400, 438
Calvão, Alpoim 170, 171, 193, 212, 214, 215
Camilo, Arlindo 264
Campinos, Jorge 301
Campos, Marinha de 37, 38
Canotilho, Gomes 494
Canuca, Manuel de 156
Capelo, Hermegildo 32
Cardoso, António 281
Cardoso, Daniel 260, 337
Cardoso, Humberto 278, 550
Cardoso, José 495, 597
Cardoso, Leonel 504
Cardoso, Pedro 36, 39, 79, 123, 590
Cardoso, Pedro Monteiro 36
Cardoso, Renato 402, 474, 480, 559, 564, 565, 566, 568, 569, 611, 620, 621, 622, 623, 625
Carlos, Adelino Palma 357
Carlos, João 161, 545
Carmona, Óscar 132, 465
Carneiro, Sá 394, 483
Carreira, António 42, 602
Carreira, Henrique (Iko) 113, 115
Carrilho, Fernando 458
Carvalho, Adérito Soares de 566, 672
Carvalho, Etelvina 69
Carvalho, Gabriel 292
Carvalho, José Pereira de 35
Carvalho, Júlio / Julinho de 120, 207, 227, 339, 357, 358, 359, 533, 554, 559, 597, 635, 665, 676, 678, 679
Carvalho, Maria de Jesus 294
Carvalho, Pereira de 326
Cassamá, Awa 206
Castanheira, José Pedro 265
Castro, Amílcar 254
Castro, Fidel 252, 545, 600
Catulo, Fernando Duarte 347
Cavaquinho, Frank 582
Celestino, Celso Ramos 484
Centeio, Sérgio 29, 160, 162, 184, 261, 264, 281, 336, 338, 339, 340, 393, 399, 420, 434, 468, 484, 486, 491, 541, 542, 544, 549, 556, 564, 567, 568, 572, 573
Cervelló, Sánchez 353
Césaire, Aimé 51, 462
Chalib, Omeh 25
Chantre, Guilherme 450, 451
Chantre, (António) Gumercindo 11, 391,

392, 394, 396, 399, 408, 415, 521, 530, 531, 537, 537, 537, 676, 696
Chantre, Honório 117, 227, 261, 293, 533, 554, 559, 679
Chantre, Manuel (Casimiro) 30, 63, 65, 109, 110, 112, 284, 294, 392, 673, 674
Chapponiere, Rafael 689
Chapuzet, João da Mata 34, 35
Chateaubriand, Assis 109
Chavinhas, Quim 87
Chipenda, Daniel 113, 115
Chissano, Joaquim 115, 207, 208
Churchill, 343
Coelho, Manuel Vieira 363
Cohen, Graciano 450, 451
Colaço, 52
Colaço, D. José 71, 628
Cool, Djonsa 428
Corado, Lauro 601
Cordeiro, António 405
Correia, António A. Peixoto, 68
Correia, Carlos 141, 145, 626
Correia, Estevão 408
Correia, Francisco 30, 63, 65, 110, 112, 138, 155, 284, 292, 293, 294, 534
Correia, Francisco Moreira 111
Correia, Manuel dos Santos 85
Correia, Marcelino 169
Correia, Mateus 236
Correia, Paulo 638, 662
Correia, Peixoto 55, 68
Cortez, Luciano de Pina 199
Costa, António Pedro 604
Costa, Augusto 147, 151, 260, 263, 334, 338, 509
Costa, Fradinho da 64, 65, 110
Costa, Joaquim Carrington da 40, 41, 48
Costa, Oliveiro da 73
Coutinho, António 58, 147, 263, 338
Coutinho, Gago 334
Couto, Arlindo 254
Couto, Custódio 506
Couto, Nuna 458
Couto, Zeca 610
Crespo, Victor 187, 482, 483
Cruz, Auriolino 646
Cruz, Daniel Eduardo da 373
Cruz, Lucas da 284, 294, 618
Cruz, Renato Lopes da 23
Cruz, Viriato da 173, 253, 597
Cunha, Luís 281
Cunha, Silva 157, 162, 250
Cunhal, Álvaro 33

D

D'Arboussier, Antoinette Neves 69
D'Eça, Almeida 357, 363, 397, 404, 407, 408, 409, 410, 411, 412, 413, 414, 433
Dada, Moktar Ould 232
Dambará, Kaoberdiano 603
Dantas, Agnelo 226, 418, 434, 559
Dantas, Raimundo Sousa 122
Davidson, Basil 78, 240, 252, 343
Davis, Angela 28
Delgado, António Jorge 602
Delgado, Clarimundo 674
Delgado, Humberto 64, 80, 127, 268, 457
Delgado, José 68
Delgado, José Carlos 550, 553
Delgado, Manuel 120, 636
Delgado, 28, Manuel 160, 183, 530, 531
Delgado, Maurino 414
Depestre, René 51
Deslandes, Venâncio 131, 135
Diallo, Alfa 237
Dias, Baptista 292
Dias, Francisco Maria 415
Dias, Júlio José 91
Dionísio, 642
Diouf, Abdou, 296
Djaló, Umarú 68, 301, 363, 559, 638
Djirga, 605
Djosinha, 582
Djusta, 546
Duarte, Abílio 21, 22, 25, 26, 31, 40, 42, 43, 44, 46, 48, 49, 50, 51, 52, 53, 57, 58, 59, 63, 84, 85, 86, 87, 88, 89, 90, 91, 95, 98, 102, 103, 105, 106, 107, 108, 111, 113, 125, 127, 129, 146, 147, 149, 150, 155, 178, 217, 223, 224, 230, 231, 232, 233, 234, 235, 236, 238, 240, 242, 243, 244, 247, 252, 253, 254, 293, 316, 317, 321, 324, 325, 327, 337, 346, 363, 391, 413, 417, 420, 430, 434, 454, 455, 456, 458, 461, 468, 469, 474, 475, 476, 478, 479, 499, 500, 507, 543, 549, 554, 558, 559, 561, 567, 576, 577, 578, 579, 596, 601, 609, 619, 620, 621, 623, 625, 636, 644, 645, 646, 655, 679
Duarte, Bela 601, 603
Duarte, Carmen Lopes da Silva 105
Duarte, Dulce Almada 16, 42, 58, 103, 107,

117, 129, 223, 236, 243, 444, 461, 486, 487, 489, 586, 587, 591, 596
Duarte, Fidel 107
Duarte, Francisco Vieira 41, 42
Duarte, Inácia Maria 528
Duarte, José e Fátima 501
Duarte, Manuel / Manecas 26, 51, 56, 58, 91, 103, 105, 121, 124, 138, 284, 285, 292, 382, 420, 423, 431, 452, 468, 498, 499, 500, 523, 586, 587, 592, 596, 617, 620, 621, 622, 623
Duarte, Karim 107
Duarte, Óscar 260, 264
Duarte, Pedro 41, 64, 92
Duarte, Vavá 150
Duarte, Vera 596
Dumont, René 640
Dúnem, Fernando França Van- 115
Dupret, Armando 596
Dupret, Dina 160, 545
Dupret, Dulce 259

E

Eanes, António Ramalho 475
Elbrick, Charles Burke 57
Embaná, Miguel 200, 202
Escórcio, Hermínio 283
Estaline, 551
Estibeiro, 510
Estrela, Celso 152
Évora, Alcides 208, 215, 513
Évora, Carlos 552
Évora, Iva Pinhel 45, 130
Évora, Maria Lídia 226
Évora, Paulino Livramento 629

F

Fabião, Carlos 212, 311, 353, 354, 357, 358, 359, 361, 363, 387, 409
Fanon, Frantz 30, 161
Farah, Abu 25, 408, 409
Faria, Amiro 148, 328, 335, 636
Faria, Paulo 67
Faustino, Manuel 93, 150, 160, 161, 162, 179, 180, 181, 182, 244, 263, 272, 322, 324, 327, 338, 340, 402, 409, 412, 432, 434, 468, 469, 471, 487, 489, 544, 545, 546, 547, 548, 553, 554, 558, 560, 561, 562, 563, 566, 568, 571, 572, 573, 574, 575, 576, 621, 622, 625, 687
Fernandes, António 550
Fernandes, António Correia 275
Fernandes, Ben 254
Fernandes, Bernardino 265
Fernandes, Cabral 181, 546
Fernandes, Élvio 27, 28, 30, 232, 261, 418
Fernandes, Gil 197, 273, 301, 316, 317, 454
Fernandes, José Luís (Djidjé) 29, 160, 162, 179, 181, 182, 244, 257, 261, 263, 264, 274, 321, 324, 337, 350, 351, 373, 401, 402, 405, 407, 420, 421, 426, 427, 430, 432, 434, 475, 484, 494, 495, 496, 541, 542, 545, 546, 547, 548, 556, 558, 560, 562, 563, 565, 568, 575, 576, 577, 620, 623
Fernandes, Lourenço Afra 416
Fernandes, Roberto 23, 27
Fernandes, Rogério 63
Fernandes, Vasco da Gama 259
Fernandes, Virgilio 688
Ferreira, Armindo 120, 434
Ferreira, Farinha 269
Ferreira, Ildo 522
Ferreira, John 533
Ferreira, José Medeiros 475
Ferreira, Manuel 138, 584, 588
Ferreira, Rosendo Pires 374
Ferro, João Silva 415
Fialho, Alcides (dos Santos) 284, 285,382, 535
Fidalgo, Victor 260, 278, 550, 602
Figueira, Carvalho 357
Figueira, Manuel 601, 602, 603
Figueiredo, Ilídio 226
Figueiredo, Jaime de 98
Figueiredo, João de 97, 136, 466
Figueiredo, Jorge 553
Figueiredo, José António 415
Figueiredo, Renato 543
Figueiredo, Teodósio de 294
Figueiredo, Teófilo 155
Fonseca, Aguinaldo 109, 124, 446, 581
Fonseca, Aguinaldo Teodoro 429
Fonseca, Aldina 551
Fonseca, Amália 106
Fonseca, Atelano 165
Fonseca, Claro da 392
Fonseca, Gabriel 67, 68, 70
Fonseca, Gabriel Grahm 63
Fonseca, Humberto Duarte 98, 105, 135, 137, 140, 284, 336, 346, 382
Fonseca, Jorge (Almeida) 333, 335, 452

Fonseca, Jorge Carlos 159, 161, 474, 492, 498, 545, 548, 556, 559, 561, 562, 564, 566, 567, 571, 573, 574, 575, 576, 578, 596, 619, 620, 622, 623, 624, 625, 631, 672, 673, 695
Fonseca, José Duarte 87, 91, 488, 510
Fonseca, José Pedro Duarte 138
Fonseca, Luís 149, 150, 151, 152, 153, 226, 260, 261, 276, 277, 334, 337, 340, 373, 400, 417, 429, 434, 468, 477, 526, 542, 545, 557, 558, 559, 565, 620
Fonseca, Manuel da 460
Fonseca, Manuela 139
Fonseca, Mário 63, 65, 109, 120, 581, 595, 596, 597, 598, 599, 600
Fonseca, Sérgio (Duarte) 380, 382, 384, 388, 404, 414, 491, 525, 530, 537, 675
Fonseca, Tuca 429
Fontes, Aquiles 458, 525
Fontes, Eduardo 278, 392
Fontes, Euclides 260, 556
Fontoura, Carlos Alberto 366
Forro, Toi de 527
Fortes, Agostinho 160
Fortes, Albino Ferreira 120, 227, 536
Fortes, Carlina 48
Fortes, César 553
Fortes, Corsino 59, 284, 290, 291, 292, 294, 424, 502, 503, 505, 534, 535, 536, 593, 633, 646, 647, 659
Fortes, Fernando 40, 48, 193, 284, 291, 292, 329, 465, 466, 467, 535, 665
Fortes, Sotero 120, 339, 519
Fragoso, Francisco 262, 603, 606, 607
França, António (Ndalú) 480
França, Arnaldo 137, 190, 191, 393, 439, 445, 447, 595, 596, 604
Franco, Francisco 47
Freitas, Edgar 521
Freitas, Fernando 208
Freyre, Gilberto 77, 585, 586
Fruzoni, Sérgio 147
Furtado, Cláudio Alves 543
Furtado, Duarte Dias 363

G

Galvão, Henrique 80, 229
Gama, Inácio Soares da 195, 211
Gandhi, Indira 252
Gandhi, Mahatma 81
Garin, Vasco 288
Gaulle, Charles De 75
Gil, Belmiro 160, 525
Gogh, Van 527
Gomes, (José) Godinho 259, 415
Gomes, Afonso 70, 118, 128, 227, 232, 236, 434, 506, 507, 559, 599
Gomes, Alberto Mota 160
Gomes, André 367, 369, 634, 638, 639
Gomes, Diogo 23
Gomes, Francisco da Costa 25, 81, 267, 268, 269, 271, 351, 366, 368, 388, 397, 402, 419
Gomes, Hélio 414
Gomes, Irineu 338, 566, 692
Gomes, Isaura 260, 338
Gomes, Jacinto 363
Gomes, João de Deus 69
Gomes, José 339
Gomes, Juvêncio 354, 357, 638
Gomes, Lourenço 638
Gomes, Norberto 287
Gonçalves, António Aurélio 98, 226, 333, 335, 448, 527, 586
Gonçalves, Vasco 22, 26, 351, 357, 366, 406
Gonzaga, Luís 73
Gowon, Yakubu 193, 467
Graça, Joaquim (Djoca) 65
Graça, Aires Leitão da 30, 61, 109, 110, 150, 394
Graça, Álvaro Leitão da 39, 61, 62, 63, 123
Graça, Dinis 674
Graça, José Leitão da 39, 51, 52, 54, 59, 61, 62, 63, 65, 66, 109, 111, 112, 121, 122, 123, 124, 150, 262, 272, 340, 342, 380, 390, 393, 401, 439, 440, 516, 558, 596, 600, 659
Graça, Teófilo Leitão da 30, 110, 111
Grilo, Joaquim F. T. Monteiro 597
Guerra, João Paulo 164
Guerra, José Luís Nápoles 371
Guerra, Platão Sousa 49
Guerra, Sofia Pomba 49
Guevara, Che 227, 603
Guillén, Nicolás 461
Gurvitch, Georges 104

H

Haidalla, Mohamed Ould 633
Hassan II 127, 193, 252
Hastings, Adrian 270
Heineken, Carlos Pestana 115

Henriques, Almeida 394, 486
Hitler, Adolf 47, 343
Horta, Henrique Silva 188, 376, 377, 378, 380
Howe, Marvine 226
Hunt, Laurence 363
Huntington, Samuel P. 270

I

Iafá, Mamandin 199
Inocêncio, Eugénio 396, 400, 430, 434, 517, 518, 519, 562, 563, 571, 672, 673
Inocêncio, Manuel 550
Ivens, Roberto 32

J

Jimenez, Luz 441
Joannidis, Marie 310
Jr, John P. Santos 256
Jr, José Soares de Brito 415
Jr., Armando Lima 292, 595, 596
Judas, José Miguel 275, 371, 372, 373, 374, 426

K

Kabango, Ngola 504
Kany, Inocêncio 173, 195, 202, 204, 206, 207, 209, 212
Karica, 346
Karifa, Sylla 214
Kasanda, Peter 315
Kaunda, Kenneth 315
Keita, Bobo 203, 204, 205, 301, 306, 310, 642, 664, 665, 667
Keita, Cabassam 204
Keita, Modibo 67
Kennedy, Edward 194
Kennedy, John F. 75
Kim, Tomás 597
Kissinger, Henry 350
Kondé, Kwame, 604
Koné, Germaine 605
Kruschev, Nikita 76

L

Labery, Georges 69
Labery, Henry 67, 68, 69, 70, 72, 95, 96, 126
Lagreca, Joaquim Freire 251
Lara, Lúcio 138, 173
Lautréamont 600
Leão, Celso 94
Leitão, Antério Jesus 429
Leite, António 70, 118, 128, 208, 339, 377, 434
Leite, Daniel 62
Leite, Humberto 284, 382, 535, 659
Leite, Luís 295, 452, 487, 673
Lenine, Vladimir 161, 545
Lessa, Almerindo 583
Levy, Bento 124, 135, 510
Levy, Orlando 135, 384
Lima, Adriano 190, 379, 484, 622
Lima, Amílcar 550
Lima, Ângelo 11, 332, 336, 396, 397, 400, 408, 432, 436, 451, 452, 462, 513, 514
Lima, António 262, 338
Lima, Aristides 278
Lima, Eliseu 147
Lima, Emídio 414, 567
Lima, Isidoro Manuel 199
Lima, Jorge 611
Lima, Ludgero 434, 501
Lima, Manuel 338, 374, 531
Lima, Marcelino 180
Lima, Mesquitela 291
Lima, Miguel 340
Lima, Silvino 147, 263, 468
Livramento, Manuel 260
Lobo, Daniel 553, 556, 566, 672, 673, 677
Lobo, Ildo 610, 611
Lofgren, Folke 256
Lopes, António Carlos (Scunina) 677
Lopes, Amâncio 434
Lopes, António Araújo 523
Lopes, Carlos 651
Lopes, Crisanto 263
Lopes, Felisberto Vieira 59, 155, 259, 260, 280, 314, 322, 349, 390, 492, 493, 543, 583, 615, 625
Lopes, Higino Craveiro 47
Lopes, Homero Vieira 29, 258, 260, 265, 274, 281, 283, 326
Lopes, Irénio 171
Lopes, Januário 172
Lopes, José 37, 98
Lopes, José, 90
Lopes, Manuel 446, 447, 581, 604
Lopes, Marcos 354, 357
Lopes, Orlando Spencer 416
Lopes, Pedro 28, 70, 112, 128

Lopes, Silvano 646
Lopes, Virgínia Vieira 113, 115
Lorca, Frederico Garcia 452
Lourenço, Eduardo 33
Louverture, Toussaint 38
Lucena, Manuel de 435
Lucete, 239, 246, 247
Luz, Amaro da 58, 109, 112, 113, 120, 148, 159, 180, 181, 182, 184, 185, 190, 244, 257, 291, 294, 295, 321, 324, 338, 350, 354, 397, 402, 403, 405, 406, 407, 409, 411, 412, 414, 417, 420, 422, 423, 431, 434, 436, 468, 481, 484, 485, 492, 536, 541, 542, 554, 556, 563, 566, 573, 577, 579, 596, 618, 622, 636
Luz, Manuel Quintino da 524
Luz, Silvino da 21, 23, 40, 54, 58, 73, 117, 118, 151, 169, 222, 223, 227, 232, 244, 254, 285, 293, 316, 322, 340, 373, 377, 378, 379, 382, 383, 384, 387, 388, 389, 394, 399, 400, 401, 404, 409, 413, 417, 418, 425, 426, 430, 434, 442, 448, 449, 454, 455, 459, 468, 474, 476, 479, 490, 491, 507, 526, 529, 545, 547, 548, 549, 550, 552, 555, 556, 557, 559, 576, 596, 620, 628, 635, 648, 671, 677, 679
Lyall, Archibald 584

M

Macedo, Abílio Monteiro de 37, 39
Macedo, Agnelo 41
Macedo, Augusto Divo de 199
Macedo, Donaldo Pereira 605
Machado, Alfredo 673
Machel, Samora 180, 196, 198, 207, 299, 552, 667
Madala, 607
Madeira, Artemisa 287
Maia, Salgueiro 220
Maiakovsky, Vladimir 594, 600
Malan, Magnus 480
Maley, Simon 198
Mandel, Ernest 546
Mané, Ansumane 216, 638, 667
Mané, Ansumba 200
Mané, Arafan 365
Mané, Samba Lamine 646
Mané, Sanazinho 646
Mangana, Valentino 198
Mangana, Valentino Cabral 196
Marcuse, Herbert 568
Margarido, Alfredo 79
Maria, Victor Saúde 123, 223, 269, 365, 635, 641
Mariano, Dante 151, 526
Mariano, Gabriel 79, 98, 124, 511, 581, 583
Marinho, Joaquim Pereira 35
Marley, Bob 606
Marques, António Caldeira 12, 294, 395, 398, 399, 442, 452, 616, 617, 618, 619, 625, 673, 674
Marques, João José / John 291, 293, 294
Marques, José Luís 237
Marques, Silvino Silvério 55, 56, 65, 68, 71, 86, 89, 90, 110, 129, 136, 286, 382, 444
Marta, Tonecas 292
Martins, Adalberto Gomes 408
Martins, Albertino Sales 69
Martins, Carlos Alberto (Catchás) 257, 605, 606, 607, 608, 609, 611, 612, 613, 606, 673
Martins, Dâmaso 278
Martins, João 46
Martins, João Cleofas 86, 87
Martins, Júlio 179, 180, 181, 182, 322, 547, 548, 549, 550, 551
Martins, Júlio Vera-Cruz 550
Martins, Lourenço Barros 408
Martins, Ovídio 154, 278, 282, 581, 583, 592, 593, 595, 596, 603
Martins, Pedro 156, 228, 261, 278, 279, 280, 281, 282, 417, 418
Martins, Rolando (Vera-Cruz) 59, 554, 581
Marx, Karl 568
Mascarenhas, Elisabeth 685, 686
Mascarenhas, Francisco 331
Mascarenhas, Maria Margarida 291, 596
Mascarenhas, Mário 513
Mascarenhas, Orlando 604
Mata, Marcelino da 358
Matos, Fragoso de 371
Matos, José Norton de 465
Matos, Mário 374
Matteos, Salah 254
Maximiano, João (de Deus) 378, 387
McGuire, Roger 350
Medeiros, Tomás 115
Medina, Américo 550
Medina, Maria do Carmo 105, 138, 293
Medina, Noel 292
Medina, Orlando 531
Mello, Martinho Nobre de 136

Melo, Augusto de 396, 523
Melo, Nicolau 147, 263
Mendes, Francisco 25, 123, 167, 201, 420, 422, 559, 640, 650
Mendes, Torres 372, 388, 395, 398, 441, 442
Mendes, Vargas Barbosa 597
Mendy, François 70, 95
Menezes, Filinto Elíseo de 284
Mercês, Maria das 123, 273, 341, 440
Michaux, 600
Min, Ho Chi 545
Miranda, Augusto 93
Miranda, Hilas 59, 147, 461
Miranda, Lineu 150, 152, 226, 261, 279, 280, 334, 338, 392, 414, 417, 434, 481, 526
Missine, 476
Mitterand, François 194
Mocumbi, Pascoal 115, 597
Moeda, Fernando 551
Mohamed V 252
Moita, Luís 641
Mondlane, Eduardo 46, 117
Monge, Manuel 269, 301, 366, 368
Moniz, António 495
Moniz, José / Zé 257, 259, 486, 545
Moniz, Júlio Botelho 81, 157
Monteiro, António Mascarenhas 233, 237, 242, 243, 262, 263, 499, 500, 501, 502, 621, 623, 624, 625, 626, 664, 695
Monteiro, Armando 292
Monteiro, Benjamin 22
Monteiro, Carlos Firmino 284
Monteiro, Daniel 30
Monteiro, Eurico 29, 260, 265, 281, 283, 284, 326, 374, 426, 427, 556, 672
Monteiro, Felícia Maria 42
Monteiro, Félix 98, 495
Monteiro, Gustavo Galina 427
Monteiro, Henrique 673
Monteiro, João (Baptista) 260, 331, 335, 384, 393, 452, 58
Monteiro, João Crisóstomo 528
Monteiro, Jack 119, 226, 314, 339, 456
Monteiro, Joaquim 119
Monteiro, José Filomeno 23, 283, 556, 571
Monteiro, José Manuel Pinto 673
Monteiro, José Paz 119
Monteiro, Júlio 136, 256, 287, 289
Monteiro, Júlio César Sousa 27
Monteiro, Lela 546
Monteiro, Leonildo 118, 284, 688
Monteiro, Luís de Sttau 21
Monteiro, Manuel 237, 549
Monteiro, Maria Antonina Mascarenhas 354, 357, 500, 501, 509
Monteiro, Olavo 414
Monteiro, Ornelas 357
Monteiro, Sacramento 57, 137, 157, 187, 229, 286, 287, 326, 445
Monteiro, Telmo (Crato) 286, 445
Montgomery, Roelol Jacobus 315
Morais, João Baptista 137
Morais, João / John Wahnon 51, 119, 294, 535
Morais, José Pedro de 294
Morais, Luís 582, 610
Morais, Tito de 127
Morazzo, Yolanda 194, 284
Moreira, Adriano 131, 133, 134, 135, 136, 137, 287, 444, 461
Moreira, José Vaz 408
Morgadinho, 582, 610
Morgado 357
Morgado, José Alberto 414
Morna, Freitas 334
Mota, Gomes 482
Mota, Jaime 120, 232
Mourão, Fernando 103, 121
Mulato 147
Mussolini, Benito 47

N

N'Krumah, Kwame 122, 200, 666
Nascimento, Lopo do 138, 504
Nasser, David 109
Ndele, José 505
Ndjai, Mamadu Indjai / 199, 202, 239
Nehru, Jawaharlal 81, 252
N'Guima, Muxila 27
Nemésio, Vitorino 334
Neruda, Pablo 594
Neto, Agostinho 46, 94, 140, 291, 475, 479, 480, 505, 521, 535, 628
Neves, António (Toi) 58, 260, 338
Neves, Daniel 70, 506
Neves, Gamal 546
Neves, Jaime 294
Neves, João Alves das 251
Neves, Manuel Mendes das 80
Neves, Marcelino 137

Nixon, Richard 349, 350, 342, 430, 447
Nogueira, Franco 348, 349
Nonó, 607
Nunes, António 446
Nunes, Artur Figueiredo 326, 376
Nyerere, Julius 193, 467

O

Oliveira, Bernardo (Beitz) a 151, 526, 527
Oliveira, Armindo Mendes de 110
Oliveira, Daniel de 260
Oliveira, Júlio Bento de 92, 93, 137
Oliveira, Orlando 465
Oliveira, Ramires de 596
Oliveira, Silas de 372
Oliveira, Vanda 276
Osório, Alberto 366
Osório, António 63, 121
Osório, Osvaldo Custódio / 151, 526, 581, 596, 610

P

Pádua, Mário 154
Pala, Lu di 607
Palma, Manuel Ganhão 229
Palme, Olof 194, 252, 460
Papinha, Djô 147
Patrício, Heitor 357
Patrício, Rui 255, 256
Paulino, Faria 357
Paulo VI 628
Pavia, Cristovam 63
Pepa, Lino 64
Peralta, Pedro 363
Pereira, Adalberto 285
Pereira, Aristides 21, 23, 25, 30, 31, 40, 41, 42, 43, 48, 49, 54, 77, 78, 94, 104, 108, 126, 127, 128, 129, 141, 144, 150, 165, 167, 168, 176, 179, 184, 196, 200, 202, 203, 205, 208, 209, 211, 212, 215, 216, 223, 233, 235, 240, 242, 244, 245, 246, 247, 248, 252, 261, 271, 274, 295, 297, 298, 301, 305, 309, 310, 313, 320, 322, 353, 354, 355, 366, 399, 417, 419, 420, 421, 422, 423, 426, 430, 431, 432, 433, 434, 435, 437, 441, 446, 450, 451, 453, 454, 460, 461, 464, 465, 466, 467, 468, 469, 472, 473, 474, 475, 479, 480, 496, 501, 512, 514, 527, 528, 536, 542, 543, 559, 573, 579, 581, 599, 602, 626, 627, 629, 631, 633, 634, 635, 636, 637, 640, 644, 649, 650, 651, 653, 654, 655, 656, 658, 662, 663, 664, 667, 668, 669, 678, 679, 680, 691, 692, 696
Pereira, Daniel A. 34, 35
Pereira, João Sanches 35
Pereira, José 204
Pereira, Marino 150
Pereira, Porfírio 465
Pereira, Valdemar 73
Pereira, Vasco Wilton 409, 412
Perry, Armando 256
Pessoa, Fernando 594, 600, 604
Piedade, Manuel 339
Pina, Alexandre Ramos de 29, 160, 162, 184, 257, 258, 259, 260, 274, 324, 340, 434, 438, 495, 545, 556, 564, 567, 577, 620
Pina, Arsénio de 264
Pina, Roque Ramos de 261
Pinto, Celso 509
Pinto, Cruz 205
Pinto, João Teixeira 32, 34
Pio, Nicolau 118, 128
Pires, António 543
Pires, Haydée Avelino 184
Pires, Olívio 27, 28, 30, 119, 120, 222, 227, 232, 233, 244, 254, 261, 272, 293, 314, 321, 322, 323, 324, 325, 328, 417, 420, 421, 423, 424, 434, 451, 454, 455, 494, 497, 498, 500, 501, 517, 518, 546, 553, 554, 556, 558, 559, 576, 615, 618, 620, 621, 625, 626, 646, 650, 651, 656, 661, 662, 692, 693
Pires, Onildo 623
Pires, Pedro 22, 30, 94, 113, 115, 116, 117, 118, 128, 129, 154, 168, 177, 178, 179, 197, 203, 204, 220, 221, 222, 223, 226, 227, 242, 244, 247, 248, 249, 250, 271, 272, 296, 301, 303, 304, 305, 306, 307, 308, 309, 310, 313, 314, 315, 316, 317, 318, 319, 322, 325, 340, 350, 354, 356, 360, 362, 363, 364, 365, 366, 367, 368, 373, 374, 377, 383, 384, 387, 388, 389, 390, 397, 401, 402, 404, 405, 406, 407, 409, 413, 414, 416, 417, 419, 420, 421, 422, 424, 425, 426, 427, 428, 430, 433, 434, 436, 441, 442, 451, 454, 456, 458, 467, 468, 469, 470, 471, 472, 473, 474, 475, 477, 478, 479, 480, 492, 496, 503, 504, 507, 511, 521, 529, 537, 540, 541, 542, 543, 546, 547, 549, 550, 555, 559, 562, 563, 564, 566, 568, 569, 570, 573,

574, 575, 576, 579, 596, 597, 602, 615, 618, 620, 622, 626, 628, 633, 636, 637, 640, 649, 653, 655, 657, 658, 660, 662, 663, 679, 680, 681, 685, 686, 687, 688, 689, 691, 692, 695
Polampa, Zé 183
Popper, Karl 568
Porto, Silva 32
Poupée, Helga Maria 639
Prévert, 600

Q

Quadros, Jânio 109
Queirós, Luísa 601, 603
Queiroz, Eça de 33
Queiroz, Raquel de 109
Querido, Jorge 29, 113, 120, 148, 153, 154, 155, 162, 182, 183, 229, 240, 257, 258, 261, 262, 263, 264, 265, 273, 274, 275, 280, 281, 294, 314, 321, 322, 323, 324, 325, 326, 327, 328, 337, 338, 349, 374, 376, 416, 429, 435, 439, 484, 548, 563, 583, 615
Quina, Carolina 641

R

Ramos, Aguinaldo Lisboa 414
Ramos, Armando 127, 269
Ramos, Domingos 34
Ramos, Érico Veríssimo 27, 28, 29, 30, 232, 261, 438, 553
Ramos, Fernando Passos 366
Ramos, Joaquim Nonato 137
Ramos, Lisboa 487
Ramos, Pedro 127
Ramos, Tito 155, 338, 400
Rates, Carlos 33
Rebelo, Sá Viana 187
Redol, Alves 460
Reich, Wilheim 277
Reinalda, Zeca di nha 607, 611
Reinalda, Zezé di nha 605, 611
Reis, Carlos 150, 162, 171, 237, 257, 338, 374, 409, 411, 412, 420, 426, 434, 442, 457, 468, 469, 485, 488, 489, 490, 491, 495, 536, 553, 559, 570, 571, 591, 592, 593, 604, 620, 657, 661, 662
Reis, José 86, 87
Reis, Manuel 673
Remédios, António José 161
Rendall, Luís Silva 85, 89, 90, 91, 92, 93, 94, 102, 286
Ribeiro, Bento 115
Ribeiro, Ederlindo 23
Ribeiro, Joaquim 89, 90, 102, 345
Ribeiro, Jorge Ferro 137
Ribeiro, Óscar 160, 161
Ribeiro, Raúl 91, 137
Rimbaud, 600
Robalo, Victor 41, 48, 52
Roberto, Holden 30, 473, 505
Roçadas, Carlos 95, 97, 98, 99, 100, 101
Rocha, Adão 12, 139, 569, 681, 684, 686, 687, 692, 693
Rocha, Carlos Évora 550, 553
Rocha, Daniel 605
Rocha, João Baptista 276
Rocha, José 339
Rocha, Osvaldo 520
Rodrigues, Alexandre (Kito) 480
Rodrigues, Amália 334
Rodrigues, Bettencourt 164, 177, 220, 353
Rodrigues, Filinto Vaz 260
Rodrigues, Guilherme Morbey 63, 64
Rodrigues, Hugo 277
Rodrigues, Joaquim Santana 408
Rodrigues, José Júlio 414
Rodrigues, Manuel 119, 138, 147, 148, 149, 150, 151, 152, 155, 160, 229, 263, 264, 281, 284, 285, 294, 327, 328, 334, 335, 385, 393, 442, 451, 453, 514, 658
Rodrigues, Maria Helena Vilhena 44
Rodrigues, Moacyr 287
Rodrigues, Nuno Manuel 118
Rodrigues, Pedro 292
Rodrigues, Sarmento 131, 136
Rodrigues, Vicente 523
Romano, Luís 21
Romualdo, António 85
Romualdo, Serafim 536
Roosevelt, 343
Rosa, Casimiro 510
Rosa, João 40, 48, 52
Rosário, Afrânio do 161
Rosário, Gualberto do 487, 556, 673
Rosário, Jaime do 611
Ruffié, Jacques 583

S

S., César 388
Sá, Gomes de 597
Sabino, António 517, 519, 520, 551, 552,

553
Saiegue, Zacarias 358
Saifoulaye, Diallo 174
Salazar, António (de Oliveira) 24, 47, 55, 76, 81, 131, 157, 162, 346
Sali, Alfassene 210
Salim, Salim Ahmed 25, 315, 425
Salústio, Dina 149
Salústio, Joaquim 149
Sanca, Luís Oliveira 363
Sanhá, Malam 167, 200, 642, 643, 666
Santana, Cândido 161, 434, 545, 552, 558
Santana, Carlos 606
Santana, Joaquim / Jack 517, 518
Santiago, António Oliveira 23
Santiago, Kim di 607
Santo, Alda Espírito 46
Santo, António Espírito 556
Santos, Benjamim 22
Santos, Humberto B. (Humbertona) s 583, 613, 620
Santos, Manuel / Manecas 58, 120, 227, 237, 554, 636, 637, 668
Santos, Adriano 520
Santos, Alexandre Freitas 408
Santos, Almeida 298, 301, 303, 318, 319, 327, 355, 359, 361, 362, 363, 365, 376, 378, 379, 380, 397, 402, 404, 405, 406, 407, 430, 436, 441, 477, 483, 510
Santos, António 226
Santos, António Cardoso dos 636
Santos, António Cristovão 445
Santos, António Lopes dos 102, 187, 190, 191, 228, 257, 325, 346, 347, 376
Santos, António Pascoal dos 550
Santos, Arlinda 149
Santos, Augusto 287, 444
Santos, Benjamin 22
Santos, Clementina 601
Santos, Corentino 622
Santos, Daniel dos 673, 677,
Santos, Edgar Gomes 284
Santos, Eduardo 207, 434, 523
Santos, Eduardo dos 418, 559
Santos, Fernando Joaquim dos 260
Santos, Hugo dos 357, 361, 363, 409
Santos, Humberto Bettencourt 583
Santos, Jacinto 556, 673, 677
Santos, José 294
Santos, José Eduardo dos 475
Santos, Lopes dos 187, 188, 189, 190, 326
Santos, Loureiro dos 349, 371, 372, 373, 375, 376, 492
Santos, Marcelino dos 40, 46, 50, 52, 62, 104, 107, 349, 597, 628
Santos, Marciano 68
Santos, Mário Marques Gomes dos 408
Santos, Piteira 127
Santos, Sousa 465
Santos, Valdez dos 372
Santos, Zeca 339
Sartre, Jean-Paul 568
Saturnino, Manuel 638
Savimbi, Jonas 113, 505
Schacht, Otto 236, 363, 634, 638
Schofield, Jaime 150, 152, 226, 334, 526
Schopenhauer 104
Schultz, Arnaldo 143, 162
Schwartz, José Carlos 642
Seck, Lai 357
Seguro, Basílio 371
Seidy, Barô 172
Seko, Mobutu Sese 75, 349
Semedo, Henrique 339
Semedo, José Maria 38
Semedo, Júlio 301
Sena, Jorge de 593
Senghor, Léopold (Sedar) 41, 51, 67, 68, 88, 170, 174, 175, 177, 178, 193, 212, 296, 360, 586, 641
Senhorinha, Toi de 531
Sepúlveda, Torcato 161, 545, 573
Sequeira, Osvaldo 541, 602
Serra, Chico 582
Serra, Manuel 87
Serrão, Raimundo 44
Silva, Adriano Duarte 70, 80, 132, 136
Silva, Alexandre (da) 276, 285, 433
Silva, Alírio Vicente 538
Silva, Alveno Figueiredo e 24
Silva, Anastácio Filinto Correia e 16, 30, 63, 110, 111, 112, 352, 593, 597, 609
Silva, António Leão Correia e 19, 53
Silva, Aníbal Lopes da 333, 334, 397
Silva, António Lopes da 23, 553
Silva, António Marques da 613
Silva, Arlindo Vicente 45, 155, 226, 228, 260, 273, 275, 280, 336, 492
Silva, Arnaldo 566, 672, 677
(Silva), Baltasar Lopes da 45, 57, 59, 85, 98, 138, 152, 276, 285, 332, 333, 334, 336, 397, 443, 446, 448, 451, 452, 458, 459,

500, 510, 526, 527, 537, 538, 581, 584, 585, 586, 588, 589, 590, 596, 614, 622, 676
Silva, Carlos Santos 22, 254
Silva, Cavaco 483
Silva, Elisiário da 372, 414
Silva, Emanuel Pereira 180, 324
Silva, Francisco Lopes da 85, 86, 124, 276
Silva, Helena Lopes da 557, 673
Silva, Humberto Correia e 549
Silva, João 582
Silva, João José Lopes da (Jota Jota) 254, 434, 519, 525, 559, 628
Silva, João Pereira 29, 160, 161, 162, 184, 262, 338, 339, 384, 399, 400, 418, 426, 434, 491, 497, 519, 541, 542, 543, 555, 559, 560, 569, 661, 662, 692
Silva, Joaquim 110
Silva, Joaquim Francisco 30, 416
Silva, Joaquim Pedro 58, 118, 120, 227, 418, 434, 456, 558, 659
Silva, José Nascimento 199
Silva, José Teófilo Santos 681
Silva, Lídio 530, 531, 535, 537, 538, 539, 675
Silva, Luís da 127
Silva, Luís Filipe Marques da 523
Silva, Luís Marques da 614
Silva, Manuel 441
Silva, Manuel Vassalo e 81
Silva, Marçal 147
Silva, Mário 81, 673
Silva, Mário Pereira da 366
Silva, Matias da 415
Silva, Osvaldo Lopes da 113, 115, 116, 117, 154, 168, 169, 171, 172, 173, 177, 179, 203, 206, 207, 209, 212, 215, 219, 223, 232, 235, 236, 239, 244, 245, 289, 293, 317, 321, 322, 328, 346, 354, 384, 404, 405, 406, 407, 412, 417, 420, 425, 434, 437, 448, 468, 475, 479, 481, 482, 503, 504, 515, 518, 542, 554, 557, 559, 563, 569, 580, 633, 641, 645, 652, 660, 679, 680, 681, 686, 688, 690, 693, 696
Silva, Raimundo 594
Silva, Roberto Duarte 91
Silva, Stanley 256
Silva, Teresa Lopes da 523
Silva, Valdemar Lopes da 208, 209, 393, 450, 452, 583, 602
Silveira, Maria das Dores 149
Silveira, Onésimo 39, 54, 57, 58, 59, 120, 149, 151, 197, 198, 282, 314, 335, 439, 446, 147, 450, 452, 453, 454, 455, 456, 457, 458, 459, 507, 528, 582, 584, 587, 597, 659
Simão, Leonardo 115
Siminhas, Júlio / Julinho 373, 400, 498
Simões, Antero 286, 445, 533
Simões, Custódio 373, 383
Soares, Horácio 543
Soares, Jorge Joaquim 528
Soares, José Tadeu 255
Soares, Lúcio 301, 309, 363, 639, 665
Soares, Mário 274, 296, 302, 303, 306, 307, 308, 309, 310, 313, 316, 320, 354, 355, 359, 360, 362, 363, 365, 402, 406, 407, 436, 483, 505
Soares, Pedro 531
Soares, Rui Figueiredo 490, 550
Soares, Zé Zacarias 147
Solé, Carlos Adriano 69
Soumah, Abou 214
Sousa, Alfredo Costa e 284
Sousa, António 495
Sousa, Augusto Nogueira de 71, 275
Sousa, Balbino de 68
Sousa, Daniel Andrade 374
Sousa, Elias Josefá de 257, 571
Sousa, Henrique Teixeira de 94, 98, 137, 276, 333, 336, 397, 448, 451, 459, 460, 461, 462
Sousa, Louro de 142
Sousa, Miguel 531
Sousa, Orlando Teixeira de 94
Sousa, Telmo 293
Spencer, Francisco 294, 503
Spencer, João Quirino 190, 286, 333, 414, 532
Spencer, Manuel 602
Spencer, Rose 534
Spencer, Rui 261
Spínola, António de 28, 88, 144, 162, 164, 165, 166, 169, 170, 175, 176, 177, 179, 187, 188, 193, 201, 219, 249, 250, 253, 262, 267, 268, 298, 306, 308, 310, 331, 349, 350, 353, 355, 357, 358, 359, 360, 361, 363, 364, 365, 367, 369, 371, 376, 377, 378, 380, 382, 383, 384, 416, 430, 436, 447, 452, 644
Steinbeck, John 594

T

Taki, Sidi Ould 633
Tamen, Pedro 63, 121
Tarzan, 75
Tavares, Álvaro Dantas 237, 418, 434, 501, 515, 559, 635
Tavares, Carlos 226, 334, 339, 417, 429, 434, 526
Tavares, Emanuel Braga 156, 556
Tavares, Estevão 646
Tavares, Eugénio 36, 38, 39, 134
Tavares, Fernando (Reis) 154, 156, 226, 260
Tavares, Gregório 495
Tavares, João Joaquim Dantas 149, 151
Tavares, José Eduardo 260
Tavares, Lina 123
Tavares, Lucílio Braga 30, 58, 63, 87, 111, 391, 516, 537
Tavares, Norberto 606
Tavares, Timóteo 418, 434
Tavares, Ulisses 260
Teixeira, Alfredo 566, 672, 677
Teixeira, Constantino 171, 172, 357, 358, 421, 559, 650
Teixeira, Domingos 363
Teixeira, Guilherme 293
Teixeira, Luís 195
Teixeira, Ray 22, 403, 513, 533
Tenreiro, Francisco 460, 461
Teresa, Maria 128
Terry, Luís 285
Thant, Sithu U 76
Themido, João Hall 255, 351
Thomaz, Américo 64, 157, 158, 268, 269, 270, 279
Timas, José Augusto Fernandes 607
Tito, Josip Broz 252
Toca, 150
Tolentino, Corsino 23, 160, 237, 242, 254, 396, 400, 420, 434, 467, 468, 474, 501, 517, 518, 519, 541, 559, 564, 569, 577, 617, 656, 658, 661, 685, 693
Tolentino, Jorge 596
Tolentino, Luís 260
Tolentino, Manuel 556
Tolentino, Nicolau 501
Touré, Sékou 41, 75, 126, 127, 170, 171, 172, 173, 174, 177, 178, 193, 194, 195, 196, 197, 198, 200, 201, 208, 209, 211, 212, 213, 214, 215, 216, 240, 247, 272, 297, 298, 303, 309, 316, 659
Touré, Siaka 216
Trotsky, Leon 545, 556, 564, 565,568
Trovoada, Miguel 46, 604
tung, Mao Tsé- 164, 181, 439, 553, 555
Turé, Bassir 195
Turé, Momo 195
Turpin, Elysée 40, 41, 52
Turpin, Joseph 641, 655

V

Valentim, Santana 283
Varela, Emanuel 257
Varela, Gil 156
Varela, João Carvalho 408
Varela, João Manuel (João Vário e Timótio Tiofe) 594, 595
Varela, Pedro Alexandrino 408
Varela, Raúl Querido 414, 452, 502, 507, 508, 509, 510, 617
Vasconcellos, Luiz Loff de 37
Vasconcelos, António Rosa 123
Vaz, Daniel 642
Vaz, Honório Sanches 200, 202
Vaz, João 50, 642
Vaz, Zinha 642
Veiga, Aguinaldo 22, 287, 288, 290, 403, 516, 526, 533
Veiga, Alfredo 46, 275, 458, 495, 503, 506, 508, 509, 570
Veiga, Carlos 399, 414, 495, 496, 498, 569, 621, 623, 624, 625, 695
Veiga, Damásio da 415
Veiga, Fátima 490
Veiga, José Gomes da 23
Veiga, José Tomás 29, 162, 261, 263, 275, 281, 338, 340, 384, 401, 418, 434, 467, 541, 542, 544, 545, 546, 549, 556, 558, 562, 563, 564, 567, 569, 570, 574, 577, 625, 673, 677
Veiga, Manuel 490, 586, 588, 589, 590, 591, 604
Velosa, Jorge 284
Velosa, Manuel 451
Veneno, Lela (Manuel Chantre) 521, 522
Ventura, Raul 97, 101
Vera-Cruz, Alexandre 277
Vera-Cruz, Augusto 79
Vera-Cruz, Eugénio 572
Vergès, Jacques 116
Verlaine, 600
Verne, Júlio 600

Viana, Gentil 113, 115, 117
Vicente, José 334
Vidal, Manuel Pereira 363
Vieira, António 265
Vieira, Arménio 63, 65, 109, 110, 112, 581, 593, 594, 595, 596, 599, 600, 601
Vieira, Felisberto 429
Vieira, Herculano 153, 468, 524, 559, 683
Vieira, José Maria Lopes 415
Vieira, Nino (João Bernardo) 25, 167, 219, 236, 238, 239, 245, 246, 248, 250, 420, 421, 422, 559, 626, 631, 633, 634, 635, 636, 637, 638, 639, 640, 641, 642, 643, 650, 651, 653, 655, 657, 658, 659, 660, 662, 665, 666, 667
Vieira, Oswaldo 49, 167, 212, 236, 238, 239, 240, 247
Vieira, Paulino 582
Vilar, António da Silva 363
Vinhaes, L.C. 343
Vitória, Jorge (Alberto) 393, 408, 415

W

Wahnon, Aguinaldo 149
Wahnon, Carlos Pinto 137
Wahnon, Donald 254
Wahnon, John 531, 532, 533, 534, 535, 536, 537, 675, 676
Wahnon, Jonas 137, 335, 451
Waldheim, Kurt 272, 361

Y

Ygnatiev, Oleg Ignatiev / 202, 252, 288

X

X, Malcom 254

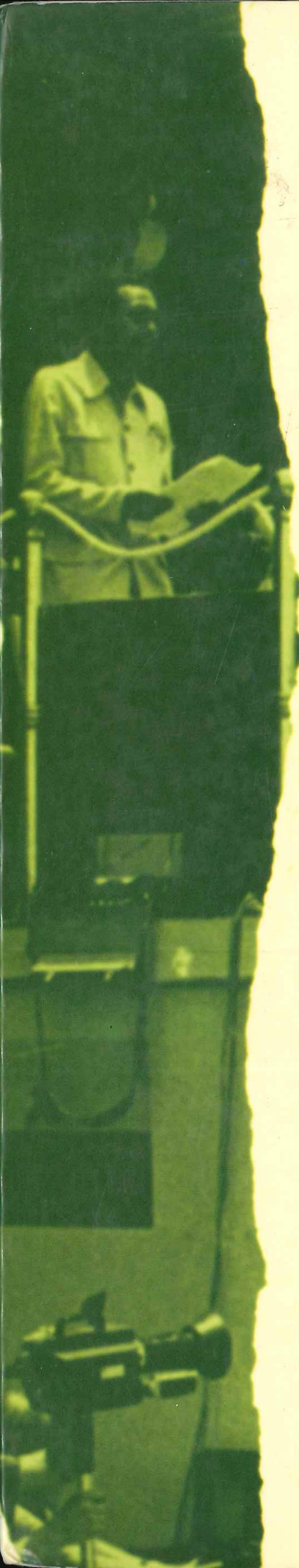
Z

Zamora, Juan Clemente 693
Zenha, Salgado 483
Ziegler, Jean 252

Num dia de determinação, José Vicente Lopes resolveu entrar nestes bastidores da História da Independência de Cabo Verde para em pesquisa e leitura de documentos registar datas e factos, para em acesso a arquivos privados desvendar segredos que se murmuravam, mas até aqui sem provas documentais, para em conversas longas com vários intervenientes de uma luta, às vezes clandestina, outras vezes à luz do dia com armas na mão, lhes acordar a memória e ousar um confronto com opiniões convergentes e divergentes de outros protagonistas chamados também a lembrar-se de um passado recente, ao qual Portugal pertenceu.
(...)
Não é a versão oficial de uma luta, e isso fica bem claro na intenção de quem escreve, mas sim um chamamento à cena dos dias de hoje, de muitos daqueles que nos falam de espaços de vida em movimento constante, das privações do exílio, dos desencontros que deveriam ter sido encontros, dos segredos trocados através de terceiros, das forças opostas que alguém tenta equilibrar, das mensagens em cifra descodificadas pelo azar de uma descoberta ocasional, dos apoios e recusas, vitórias e frustrações, falam mesmo da sorte do acaso quando o fugitivo embarca num avião e o perseguidor num barco para depois, chegando tarde, registar só o seu nome e fuga numa ficha.
Das páginas da História de um país, esta é só uma das peças possíveis de um puzzle muito mais vasto e labiríntico, que um dia se completará, se outros testemunhos forem ainda dados a público de forma a se encaixarem uns nos outros para, finalmente, formarem uma unidade na diversidade. O que fica escrito, todavia, demonstra como se foi formando uma resistência multiforme à presença portuguesa na Guiné e em Cabo Verde, como evoluiu o movimento libertador aglutinando esforços, vontades, sacrifícios, riscos e inteligências.
(...)
Se me perguntassem porquê diria apenas porque esses bastidores são "livros com vida dentro", logo com a obrigatoriedade de existirem como testemunhos escritos através dos tempos para serem lidos quando mais ninguém se lembrar de nomes e como tudo aconteceu há muitos anos atrás, para que uma certa forma de silêncio não caia sobre o acontecimento e a consciência individual dos que virão, um dia, no futuro que é já presente.

João Nuno Alçada, Prefácio à 1ª edição

03-21 STD12 ECO
8 032919 997036
www.colibrisystem.com



Depois de António Carreira, [*Cabo Verde, Os Bastidores da Independência*] é a primeira obra histórica de largueza e profundidade que se publica da autoria de um só autor.
Henrique Teixeira de Sousa

Poderoso. Poderoso de informação, muito bem escrito e muito bem organizado. O saudoso João da Costa [veterano da independência da Guiné] tinha razão: "quem não ler o livro de José Vicente Lopes nunca saberá nada dos bastidores da independência de Cabo Verde e Guiné".
Eduardo Costa Dias

Além de um trabalho monumental de história e historiografia, lê-se como se fosse um romance pós-moderno.
David Brookshaw

PATROCÍNIO
Fundo Autónomo para as Iniciativas Culturais